



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.35.4.4

Relatório de Prospeção Arqueológica Complementar

Projeto de Prospecção Arqueológica na Área de Influência da UHE Itaocara I, Rio Paraíba do Sul

RELATÓRIO DE COMPLEMENTAÇÃO FINAL



2017

**PROJETO DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS
UHE ITAOCARA I**

RELATÓRIO DE COMPLEMENTAÇÃO FINAL

Lígia Zaroni
Coordenação

FICHA TÉCNICA

Nome do Projeto

Projeto de Prospecção Arqueológica na Área de Influência da UHE Itaocara I, Rio Paraíba do Sul.

Etapa Atual

Relatório de complementação final das prospecções arqueológicas.

Execução

Arquetec Consultoria Ltda.

Instituição de apoio

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Financiamento

Consórcio UHE Itaocara.

I. Equipe Técnica

Coordenação: Lígia Maria Zaroni – Arqueóloga/UNESA - Mestre em Geografia-UFRJ
Lilian Valle Thomaz – Arqueóloga/UNESA
Flávia Maria da Mata Reis – Arqueóloga. Historiadora/UFGM – Mestre em História/UFGM.
Rafael Borges Deminicis – Historiador/UFRJ – Mestre em Arqueologia/MN-UFRJ
Telma Mendes da Silva – Geógrafa/Doutora em Geografia/UFRJ.
Maria Christina Zaroni de Mendonça – Historiadora/UNIVERSO
Ester Noberto Abreu – Historiadora/UNIVERSO
Henrique Vences Barros – Graduando em História/UFRJ - Assistente de Arqueologia
Michelle Aguiaras – Historiadora/UFRJ

Endereço:

Arquetec Consultoria Ltda.
Av. Olindo Pereira, 114 – Porto Velho
CEP: 24426-000 – São Gonçalo – RJ
Telefone: (21) 2628-9874 / 98716-9874.
e-mail: arquetec@gmail.com

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 04 |
| 2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA..... | 05 |
| 3. RESULTADOS | 06 |
| 3.1. Prospecções Arqueológicas..... | 06 |
| 3.2. Sítio Arqueológico e Área de Interesse Cultural (AIC)..... | 25 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 40 |
| 5. ANEXOS..... | 43 |
| 5.1. Planta Geral da UHE Itaocara I – Sítios Arqueológicos e AICs | 44 |
| 5.2. Planta do Sítio Arqueológico Fazenda das Cruzes | 45 |
| 5.3. Ortofoto 22 com Sítio Arqueológico | 46 |
| 5.4. Planta Geral da UHE Itaocara I – Intervenções realizadas e eliminadas | 47 |
| 6. FICHA DE CADASTRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO | 48 |

1. INTRODUÇÃO

O projeto de Projeto de Prospecção Arqueológica na Área de Influência da UHE Itaocara I, Rio Paraíba do Sul, empreendimento do Consórcio UHE Itaocara, obteve a permissão de pesquisa através da portaria IPHAN nº. 25, de 3 de agosto de 2011 (publicada no DOU de 5/8/2011) e tem por objetivo proteger e valorizar o Patrimônio Cultural eventualmente impactado pela construção desta usina hidrelétrica.

As pesquisas arqueológicas realizadas em grande parte da área impactada pela UHE Itaocara I foram apresentadas em relatório final, protocolado em 06 de junho de 2016, porém, com algumas propriedades faltantes em virtude da falta de permissão para a execução das pesquisas arqueológicas.

Com a obtenção de acesso por intermédio de ato judicial, as atividades prosseguiram posteriormente, sendo apresentados neste relatório os resultados das pesquisas, nas quais foi identificado um sítio arqueológico no município de Itaocara, RJ.

2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

As prospecções arqueológicas foram realizadas em propriedades dos municípios de Pirapetinga, MG Santo Antônio de Pádua, Cantagalo e Itaocara, RJ, indicadas na Tabela 1.

TABELA 1 – Propriedades faltantes para a prospecção do Reservatório da UHE Itaocara I

| UF | Município | Código da propriedade |
|--------|------------------------|-----------------------|
| MG | Pirapetinga | PI 25 A 27 |
| RJ | Santo Antônio de Pádua | PA 26-40* |
| | | PA 49 E 49A |
| | | PA 125 |
| | Cantagalo | CG 3 |
| | | CG 48 |
| | | CG 49 |
| | | CG 50 |
| | | CG 83 |
| | | CG 95 |
| | | Itaocara |
| | IT34A | |
| | IT 47 | |
| | IT 68 | |
| | IT 68A | |
| | IT 68B | |
| IT 68C | | |

Nota: * Propriedade parcialmente pesquisada na primeira fase das prospecções.

Como as atividades foram possíveis através da presença de um oficial de justiça, a equipe de arqueologia se dedicou a realização de caminhamentos e intervenções e locais considerados prioritários a partir do conhecimento adquirido ao longo das prospecções na área do empreendimento. Consideraram-se relevantes as áreas menos alagadas e onde havia algum tipo de edificação, em especial as sedes rurais. As margens do rio Paraíba do Sul, quando era o caso, também eram observadas e registrado, próximo a pequenos afluentes, as possíveis estruturas de irrigação relacionadas a presença de rodas d'água.

As áreas com evidências de ocupação eram observadas, sendo registradas, também, as características das edificações e modificações dos terrenos em decorrência do plantio Os canaviais e as antigas áreas de cultivo de arroz compreendem atividades importantes do uso da área e, no último caso, esta prática agrícola foi responsável por uma expressiva modificação dos terrenos com impactos sobre contextos arqueológicos.

3. RESULTADOS

Os resultados das prospecções arqueológicas nas propriedades que ainda não haviam sido liberadas propiciaram o reconhecimento de uma Área de Interesse Cultural no município de Pirapetinga, MG, e um sítio arqueológico no Município de Itaocara, RJ.

3.1 Prospecções Arqueológicas

Nesta etapa final das pesquisas arqueológicas as propriedades da margem esquerda, em municípios de Pirapetinga, MG, e Santo Antônio de Pádua, RJ, possuíam características comuns, associadas a terrenos planos e alagáveis. Muitas áreas foram utilizadas no plantio de arroz, cultura importante na economia dos municípios da região na primeira metade do século XX.

A alteração dos terrenos, por sua vez, é significativa, revelando indícios de ocupações mais antigas e diversas fazendas constituídas de materiais reaproveitados das que lhes antecederam.

Em Pirapetinga, seis intervenções foram realizadas ao longo da propriedade reconhecida pelo Código PI 25 a 27, acompanhadas de registros das características da sede, que possui traços antigos no panorama regional. Os elementos culturais encontrados, como os elementos arquitetônicos e a presença de restos de uma roda d'água antiga, foram associados para a definição de uma Área de Interesse Cultural (AIC). Esta AIC recebeu o número 41 no conjunto das que foram definidas nos estudos da área do empreendimento e as informações e sua descrição são apresentadas no item 3.2.2 deste relatório.

As prospecções se deram em uma área plana, próxima ao Rio Paraíba do Sul que, em geral, apresentou sedimentos de textura areno-argilosa com coloração acinzentada e variações de amarelada e alaranjada. As intervenções variaram entre profundidades de 40 e 84 cm, sem que fossem encontrados vestígios arqueológicos (Figuras 3.1.1 e 3.1.2).



Figura 3.1.1 – Vista da área com sede na beira do Rio Paraíba do Sul e tradagem com profundidade de 80 cm. Coordenadas UTM 781590 E, 7596008 N.



**Figura 3.1.2 – Vista da área plana e tradagem com profundidade de 84 cm.
Coordenadas UTM 781361 E, 7596069 N.**

Nas propriedades estudadas no município de Santo Antônio de Pádua, RJ, as características ambientais são similares as de Pirapetinga, com diversas áreas baixas alagadiças e a presença de corpos d'água (açudes). Com propriedades mais amplas, algumas se estendem até áreas mais elevadas de morros arredondados. Ocupações em sopés de morro são comuns nessas propriedades. Registraram-se essas características mais relevantes nas propriedades reconhecidas pelos códigos PA 49 e 49A e PA 125 (Figura 3.1.3). Nas três propriedades não foram encontrados vestígios arqueológicos em profundidade.



**Figura 3.1.3 – Vistas das áreas das propriedades PA 49 e 49A e PA 125.
Coordenadas UTM 787773 E, 7601158 N e 784446 E, 7597845 N, respectivamente.**

De um total de vinte intervenções nas propriedades de Santo Antônio de Pádua, dez foram realizadas na PA 26 a 40. Estas tiveram a profundidade variando de 50 a 90 cm, com sedimento de textura arenosa-argilosa e coloração com tonalidades alaranjadas, marrons e acinzentadas (Figuras 3.1.4 a 3.1.6).



Figura 3.1.4 – Área da tradagem em local de pasto com zonas de alagamento ao fundo. Vista geral e detalhe da tradagem. Propriedade PA 26 a 40. Coordenadas UTM 787905 E, 7599074 N.



Figura 3.1.5 – Caminhamento e realização de tradagem. Propriedade PA 26 a 40. Coordenadas UTM 788069 E, 7600101 N.



Figura 3.1.6 – Vista da área e realização de tradagem. Propriedade PA 26 a 40. Coordenadas UTM 788285 E, 7599260 N.



Na propriedade de códigos PA 49 e 49A foram realizadas quatro intervenções, registrando-se terrenos alagadiços, açudes e pequenas elevações. A profundidade alcançada nas tradagens foi de 50 cm, em média, quando se atingia a camada do embasamento intemperizado. Camadas de coloração alaranjada, amarronzada e acinzentada foram similares ao observado nas demais propriedades da área de estudo (Figuras 3.1.7 a 3.1.9).



Figura 3.1.7 – Vista da área e tradagem em terreno alagadiço. Propriedade PA 49 e 49A. Coordenadas UTM 787757 E, 7601229 N.



Figura 3.1.8 – Vista da área e tradagem nas proximidades e uma sede recente. Propriedade PA 49 e 49A. Coordenadas UTM 787761 E, 7601389 N.



Figura 3.1.9 – Vista da área com açude e tradagem. Propriedade PA 49 e 49A. Coordenadas UTM 787822 E, 7601251 N.

Na propriedade PA 125, onde se realizaram seis intervenções, observou-se a presença de cultivos de cana-de-açúcar e jiló e também terrenos de pastagens. Uma edificação recente, em ruínas, também foi registrada. As tradagens variaram entre as profundidades de 28 cm (com presença de rocha) e 70 cm. A coloração seguiu o padrão anteriormente indicado, de tonalidades marrons, alaranjadas e acinzentadas (Figuras 3.1.10 e 3.1.11).



Figura 3.1.10 – Vista da área de canavial e tradagem. Propriedade PA 125. Coordenadas UTM 784442 E, 7597510 N.



**Figura 3.1.11 – Registro de edificação recente em ruínas e tradagem. Propriedade PA 125.
Coordenadas UTM 784446 E, 7597845 N.**

Em uma área próxima a uma residência foi realizada uma tradagem e no entorno da sede foi observada a presença de alguns fragmentos de louça do século XX, de fabricação brasileira. Um único fragmento possui a decoração do tipo azul borrão. As prospecções no local não revelaram uma concentração mais expressiva destes materiais ou a existência de estruturas antigas, caracterizando-se estes achados como uma ocorrência. De qualquer forma, foi delimitado um perímetro para a mesma, compreendido pelas coordenadas UTM 784617, 7597662; 784647 7597666; 784650, 7597611 e 784656, 7597622 (Figura 3.1.12 a 3.1.18).



Figura 3.1.12 – Imagem da Ortofoto 21 com perímetro da ocorrência de vestígios culturais em amarelo.



Figura 3.1.13 – Tradagem realizada nas proximidades da área de ocorrência de vestígios culturais. Propriedade PA 125. Coordenadas UTM 784605 E, 7597631 N.

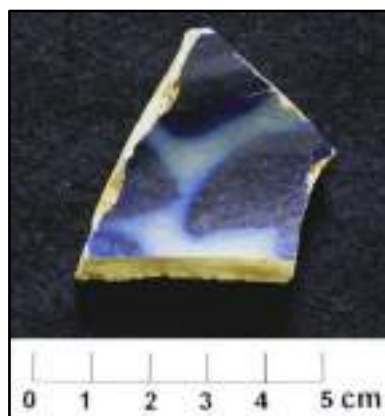


Figura 3.1.14 – Louça com decoração azul borrão. Propriedade PA 125. Coordenadas UTM 784651 E, 7597633 N.

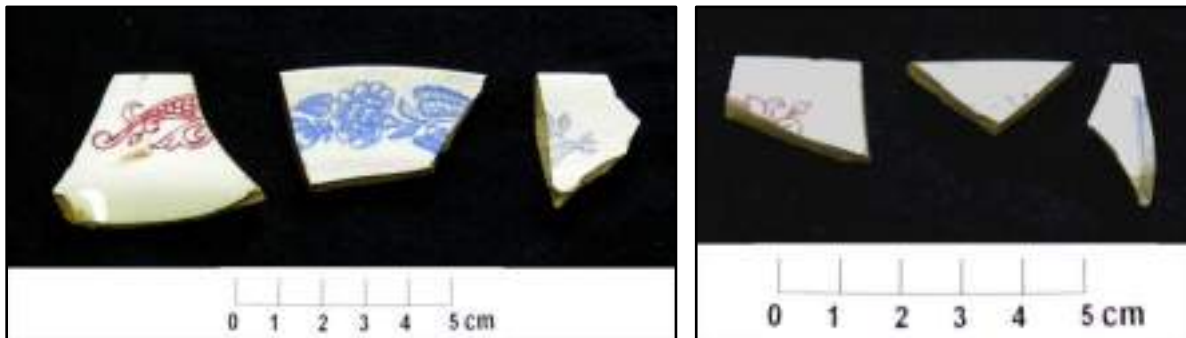


Figura 3.1.15 – Fragmentos de bordas de louças decoradas com motivo floral em diversas cores. Propriedade PA 125. Coordenadas UTM 784651 E, 7597633 N.



Figura 3.1.16 – Louça com decoração floral azul. Propriedade PA 125. Coordenadas UTM 784651 E, 7597633 N.



Figura 3.1.17 – Louça com friso de cor azul. Propriedade PA 125. Coordenadas UTM 784651 E, 7597633 N.

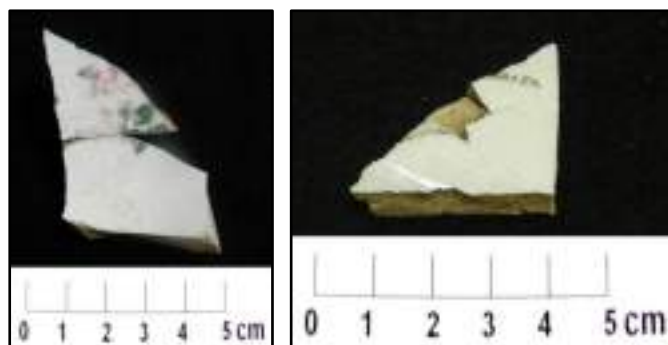


Figura 3.1.18 – Louça com decoração floral verde e rosa. No fundo possui a inscrição “BRAZIL”. Propriedade PA 125. Coordenadas UTM 784630 E, 7597676 N.

Na margem direita do Rio Paraíba do Sul os municípios afetados pelo empreendimento são o de Cantagalo e Itaocara, ambos no Estado do Rio de Janeiro.

No Município de Cantagalo, foram prospectadas seis propriedades que possuem pequenas extensões, especialmente a CG 50, que compreende a área de uma igreja da Assembleia de Deus e seu entorno imediato. Em um total de 10 intervenções realizadas e no caminhamento das áreas afetadas foram observados terrenos planos, comumente utilizados para pastagem, caracterizando-se por sedimentos de textura areno-argilosa e argilosa e coloração marrom, amarela e cinza. A presença de água em algumas intervenções se associa aos terrenos alagadiços, comuns nas margens do Rio Paraíba do Sul. A profundidade das intervenções variou entre 50 e 90 cm (Figuras 3.1.19 a 3.1.38).



Figura 3.1.19 – Caminhamento e registro de pasto na área da propriedade CG 03. Coordenadas UTM 786166 E, 7597091 N.



Figura 3.1.20 – Vista da área e tradagem. Propriedade CG 48. Coordenadas UTM 782745 E, 7595877 N.



**Figura 3.1.21 – Vista da área e tradagem em solo mais arenoso. Propriedade CG 48.
Ao fundo se vê a igreja da CG 50. Coordenadas UTM 782836 E, 7595551 N.**



**Figura 3.1.22 – Área da propriedade CG 48 e tradagem em solo areno-argiloso.
Coordenadas UTM 782874 E, 7595391 N.**

Na propriedade de código CG 50, que corresponde a área de uma igreja da Assembleia de Deus e seu entorno, foi realizada uma tradagem no lado oeste da edificação, sem ocorrência de vestígios arqueológicos (Figura 3.1.23). Na propriedade CG 83 as áreas planas que predominavam na mesma eram constituídas de pastos e se encontravam alagados (Figura 3.1.24).



**Figura 3.1.23 – Vista da Igreja da Assembleia de Deus e tradagem. Propriedade CG 50.
Coordenadas UTM 782762 E, 7595572 N.**



**Figura 3.1.24 – Vista da área de pasto alagado e tradagem. Propriedade CG 83.
Coordenadas UTM 776283 E, 7592656 N.**

Na propriedade de código CG 49 foram localizados restos materiais de uma antiga ocupação. A perturbação intensa do terreno, porém, fez com que o contexto arqueológico se encontrasse comprometido.

Próximo a um brejo e da residência atual foram encontrados vestígios arqueológicos esparsos em superfície. De acordo com a informação oral, os restos de uma construção mais antiga que ali existia foram destruídos. O local foi modificado para a implantação das edificações recentes, sendo feitos cortes e aterros no terreno, quando foram removidos os restos de alicerces antigos. Uma intervenção na área revelou um solo arenoso superficial, de coloração amarelada sobrejacente a uma camada de textura argilosa e de cor cinza (Figuras 3.1.25 e 3.1.26).



**Figura 3.1.25 – Área da propriedade CG 49 e tradagem em solo areno-argiloso.
Coordenadas UTM 782874 E, 7595391 N.**



Figura 3.1.26 – Vista da área e tradagem. Propriedade CG 49. Coordenadas UTM 782613 E, 7595814 N.

As peças coletadas em superfície são louças *shell edged*, trigal, com motivo floral e fragmentos de louça branca e de vidro. Apresentam uma fragmentação condizente com alterações ocorridas no terreno (Figuras 3.1.27 a 3.1.32).

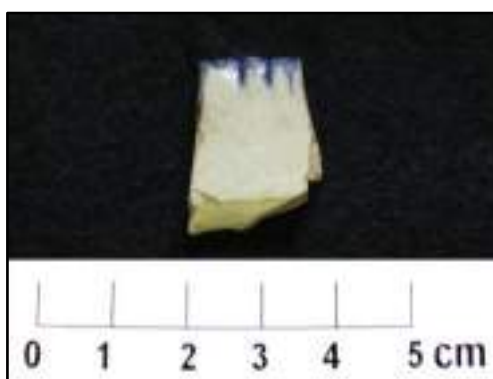


Figura 3.1.27 – Louça com decoração *shell edged*.
Propriedade CG 49. Coordenadas UTM 782572 E, 7595852 N.



Figura 3.1.28 – Louça com decoração floral na cor azul.¹
Propriedade CG 49. Coordenadas UTM 782572 E, 7595852 N.

¹ Similar a decoração produzida pela Fábrica Mauá, em São Paulo, período de 1954 a 1964.
Fonte: <http://porcelanabrasil.blogspot.com.br/2011/09/>



Figura 3.1.29 – Louça com decoração trigal.
Propriedade CG 49. Coordenadas UTM 782572 E, 7595852 N.



Figura 3.1.30 – Borda de louça branca.
Propriedade CG 49. Coordenadas UTM 782572 E, 7595852 N.

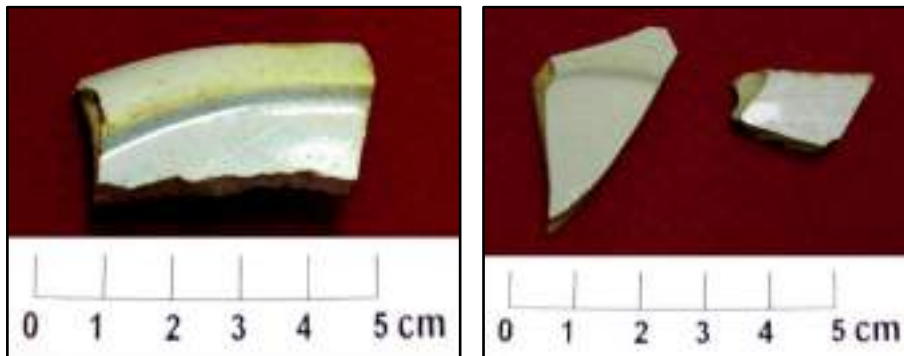


Figura 3.1.31 – Fragmentos de louça branca. A esquerda, com acúmulo de coloração azul.
Propriedade CG 49. Coordenadas UTM 782572 E, 7595852 N.



Figura 3.1.32 – Fragmento de garrafa de vidro na cor verde escura.
Propriedade CG 49. Coordenadas UTM 782572 E, 7595852 N.

Na propriedade reconhecida como CG 95 foi feito o caminhamento e realizada uma tradagem em terreno areno-argiloso de coloração marrom amarelada. No seu entorno foi encontrada uma peça lítica polida com uma extremidade em forma de bisel (lâmina de machado) que sofreu impactos da ação de arado no terreno (Figuras 3.1.33 a 3.1.35).

Em outro ponto observado foram coletados fragmentos de porcelana e faiança decoradas (decoração policrômica, com friso e floral em vermelho; Figuras 3.1.36 a 3.1.38).



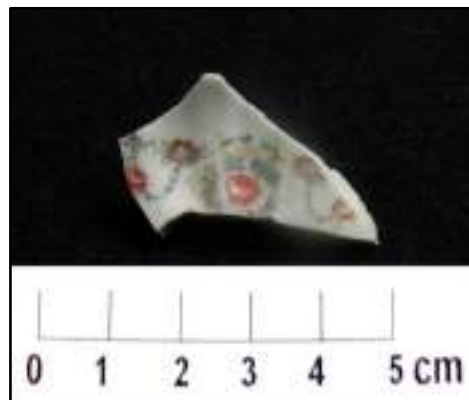
Figura 3.1.33 – Terreno plano da propriedade CG 95 e tradagem. Coordenadas UTM 773793 E, 7592021 N.



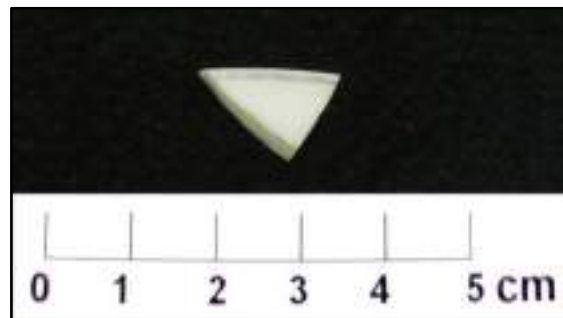
Figura 3.1.34 – Peça lítica encontrada em superfície. Propriedade CG 95. Coordenadas UTM 773793 E, 7592021 N.



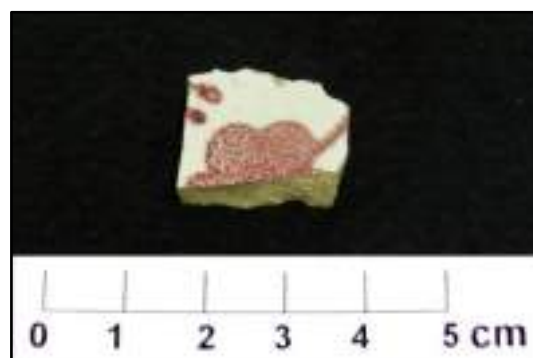
Figura 3.1.35 – Lâmina de machado. Propriedade CG 95. Coordenadas UTM 773785 E, 7591998 N.



**Figura 3.1.36 – Porcelana com decoração floral policrômica.
Propriedade CG 95. Coordenadas UTM 773726 E, 7591982 N.**



**Figura 3.1.37 – Borda de porcelana com friso prateado
Propriedade CG 95. Coordenadas UTM 773726 E, 7591982 N.**



**Figura 3.1.38 – Louça com decoração em vermelho.
Propriedade CG 95. Coordenadas UTM 773726 E, 7591982 N.**

No Município de Itaocara, RJ, as sete propriedades restantes foram prospectadas, realizando-se 13 intervenções arqueológicas além do caminhamento nos terrenos. As propriedades neste município se caracterizam por faixas estreitas de terreno plano, que estão próximas a margem do Rio Paraíba do Sul. Desta forma, esses terrenos planos, usualmente ocupados por pastagens ou que foram antigos plantios de arroz, tem uma topografia contrastante com o relevo bastante íngreme que ocorre a medida que se distancia do rio. Em alguns casos, essas vertentes praticamente alcançam a margem do rio, restando uma faixa estreita de terra ocupada pela estrada municipal que liga a sede de Itaocara ao município de Cantagalo (Figura 3.1.39).

A morfologia dos terrenos nesta localidade, portanto, influi em algumas características, como as que foram observadas na propriedade de código IT 34. Nesta área foi identificado um conjunto de grandes blocos rochosos que aparentavam um alinhamento, porém, não foram encontrados vestígios arqueológicos que confirmassem que ali existia uma área de ocupação. Situados na base de um morro íngreme, estes blocos se assentavam em conformidade com topografia do morro, que possui um recorte associado a uma drenagem. Esta área está indicada por um quadrilátero pontilhado em amarelo inserido na Figura 3.1.39 e registrada na Figura 3.1.40.

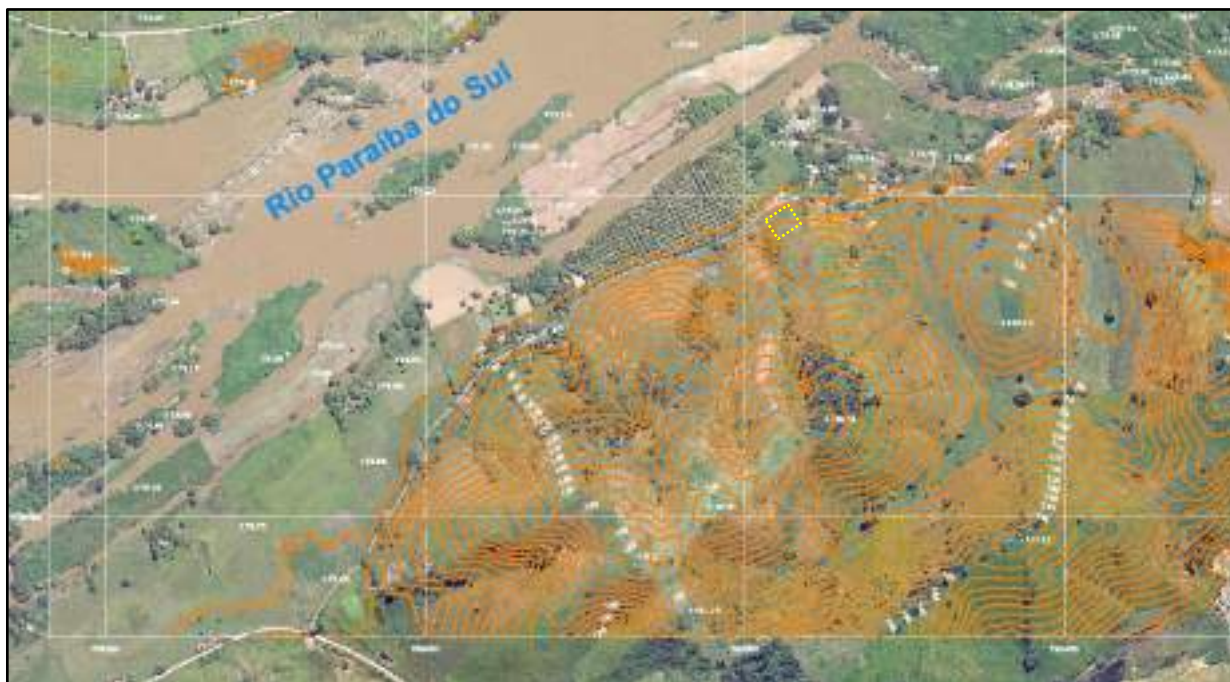


Figura 3.1.39 – Imagem da Ortofoto 16 com aspecto da topografia do município de Itaocara na área atingida pela UHE Itaocara I. O quadrilátero em amarelo indica o local onde há blocos rochosos com aparente alinhamento.



**Figura 3.1.40 – Vista da área com blocos rochosos e tradagem na IT 34.
Coordenadas UTM 790041 E, 7599179 N.**

Nas intervenções arqueológicas o sedimento registrado possuía a textura areno-argilosa e arenosa, com algumas camadas argilosas em terrenos planos e alagadiços. As colorações do sedimento apresentavam tonalidades variadas de marrom e algumas camadas alaranjadas. As profundidades alcançadas nas escavações variaram entre 60 e 106 cm. Nos locais onde os terrenos eram alagadiços observou-se uma argila acinzentada. As sedes se encontram, em geral, em pequenas elevações e, por vezes, na base da encosta dos morros, com ocorrência de afloramentos rochosos em alguns terrenos observados (Figuras 3.1.41 a 3.1.47).



**Figura 3.1.41 – Área de antigo plantio de arroz e tradagem na IT 47.
Coordenadas UTM 788772 E, 7598416 N.**



Figura 3.1.42 – Vista da área e tradagem na IT 68. Coordenadas UTM 787276 E, 7597482 N.



Figura 3.1.43 – Vista da área e tradagem na IT 68A. Coordenadas UTM 787562 E, 7597210 N.



Figura 3.1.44 – Vista da área e tradagem na IT 68A. Coordenadas UTM 787421 E, 7597559 N.



Figura 3.1.45 – Vista da área e tradagem na propriedade IT 68B. Coordenadas UTM 787483 E, 7597591 N.



Figura 3.1.46 – Vista da área e tradagem na propriedade IT 68B. Coordenadas UTM 787645 E, 7597222 N.



Figura 3.1.47 – Vista da área e tradagem na propriedade IT 68C. Coordenadas UTM 787561 E, 7597628 N.

3.2 Sítio Arqueológico e Área de Interesse Cultural (AIC)

Na etapa de finalização das prospecções arqueológicas realizadas na área da UHE Itaocara I, que só foi possível pela intervenção judicial, foi registrado um sítio arqueológico do período histórico em Itaocara, no Estado do Rio de Janeiro, e uma AIC no município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais.

3.2.1 Sítio Arqueológico Fazenda das Cruzes – Coordenadas UTM 787470 E, 7597477 N. Ortofoto 22.

Perímetro: 324,10 m. Coordenadas UTM 787416 E, 7597494 N; 787469 E, 7597428 N; 787532 E, 7597458 N; 787499 E, 7597530 N.

Extensão e profundidade: Comprimento de 89,99 m; Largura de 84,15 m (área de 6.456 m²); profundidade de 10 cm.

Na propriedade de código IT 68A, pertencente ao Senhor Denílson Faria de Araújo, foi encontrado um sítio arqueológico com vestígios históricos em superfície (Figura 3.2.1.1). A sede da fazenda fica a sudoeste da área do sítio e apresenta alguns traços comuns as habitações mais antigas da área estudada, mas que foi reformada, revelando peças reaproveitadas entre seus elementos construtivos. Os alicerces da casa são revestidos por cimento (Figuras 3.2.1.2 a 3.2.1.4). Na área do sítio, que está situado na parte baixa de uma vertente suave, foram encontrados restos de alicerces de pedras recobertos parcialmente por argamassa e fragmentos de louça, grés, cerâmica, metal e vidro. Esta área está próxima de um afloramento rochoso formando um lajedo que está a margem da estrada que liga Itaocara a Cantagalo. O Rio Paraíba do Sul está a cerca de 70 m. As peças, encontradas em superfície, também foram observadas sobre o lajedo (Figuras 3.2.1.5 a 3.2.1.10).

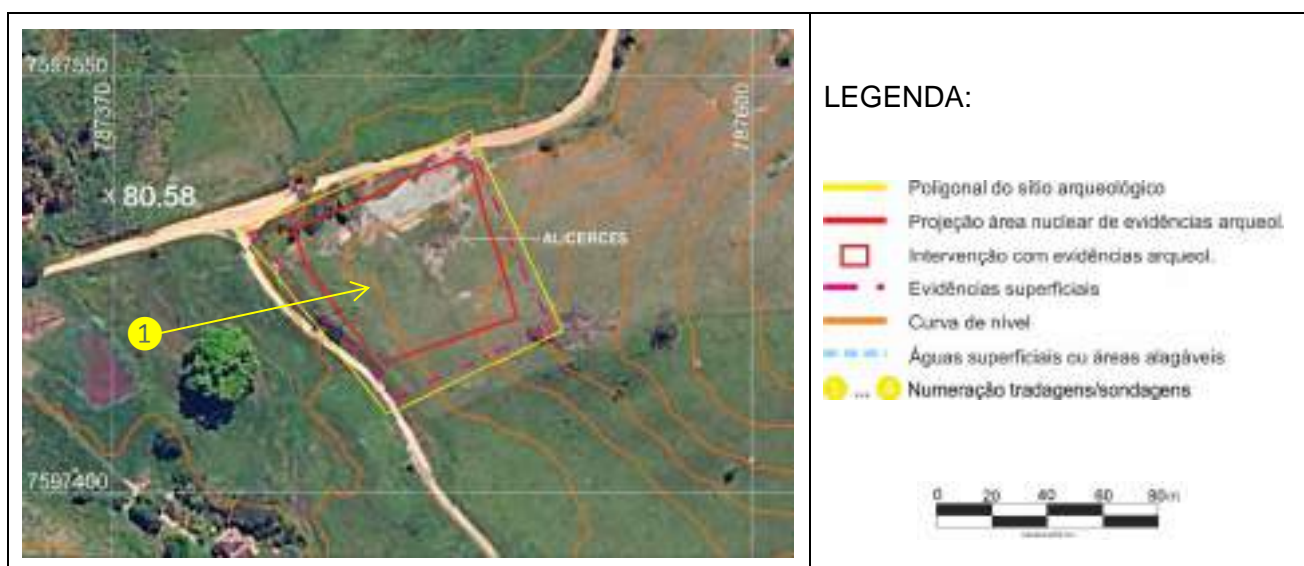


Figura 3.2.1.1 – Planta do sítio arqueológico Fazenda das Cruzes, Itaocara, RJ.



**Figura 3.2.1.2 – Vista geral da sede da propriedade IT 68A.
Coordenadas UTM 787580 E, 7597127 N.**



**Figura 3.2.1.3 – Edificação principal da sede da fazenda.
Coordenadas UTM 787580 E, 7597127 N.**



Figura 3.2.1.4 – Detalhes construtivos da edificação principal da sede da fazenda. Peça de esteio reaproveitada e alicerces com revestimento em cimento. Coordenadas UTM 787580 E, 7597127 N.



Figura 3.2.1.5 – Lajedo na área do sítio arqueológico e estrada de acesso a direita.



Figura 3.2.1.6 – Vista da área do lajedo e Rio Paraíba do Sul ao fundo.



Figura 3.2.1.7 – Vistas da área do sítio arqueológico Fazenda das Cruzes. Coordenadas UTM 787470 E, 7597127 N.



Figura 3.2.1.8 – Restos de alicerces com argamassa e cacos de telhas.
Coordenadas UTM 787492 E, 7597514 N.



Figura 3.2.1.9 – Vestígios arqueológicos em superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



**Figura 3.2.1.10 – Panela de ferro em superfície.
Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.**

Uma tradagem feita no entorno não revelou materiais arqueológicos. Com profundidade de 106 cm, foram identificadas duas camadas. A textura do sedimento era predominantemente arenosa com variações de marrom escuro e alaranjado (Figura 3.2.1.11).



Figura 3.2.1.11 – Vista da área e tradagem. Coordenadas UTM 787463 E, 7597472 N.

Os vestígios arqueológicos coletados são peças históricas, em geral, do século XIX, compreendendo um conjunto de louças decoradas (*transfer printing*, carimbada, borrão, com friso) e sem decoração, grés, vidro, cerâmica e um botão. Quanto aos fragmentos de vasilhames de vidro estes reúnem diversos tipos de base e corpo de garrafas (uma com parte de uma inscrição com as letras A., O e N, que não tiveram a origem identificada) nas cores verde escura, marrom, *aqua*, azul e incolor. Alguns fragmentos estavam alterados pelo calor, com deformações e impregnações na superfície (Figuras 3.2.1.12 a 3.2.1.29).

| VESTÍGIOS COLETADOS NO SÍTIO FAZENDA DAS CRUZES | | |
|---|--|--------------------------|
| NÍVEL | MATERIAL | Coordenadas UTM (SAD 69) |
| Superfície | 2 frag. de louça <i>transfer printing</i> no padrão <i>Willow</i> , 2 frag. de louça com decoração azul borrão, 2 frag. de louça com decoração carimbada policrômica, 1 frag. de louça com friso de cor preta, 1 frag. de borda de louça branca com decoração em relevo, 3 frag. de borda de louça branca, 7 frag. de louça branca, 2 frag. de grés, 1 frag. cerâmico com coloração vermelha, 1 botão de plástico, 19 frag. de garrafas diversas (2 de gargalo; 8 de fundo – um com inscrição -, 4 de corpo e 5 alterados pelo calor). | 787484,7597484 |
| Superfície | Parte de uma panela de ferro. | 787492,7597514 |

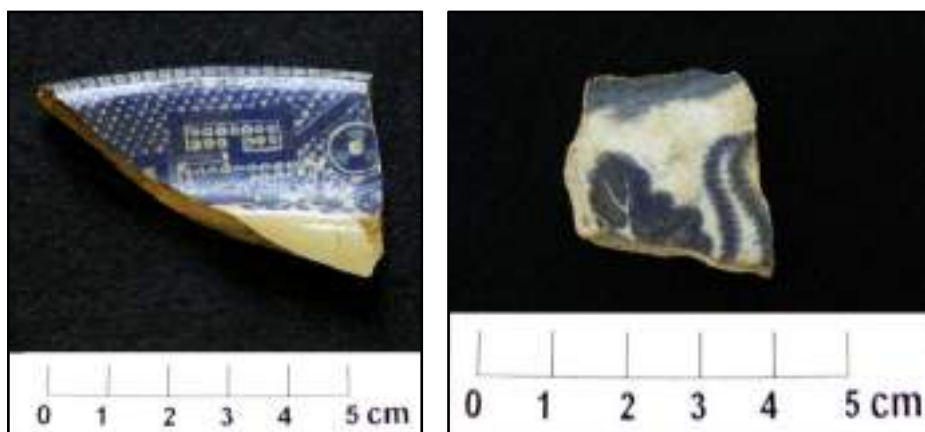


Figura 3.2.1.12 – Louças com decoração *transfer printing* no padrão Willow. Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.

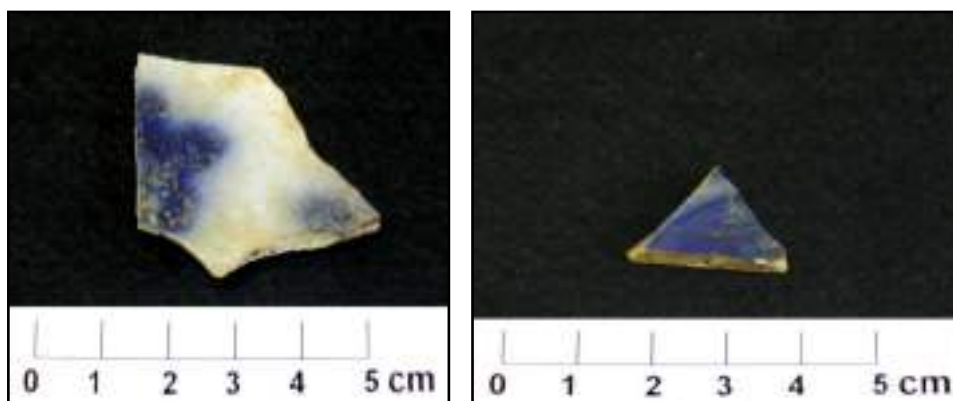


Figura 3.2.1.13 – Louças com decoração azul borrão. Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.

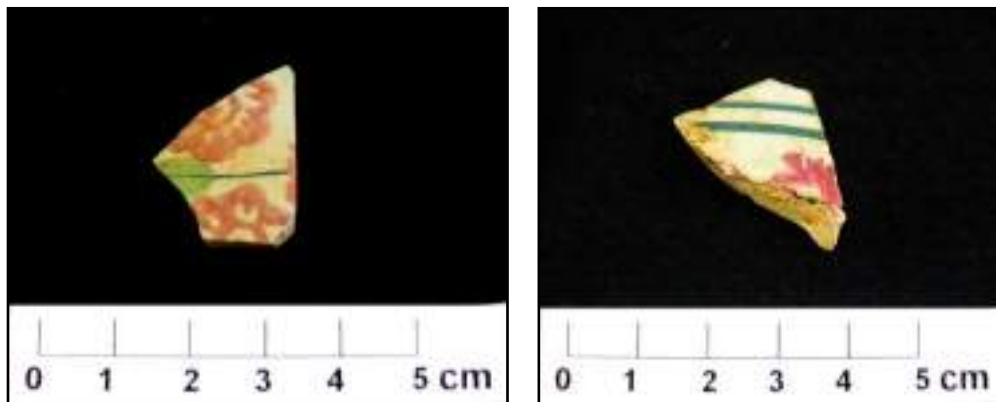


Figura 3.2.1.14 – Louças com decoração policrômica carimbada. Superfície.
Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.15 – Louça com friso na cor preta. Superfície.
Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.16 – Fragmentos de borda de louça. A esquerda, há um acúmulo de cor azulada.
A direita, decoração em relevo. Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.17 – Fragmentos de louça branca. Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.18 – Fragmentos de fundo de louça branca. A esquerda, com acúmulo azulado. Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.19 – Louça branca com superfície alterada. Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.

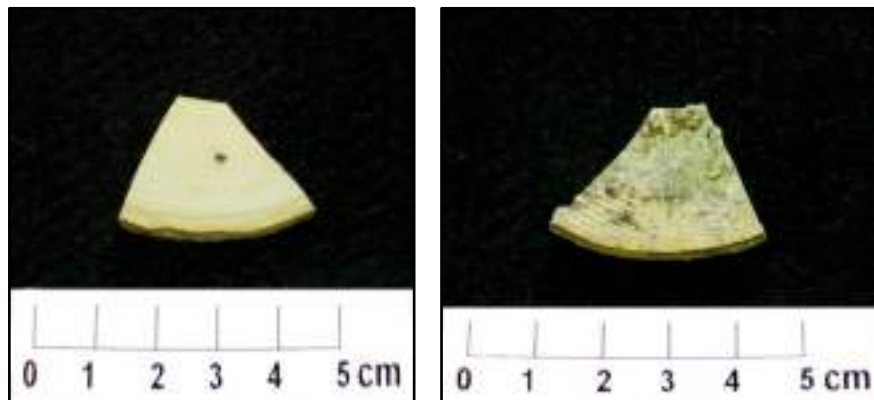


Figura 3.2.1.20 – Grés (face interna e externa do fundo de uma garrafa). Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.21 – Grés. Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.22 – Fundo de garrafa com inscrição em detalhe. Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.23 – Fundos de garrafas diversas.
Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.24 – Fundo de recipientes de vidro *aqua* e incolor.
Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.25 – Fragmentos de vidro.
Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



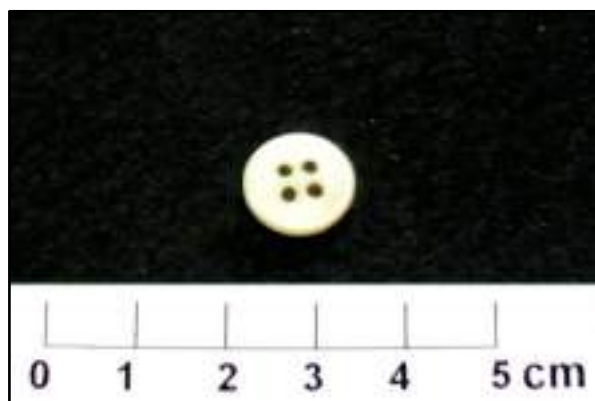
Figura 3.2.1.26 – Vidro azul.
Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.27 – Peças de vidro alterado pelo calor.
Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



Figura 3.2.1.28 – Fragmento cerâmico com coloração vermelha.
Superfície. Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.



**Figura 3.2.1.29 – Botão de plástico. Superfície.
Coordenadas UTM 787484 E, 7597484 N.**

3.2.2 Área de Interesse Cultural 41 – Coordenadas UTM 781597 E, 7596023 N. Ortofoto 30.

A sede da propriedade PI 25 a 27, de Honório Paula Coelho, foi reconhecida por seu interesse cultural em virtude das características das edificações e pela presença de restos de uma roda d'água no seu entorno. Estas características foram relevantes no conjunto do patrimônio cultural reconhecido nos estudos da área da UHE Itaocara I, representativas de elementos socioeconômicos diagnósticos da pesquisa arqueológica e do levantamento documental associado.

A propriedade fica próxima a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul e apresenta parte das estruturas com cobertura de telhas capa e canal, a edificação principal está assentada sobre alicerces de pedra e as paredes são de pau-a-pique (Figuras 3.2.2.1 a 3.2.2.5). Da roda d'água foram identificadas peças metálicas a 30 m da margem do rio (Figura 3.2.2.6). Apesar de algumas alterações com uso de materiais mais recentes, o conjunto da sede rural é relevante para o registro cultural da área de estudo.



Figura 3.2.2.1 – Vista da sede principal e do Rio Paraíba ao fundo.
Coordenadas UTM 781597 E, 7596023 N.



Figura 3.2.2.2 – Área posterior da sede e cobertura de telha capa e canal.
Coordenadas UTM 781597 E, 7596023 N.



Figura 3.2.2.3 – Detalhes das estruturas. Pau-a-pique e alicerce de pedra.
Coordenadas UTM 781597 E, 7596023 N.



Figura 3.2.2.4 – Detalhes da presença de pedras e cimento nas estruturas construtivas.
Coordenadas UTM 781597 E, 7596023 N.



Figura 3.2.2.5 – Complementação da cobertura com telhas mais recentes.
Coordenadas UTM 781597 E, 7596023 N.



**Figura 3.2.2.6 – Vestígios de roda d'água.
Coordenadas UTM 781697 E, 7596063 N.**

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização das prospecções arqueológicas na área da UHE Itaocara I ficou dependente da autorização judicial e foram realizadas com a presença de um oficial de justiça que garantiu a entrada da equipe de arqueologia nas propriedades. Os trabalhos realizados nas 17 propriedades restantes resultaram no achado de um sítio arqueológico em Itaocara, RJ e identificação de uma Área de Interesse Cultural em Pirapetinga, MG.

O sítio arqueológico, denominado Fazenda das Cruzes, revelou materiais do século XIX e alicerces de pedras nas proximidades de um lajedo na margem direita do Rio Paraíba do Sul.

A AIC identificada sob o número 41 está relacionada a um conjunto de edificações com traços antigos e restos de uma roda d'água próximo a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul.

Estes elementos culturais se integram ao conjunto de evidências reconhecidas na área do empreendimento, sendo ressaltada a sua localização na área do reservatório do mesmo. A relação com o total de 68 sítios arqueológicos é reproduzida aqui com o acréscimo do sítio Fazenda das Cruzes (Tabela 4.1). Nesta tabela são apresentadas as informações de caracterização e a recomendação em relação ao impacto previsto, neste caso, de resgate pelo fato do sítio estar localizado na área do reservatório.

Tabela 4.1 – Sítios arqueológicos encontrados nas prospecções da área da UHE Itaocara I.

| Município, Estado | Nome do sítio | Caracterização e elementos diagnósticos | Coordenadas UTM (central) e Ortofoto | Situação em relação a ADA | Recomendações |
|----------------------------|------------------------|--|--------------------------------------|---------------------------|------------------------|
| Pirapetinga, MG | Santo Antônio | Edificação antiga; louça trigal | 772868, 7593621. Ortofoto 38 | Fora da ADA | Registro no CNSA |
| | Pedra Furada | Edificação antiga; louça brasileira | 779357, 7595139. Ortofoto 29 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| Santo Antônio de Pádua, RJ | Barra de Santa Luzia 1 | Vestígios século XIX | 791110, 7599842. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Rezadeira 1 | Edificação antiga | 789707, 7600541. Ortofoto 16 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Rezadeira 2 | Edificação antiga | 789974, 7600260. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Engenho Zeca Santos | Vestígios século XIX; piso de pedras | 789755, 7599579. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Monjolo | Unidade de serviço rural; louça trigal | 788797, 7601283. Ortofoto 8 | APP/DUP | Proteção e sinalização |
| | Boa Vista 4 | Lito-cerâmico | 783941, 7597195. Ortofoto 21 | Reservatório | Resgate |
| | Boa Vista 5 | Edificação antiga; louça brasileira | 786776, 7601906. Ortofoto 8 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Boa Vista 6 | Vestígios século XIX; louça trigal, louça brasileira | 790063, 7599794. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Boa Vista 7 | Vestígios século XIX e XX | 790577, 7599709. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Santa Rosa 1 | Edificação e estrada antiga; louça trigal | 786717, 7599042. Ortofoto 15 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Santa Rosa 2 | Edificação antiga, barragem; louça brasileira | 786989, 7601723. Ortofoto 8 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Santa Rosa 3 | Edificação antiga, engenho | 787254, 7601848. Ortofoto 8 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Santa Cândida | Edificação antiga; louça brasileira | 787261, 7601349. Ortofoto 8 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Rezadeiro | Edificação antiga; louça brasileira; louça trigal | 786251, 7601233. Ortofoto 8 | APP/DUP | Proteção e sinalização |
| | Sinhá | Vestígios século XIX | 785281, 7598053. Ortofoto 21 | Reservatório | Resgate |

| Município, Estado | Nome do sítio | Caracterização e elementos diagnósticos | Coordenadas UTM (central) e Ortofoto | Situação em relação a ADA | Recomendações |
|--|---|---|---|----------------------------------|------------------------|
| Santo Antônio de Pádua, RJ (continuação) | São Domingos | Vestígios século XIX | 781767, 7600499. Ortofoto 14 | Reservatório e APP/DUP | Resgate* |
| | Cachoeira dos Patos 1 | Edificação antiga; roda d'água | 782739, 7596832. Ortofoto 21 | Reservatório | Resgate* |
| | Cachoeira dos Patos 2 | Vestígios século XIX | 782875, 7596052. Ortofoto 21 | Reservatório | Resgate |
| | Retiro Feliz | Edificação antiga | 786215, 7598374. Ortofoto 9 | Reservatório | Resgate* |
| | Ilha do José Meirelles | Lito-cerâmico | 786215, 7598374. Ortofoto 22 | Reservatório e APP/DUP | Resgate* |
| Aperibé, RJ | Boa Esperança | Lito-cerâmico | 794349 E, 7599654 N. Ortofoto 17. 796513 E, 7598843 N. Ortofoto 17 | Reservatório | Resgate |
| | Boa Vista 1 | Vestígios século XIX | 795842 E, 7599201 N. Ortofoto 17 | Canteiro de obras | Resgate |
| | Boa Vista 2 | Vestígios século XIX e XX | 796199 E, 7599317 N. Ortofoto 17. | Canteiro de obras e reservatório | Resgate |
| | Boa Vista 3 | Edificação antiga; vestígios século XX | 797996 E, 7598047 N. Ortofoto 25. | Canteiro de obras e reservatório | Resgate |
| | Paraíba do Sul 3 | Vestígios século XIX | 795016 E, 7599213 N. Ortofoto 17. | Fora da ADA. | Registro no CNSA |
| | Fazenda Angolinha | Vestígios século XX; louça trigal; local simbólico | 791909, 7601672. Ortofoto 9 | Reservatório | Resgate* |
| | Campo Alegre 1 | Edificação antiga, barragem, terreiro | 791913, 7599731. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Campo Alegre 2 | Vestígios século XIX, louça trigal | 792432, 7599195. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Campo Alegre 3 | Vestígios século XIX, muro de pedras, terreiro | 791415, 7599929. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Barra de Santa Luzia 2 | Vestígios século XIX, piso pedras | 791698, 7599828. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Barra de Santa Luzia 3 | Vestígios século XIX, Edificação, roda d'água | 791105, 7601897. Ortofoto 9 | APP/DUP | Proteção e Sinalização |
| | Valão do Novato | Vestígios século XIX, forno | 790607, 7602586. Ortofoto 9 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Lagoa 1 | Vestígios século XIX | 790844, 7602309. Ortofoto 9 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Lagoa 2 | Vestígios século XIX e XX | 790942, 7602780. Ortofoto 9 | Reservatório e APP/DUP | Resgate* |
| | Lagoa 3 | Edificação antiga, louça brasileira (padrão trigal) | 790978, 7602600. Ortofoto 9 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Lagoa 4 | Edificação antiga, louça brasileira | 793896, 7601150. Ortofoto 10 | Reservatório | Resgate |
| | Japona 1 | Edificação antiga; vestígios século XIX | 794459, 7601528. Ortofoto 10 | Reservatório | Resgate* |
| | Japona 2 | Vestígios século XIX | 794618, 7602381. Ortofoto 10 | APP/DUP | Proteção e Sinalização |
| | Japona 3 | Vestígios século XIX; louça brasileira | 795423, 7601538. Ortofoto 10 | Reservatório e APP/DUP | Resgate* |
| | Japona 4 | Vestígios do século XX | 793932, 7600218. Ortofoto 17 | Reservatório | Resgate* |
| Paraíba 2 | Vestígios século XIX | 793844, 7602743. Ortofoto 10 | Reservatório e APP/DUP | Resgate | |
| Complexo Bom Fim | Edificações século XX; louça brasileira | 792683, 7602974. Ortofoto 9 | Fora da ADA | Registro no CNSA | |
| Bom Fim | Vestígios século XIX | | | | |
| Cantagalo | Boa Nova 1 | Vestígios século XIX e XX | 785974, 7598025. Ortofoto 22 | Reservatório | Resgate* |

| Município, Estado | Nome do sítio | Caracterização e elementos diagnósticos | Coordenadas UTM (central) e Ortofoto | Situação em relação a ADA | Recomendações |
|-------------------------|------------------------|---|---|---------------------------|------------------------|
| Cantagalo (continuação) | Boa Nova 2 | Edificação antiga; louça brasileira | 786237, 7597924. Ortofoto 22 | Reservatório | Resgate |
| | Vargem Alegre 1 | Louça brasileira (padrão trigal) | 781260, 7595038. Ortofoto 29 | Reservatório | Resgate* |
| | Vargem Alegre 2 | Lito-cerâmico | 781575, 7595488. Ortofoto 30 | Reservatório | Resgate |
| | Vargem Alegre 3 | Edificação antiga; louça brasileira | 784786, 7595877. Ortofoto 30 | APP/DUP | Proteção e Sinalização |
| | Valão do Sapo | Vestígios século XX; louça brasileira | 784321, 7596559. Ortofoto 21 | Reservatório | Resgate* |
| | Complexo Porto Marinho | Lito-cerâmico e louça padrão trigal | 783203, 7596180. Ortofoto 30 | Reservatório | Resgate |
| | Vargem Grande | Vestígios século XX; louça brasileira (padrão trigal) | 777393, 7592739. Ortofoto 39 | APP/DUP | Proteção e Sinalização |
| | Santo Antônio | Vestígios século XIX, estruturas de pedra destruídas pelo arado | 775450, 7592256. Ortofoto 39 | APP/DUP | Proteção e Sinalização |
| | Paraíba 1 | Vestígios século XX | 774850, 7592604. Ortofoto 39 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Boa Vista 8 | Restos de engenho; louça brasileira | 773937, 7592074. Ortofoto 39 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Murundu 1 – Sede | Edificação antiga; louça brasileira (padrão trigal) | 772111, 7592463. Ortofoto 38 | Reservatório e APP/DUP | Resgate* |
| | Murundu 2 – Cemitério | Cemitério | 772419, 7592580. Ortofoto 38 | Fora da ADA | Registro no CNSA |
| | Murundu 3 – Moinho | Vestígios século XIX; Moinho | 773519, 7592962. Ortofoto 38 | Reservatório e APP/DUP | Resgate* |
| | Senzala | Vestígios século XIX | 779140, 7591178. Sem ortofoto | Fora da ADA | Registro no CNSA |
| Itacara | Complexo Palmital | Lito-cerâmico com vestígios século XX | 794125 E, 7597141 N. Ortofoto 24. | Fora da ADA | Registro no CNSA |
| | Paraíba do Sul 1 | Vestígios século XIX | 794975 E, 7596835 N. Ortofoto 24. | Fora da ADA | Registro no CNSA |
| | Paraíba do Sul 2 | Vestígios século XIX | 795082 E, 7596999 N. Ortofoto 24. | Fora da ADA | Registro no CNSA |
| | Cachoeira Grande | Edificações antigas; louça brasileira | 791323, 7598399. Ortofoto 23 | Reservatório e APP/DUP | Resgate |
| | Porto dos Santos 1 | Vestígios século XX (louça trigal) | 789336, 7598649. Ortofoto 23 | Reservatório | Resgate* |
| | Porto dos Santos 2 | Local antigo engenho; louça brasileira (padrão trigal) | 789688, 7599033. Ortofoto 16 | Reservatório | Resgate |
| | Porto da Cruz | Vestígios século XIX | 786669, 7597458. Ortofoto 22 | Reservatório | Resgate |
| | Fazenda das Cruzes | Vestígios do século XIX | 787470, 7597477 Ortofoto 22 | Reservatório | Resgate |

Notas:

Resgate* = Sítios que devem ser avaliados com maior detalhamento do projeto executivo do empreendimento para verificar sua situação de impacto definitivo e os que sofreram interferências profundas pelas atividades agrícolas. Desta forma, de acordo com o resultado do detalhamento, o resgate pode ser evitado ou não ser relevante devido ao comprometimento do contexto arqueológico.

5. ANEXOS

5.1 Planta Geral da UHE Itacara I – Sítios Arqueológicos e AICs

5.2 Planta do Sítio Arqueológico Fazenda das Cruzes

5.3 Ortofoto 22 com Sítio Arqueológico

5.4 Planta Geral da UHE Itacara I – Intervenções realizadas e eliminadas

6. FICHA DE CADASTRO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Nome do sítio: Fazenda das Cruzes

Outras designações e siglas:

Município: Itaocara

Localidade: Estrada S.S. do Paraíba - Itaocara P das Cruzes

Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio: Sítio Histórico com vestígios de alicerces de pedra próximo a um lajedo. Em

Sítios relacionados: superfície ocorrem fragmentos de louça, grés, vidro, cerâmica e metal.

CNSA:

UF: RJ

Nome do proprietário do terreno: Denilson Faria de Araújo

Endereço: Sítio Pedreira/Sítio Campo Alegre, Porto da Cruz, Zona Rural de Itaocara

CEP: 28570-000 Cidade: Itaocara

UF: RJ

E-mail:

Fone/Fax:

Ocupante atual: O próprio

Acesso ao sítio: A partir do centro de Itaocara, seguir pela RJ-158 em direção a Batatal por cerca de 5km. Após esta localidade, continuar pela estrada de terra que margeia o rio Paraíba do Sul (margem direita) por mais 14 km. No acesso a sede da IT 68A o sítio arqueológico está a esquerda, adjacente ao lajedo que se encontra a margem da estrada municipal.

Comprimento: 89,99 m Largura: 84,15 m Altura máxima: 0,1 m (a partir do nível do solo)

Área: 6456 m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico: Ortofoto 22 - LIGHT

Ano de edição: Órgão: IBGE DSG Outro Escala: 1:5000

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 23 E: 787470 N: 7597477

Perímetro: Zona: 23 E: 787416 N: 7597494

Zona: 23 E: 787469 N: 7597428

Zona: 23 E: 787532 N: 7597458

Zona: 23 E: 787499 N: 7597530

Unidade geomorfológica: Planalto

Compartimento topográfico: Planície de inundação

Altitude: 84 m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Rio Paraíba do Sul

Distância: 70 m

Rio: Paraíba do Sul

Bacia: Paraíba do Sul

GPS DATUM: SAD 69

Em mapa Margem de erro: 10 m

Outras referências de localização:

Vegetação atual:

- Floresta ombrófil Savana (cerrado)
 Floresta estaciona Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira

Outra:

Uso atual do terreno:

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada

Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

- Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítio: Habitação (ocupação permanente)

Forma Irregular

Tipo de solo: arenoso

Estratigrafia: Os materiais foram encontrados em superfície e sobre um lajedo no perímetro do sítio.

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso

Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão (fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |

Outras:

Artefatos:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado | <input type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Material histórico: Louças, grés, cerâmica, vidro, metal, botão de plástico

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

| | |
|----------------------------|----------------------------|
| Artefatos líticos: | Tradições: |
| | Fases: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |
| Artefatos cerâmicos | Tradições: |
| | Fases: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |
| Arte rupestre: | Tradições: |
| | Estilos: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição: O sítio se encontra na área do reservatório da UHE Itaocara I.

Medidas para preservação: Salvamento Arqueológico

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Lígia Zaroni

Endereço: Avenida Olindo Pereira 114

CEP: 24426-000 **Cidade:** São Gonçalo

UF: RJ

E-mail: arquetec.4@gmail.com

Fone/Fax: 21 2628 9874

Data do registro: 08/06/2017 **Ano do registro:** 2017 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Prospeção Arqueológica na Área de Influência da UHE Itaocara I, Rio Paraíba do Sul

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Nome da instituição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

| | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|---|---------------------------------|
| Documentação produzida (quantidade) | Mapa com sítio plotado: | 1 | Foto preto e branco: |
| | Croqui: | | Reprografia de imagem: |
| | Planta baixa do sítio: | | Imagem de satélite: |
| | Planta baixa dos locais afetados: | | Cópia total de arte rupestre: |
| | Planta baixa de estruturas: | | Cópia parcial de arte rupestre: |
| | Perfil estratigráfico: | | Ilustração do material: |
| | Perfil topográfico: | | Caderneta de campo: |
| | Foto aérea: | 1 | Vídeo / filme: |
| | Foto colorida: | 5 | Outra: |

Bibliografia:

Observações

Responsável pelo preenchimento da ficha: Lígia Zaroni




Data: 08/06/2017 Localização dos dados:

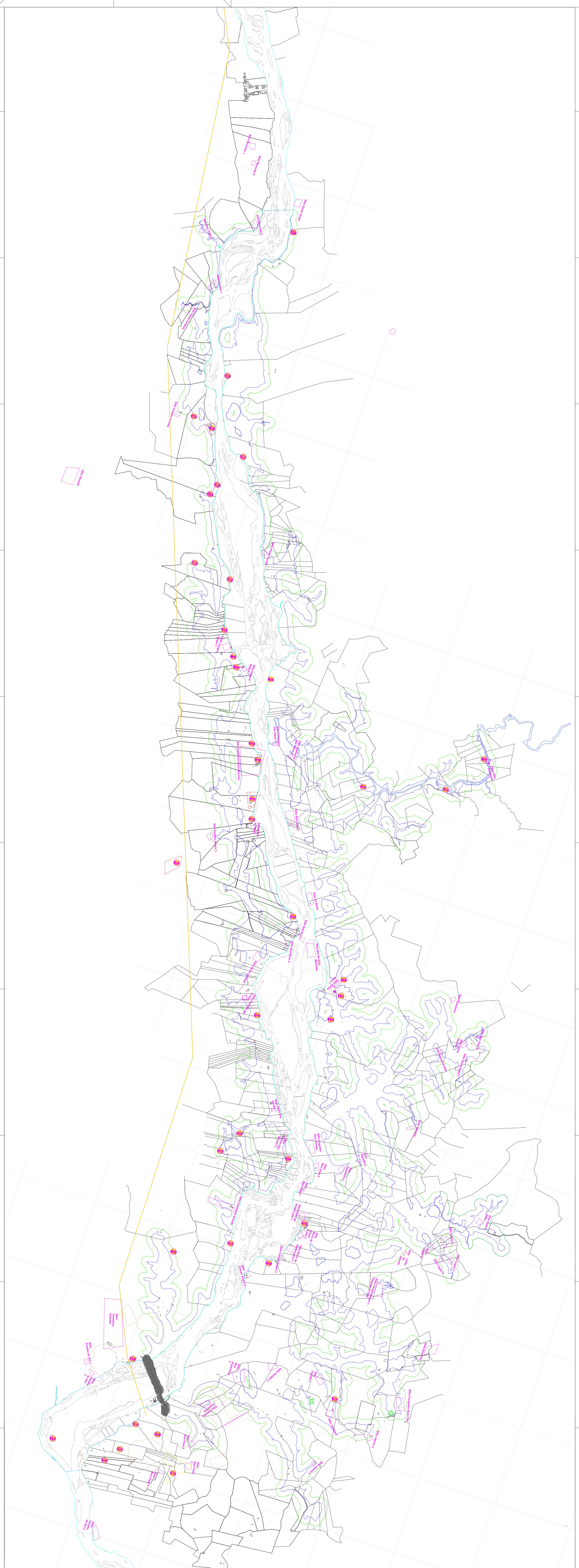
Atualizações

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

| | | | |
|---|------|-------|--------|
| UHE ITACARAI | | | |
| PROGRAMA DE INSPEÇÃO AMBIENTAL | | | |
| PROJETO | DATA | FECHA | ESCALA |
| | | | |
|  | | | |

| | |
|---|------------------------|
|  | LIMITE DE TERRITÓRIO |
|  | LAGO |
|  | CORRETORES DE MARGEM |
|  | ÁREAS DE PROTEÇÃO |
|  | ÁREAS DE INTERFERÊNCIA |
|  | ÁREAS DE PROTEÇÃO |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |
|  | OPERAÇÕES DE CIMA |





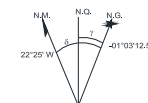
LEGENDA:

- Poligonal do sítio arqueológico
- Projeção área nuclear de evidências arqueol.
- Intervenção com evidências arqueol.
- - - Evidências superficiais
- Curva de nível
- - - Águas superficiais ou áreas alagáveis

LOCALIZAÇÃO NA ORTOFOTO 22:



NORTE
DECLINAÇÃO MAGNÉTICA EM JUL/2009
E CONVERGÊNCIA MERIDIANA
DO CENTRO DA FOLHA



A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA
VARIA 4" W / ANO

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - UTM
ORIGEM EQUADOR E MERIDIANO CENTRAL DE 45° W
COEFICIENTE DE DEFORMAÇÃO LINEAR (K): 0,9996
DATUM VERTICAL: IMBITUBA - SC (GEÓIDE LOCAL)
DATUM HORIZONTAL: SAD 69 - Realização 2005
VÔO LASER / FOTOGRÁFICO NA ALTURA DE 2000 m
DATA DO VÔO: 20/04/2009 e 01/05/2009



ESCALA GRÁFICA



PROJETO:

**UHE ITAOCARA I
PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA**

TÍTULO:

PLANTA - SÍTIO FAZENDA DAS CRUZES

EMPRESA:



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Lígia Zaroni

DATA: 08/06/2017

DESENHISTA:

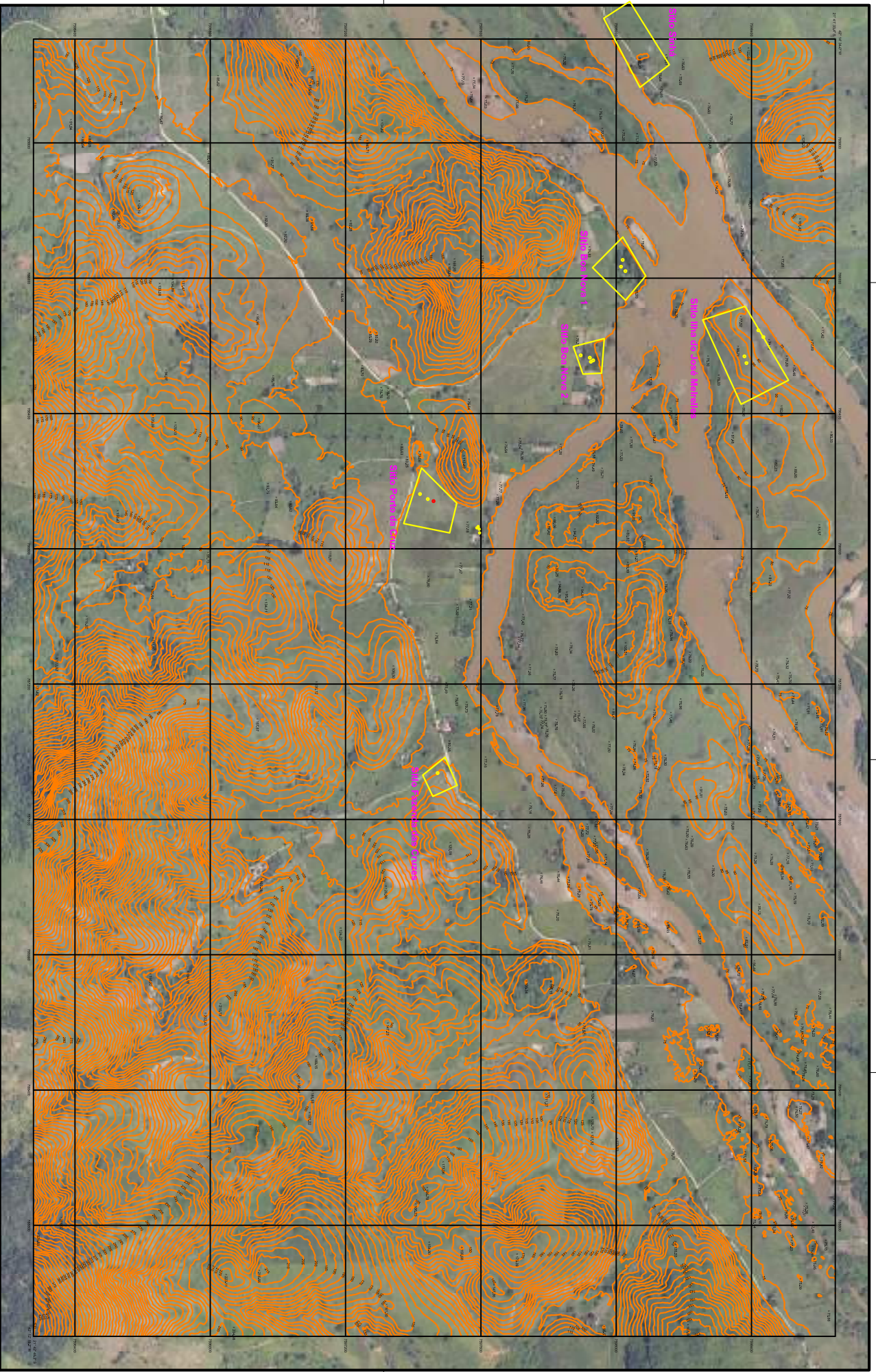
Lígia Zaroni

REFERÊNCIA:

Ortofotocarta 22. Área da UHE Itaipava.
Execução da Lactec/Cehpar.
Propriedade da Light S.A.

Nº DESENHO:

3.2.1



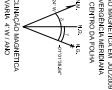
LEGENDA - ARQUEOLOGIA

- POLÍGONOS DE SÍTIO
- PONTOS DE ANOTAÇÃO DE SÍTIO
- ANOTAÇÕES DE SÍTIO
- ESTABECIMENTO DE SÍTIO

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- CONTORES DE SÍTIO
- CONTORES DE TERRENO
- 1:5000

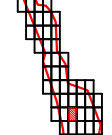
NORTE



DADOS TÉCNICOS

PROJEÇÃO UTM (UTM - UTM), ZONA 18S, ESCALA DE REDUÇÃO 1:5000
 COORDENADAS UTM (UTM - UTM), ZONA 18S, ESCALA DE REDUÇÃO 1:5000
 DATA DE ATUALIZAÇÃO DO MAPA: 2024
 ESCALA ORIGINAL: 1:5000
 ESCALA ATUAL: 1:5000

LOCALIZAÇÃO DA FOLHA



ARTICULAÇÃO

| | | | |
|----------|----------|----------|----------|
| FOLHA 14 | FOLHA 15 | FOLHA 16 | FOLHA 17 |
| FOLHA 22 | FOLHA 23 | FOLHA 24 | FOLHA 25 |



MAPEAMENTO DIGITAL A LASER

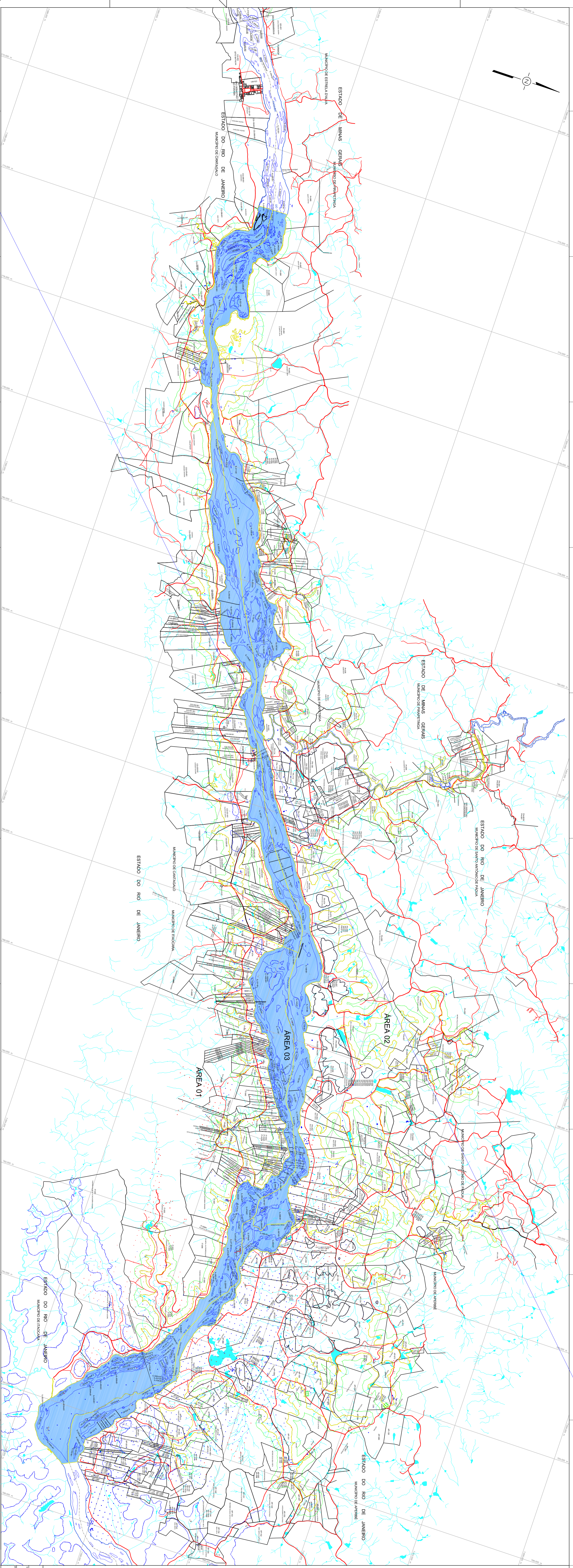
ESCALA: 1:5000
 FOLHA 22
 ORTOFOTOCARTAS
 DPRA / DIVE - Divisão de Geossucessões
 Mapeamento Digital a Laser

UNIE ITAACARA
 Companhia de Saneamento de Itaipava
 Rua Alexandre Gusmão, 100 - Vila Militar - Rio de Janeiro - RJ
 CEP: 22250-000 - Fone: (21) 2552-0000 - Fax: (21) 2552-0001
 E-mail: atendimento@unieitaacara.com.br - www.unieitaacara.com.br

CONIS91
 Companhia de Saneamento de Itaipava
 Rua Alexandre Gusmão, 100 - Vila Militar - Rio de Janeiro - RJ
 CEP: 22250-000 - Fone: (21) 2552-0000 - Fax: (21) 2552-0001
 E-mail: atendimento@conis91.com.br - www.conis91.com.br

UNIE ITAACARA
 Companhia de Saneamento de Itaipava
 Rua Alexandre Gusmão, 100 - Vila Militar - Rio de Janeiro - RJ
 CEP: 22250-000 - Fone: (21) 2552-0000 - Fax: (21) 2552-0001
 E-mail: atendimento@unieitaacara.com.br - www.unieitaacara.com.br

UNIE ITAACARA
 Companhia de Saneamento de Itaipava
 Rua Alexandre Gusmão, 100 - Vila Militar - Rio de Janeiro - RJ
 CEP: 22250-000 - Fone: (21) 2552-0000 - Fax: (21) 2552-0001
 E-mail: atendimento@unieitaacara.com.br - www.unieitaacara.com.br





UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.35.4.5

Portaria n. 09_2016

(publicada no DOU de

02_2016)



**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL**
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E
FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
PORTARIA Nº 9, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferido pela Portaria n.º 172, de 07/04/2014, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I- Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan n.º 230/02;

II- Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan n.º 230/02;

III- Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV- As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à anuência do Iphan à Licença de Instalação dos empreendimentos;

V- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

VI- Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII- Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO CURADO

ANEXO I

01-Processo n.º 01502.003606/2015-01
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Arapapá
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
02-Processo n.º 01502.003609/2015-37
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Angical 2
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Processo n.º 01502.003604/2015-12
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Carcará
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Caetité, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
04-Processo n.º 01502.003601/2015-71
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Papagaio
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior

Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
05-Processo n.º 01502.003607/2015-48
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Caititu 3
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
06-Processo n.º 01502.003605/2015-59
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Caititu 2
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
07-Processo n.º 01502.002805/2015-94.
Projeto: Projeto de Monitoramento Arqueológico Subaquático e Educação Patrimonial nas Áreas de Influência das Obras de Ampliação da Ponta Norte, e Levantamento Arqueológico da Área Impactada do Porto de Salvador
Arqueólogo Responsável: Luis Felipe Freire Dantas Santos
Apóio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Estadual de Santa Cruz - NE-PAB/UESC
Área de Abrangência: Município de Salvador, Estado da Bahia

Prazo de validade: 05 (cinco) meses
08-Processo n.º 01512.003357/2015-27
Projeto: Pesquisas Arqueológicas na Parte Baixa e Alta da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas
Arqueóloga Coordenadora: Neli Teresinha Galceri Machado

Apóio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Setor de Arqueologia - UNIVATES
Área de Abrangência: Municípios de Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio, Marques de Souza, Pouso Novo, Muçum, Itapuca, Foutoura Xavier, Arvozerinha e Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
09-Processo n.º 01514.004921/2014-28
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica - Atividades Agrossilvopastoris - Florestadora Perdizes LTDA

Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo de Oliveira Enéas
Apóio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Perdizes, Santa Juliana e Pedrinópolis, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
10-Processo n.º 01409.000117/2015-58
Projeto: Diagnóstico Prospectivo e Educação Patrimonial na área da Fazenda Eldorado
Arqueólogo Coordenador: Celso Perota
Apóio Institucional: Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS

Área de Abrangência: Município de Montanha e Mucurici, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
11-Processo n.º 01450.004711/2013-41
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Arqueólogo Coordenador: Felipe André do Nascimento Coelho

LAB Apóio Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira -
Área de Abrangência: Municípios de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais; Santo Antonio de Pádua, Aperibé, Itaocara e Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
12-Processo n.º 01450.011519/2009-24
Projeto: Monitoramento, Resgate e Educação Patrimonial da Ferrovia Transnordestina - Trechos Eliseu Martins - PI e Missão Velha/Porto do Pecém - CE
Arqueólogo Coordenador: Rosiane Limaverde Vilar Mendonça

Apóio Institucional: Universidade Regional de Cariri - Museu de Paleontologia de Santana do Cariri
Área de Abrangência: Municípios de Missão Velha, Iguatu, Senador Pompeu, Quixadá, Baturité, Maranguape, Pecém, Estado do Ceará. Eliseu Martins, Itaueira, Simplicio Mendes, Paulistana, Estado do Piauí, Trindade, Estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO II

01-Processo n.º 01512.001841/2013-50
Projeto: Diagnostico Arqueológico Prospectivo e Interventivo para o Empreendimento Central Geradora Eólica Fronteira Sul I, II e III

Arqueólogo Coordenador: Jorge Luiz de Oliveira Viana e Luciana da Silva Peixoto.

Apóio Institucional: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - Universidade Federal de Pelotas
Área de Abrangência: Município de Santana do Livramento, estado do Rio grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Comissária de Despachos Vanzin Ltda
Empreendimento: Terminal Graneleiro Vanzin
Processo n.º 01512.003215/2015-60
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Terminal Graneleiro Vanzin
Arqueólogo Coordenador: João Carlos Radünz Neto
Arqueólogo de Campo: João Carlos Radünz Neto
Apóio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - Universidade Federal do Rio Grande
Área de Abrangência: Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: COPASA
Empreendimento: ETE Ventura Luís
Processo n.º 01514.004251/2015-21
Projeto: Acompanhamento Arqueológico, decorrente da 1ª etapa de Implantação da Estação de Tratamento de Esgotos ETE Sede (ETE Ventura Luís)

Arqueólogo Coordenador: Jaionara Rodrigues Dias da Silva
Arqueólogo de Campo: Mariana Zanchetta Otaviano
Apóio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Chamon Energias Renováveis Ltda
Empreendimento: CGH Osmário Saraiva
Processo n.º 01508.000805/2015-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da CGH Osmário Saraiva
Arqueólogo Coordenador: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Ícaro Rêgo Soares
Apóio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal do Paraná - CEPA/FUNPAR/UFPR
Área de Abrangência: Municípios de Cascavel e Catanduvas, Estado do Paraná

Prazo de Validade: 07 (sete) meses

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 05/2015, Seção I, Anexo I, Página 08, Permissão n.º 08, de 10/02/2016, onde se lê: "Município: Manguinhos", leia-se: "Município: Rio de Janeiro".

**SECRETARIA DA CIDADANIA E DA
DIVERSIDADE CULTURAL**

PORTARIA Nº 11, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre a divulgação da fase de habilitação do Edital de Divulgação n.º 11, de 4 de dezembro de 2015 - Chamada Pública para Participação no Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

A SECRETÁRIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto n.º 7.743, de 31 de maio de 2012, resolve:

Art.1º - Divulgar o resultado da fase de habilitação das inscrições enviadas ao Edital de Divulgação n.º 11 de, 4 de dezembro de 2015 - Chamada Pública para Participação no Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), publicado no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2015, Seção 3, páginas 15 a 17 até o dia 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Em conformidade com o item 6.5. Os candidatos inabilitados poderão submeter pedido de reconsideração à Comissão Técnica de Habilitação, no prazo de 05 (cinco) dias corridos ao dia subsequente à publicação do resultado desta fase, por meio de formulário (anexo 2) a ser enviado para 6 o endereço eletrônico: comitelgbt@cultura.gov.br. O formulário será disponibilizado no sítio www.cultura.gov.br.

Ofício 23/2015.

Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 2015.

Ilma Sra.

Rosana Pinhel Mendes Najjar

Diretora do Centro Nacional de Arqueologia

SEPS - Qd. 713/913 - Bloco D - Edifício Iphan - 3º Andar

CEP: 70390-135 - Brasília/DF

Assunto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial

Ref.: Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I

Prezada Diretora,

Cumprimentando-o, venho por meio deste, mui respeitosamente, encaminhar o *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial* respectivo a Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, relativo ao salvamento arqueológico de parte dos sítios arqueológicos registrados e aprovados pelo Ofício N° 0413/2013 / CNA/DEPAM/IPHAN de 16 de Julho de 2013.

Encaminho três volumes com igual conteúdo, sendo 1 com todos os documentos originais e 2 com documento copiados.

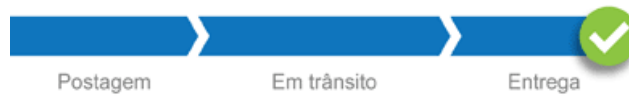
Nestes termos, agradeço a atenção e atendimento, renovo meus votos de estima e consideração, e me coloco à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.



Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogo e Historiador
Responsável Técnico do Programa

SX016591725BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
29/10/2015 09:13 Brasília / DF

29/10/2015
09:13
Brasília / DF

Objeto entregue ao destinatário

29/10/2015
07:56
Brasília / DF

Objeto saiu para entrega ao destinatário

28/10/2015
22:07
Rio De Janeiro / RJ

Objeto encaminhado

de Unidade Operacional em Rio De Janeiro / RJ para Unidade de Distribuição em Brasília / DF

28/10/2015
17:13
Rio De Janeiro / RJ

Objeto encaminhado

de Agência dos Correios em Rio De Janeiro / RJ para Unidade Operacional em Rio De Janeiro / RJ

28/10/2015
15:28
Rio De Janeiro / RJ

Objeto postado



AUTONOMIA
arqueologia

Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaipava I

Rio de Janeiro - RJ
2015

AUTONOMIA ARQUEOLOGIA – Serviços de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Educação
contato@autonomia-arqueologia.com
Fones: +55 21 3083-9367 / 3083-9368
www.autonomia-arqueologia.com

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Apresentação | 1 |
| 2. Ficha Técnica do Projeto | 2 |
| 3. Delimitação da Área de Abrangência e Caracterização do Empreendimento | 3 |
| 3.1. Fase atual do empreendimento – da Área do Canteiro de Obras | 4 |
| 4. Relação dos Sítios Arqueológicos e Áreas de Interesse Cultural (AIC) que serão pesquisados | 6 |
| 4.1. Sítio Arqueológico Fazenda Angolinha | 8 |
| 4.2. Sítio Arqueológico Boa Vista 1..... | 10 |
| 4.3. Sítio Arqueológico Boa Vista 2..... | 12 |
| 4.4. Área de Interesse Cultural 1 | 14 |
| 4.5. Área de Interesse Cultural 4 | 15 |
| 4.6. Área de Interesse Cultural 5 | 16 |
| 5. Plano de Trabalho do Projeto de Salvamento dos Sítios Arqueológicos e Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs)..... | 18 |
| 5.1. Objetivo..... | 18 |
| 5.2. Conceituação e Metodologia | 18 |
| 5.3. Projeto de Salvamento Arqueológico | 19 |
| 5.3.1. Delimitação das áreas de escavações sistemáticas | 22 |
| 5.4. Projeto de Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs) | 24 |
| 6. Projeto de Educação Patrimonial | 25 |
| 6.1. Apresentação | 25 |
| 6.2. Justificativa | 26 |
| 6.3. Objetivos | 28 |
| 6.4. Metodologia..... | 30 |
| 7. Referências | 35 |

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaipava I
Outubro de 2015

| | |
|--------------------------------|----|
| 8. Cronograma de Execução..... | 36 |
| 9. Equipe Técnica..... | 37 |
| ANEXO 1..... | 38 |
| ANEXO 2..... | 39 |
| ANEXO 3..... | 40 |
| ANEXO 4..... | 41 |

2. Ficha Técnica do Projeto

Nome do Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I.

Etapa atual: Obtenção de permissão para execução das atividades de Salvamento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial.

Período de Execução: 6 meses.

Executor do Projeto:

Autonomia Arqueologia - Serviço de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Educação Ltda.

Endereço: Rua Barão de São Francisco, 373 sl 420

CEP: 20541-371 – Vila Isabel – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3083-9367 / 3083-9368 / 99758-9120 (Filipe)

Responsável Técnico: **Filipe André do Nascimento Coelho**

filipe.coelho@autonomia-arqueologia.com

Financiamento do Projeto:

Consórcio UHE Itaocara

Representante Legal: **Luiz Carlo Amarilho**

Endereço: Avenida Marechal Floriano, 168, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.080-002

Telefones: (21) 8022-3435 / 3861-2800

Instituição de Endosso à Pesquisa e Guarda do Material Arqueológico:

Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB)

Representante Legal: **Jeanne Cordeiro de Oliveira**

Endereço: Rua Queimada n 5, Bairro Santa Cruz da Serra

Duque de Caxias - RJ

Telefone: (21) 2678-3153 / (21) 3273-3725

arqueolabbrasil@gmail.com

1. Apresentação

O presente Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial referente à fase de implantação da Área do Canteiro de Obras do empreendimento UHE Itaocara I, visa dar continuidade às atividades de Arqueologia das áreas onde serão executadas as obras para implantação da UHE Itaocara I, no Rio Paraíba do Sul. A implantação da UHE Itaocara I em sua totalidade abrange os municípios de Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara e Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro, e o município de Pirapetinga, no Estado de Minas Gerais. Todavia na fase atual de implantação da Área do Canteiro de Obras, abrangerá o município de Aperibé-RJ.

Este documento compreende a descrição e caracterização dos serviços a serem realizados para as atividades de Arqueologia, que integram “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I”, em conformidade com as diretrizes propostas pela Legislação Federal em vigência, em especial à Lei Federal nº 3.924/1961, Decretos Federais nº 25/1937 e nº 3.551/2000, Portaria SPHAN nº 007/1988, Portaria IPHAN nº 230/2002 (vigente à época do início do processo), Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015; e ao texto da Constituição Federal de 1988, Artigos 215 e 216, destinando-se assim à promoção de resguardo e salvaguarda do acervo arqueológico e patrimonial cultural, visando o engrandecimento e enriquecimento do Patrimônio Cultural do país.

Em virtude da inserção do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes ao meio ambiente, durante a década de 1980, a pesquisa arqueológica foi incluída nos estudos ambientais através da Resolução CONAMA 001/1986, estabelecendo que os sítios arqueológicos de natureza histórica e pré-histórica são objetos de estudo a serem componentes importantes na consideração da emissão das Licenças Ambientais de tais empreendimentos.

3. Delimitação da Área de Abrangência e Caracterização do Empreendimento

A UHE Itaocara I é um empreendimento para geração de energia hidrelétrica a ser implantado no baixo Paraíba do Sul, na divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta usina abrange os municípios indicados no **Quadro 0**.

Quadro 0 – Municípios da Área de Influência do Empreendimento

| UF | Município | Tipo de interferência |
|----|------------------------|---------------------------|
| MG | Pirapetinga | Reservatório |
| RJ | Santo Antônio de Pádua | Reservatório |
| | Aperibé | Reservatório e Barramento |
| | Itaocara | Reservatório e Barramento |
| | Cantagalo | Reservatório |

O arranjo geral consiste na implantação das estruturas de barramento, vertimento e geração alinhadas ao longo do eixo situado na extremidade montante da ilha Serena, com extensão total de cerca de 1.240 m. As estruturas de concreto serão posicionadas com o vertedouro na calha do canal esquerdo da Ilha Serena e o muro divisor, tomada d'água e casa de força na margem esquerda. O muro de abraço para encosto da barragem será situado à direita do vertedouro. A partir deste muro desenvolve-se a barragem, de aterro compactado, até o encontro com a ombreira direita.

A ADA, assim como no EIA/RIMA, foi definida como o conjunto das áreas destinadas à instalação da infraestrutura necessária à implantação e operação do empreendimento, que no caso da UHE Itaocara I, equivalem a:

- áreas inundadas permanentemente em função do barramento;
- terrenos destinados ao estabelecimento da Área de Preservação Permanente (APP) do Reservatório;
- os trechos afetados por redução de vazão, barramentos, diques e canais;

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

- áreas destinadas à obras civis decorrentes ou associadas ao empreendimento, como a Linha de Transmissão, vilas residenciais, alojamentos, canteiros de obras, vias de acesso aproveitadas ou novas, áreas de empréstimo, bota-foras, e áreas de segurança.

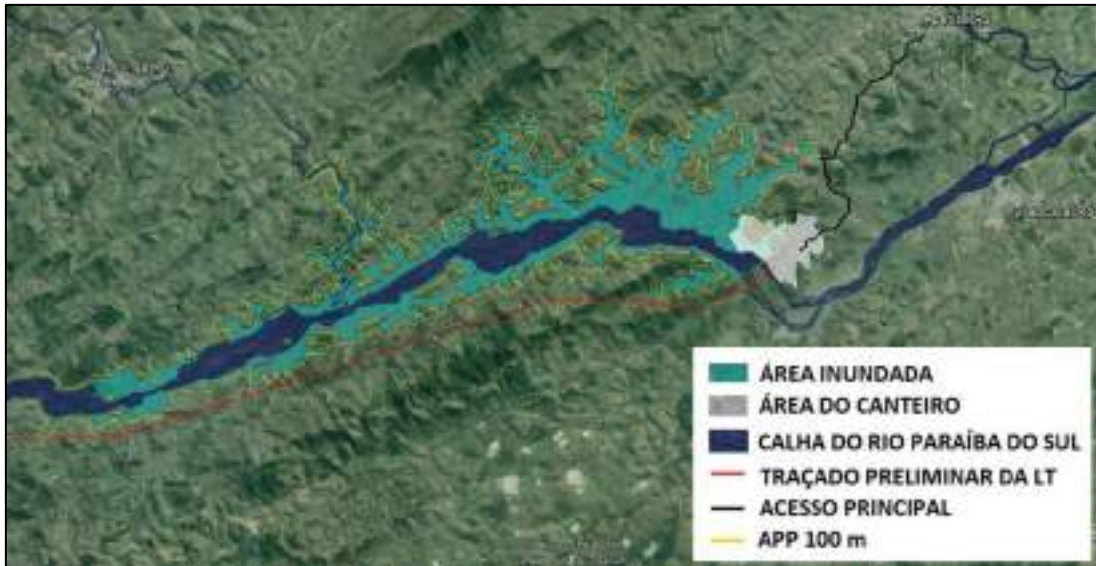


Figura 3-1 – Área Diretamente Afetada - ADA

3.1. Fase atual do empreendimento – da Área do Canteiro de Obras

A primeira etapa do empreendimento UHE Itaocara I, consiste nas obras das estruturas do acampamento provisório, para construção alojamentos, escritórios, refeitório, sanitários, oficinas, almoxarifado, áreas de empréstimo, áreas de segurança, entre outras. Além disso, os primeiros acessos internos dentro do canteiro serão definidos e abertos em função da necessidade do Consórcio Construtor em interligar as estruturas do canteiro, jazidas de solo, rocha e areia já identificadas pelos estudos de sondagem. A coleta de resíduos e efluentes será específica para esta fase quando serão utilizados, banheiros químicos ou fossas sépticas e containers para a destinação primária dos resíduos, que serão oportunamente remanejados para os aterros sanitários regionais.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 3-2 – Estruturas do Canteiro de Obras

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
 Outubro de 2015

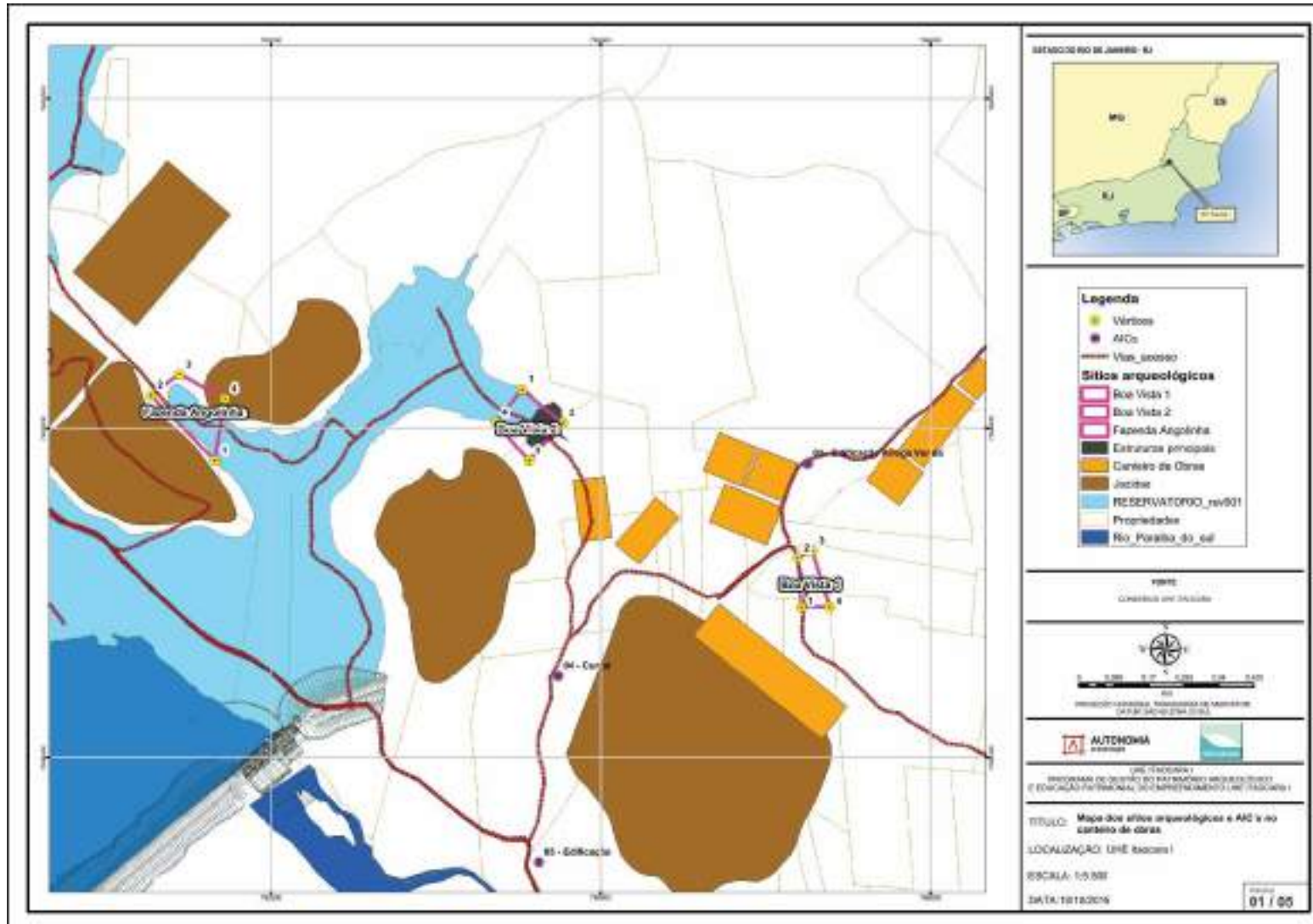
4. Relação dos Sítios Arqueológicos e Áreas de Interesse Cultural (AIC) que serão pesquisados

Durante a execução do “Projeto de Prospecção Arqueológica na Área de Influência da UHE Itaocara I, Rio Paraíba do Sul”, autorizado e amparado pela Portaria IPHAN nº 25, de 3 de agosto de 2011, (Publicado no DOU de 5 de agosto de 2011), e emissão do “Relatório de Prospecções Arqueológicas da Área do Canteiro de Obras”, com aprovação pelo CNA-IPHAN a partir do Ofício 0413/2013/CNA/DEPAM/IPHAN (Brasília, 16 de julho de 2013), foram identificados 9 sítios arqueológicos e 6 Áreas de Interesse Cultural (AIC).

| Nome do sítio ou Área de Interesse Cultural (AIC) | Coordenadas UTM (centrais) e Ortofoto | Situação em relação ao AID | Recomendações |
|---|---------------------------------------|---|--------------------------------|
| Boa Vista 1 | 795013 E, 7598843 N Ortofoto 17 | Área do canteiro de obras | Resgate |
| Boa Vista 2 | 795842 E, 7599201 N Ortofoto 17 | Área do canteiro de obras e do reservatório | Resgate |
| Boa Vista 3 | 796189 E, 7599317 N Ortofoto 17 | Área do canteiro de obras e do reservatório | Resgate |
| Faz. Angolinha | 795016 E, 7599213 N Ortofoto 17 | Área do reservatório | Resgate |
| Boa Esperança | 794349 E, 7599654 N Ortofoto 17 | Área do reservatório | Resgate |
| Complexo Palmital | 794125 E, 7597141 N Ortofoto 24 | Área do canteiro de obras | Resgate |
| Paraíba do Sul 1 | 794975 E, 7598835 N Ortofoto 24 | Área do canteiro de obras | Resgate |
| Paraíba do Sul 2 | 795082 E, 7596999 N Ortofoto 24 | Adjacente a área do canteiro de obras | Resgate amostral e sinalização |
| Paraíba do Sul 3 | 797995 E, 7598047 N Ortofoto 25 | Fora da AID | Registro no CNSA |
| AIC 1 | 795459 E, 7599068 N Ortofoto 17 | Área do canteiro de obras | Registro detalhado |
| AIC 2 | 796642 E, 7597758 N Ortofoto 24 | Área do canteiro de obras | Registro detalhado |
| AIC 3 | 796350 E, 7597966 N Ortofoto 24 | Área do canteiro de obras | Registro detalhado |
| AIC 4 | 795853 E, 7598552 N Ortofoto 24 | Área do canteiro de obras | Registro detalhado |
| AIC 5 | 795006 E, 7598100 N Ortofoto 24 | Área do canteiro de obras | Registro detalhado |
| AIC 6 | 796565 E, 7598895 N Ortofoto 24 | Área do canteiro de obras | Registro detalhado |

Destes, apenas 3 sítios arqueológicos e 3 AICs serão atualmente impactados pela implantação do Canteiro de Obras (como se pode verificar no mapa adiante), para os quais, portanto, se propõe ação de Salvamento Arqueológico (medida dedicada aos sítios arqueológicos) e Registro detalhado (às AICs).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itacara I
Outubro de 2015



Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

A caracterização de cada um dos sítios arqueológicos e AICs para os quais se propõe o desenvolvimento de pesquisas está disposta a seguir:

4.1. Sítio Arqueológico Fazenda Angolinha

Em um vale estreito na esquerda do Rio Paraíba do Sul, na propriedade da Sra. Maria José Dias de Souza (AP-022), informações orais indicaram que existia nesta área um conjunto de casas relativamente antigas (provavelmente da metade do século XIX), que já não estão mais aparentes. Um morador local, Sr. Floriano, de quase 80 anos de idades, relatou que morou nesta área quando era criança e que ali existia uma grande fazenda, denominada à época como “Fazenda Angolinha”, e que esta fazenda era já bastante antiga na época de sua infância. Sr. Floriano detalhou que era um local central de realização de festejos da região, que aconteciam nas voltas de algumas casas de famílias que já habitavam ali (ele lembre de ao menos 3 casas no eixo em que foram identificados os vestígios arqueológicos durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica).

Aliás, no percorrimto desta área durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica, encontraram-se alinhamentos de coqueiros que são possíveis indicativos da presença de sedes de fazendas antigas. Nas intervenções arqueológicas, revelou-se uma camada do solo com sedimento mais escuro, associada à presença de carvão, e coletaram-se materiais arqueológicos característicos do século XIX.

Em virtude da memória dos moradores sobre a história local, em cruzamento com os dados arqueológicos levantados, a área foi considerada sítio arqueológico e delimitada.

Este sítio foi delimitado por um polígono do qual os vértices têm as seguintes coordenadas UTM (SAD'69):

| | |
|---|--------------------------|
| 1 | 23K 794912 E / 7599284 N |
| 2 | 23K 794976 E / 7599213 N |
| 3 | 23K 795090 E / 7599249 N |
| 4 | 23K 795071 E / 7599116 N |

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.1-1 – Paisagem do sítio Fazenda Angolinha, com a presença dos coqueiros alinhados.



Figura 4.1-2 – Sondagem aberta durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica, com camada de carvões e outros vestígios arqueológicos (prof. máx. 80cm).



Figura 4.1-3 – Fragmento de vidro lilás encontrado na referida sondagem.



Figura 4.1-4 – Fragmento de cerâmica encontrado na referida sondagem.



Figura 4.1-5 – Fragmento de cerâmica (telha) encontrado na referida sondagem.

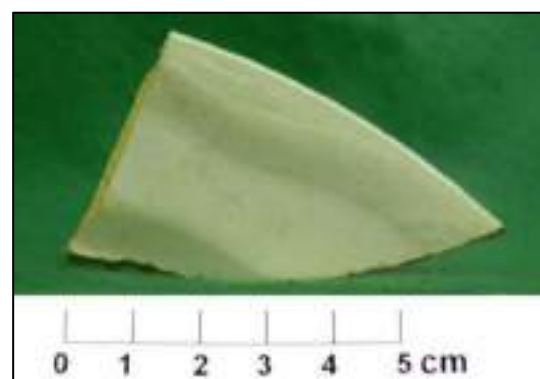


Figura 4.1-6 – Fragmento de louça (decoração trigal) encontrado na referida sondagem.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

4.2. Sítio Arqueológico Boa Vista 1

No entorno de uma casa de pau-a-pique, situada na propriedade n.AP-010, do Sr. Aceolino da Silva Maia, foram encontrados vestígios de louça, cerâmica vitrificada e vidro e metal (destacando-se uma garrafa de vidro com fundo com a inscrição “Rocha Leão”, respectivo ao contexto do século XIX). Os vestígios arqueológicos encontram-se dispersos pela superfície do terreno, mesclados a materiais de lixo recente da casa atual.

Este sítio foi delimitado por um polígono do qual os vértices têm as seguintes coordenadas UTM (SAD'69):

| | |
|---|--------------------------|
| 1 | 23K 796481 E / 7598880 N |
| 2 | 23K 796524 E / 7598898 N |
| 3 | 23K 796555 E / 7598739 N |
| 4 | 23K 796489 E / 7598737 N |



Figura 4.2-1 – Casa de pau-a-pique na área onde foram encontrados os vestígios arqueológicos.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.2-2 – Material arqueológico encontrado em um corte feio na lateral da casa de pau-a-pique.



Figura 4.2-2 – Sondagem aberta durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica.



Figura 4.1-4 – Fragmentos de cerâmica (de telhas e vasilhames) encontrado na referida sondagem – entre 0 e 20cm.



Figura 4.1-4 – Fragmentos de cerâmica (de telhas e vasilhames) encontrado na referida sondagem – entre 20 e 40cm.



Figura 4.1-4 – Fragmentos de vidro (fundo de garrafa com a inscrição “Rocha Leao”) encontrado na referida sondagem, na superfície.

4.3. Sítio Arqueológico Boa Vista 2

De acordo as atividades de Prospecção Arqueológica, ao circular uma estrada de acesso à propriedade n.AP-015, de Sra. Amélia Vieira Dias, foram encontrados vestígios arqueológicos ao longo de um corte no terreno que se estende por cerca de 50 m. Foram coletados fragmentos de louças (um deles com a inscrição “Boch F...”, que corresponde à marca “Boch Frères” ou Boch et frères Lalouvière”, de uma fábrica de louças com produção aproximada entre 1880 e 1900. Segundo relato do morador da respectiva área, Sr. Eugênio Dias, ali ficava a casa de sua bisavó. No entorno há um pequeno lago e uma parte mais elevada do terreno – o que poderia indicar o local desta antiga casa.

Este sítio foi delimitado por um polígono do qual os vértices têm as seguintes coordenadas UTM (SAD'69):

| | |
|---|--------------------------|
| 1 | 23K 795757 E / 7599210 N |
| 2 | 23K 795816 E / 7599288 N |
| 3 | 23K 795907 E / 7599210 N |
| 4 | 23K 795825 E / 7599131 N |



Figura 4.2-1 – Prospecção visual, estrada onde se identificaram vestígios arqueológicos.



Figura 4.2-2 – Fragmentos de encontrado na sondagem realizada no entorno deste local (UTM, SAD'69, 23K 795842 E / 75992001 N).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.2-3 – Fragmentos de metal encontrado em superfície – ponto onde se decidiu abrir uma sondagem (UTM, SAD'69, 23K 795842 E / 75992001 N).



Figura 4.2-4 – Fragmentos de metal da imagem ao lado (respectivo a parte de uma panela de ferro), retirado do solo e tratado em curadoria.



Figura 4.2-5 – Fragmentos de metal, cerâmica e vidro encontrados na referida sondagem.



Figura 4.2-6 – Fragmentos de metal e vidro encontrados na referida sondagem.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.2-7 – Fragmentos de louça, vidro e cerâmica encontrados em outra intervenção (UTM, SAD'69, 23K 795835 E / 7599183 N).



Figura 4.2-8 – Fragmento de louça com a inscrição “Boch F...”.

4.4. Área de Interesse Cultural 1

De acordo com informação oral, indicou-se a existência de uma antiga edificação de uso comercial, popularmente denominada de “venda” e nesse local fora encontrados restos de reboco e fragmentos de telha. Pode ser vista uma área mais elevada no local que compreende a área da edificação. Situado na propriedade n.AP-013, do Sr. Adalton da Silva Maia, este local tem interesse para a dinâmica da ocupação da região e se encontra em uma área de acesso fácil, próximo a estrada de terra (ver imagens abaixo).

Coordenadas de referência: UTM 23K 796459 E / 7599068 N (DATUM SAD'69).



Figura 4.1-1 - Vista da área mais elevada onde relatou-se ser o local da antiga “venda” (esq.) e detalhe da sondagem aberta na execução do Projeto de Prospecção Arqueológica, com restos de tijolos e telhas (dir.).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

4.5. Área de Interesse Cultural 4

Consiste em um curral, instalado na propriedade n.AP-002, da Sra. Cléa Dias. Esta estrutura possui piso de pedras, cobertura de telhas canal e na sua construção, provavelmente foram aproveitados esteios de outras estruturas antigas, o que segundo a informação dos moradores e pela observação das características das edificações desta região, representa um costume local, de reutilização dos materiais de casas antigas. No interior do curral foi encontrada uma trempe (ver figura a seguir). Segundo os moradores ainda, estes currais são utilizados atualmente para o armazenamento e encaixotamento de produtos agrícolas, como quiabo, aipim etc. O levantamento mais detalhado desta AIC poderá ter grande contributo à interpretação dos impactos promovidos por atividades antrópicas recentes sobre os sítios arqueológicos, principalmente a questão do reuso dos materiais antigos.

Coordenadas de referência: UTM 23K 795853 E / 7598553 N (DATUM SAD'69).



Figura 4.5-1 – Vista do curral (esq.) e seu interior, onde se pode ver a trempe (dir.).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.5-2 – Sondagem aberta nas proximidades do curral, durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica.



Figura 4.5-3 – Vestígios materiais de ocupação recente (vidros e cerâmicas) encontrados na sondagem referida.



Figura 4.5-4 – Frasco com inscrição (do conjunto mostrado à esquerda).

4.6. Área de Interesse Cultural 5

Na área de propriedade da Sr. Cléa Dias (propriedade n.AP-002) foram encontrados fragmentos de louça branca e um de louça do tipo *mocha* até uma profundidade de 20 cm no solo. No local, segundo um morador, Sr. Hildebrando, havia uma construção de pau-a-pique e nas proximidades um poço. Aliado às informações orais sobre uma outra ocupação mais antiga (talvez século XIX) nas proximidades, a ocorrência de materiais recentes, do contexto do início do século XX (apesar da presença do fragmento de

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

louça *mocha*, que a princípio é do contexto do século XIX), justificou a caracterização desta área apenas como AIC. Seu levantamento poderá ter grande contributo à interpretação dos impactos promovidos por atividades antrópicas recentes sobre os sítios arqueológicos.

Coordenadas UTM 23K 795806 E / 7598100 N (DATUM SAD'69).



Figura 4.6-1 – Sondagem aberta durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica.

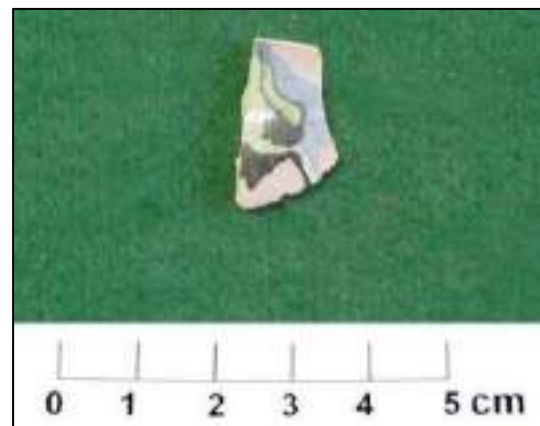


Figura 4.6-2 – Fragmento de louça do tipo mocha encontrado na sondagem ao lado.



Figura 4.6-1 – Tipos diferentes de materiais recentes encontrados da referida sondagem (vidros, metais, louças, cerâmicas e plástico), que remetem até ao início do século XX.

5. Plano de Trabalho do Projeto de Salvamento dos Sítios Arqueológicos e Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs)

5.1. Objetivo

O Projeto de Salvamento de sítios arqueológicos localizados na área de implantação do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, tem por objetivo principal intensificação das pesquisas arqueológicas e históricas e produção de conhecimento científico a partir das evidências arqueológicas registradas durante as atividades de campo e laboratório realizadas na etapa de Prospecção Arqueológica. Esse estudo dará subsídios para compreensão do contexto etno-histórico, cultural e arqueológico, em âmbito local e nacional, da área do empreendimento. O Projeto de Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs), por sua vez tem viés mais historiográfico e sociológico, de período recente e âmbito local, entretanto, a análise da cultura material do cotidiano envolvida pode servir para interpretações de determinados fatores presentes também nos sítios arqueológicos.

5.2. Conceituação e Metodologia

O conceito de Patrimônio Cultural compreende uma diversidade de elementos que caracterizam uma determinada sociedade, reunindo aspectos de suas tradições, hábitos e conhecimentos técnicos, que se encontram refletidos na sua cultura material e imaterial (BENTLEY, 1987; BOURDIEU, 1983a; BOAS, 2007; JORGE, 2007). O Patrimônio Arqueológico insere-se no âmbito do Patrimônio Cultural Material.

Este conceito, em geral, se refere a um conjunto complexo que inclui todos os bens materiais e imateriais resultantes da experiência de um povo ou grupo humano num determinado espaço e tempo (JORGE, 2007). Por isso, envolve também a ideia de patrimônio histórico ambiental, uma vez que hoje se concebe o ambiente como um resultado da ação humana, portanto um ambiente culturalmente construído (DIEGUES, 1994).

Quando nos referimos ao patrimônio cultural, aludimos então, a todas as manifestações vivenciais de um determinado povo. As artes (plástica, cênica, música, dança, literatura, dentre outras), as bebidas, a indústria, os negócios, a agricultura, a língua, a ciência, a religião, a história, a pré-história e até o governo, todas elas são incluídas no rol de patrimônio (JORGE, 2007).

Outro aspecto envolvido no estudo sobre o Patrimônio Cultural é a existência de locais no qual a população possui um especial interesse, cujos parâmetros simbólicos devem ser analisados com atenção e resgatadas suas características (UNESCO, 1972). Tais parâmetros utilizados, então, devem considerar os traços reconhecidos nos locais de interesse cultural e serem avaliados, segundo os critérios de conservação

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

dos contextos sócio-cultural e ambiental, atribuindo-se devida relevância aos locais onde estes estejam comprometidos (JORGE, 2007).

Assim sendo, qualquer ação de impacto sobre uma dada região e seu povo ou habitantes, deve planejar e elaborar projetos de valorização para a preservação do patrimônio cultural, uma vez que é pelo valor simbólico socialmente atribuído, ou pela destinação dos bens culturais que lhe são socialmente dados, que os elementos integrantes do patrimônio cultural nacional podem ser preservados para (re)conhecimento das populações atuais e futuras (Resolução CONAMA nº 01/1986; UNESCO, 1972).

Para a verificação das áreas e demais aspectos de interesse relevantes, destinados à proteção do Patrimônio Cultural, faz-se importante o conhecimento e reconhecimento, por parte dos habitantes locais do entorno ao Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, do patrimônio local, caracterizado pelos ritos, danças, festejos, áreas de reunião, áreas naturais, cênicas e paisagísticas e as demais classificações de patrimônio.

A execução do Programa de Educação Patrimonial é fundamental para os procedimentos de pesquisa e engrandecimento do conhecimento, tanto das comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento, uma vez que expõe as características deste e apresenta-lhes o patrimônio cultural local existente, quanto das pessoas diretamente envolvidas com a execução das obras, já que também lhes apresenta noções de preservação e conservação do patrimônio cultural, integrando-os ao local geográfico do empreendimento e sua respectiva história.

Em relação à proteção do Patrimônio Arqueológico, para a verificação das áreas de interesse arqueológico, faz-se importante também o conhecimento de todos os terrenos/áreas a serem utilizados quando da execução das obras, bem como também a própria área de construção do empreendimento a ser erigido. Essa atividade foi desenvolvida no Projeto de Prospecção Arqueológica, em conformidade com os preceitos da Arqueologia Preventiva.

A partir do Patrimônio Arqueológico identificado e registrado na área do empreendimento (Canteiro de Obras – UHE Itaocara I) novas medidas de proteção de são previstas. Como forma de compensar a possível destruição física dos sítios arqueológicos, o IPHAN, por meio da execução de serviço de salvamento arqueológico nos sítios que serão impactados. Além disso, serão desenvolvidas atividades de Monitoramento Arqueológico nas áreas que sofrerão intervenções em subsuperfície, previstas pelo projeto de obras civis. Essa medida visa a produção de conhecimento científico arqueológico e, conseqüentemente, sua incorporação à Memória Nacional.

5.3. Projeto de Salvamento Arqueológico

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

Os sítios arqueológicos identificados e delimitados durante a execução do Projeto de Prospecção do Patrimônio Arqueológico serão abordados de forma intensiva nesta nova etapa dos trabalhos arqueológicos.

As escavações nos sítios arqueológicos listados deverão ser realizadas de maneira minuciosa, sendo feito registro detalhado de suas características, e de seu entorno, assim como a coleta de material cultural estatisticamente significativa, sob a ótica quali-quantitativa, para produção de conhecimento arqueológico da área abordada. A concatenação dos resultados obtidos em campo e em laboratório deverão compensar a perda física do sítio arqueológico.

A metodologia empregada nesta fase envolve as etapas a seguir:

1ª Etapa: Consiste no cercamento integral do perímetro dos 3 sítios arqueológicos que integram este Programa, a fim de evitar danos acidentais ao patrimônio arqueológico registrado e que será alvo de pesquisa intensiva.

2ª Etapa: Elaboração de malha arqueológica para intervenções de subsuperfície.

A malha arqueológica servirá como suporte para abertura de sondagens (1x1m) ou trincheiras (0,5x3m ou 0,5x6m), que serão escavadas a fim de resgatar de modo integral a camada arqueológica. Esta malha estará inserida em áreas de 9m², que cobrirão integralmente os sítios arqueológicos.

3ª Etapa: Escavação por Decapagem Artificial.

A decapagem artificial consiste na criação de níveis artificiais de escavação, onde o arqueólogo designa horizontes artificiais, a cada 10 ou 20 cm, com o objetivo de: i) entender a dinâmica de sedimentação geológica do sítio; ii) evidenciar a dispersão e arranjo em profundidade dos vestígios arqueológicos; iii) identificar se houve reocupação da área do sítio e quando ocorreu; iv) inferir, por meio da espessura dos pacotes sedimentares contendo material arqueológico, o tempo de ocupação; v) identificar, por meio da textura, granulometria e forma (estruturas sedimentares), os paleoambientes de deposição dos pacotes sedimentares existentes.

A escavação por decapagem artificial deve obedecer aos seguintes procedimentos:

- Aprofundamento da quadrícula – o aprofundamento da quadrícula deve ser feito de forma manual, com ferramental adequado, onde os sedimentos serão retirados até a evidenciação dos vestígios arqueológicos. Tais sedimentos serão retirados da quadrícula por meio de pás plásticas e depositados em local previamente destinado e devidamente identificado (com a mesma identificação da quadrícula a qual foi retirado), para que seja peneirado segundo o nível artificial.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

Tal procedimento visa a localização de vestígios arqueológicos que porventura não tenha sido evidenciados durante a decapagem.

- Evidenciação de vestígios – quando encontrados, os vestígios arqueológicos devem ser alocados em relação ao zoneamento da quadrícula, à profundidade e à posição em que foi encontrado. Este procedimento visa o entendimento do vestígio arqueológico no contexto da área do sítio e contribui para o entendimento do próprio vestígio no contexto de deposição.
- Registro dos vestígios – todos os vestígios devem ser registrados da seguinte forma: I) registro fotográfico com escala; II) confecção de croqui locacional do vestígio em relação à quadrícula e ao contexto existente nesta.
- Resgate e acondicionamento – todos os vestígios arqueológicos serão resgatados e acondicionados de acordo com sua natureza constituinte, a saber:
 - ✓ Vestígios de origem orgânica (restos vegetais, carvão, ossos): não poderá ter contato com material que contenha carbono, sendo envolto em papel alumínio e acondicionado em caixas plásticas;
 - ✓ Vestígios de origem não-orgânica (cerâmica, faianças, vidro, líticos, ...): será acondicionado em sacos plásticos, e em seguida acondicionado em caixas plásticas;

Obs.: 1) todo material coletado será identificado com etiqueta de localização da zona da quadrícula e profundidade em que foi encontrado;

2) todo material coletado será acondicionado em caixas de acordo com o quadriculamento da área de abrangência do sítio arqueológico.

4ª Etapa: Levantamento Estratigráfico dos Sítios.

O Levantamento Estratigráfico das áreas onde serão feitas as intervenções arqueológicas, será realizado objetivando o entendimento deposicional dos vestígios arqueológicos em profundidade, relacionando-os à dinâmica ambiental da região.

5ª Etapa: Levantamento Topográfico dos Sítios.

O Levantamento Topográfico das áreas onde serão feitas as intervenções arqueológicas, visando o salvamento dos sítios, será realizado por profissional habilitado em topografia. O objetivo desse serviço é localizar espacialmente, o polígono dos sítios arqueológicos em relação à topografia do terreno.

6ª Etapa: Levantamento Arquitetônico.

Será realizado Levantamento Arquitetônico de todos os remanescentes estruturais de edificações evidenciados durante a etapa de Prospecção Arqueológica, e que estão inseridos nos perímetros dos sítios

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

registrados, assim como as que porventura possam ser evidenciadas durante a etapa de escavação intensiva. Este serviço será realizado por profissional de arquitetura habilitado.

7ª Etapa: Curadoria e Acondicionamento.

As atividades de Curadoria consistem na higienização, catalogação e análise laboratorial do material arqueológico coletado durante as escavações.

Suas ações deverão seguir os seguintes procedimentos:

- Higienização do material coletado – todo material, com exceção do material de origem orgânica (restos vegetais, carvão, ossos), deverá ser lavado em água corrente, com uso de escova dental macia para melhor identificação dos atributos técnico-funcionais dos artefatos.
- Análise e catalogação – todo material coletado será analisado e catalogado por profissional especialista em curadoria, segundo sua natureza e área de procedência. A análise desses vestígios tem o objetivo de produzir informações que possibilitem a interpretação da dinâmica social desse espaço e a correlação entre os sítios.
- Acondicionamento – todo material será acondicionado em caixas plásticas Marfinite, no padrão exigido pelo IPHAN, protegidos por ethapon. A arrumação das peças nas caixas deverá obedecer à ordem de quadriculamento da área de abrangência do sítio arqueológico.

8ª Etapa: Elaboração de Relatório Final.

Os resultados das pesquisas de Salvamento Arqueológico serão descritos em relatório específico onde deverão ser discriminados a metodologia utilizada, as atividades de campo e os levantamentos bibliográficos complementares para a definição dos elementos culturais identificados.

5.3.1. Delimitação das áreas de escavações sistemáticas

As primeiras intervenções de subsuperfície terão cunho preliminar com intuito de localizar áreas com concentração de vestígios arqueológicos associados às atividades cotidianas pretéritas ou remanescentes estruturais de edificações. Nesta etapa as escavações serão feitas na forma de sondagens (1x1m) e trincheiras (0,5x3m), dispostas em arranjo hexagonal sobre a malha arqueológica (KRAKKER ET AL., 1983 apud ARAUJO, 2001), e distanciamento regular (**Figura 5.3-1**).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

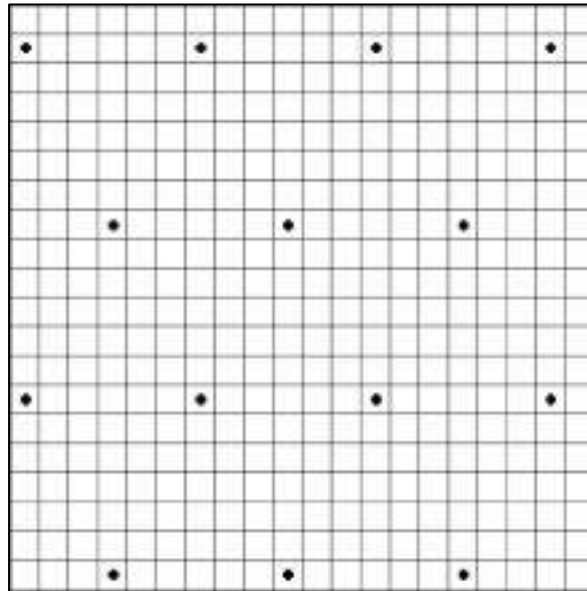


Figura 5.3-1 - Exemplo de arranjo hexagonal de distribuição de intervenções de subsuperfície sobre malha arqueológica.

A partir da identificação das áreas com maior concentração de vestígios arqueológicos será aplicado o método *open-area*, que está relacionado à escavação em superfície ampla. A correlação entre as áreas escavadas será realizada a partir dos princípios estratigráficos estabelecidos pela Matriz Harris (HARRIS,1991).

Para as áreas de concentração de material arqueológico, identificadas durante o Projeto de Prospecção Arqueológica será aplicado o método de *open-area* diretamente.

5.4. Projeto de Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs)

Este Projeto consiste na realização das seguintes etapas de trabalho:

1ª Etapa: Levantamento de bibliografia especializada sobre a história local da região do início do século XX até os dias atuais e de pesquisas socioeconômicas sobre a Mesoregião do Noroeste Fluminense;

2ª Etapa: Realização de entrevistas com moradores do município de Aperibé, com foco nos hábitos recentes e as permanências de hábitos antigos típicos da região;

3ª Etapa: Levantamento de campo em busca de maiores dados da cultura material encontrada em cada um dos diferentes espaços considerados AIC, observações sobre a paisagem destas áreas e levantamentos arquitetônicos de edificações presentes nelas (atividade não-interventiva e sem a coleta de exemplares);

4ª Etapa: Cruzamento de dados e informações e realização de um relatório com reflexões conceituais no campo dos estudos da cultura material e da história local;

6. Projeto de Educação Patrimonial

6.1. Apresentação

As atividades de Educação Patrimonial também se incluem neste Programa de Gestão como forma de promover o primeiro contato entre as pesquisas e a comunidade local residente nas áreas contíguas ao empreendimento. Tal ação visa divulgar a importância da preservação dos bens culturais locais, assim como também apresentar os bens patrimoniais materiais que compõem o contexto etno-histórico da região.

A educação é um dos campos fundamentais da produção e reprodução da vida social e, por isso, um valor universal e incontestável. Além disso, o aprimoramento contemporâneo dos métodos e técnicas pedagógicas tem mostrado que a educação pode ser uma das principais ferramentas para a geração de liberdade e autonomia, desde que conjugue a mediação e o estímulo ao crescimento individual, com a promoção de atividades ao mesmo tempo reflexivas, críticas e compreensivas de questões do passado e do presente das sociedades, dentro de um programa de mobilização de recursos coletivos e institucionais e com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

A Educação Patrimonial, por sua vez, é um campo transdisciplinar e que cumpre um papel social bastante específico: o de mediar e estimular o conhecimento sobre questões históricas e culturais dentro de atividades ligadas à preservação de bens de valor especial, enquadrados na categoria de Patrimônio Cultural.

Os critérios para a definição de determinados bens como Patrimônios Culturais têm se modificado bastante ao longo dos últimos anos. De acordo com tendências mais recentes, abandonam-se as propostas que privilegiam os bens culturais de valor excepcional (de apenas um período histórico, apenas com um determinado estilo ou apenas respectivo a uma classe ou grupo social), mas, sim, envolvendo os bens culturais de todas as épocas (inclusive os atuais, quando se fala de Patrimônio Vivo ou Patrimônio Imaterial), os mais diversos estilos e de múltiplas origens sociais (principalmente os relacionados à população comum e às classes trabalhadoras, que têm menor disposição e regularidade de recursos para a mobilização de atividades de preservação de seu patrimônio cultural).

Além disso, no momento atual a atribuição de patrimônio cultural a conjuntos urbanos ou à paisagem ao redor de determinadas localidades ou regiões tem aparecido com bastante força, rompendo com conceitos mais antigos de valorização de uma determinada edificação ou de um conjunto de materiais isoladamente.

Uma parte substancial da preservação do Patrimônio Cultural depende de atividades científicas especializadas, dedicadas à caracterização minuciosa, registro, resgate, restauração, conservação e divulgação do respectivo bem cultural. Essas atividades são compostas, portanto, pela atuação,

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

interdisciplinar ou multidisciplinar, de campos como a arqueologia, arquitetura, antropologia, história, meio ambiente, biologia, museologia, arquivologia, geografia, biblioteconomia, etc.

Contudo, apesar da necessidade objetiva de aplicação destas especialidades, a preservação do patrimônio cultural deve ocorrer paralelamente à apreciação pública, isto é, balizar-se democraticamente nos interesses sociais preexistentes e nos interesses sociais gerados no decorrer da atuação destas atividades, sendo a Educação Patrimonial o espaço ideal para o exercício deste diálogo.

No Brasil, o órgão governamental dedicado ao Patrimônio Cultural, em âmbito federal, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nas últimas décadas este órgão tem sido o principal apoiador e representante das propostas mais adequadas para o exercício das atividades de preservação patrimonial e o principal fiscalizador das ocorrências de crime contra o patrimônio, principalmente no que diz respeito às atividades científicas e aos bens arqueológicos.

Atualmente, uma das principais atividades estimuladas (e exigidas nos contextos de realização de empreendimentos de engenharia) por este órgão é justamente a promoção da Educação Patrimonial.

Neste sentido, o Projeto de Salvamento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da área de implantação da Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, prevê, em paralelo, atividades de Educação Patrimonial direcionados à alunos, professores, gestores de instituições de educação, profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária e demais interessados no tema da preservação do patrimônio cultural, além dos trabalhadores diretamente envolvidos com a construção dos empreendimentos.

6.2. Justificativa

Cada vez mais se exige dos educadores brasileiros que trabalhem com conteúdo sobre cultura regional, diversidade cultural e suas transposições didáticas conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nos Temas Transversais da Educação (TTE).

Portanto, como a legislação atual que regula o licenciamento ambiental não reconhece o cumprimento da realização de Programas de Educação Patrimonial pelos empreendimentos, encarando como sendo meramente para minimizar ou compensar os impactos acarretados pelo empreendimento, estes programas vêm auxiliar no suprimento das necessidades do ensino regular com a realização de debates transversais e interdisciplinares, no enriquecimento dos conteúdos programáticos ou de atividades complementares, de extensão ou extracurriculares das instituições de ensino, conforme previsto na LDB, PCN e TTE, aplicado especificamente nas áreas sob influência do empreendimento.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

Vale lembrar ainda que a Constituição de 1988, Art. 225, alínea VI, instituiu um amplo programa de conscientização pública sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, principalmente em instituições públicas de ensino, em todos os níveis. Posteriormente, foi aprovada a Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.281, de 25 de Junho de 2002), que dispôs sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental.

Embora a legislação vigente não mencione nominalmente a Educação Patrimonial em seu texto, elas apontam claramente para uma concepção de meio ambiente em sua totalidade, o que inclui então a preservação do patrimônio cultural.

Em 1999, profissionais do IPHAN definiram alguns princípios para a promoção de projetos de Educação Patrimonial, caracterizando esta atividade como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Além disso, recentemente, o crescente debate público sobre a preservação do patrimônio cultural resultou na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2009, buscando a maior articulação entre as entidades da sociedade civil, o IPHAN e o Ministério da Educação para a definição de parâmetros de atuação do âmbito da Educação Patrimonial.

Em setembro de 2005, realizou-se o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP) e, com a realização do II ENEP em julho de 2011, ganhou bastante força a estruturação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial. Além disto, no II ENEP conquistou-se a inserção de atividades de Educação Patrimonial no Macrocampo da Cultura e Artes do Programa Mais Educação do Ministério da Educação, que são um paliativo até que se institua o Programa Nacional de Educação Patrimonial.

Por fim, como a maioria dos trabalhos de preservação de bens arqueológicos realizados no Brasil resgata e estuda a cultura material de sociedades indígenas e/ou afrodescendentes, os trabalhos de Educação Patrimonial sobre os patrimônios culturais destas origens podem contribuir enormemente para o enriquecimento dos conteúdos exigidos em legislações específicas do âmbito educacional, tais como:

- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a serem observadas pelas instituições, em todos os níveis de ensino, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

- Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que alterou a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).
- Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e a Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

6.3. Objetivos

O Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN (1999) orienta que a Educação Patrimonial deve consistir em mais do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões ligadas ao patrimônio cultural, e sim, deve servir de veículo para provocar no educando sentimentos de surpresa e curiosidade, com o objetivo de despertar a vontade de conhecer cada vez mais o meio ambiente e o patrimônio cultural regional e global; de intervir em prol da preservação desses patrimônios; de refletir sobre a sua própria realidade individual e coletiva, na resolução de problemas sociais (como moradia, saneamento, abastecimento de água, etc.); e, enfim, de tornar-se um multiplicador dos conteúdos adquiridos, métodos de análise e ações sociais.

Dentro destes objetivos, o Guia Básico de Educação Patrimonial e obras posteriores do IPHAN (como o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, de 2007) orientam que as atividades a serem desenvolvidas podem se dividir em quatro etapas (que se espelham nas etapas do processo institucional de avaliação e consagração dos patrimônios culturais realizados atualmente):

- Observação: utilização de exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.
- Registro: exercícios com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, por meio dos quais se busca fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.
- Exploração: exercícios de análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.
- Apropriação: exercícios de recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

Os resultados da aplicação desta metodologia desenvolvem atividades que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural. Sua aplicação é bastante útil e deve ser mantida como base inicial para a realização das atividades. Porém, pesquisas atuais e reflexões sobre ações práticas realizadas no Brasil (também no campo das artes, onde têm alcançado maior profundidade) mostram que a introdução do método conhecido como mediação (ou mediação da informação), previamente e ao longo da execução destas etapas, é extremamente necessária para o melhor cumprimento dos objetivos propostos inicialmente.

A mediação pretende, em primeiro lugar, ir além da simples transferência de conteúdo, disseminação de informação ou distribuição da informação, buscando uma interferência, direta ou indireta; consciente ou sensorial; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de cada informação em questão.

Para isso, este método propõe que as atividades devam operar sob a forma de: encontro, através da experiência de troca entre o educador e o educando; ampliação de conhecimento, com a construção compartilhada de significados, reconstrução, interpretação e associação; ir ao encontro dos interesses do outro, partindo-se de interesses individuais do educando; conectar conteúdos e interesses, com a escolha de uma melhor didática respeitando os interesses particulares; diálogo e conversação, através da abertura de espaço para o questionamento e a contraposição; compartilhamento, com o estímulo à expressão de opiniões para a superação coletiva dos questionamentos e contraposições; provocação, com o levantamento de dúvidas e questionamentos diante de determinadas certezas e absolutismos; e estar entre, pela colaboração com as decisões tomadas coletivamente.

Neste sentido, ao invés de introduzir perguntas prontas, induzindo a que sejam respondidas pelos participantes das atividades, a ideia é de construir perguntas e tentar respondê-las (ou não) conjuntamente com o público.

Na prática, a Educação Patrimonial com este viés, propõe que o papel do educador/mediador seja o de:

- Iniciar as atividades, explicando ao público envolvido o projeto inicial – os objetivos, métodos e as etapas a serem seguidos, que estão descritos acima.
- Avaliar os interesses, a participação, as opiniões, as dúvidas, o compartilhamento e as decisões para a continuidade ou modificação do projeto predefinido.
- No caso da aceitação do projeto, iniciar com questionamentos, e depois estabelecer os mesmos procedimentos dos pontos anteriores, no início de cada etapa.
- Ao final, fazer um balanço geral das atividades, registrando críticas e sugestões para as próximas atividades com o mesmo público ou com o próximo público envolvido.

6.4. Metodologia

A definição conceitual de patrimônio cultural engloba uma diversidade de elementos que caracterizam uma determinada sociedade, reunindo aspectos de suas tradições, *habitus* (BOURDIEU, 2003), estilos de vida ou *modus vivendi* (BOURDIEU, 1983b; AMARAL, 1992) e conhecimentos técnicos, que se encontram refletidos na sua cultura material e imaterial e na interligação entre estas e o meio em que estão inseridas.

Tal interligação tornar-se possível através do resgate de aspectos da identidade regional, onde se busca retratar as principais raízes culturais tanto históricas, quanto pré-históricas da área em questão, mediante as diversas formas de pesquisa, as quais caracterizam e definem os aspectos históricos e culturais locais a serem preservados, tanto no que se refere à cultura material quanto à imaterial.

Para tanto, cabe descrever o conceito do que venha a ser cultura e, posteriormente, esclarecer a conceito de cultura imaterial a ser utilizado.

De acordo com a Antropologia, o conceito de cultura é concebido por Edward Burnett Tylor em 1871, como sendo “o todo etnográfico e complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma dada sociedade” (1924).

Já em relação à cultura imaterial, o conceito mais adequado a ser utilizado refere-se ao difundido por Diegues, uma vez que “são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil” (1994).

O conceito de *habitus* pode ser usado para explicar a maneira pela qual as classificações étnicas subjetivas são baseadas nas condições sociais, caracterizando domínios sociais particulares.

A etnicidade não é um reflexo passivo de similaridades e diferenças nas práticas culturais e condições estruturais nas quais os agentes são socializados. Também não é a etnicidade inteiramente constituída no processo de interação social por meio do qual as características culturais epifenomenais são manipuladas na busca por interesses econômicos e políticos. Antes, pode ser argumentado que a construção da identidade étnica é baseada nas disposições subliminares compartilhadas do *habitus* que formam e são formadas por um conjunto de práticas.

Um *habitus* compartilhado gera sentimentos de identificação entre pessoas particularmente dotadas. Aqueles sentimentos são conscientemente apropriados e dão forma por meio de recursos simbólicos existentes (BENTLEY, 1987).

Além disso, esses recursos simbólicos, tais como língua, cultura material, crença e assim por diante, não são arbitrários. As práticas culturais e crenças que se tornam concretizadas como símbolos de etnicidade

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

são derivadas das práticas habituais e ressonam com estas e também com as experiências pessoais, além de refletir as condições imediatas e os interesses que caracterizam situações particulares.

A forma que as expressões das diferenças culturais tomam é constituída pela interseção do *habitus* dos povos com as condições sociais, constituindo um contexto histórico particular. Essas condições incluem os modos predominantes de dominação e a relativa distribuição dos meios materiais e simbólicos necessários para a imposição dos regimes dominantes de categorização étnica. As categorias étnicas são baseadas em uma consciente reificação das práticas culturais transitórias, tendo lugar em diferentes contextos espaciais e temporais, e o grupo somente existe no contexto da interpretação que justifica e explica as práticas do passado e os modos de interação e informa o futuro. Em contraste, a práxis da etnicidade resulta em múltiplas realizações transitórias da diferença étnica em contextos particulares. Essas realizações práticas da etnicidade em muitos exemplos envolvem a produção e consumo de distintos estilos de cultura material. Mas elas são um produto da interseção de disposições perceptivas e práticas do povo envolvido e os interesses e oposições produzidos em um contexto social particular, em vez de categorias abstratas da diferença.

Através do *habitus*, o passado sobrevive no momento atual e tende a subsidiar nas ações futuras dos agentes sociais, num processo denominado de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 2003). O *habitus* é também reflexo da posição social ocupada pelo indivíduo, a partir dos seus símbolos, crenças, gostos, preferências que a caracterizam, de forma consciente ou não, tornando-se parte da natureza do próprio indivíduo, uma vez que é adquirido no momento histórico em que este vive.

Habitus é uma noção que auxilia no pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem escolhas, que possibilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo (SETTON, 2002).

Para Bourdieu (1983a), o *habitus* pode ser comparado à noção de cultura, já que esta é um conjunto de esquemas fundamentais precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares, sendo um princípio de correspondência entre práticas individuais e condições sociais de existência. Assim, o conceito de *habitus* tem como apoio a propriedade da inventividade e criatividade frente a novos condicionamentos impostos extrínseca e intrinsecamente.

Já estilo de vida ou *modus vivendi* é a forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas. O que define os elementos que compõem o conjunto simbólico a que se chama de estilo de vida é, basicamente, sua distância - dos elementos - em relação às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos (BOURDIEU, 1983b).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

As chamadas "necessidades básicas" são aquelas que determinam, minimamente, a sobrevivência dos homens enquanto seres vivos: comida, abrigo, etc. No entanto, se comer é uma necessidade, o modo como se come, a escolha que se faz entre os diferentes tipos de comida ou, ainda, o uso de talheres e a opção que se faz entre diferentes tipos e materiais destes são indicadores de valores que constituem estratégias de distinção no meio social, ou seja, valores culturais. Neste sentido, os elementos que preenchem os critérios de livre escolha, como os estéticos, artísticos, religiosos e outros, passam a ser significativos para a definição do estilo de vida de um dado grupo.

Para Bourdieu (1983b), as diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência.

A práxis e a propriedade de bens (materiais e imateriais) constituem uma expressão reiterada das condições de existência (estilo de vida ou *modus vivendi*) porque são a própria expressão do mesmo fator prático operante, o *habitus*, e que é um sistema de disposições duráveis, porém flexíveis, que expressa, sob a forma de preferências recorrentes ou sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é resultado. Assim, a correspondência que pode ser observada entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida é resultado do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas (BOURDIEU, 1983a: 83).

Com estes princípios, estipulou-se que o Programa de Educação Patrimonial mais adequado à fase atual do licenciamento ambiental deve ser organizado com a abertura de um Espaço de Exposições:

Programando para ocorrer subsequentemente ao Projeto de Salvamento Arqueológico dos sítios arqueológicos da área de implantação dos empreendimentos, em um espaço fixo de exposições, no qual se realizarão atividades com o público visitante, durante cerca de 2 semanas.

O público-alvo deste programa serão alunos, professores, gestores de instituições de educação, profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária e demais interessados no tema da preservação do patrimônio cultural do município de Aperibé-RJ.

Para atração do público ao espaço de exposições estão previstas ações de divulgação prévia junto aos moradores, escolas e instituições comunitárias e às secretarias de Cultura e Educação do Município de Aperibé.

Além disso, realizar-se-á uma campanha junto às escolas, organizações comunitárias, secretarias de educação cultura e coordenadoria regional de educação do estado para o agendamento de turmas para a

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

visitação; e uma campanha direta com professores, gestores de instituições de educação e profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária do Município de Aperibé para o agendamento de 2 palestras-oficinas durante o período de realização da exposição, para a formação de multiplicadores.

O Espaço de Exposições será composto por uma série de vitrines com réplicas de materiais arqueológicos, abrangendo a variedade de materiais geralmente pesquisados pela Arqueologia Brasileira; uma série de *banners* explicativos sobre as teorias de ocupação da América, sobre os diversos subcampos da Arqueologia, os procedimentos de campo e os resultados das escavações dos sítios da área do empreendimento; e caixas interativas de simulação de escavação.

Tanto para o público espontâneo quanto para o público agendado serão entregues ao final das visitas, cartilhas com uma síntese do conteúdo da exposição.

Os educadores responsáveis pela recepção do público espontâneo ou agendado farão sugestões dos trajetos possíveis de circulação pelo Espaço de Exposição, tentarão solucionar dúvidas ou indicar possíveis fontes de informação especializada e orientarão as atividades de simulação de escavação arqueológica.

As 2 palestras-oficina, para grupo composto por professores, gestores de instituições de educação e profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária, serão para cerca de 20 pessoas cada uma, com duração de 2 horas e serão promovidas no Espaço das Exposições, com o uso dos seguintes recursos:

- Exposição em Data Show;
- Visita guiada ao Espaço de Exposições;
- Distribuição de material didático para cada participante;
- Emissão de certificados (duração: 2 h).

O acompanhamento e avaliação das atividades será constituído por:

- Registro fotográfico e filmagem do processo de diálogo e transmissão dos conteúdos programados das atividades realizadas – recepção do público espontâneo, recepção do público geral e palestras.
- Exposição e avaliação conjunta de alguns destes registros durante as atividades intensivas realizadas com profissionais e voluntários interessados no debate sobre o patrimônio cultural.
- Avaliação geral das metas e objetivos estabelecidos e os resultados alcançados com a produção de um relatório final.

Os produtos finais serão:

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
 Outubro de 2015

- Avaliação do nível de interesse por parte da população participante das atividades na valorização e apropriação do patrimônio arqueológico encontrado no Município de Aperibé-RJ.
- Relatório final com apreciação sobre o cumprimento dos objetivos estabelecidos, dificuldades, equívocos, resistências e o resultado, com os depoimentos dos participantes, das demandas e dos interesses.

A listagem das escolas que serão convidadas a participar das atividades segue abaixo:

| NOME | ENDEREÇO | TELEFONE | MUNICIPIO |
|--|---|----------------|------------|
| COLÉGIO ESTADUAL LOURENÇA GUIMARAES | Rua. José Gonçalves Brandão, 247 – Centro | (22) 3864-0654 | Aperibé-RJ |
| CIEP BRIZOLAO 419 BENIGNO BAIRRAL | Rua Francisco Henrique de Souza, 255 – Palmeira | (24) 3864-1579 | Aperibé-RJ |
| CENTRO EDUCACIONAL DE APERIBÉ | Rua Nelsom Homem, 447 – Centro | (22) 3864-1540 | Aperibé-RJ |
| COLÉGIO OLIVEIROS PEREIRA DA SILVA | R. Aníbal Cortês, 46 – Centro | ----- | Aperibé-RJ |
| E.M. ANTONIO SOUZA CUNHA | Rod. Pres. Joao Goulart – Pte. Seca | ----- | Aperibé-RJ |
| E.M. VER FRANCISCO DE SOUZA | Porto das Barcas | ----- | Aperibé-RJ |
| E.E. ROMULO SARDINHA | Fazenda Boa Vista, s/n – Porto das Barcas | ----- | Aperibé-RJ |
| E.M. PROF^a MARIA RETTO REZENDE | R. Pedro Simão – Zona Rural | (22) 9965-4597 | Aperibé-RJ |
| CENTRO DE EDUC INF PROF LEONOR VILLELA REBELO | R. Júlio Pereira, 160 – Centro | ----- | Aperibé-RJ |

7. Referências

- ARAÚJO, Astoufo Gomes de Melo. **Teoria e Método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2001.
- BENTLEY, G.C. **Ethnicity and practice: Comparative Studies in Society and History**. 29 ed. 1987.
- BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 4ª edição. 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1987.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983a.
- BOURDIEU, P. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, R. (org.). **BOURDIEU, Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática. 1983b.
- DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Annablume/HUCITEC/NUPAUB-USP. 1994.
- HARRIS, E. C. **Princípios de Estratigrafia Arqueológica**. Crítica, Barcelona, 1991.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 5 de maio de 2011.
- JORGE, V.O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget. 2ª edição. 2007.
- KRAKKER, J.J., SHOTT, M.J. e WELCH, P.D. **Design and evaluation of shovel – test sampling in regional archaeological survey**. *Journal of Field Archaeology* 10:469 – 480, 1983.
- MORAIS, J.L. **Reflexões acerca da arqueologia preventiva**. In: MORI, V.H. et al (Org). *Patrimônio: atualizando o debate*. 9ºSR/ IPHAN, São Paulo, 2006.
- SETTON, M.G.J. 2002. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. *Revista Brasileira de Educação*, 20: 60-70.
- TYLOR, E.B. **Primitive Culture**. New York: Brentano's. 2 vols. 7ª ed. [orig. 1871] 1924.
- PLOG, S. et al. **Decision Making in Modern Surveys**. *Advances in Archaeological Method e Theory* 1: 383-421, 1978.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itacara I
 Outubro de 2015

8. Cronograma de Execução

| ITEM | SERVIÇOS | Qtd. Meses | Mês de Início | Mês de Término | MESES | | | | | |
|------|--|------------|---------------|----------------|-------|---|---|---|---|---|
| | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 1 | SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO | 3 | 1 | 3 | | | | | | |
| 2 | CURADORIA E LABORATÓRIO | 3 | 2 | 4 | | | | | | |
| 3 | ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DO SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO | 2 | 3 | 4 | | | | | | |
| 4 | ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO | 2 | 2 | 3 | | | | | | |
| 5 | CONFEÇÃO DO MATERIAL EXPOSITIVO | 2 | 2 | 3 | | | | | | |
| 6 | FUNCIONAMENTO DA EXPOSIÇÃO | 1 | 4 | 4 | | | | | | |
| 7 | ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL | 1 | 5 | 5 | | | | | | |
| 8 | ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL | 1 | 5 | 5 | | | | | | |
| 9 | ENTREGA DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO E RELATÓRIO FINAL À INSTITUIÇÃO DE SALVAGUARDA DEFINITIVA | 1 | 6 | 6 | | | | | | |
| 10 | PROTOCOLO DE RELATÓRIO FINAL | 1 | 6 | 6 | | | | | | |

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
 Outubro de 2015

9. Equipe Técnica

| NOME | FUNÇÃO | FORMAÇÃO |
|-----------------------------------|--|--|
| Filipe André do Nascimento Coelho | Coordenação Geral (Responsável Técnico pelo Programa) | Historiador e Arqueólogo Bacharel em História, Mestre em Arqueologia e Doutorando em Arqueologia |
| Klismann Timm Branco | Coordenador de campo de Resgate Arqueológico | Arqueóloga Bacharel em Arqueologia |
| André Bueno Coutinho | Arqueólogo | Arqueólogo Bacharel em Arqueologia |
| Bruno Perrone da Rocha | Coordenador de Curadoria e Educação Patrimonial | Historiador Bacharel e Licenciado em História (com monografia com tema de Arqueologia) |
| Verônica Pimentel da Silva | Coordenadora do Levantamento Planaltimétrico e Elaboração de Plantas | Arquiteta Bacharel em Arquitetura e Urbanismo |
| Marcos Henrique Inácio | Educador Patrimonial | Historiador Bacharel e Licenciado em História |
| Alex Teles dos Santos Silva | Técnico em Arqueologia | Graduando em Arqueologia |
| Adriana dos Santos Guimarães | Técnico em Arqueologia | Graduanda em Arqueologia |
| Bruna Oliveira Vasconcelos | Técnico em Arqueologia | Graduanda em Arqueologia |
| Hiago Marcos Siqueira de Oliveira | Técnico em Arqueologia | Graduanda em Arqueologia |

ANEXO 1

Plantas dos Sítios Arqueológicos com a Projeção das respectivas Malhas Alfanuméricas e AIC`s

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Setembro de 2015

ANEXO 2

Carta de Endosso Financeiro Original

ANEXO 3

Carta de Endosso Institucional Original

ANEXO 4

Declarações, Currículos e Comprovantes da Equipe de Técnica



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.35.4.6

Relatório de Resgate Arqueológico da Área de Canteiro



AUTONOMIA
arqueologia

Relatório Final

**Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial
do Empreendimento UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras**

Rio de Janeiro-RJ

2016

AUTONOMIA ARQUEOLOGIA – Serviços de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Educação

contato@autonomia-arqueologia.com

Fones: +55 21 3083-9367 / 3083-9368

www.autonomia-arqueologia.com

ÍNDICE

| | | |
|-----------|--|-----------|
| 1. | Apresentação | 1 |
| 2. | Ficha Técnica do Projeto | 1 |
| 3. | Caracterização do Empreendimento | 2 |
| 3.1. | Área do Canteiro de Obras | 3 |
| 4. | Projeto de Salvamento Arqueológico e Registro das Áreas de Interesse Cultural (AIC's) | 5 |
| 4.1 - | Objetivos da Pesquisa | 5 |
| 4.2 - | Conceituação da Pesquisa | 5 |
| 4.3 - | Metodologia do Salvamento Arqueológico | 6 |
| 4.4 - | Metodologia de Registro Áreas de Interesse Cultural (AICs) | 9 |
| 5. | Contextualização Arqueológica | 10 |
| 6. | Contextualização Etno-Histórica e Histórica | 13 |
| 7. | Execução do Salvamento Arqueológico | 30 |
| 7.1 - | Resgate do SítioBoa Vista 1 (SBV1) | 30 |
| 7.1.1 - | 1ª Etapa–Detecção de Áreas de Concentração de Material Arqueológico | 31 |
| 7.1.2 - | 2ª Etapa –Intervenções Arqueológicas Intensivas | 35 |
| 7.1.3 - | Resultados | 42 |
| 7.2 - | Resgate do SítioBoa Vista 2 (SBV2) | 46 |
| 7.2.1 - | 1ª Etapa – Detecção de Áreas de Concentração de Material Arqueológico | 46 |
| 7.2.2 - | 2ª Etapa – Intervenções Arqueológicas Intensivas | 53 |
| 7.2.3 - | Resultados | 59 |
| 7.3 - | Resgate do SítioFazenda Angolinha (SFA) | 64 |
| 7.3.1 - | 1ª Etapa–Detecção de Áreas de Concentração de Material Arqueológico | 64 |
| 7.3.2 - | 2ª Etapa – Escavações Arqueológicas Intensivas | 70 |
| 7.3.3 - | Resultados | 76 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 8. | Áreas de Interesse Cultural | 81 |
| 8.1. | Área de Interesse Cultural 1 | 81 |
| 8.2. | Área de Interesse Cultural 4 | 82 |
| 8.3. | Área de Interesse Cultural 5 | 84 |
| 9. | Educação Patrimonial | 86 |
| 9.1. | Apresentação | 86 |
| 9.2. | Justificativa | 88 |
| 9.3. | Objetivos | 89 |
| 9.4. | Metodologia | 92 |
| 9.5. | Execução da Atividade de Educação Patrimonial | 96 |
| 9.6. | Avaliação das Atividades | 108 |
| 10. | Avaliação de Impactos e Recomendações | 109 |
| 11. | Equipe Técnica | 110 |
| 12. | Referências Bibliográficas | 111 |

1. Apresentação

O presente Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial referente à fase de implantação da Área do Canteiro de Obras do empreendimento UHE Itaocara I, visa dar continuidade às atividades de Arqueologia das áreas onde serão executadas as obras para implantação da UHE Itaocara I, no Rio Paraíba do Sul. A implantação desse empreendimento, em sua totalidade, abrange os municípios de Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara e Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro, e o município de Pirapetinga, no Estado de Minas Gerais. Todavia na fase atual de implantação da Área do Canteiro de Obras, abrangerá o município de Aperibé-RJ.

Este documento compreende a descrição dos serviços executados, que integram o “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras”, em conformidade com as diretrizes propostas pela Legislação Federal em vigência, em especial à Lei Federal nº 3.924/1961, Decretos Federais nº 25/1937 e nº 3.551/2000, Portaria SPHAN nº 007/1988, Portaria IPHAN nº 230/2002 (vigente à época do início do processo); e ao texto da Constituição Federal de 1988, Artigos 215 e 216, destinando-se assim à promoção de resguardo e salvaguarda do acervo arqueológico e patrimonial cultural, visando o engrandecimento e enriquecimento do Patrimônio Cultural do país.

Em virtude da inserção do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes ao meio ambiente, durante a década de 1980, a pesquisa arqueológica foi incluída nos estudos ambientais através da Resolução CONAMA 001/1986, estabelecendo que os sítios arqueológicos de natureza histórica e pré-histórica são objetos de estudo a serem componentes importantes na consideração da emissão das Licenças Ambientais de tais empreendimentos.

2. Ficha Técnica do Projeto

Nome do Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I.

Processo IPHAN:01450.011803/2015-49

Portaria IPHAN:nº 09 de 26 de fevereiro de 2016, publicada no DOU nº 39, seção 01, de 29 de fevereiro de 2016.

Executor do Projeto:

Autonomia Arqueologia - Serviço de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Educação Ltda.

Endereço: Rua Barão de São Francisco, 373 sl 420

CEP: 20541-371 – Vila Isabel – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3083-9367 / 3083-9368 / 99758-9120 (Filipe)

Responsável Técnico: **Filipe André do Nascimento Coelho**

filipe.coelho@autonomia-arqueologia.com

Financiamento do Projeto:

Consórcio UHE Itaocara

Representante Legal: **Luiz Carlo Amarilho**

Endereço: Avenida Marechal Floriano, 168, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.080-002

Telefones: (21) 8022-3435 / 3861-2800

Instituição de Endosso à Pesquisa e Guarda do Material Arqueológico:

Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB)

Representante Legal: **Jeanne Cordeiro de Oliveira**

Endereço: Rua Queimada n 5, Bairro Santa Cruz da Serra

Duque de Caxias - RJ

Telefone: (21) 2678-3153 / (21) 3273-3725

arqueolabbrasil@gmail.com

3. Caracterização do Empreendimento

A UHE Itaocara I é um empreendimento para geração de energia hidrelétrica a ser implantado no baixo Paraíba do Sul, na divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta usina abrange os municípios indicados no Quadro .

Quadro 1– Municípios da Área de Influência do Empreendimento

| UF | Município | Tipo de interferência |
|----|------------------------|---------------------------|
| MG | Pirapetinga | Reservatório |
| RJ | Santo Antônio de Pádua | Reservatório |
| | Aperibé | Reservatório e Barramento |
| | Itaocara | Reservatório e Barramento |
| | Cantagalo | Reservatório |

O arranjo geral consiste na implantação das estruturas de barramento, vertimento e geração alinhadas ao longo do eixo situado na extremidade montante da ilha Serena, com extensão total de cerca de 1.240 m. As estruturas de concreto serão posicionadas com o vertedouro na calha do canal esquerdo da Ilha Serena e o muro divisor, tomada d'água e casa de força na margem esquerda. O muro de abraço para encosto da barragem será situado à direita do vertedouro. A partir deste muro desenvolve-se a barragem, de aterro compactado, até o encontro com a ombreira direita.

A Área de Impacto Direto - AID, assim como no EIA/RIMA, foi definida como o conjunto das áreas destinadas à instalação da infraestrutura necessária à implantação e operação do empreendimento, que no caso da UHE Itaocara I, equivalem a:

- áreas inundadas permanentemente em função do barramento;
- terrenos destinados ao estabelecimento da Área de Preservação Permanente (APP) do Reservatório;
- os trechos afetados por redução de vazão, barramentos, diques e canais;
- áreas destinadas à obras civis decorrentes ou associadas ao empreendimento, como a Linha de Transmissão, vilas residenciais, alojamentos, canteiros de obras, vias de acesso aproveitadas ou novas, áreas de empréstimo, bota-foras, e áreas de segurança.



Figura 3-1 – Área de Impacto Direto - AID

3.1. Área do Canteiro de Obras

A primeira etapa do empreendimento UHE Itacara I, consiste nas obras das estruturas do acampamento provisório, para construção alojamentos, escritórios, refeitório, sanitários, oficinas, almoxarifado, áreas de empréstimo, áreas de segurança, entre outras. Além disso, os primeiros acessos internos dentro do canteiro serão definidos e abertos em função da necessidade do Consórcio Construtor em interligar as estruturas do canteiro, jazidas de solo, rocha e areia já identificadas pelos estudos de sondagem. A coleta de resíduos e efluentes será específica para esta fase quando serão utilizados, banheiros químicos ou fossas sépticas e containers para a destinação primária dos resíduos, que serão oportunamente remanejados para os aterros sanitários regionais.



Figura 3-2- Estruturas do Canteiro de Obras

4. Projeto de Salvamento Arqueológico e Registro das Áreas de Interesse Cultural (AIC`s)

4.1 - Objetivos da Pesquisa

O Projeto de Salvamento de sítios arqueológicos localizados na área de implantação do Canteiro de Obras – UHE Itaipava I, tem por objetivo principal intensificação das pesquisas arqueológicas e históricas, e produção de conhecimento científico a partir das evidências arqueológicas registradas durante as atividades de campo e laboratório realizadas na etapa de Prospecção Arqueológica. Esse estudo dará subsídios para compreensão do contexto etno-histórico, cultural e arqueológico, em âmbito local e nacional, da área do empreendimento. O Projeto de Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs), por sua vez tem viés mais historiográfico e sociológico, de período recente e âmbito local, entretanto, a análise da cultura material do cotidiano envolvida pode servir para interpretações de determinados fatores presentes também nos sítios arqueológicos (ver mapa Anexo 01).

4.2 - Conceituação da Pesquisa

O conceito de Patrimônio Cultural compreende uma diversidade de elementos que caracterizam uma determinada sociedade, reunindo aspectos de suas tradições, hábitos e conhecimentos técnicos, que se encontram refletidos na sua cultura material e imaterial (BENTLEY, 1987; BOURDIEU, 1983a; BOAS, 2007; JORGE, 2007). O Patrimônio Arqueológico insere-se no âmbito do Patrimônio Cultural Material.

Este conceito, em geral, se refere a um conjunto complexo que inclui todos os bens materiais e imateriais resultantes da experiência de um povo ou grupo humano num determinado espaço e tempo (JORGE, 2007). Por isso, envolve também a ideia de patrimônio histórico ambiental, uma vez que hoje se concebe o ambiente como um resultado da ação humana, portanto um ambiente culturalmente construído (DIEGUES, 1994).

Quando nos referimos ao patrimônio cultural, aludimos então, a todas as manifestações vivenciais de um determinado povo. As artes (plástica, cênica, música, dança, literatura, dentre outras), as bebidas, a indústria, os negócios, a agricultura, a língua, a ciência, a religião, a história, a pré-história e até o governo, todas elas são incluídas no rol de patrimônio (JORGE, 2007).

Outro aspecto envolvido no estudo sobre o Patrimônio Cultural é a existência de locais no qual a população possui um especial interesse, cujos parâmetros simbólicos devem ser analisados com atenção e resgatadas suas características (UNESCO, 1972). Tais parâmetros utilizados, então, devem considerar os traços reconhecidos nos locais de interesse cultural e serem avaliados, segundo os critérios de conservação dos contextos sócio-cultural e ambiental, atribuindo-se devida relevância aos locais onde estes estejam comprometidos (JORGE, 2007).

Assim sendo, qualquer ação de impacto sobre uma dada região e seu povo ou habitantes, deve planejar e elaborar projetos de valorização para a preservação do patrimônio cultural, uma vez que é pelo valor simbólico socialmente atribuído, ou pela destinação dos bens culturais que lhe são socialmente dados, que os elementos integrantes do patrimônio cultural nacional podem ser preservados para (re)conhecimento das populações atuais e futuras (Resolução CONAMA nº 01/1986; UNESCO, 1972).

Para a verificação das áreas e demais aspectos de interesse relevantes, destinados à proteção do Patrimônio Cultural, faz-se importante o conhecimento e reconhecimento, por parte dos habitantes locais do entorno ao Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, do patrimônio local, caracterizado pelos ritos, danças, festejos, áreas de reunião, áreas naturais, cênicas e paisagísticas e as demais classificações de patrimônio.

A execução do Programa de Educação Patrimonial é fundamental para os procedimentos de pesquisa e engrandecimento do conhecimento, tanto das comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento, uma vez que expõe as características deste e apresenta-lhes o patrimônio cultural local existente, quanto das pessoas diretamente envolvidas com a execução das obras, já que também lhes apresenta noções de preservação e conservação do patrimônio cultural, integrando-os ao local geográfico do empreendimento e sua respectiva história.

Em relação à proteção do Patrimônio Arqueológico, para a verificação das áreas de interesse arqueológico, faz-se importante também o conhecimento de todos os terrenos/áreas a serem utilizados quando da execução das obras, bem como também a própria área de construção do empreendimento a ser erigido. Essa atividade foi desenvolvida no Projeto de Prospecção Arqueológica, em conformidade com os preceitos da Arqueologia Preventiva.

A partir do Patrimônio Arqueológico identificado e registrado na área do empreendimento (Canteiro de Obras – UHE Itaocara I) novas medidas de proteção de foram previstas, como forma de compensar a possível destruição física dos sítios arqueológicos. Desse modo o IPHAN, solicitou a execução de serviço de salvamento arqueológico nos sítios que seferão impacto em decorrência da instalação do empreendimento. Essa medida visa a produção de conhecimento científico arqueológico e, conseqüentemente, sua incorporação à Memória Nacional.

4.3 - Metodologia do Salvamento Arqueológico

Os sítios arqueológicos identificados e delimitados durante a execução do Projeto de Prospecção do Patrimônio Arqueológico foram abordados de forma intensiva nesta nova etapa dos trabalhos arqueológicos.

As escavações nos sítios arqueológicos listados foram realizadas de maneira minuciosa, sendo feito registro detalhado de suas características, e de seu entorno, assim como a coleta de material cultural estatisticamente significativa, sob a ótica quali-quantitativa, para produção de conhecimento arqueológico da área abordada. A

concatenação dos resultados obtidos em campo e em laboratório objetivam compensar a perda física do sítio arqueológico.

A metodologia empregada nesta fase envolve as etapas a seguir:

1ª Etapa: Consiste no cercamento integral do perímetro dos 3 sítios arqueológicos que integram este Programa, afim de evitar eventuais danos ao patrimônio arqueológico registrado, que se torna alvo de pesquisa intensiva.

2ª Etapa: Elaboração de malha arqueológica para intervenções de subsuperfície.

A malha arqueológica servirá como suporte para abertura de unidades ou trincheiras, escavadas a fim de resgatar de modo integral a camada arqueológica. Esta malha estará inserida em áreas de 9m², que cobrirão integralmente os sítios arqueológicos.

3ª Etapa: Escavação por Decapagem Artificial.

A decapagem artificial consiste na criação de níveis artificiais de escavação, onde o arqueólogo designa horizontes artificiais, a cada 10 ou 20 cm, com o objetivo de: i) entender a dinâmica de sedimentação geológica do sítio; ii) evidenciar a dispersão e arranjo em profundidade dos vestígios arqueológicos; iii) identificar se houve reocupação da área do sítio e quando ocorreu; iv) inferir, por meio da espessura dos pacotes sedimentares contendo material arqueológico, o tempo de ocupação; v) identificar, por meio da textura, granulometria e forma (estruturas sedimentares), os paleoambientes de deposição dos pacotes sedimentares existentes.

A escavação por decapagem artificial deve obedecer aos seguintes procedimentos:

- Aprofundamento da quadrícula – o aprofundamento da quadrícula foi feito de forma manual, com ferramenta adequada, para a evidenciação dos vestígios arqueológicos. Tal sedimento foi retirado da quadrícula por meio de pás plásticas e depositados em local previamente determinado e devidamente identificado (com a mesma identificação da quadrícula a qual foi retirado), para que seja peneirado segundo o nível artificial. Tal procedimento visa a localização de vestígios arqueológicos que porventura não tenha sido evidenciados durante a decapagem.
- Evidenciação de vestígios – quando encontrados, os vestígios arqueológicos devem ser alocados em relação ao zoneamento da quadrícula, à profundidade e à posição em que foi encontrado. Este procedimento visa o entendimento do vestígio arqueológico no contexto da área do sítio e contribui para o entendimento do próprio vestígio no contexto de deposição.

- Registro dos vestígios – todos os vestígios devem ser registrados da seguinte forma: I) registro fotográfico com escala; II) confecção de croqui locacional do vestígio em relação à quadrícula e ao contexto existente nesta.
- Resgate e acondicionamento – todos os vestígios arqueológicos serão resgatados e acondicionados de acordo com sua natureza constituinte, a saber:
 - ✓ Vestígios de origem orgânica (restos vegetais, carvão, ossos): não poderá ter contato com material que contenha carbono, sendo envolto em papel alumínio e acondicionado em caixas plásticas;
 - ✓ Vestígios de origem não-orgânica (cerâmica, faianças, vidro, líticos, ...): será acondicionado em sacos plásticos, e em seguida acondicionado em caixas plásticas;

Obs.: 1) todo material coletado será identificado com etiqueta de localização da zona da quadrícula e profundidade em que foi encontrado;

2) todo material coletado será acondicionado em caixas de acordo com o quadriculamento da área de abrangência do sítio arqueológico.

4ª Etapa: Levantamento Estratigráfico dos Sítios.

O Levantamento Estratigráfico das áreas onde serão feitas as intervenções arqueológicas, será realizado objetivando o entendimento deposicional dos vestígios arqueológicos em profundidade, relacionando-os à dinâmica ambiental da região.

5ª Etapa: Levantamento Topográfico dos Sítios.

O Levantamento Topográfico das áreas onde serão feitas as intervenções arqueológicas, visando o salvamento dos sítios, será realizado por profissional habilitado em topografia. O objetivo desse serviço é localizar espacialmente, o polígono dos sítios arqueológicos em relação à topografia do terreno.

6ª Etapa: Levantamento Arquitetônico.

Será realizado Levantamento Arquitetônico de todos os remanescentes estruturais de edificações evidenciados durante a etapa de Prospecção Arqueológica, e que estão inseridos nos perímetros dos sítios registrados, assim como as que porventura possam ser evidenciadas durante a etapa de escavação intensiva. Este serviço será realizado por profissional de arquitetura habilitado.

7ª Etapa: Curadoria e Acondicionamento.

As atividades de Curadoria consistem na higienização, catalogação e análise laboratorial do material arqueológico coletado durante as escavações.

Suas ações deverão seguir os seguintes procedimentos:

- Higienização do material coletado – todo material, com exceção do material de origem orgânica (restos vegetais, carvão, ossos), deverá ser lavado em água corrente, com uso de escova dental macia para melhor identificação dos atributos técnico-funcionais dos artefatos.
- Análise e catalogação – todo material coletado será analisado e catalogado por profissional especialista em curadoria, segundo sua natureza e área de procedência. A análise desses vestígios tem o objetivo de produzir informações que possibilitem a interpretação da dinâmica social desse espaço e a correlação entre os sítios.
- Acondicionamento – todo material será acondicionado em caixas plásticas Marfinite, no padrão exigido pelo IPHAN, protegidos por ethapon. A arrumação das peças nas caixas deverá obedecer à ordem de quadriculamento da área de abrangência do sítio arqueológico.

8ª Etapa: Elaboração de Relatório Final.

Os resultados das pesquisas de Salvamento Arqueológico serão descritos em relatório específico onde deverão ser discriminados a metodologia utilizada, as atividades de campo e os levantamentos bibliográficos complementares para a definição dos elementos culturais identificados.

4.4 - Metodologia de Registro Áreas de Interesse Cultural (AICs)

Este Projeto consiste na realização das seguintes etapas de trabalho:

1ª Etapa: Levantamento de bibliografia especializada sobre a história local da região do início do século XX até os dias atuais e de pesquisas socioeconômicas sobre a Mesoregião do Noroeste Fluminense;

2ª Etapa: Realização de entrevistas com moradores do município de Aperibé, com foco nos hábitos recentes e as permanências de hábitos antigos típicos da região;

3ª Etapa: Levantamento de campo em busca de maiores dados da cultura material encontrada em cada um dos diferentes espaços considerados AIC, observações sobre a paisagem destas áreas e levantamentos arquitetônicos de edificações presentes nelas (atividade não-interventiva e sem a coleta de exemplares);

4ª Etapa: Cruzamento de dados e informações e realização de um relatório com reflexões conceituais no campo dos estudos da cultura material e da história local;

5. Contextualização Arqueológica

Do ponto de vista arqueológico, a partir de uma perspectiva macro regional, a área estudada possui poucas evidências materiais que caracterizem o registro de sítio arqueológico, mesmo sendo reconhecidamente uma área de altíssimo potencial arqueológico.

Dentre os vestígios já estudados até o momento, têm-se como resultados mais consistentes os provenientes das pesquisas desenvolvidas nas décadas de 60 e 70 pelos pesquisadores do Instituto de Arqueologia Brasileira, IAB¹, que revelaram vários sítios, na maioria abrigos-sob-rocha, associados à ocupação de uma Tradição cultural² anterior ao período de expansão Tupiguarani no Estado do Rio de Janeiro: a Tradição Una.

A ocorrência de sítios desta tradição se correlaciona, em termos gerais, com os dados disponíveis na literatura colonial, que descrevem esta área como um território dos índios Puri e Coroados.

No decorrer destas pesquisas, a equipe do IAB também localizou sítios atribuídos a Tradição Tupiguarani, sendo representados pelas fases Ipuca e Itaocara, a primeira reunindo traços associados pelos pesquisadores dos tipos cerâmicos da fase Mucuri, Tradição Una:

No médio curso do Paraíba, a montante da área Mucuri, está situada a fase Itaocara, com ocupação que se estende até o início do alto curso daquele rio. Ainda no médio curso e se alongando em direção à foz do rio, atingindo ainda boa porção do seu afluente Muriaé, estabeleceu-se, mais recentemente, a fase Ipuca, com contatos marcantes com a fase Mucuri. É interessante notarmos que se não podemos observar traços deste contato na fase Itaocara, eles se materializam na morfologia cerâmica da fase Ipuca, demonstrando a existência de um processo de aculturação, que muito provavelmente foi prolongado, entre grupos pertencentes a Tradições culturais ceramistas diferenciadas (DIAS JÚNIOR & CARVALHO, 1980:57).

¹DIAS JÚNIOR e CARVALHO, 1980.

²Grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal (PRONAPA, 76). Uma sequência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo um dos outros, e formam uma continuidade cronológica. MENDONÇA DE SOUZA, 1997: 124.

Em período mais recente, as pesquisas realizadas pela equipe do MAEA-UFJF, a partir do ano 2000, revelaram diversos sítios da região da Zona da Mata Mineira, na sua maioria filiados as ocupações Tupiguarani³.

A partir da execução de levantamentos sistemáticos de campo, associados à utilização de técnicas analíticas mais rebuscadas, convergiu para obtenção de um extenso e sólido conjunto de evidências materiais, seguido pela caracterização e registro de sítios arqueológicos.

No ano de 2005, as pesquisas arqueológicas realizadas na área de implantação da PCH Santa Fé⁴ resultaram no registro do sítio arqueológico Vicentinho, cujas características se relacionavam com as das pesquisas precedentes. A referida correlação se deu a partir da intensificação dos estudos com escavações mais amplas.

Tanto no sítio arqueológico Vicentinho, como na área pesquisada na Zona da Mata Mineira, os sítios Tupiguarani registrados estavam localizados em um mesmo compartimento topográfica e próximos a grandes cursos d'água navegáveis, como os rios Paraíba do Sul, Paraibuna, Novo, Peixe, Pomba, Muriaé, entre outros. Essa situação geográfica demonstra certa regularidade na forma de ocupação dos sítios Tupiguarani, situação que se repete com os materiais coletados, que também guardam similaridades entre si.

As características principais do conjunto de sítios é a decoração dos vasilhames, com maior incidência de decoração plástica (corrugado, ungulado, estocado, estriado, acanalado, entre outros; Fig. 3.2.1) em relação a pintada, em geral nas cores vermelha e branca (Fig. 3.2.2). A presença de materiais líticos lascados e polidos também é registrada. Peças como os calibradores são comuns tendo como matéria-prima o quartzito e também a cerâmica. Dos materiais diferenciados que podem ser citados, há o registro de uma peça em cerâmica com uma forma similar a cabeça de um animal e uma conta de vidro, associada ao período colonial (sítio Emílio Barão).

³ OLIVEIRA, A. P. de P. L. de, 2006; 2004; 2003; OLIVEIRA, J.C. I. de, 2007.

⁴ ZARONI, 2005.

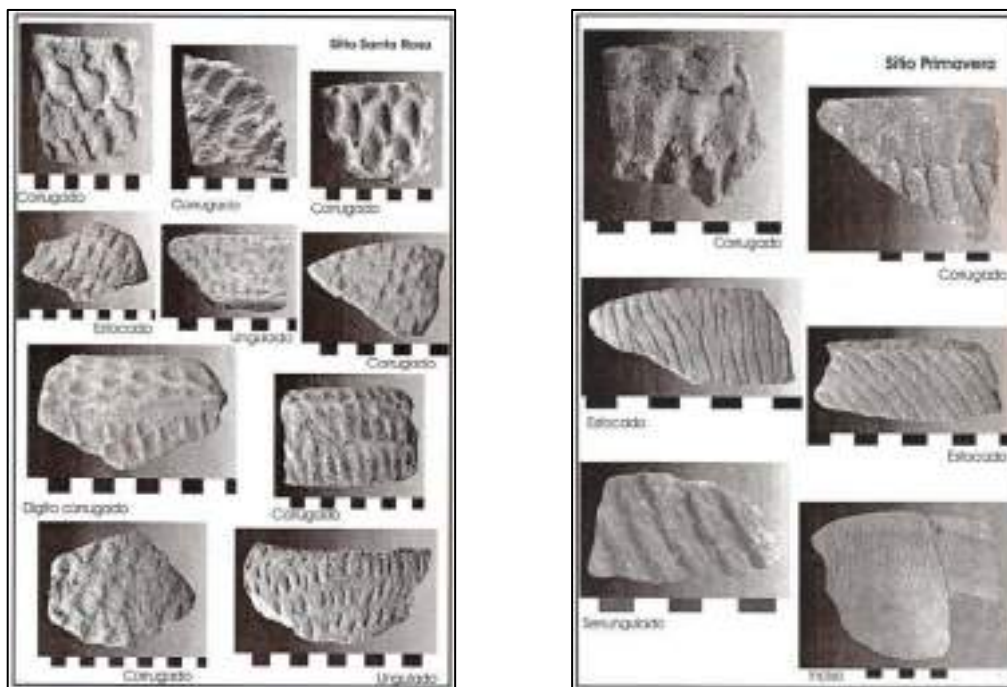


Figura 3.2.1 – Tipos de decoração plástica encontrada nos sítios da Zona da Mata Mineira: sítios Santa Rosa e Primavera. Fonte: OLIVEIRA, 2006: 152 e 154, respectivamente.

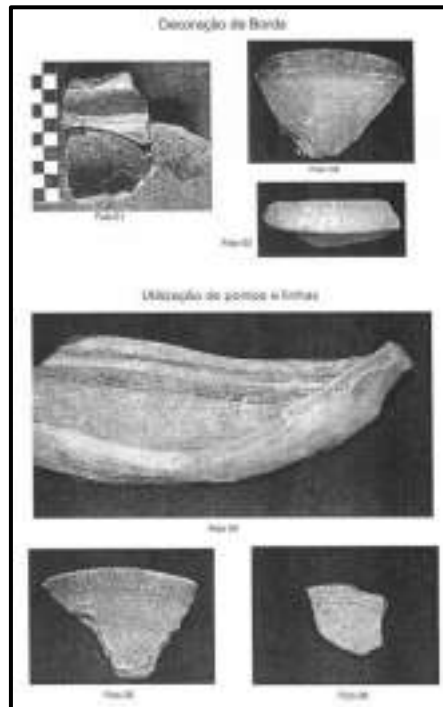


Figura 3.2.2 – Tipos de decoração pintada encontrada nos sítios da Zona da Mata Mineira. Fonte: OLIVEIRA, 2006: 166.

Nas informações documentais sobre a ocupação indígena no interior fluminense, os relatos indicam uma predominância de falantes Jê que contrasta com o domínio litorâneo de grupos Tupi-guarani.

Segundo FREIRE e MALHEIROS, as áreas entre as Serra do Mar e Mantiqueira seriam prováveis locais de ocupação de índios de matriz Puri e Coroados, Botocudos e Maxacali (vinculadas ao tronco Macro-Jê⁵), dividida em diversas variações linguísticas.

Destacando-se as relacionadas a área de pesquisa, associadas aos Puris e Coroados, compreende-se os grupos Telikong ou Paqui, que teriam ocupado os vales do Itabapoana e Médio Paraíba e também as serras da Mantiqueira e das Frecheiras, entre os rios Pomba e Muriaé; os Coroados, situados em regiões da Serra do Mar e nos vales dos rios Paraíba, Pomba e Preto, subdivididos em vários grupos entre os quais, Maritong, Cobanipaque, Tamprum e Sasaricon; os Coropó, com relatos de sua presença no rio Pomba e na margem sul do Alto Paraíba; os Bocayú, nos rios Preto e Pomba; e os Sacaru e Paraíba, no Médio Paraíba.⁶

Além dos sítios arqueológicos relacionados ao período pré-colonial, e de contato, os demais sítios arqueológicos registrados na área de pesquisa estão relacionados as mudanças produzidas em decorrência da invasão europeia, seja, na ordem política, economia e ambiental. Como registro arqueológico temos a presença de unidades rurais com finalidade domésticas ou produtivas, com presença de material cultural importado, sobretudo de origem inglesa, e objetos produzidos no Brasil.

6. Contextualização Etno-Histórica e Histórica

Em meados do século XVIII, o vale do rio Paraíba localizado na capitania do Rio de Janeiro era considerado pelos portugueses como um “sertão de índios brabos”¹ devido a pouca presença colonial e a grande diversidade de povos indígenas que ali habitavam dentre eles os índios Botocudos, Coropós, Puris, e Coroados. Estes últimos compartilhavam da ramificação oriental do tronco linguístico macro jê e habitavam a região nortenoeste fluminense nas margens direita e meridional do Rio Paraíba do Sul. A partir do século XIX tornaram-se mais conhecidos e amplamente retratados por incursões de estrangeiros naturalistas como Spix e Martius,

⁵RODRIGUES, 1986.

⁶ FREIRE & MALHEIROS, 2010.

Debret e Freyreys e posteriormente por Ploetz, Métraux e Loukotka, já no século XX. Onde estes detalhavam os hábitos alimentares, práticas culturais, características físicas dos aldeados e aspectos da fauna e flora local.

Essas áreas, extremamente hostis do ponto de vista das lideranças de colonizadores portugueses, representavam uma barreira para a ocupação e também se inseria entre os territórios proibidos estabelecidos pela Coroa Portuguesa, conforme indicado por Erthal, citado por MALHEIROS:

Segundo Erthal, a região fluminense denominada ‘Certão dos Índios brabos’ encontrava-se entre as chamadas áreas proibidas pelas cartas régias que objetivavam coibir o contrabando aurífero. Apenas em 1763 - no contexto do declínio da mineração em Minas Gerais – foi emitida a primeira permissão oficial para a entrada nesta região, também conhecida como ‘Sertões do Macacu’. (2008:31)

A manutenção do isolamento desta região era favorável a Coroa Portuguesa, pois, no auge da exploração aurífera em Minas Gerais, esta situação propiciava uma segurança de que o acesso as Minas se daria pelos caminhos oficiais, que eram fiscalizados.

A abertura do principal desses caminhos, o Caminho Novo⁷, foi favorecida pelo avanço na exploração das riquezas descobertas em Minas Gerais, que se daria nos primeiros anos do século XVIII. Sob responsabilidade de Garcia Rodrigues Paes Leme, filho de bandeirantes, a abertura desta estrada favoreceu a interiorização dos colonizadores e serviria para ligar o Rio de Janeiro a Minas Gerais por um caminho mais curto e controlado, viabilizando a circulação comercial e o escoamento de ouro e diamante para o porto do Rio de Janeiro, de onde seguiria para o Reino Português. A abertura deste caminho marcou o início do processo de ocupação colonial e descaracterização das ocupações indígenas, fruto da estratégia polivalente da Coroa Portuguesa, que incluía o desenvolvimento da produção de recursos primários, o extrativismo mineral, a povoação do território, a criação de uma “válvula de escape” para a Inquisição (local de apenamento e emigração de pagãos), a expansão da fé católica e o enquadramento dos nativos (pela escravização, catequização ou ataque), entre outras medidas de domínio da colônia.

⁷ Inicialmente o caminho do ouro extraído nas Minas Gerais era escoado por Parati, mas por ser muito longo este logo se tornou insatisfatório e, em 1725, foi concluído o Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes. O caminho por Parati seria então conhecido como Caminho Velho.



Imagem 6-1 Recorte da Carta topográfica do Rio de Janeiro com indicação do “Certo ocupado por Índios brabos”. A área a esquerda desta citação, mais densamente ocupada, corresponde ao traçado do Caminho Novo. Autor: Manoel Vieira Leão, 1767.



Imagem 6-2 Dança dos Purys (Danse des Purys) - Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858

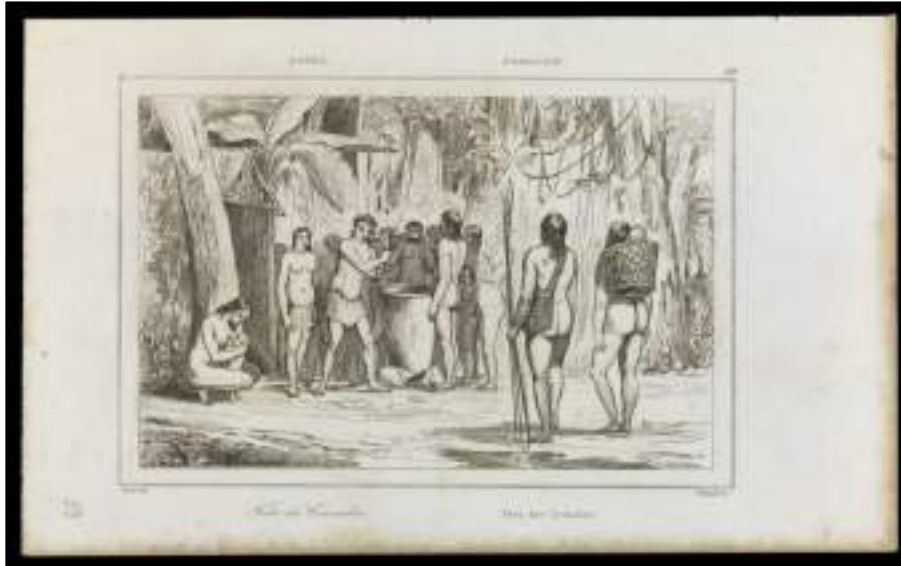


Imagem 6-3 Festa dos Coroados (Fête de Coroados) Denis, Ferdinand, 1798-1890



Imagem 6-4 Aldeia de um grupo Coroado. Autor: Jos Paringer. Data: 1823-31. Fonte:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_12.jpg



Imagem 6-5 Ilustrações de grupos indígenas: Coroado, Botocudo (Autor Phillipp Schmid. Data: 1823-31. Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_11.jpg) e Puri (Ilustrações do livro de Johan Moritz Rugendas. Data: 1835. Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994_item1/P123.html).

Na região estudada, as duas tradições dominantes são a Una, Fase⁸ Mucuri, e a Tupiguarani, Fase Itaocara.⁹

O contato entre estas duas tradições culturais teria influenciado na caracterização dos índios Coroado, segundo alguns autores:

É provável que tenha existido pontos de contato nas serras mineira e fluminense entre as duas tradições, a Una e a Tupiguarani, e que tenham se materializado em épocas mais recentes junto aos Coroado. Esta constatação levou os mencionados autores a acreditarem que os Coroado, identificados historicamente com os Puri,

⁸ “Qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc., relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios (PRONAPA, 76)”. MENDONÇA DE SOUZA, 1997:55.

⁹DIAS JÚNIOR e CARVALHO, 1980.

tenham relações estreitas com a fase arqueológica Ipuca, da Tradição Tupiguarani, mesmo que apresentando traços provenientes da Tradição Una, local.¹⁰

Essa aproximação cultural também é apontada por FREIRE & MALHEIROS:

No entanto, os Coroados eram, dos três¹¹, os que mais se ocupavam de tarefas agrícolas, dominavam técnicas mais elaboradas de cozinha, e eram considerados bons oleiros e ceramistas. Fabricavam potes, cântaros, jarros, gamelas, alguidares, utensílios como peneiras de vime, cestas de palhas de várias formas e tamanhos, semelhantes às fabricadas pelos Tupi e cuias.¹²

Em um contexto econômico e político de mudança, onde a mineração na capitania de Minas Gerais entra em decadência, surge uma expansão de canaviais e engenhos pelos “sertões” e paralelamente, uma nova política indigenista chamada “Diretório dos índios”⁵ (1755) é articulada por Marquês de Pombal como forma de regular a vida dos aldeados. As aldeias até então, deveriam ganhar estatuto de vilas ou povoados, a língua portuguesa deveria ser amplamente utilizada e caberia aos missionários católicos retirar os indígenas da mencionada por ele, “barbárie”. Criando assim um artifício legal para incorporar os índios ao regimento do poder colonial e adentrar o “certão pouco conhecido montuoso, e emboscado e ocupado por varias Nações de Índios Salvagens”(Figura 3) como se refere Francisco João Roscio à região do Vale do Paraíba.

¹⁰ OLIVEIRA, 2003.

¹¹ Puri, Coroados e Coropó.

¹² FREIRE & MALHEIROS, 2010.



Imagem 6-6 “Carta Corographica da Capitania do Ryo de Janeyro, capitania dos estados do Brasil”. Roscio, Francisco João. Carta Corographica da Capitania do Ryo de Janeyro, capitania dos estados do Brasil, 1777.

Na região do vale do Paraíba se estabeleceram as últimas aldeias do período colonial. Ao norte, próximo a fronteira das capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo, foram criadas as aldeias de São Fidélis (1781), São José de Leonissa da Aldeia da Pedra (1808) e Santo Antônio de Pádua (1833).

Segundo M. de Toledo Piza⁷ em seu livro “Itaocara, uma aldeia de índios”, a história da fundação da Aldeia da Pedra e de São Fidélis são indissociáveis, pois as terras que futuramente viriam a ser escolhidas para a fundação da aldeia estavam na região que compreendia São Fidélis e o problema que se deparariam os capuchinhos italianos, Frei Ângelo Maria de Luca e Frei Vitória de Cambiasca, e que marcaria a necessidade de uma nova aldeia também, citando Piza:

Fundada a aldeia de São Fidélis, iniciada a construção de seu majestoso templo, viram-se os capuchinhos, em seguida, a braços com um problema. É que os Coroados e os Puris não se entendiam bem. Eram vizinhos que se desestimavam. Andavam separados por ódios profundos e já haviam estado em guerras, em correrias pelas selvas que margeavam no Paraíba, num espetáculo triste para os

capuchinhos, cujo sonho, era vê-los trazidos a civilização, formando, ao lado dos brancos uma única família. Mas não era possível reunir aquelas duas nações numa só aldeia. Em São Fidélis, ficaram os Coroados. Forçoso, agora, era aldear os Puris. (Piza, página 17)

Com o apoio dos vice-reis D. Luiz de Vasconcelos e Souza e Conde de Rezende, Frei Ângelo Maria de Luca encaminharia a proposta em 1792 ao sargento-mór José Tomáz com a localização das terras onde surgiria a aldeia tendo sua proposta e todas as demais negadas. A nova aldeia não surgiria pelas mãos dos fundadores de São Fidélis, porém as tentativas foram importantes para firmar como estratégica a criação de uma nova aldeia no plano de catequização e “civilização” dos Puris.

Em 1804, Frei Tomaz da Cidade de Castelo após várias incursões em agrupamentos indígenas teve contato com o cacique daqueles indígenas que viera a São Fidélis. Após trocar de presentes, convívio e etc. o Frei adentrou a mata visitando diversas pequenas aldeias de índios batizados e não batizados e por assim, notar que o convívio deste em São Fidélis era inviável devido a distância de seus parentes e roças. Ali mesmo, do outro lado a margem do rio Paraíba, Frei Tomaz indagou aos índios se queriam que ergue-se um igreja e tendo resposta afirmativa rezou uma missa, segundo o Livro de Tombo da Aldeia da Pedra, rezou uma missa e batizou o cacique por José da Silva.

O dito capitão, que morava neste lugar, o batizei logo e lhe pus o nome de José da Silva, e me mostrou muito agrado e deu-me licença para principiar a roçar, que eu fui o primeiro que principiei, com minha foice, no lugar onde hoje está a Igreja, no rigor do sol tão forte, que no dia seguinte já não pude acabar o dia. Depois, queimei o lugar para levantar a casa e morar e logo plantei feijão à roda da dita casa e também plantei mandioca, para enquanto eu fosse ao Rio de Janeiro, para ser despachado do vice-rei que então era o Sr. Fernando de Portugal, na volta achasse algo para comer.” (Piza, página 31).

O pedido feito em 1804 também fora negado, porém quando D. Marcos de Noronha assumiu o vice-reinado em 1806, Frei Tomaz encaminhou novamente o pedido de criação da nova aldeia tem sido acatado e agraciado com duas léguas de terras e ornamentos para a Igreja de São José de Leonissa. A aldeia por sua vez, recebeu o nome de São José de D. Marcos. Nome este que não durou muito, os naturais chamavam de “Aldeia da Pedra” devido ao penhasco que ficava na margem oposta do rio Paraíba. O Príncipe Maximiliano que percorreu as aldeias de São Fidélis e a Aldeia da Pedra em 1817⁸ ressalta sua impressão sobre os Coropós, Coroados e Puris ali aldeados:

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

Achamos esse povo ainda bastante puro, de tez moreno-escura, fisionomia rigorosamente nacional, compleição robusta e cabelos negros como carvão. As moradas são boas e espaçosas [...] armam nelas redes de dormir, e encostam num canto da parede, arco e a flexa [...]. Todos falam português, mas geralmente empregam entre si a língua nacional. As línguas dos Coroados e Coropós são em extremo parecidos e ambos, na sua maior parte, compreendem os Puris.” (Sussekind. Página 104)

Apesar das tentativas, os missionários encontraram dificuldades na submissão dos puris, se aldearam anos depois em Santo Antônio de Pádua. Na Aldeia da Pedra, passaram a viver em sua maioria os Coroados e os Coropós. Em 1814 houve um levante liderado por um coropó contra a ocupação de “portugueses” na aldeia, porém em 1818, frei Tomás de Castello passou a distribuir terras da aldeia para considerados “benfeitores” e “morigerados”, para pudessem cultivar e etc. Conseqüentemente a presença de não índios na aldeia foi aumentando, o que levou ao aumento de conflitos por terras. Moradores das vizinhanças e fazendeiros invadiam as terras indígenas, apesar da determinação de 1826 para que elas fossem medidas e demarcadas e dos ofícios e petições que, ao longo da década de 1840, reivindicavam a regularização do seu traçado. Diante do processo de invasão das terras e dos contatos entre índios e não índios, autoridades locais afirmavam, em 1878, que a aldeia da Pedra não mais existia, embora fosse possível perceber a presença indígena na região como mão de obra nas fazendas vizinhas. Naquela área foi criado o município de Itaocara em 1890.



Imagem 6-7 Mapa da Aldeia da Pedra⁹ de 1837 PIZA, M de Toledo. Itaocara, antiga aldeia de índios. Niterói: Diário Oficial, 1946.



Imagem 6-8 Monumento aos freis capuchinhos italianos, localizado na praça Central de Itaocara.

A capitania do Rio de Janeiro foi amplamente influenciada pela mineração na capitania das Minas Gerais seja em sua época áurea ou por seu declínio. No mapa de 1839, essa influência se dá através das estradas e caminhos que interligavam a região de Minas Gerais a de Cantagalo, através de Itaocara, com as estradas que permitiam o acesso a Campos, São Fidélis, Aldeia da Pedra e Cantagalo (figura 6-9). Regiões estas estratégicas, pois que eram os principais núcleos coloniais, sendo também importantes vias de entrada de colonos da região de Minas Gerais após o declínio da exploração aurífera. O novo produto que despontava no mercado nacional e internacional era o café.

Por outro lado, a produção de café na região desenvolvia-se com um baixo nível tecnológico e quando os solos se desgastavam, novas matas eram derrubadas para se manter a produção. Sem investir na manutenção dos solos e priorizando o café, os fazendeiros acabaram por deixar de lado a produção de alimentos, dificultando a manutenção da própria população que atuava na economia cafeeira.

Na descrição do sistema utilizado no plantio do café, VASCONCELOS, revela uma situação que se estendia pelas margens do rio Paraíba e de seus afluentes, como o rio Pomba:

“A ocupação das terras do vale do Paraíba e das regiões adjacentes pelo café não atendeu a nenhum tipo de planejamento, de forma que a floresta foi abatida sem que

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

se tomasse em conta a necessidade de áreas preservadas, inclusive para manutenção das próprias condições climáticas necessárias ao cultivo do café. O que se deu foi um desflorestamento a esmo, transformando a região em um imenso tabuleiro de xadrez onde as faixas descontínuas, ora tomadas pela mata, ora pelos cafezais, estendiam-se lado a lado. O próprio manejo do café na região não atendeu a condições mínimas para uma maior produtividade. De forma que o café, de todo modo, estava destinado a uma existência curta no vale do rio Pomba.” (2005:40)

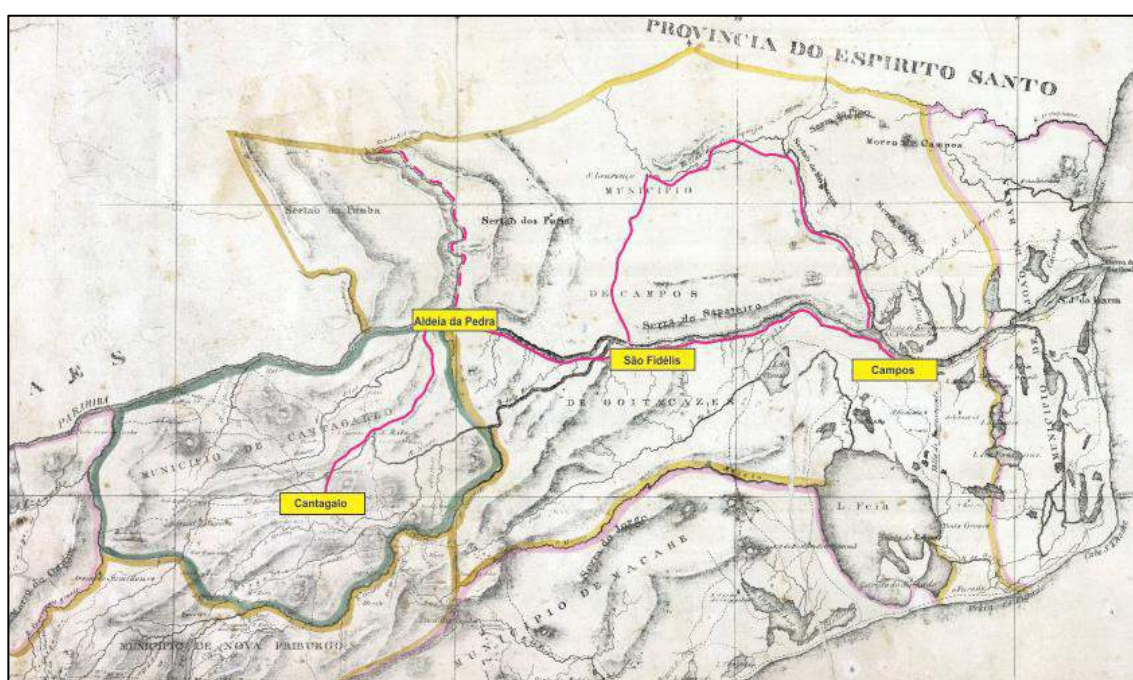


Imagem 6-9 Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, 1839.¹⁰

O declínio das fazendas tem relação direta com a perda da mão-de-obra escrava, mas este fator não seria o único e nem preponderante, segundo alguns autores. Retomando a afirmação anterior, sobre o baixo desenvolvimento tecnológico aplicado no sistema cafeeiro, as terras utilizadas para este fim em pouco tempo se encontravam exauridas, associando-se o volume da produção a forma extensiva com que era praticado o plantio. Por outro lado, ainda que nas primeiras décadas do século XX, a produção ainda se mantivesse satisfatória, a crise de 1929 proporcionaria um duro golpe na economia cafeeira.

Na produção agrícola da região, no entanto, o café, ainda que fosse o principal produto de comercialização, compartilhava esta importância com outros bens agrícolas, conforme descrição do início do século XX para o município de Itaocara:

(...) em 1909 uma produção municipal de 80.000 arrôbas de café beneficiado, além de 40 000 sacos de milho, 15 000 de arroz e 4 000 de feijão. Nessa mesma época, o seu engenho central de Laranjeiras produz 10 000 sacos de açúcar e 60 000 quilos de goiabada. (LAMEGO, 2007:277)

Em Santo Antônio de Pádua, no ano de 1910 se “produzia 265.200 arrobas de café, 150.000 sacos de milho, 15.133 de arroz e 8.000 de feijão.” (LAMEGO, 2007:280)

O milho, como se vê pelos dados, alcançava expressiva produção na região estudada, inserido no cardápio das famílias e no cotidiano das fazendas, onde era comum haver um moinho no início do século XX.

Ainda segundo LAMEGO¹³, a modificação nas fazendas ocorreria na dimensão das propriedades, que passariam por um processo de desmembramento:

Como em toda a região serrana fluminense, particularmente nas zonas de extremo leste, após o declínio das fazendas do Império, a subdivisão da terra é também ali um dos fenômenos sociais preponderantes. daquelas propriedades, 432 abrangem uma área inferior a 41 hectares e, das restantes, 307 não vão além de 100 hectares.” (LAMEGO, 2007:277)

As fazendas que resistiram a crise foram as que mudaram de atividade e começaram a investir na diversificação econômica, passando a atuar principalmente com a produção de gêneros alimentícios (agropecuária extensiva, grãos e frutas). Ademais, o capital privado, que antes era utilizado para o café e o comércio de escravos, foi deslocado para os investimentos urbano-industriais.

Assim, além da produção de milho, o açúcar manteria seu espaço, favorecido pela existência de um Engenho Central Laranjeiras em Itaocara, que produzia açúcar e álcool.

A malha ferroviária facilitava o escoamento da produção, sendo facilitado o transporte pela integração com os ramais ferroviários de Campos e Macaé, integrados na ferrovia Leopoldina Railway, a qual, a partir de 1898 seria autorizada a funcionar no Brasil. Em um mapa de 1947 desta ferrovia, os pontos principais da área de estudo são sinalizados.

¹³ Op.cit.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

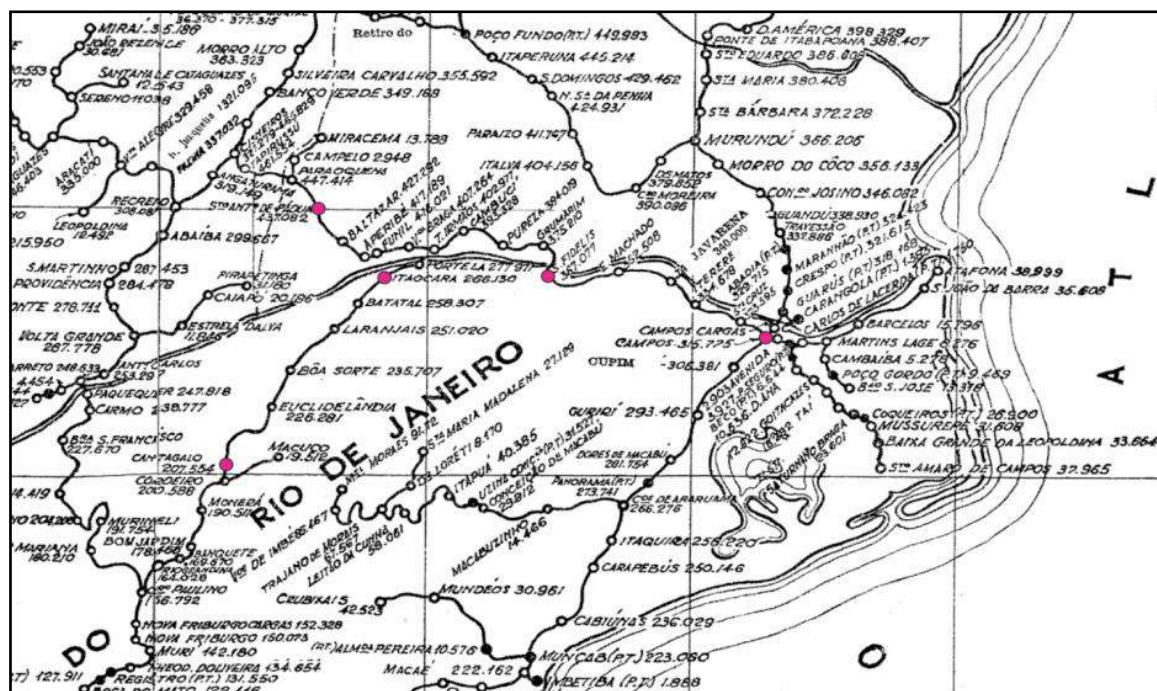


Imagem 6- 10 Traçados da ferrovia Leopoldina Railway na área de estudo (ano de 1947). Os pontos em rosa indicam as estações de referência: Campos, Cantagalo, Itaocara, São Fidélis e Santo Antônio de Pádua.¹⁴

Na década de 1950, com muitos ramais deficitários, a Companhia seria encampada pelo Governo Federal, passando a se denominar a ferrovia de E.F. Leopoldina e depois integrada na Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Na década de 60 seriam desativados diversos ramais, inclusive o de Cantagalo (que passa por Itaocara). Nos anos 90, a ferrovia é desestatizada e o ramal existente da Malha Centro-Leste da RFFSA, que passa por Aperibé e Santo Antônio de Pádua, é incorporado na rede da Ferrovia Centro-Atlântica, servindo para o transporte de cargas.

Nesse período, a região noroeste fluminense encontrava-se em situação econômica crítica, com índices de decréscimo populacional. A pecuária leiteira seria a atividade dominante, aliado ao plantio de leguminosas.

Um exemplo dessa situação é descrita para Santo Antônio de Pádua:

A partir dos anos de 1940, a população de Santo Antônio de Pádua dá início a um fluxo migratório crescente para a região metropolitana do Rio de Janeiro, de forma

¹⁴ RODRIGUEZ, 2004:66.

que a população entre as décadas de 1950 e 1970 apresenta índice negativo de crescimento populacional. Esse período é coincidente ao de substituição da cafeicultura pela pecuária e ao início da pequena atividade industrial do município. (VASCONCELOS, 2005:43)

Novos arranjos no uso da terra se dariam, como o registrado no final da década de 1970 pela mesma autora:

Os designados por ‘camaradas’, normalmente, trabalhavam para um só patrão. No plantio ‘de meia’, o dono entrava apenas com a terra e toda a força de trabalho e insumos vinham do trabalhador. Já no plantio ‘de terça’, o dono entrava com terra, insumos e maquinaria, ficando ao final com dois terços do resultado da colheita. Já o agregado, que tradicionalmente ocupava a terra sem efetuar pagamento em espécie ou produção e mantinha uma relação de compadrio, colocando-se ‘a serviço’ do dono da terra, passou, nesse período, a estabelecer uma condição de locatário das terras que cultivava.

Residindo em grande maioria em casas de pau-a-pique, o padrão de organização familiar encontrado era patriarcal. Os filhos moravam com os pais, que para estes trabalhavam até se casarem. A escola, via de regra, era deixada para trás em função das atividades da lavoura e das demandas da casa. (VASCONCELOS, 2005:59)

Essa configuração socioeconômica, marca a caracterização da área de estudo atualmente, de rarefeita ocupação e do parcelamento das propriedades segundo os desmembramentos das famílias.

Da mesma forma que a história de Itaocara é indissociável de São Fidélis, a história de Santo Antônio de Pádua é fundamental para entender a criação do município de Aperibé. A aldeia de Santo Antônio de Pádua foi criada em 1833 na margem meridional do Paraíba, banhada pelo Rio Pomba e sua capela foi erguida pelo padre Antônio Martins Vieira, em uma região com forte presença de índios puris. A aldeia foi elevada à categoria de freguesia em 1846 e em município em 1882.

A História de Aperibé para ser contada deve ser iniciada ainda ao século XIX, quando ainda era apenas uma região de propriedades rurais, longe do centro da cidade de Santo Antônio de Pádua. Os primeiros habitantes, índios Puris diminuía significativamente enquanto os agricultores que impulsionados pelo ciclo do café aumentavam e estabeleciam na localidade de Pito Aceso.

A produção das lavouras de Santo Antônio de Pádua e região cresciam paralelamente com a densidade de sua população, não sendo mais suficiente o carro de bois e a tropa de burros para transportar os produtos até o empório comercial em São Fidélis.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

Em 1876, iniciaram-se os estudos do traçado da ferrovia, sob a responsabilidade do engenheiro Dr. Vieira Braga. A extensão da linha férrea era 15 léguas e 469 metros, ou seja, 92 km e 469 m, com a bitola de 1 metro, tendo no seu início na estação de Luca à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul em São Fidélis. Inaugurada em 10 de Agosto de 1883, a estação denominada Chave do Faria, onde havia uma chave para desvio dos trens, muitos foram atraídos para a Nova Vila, que se formou um local de comércio impulsionado pelas facilidades trazidas pela ferrovia. A iniciativa política de prestar justa homenagem aos verdadeiros donos das terras, fez com que em 02 de julho de 1890, o então governador Francisco Portela acolhesse a pedido: Elevando a distrito policial o povoado, que mais tarde passou a ser denominado Aperibé.



Imagem 6-11 Adaptado das “linhas da Leopoldina Railway”, 1965.¹¹



Imagem 6-12 Antiga estação ferroviária de Chave do Faria, atual Aperibé abriga uma casa de cultura.

A primeira família numerosa a se estabelecer na região foi a família Boechat, vinda da região de Miécourt no Cantão da Jura, Suíça. Inicialmente na região de Nova Friburgo e posteriormente, se instalando e fazendo negócios em Aperibé. Carlos Eduardo Boechat nascido em 06/04/1865 é um dos membros mais proeminentes e com uma farta documentação, preservada pela Casa de Cultura de Aperibé, sobre as diversas transações que realizava em suas fazendas dentre elas a Santo Antônio, primeira da região. Após o seu falecimento, sua viúva, Maria Reis assume seus deveres e atua intensamente no progresso da cidade, construindo a primeira igreja Batista da cidade.

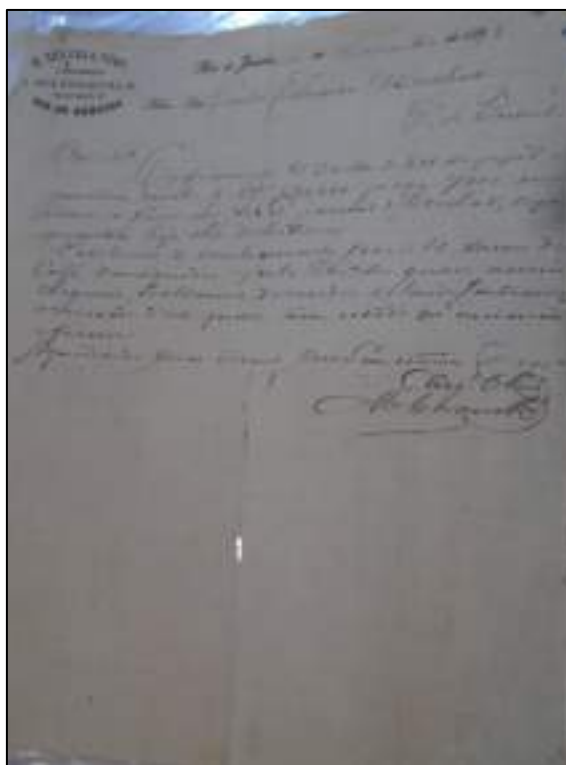


Imagem 6-13 Nota promissória do Sr. Carlos Boechat referente a transações com casas de comércio no Rio de Janeiro, 1891.

7. Execução do Salvamento Arqueológico

Em conformidade com o projeto apresentado e aprovado pelo IPHAN, as primeiras intervenções em subsuperfície realizadas na área dos sítios arqueológicos, em questão, tiveram um caráter preliminar cujo objetivo principal era localizar áreas de concentração de material arqueológicos para que então pudessem ser realizadas escavações em ampla superfície. Para tanto, os sítios arqueológicos foram divididos em grandes áreas com tamanho regulares (36x36m), que interiormente foram subdivididos em quadrantes de 9x9m para facilitar a ordenação das intervenções. As grandes áreas (36x36m) foram divididas a partir de malha alfanumérica de 1x1m.

Nessas áreas de 1x1m foram realizadas intervenções em subsuperfície (Araujo,2001), para verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos. Essas aberturas tiveram espaçamento regular de 8 m, sendo realizadas no ponto central dos quadrantes de 9x9m, e ocuparam integralmente a poligonal dos sítios arqueológicos.

Desse modo, cada intervenção preliminar foi capaz de produzir informação sobre a existência de contextos arqueológicos em uma área de 9m². Este procedimento de trabalho foi baseado no método denominado por Hodder e Orton (1976) e Orton (1982) de *Grid Generalization*, onde intervenções com espaçamentos regulares são capazes de informar sobre a ocorrência de contextos arqueológicos em áreas restritas. A disposição dessas intervenções sobre a malha arqueológica foi feita em arranjo ortogonal (Krakker et al., 1983 apud Araujo,2001).

Todas as intervenções foram amplamente documentadas por meio do preenchimento da ficha de escavação, registro fotográfico e levantamento estratigráfico. No que tange as tradagens, foram elaboradas colunas estratigráficas, e nas unidades de escavação (1x1m ou 0,50x0,50m) perfis estratigráficos.

7.1 - Resgate do Sítio Boa Vista 1 (SBV1)

O Sítio Arqueológico Boa Vista I foi registrado a partir da ocorrência de fragmentos de louça, cerâmica vitrificada, metal e vidro, sendo destaque a localização de fundo de garrafa com a inscrição “Rocha Leão”, relacionado ao século XIX. Este material foi localizado no entorno de uma casa de pau-a-pique, situada na propriedade, do Sr. Aceolino da Silva Maia (n.AP-010). Cabe ressaltar que os vestígios arqueológicos encontravam-se dispersos pela superfície do terreno, mesclados a materiais de lixo recente da casa atual.

As informações obtidas na fase anterior de pesquisa arqueológica deram suporte para o planejamento atividades de intervenções preliminares. Os serviços de pesquisa, neste sítio, obedeceram as seguintes etapas:

7.1.1 - 1ª Etapa–Detecção de Áreas de Concentração de Material Arqueológico

A primeira atividade efetuada no Sítio Boa Vista 1 foi a produção de mapa dividindo a poligonal do sítio em áreas de pesquisa, que posteriormente seriam subdivididas com malha alfanumérica, onde foram plotadas as intervenções preliminares. O tamanho padrão estipulado para as áreas de pesquisa foi de 36x36m, no entanto como a poligonal do sítio apresenta assimetria em relação ao padrão, algumas áreas tiveram tamanho reduzido. Foram determinadas ao todo 10 áreas de pesquisa, sendo apenas 3 com a dimensão de 36x36m e as demais com tamanho reduzido (ver mapa 01- anexo 02).

Na primeira etapa, caracterizada como *Intervenções Preliminares*, foram realizadas intervenções, em locais previamente determinados, na forma de tradagens com intuito obter informações de cunho estratigráfico, e localizar áreas de concentração de vestígios arqueológicos associados atividades cotidianas pretéritas e/ou remanescentes estruturais de edificações. O objetivo das *Intervenções Preliminares* é de produzir subsídios para execução das escavações intensivas em ampla superfície.

Nesta atividade foram executadas ao todo 108 intervenções em subsuperfície, conforme apresentado a seguir:

Na primeira empreitada foram abordado pontos de prospecção inseridos nas áreas 1, 2, 3 e 4. Na área 1 foram realizadas intervenções nos quadrantes N14, N23, N32, F'14, F'23, W23, W32, F'32, W5, W14, F32 e O5. Na área 2 foram abordados os quadrantes F'5, W5, N5 e E5. Na área 3 foram abordados os quadrantes E32, E14, E23, N23, N14. Na área 4 foi abordado o quadrante E5. Nesse conjunto de intervenções foi registrada a presença de solo compacto, com característica areno-argiloso e coloração variando entre 10YR3/2, 10YR6/3 e 10YR7/6. As tradagens escavadas variaram com profundidade entre 50cm e 60cm, até atingir camada estéril, sem que houvesse registro de cultura material.



Imagem 7.1.1-1 Equipe executando intervenções em linha



Imagem 7.1.1-2 Tradagem executada no ponto E5 da área

de tradagem

4.



Imagem 7.1.1-3 Tradagem executada no ponto N5 da área 2.

Imagem 7.1.1-4 Tradagem executada no ponto N32 da área 1.

Dando continuidade às atividades relacionadas a etapa de intervenções preliminares, foram realizadas intervenções nas áreas 1, 3, 4, 6 e 8. Na área 1 foi realizada intervenção no ponto F'5. Na área 3 foram realizadas intervenções nos setores N32, N5 e E5. Na área 4 foram realizadas intervenções nos setores N14, E13 e N5. Na área 6 foram realizadas intervenções nos setores F'31 e F'14. Na área 8 foram realizadas intervenções nos setores E23, N23, W23, W14, N14 e E14. Nas intervenções descritas acima, foi possível registrar a presença de solo compactado com característica areno-argilosa, com profundidade variando entre 50cm e 60cm. As tradagens foram abertas com uma profundidade que variou entre cinquenta e sessenta centímetros, em um solo areno-argiloso, compacto e com variações de cores registradas com a 10YR3/2, 10YR6/3 e 10YR7/6. Foi registrado a ocorrência de um fragmento cerâmico em superfície, na área 4 ponto N5.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 7.1.1-5 Tradagem executada no ponto F'5 da área 1. Imagem 7.1.1-6 Tradagem executada no ponto N5 da área 4.

No terceiro momento da empreitada foram executadas 36 intervenções em subsuperfície na forma de tradagem, inseridos nas áreas 7, 8, 9 e 10. Na área 7 foram prospectados os pontos W5, N5, E5, F'5, N23, E23, E14, W14, F'14, W23, F'23, E32, N32, W32, F'32. Na área 8 foram prospectados os pontos F'5, W5, N5, E5, F'14, F'23. Na área 9 foram realizadas intervenções nos quadrantes F'14, N14, N5, E5, N32, N23, E23, E32. Na área 10 foram prospectados os pontos E5, N5, N23, N14, E14 e E23. Essas intervenções tiveram profundidade média entre 50cm e 60cm, apresentando sedimento com textura areno-argilosa nas áreas mais elevadas, e textura argilosa nas partes mais baixas do sítio.

Não houve registros de material arqueológico durante os procedimentos, sendo observadas apenas as configurações gerais do sedimento trabalhado. O solo permaneceu com variações padrões em quase todos os pontos com as cores 10YR3/2, 10YR6/3 e 10YR7/6 e nas áreas mais baixas apresentou coloração 10YR6/1.



Imagem 7.1.1-7 Equipe durante execução das intervenções preliminares.

Imagem 7.1.1-8 Tradagem executada no ponto N23 da área 10.

Dando prosseguimento as atividades de caráter preliminar, foram executadas na área 3 intervenções nos setores F'14, W14, W5, F'5, e na área 5 intervenções nos setores F'14, W14, N14, E14, E5, W5, F'5 e N5. As tradagens tiveram profundidade máxima de 60cm, sendo observado solo com textura areno-argiloso até os últimos níveis escavados, quando se observava uma mudança para uma textura mais argilosa e úmida por consequência dessas áreas estarem próximas aos pontos de inundação do sítio. No geral, não houve registro de material em nenhuma das abordagens. A coloração do sedimento variou entre 10YR3/2, 10YR6/3 e 10YR6/1.



Imagem 7.1.1-9 Equipe durante execução das intervenções preliminares.



Imagem 7.1.1-10 Tradagem executada no ponto F'5 da área 3.

Concluindo os procedimentos de aberturas de tradagens, foram abertas intervenções nos setores W23, W32, F'32, F'23 da área 3; F'14, W14, F'5 e W5 da área 4; F'32, F'23, E23, N23, W23, W32, N32, E32 da área 5 e F'5, N5, W5, W14, N14, E14, E5 da área 6, onde estava localizada a edificação do local. Todas as tradagens foram abertas até sessenta centímetros de profundidade, em um solo areno-argiloso e argiloso, com camadas de coloração 10YR3/2, 10YR6/3 e 10YR7/6.



Imagem 7.1.1-11 Tradagem executada no ponto F'32 da área 3.

Imagem 7.1.1-12 Tradagem executada no ponto F'5 da área 6.

Nas sondagens W14 da área 4, N23 e W23 da área 5, houve ocorrência de alguns fragmentos de telha; na tradagem N5 da área 6, houve ocorrência de carvão; na tradagem W5 da área 4, houve ocorrência de cerâmica e carvão; nas tradagens W23 e F'23 da área 3 e N3 da área 5 houve ocorrência de cerâmica e vidro; na W23 da área 5 e na E32 também da área 5, foram coletados fragmentos de cerâmica na superfície, assim como a três metros norte da tradagem E32 da mesma área, onde foi identificado e coletado em superfície mais um fragmento de cerâmica.

7.1.2 - 2ª Etapa –Intervenções Arqueológicas Intensivas

Na segunda etapa do salvamento arqueológico, correspondente a escavação em superfície ampla, foram executadas intervenções nas três áreas que houveram ocorrência de material cultural, sendo na área 3 os setores W23 e F'23; na área 4 o setor W5; e na área 5 os setores E32, N32 e W23 (ver mapa 02 – anexo 02).

Tendo esses pontos de como referências positivas para a presença de material cultural, foram iniciados os trabalhos com aberturas de unidades estratigráficas, medidas em 2x1 (B'23 e B'24, da área 3; Z5 e Z6, da área 4; E32 e F32, N33 e N34, P28 e P29, W23 e W22 da área 5) e 2x2 (D25, E'25 e F'23 da área 3).

A primeira unidade trabalhada foi a F'23 da área 3, com dimensões de 2x2. Na limpeza da superfície foi coletado um fragmento de louça, já no primeiro nível (0-10cm), foram coletados fragmentos de cerâmica e louça, além da observação das marcas de carbonização e bioturbações no solo.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

No segundo nível (10-20cm), foram coletados fragmentos de cerâmica, louça e ferro, em uma quantidade pouco relevante; no nível 3 (20-30cm), foram identificados e coletados fragmentos de cerâmica e louça, já nos dois últimos níveis (30-40 e 40-50cm), foram identificados materiais com características recentes, interpretado como ponto de descarte em uma região diferente de onde estava sendo encontrado os outros materiais, decorrentes da região noroeste da unidade. Durante a intervenção foi observado um solo areno-argiloso, compacto e com a coloração 10YR3/2 nos três primeiros níveis e 10YR6/3 nos dois últimos.



Imagem 7.1.2-13 Unidade escavada no ponto F'23 da área 3,
no nível 20-30



Imagem 7.1.2-14 Unidade escavada no ponto F'23 da área 3,
no nível final com 50cm.

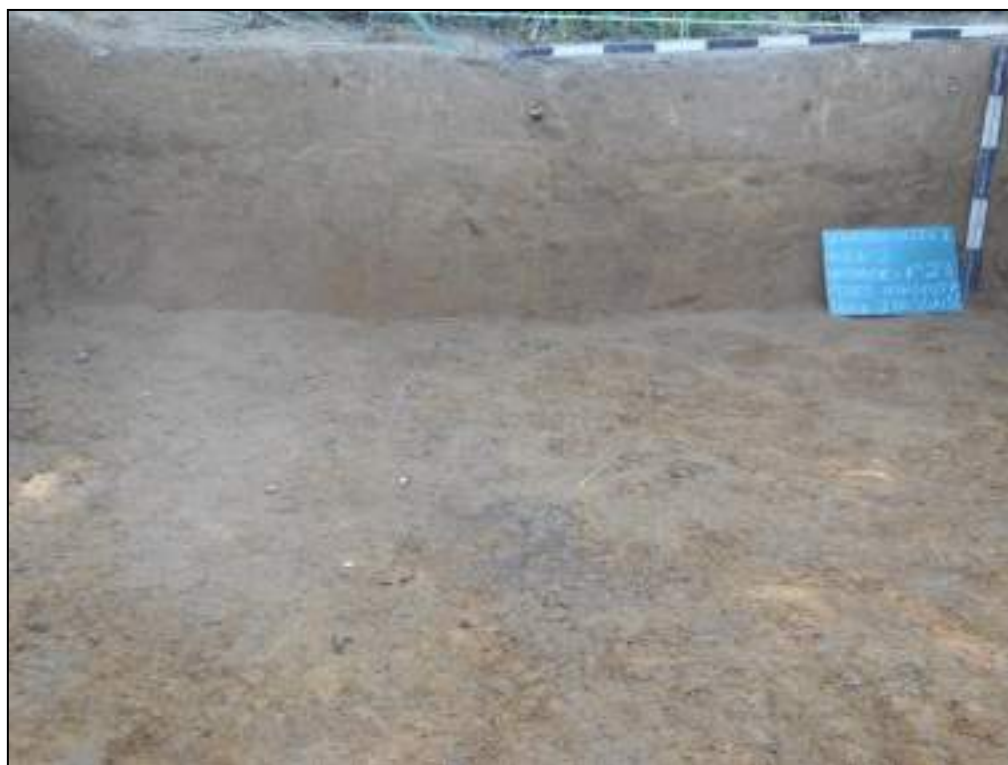


Imagem 7.1.2-15 Detalhe do perfil da unidade F'23 sem definição de camada arqueológica de ocupação

As unidades escavadas nos setores B'23 e B'24 da área 3, deram forma a uma escavação com dimensão 2x1. No primeiro nível (0-10cm), foi identificado nas duas unidades materiais recentes como, vidro, material construtivo e metal, esses não levados em consideração. Ainda no primeiro nível, na unidade B'23, foi coletado fragmentos de cerâmica, no nível 2 (10-20cm) apenas na unidade B'24 foram coletados outros fragmentos cerâmicos.

No terceiro nível de 20-30cm, foram coletados mais fragmentos cerâmicos na unidade B'23, onde houve também, ocorrência e manchas de carvão. No último nível (30-40cm), não foi registrado material arqueológico em nenhuma das unidades trabalhadas. O solo areno-argiloso apresentou uma coloração 10YR3/2 em todos os níveis, com uma observação apenas para uma mancha de cor 10YR6/3 no último nível da unidade B'24.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 7.1.2-16 Vista de topo da unidade escavada no setor B'24, apresentando estratigrafia homogênea.



Imagem 7.1.2-17 Vista de topo da unidade escavada no setor B'23, apresentando estratigrafia homogênea.

Nas unidades D'25 e E'25 da área 3, unidade de 2x1. No primeiro nível (0-10cm), foram observados materiais recentes como plásticos, vidro e material construtivo. Também foram identificados e coletados na unidade D'25 fragmentos de cerâmica, já nos dois últimos níveis (10-20 e 20-30cm) não houve registro de material. O solo foi caracterizado como areno-argiloso, compacto e com a cor 10YR3/2 em todos os níveis.



Imagem 7.1.2-18 Vista de topo da unidade escavada no setor D'25, apresentando estratigrafia homogênea.



Imagem 7.1.2-19 Vista de topo da unidade escavada no setor E'25, apresentando estratigrafia homogênea.



Imagem 7.1.2-20Vista de topo da unidade escavada no setor E'25, apresentando estratigrafia homogênea.

Nas unidades F32 e E32 da área 5, que por terem sido escavadas de modo contíguo configuraram dimensão de 2x1m. No primeiro nível (0-10cm) de ambas as unidades foram registradas as ocorrências de material construtivo, com características recentes.

No segundo nível (10-20cm), só foram observadas pequenas manchas de carvão na unidade E32 e em seguida foi concluída a escavação no nível 3 (20-30cm), sem ocorrência de materiais. O solo areno-argiloso apresentou a cor 10YR3/2 em todos os níveis da unidade E32, já na F32 essa cor foi registrada nos dois primeiros níveis sendo no último observada a cor 10YR6/3.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 7.1.2-21 Vista de sondagem escavada no setor E32. Imagem 7.1.2-22 Vista de sondagem escavada do setor F32.

Concluindo as abordagens nesse dia, as unidades N33 e N34 da área 5 foram escavadas formando uma unidade de 2x1. No primeiro nível as duas apresentaram material construtivo recente, já nos dois níveis seguintes não houve registros de material arqueológico. O solo areno-argiloso apresentou coloração 10YR3/2 nos dois primeiros níveis e no último a cor 10YR6/3.



Imagem 7.1.2-23 Vista da sondagem escavada no setor N34. Imagem 7.1.2-24 Vista da sondagem escavada no setor N33.

As escavações das unidades P28 e P29 da área 5, foram realizada de modo contiguo compondo uma área com 2x1m. No primeiro nível (0-10cm) foi registrado a ocorrência de material construtivo recente, já nos dois seguintes não houve registro de material. O solo areno-argiloso apresentou coloração 10YR3/2 nos dois primeiros níveis e no último a cor 10YR6/3.



Imagem 7.1.2-25 Vista da sondagem escavada no setor P28. Imagem 7.1.2-26 Vista da sondagem escavada no setor P29.

A escavação das unidades W22 e W23 da área 5, foram realizadas de modo contíguo formando uma área de escavação com dimensão de 2x1m. No primeiro nível foram registrados nas duas unidades ocorrência de material recente (vidro e material construtivo); no segundo nível foi identificado carvão e manchas na unidade W22 e vidro na W23. Com a baixa relevância do material encontrado a escavação foi encerrada no terceiro nível (20-30cm), com a identificação de um solo areno-argiloso com a cor 10YR3/2 no primeiro nível das unidades e 10YR6/3 nos dois últimos.

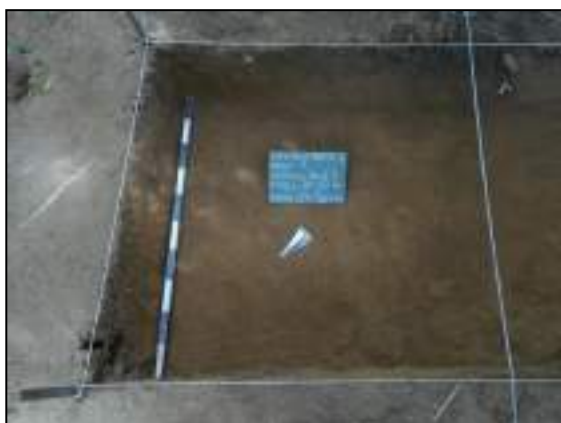


Imagem 7.1.2-27 Vista da sondagem escavada no setor W23. Imagem 7.1.2-28 Vista da sondagem escavada no setor W22.

Concluindo as intervenções no Sítio Boa Vista I, nesse mesmo dia foram abordadas as unidades Z5 e Z6 da área 4 (2X1). No primeiro nível (0-10cm) das unidades foi registrada a ocorrência de material construtivo nas duas unidades; no segundo nível da unidade Z6 foram observadas manchas de carvão, porém sem grande relevância para formação de um contexto arqueológico.

Com a baixa relevância do material encontrado a escavação foi encerrada no terceiro nível (20-30cm), com a identificação de um solo areno-argiloso nas duas unidades, a Z6 apresentou a cor 10YR3/2 nos dois primeiros níveis e 10YR6/3 no último, já na Z5 foi visto uma coloração 10YR3/2 no primeiro nível e 10YR6/3 nos dois últimos.



Imagem 7.1.1-29 Vista da sondagem escavada no setor Z5.



Imagem 7.1.1-30 Vista da sondagem escavada no setor Z6.

7.1.3 - Resultados

As intervenções arqueológicas realizadas no Sítio Boa Vista I foram divididas em duas etapas cujos objetivos eram, inicialmente, localizar áreas com concentração de material cultural, seguido pela obtenção de informações consistentes a partir de escavações em superfícies amplas.

Vale ressaltar que mesmo com o grande número de intervenções preliminares associados ao curto intervalo entre elas, não foram observados vestígios arqueológicos que dessem suporte material ao registro de um sítio arqueológico, seja pela baixíssima frequência com que foram evidenciados, assim como pela inexistência de estratigrafia condizente com áreas resultantes de ocupações históricas.

Apesar disso, foram executadas escavações intensivas em áreas onde foram coletados vestígios de material cultural com intuito de analisar a estratigrafia do local e registrar aspectos relacionados a dispersão dos vestígios evidenciados durante a etapa de intervenções preliminares.

Ao analisar a estratigrafia das áreas escavadas, ficou evidente que o material depositado nos primeiros níveis de escavação são oriundos de uma ocupação intermitente, possivelmente de uma estrutura habitacional secundária à sede de uma fazenda. Vale frisar a existência de uma casa de pau-a-pique no interior do sítio escavado (ver anexo 03 – levantamento arquitetônico).

Por fim, a baixíssima ocorrência de material associado a uma estratigrafia homogênea, sem marcas de ocupação intensiva apontam para uma local que era ocupado por pouquíssimas pessoas de modo intermitente. Com isso consideramos que as intervenções arqueológicas realizadas neste espaço foram suficientes para obtenção de informações primária sobre a ocupação, sendo **recomendado a liberação da área** para prosseguimento das atividades do empreendimento.

7.1.3.1 - Análise dos Materiais

Foram coletados ao todo 77 fragmentos de vestígios arqueológicos durante as intervenções arqueológicas no Sítio Boa Vista I, correspondentes a categorias de Porcelana, Faiança Fina, Cerâmico (doméstico e material construtivo), Metal, Vidro. Dentre as categorias de material cultural evidenciados, 2 fragmentos foram de porcelana, 7 fragmentos de Faiança Fina, 26 fragmentos cerâmicos associados ao uso doméstico, 4 fragmentos de metal, 1 fragmento de vidro e 37 fragmentos cerâmicos utilizados como material construtivo.

O material cultural coletado, encontra-se com altíssimo grau de fragmentação sendo possível obter datação média a partir dos fragmentos de faiança fina e porcelana, indicando que esta ocupação intermitente foi realizada entre o final do século XIX e meados do XX.



Imagem 7.1.3.1-1 Fragmentos cerâmicos coletados no setor B'23 da área 3, no nível 20-30



Imagem 7.1.3.1-2 Fragmento cerâmico coletado no setor F'23 da área 3, no nível 20-30



Imagem 7.1.3.1-3 Fragmento cerâmico coletado no setor W5 da área 4, no nível 0-20



Imagem 7.1.3.1-4 Fragmento cerâmico coletado no setor O'25 da área 3, no nível 0-10



Imagem 7.1.3.1-5 Fragmentos cerâmicos coletados no setor B'23 da área 3, no nível 0-10



Imagem 7.1.3.1-6 Fragmentos cerâmico coletados no setor B'24 da área 3, no nível 10-20



Imagem 7.1.3.1-7 Fragmentos cerâmicos coletados no setor F'23 da área 3, no nível 20-30



Imagem 7.1.3.1-8 Fragmentos cerâmicos coletados no setor W32 da área 5 em superfície



Imagem 7.1.3.1-9 Fragmentos de faiança fina coletados no setor W32 da área 2, no nível 10-20



Imagem 7.1.3.1-10 Fragmento de porcelana coletado no setor F'23 da área 3, no nível 0-10



Imagem 7.1.3.1-11 Fragmento de vidro coletado no setor W23 da área 5, em superfície



Imagem 7.1.3.1-12 Fragmentos de porcelana coletados no setor F'23 da área 3, em superfície

7.2 - Resgate do Sítio Boa Vista 2 (SBV2)

De acordo as atividades de Prospecção Arqueológica, ao circular uma estrada de acesso à propriedade n.AP-015, de Sra. Amélia Vieira Dias, foram encontrados vestígios arqueológicos ao longo de um corte no terreno que se estende por cerca de 50 m. Foram coletados fragmentos de louças (um deles com a inscrição “BochF...”, que corresponde à marca “BochFrères” ou Boch et frèresLalouvière”, de uma fábrica de louças com produção aproximada entre 1880 e 1900. Segundo relato do morador da respectiva área, Sr. Eugênio Dias, ali ficava a casa de sua bisavó. No entorno há um pequeno lago e uma parte mais elevada do terreno – o que poderia indicar o local desta antiga casa.

As informações obtidas na fase anterior de pesquisa arqueológica deram suporte para o planejamento atividades de intervenções preliminares. Os serviços de pesquisa, neste sítio, obedeceram as seguintes etapas:

7.2.1 - 1ª Etapa – Detecção de Áreas de Concentração de Material Arqueológico

A primeira atividade efetuada no Sítio Boa Vista 2 foi a produção de mapa dividindo a poligonal do sítio em áreas de pesquisa, que posteriormente seriam subdivididas com malha alfanumérica, onde foram plotadas as intervenções preliminares. O tamanho padrão estipulado para as áreas de pesquisa foi de 36x36m, no entanto como a poligonal do sítio apresenta assimetria em relação ao padrão, algumas áreas tiveram tamanho reduzido. Foram determinadas ao todo 12 áreas de pesquisa, sendo apenas 4 com a dimensão de 36x36m e as demais com tamanho reduzido (ver mapa 01 – anexo 04).

Na primeira etapa, caracterizada como *Intervenções Preliminares*, foram realizadas intervenções, em locais previamente determinados, na forma de tradagens com intuito obter informações de cunho estratigráfico, e localizar áreas de concentração de vestígios arqueológicos associados atividades cotidianas pretéritas e/ou remanescentes estruturais de edificações. O objetivo das *Intervenções Preliminares* é de produzir subsídios para execução das escavações intensivas em ampla superfície.

Nesta primeira etapa foram executados o total de 144 intervenções em subsuperfície na forma de tradagem:

Na primeira empreitada da atividade, foram realizadas intervenções na forma de tradagens atingindo uma profundidade média de 70 cm, todavia, houveram variações de profundidades relacionados diretamente as características texturais e de coloração registradas durante as intervenções.

UHE Itaipava I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

Foram trabalhados os pontos F'5, F'14, F'23 e F'32, da área 7; F'5, F'14 e F'23 da área 8; E32, E23, E14, N32, N23, N14, N5 e E5 da área 10 e os pontos E23, E14, E5, N14 e N15 da área 11, totalizando vinte pontos escavados. Os pontos trabalhados na área 7 foram escavados até 50 cm de profundidade, pois apresentaram solo areno-argiloso, compacto, com uma variação da cor 10YR3/2 entre o 0-10cm e 10YR5/4 entre os 11-50cm. Não houve registro de material arqueológico.

Os pontos trabalhados na área 8 também apresentaram as mesmas características da área 7, assim como as tradagens abertas nas áreas 10 e 11, apenas com uma diferença na intervenção N14 da área 11 que foi aberta até os 60 cm também sem ocorrência de material arqueológico. No geral foi observado em todas as intervenções um solo compacto, areno-argiloso e com a coloração 10YR3/2 no primeiro nível (0-10cm) e 10YR5/4 nos níveis em seqüência. Todos os pontos estavam localizados na parte mais íngreme do sítio e não houve registros arqueológicos.



Imagem 7.2.1-1 Equipe durante atividade de detecção de material arqueológico.



Imagem 7.2.1-2 Equipe durante atividade de detecção de material arqueológico.



Imagem 7.2.1-3 Intevenção executada no ponto N14 da Área 11.



Imagem 7.2.1-4 Intevenção executada no ponto F32 da Área 7.

Na sequência das atividades de detecção de material arqueológico, foram escavados os pontos: F75 da área 5; W5, N5 e E5 da área 8; F32, W32, W23, F23, F14, W14, W5 e F5 da área 1; W32, N32, E32, E23, N23, W23, W14, N14, E14, E5, N5, W5 da área 7 e F32, W32, N32, E32, E23, N23, W23, F23, F14, W14, N14, E14, E5, N5, W5 e F5 da área 4.

Na área 1, todas as tradagens foram abertas até 50 cm de profundidade em um solo areno-argiloso compacto, nos pontos F23, F32, W23 e W32, foi observado um solo com a tipologia já apresentada, com uma variação de cor com 10YR3/2 no primeiro nível (0-10cm) e 10YR5/4 até os 50 cm, sem ocorrência de material arqueológico. Nos pontos F14, W5 e W14, somente foi observada uma variação de cores com registro da 10YR5/4 até os 30 cm escavados e 10YR7/6 até os 50cm.

Na área 4 foram observadas características semelhantes no solo, também sem vestígios arqueológicos encontrados e apenas com variações de cores no sedimento abordado. Nos pontos E5, E32, F32, N5, N32, W5 e W32 a coloração na primeira camada (0-10cm) foi 10YR3/2 e 10YR5/4 até 50 cm.

Nos pontos E14, F5, F14, F23, N14, N23, W14 e W23 foi registrado na primeira camada (0-30cm) a cor 10YR5/4 e 10YR7/6 até os 50 cm. No ponto E23 foi registrado o mesmo tipo de solo com uma coloração 10YR5/4 na primeira camada (0-30cm) e 10YR7/1 até 50 cm.

Na área 5 foi trabalhado apenas o ponto F5, onde foi observado um solo compacto, areno-argiloso, com a coloração 10YR3/2 nos primeiros níveis escavados (0-20cm) e 10YR5/4 observado até os 50 cm.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

Na área 7 manteve-se o registro de solo areno-argiloso, compacto e sem registro de material arqueológico, sendo observado apenas mudanças na coloração do solo, estando os pontos E5, E14, E23, F'5, N5, N14 e W14 com a cor 10YR5/4 de nos primeiros 30cm, e 10YR7/6 até os 60 cm. Já os pontos E32, N23, N32, W5, W23 e W32, apresentaram uma coloração variante com a cor 10YR3/2 entre 0-10cm, e 10YR5/4 até os 50 cm.

Na área 8, onde foram trabalhados os pontos E5, N5 e W5, foi observado características semelhantes as outras áreas, sendo solo areno-argiloso, compacto, sem registro de vestígios arqueológicos e com variação de cores, no primeiro nível (0-20cm) com coloração 10YR3/2, e até os 50cm com coloração 10YR5/4.



Imagem 7.2.1-5 Intevenção executada no ponto W5 da Área 7.



Imagem 7.2.1-6 Intevenção executada no ponto F'5 da Área 1.



Imagem 7.2.1-7 Intevenção executada no ponto E14 da Área 4.



Imagem 7.2.1-8 Intevenção executada no ponto F'5 da Área 5.

Na sequência das atividades foram realizadas intervenções nos pontos F'5, W5, N5, N14, W14 e F'14 da área 2; F'23, F'14, W5, N14, F'14, W5, N5 e E5 da área 5; além dos pontos E14, N14, W14, W23, E23 e N23 da área 8, todas com profundidade máxima de 50 cm, com sedimento de textura areno argilosa e alta compactação.

No geral, foi observado um solo com a coloração 10YR3/2 nos primeiros dois níveis 0-20cm, e 10YR5/4 nos últimos níveis em quase todas as sondagens, com exceção para os pontos N14, N5 e W5 da área 2, onde foi observado a cor 10YR3/2 no primeiro nível (0-10cm), 10YR5/4 entre os níveis 10-30cm e os últimos níveis (30-50cm) voltando a presença da cor 10YR3/2. Não houve nenhum registro de vestígios arqueológicos.



Imagem 7.2.1-9 Intevenção executada no ponto N14 da Área 5.



Imagem 7.2.1-10 Intevenção executada no ponto W14 da Área 2.

Na sequencia das atividades de detecção de material arqueológico foram realizadas intervenções nos pontos: E32 da área 11; E5 da área 12; F'23, W23, N23, N32, W32 e F32 da área 2; F'14, W14, N14, E14, F'5, W5, N5 e E5 da área 6; F'5, W5, N5, E14, N14, W14 e F'14 da área 3; E14, N14, F'5, W5, N5, E5 da área 9; E32, N32, W32, F'32, da área 8 e E32, N32, W32, F'32, W23, N23 e E23 da área 5, totalizando quarenta pontos escavados com profundidade de 50 cm em solo com alta compactação.

Foi observada uma coloração 10YR3/2 nos primeiros níveis e 10YR5/4 nos últimos em quase todas as sondagens, exceto os pontos da área 2, que apresentou coloração 10YR6/3 nos primeiros níveis e 10YR7/1

nos últimos. Foi registrado a ocorrência de um fragmento de cerâmica na tradagem N5 da área 6, e um fragmento de grés no ponto W32 da área 2.



Imagem 7.2.1-11 Intervenção executada no ponto N5 da Área 9.



Imagem 7.2.1-12 Intervenção executada no ponto E5 da Área 12.



Imagem 7.2.1-13 Intervenção executada no ponto N5 da Área 6.



Imagem 7.2.1-14 Intervenção executada no ponto W32 da Área 2.

No último de atividades relacionadas a etapa de detecção de concentração de material arqueológico, foram realizadas intervenções, na forma de tradagem, nos pontos: E23, F^o23, W23 e N23 da área 3; F^o32, W32, E23, N23, W23, F^o23, F^o23, F^o14, W14 da área 9 e E32, E23 e E14 da área 12, todas com profundidade de máxima

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

de 50 cm. Em todas as sondagens foi observado um solo areno-argiloso, com alta compactação e coloração 10YR3/2 nos primeiros níveis e 10YR5/4 nos níveis finais. Não houve registro de material arqueológico nessas intervenções.



Imagem 7.2.1-15 Equipe executando intervenções para detecção de material arqueológico. Destaque para a curta distância entre as intervenções.



Imagem 7.2.1-16 Intevenção executada no ponto F'14 da Área 9.



Imagem 7.2.1-17 Intevenção executada no ponto W23 da Área 3.



Imagem 7.2.1-18 Intevenção executada no ponto E23 da Área 6.

7.2.2 - 2ª Etapa – Intervenções Arqueológicas Intensivas

A partir das informações obtidas durante a execução das atividades na 1ª etapa de intervenções, foi dado início a segunda etapa das atividades relacionadas o resgate arqueológico, sendo realizadas escavações de unidades com controle estratigráfico nos pontos que foram registradas informações de ocorrência de material arqueológico (ver mapa 02 – anexo 04).

Inicialmente foram escavadas as unidades W32 e a X32 da área 2, que juntas compõem uma área com dimensão de 2x1m.

Na unidade W32 foram coletados fragmentos de louça nos três primeiros níveis de 0-30cm, no nível de 30-40cm e 40-50cm foi identificado e coletado dois fragmentos de cerâmica. Na unidade X32 foram coletados poucos fragmentos de louça no segundo nível (10-20cm), entre 20-30cm identificados e coletados fragmentos de grés e nos níveis de 30-50cm também foram coletados outros fragmentos de louça.

Foi observado um solo com a coloração 10YR6/3 nos primeiros níveis, seguido da cor 10YR5/6 no nível de 20-30cm, 10YR3/2 entre os níveis 30-60cm e 10YR7/1 no último nível da unidade W32. Na X32, foram observadas as cores 10YR6/3 nos níveis de 0-30cm, 10YR3/2 entre 30-50cm e 10YR7/1 nos níveis 50-70cm. Todas as camadas apresentaram um solo de composição areno-argiloso.



Imagem 7.2.2-1 Equipe durante escavação das unidades estratigráficas



Imagem 7.2.2-2 Equipe durante escavação das unidades estratigráficas



Imagem 7.2.2-3 Detalhe da unidade W32 da área 2, no nível 30-40cm.



Imagem 7.2.2-4 Detalhe da unidade X32 da área 2, no nível 30-40cm.



Imagem 7.2.2-5 Vista geral da escavação das unidades W32 e X32, no nível 60-70cm.

De modo contíguo as unidades W32 e X32 foi iniciada a escavação da unidade V32, configurada como uma ampliação destas, formando uma área com dimensão de 3x1m. Foram identificados e coletados fragmentos de louça no nível 10-20cm e no 30-40cm e nos níveis entre 40 e 50 centímetros foram identificados fragmentos de louça e ferro.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

Foi observado um solo areno-argiloso, com a coloração 10YR6/3 nos três primeiros níveis de 10-30cm, nos níveis 40-60cm foi visto a cor 10YR7/1 com duas manchas da cor 10YR3/2 e a o último nível (60-70cm) apresentou uma coloração 10YR7/1.

Todo material cultural coletado durante a execução dessas intervenções estavam dispostos de forma aleatória nos níveis de escavação, e em baixa proporção quantitativa. Apesar da presença rarefeita de material cultural, não foi identificada na estratigrafia uma camada arqueológica.



Imagem 7.2.2-6 Detalhe da escavação da unidade V32 no nível 30-40 cm.



Imagem 7.2.2-7 Vista geral da escavação das unidades W32, X32 e V32.

Na área 6 foram abertas unidades de escavação nos setores N4 e N5 apresentaram a mesma composição e coloração do solo, areno-argiloso com a cor 10YR3/2. Na N4 não houve registro de material, já na N5 foi coletado vidro no primeiro nível (0-10cm). A coleta realizada neste sítio foi de cunho isolado, não sendo observado estratigraficamente a presença consistente de material cultura condizente com o registro de um sítio arqueológico.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 7.2.2-8 Vista geral da unidade de escavação N5 na área 6, no nível 20-30cm.

Imagem 7.2.2-9 Vista geral da unidade de escavação N4 na área 6, no nível 20-30cm.

Dando continuidade aos procedimentos de escavação em área com maior amplitude, foram iniciadas as intervenções nos setores J'21 e J'22, também na área 6. Cabe ressaltar que a uma distância de aproximadamente 1 m, a nordeste da unidade J'22, estava localizada a sondagem que deu origem ao sítio. As duas unidades não apresentaram vestígios arqueológicos durante as escavações, onde foi registrado um solo areno-argiloso com a cor 10YR3/2 no primeiro nível (0-10cm) e 10YR5/4 nos níveis finais de 10-40cm em ambas. Cabe ressaltar que o perfil estratigráfico não apresenta sinais de ocupação humana intensiva.



Imagem 7.2.2-10 Vista geral das unidades J'21 e J'22, no nível 30-40cm.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

Na área 9 foram abertas unidades estratigráficas, contíguas, nos setores B23 e C23, totalizando uma área de escavação com dimensão de 2x1m. Nas duas unidades não houve ocorrência de material arqueológico, onde foi observado um solo areno-argiloso em ambas as unidades com a coloração 10YR3/2 no primeiro nível (0-10cm) e 10YR5/4 nos dois últimos níveis (10-20 e 20-30cm). Destaque para inexistência de indícios de ocupação humana intesiva na estratigrafia da escavação.



Imagem 7.2.2-11 Vista geral das unidades B23 e C23, no nível 20-30cm.

Ainda na área 9, foram iniciadas escavações estratigráficas nos setores G7 e G8, totalizando uma área com dimensão de 2x1m. Nessa escavação só houve registro de material na unidade G7, onde foi coletado um fragmento de louça no nível 2 (10-20cm). O solo areno-argiloso apresentou uma coloração 10YR3/2 em todos os níveis da unidade G7, já a unidade G8 apresentou coloração 10YR3/4 no último nível (30-40cm).

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 7.2.2-12 Vista geral da unidade de escavação G7 na área 9, no nível 30-40cm.

Imagem 7.2.2-13 Vista geral da unidade de escavação G8 na área 9, no nível 30-40cm.

Concluindo as atividades de escavação intensiva, foram realizadas intervenções, na área 2, nos setores X34 e X35, totalizando uma escavação com dimensão de 2x1m. Na unidade X34 foram identificados e coletados fragmentos de louça no nível 10-20cm, na unidade X35, foram coletados no nível 10-20cm fragmentos de louça e vidro, já no nível 20-30cm foram identificados e coletados outros fragmentos de louça. O solo areno-argiloso foi compacto em ambas as unidades com a coloração 10YR6/3 nos três primeiros níveis de (0-30cm) e 10YR3/2 nos dois últimos (30-40 e 40-50).



Imagem 7.2.2-14 Vista geral da unidade de escavação X34 na área 2, no nível 40-50cm.

Imagem 7.2.2-15 Vista geral da unidade de escavação X35 na área 2, no nível 40-50cm.

7.2.3 - Resultados

As intervenções arqueológicas realizadas no Sítio Boa Vista II foram divididas em duas etapas cujos objetivos eram, inicialmente, localizar áreas com concentração de material cultural, seguido pela obtenção de informações consistentes a partir de escavações em superfícies amplas.

Vale ressaltar que o registro deste sítio foi realizado a partir da ocorrência de vestígios dispersos e descontextualizados. Desse modo, a criação de uma malha arqueológica estreita para detecção de concentração de material arqueológico, com intervalo regular de 8m entre as intervenções, tinha o objetivo de ter um resultado amostral extremamente detalhado sobre todo o perímetro do sítio, o que daria suporte para a execução de intervenções de maior amplitude.

Vale ressaltar que mesmo com o grande número de intervenções preliminares, associados ao curto intervalo entre elas, não foram observados, do ponto de vista quantitativo, vestígios arqueológicos que dessem suporte material ao registro de um sítio arqueológico, seja pela baixíssima frequência com que foram evidenciados, assim como pela inexistência de estratigrafia condizente com áreas resultantes de ocupações históricas.

Apesar disso, foram executadas escavações intensivas em áreas onde foram coletados vestígios de material cultural com intuito de analisar a estratigrafia do local e registrar aspectos relacionados a dispersão dos vestígios evidenciados durante a etapa de intervenções preliminares.

Ao analisar a estratigrafia das áreas escavadas, ficou evidente que o material depositado são oriundos de uma ocupação intermitente, possivelmente de uma estrutura habitacional secundária à sede de uma fazenda, contruída com materiais efêmeros, possivelmente de barro.

Por fim, a baixíssima ocorrência de material associado a uma estratigrafia homogênea, sem marcas de ocupação intensiva apontam para um local que era ocupado por pouquíssimas pessoas de modo intermitente. Com isso consideramos que as intervenções arqueológicas realizadas neste espaço foram suficientes para obtenção de informações primária sobre a ocupação, sendo **recomendado a liberação da área** para prosseguimento das atividades do empreendimento.

7.2.3.1 - Análise dos Materiais

Foram coletados ao todo 64 fragmentos de vestígios arqueológicos durante as intervenções arqueológicas no Sítio Boa Vista II, correspondentes a categorias de Faiança Fina, Cerâmico (doméstico e material construtivo), Metal, Vidro e Grès. Dentre as categorias de material cultural coletados, 2 fragmentos cerâmicos estão associados ao ambiente doméstico, 3 fragmentos de vidro, 3 fragmentos de metal, 2 fragmentos de grès, 51 fragmentos de faiança fina, e 3 fragmentos de telha.

O material cultural coletado, encontra-se com altíssimo grau de fragmentação sendo possível obter datação média a partir dos fragmentos de faiança fina, sobretudo a partir da identificação da glazura pearlware e whiteware, que remetem ao final do século XIX e meados do XX.



Imagem 7.2.3.1-1 Fragmento cerâmico coletado no setor W32, área 2, nível 30-40.



Imagem 7.2.3.1-2 Fragmento cerâmico coletado no setor N5, área 6, nível 10-20.



Imagem 7.2.3.1-3 Fragmento de vidro coletado no setor X35, área 2, nível 10-20.



Imagem 7.2.3.1-4 Fragmento cerâmico coletado no setor N5, área 6, nível 0-10



Imagem 7.2.3.1-5 Fragmento de grès coletado no setor W32, área 2, nível 0-10.



Imagem 7.2.3.1-6 Fragmento de grès coletado no setor X32, área 2, nível 20-30.



Imagem 7.2.3.1-7 Fração de ferradura coletado no setor X32, área 2, nível 40-50.



Imagem 7.2.3.1-8 Cravo metálico coletado no setor V32, área 2, nível 40-50.



Imagem 7.2.3.1-9 Fragmento de telha coletado no setor W32, área 2, nível 40-50.



Imagem 7.2.3.1-10 Fragmentos de faiança fina coletados no setor W32, área 2, nível 0-10.



Imagem 7.2.3.1-11 Fragmentos de faiança fina coletados no setor V32, área 2, nível 30-40.



Imagem 7.2.3.1-12 Fragmentos de faiança fina coletados no setor X35, área 2, nível 20-30.



Imagem 7.2.3.1-13 Fragmentos de faiança fina coletados no setor X32, área 2, nível 10-20. Destaque para presença de fragmentos com glazura pearlware.



Imagem 7.2.3.1-14 Fragmentos de faiança fina coletados no setor X32, área 2, nível 40-50.

7.3 - Resgate do Sítio Fazenda Angolinha (SFA)

Segundo informações levantadas durante a etapa de prospecção arqueológica, este sítio foi registrado em um vale estreito na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, na propriedade da Sra. Maria José Dias de Souza (AP-022), informações orais indicaram que existia nesta área um conjunto de casas relativamente antigas (provavelmente da metade do século XIX), que já não estão mais aparentes.

Aliás, no percorrimento desta área durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica, encontraram-se alinhamentos de coqueiros que são possíveis indicativos da presença de sedes de fazendas antigas. Nas intervenções arqueológicas, revelou-se uma camada do solo com sedimento mais escuro, associada à presença de carvão, e coletaram-se materiais arqueológicos característicos do século XIX.

Em virtude da memória dos moradores sobre a história local, em cruzamento com os dados arqueológicos levantados, a área foi considerada sítio arqueológico e delimitada.

7.3.1 - 1ª Etapa–Detecção de Áreas de Concentração de Material Arqueológico

A primeira atividade efetuada no Sítio Fazenda Angolinha foi a produção de mapa dividindo a poligonal do sítio em áreas de pesquisa, que posteriormente seriam subdivididas com malha alfanumérica, onde foram plotadas as intervenções preliminares. O tamanho padrão estipulado para as áreas de pesquisa foi de 36x36m, no entanto como a poligonal do sítio apresenta assimetria em relação ao padrão, algumas áreas tiveram tamanho reduzido. Foram determinadas ao todo 18 áreas de pesquisa, sendo apenas 7 com a dimensão de 36x36m e as demais com tamanho reduzido (ver mapa 01 – anexo 05).

Na primeira etapa, caracterizada como *Intervenções Preliminares*, foram realizadas intervenções, em locais previamente determinados, na forma de tradagens com intuito obter informações de cunho estratigráfico, e localizar áreas de concentração de vestígios arqueológicos associados atividades cotidianas pretéritas e/ou remanescentes estruturais de edificações. O objetivo das *Intervenções Preliminares* é de produzir subsídios para execução das escavações intensivas em ampla superfície.

Nesta primeira etapa foram executados o total de 202 intervenções em subsuperfície na forma de tradagem:

Inicialmente foram realizadas intervenções na área 14, nos pontos de tradagem localizados nos setores F'32, E23, E14, N14, N23, W23 e F'23. A profundidade média das intervenções variou entre 50 cm e 60cm, sendo o solo foi caracterizado como areno-argiloso em todas as aberturas, com registro de coloração 10YR5/4 nos pontos N23, F'23, F'32 e 10YR7/6 nos pontos N23, F'23, N14 e F14. Não houve registro de vestígios arqueológicos.



Imagem 7.3.1-1 Vista geral do vale onde está localizado o sítio arqueológico.



Imagem 7.3.1-2 Equipe executando linha das intervenções preliminares.



Imagem 7.3.1-3 Detalhe da tradagem F'23, da área 14.



Imagem 7.3.1-4 Detalhe da tradagem N23, da área 14.

Na continuidade das atividades de intervenções preliminares, foram executadas aberturas nos setores F'14, W23, F'23 e F'5 da área 8; E5, E14, E23, N23, N14, N5, W5, W14, W23, F'23, F'14, F'5 da área 11 e a E5 da área 14. As tradagens escavadas com uma profundidade média entre 50cm e 60cm, apresentando solo areno-argiloso, com a coloração 10YR5/4 no ponto W23 da área 8 e E5, F'5, F'14, F'23, W23, W14, W5, N5 e N14 da área 11.

Nos pontos N23, E23, E14 da área 11 e F'23 da área 8, foi registrada a cor 10YR5/4 nos primeiros níveis e 10YR7/6 nos últimos níveis, já nas tradagens F'5 e F'14 da área 8 e E5 da área 14, foi registrada a cor

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

10YR3/2 nos primeiros níveis e 10YR5/4 nos últimos níveis. Foi registrado material cerâmico (telha) apenas nas sondagens W23 e F¹⁴ da área 8.



Imagem 7.3.1-5 Detalhe da sondagem E5, da área 14.



Imagem 7.3.1-6 Detalhe da sondagem W14, da área 11.



Imagem 7.3.1-7 Detalhe da sondagem F⁵, da área 8.



Imagem 7.3.1-8 Detalhe da sondagem W23, da área 8.

Na área 2 foram realizadas intervenções nos setores W5, N5, N14, W14, N23 e W23; na área 1, nos setores N32, E14, N5, N14, N23, E23, W23, W32, W14, W5, F⁵ e F¹⁴; e na área 4 nos setores E5. Devido a alta compactação do solo as sondagens foram escavadas até 50 cm de profundidade.

O solo areno-argiloso apresentou em todas as sondagens uma coloração com a cor 10YR3/2 nos primeiros níveis e 10YR5/4 nos últimos. Foram registradas ocorrências de fragmentos de cerâmica (telha) apenas nos pontos N32 da área 1 e W5 e N5 da área 2.



Imagem 7.3.1-9 Detalhe da sondagem E14, da área 1.



Imagem 7.3.1-10 Detalhe da sondagem W32, da área 1.



Imagem 7.3.1-11 Detalhe da sondagem N5, da área 2.



Imagem 7.3.1-12 Detalhe da sondagem E5, da área 4.

Na continuação das intervenções preliminares nos setores F^o23 e F^o32 da área 1; F^o5, F^o14 e F^o23 da área 2; W32, W23, W14, W5, E32, E23, E14, N5, N23, N32, N14 da área 4 e N14, N23, W14, W5, E23, F14, E5, W23 e N5 da área 5. As sondagens executadas atingiram profundidade média de 50cm, sendo observado solo areno-argiloso em todas as abordagens, com a coloração 10YR3/2 nos primeiros níveis e 10YR5/4 nos últimos. Não houve registros de vestígios arqueológicos.



Imagem 7.3.1-13 Detalhe da tradagem F'23, da área 1.



Imagem 7.3.1-14 Detalhe da tradagem E5, da área 5.



Imagem 7.3.1-15 Detalhe da tradagem F'14, da área 2.



Imagem 7.3.1-16 Detalhe da tradagem E23, da área 4.

Na área 7 foram realizadas intervenções nos setores W23, W32, N32, N23, N14, N5, E14, E5, E23 e E32; na área 8 foram realizadas intervenções nos setores W5, W14, N23, N14, N5, E5, E14 e E23; na área 4, nos setores F'23, F'5, F'14, F'32; e na área 5 nos setores F'23, F'14 e F'5.

Com profundidade variando entre 30cm e 50cm, as tradagens abertas apresentaram um solo areno-argiloso em todas as intervenções. A coloração variou em 10YR3/2 nos primeiros níveis e 10YR5/4 nos últimos. No ponto E14 da área 8, F'14 e F'32 da área 4, apresentaram afloramento rochosos entre os níveis 30cm e 45cm. Apenas na intervenção N14 da área 7 foi registrado a ocorrência de um fragmento de faiança fina.



Imagem 7.3.1-17 Detalhe da tradagem F14, da área 4.



Imagem 7.3.1-18 Detalhe da tradagem F5, da área 5.



Imagem 7.3.1-19 Detalhe da tradagem E5, da área 8.



Imagem 7.3.1-20 Detalhe da tradagem E5, da área 7.

Na última empreitada relacionada à primeira etapa do serviço, foram escavadas tradagens com profundidade média de 50 cm. Na área 13 foram realizadas intervenções nos setores E14, E5; na área 7, os setores F32, F23, F14, F5, W5, W15; e na área 10 os setores F14, F5, W5, W14, W23, N32, N23, N14, N5, E5, E14, E23 e E32. Não houve registro de vestígio arqueológico em nenhuma das intervenções realizadas, sendo registrado solo com característica areno-argiloso, e coloração 10YR3/2 nos primeiros níveis e 10YR5/4 nos últimos.



Imagem 7.3.1-21 Detalhe da tradagem W14, da área 7.



Imagem 7.3.1-22 Detalhe da tradagem E23, da área 10.

7.3.2 - 2ª Etapa – Escavações Arqueológicas Intensivas

A partir das informações obtidas durante a execução das atividades na 1ª etapa de intervenções, foi dado início a segunda etapa das atividades relacionadas o resgate arqueológico, sendo realizadas escavações de unidades com controle estratigráfico nos pontos que foram registradas informações de ocorrência de material arqueológico (ver mapa 02 – anexo 05).

Inicialmente foram abertas áreas de escavação nos setores N32 e N33 da área 1, de forma contigua, formando uma área com 2x1m de dimensão. Nessa escavação só foi registrado ocorrência de material cerâmico (telha) no primeiro nível (0-10cm) da N32, ambas foram escavadas até o nível 3 (20-30cm) sendo observada um solo com a coloração 10YR3/2 no primeiro nível, no segundo 10YR5/4 e no último nível voltava a aparecer a 10YR3/2 em um solo areno-argiloso.

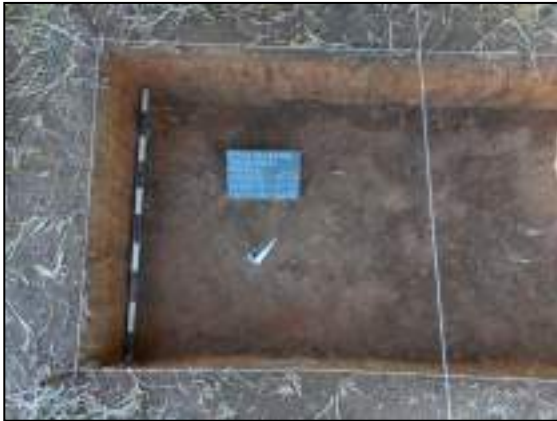


Imagem 7.3.2-1 Vista da escavação no setor N32, da área 1, no nível 20-30cm.



Imagem 7.3.2-2 Vista da escavação no setor N33, da área 1, no nível 20-30cm.

Nas intervenções realizadas nos setores N5 e M5, da área 2, com dimensão total de 2x1m, foi registrada presença de material cerâmico (telha) no primeiro nível (0-10cm) do setor N5. Com o aprofundamento das intervenções, associados a inexistência de material cultural, optou-se pela paralização das escavações aos 30cm de profundidade. A partir dessas intervenções foi possível identificar a presença de solo com característica areno-argiloso, com a coloração 10YR3/2 nos primeiros níveis (0-20cm) e 10YR5/4 no último (20-30cm).

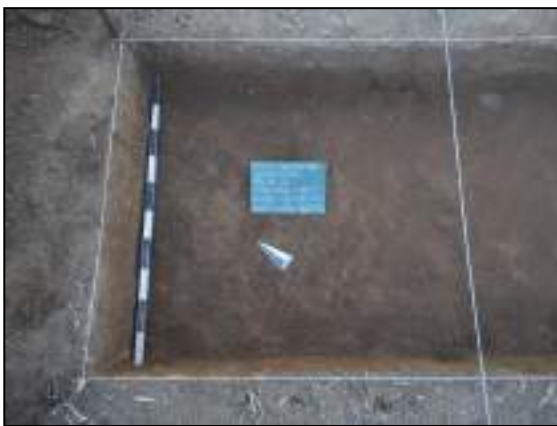


Imagem 7.3.2-3 Vista da escavação no setor M5, da área 2, no nível 20-30cm.



Imagem 7.3.2-4 Vista da escavação no setor N5, da área 2, no nível 20-30cm.

Nas intervenções realizadas nos setores W4 e W5 da área 2, totalizaram 2x1m de dimensão. Nessa abordagem não houve nenhum registro de material arqueológico, sendo escavados 30 cm em cada unidade e registrado

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

um solo areno-argiloso com a coloração 10YR3/2 no primeiro nível (0-10cm), no segundo (10-20cm) a cor 10YR5/4 e no último (20-30cm) um novo registro da mesma coloração do nível 1.

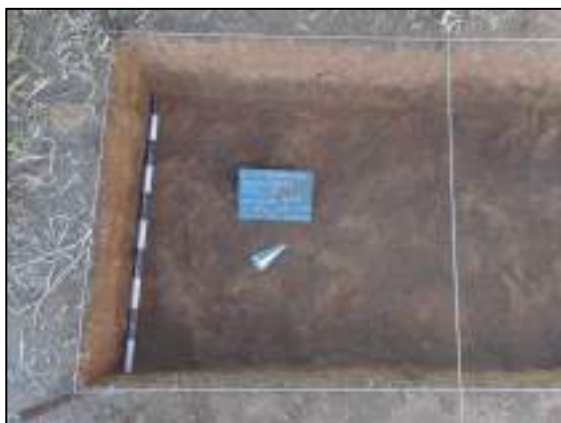


Imagem 7.3.2-5 Vista da escavação no setor W4, da área 2, no nível 20-30cm.



Imagem 7.3.2-6 Vista da escavação no setor W5, da área 2, no nível 20-30cm.

Nos setores M14 e N14, da área 7, foi registrado no primeiro nível da unidade M14 ocorrência de um fragmento de cerâmica. A abordagem foi encerrada no nível 3 (20-30cm), com registro de um solo areno-argiloso, com a coloração 10YR3/2 no primeiro nível e nos dois últimos a cor 10YR5/4.



Imagem 7.3.2-7 Vista da escavação no setor N14, da área 7, no nível 20-30cm.



Imagem 7.3.2-8 Vista da escavação no setor M14, da área 7, no nível 20-30cm.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

Na unidade W23 da área 8, foi coletado no primeiro nível (0-10cm) fragmentos de cerâmica (telha) e ferro, os dois últimos níveis foram estéreis. O solo areno-argiloso apresentou uma coloração 10YR3/2 nos dois primeiros níveis (0-20cm) e 10YR5/4 no último (20-30cm).

Na unidade F^o14, abordada até os trinta centímetros de profundidade sem nenhum registro de vestígios arqueológicos. O solo areno-argiloso apresentou uma coloração 10YR3/2 no primeiro nível (0-10cm) e 10YR5/4 nos dois últimos (10-30cm).



Imagem 7.3.2-9 Vista da escavação no setor W23, da área 8, no nível 20-30cm.



Imagem 7.3.2-10 Vista da escavação no setor F^o14, da área 8, no nível 20-30cm.

Em seguida foram realizadas as escavações das unidades C'30 e C'31 da área 4, com o objetivo de compreender a história deposicional da área. Na unidade C'30 foram coletados vidro, louça e cerâmica (telha) entre os níveis 40cm e 50cm, e metal entre os níveis 50cm e 60cm.

Na unidade C'31 foi registrado a ocorrência de faiança e cerâmica (telha) entre os níveis 40cm e 50cm, como também louça, ferro, vidro e cerâmica (telha) entre os níveis 40-50cm e registros de louça e material ósseo entre os níveis 50cm e 60cm.

O solo da unidade C'30 apresentou uma coloração 10YR3/2 no primeiro nível (0-10cm), entre 10-20cm foi observada a cor 10YR7/3; entre 20-30cm, 10YR7/6; entre os níveis 30-40cm, 10YR5/2; entre os níveis 40-60cm apresentou a cor 10YR5/4 e no último nível escavado (90-100cm), foi observado a cor 10YR6/8. Quase todas as camadas de cores demonstradas apresentaram um solo areno-argiloso, exceto na cor 10YR7/3, que foi observado um solo arenoso.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

O solo da unidade C'31 apresentou uma coloração 10YR3/2 entre os níveis 0-10cm e entre os níveis 30-50cm; entre 10-20cm, a cor 10YR5/4; entre 20-30cm 10YR6/7; entre 60-90cm, 10YR5/2 e entre 90-100cm, 10YR6/8. Em relação a textura do solo somente na camada de cor 10YR6/7 apresentou um solo arenoso, o restante foi registrado o areno-argiloso.



Imagem 7.3.2-11 Vista da escavação nos setores C'30 e C'31, no nível 30-40cm.



Imagem 7.3.2-12 Vista da escavação nos setores C'30 e C'31, no nível 90-100cm.



Imagem 7.3.2-13 Vista do perfil sudeste do setor C'31, no nível 90-100cm.



Imagem 7.3.2-14 Vista do perfil sudeste do setor C'30, no nível 90-100cm.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

Concluindo as atividades do Sítio Fazenda Angolinha, foram escavadas as unidades Z32 e Z33 da área 4 (dimensão 2x1). Na unidade Z32 foram coletados poucos fragmentos de vidro, cerâmica (telha) e ferro entre os níveis 50cm e 60cm. Na unidade Z33, foram coletados fragmentos de telha, faiança fina, vidro e grés.

O solo da unidade Z33 apresentou uma textura areno-argiloso, com a coloração 10YR3/2 no primeiro nível de (0-10cm), e entre os níveis 30-50cm; entre os níveis 10-30cm, 10YR5/4 e 10YR5/2 entre os níveis 50cm e 80cm. Na Z32, o solo apresentou uma coloração 10YR3/2 no primeiro nível e entre os níveis 40-60cm; apresentou também as cores 10YR7/3 entre os níveis 10-20cm; 10YR5/4 entre 20-40cm e 10YR5/2 entre os níveis 60-80cm.

Ambas as unidades estavam à dois metros das unidades C'30 e C'31, as quatro apresentaram um perfil estratigráfico semelhante, decorrente dos diferentes fatores de deposições sedimentares. O objetivo geral nas abordagens dessas unidades, foi de entender a dispersão do material arqueológico.



Imagem 7.3.2-15 Vista da escavação do setor Z32, no nível 70-80cm.



Imagem 7.3.2-16 Vista da escavação do setor Z33, no nível 70-80cm.



Imagem 7.3.2-17 Vista do perfil escavação dos setores Z32 e Z33, no nível 70-80cm.

7.3.3 - Resultados

As intervenções arqueológicas realizadas no Sítio Fazenda Angolinha foram divididas em duas etapas cujos objetivos eram, inicialmente, localizar áreas com concentração de material cultural, seguido pela obtenção de informações consistentes a partir de escavações em superfícies amplas.

O registro desse sítio arqueológico foi realizado a partir da ocorrência de material cultural associada ao relato de antigo morador da região sobre a existência da “Fazenda Angolinha”. Vale ressaltar que as evidências materiais que deram suporte ao registro do sítio, foram coletadas em baixa proporção, e sem definição estratigráfica consistente. Desse modo, nesta etapa de trabalho, a criação de uma malha arqueológica estreita para detecção de concentração de material arqueológico, com intervalo regular de 8m entre as intervenções, tinha o objetivo de ter um resultado amostral extremamente detalhado sobre toda poligonal do sítio, o que daria suporte para a execução de intervenções de maior amplitude.

Do ponto de vista paisagístico, a área onde este sítio foi demarcada não apresenta as características fundamentais para o estabelecimento de uma sede de propriedade rural, onde o princípio básico é “ver e ser visto”, dentro de uma estratégia de controle e exercício de poder. Todavia, este sítio está localizado em um vale estreito com grande declividade e baixa visibilidade do entorno, fatores compatível com o estabelecimento de uma unidade auxiliar dentro de uma propriedade rural.

Tendo como estes princípios norteadores da pesquisa foram realizadas as intervenções preliminares em toda extensão do sítio e com breve intervalo entre os pontos e escavação. Apartir das atividades preliminares foram abertas unidades de escavação em locais que apresentavam maior potencial, todavia não foram observados, do ponto de vista quantitativo, vestígios arqueológicos que dessem suporte material ao registro de um sítio arqueológico, seja pela baixíssima frequência com que foram evidenciados, assim como pela inexistência de estratigrafia condizente com áreas resultantes de ocupações históricas.

Ao analisar a estratigrafia das áreas escavadas, ficou evidente que o material depositado são oriundos de uma ocupação intermitente, possivelmente de uma estrutura habitacional secundária à sede de uma fazenda, contruída com materiais efêmeros, possivelmente de barro. Também foi possível observar na estratigrafia o registro de processo natural de entulhamento do vale, pelo desgaste das encostas e deposição na parte mais baixa.

Por fim, a baixíssima ocorrência de material associado a uma estratigrafia, sem marcas de ocupação intensiva apontam para um local que era ocupado por pouquíssimas pessoas de modo intermitente. Com isso consideramos que as intervenções arqueológicas realizadas neste espaço foram suficientes para obtenção de informações primária sobre a ocupação, sendo **recomendado a liberação da área** para prosseguimento das atividades do empreendimento.

7.3.3.1 - Análise dos Materiais

Foram coletados ao todo 86 fragmentos de vestígios arqueológicos durante as intervenções arqueológicas no Sítio Fazenda Angolinha, correspondentes a categorias de Faiança Fina, Cerâmico (doméstico e material construtivo), Metal, Vidro, Grès e ósseo. Dentre as categorias de material cultural coletados, 11 fragmentos correspondiam a categoria das faianças finas; 3 fragmentos relacionados aos materiais cerâmicos de uso doméstico e 43 associados aos processos construtivos (fragmentos de telha); 8 fragmentos ao grupo dos metais; 19 fragmentos da categoria dos vidros; 1 fragmento de grès; e 1 fragmento ósseo.

No conjunto dos vestígios arqueológicos coletados, destacamos a presença de 2 fragmento de faiança fina no padrão borrão azul e 3 fragmentos de faiança fina do padrão trigal, por meio dos quais foi possível estabelecer um balizamento cronológico que segue da segunda metade do século XIX até primeiro quarto do século XX.

Também destacamos a presença de fragmento ósseo de animal de grande porte, possivelmente bovino, nesta coleção, sendo associado a práticas alimentares das pessoas que ocuparam este espaço.



Imagem 7.3.3.1-1 Fragmentos ósseo coletados no setor C'31, da área 4, nível 50-60.



Imagem 7.3.3.1-2 Fragmentos de telha coletados no setor W23, da área 8, nível 20-30.



Imagem 7.3.3.1-3 Fragmentos de telha coletados no setor C'31, área 4, nível 30-40.



Imagem 7.3.3.1-4 Fragmentos de vidro coletados no setor Z32, área 4, nível 50-60.



Imagem 7.3.3.1-5 Fragmentos de vidro coletados no setor Z33, área 4, nível 50-60.



Imagem 7.3.3.1-6 Fragmentos de faiança fina coletados no setor C'31, área 4, nível 40-50. Destaque para presença do padrão borrão azul.



Imagem 7.3.3.1-7 Fragmentos de faiança fina coletados no setor Z33, área 4, nível 40-50. Destaque para presença do padrão trigal.



Imagem 7.3.3.1-8 Fragmentos de faiança fina coletados no setor C'31, área 4, nível 50-60.



Imagem 7.3.3.1-9 Fragmentos de grès coletado no setor Z32, área 4, nível 40-50.



Imagem 7.3.3.1-10 Fragmentos de cerâmica coletados no setor Z33, área 4, nível 40-50.



Imagem 7.3.3.1-11 Peças metálicas coletadas no setor Z32, área 4, nível 50-60.



Imagem 7.3.3.1-12 Peças metálicas coletadas no setor W23, área 8, nível 0-10.

8. Áreas de Interesse Cultural

As Áreas de Interesse Cultural (AIC) foram registradas durante a etapa de levantamento prospectivo, tendo como base o relato de antigos moradores da região que apontaram a existência de antigas estruturas que estariam relacionadas a dinâmica social da localidade em um período mais recente do século XX.

Ao estabelecermos uma correlação entre as AIC's analisadas e o processo histórico ocorrido na região a partir da segunda metade do século XX, conforme apresentado no item *Contextualização Etno-Histórica e Histórica*, marcado pelo parcelamento das propriedades rurais e intensificação da agricultura familiar é possível situar as AIC's.

Nesta etapa da pesquisa não foram localizados os antigos moradores que apontaram estes locais como relevantes dentro do contexto micro regional, todavia fora realizado levantamento sistemático de superfície e levantamento arquitetônico onde existia área edificada.

8.1. Área de Interesse Cultural 1

Esta área foi indicada a partir de informação oral, apontando a existência de uma antiga edificação de uso comercial, popularmente denominada de “venda”, sendo encontrados neste local restos de reboco e fragmentos de telha.

A Área de Interesse Cultural 1 está situada em um ambiente com vegetação rasteira (gramíneas), que dificultou a visibilidade do terreno, apresenta um contexto geomorfológico de baixa verticalidade, sendo uma região aplainada.

Na porção Sudoeste, na área mais baixa do terreno, encontra-se a área de alagamento do local. Há mais ou menos 200m Sudeste se encontra a residência mais próxima do local, outras três residências encontram-se mais distantes, a mais ou menos uns 300m. A estrada que dá acesso as residências da região, corta as porções Noroeste, Oeste e Sudoeste da área.

No corte da estrada de acesso identificamos ocorrência de poucos fragmentos de telha, estavam expostos no perfil Sudeste da estrada, com as coordenadas 32k 0796458 / UTM 7599070.



Imagem 8.1-1 Equipe realizando levantamento em linha.



Imagem 8.1-2 Equipe realizando levantamento em linha.



Imagem 8.1-3 Equipe realizando levantamento em área de corte da estrada.



Imagem 8.1-4 Detalhe de fragmento de telha localizado no perfil do corte da estrada.

8.2. Área de Interesse Cultural 4

Consiste em um curral, instalado na propriedade n.AP-002, da Sra. Cléa Dias. Esta estrutura possui piso de pedras, cobertura de telhas canal e na sua construção, provavelmente forma aproveitados esteios de outras estruturas antigas, o que segundo a informação dos moradores e pela observação das características das edificações desta região, representa um costume local, de reutilização dos materiais de casas antigas. No interior do curral foi encontrada uma trempe. Segundo os moradores

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

ainda, estes currais são utilizados atualmente para o armazenamento e encaixotamento de produtos agrícolas, como quiabo, aipim etc.

A Área de Interesse Cultural 4 se encontra em um ambiente com vegetação arbustiva, apresenta um contexto geomorfológico de baixa verticalidade, região aplainada com relevo suave.

A estrada de acesso as propriedades do local corta a porção Nordeste da área, dividindo em duas partes, onde na porção Nordeste, na área mais elevada, está localizado o curral do local.

O curral está localizado na coordenada 23K 0795890 / 7598584, do lado do curral na coordenada 23K 0795888 / UTM 7598579 identificamos um fragmento de vidro.

Dada importância deste curral, no contexto do registro desta Área de Interesse Cultural, foi realizado detalhado levantamento arquitetônico da estrutura tendo em vista seu péssimo estado de conservação e eminente risco de desabamento (ver anexo 06 – levantamento arquitetônico).

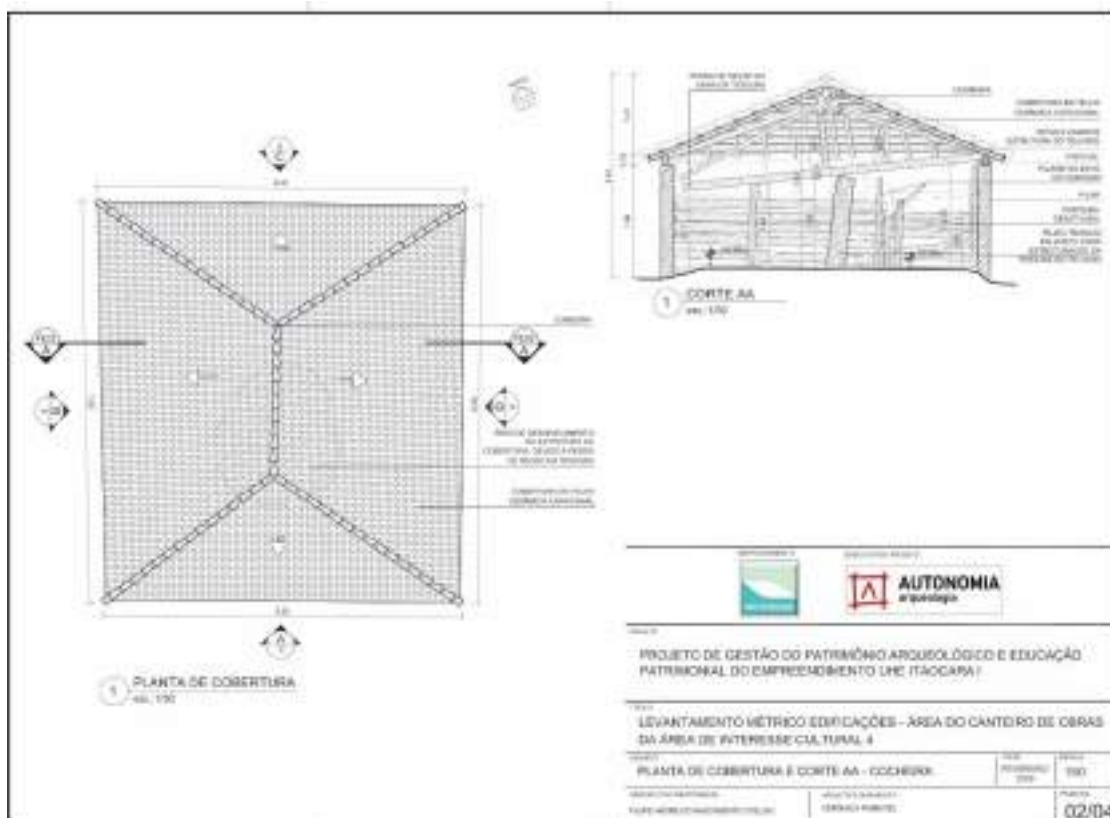


Imagem 8.2-1 Planta de corte e cobertura do curral.



Imagem 8.2-2 Equipe realizando levantamento fotográfico da área.



Imagem 8.2-3 Fragmento de vidro evidenciado em superfície.

8.3. Área de Interesse Cultural 5

Esta área foi registrada a partir do relato de morador sobre a existência de uma construção de pau-a-pique e um poço, associado a ocorrência de material cultural do final do século XIX e início do século XX.

A Área de Interesse Cultural 5, está localizada em uma área com contexto geomorfológico de baixa verticalidade, região aplainada com vegetação rasteira (gramíneas). Na porção sudoeste da área de observação há presença de um pequeno braço do rio Paraíba do Sul, e na porção nordeste está situada a estrada que dá acesso as residências do local.

Apenas nas coordenadas 23K 0795805 / 7598099 identificamos ocorrência de fragmentos de vidro, telha, louça e ferro. Todos os materiais estavam acumulados em um mesmo ponto, sobre um tronco de madeira.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 8.3-1 Equipe em levantamento de superfície sistemático.



Imagem 8.3-2 Corpo d'água contendo a AIC (Rio Paraíba do Sul).



Imagem 8.3-3 Fragmentos de material cultural dispersos junto à tronco de árvore.



Imagem 8.3-4 Fragmento de gargalo com rosca, característico do início do século XX.

9. Educação Patrimonial

9.1. Apresentação

As atividades de Educação Patrimonial também se incluem neste Programa de Gestão como forma de promover o primeiro contato entre as pesquisas e a comunidade local residente nas áreas contíguas ao empreendimento. Tal ação visa divulgar a importância da preservação dos bens culturais locais, assim como também apresentar os bens patrimoniais materiais que compõem o contexto etno-histórico da região.

A educação é um dos campos fundamentais da produção e reprodução da vida social e, por isso, um valor universal e incontestável. Além disso, o aprimoramento contemporâneo dos métodos e técnicas pedagógicas tem mostrado que a educação pode ser uma das principais ferramentas para a geração de liberdade e autonomia, desde que conjugue a mediação e o estímulo ao crescimento individual, com a promoção de atividades ao mesmo tempo reflexivas, críticas e compreensivas de questões do passado e do presente das sociedades, dentro de um programa de mobilização de recursos coletivos e institucionais e com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

A Educação Patrimonial, por sua vez, é um campo transdisciplinar e que cumpre um papel social bastante específico: o de mediar e estimular o conhecimento sobre questões históricas e culturais dentro de atividades ligadas à preservação de bens de valor especial, enquadrados na categoria de Patrimônio Cultural.

Os critérios para a definição de determinados bens como Patrimônios Culturais têm se modificado bastante ao longo dos últimos anos. De acordo com tendências mais recentes, abandonam-se as propostas que privilegiam os bens culturais de valor excepcional (de apenas um período histórico, apenas com um determinado estilo ou apenas respectivo a uma classe ou grupo social), mas, sim, envolvendo os bens culturais de todas as épocas (inclusive os atuais, quando se fala de Patrimônio Vivo ou Patrimônio Imaterial), os mais diversos estilos e de múltiplas origens sociais (principalmente os relacionados à população comum e às classes trabalhadoras, que têm menor disposição e regularidade de recursos para a mobilização de atividades de preservação de seu patrimônio cultural).

Além disso, no momento atual a atribuição de patrimônio cultural a conjuntos urbanos ou à paisagem ao redor de determinadas localidades ou regiões tem aparecido com bastante força,

rompendo com conceitos mais antigos de valorização de uma determinada edificação ou de um conjunto de materiais isoladamente.

Uma parte substancial da preservação do Patrimônio Cultural depende de atividades científicas especializadas, dedicadas à caracterização minuciosa, registro, resgate, restauração, conservação e divulgação do respectivo bem cultural. Essas atividades são compostas, portanto, pela atuação, interdisciplinar ou multidisciplinar, de campos como a arqueologia, arquitetura, antropologia, história, meio ambiente, biologia, museologia, arquivologia, geografia, biblioteconomia, etc.

Contudo, apesar da necessidade objetiva de aplicação destas especialidades, a preservação do patrimônio cultural deve ocorrer paralelamente à apreciação pública, isto é, balizar-se democraticamente nos interesses sociais preexistentes e nos interesses sociais gerados no decorrer da atuação destas atividades, sendo a Educação Patrimonial o espaço ideal para o exercício deste diálogo.

No Brasil, o órgão governamental dedicado ao Patrimônio Cultural, em âmbito federal, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nas últimas décadas este órgão tem sido o principal apoiador e representante das propostas mais adequadas para o exercício das atividades de preservação patrimonial e o principal fiscalizador das ocorrências de crime contra o patrimônio, principalmente no que diz respeito às atividades científicas e aos bens arqueológicos.

Atualmente, uma das principais atividades estimuladas (e exigidas nos contextos de realização de empreendimentos de engenharia) por este órgão é justamente a promoção da Educação Patrimonial.

Neste sentido, o Projeto de Salvamento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da área de implantação da Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, prevê, em paralelo, atividades de Educação Patrimonial direcionados à alunos, professores, gestores de instituições de educação, profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária e demais interessados no tema da preservação do patrimônio cultural, além dos trabalhadores diretamente envolvidos com a construção dos empreendimentos.

9.2. Justificativa

Cada vez mais se exige dos educadores brasileiros que trabalhem com conteúdo sobre cultura regional, diversidade cultural e suas transposições didáticas conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nos Temas Transversais da Educação (TTE).

Portanto, como a legislação atual que regula o licenciamento ambiental não reconhece o cumprimento da realização de Programas de Educação Patrimonial pelos empreendimentos, encarando como sendo meramente para minimizar ou compensar os impactos acarretados pelo empreendimento, estes programas vêm auxiliar no suprimento das necessidades do ensino regular com a realização de debates transversais e interdisciplinares, no enriquecimento dos conteúdos programáticos ou de atividades complementares, de extensão ou extracurriculares das instituições de ensino, conforme previsto na LDB, PCN e TTE, aplicado especificamente nas áreas sob influência do empreendimento.

Vale lembrar ainda que a Constituição de 1988, Art. 225, alínea VI, instituiu um amplo programa de conscientização pública sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, principalmente em instituições públicas de ensino, em todos os níveis. Posteriormente, foi aprovada a Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.281, de 25 de Junho de 2002), que dispôs sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental.

Embora a legislação vigente não mencione nominalmente a Educação Patrimonial em seu texto, elas apontam claramente para uma concepção de meio ambiente em sua totalidade, o que inclui então a preservação do patrimônio cultural.

Em 1999, profissionais do IPHAN definiram alguns princípios para a promoção de projetos de Educação Patrimonial, caracterizando esta atividade como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Além disso, recentemente, o crescente debate público sobre a preservação do patrimônio cultural resultou na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2009, buscando a maior articulação entre as entidades da sociedade civil, o IPHAN e o Ministério da Educação para a definição de parâmetros de atuação do âmbito da Educação Patrimonial.

Em setembro de 2005, realizou-se o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP) e, com a realização do II ENEP em julho de 2011, ganhou bastante força a estruturação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial. Além disso, no II ENEP conquistou-se a inserção de atividades de Educação Patrimonial no Macrocampo da Cultura e Artes do Programa Mais Educação do Ministério da Educação, que são um paliativo até que se institua o Programa Nacional de Educação Patrimonial.

Por fim, como a maioria dos trabalhos de preservação de bens arqueológicos realizados no Brasil resgata e estuda a cultura material de sociedades indígenas e/ou afrodescendentes, os trabalhos de Educação Patrimonial sobre os patrimônios culturais destas origens podem contribuir enormemente para o enriquecimento dos conteúdos exigidos em legislações específicas do âmbito educacional, tais como:

- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a serem observadas pelas instituições, em todos os níveis de ensino, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.
- Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que alterou a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).
- Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e a Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

9.3. Objetivos

O Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN (1999) orienta que a Educação Patrimonial deve consistir em mais do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões ligadas

ao patrimônio cultural, e sim, deve servir de veículo para provocar no educando sentimentos de surpresa e curiosidade, com o objetivo de despertar a vontade de conhecer cada vez mais o meio ambiente e o patrimônio cultural regional e global; de intervir em prol da preservação desses patrimônios; de refletir sobre a sua própria realidade individual e coletiva, na resolução de problemas sociais (como moradia, saneamento, abastecimento de água, etc.); e, enfim, de tornar-se um multiplicador dos conteúdos adquiridos, métodos de análise e ações sociais.

Dentro destes objetivos, o Guia Básico de Educação Patrimonial e obras posteriores do IPHAN (como o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, de 2007) orientam que as atividades a serem desenvolvidas podem se dividir em quatro etapas (que se espelham nas etapas do processo institucional de avaliação e consagração dos patrimônios culturais realizados atualmente):

- **Observação:** utilização de exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.
- **Registro:** exercícios com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, por meio dos quais se busca fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.
- **Exploração:** exercícios de análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.
- **Apropriação:** exercícios de recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Os resultados da aplicação desta metodologia desenvolvem atividades que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural. Sua aplicação é bastante útil e deve ser mantida como base inicial para a realização das atividades.

Porém, pesquisas atuais e reflexões sobre ações práticas realizadas no Brasil (também no campo das artes, onde têm alcançado maior profundidade) mostram que a introdução do método conhecido como mediação (ou mediação da informação), previamente e ao longo da execução destas etapas, é extremamente necessária para o melhor cumprimento dos objetivos propostos inicialmente.

A mediação pretende, em primeiro lugar, ir além da simples transferência de conteúdo, disseminação de informação ou distribuição da informação, buscando uma interferência, direta ou indireta; consciente ou sensorial; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de cada informação em questão.

Para isso, este método propõe que as atividades devam operar sob a forma de: encontro, através da experiência de troca entre o educador e o educando; ampliação de conhecimento, com a construção compartilhada de significados, reconstrução, interpretação e associação; ir ao encontro dos interesses do outro, partindo-se de interesses individuais do educando; conectar conteúdos e interesses, com a escolha de uma melhor didática respeitando os interesses particulares; diálogo e conversação, através da abertura de espaço para o questionamento e a contraposição; compartilhamento, com o estímulo à expressão de opiniões para a superação coletiva dos questionamentos e contraposições; provocação, com o levantamento de dúvidas e questionamentos diante de determinadas certezas e absolutismos; e estar entre, pela colaboração com as decisões tomadas coletivamente.

Neste sentido, ao invés de introduzir perguntas prontas, induzindo a que sejam respondidas pelos participantes das atividades, a ideia é de construir perguntas e tentar respondê-las (ou não) conjuntamente com o público.

Na prática, a Educação Patrimonial com este viés, propõe que o papel do educador/mediador seja o de:

- Iniciar as atividades, explicando ao público envolvido o projeto inicial – os objetivos, métodos e as etapas a serem seguidos, que estão descritos acima.
- Avaliar os interesses, a participação, as opiniões, as dúvidas, o compartilhamento e as decisões para a continuidade ou modificação do projeto predefinido.
- No caso da aceitação do projeto, iniciar com questionamentos, e depois estabelecer os mesmos procedimentos dos pontos anteriores, no início de cada etapa.

- Ao final, fazer um balanço geral das atividades, registrando críticas e sugestões para as próximas atividades com o mesmo público ou com o próximo público envolvido.

9.4. Metodologia

A definição conceitual de patrimônio cultural engloba uma diversidade de elementos que caracterizam uma determinada sociedade, reunindo aspectos de suas tradições, *habitus* (BOURDIEU, 2003), estilos de vida ou *modus vivendi* (BOURDIEU, 1983b; AMARAL, 1992) e conhecimentos técnicos, que se encontram refletidos na sua cultura material e imaterial e na interligação entre estas e o meio em que estão inseridas.

Tal interligação tornar-se possível através do resgate de aspectos da identidade regional, onde se busca retratar as principais raízes culturais tanto históricas, quanto pré-históricas da área em questão, mediante as diversas formas de pesquisa, as quais caracterizam e definem os aspectos históricos e culturais locais a serem preservados, tanto no que se refere à cultura material quanto à imaterial.

Para tanto, cabe descrever o conceito do que venha a ser cultura e, posteriormente, esclarecer a conceito de cultura imaterial a ser utilizado.

De acordo com a Antropologia, o conceito de cultura é concebido por Edward Burnett Tylor em 1871, como sendo “o todo etnográfico e complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma dada sociedade” (1924).

Já em relação à cultura imaterial, o conceito mais adequado a ser utilizado refere-se ao difundido por Diegues, uma vez que “são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil” (1994).

O conceito de *habitus* pode ser usado para explicar a maneira pela qual as classificações étnicas subjetivas são baseadas nas condições sociais, caracterizando domínios sociais particulares.

A etnicidade não é um reflexo passivo de similaridades e diferenças nas práticas culturais e condições estruturais nas quais os agentes são socializados. Também não é a etnicidade

inteiramente constituída no processo de interação social por meio do qual as características culturais epifenomenais são manipuladas na busca por interesses econômicos e políticos. Antes, pode ser argumentado que a construção da identidade étnica é baseada nas disposições subliminares compartilhadas do *habitus* que formam e são formadas por um conjunto de práticas.

Um *habitus* compartilhado gera sentimentos de identificação entre pessoas particularmente dotadas. Aqueles sentimentos são conscientemente apropriados e dão forma por meio de recursos simbólicos existentes (BENTLEY, 1987).

Além disso, esses recursos simbólicos, tais como língua, cultura material, crença e assim por diante, não são arbitrários. As práticas culturais e crenças que se tornam concretizadas como símbolos de etnicidade são derivadas das práticas habituais e ressonam com estas e também com as experiências pessoais, além de refletir as condições imediatas e os interesses que caracterizam situações particulares.

A forma que as expressões das diferenças culturais tomam é constituída pela interseção do *habitus* dos povos com as condições sociais, constituindo um contexto histórico particular. Essas condições incluem os modos predominantes de dominação e a relativa distribuição dos meios materiais e simbólicos necessários para a imposição dos regimes dominantes de categorização étnica. As categorias étnicas são baseadas em uma consciente reificação das práticas culturais transitórias, tendo lugar em diferentes contextos espaciais e temporais, e o grupo somente existe no contexto da interpretação que justifica e explica as práticas do passado e os modos de interação e informa o futuro. Em contraste, a práxis da etnicidade resulta em múltiplas realizações transitórias da diferença étnica em contextos particulares. Essas realizações práticas da etnicidade em muitos exemplos envolvem a produção e consumo de distintos estilos de cultura material. Mas elas são um produto da interseção de disposições perceptivas e práticas do povo envolvido e os interesses e oposições produzidos em um contexto social particular, em vez de categorias abstratas da diferença.

Através do *habitus*, o passado sobrevive no momento atual e tende a subsidiar nas ações futuras dos agentes sociais, num processo denominado de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 2003). O *habitus* é também reflexo da posição social ocupada pelo indivíduo, a partir dos seus símbolos, crenças, gostos, preferências que a caracterizam, de forma consciente ou não, tornando-se parte da natureza do próprio indivíduo, uma vez que é adquirido no momento histórico em que este vive.

Habitus é uma noção que auxilia no pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como

uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem escolhas, que possibilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo (SETTON, 2002).

Para Bourdieu (1983a), o *habitus* pode ser comparado à noção de cultura, já que esta é um conjunto de esquemas fundamentais precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares, sendo um princípio de correspondência entre práticas individuais e condições sociais de existência. Assim, o conceito de *habitus* tem como apoio a propriedade da inventividade e criatividade frente a novos condicionamentos impostos extrínseca e intrinsecamente.

Já estilo de vida ou *modus vivendi* é a forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas. O que define os elementos que compõem o conjunto simbólico a que se chama de estilo de vida é, basicamente, sua distância - dos elementos - em relação às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos (BOURDIEU, 1983b).

As chamadas "necessidades básicas" são aquelas que determinam, minimamente, a sobrevivência dos homens enquanto seres vivos: comida, abrigo, etc. No entanto, se comer é uma necessidade, o modo como se come, a escolha que se faz entre os diferentes tipos de comida ou, ainda, o uso de talheres e a opção que se faz entre diferentes tipos e materiais destes são indicadores de valores que constituem estratégias de distinção no meio social, ou seja, valores culturais. Neste sentido, os elementos que preenchem os critérios de livre escolha, como os estéticos, artísticos, religiosos e outros, passam a ser significativos para a definição do estilo de vida de um dado grupo.

Para Bourdieu (1983b), as diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência.

A práxis e a propriedade de bens (materiais e imateriais) constituem uma expressão reiterada das condições de existência (estilo de vida ou *modus vivendi*) porque são a própria expressão do mesmo fator prático operante, o *habitus*, e que é um sistema de disposições duráveis, porém flexíveis, que expressa, sob a forma de preferências recorrentes ou sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é resultado. Assim, a correspondência que pode ser observada entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida é resultado do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas (BOURDIEU, 1983a: 83).

Tendo como premissa os princípios apresentados anteriormente, foram executadas atividades educacionais com formatação de Exposição, para ocorrer subsequentemente ao Projeto de Salvamento Arqueológico dos sítios arqueológicos da área de implantação do canteiro de obras do empreendimento.

O público-alvo das atividades de Educação Patrimonial foram os alunos, professores, gestores de instituições de educação, profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária, e demais interessados no tema da preservação do patrimônio cultural dos municípios de Aperibé-RJ e Itaocara-RJ.

Para atração do público ao espaço de exposições foram previstas ações de divulgação prévia junto aos moradores, escolas e instituições comunitárias e às secretarias de Cultura e Educação do Município de Aperibé-RJ e Itaocara-RJ.

O Espaço de Exposições foi composto por uma série de vitrines com materiais arqueológicos, abrangendo a variedade de materiais geralmente pesquisados pela Arqueologia Brasileira; uma série de *banners* explicativos sobre as teorias de ocupação da América, sobre os diversos subcampos da Arqueologia, os procedimentos de campo e os resultados das escavações dos sítios da área do empreendimento; e caixas interativas de simulação de escavação.

Tanto para o público espontâneo quanto para o público agendado foram entregues ao final das visitas, cartilhas com uma síntese do conteúdo da exposição.

Os educadores responsáveis pela recepção do público espontâneo ou agendado fizeram sugestões dos trajetos possíveis de circulação pelo Espaço de Exposição, tentando solucionar dúvidas ou indicar possíveis fontes de informação especializada e orientarão as atividades de simulação de escavação arqueológica.

O acompanhamento e avaliação das atividades foi constituído por:

- Registro fotográfico e filmagem do processo de diálogo e transmissão dos conteúdos programados das atividades realizadas – recepção do público espontâneo, recepção do público geral e palestras;
- Exposição e avaliação conjunta de alguns destes registros durante as atividades intensivas realizadas com profissionais e voluntários interessados no debate sobre o patrimônio cultural.

- Avaliação geral das metas e objetivos estabelecidos e os resultados alcançados com a produção de um relatório final.

Os produtos finais são:

- Avaliação do nível de interesse por parte da população participante das atividades na valorização e apropriação do patrimônio arqueológico encontrado no Município de Aperibé-RJ e Itaocara-RJ.
- Relatório final com apreciação sobre o cumprimento dos objetivos estabelecidos, dificuldades, equívocos, resistências e o resultado, com os depoimentos dos participantes, das demandas e dos interesses.

9.5. Execução da Atividade de Educação Patrimonial

A partir de proposta preconcebida, a equipe de educadores da empresa Autonomia Arqueologia realizou a montagem de uma Exposição de Educação Patrimonial em dois locais, de modo sucessivo, sendo o primeiro em um salão do escritório da empresa UHE Itaocara S.A no município de Itaocara-RJ, e no Centro de Convenções do Município de Aperibé. Nesses mesmos locais foram realizados os agendamentos das atividades de mediação do Patrimônio Cultural com escolas municipais de Aperibé-RJ e Itaocara-RJ, assim como com os trabalhadores da UHE Itaocara (funcionários de meio ambiente, comunicação, segurança e engenheiros).

A UHE Itaocara S.A cedeu o referido salão, contando com um espaço amplo e instalações adequadas, e, em parceria com a Prefeitura de Aperibé-RJ, esteve disponível também um espaço amplo, com instalações adequadas e de fácil acesso ao público, o que contribuiu enormemente para realização das dinâmicas preconcebidas e o conforto dos visitantes.

Nas atividades educacionais foram dispostos os seguintes recursos:

- 1) Informações (textos e imagens) em banners sobre o Patrimônio Cultural em geral e a ciência Arqueológica e suas principais vertentes no Brasil;

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

- 2) Expositores em formato de quadrículas de escavação, com mostras dos tipos de materiais encontrados em pesquisas arqueológicas;
- 3) Expositor para experiência tátil – com livro em braile e de testes táteis para público especial e artefato integral para simulação de contato com material arqueológico;
- 4) Espaço de exibição de imagens e textos (em *Data Show*) sobre os diferentes procedimentos aplicados nas pesquisas arqueológicas realizadas nos sítios existentes na área do Canteiro de obras da UHE Itaocara I, em Aperibé-RJ;
- 5) Espaço de Ideias do Patrimônio Cultural, para a construção de Varal com desenhos do patrimônio local e/ou simulação de atividade registro destes patrimônios;
- 6) Espaço com exibição do mapa geral da UHE Itaocara I, com todos os sítios encontrados na fase de Prospecção Arqueológica (com destaque aos sítios resgatados na fase atual de pesquisa, na área do Canteiro da UHE);
- 7) Bancada com folders e cartilhas para distribuição;

Para a realização dos agendamentos ocorreram os primeiros contatos e a coletas de dados e informações juntamente ao setor de comunicação social da UHE Itaocara S.A e das instituições educacionais da região. Através desses contatos obtiveram-se os dados que apresentavam a realidade sociocultural, a relação das comunidades escolares com a história local e os patrimônios da região assim como, os trabalhos já realizados com os alunos sobre a temática.

O setor de comunicação social da UHE Itaocara S.A auxiliou também na articulação e divulgação da exposição em meios de comunicação locais, escolas e junto às comunidades de moradores. As secretarias de educação municipais, tanto de Itaocara como Aperibé, demonstraram grande interesse no trabalho, disponibilizando transporte e organizando o quadro das turmas mais indicadas às visitas – com a indicação tanto de turmas avançadas no debate sobre o patrimônio cultural como a utilização do critério de oferecimento de oportunidade àquelas escolas com menor número de atividades extra curriculares.

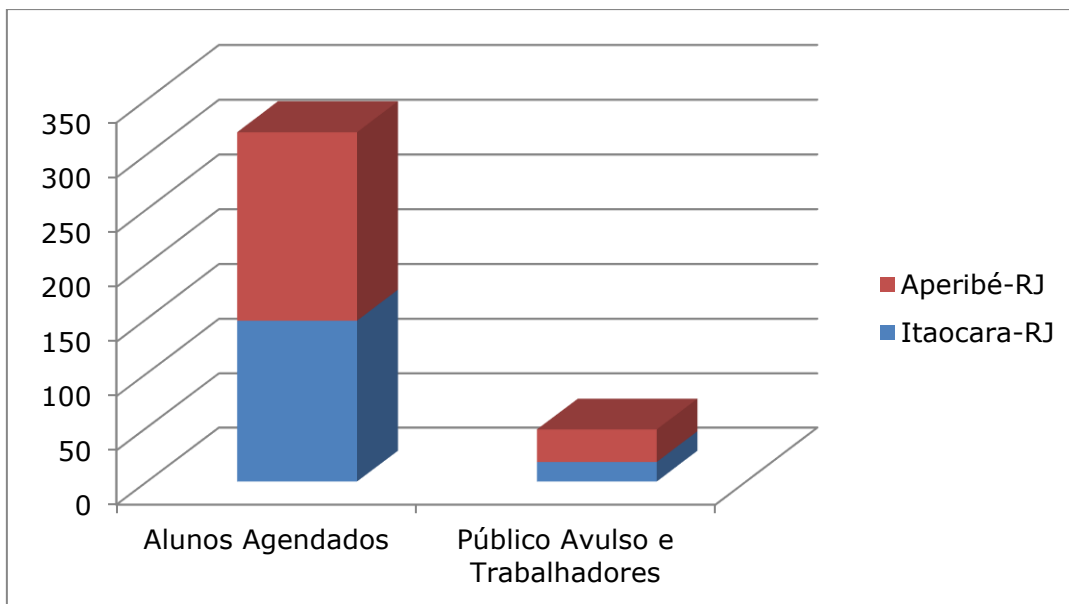
Além do público escolar, também frequentou a exposição público avulso (não vinculado a instituições educativas) e público espontâneo (que não fez qualquer agendamento). Entre o público avulso estiveram alguns membros das secretarias municipais de Itaocara-RJ e Aperibé-RJ, assim

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016

como, entre o público espontâneo estiveram moradores das proximidades do local de realização da Exposição.

As turmas escolares abordadas em Itaocara foram do Colégio Municipal Teotônio Bezerra Vilela, Escola Municipal Cel. José Antônio Teixeira, Escola Estadual Frei Tomás e do curso de agentes socioambientais do SENAC-Itaocara; e em Aperibé foram a Escola Municipalizada Rômulo Sardinha, Colégio Municipal Casimiro A. Fonseca e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Ao todo o número de alunos abordados em atividades agendadas foi de 360 e o total de público avulso e espontâneo e de trabalhadores da UHE Itaocara-S.A foi de 48. Em Itaocara foram 148 alunos e 18 de público avulso/espontâneo/trabalhadores; em Aperibé foram 172 alunos e 30 de público avulso/espontâneo/ trabalhadores.



UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 8.5-1 Panorâmica da Exposição de Educação Patrimonial do Salão do Escritório da UHE Itaocara S.A., em Itaocara-RJ.



Imagem 9.5-2 – Panorâmica da Exposição de Educação Patrimonial no Centro de Convenções do Município de Aperibé-RJ.



Imagem 9.5-3 Utilização de banners temáticos (ao fundo) – Salão do Escritório da UHE Itaocara S.A., em Itaocara-RJ.



Imagem 9.5-4 Utilização de banners temáticos (ao fundo) – Centro de Convenções do Município de Aperibé-RJ.



Imagem 9.5-5 Interior dos cubos expositivos com mostras de material arqueológico histórico.



Imagem 9.5-6 Cubo expositivo com material tátil (panela de barro moldada e livro de texturas e em braile) para ser utilizado com público geral ou com necessidades especiais.



Imagem 9.5-7 Capa do folder distribuído.

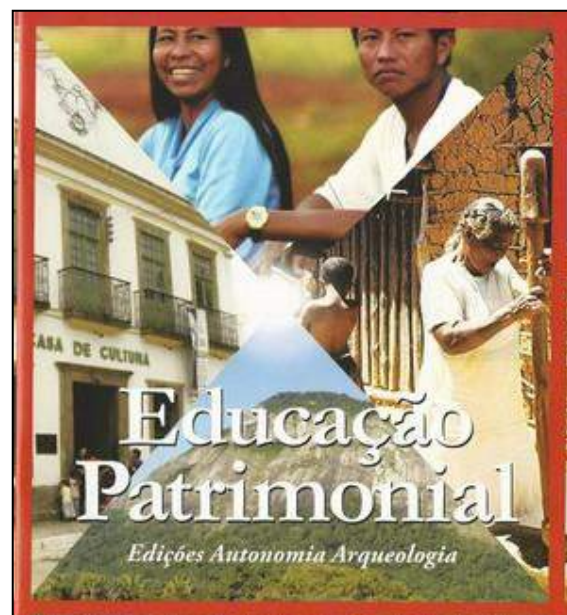


Imagem 9.5-8 Capa da cartilha distribuída.

UHE Itacara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016


| | |
|---|-------------------------|
|  | |
| <small>Programa de Educação Patrimonial</small> | |
| <small>Ficha educativa (não usar material fotográfico)</small> | |
| FICHA DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL | |
| Nome do patrimônio cultural a registrar | Código de identificação |
| Localização / Município | |
| Informações históricas regionais / locais | |
| Inserção na paisagem / Paisagem atual | |
| Uso atual / Propriedade / Condições atuais de preservação do patrimônio * | |
| Descrição do patrimônio - Tipologia / Características / Uso original | |
| | Registro gráfico |
| Informações complementares: | |
| Fontes de informação | |
| Nome dos responsáveis pelo registro | Data |

Imagem 9.5-9 – Modelo de de ficha para a atividade de simulação de registro do patrimônio cultural local.



Imagem 9.5-10 Realização das atividades de Educação Patrimonial com 4º e 5º ano do Colégio Municipal Teotônio Bezerra Vilela – no Salão do Escritório da UHE Itaocara S.A, em Itaocara-RJ.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 9.5- 11 Realização das atividades de Educação Patrimonial com 5º ano da Escola Municipal Cel. José Antônio – no Salão do Escritório da UHE Itaocara S.A, em Itaocara-RJ.



Imagem 9.5-12 Realização das atividades de Educação Patrimonial com 9º ano da Escola Estadual Frei Tomás – no Salão do Escritório da UHE Itaocara S.A, em Itaocara-RJ.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 9.5- 13 Realização das atividades de Educação Patrimonial com os trabalhadores da UHE Itaocara – no Salão do Escritório da UHE Itaocara S.A, em Itaocara-RJ.



Imagem 9.5-14 Realização das atividades de Educação Patrimonial com 7º ano Escola Municipal Casimiro Fonseca – no Centro de Convenções do Município de Aperibé-RJ.



Imagem 9.5-15 Realização das atividades de Educação Patrimonial com 6º ano da Escola Municipalizada Rômulo Sardinha- no Centro de Convenções do Município de Aperibé-RJ.

UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Outubro de 2016



Imagem 9.5-16 Realização das atividades de Educação Patrimonial com turma especial da APAE de Aperibé – no Centro de Convenções do Município de Aperibé-RJ.



Imagem 9.5 -17 Realização das atividades de Educação Patrimonial com 8º ano Escola Municipal Casimiro Fonseca – no Centro de Convenções do Município de Aperibé-RJ.

9.6. Avaliação das Atividades

As atividades realizadas com cada grupo agendado duraram em média 1 hora e ao longo deste período, verificou-se que no geral o público foi bastante receptivo, circulando por todos os materiais expostos, fazendo bastantes perguntas, expressando grande valor a determinados patrimônios do município (como as suas próprias escolas (no caso de alunos), a Serra da Bolívia, a Pedra do Elefante, a Igreja do Centro de Itaocara) e fazendo relação com a cultura material da atualidade.

A abordagem dos alunos da APAE foi bastante especial, pois além de expressarem bastante interesse pelas mostras dos tipos de patrimônio cultural, demonstraram grande impressionismo com os materiais de experiência tátil. Os alunos com maior capacidade de argumentação desta instituição deram exemplos de patrimônios locais (paisagens e histórias) e reconheceram diferenças entre a cultura material do passado e as atuais.

No geral também, o público abordado demonstrou grande desconhecimento sobre a Arqueologia desenvolvida no município de Aperibé e no Estado do Rio de Janeiro e esse foi um dos grandes fatores para a boa receptividade e o interesse no tema. Além disso, considerou-se alto o nível de compreensão sobre o conceito de Patrimônio Cultural, as distinções entre os diferentes tipos de patrimônios e o reconhecimento do valor do trabalho arqueológico. Por fim, todos ficaram interessados e satisfeitos com a aquisição de folders (distribuição aberta) e cartilhas (distribuição direcionada a público de educadores e gestores escolares e aos trabalhadores da empresa UHE Itaocara S.A.).

Os professores que acompanharam os grupos escolares agendados mostraram grande satisfação com o que foi apresentado e puderam acrescentar conteúdos que já vêm tratando em suas respectivas matérias e disseram que utilizarão o material fotografado pelos alunos e as informações dispostas nos folders e cartilhas para desenvolver outros projetos.

10. Avaliação de Impactos e Recomendações

Conforme apresentado neste relatório final de atividades, foram executadas atividades intensivas nos sítios arqueológicos Boa Vista I, Boa Vista II e Fazenda Angolinha, assim como nas Áreas de Interesse Cultural 1, 4 e 5, que resultaram em consistente material de registro das áreas de pesquisa.

Especificamente em relação ao Sítio Boa Vista I, não estão previstas atividades de obra relacionadas a instalação do empreendimento que possam causar impactos direto sobre a poligonal. Em relação ao Sítio Boa Vista II, está prevista a instalação de um dique sobre parte do sítio, ficando o restante da poligonal submerso quando o empreendimento estiver em operação. O Sítio Fazenda Angolinha ficará com a maior parte de sua poligonal submersa quando o empreendimento estiver em operação.

Tendo em vista as abordagens técnicas aplicadas, a partir de metodologia intensiva, **recomendo que todas as áreas submetidas às intervenções descritas neste relatório sejam liberadas, do ponto de vista arqueológico, para prosseguimento das atividades de licenciamento do empreendimento em tela. No entanto, recomendo que a liberação das áreas estejam condicionadas a instalação de placa de sinalização, no padrão IPHAN, no Sítio Boa Vista I e Sítio Fazenda Angolinha (parte que permanecerá preservada), e que durante o processo de construção do dique, na poligonal do Sítio Boa Vista II, haja monitoramento arqueológico das atividades que impactem o subsolo.**

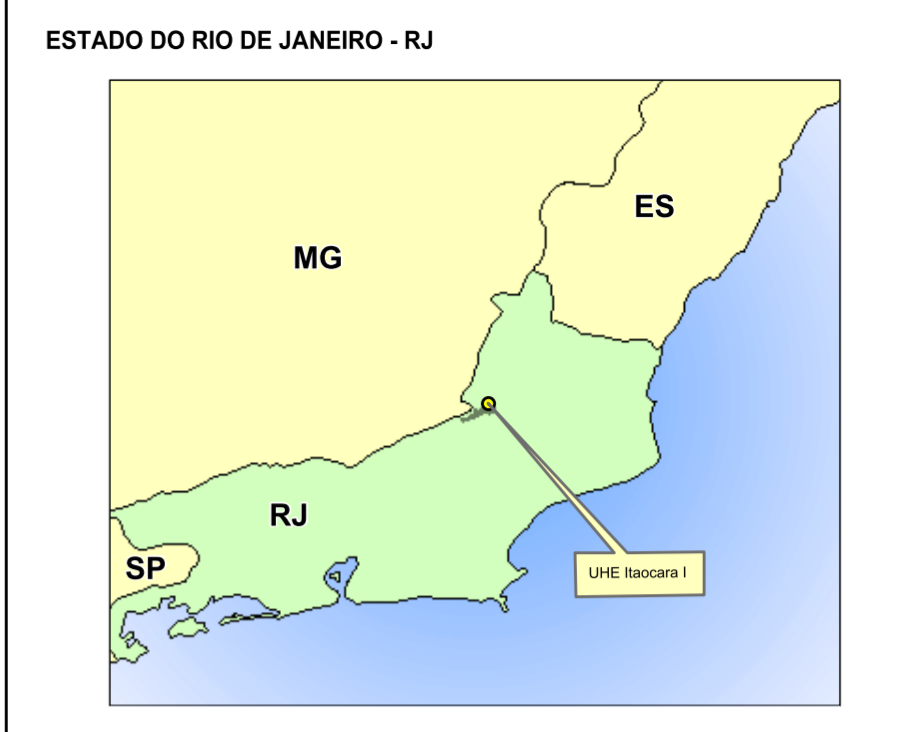
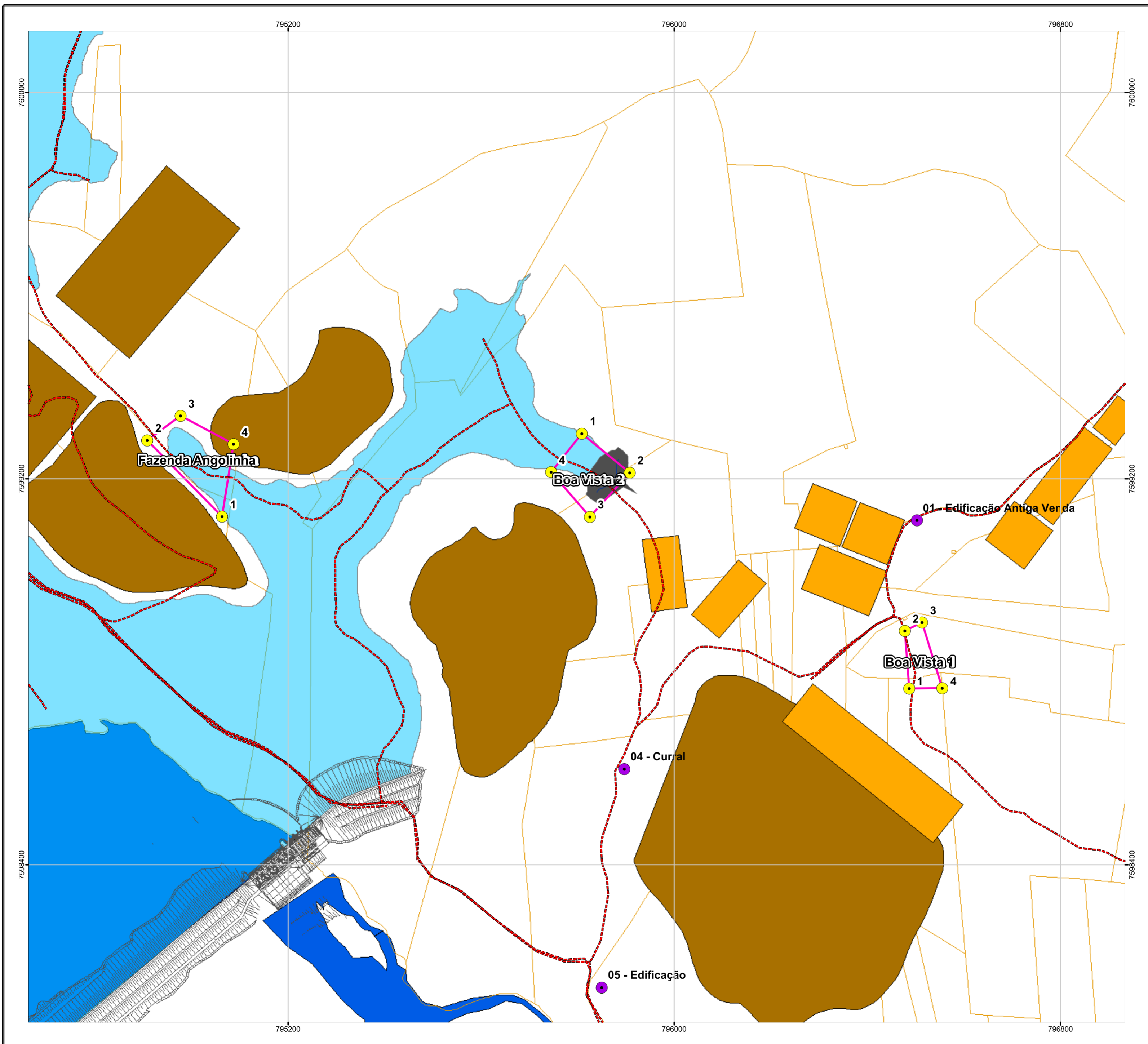
11. Equipe Técnica

| NOME | FUNÇÃO | FORMAÇÃO |
|-----------------------------------|--|--|
| Filipe André do Nascimento Coelho | Coordenação Geral (Responsável Técnico pelo Programa) | Historiador e Arqueólogo Bacharel em História, Mestre em Arqueologia e Doutorando em Arqueologia |
| Klismann Timm Branco | Coordenador de campo de Resgate Arqueológico | Arqueóloga Bacharel em Arqueologia |
| André Bueno Coutinho | Coordenador de campo de Resgate Arqueológico | Arqueólogo Bacharel em Arqueologia |
| Bruno Perrone da Rocha | Coordenador de Curadoria e Educação Patrimonial | Historiador Bacharel e Licenciado em História (com monografia com tema de Arqueologia) |
| Vanini Bernardes Costa de Lima | Educador Patrimonial | Historiadora Licenciada em História, Especialista em Pedagogia e Mestranda em Educação |
| Carolina Alves D'Almeida | Educador Patrimonial | Filósofa e Arqueóloga Bacharel em Filosofia, Mestre em Arqueologia e Doutoranda em Filosofia |
| Cidmara Silva de Oliveira | Graduanda em Arqueologia | Graduanda em Arqueologia |
| Alex Teles dos Santos Silva | Técnico em Arqueologia | Graduanda em Arqueologia |
| Clayton dos Santos | Técnico em Arqueologia | 2º grau completo Treinamento de campo |
| Bruna Oliveira Vasconcelos | Técnico em Arqueologia | Graduanda em Arqueologia |
| Hiago Marcos Siqueira de Oliveira | Técnico em Arqueologia | Graduanda em Arqueologia |

12. Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Astolfo Gomes de Melo. **Teoria e Método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2001.
- BENTLEY, G.C. **Ethnicity and practice: Comparative Studies in Society and History**. 29 ed. 1987.
- BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 4ª edição. 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1987.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983a.
- BOURDIEU, P. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, R. (org.) **BOURDIEU, Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática. 1983b.
- DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Annablume/HUCITEC/NUPAUB-USP. 1994.
- HARRIS, E. C. **Princípios de Estratigrafia Arqueológica**. Crítica, Barcelona, 1991.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 5 de maio de 2011.
- JORGE, V.O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget. 2ª edição. 2007.
- KRAKKER, J.J., SHOTT, M.J. e WELCH, P.D. **Design and evaluation of shovel – test sampling in regional archaeological survey**. *Journal of Field Archaeology* 10:469 – 480, 1983.
- MORAIS, J.L. **Reflexões acerca da arqueologia preventiva**. In: MORI, V.H. et al (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. 9ºSR/ IPHAN, São Paulo, 2006.
- MONEZZI, Renata P. C. **Azulejos do Palácio: suas origens e significações**. In: VIEIRA, António; COSTA, Francisco; REMOALDO, Paula (orgs.). *Cidades, Criatividade(s) e Sustentabilidade(s) – Actas das VIII Jornadas de Geografia e Planeamento 15 e 16 de Novembro de 2012 – Guimarães, Portugal* UMDGEO – Departamento de Geografia da Universidade do Minho. 2012
- SETTON, M.G.J. 2002. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. *Revista Brasileira de Educação*, 20: 60-70.
- TYLOR, E.B. **Primitive Culture**. New York: Brentano's. 2 vols. 7ª ed. [orig. 1871] 1924.
- PLOG, S. et al. **Decision Making in Modern Surveys**. *Advances in Archaeological Method e Theory* 1: 383-421, 1978.

ANEXOS



Legenda

- Vértices
- AICs
- Vias_ acesso

Sítios arqueológicos

- Boa Vista 1
- Boa Vista 2
- Fazenda Angolinha
- Estruturas principais
- Canteiro de Obras
- Jazidas
- RESERVATORIO_rev001
- Propriedades
- Rio_Paraiba_do_sul

FONTE
CONSÓRCIO UHE ITAOCARA

0 0,085 0,17 0,255 0,34 0,425
Km

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM: SAD 69 ZONA 23 SUL

UHE ITAOCARA I
PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO
E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENDIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO: Mapa dos sítios arqueológicos e AIC's no canteiro de obras

LOCALIZAÇÃO: UHE Itaipava I

ESCALA: 1:5.500

DATA: 19/10/2015

Prancha
01 / 05

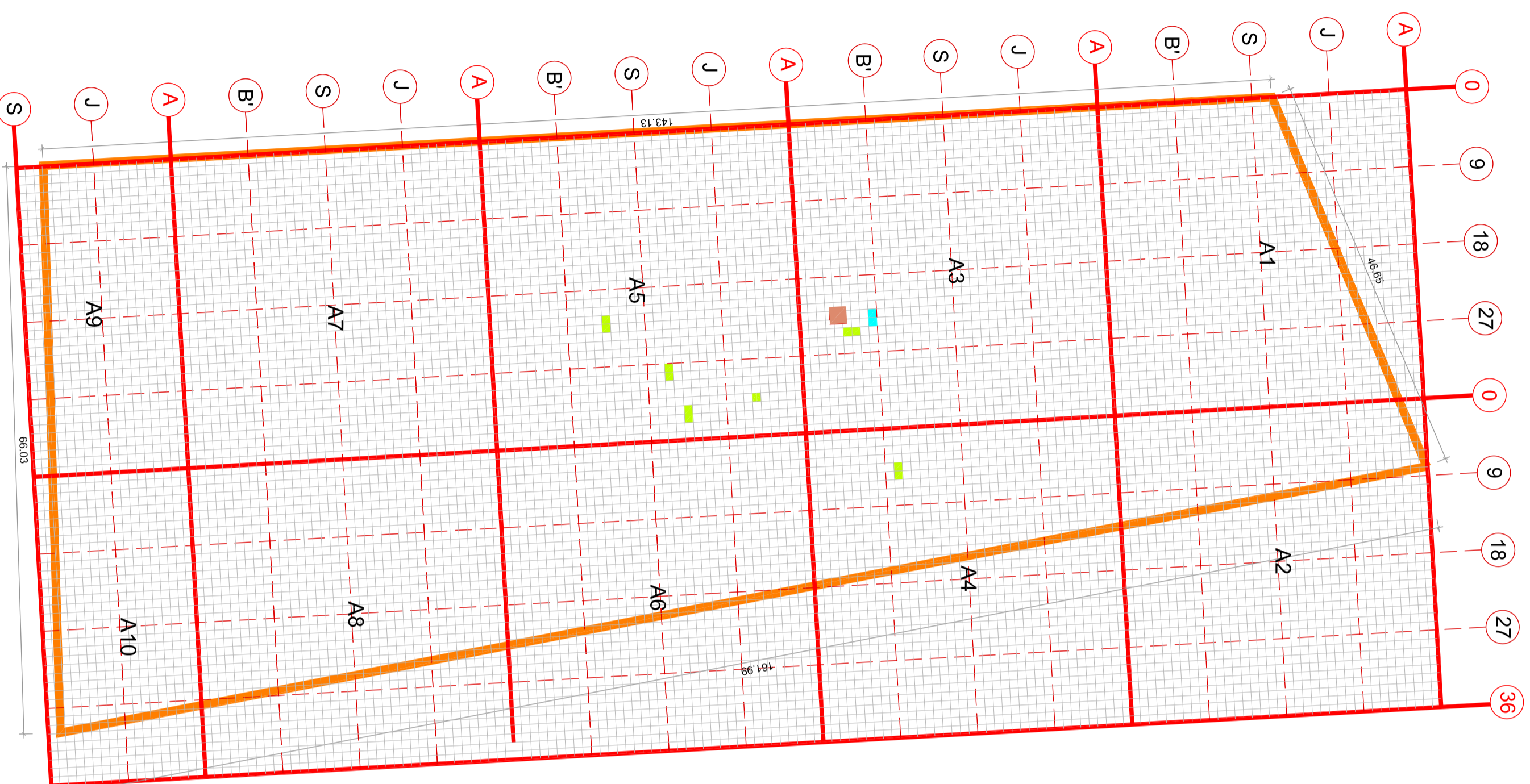
MAPA REGIÃO



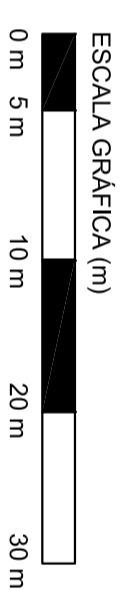
NORTE

LEGENDA

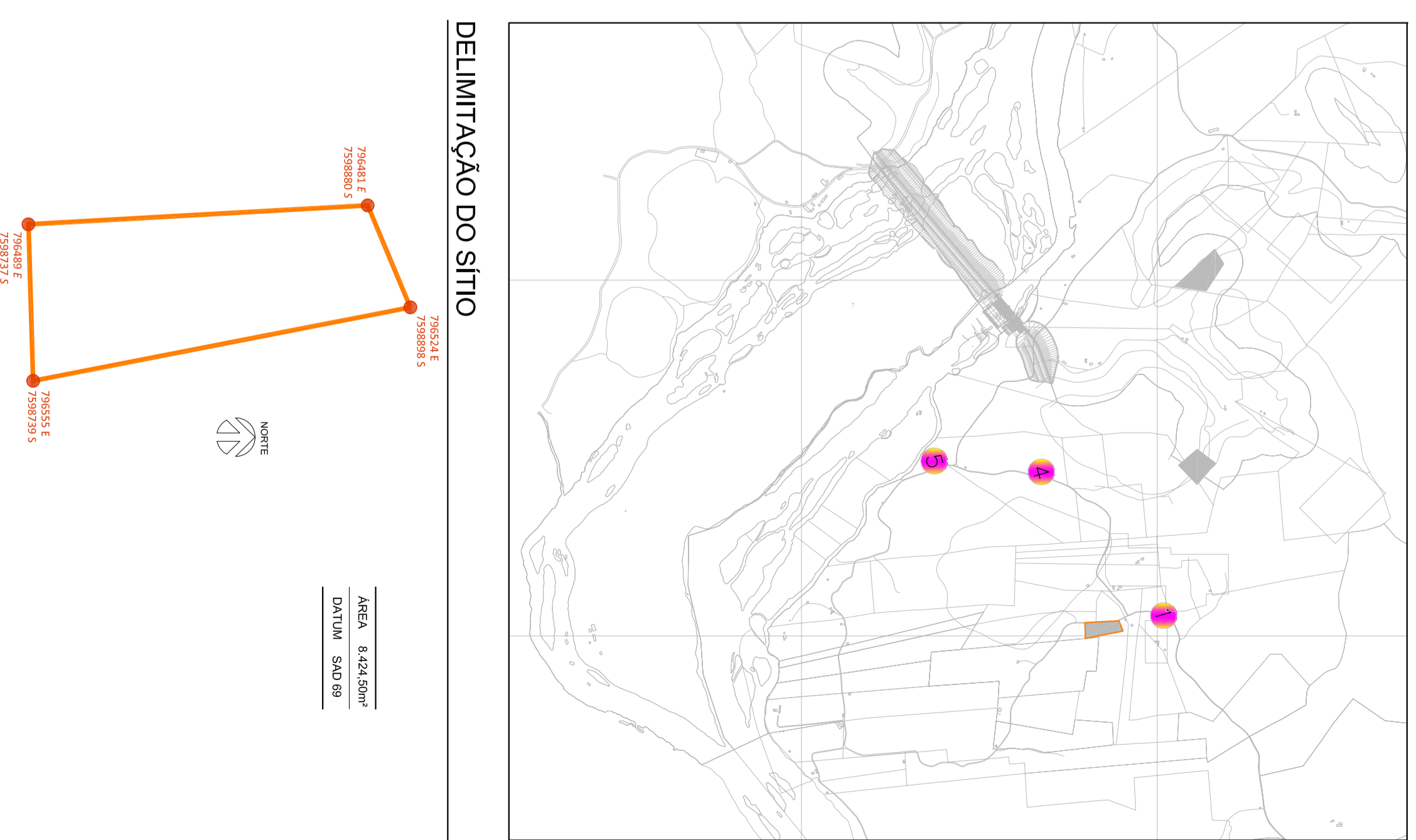
- SONDAAGEM - 0,30 M DE PROFUNDIDADE
- SONDAAGEM - 0,80 M DE PROFUNDIDADE
- SONDAAGEM - 1,00 M DE PROFUNDIDADE



1 PLANTA BAIXA
esc.: 1/500



DELIMITAÇÃO DO SÍTI



PROJETO
PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENDIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO
RESGATE ARQUEOLÓGICO

ASSUNTO
SÍTIO BOA VISTA 1 - SONDAGENS

ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL
FILPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

ARQUITETA DESENHISTA
VERÔNICA PIMENTEL

PRANCHAS
02/02

DATA
SETEMBRO 2016

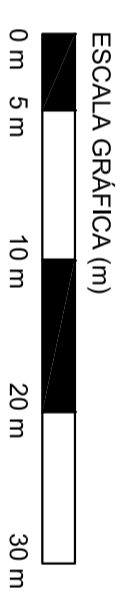
ESCALA
1/500



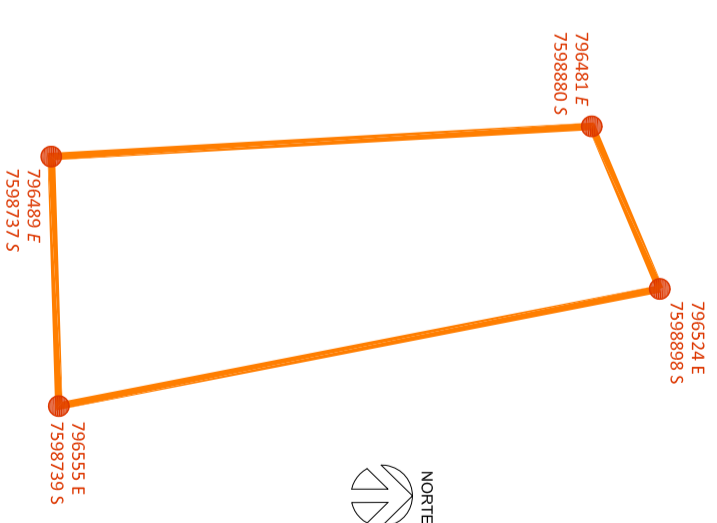
LEGENDA
 TRADAGEM



1 PLANTA BAIXA
 esc.: 1/500



DELIMITAÇÃO DO SÍTIO



ÁREA 8.424,50m²
 DATUM SAO 69



PROJETO
 PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENDIMENTO UHE ITAOCARA I

TTULO
 RESGATE ARQUEOLÓGICO

ASSUNTO
 SÍTIO BOA VISTA 1 - TRADAGENS

ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL
 FILIPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

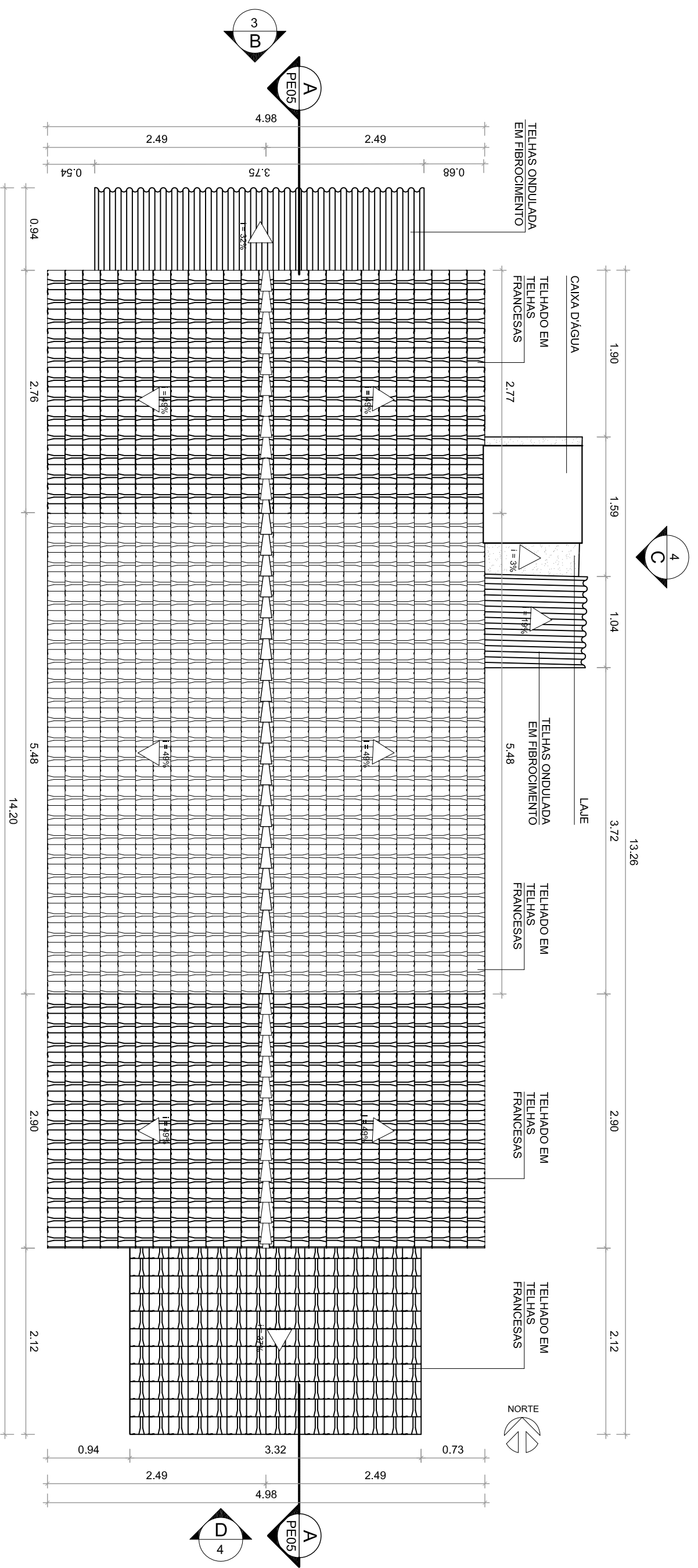
ARQUITETA DESENHISTA
 VERÔNICA PIMENTEL

DATA
 SETEMBRO 2016

PRANCHA

ESCALA
 1/500

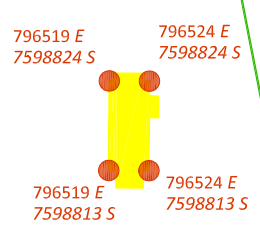
01/02



PLANTA DE COBERTURA
 esc.: 1/50

NOTA: ÁREA CONSTRUIDA - 60M²

□ SÍTIO BOA VISTA 1
 ● COORDENADAS APROXIMADAS DA CASA DE PAU A PIQUE



EMPREENHIMENTO

EXECUTOR DO PROJETO

PROJETO
 PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENHIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO
 LEVANTAMENTO MÉTRICO EDIFICAÇÕES - ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS SÍTIO BOA VISTA 1

ASSUNTO
 PLANTA DE COBERTURA - CASA EM PAU A PIQUE

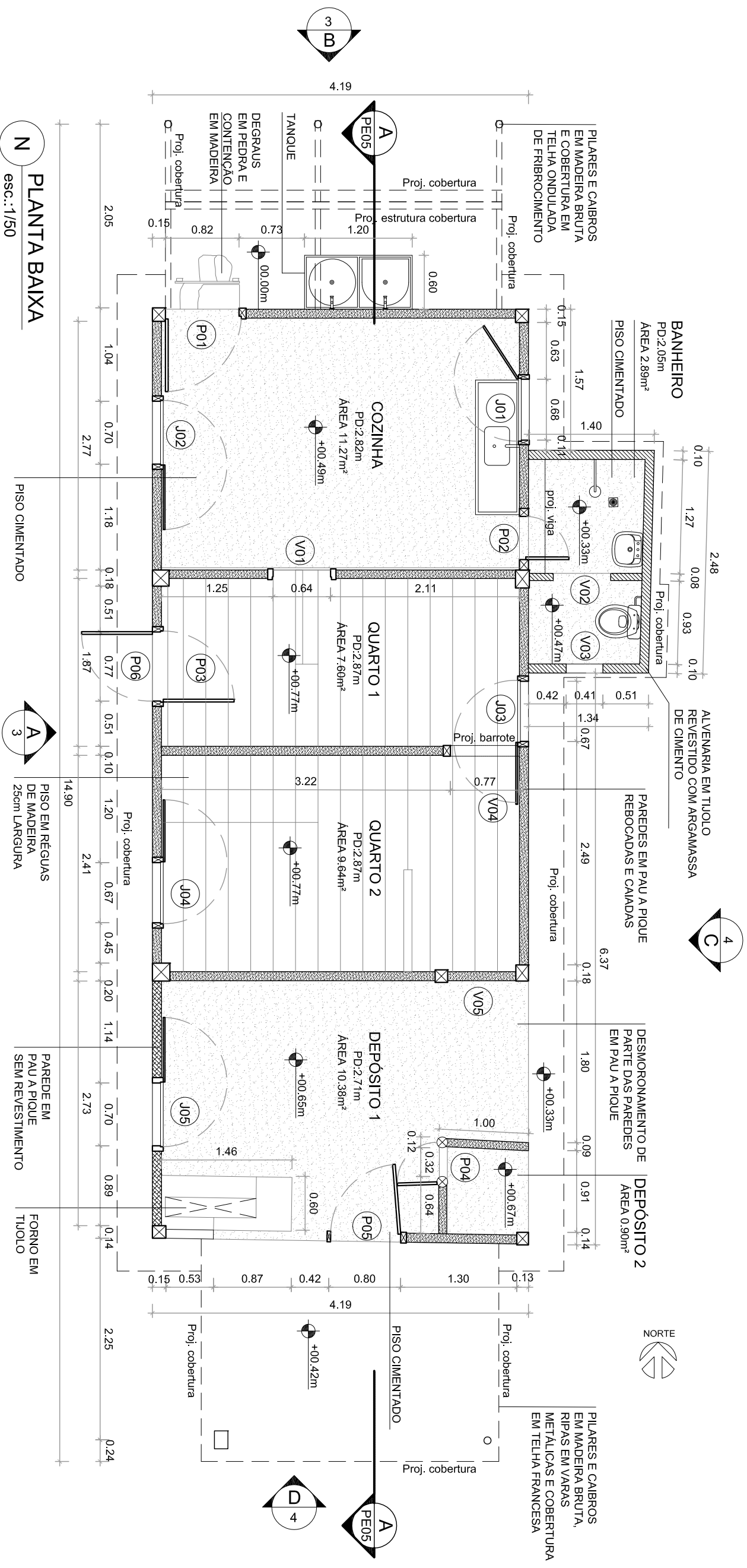
ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL
 FILOPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

ARQUITETA DESENHISTA
 VERÔNICA PIMENTEL

PRANCHA
 01/05

DATA
 FEVEREIRO 2016

ESCALA
 1/50



NOTAS

TODAS AS SOLEIRAS, ALISARES, PEITORIS E BATEDENTES EXISTENTES SÃO EM MADEIRA

EMPREENHIMENTO

EXECUTOR DO PROJETO

PROJETO

PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENHIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO

LEVANTAMENTO MÉTRICO EDIFICAÇÕES - ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS SÍTIO BOA VISTA 1

ASSUNTO

PLANTA BAIXA - CASA EM PAU A PIQUE

ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL

FLIPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

ARQUITETA DESENHISTA

VERÔNICA PIMENTEL

PRANCHA

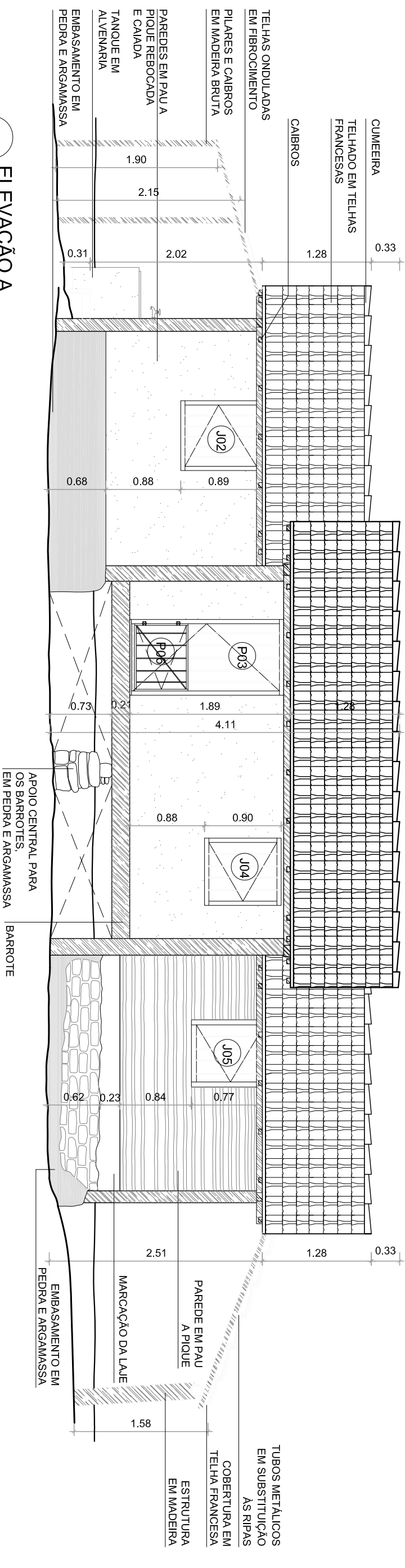
02/05

DATA

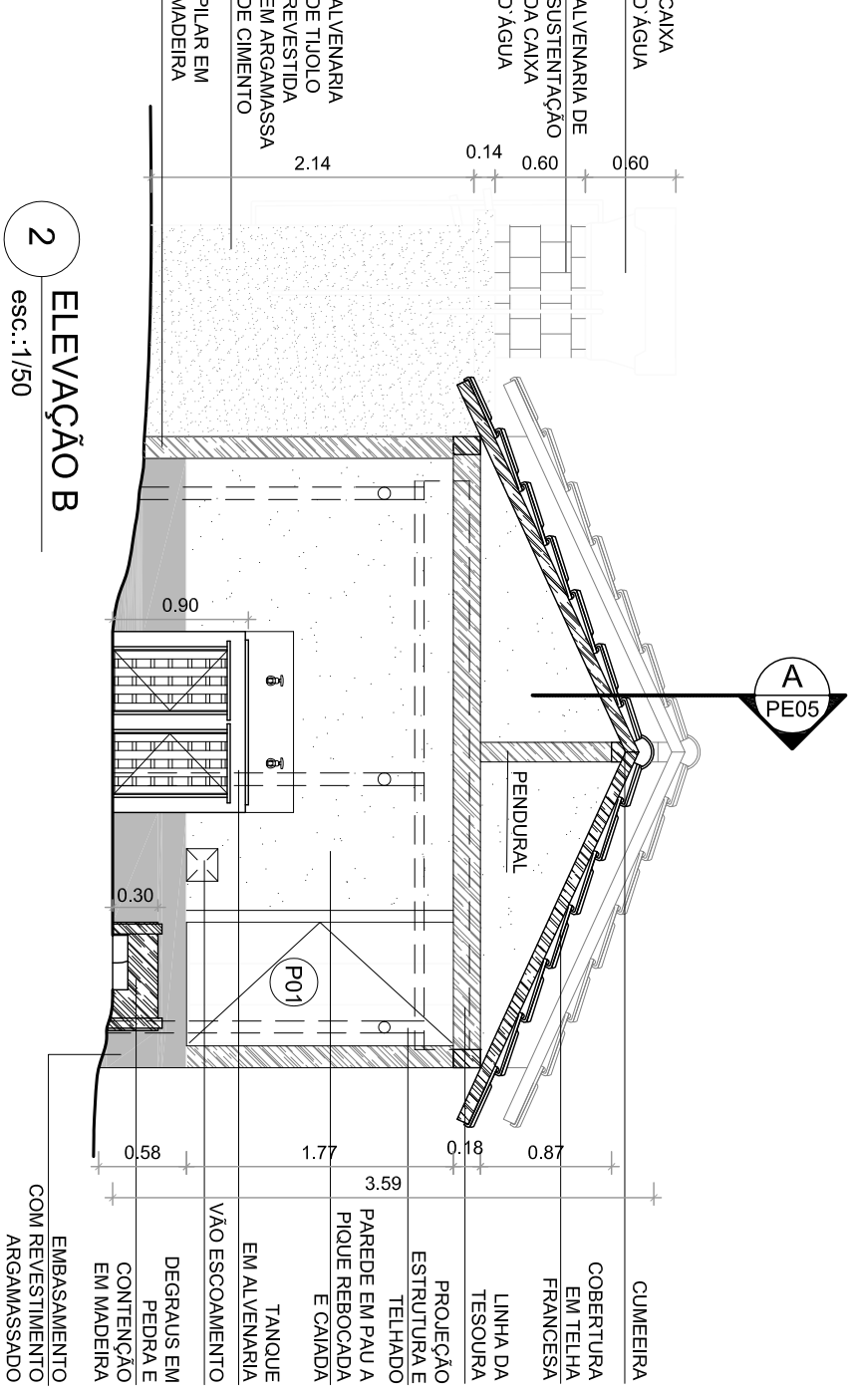
FEVEREIRO 2016

ESCALA

1/50



1
ELEVACÃO A
esc.:1/50



2
ELEVACÃO B
esc.:1/50

EMPREENHIMENTO



EXECUTOR DO PROJETO



PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENHIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO
LEVANTAMENTO MÉTRICO EDIFICAÇÕES - ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS SÍTIO BOA VISTA 1

ASSUNTO
ELEVACÕES A e B - CASA EM PAU A PIQUE

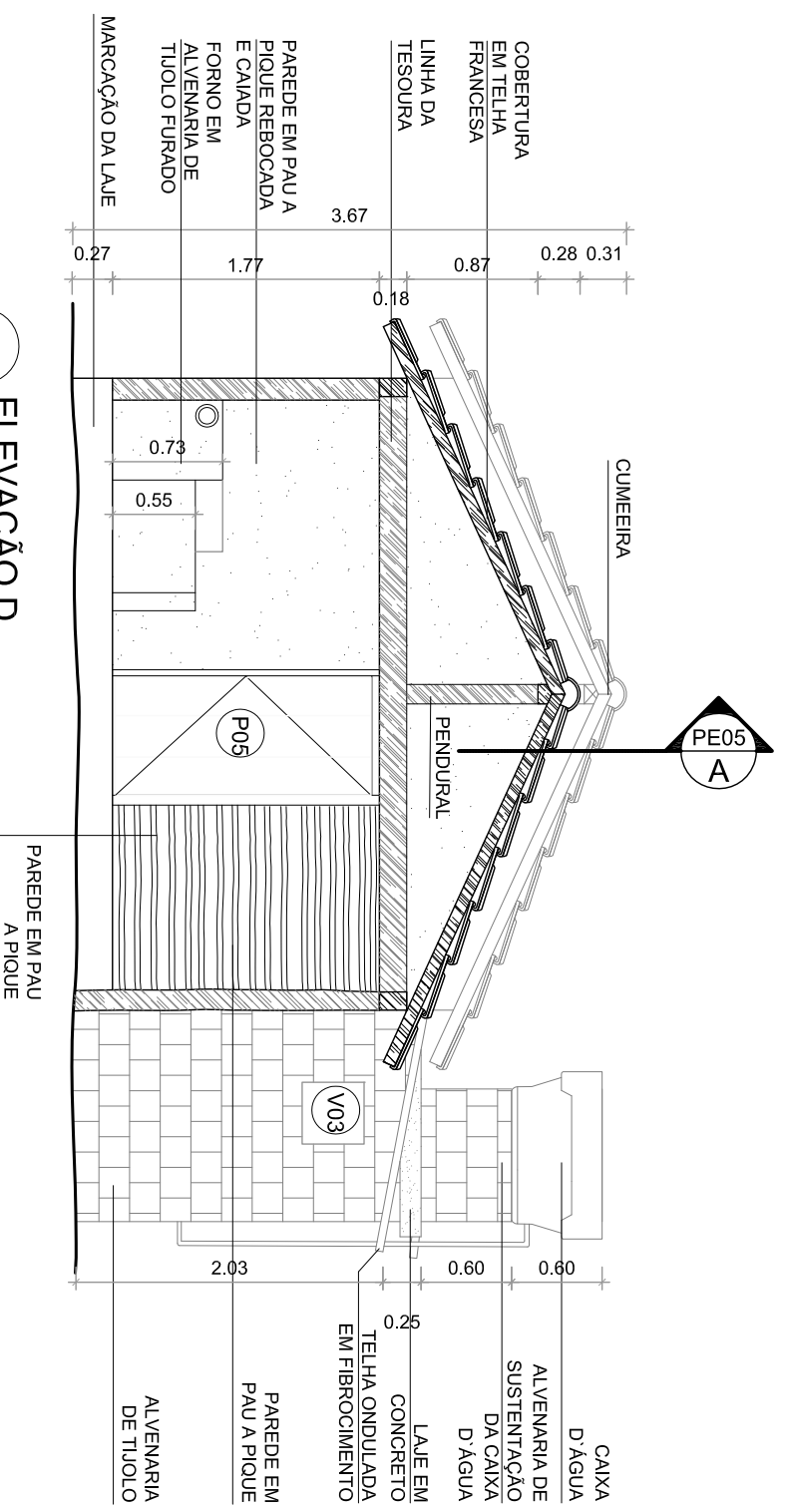
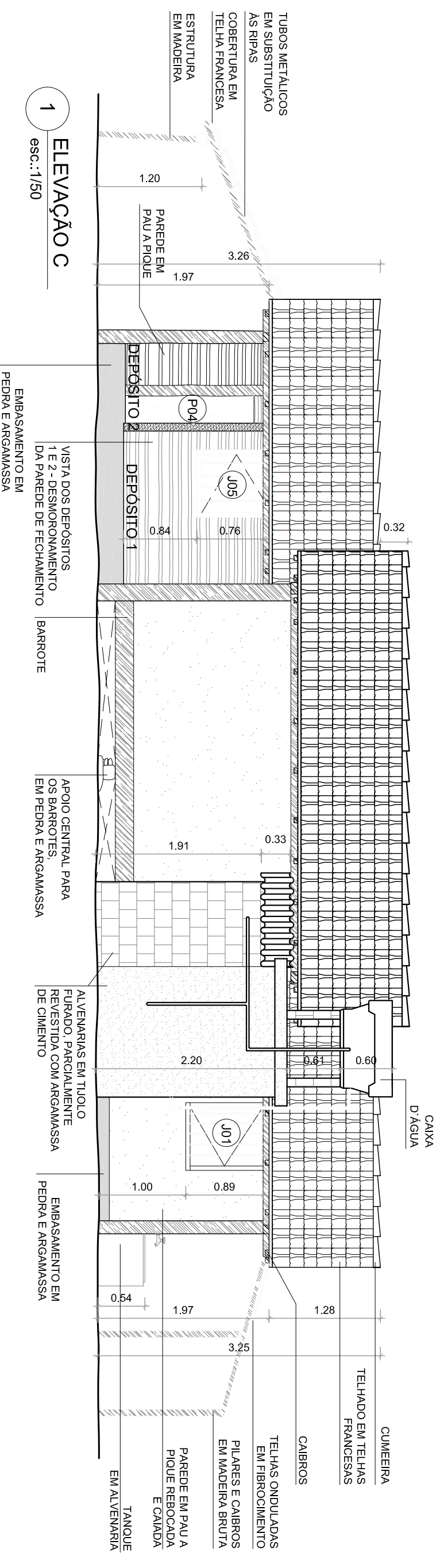
ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL
FILOPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

ARQUITETA DESENHISTA
VERÔNICA PIMENTEL

PRANCHA
03/05

DATA
FEVEREIRO 2016

ESCALA
1/50



PROJETO
EMPREENHIMENTO
EXECUTOR DO PROJETO

PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENHIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO
LEVANTAMENTO MÉTRICO EDIFICAÇÕES - ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS
SÍTIO BOA VISTA 1

ASSUNTO
ELEVAÇÕES C e D - CASA EM PAU A PIQUE

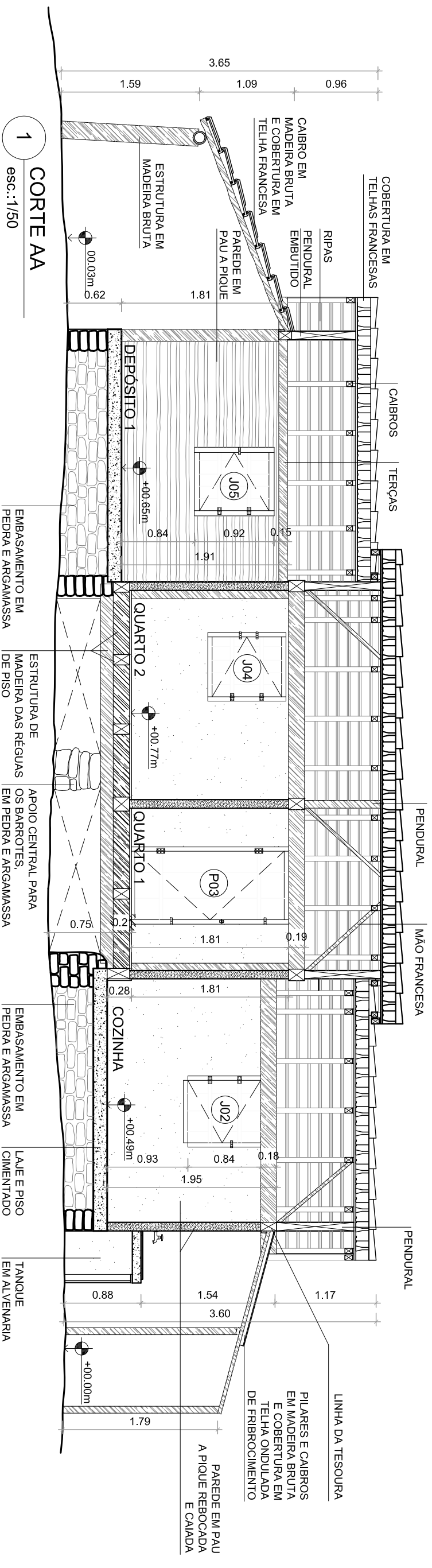
ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL
FILOPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

ARQUITETA DESENHISTA
VERÔNICA PIMENTEL

DATA
FEVEREIRO 2016

ESCALA
1/50

PRANCHA
04/05



1
CORTE AA
esc.: 1/50



EMPREENHIMENTO



EXECUTOR DO PROJETO

PROJETO
PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENHIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO
LEVANTAMENTO MÉTRICO EDIFICAÇÕES - ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS SÍTIO BOA VISTA 1

ASSUNTO
CORTE AA - CASA EM PAU A PIQUE

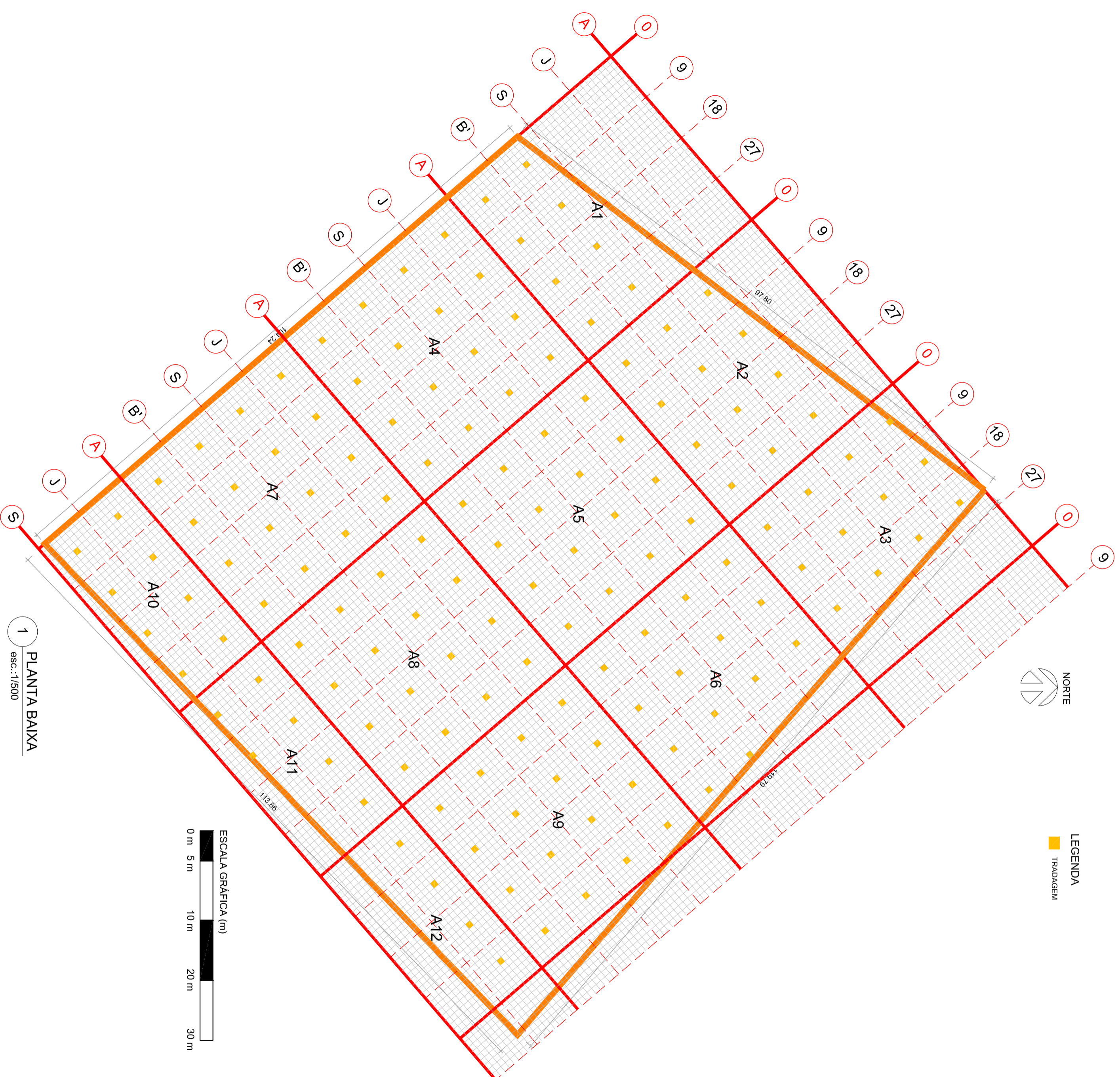
| | | |
|----------------------------------|----------------------|---------|
| ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL | ARQUITETA DESENHISTA | PRANCHA |
| FLIPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO | VERÔNICA PIMENTEL | 05/05 |
| DATA | ESCALA | |
| FEVEREIRO 2016 | 1/50 | |

MAPA REGIÃO

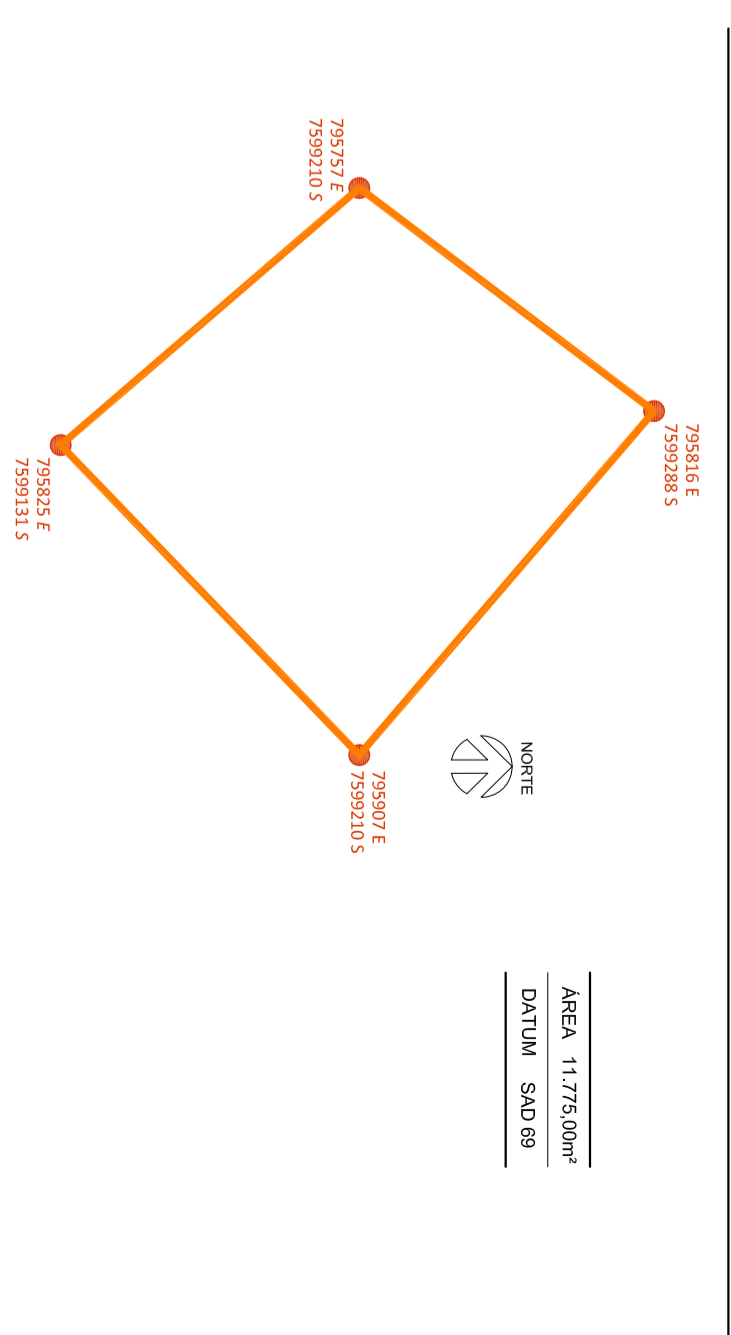


NORTE

LEGENDA
 TRADAGEM



DELIMITAÇÃO DO SÍTIO



PROJETO
PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENDIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO
RESGATE ARQUEOLÓGICO

ASSUNTO
SÍTIO BOA VISTA 2 - TRADAGENS

ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL
 FILIPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

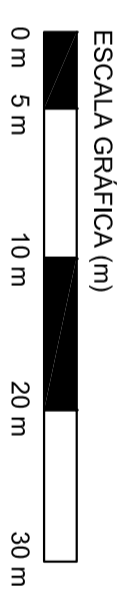
ARQUITETA DESENHISTA
 VERÔNICA PIMENTEL

PRANCHA
01/02

DATA
 SETEMBRO 2016

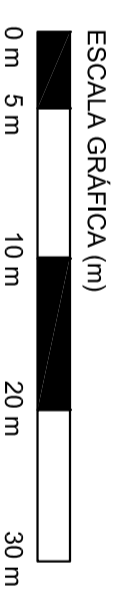
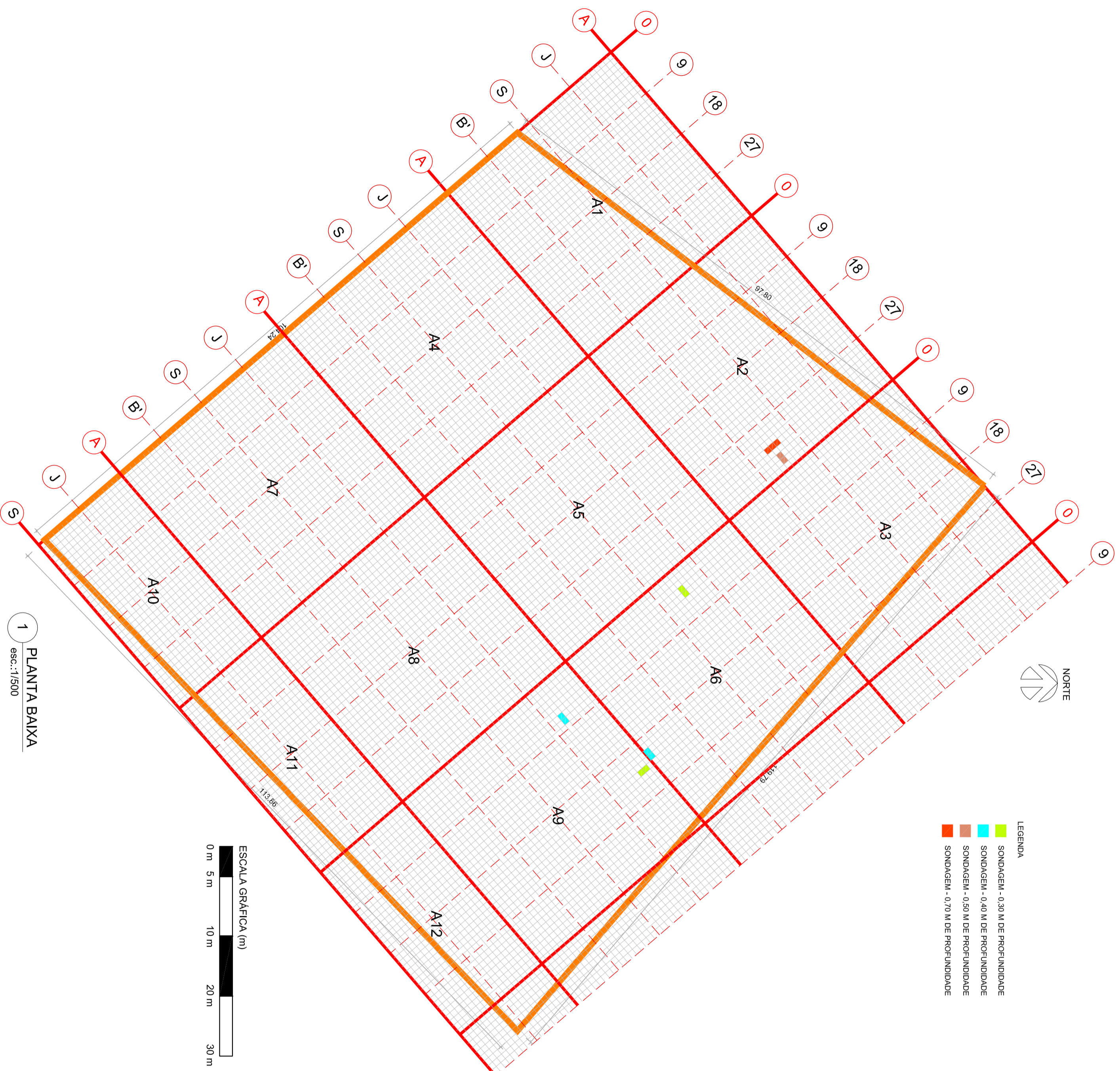
ESCALA
 1/500

1 PLANTA BAIXA
 esc.: 1/1500



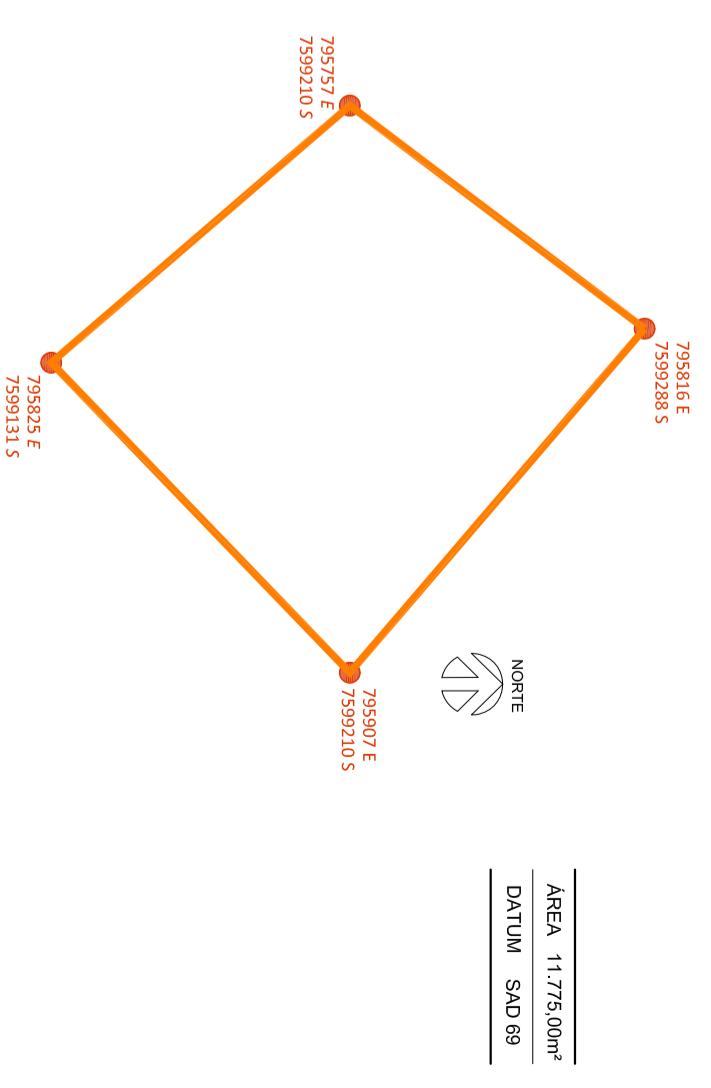


- LEGENDA
- SONDAGEM - 0,30 M DE PROFUNDIDADE
 - SONDAGEM - 0,40 M DE PROFUNDIDADE
 - SONDAGEM - 0,50 M DE PROFUNDIDADE
 - SONDAGEM - 0,70 M DE PROFUNDIDADE



1 PLANTA BAIXA
esc.: 1/500

DELIMITAÇÃO DO SÍTI



PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENDIMENTO UHE ITAOCARA I

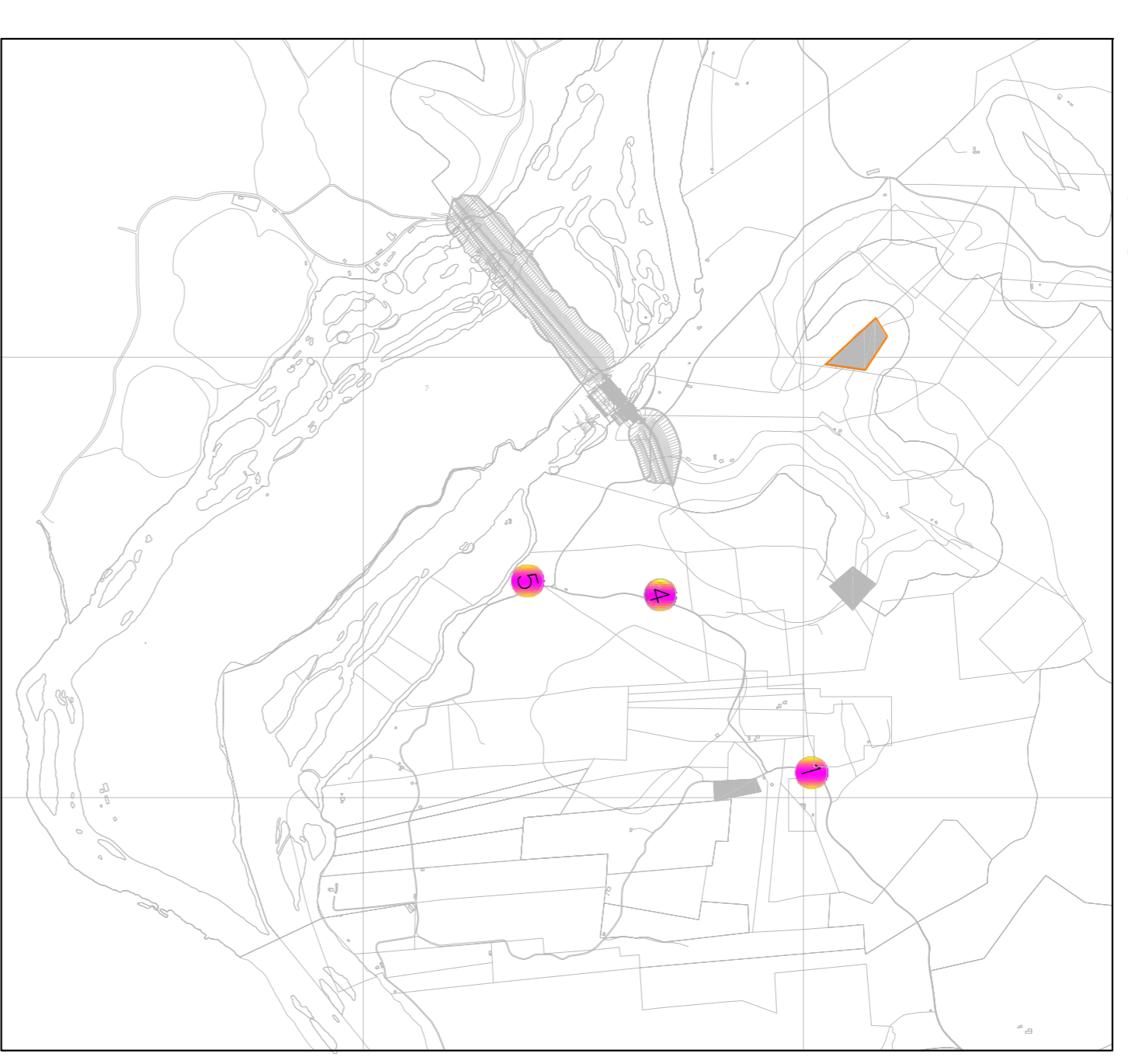
RESSGATE ARQUEOLÓGICO

SÍTI BOA VISTA 2 - SONDAGENS

| | | | |
|---------|----------------------------------|----------------------|---------|
| PROJETO | ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL | ARQUITETA DESENHISTA | PRANCHA |
| | FILPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO | VERÔNICA PIMENTEL | |

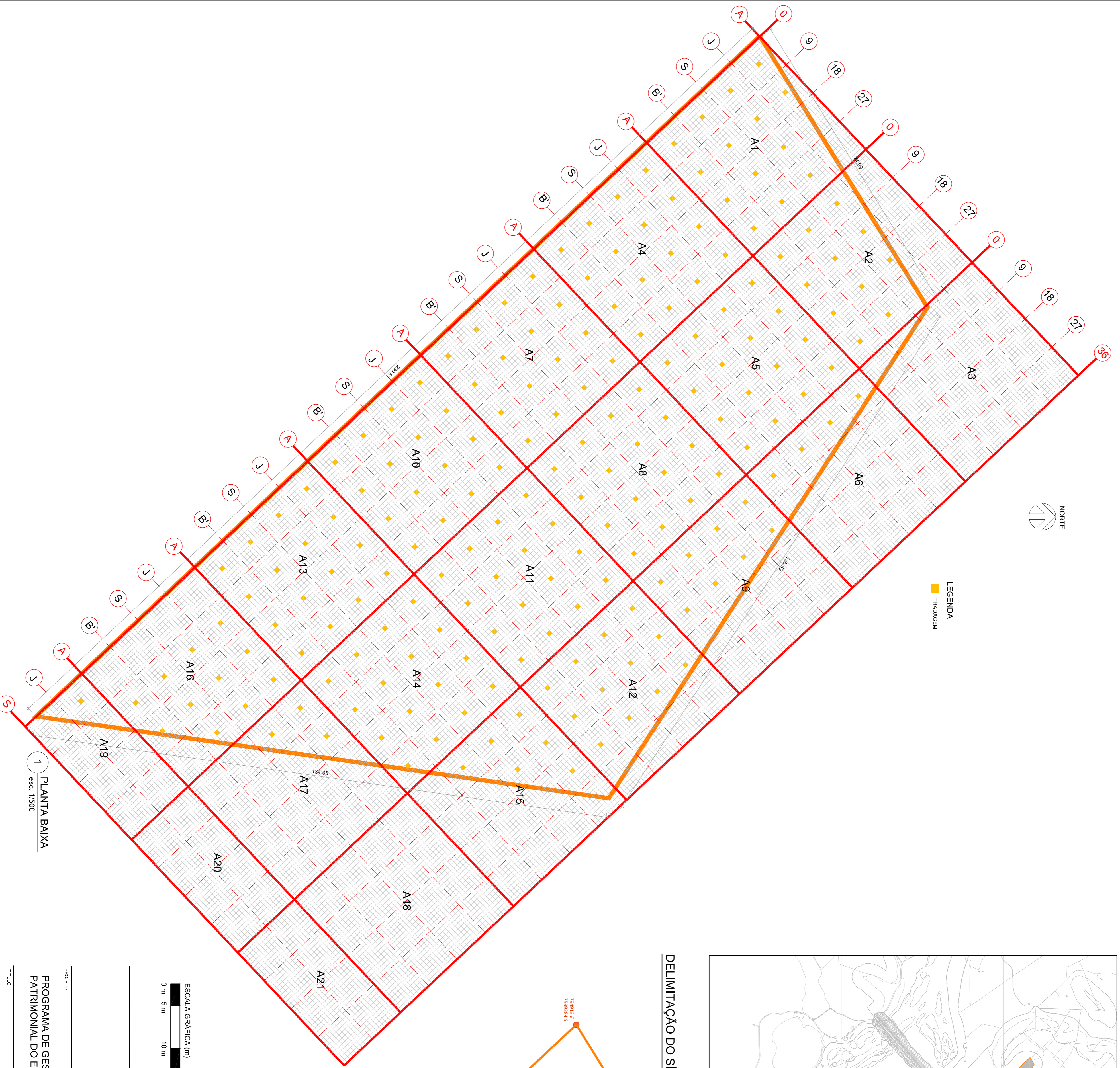
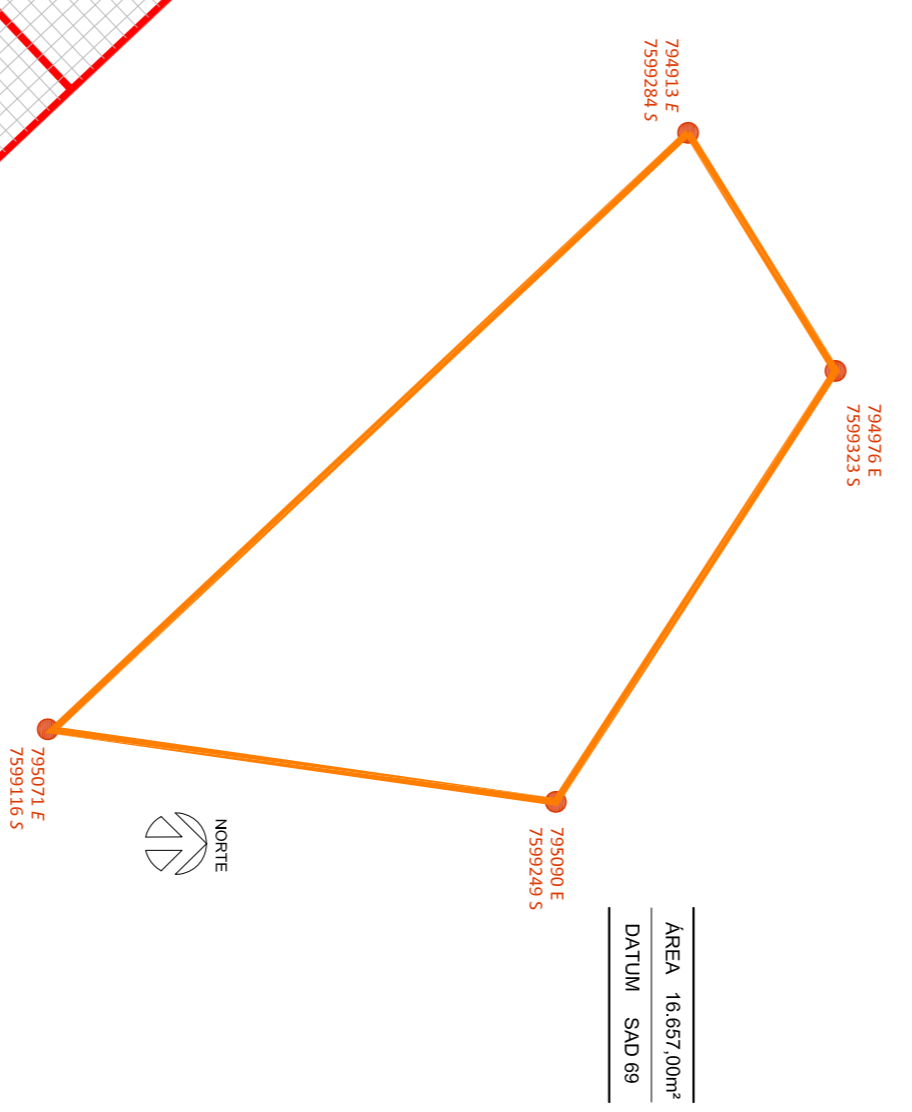
02/02

| | | |
|------------------------------|---------------|--------|
| ASSUNTO | DATA | ESCALA |
| SÍTI BOA VISTA 2 - SONDAGENS | SETEMBRO 2016 | 1/500 |

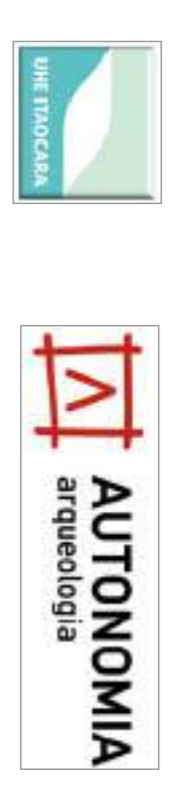
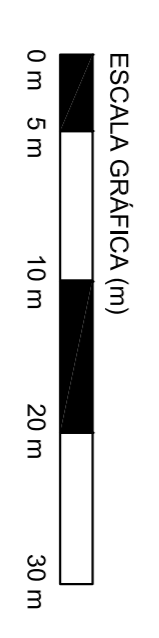


MAPA REGIÃO

DELIMITAÇÃO DO SITO



1 PLANTA BAIXA
esc.: 1:1500



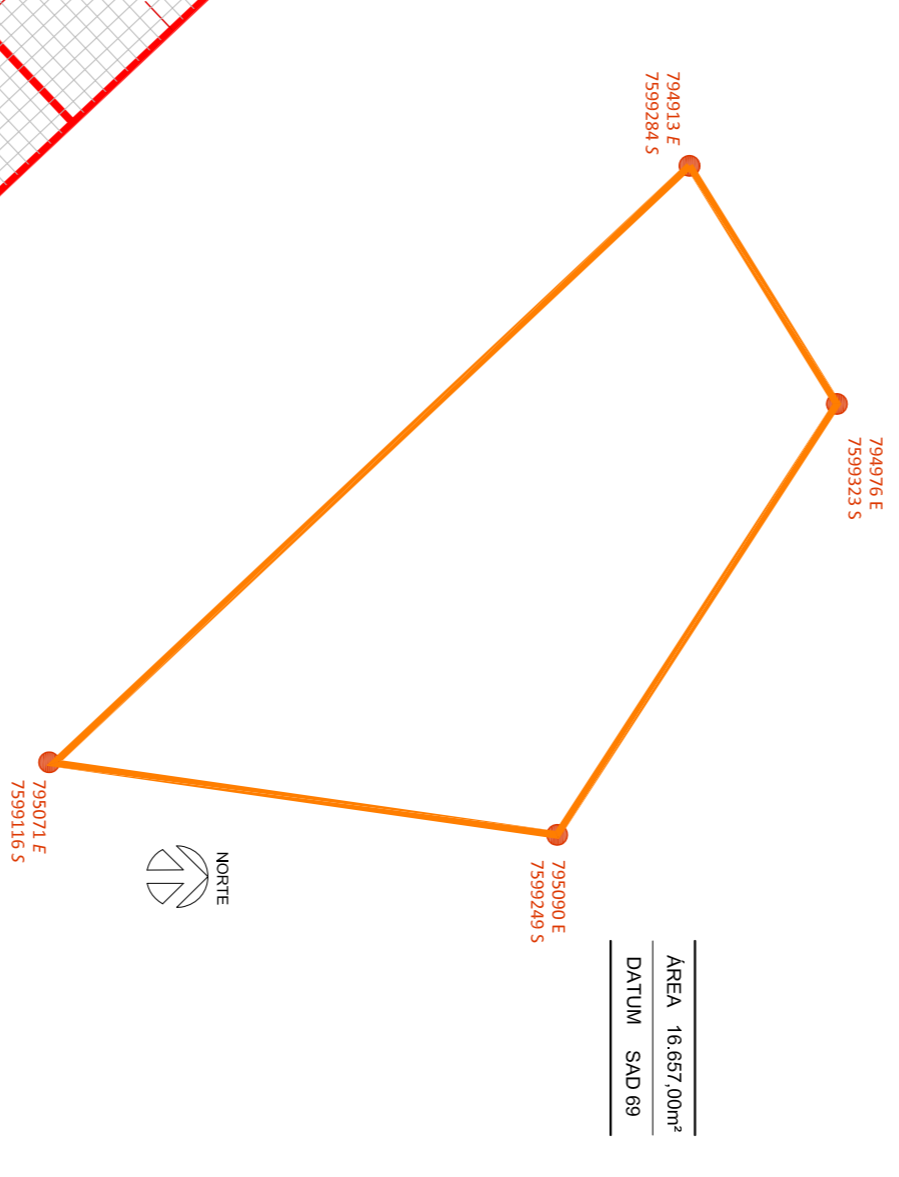
PROJETO
PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL DO EMPREENDIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO
RESGATE ARQUEOLÓGICO

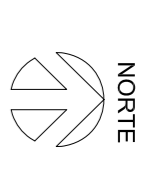
MAPA REGIÃO



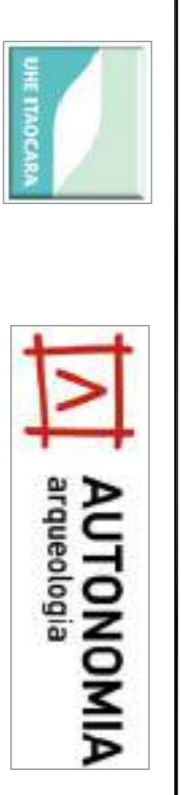
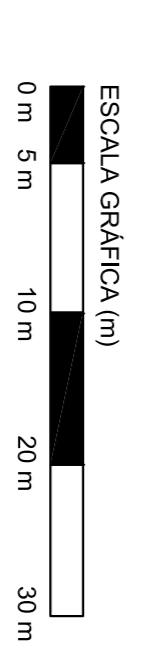
DELIMITAÇÃO DO SÍTIO



- LEGENDA
- SONDAGEM - 0,30 M DE PROFUNDIDADE
 - SONDAGEM - 0,60 M DE PROFUNDIDADE
 - SONDAGEM - 1,00 M DE PROFUNDIDADE



1 PLANTA BAIXA
esc.: 1/500



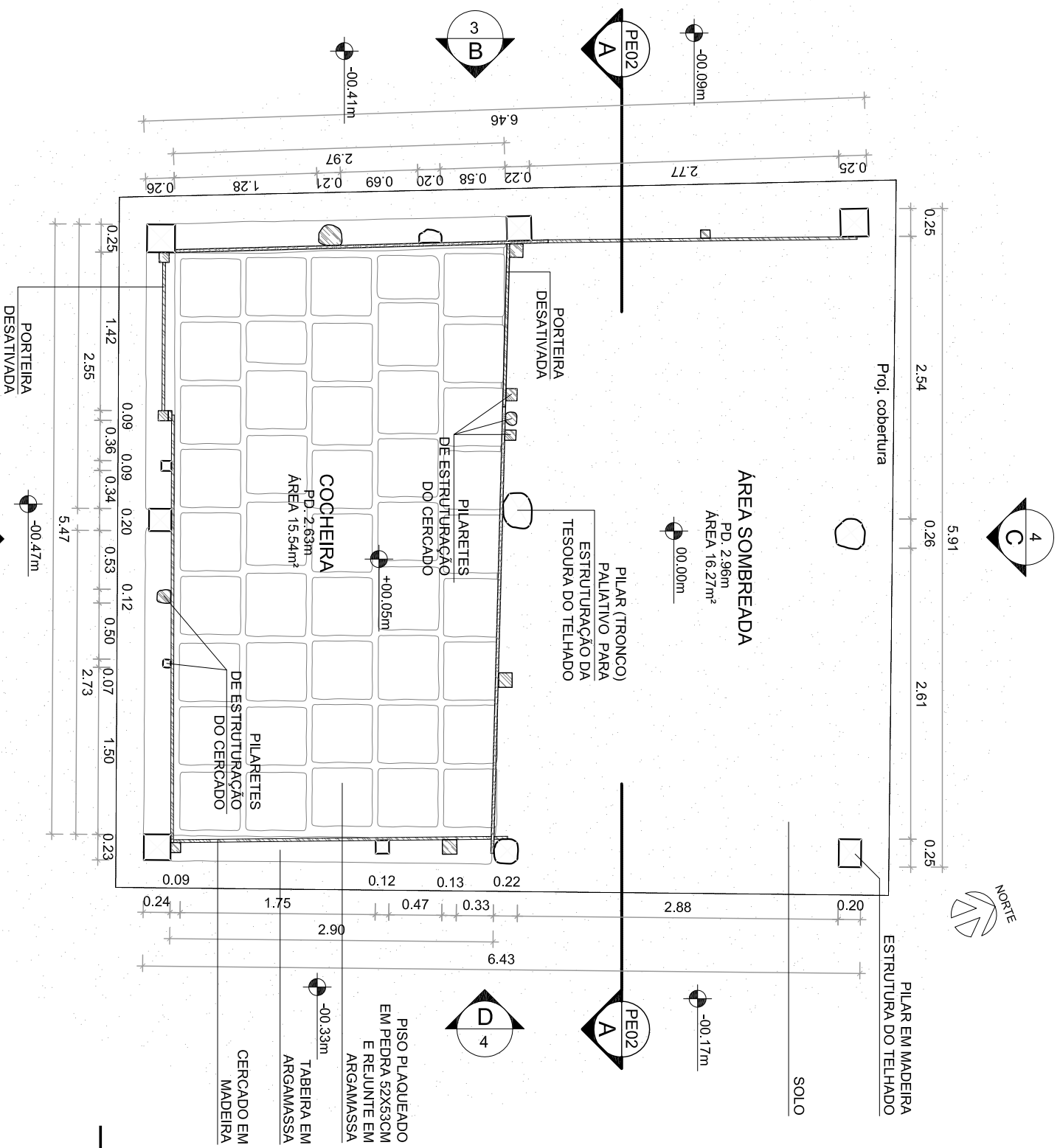
PROJETO

PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENDIMENTO UHE ITAOCARA I

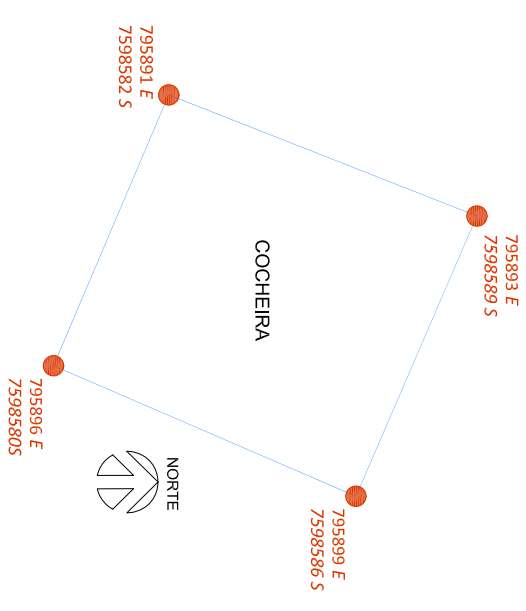
TÍTULO

RESGATE ARQUEOLÓGICO


| | | |
|-------------------------------------|----------------------|---------|
| ASSISTENTE RESPONSÁVEL | ARQUITETA DESENHISTA | PROJETA |
| FLÁVIO ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO | VERÔNICA PIENDEL | |
| ASSUNTO | DATA | ESCALA |
| SÍTIO FAZENDA ANGOLINHA - SONDAJENS | SETEMBRO 2016 | 1/500 |
| 02/02 | | |




1 PLANTA BAIXA
esc.: 1/50



ÁREA CONSTRUIDA 51.910,00m²
DATUM SAD 69

EMPREENHIMENTO 

EXECUTOR DO PROJETO 

PROJETO
PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENHIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO
LEVANTAMENTO MÉTRICO EDIFICAÇÕES - ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS DA ÁREA DE INTERESSE CULTURAL 4

ASSUNTO
PLANTA BAIXA - COCHEIRA

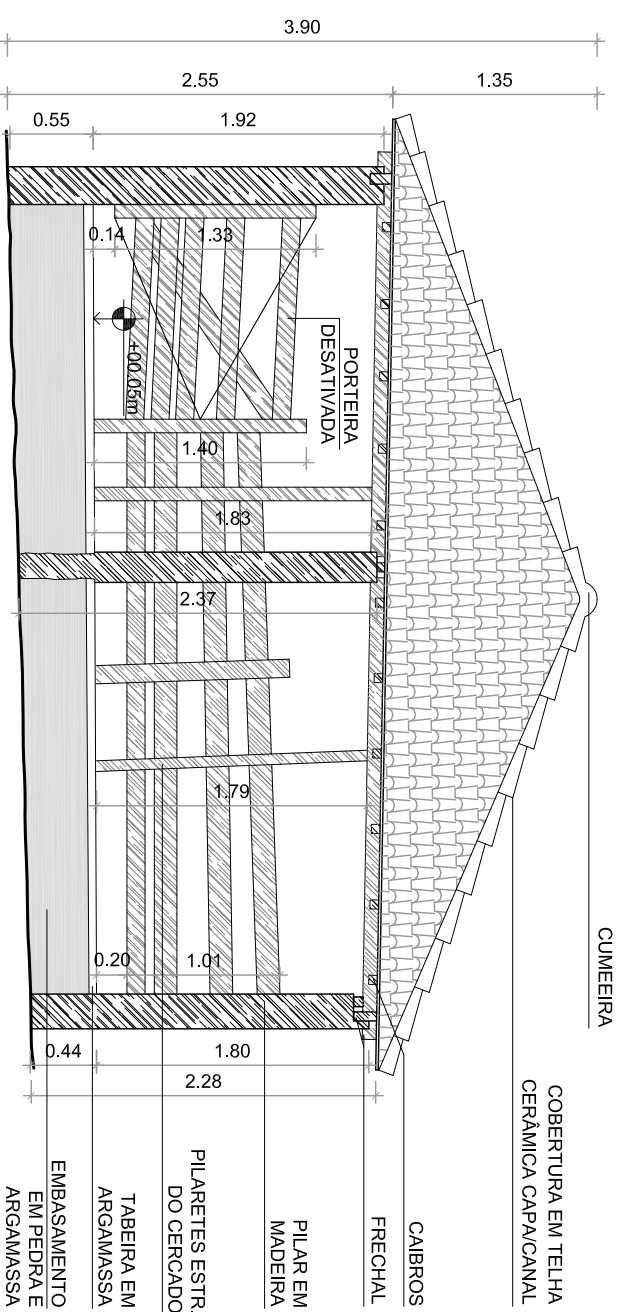
ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL
FLIPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

ARQUITETA DESENHISTA
VERÔNICA PIMENTEL

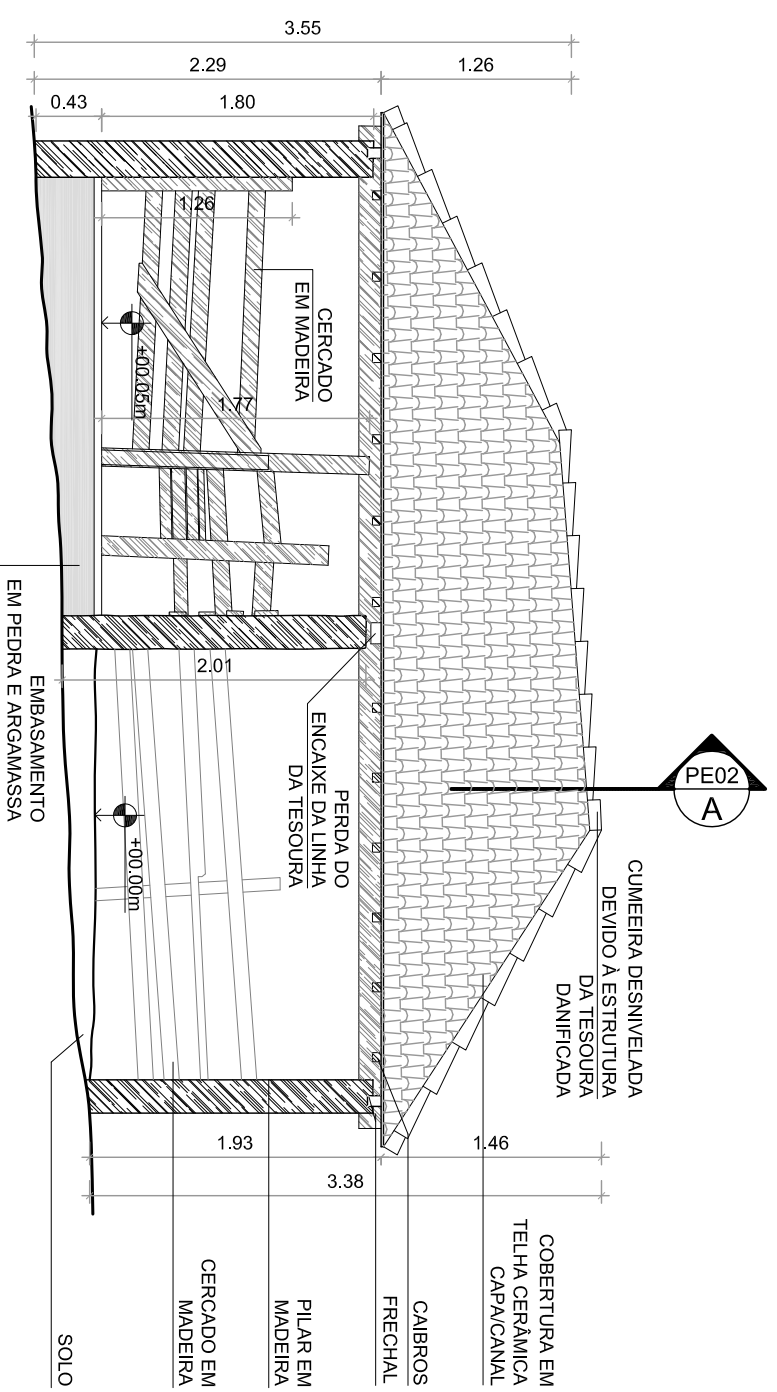
DATA
FEVEREIRO 2016

ESCALA
1/50

PRANCHA
01/04



1 ELEVÇÃO A
esc.: 1/50



2 ELEVÇÃO B
esc.: 1/50



EMPREENHIMENTO

EXECUTOR DO PROJETO

PROJETO

PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENHIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO

LEVANTAMENTO MÉTRICO EDIFICAÇÕES - ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS DA ÁREA DE INTERESSE CULTURAL 4

ASSUNTO

ELEVÇÕES A e B - COCHEIRA

ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL

FILPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

ARQUITETA DESENHISTA

VERÔNICA PIMENTEL

DATA

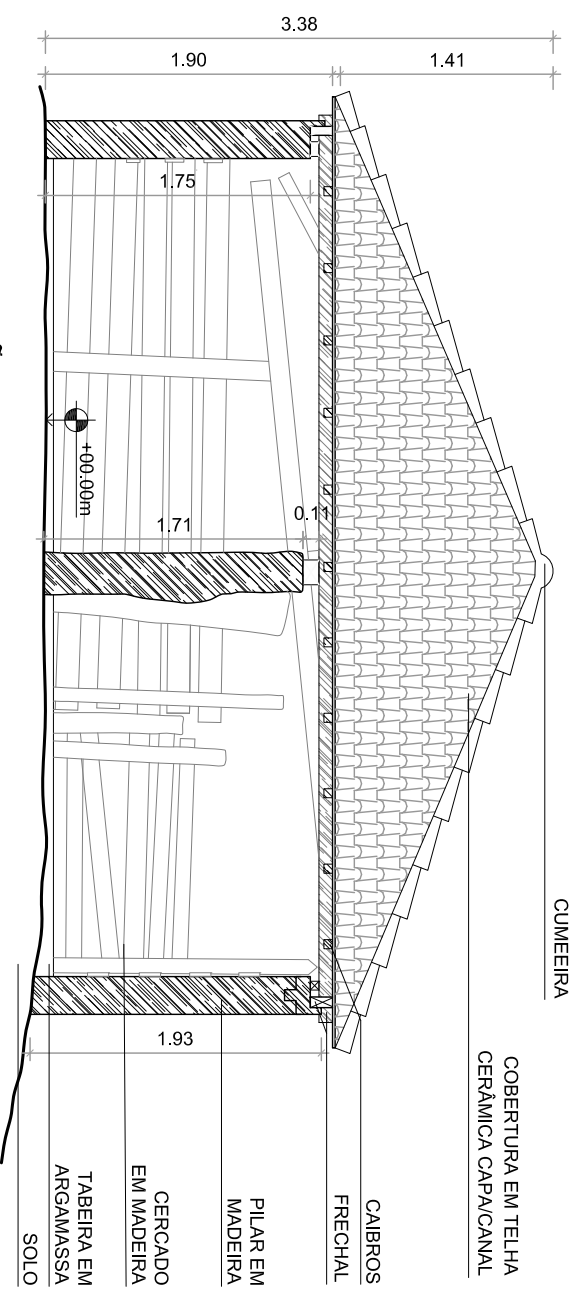
FEVEREIRO 2016

ESCALA

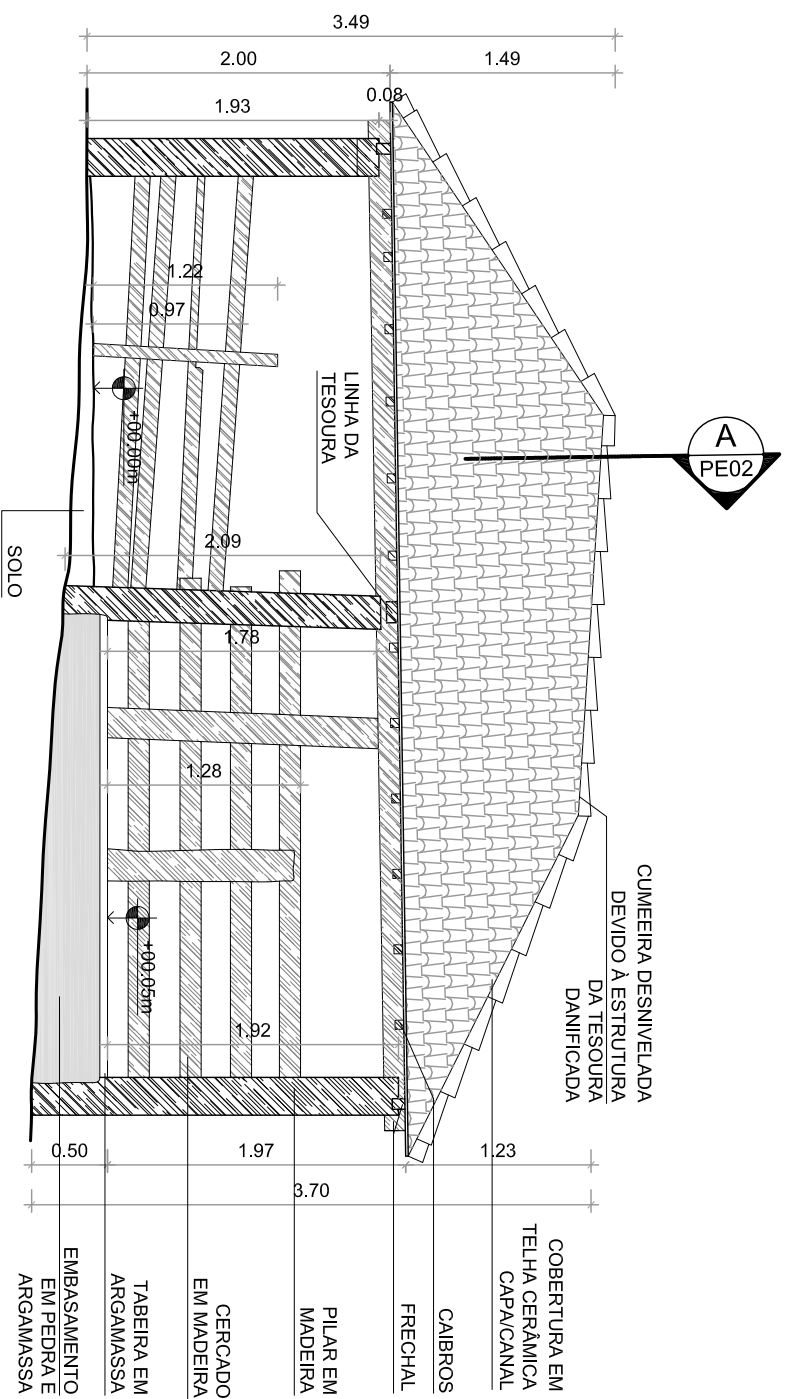
1/50

PRANCHA

03/04



1 ELEVACÃO C
esc.: 1/50



2 ELEVACÃO D
esc.: 1/50



EMPREENHIMENTO

EXECUTOR DO PROJETO

PROJETO

PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENHIMENTO UHE ITAOCARA I

TÍTULO

LEVANTAMENTO MÉTRICO EDIFICAÇÕES - ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS DA ÁREA DE INTERESSE CULTURAL 4

ASSUNTO

PLANTA BAIXA - COCHEIRA

ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL

FILIPE ANDRÉ DO NASCIMENTO COELHO

ARQUITETA DESENHISTA

VERÔNICA PIMENTEL

DATA

FEVEREIRO 2016

ESCALA

1/50

PRANCHA

04/04



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.35.4.7

Ofício n.145_2017 – CNA_DEPAM_IPHAN datado em 08_03_2017



IPHAN

INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
Departamento do Patrimônio
Material E Fiscalização
SEPS Quadra 713/913 - Bloco D - 3º Andar
Tel.: (061) 2024-6300 - Fax: (61) 2024-6380
CEP.: 70.340-135 - Asa Sul - Brasília - DF
<http://www.iphan.gov.br>

Ofício n.º 145/2017 - CNA/DEPAM/IPHAN

Brasília, 08 de março de 2017.

A Sua Senhoria a Senhora

Ligia Zaroni

Arqueóloga – Diretora da Arquetec Consultoria Ltda.
Avenida Olimpo Pereira 114, Porto Velho
São Gonçalo, Rio de Janeiro - CEP: 24.426-000

UHE ITAOCARA
DATA DE ENTRADA
05 / 09 / 17
28.

C/c

Ao

Consórcio UHE Itaocara

Rua Marechal Floriano Peixoto, 152 Jardim da Aldeia
CEP: 28570-000 Itaocara-RJ

IPHAN/PROTOC.SEDE
01450.006497/2017-91

28/3/2017



Assunto: análise do Relatório do Final do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I – Área do Canteiro de Obras, no RJ e MG. Processo CNA-IPHAN n.º: 01450.004711/2013-41, Protocolo IPHAN/SEDE n.º: 01450.001087/2017-53.

Prezada Senhora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, informo que, após a análise do Relatório do Final do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I – Área do Canteiro de Obras, este Centro manifestou-se pela sua aprovação. Anunciamos, contudo, que a anuência de LI para tal área (Canteiro de Obras) ocorrerá mediante:

- 1) Instalação de placas de sinalização no padrão IPHAN nos sítios Boa Vista I e Fazenda Angolinha, e;
- 2) Monitoramento do sítio Boa Vista II, durante a construção do dique.

2. Ressalta-se que a deliberação de LI para toda a área do empreendimento se fará mediante apresentação e aprovação das atividades concernentes ao projeto de resgate dos sítios elencados na Tabela 4.1 (fl. 597/vol. II) do Rel. de prospecção, quais sejam:

- a) **Resgate dos sítios:** Pedra Furada, Barra de Santa Luzia 1, Rezadeira 1, Rezadeira 2, Eugenio Zeca Santos, Boa Vista 4, Boa Vista 5, Boa Vista 6, Boa Vista 7, Santa Rosa 1, Santa Rosa 2, Santa Rosa 3, Santa Cândida, Sinhá, São Domingos, Cachoeira dos Patos 1, Cachoeira dos Patos 2, Retiro Feliz, Ilha do José Meirelles, Boa Esperança, Boa Vista 1, Boa Vista 3, Fazenda Angolinha, Campo Alegre 1, Campo Alegre 2, Campo Alegre 3, Barra de Santa Luzia 2, Barra de Santa Luzia 3, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Japona 1, Japona 2, Japona 4, Paraíba 2, Complexo Bom Fim, Boa Nova 1, Boa Nova 2, Vargem Alegre 1, Vargem Alegre 2, Valão do Sapo Complexo do Porto Marinho, Paraíba 1, Boa Vista 8, Murundu 1 – Sede, Murundu 3 – Moinho, Cachoeira Grande, Porto dos Santos 1, Porto dos Santos 2, Porto da Cruz.

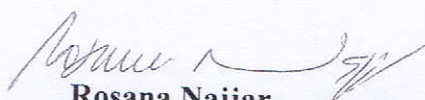
Ad

b) **Proteção e Sinalização:** Monjolo, Rezadeiro, Valão do Novato, Japona 3, Vargem Alegre 3, Vargem Grande, Santo Antônio.

c) **Registro no CNSA:** Santo Antão, Paraíba do Sul 3, Bom Fim, Murundu 2, Senzala, Complexo Palmital, Paraíba do Sul 1 e Paraíba do Sul 2.

3. Cumpre indicar que todos os sítios indicados no relatório de prospecção para os quais o resgate é sugerido devem ser resgatados observando-se os itens indicados no Ofício 54/2017 – CNA/IPHAN, encaminhado em anexo.

4. Sendo o que me cabia, despeço-me.
Atenciosamente,



Rosana Najjar

Diretora

Centro Nacional de Arqueologia

CNA/DEPAM/IPHAN

Mat.223118



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.35.4.8

Termo e Recebimento do Laboratório de Arqueologia Brasileiro datado em 03_02_2017



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2015.

Ilmo.Sr.
Dr. Ivo Barreto
6ª Superintendência Regional
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Av. Rio Branco, 46
Centro, Rio de Janeiro.

Ref: Guarda de material para o "Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial - Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I".

Senhor Superintendente,

Informo, através do presente, que o "Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial - Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I", sob coordenação do Arqueólogo Filipe André do Nascimento Coelho, conta com a guarda de material deste Laboratório. Por conseguinte, o material arqueológico por ele recuperado ficará sob a guarda desta Instituição.

Esclareço que, em função do presente, a coordenação compromete-se a citar o endosso institucional do Laboratório de Arqueologia Brasileira em todos os relatórios a serem produzidos. Ao final dos trabalhos a coordenação deverá encaminhar a esta Instituição os relatórios parciais e final circunstanciados, e o material acondicionado conforme aconselhamentos (estantes em aço 22, na quantidade necessária ao acondicionamento de todo o material; caixas em polipropileno com tampa (marfinita), na cor café, medindo de altura: 21,4cm; largura: 30cm e comprimento: 40cm; sacos plásticos tipo zip e etafon).

Atenciosamente,


Joanne do Carmo Coelho
Diretor Presidente

Laboratório de Arqueologia Brasileira
Rua Queimada, nº 05, Chácara Arcampo, Duque de Caxias,
Rio de Janeiro, Brasil, Cep. 25.251-050

CNPJ: 07.360.809/0001 - 73 - Inscrição Estadual Isenta - Fundada em 28/09/2003
E-mail: arqueolabbrasil@gmail.com - Tels: +55 21 26783153 / 32733725



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2017.

Ilma.Sra.
Dra. Mônica da Costa
6ª Superintendência Do IPHAN/RJ
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Av. Rio Branco, 46
Centro, Rio de Janeiro.

Ref: Recebimento de material "Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I área do canteiro de obras - Pirapetinga/MG / Santo Antônio de Pádua Aperibé / Itaocara e Cantagalo - RJ".

Senhora Superintendente,

Informo, através do presente, que recebemos o material arqueológico referente ao "Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I área do canteiro de obras - Pirapetinga/MG / Santo Antônio de Pádua / Aperibé / Itaocara e Cantagalo - RJ", sob coordenação do Arqueólogo **Filipe André do Nascimento Coelho**.

A coordenação encaminhou a esta Instituição os relatórios parciais e final circunstanciados, e o material acondicionado conforme aconselhamentos (estantes em aço 22, na quantidade necessária ao acondicionamento de todo o material; caixas em polipropileno com tampa (marfinita), na cor café, medindo de altura: 21,4cm; largura: 30cm e comprimento: 40cm; sacos plásticos tipo zip e etafon).

Atenciosamente,


Filipe André do Nascimento Coelho
Diretor Esp. de Arqueologia
Laboratório de Arqueologia Brasileira
Município de Cantagalo - RJ
Residente

Laboratório de Arqueologia Brasileira

Rua Queimadas, nº 05, Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias,
Rio de Janeiro, Brasil, Cep. 25.251-050

CNPJ: 07.360.809/0001 - 73 - Inscrição Estadual Isenta - Fundada em 28/09/2003
E-mail: arqueolabbrasil@gmail.com - Tels: +55 21 26783153 / 32733725



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.36.4.1

Relatório vistoria de pontos de captação de água canal direito ilha Serena



Relatório de Inspeção Pontos de captação de água - MD

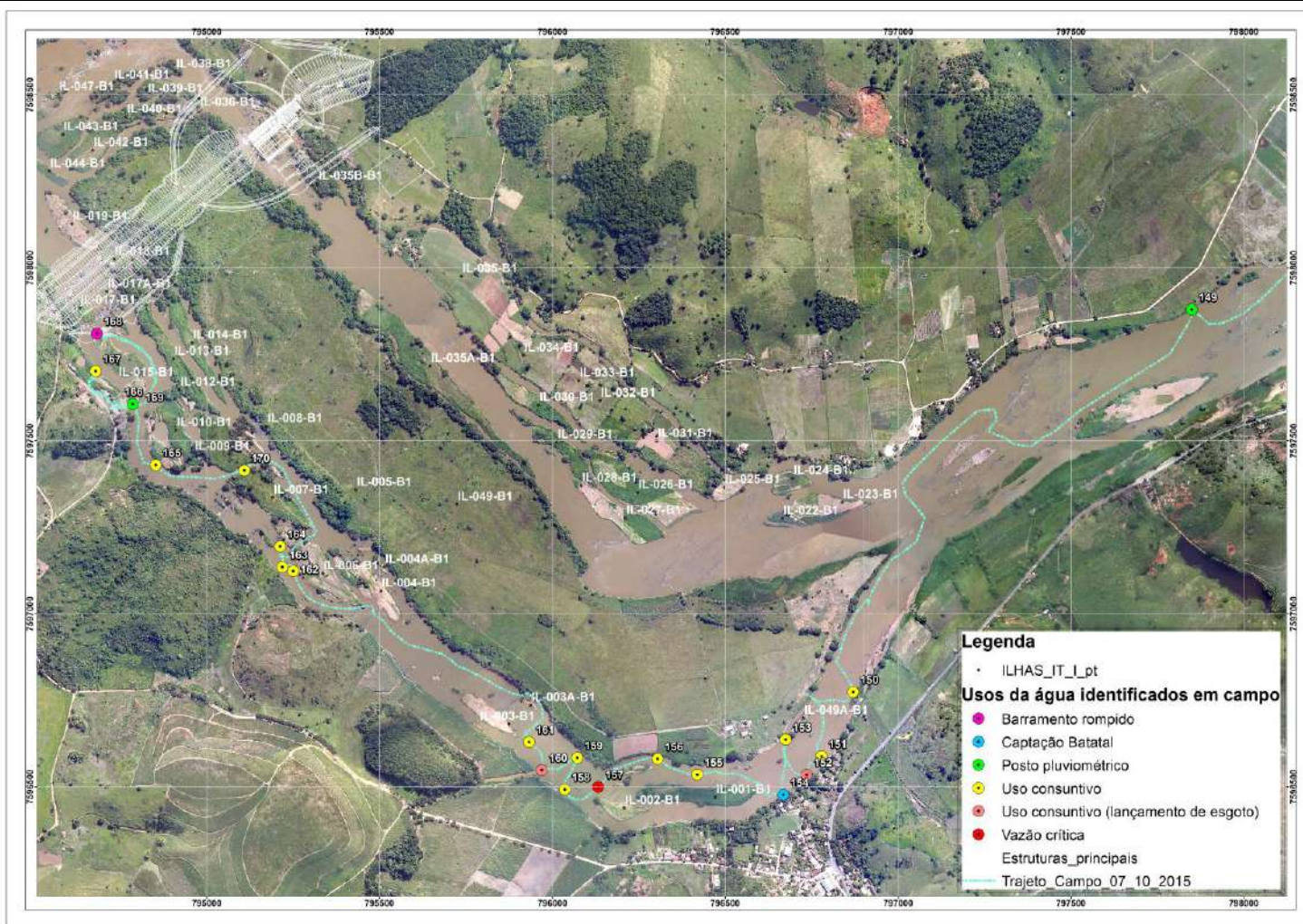
Elaboradores: Perboir Vieira e Antonio Netto

Assunto: Verificação de pontos de captação de água ao longo do trecho do Rio Paraíba do Sul (RPS), entre a ilha Serena (IL-049) e a margem direita (MD), até o local do eixo do barramento da UHE Itaocara I

Objetivo: O objetivo é a verificação de pontos de captação de água para uso consuntivo ao longo deste trecho entre a margem direita do rio Paraíba do Sul e a ilha Serena localizada no centro do curso de água. Este trecho do RPS será ensecado na segunda fase de construção do barramento.

Objetivo específico: Dar subsídio para o estudo de dimensionamento de vazão de água que terá que permanecer neste trecho, durante a segunda fase de construção do barramento, para não prejudicar o abastecimento de água da população residente no local e dos produtores rurais.

Resumo da vistoria: 16 pontos de uso consuntivo da água identificados, sendo que, 02 pontos de uso consuntivo são de lançamento de esgoto dos distritos de Batatal e outro de Laranjais, ambos distritos do município de Itaocara.






Mapa vistoria de campo 07/10/2015



Relatório de Inspeção Pontos de captação de água - MD




Elaboradores: Perboir Vieira e Antonio Netto

| Ponto | Descrição | Foto |
|-------|--|---|
| 149 | Posto pluviométrico roda d'água. Na vistoria realizada dia 07/10/2015 a régua apresentava 0,76 cm correspondendo ao nível de 59,15 metros. |  |
| 150 | Captação de água para uso doméstico e para agricultura |  |
| 151 | Captação de água para uso em agricultura | Sem foto |
| 152 | Ponto de lançamento de esgoto de Batatal |  |



Relatório de Inspeção Pontos de captação de água - MD




Elaboradores: Perboir Vieira e Antonio Netto

| | | |
|-----|---|---|
| 153 | Captação de água para uso doméstico e agricultura da ilha Serena (IL-049-B1) |  |
| 154 | Ponto de captação de água para abastecimento do distrito de Batatal. A entrada de água para a cisterna funciona por meio de um tubo interligando a manilha ao RPS por gravidade. Na ocasião verificou-se que o nível da cisterna estava com 77 cm de água. A redução da vazão deste trecho do RPS poderá vir a prejudicar a captação de água para o abastecimento do distrito de Batatal. |  |
| 155 | Captação de água para uso em agricultura (IL-001-B1) |  |
| 156 | Captação de água para uso em agricultura | Sem foto |



Relatório de Inspeção Pontos de captação de água - MD




Elaboradores: Perboir Vieira e Antonio Netto

| | | |
|-----|--|---|
| 157 | Local de vazão crítica |  |
| 158 | Captação de água para uso em agricultura (irrigação de canavial) |  |
| 159 | Captação de água para uso em agricultura (plantação de milho) |  |



Relatório de Inspeção Pontos de captação de água - MD




Elaboradores: Perboir Vieira e Antonio Netto

| | | |
|-----|--|---|
| 160 | Encontro do córrego do Negro com RPS. O esgoto de Laranjais é lançado neste afluente do RPS |  |
| 161 | Captação de água para uso em agricultura |  |
| 162 | Captação de água para uso em agricultura – lavoura de milho (IL-006-B1) |  |



Relatório de Inspeção Pontos de captação de água - MD




Elaboradores: Perboir Vieira e Antonio Netto

| | | |
|-----|--|---|
| 163 | Captação de água para uso em agricultura |  |
| 164 | Captação de água para uso em agricultura |  |
| 165 | Captação de água para uso em agricultura |  |



Relatório de Inspeção Pontos de captação de água - MD

Elaboradores: Perboir Vieira e Antonio Netto

| | | |
|-----|--|--|
| 166 | Posto pluviométrico Itaocara I MD montante. Na vistoria realizada dia 07/10/2015 a régua apresentava 5,54 metros correspondendo ao nível de 60,2 metros. |  |
| 167 | Captação de água para uso doméstico e agricultura da Fazenda Cachoeira (IT-001) |  |
| 168 | Local do barramento rompido da Fazenda Cachoeira (próximo ao local previsto para ensecadeira de jusante da segunda fase de construção do barramento da UHE Itaocara I). Devido ao baixo nível d'água a partir deste ponto é impossível a navegação |  |
| 170 | Captação de água para uso doméstico e agricultura (IL-007-B1) | Sem foto |

OBSERVAÇÕES: Foi consultado na UHE Ilha dos Pombos os dados de vazões correspondente ao dia 06/10/2015:

- 12:00 hs: 129 m³/s
- 18:00 hs: 131 m³/s



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.37.4.1

Cadastro prévio dos cemitérios de Porto Marinho e Santa Rosa

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|---|--------|---------|-------|
| Haroldo somente para seu controle | | | |
| De acordo com o livro de registro do cemiterio | | | |
| Paraiiba | | | |
| Porto Garanhão | | | |

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Maria Pinto Rosa

Sepultura ~~3904~~ 1567

Sexo feminino cor preta natural deste Estado seus pais residentes na Zona Rural deste distrito onde faleceu no dia 27 de março de 1971, morte natural sem assistência médica, era filha de Jacir Rosa e Ynezza Rosa foi declarante o pai com o teste humbo de duas pessoas idôneas foi sepultada no cemitério desta Vila Guia 1601

Maria Dias

Sepultura 3903 1568

Sexo feminino cor branca natural deste Estado nasceu e faleceu na residência de seus pais na Zona Rural deste distrito no dia 18 de março de 1971 era filha de Maria Bristina Dias, foi declarante Osvaldo Serapiao da Silva com o teste humbo de duas pessoas idôneas foi sepultada no cemitério de Porto Carimbo Guia 1931

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|---|--------|---------|----------|
| PERPETUA | | 1571 | |
| | | | PERPETUA |
| <p>Jair Silveira Sepultura 3907</p> <p>Sesco masculino cõr branca natural deste Estado residente em Paracambi casado filho de Norberto Silveira Junior e de Leonidia Correia Silveira, faleceu na Estrada Curai-Pinheiral N.º 3 causa morte Hemorragia endocraneana com fratura do crãneo em acidente de carro conforme atestado assinado pelo Sr. Wilson Del Rio Guzzo no dia 07 de Junho de 1971 com 52 anos e foi sepultado no cemitério desta Vila em 08-06-71</p> <p>Guia 8399</p> | | | |

x

Mãe Bon Amore 1572

Sepultura ~~3908~~ PERPETUA

Sesco feminino cõr branca doméstica natural deste Estado residia em Cantagalo a Rua Rodolfo Albino 59 idade ignorada, faleceu no dia 27 de Maio de 1971 era filha de Pedro Bon e de Josefina Antônia Tórega Bon, causa morte Acidente Vascular Cerebral atestado assinado pelo Sr. José Cavalcanti de Oliveira foi atelante - José

| DO | DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|----|--|--------|---------|-------|
| | da Silve residente em Campo Alegre foi sepultado no cemitério da Vila Guia 1604 foi declarante Isaias Benigno de Paula | | | |
| | x Maria Augusta Boriana Vieira Silva | | | |
| | Sepultura 3911 1570 | | | |
| | Sexo feminino cor preta dan- ca natural deste Estado resid- em Campo Alegre neste dist- faleceu no Hospital de Co- tagato no dia 27 de Junho 1971 com 26 anos, causa mortis eclampsia atesta- assinado pelo Dr. Bezer Robert Femelinger de Barbalho, ex- filha de Eumerélio Vieira de Silva e de Izaura Vieira fo- declarante Isaias Benigno de Paula foi sepultada no cemitério desta Vila Guia 1604 OBS. Gravides de Genezes | | | |
| | x x | | | |
| | x Maria Ferreira da Costa Boet | | | |
| | Sepultura 3912 1576 | | | |
| | Sexo feminino cor branca na- ral deste Estado residente nos | | | |

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Nati morto

Sepultura ~~3991~~ 1578

Sesco masculino cor preta natural deste Estado nasceu e faleceu na residência de seus pais neste distrito no dia 16 de julho de 1971 sem assistência médica era filho de Francisco Galvão de Lima e de Jovelina Funder de Siqueira Lima foi declarado o pai e foi sepultado no cemitério desta Vila

Guia 1607

~~xxxx~~
 Manoel Costa Feiceira

PERPETUA Sepultura ~~3995~~ PERPETUA

Sesco masculino cor branca casado natural deste Estado residente na Zona Rural deste distrito na propriedade rural faleceu em sua residência no dia 18 de julho de 1971 com 43 anos causa mortis Queimadura Aguda Hemorragia Externa Câncer no estômago conforme atestado assinado pelo Dr. Julio Marcos de Souza Barbalho, era filho de Manoel da Costa Feiceira e Jda Adelina Bustu Feiceira. declaração de Antonio de Paula

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|--|--------|---------|-----------|
| 1971 onde faleceu causa mortis ignorada, conforme declarações dos Srs. Flavio Faria e Aquiles Faria. Gulant e foi sepultada no cemitério de Fz. São João | | | |
| | | | Guia 3330 |

x x

Sebastião

Sepultura 3998 1581

Sexo masculino cor preta natural deste Estado seus pais residentes neste distrito, onde nasceu e faleceu no dia 01-12-71 sem assistência médica era filho de Maria da Cunha foi declarado Sebastião Cobreaga foi sepultado no cemitério desta Vila

Guia 1611

x x

Sebastião Bento de Oliveira

Sepultura 3999 1582

Sexo masculino cor branca filho natural deste Estado casado residente na Fazenda Bela Vista neste distrito onde faleceu no dia 07 de dezembro de 1971. Seu natural sem assistência médica era filho de Antonio Soares de Oliveira e de Alice Sabino

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Rodrigues e de Pita Maria de
 Barbosa causa mortis
 Insuficiencia Cardíaca
 conforme declaração do Dr.
 Ferreira Fardim e estado
 assinado pelo Dr. João N. Guzzo
 e foi sepultado no cemitério
 público desta Vila

(1.942)

Guia 1613

Adelaide Franches
 Sepultura 3904

Falecida em 15 de janeiro
 de 1972 com 97 anos natural
 deste Estado residente neste
 distrito ou de faleceu em
 filha de Carlos Eugênio Franch
 e Maria Olímpia Franches
 declarada de Antenor Robades
 Ferreira com 2 testemunhas
 foi sepultada no cemitério
 desta Vila

Guia 1614

Veronica Bastos Bitter ³⁹⁰⁵
 Sexo feminino cor branca
 natural deste Estado resi
 dente neste distrito ou de
 faleceu com 07 dias de
 nascida na casa de

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

de João Baptista da Bittencourt e Maria
Ferreira Bittencourt, morte, causa
natural, al. serv. assistência
médica, aos 78 anos, foi
declarante Sebastião Ferreira
Bittencourt e foi sepultado no
cemitério. (Guia 1646) E

x
Avelino José Barbosa

Depultra 3908

x
Sexo masculino, brasileiro, cor branca, ca-
solteiro, natural deste Estado,
lavador, com 62 62 anos residente
neste distrito, onde
faleceu em 21 de Março 1942
filho de José Barbosa da
Candor e Maria Eugênia
causa motivo natural, serv.
assistência médica, declaração
de 2.ª testemunhas, foi sepultado
em Porto Maimbo. (Guia - 1678)

x
Angelina Maria da Conceição

Depultra 3909

com 66 anos sexo feminino
cor parda natural deste Estado residente
neste distrito.

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|--|--------|---------|-------|
| <p>Maria Soares Sepultura, 3911 com 61 anos e doméstica solteira e de sexo feminino cor parda. nasceu em Vila Rica natural deste distrito faleceu nesta cidade no dia 30 de Abril de 1972 em sua residência na zona rural. Com era filha de Antônio Soares e Quitéria Mariana morte natural sem assistência médica declaração de Luiz Machado dos Santos foi sepultada no cemitério desta Vila</p> <p style="text-align: right;">Guia 162162</p> | | | |

Maria Pinto Rosa
Sepultura 3912

com 01 hora de idade sexo da pessoa
 feminina cor preta natural deste distrito
 onde faleceu morte natural sem assistência
 médica na cidade de Vila Rica no dia
 10 de Maio de 1972. filha de Jacir Rosa e
 Gylva Pinto Rosa foi sepultada no cemitério
 desta Vila declaração dos pais

Guia 162212

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

Eleiita da Silva Faria

Sepulturas 3915

com ~~35~~ 35 anos, sexo feminino
 de cor branca, solteira, doméstica, natural
 deste distrito, filha de Aristeu da Silva Faria e de
 Laura Honoria da Silva Faria
 Oude faleceu no dia 30 de Junho
 de 1972 causa mortis Presunção
 conforme atestado assinado
 pelo Dr. Álvaro Santos Pinheiro
 no Hospital de São João, foi
 sepultada no Porto Marinho
 declaração de Luícia da Silva
 Faria. Ynis 3419

x x

Olivia Oliveira

Sepultura 3916

com 63 anos, sexo feminino
 cor branca, doméstica, Residi-
 do com sua cunhada Alice
 Paulina da Costa goma por
 deste distrito onde faleceu
 morte natural com assis-
 tência médica, era filha
 de José Benedito de Oliveira
 e Ambrosina Amélia de
 Oliveira, foi sepultada em
 Porto Marinho 21-07-72
 Ynis 162

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Cecilia Feuchard de Cavallo
 foi sepultada no cemitério desta
 Vila declaração de Darci G. Ferreira
 Genia 4198

X
 Celestina Ana da Silva
 Sepultura 3919

falecida em 5 de setembro de 1977
 visco fêmea em cor branca domi-
 tica natural deste distrito era
 filha de Felismino Gonçalves
 da Silva e Maria Ana da Silva
 foi sepultada no cemitério desta
 Vila com 83 anos declaração
 de Janir Silveira
 Genia 1625

X
 Joaquim Marques Siqueira
 Sepultura 3920

faleceu no dia 10 de setembro
 de 1972 com 63 anos cor
 branca sexo masculino natu-
 do Espírito Santo residente neste
 distrito era filho de José Firme
 Siqueira e de Dalvina Maria de
 Genesias, no Hospital Antenor
 Castro em Cordeiro causa morte
 Acidente Vascular Encefálico
 conforme atestado assinado

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Luiza do Rigo, morte natural
sem assistencia médica foi
sepultada no cemitério desta Vila
declaração de Aleixo Santos
Guia 1626

x x

Armando Gonçalves dos Santos
Sepultura 2923

falecido em 17 de Outubro de 1972
larapador sexo masculino cor
branca natural deste distrito era
filho de Julio Gonçalves dos Santos
e Maria de Jesus dos Santos, morte
natural sem assistencia médica
foi sepultado no cemitério desta
Vila. Guia 1628

PERPETUA

x x x

Aminda de Souza Robadey
Sepultura 39

Osilda Teixeira da Silva
Sepultura 2924

faleceu no dia 23 de outubro
de 1972 com 69 anos de idade
sexo feminino cor branca
natural deste distrito era
filha de João Teixeira da Silva
e de Augusta Raquel da Silva
morte natural sem assistencia

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Francisco Cimentel

Sepulturas 3927

faleceu no dia 30 de outubro de 1972
com 78 anos sexo masculino
côr branca ao Hospital de Caratagala
causa mortis Distúrbia atestado
assinado pelo Dr José Cavalcante de
Oliveira foi sepultado no cemitério
desta Vila declaração de Oliveira
Ladislau Cunha

Folha 4212

Francisco Eugênio Bon

Sepulturas 3928

faleceu no dia 28 de dezembro
de 1972 com 72 anos sexo
masculino cor branca laçada
filho de Pedro Bon e Jorgina
Agnipina da Nobrega Bon, causa
mortis Acidente vascular
cerebral atestado assinado
pelo Dr João N. Guzzo do
Hospital de Caratagala foi
sepultado no cemitério desta
Vila

Folha 4230

PERPETUA

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Antonio Faustino de Barros
Sepulturas 3931

faleceu no dia 12 de abril 1973
com 54 anos lavrador pescador
masculino cor branca natural
deste distrito, era filho de
Marcelino Faustino de Barros
e Emilia Ortega de Barros
causa morte Asfísica por
enfocamento atestado assi-
nado por Dr. João C. Guizzo e fo-
sepultado no cemitério deste
Vila declaração de Helio
Foulat de Souza Epina 1973

X X
X Y

Olimpio Chediuko Baiun
Sepulturas 3932

faleceu no dia 22 de abril
de 1973 com 77 anos con-
jugado pescador masculino
cor branca natural deste
distrito casado, filho de
Antonio Chediuko Baiun
marf. foi declarado a ca-
morte no atestado assinado
pelos Drs. Abelardo Rodrigues
Testes e nome e do filho

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Neusa Flávia de Fátima
Sepultura 3935

faleceu no dia 29 de junho de 1973
com 1 ano e 6 meses sexo feminino
côr preta filha de Edmundo Pinto
da Rocha e de Lourdes da Silva
Rocha residentes neste distrito,
morte natural sem assistência
médica foi sepultada no cemi-
tério desta Vila. declaração
de Juarez da Bonificação Pau-
guia 1634

x x

Romildo Alves de Paula
Sepultura 3936

faleceu no dia 26 de julho
de 1973 com 5 dias natural
deste distrito sexo masculino
côr preta filho de Sebastião
Gencalves de Paula e de
Paulinea Alves de Paula
morte natural sem
assistência médica declara-
ção do pai foi sepultado
no cemitério desta Vila
Guia 1635

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Dona Crianna
 Sepultura 3939

faleceu no dia 03 de agosto 1973
 com 9 meses uterina cesso ma
 culino cor preta natural deste
 distrito, morte natural sem
 assistência médica, era filha
 de Olíbio Jacinto dos Santos e
 Anélia dos Santos foi sepultada
 no cemitério desta Vila, declarada
 Belémis de Azevedo Ben
 Guis 1636

x x x
Clara Emília Gomes
 Sepultura 3940

cesso feminino cor branca
 natural deste distrito nasceu
 e faleceu no dia 22 de setembro
 de 1973 na residência de
 Onofre Gomes zona rural, morte
 natural sem assistência mé-
 dica era filha de Lea Guilhera
 no Gomes foi sepultada no
 cemitério deste declarada de
 Onofre Gomes
 Guis 1637

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Gaullino José Pereira

Sepultura 3943

faleceu no dia 6 de dezembro 1973
 em Boa Sorte sexo masculino
 cor branca natural deste Estado
 Aposentado no Hospital de Cantá-
 gala causa mortis Infarto
 do Miocárdio atestado assinado
 pelo Dr. José Cavalcante do Arui-
 ra filho de Manoel José Pereira
 e Maria Joquima de Oliveira
 foi sepultado no cemitério de
 Vila Velha declarando Jair Pereira
 Guis 4348

(1974) X X X

Sebastião Augusto da Conceição

Sepultura 3944

faleceu com 79 anos no dia
 20 de janeiro 1974 em sua
 residência na Zona Rural
 morte natural sem assis-
 tência médica filho de
 Colônia Maria da Conceição
 sexo masculino cor preta
 foi sepultado no cemitério
 desta Vila
 Guis 1640

DATA

DEBITO

CREDITO

SALD

Gilma Nobrega da Louceira

Sepultura 3947

faleceu em 6 de abril 1974 com 1 ano sepultada nesta Vila

Gris 1642

Alexandre José Maria

Sepultura 3948

faleceu em 19 de abril 1974 com 07 meses masculino

cis pardo foi sepultado em Vila Gris 1644

Rati Maria

Sepultura 3949

faleceu em 17 de abril 1974 pessoa feminina cis preta

foi sepultada no cemiterio desta Vila Gris 1642

Leopoldo Antônio Flaubino

Sep. 3950

faleceu no dia 31 de maio 1974 com 72 anos sexo masculino

cis preta foi sepultado em Posto Flaubino

Gris 2350

DATA

DEBITO

CREDITO

SALD

Alcy dos Santos

Sep. 3955

faleceu em 2 de julho de 1974
com 56 anos sexo masculino
côr parda - foi sepultado neste
Vila

Guia 1647

Cyro do Anajo

Sep. 3956

faleceu em 4 de julho de 1974
com 67 anos, cor branca, sexo
masculino foi sepultado na
Vila

Guia 1648

x
Joselina Gonçalves dos Santos

Sep. 3957

faleceu no dia 19 de julho 1974
com 75 anos cor branca, sexo
feminino foi sepultada neste
Vila

Guia 4414

x
Alcides Leite Robadey

Perpetua 3958

faleceu no dia 10 de agosto 1974
com 62 anos, cor branca, sexo masculino
foi sepultado neste Vila

Guia 4472

PERPETUA

191

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Nati morto
Sep 3963

faleceu no dia 21 de outubro 1971
com 7 meses uterino sexo
masculino cor preta foi sepul-
tado em Vila

Guia 1655

x x

Nati morto
Sep. 3964

faleceu no dia 23 de setembro 1971
com 9 meses sexo feminino
cor parda foi sepultado em Vila

Guia 1652

x

Dauriano Berti

Sep. 3965

faleceu em 17 de agosto
com 62 anos sexo mascu-
lino cor branca foi sepultado em
Vila

Guia 1651

João Pereira da Silva
Sep. 3965

faleceu em 28 julho 1971
com 96 anos sexo mascu-
lino cor preta foi sepultado em
Vila

Guia 1650

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

PERPETUA

José Gregorio de Medeiros

Sep. 3971

faleceu em 7 de maio 1975
com 70 anos cor branca
sexo masculino foi sepultado
nesta Vila

Guia 4510

x

Aramando Gurty

Sep. 3972

faleceu 19 de junho de 1975 com
anos cor branca sexo masculino
foi sepultado nesta Vila

Guia 398

x

Amar Gurty Funchara

Sep. 3973

faleceu em 23 de julho 1975
cor branca sexo masculino
foi sepultado nesta
Vila

Guia 454

x

Fernando Cabral da Silva

Fernando Cabral da Silva Sep. 3974

faleceu no dia 23 de julho
1975 com 27 ~~anos~~ dias sexo
masculino cor preta, foi
sepultado no cemitério desta
Vila

Guia 454

250.00

195

↑

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|--------|---------|-------|
|------|--------|---------|-------|

(1976)

Abcendino Pinto

Sep. 3979

faleceu em 31 de maio de 1976 com 68 anos cor parca sexo masculino foi sepultado nesta Vila Guia 05

X
Francis Sanchez Garcia

Sep 3980

Sexo masculino cor branca faleceu no dia 28 de maio de 1976 com 42 anos foi sepultado nesta Vila Guia 1035

X
Roacy Borges

Sep 3981

em 29 de maio 1976 faleceu foi sepultado no cemiterio desta Vila 31 anos Guia 451

X
João Rodrigues

Sep. 3982

sexo masculino cor branca em 01 Junho 1975 foi sepultado no cemiterio de Porto Varim 55 anos Guia 3803

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Adriano Vieira Pereira
Sep. 3987

faleceu no dia 9 de outubro de 1975
masculino cor parda 08 dias foi
sepultado nesta Vila
Guia 1663

Ercilia Pereira Araujo Sep.
faleceu no dia 04 de dezembro 1975
sexo feminino cor branca foi
sepultado nesta Vila
Sep. 3988 Guia 4585

Ignês Rosa Lopes
Sep. 3989

sexo feminino cor branca com
80 anos faleceu no dia 17 de
dezembro de 1975 foi sepultado
nesta Vila Guia 1667

Rilca de Paula Boellis
Sep. 3990

faleceu em 16 de janeiro de 1977
com 48 anos cor branca
sexo feminino foi sepultado
em Porto Marinho
Guia 003

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

Flavio Rina Ferreira

Sep. 3995

faleceu no dia 26 de julho 1976 com 09
dias de nascido cor branca sexo
masculino foi sepultado nesta Vila
Quin. 07

X
Amaral Hilário

Sep. 3996

faleceu no dia 3 de julho de 1976 com
40 anos cor preta sexo masculino
foi sepultado nesta Vila
Quin. 49

X
Geraldo Regino Moraes

Sep. 3997

PERPETUA

sexo masculino cor parda com
16 anos faleceu no dia 25 de
julho 1976 foi sepultado nesta
Vila

Quin. 08

X
José Paulino Luiz do Nascimento

Sep. 3998

faleceu no dia 28 de julho de 1976
com 79 anos cor preta sexo
masculino foi sepultado no
cemiterio desta Vila

Quin. 55

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

José Valdir Rainos
Sep. 4003

em 30 de outubro de 1976 faleceu com
46 anos casado masculino com preta
foi sepultado nesta Vila
Quis 14

Diadir Vieira
Sep 4004

faleceu no dia 2 de novembro 1976
com 75 anos com preta casado
masculino foi sepultado nesta
Vila

Quis 88

Alice Eliza Rosemary Banto
Sep 4005

faleceu no dia 04-12-76 com
86 anos com branca casada feminino
foi sepultada no cemitério des
Vila

Quis 07

Maria Eugênia Peal
Sep 4006

com 77 anos faleceu no dia
18 de dezembro 1976 com branca
casada feminina foi sepultada
nesta Vila

Quis 05

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Maria Rosa da Silva
 Sep. 4010

côr preta sexo feminino doméstica
 com 56 anos faleceu no dia 07 de
 março de 1977 foi sepultada nesta
 Vila

Guia 136

x
 Manoel Simões Rodrigues
 Sep 4011

côr branca sexo masculino com
 09 dias de nascida faleceu no dia
 04 de abril de 1977 foi sepultado
 nesta Vila

Guia 22

x
 Benjamine Ferreira Torontes
 Sep 4012

PERPÉtua
 sexo masculino côr preto viúvo
 com 44 anos funcionário público
 casado faleceu no dia 10 de
 julho de 1977 foi sepultado
 nesta Vila

Guia 1312

x

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

foi sepultado nesta Vila
Guia 206

* Bernimio Evangelista de Abreu
Sep 4087

côz branca, pescu masculino com
83 anos faleceu no dia 9 de setembro
de 1977 foi sepultado em Porto
Marinho Guia 84

* Maria Pereira dos Santos
Sep 4018

côz branca, pescu feminino com
2 horas de nascida faleceu no
dia 26 de novembro de 1977 em
Porto Marinho

Guia 22

* Elizeia Berty Funchard
Perpetua Sep 4018 < 40197

pescu feminino com branca
PERPETUA com 79 anos faleceu no dia 19
de dezembro de 1977 foi se-
pultada nesta Vila
Guia 166

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

faleceu no dia 16 de fevereiro de 1978
foi sepultada nesta Vila
Grav 26

^x
Adir Venchard Silveira

(TUMULO)

Sep. 4094

côr branca cesco femininas com 7
anos faleceu no dia 4 de março
de 1978 foi sepultada nesta Vila
Grav 1806

^x
Ranuel Rodrigues

Sep 4095

com 84 anos faleceu no dia
19 de março de 1978 côr branca
cesco masculino foi sepultado
em Porto Velho
Grav 511

^x
Laria José Arango Costa

Sep 4096

(COVA BASA)

com 49 anos faleceu no dia
9 de março de 1978 de côr
branca cesco femininas e
foi sepultada em Paraitinga
Grav 27

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-----------|--------|---------|--|
| | | | fori sepultado nesta Vila Guia 29 |
| | | | X Cati - morto |
| DVA RASA) | | | Sep. 4031 Sesca masculino com pretos nasceu e faleceu no dia 14 de junho 1978 Guia 02 |
| | | | X Dacilda Bard Gonçalves |
| MULO) | | | Sep. 4032 Sesca feminino viúva com branca com 70 anos faleceu no dia 17 de junho de 1978 foi sepultada nesta Vila Guia 247 |
| | | | X Maria Eugenia Ferehard Fardio Perpetua |
| MULO) | | | Sesca feminino com branca casada com 72 anos faleceu no dia 03 de junho de 1973 foi sepultada nesta Vila Guia 21280 |
| | | | 0135. foi registrada por de ordem por falta de documentos a guia foi entregue em 28-7-78 |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-----------|--|---------|-------|
| | <p>Maria Narciza Sepultura Nº 4.039 Com 80 anos, faleceu no dia 29 de Novembro de 1978, de cor branca de sexo feminino, foi sepultada no cemiterio de Paraiiba (Guia Nº 29)</p> | | |
| UMULO) | <p>Maria das Dores Ferreira Sepultura Nº 4.040 Com 83 anos, faleceu no dia 01 de Dezembro de 1978, de cor Branca, de sexo feminino, foi sepultada no Cemiterio de Paraiiba (Guia Nº 300)</p> | | |
| | <p>Francine Heleno Viturino Sepultura Nº 4.041</p> | | |
| OUA RASA) | <p>Com 40 dias, faleceu no dia 27 de Dezembro de 1978, de cor parda, de sexo feminino, foi sepultada no Cemiterio de São da Marinha (Guia Nº 32)</p> | | |
| | <p>Oséias Feudard Silveira (1.979) Sepultura Nº 4.042</p> | | |
| OUA RASA) | <p>Com 38 anos, faleceu no dia 08 de Janeiro de 1979, de cor Branca, de sexo masculino, foi sepultado no cemiterio de Paraiiba (Guia Nº 385)</p> | | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|--------|---------|-------|
|------|--------|---------|-------|

(MÚMULO)
 (LAPETUA)

Albino Euzébio Alindelen
 Sepultura Nº 4.043
 Com 67 anos, faleceu no dia 14 de Janeiro
 de 1979, de cor branca, de sexo ~~masculino~~
 masculino, foi sepultado no Cemitério
 de Paraíba (Guia Nº 309)

(OVA RASA)

Maria Presier Bonifácio
 Sepultura Nº 4.044
 Com 55 anos, faleceu no dia 23 de Janeiro
 de 1979, de cor branca, de sexo feminino,
 foi sepultada no cemitério de Paraíba
 (Guia Nº 33)

(OVA RASA)

Ary Pimentel
 (Sepultura Nº 4.045)
 Com 54 anos, faleceu no dia 16 de
 Julho de 1979, de cor branca, de sexo masculino,
 foi sepultado no cemitério de Paraíba.
 (Guia Nº 377)

(OVA RASA)

Otívia de Oliveira
 (Sepultura Nº 4.046)
 Com 62 anos, faleceu no dia 27 de
 Agosto de 1979, de cor preta, de sexo femi-
 nino, foi sepultado no cemitério de Paraíba.
 (Guia Nº 34)

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Bepi Souza Rocha
(Sepultura nº 4.050)

Com 16 anos de idade, faleceu no dia 02 de outubro de 1979, de cor branca, de sexo feminino, foi sepultada no Cemitério de Paraíba.

(Guia nº 3.047)

ANA ROSA
(Sepultura nº 4.051)

Com 73 anos de idade, faleceu no dia 27 de Outubro de 1979, de cor parda, de sexo feminino, foi sepultada no Cemitério de Porto do Marinho.

(Guia nº 35)

Elizabeth Barvalhao Guimarães
(Sepultura nº 4.052)

Com 55 anos, faleceu no dia 17 de Novembro de 1979, de cor branca, de sexo feminino, foi sepultada no Cemitério de Paraíba.

(Guia nº 344)

Edina Feuchard Dam
(Sepultura nº 4.053)

Com 78 anos, faleceu no dia 12 de Dezembro de 1979, de cor branca, de sexo feminino, foi sepultada no Cemitério de Paraíba

Guia 22.203

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Bomiero de Andrade
(Sep. Nº 4.058)

Com 77 anos, faleceu no dia 13 de Janeiro de 1980, de sexo masculino, foi sepultado no Cemitério de São João do Maximino.
(Guia Nº 423)

Edo Exim Bard.
(Sep. Nº 4.059)

Com 17 anos faleceu no dia 22 de Janeiro de 1980, de sexo masculino, foi sepultado no cemitério de Paragua.
(Guia Nº 425)

Maria Rosa Ribeiro
(Sep. Nº 4.060)

Com 2 horas de idade, faleceu no dia 23 de Janeiro de 1980, de sexo feminino, foi sepultada no cemitério de Paragua.
(Guia Nº 36)

Amélia Boello da Silva
(Sep. Nº 4.061)

Com 59 anos, faleceu no dia 18 de Fevereiro de 1980, de sexo feminino, foi sepultada no cemitério de São João do Maximino.
(Guia Nº 37)

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Mamoel F. dos Santos
(Sep. nº 4.066)

Com 68 anos, faleceu no dia 04 de maio de 1980, foi sepultado no cemitério de S.S. do Paraíba.
(Guia nº 39)

Maria Rosa
(Sep. nº 4.067)

Com 83 anos, faleceu no dia 23 de maio de 1980, foi sepultada no cemitério de S.S. do Paraíba.
(Guia nº 464)

Leomídio G. dos Santos
(Sep. nº 4.068)

Com 85 anos, faleceu no dia 16 de junho de 1980, foi sepultado no cemitério de S.S. do Paraíba.
(Guia nº 475)

Nati morto
(Sep. nº 4.069)

Faleceu no dia 29 de junho de 1980, foi sepultada no cemitério de S.S. do Paraíba.

Gipsara da Silva Siqueira
(Sep. nº 4.070)

Com 08 meses de idade, faleceu no dia 23 de agosto de 1980, foi sepultada no cemitério de S.S. do Paraíba.

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Reacir de Pruijo Bastos
(Sep. nº 4074)

Cora Para

Com 46 anos, faleceu no dia 23 de Dezembro de 1980, cor branca, sexo masculino solteiro, funcionário municipal foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba (Guia nº 533)

Odier Feuchard Silveira
(Sep. nº 4075)

Cora Para

com 36 anos, faleceu no dia 05 de Janeiro de 1981, cor branca sexo masculino, solteiro, motorista; foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba (Guia nº 28.802)

| DEBITO | CREDITO | SALDO |
|--------|---------|-------|
|--------|---------|-------|

Cora Rasa

Maciel dos Santos
1 Sep Nº 4079

Com 4 meses, faleceu no dia 13 de Março de 1981, cor preto masculino, foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba (Guia nº 560)

— X — X — X —

Henrique Lougão Molin
Sep Nº 4080

Perpetuado

Sumulo

Com 73 anos, faleceu no dia 1º de Abril de 1981, cor branca sexo masculino, viúvo, foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba
Guia Nº 571

— X — X — X

Nati Morto
Sep. 4081

Sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba no dia 30 de Maio de 1981, sexo feminino cor Branca, Guia Nº 05

1954

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|--|-----------|-------|
| 03-8 | Elza Borges de Oliveira cova rasa n° 116 Poço Preto | COVA RASA | |
| 07-8 | Edilino da Louceira cor preta com 13 dias de nascido sepultura 966 rasa Paraiiba | COVA RASA | |
| 10-8 | COVA RASA Sepultura 967 com 2 meses a menina Maria Alice da Louceira Martins Paraiiba | | |
| 13-8 | Sepultada em tumulo 968 Marlene dos Santos Silva com 19 anos Paraiiba | COVA RASA | |
| 30-8 | Sepultura n° 969 com 39 anos cor branca Marcilia da Cunha Vitorino Paraiiba | COVA RASA | |
| 07-9 | Sepultura n° 970 com 49 anos cor branca Catarina Fabriciano Paraiiba | COVA RASA | |
| 28-9 | Sepultura n° 971 com 3 dias de idade de cor preta a menina Maria da Louceira Paraiiba | COVA RASA | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|----------|-------|
| 12-9 | Sepultura n: 972 com 28 dias de idade o menino Benício Muiet | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |
| 12-9 | Sepultura n: 973 com 28 dias de idade Benildo Muiet | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |
| 28-10 | Sepultura 974 com meses de idade a menina Vanercia de Souza Assis | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |
| 31-10 | Carneira 975 com 57 anos de cor branca Aracy Oliveira Robadey | Paraiíba | |
| | CARNEIRA | | |
| 05-11 | Carneira 976 com 15 anos de cor branca Juacy G. dos Santos | Paraiíba | |
| | CARNEIRA | | |
| 12-11 | Sepultura 977 com 69 anos de cor preta Martiniano Leite Paça | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |
| 15-11 | Sepultura 978 com 12 anos de cor preta Lucina Viira de Carvalho | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|--|----------|-------|
| 02-3 | Sepultura 985 com 4 dias de cor Branca Maria de Cunha da Costa Almeida COVA RASA | Parariba | |
| 06-3 | Sepultura 986 com 4 dias Bey Nobrega Rau COVA RASA | Parariba | |
| 02-4 | Sepultura 987 com 8 meses cor preta Luiz Carlos de Carvalho COVA RASA | Parariba | |
| 21-4 | Sepultura 988 com 1 dia Sem nome COVA RASA | Parariba | |
| 21-4 | Sepultura 989 com 1 mês cor parda Francisco Damiana dos Santos COVA RASA | Parariba | |
| 07-4 | Sepultura 987 com 13 dias de cor parda Julia Ramos Goto Flauiano | | |
| 02-6 | Sepultura 990 com 6 meses cor branca Juçára Gouttes Cardoso COVA RASA | Parariba | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|---------------|-------|
| 23/7 | Sepultura 997 com 44 anos de cor branca Manuel de Souza COVA RASA | Paraitiba | |
| 31/8 | Sepultura 998 com 35 anos cor branca Delia Silveira Carneira COVA RASA | Paraitiba | |
| 24/9 | Sepultura 999 com 5 dias de cor preta Maria de Oliveira Silva COVA RASA | Paraitiba | |
| 26/9 | Sepultura 119 com 3 meses de cor branca Ely Faria COVA RASA | Porto Marinho | |
| 28/9 | Sepultura 120 com 20 anos cor parda Jovelino Carneiro COVA RASA | Porto Marinho | |
| 24/9 | Sepultura 121 com 8 meses de idade Gualdo Pedicchio COVA RASA | Porto Marinho | |
| 18/11 | Carreira 1001 com 4 meses de cor branca Maria Freitas CARNEIRA | Paraitiba | |

1956

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|----------|-------|
| 14/01 | Sepultura 1008 com 56 anos de cô Oswaldo Greff COVA RASA | Paraiíba | |
| 14/01 | Sepultura 1009 com 61 anos de cô parda Gregório da Silva COVA RASA | Paraiíba | |
| 21/01 | Sepultura 1010 com 67 anos de cô Parda Euclides Maria Verônica COVA RASA | Paraiíba | |
| 22/01 | Sepultura 1011 com 110 anos de cô preta Rufina Maria da Conceição COVA RASA | Paraiíba | |
| 04/02 | Sepultura 1012 com 3 horas do nascido de cô preta Manoel Dutil COVA RASA | Paraiíba | |
| 07/2 | Sepultura 1013 com 18 meses de cô preta Maria de Lurdes Lima COVA RASA | Paraiíba | |
| 14/2 | Sepultura 1014 com 16 meses de cô preta Francisco de Assis Vicente COVA RASA | Paraiíba | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|----------|-------|
| 18/5 | Sepultura 1022 com 70 anos de cô pada Francisca Candida Fingues COVA RASA | Caraiiba | |
| 19/5 | Sepultura 1023 com 3 anos cô fute Paulo Braga Coito COVA RASA | Caraiiba | |
| 25/5 | Sepultura 1024 com 2 horas sem Matinete COVA RASA | Caraiiba | |
| 25/5 | Sepultura 1025 com 14 dias de cô pada Antônio Jorge Soares COVA RASA | Caraiiba | |
| 25/5 | ¹⁰²⁶ Sepultura 1026 com 82 anos de cô Branca Ernesta Souza L. COVA RASA | Caraiiba | |
| 01/06 | ¹⁰²⁷ Sepultura 1027 com 71 anos de cô Branca Emilia A. Curtly COVA RASA | Caraiiba | |
| 03/07 | ¹⁰²⁸ Sepultura 1028 com 23 anos de cô Branca Madalena da Silva COVA RASA | Caraiiba | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|---------|-------|
| 07/8 | Sepultura 1235 com 1 dia de cor branca Manoel Abreu COVA RASA | Paraité | |
| 11/8 | Sepultura 1236 com 5 dias de cor branca José Abreu COVA RASA | Paraité | |
| 15/8 | Sepultura 1237 com 11 anos de cor preta Dirlei da Silva Hilário COVA RASA | Paraité | |
| 17/8 | Sepultura 1238 com 85 anos de cor branca Amândia Rosa Araújo COVA RASA | Paraité | |
| 28/8 | Tombo Perpetuo 1239 com 49 anos de cor branca Alcides Gonçalves dos Santos PERPETUA | Paraité | |
| 29/8 | Sepultura 1240 com 22 anos de cor branca Demerval de Almeida COVA RASA | Paraité | |
| 06/11 | Sepultura 1241 com 46 anos de cor parda Antônio Ferraz de Medeiros COVA RASA | Paraité | |

1957

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|--|---------------------------|---------------|
| | Sepultura 121 | Maria Pinto de Souza | Fort. Velinho |
| | COVA RASA | | |
| 12/02 | Sepultura 1249 com 3 anos de cor preta | Sirlene do Nascimento | Parariba |
| | COVA RASA | | |
| | COVA RASA | | |
| 18/2 | Sepultura 1250 com 11 meses de cor preta | Aleuice Lima Leandro | Parariba |
| | COVA RASA | | |
| 18/2 | COVA RASA 1251 com 7 dias de cor branca | Maria Angela Cardoso | Parariba |
| 20/2 | COVA RASA 1252 com 21 anos de cor parda | José de Oliveira | Parariba |
| 10/3 | COVA RASA 1253 com 85 anos de cor preta | Emteia Maria da Conceição | Parariba |
| 16/3 | COVA RASA 1254 com 80 anos de cor parda | Wassuithou Pereira | Parariba |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|--|-------|
| 06/06 | COVA RASA 1259 Pereira | Fereza de Fátima Paraiiba | |
| 13/07 | COVA RASA 1260 panda Maria da Glória | com 8 anos de cor flamim Paraiiba | |
| 14/07 | COVA RASA 1263 Vale | Antônio Malheiros do Porto Paraiiba | |
| 28/07 | COVA RASA 1261 Certy | Honorio da Rosa Paraiiba | |
| 29/8 | COVA RASA 1262 | Maria dos Santos Paraiiba | |
| 23/8 | COVA RASA 1263 | Maria Soares Paraiiba | |
| 25/8 | COVA RASA 1264 Robadey | Dinley da Silva Paraiiba | |
| 30/8 | COVA RASA 1265 branca Maria | com 1 dia de cor da Silva Costa Paraiiba | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|-----------------|---|-------|
| 02/12 | COVA RASA 126 | José Saturnino Costa côr branca com 80 anos Porto Lamho | |
| 18/12 | COVA RASA 1274 | Manoel Nobrega Bon côr branca Caraiibe | |
| 19/12 | COVA RASA 1275 | Mario Peandro Gonçalves côr preta 7 anos Caraiibe | |
| 02/01 | COVA RASA 1276 | 1958 Flauvel da Silva Fenehard com 1 dia de côr branca Caraiibe | |
| 22/01 | COVA RASA 01277 | Aleays José de Araujo côr branca com 1 dia Caraiibe | |
| 26/01 | COVA RASA 1278 | Dilson da Silva Mattos côr preta com 41 anos | |
| 31/01 | COVA RASA 127 | Benedito José Rodrigues côr branca com 42 anos Porto Marinho | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|----------------|--|-------|
| 05/04 | COVA RASA 1285 | Mati shorts, Caraiiba | |
| 30/04 | COVA RASA 1286 | Flavia Souza da Rocha com 5 dias cor preta | |
| 20/05 | COVA RASA 129 | Bonifacio de Souza Ramos de cor branca com 80. anos Porto Harinho | |
| 03/06 | CARNEIRA 1287 | Buiza Vaudida da Cobreira Bon de cor branca Caraiiba | |
| 04/06 | COVA RASA 130 | Facos Antonio com 3 anos de cor branca Porto Harinho | |
| 24/07 | COVA RASA 1288 | Yenicy Gomes com 2 meses cor parda Caraiiba | |
| 10/08 | CARNEIRA 1289 | João Vaneio Guimã pães de cor branca Caraiiba | |

PETUA

1958

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|----------|----------------|------------------------|--|
| 10/01 | COVA RASA 1296 | Augusto Resier | de cor branca com 67 anos |
| 25/12/57 | COVA RASA 131 | José Yawea Fernandes | de cor parda com 50 anos Porto Marinho |
| 31/01 | COVA RASA 1297 | Mário Greid | com 30 dias de cor branca Paraiíba |
| 16/02 | COVA RASA 1298 | José Baptista | com 2 dias de cor preta Paraiíba |
| 21/03 | COVA RASA 132 | José Buys Domingues | cor branca com 7 anos Porto Marinho |
| 03/04 | COVA RASA 1300 | Bento Ferreira de | Abreu de cor branca com 27 anos Paraiíba Paraiíba |
| 29/02 | COVA RASA 133 | Malvina de Souza Ramos | de cor branca com 16 anos Porto Marinho |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|----------------|---|-------|
| 28/5 | COVA RASA 1307 | Mati morto com 9 meses intra-inteira cor preta Paraiiba | |
| 3/6 | COVA RASA 1308 | Mati-Morto de cor branca Paraiiba | |
| 8/6 | COVA RASA 1309 | Mati-morto de cor preta Paraiiba | |
| 16/6 | COVA RASA 1310 | Elzina Quintino de cor preta com 41 anos Paraiiba | |
| 16/6 | CARNEIRA 1311 | Otilia Romana de Oliveira de cor branca com 40 anos Paraiiba | |
| 23/6 | COVA RASA 1312 | Mati-morto de cor branca Paraiiba | |
| 9/7 | COVA RASA 1313 | Mati-morto de cor preta Paraiiba | |
| 13/8 | COVA RASA 1314 | Quezi Lima de cor branca 3 anos Paraiiba | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|----------------|---|---------------|
| 21/9 | COVA RASA 1320 | Brasilina da Conceição de cor preta com 25 anos | Parariba |
| 22/9 | COVA RASA 135 | Orlandoel Silva de cor preta com 12 dias | Porto Marinho |
| 02/10 | COVA RASA 1391 | Francisco José Soares de cor preta com 59 anos | Parariba |
| 05/10 | COVA RASA 135 | Pauloel Santos de cor parda com 36 anos | Porto Marinho |
| 07/10 | COVA RASA 136 | Antônio Lopes Rodrigues de cor parda com 6 anos | Porto Marinho |
| 09/10 | COVA RASA 137 | José Lima Pinto cor branca com 8 meses | Porto Marinho |
| 02/11 | COVA RASA 1322 | Josephina Grachet Gonçalves de cor branca com 85 anos | Parariba |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|----------------|--|-------------------|
| 20/12 | COVA RASA 1329 | Augusta Maria da Cou- ceira de cor preta com 55 anos | Paraiiba |
| 27/12 | Cova rasa 1329 | Nicolau Marcelino Feal 56 anos cor preta | Paraiiba |
| 28/12 | Cova rasa 1330 | Isabel Souza cor branca com 31 anos | Paraiiba |
| 01/01 | 1960. | | |
| | Cova rasa 1331 | Jose Feuchard branco cor branca com 31 anos | Paraiiba |
| 03/01 | Paraiiba 1332 | Julian Ecard Cabral cor branca com 11 anos | Paraiiba |
| 17/01 | Cova rasa 1333 | João Estabato de 1961 cor branca com 68 anos | Paraiiba Paraiiba |
| 29/01 | Cova rasa 1334 | Antonio Francisco de 1961 de cor preta com 86 anos | Paraiiba Paraiiba |
| 07/02 | Cova rasa 1335 | Jose Luiz com 1961 45 dias de cor preta | Paraiiba Paraiiba |
| 11/02 | Cova rasa 1336 | 36 Rita Maria 3 dias de cor preta | Paraiiba |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|--|--|--------|
| 24/06 | Cova rosa 1343 | Natalina Parly | |
| | Bautifacio cor branca com 4 an Parais | | |
| 25/06 | Cova rosa 1344 | Constançio Florio | |
| | da Louceira de cor parda com 12 anos | | |
| 26/06 | tunulo 1345 | Dulwina Roberto dey Silva de cor branca com 2 anos | Parais |
| 28/06 | Terra rosa 1346 | Artur Munier | |
| | cor branca sem 3 mezes | Parais | |
| 31/06 | Terra rosa 1347 | Orlando Pinto | |
| | da sacha cor parda 1 ano | sem Parais | |
| 03/07 | Terra rosa 139 | José Henrique | |
| | Beleza cor branca sem 11 dias | sem Parais | |
| | | Porto Marinho | |
| 24/07 | Terra rosa 1398 | Natalino Marlei | |
| | Bonfa de cor branca sem 4 anos | sem Parais | |

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

- 19/10 Cova para 1355 Nati Nork
de cor branca
Paraitiba
- 16/11 remessa rem n.º Brasileira
Leite Muzzi PERPETUA 1355
Paraitiba
- 06/10 Cova para 1356 José de cor
branca com 4 dias
Paraitiba
- 09/12 Cova para 1357 Joaquim Alcelino da
Silva de cor branca com 44 dias
Paraitiba
- 15/12 Cova para 142 Aquelto Faria
de cor branca com 12 dias
Coto Marinho
- 1962
- 07/02 Perpetuo 1358 Maria Moreira
Macalino de cor branca com
18 dias
Paraitiba
- 07/03 Cova para 1359 Maria Eva de Araújo
de cor branca com 1 ano
Paraitiba
- 15/03 Cova para 1360 Nati Nork
de cor branca
Paraitiba

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|-------------------------------|--|--------------|
| 27/7 | lova rasa / 365 | Benedito Rosa de cor preta com 52 anos | Paraitiba |
| 27/7 | lova rasa / 366 | Nelson Audide de cor branca com 31 anos | Paraitiba |
| 27/7 | lova rasa / 367 | Agus de Souza Ramos cor branca com 28 anos | Paraitiba |
| 14/8 | Perpetua / 368 | Francisco Pacheco do Couto de cor branca com 86 anos | Paraitiba |
| 18/8 | lova rasa 147 | Alberto de Oliveira cor branca com 2 meses | Coto Marinho |
| 20/8 | lova rasa / 148 | Antônio Paimundo dos Santos cor parda com 60 anos | Coto Marinho |
| 8/9 | lova rasa / 369 | Benedito V. Barbosa cor preta com 60 anos | Paraitiba |
| 8/10 | lova rasa José Cosmo de Souza | Verembe cor parda com 3 dias sepultura / 370 | Paraitiba |

DATA

DEBITO CREDITO SALD

7/12 leoa rasa 1376 Maria Foccelina da Rosa
côr parda com 86 anos
Parariba

1963

10/12
3/1 leoa rasa 1377 Solange Regina Soares
côr amarela com 6 meses de idade
Parariba

8/1 leoa rasa 151 Odair Aquilino da Silva
côr preta 90 anos
Port Macumbó

13/1 leoa rasa 1378 Nadege Figueira Muniz
de côr branca 15 anos
Parariba

14/1 leoa rasa 1379 José Maria Marcolino
côr parda com 6 dias de nascido
Parariba

26/1 leoa rasa 1400 Selma Maria da Silva
côr branca com 3 meses
Parariba

27/1 leoa rasa 1401 João Rosa
côr preta com 66 anos
Parariba

1963

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|--|--|-------|
| 14/06 | Casa nova 14085 com pata com 65 anos | Leandro Teixeira Paraita | |
| 17/06 | Casa nova 154 com branca com 93 anos | Cláudio Costa Cordeiro - Porto Marinho Paraita | |
| 01/7 | Casa nova 14093 com pata 90 anos | Evaristo Flávio Paraita | |
| 5/7 | 1410 Casa nova 1410 com pata 72 anos | Francisco Victor Barboza Paraita | |
| 11/7 | Casa nova 155 com branca 20 anos | Camelita Souza Porto Marinho | |
| 19/7 | Casa nova 1411 com branca 9 dias com branca 9 dias | Marcos Campos Teixeira Paraita | |
| 20/7 | Casa nova 1412 com pata com 3 anos | Deise Maria Paraita | |
| 6/9 | Casa nova 14133 com pata com 8 meses | Natália Mostoré Paraita | |

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

- 14/11 Lova para 1422 Maria de Cór Paula
com Amine
Paraita
- 28/11 Lova para 1423 Emília Pereira Gomes
com branca com 65 anos
Paraita
- 25/12 Lova para 1424 Onéi Gonçalves
das Santos com branca com 7 anos
Paraita

1964

- 8/1 Lova para 1425 Demétrio Soares Berra
com branca com 10 meses
Paraita
- 9/2 Lova para 1426 José Francisco Floriano
com pendola com 8 dias
Paraita
- 13/2 Lova para 1427 Sirlia Martins da Silva
com branca com 16 dias
Paraita
- 23/3 Lova para 1428 Octamara Spriano
de Emmanente com preta 27 anos
Paraita

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

4/5

bova rasa 156 Janio Vitorino de cõ
 paudo com 20 dias de nascido
 Porto Caiinho

9/5

bova rasa 1436 Maria dos Anjos
 Escóbil Faria com paudo com
 08 dias de nascido
 Paraita

20/5

bova rasa 1437 Manoel em putã
 com 08 dias de nascido
 Paraita

22/10

carreira 1438 Alexandria Duarte
 Pereira com 22 anos
 Paraita

26/10

bova rasa 1439 Manoel Genivalves
 Pereira em putã com 16 dias
 Paraita

01/11

Perpetua 1440 Eugénia de Araújo
 de branca com 194 anos
 Paraita

07/11

bova rasa 1441 Nete Merti
 de branca com 7 meses
 Paraita

1965

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

9/1 bova rasa 1447 Irineia Faustina Fargue
côr parda com 1 ano
Paraita

9/3 bova rasa 1448 Maria Lourenço Lima
côr branca com 18 dias
Paraita

9/3 bova rasa 1449 Moiseis Fuccina Ferraz
côr branca com 3 meses
Paraita

16/3 bova rasa 1450 Ercandina Calisto Ribiro
côr preta com 60 anos
Paraita

19/3 bova rasa 1451 Izaias côr parda
com 7 meses
Paraita

25/3 bova rasa 1452 João Lima Cabral
côr branca com 85 anos
Paraita

5/4 bova rasa 1453 Liano côr preta
com 77 anos
Paraita

1965

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|----------------|--|-----------|
| 3/9 | bova rasa 1460 | Marina de Souza Silva côr branca com 52 anos | Paraitiba |
| 19/9 | bova rasa 1461 | Eliete dos Reis Gomes côr branca com 72 anos | Paraitiba |
| 19/9 | bova rasa 1462 | Odeuir Santos de Souza côr branca com 1 ano e 9 meses | Paraitiba |
| 20/9 | bova rasa 1463 | Manoel de côr preta com 24 horas de nascido | Paraitiba |
| 21/9 | bova rasa 1464 | Manoel Chedinho Boim côr branca com 68 anos | Paraitiba |
| 30/9 | bova rasa 1465 | Sophia Ribeiro de Brito côr branca com 83 anos | Paraitiba |
| 2/10 | carreira 1466 | pat Dutra Carreira côr branca com 68 anos | Paraitiba |

1966

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|---------------------------------|---|-------|
| 12/1 | bova rasa 1474 | Eugenia Franches | |
| | côr branca com 93 anws | Paraita | |
| | | | x |
| 25/1 | bova rasa 1475 | Carlos Plagno Martin | |
| | côr parda com 02 dias | Paraita | |
| | | | x |
| 14/3 | bova rasa 1476 | Beluira da Conceição | |
| | côr preta com 79 anws | Paraita | |
| | | | x |
| 16/3 | bova rasa 1477 | Forge Elias Correa | |
| | do Araujo cor branca com 4 anws | Paraita | |
| | | | x |
| 29/3 | bova rasa 1478 | Manoel Ferreira Pereira | |
| | côr branca com 02 dias | Paraita | |
| | | | x |
| 1/4 | bova rasa 1479 | Antonio Manoel de | |
| | côr branca com 77 anws | 5 dias Paraita | |
| | | | x |
| 9/4 | Tumulto 1480 | Antonio Manoel | |
| | de Paula cor branca com 77 anws | Paraita | |

1966

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|--|---------|-------|
| 01/8 | 11292 1487 Carreira Blandionor ^{PERFEITA} dos Santos cor parda com 62 anos Paraiiba | | |
| 8/8 | X bova para 1488 Nati morto cor parda com 09 meses Paraiiba | | |
| 16/8 | X bova para 1489 Nati-morto cor branca idade ignorada Paraiiba | | |
| 17/8 | X Tupundo 1490 Irene Bard Guimarães cor branca com 38 anos Paraiiba | | |
| 18/8 | X bova para 1491 Nati-morto cor preta com 08 meses Paraiiba | | |
| 16/10 | X bova para 1492 Narcimiano Inacio cor preta com 95 anos Paraiiba | | |
| 19/10 | X bova para 1493 Vitalina Joana Margarida cor parda 60 anos Paraiiba | | |

1967

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|--|---------|---------|
| 20/2 | lova para 1500 Manoel Rezine de cõr branca com 46 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 23/2 | lova para 1501 Maria Fureira Coimbra cõr branca com 03 dias | | Paraíba |
| | x | | |
| 3/4 | lova para 1502 Ana Joaquina da Conceição cõr preta com 72 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 5/4 | Tumulo 1503 Euclides da Rosa Couty de cõr branca com 87 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 12/4 | lova para 1504 José Vieira cõr preta com 55 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 01/6 | Tumulo 1505 Manoel Savarino Bon PERPETUA cõr branca com 64 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 04/9 | Tumulo 1506 Manoel Sanchez Garcia cõr branca com 79 anos | | Paraíba |

1968

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------------|--|---------|-------|
| 19/4 | | | |
| | leova rasa 1514 Carlito Pivadey Silva côr branca com 09 meses Paraita | | |
| 16/5 | | | |
| | leova rasa 1515 ^x Francilina Gregoria de côr preta com 70 anos Paraita | | |
| 2/6 | | | |
| (PERPETUA) | leova rasa 1516 ^x José Roque Duarte Leal côr branca com 19 anos Paraita | | |
| 17/6 | | | |
| | leova rasa 160 ^x Erotides Teixeira de Araujo côr branca com 62 anos Porto Marinho | | |
| 21/7 | | | |
| | leova rasa 1517 ^x Sebastião Borges côr parda 58 anos Paraita | | |
| 31/7 | | | |
| | leova rasa 1518 ^x Marco Antônio Barbosa Noronha côr parda com 02 meses Paraita | | |
| 19/8 | | | |
| | leova rasa 161 ^x Benedito Borges de Oliveira côr branca com 58 anos Porto Marinho | | |

1969

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|----------------|---------|--|
| 27/3 | bova rasa 1525 | | Maria das Dores Ferreira da Rosa cor preta com 32 anos Paraitiba |
| 02/5 | bova rasa 1526 | | Posilene Minguens cor branca com 2 anos e 5 meses Paraitiba |
| 08/5 | bova rasa 1527 | | Leila Lourenço de Lima cor branca com 11 dias Paraitiba |
| 14/6 | bova rasa 1528 | | Cati-onoré cor parda com 08 meses Paraitiba |
| 3/7 | bova rasa 1529 | | Dalcy Vitorino cor parda com 04 anos Porto Marinho |
| 6/8 | bova rasa 1530 | | Antônio Flavio da Silva cor preta com 67 anos Paraitiba |
| 15/8 | bova rasa 1531 | | Maria Izabel Faver Coelho cor branca com 29 anos Paraitiba |

1969

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

17/12 Cova rasa 1536 Alessandra Roquete
c/ branca com 84 anos
Paraitiba

22/12 Cova rasa 1537 Mario Luiz Inácio
c/ preta com 03 dias
Paraitiba

1970

08/1 Cova rasa 1538 Vandeleia de Fátima
Leandro Rodrigues c/ preta
com cinco meses
Paraitiba

28/1 Cova rasa 1539 Edvirges Cimentif da
Silva c/ preta com 80 anos
Paraitiba

02/2 Cova rasa 166 Vera Lucia Vitovino Feres
c/ preta com 03 anos
Porto Marinho

10/2 Cova rasa 1540 Odette Mariinho
de Paula c/ branca com
42 anos
Paraitiba

1

1970

14

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|---|---------|-------|
| 02/6 | | | |
| | Cova rasa 1546 Cecilia Resier Guis enatas cõ branca 53 anos Parariba Guis 158 | | |
| 11/6 | | | |
| | Cova rasa 1547 Nati-morto cõ branca com 09 meses Parariba Guis 158 | | |
| 12/6 | | | |
| | Cova rasa 1548 Mario Raionundo Gomes cõ parda com 28 dias Parariba Guis 158 | | |
| 13/6 | | | |
| | Cova rasa 1549 Georigina Periar Bard com 88 anos Parariba Guis 158 | | |
| 18/6 | | | |
| | Cova rasa 1550 Guiomar Maria de Jesus | | |
| 18/6 | | | |
| | Cova rasa 168 Antônio José Rodrigues cõ branca com 63 anos Porto Carielha | | |
| 06/7 | | | |
| | Cova rasa 1550 Guiomar Maria de Jesus cõ parda com 37 anos Parariba Guis 1590 | | |

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

17/12 carneira 1558 Hildebrando Augusto
Guimarães cor branca com
80 anos
Parariba

1971

14/1 bova rasa 169 Rogerio Braga
lacteus cor preta com 5 anos
Porto Marinho

19/3 bova rasa 170 Maria Dias
cor branca com 1 dia
Porto Marinho

28/3 bova rasa 171 Maria Pinto Rosa
cor preta com 1 dia
Porto Marinho

27/5 carneira 3892 Iza Nobre
da Bon Ambre cor branca
com 52 anos
Parariba

9/6 bova rasa 3893 Nati - morto
cor preta com 09 meses
15600
Parariba

1971

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Rogerio Braga Martins

Sepultura 3900 / 1564

faleceu no dia 14 de Janeiro de 1971 no Hospital de Caldas de cor preta idade ignorada conforme atestado assinado pelo Dr. João Nicolau Guzzo causa mortis Insuficiência Cardíaca Renal, era filho de Manoel Martins e da Odalia Braga Martins foi sepultado no cemitério desta Vila em 14-01-71 Guia 3988

x x

Overaldo Santos Reis

Sepultura 3904 / 1565

Sesco Macaulino natural deste Estado residente na zona rural onde faleceu no dia 30 de Janeiro de 1971 com 30 dias de nascido faleceu morte natural sem assistência médica era filho de Sebastião José dos Reis e Taíle Santos Reis foi declarado José B. Bauto e foi sepultado no cemitério desta Vila Guia 1598

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|---|--------|---------|-------|
| Haroldo somente para seu controle | | | |
| De acordo com o livro de registro do cemiterio | | | |
| Paraiiba | | | |
| Porto Glauco | | | |

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Maria Pinto Rosa

Sepultura ~~3904~~ 1567

Sexo feminino cor preta natural deste Estado seus pais residentes na Zona Rural deste distrito onde faleceu no dia 27 de março de 1971, morte natural sem assistência médica, era filha de Jacir Rosa e Yneiza Rosa foi declarante o pai com o teste humbo de duas pessoas idoneas foi sepultada no cemitério desta Vila Guia 1601

Maria Dias

Sepultura 3903 1568

Sexo feminino cor branca natural deste Estado nasceu e faleceu na residência de seus pais na Zona Rural deste distrito no dia 18 de março de 1971 era filha de Maria Bristina Dias, foi declarante Osvaldo Beraplat da Silva com o teste humbo de duas pessoas idoneas foi sepultada no cemitério de Porto Carimbo Guia 1931

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|---|--------|----------|-------|
| PERPETUA | | 1571 | |
| | 3907 | PERPETUA | |
| <p>Jair Silveira Sepultura 3907 PERPETUA Sexo masculino cor branca natural deste Estado residente em Paracambi casado filho de Norberto Silveira Junior e de Leonidia Correia Silveira, faleceu na Estrada Curai-Piñheiral N.º 3 causa morte Hemorragia endocraneana com fratura do crânio em acidente de carro conforme atestado assinado pelo Sr. Wilson Del Rio Guzzo no dia 07 de Junho de 1971 com 52 anos e foi sepultado no cemitério desta Vila em 08-06-71 Guia 8399</p> | | | |

| | | | |
|--|------|----------|--|
| | | 1572 | |
| | 3908 | PERPETUA | |
| <p>Mãe Bon Amore Sepultura 3908 PERPETUA Sexo feminino cor branca doméstica natural deste Estado residia em Cantagalo a Rua Rodolfo Albino 59 idade ignorada faleceu no dia 27 de Maio de 1971 era filha de Pedro Bon e de Josefina Antônia Tórega Bon, causa morte Acidente Vascular Cerebral atestado assinado pelo Sr. José Cavalcanti de Oliveira foi o testamente - 70</p> | | | |

| DO | DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|----|--|--------|---------|-------|
| | da Silve residente em Campo Alegre foi sepultado no cemitério da Vila Guia 1604 foi declarante Isaias Benigno de Paula | | | |
| | x Maria Augusta Boriana Vieira Silva | | | |
| | Sepultura 3911 1570 | | | |
| | Sexo feminino cor preta dan- ca natural deste Estado resid- em Campo Alegre neste dist- faleceu no Hospital de Co- tagato no dia 27 de Junho 1971 com 26 anos, causa mortalis eclampsia atesta- assinado pelo Dr. Bezer Robert Femelinger de Carvalho, ex- filha de Eumerélio Vieira de Silva e de Izaura Vieira fo- declarante Isaias Benigno de Paula foi sepultada no cemitério desta Vila Guia 1604 OBS. Gravides de Ganezes | | | |
| | x x | | | |
| | x Maria Ferreira da Costa Boet | | | |
| | Sepultura 3912 1576 | | | |
| | Sexo feminino cor branca na- tal deste Estado residente nos | | | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|--|--------|---------|-----------|
| 1971 | | | |
| onde faleceu causa mortis ignorada, conforme declaração dos Srs. Flavio Faria e Aquiles Faria. Gulant e foi sepultada no cemitério de Porto Rainha | | | |
| | | | Guia 3330 |

x x

Sebastião

Sepultura 3918 1581

Sesco masculino cor preta natural deste Estado seus pais residentes neste distrito, onde nasceu e faleceu no dia 01-12-71 sem assistência médica era filho de Maria da Cunha foi declarado Sebastião Dobreza foi sepultado no cemitério desta Vila

Guia 1611

x x

Sebastião Bento de Oliveira

Sepultura 3919 1582

Sesco masculino cor branca filho natural deste Estado casado residente na Fazenda Bela Vista neste distrito onde faleceu no dia 07 de dezembro de 1971. sem assistência médica era filho de Antonio Soares de Oliveira e de Alice Sabino

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Rodrigues e de Rita Maria de
 Barcelos causa mortis
 Insuficiência Cardíaca
 comprovada declarada de Ruy
 Ferreira Fardim e estado
 assinado pelo Sr. João D. Guzzo
 e foi sepultado no cemitério
 Rio desta Vila

(1.972)

Guia 1613

Adelaide Franches
 Sepultura 3904

Falecida em 15 de janeiro
 de 1972 com 97 anos natural
 deste Estado residente neste
 distrito ou de faleceu em
 filha de Carlos Eugênio Franch
 e Maria Olímpia Franches
 declarada de Antenor Robades
 Ferreira com 2 testemunhas
 foi sepultada no cemitério
 desta Vila

Guia 1614

Veronica Bastos Bitter ³⁹⁰⁵
 Sexo feminino cor branca
 natural deste Estado resi
 dente neste distrito ou de
 faleceu com 07 dias de
 nascida na casa de

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

de João Baptista da Bittencourt e Maria
Ferreira Bittencourt, morte, causa
natural, al. sem. assistência
médica, aos 78 anos, foi
declarante o Sr. Sebastião
Bittencourt e foi sepultado
no cemitério. (Guia 1616) E

x
Avelino José Barbosa

x
Sepultura 3908

Sexo masculino, cor branca,
solteiro, natural deste Estado,
lavrador, com 62 62 anos residente
nesta cidade onde
faleceu em 21 de Março 1942
filho de José Barbosa e
Cândida e Maria Eugênia
causa motivo natural, sem
assistência médica, declarações
de 2.º testemunhas, foi sepultado
em Porto Marinho. (Guia - 1618) E

x
Angelina Maria da Conceição

x
Sepultura 3909

com 66 anos sexo feminino
cor parda natural deste Estado residente
nesta cidade onde faleceu em 1942

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Maira Soares

Sepultura 3911

com. 61 anos e doméstica solteira e de
 sexo feminino cor parda. nasceu em Vila Rica
 natural deste distrito faleceu nesta cidade
 no dia 30 de Abril de 1972
 em sua residência na zona rural com
 era filha de Antônio Soares e Quitéria Mariana
 morte natural sem assistência médica
 declaração de Luiz Machado dos Santos
 foi sepultada no cemitério desta Vila

Guia 162162

Maira Pinto Rosa

Sepultura 3912

com. 01 hora de vida sexo da pessoa
 feminina cor preta natural deste distrito
 onde faleceu morte natural sem
 assistência médica na cidade de Vila Rica
 dia 10 de Maio de 1972
 filha de Davi Rosa e Gláucia Rosa
 Gláucia Pinto Rosa foi sepultada no cemitério
 desta Vila declaração dos pais

Guia 1622

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

Elevita da Silva Faria

Sepulturas 3915

com ~~25~~ 25 anos, sexo feminino
 de cor branca, solteira, doméstica, brasileira,
 natural deste distrito, filha
 de Aristeu da Silva Faria e de
 Laura Honoria da Silva Faria.
 Oude faleceu no dia 30 de junho
 de 1972 causa morte Presunção
 com firme atestado assinado
 pelo Sr. Álvaro Santos Pinheiro
 no Hospital de São João, foi
 sepultada no Cem. Mauinho
 declaração de Lúcia da Silva
 Faria. Ynis 3419

x x

Olivia Oliveira

Sepultura 3916

com 63 anos, sexo feminino,
 cor branca, doméstica, Residi-
 do com sua cunhada Alice
 Paulina da Costa Gama por
 este distrito onde faleceu
 morte natural com assis-
 tência médica, era filha
 de José Benedito de Oliveira
 e Ambrosina Aurélia de
 Oliveira, foi sepultada em
 Porto Mauinho 21-07-72
 Ynis 162

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Cecilia Feuchard de Cavallo
 foi sepultada no cemitério desta
 Vila declaração de Garci G. Ferreira
 Guia 4198

X
 Celestina Ana da Silva
 Sepultura 3919

falecida em 5 de setembro de 1977
 visco fêmea em cor branca domi-
 tica natural deste distrito era
 filha de Felismino Gonçalves
 da Silva e Maria Ana da Silva
 foi sepultada no cemitério desta
 Vila com 83 anos declaração
 de Janir Silveira
 Guia 1625

X
 Joaquim Marques Siqueira
 Sepultura 3920

faleceu no dia 10 de setembro
 de 1978 com 63 anos cor
 branca sexo masculino natu-
 do Espírito Santo residente neste
 distrito era filho de José Firme
 Siqueira e de Dalvina Maria de
 Geneças, no Hospital Antenor
 Castro em Cordeiro causa morte
 Acidente Vascular Encefálico
 conforme atestado assinado

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Luiza do Rigo, morte natural
sem assistencia médica foi
sepultada no cemitério desta Vila
declaração de Aleixo Santos
Guia 1626

x x

Armando Gonçalves dos Santos
Sepultura 2923

falecido em 17 de Outubro de 1972
larapador sexo masculino cor
branca natural deste distrito era
filho de Julio Gonçalves dos Santos
e Maria de Jesus dos Santos, morte
natural sem assistencia médica
foi sepultado no cemitério desta
Vila Guia 1628

PERPETUA

x x x

Aminda de Souza Robadey
Sepultura 39

Ozilda Teixeira da Silva
Sepultura 2924

faleceu no dia 23 de outubro
de 1972 com 69 anos de idade
sexo feminino cor branca
natural deste distrito era
filha de João Teixeira da Silva
e de Augusta Raquel da Silva
morte natural sem assistencia

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Francisco Cimentel

Sepulturas 3927

faleceu no dia 30 de outubro de 1972
com 78 anos sexo masculino
côr branca ao Hospital de Caratagala
causa mortis Distúrbia atestado
assinado pelo Dr José Bandeira de
Oliveira foi sepultado no cemitério
desta Vila de Caratagala de Oliveira
Ladislau Cunha

Quis 4212

Francisco Eugenio Bon

Sepulturas 3928

faleceu no dia 28 de dezembro
de 1972 com 72 anos sexo
masculino côr branca laçada
filho de Pedro Bon e Jorgina
Agnipina da Nobrega Bon, causa
mortis Acidente vascular
cerebral atestado assinado
pelo Dr João V. Guzzo do
Hospital de Caratagala foi
sepultado no cemitério desta
Vila

Quis 4230

PERPETUA

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Antonio Faustino de Barros
Sepulturas 3931

faleceu no dia 12 de abril 1973
com 54 anos lavrador pescador
masculino cor branca natural
deste distrito, era filho de
Marcelino Faustino de Barros
e Emilia Ortega de Barros
causa morte Asfísica por
enfocamento atestado as-
sado por Sr. João C. Guizzo e fo-
sepultado no cemitério deste
Vila declaração de Helio
Foulat de Souza Epina 1973

X X
X Y

Olimpio Chediuko Baiun
Sepulturas 3932

faleceu no dia 22 de abril
de 1973 com 77 anos con-
cário pescador masculino
cor branca natural deste
distrito casado, filho de
Antonio Chediuko Baiun
marfari declaração de Sr. João
morte no atestado assinado
pelos Drs. Abelardo Rodrigues
Testes e nome e dia garbado

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Neusa Flávia de Fátima
Sepultura 3935

faleceu no dia 29 de junho de 1973
com 1 ano e 6 meses sexo feminino
côr preta filha de Edmundo Pinto
da Rocha e de Lourdes da Silva
Rocha residentes neste distrito,
morte natural sem assistência
médica foi sepultada no cemi-
tério desta Vila. declaração
de Juarez da Queiroz Pau-
guia 1634

x x

Romildo Alves de Paula
Sepultura 3936

faleceu no dia 26 de julho
de 1973 com 5 dias natural
deste distrito sexo masculino
côr preta filho de Sebastião
Gencalves de Paula e de
Paulinea Alves de Paula
morte natural sem
assistência médica declara-
ção do pai foi sepultado
no cemitério desta Vila
Guia 1635

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Uma criança
 - Sepultura 3939

faleceu no dia 03 de agosto 1973
 com 9 meses uterina cesso ma-
 culino cor preta natural deste
 distrito, em estado natural sem
 assistência médica, era filha
 de Olíbio Jacinto dos Santos e Maria
 Anélia dos Santos foi sepultada
 no cemitério desta Vila, declarada
 Belémis de Azevedo Ben
 Guis 1636

x x x
Maria Emília Gomes
 Sepultura 3940

cesso feminino cor branca
 natural deste distrito nasceu
 e faleceu no dia 22 de setembro
 de 1973 na residência de
 Onofre Gomes zona rural, estado
 natural sem assistência mé-
 dica era filha de Lea Guilhena
 da Gomes foi sepultada no
 cemitério deste declarada de
 Onofre Gomes
 Guis 1637

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Gaullino José Pereira

Sepultura 3943

faleceu no dia 6 de dezembro 1973
 em Boa Sorte sexo masculino
 cor branca natural desta Estado
 Apresentado no Hospital de Cantão
 pelo causa mortis Infarto
 do Miocárdio atestado assinado
 pelo Dr. José Cavalcante do Araripe
 era filho de Manoel José Pereira
 e Maria Joquima de Oliveira
 foi sepultado no cemitério de
 Vila Rica declarada Jair Pereira
 Guia 4348

(1974) X X X

Sebastião Augusto da Conceição

Sepultura 3944

faleceu com 79 anos no dia
 20 de janeiro 1974 em sua
 residência na Zona Rural
 morte natural sem assis-
 tência médica filho de
 Colônia Maria da Conceição
 sexo masculino cor preta
 foi sepultado no cemitério
 desta Vila
 Guia 1640

DATA

DEBITO

CREDITO

SALD

Gilma Nobrega da Louceira
 Sepultura 3947
 faleceu em 6 de abril 1974 com
 1 ano sepultada nesta Va
 Vila Guia 1642

Alecsandre José Maria
 Sepultura 3948
 faleceu em 19 de abril 1974
 com 07 meses masculino
 cós parda foi sepultado em
 Vila Guia 1644

Natí ~~univ~~
 Sepultura 3949
 faleceu em 17 de abril 1974 pes
 feminina cós preta foi sepul
 no cemiterio desta Vila
 Guia 1642

Leopoldo Antônio Flaubino
 Sep. 3950
 faleceu no dia 31 de maio 197
 com 72 anos peso masculino
 cós preta foi sepultado em
 Posto Rainho
 Guia 2350

DATA

DEBITO

CREDITO

SALD

Alcy dos Santos

Sep. 3955

faleceu em 2 de julho de 1974
com 56 anos sexo masculino
côr pardos foi sepultado neste
Vila

Guia 1647

Cyro do Anajo

Sep. 3956

faleceu em 4 de julho de 1974
com 67 anos, cor branca, sexo
masculino foi sepultado na
Vila

Guia 1648

x
Joselina Gonçalves dos Santos

Sep. 3957

faleceu no dia 19 de julho 1974
com 75 anos cor branca, sexo
feminino foi sepultada neste
Vila

Guia 4414

x
Alcides Leite Robadey

Espetiva 3958

faleceu no dia 10 de agosto 1974
com 62 anos cor branca, sexo masculino
foi sepultado neste Vila

Guia 4472

PERPETUA

191

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

Nati morto
Sep 3963

faleceu no dia 21 de outubro 1971
com 7 meses uterino sexo
masculino cõs. preta foi sepul
nesta Vila

Guia 1655

x x

Nati morto
Sep. 3964

faleceu no dia 23 de setembro 1971
com 9 meses sexo feminino
cõs parda foi sepultada nesta
Vila

Guia 1652

x

Dauriano Berti

Sep. 3965

faleceu em 7 de agosto
com 62 anos sexo mascu
cõs branca foi sepultado p
Vila

Guia 1651

João Pereira da Silva
Sep. 3965

faleceu em 28 julho 1971
com 96 anos sexo mascu
cõs preta foi sepultado ne
Vila

Guia 1650

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

PERPETUA

José Gregorio de Medeiros

Sep. 3971

faleceu em 7 de maio 1975
com 70 anos cor branca
sexo masculino foi sepultado
nesta Vila

Guia 4510

x

Aramando Gurty

Sep. 3972

faleceu 19 de junho de 1975 com
anos cor branca sexo masculino
foi sepultado nesta Vila

Guia 398

x

Amar Gurty Funchara

Sep. 3973

faleceu em 23 de julho 1975
cor branca sexo masculino
foi sepultado nesta
Vila

Guia 454

x

Fernando Cabral da Silva

Fernando Cabral da Silva Sep. 3974

faleceu no dia 23 de julho
1975 com 27 ~~anos~~ ^{dias} sexo
masculino cor preta, foi
sepultado no cemitério desta
Vila

Guia 454

250.00

195

↑

DATA

(1976)

DEBITO

CREDITO

SALDO

Abcendino Pinto

Sep. 3979

faleceu em 11 de maio de 1976
com 68 anos cor parca sexo
masculino foi sepultado
nesta Vila Guia 05

X
Francis Sanchez Garcia

Sep 3980

Sexo masculino cor branca
faleceu no dia 28 de maio de
1976 com 42 anos foi
sepultado nesta Vila
Guia 1035

X
Rosary Borges

Sep 3981

em 29 de maio 1976 fale
foi sepultado no cemiterio
desta Vila 31 anos Guia 451

X
João Rodrigues

Seps. 3982

sexo masculino cor branca
em 01 Junho 1975 foi sepultado
no cemiterio de Porto Varim
55 anos Guia 3803

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Adriano Vieira Pereira
Sep. 3987

faleceu no dia 9 de outubro de 1975
masculino cor parda 88 dias foi
sepultado nesta Vila
Guia 1663

Ercilia Pereira Araujo Sep.

faleceu no dia 04 de dezembro 1975
sexo feminino cor branca foi
sepultado nesta Vila
Sep. 3988 Guia 4585

Ignês Rosa Lopes
Sep. 3989

sexo feminino cor branca com
80 anos faleceu no dia 17 de
dezembro de 1975 foi sepultado
nesta Vila Guia 1667

Rilca de Paula Boellis
Sep. 3990

faleceu em 16 de janeiro de 1977
com 48 anos cor branca
sexo feminino foi sepultado
em Porto Marinho
Guia 003

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Flavio Rina Ferreira

Sep. 3995

faleceu no dia 26 de julho ¹⁹⁷⁶ com 02
dias de nascido cor branca sexo
masculino foi sepultado nesta Vila
Quis. 07

X
Amaral Hilário

Sep. 3996

faleceu no dia 3 de julho de 1976 com
40 anos cor preta sexo masculino
foi sepultado nesta Vila
Quis. 49

X
Geraldo Regino Moraes

Sep. 3997

PERPETUA

sexo masculino cor parda com
16 anos faleceu no dia 25 de
julho 1976 foi sepultado nesta
Vila

Quis. 08

X
José Paulino Luiz do Nascimento

Sep. 3998

faleceu no dia 28 de julho de 1976
com 79 anos cor preta sexo
masculino foi sepultado no
cemiterio desta Vila

Quis. 55

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

José Valdir Rainos
 Sep. 4003

em 30 de outubro de 1976 faleceu com
 46 anos casado masculino com preta
 foi sepultado nesta Vila
 Quis 14

Diadir Vieira
 Sep 4004

faleceu no dia 2 de novembro 1976
 com 75 anos com preta casado
 masculino foi sepultado nesta
 Vila

Quis 88

Alice Eliza Rosemary Banto
 Sep 4005

faleceu no dia 04-12-76 com
 86 anos com branca casado feminino
 foi sepultada no cemitério des
 Vila

Quis 07

Maria Eugénia Peal
 Sep 4006

com 77 anos faleceu no dia
 18 de dezembro 1976 com branca
 casado feminino foi sepultada
 nesta Vila

Quis 05

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Maria Rosa da Silva

Sep. 4010

côr preta sexo feminino doméstica
com 56 anos faleceu no dia 07 de
março de 1977 foi sepultada nesta
vila

Guia 136

x
Manoel Simões Rodrigues

Sep 4011

côr branca sexo masculino com
09 dias de nascida faleceu no dia
04 de abril de 1977 foi sepultado
nesta Vila

Guia 22

x
Benjamine Ferreira Torontes

Sep 4012

PERPETUA
sexo masculino côr preto viúvo
com 44 anos funcionário público
côr preta faleceu no dia 10 de
julho de 1977 foi sepultado
nesta Vila

Guia 1312

x

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

foi sepultado nesta Vila
Guia 206

*
Bernimio Evangelista de Abreu
Sep 4087

côz branca, pescu masculino com
83 anos faleceu no dia 9 de setembro
de 1977 foi sepultado em Porto
Marinho
Guia 84

*
Maria Pereira dos Santos
Sep 4018

côz parda, pescu feminino com
2 horas de nascida faleceu no
dia 26 de novembro de 1977 em
Porto Marinho
Guia 22

*
Elizaria Berty Fenchard
Perpetua Sep 4018 < 40197

pescu feminino côz branca
PERPETUA com 79 anos faleceu no dia 19
de dezembro de 1977 foi se-
pultada nesta Vila
Guia 166

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

faleceu no dia 16 de fevereiro de 1978
foi sepultada nesta Vila
Grav 26

^x
Adir Benchaud Silveira

(TUMULO)

Sep. 4094

côr branca cesco feminina com 7
anos faleceu no dia 4 de março
de 1978 foi sepultada nesta Vila
Grav 1806

^x
Manoel Rodrigues

Sep 4095

com 84 anos faleceu no dia
19 de março de 1978 côr branca
cesco masculino foi sepultado
em Porto Starinho
Grav 511

^x
Larissa José Arango Costa

Sep 4096

(COVA BRSA) com 42 anos faleceu no dia
22 de março de 1978 de côr
branca cesco feminino e
foi sepultada em Paraité
Grav 27

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-----------|--------|---------|--|
| | | | foi sepultado nesta Vila Guia 29 |
| | | | X Cati - morto |
| DVA RASA) | | | Sep. 4031 Sesca masculino com pretos nasceu e faleceu no dia 14 de junho 1978 Guia 02 |
| | | | X Dacilda Bard Gonçalves |
| MULO) | | | Sep. 4032 Sesca feminino viúva com branca com 70 anos faleceu no dia 17 de junho de 1978 foi sepultada nesta Vila Guia 247 |
| | | | X Maria Eugênia Ferehard Fardio Perpetua |
| MULO) | | | Sesca feminino com branca casada com 72 anos faleceu no dia 03 de junho de 1973 foi sepultada nesta Vila Guia 21280 |
| | | | 0135. foi registrada por de ordem por falta de documentos a guia foi entregue em 28-7-78 |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-----------|---|---------|-------|
| | <p>Maria Narciza Sepultura Nº 4.039 Com 80 anos, faleceu no dia 29 de Novembro de 1978, de cor branca de sexo feminino, foi sepultada no cemiterio de Paraiiba (Guia Nº 29)</p> | | |
| UMULO) | <p>Maria das Dores Ferreira Sepultura Nº 4.040 Com 83 anos, faleceu no dia 01 de Dezembro de 1978, de cor Branca, de sexo feminino, foi sepultada no Cemiterio de Paraiiba (Guia Nº 300)</p> | | |
| OUA RASA) | <p>Francine Avelo Viturino Sepultura Nº 4.041 Com 40 dias, faleceu no dia 27 de Dezembro de 1978, de cor parda, de sexo feminino, foi sepultada no Cemiterio de Santo da Marinha (Guia Nº 32)</p> | | |
| OUA RASA) | <p>Edes Fuchard Silveira (1.979) Sepultura Nº 4.042 Com 38 anos, faleceu no dia 08 de Janeiro de 1979, de cor Branca, de sexo masculino, foi sepultado no cemiterio de Paraiiba (Guia Nº 385)</p> | | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|--------|---------|-------|
|------|--------|---------|-------|

(MÚMULO)
 (REPETUA)

Alberto Euzébio Alvimdelex
 Sepultura Nº 4.043
 Com 67 anos, faleceu no dia 14 de Janeiro
 de 1979, de cor branca, de sexo ~~masculino~~
 masculino, foi sepultado no Cemitério
 de Paraíba (Guia Nº 309)

(OVA RASA)

Maria Bessier Bonifácio
 Sepultura Nº 4.044
 Com 55 anos, faleceu no dia 23 de Janeiro
 de 1979, de cor branca, de sexo feminino,
 foi sepultada no cemitério de Paraíba
 (Guia Nº 33)

(OVA RASA)

Ary Pimentel
 (Sepultura Nº 4.045)
 Com 54 anos, faleceu no dia 16 de
 Julho de 1979, de cor branca, de sexo masculino,
 foi sepultado no cemitério de Paraíba.
 (Guia Nº 377)

(OVA RASA)

Otívia de Oliveira
 (Sepultura Nº 4.046)
 Com 62 anos, faleceu no dia 27 de
 Agosto de 1979, de cor preta, de sexo femi-
 nino, foi sepultado no cemitério de Paraíba.
 (Guia Nº 34)

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Bepi Souza Rocha
(Sepultura nº 4.050)

Com 16 anos de idade, faleceu no dia 02 de outubro de 1979, de cor branca, de sexo feminino, foi sepultada no Cemitério de Paraíba.

(Guia nº 3.047)

ANA ROSA
(Sepultura nº 4.051)

Com 73 anos de idade, faleceu no dia 27 de Outubro de 1979, de cor parda, de sexo feminino, foi sepultada no Cemitério de Porto do Maximiano.

(Guia nº 35)

Elizabeth Barbalhao Guimarães
(Sepultura nº 4.052)

Com 55 anos, faleceu no dia 17 de Novembro de 1979, de cor branca, de sexo feminino, foi sepultada no Cemitério de Paraíba.

(Guia nº 344)

Edina Feuchard Dam
(Sepultura nº 4.053)

Com 78 anos, faleceu no dia 12 de Dezembro de 1979, de cor branca, de sexo feminino, foi sepultada no Cemitério de Paraíba

Guia 22.203

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Bomiero de Andrade
(Sep. Nº 4.058)

Com 77 anos, faleceu no dia 13 de Janeiro de 1980, de sexo masculino, foi sepultado no Cemitério de Fato do Maximino.
(Guia Nº 423)

Edo Exuz Bard.
(Sep. Nº 4.059)

Com 17 anos faleceu no dia 22 de Janeiro de 1980, de sexo masculino, foi sepultado no cemitério de Parauá
(Guia Nº 425)

Maria Rosa Ribeiro
(Sep. Nº 4.060)

Com 2 horas de idade, faleceu no dia 23 de Janeiro de 1980, de sexo feminino, foi sepultada no cemitério de Parauá.
(Guia Nº 36)

Amélia Boello da Silva
(Sep. Nº 4.061)

Com 59 anos, faleceu no dia 18 de Fevereiro de 1980, de sexo feminino, foi sepultada no cemitério de Fato do Maximino.
(Guia Nº 37)

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Mamoel F. dos Santos
(Sep. nº 4.066)

Com 68 anos, faleceu no dia 04 de maio de 1980, foi sepultado no cemitério de S.S. do Paraíba.
(Guia nº 39)

Maria Rosa
(Sep. nº 4.067)

Com 83 anos, faleceu no dia 23 de maio de 1980, foi sepultada no cemitério de S.S. do Paraíba.
(Guia nº 464)

Leomídio G. dos Santos
(Sep. nº 4.068)

Com 85 anos, faleceu no dia 16 de junho de 1980, foi sepultado no cemitério de S.S. do Paraíba.
(Guia nº 475)

Nati morto
(Sep. nº 4.069)

Faleceu no dia 29 de junho de 1980, foi sepultada no cemitério de S.S. do Paraíba.

Gipsara da Silva Siqueira
(Sep. nº 4.070)

Com 08 meses de idade, faleceu no dia 23 de agosto de 1980, foi sepultada no cemitério de S.S. do Paraíba.

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Reacir de Práujo Bastos
(Sep. nº 4074)

Cora Para Com 46 anos, faleceu no dia
23 de Dezembro de 1980, cor
branca, sexo masculino
solteiro, funcionário municipal
foi sepultado no cemitério
de São Sebastião do Paraíba
(Guia nº 533)

Odier Feuchard Silveira
(Sep. nº 4075)

Cora Para com 36 anos, faleceu no dia
05 de Janeiro de 1981, cor branca
sexo masculino, solteiro,
motorista; foi sepultado no
cemitério de São Sebastião do Para
(Guia nº 28.802)

| LD | DATA | DEBITO | CREDITO | SAL |
|----|------|--------|---------|-----|
|----|------|--------|---------|-----|

Cora Rosa
 Maciel dos Santos
 (Sep. nº 4079)
 Com 4 meses, faleceu no dia
 13 de Março de 1981, cor
 sexo masculino, foi sepultado
 no cemitério de São Sebastião do Paraíba
 (Guia nº 560)

Henrique Lougão Molin
 Sep. nº 4080

Perpetuado

Sumulo
 Com 73 anos, faleceu no dia
 1º de Abril de 1981, cor branca
 sexo masculino, viúvo, foi
 sepultado no cemitério de
 São Sebastião do Paraíba
 Guia nº 571

Nati Morto
 Sep. 4081

Sepultado no cemitério de São
 Sebastião do Paraíba no dia
 30 de Maio de 1981, sexo feminino
 cor brata. Guia nº 05

1954

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|---|-----------|-------|
| 03-8 | Elza Borges de Oliveira cova rasa n ^o 116 Porto Cariúbo | COVA RASA | |
| 07-8 | Edilino da Conceição cor preta com 13 dias de nascido sepultura 966 rasa Paraiíba | COVA RASA | |
| 10-8 | COVA RASA Sepultura 967 com 2 meses a menina Maria Alice da Conceição Martins Paraiíba | | |
| 13-8 | Sepultada em túmulo 968 Marlene dos Santos Silva com 19 anos Paraiíba | COVA RASA | |
| 30-8 | Sepultura n ^o 969 com 39 anos cor branca Marcília da Cunha Vitorino Paraiíba | COVA RASA | |
| 07-9 | Sepultura n ^o 970 com 49 anos cor branca Catarina Fabricau Paraiíba | COVA RASA | |
| 08-9 | Sepultura n ^o 971 com 3 dias de idade de cor preta a menina Maria da Con- ceição Paraiíba | COVA RASA | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|----------|-------|
| 12-9 | Sepultura n: 972 com 28 dias de idade a menina Benício Muiet | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |
| 12-9 | Sepultura n: 973 com 28 dias de idade Benildo Muiet | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |
| 28-10 | Sepultura 974 com meses de idade a menina Vanercia de Souza Assis | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |
| 31-10 | Carneira 975 com 57 anos de cor branca Aracy Oliveira Robadey | Paraiíba | |
| | CARNEIRA | | |
| 05-11 | Carneira 976 com 15 anos de cor branca Juacy G. dos Santos | Paraiíba | |
| | CARNEIRA | | |
| 12-11 | Sepultura 977 com 69 anos de cor preta Martiniano Leite Paça | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |
| 15-11 | Sepultura 978 com 12 anos de cor preta Lucina Viira de Carvalho | Paraiíba | |
| | COVA RASA | | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|--|----------|-------|
| 02-3 | Sepultura 985 com 4 dias de cor Branca Maria da Cunha da Costa Almeida COVA RASA | Parariba | |
| 06-3 | Sepultura 986 com 4 dias Branca Nobrega Rau COVA RASA | Parariba | |
| 02-4 | Sepultura 987 com 8 meses cor preta Luiz Carlos de Carvalho COVA RASA | Parariba | |
| 21-4 | Sepultura 988 com 1 dia Branca nome COVA RASA | Parariba | |
| 21-4 | Sepultura 989 com 1 mês cor parda Francisco Damiana dos Santos COVA RASA | Parariba | |
| 07-4 | Sepultura 987 com 13 dias de cor parda Julia Ramos Gontijo Almeida | | |
| 02-6 | Sepultura 990 com 6 meses cor branca Juizara Gontijo Cardoso COVA RASA | Parariba | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|---------------|-------|
| 23/7 | Sepultura 997 com 44 anos de cor branca Maurício de Souza COVA RASA | Paraitiba | |
| 31/8 | Sepultura 998 com 35 anos cor branca Delia Silveira Carneira COVA RASA | Paraitiba | |
| 24/9 | Sepultura 999 com 5 dias de cor preta Maria de Oliveira Silva COVA RASA | Paraitiba | |
| 26/9 | Sepultura 119 com 3 meses de cor branca Ely Faria COVA RASA | Porto Marinho | |
| 28/9 | Sepultura 120 com 20 anos cor parda Jovelino Carneiro COVA RASA | Porto Marinho | |
| 24/9 | Sepultura 121 com 8 meses de idade Gualdo Deodicio COVA RASA | Porto Marinho | |
| 18/11 | Carneira 1001 com 4 meses de cor branca Maria Freitas CARNEIRA | Paraitiba | |

1956

| DATA | | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|--------|---------|----------|
| 14/01 | Sepultura 1008 com 56 anos de cor branca Onaldo Greff | | | |
| | COVA RASA | | | Paraiiba |
| 14/01 | Sepultura 1009 com 61 anos de cor parda Gregorio da Silva | | | |
| | COVA RASA | | | Paraiiba |
| 21/01 | Sepultura 1010 com 67 anos de cor parda Euclides Maria Verônica | | | |
| | COVA RASA | | | Paraiiba |
| 22/01 | Sepultura 1011 com 110 anos de cor preta Befina Maria da Conceição | | | |
| | COVA RASA | | | Paraiiba |
| 04/02 | Sepultura 1012 com 3 horas de nascido de cor preta Danos Dutif | | | |
| | COVA RASA | | | Paraiiba |
| 07/2 | Sepultura 1013 com 18 meses de cor preta Maria de Lurdes Lima | | | |
| | COVA RASA | | | Paraiiba |
| 14/2 | Sepultura 1014 com 16 meses de cor preta Francisco de Assis Viciã | | | |
| | COVA RASA | | | Paraiiba |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|----------|-------|
| 18/5 | Sepultura 1022 com 70 anos de cô pada Francisca Candida Simões COVA RASA | Caraiibe | |
| 19/5 | Sepultura 1023 com 3 anos côs fute Paulo Braga Coito COVA RASA | Caraiibe | |
| 25/5 | Sepultura 1024 com 2 horas sem Matinete COVA RASA | Caraiibe | |
| 25/5 | Sepultura 1025 com 14 dias de cô pada Antônio Jorge Soares COVA RASA | Caraiibe | |
| 25/5 | ¹⁰²⁶ Sepultura 1026 com 82 anos de cô Branca Ernesta Souza L. COVA RASA | Caraiibe | |
| 01/06 | ¹⁰²⁷ Sepultura 1027 com 71 anos de cô Branca Emilia A. Curtz COVA RASA | Caraiibe | |
| 03/07 | ¹⁰²⁸ Sepultura 1028 com 23 anos de cô Branca Madalena da Silva COVA RASA | Caraiibe | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|---------|-----------|
| 07/8 | Sepultura 1235 com 1 dia de cor branca Manoel Abreu | Paraité | COVA RASA |
| 11/8 | Sepultura 1236 com 5 dias de cor branca José Abreu | Paraité | COVA RASA |
| 15/8 | Sepultura 1237 com 11 anos de cor preta Dirlei da Silva Hilário | Paraité | COVA RASA |
| 17/8 | Sepultura 1238 com 85 anos de cor branca Amândia Rosa Araújo | Paraité | COVA RASA |
| 28/8 | Túmulo Perpetuo 1239 com 49 anos de cor branca Alcides Gonçalves dos Santos | Paraité | PERPETUA |
| 29/8 | Sepultura 1240 com 22 anos de cor branca Demerval de Almeida | Paraité | COVA RASA |
| 06/11 | Sepultura 1241 com 46 anos de cor parda Antônio Ferraz de Medeiros | Paraité | COVA RASA |

1957

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|--|----------------------------|---------------|
| | Sepultura 121 | Maria Pinto de Souza | Fort. Velinho |
| | COVA RASA | | |
| 12/02 | Sepultura 1249 com 3 anos de cor preta | Sirlene do Nascimento | Parariba |
| | COVA RASA | | |
| | COVA RASA | | |
| 18/2 | Sepultura 1250 com 11 meses de cor preta | Aleuice Lima Leandro | Parariba |
| | COVA RASA | | |
| 18/2 | COVA RASA 1251 com 7 dias de cor branca | Maria Angela Cardoso | Parariba |
| 20/2 | COVA RASA 1252 com 21 anos de cor parda | José de Oliveira | Parariba |
| 10/3 | COVA RASA 1253 com 85 anos de cor preta | Emotéia Maria da Conceição | Parariba |
| 16/3 | COVA RASA 1254 com 80 anos de cor parda | Wassuithou Pereira | Parariba |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|--|-------|
| 06/06 | COVA RASA 1259 Pereira | Fereza de Fátima Paraiiba | |
| 13/07 | COVA RASA 1260 panda Maria da Glória | com 8 anos de cor flamim Paraiiba | |
| 14/07 | COVA RASA 1263 Vale | Antônio Malheiros do Porto Paraiiba | |
| 28/07 | COVA RASA 1261 Certy | Honorio da Rosa Paraiiba | |
| 29/8 | COVA RASA 1262 | Maria dos Santos Paraiiba | |
| 23/8 | COVA RASA 1263 | Maria Soares Paraiiba | |
| 25/8 | COVA RASA 1264 Robadey | Dinley da Silva Paraiiba | |
| 30/8 | COVA RASA 1265 branca Maria | com 1 dia de cor da Silva Costa Paraiiba | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|----------------|---|-------|
| 02/12 | COVA RASA 126 | José Saturnino Costa côr branca com 80 anos Porto Lamho | |
| 18/12 | COVA RASA 1274 | Manoel Nobrega Bon côr branca Caraiibe | |
| 19/12 | COVA RASA 1275 | Mario Peandro Gonçalves côr preta 7 anos Caraiibe | |
| 02/01 | COVA RASA 1276 | 1958 Flauvel da Silva Fenehard com 1 dia de côr branca Caraiibe | |
| 22/01 | COVA RASA 1277 | Aleays José de Araujo côr branca com 1 dia Caraiibe | |
| 26/01 | COVA RASA 1278 | Dilson da Silva Mattos côr preta com 41 anos | |
| 31/01 | COVA RASA 127 | Benedito José Rodrigues côr branca com 42 anos Porto Marinho | |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|----------------|---|-------|
| 05/04 | COVA RASA 1285 | Mati shorts, Caraiiba | |
| 30/04 | COVA RASA 1286 | Flavia Teuza da Rocha com 5 dias cor preta | |
| 20/05 | COVA RASA 129 | Bonifacio de Souza Ramos de cor branca com 80 anos Porto Harinho | |
| 03/06 | CARNEIRA 1287 | Buiza Vaudida da Cobreza Bon de cor branca Caraiiba | |
| 04/06 | COVA RASA 130 | Flacos Antunes com 3 anos de cor branca Porto Harinho | |
| 24/07 | COVA RASA 1288 | Yenicy Gomes com 2 meses cor parda Caraiiba | |
| 10/08 | CARNEIRA 1289 | João Caneio Guimã pães de cor branca Caraiiba | |

1958

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|----------|----------------|------------------------------|--|
| 10/01 | COVA RASA 1296 | Augusto Resier | de cor branca com 67 anos |
| 25/12/57 | COVA RASA 131 | José Yawea Fernandes | de cor parda com 50 anos Porto Marinho |
| 31/01 | COVA RASA 1297 | Mário Greid | com 30 dias de cor branca Paraiíba |
| 16/02 | COVA RASA 1298 | José Baptista | com 2 dias de cor preta Paraiíba |
| 21/03 | COVA RASA 132 | José Buys Domingues | cor branca com 7 anos Porto Marinho |
| 03/04 | COVA RASA 1300 | Bento Ferreira de Alencar | de cor branca com 24 anos Paraiíba |
| 29/02 | COVA RASA 133 | Malvina de Souza Ramos | de cor branca com 16 anos Porto Marinho |

| DATA | | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|-----------|--------|---|----------|
| 28/5 | COVA RASA | 1307 | Nati morto com 9 meses intra-interna cor preta | Paraiiba |
| 3/6 | COVA RASA | 1308 | Nati-Morto de cor branca | Paraiiba |
| 8/6 | COVA RASA | 1309 | Nati-morto de cor preta | Paraiiba |
| 16/6 | COVA RASA | 1310 | Elzina Quintino de cor preta com 41 anos | Paraiiba |
| 16/6 | CARNEIRA | 1311 | Otilia Romana de Oliveira de cor branca com 40 anos | Paraiiba |
| 23/6 | COVA RASA | 1312 | Nati-morto de cor branca | Paraiiba |
| 9/7 | COVA RASA | 1313 | Nati-morto de cor preta | Paraiiba |
| 13/8 | COVA RASA | 1314 | Quezi Lima de cor branca 3 anos | Paraiiba |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|----------------|---|---------------|
| 21/9 | COVA RASA 1320 | Brasilina da Conceição de cor preta com 25 anos | Parariba |
| 22/9 | COVA RASA 135 | Orlando Silva de cor preta com 12 dias | Porto Marinho |
| 02/10 | COVA RASA 1391 | Francisco José Soares de cor preta com 59 anos | Parariba |
| 05/10 | COVA RASA 135 | Paulo Santos de cor parda com 36 anos | Porto Marinho |
| 07/10 | COVA RASA 136 | Antônio Lopes Rodrigues de cor parda com 6 anos | Porto Marinho |
| 09/10 | COVA RASA 137 | José Lima Pinto de cor branca com 8 meses | Porto Marinho |
| 02/11 | COVA RASA 1322 | Josephina Grachet Gonçalves de cor branca com 85 anos | Parariba |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|----------------|--|-----------------|
| 20/12 | COVA RASA 1329 | Augusta Maria da Cou- ceira de cor preta com 55 anos | Paraíba |
| 27/12 | Cova rasa 1329 | Nicolau Marcelino Feal 56 anos côr parda | Paraíba |
| 28/12 | Cova rasa 1330 | Isabel Souza côr branca com 31 anos | Paraíba |
| 01/01 | | 1960 | |
| | Cova rasa 1331 | Jose Ferchard 10mlha, côr branca com 31 anos | Paraíba |
| 03/01 | Paranaíba 1332 | Juliana Ecard Cabral côr branca com 11 anos | Paraíba |
| 17/01 | Cova rasa 1333 | João Estabato de 1961 côr branca com 68 anos | Paraíba Paraíba |
| 29/01 | Cova rasa 1334 | Antônio Francisco de cor parda com 86 anos | Paraíba Paraíba |
| 07/02 | Cova rasa 1335 | João Luiz com 45 dias de cor parda | Paraíba Paraíba |
| 11/02 | Cova rasa 1336 | 36 Rita Maria 3 dias de cor parda | Paraíba |

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---------------------------------------|-------------------|-------|
| 24/06 | Cova rosa 1343 | Natalina Parly | |
| | Bautifacio cor branca com 4 anhos | Paraiiba | |
| 25/06 | Cova rosa 1344 | Constançio Florio | |
| | da Louceira de cor parda com 12 anhos | | |
| 26/06 | tumulo 1345 | Dulcina Roberto | |
| | Silva de cor branca com 2 anhos | Paraiiba | |
| 28/06 | Teve rosa 1346 | Artur Munier | |
| | cor branca sem 3 meses | Paraiiba | |
| 31/06 | Teve rosa 1347 | Orlando Pinto | |
| | da saca cor parda 1 ano | sem Paraiiba | |
| 03/07 | Teve rosa 139 | José Henrique | |
| | belto cor branca sem 11 dias | Porto Marinho | |
| 24/07 | Teve rosa 1398 | Natalino Marlei | |
| | Bonfa de cor branca sem 4 anhos | Paraiiba | |

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

- 19/10 Cova para 1355 Nati Nork
de cor branca
Paraitiba
- 16/11 remessa rem. n.º Brasileira
Leite Muzzi PERPETUA 1355
Paraitiba
- 06/10 Cova para 1356 José de cor
branca com 4 dias
Paraitiba
- 09/12 Cova para 1357 Joaquim Alcelino da
Silva de cor branca com 44 dias
Paraitiba
- 15/12 Cova para 142 Aquelto Faria
de cor branca com 12 dias
Coto Marinho
- 1962
- 07/02 Perpetua 1358 Maria Moreira
Macalino de cor branca com
18 dias
Paraitiba
- 07/03 Cova para 1359 Maria Eva de Araújo
de cor branca com 1 ano
Paraitiba
- 15/03 Cova para 1360 Nati Nork
de cor branca
Paraitiba

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|-------------------------------|--|--------------|
| 27/7 | bova rasa / 365 | Benedito Rosa de cor preta com 52 anos | Paraitiba |
| 27/7 | bova rasa / 366 | Nelson Audide de cor branca com 31 anos | Paraitiba |
| 27/7 | bova rasa / 367 | Ayres de Souza Ramos cor branca com 28 anos | Paraitiba |
| 14/8 | Perpetua / 368 | Francisco Pacheco do Couto de cor branca com 86 anos | Paraitiba |
| 18/8 | bova rasa 147 | Alberto de Oliveira cor branca com 2 meses | Coto Narinho |
| 20/8 | bova rasa / 148 | Antônio Paimundo dos Santos cor parda com 60 anos | Coto Narinho |
| 8/9 | bova rasa / 369 | Benedito V. Barbosa cor preta com 60 anos | Paraitiba |
| 8/9 | bova rasa José Cosmo de Souza | Novembro cor parda com 3 dias | Paraitiba |
| | sepultura / 370 | | Paraitiba |

DATA

DEBITO CREDITO SALD

7/12 leova rasa 1376 Maria Soccelina da Rosa
côr parda com 86 anos
Parariba

18/12 1963
3/1 leovarasa 1377 Solange Regina Soares
côr morena com 6 meses de idade
Parariba

8/1 leovarasa 151 Odair Amelino da Silva
côr preta 90 anos
Port Macumbo

13/1 leovarasa 1378 Nadege Figueiro Muniz
de côr branca 15 anos
Parariba

14/1 leovarasa 1379 José Maria Marcolino
côr parda com 6 dias de nascido
Parariba

26/1 leovarasa 1400 Selma Maria da Silva
côr branca com 3 meses
Parariba

27/1 leovarasa 1401 João Rosa
côr preta com 66 anos
Parariba

1963

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|--|--|-------|
| 14/06 | Cava cravada 14083 cavipata cõr putã, com 65 anos | Leuãno Teixeira Paraitã | |
| 17/06 | Cava cravada 154 cõr branca, com 93 anos | Clãria beta Cordeiro - Porto Marinho Paraitã | |
| 01/7 | Cava cravada 14093 cavipata 90 anos | Eurostãsto Flãvio Paraitã | |
| 5/7 | 1410 Cava cravada 1410 cõr putã 72 anos | Jãnio Vãctor Barke Paraitã | |
| 11/7 | Cava cravada 155 cõr branca 20 anos | Baruclitã Souza Porto Marinho | |
| 19/7 | Cava cravada 1411 cõr branca 9 dias cõr branca 9 dias | Mãrcels Campõs Jãnior Paraitã | |
| 20/7 | Cava cravada 1412 Alcãntãra cõr putã, com 3 anos | Deisãe Maria Paraitã | |
| 6/9 | Cava cravada 14133 cõr putã cõr com 8 meses | Nãtãli Mõstõrtõ Paraitã | |

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

- 14/11 Lova para 1422 Maria de C. Parda
com Amine
Paraita
- 28/11 Lova para 1423 Emília Pereira Gomes
com branca com 65 anos
Paraita
- 25/12 Lova para 1424 Onésio Gonçalves
das Santas com branca com 7 anos
Paraita
- 1964
- 8/1 Lova para 1425 Demétrio Soares Berra
com branca com 10 meses
Paraita
- 9/2 Lova para 1426 José Francisco Florentino
com pendola com 8 dias
Paraita
- 13/2 Lova para 1427 Sirlia Martins da Silva
com branca com 16 dias
Paraita
- 23/3 Lova para 1428 Octaviano Spriano
de Esmeraltes com preta 27 dias
Paraita

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

4/5

Bova rasa 156 Janio Vitorino de cõ
 paudo com 20 dias de nascido
 Porto Caiubã

9/5

Bova rasa 1436 Maria dos Anjos
 Escócil Faria com paudo com
 os dias de nascido
 Paraitã

20/5

Bova rasa 1437 Manoel com putã
 com os dias de nascido
 Paraitã

22/10

Carreira 1438 Alexandria Duarte
 Pereira com 22 anos
 Paraitã

26/10

Bova rasa 1439 Manoel Genivalves
 Pereira com putã com 16 dias
 Paraitã

01/11

Perpetua 1440 Eugênia de Araújo
 de branca com 194 anos
 Paraitã

07/11

Bova rasa 1441 Nete Merti
 com branca com 7 meses
 Paraitã

1965

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

9/1 bova rasa 1447 Irineia Faustina Fargue
côr parda com 1 ano
Paraita

9/3 bova rasa 1448 Maria Lourenço Lima
côr branca com 18 dias
Paraita

9/3 bova rasa 1449 Moiseis Fuccina Ferraz
côr branca com 3 meses
Paraita

16/3 bova rasa 1450 Ercudiina Calisto Ribira
côr preta com 60 anos
Paraita

19/3 bova rasa 1451 Izaias côr parda
com 7 meses
Paraita

25/3 bova rasa 1452 João Lima Cabral
côr branca com 85 anos
Paraita

5/4 bova rasa 1453 Liano côr preta
com 77 anos
Paraita

1965

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|----------------|---|-------|
| 3/9 | bova rasa 1460 | Marie de Souza Silva côr branca com 52 anos Paraité | |
| 19/9 | bova rasa 1461 | Eliete dos Reis Gomes côr branca com 72 anos Paraité | |
| 19/9 | bova rasa 1462 | Odeuir Santos de Souza côr branca com 1 ano e 9 meses Paraité | |
| 20/9 | bova rasa 1463 | Manoel de côr preta com 24 horas de nascido Paraité | |
| 21/9 | bova rasa 1464 | Manoel Chedinho Boim côr branca com 68 anos Paraité | |
| 30/9 | bova rasa 1465 | Sophia Ribeiro de Brito côr branca com 83 anos Paraité | |
| 2/10 | carreira 1466 | pat Dutra Carreira côr branca com 88 anos Paraité | |

1966

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|----------------------------------|---|-------|
| 12/1 | lova rasa 1474 | Eugenia Franches | |
| | côr branca com 93 annos | Paraita | |
| | | | X |
| 25/1 | lova rasa 1475 | Carlos Plagno Martin | |
| | côr parda com 02 dias | Paraita | |
| | | | X |
| 14/3 | lova rasa 1476 | Belmira da Conceicao | |
| | côr preta com 79 annos | Paraita | |
| | | | X |
| 16/3 | lova rasa 1477 | Jorge Elias Correa | |
| | do Araujo côr branca com 4 annos | Paraita | |
| | | | X |
| 29/3 | lova rasa 1478 | Manoel Pereira Pereira | |
| | côr branca com 02 dias | Paraita | |
| | | | X |
| 1/4 | lova rasa 1479 | Antonio Manoel de | |
| | côr branca com 77 annos | 5 dias Paraita | |
| | | | X |
| 9/4 | Tumbulo 1480 | Antonio Manoel | |
| | de Paula côr branca com 77 annos | Paraita | |

1966

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------|---|-----------------------|---|
| 01/8 | 1292 1487 Carreira Blandionor dos Santos | PERF. CIVIL Gaucho | côr parda com 62 anos Paraiiba |
| 8/8 | X bova para 1488 | | Nati morto côr parda com 09 meses Paraiiba |
| 16/8 | X bova para 1489 | | Nati-morto côr branca idade ignorada Paraiiba |
| 17/8 | X Tupundo 1490 | | Leue Bard Guimarães côr branca com 38 anos Paraiiba |
| 18/8 | X bova para 1491 | | Nati-morto côr preta com 08 meses Paraiiba |
| 16/10 | X bova para 1492 | | Marcimiano Inacio côr preta com 95 anos Paraiiba |
| 19/10 | X bova para 1493 | | Vitalina Joana Margarida côr parda 60 anos Paraiiba |

1967

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|---|---------|---------|
| 20/2 | lova para 1500 Manoel Rezine de cõ branca com 46 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 23/2 | lova para 1501 Maria Furena Coimbra cõ branca com 03 dias | | Paraíba |
| | x | | |
| 3/4 | lova para 1502 Ana Joaquina da Conceição cõ preta com 72 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 5/4 | Tumulo 1503 Euclides da Rosa Couty de cõ branca com 87 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 12/4 | lova para 1504 José Vieira cõ preta com 55 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 01/6 | Tumulo 1505 Manoel Savarino Bon PERPETUA cõ branca com 64 anos | | Paraíba |
| | x | | |
| 04/9 | Tumulo 1506 Manoel Sanchez Garcia cõ branca com 79 anos | | Paraíba |

1968

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|-------------------|---|---------|-------|
| 19/4 | bova rasa 1514 Carlito Robadey Silva côr branca com 09 meses Paraitiba | | |
| 16/5 | bova rasa 1515 ^x Francilina Gregoria de côr preta com 70 anos Paraitiba | | |
| 2/6 (PERPETUA) | bova rasa 1516 ^x José Roque Duarte Leal côr branca com 19 anos Paraitiba | | |
| 17/6 | bova rasa 160 ^x Erotides Teixeira de Araujo côr branca com 62 anos Porto Marinho | | |
| 21/7 | bova rasa 1517 ^x Sebastião Borges côr parda 58 anos Paraitiba | | |
| 31/7 | bova rasa 1518 ^x Marco Antônio Barbosa Noronha côr parda com 02 meses Paraitiba | | |
| 19/8 | bova rasa 161 ^x Benedito Borges de Oliveira côr branca com 58 anos Porto Marinho | | |

1969

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|----------------|---|-------|
| 27/3 | bova rasa 1525 | Maria das Dores Ferreira da Rosa cor preta com 32 anos Parariba | |
| 02/5 | bova rasa 1526 | Rosilene Minguens cor branca com 2 anos e 5 meses Parariba | |
| 08/5 | bova rasa 1527 | Leila Lourenço de Lima cor branca com 11 dias Parariba | |
| 14/6 | bova rasa 1528 | Cati-onoré cor parda com 08 meses Parariba | |
| 3/7 | bova rasa 1529 | Dalcy Vitorino cor parda com 04 anos Porto Marinho | |
| 6/8 | bova rasa 1530 | Antônio Flavio da Silva cor preta com 67 anos Parariba | |
| 15/8 | bova rasa 1531 | Maria Isabel Faver Coelho cor branca com 29 anos Parariba | |

Antônio de Pa

1969

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

17/12 Cova rasa 1536 Alessandra Roquete
c/ branca com 84 anos
Paraitiba

22/12 Cova rasa 1537 Mario Luiz Inácio
c/ preta com 03 dias
Paraitiba

1970

08/1 Cova rasa 1538 Vandesleia de Fátima
Leandro Rodrigues c/ preta
com cinco meses
Paraitiba

28/1 Cova rasa 1539 Edvirges Cimentif da
Silva c/ preta com 80 anos
Paraitiba

02/2 Cova rasa 166 Vera Lucia Vitorino Feres
c/ preta com 03 anos
Porto Marinho

10/2 Cova rasa 1540 Odetto Marinho
de Paula c/ branca com
42 anos
Paraitiba

1970

14

| DATA | DEBITO | CREDITO | SALDO |
|------|--|---------|-------|
| 02/6 | | | |
| | Cova rasa 1546 Cecilia Resier Guis côr branca com 53 anos Parariba Guis 158 | | |
| 11/6 | | | |
| | Cova rasa 1547 Nati-morto côr branca com 09 meses Parariba Guis 158 | | |
| 12/6 | | | |
| | Cova rasa 1548 Mario Paionundo Yunes côr parda com 28 dias Parariba Guis 158 | | |
| 13/6 | | | |
| | Cova rasa 1549 Georigina Periana Bard com 88 anos Parariba Guis 158 | | |
| 18/6 | | | |
| | Cova rasa 1550 Guiomar Maria de Jesus | | |
| 18/6 | | | |
| | Cova rasa 168 Antônio José Rodrigues côr branca com 63 anos Porto Carielha | | |
| 06/7 | | | |
| | Cova rasa 1550 Guiomar Maria de Jesus côr parda com 37 anos Parariba Guis 1590 | | |

DATA

DEBITO CREDITO SALDO

17/12 carneira 1558 Hildebrando Augusto
Guimarães cor branca com
80 anos
Paraciba

1971

14/1 bova rasa 169 Rogerio Braga
Lactus cor preta com 5 anos
Porto Marinho

19/3 bova rasa 170 Maria Dias
cor branca com 1 dia
Porto Marinho

28/3 bova rasa 171 Maria Pinto Rosa
cor preta com 1 dia
Porto Marinho

27/5 carneira 3892 Iza Nobre
da Bon Ambre cor branca
com 52 anos
Paraciba

9/6 bova rasa 3893 Nati - morto
cor preta com 09 meses
15600
Paraciba

1971

DATA

DEBITO

CREDITO

SALDO

Rogerio Braga Martins

Sepultura 3900 / 1564

faleceu no dia 14 de Janeiro de 1971 no Hospital de Caldas de cor preta idade ignorada conforme atestado assinado pelo Dr. João Nicolau Yuzzo causa mortis Insuficiência Cardíaca Renal, era filho de Manoel Martins e da Odalia Braga Martins foi sepultado no cemitério desta Vila em 14-01-71 Guia 3988

x x

Overaldo Santos Reis

Sepultura 3904 / 1565

Sesco marabulino natural deste Estado residente na zona rural onde faleceu no dia 30 de Janeiro de 1971 com 30 dias de nascido faleceu morte natural sem assistência médica era filho de Sebastião José dos Reis e Tule Santos Reis foi declarado José L. Bauto e foi sepultado no cemitério desta Vila Guia 1598

Mês de Março 1997:

Sepultura (4.332)

Antonio Luiz Silva Araujo

Falecido no dia 13 de março de 1997

solteiro de cor branca com 31 anos de idade

Foi sepultado no cemitério de Porto Marinho
no da Guia (357) do livro "4.º C."

Mês de junho de 1997

Sepultura (4.333)

"messias muner teixeira"

Falecida no dia 9 de junho de 1997

solteiro de cor branca com 42 anos de idade

fui sepultada no cemitério de S.S. do Paraíso

no da Guia (126) do livro (11.º C.)

Mês de Agosto de 1997:

Sepultura (4.334)

Dormecilia Vieira Rosa

Falecida no dia 29 de agosto de 1997.

Viúva de cor preta com 84 anos de idade

Foi sepultada no cemitério de São Sebastião do Paraíso

no da Guia (127) do livro "11.º C."

Mês de Fevereiro de 1998

Sepultura (4.338)

Carlos mineiro

Falecido no dia 28 de Fevereiro de 1998

Salteiro de cor Preta com 57 anos de idade

foi sepultado no Cemiterio de S. S. do Paraíba

nº da Guia (133) do bairro (5-E)

Carmo



Mês de Maio de 1998

Sepultura (4.339)

Altino Leonardo Guindelen

Falecido no dia 20 de Maio de 1998

Viuva de cor Branca com 95 anos de

idade foi sepultado no cemiterio de

S. S. do Paraíba. nº da guia (2493) do bairro 24E

Carmo



Mês de Junho

Sepultura 4.340

Margarida Silva Silveira

Falecida no dia 21 de Junho de 1998

Viuva Branca com 69 anos foi sepultada

no Cemiterio de S. S. do Paraíba

nº da Guia (2498) do bairro (24 E)

Carmo

Sepultura (4 345) Mês de novembro: 1998

(cont.)
 Irineia Martins da Silva
 Falecida no dia 18 de novembro de 1998.
 Casada de cor branca, com 63 anos de idade.
 Foi sepultada no cemitério de Porto Marinho.
 Nº da guia (140) do livro "15.º"

Mês de dezembro: 1998:

Sepultura (4 346)

(cont.)
 Nathalia Eisenberg
 Falecida no dia 22 de dezembro de 1998.
 Viúva de cor branca, com 86 anos de idade.
 Foi sepultada no cemitério de Porto Marinho.
 Nº da guia (3.826) do livro "23.º"

Sepultura (4 347)

(cont.)
 Vestulina Antonina Ricarda
 Falecida no dia 14 de dezembro 1998.
 Viúva de cor branca, com 90 anos de idade.
 Foi sepultada no cemitério de Porto Marinho.
 Nº da guia (3.232) do livro "23.º"

Mês de fevereiro 1999

Sepultura (4.351).

Catálogo

Gerardo Ramos

Falecido no dia 25 de fevereiro de 1999.
Casado de cor Preta, com 69 anos de idade.
foi sepultado no cemitério de São Sebastião
de Paraíba.

Nº da Guia (2571) do Livro 24 "B"

Mês de março 1999

Sepultura (4.352)

Catálogo

Alceu da Costa Teixeira

Falecido no dia 01 de março de 1999

Viúvo de cor Branca com 78 anos de idade
foi sepultado no cemitério de S.S. de Paraíba

Nº da Guia (140) do Livro 11 "E"

Sepultura (4.353)

Antonio Augusto do Couto Cabral

Falecido no dia 01 de março de 1999

Solteiro de cor Preta com 33 anos de idade
foi sepultado no cemitério de S.S. de Paraíba

Nº da Guia (2575) do Livro 24 "E"

Sepultura (4.354)

Maria Aita Borges

Falecida no dia 29 de março de 1999

Viúva de cor Preta com 80 anos de idade

foi sepultada no cemitério de S.S. de Paraíba

Nº da Guia (2584) do Livro 24 "E"

cora

Mes de Outubro de 1999

Sepultura (4.358)

Geraldina Simões Gomes Fallecida no dia
13 de Outubro de 1999 casada de cor branca
com 83 anos de idade foi sepultada no
Cemiterio de S.S. do Paraulba

nº da Guia (6.791) de Livro (2.ºº)

Sepultura (4.359)

Catalunha
OTTÍLIA DA SILVA FERREIRA
Fallecida no dia 25 de Outubro de 1999
Viuva de cor branca com 92 anos de idade
Foi sepultada no Cemiterio de S.S. do Paraulba

nº da Guia (2.635) de Livro (24.ºº)

Sepultura (4.360)

Catalunha
Edalme Gomes Curty
Fallecido no dia 27 de Outubro de 1999
Casado de cor Branca com 54 anos de idade
sepultado no Cemiterio de S.S. do Paraulba

nº da Guia (2525) de Livro (21.ºº)

Mes de novembro de 1999

Sepultura (4.361)

Arsalina de Souza Ferreira Duarte
Fallecida no dia 01 de novembro de 1999
Viuva de cor branca com 84 anos de idade
sepultada no Cemiterio de Porto marinho

nº da Guia (4.035) de Livro (23.ºº)

cora

Mes de Abril de 2000

Catatinga

Sepultura (4.366)

Irene Curtij ~~da~~ Cunha
Falecida no dia 06 de abril de 2000
casada de cor branca com 90 anos de
idade foi sepultada no Cemiterio de
São Sebastião do Paraíba
nº da guia (2.795) do livro (C.26)

Catatinga

Sepultura (4.367)

Bento Tiago da Cunha Falecida no dia
15 de abril de 2000 casado de cor Branca
com 82 anos de idade foi sepultado no
Cemiterio de S.S. do Paraíba
nº da guia (7375) do livro (C.23)

Quero

Sepultura (4.368)

Adriana da Luz, falecida no dia 01 de maio
2000, solteira de cor preta com 17 anos de
idade, foi sepultada no cemiterio de
São Sebastião do Paraíba.
nº da guia (2.715) do livro "24 e"

Mes de Junho (de 2000)

Sepultura (4.369)

Eleuterio da Conceição Curtij Falecida no dia
1º de junho de 2000 viúva de cor branca com
100 anos de idade foi sepultada no cemiterio
de Porto marinho.

nº da guia (4.145) do livro (24)

Catatinga

mes de Outubro de 2000

Sepultura (U.375)

Catálogo
 Elaine de Souza Pereira Falecida no dia
 24 de Outubro de 2000 solteira de cor
 Branca com 31 anos de idade foi
 sepultada no cemitério de São Sebastião do Paraíba
 nº da Guia (158) do livro (11-C)

Sepultura (U.376)

Registro
 Maria de Lourdes Rosa dos Santos
 Falecida no dia 28 de Outubro de 2000 viúva
 de cor Preta com 58 anos de idade foi
 sepultada no cemitério de São Sebastião do Paraíba
 nº da Guia (9726) do livro (24-C)

Registro
 Pequena exumação de Eli Teixeira da Silva
 sepultado (no dia 21.10.97 na Cat. 503 Vol. 1
 no EPSM, e a saída do restos mortais ~~para~~ do
 cemitério de Niterói para o cemitério de
 São Sebastião do Paraíba - ^{modif. 16.11.00} Santa Galo.
 Ref. ao processo 21368/00.

Catatumbo

Verso Pág 08

mes de Abril 2001

Sepultura (4.381)

Maria da Conceição Feuchard Pereira

Falecida no dia 22 de Abril de 2001 Viuva
de cor branca com 79 anos de idade

Foi sepultada no cemitério de S. Sebastião do Paraíba
nº da guia (1.529) do livro (22)

Catatumbo

Sepultura (4.382)

Reclimo Inacio Pereira

Falecido no dia 28 de Abril de 2001 Viuvo
de cor Branca com 85 anos de idade

Foi sepultado no cemitério de S. Sebastião do Paraíba
nº da guia (2702) do livro (C:21)

Catatumbo

mes de maio de 2001

Sepultura (4.383)

Ruby Pereira Pinto

Falecido no dia 17 de maio de 2001 casado
de cor branca com 63 Anos de idade

Foi sepultado no cemitério de S. Sebastião do Paraíba
nº da guia (2765) do livro (24e)

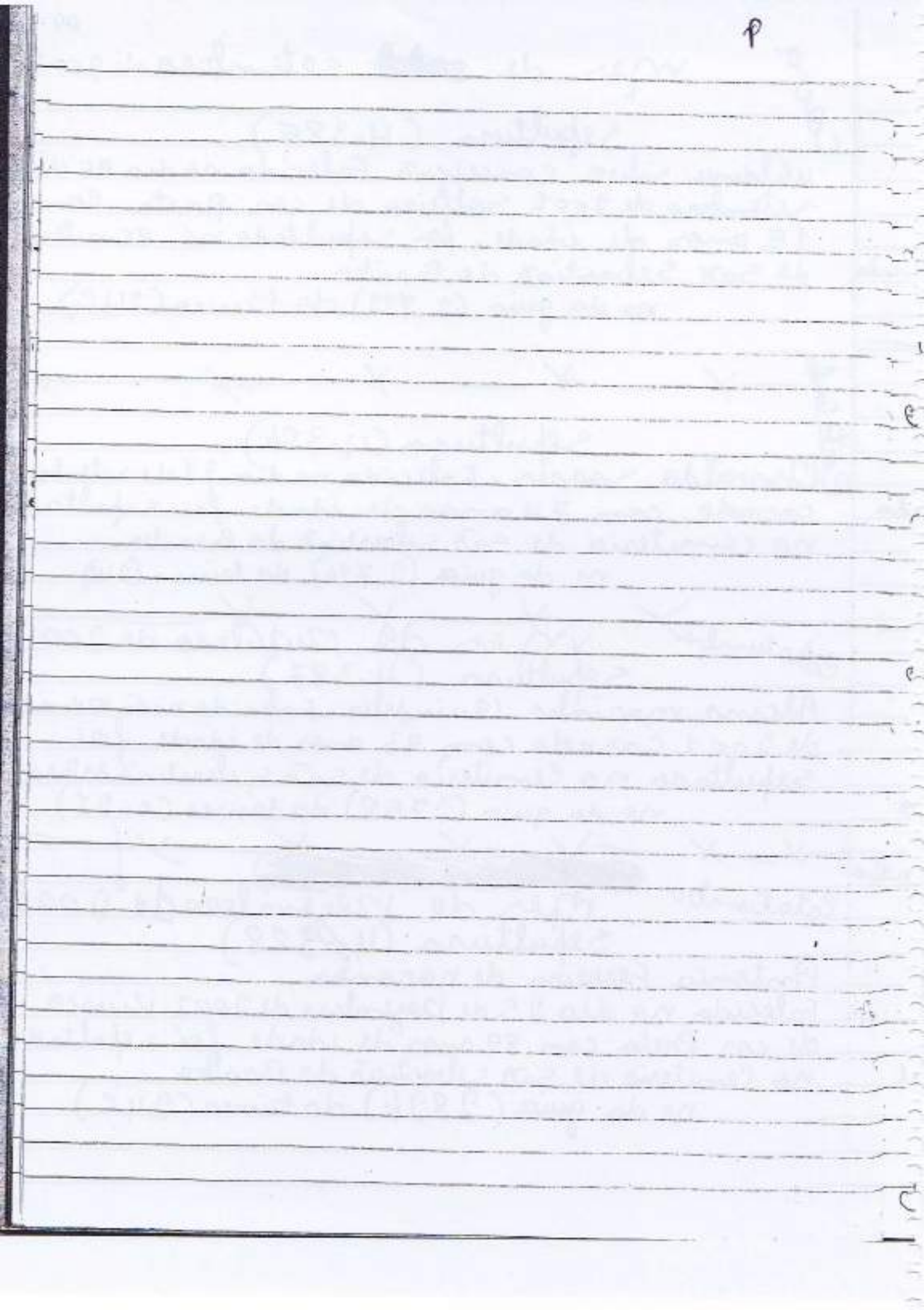
mes de Agosto de 2001

Sepultura (4.384)

Jandira Silva Pimentel falecida no dia
25 de agosto de 2001 Viuva com 76 anos de
idade, de cor branca foi sepultada no
cemitério de São Sebastião do Paraíba

nº da guia (3.334) do livro (C-05)

Catatumbo



Cova

mes de Maio de 2002

Sepultura (4.393)

Jhannathan Rosa dos Santos

Falecido no dia 24 de maio de 2002

de cor Preta com 02 anos de idade

foi sepultado no Cemiterio de Porto marinho

no da guia (4.521) do livro (...24)

Observações: nascido em 01/05/2000. guia nº 3098517

catatumba

mes de julho de ~~2002~~ 2002

Sepultura (4.394)

Deomar Ferreira (Aundeler)

Falecida no dia 13 de julho de 2002

de cor Branca com 84 anos de idade Viuva

foi sepultada no cemiterio de São Sebastião do Paraíba

no da guia (2834) do livro (C-21)

catatumba

Sepultura (4.395)

Sebastiana de Freita Barbara

Falecida no dia 28 de julho de 2002

casada de cor Preta com 71 anos de idade

Foi sepultada no cemiterio de São Sebastião do Paraíba
no da guia (604) fls. 230/231

Mes de Novembro de 2002

~~corvo~~

Sepultura (4.399)

Marta Pereira da Silva Falecida no dia 10 de novembro de 2002 de cor branca com 83 anos de idade. Foi sepultada no cemitério de Porto Marinho nº da guia (4.599) do livro (24) ^{Viúva}

— X — X — X — X — X —

Sepultura (4.400)

Dalto pereira de Souza Falecido no dia 22 de novembro de 2002 de cor branca com 40 anos de idade. Foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba nº da guia (-284) do livro (C-09) ^{Casado}

~~catatumba~~

Sepultura (4.401)

Sebastião dos Santos Rodrigues Falecido no dia 25 de novembro de 2002 de cor parda com 55 anos de idade foi sepultado no cemitério de Porto Marinho nº da guia (20032) do livro (59-C) ^{Casado}

~~catatumba~~ Mes de Dezembro de 2002

Sepultura (4.402)

Elvira Pereira de Souza Falecida no dia 24 de dezembro de 2002 de cor branca com 96 anos de idade. Foi sepultada no cemitério de São Sebastião do Paraíba (nº da guia (2885) do livro (C-11) ^{viúva}

~~catatumba~~

Sepultura (4.403)

Honorio Magdalena do conto Falecido no dia 30 dezembro de 2002 de cor branca com 64 anos de idade casado Foi sepultado no cemitério de Porto Marinho nº da guia (20075) do livro 59C

Mês de julho 2003

João Rogério

Falecido no dia 31 de julho de 2003

com 57 anos de idade Foi sepultado
no cemitério de Porto Marinho

nº da guia (4.751) do livro (25)

 Sepultura (4.408).
 (Mês de Janeiro de 2004).

Renij Bastos de Souza

Falecido no dia 28 de Janeiro de 2004.

Viúvo de Cor Izoranca com 76 anos de idade
Foi sepultado no cemitério ~~de Porto Marinho~~
de São Sebastião do Paraísocertificado, que a fls. 206 do livro 25 C.
do termo Sal. o nº 3051.

 (Mês de Fevereiro 2004.) Sepultura nº

Mária Izoraida Araújo Almeida. (4.409)

Falecida no dia 25 de fevereiro de 2004.

Viúva de Cor Izoranca com 70 anos de idade
Foi sepultada no cemitério de Porto Marinho.certificado, que o livro 63. C. a fls. 135:
o número de ordem. 21141.

(Mês de agosto: 2004)

Catalumba!

- Sepultura (4.413) -

Waner Nulin, falecido no dia 13 de agosto de 2004, de cor branca, casado, do sexo masculino, com 77 anos de idade, foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba. Certifica que a folhas 132 do livro 11 C, sob o termo 204.

— // — //

(Mês de Outubro: 2004)

Sepultura nº (4.414)

COVA

Benedito José Rodrigues, falecido no dia 15/10/04, de cor branca, casado, do sexo masculino com 83 anos de idade, foi sepultado no cemitério de Porto Marinho. Certifica que as folhas 133 do livro 11 C, sob o termo nº 208

— // —

Certifico o Sr. Ségio Barbera de Paula, a transferir os restos mortais de Odetto Marinho de Paula, Sepultura nº 1345, do cemitério de São Sebastião do Paraíba - 4º distrito - Cantagalo - R. J., para quadra "G", lotes nºs 22 e 23, terreno vago no cemitério do município de Cantagalo - R. J.

Cantagalo, 18 de outubro de 2004.

- Manoel Tereza de Paula
- Ségio Barbera de Paula

(mes de Abril) 2005

(Sepultura) 4. 417

Suci Faiva Suena falecida no dia vinte e três de Abril de 2005, de cor branca, viúva do sexo feminino com 80 anos de idade foi sepultada no cemitério de Porto Marinho. Cujos obito foi registrado no livro nº 25-C a folha 238, sob o termo nº 5. 113 do Cartório de Itassara.

Autorizo a Sra. Brasilina Mateia Curty Wennek a transferir os restos mortais de Dinorah Leite Muzzi, Jose Carlos Curty e Dinah Muzzi Curty, que nº 21 do cemitério de São Sebastião do Paraiba - 4º Distrito - Cantagalo - RJ para quadra C² entre os lotes nºs 3^a e 4^a terrenos vagos do cemitério do município de Cantagalo - RJ conforme documentos em anexo

Cantagalo - RJ 21 de Junho de 2005

(mes de Julho) 2005

(SEPULTURA) 4. 418.

Maria Mendes da Conceição falecida no dia 11 de Julho de 2005, de cor Preta, casada do sexo feminino com 83 anos de idade foi sepultada no cemitério de São Sebastião do Paraiba.

Cujos obito foi registrado no livro nº 25C

(mes de Julho)

(Sepultura) 4.422.

Antônio Leuchard Coimbra faleceu no dia 15 de julho de 2005, de cor branca casado do sexo masculino com 70 anos de idade, foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíso. cujo óbito foi registrado no livro nº 25-C das folhas 120 sob o termo nº 3.246 do Cartório de Pantagalo.

- X -

(mes de Julho)

(Sepultura) 4.422.

José Venancio Arruda faleceu no dia 23 de julho de 2005, de cor branca casado, do sexo masculino, com 75 anos de idade foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíso cujo óbito foi registrado no livro nº 16-C das folhas 123 sob o termo nº 170 do Cartório de Pantagalo.

(mes de Julho)

(Sepultura) 4.423.

Nelson do Couto Cabral, faleceu no dia 25 de julho de 2005 de cor preta solteiro, do sexo masculino, com 45 anos de idade.

mes de Outubro

(Sepultura) 4.426.

~~Couva~~
 Idmar Soares de Lima faleceu no dia 7 de outubro de 2005, de cor pua solteiro do sexo masculino com 25 anos de idade, foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraibá, cujo obito foi registrado no livro nº 100-C das folhas 356, sob o termo nº 24370 do Cartório de Pantagale.

mes de novembro

(Sepultura) 4.427.

~~Sepulturas~~
 Ivone Araújo Gonçalves faleceu no dia 22 de novembro de 2003, de cor branca casada do sexo feminino com 69 anos de idade, foi sepultada no cemitério de São Sebastião do Paraibá, cujo obito foi registrado no livro nº 25-C das folhas 111 sob o termo nº 3288 do Cartório de Pantagale.

mes de dezembro

(Sepultura) 4.428.

Joaquim da Conceição Santos faleceu

mês Abril) 2006

Univ pag: 17

(Sepultura) 4.431

Sepultura
Walter das Santas Cruz faleceu no dia 24/04/2006, cor branca do sexo masculino com 80 anos de idade, foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba, cujo obito foi registrado no livro nº C-22 na folha 191, sob o termo nº 3282 do Cartório de Cordino R.J.

MÊS DE MAIO de 2006

(Sepultura) 4432

Sepultura
Liamon Jasi de Mello faleceu no dia 26/05/2006, as 14:20, de cor branca de sexo masculino com 99 anos de idade, foi sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba, cujo obito foi registrado no livro nº C-22 na folha 294, sob o termo nº 3299 do Cartório de Cordino R.J.

~~4432~~
(Sepultura) 4433

Coroa
Telmy Leandrea das Santas faleceu no dia 30/05/2006, as 8 hora 45 minutos de cor preta do sexo masculino, com 27 anos de idade sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba cujo obito foi registrado no ^{livro} nº 25 C na folha 170 sob o termo nº 3344 na comarca de Cantagalo

MÊS JUNHO 2006

verso pág 18

(Sepultura) 4437

Sepultura Zenir Beatriz Ribeiro, faleceu no dia 29/06/2006 às 17 horas e 40 minutos, de cor preta do sexo feminino, com 65 anos de idade.

Sepultada no cemitério de S. S. do Paraíba, cujo óbito foi registrado no livro nº C-22 na folha 135, sob o termo nº 3310
comarca de Cordena

MÊS AGOSTO

(Sepultura) 4438

Sepultura Agnaldo Sebastião de Faria, faleceu no dia 01/08/2006, às 14:30 h. de cor branca do sexo masculino com 50 anos de idade
sepultado no cemitério de Porto Marinho, cujo óbito foi registrado no livro nº C-71 na folha 157 sob o termo 23563.
comarca de Itaperuna.

(Sepultura) 4439

Cor Dilson Barboza, faleceu no dia 10/08/2006 às 23:30 h., cor preta, sexo masculino de 61 anos de idade, sepultado no cemitério de S. S. do Paraíba, cujo óbito foi registrado no livro nº C-25 da folha 178 sob o termo 336
comarca de Cantagalo.

(Sepultura) 4443

Sepultura

Sebastião José de Souza, faleceu no dia 18/12/2006 às 02:45 h cor branca sexo masculino, 70 anos de idade sepultado no cemitério de Porto Marinho cujo óbito foi registrado no livro nº 104 c da folha 280 sob o termo nº 25694 Primeira circunscrição do Registro Civil de Nova Guiburgo.

(Sepultura) 4444

Sepultura

Maria Dúcia de Lima Feuchard, faleceu no dia 29/12/2006 às 16:30 h cor branca, sexo feminino, 81 anos de idade sepultada no cemitério de S.S. do Pavão cujo óbito foi registrado no livro de nº 25 c da folha 201, sob o termo nº 3406 Comarca de Santaquela

(Sepultura) 4445

Sepultura

Zeny Aureliana de Faria, faleceu dia 21/09/2007 às 05:30 h, cor branca, sexo feminino, 82 anos de idade, sepultada no cemitério de Porto Marinho, cujo óbito foi registrado no livro nº 26 da folha 120, sob o termo nº 5.448 Comarca de Itacaram

(Sepultura) 4449

(Ciro Paranha)

COVA / José Isacyr da Silva, faleceu dia
12/10/2007, às 22:00 horas, cor negra, sexo
masculino, 65 anos de idade, sepultado no
cemitério de S. S. do Paraíba 4º D/ Cantagalo
cujo óbito foi registrado no livro nº 25C da
folha nº 248, sob o nº de ordem 3498.
Camarca de Cantagalo R. J.

(Sepultura) 44.50

Sepultura / José Vieira Mímimo (Bijoca), faleceu dia
17/10/2007, às 18:15 horas, cor negra, sexo
masculino, 62 anos de idade, sepultado no
cemitério de S. S. do Paraíba 4º D/ Cantagalo
cujo óbito foi registrado no livro nº 25C da
folha nº 249V sob o nº de ordem 3500.
Camarca de Cantagalo R. J.

~~MES NOVEMBRO~~

(Sepultura) 44.51

Sepultura / Herethildes Pereira Pinto, faleceu dia 26/10/2007
às 08:25 horas, cor branca, sexo feminino, 94 anos
de idade, sepultada no cemitério de S. S. do Paraíba
4º D/ Cantagalo, cujo óbito foi registrado no
livro nº 25C da folha nº 249V, sob o nº de ordem 3501
(nascida 3 agosto de 1916)
Camarca Cantagalo R. J.

MÊS Janeiro 2008 Traslado
Sepultura (44.54)

SEPULTURA

Jarbas Feuchard Tardin, faleceu no dia 07/01/2008, às 16:00 horas, sexo masculino, cor branca, 74 anos de idade, sepultado no cemitério de S. S. do Paraíba 4º dist. Cantagalo R. y. cujo óbito foi registrado na folha 53 do livro nº C-00029, sob o nº de ordem 3656.

Comarca de Carmo R. y. tel: (33) 2537-111

Sepultura (44.55)

SEPULTURA

Maria Mury da Silva Souza, faleceu no dia 31/01/2008, às 15:35 horas, sexo feminino, cor branca, 91 anos de idade, sepultada no cemitério de S. S. do Paraíba 4º dist. Cantagalo R. y. cujo óbito foi registrado na folha 259 do livro nº 25c, sob o nº de ordem 3521.

Comarca de Cantagalo R. y.

MÊS FEVEREIRO 2008

Sepultura (4456)

COVA

Ednânio Gonçalves, faleceu no dia 02/02/2008 às 22:00 horas, sexo masculino, cor negra, 77 anos de idade, sepultado no cemitério de S. S. do Paraíba 4º dist. Cantagalo R. y. cujo óbito foi registrado na folha 244V do livro nº C-22, sob o nº de ordem 3528.

Comarca de Cordeiro R. y.

MÊS DE JULHO 2008

Sepultura (4460)

Sepultura
 Joel Guimarães de Oliveira faleceu no dia 27/07/2008 às 11:00 horas, sexo masculino, cor branca, 60 anos de idade sepultado no cemitério de S.S. da Paraíba 4º dist. de Cantagalo R.J. cujo óbito foi registrado na folha 286V do livro nº 25C sob o nº de ordem 3575.

COMARCA DE CANTAGALO R.J.

Autorização

Autorizo o Sr. Jorge Alberto Bon, a transportar os restos mortais de: Wander Bon Malrega, do Cemitério de S.S. da Paraíba 4º dist. de Cantagalo R.J. para a chapa indicativa nº 341, no cemitério Municipal de Cordeiro R.J. conforme documento anexo. ~~Cantagalo~~ Cantagalo R.J, 29/07/2008

MÊS DE AGOSTO 2008

Sepultura (4461)

Sepultura
 Jaime Escócia da Veiga faleceu no dia 09/08/2008 às 04:00 horas, sexo masculino, cor preta, 68 anos de idade sepultado no Cemitério de Porta Mourinha 4º dist. de Cantagalo R.J. cujo óbito foi registrado na folha 54 do livro nº 00017C sob o nº de ordem 8087. Comarca de Santo Antônio de Pádua

MÊS NOVEMBRO

Sepultura (4465)

Sepultura
 Roberta da Silva Arruda faleceu no dia 23/11/08 às 07:30 horas, sexo feminino, cor branca, 27 anos de idade, sepultada no Cemitério de S.S. do Paraíba 4º dist de Cantagalo R.J. cujo óbito foi registrado na folha 159 da livro 0192.C sob o nº de ordem 90328.

Campos dos Goytacazes.

~~ROBERTA DA SILVA ARRUDA~~
 MÊS JANEIRO. 2009

COVARAS
 Sepultura (4466)

COVARAS
 Roberto Carlos Escossia Da Veiga faleceu no dia 01/01/09 às 13:40 horas, sexo masculino, cor preta, 39 anos de idade, sepultado no Cemitério de Parta Marinha 4º dist de Cantagalo R.J. cujo óbito foi registrado na folha 139 da livro nº C-00895 sob o nº de ordem 229597.

Rio de Janeiro. R.J.

Sepultura (4467)

COVARAS
 Sandra Regina Coelho Marques faleceu no dia 29/01/2009 às 12:30 horas, sexo feminino, cor preta, 31 anos de idade, sepultada no Cemitério de Parta Marinha 4º dist de Cantagalo R.J. cujo óbito foi

MÊS DE JULHO 2009

Sepultura (4470)

Sepultura
 Déa Fuchard Rabadey faleceu no dia 08/07/2009 às 15:15 horas, sexo feminino, cor branca, com 80 anos de idade, sepultada no Cemitério de S. S. da Paraiba 4º dist. de Cantagalo. R. J. cujo óbito foi registrado na folha 925 da livro c. 116 sob o nº de ordem 29339.

COMARCA NOVA FRIBURGO

Sepultura (4471)

Sepultura
 Candida Gomes De Moura, faleceu no dia 16/07/2009 às 10:20 horas, sexo feminino, cor preta, com 88 anos de idade, sepultada no Cemitério de S. S. da Paraiba 4º dist. de Cantagalo. R. J. cujo óbito foi registrado na folha 148 do livro nº 11C sob o nº de ordem 267.

Cemitério de S. S. da Paraiba

MÊS DE AGOSTO 2009

Sepultura (4472)

Sebastião Segundo Rodrigues, faleceu no dia 24/08/2009 às 07:31 horas, sexo masculino, cor preta, com 47 anos de idade, sepultado no Cemitério de S. S. da Paraiba

Sepultura (4475)

COVA PA
 Rita Dos Passos Esteram da Piedade
 faleceu no dia 02/11/2009 às 00:15 horas,
 com 56 anos de idade, sexo feminino, cor
 Preta, sepultada no Cemitério de Porto
 Marinho 4º dist. de Cantagalo. R. J.
 cuja obito foi registrado na folha 75, do
 livro 26-C sob o termo Mº 3355.
 ordem

COMARCA DE CANTAGALO

sepultura (4476) (15/10/09)

COVA PA
 Exumação de ~~Rita~~ Rcin Teixeira da Silva,
 sepultada no dia 27/09/2006, no CPSM, no CAT:
 238/5, saída de ossos de Arsenal S.G. R. J.
 para o Cemitério de S. S. do Paraiba 4º
 dist de Cantagalo R. J. 09/11/2009.

Sepultura (4477)

COVA PA
 Edigar Tertuliano de Oliveira faleceu
 no dia 09/11/2009 às 09:25 horas, com
 67 anos de idade, sexo masculino, cor branca,
 sepultada no Cemitério de Porto Marinho
 4º dist. de Cantagalo. R. J. cuja obito foi
 registrado na folha 77, do livro 118-C
 sob o termo de ordem nº 29691.

(C. Nova Friburgo)

(Sepultura 4481)

Manoel Teixeira de Paula faleceu no dia 21/04/2010, às 19 horas, com 75 anos de idade, sexo masculino, cor branca, sepultado no Cemitério de S.S. do Paraíba 4^o dist. de Cantagalo. R.J. cuja óbito foi registrado na folha 103 V^o do livro 26 c. sob o termo de ordem 3808.

Cantagalo

(Sepultura 4482)

Nadyn Mulin Leal faleceu no dia 27/05/2010, às 21:05 horas, com 81 anos de idade, sexo feminina, cor branca, sepultada no Cemitério de S.S. do Paraíba 4^o dist. de Cantagalo. R.J. cuja óbito registrado, pelo RXA 25149. guia sepultamento nº 60, 2010

(Sepultura 4483)

Roberto Carlos Lima Dutel faleceu no dia 19/08/2010, com 39 anos de idade, sexo masculino, cor preta, sepultado no Cemitério de S.S. do Paraíba 4^o dist. de Cantagalo. R.J. cuja óbito foi registrado na folha 64 do livro nº C-00019 sob o termo de ordem 4283.

Comarca de Duque de Caxias

2011

Verso pág 27

(Sepultura 4486)

Sepultura
 Manoel José Campos, faleceu no dia 02/02/2011 às
 3:45 hs, com 87 anos de idade, sexo masculino, cor Branca,
 sepultado no cemitério de São Marinho - 4º Distrito de
 Cantagalo - R.J. Seu óbito foi registrado na folha 249 do
 livro C-19 sob o nº de ordem 8882

Cemitério de Santo Antônio de Pádua

(Sepultura 4487)

Sepultura
 Demerval Vitalina de Lima, faleceu no
 dia 10/02/2011 às 12:30 hs, com 60 anos
 de idade, sexo masculino, cor preta, sepulta-
 do no Cemitério de S.S. da Paraíba, 4º
 dist. de Cantagalo - R.J. Seu óbito foi
 registrado na folha 160 do livro C-26
 sob o nº de ordem 3921.

Cantagalo - R.J.

 mês de março de 2011
 (Sepultura 4488)

Sepultura
 Geraldo Teixeira da Silva, faleceu no dia 03/03/2011
 às 14:45 hs, com 89 anos de idade, sexo masculino
 cor: Branca, sepultado no cemitério de São Sebastião
 de Paraíba - 4º Distrito de Cantagalo - R.J. Seu óbito
 foi registrado na folha 164 do livro 26C sob o nº de
 ordem 3929

Sula RX A24775 - Cantagalo - R.J.

ver livro faltando as folhas 27 e 29
 (ver livro que não faltando essas folhas com
 o nº 1)

mês de Abril de 2011

(Sepultura 4489)

CATATUMBA

Dalio Gomes Luty, faleceu no dia 20 de Abril de 2011, às 18:20 hs com 57 anos de idade, sexo masculino cor: Branca, sepultado no cemitério de S. Sebastião do Paraíba, 4º Distrito de Cantagalo - R.J cujo óbito foi registrado na folha 170V do livro 26c sob o n° de ordem 3942.

Sede - RXA 24788 - cartório de Cantagalo - R.J

mês de maio 2011

Não houve Sepultamentos.

mês de junho de 2011

(Sepultura 4490)

Alan Odido Martins, faleceu no dia 17/06/2011 às 00:35 hs, com 1 dia de vida, sexo masculino cor: Branca, sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíba, 4º Distrito de Cantagalo.

causa mortis: Parada Cardiorespiratória, Sepsis neonatal

CATATUMBA

Médico Atestante: Drº Jorge Emmanuel Lopes de Amaral CRM 5227549-1

Cujo óbito foi registrado na folha 296 do livro n° C.00010 sob o n° de ordem 4825

Registradora do RCPN do 1º Distrito de Bom Jardim R.J

(Sepultura 4493)

Camira de Souza Curtly, faleceu no dia 30 de setembro de 2011, às 17:50 hs no hospital municipal Paul Sestã com 89 anos de idade, sexo feminino cor: Branca, Solteira, sepultada no cemitério de São Sebastião de Paraituba - 4º Distrito de Cantagalo - R.5
 causa mortis: Demência, Broncoaspiração, pneumonia diabetes melitus, Insuficiência cardíaca congestiva, Fratura de col de fêmur esquerdo.

médico atestante: Drª Pollyanna S.C.C.H. Alves da Costa

CRM 52892181

COPY desta foi registrada na folha 209 do livro C-127 volº o nº de ordem 32523.

Guia nº 3960 Selº Nº RXD-07093

1 circunstâncias RCPN Nova Friburgo

Raque Luiza Kell (Oficial Titular)

Praça Demerval Barbosa Moura nº 14 Sala 701

Mês de Outubro 2011

(Sepultura 4494)

José Francisco Lual, faleceu no dia 23 de outubro de 2011, às 13:30 hs com 89 anos de idade sexo: masculino cor: PARDA Viúvo, sepultado sepultado no cemitério de Pedro Maximino - 4º Distrito de Cantagalo R.5

causa mortis: Infarto Agudo miocárdio, Aterosclerose generalizada, Esclerose, Neoplasia maligna na próstata.

Médico Atestante: Itaquip Sabar Júnior CRM 52.30582-4

COPY desta foi registrada na folha 298 do livro nº C-00029 volº o nº de ordem 598

Guia de Sepultamento nº 624 - Selº de finalização RXA-11111.

Cartório de Registro Civil

CAPTUMBA

COVA

Mês de Aniversário de 2012

Mês de Dezembro de 2012
Não houve sepultamentos

Mês de Janeiro de 2012
Não houve sepultamentos

Mês de Fevereiro de 2012
Não houve sepultamentos

Mês de Maio de 2012
(Sepultura 4496)

Ademir Elidal Bastos, faleceu no dia 23 de maio de 2012, às 5:00 horas com 53 anos de idade, sexo: masculino, cor: Pardo, solteiro, aposentado, sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíso - 4º Distrito de Cantagalo - R. S. causa mortis: Falência de múltiplas orgãos, neoplasia de pulmão, Doença pulmonar obstructiva crônica.

médico atestante: Juvenal Marques de Souza - CRM 315115.

Cup óbito foi registrado na folha 130 do livro nº C. 00027 sob o nº de ordem 4037.

Quil de Sepultamento nº 137 - Setor de fiscalização utilizado no registro de óbito: RXC - 92770

Cantária Registro civil das pessoas naturais

Juvenal da Silveira - tabelião do Ofício único de Cantagalo, rua chapel Prudent nº 09 top. 02 centro - Cantagalo

Mês de Junho de 2012

(Sepultura 4497) (19ed)

André da Silva Araujo, faleceu no dia 27 de junho de 2012, às 7:00 horas com 40 anos de idade, sexo: masculino, cor: Branco, solteiro, sepultado no cemitério de S. Sebastião do Paraíso - 4º Distrito de Cantagalo - R. S.

causa mortis: Insuficiência supratentorial aguda, Tuberculose pulmonar e hepatopatia crônica.

médico atestante: Wilson Mendes Costa com 2221

sup. dita foi registrada na folha 219 do livro 029.C sob o número 4498

Registro Civil das Pessoas Naturais

Oficial Titular: Maria Cláudia Cardile e Lima

Av. 10 de Julho, 101 - Assim Paraíba - M.G. - cep: 58.660-000

telefone: (32) 3466-3585

Mês de Julho 2012

(Sepultura 4498)

NATI - MORTO

Fato com 6 meses ^{masculino} pesando 460 gramas sexo: masculino cor: Parda.

Morreu e faleceu no dia 12 de julho de 2012.

Filho de Sílvia Lacerda Teixeira.

Sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíso, 4º Distrito de Cantagalo.

COVA

Mês de Agosto 2012

(Sepultura 4499)

Divina Maria, faleceu no dia 06 de Agosto de 2012, às 13:45 h, com 60 anos de idade, sexo: Masculino, cor: Branca, divorciada, aposentada, sepultada no cemitério de São Sebastião do Paraíso - 4º Distrito de Cantagalo - R. 5

CAUSA MORTIS: Parada cardíca súbita, Arritmia cardíaca aguda, Insuficiência cardíaca congestiva, Pneumonia aguda, Aterosclerose aguda, Desidratação aguda congestiva. médico atestante: Dr. Sérgio Rocha e Silva com 523038

sup. dita foi registrada na folha 113 do livro C-0002F sob o nº de ordem 4120

Folha de Sepultamento nº 113. Sep. de funeralização utilizado no registro de óbito RXC1392515.

Cartório Registro Civil das Pessoas Naturais

Leonardo da Silveira.

Rua Chapel Pinheiro nº 09 loja 02 centro Cantagalo

CATATUMISA

(Sepultura 4500)

Margarida Ferreira Moraes, faleceu no dia 25 de agosto de 2012 às 01:37 horas com 85 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Branca, divorciada, aposentada, sepultada no cemitério de São Sebastião do Paraíba - 4º Distrito de Cantagalo - R. 3

CAUSA MORTIS: Parada cardio respiratória, choque séptico, hipertensão arterial sistêmica, cardiopatia e diabetes mellitus.

Médica atestante: Karina Ribeiro Akantaxa CRM 5266389 - 4

cujos dados foi registrado na folha 183 do livro C-00027 sob o n.º de ordem 4130

Lugar de Sepultamento n.º 183 Sala de finalização utilizado no registro de óbito REC - 92025

Cantaria de Registro de Pessoas Naturais

Leonarda da Silveira

Rua Chapet Parvat n.º 149 da Centro - Cantagalo

mês de Setembro de 2012

* Não houve Sepultamento

mês de Outubro de 2012

* Não houve sepultamento

~~mês de Novembro de 2012~~

* Não houve sepultamento

mês de Dezembro de 2012

(Sepultura 4501)

Dany Bastos Pereira, faleceu no dia 01 de dezembro de 2012 às 23:43 hrs com 70 anos de idade, sexo: masculino, cor: Branca, solteiro, aposentado, sepultado no cemitério de

CATATUMBA

CATATUMBA

São Sebastião de Paraisópolis - 4º Distrito de Cantagalo - R.S.
CAUSA MORTIS: Pneumonia, desmielinização, AVC hipertensivo
arterial sistêmica.

médico atestante: Dr.ª Sônia Tarkes CRM 37949-2

Declarante: Lyiane Gomes Cortez

Ata de sepultamento nº 235, selo de fiscalização usado
no registro de óbito RNE - 29169

Este óbito foi registrado na flv. 223 do livro C - 00027
sob o nº de ordem 4170.

Cartório do Ofício Único de Cantagalo

Leonardo da Silveira

R. Rodolfo Albino nº 279 - centro Cantagalo

(Sepultura 4502) (Urso de : Garcia)

Sandrina da Conceição Freitas faleceu no dia 04/12/2012,
às 7:35 hs. com 25 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Branca,
divorciada, apresentada, sepultada no cemitério de São Sebastião
de Paraisópolis - 4º Distrito de Cantagalo - R.S.

CAUSA MORTIS: Parada cardiorrespiratória, arritmia cardíaca,
choque hipovolêmico e infarctose opax.

médico atestante: Dr.º Fabio Caribonari Rocha - Sica CRM 523038

Declarante: Joz.ª Wladimir Gonçalves de Paula

Este óbito foi registrado na folha 224 do livro C - 00027
sob o nº de ordem 4171.

Ata de sepultamento nº 236, selo de fiscalização
utilizado no registro de óbito RNE - 29170

Cartório do Ofício Único de Cantagalo

Leonardo da Silveira

Am 4 2013

Mês de Janeiro de 2013
* não houve falecimentos

Mês de Janeiro de 2013

(Sepultura 4503) (Opulência Silveira)

Boxer Duarte, faleceu no dia 01/01/2013 às 04:10 hs.
com 66 anos de idade, sexo masculino, cor: Branco, casado
sepultado no cemitério de Santa Maria - 4º Distrito de
Cantagalo - RJ

CAUSA MORTIS: IRA, AVE HEMORRÁGICA, HAS

MÉDICO PRESENTE: CARLOS MAURICIO G. SILVA CRM 5231231-2

Liquidação de Sepultamento nº 97/2013. Solo RVD 01641

matrícula 09104101552013400024024000426476

Santário Opulência Unidos. Cordeiro

Luizinha Fátima Raíssa Sara

R. Marechal nº 157 Centro - Cordeiro

JOSÉ FRANCISCO SILVA

(Sepultura 4504) (Sr.ª Luiza Silva)

José Francisco Silva

faleceu no dia 01/02/2013 às 18:20 hs no
Hospital de Cantagalo, com 98 anos de idade, sexo masculino,
cor: Branco, solteiro, sepultado no
cemitério de São Sebastião de Paraitá - 4º Distrito
de Cantagalo - RJ

CAUSA MORTIS: Insuficiência respiratória aguda,

Encefalopatia, Anticoagulação

médico Atendente: Ricardo Antonio U. de Barros CRM 5231794

Cujo óbito foi registrado na folha 256 do livro C-00027

há o nº de ordem 4203

Liquidação de Sepultamento nº 269. Solo de fiscalização

usado no registro de óbito RVE - 29203

Santário de Registro de Passos Internos

Leonardo da Silveira

(Sepulturas 4505)

Olívio Gonçalves Pereira, faleceu no dia 24/02/2013 às 9:20hs
no hospital de Cantagalo, com 75 anos de idade, sexo: masculino
solteiro, casado com Laudelina Pereira Pereira, sepultado
sepultado no cemitério de São Sebastião de Paracatu, 4º Distrito
de Cantagalo, R. 5

CAUSA MORTIS: obstrução de múltiplas vias, Insuficiência respiratória,
Anemia crônica, Dehidratação.

médico atendente: Dr. Fernando Augusto de Souza, com 31544-5

Este óbito foi registrado na folha 263 da livro nº C-00027 sob o nº
de ordem 4210

Livro de Sepultamento nº 276, Seção de fiscalização RNE - 29210
Cartório Civil das Pessoas Naturais

1º Ofício de Cantagalo, Leonardo da Silveira

Mês de Março 2013

(Sepulturas 4506)

Jose Elenciano Gonçalves Pereira, faleceu no dia
16 de março de 2013 às 21:40hs no hospital de Cantagalo,
com 65 anos de idade, sexo: masculino, casado com ^{Prof. msc} Zoraida
casado com Zoraida Maria Lima Funchard Pereira, sepultado
no cemitério de São Sebastião de Paracatu, 4º Distrito de
Cantagalo, R. 5

CAUSA MORTIS: Insuficiência respiratória, Falência de múltiplas
das vias e neoplasia da traquéia

médico atendente: Dr. Marcio Manoel Salgado SRM

52515240

Este óbito foi registrado na folha 271 da livro nº C-00027
sob o nº de ordem 4212

Livro de Sepultamento nº 285, Seção de fiscalização
utilizado no registro de óbito: RNE - 29210

(Sepultura 4507)

Adelia de Paula Marques, faleceu no dia 31 de março de 2013 às 20:00hs no Hospital de Contagem.

Com 50 anos de idade, sexo: Feminino cor: Preto, Divorciada
profissão: Funcionária, sepultada na cemitério de São
Sebastião dos Paraisos, 4º Distrito de Contagem

causa mortis: Lesão cardíaca Respiratória, neoplasia pulmonar
hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, insuficiência
cardíaca crônica: Ruptura da parede livre do ventrículo esquerdo

seu óbito foi registrado no livro 27 de livro C-00027
sob o nº de ordem 4224

Linha de Sepultamento nº 299 - Selo de
fiscalização utilizado no registro de óbito RNE 29224

Mês de Abril de 2013

(Sepultura 4508)

Lucy do Couto Teixeira, faleceu no dia 12 de Abril
de 2013 às 19:30hs no Hospital São José do Arari em Itapouranga

Com 50 anos de idade, sexo: Feminino cor: BRANCA
casada Profissão: Aposentada, sepultada na cemitério
de São Sebastião dos Paraisos - R.5

causa mortis: Insuficiência respiratória, câncer de estômago
metastático, Pneumonia

médica assistente: Dr.ª Lucia R. Campos de Almeida com 5291738

seu óbito foi registrado no livro 201 do livro nº C-00096 de
registro de óbitos, sob o nº de ordem 34109.

Linha de Sepultamento nº 4778 - Selo de fiscalização utilizado
no registro de óbito: RNE 52930 - Cartório Civil das Cidades Naturais
RCPN do 4º Distrito de Itapouranga.

Rua Assis Brasil nº 479 - Caixa Central Itapouranga - RJ cep: 28.500-000
Oficial: Rodrigo Caroline de Almeida Cavattal

CATATUMBA

CATATUMBA

1. Espetáculo (4509)

Espetáculo:

1. Espetáculo (4509)

Quilcélia Borges Filho, faleceu no dia 13 de abril de 2013 às 04:40 hs no Hospital de Cantagalo.

Com 75 anos de idade, sexo: masculino, cor: Branca, estado civil: Casado, com neta da Conceição Borges, esposa: Apresentada; sepultado no cemitério de São Sebastião do Paraíso, 4º Distrito de Cantagalo.

COVA

Causa mortis: doença de múltiplas orgãos Tcc, intestino grosso.

Médico arcotante: Dr. Ricardo Antonio V. Barros, CRM 5221794.

Este fato foi registrado na folha 283 do livro n.º C. 10027 vol.º e n.º de ordem 4230.

Livro de Sepultamento n.º 299, sido de fiscalização utilizada no registro de óbito RVE - 29230.

Cartório civil das Pessoas naturais

1.º Ofício de Cantagalo - Fernando de Siqueira

Mês de maio de 2013

Não houve sepultamento

Mês de Junho de 2013

Não houve Sepultamento

Mês de Julho de 2013

Não houve Sepultamento

Mês de Agosto de 2013

Não houve Sepultamento

Mês de Setembro de 2013

Suplência (4510) (Apelido: Pequeno)

Ronaldes Silva da Conceição faleceu em 30 de Setembro de 2013, às 11:30hrs^{am com} na Rua nº Zulmira Tenes nº 208 - Centro - Cantagalo.

Com 44 anos de idade, sexo: masculino cor: Preto

Solteiro Profissão: Cassino, sepultado no cemitério de São Sebastião de Paraíba - 4º Distrito de Cantagalo

CAUSA MORTIS: Infarto agudo do miocárdio

médico ASSISTENTE: Antonio Carlos Araújo CRM 52312364

Este óbito foi registrado na folha 84 do livro nº C-00028 sob o nº de ordem 4331.

Quilômetro de sepultamento nº 406, sem de fiscalização utilizada no registro de óbito RNE 29333

Cartório do 1º Ofício de Cantagalo

Leonardo da Silveira

Mês de Outubro de 2013

(Suplência 4511)

André Gomes Leal faleceu em 03 de Outubro de 2013, às 9:30hrs na Sítio Engenho Grande - São Sebastião de Paraíba

Com 29 anos de idade, sexo: masculino, cor: Branco casado com Marcela de Paula Leal. Profissão: Aux. de serviços gerais, sepultado no cemitério de São S. de Paraíba - 4º Distrito de Cantagalo - R. 3

CAUSA MORTIS: Insuficiência cardíaca, embolia pulmonar, pneumonia.

médico ASSISTENTE: Cecília Lammimbas Longo CRM 5295193

Este óbito foi registrado na folha 86 do livro nº C-00028

COVA

CATATUMBA

ver o n° de ordem 4333

Guia de sepultamento n° 409 - Selo de fiscalização
utilizado no registro de óbito RFE - 29356

Cartório do 1° Ofício de Cantagalo

Leonardo da Silveira

Mês de Novembro de 2013

(Sepultura 4512)

Manderson Gilois Silva de Araújo, faleceu no dia
24 de Novembro de 2013, às 8:00h na Rua G Alto São José -
Cantagalo - R.J

Com 36 anos de idade, sexo masculino cor branca

Solteiro, Profissão: Autônomo. Sepultado no cemitério de
Perto Marinho - São Sebastião de Paraiba - 4° Distrito de
Cantagalo - R.J

CAUSA MORTIS: Hemorragia Interna, duas cardíaca e pulmonar.

Prejuízo de visão de longe.

Médico atestante: Dr. Leonardo Martins Botes CRM 52641880

Este óbito foi registrado na folha 117 do livro n° C. 00028

ver o n° de ordem 4364

Guia de sepultamento n° 443 - Selo de fiscalização
utilizado no registro de óbito RFE 29368

Cartório do 1° Ofício de Cantagalo

Leonardo da Silveira

Mês de Dezembro de 2013

S.º Flávio Costa Neto

(Sepultura 4513)

Flavio de Souza Pinto, faleceu no dia 19/12/2013, às
20:00h próximo ao Hospital de Itacaramba.

Com 71 anos de idade, sexo masculino, cor: Pardo, casado

Profissão: Operante. Sepultado no cemitério de Perto

Marinho - 5.ª Seção de Paraiba - 4° Distrito Cantagalo - R.J

CATAPUMBA

CARNEIRA

CAUSA MORTE: Infarto Agudo do miocárdio, coronariopaterose,
Doença de Alzheimer.

médico Atestante: Carlos Wagner Sabar CRM 52.03149-3

Sup. dito foi registrado na folha 199 do livro c. 00031
sob o n.º de ordem 1099.

Guia de Sepultamento n.º 4133 - Setor de fiscalização
utilizado no registro de óbito: RZA - 91868

Cartório Civil das Pessoas Naturais

Rua Cel. Pilla de Castro 471 Sala 303/304

Centro - Macaé

Oficial: Isabella Rodriguez Lima

Mês de Janeiro 2014

(Sepultura 4514) Sr. Barão

Barão Lucílio Barbosa faleceu aos 25 de janeiro
de 2014, às 22:40 hs no hospital de Cantagalo

Com 83 anos de idade, casado Marcelina, cor: Preto

União de Sebastião de Freitas Barbosa. Profissão: Aposentado
sepultado no cemitério de S. Sebastião do Paraíso
4.º Distrito de Cantagalo.

CAUSA MORTE: Insuficiência respiratória aguda e
hipertensão arterial.

médico Atestante: Dr. Leonardo Albuquerque de Souza
CRM 315115

Sup. dito foi registrado na folha 146 do livro c. 00028
sob o n.º de ordem 4391

Guia de sepultamento n.º 471 - Setor de fiscalização
utilizado no registro de óbito RZE - 34675

Cartório do Oficial União de Cantagalo

Leonardo da Silveira

Túmulo (CATATUMIBA)

Mês de Fevereiro 2014

(Sepultura 4515)

Alcêda Silva Ferreira, faleceu em 21 de
fevereiro de 2014, às 15:20hs no Hospital de
Cantagalo. Com 72 anos de idade, sexo masculino cor:
branca, casado com Iléia de Mello Ferreira. Profissão:
apontado sepultado no cemitério de São Sebastião
de Paraituba - 4º Distrito de Cantagalo - R.J.

CAUSA MORTIS: Falência múltipla de órgãos, Insuficiência
respiratória, AVC, Pneumopatia Aguda.

médico atestante: Dr. Ricardo Antonio Vieira de Barros

CRM 31794

Cupe d'arte foi registrado na folha 162 do livro n.º 00028
vol.º n.º de ordem 4409

Guia de sepultamento n.º 490. Selo de fiscalização
utilizado no registro de d'arte RAE 34694

Cartório do Ofício único de Cantagalo
Leonardo da Silveira

Mês de março 2014

(Sepultura 4516)

(MUSE)

Altamir Quastel, faleceu em 14 de março de 2014
às 11:30hs ^{3amino} do Hospital de Itacara. Com 66 anos, sexo
masculino cor: branca, casado Profissão: Apontado

sepultado no cemitério de São Sebastião de Paraituba - 4º
Distrito de Cantagalo - R.J.

CAUSA MORTIS: Infarto Agudo do miocárdio:

médico atestante: Dr.º Caedine Magalhães Pedilha CRM 52.946934

Cupe d'arte foi registrado na folha 251 do livro n.º 00031

vol.º n.º de ordem 4451

Guia de Sepultamento n.º 1186 - Sete de fiscalização
utilizado no registro de óbito: EBRT - 45337.

Cartório Civil das Pessoas Naturais

RCPN do 1.º Distrito de Itacara

Rua Cel. Pitta de Castro 171 - Salas 303/304 Centro - Itacara

Oficial: Isabella Rodriguez Lima

(Sepultura 4517)

Maria da Penha Paiva da Costa, faleceu no dia
21 de março de 2014, às 11:30 hrs, na casa de
suas pais XXXX Lda - Itacara

Com 66 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Branca,
casada com Joaquim Custódio da Costa, Professora, Aposentada
sepultada no cemitério de Porto Marinho - 1.º Distrito de
Contagato - RJ

CAUSA MORTIS: Câncer de pulmão, Cardiopatia hipertensiva
médico atestante: Dr. Álvaro Elias de Oliveira, CRM 52.02978-0
cujo óbito foi registrado no fl. 259 do livro n.º 5.00034
vol. 1 n.º de ordem 1159.

Guia de sepultamento n.º 1184, Sete de fiscalização
utilizado no registro de óbito EBRT - 45404 2014
Cartório Civil das Pessoas Naturais

RCPN 1.º Distrito de Itacara

Rua Cel. Pitta de Castro 171 - Salas 303/304
Centro - Itacara

Oficial: Isabella Rodriguez Lima

Mês de Abril de 2014

(Sepultura 4518)

José Roberto de Melo Teixeira, faleceu no dia 04 de Abril de 2014, às 03:20hs no Hospital de Cantagalo.

Com 55 anos de idade, sexo: masculino, cor: Branca, casado com Natália Moura Teixeira Baptista. Aparentado sepultado no cemitério de S. Sebastião do Paraíba, 4º Distrito de Cantagalo - R.S.

CAUSA MORTIS: Falência múltipla dos órgãos, Câncer de Pulmão com metástase.

médico atendente: Dr. Joaquim Manoel Torres com 5281210 - 2

Declaramte: Olimar Felix Ferreira

seu óbito foi registrado na fl. 175 do livro nº C-00028 vol. e nº de ordem 4422.

Guia de sepultamento nº 804, selo de finalização utilizada no registro de óbito EACD - 51137 - RWQ

Cadência do Ofício Único de Cantagalo

Leonardo da Silveira

(Sepultura 4519)

Nilda Cardozo Rebelo, faleceu no dia 09/04/2014 às 12:28hs no Hospital de Cantagalo. Com 93 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Branca, Viúva, Rfizada, Aparentada.

Sepultada no cemitério de S. Sebastião do Paraíba, 4º Distrito de Cantagalo - R.S.

CAUSA MORTIS: Falência múltipla dos Órgãos Como metabólica, Insuficiência Renal Aguda, Obstrução supratentorial intestinal

médico atendente: Dr. Leonardo Albuquerque com 52315115

Declaramte: Jacinete Baixo

seu óbito foi registrado na fl. 230 do livro nº C-00024 vol. e nº de ordem 4450

Guia de sepultamento nº 294, selo de finalização utilizado no registro de óbito EACD - 53880 3mv.

Cadência do Ofício Único de Cantagalo

Leonardo da Silveira

Mês de maio de 2014

(Sepultura 4520)

Silson do Couto Pacheco, faleceu no dia 28/05/2014

às 01:30h no Hospital de Cantagalo.

Com 89 anos de idade, sexo: masculino cor: Branca
casado com esposa Lúcy do Couto. Profissão: Aposentado

Sepultado no cemitério de Perto Marinho

S. Sebastião do Paraíba - 4º Distrito de Cantagalo. R.

CAUSA MORTIS: Falência de múltiplos órgãos, sepe univária
Necropsia

médico Abordante: Fernando Alqueires de Souza CRM 31541-5

Sup. Obito foi registrado na JH 201 do livro

nº 00028 ser o nº de ordem 4448.

Selo de fiscalização utilizado no registro de
Obito EAFZ 68094 FYD

Guia de Sepultamento 533.

Conteúdo da 1ª Ofício de Cantagalo

Leonardo da Silveira

Mês de Junho de 2014

(Sepultura 4521)

Francisco Vitalina de Lima (conhecido como Chico
Cadeira) faleceu no dia 15 de junho de 2014 às

07:30h no Hospital de Cantagalo.

Com 66 anos de idade, cor: Preta, sexo: masculino
solteiro, Profissão: Lavador

Sepultado no cemitério de S. Sebastião do Paraíba
4º Distrito de Cantagalo.

CAUSA MORTIS: Infarto agudo do miocárdio,
Pneumonia, Insuficiência cardíaca, doença pulmonar
obstrutiva crônica, estiborose crônica

médico Abordante: Dr.ª Fátima miguel Esteves

CRM 2078260718

Sup. óbito foi registrado no fl. 220 do livro n.º C. 00028
sob o n.º de ordem 4467.

Selo de fiscalização utilizado no registro de
óbito: EAFZ - 68186 BEE

Cartório do Ofício único de Cantagalo
Leonardo da Silveira

Mês de Julho de 2014

(Sepultura 4522)

Ívelton de Mello Teixeira, faleceu no dia 27
de julho de 2014 às 00:44hs no Hospital de Cantagalo.
com 82 anos de idade, cor Branca, Sexo: Feminino
civil, Religião: católica

Sepultada no cemitério de São Sebastião de
Paraisópolis, 4.º Distrito de Cantagalo - R. 3

CAUSA MORTIS: NEOPLASIA DE COLON, EVIDÊNCIA DE MÚLTIPLOS
ÓRGÃOS

Médica Atestante: Dra.ª Karina Ribeiro Alcantara com 52663891

Sup. óbito foi registrado no fl. 246 do livro n.º C. 00028
sob o n.º de ordem 4493

Selo de fiscalização utilizado no registro de óbito
EASU - 64064 BVT

Guia de Sepultamento n.º 578

Cartório do Ofício único de Cantagalo
Leonardo da Silveira

Ofício de Agosto 2014

para haver sepultamento

SEPULTURA

Mês de Setembro de 2014

(Sepultura: 4523)

Justino Soares, faleceu no dia 30/09/2014

às 02:33 hrs na Fazenda São João Funchal

com 63 anos de idade, sexo masculino cor Preta

casado com Rosina de Lima Soares Profissão: Camponês

Sepultado no cemitério de S. Sebastião da Paróquia,

4º Distrito de Cantagalo - R.S.

CAUSA MORTIS: MORTE Súbita

Médico Atestante: Fábio Estelany Rocha e Silva CRM 52303

Sup. d'ato foi registrada na flv. 211 do livro C-00028
de nº de ordem 4523

Selo de fiscalização utilizado no registro de d'ato

EP.LD - 23245 Kab.

Guia de Sepultamento nº 613

Cofreio do Ofício único de Cantagalo

Leonardo da Silva

Mês de Outubro 2014

(Sepultura 4524)

Olson Maria Leal, faleceu no dia 29/10/2014

às 23:49 hrs no Hospital Antônio Castro

com 48 anos, sexo: masculina cor: Branca, solteira

Profissão: Iludida autônoma Sepultado no cemitério de

S. Sebastião da Paróquia 4º Distrito de Cantagalo - R.S.

CAUSA MORTIS: causa indeterminada

Médico Atestante: Alexandre da Silva P. do CRM 52629910

Sup. d'ato foi registrada na flv. 238 do livro C-00024 de nº
de ordem 4524. Selo de fiscalização utilizado no registro de

d'ato EP.NF. 38675 NBL

Guia de Sepultamento nº 365

CDVA

Sepultura

Cartório do Ofício Único de Cadeiras
Oficial: Leonardo da Silveira

mês de Novembro de 2014

(Sepultura 4525)

Maximino Pinto (Apelido Maminho Gale), faleceu no
dia 04/11/2014 às 10:40h.

| | |
|------|---|
| PASA | Com: 97 anos de idade, sexo: Masculino, cor: Preto, filhos de Amílcar Lopes da Silva Pinto. Profissão: Operário. Sepultado no cemitério de São Sebastião - S.S. do Paraíso, 3º Distrito de Santiago. |
| CVA | Causa mortis: Semilidade. Raquitismo Ósteo. Médico Atestante: Dr. Aquilino J. Aguiar - CRM 100508. O cup. de óbito foi registrado no fl. 297 do livro C-00028 sob o n.º de ordem 4544. Data de finalização utilizada no registro de óbito FONE: 54798-0802. |

Quilô de Sepultamento n.º 630

Cartório do Ofício Único de Santiago
Leonardo da Silveira

mês de Dezembro 2014

(Sepultura 4526)

Luciene Leandra Filizola, faleceu no dia 23/12/2014 às 21:25h
no Hospital de Santiago.

| | |
|-----------|--|
| SEPULTURA | Com: 28 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Preta, Estado civil: Solteira consensual. Sepultada no cemitério de S. Sebastião do Paraíso, 4º Dist. de Santiago. Causa mortis: Parada cardiorrespiratória. Insuficiência cardíaca, congestiva. Anemia crônica severa. Neoplasma metastático de útero. Médico Atestante: Fábio Gabriel dos Reis Rocha e Silva - CRM 523098. O cup. de óbito foi registrado no fl. 22 do livro C-00029 sob o n.º de ordem 4569. |
|-----------|--|

Sítio de localização utilizado no registro de óbito EARD 73394 e
Guia de sepultamento nº 657
Cartório do Ofício único de Cartagala
Luzerna da Silveira

2015

mês de janeiro 2015
(Sepultura 4527)

Maria da Conceição Rodrigues Santos, faleceu
no dia 18/01/2015 às 15:00hs no hospital municipal
Augustinho Gusaldi Alamo

Com 83 anos, sexo: ~~masculino~~ ^{Feminino}, cor: Branca, aposentada,
viúva de Maria Raymunda dos Santos

Deputada no cemitério de ^{Paraiti} São Sebastião do
Paraiti - 4º Distrito de Cartagala - R.S

causa morte: Parada cardiorrespiratória, sepe,
Pneumonia, sepe.

Médico Atendente: Dr.º Esmeralda Munching Romel CRM 26696

Sup. óbito foi registrado na flh. 58 do livro C - 00004
sob o nº de ordem 1438

Sítio de localização utilizado no registro de óbito
EARD: 46970 SEM, Guia de Sepultamento nº 551

Registro Civil de Pessoas Naturais

Rua Lidônia Barbal, 117 - Centro Expedito - C.S

Resp. Expediente: Carlos Roberto Brandão

(Sepultura 4528)

José Benício de Paula, faleceu no dia

21 de janeiro 2015 às 09:40hs. no hospital de Cartagala.

Com 67 anos, com masculina em branco, aposentado
casado com Sônia nº Siqueira de Paula

Deputado no cemitério de São Sebastião do
Paraiti - 4º Distrito de Cartagala - R.S

SEPULTURA

CAUSA MORTIS: Parada cardiorespiratória, Insuficiência cardíaca congestiva, Insuficiência pulmonar, Trombose venosa profunda, Diabetes mellitus tipo 2, Hipertensão arterial sistêmica

Médico Abstante: Dr. Fausto B. Rocha e Silva CRM 523038
cujo ato foi registrado no fl. 37 da Linc. S. 00029 sob o nº de ordem 4584

Sede de localização utilizada no registro de óbito: EARD 73549
WPP: Guia de Sepultamento nº 672
Cartório do Ofício único de Cantagalo
Leonardo da Silveira

Mun. de ~~Itaperiú~~ de 2015

(Sepultura 4529)

(apelido: Ladeira)

Silvana Zadenorou Martins da Silva, faleceu no dia 02/02/2015 às 10:21h no hospital de Cantagalo. Com 64 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Branca (Morena) Profissão: Meia-lua, casada com Símeão Gomes da Silva.

Sepultada no cemitério de São Sebastião de Passaia 1º

Distrito de Cantagalo - RJ

SEPULTURA

CAUSA MORTIS: Parada cardiorespiratória, Acidente vascular cerebral, Insuficiência cardíaca congestiva, Pneumonia Aguda, Diabetes mellitus tipo 2, Hipertensão arterial sistêmica

Médico Abstante: Dr. Fausto B. Rocha e Silva CRM 523038
cujo ato foi registrado no fl. 46 da Linc. S. 00029 sob o nº de ordem 4593

Sede de localização utilizada no registro de óbito: EARD-7367
SPE: Guia de Sepultamento nº 681
Cartório do Ofício único de Cantagalo
Leonardo da Silveira

(Sepultura 4530)

(Apelido: Tiquinho)

Antonio Carlos da Silva, Siqueira, faleceu no dia 05/02/2015 às 22:02 hs no Sítio Colégio das Irmãs S. Sebastião de Paraitinga.

Com 48 anos, sexo: masculino, cor: Branca, estado civil: Recusante, solteiro.

Sepultado no cemitério de S. S. de Paraitinga - 1º Distrito de Cantagalo - R.S.

CAUSA MORTIS: Parada cardiorrespiratória, Afecções agudas do miocárdio.

Médico Atestante: Dr. Ricardo Antonio Elias de Moraes com 52347. Cópia desta foi registrada no fl. 30 do livro n.º 00029 sob o n.º de ordem 4597.

Selo de fiscalização utilizado no registro de data: IPRD-7367 AQV

Guia de Sepultamento n.º 685

Cartório de Oficial Único de Cantagalo Leonilda da Silva.

SEPULTURA

(Sepultura 4531)

Quirice de Castro Cabral, faleceu no dia 05/02/2015 às 03:40 hs no Hospital de Cantagalo.

Com 74 anos, sexo: Feminino, cor: Branca, estado civil: Viúva de Ederson Cabral.

Sepultada no cemitério de S. Sebastião de Paraitinga - 1º Distrito de Cantagalo - R.S.

CAUSA MORTIS: Indeterminada

Médico Atestante: Dr. Raphael Castro Albuquerque com 5293403. Cópia desta foi registrada no fl. 51 do livro n.º 00029 sob o n.º de ordem 4598.

Selo de fiscalização utilizado no registro de

COVA

DATE FARD 73526 FMA

Guia de Sepultamento n° 686

Serviço de Ofício único de Cantagalo

Leonardo da Silveira

~~1363~~ de Março de 2015

(Sepultura 4532)

Alcides Mulin, fôreu no dia 06/03/2015, às 12:10 hrs
na casa de Saúde São XIII Ltda.

Com 76 anos, sexo: Masculino, cor: Branca, aposentado,
casado.

Sepultado no cemitério de Porto Marinho - São Sebastião
do Paraíba - 1º Distrito de Cantagalo - RJ

CAUSA MORTIS: Arritmia cardíaca. Parada cardio Respiratória,

Médico Atendente: Dr. Alexandre de Quevedo Soares CRM 52.60289/3

Este óbito foi registrado no flv 163 da livro C-00032 sob o
n° de ordem 1363

Selo de fiscalização utilizado no registro de óbito: EAUJ-69302
SOS. Guia de Sepultamento N° 1402

Registro civil das Pessoas Naturais

RCRN da 1ª Distrito de Abacaxá

Oficial: Isabella Rodriguez Lima

Sepultura (4533)

Alvaro de Vile Costa, fôreu no dia 31/03/2015, às 08:17hrs
no hospital de Cantagalo

Com 93 anos, sexo: Masculino, cor: Branca, aposentado, viúvo de
Iracema da Costa

Sepultado no cemitério de Porto Marinho - São Sebastião do Paraíba,
1º Distrito de Cantagalo - RJ

CAUSA MORTIS → Tromboembolia pulmonar. Doença pulmonar
obstrutiva crônica, miocardiopatia dilatada, hipertensão arterial
medica Attestant → Sr. Fernando Ribeiro CRM 52315/15

Sua óbito foi registrado no fl. 18 de livro nº 00029 vol. 1º de volume
4625

Sede de funeralização utilizado no registro de óbito ER5W. 79130 YFN
Casa de Sepultamento nº 14
Cantão do Ofício Único
Lecão da Silveira

mês de junho de 2015

(Sepultura 4534)

Coronata de Santos, faleceu no dia 03/06/2015, às 13:15 hrs
após internação no Hospital de Itacassara.

Com 94 anos de idade, sexo masculino, casado

Residência Apresentada Estadual Soltima

Sepultado no cemitério de Porto Marinho - São Sebastião
da Paracuru - 1º Distrito de Paracuru - RJ

CAUSA MORTIS: Indeterminada

medico Attestant Sr.º Gonçalo Mattioli de Sá CRM 52.81.077 - C

Sua óbito foi registrado no fl. 225 do livro nº 00032 vol. 1º de volume
1425

Sede de funeralização utilizado no registro de óbito
2A3A. 04099 000

Casa de Sepultamento nº 1465

(Sepultura 4535)

Maurício de Araújo, faleceu no dia 09/06/2015 às
05:00 hrs no hosp de Paracuru.

Com 49 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Branca.

Requisitos: Aparentada, Estado civil: Solteira.

Sepultada no cemitério de São Sebastião de Parauapebas.

Distrito de Castanhal - R.S.

Causa mortis: Hemorragia digestiva alta. Displasia de fígado.

Médico Assistente: Dr.ª Fatima Batista com 22339492

Seu óbito foi registrado na fl. 120 do livro n.º C-00029 sob o registro de óbitos sob o n.º de ordem 4567.

Selo de localização utilizado no registro de óbito EPA-44877 LSH.

Causa de Sepultamento n.º 736

Fantasia do Espírito único

Esperado da Silveira

Ata de Óbito 2015

(Sepultura 4536)

Lucia Group da Almeida, faleceu no dia 23/08/2015 às 6:40 hs na Hospital Municipal de Itacara, com 49 anos de idade, sexo:

Feminino, cor: Branca, Requisitos: Aparentada, Est. civil: Viúva

Sepultada no cemitério de Santa Maria, São Sebastião de Parauapebas - R.S.

Seu óbito foi registrado na fl. 290 do livro n.º C-00032 sob o n.º de ordem 1490.

Causa de Sepultamento n.º 1533

Selo de localização utilizado no registro de óbito EBCB 91132 PPD

Registro civil das Pessoas Naturais.

RCEM do 1.º Distrito de Itacara

SEPULTURA

SEPULTURA

Setembro 2015

(Sepultura 4537)

(Apelido: Tula)

Maria de Lourdes Araújo Cunha, faleceu no dia
05/09/2015 às 06:20hs no hospital de Cantagalo.
Com 86 anos de idade, sexo: Feminino cor: Branca
Religiosa apresentada.

Sepultada no cemitério de São Sebastião do
Paraituba 1º Distrito

Este fato foi registrado na fl. 159 do livro
C. 00029 sob o n° de ordem 4706

Caixa de sepultamento n° 796

Selo de fiscalização utilizado no registro de
este fato ERZ4-73499 NISM

Cartório do Ofício Único

Leonardo da Silveira

Mês de Novembro 2015

(Sepultura 4538)

Luzia de Lima Rodrigues, faleceu no dia 04/11/2015
às 02:45hs no hospital Nossa Senhora de Carmo.

Com 56 anos de idade, sexo: Feminino, cor:
escura com Maria Leandra Rodrigues, Professora de Lar.

Sepultada no cemitério de S. Sebastião do Paraituba -
1º Distrito de Cantagalo - R.E

Este fato foi registrado na fl. 103 do livro C. 00082
sob o n° de ordem 4605

Caixa de Sepultamento n° 853

Selo de fiscalização utilizado no registro de este fato ERZV 14714 VNY
cartório civil das pessoas naturais

ERZV 1º Distrito do Casimé

Zua Manoel Goulart 28 Centro cep 28.640-000

R.E + Og Machado de Carvalho

SEPULTURA

COVA

(Sepultura 4539)

(apelido: James Quintines)

James mariano faleceu no dia 11/11/2015 às 12:29h
no Hospital Antonio Carlos em Curitiba.

Com 82 anos de idade, sexo: masculino, cor: Puro
castanho. Profissão: aposentado.

Sepultado no cemitério de São Sebastião de
Paraitaba - 4º Distrito de Curitiba - R.S.

Sup. este foi registrado na fl. 400 do Livro - 00025
sob o n.º de ordem 4640

Guia de Sepultamento n.º 494

Selo de localização utilizado no registro de óbito EBCF, 40875-
43m.

Cartório do Ofício Unico de Curitiba

Rua Marquês Leopoldo Lützow n.º 26 salas 303/304 Curitiba
Paraitaba - R.S.

Leonardo da Silveira

Mês de Dezembro 2015

(Sepultura 4540)

Maria Luiza Sobral faleceu no dia 11/11/2015 às
09:20h no Hospital de Curitiba

Com 66 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Puro, cabelo
Profissão: Aposentada.

Sepultada no cemitério de S. Sebastião de Paraitaba
4º Distrito de Curitiba - R.S.

Sup. este foi registrado na fl. 226 do Livro n.º C-00029 sob
o n.º de ordem 4772

Guia de Sepultamento n.º 864

Selo de localização utilizado no registro de óbito EBCX - 53782 QDE

Cartório do 1º Ofício de Curitiba

Leonardo da Silveira

(Sepultura 4541)

(Apelido Gatinho)

Quirinda Silva de Araújo faleceu no dia 13/12/2019
às 23:58hr na Residência R.S. 116

Com 42 anos de idade, sexo: masculino, cor: Branca, solteiro
Profissão: Lavrador

Sepultado no cemitério de Porto Mourão - São
Santidade da Paraíba - 1º Distrito de Castrolândia - R.S.

Supl. óbito foi registrado no flv. 227 do livro nº
00029 de registro de óbitos, sob o nº de ordem 4773

Guia de Sepultamento nº 865

Selo de fiscalização utilizado no registro de óbito
EBEX - 53796 MRF.

Cartório do Ofício Único de Castrolândia

Oficial: Willian de Freitas Muelon

(Sepultura 4542)

Claci da Silva Pinto, faleceu no dia 23/12/2019
às 6:00hr no Hospital Municipal Raul Souto - V. Esilange
com 74 anos de idade, sexo: masculina, cor: Branca

solteira, aposentada

Sepultado no cemitério de São Sebastião da Paraíba,
1º Distrito de Castrolândia - R.S.

Supl. óbito foi registrado no flv. 210 do livro S. 147
sob o nº de ordem 38524

Guia de Sepultamento nº 10080

RCPN do 1º Distrito Privativo de Intercâmbios

e Tutelas

Oficial Tutelar: Raquel Pereira Hill

Rua Princesa foi Luígia Mullen nº 4

Moço Esilange - R.S.

Sepultura

Mês de Fevereiro 2016
(Sepultura 4543)

Orsivaldo Luizy Junior, faleceu no dia 03/02/2016
com Alina Parreira - M.G.

Com 64 anos de idade, sexo Masculino cor: Branca
casado

Sepultado no cemitério de S. S. do Paraíso - 4º
Distrito de Castanhal - R.S

Seu óbito foi registrado na fls 296 do livro 0330
Número: 12225

Cartório de Registro civil, de Intercelular e Tutelas de
Alina Parreira - M.G.

Maria Cláudia Cardilo - firma

(Sepultura 4544)

Lucas raunoz da Silva, faleceu no dia 19/02/2016
às 19.30hs no hospital de Castanhal

Com 66 anos de idade, sexo: Feminino cor: Branca
casado com Lécio R. da Silva, Profissão: Sem Profissão
comunicação

Sepultado no cemitério de S. Sebastião do Paraíso -
4º Distrito de Castanhal - R.S

Seu óbito foi registrado na fls 260 do livro nº C. 00029
sob o nº de ordem 4806

Guia de Sepultamento nº 903

Cartório de Offício Único de Castanhal

Oficial: Wilson de Freitas Melin

Mês de Março de 2016

(Sepultura 4545)

(cidade: Invernópolis - Paróia)

Inea Isabel de Paula, faleceu em 24/03/2016 às
09:15hs no hospital de Castanhal

Sepultura

Jovr

Sepultura

com 93 anos de idade, sexo: Feminino, cor: Branca,

Viúva de Antonio Manoel de Paula, Apresentada

Sepultada no cemitério de S. Sebastião do
Paraisópolis, 4º Dist. de Contagem - R.S

Sua data foi registrada na fl. 235 do livro C. 00029
sob o n.º de ordem 4521.

Guia de Sepultamento 922

Cartório do Ofício Único de Contagem

Oficial: William de Freitas Medina

Mãe do ~~seu~~ filho

(Sepultura 4546)

William Rivaldo Duarte, faleceu no dia 16/04/2016
às 12:50 hs, na casa de saúde José XXIII Ltda.

com 53 anos de idade, sexo: Masculino cor: Branca,

casado com Waldira da Silva Junior Duarte, apresentada

Sepultada no cemitério de Peste Marinho, São Sebastião
do Paraisópolis, 1º Distrito de Contagem - R.S

Sua data foi registrada na fl. 133 do livro C. 00033
sob o n.º de ordem 1633

Guia de Sepultamento n.º 1677.

RCM do 1º Distrito de Itocara.

Oficial: Isabella Rodriguez Terra

(Sepultura 4547)

Dulce de Araújo Ramos, faleceu no dia
20/04/2016 às 6:25 hs no Hospital Municipal Raul

Bento, com 45 anos de idade, sexo: Feminino cor: Parda

divorciada de Marcio Valério Cavallero da Cunha, Esposa:
Dulce

Sepultada no cemitério de S. Sebastião do Paraisópolis,
4º Distrito de Contagem - R.S

Sua data foi registrada na fl. 96 do livro

C. 149 adre a n° de ordem 39010.

Guia de Sepultamento n° 10371

PCFN do 1° Distrito Privativo de Interdição e
Tutelas

Oficial Juiz de Paz Raquel Pereira Lail

Rua Príncipe frei Eugénio muller n° 4 - N. Exiberto



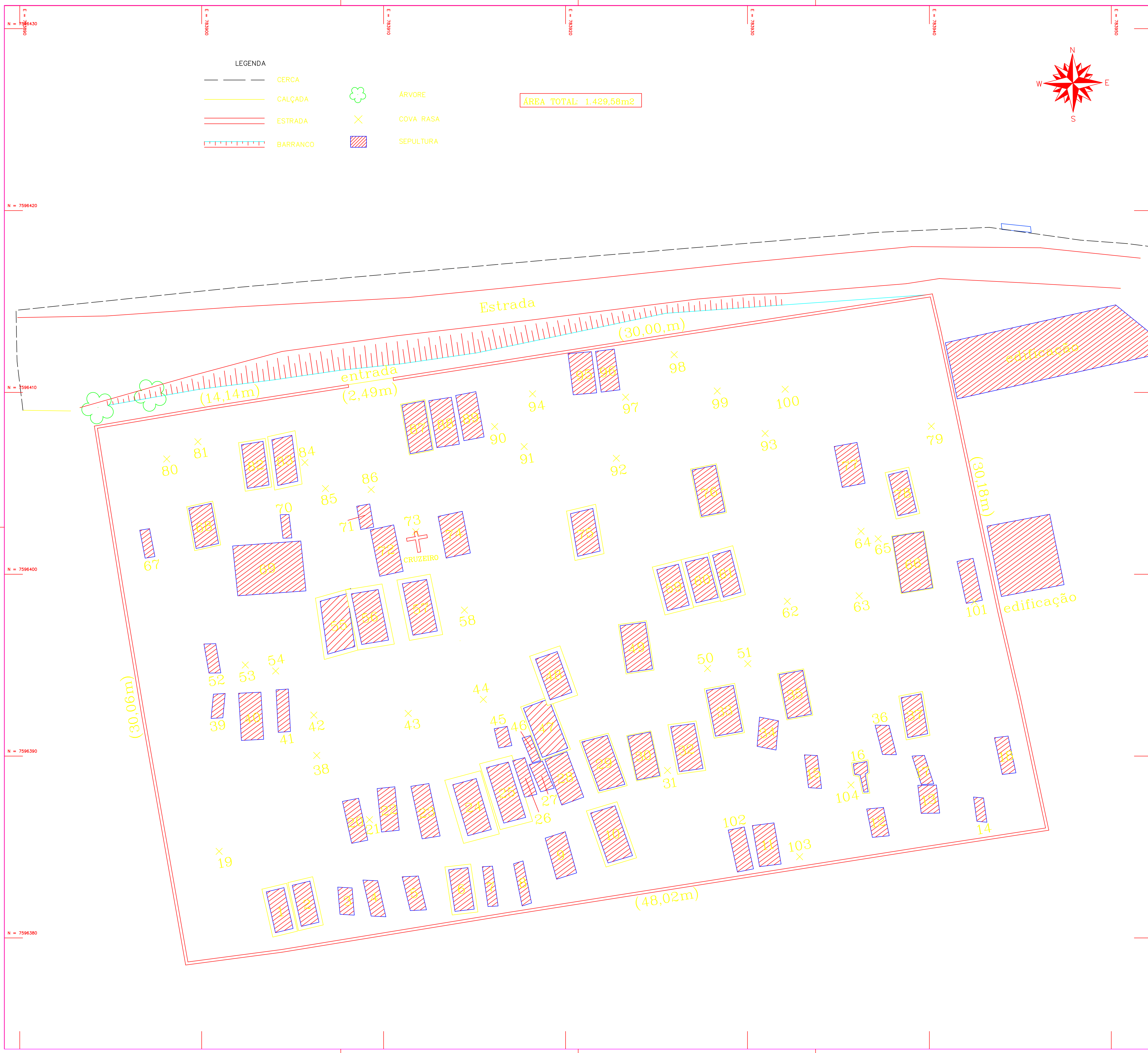
UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

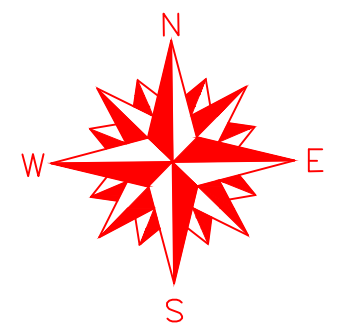
RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.37.4.2

Planta cadastral Cemitério de Porto Marinho



ÁREA TOTAL: 1.429,58m²



LEGENDA

| | | | |
|--|----------|--|-----------|
| | CERCA | | ARVORE |
| | CALÇADA | | COVA RASA |
| | ESTRADA | | SEPULTURA |
| | BARRANCO | | |

| TABELA DE SEPULTURAS / COVAS RASAS | | |
|------------------------------------|---|-----------|
| ORDEM | NOME | Nº JAZIGO |
| 1 | DINAH VONHELDE DA VEIGA | S/N |
| 2 | MARIA DA CUNHA | 4341 |
| 3 | MANOEL VITORINO | 4435 |
| 4 | IZAMAS VITORINO | 4415 |
| 5 | JOAO ROGERIO | 4407 |
| 6 | SEBASTIAO DOS SANTOS RODRIGUES | 4401 |
| 7 | MARIA APARECIDA VEIGA | 4463 |
| 8 | ROBERTO CARLOS ESCOSSIA DA VEIGA | 4466 |
| 9 | SANDRA REGINA COELHO MARQUES | 4467 |
| 10 | WALDEVINO NILO FARIA | S/N |
| 11 | RITA CURTY DE FARIA | S/N |
| 12 | EUCENIO FRANCISCO DE FARIA | S/N |
| 13 | WALTER QUIRINO DE FARIA | S/N |
| 14 | MARIA DE ARAUJO FARIA | S/N |
| 15 | JASIGODA FAMILIA ARAUJO FARIA | S/N |
| 16 | ROQUE LOURENÇO DUARTE | S/N |
| 17 | TEREZA M. DUARTE | S/N |
| 18 | MARIA NAZARE PINHEIRO | 4204 |
| 19 | ARNOZA ANTONIA DA SILVA | 4462 |
| 20 | FRES | S/N |
| 21 | NAIR PEREIRA DA SILVA | 4399 |
| 22 | MMS | S/N |
| 23 | ILCINEIA COELHO ARAUJO | 4469 |
| 24 | PMS | S/N |
| 25 | GTS | S/N |
| 26 | JOSE FRANCISCO LEAL | 4484 |
| 27 | SEM ID | S/N |
| 28 | RITA DOS PASSOS ESTEVAN S. PIEDADE | 4475 |
| 29 | ANESIO RAYMUNDO DOS SANTOS | 4474 |
| 30 | AMBILIA COELHO DA SILVA | 4061 |
| 31 | JOSEFINO COSENDEY FERREIRA | S/N |
| 32 | OLYNDIA DA COSTA PAULA | S/N |
| 33 | SEM ID | S/N |
| 34 | SEM ID | S/N |
| 35 | HIDENIL E FRANCISCO HONORIO MAGDALENA DO COUTO HONORIO CONRADO DE PAULA | S/N |
| 36 | LELIS BENTO DE MEDEIROS | S/N |
| 37 | HERNANI LIMAS DE MEDEIROS | S/N |
| 38 | MARINO BENTO MEDEIROS | 4336 |
| 39 | SEM ID | S/N |
| 40 | HONORIO C. DE PAULA | S/N |
| 41 | ANALYDIA DOS SANTOS PAULA JAZIGO FAMILIA SANTOS DE PAULA | S/N |
| 42 | JOSE MARTINS COELHO SOBRINHO | S/N |
| 43 | JOSE MARTINS DE SOBRINHO FRANCISCO MARTINS COELHO | 4064 |
| 44 | SEM ID | 4069 |
| 45 | SEM ID | 4061 |
| 46 | SEM ID | 4448 |
| 47 | SEM ID | 4464 |
| 48 | SEM ID | S/N |
| 49 | SEM ID | S/N |
| 50 | SEM ID | S/N |
| 51 | SEM ID | S/N |
| 52 | SEM ID | S/N |
| 53 | SEM ID | S/N |
| 54 | SEM ID | S/N |
| 55 | SEM ID | S/N |
| 56 | SEM ID | S/N |
| 57 | SEM ID | S/N |
| 58 | SEM ID | S/N |
| 59 | SEM ID | S/N |
| 60 | SEM ID | S/N |
| 61 | SEM ID | S/N |
| 62 | SEM ID | S/N |
| 63 | SEM ID | S/N |
| 64 | SEM ID | S/N |
| 65 | SEM ID | S/N |
| 66 | SEM ID | S/N |
| 67 | SEM ID | S/N |
| 68 | SEM ID | S/N |
| 69 | SEM ID | S/N |
| 70 | SEM ID | S/N |
| 71 | SEM ID | S/N |
| 72 | SEM ID | S/N |
| 73 | SEM ID | S/N |
| 74 | SEM ID | S/N |
| 75 | SEM ID | S/N |
| 76 | SEM ID | S/N |
| 77 | SEM ID | S/N |
| 78 | SEM ID | S/N |
| 79 | SEM ID | S/N |
| 80 | SEM ID | S/N |
| 81 | SEM ID | S/N |
| 82 | SEM ID | S/N |
| 83 | SEM ID | S/N |
| 84 | SEM ID | S/N |
| 85 | SEM ID | S/N |
| 86 | SEM ID | S/N |
| 87 | SEM ID | S/N |
| 88 | SEM ID | S/N |
| 89 | SEM ID | S/N |
| 90 | SEM ID | S/N |
| 91 | SEM ID | S/N |
| 92 | SEM ID | S/N |
| 93 | SEM ID | S/N |
| 94 | SEM ID | S/N |
| 95 | SEM ID | S/N |
| 96 | SEM ID | S/N |
| 97 | SEM ID | S/N |
| 98 | SEM ID | S/N |
| 99 | SEM ID | S/N |
| 100 | SEM ID | S/N |
| 101 | SEM ID | S/N |
| 102 | SEM ID | S/N |
| 103 | SEM ID | S/N |
| 104 | SEM ID | S/N |

PLANIMETRIA

jdtopografia@brnetrj.com.br

RUA CÉSAR FREIJANES, 89 - CENTRO CANTAGALO-RJ - TEL. (22) 2555-4190

LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO E CADASTRAL DE UMA ÁREA CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO - 4º DISTRITO DE CANTAGALO SÃO SEBASTIÃO DO PARAIBA - CANTAGALO RJ

| | | | | | | | |
|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|--------|--------------|
| LEVANTADO | Daniel Goulart | CALCULADO | Daniel Goulart | DESENHADO | Daniel Goulart | ESCALA | 1:100 |
| FOLHA | ÚNICA | DATA | MARÇO/2012 | VISTO | | NÚMERO | T - 144/2012 |

CLIENTE:
 UHE ITAOCARA
 RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 652
 JARDIM DA ALDEIA
 ITAOCARA - RJ - CEP: 28570-000

RESP. TÉCNICO:



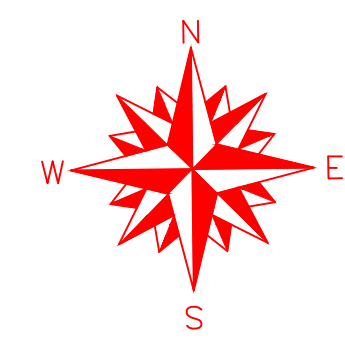
UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.37.4.3

Planta cadastral Cemitério de Santa Rosa



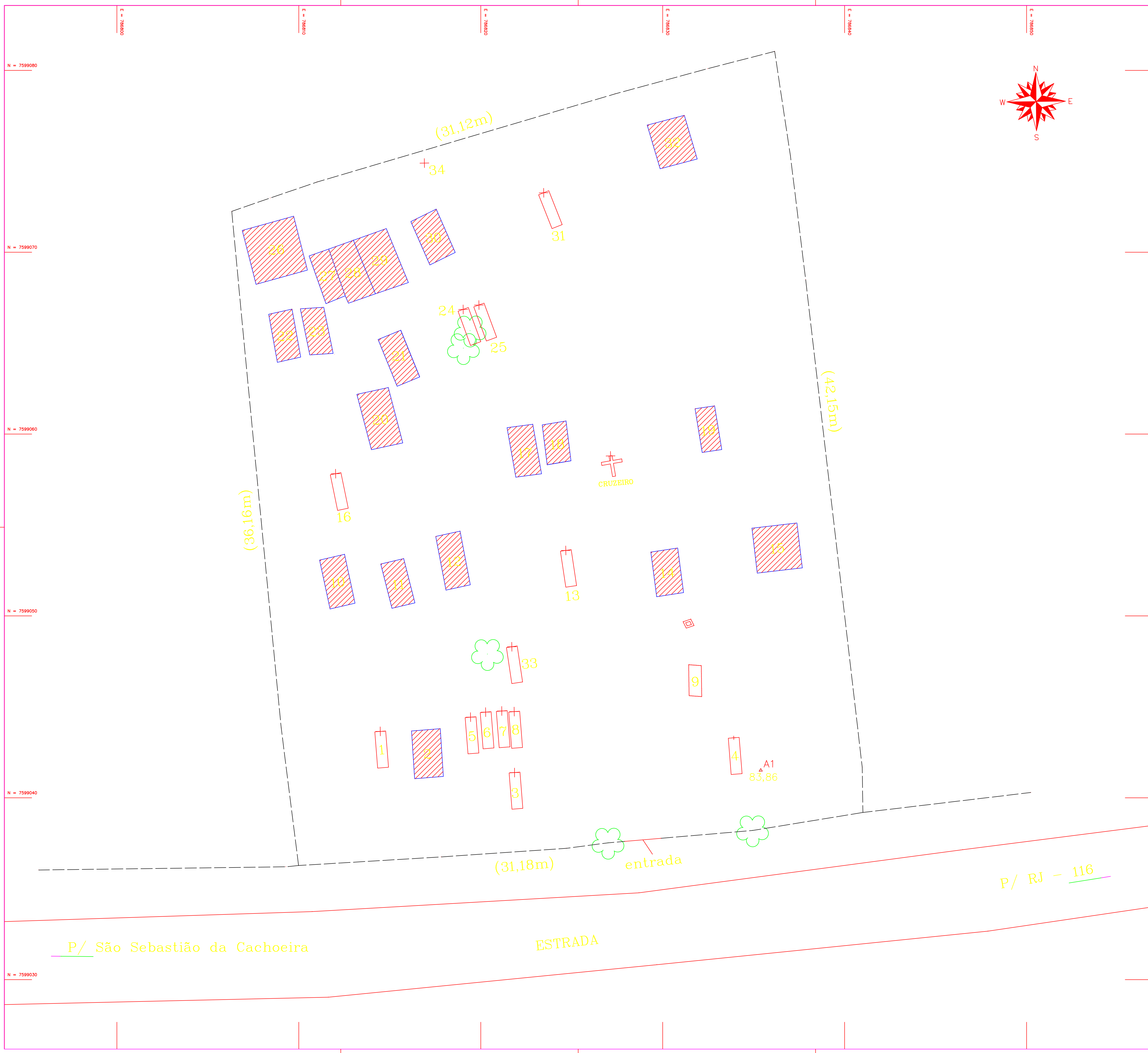
LEGENDA

| | |
|--|-----------|
| | CERCA |
| | ESTRADA |
| | ÁRVORE |
| | COVA RASA |
| | SEPULTURA |
| | CRUZEIRO |

TABELA DE SEPULTURAS
COVAS RASAS

| ORDEM | NOME |
|-------|---|
| 1 | VERONICE RIBEIRO RANGEL |
| 2 | DINORAH DE SOUZA RIBEIRA PAULO RIBEIRO |
| 3 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 4 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 5 | TMS |
| 6 | AAS |
| 7 | DSB |
| 8 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 9 | JLS |
| 10 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 11 | MANOEL PEREIRA DA LUZ |
| 12 | ALZIRA VIANA DA LUZ |
| 13 | GUILHERME JOAQUIM DA SILVA |
| 14 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 15 | MARIA LEONIS DA SILVA FIGUEIRA |
| 16 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 17 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 18 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 19 | MÃE E FILHO EUZEBIA MOREIRA |
| 20 | JOAQUIM F. DOS REIS MARIA F. DOS REIS |
| 21 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 22 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 23 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 24 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 25 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 26 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 27 | ARISTIDE L. CORTAT |
| 28 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 29 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 30 | IMILIA FRANCISCA DA SILVA LADISLAW TEIXEIRA DUARTE |
| 31 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 32 | SEM IDENTIFICAÇÃO |
| 33 | DVF |
| 34 | SEM IDENTIFICAÇÃO |

ÁREA TOTAL: 1.236,10m²



PLANIMETRIA
 jdatopografia@brnetrj.com.br
 RUA CÉSAR FREIJANES, 89 – CENTRO CANTAGALO–RJ – TEL. (22) 2555–4190

LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO E CADASTRAL
 CEMITÉRIO SANTA ROSA
 SANTO ANTONIO DE PÁDUA - RJ

| | | | | | | | |
|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|--------|--------------|
| LEVANTADO | Daniel Goulart | CALCULADO | Daniel Goulart | DESENHADO | Daniel Goulart | ESCALA | 1:250 |
| FOLHA | ÚNICA | DATA | MARÇO/2012 | VISTO | | NUMERO | T – 143/2012 |

CLIENTE:
 UHE ITAOCARA
 RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 652
 JARDIM DA ALDEIA
 ITAOCARA – RJ – CEP: 28570–000

RESP. TÉCNICO:

P/ São Sebastião da Cachoeira

ESTRADA

P/ RJ – 116



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.37.4.4

Protocolo INEA Processo E-07/002.19570/2013 para o cemitério de Santa Rosa

Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM

- 1 - Tipo**
- Prévia-LP - Instalação e Operação-LIO
 - Instalação-LI - Operação e Recuperação-LOR
 - Operação-LO - Recuperação-LAR
 - Prévia e Instalação-LPI - Simplificada-LAS
 - Termo de Encerramento-TE

1ª - Fase

2 - Lic. Anterior: Nº Processo E7/002.11194/2013

Para uso do Inea

Código

Nome Empresarial ou Nome Consórcio UHE Itaocara

Nome Fantasia Consórcio UHE Itaocara

CNPJ/CPF 10.532.493/0002-45 I. E. Isento Nº de Inscrição no CTF / CTE 5240652

Endereço Rua Marechal Floriano Peixoto,152

CEP 28.570.000

Bairro / Distrito Jardim da Aldeia Município Itaocara UF RJ

Telefone 22-3861-2800 Fax 22-3861-2800 e-mail perboir@uheitaocara.com.br

4 - Endereço do Empreendimento/Atividade:

Logradouro Estrada Porto das Cruz- Porto das Barcas -

CEP 28.470.000

Bairro / Distrito Zona rural - Localidade de Santa Rosa Município Santo Antônio de Pádua - RJ

5 - Endereço para Correspondência:

Logradouro Rua Marechal Floriano Peixoto,152

CEP 28.570.000

Bairro / Distrito Jardim da Aldeia Município Itaocara UF RJ

Telefone 22-3861-2800 Fax 22-3861-2800 e-mail perboir@uheitaocara.com.br

6 - Representantes Legais

Nome Luiz Carlos Amarilho CPF 061.030.060-15

Telefone 21-2211-2600 Fax 22-3861-2800 e-mail amarilho@uheitaocara.com.br

Nome CPF

Telefone Fax e-mail

7 - Contato

Nome Perboir José Vilela Rezende Vieira CPF 496.193.226-49

Telefone 22-3861-2800 Fax 22-3861-2800 e-mail perboir@uheitaocara.com.br

Exemplar da Assinatura

8 - Número de Documentos Anexos
Número de Folhas Anexas 19 documentos compondo 57 folhas distintas

9 - Descrição da (s) Atividade (s):

Trata-se de um cemitério em área rural fundado a mais de 100(cem) anos, mas está desativado a mais de 27 anos. Devido a formação do reservatório da UHE Itaocara, quando da obtenção da licença de operação, este cemitério estará dentro da área inundada e será realocado de acordo com a intenção dos familiares, ou ainda a realocação de todas as covas para um novo cemitério a ser construído pelo empreendimento UHE Itaocara.

10 - Responsável Técnico:

Nome Perboir José Vilela Rezende Vieira CPF 496.193.226-49

Formação Profissional Engenharia Civil Conselho/Registro 53204/D

Telefone 22-3861-2800 Fax 22-3861-2800 e-mail perboir@uheitaocara.com.br

- Projeto - Operação Desativação

Nome _____ CPF _____

Formação Profissional _____ Conselho/Registro _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

- Projeto - Operação _____

11 - Declaro para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-à de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no item 8 (oito), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA a expedição da respectiva licença.

Rio de Janeiro _____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal

Nome

Imprimir

| Número do Processo | | Arrecados / Arquivos | Tramitação / Despacho | Despacho Interno |
|---|--|----------------------|-----------------------|------------------|
| Dados da Empresa Nome Empresarial: CONSÓRCIO UHE ITAOCARA Nome Fantasia: CNPJ/CPF: 10.532.493/0002-45 Inscrição Estadual: Unidade: ENCERRAMENTO DE CEMITÉRIO Município: ITAOCARA | | | | |
| Dados da Licença Tipo da Licença: [SELECIONE] ▼ Atividade: Número da Licença: Solicitação Renovação: Número do Laudo: Data Abertura Processo: Data de Emissão: Data de Validade: Data de Recebimento da Licença: Data da Publicação: Status da Licença: [SELECIONE] ▼ | | | | |

HISTÓRICO DO PROCESSO
TRAMITAÇÃO

| Tipo Dados do Guia Processo RECEBIDA | Órgão/Setor Criação Notificações, Autos, Visitas e Averbações INEA | Emissão Processos CECA 25/02/2014 | Guia Órgão/Setor Destino Denúncias e Reclamações | Receb. Requisições de Terceiros | Guia Outros Despacho Processos de Licenciamento | Processos Apensados / Juntados | Observações | Pareceres / Arquivos | Tramitação / Despacho | Despacho Interno |
|--|--|--|--|---------------------------------------|---|--------------------------------------|---|-------------------------|--------------------------|---------------------|
| GUIA INTERNA | INEA | 12/02/2014 | SELSUL | 25/02/2014 | | | PARA ANÁLISE E PARECER. | | | |
| GUIA RECEBIDA | INEA | 10/02/2014 | | 12/02/2014 | | | | | | |
| GUIA INTERNA | INEA | 31/01/2014 | SUPSUL | 10/02/2014 | | | DÊ-SE CONTINUIDADE NO EXAME DESTES REQUERIMENTOS. | | | |
| GUIA RECEBIDA | INEA | 29/01/2014 | | 31/01/2014 | | | | | | |
| GUIA INTERNA | INEA | 29/01/2014 | DILAM | 29/01/2014 | | | CONSIDERANDO O PORTE E A LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE | | | |
| GUIA RECEBIDA | INEA | 06/01/2014 | | 29/01/2014 | | | | | | |
| GUIA INTERNA | INEA | 06/01/2014 | GELANI | 06/01/2014 | | | AQUI POR ENGANO | | | |
| GUIA RECEBIDA | INEA | 27/12/2013 | | 06/01/2014 | | | | | | |
| GUIA INTERNA | INEA | 26/12/2013 | GELSAR | 27/12/2013 | | | PARA ANÁLISE E PARECER. | | | |
| GUIA RECEBIDA | INEA | 23/12/2013 | | 26/12/2013 | | | | | | |
| GUIA INTERNA | INEA | 20/12/2013 | *CA | 23/12/2013 | | | EM PROSSEGUIMENTO | | | |
| criação de processo | INEA | 19/12/2013 | | 20/12/2013 | | | EM PROSSEGUIMENTO | | | |

1

PESQUISA PROCESSO

Nome Empresarial
 CNPJ/CPF
 Processo
 Inscrição Estadual
 Nº Licença IN

| | Processo | Nome Empresarial | CNPJ/CPF | Código | Unidade | No Licença | Tipo Licença | Tipo Atividade |
|------------|---------------------|------------------------|--------------------|----------|---------------------------|------------|--------------|----------------|
| Selecionar | E-07/002.19570/2013 | CONSÓRCIO UHE ITAOCARA | 10.532.493/0002-45 | UN035164 | ENCERRAMENTO DE CEMITÉRIO | | | 31.30.11 |
| | | | | | | | | |

1



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.37.4.5

Processo

E-07/002.19571/2013 para o
Cemitério de Porto Marinho

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

**DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 31.07.2017**

PROC. Nº E-26/36657/2010 - ADEMILDES BARRETO DA COSTA - INSPECTOR DE ALUNOS - mat. nº 00/0224.727-8, período base de 03.09.2009 a 26.11.2014.

PROC. Nº E-26/71.614/2004 - ANDERSON CARDOSO RAMOS - INSTRUTOR - SERRALHEIRO - mat. nº 00/0220.356-0, período base de 07.01.2011 a 05.01.2016.

PROC. Nº E-26/005/1852/2017 - ANTONIO JOSE VIEIRA DE PAIVA NETO - Professor FAETEC I - mat. nº 00/0223.935-8, período base de 20.09.2008 a 18.09.2013.

PROC. Nº E-26/75.328/2001 - EDUARDO AUGUSTO DE AZEVEDO GESTEIRA - Professor FAETEC I - mat. nº 00/0823.118-5, período base de 01.07.2011 a 28.06.2016.

PROC. Nº E-26/005/1125/2015 - ELIANE FERREIRA DE SOUZA - Professor FAETEC I - mat. nº 00/160.086-5, período base de 08.05.2012 a 05.06.2017.

PROC. Nº E-26/005/5625/2015 - GILCILENE ALMEIDA RANGEL - Professor FAETEC I - mat. nº 00/0225.116-3, período base de 23.05.2011 a 20.05.2016.

PROC. Nº E-26/33.034/2007 - JULIA FERNADES LOPES - Professor FAETEC I - mat. nº 00/0222.896-3, período base de 12.06.2011 a 21.06.2016.

PROC. Nº E-26/005/3344/2016 - KELI CRISTINA DE MATTOS- Professor FAETEC I - mat. nº 00/0225.799-6, período base de 29.04.2011 a 03.05.2016.

PROC. Nº E-26/005/3123/2016 - MARIA VERONICA TAVARES VERDAN MASIERO - SUPERVISORA EDUCACIONAL - mat. nº 00/0225.992-7, período base de 13.04.2011 a 10.04.2016.

PROC. Nº E-26/78.625/2003 - MARCIA DA GLORIA FERNANDES-COZINHEIRA - mat. nº 00/0223.935-8, período base de 24.09.2011 a 14.11.2016.

PROC. Nº E-26/005/3144/2016 - RAQUEL DE SOUZA MOTTA BARRETO - Supervisor Educacional - mat. nº 00/0225.977-8, período base de 12.04.2011 a 09.04.2016.

PROC. Nº E-26/005/3125/2016 - SANDRA DA COSTA TAVARES SOARES- SUPERVISOR EDUCACIONAL - mat. nº 00/440.4956-0, período base de 12.04.2011 a 09.04.2016.

RECONHEÇO DIREITO OS 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL.

PROC. Nº E-26/005/2396/2013 - ROSI SOARES BRASIL - Professor FAETEC II - mat. nº 00/205.199-7, **RECONHEÇO DIREITO** os 15 (quinze) meses de Licença Especial, período base de 19.08.1986 a 17.08.1991, de 18.08.1991 a 16.08.1996, de 01.07.1998 a 11.09.2003, de 12.09.2003 a 24.09.2008 e de 25.09.2008 a 23.09.2013.

PROC. Nº E-26/005/4118/2016 - JORGE ALBERTO FRANCISCO, cargo Artífice, matrícula nº 00/223.882-2, ID: 2087405-7, Vínculo 2 Atendendo o pressuposto estabelecido no § 19 do artigo 40 da CF/88, acrescido pela EC nº 41/2003 e baseado na Resolução SARE nº 3026/2004, o servidor FAZ JUS ao abono permanência a partir de 10/02/2017.

Id: 2048849

**FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANÇAS**

**DESPACHOS DA DIRETORA
DE 11.07.2017**

PROC. Nº E-26/021.639/1998 - JORGE CÉSAR DE ALMEIDA, ID Funcional 2714548-4, **CONCEDO** 18 (dezoito) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativo aos períodos de tempo de serviço apurados entre 01/06/1983 a 30/05/1988, 31/05/1988 a 29/05/1993, 30/05/1993 a 28/05/1998, 29/05/1998 a 27/05/2003, 28/05/2003 a 25/05/2008 e de 26/05/2008 a 24/05/2013.

DE 01.08.2017

PROC. Nº E-26/021.028/2003 - ROSÂNGELA DE FÁTIMA PEREIRA GONÇALVES, ID Funcional 2714742-8, **CONCEDO** 21 (vinte um) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa aos períodos de tempo de serviço apurados de 17/08/1981 a 15/08/1986, 16/08/1986 a 14/08/1991, 15/08/1991 a 12/08/1996, 13/08/1996 a 10/08/2001, 11/08/2001 a 10/08/2006, 11/08/2006 a 09/08/2011 e de 10/08/2011 a 07/08/2016.

PROC. Nº E-26/003.000187/2017 - CAIO AMITRANO DE ALENCAR IMBASSAHY, ID Funcional 4418791-2, **CONCEDO** 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativo ao período de tempo de serviço apurado entre 01/11/2011 a 29/10/2016.

Id: 2049125

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

**DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE
DE 02.08.2017**

PROC. Nº E-10/005/6451/2017 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/7208/2017 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

Id: 2048937

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 31.07.2017**

PROCESSO Nº E-10/004/371/2017 - RATIFICO, com base no art. 26, da Lei Federal nº 8666, de 21/06/93, a dispensa de licitação fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8666/93, c/c o art. 29, inciso X, da Lei nº 13.303, adjudicada à Empresa AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A, no valor estimado de R\$ 166.890,00 (cento e sessenta e seis mil oitocentos e noventa reais), para fazer face as despesas com o fornecimento de energia elétrica para os Terminais Rodoviários de Cabo Frio, Itaperuna, e Macaé, para os meses de julho a dezembro de 2017, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

Id: 2048927

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE
DE 31.07.2017**

PROCESSO Nº E-10/004/370/2017 - RATIFICO, com base no art. 26, da Lei Federal nº 8666, de 21/06/93, a dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso XXII da Lei Federal nº 8666/93, c/c o art. 29, inciso X da Lei nº 13.303, adjudicada à Empresa LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A, no valor estimado de R\$ 199.148,00 (cento e noventa e nove mil cento e quarenta e oito reais), para fazer face as despesas com o fornecimento de energia elétrica para a sede desta Companhia, Canteiro de Obras, Áreas de Estacionamento Miguel Couto e Nilo Peçanha, e nos Terminais Rodoviários de Vassouras, Mendes, Três Rios e Xerém, referente ao período de julho a dezembro de 2017, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

Id: 2048935

Secretaria de Estado do Ambiente

FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO

ATO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO E DO COORDENADOR-EXECUTIVO

**PORTARIA CONJUNTA FECAM/INEA Nº 024
DE 02 DE AGOSTO DE 2017**

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO FECAM E O COORDENADOR-EXECUTIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA BAIÁ DE GUANABARA - UEPSAM, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.514, de 17 de janeiro de 2017, que aprova o Orçamento Anual do Estado para o exercício de 2017, o Decreto nº 45.938, de 22 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do Estado para o exercício de 2017 e o Decreto no 42.439, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária, a Resolução SEA nº 553, de 21 de fevereiro de 2017, e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Projeto: Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara.

II - VIGÊNCIA: Início: 02/08/2017 - Término: 31/12/2017.

III - DE/Concedente: 24 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA. **UO:** 2404 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM. **UG:** 240400 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM.

IV - PARA/Executante: 2402 - Unidade Executora do Programa de Saneamento Ambiental do Entorno da Baía de Guanabara - UEP-SAM. **UO:** 2402 - Unidade Executora do Programa de Saneamento Ambiental do Entorno da Baía de Guanabara - UEP-SAM. **UG:** 240200 - Unidade Executora do Programa de Saneamento Ambiental do Entorno da Baía de Guanabara - UEP-SAM.

V - CRÉDITO:

PT: 2404.17.512.0162.7015 - Saneamento Ambiental do Entorno da Baía de Guanabara - Contrapartida FECAM. Natureza da Despesa: 4490.00 Fonte 104 Valor: R\$ 15.000.000,00

VI - A emissão da respectiva nota de crédito no SIAFE ficará condicionada a existência de dotação orçamentária disponível no programa de trabalho, elemento de despesa e fonte acima referida.

Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2017

WALLACE SERAFIM PAVÃO
Secretário-Executivo do FECAM

MÁRCIO MELO ROCHA

Coordenador-Executivo da Unidade Executora do PSAM - UEPSAM

Id: 2048832

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 19.07.2017

PROC. Nº E-07/002/11921/2016 - ADJUDICO e HOMOLOGO a Concorrência Nacional nº 002/2016, que foi arrematada pela Empresa "PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE LTDA" CNPJ: 03.164.966/0001-52, totalizando o valor de R\$ 1.264.525,64 (um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

VICE-PRESIDÊNCIA

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE

DE 01.08.2017

PROC. Nº E-07/002.7351/13 - INDEFIRO a impugnação apresentada por Zwi Skornicki; e acolho a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração, tendo em vista a redação do art. 62, I, do Decreto Estadual nº 41.628/2009, o qual estabelece a atribuição ao Diretor de Pós-Licença apreciar e decidir as impugnações apresentadas contra os autos de infração lavrados no caso de imposição de advertência, multas e apreensão.

PROC. Nº E-07/002.9158/16 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela Empresa Rio Valle Administração e Empreendimentos LTDA.; e acolho a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração, tendo em vista a redação do art. 62, I, do Decreto Estadual nº 41.628/2009, o qual estabelece a atribuição ao Diretor de Pós-Licença de apreciar e decidir as impugnações apresentadas contra os autos de infração lavrados no caso de imposição de advertência, multas e apreensão.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 02.08.2017

PROCESSO Nº E-07/201029/2005 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de José Emídio de Moraes, Cnpj, 00.778.148/0001-51, localizado na Av. Antônio Mario de Azevedo, 1.917 - Côrrego D'Antas - Município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.14121/2013 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Rozilma Antunes Angote de Medeiros, CPF 097.309.937-26, localizado no Sítio Angote, nº 7095 - Vale dos Pinheiros - Campinas - Município de Sumidouro, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.19571/2013 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença Ambiental de Recuperação em nome de Consórcio Uhe Itacara, CNPJ 10.532.493/0002-45, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 152 - Jardim da Aldeia - Município de Itacara, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.6173/2017 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Camila Ribeiro Da Silva, CPF 147.763.367-74, localizado na Estrada Vale dos Pinheiros, s/nº - Sítio Dois irmãos - Vale dos Pinheiros - Município de Sumidouro, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/201515/2005 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de Verouquiand. E Com. De Madeiras LTDA, CNPJ 32.580.409/0001-10, localizado na Rod. RJ 116 km 97 - s/nº - Banquete - Município de Bom Jardim, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.17205/2013 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Maria do Rosario, CPF 020.789.187-76, localizado Na Rua Caetano Boaretto Lote 06 - Volta do Umbigo - Município de Macuco, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.12366/2016 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Silvado do Espírito Santo, CPF 010.605.127-00, localizado na Estrada do Arrozal, s/nº - Arrozal - Município de Sumidouro, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.5882/2017 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Sirlעי Ferreira da Silva, CPF 016.196.267-05, localizado na Estrada de Botafogo, s/nº - Botafogo - Município de Sumidouro, com base nos autos do processo em referência.

**DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTAO DE PESSOAS**

**DESPACHOS DA GERENTE
DE 01.08.2017**

PROCESSO Nº E-07/002.2323/2017 - EMÍLIA DA CONCEIÇÃO CO-RUJO, Secretário Executivo, matrícula nº 2700523-0, Id Funcional 2028343-1. A servidora FAZ JUS ao abono de permanência, pois completou os requisitos para Aposentadoria Integral em 01/01/2017, nos termos do art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88, estando o presente administrativo de acordo com a legislação vigente, e alinhado com a Resolução SARE nº 3026/04.

PROCESSO Nº E-07/002.2324/2017 - JOSÉ LUIZ DE ARAÚJO MENDES, Engenheiro, matrícula nº 2701386-1, Id Funcional 2147718-3. O servidor FAZ JUS ao abono de permanência, pois completou os requisitos para Aposentadoria Integral em 01/01/2017, nos termos do art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88, estando o presente administrativo de acordo com a legislação vigente, e alinhado com a Resolução SARE nº 3026/2004.

DE 02.08.2017

PROCESSO Nº E-07/002.4891/2017 - ADEMIR DA SILVA AMORIM, Assistente Operacional, matrícula nº 2701226-9, Id Funcional 2148076-1. O servidor FAZ JUS ao abono de permanência, pois completou os requisitos para Aposentadoria Integral em 01/04/2017, nos termos do art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88, estando o presente administrativo de acordo com a legislação vigente, e alinhado com a Resolução SARE nº 3026/2004.

Id: 2049066

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ATOS DA PRESIDENTE
DE 27.07.2017**

NÁDIA OLIVEIRA DA COSTA, ID Funcional nº 4347418-7, C.P.F. nº 863084087-00, nacionalidade brasileira, nascida em 11/05/1968, do sexo feminino, carteira de identidade nº 08190999-6, expedida em 10/11/2003, pelo DETRAN/RJ, estado civil casada, nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretor, símbolo VP-2, da Diretoria de Cadastro e Cartografia, do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, da Secretaria de Estado do Ambiente, do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, publicado no Diário Oficial de 25 de julho de 2017. Tomou posse em 26 de julho de 2017, com validade a contar de 01 de julho de 2017, anteriormente ocupado por José William Amaro, ID funcional nº 4210959-0. Processo nº E-07/020/213/2017.

JOSÉ WILLIAM AMARO, ID Funcional nº 4210959-0, C.P.F. nº 507218107-30, nacionalidade brasileira, nascido em 29/09/1957, do sexo masculino, carteira de identidade nº 04247279-5, expedida em 21/12/1976, pelo IFPR/RJ, estado civil casado, nomeado para exercer o cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-8, da Gerência de Cadastro e Pesquisa Social, do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, da Secretaria de Estado do Ambiente, do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, publicado no Diário Oficial de 25 de julho de 2017. Tomou posse em 26 de julho de 2017, com validade a contar de 01 de julho de 2017, anteriormente ocupado por Nádia Oliveira da Costa, ID Funcional nº 4347418-7. Processo nº E-07/020/213/2017.

Id: 2048955

**Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO**

ATO DO SECRETÁRIO E DO PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAPPA/EMATER-RIO Nº 02
DE 27 DE JULHO DE 2017**

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMATER-RIO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO E DO PRESIDENTE DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMATER-RIO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.514, de 17 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2017 e pelo Decreto nº 45.938, de 22 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para execução orçamentária do poder Executivo para o exercício de 2017 e da outras providências e o Decreto nº 42.436 de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução de créditos orçamentários, e dá outras providências, e conforme o que consta do Processo nº E-02/007/822/2017,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Apoiar na implementação do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, conforme consta no Anexo único - Plano de Trabalho.

II - VIGÊNCIA: Data de início: 15/06/2017 - Término: 31/12/2017.

III - DE/Concedente: 130100 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO.

UO: 13010 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro.

UG: 1309 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro.

IV - PARA/Executante: 135300 - Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO.

UO: 135300 - Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO.

UG: 135300 - Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO.

V - CRÉDITO:

| PROGRAMA DE TRABALHO | ND | FR | VALOR (R\$) |
|-----------------------|------|-----|--------------|
| 1301.20.606.0037.1625 | 4490 | 111 | 1.600.000,00 |

Art. 2º - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2017

JAIR DE SIQUEIRA BITTENCOURT JÚNIOR

Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ANTONIO EMILIO SANTOS

Presidente da EMATER-RIO

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

2013
102

ÓRGÃO
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE



NÚMERO DO PROCESSO
E07/002.19571/2013
DATA DO INÍCIO
19/12/2013

NOME
E-07/002.19571/2013 DATA: 19/12/2013
CONSÓRCIO UHE ITAOCARA
COD. ASSUNTO: ~~0000~~ 33 - 3 - 1
LICENÇAS
Licenciamento Ambiental
LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO-LAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.19571/2013
Data 19/12/13 Fls. 02
Rubrica



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SERVIÇO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em 19 de dezembro de 2013, cumprindo a ordem do(a) Leila G. Santos, servidor (a) da Ga/inca, procedeu-se a abertura do processo nºE-07/002.19571/2013. Com este fim e para constar, Eu lediacy Pereira Murta (a) do Protocolo do Seapro, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2013.

Lediacy Pereira Murta

Matrícula 360.432-9

Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM

- 1 - Tipo**
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> - Prévía-LP | <input type="checkbox"/> - Instalação e Operação-LIO |
| <input type="checkbox"/> - Instalação-LI | <input type="checkbox"/> - Operação e Recuperação-LOR |
| <input type="checkbox"/> - Operação-LO | <input checked="" type="checkbox"/> - Recuperação-LAR |
| <input type="checkbox"/> - Prévía e Instalação-LPI | <input type="checkbox"/> - Simplificada-LAS |
| | <input type="checkbox"/> - Termo de Encerramento-TE |

1ª - Fase

2 - Lic. Anterior: Nº Processo E7/002.11.194/2013

Para uso do Inea

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002.19571/2013
 Data 12/12/13 Fp. 03
 Rubrica _____

Código UNO35170 / 3130.11
CLASSE 2A

Nome Empresarial ou Nome Consórcio UHE Itaocara
 Nome Fantasia Consórcio UHE Itaocara
 CNPJ/CPF 10.532.493/0002-45 I. E. Isento Nº de inscrição no CTE / CTE 5240652
 Endereço Rua Marechal Floriano Peixoto, 152

Bairro / Distrito Jardim da Aldeia Município Itaocara UF RJ CEP 28.570.000
 Telefone 22-3861-2800 Fax 22-3861-2800 e-mail perboir@uheltaocara.com.br

4 - Endereço do Empreendimento/Atividade:
 Logradouro Fazenda Valão do Sapo - Cemitério de Porto Marinho CEP 28.500.000
 Bairro / Distrito Zona rural - Localidade Porto Marinho Município Cantagalo - RJ

5 - Endereço para Correspondência:
 Logradouro Rua Marechal Floriano Peixoto, 152 CEP 28.570.000
 Bairro / Distrito Jardim da Aldeia Município Itaocara UF RJ
 Telefone 22-3861-2800 Fax 22-3861-2800 e-mail perboir@uheltaocara.com.br

6 - Representantes Legais
 Nome Luz Carlos Amarilho CPF 061.030.060-15
 Telefone 21-2211-2607 Fax 22-3861-2800 e-mail amarilho@uheltaocara.com.br
 Nome _____ CPF _____
 Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

7 - Contato
 Nome Perboir Jose Vilela Rezende Vieira CPF 496.193.226-49
 Telefone 22-3861-2800 Fax 22-3861-2800 e-mail perboir@uheltaocara.com.br
 Exemplar da Assinatura Perboir Jose Vilela Rezende Vieira

8 - Número de Documentos Anexos
Número de Folhas Anexas 21 documentos compondo 108 folhas distintas

9 - Descrição da (s) Atividade (s):

A descrição das atividades segue em anexo como um documento intitulado como Descrição de atividades para realocação dos cemitérios.

10 - Responsável Técnico:

Nome Perboir Jose Vilela Rezende Vieira CPF 496.193.226-49

Formação Profissional Engenharia Civil Conselho/Registro 53.204/D

Telefone 22-3861-2800 Fax 22-3861-2800 e-mail perboir@iheltaocara.com.br

- Projeto - Operação Desativação

Nome _____ CPF _____

Formação Profissional _____ Conselho/Registro _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

- Projeto - Operação

11 - Declaro para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no item 8 (oito), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA a expedição da respectiva licença.

Rio de Janeiro 19 de Dezembro de 2013

[Assinatura]

Assinatura do Representante Legal

GUZ CARLOS AMARILHO

Nome

Imprimir

Código do FHM

Processo nº: E-07/002.19571/2013

Data 19/12/13 Fls. 04

Rubrica

Longo do



Bradesco | 237-2

23796.89819 93350.000001 22000.013809 9 59290000173516

| | | | | | |
|---|-----------------|--------------|------------|---------------|-----------------------------|
| Local de Pagamento | | | | | Vencimento |
| Pagável Preferencialmente na rede Bradesco ou no Bradesco Expresso. | | | | | 31/12/2013 |
| Beneficiário | | | | | Agência/Código Beneficiário |
| INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA | | | | | 06898/138-4 |
| Data do Doc. | Nº do documento | Espécie doc. | Acerto | Data Process. | Mosso número |
| 16/12/2013 | CAGRS149504 | DM | N | 16/12/2013 | 019/33/500000022-4 |
| Uso do Banco | Carteira | Espécie | Quantidade | Valor | (=) Valor do documento |
| | 19 | R\$ | | | 1.735,16 |
| Pagador: CONSORCIO UHE ITAOCARA 28500-000 CEP 28500-000 | | | | | |
| CNPJ/CPF: 010.532.493/0002-45 | | | | | |
| Sacador avalista: | | | | | Recibo do Pagador |

Autenticação Mecânica



Bradesco | 237-2

23796.89819 93350.000001 22000.013809 9 59290000173516

| | | | | | |
|---|-----------------|--------------|------------|---------------|-----------------------------|
| Local de Pagamento | | | | | Vencimento |
| Pagável Preferencialmente na rede Bradesco ou no Bradesco Expresso. | | | | | 31/12/2013 |
| Beneficiário | | | | | Agência/Código Beneficiário |
| INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA | | | | | 06898/138-4 |
| Data do Doc. | Nº do documento | Espécie doc. | Acerto | Data Process. | Mosso número |
| 16/12/2013 | CAGRS149504 | DM | N | 16/12/2013 | 019/33/500000022-4 |
| Uso do Banco | Carteira | Espécie | Quantidade | Valor | (=) Valor do documento |
| | 19 | R\$ | | | 1.735,16 |
| Instruções (Texto de responsabilidade do beneficiário) | | | | | (-) Descontos/Abatimentos |
| ** VALORES EXPRESSOS EM REAIS ** | | | | | (-) Outras Deduções |
| LAR | | | | | (+) Mora/Multa |
| CLASSE 2A | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| LATA 0.500TOS | | | | | (=) Valor Cobrado |
| Pagador: CONSORCIO UHE ITAOCARA FAZENDA VALAO DO SAPO CEP 28500-000 | | | | | |
| CNPJ/CPF: 010.532.493/0002-45 | | | | | |
| Sacador avalista: | | | | | Ficha de Compensação |

Autenticação Mecânica



Internet Banking

Pagamento a Fornecedores » Compromissos » Segunda Via de Comprovante

CONSORCIO UHE ITAOCARA Agência: 3403 Conta Corrente: 13-004146-3

DETALHE DO COMPROMISSO

Convênio: 0033-3403-004900012021 Conta de Débito: 3403-000130041463

Tipo do Documento: CNPJ CPF / CNPJ do Fornecedor: 10.598.957/0001-35

Nome do Fornecedor: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE -INEA

No. compromisso banco: 902400623 No. compromisso cliente:

Tipo de Pagamento: BLQ Outros

Código de Barras: 2379689819933500000122000013809959290000173516

Valor Nominal: 1.735,16

Desc./Abat.: 0,00 Juros: 0,00

Data de Vencimento: 31/12/2013

Data de Pagamento: 17/12/2013

Situação: Efetivado

No. Lista de Débito:

Autenticação: 8226C0CAC2AC2A74E7A29C9 No. Protocolo: PGTFORNI17122013902400623

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002.19571 /2013
 Data 17/12/13 Fls. 05
 Rubrica

Valor a Pagar: 1.735,16



Superlinha 4004-3535 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800-702-3535 (Demais Localidades)

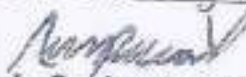
SAC 0800-762-7777
Ouvidoria 0800-726-0322



AO INEA

Declaro para os devidos fins, de que todas as informações entregues em papel estão em formato digital no CD.

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2013.


Luiz Carlos Amarilho
Assinatura do Responsável

Tels.: (22) 3861.2800

Anexos:

Documentos Gerais:

- (x) Formulário de Requerimento preenchido e assinado pelo representante legal;
- (x) Cópias do documento de identidade e CPF do representante legal;
- (x) Cópias do documento de identidade e CPF do Contato;
- () Cópia da procuração, e cópias do documento de identidade e do CPF (se houver);
- (x) Cópia das Atas de Constituição e Eleição da última diretoria (S/A), ou Contrato Social (Ltda.);
- (x) Cópia do comprovante de inscrição no CNPJ;
- (x) Cópia da Certidão de Zoneamento;
- (x) Planta de localização.

Documentos Específicos:

- (x) Notificação CLIAMNOT/01024790;
- (x) Notificação CLIAMNOT/01026139;
- (x) Notificação CLIAMNOT/01029812;
- (x) Cópia do CPF do responsável técnico;
- (x) Certidão de quitação do CREA do responsável técnico e contato;
- (x) Cópia da ata de eleição do responsável legal;
- (x) Planta baixa do cemitério (no CD é arquivo formato .DWG);

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-07/002, 195+1 /2013

Data 19/12/13 Fls. 07

Rubrica 

- (x) Cópia do CTF do responsável legal; ✓
- (x) Cópia do CTF do responsável técnico; ✓
- (x) Cópia do CTF do Consórcio UHE Itaocara; ✓
- (x) Cópia da declaração de negativa de anuência da prefeitura;
- (x) Cópia do contrato social;
- (x) Cópia do comprovante de endereço;
- (x) Cópia da listagem dos falecidos enterrados no cemitério de Porto Marinho;
- (x) Descrição de atividades como requisito parcial do Requerimento de Licença.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002.19571/2013
 Data 19/12/13 Fls. 08
 Rubrica _____

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA DEFESA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 03.336.113-2 DATA DE EXPEDICÃO 14/12/2009

COGNOME LUIZ CARLOS AMARILHO

RESIDÊNCIA RUA HORACIO VIEIRA DE AMARILHO

NACIONALIDADE RIG GRANDE DO SUL DATA DE NASCIMENTO 18/01/1947

DIV. ORGÃO C.CASH L1Y 8130 FLS 103V TERM 43102

CIDADE PORTO ALEGRE RS

CPF 067.009.160-15

2 1/4

LE Nº 7116 DE 1966

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

0025

Polgar Direito

Assinatura Titular

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Leopoldina

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE EMPRESAS

EMPRESA
PERSOA JOSE VILELA REZENDE VIEIRA



REGISTRO DE EMPRESAS (R.E.)
M2204873 **EMP** **ME**

CPF
896.353.225-49 DATA DE FUNDACAO
26/02/1962

RUA
JOAO VIEIRA DOS REIS

ENDEREÇO
EVOLETE VILELA REZENDE
VIEIRA

TIPO DE EMPRESA
 EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REGIME DE TRIBUTACAO
 ME

INSCRIÇÃO ESTADUAL
02240001487

REGIME DE TRIBUTACAO
27/04/2017

DATA DE ABERTURA
05/07/1980

EMPRESA
GOVERNADOR VALADARES, MG DATA DE ABERTURA
05/07/2012

Jose Vieira
Assinatura do Representante Legal

CPF DO REPRESENTANTE LEGAL: 11613800746
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 02053407394

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002.19571/2013
 Data 19/12/12 Fls. 09
 Rubrica _____

NÚMERO DO EDITAL
 748345795

NÚMERO DO EDITAL
 748345795



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002.19571/2013
 Data 19/12/13 Fls. 11
 Rubrica

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

|  REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
|--|---|-----------------------|--|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.532.483/0002-45 FILIAL | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 13/09/2012 |
| NOME EMPRESARIAL CONSORCIO UHE ITAOCARA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSORCIO UHE ITAOCARA | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 215-1 - CONSORCIO DE SOCIEDADES | | | |
| LOGRADOURO R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO | NÚMERO 152 | COMPLEMENTO CASA 1 | |
| CEP 26.570-000 | BARRIO/DISTRITO JARDIM DA ALDEIA | MUNICÍPIO ITAOCARA | UF RJ |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/09/2012 |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 16/12/2013 às 14:20:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



| | |
|--------------------------|------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL | |
| Processo nº: E-07/002. | 19571 /2013 |
| Data | 11/12/13 Fis. 12 |
| Rubrica | |

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

Cantagalo-RJ, 10 de dezembro de 2013.

Ofício nº348/2013.


Ref.: Correspondência 094/IT/2013- AMB

Senhor Diretor,

Comunicamos para os devidos fins, que no momento não emitiremos carta de anuência autorizadora, referente ao Programa de Realocação do Cemitério de Porto Marinho.

Sendo certo de que Vossa Senhoria está cumprindo sua parte, ainda não entendemos o momento oportuno para esta atitude, sem a ciência dos Munícipes interessados.

Apresentamos a Vossa Senhoria, protestos da mais alta estima e distinta consideração.


SAULO DOMINGUES GOUVEA
PREFEITO MUNICIPAL

ILMº.SRº
LUIZ CARLOS AMARILHO
MD.DIRETOR CONSÓRCIO UHE ITAOCARA

2602 1601 F 055001



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.19571/2013
Data 19/12/13 Fls. 13
Rubrica

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

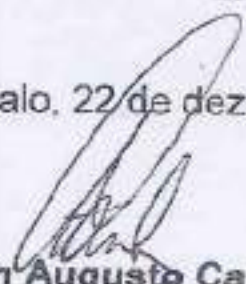
CERTIDÃO

Assunto: UHE Itaocara

Em atendimento à liminar deferida no processo judicial nº 0002480-18.2011.8.19.0015, em curso perante a Vara Cível da Comarca de Cantagalo, declaramos, para fins de exigência do artigo 10, §1º, da Resolução 237/97 do CONAMA, que o projeto referente à UHE Itaocara I, conforme divulgado na Audiência Pública realizada no dia 21/07/2011, não viola a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo do Município de Cantagalo.

Sem mais para o momento.

Cantagalo, 22 de dezembro de 2011.


Joaquim Augusto Carvalho de Paula
—Prefeito Municipal de Cantagalo

M. EP

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO UHE ITAOCARA

Pelo presente instrumento particular,

ITAOCARA ENERGIA LTDA., com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano 168, 2º andar, parte, CEP 20080-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.619.221/0001-78, e NIRE 3320608530-1, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seus representantes legais, doravante denominada simplesmente "ITAOCARA ENERGIA",

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, 12º andar - Ala B1, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seus representantes legais, doravante denominada "CEMIG GT";

Denominadas também PARTES, quando mencionadas em conjunto, ou PARTE, quando uma delas for mencionada individualmente por seus representantes legais ao final nomeados e assinados,

Considerando:

- que ITAOCARA ENERGIA é detentora da concessão para implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara ("UHE" ou "UHE ITAOCARA");
- que a CEMIG GT tem interesse em expandir seu parque gerador, particularmente nas regiões limítrofes do Estado de Minas Gerais;
- que a CEMIG GT detém experiência comprovada em implantação de empreendimentos hidrelétricos em passado recente;

as PARTES resolvem constituir um consórcio em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, mediante as seguintes cláusulas e condições constantes do presente **CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO UHE ITAOCARA** ("CONTRATO");

CLÁUSULA 1ª - DEFINIÇÕES

Sem prejuízo de outras definições achadas neste Contrato, sempre que mencionados, os termos abaixo terão o seguinte significado:

- 1.1 AGENTE DA CCEE OU AGENTE: concessionário, permissivo, autorizado de serviços e instalações de energia elétrica e consumidor integrantes da CCEE, conforme abaixo definida.



- 1.2 AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA OU ACR: o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.
- 1.3 AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE OU ACL: o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.
- 1.4 ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador e fiscalizador dos serviços de energia elétrica.
- 1.5 CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ou CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica, conforme estabelece a Lei 10.848/04.
- 1.6 CONCESSÃO: concessão de uso de Bem Público, outorgada pela União, por intermédio da ANEEL, para implantação e exploração da UHE ITAOCARA.
- 1.7 CONSÓRCIO: Consórcio constituído de acordo com os artigos 278 e seguintes da Lei nº 5.404/76, nos termos deste instrumento, para realização do EMPREENDIMENTO.
- 1.8 CONSORCIADAS: são as PARTES ou sucessoras.
- 1.9 CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO ou CCEAR: contrato bilateral no âmbito do ACR.
- 1.10 CONTRATO DE CONCESSÃO: Contrato celebrado em 15 de março de 2001 e aditado em 13 de setembro do mesmo ano, entre a União Federal, na condição de Poder Concedente, e a ITAOCARA ENERGIA LTDA, para regular a concessão de uso de bem público para geração de energia elétrica da UHE ITAOCARA.
- 1.11 CONTROLE: configura-se pela titularidade de direitos que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléa geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia e usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

[Handwritten signature]



- 1.12 CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÃO: cronograma que estabelece as previsões de aportes de recursos das PARTES ao EMPREENDIMENTO, a ser aprovado pelo Comitê Deliberativo do CONSÓRCIO.
- 1.13 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO: cronograma físico de implantação do EMPREENDIMENTO, aprovado pelas PARTES.
- 1.14 EDITAL: Instrumento que estabelece todas as regras do LEILÃO nº 003/2000-ANEEL.
- 1.15 EMPREENDIMENTO: projeto, construção e operação da UHE ITAOCARA, nos termos de seu respectivo contrato de Concessão e Autorização para produção de energia elétrica.
- 1.16 FASE DE IMPLANTAÇÃO: período compreendido entre a data de assinatura deste CONTRATO até a data do início da operação comercial da última unidade geradora da UHE ITAOCARA, abrangendo toda a engenharia (projeto, construção e montagem) da mesma.
- 1.17 IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- 1.18 LEILÃO: Modalidade de licitação para contratação de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, com posterior outorga de concessão de uso de bem público, regulado pelos termos do EDITAL nº 03/2000-ANEEL.
- 1.19 LIDER: terá a definição que lhe é atribuída na cláusula 7.1 deste Contrato.
- 1.20 MERCADO DE CURTO PRAZO: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos AGENTES DA CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos AGENTES DA CCEE.
- 1.21 ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN.
- 1.22 ORÇAMENTO: custo total previsto para a FASE DE IMPLANTAÇÃO do EMPREENDIMENTO.
- 1.23 PODER CONCEDENTE: a União, nos termos do artigo 20, inciso VIII, do artigo 21, inciso XII, alínea "b", e do artigo 176, da Constituição Federal.



- 1.24 PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;
- 1.25 PROCEDIMENTOS DE REDE: documentos elaborados pelo ONS com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos agentes;
- 1.26 PRODUTOR INDEPENDENTE: pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio, que receberam concessão ou autorização do PODER CONCEDENTE, para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco, atendido o disposto na legislação em vigor e no Contrato de Concessão.
- 1.27 PROJETO BÁSICO: projeto homologado pela ANEEL, contendo as especificações e desenhos com as principais características das condições locais (hidrológicas, topográficas e geológicas) e dos equipamentos e estruturas necessárias à implantação da UHE ITAOCARA, em conformidade com a sua capacidade de geração e segurança definidas pelo EDITAL e normas pertinentes.
- 1.28 REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE.
- 1.29 SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN: conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente.
- 1.30 UHE ITAOCARA ou UHE: é a Usina Hidrelétrica Itaocara conforme definida no EDITAL.

CLÁUSULA 2ª - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

- 2.1 O CONSÓRCIO atuará sob a denominação "CONSÓRCIO UHE ITAOCARA" e terá sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Marechal Floriano 168, 2º andar, CEP 20080-002.
- 2.2 O CONSÓRCIO tem por objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial do EMPREENDIMENTO e vigorará, a partir desta data, pelo prazo



do respectivo CONTRATO DE CONCESSÃO e suas eventuais prorrogações, observado o disposto no item 19.1. abaixo.

CLÁUSULA 3ª - PRINCÍPIOS GERAIS

3.1 A realização do EMPREENDIMENTO deverá ser norteada pelos seguintes documentos e disposições:

- (i) O PROJETO BÁSICO com a especificação das características principais do EMPREENDIMENTO;
- (ii) o CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO do EMPREENDIMENTO;
- (iii) o CONTRATO DE CONCESSÃO celebrado entre PODER CONCEDENTE e a ITAOCARA ENERGIA;
- (iv) o CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES;
- (v) os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO;
- (vi) as REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO;
- (vii) os PROCEDIMENTOS DE REDE;
- (viii) toda e qualquer prestação de serviços ao CONSÓRCIO deverá ser sempre efetuada em condições de mercado para, sem prejuízo da qualidade, maximizar o ganho para as PARTES;
- (ix) os financiamentos necessários ao EMPREENDIMENTO deverão ser sempre efetuados com instituições financeiras de primeira linha, quer sejam contratados pelo CONSÓRCIO ou diretamente pelas PARTES;
- (x) a administração do CONSÓRCIO deverá (a) ser composta exclusivamente por pessoas de reconhecida competência profissional, (b) ser exercida de forma compartilhada pelas PARTES de acordo com as regras estabelecidas no presente instrumento e (c) ser direcionada à busca permanente de eficiência, produtividade e lucratividade do Consórcio visando ao retorno dos investimentos feitos pelas PARTES;
- (xi) o CONSÓRCIO deverá adotar, na realização do EMPREENDIMENTO, padrões reconhecidos de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente, cumprindo, rigorosamente, todas as disposições legais sobre preservação ambiental.

3.2 Em caso de dúvidas ou discrepância entre o CONTRATO DE CONCESSÃO e o presente instrumento, as disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO deverão prevalecer.

Handwritten signature



CLÁUSULA 4ª - PARTICIPAÇÕES DAS PARTES NO CONSÓRCIO

4.1. As percentagens de participação das PARTES no CONSÓRCIO são as relacionadas abaixo:

| | |
|------------------|----|
| ITAOCARA ENERGIA | 51 |
| CEMIG GT | 49 |

4.2. A distribuição da participação no CONSÓRCIO, indicada na cláusula 4.1 deste CONTRATO, faz referência às participações iniciais e poderão sofrer alterações em razão dos valores efetivamente aportados pelas PARTES, conforme cláusula 16.

4.3. Fica assegurado à CEMIG GT o direito de desistência ou redução de sua participação no EMPREENDIMENTO, desde que o faça no prazo de 90 (noventa) dias contados da (i) assinatura deste Contrato ou (ii) outorga da respectiva licença ambiental prévia, o que ocorrer por último.

CLÁUSULA 5ª - COMITÊ DELIBERATIVO

5.1. O CONSÓRCIO terá um Comitê Deliberativo, órgão de deliberação colegiada, composto por 02 (dois) membros titulares, e seus respectivos suplentes, sendo 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente indicado pela ITAOCARA ENERGIA e 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente indicado pela CEMIG GT.

5.1.1. O credenciamento dos membros do Comitê Deliberativo deverá ser feito por meio de procuração conferida pela respectiva PARTE que os tenha indicado, outorgando-lhes os poderes necessários ao desempenho da função. O credenciamento e a substituição de membros do Comitê Deliberativo deverão ser comunicados à outra PARTE por meio de correspondência escrita, à qual deverão ser anexadas cópias das procurações.

5.1.2. Em caso de ausência ou impedimento temporário, os membros titulares deverão ser substituídos por seus respectivos suplentes. Os membros suplentes poderão participar das reuniões do Comitê Deliberativo, com os membros efetivos, mas somente exercerão o voto na ausência dos respectivos membros efetivos que os tenham como suplentes.

5.1.3. A PARTE que detiver a maior participação no CONSÓRCIO, nos termos da cláusula 4.1, indicará o Coordenador do Comitê Deliberativo.



- 5.2 O Comitê Deliberativo deverá se reunir ordinariamente, em local e datas previamente determinadas em calendário estabelecido na sua primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado na forma da cláusula 5.3.
- 5.3 As decisões do Comitê Deliberativo serão tomadas em reuniões convocadas pelo Coordenador ou, na sua falta, por qualquer um de seus membros, mediante comunicação prévia aos demais, que deverá conter, necessariamente, local, data, hora e ordem do dia, e poderá ser feita por qualquer meio de transmissão de informação que não seja oral, desde que obtido o correspondente comprovante de recebimento dos membros destinatários. As convocações das reuniões do Comitê Deliberativo deverão ser enviadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data de realização da reunião. Independentemente de tais formalidades, será considerada regular a reunião que contar com a presença da totalidade dos membros em exercício.
- 5.4 Alternativamente, as reuniões do Comitê Deliberativo poderão ser realizadas por conferência telefônica, desde que devidamente convocados os membros, observado o disposto na cláusula 5.3, sendo que, neste caso específico, as deliberações tomadas somente serão válidas após terem sido confirmadas pelos 2 (dois) membros, por meio de fac-símile, e devidamente ratificadas por meio de transcrição em ata por eles assinada.
- 5.5 Todas as decisões do Comitê Deliberativo serão finais e obrigarão todas as PARTES.
- 5.6 Compete ao Comitê Deliberativo estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios do CONSÓRCIO, bem como fiscalizar a gestão da Diretoria. Caberá ainda ao Comitê Deliberativo resolver os casos omissos deste CONTRATO.
- 5.7 O Comitê Deliberativo poderá instituir comitês para seu assessoramento, sem funções deliberativas ou executivas, para prover assistência em áreas especializadas tais como finanças, meio ambiente, técnica e jurídica.
- 5.8 A manifestação de voto do membro do Comitê Deliberativo será sempre proporcional à participação no CONSÓRCIO devida pela PARTE que o nomeou, respeitado o quorum especial de deliberação previsto na cláusula 5.9.
- 5.8.1 Conforme cláusula 5.8 acima, o total de votos que, inicialmente, caberá aos membros do Comitê Deliberativo indicados pelas PARTES, será de 100 votos, assim distribuídos:

120



- A) Ao membro indicado pela ITAOCARA ENERGIA: 51 (cinquenta e um votos);
B) Ao membro indicado pela CEMIG GT: 49 (quarenta e nove votos).

5.8.2 Caso haja qualquer alteração no percentual de participação das PARTES no CONSÓRCIO, o número de votos previsto nas alíneas "a" e "b" do item 5.8.1 acima será, automática e independentemente de celebração de termo aditivo a este instrumento, alterado de forma a refletir, proporcionalmente, o novo percentual de participação das PARTES.

5.9 As decisões do Comitê Deliberativo dependerão de 60% (sessenta por cento) dos votos titulados para aprovação, excetuando-se as seguintes matérias, as quais dependerão de 90% (noventa por cento) desses votos, observado o disposto nas cláusulas 5.3, 5.4 e 5.8.1:

5.9.1 aprovação do ORÇAMENTO e DO CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES, bem como quaisquer outros documentos dispondo sobre valores de contribuições e ou cronogramas físico-financeiros;

5.9.2 aprovação da celebração de quaisquer contratos ou atos de qualquer natureza e objeto, em valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), durante a FASE DE IMPLANTAÇÃO, e após esta fase, o valor acima será reduzido para R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Em ambos os casos, os valores serão corrigidos anualmente pelo IPCA, considerado estes valores de forma isolada ou, quando houver mais de uma transação de igual natureza, dentro de um mesmo exercício social, de forma global;

5.9.3 realização de investimentos ou quaisquer despesas de capital (inclusive aquisição, arrendamento, concessão de uso ou locação de bens imóveis e equipamentos do acervo operacional), em valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), durante a FASE DE IMPLANTAÇÃO, e após esta fase, o valor acima será reduzido para R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), considerados estes valores de forma isolada ou, quando houver mais de uma transação de igual natureza, dentro de um mesmo exercício social, de forma global;

5.9.4 definição dos critérios para celebrar transações imobiliárias objetivando servidões e desapropriações, inerentes à implantação do EMPREENDIMENTO;

5.9.5 aprovação da modelagem de financiamento do EMPREENDIMENTO, bem como aprovação para celebração de

hi - d



todos os contratos e documentos relacionados, assim como a constituição de sociedade de propósito específico para fins de financiamento, estruturação patrimonial, tributária e operacional do EMPREENDIMENTO, se for o caso;

- 5.9.6 alienação, promessa de alienação ou oneração de bens ou direitos vinculados ou relacionados ao EMPREENDIMENTO, em qualquer operação ou série de operações correlacionadas, acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) durante qualquer exercício fiscal;
- 5.9.7 quaisquer alterações na estrutura do Comitê Deliberativo e da Diretoria Executiva, bem como quorum de aprovação;
- 5.9.8 dissolução do CONSÓRCIO;
- 5.9.9 prestação de garantias de qualquer natureza;
- 5.9.10 fixação da orientação geral dos negócios do CONSÓRCIO, incluindo o seu plano de negócios de longo prazo;
- 5.9.11 aprovar, previamente, a celebração, alteração e/ou rescisão de acordos ou contratos de qualquer natureza entre o CONSÓRCIO e quaisquer das PARTES, bem como com os seus acionistas titulares de ações com direito a voto e/ou signatários de acordos de acionistas arquivados na sede de qualquer das PARTES e/ou com quaisquer sociedades, direta ou indiretamente controladas, controladoras ou submetidas ao mesmo Controle a que estiver sujeita qualquer das PARTES;
- 5.9.12 revisões do orçamento inicial detalhado para implantação dos EMPREENDIMENTOS e dos orçamentos anuais, bem como suas revisões e remanejamentos de verbas cujos valores sejam superiores a 5% (cinco por cento) do valor global de itens específicos deste orçamento;
- 5.9.13 definição dos critérios de correção monetária dos valores previstos neste instrumento;
- 5.9.14 autorização para adiantamentos de contribuições pelas PARTES;
- 5.9.15 nomeação e destituição dos Diretores do CONSÓRCIO bem como fixação de suas eventuais remunerações, inclusive benefícios de qualquer natureza, atribuições e verbas de representação. Não havendo consenso quanto à eventual indicação fundamentada de destituição de diretor apresentada por qualquer integrante do

12



Comitê Deliberativo, o assunto deverá ser levado aos órgãos de administração das PARTES nos termos da cláusula 5.11 (a) e (b) abaixo e, não se atingindo o consenso quanto à existência de fundamentação para a destituição, a matéria deverá ser dirimida por arbitragem na forma prevista em 18.4 abaixo.

- 5.9.16 aprovação das contas e do Relatório da Diretoria Executiva e das demonstrações financeiras do CONSÓRCIO, bem como dos relatórios mensais;
- 5.9.17 aprovar a escolha e destituição de auditores independentes, caso necessário;
- 5.9.18 aprovar os resultados mensais das operações do CONSÓRCIO;
- 5.9.19 aprovar a política de recursos humanos e critérios de remuneração, direitos e vantagens dos empregados, prepostos e consultores do CONSÓRCIO propostos pela Diretoria;
- 5.9.20 aprovar as normas de procedimento para a administração do CONSÓRCIO;
- 5.9.21 aprovar a criação de comitês para assessorar a administração, bem como sua forma de funcionamento;
- 5.9.22 estabelecer as atribuições adicionais de cada Diretor;
- 5.9.23 aprovar a avaliação efetuada por empresa especializada das contribuições das PARTES em bens, direitos ou serviços, durante a FASE DE IMPLANTAÇÃO, devendo se abster de votar a PARTE cujos bens, direitos ou serviços estiverem sendo avaliados;
- 5.9.24 o plano de ação para implantação e operação do EMPREENDIMENTO e os programas de trabalho;
- 5.9.25 o início de implantação do EMPREENDIMENTO, fixando a data do evento inicial do cronograma;
- 5.9.26 aprovar a abertura de escritórios, bem como mudança de sede do CONSÓRCIO; e
- 5.9.27 aprovar qualquer modificação no CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO que gere alterações nos marcos contratuais e no valor do EMPREENDIMENTO.

h2
- 0



5.10 A pedido de qualquer membro, o Comitê Deliberativo poderá avocar à sua consideração e decisão toda e qualquer matéria, mesmo que de competência originária da Diretoria ou de seus membros.

5.11 Na hipótese de não se alcançar os percentuais mínimos de aprovação estabelecidos na cláusula 5.9 em alguma(s) da(s) matéria(s), as PARTES envidarão esforços visando solucionar de forma amigável e por consenso os desentendimentos ou conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Contrato. Neste sentido, as PARTES, desde já, obrigam-se a agir da seguinte forma:

- (a) se as PARTES, por seus representantes, não alcançarem uma solução amigável e consenso com relação a determinado assunto, depois de discussão por estes mesmos representantes por período de três dias úteis, será este assunto submetido à alta administração de cada uma das PARTES;
- (b) a alta administração das PARTES terá prazo de cinco dias úteis, contados da data em que foi referido assunto a elas submetido, para chegar a um consenso e, após a tomada de decisão, instruir os seus respectivos representantes no Comitê Deliberativo a votar de acordo com essa decisão.
- (c) na impossibilidade de se resolver o assunto pendente pela ação conjunta e amigável da alta administração das PARTES, o conflito ou a controvérsia será submetida a um procedimento arbitral, nos termos da cláusula 18.4 abaixo.

CLÁUSULA 6ª - CONTRIBUIÇÕES

- 6.1 Para fins de aporte ao CONSÓRCIO dos recursos financeiros necessários à implementação do EMPREENDIMENTO, caberá ao Comitê Deliberativo definir e aprovar o ORÇAMENTO e o CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES.
- 6.2 Com vistas a viabilizar a implantação de todas as etapas do EMPREENDIMENTO, de forma compatível com o CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES, as PARTES se comprometem a prover o CONSÓRCIO com os valores especificados no CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES, mediante a conferência de recursos financeiros, bens e direitos passíveis de avaliação econômica, inclusive créditos decorrentes da prestação de serviços ao CONSÓRCIO (com exceção de ativos intangíveis, que não serão aceitos), sempre observado o disposto na cláusula 6.5 abaixo.
- 6.3 As contribuições a serem feitas pelas PARTES serão proporcionais à participação de cada PARTE no CONSÓRCIO e deverão ser efetuadas na periodicidade fixada no CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES aprovado pelo Comitê Deliberativo.
- 6.4 O montante das contribuições que exceder ao valor estabelecido pelo Comitê Deliberativo, em um determinado período, desde que previamente

12



autorizado pelo Comitê Deliberativo, bem como aquelas despesas comuns realizadas anteriormente à celebração do presente instrumento e devidamente aprovadas pelas PARTES serão contabilizados como adiantamentos da PARTE contribuinte e compensados na(s) contribuição(ões) subsequente(s).

- 6.5 Todas as contribuições em bens, direitos ou serviços deverão ser objeto de prévia avaliação por empresa especializada devidamente aprovada pelo Comitê Deliberativo. Poderá ser dispensada a contratação de empresa especializada caso o Comitê Deliberativo, por unanimidade, concorde com o valor atribuído ao bem, direito ou serviço.
- 6.6 As PARTES terão o direito de preferência de prestar os serviços e fornecer os equipamentos e bens, mediante contrato a ser firmado com o CONSÓRCIO, desde que apresentem proposta com preços dentro dos mesmos parâmetros dos negociados pelas PARTES com terceiros, considerando preços praticados no mercado por empresas conceituadas em projetos de porte e complexidade similares e atendimento aos requisitos técnicos exigidos, sendo certo que tal contratação deverá ser, quando necessária, submetida à prévia aprovação pela ANEEL.
- 6.7 As obrigações pecuniárias perante a ANEEL serão proporcionais à participação de cada PARTE no CONSÓRCIO, conforme previsto na cláusula 4ª.
- 6.8 Caso as empresas contratadas pelo CONSÓRCIO não honrem os compromissos contratuais assumidos, e o CONSÓRCIO deixe de pagá-los em razão de tal descumprimento, o Comitê Deliberativo decidirá se os valores correspondentes aos pagamentos não efetuados deverão ser aplicados no mercado financeiro ou se tais valores serão devolvidos às PARTES.
- 6.9 Se uma ou mais PARTES, por qualquer razão, deixar(em) de aportar, na data ou nos prazos previstos no CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES, a contribuição por ela(s) devida estará de pleno direito constituída em mora, aplicando-se às disposições da cláusula 16.

CLÁUSULA 7ª - LIDERANÇA DO CONSÓRCIO

- 7.1 A ITAOCARA ENERGIA, empresa constituída sob as leis brasileiras e que tem sede e administração no Brasil é, pelo presente instrumento, nomeada líder do consórcio ("LÍDER") para o fim de representar, com exclusividade, as PARTES perante a ANEEL, sendo responsável pelo cumprimento dos compromissos assumidos no CONTRATO DE CONCESSÃO, sem prejuízo da responsabilidade solidária das PARTES perante o PODER CONCEDENTE e a ANEEL, exclusivamente nos termos do EDITAL e da legislação aplicável.

12



- 7.1.1 A CEMIG GT fica obrigada, perante a LÍDER, a prestar, em tempo hábil, todas as informações que se fizerem necessárias para que essa possa cumprir suas responsabilidades perante a ANEEL.
- 7.1.2 Não será devido à LÍDER qualquer tipo de remuneração, tal como taxa de administração, em razão das atividades a ela atribuída, na condição de liderança do CONSÓRCIO.
- 7.2 Observado o disposto na cláusula 5ª deste Contrato, a LÍDER poderá assumir obrigações específicas perante terceiros, especialmente para o cumprimento dos compromissos assumidos com a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO.

CLÁUSULA 8ª - ADMINISTRAÇÃO

- 8.1 Por delegação das PARTES, a administração do CONSÓRCIO será exercida por um Comitê Deliberativo e por uma Diretoria. Aos membros da administração, no que diz respeito a seus deveres e responsabilidades, aplicam-se os dispositivos da Lei 6.404/76, Capítulo XII, Seção IV.
- 8.2 O prazo de gestão dos membros do Comitê Deliberativo é de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos membros do Comitê Deliberativo se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.
- 8.3 O exercício da função de membro do Comitê Deliberativo não será remunerado a qualquer título, ao contrário do exercício da função de Diretor que poderá ter remuneração, desde que fixada pelo Comitê Deliberativo.
- 8.4 Das reuniões do Comitê Deliberativo e da Diretoria serão lavradas atas a serem assinadas por todos os presentes, consubstanciando o resumo das deliberações tomadas e repassadas para o livro de atas respectivo.
- 8.5 Qualquer membro poderá exigir que conste da ata da reunião o seu voto ou manifestação, mesmo que vencido pela maioria.
- 8.6 Qualquer das PARTES poderá fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a contabilidade do CONSÓRCIO, solicitar informações sobre documentos de interesse do CONSÓRCIO e também sobre os negócios em andamento ou já concluídos, bem como apreciar os resultados mensais das operações do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 9ª - DIRETORIA EXECUTIVA

- 9.1 O CONSÓRCIO terá uma Diretoria Executiva composta de 2 (dois) Diretores: Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico. Todos os Diretores deverão ser escolhidos dentre profissionais de mercado, com reconhecidas

fi



capacidade e experiência na sua área respectiva e no gerenciamento de construção e operação de usinas hidrelétricas de porte semelhante ao do EMPREENDIMENTO.

- 9.2 A Diretoria deterá poderes de gestão interna e de representação do CONSÓRCIO, observadas as orientações do Comitê Deliberativo e demais cláusulas e condições do presente CONTRATO.
- 9.3 A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada por qualquer de seus membros.
- 9.4 As decisões da Diretoria serão tomadas em reunião-convocada por qualquer um de seus membros, mediante comunicação prévia ao outro, que deverá conter, necessariamente, local, data, hora e ordem do dia, e poderá ser feita por qualquer meio de transmissão de informação que não seja oral, desde que obtido o correspondente comprovante de recebimento da parte destinatária, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de realização da reunião. Independentemente de tais formalidades, será considerada regular a reunião que contar com a presença da totalidade dos membros em exercício. A coordenação e direção dos trabalhos em cada reunião caberá ao Diretor Administrativo-Financeiro, que será responsável pela lavratura de ata com o inteiro teor das deliberações tomadas, em vias necessárias à remessa aos Diretores e ao Comitê Deliberativo.
- 9.4.1 Alternativamente, as reuniões da Diretoria Executiva poderão ser realizadas por conferência telefônica, desde que devidamente convocados os diretores, sendo que, neste caso específico, as deliberações tomadas somente serão válidas após terem sido confirmadas pelos membros, por meio de fac-símile, e devidamente ratificadas por meio de transcrição em ata por eles assinada.
- 9.5 As reuniões da Diretoria só serão consideradas como validamente instaladas com a presença da totalidade de seus membros.
- 9.6 Compete à Diretoria Executiva, coletivamente:
 - (a) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades do CONSÓRCIO, observadas as diretrizes e normas estabelecidas pelo Comitê Deliberativo;
 - (b) manter o controle geral da execução de suas deliberações e as do Comitê Deliberativo, bem como da avaliação dos resultados do CONSÓRCIO;

h2 D



- (c) submeter ao Comitê Deliberativo proposta para a estrutura administrativa do CONSÓRCIO, observadas as disposições do presente instrumento;
- (d) elaborar e submeter ao Comitê Deliberativo os orçamentos, inclusive as prioridades para alocação de recursos;
- (e) submeter ao Comitê Deliberativo propostas de operações de empréstimo, financiamentos e abertura de crédito no País e no exterior;
- (f) apresentar ao Comitê Deliberativo o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras do CONSÓRCIO, bem como os relatórios mensais;
- (g) propor ao Comitê Deliberativo a abertura de escritórios, representações e demais estabelecimentos do CONSÓRCIO;
- (h) constituir procuradores *ad negotia* e *ad judicia* observado, o disposto nas cláusulas 9.7 e 9.8 ;
- (i) elaborar o planejamento fiscal dentro da legislação aplicável, e apresentá-lo à consideração do Comitê Deliberativo;
- (j) efetuar despesas ou celebrar contratos, independentemente de autorização do Comitê Deliberativo, no montante anual isolado em cada transação, ou quando houver mais de uma transação de igual natureza, dentro do mesmo exercício anual, de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), (excetuados os contratos decorrentes de pré-contratos já celebrados pelas PARTES) durante a FASE DE IMPLANTAÇÃO, e após esta fase, de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (k) aprovar a alienação, promessa de alienação ou oneração de bens ou direitos vinculados ou relacionados ao EMPREENDIMENTO, em qualquer operação ou série de operações correlacionadas, de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) durante qualquer exercício fiscal; e
- (l) avaliar os resultados operacionais e propor ao Comitê Deliberativo ações que visem aumentar a rentabilidade do negócio do CONSÓRCIO.

9.7 Os atos aprovados pela Diretoria, nos limites do presente CONTRATO e referentes ao seu objeto, obrigam o CONSÓRCIO perante terceiros, sendo válidos mediante a assinatura conjunta dos 2 (dois) membros da Diretoria



ou de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos ou de 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

9.8 Os Instrumentos de mandato conterão poderes específicos e serão assinadas pelo Diretor Administrativo-Financeiro e pelo Diretor Técnico e terão prazo de validade não superior a 1 (um) ano, exceto eventuais procurações judiciais ou para fins de representação em processo administrativo.

9.9 O CONSÓRCIO deverá manter contas bancárias que serão movimentadas pelos Diretores ou seus procuradores, de acordo com as regras de deliberação e representação contidas neste instrumento.

9.10 Além das competências coletivas da Diretoria, cada Diretor terá as seguintes competências individuais:

9.10.1 Ao Diretor Administrativo-Financeiro caberá: (i) representar o CONSÓRCIO, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (ii) coordenar as atividades dos Diretores e as reuniões de Diretoria; (iii) ser responsável pela área de meio-ambiente incluindo aquisição de terras, conduzir programas e ações relacionadas ao meio ambiente, bem como promover as ações necessárias à obtenção e renovação das licenças ambientais; (iv) supervisão da área jurídica e a apreciação dos relatórios emitidos pelos Diretores e Comitês, submetendo-os à Diretoria ou ao Comitê Deliberativo; (v) supervisionar as atividades de auditoria interna; (vi) acompanhar a evolução da legislação e diretrizes do Setor Elétrico e suas conseqüências sobre o EMPREENDIMENTO; (vii) acompanhar eventuais atividades de consultoria externa; (viii) supervisionar as áreas administrativa e de recursos humanos; (ix) elaboração dos orçamentos parciais e integral, supervisionar as atividades financeiras e o relacionamento com as instituições financeiras; (x) elaborar e gerenciar as políticas e normas administrativas sobre serviços de apoio, tais como, transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal; (xi) supervisionar as atividades e procedimentos contábeis; (xii) responsabilizar-se pela guarda e atualização da documentação administrativa da sociedade; (xiii) acompanhar e gerenciar as apólices de seguro e acionar as seguradoras com todos os requisitos necessários à caracterização de sinistro; (xiv) responsabilizar-se pela emissão de notas fiscais para movimentação de materiais, quando necessário, supervisionar, em conjunto com o Diretor Técnico, o controle das movimentações e níveis de estoque de almoxarifado da usina.

9.10.2 Ao Diretor Técnico competirá: (i) coordenar as atividades de planejamento, construção e operação do EMPREENDIMENTO; (ii) coordenar a implantação do EMPREENDIMENTO, sendo responsável pelo seu gerenciamento, e apresentar relatório mensal sobre o andamento da implantação e o cumprimento do cronograma à Diretoria; (iii) estabelecer e supervisionar as

h2 D



normas e procedimentos de aquisição e contratação de obras; (iv) ser responsável pela análise comercial, do ponto de vista técnico, das propostas para contratação de obras; (v) responsabilizar-se pela atualização e guarda da documentação técnica da sociedade; (vi) coordenar as atividades de operação e manutenção do EMPREENDIMENTO; acompanhar a fiscalização da ANEEL; (vii) avaliar o andamento dos serviços contratados; supervisionar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, o controle das movimentações e níveis de estoque de almoxarifado da usina; (viii) acompanhamento do cumprimento de obrigações e garantias de fornecedores; e (ix) responsabilizar-se pelo gerenciamento do Contrato de Operação e Manutenção, promovendo a solução de questões operacionais.

CLÁUSULA 10 - COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA

- 10.1 A ITAOCARA ENERGIA e a CEMIG GT participarão da exploração do EMPREENDIMENTO na qualidade de PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA.
- 10.2 A energia e potência associadas à UHE ITAOCARA serão destinadas às PARTES proporcionalmente à participação de cada uma no CONSÓRCIO considerando o disposto neste CONTRATO e no CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 10.3 As PARTES deverão comercializar seus valores de energia e potência de forma individual, tanto no ACR quanto no ACL, sendo que a comercialização no ACR deverá observar o disposto no respectivo CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO.
- 10.3.1 Caso uma das PARTES não venda diretamente seus valores de energia e potência no mercado e decida por utilizar os serviços de intermediação de outro Agente da CCEE, esta deverá dar o direito de preferência à outra PARTE, mediante contrato específico a ser assinado pelas PARTES.
- 10.3.2 As PARTES reconhecem expressamente que as disposições contidas na cláusula 10.3.1 não se aplicam aos casos de utilização de serviços de intermediação por sociedade que seja direta ou indiretamente controlada, controladora ou submetida ao mesmo Controle a que estiver submetida a respectiva PARTE.
- 10.4 As PARTES deverão desenvolver individualmente as atividades inerentes aos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO correspondentes à contabilização e liquidação das operações relativas à UHE ITAOCARA.
- 10.4.1 As PARTES deverão, quando da Adesão do Consórcio à CCEE, fazer a Opção de Adesão de Integrantes de Consórcio de Geração, na "opção b", conforme estabelecido na cláusula 10.2 dos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO - Adesão à CCEE, de 26.04.2007, caracterizando que cada PARTE será

- 12 0



individualmente responsável pela operação física e de comercialização, proporcionalmente as suas respectivas participações no CONSÓRCIO, definidas na cláusula 4ª.

- 10.5 As PARTES concordam que o consumo próprio e as perdas no sistema de elétrico alocadas à UHE ITAOCARA, os ônus e benefícios do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, as variações de garantia física eventualmente publicadas pela ANEEL e quaisquer outras obrigações originadas da condição de PRODUTORES INDEPENDENTES serão assumidas proporcionalmente às participações definidas na cláusula 4ª.

CLÁUSULA 11 - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS

As PARTES acordam, desde já, que as condições da parceria pactuadas para o CONSÓRCIO neste instrumento serão aplicáveis, *mutatis mutandis*, caso as PARTES decidam constituir uma sociedade de propósito específico, em substituição ao CONSÓRCIO, para o desenvolvimento do objeto descrito na cláusula 2.2 acima.

CLÁUSULA 12 - CONTABILIZAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 12.1 A escrituração do CONSÓRCIO será mantida em registros permanentes com obediência aos preceitos da legislação em vigor e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.
- 12.1.1 Deverão ser observadas as determinações do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, inclusive no que se refere ao controle dos ativos e às taxas de administração.
- 12.2 A escrituração do CONSÓRCIO deverá classificar os bens de propriedade das PARTES em condomínio, bem como refletir rigorosamente a participação das PARTES em cada ativo do EMPREENDIMENTO.
- 12.3 Ao final de cada exercício fiscal, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na escrituração do CONSÓRCIO, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio do CONSÓRCIO mantido em condomínio e as mutações ocorridas no período:
- (i) balanço patrimonial;
 - (ii) demonstração de resultado do ano e acumulado;
 - (iii) fluxo de caixa;
 - (iv) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados ou mutação no patrimônio líquido.
- 12.3.1 As demonstrações financeiras acima deverão observar os critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76, no que couber.



- 12.3.2 A Diretoria deverá elaborar balancetes mensais, os quais serão enviados a cada PARTE até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente.
- 12.3.3 As demonstrações financeiras anuais deverão ser auditadas por empresa de comprovada experiência.
- 12.4 Juntamente com as demonstrações financeiras acima apontadas, a Diretoria apresentará ao Comitê Deliberativo até 30 (trinta) dias após o término do exercício fiscal, as despesas e receitas apuradas durante o período de exploração.
- 12.5 As despesas e receitas ocorridas serão informadas a cada PARTE, mensalmente, para que as mesmas efetuem a escrituração contábil dos respectivos valores.

CLÁUSULA 13 - RESPONSABILIDADES

- 13.1 As PARTES serão, na proporção de suas participações, credoras e titulares de todos os créditos, direitos e bens afetos ao CONSÓRCIO, nos termos da cláusula 4ª.
- 13.2 As PARTES serão consideradas solidariamente responsáveis, perante o PODER CONCEDENTE, por quaisquer atos praticados em CONSÓRCIO, que estejam relacionados com o seu objeto e com a sua finalidade, bem como por todas as obrigações por este assumidas durante a execução do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos exatos termos do EDITAL e da legislação aplicável.
- 13.3 Sem prejuízo do disposto na cláusula 13.2, as PARTES concordam ainda que cada uma delas somente será responsável perante a outra PARTE, na proporção das suas respectivas participações, em relação a qualquer obrigação perante terceiros (inclusive PODER CONCEDENTE) que qualquer uma das PARTES tenha pagado ou for obrigada a pagar e que resulte de qualquer ação ou omissão do CONSÓRCIO nos termos do presente CONTRATO. Comprovada, entretanto, culpa ou dolo exclusivo de uma das PARTES por perdas e danos diretos incorridos pela outra PARTE ou ao CONSÓRCIO, a PARTE que for responsável indenizará a outra PARTE e/ou o CONSÓRCIO, pela totalidade dos respectivos valores que estes últimos tenham sido obrigados a pagar.

CLÁUSULA 14 - ALIENAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS PARTICIPAÇÕES

- 14.1 Qualquer das PARTES ("PARTE OFERTANTE") que desejar alienar ou de qualquer outra forma, direta ou indiretamente, transferir a qualquer título a totalidade ou parte de sua participação no CONSÓRCIO deverá, previamente e



obrigatoriamente, oferecer tal participação à outra PARTE ("PARTE OFERTADA"), que poderá adquirir a participação ofertada na proporção de sua respectiva participação no CONSÓRCIO, desprezando-se no cálculo de tais participações a referente à PARTE OFERTANTE.

- 14.2 Em conformidade com o item acima, qualquer PARTE que receba oferta de compra de sua participação por terceiro, ou tenha a intenção de aliená-las, deverá oferecê-las, em primeiro lugar, às demais PARTES, em igualdade de condições, as quais deverão se manifestar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da Comunicação.
- 14.3 As PARTES reconhecem expressamente que as disposições contidas na presente cláusula não se aplicam aos casos de transferência das participações quando em favor da sociedade que seja direta ou indiretamente controlada, controladora ou submetida ao mesmo Controle a que estiver submetida a respectiva PARTE.
- 14.3.1 Em qualquer caso previsto na cláusula 14.3, a PARTE que transferir a sua participação será solidariamente responsável juntamente com a adquirente por todas as obrigações previstas neste CONTRATO, bem como terá o ônus de, indubitavelmente, provar às demais PARTES, antes da operação, a existência da relação de CONTROLE.
- 14.4 Excetuando-se o previsto na cláusula 14.3, tendo em vista (i) as dificuldades que as PARTES poderiam enfrentar para exercício do direito aqui previsto, (ii) a finalidade de preservá-lo e (iii) a necessidade de evitar dúvidas e eventuais divergências entre as PARTES que prejudiquem o CONSÓRCIO, será apenas admitida a fixação do preço e seu pagamento em moeda corrente nacional, sendo vedadas quaisquer outras modalidades de pagamento ou contraprestação para aquelas ofertas. Conseqüentemente, as PARTES se comprometem a não celebrar qualquer transação ajustando a alienação ou a transferência de participação com outras PARTES nem com terceiros cujo pagamento não seja feito em sua totalidade em moeda corrente nacional, razão pela qual não poderá ser reconhecida pelo CONSÓRCIO nem por qualquer das PARTES transação de qualquer natureza que implique, ou possa implicar, na transferência a qualquer título de participação que não contemple pagamento em moeda corrente nacional da totalidade do respectivo preço.
- 14.5 Para o cumprimento do disposto na cláusula 14.1 acima, a PARTE OFERTANTE fará a necessária comunicação à outra PARTE e à Diretoria, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ("Comunicação"), especificando a participação que deseja transferir e as condições pretendidas.



- 14.6 A Comunicação a que se refere esta cláusula não exime a PARTE OFERTANTE do cumprimento das obrigações previstas neste contrato.
- 14.7 No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da Comunicação, a PARTE OFERTADA deverá responder se aceita a oferta, que deverá ser formalizada nos 30 (trinta) dias subsequentes. A ausência de manifestação da PARTE OFERTADA será presumida como renúncia ao direito de primeira oferta regulado por esta cláusula, não sendo permitida a cessão a qualquer tempo do direito de primeira oferta a terceiros pela PARTE OFERTADA.
- 14.8 Caso não haja interesse da PARTE OFERTADA na compra da totalidade, e não menos que a totalidade, da participação ofertada, a PARTE OFERTANTE poderá oferecer a participação ofertada a terceiro, nas mesmas condições anteriormente oferecidas à PARTE OFERTADA, permitindo apenas o pagamento em moeda corrente nacional.
- 14.9 A PARTE OFERTANTE terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data de não aceitação da oferta pela PARTE OFERTADA ou do decurso do primeiro prazo mencionado na cláusula 14.7 sem que a PARTE OFERTADA tenha se manifestado, para concretizar a venda ao terceiro, nas condições ofertadas. Caso não o faça, terá que fazer nova oferta à PARTE OFERTADA, reiniciando-se o procedimento determinado nesta cláusula.
- 14.10 Toda e qualquer transferência fica condicionada à prévia e expressa aprovação de eventual agente financiador, do órgão regulador, quando necessário, da PARTE titular da totalidade das participações remanescentes, aprovação essa que não poderá ser negada sem justo motivo. No caso de haver alienação da participação, antes da solicitação de financiamento, a PARTE OFERTANTE ainda permanecerá solidariamente responsável, para a concessão das garantias, até a aprovação formal das garantias oferecidas pela nova parte.
- 14.11 A PARTE ou terceiro que vier a adquirir participação do CONSÓRCIO subrogar-se-á em todos os direitos e obrigações do antigo detentor das participações em relação ao CONSÓRCIO, na proporção das participações adquiridas, devendo aderir integralmente ao presente CONTRATO como condição do negócio.
- 14.12 Tendo em vista que a CEMIG GT é sociedade de economia mista com capital majoritário do Estado de Minas Gerais, prevalecerão eventuais exigências legais no tocante à venda ou transferência da sua participação no CONSÓRCIO. Na hipótese de a CEMIG GT pretender alienar sua participação no CONSÓRCIO por meio de licitação, a ITAOCARA ENERGIA terá o direito de alienar conjuntamente sua participação, comparecendo ao respectivo edital, como vendedora em conjunto.



CLÁUSULA 15 - FALÊNCIA DAS PARTES CONSORCIADAS

- 15.1 A falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou insolvência de qualquer das PARTES não se estenderá ou afetará de qualquer forma às demais ou ainda, a execução do objeto do CONSÓRCIO.
- 15.2 A PARTE que tiver decretada sua falência, requerer recuperação judicial ou extrajudicial ou entrar em liquidação por iniciativa dos seus sócios ou por decisão administrativa ou judicial ficará automaticamente excluída do CONSÓRCIO e sua participação no CONSÓRCIO poderá ser adquirida pela PARTE remanescente ou por um terceiro, de acordo com autorização a ser obtida junto à ANEEL, se aplicável, observadas as seguintes regras:
- 15.2.1 A PARTE remanescente:
- (a) terá direito à aquisição da participação da PARTE excluída, respeitadas, no que couber, as disposições constantes da Cláusula 14; e
 - (b) dentro de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato gerador excludente da PARTE, a PARTE remanescente decidirá se a participação da PARTE excluída será por ela adquirida ou por um terceiro, e comunicará essa decisão ao representante legal da PARTE excluída.
- 15.3 A participação da PARTE falida, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidatária será adquirida pelo seu valor do patrimônio líquido, determinado com base em balanço patrimonial do CONSÓRCIO, levantado nos 30 (trinta) dias subsequentes, por referência à data do fato gerador da exclusão da PARTE.
- 15.4 Nos 5 (cinco) dias úteis posteriores à data da conclusão do procedimento de levantamento do balanço patrimonial referido no inciso anterior, o preço de aquisição da participação da PARTE excluída será pago:
- (a) ao liquidante da PARTE excluída, no caso de liquidação; e
 - (b) mediante depósito judicial, no caso de falência ou recuperação judicial ou se o liquidante, como seu representante legal, negar-se ou omitir-se a receber o preço e/ou a emitir o competente recibo de quitação.
- 15.5 Efetivado o pagamento do valor patrimonial das participações à PARTE excluída, a PARTE remanescente procederá à necessária alteração deste CONTRATO.
- 15.6 Se for negativo o patrimônio líquido do CONSÓRCIO, referido no balanço mencionado nesta cláusula, a participação da PARTE excluída será adquirida



pelas PARTES remanescentes ou por um terceiro pelo valor de R\$ 1,00 (um real).

- 15.7 Na data do fato gerador de sua exclusão, a PARTE excluída deixará de participar do CONSÓRCIO, tornando-se credora, ser for o caso, do valor ajustado para a aquisição de sua participação.

CLÁUSULA 16 - PENALIDADES

- 16.1 A PARTE que deixar de cumprir quaisquer obrigações decorrentes deste contrato, no seu devido tempo, será considerada inadimplente ("PARTE Inadimplente").
- 16.2 Independentemente da sua constituição em mora e de qualquer medida judicial ou extrajudicial, a culpa ou dolo exclusiva e comprovada de uma das PARTES por perdas e danos diretos incorridos pela outra PARTE ou pelo CONSÓRCIO, gerará à PARTE adimplente, o direito a indenização. Em nenhuma hipótese, qualquer das PARTES será responsável perante as outras e/ou o CONSÓRCIO por danos indiretos ou consequenciais, incluindo, mas não se limitando a lucros cessantes, perda de receita ou perda de produção.
- 16.2.1 No caso de inadimplência em relação às obrigações de pagar, incluindo-se as obrigações de aportar os recursos especificados no CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES, a PARTE Inadimplente estará sujeita à:
- (I) multa não compensatória de 0,5% (meio por cento) por dia útil de atraso, limitada no seu montante, a 10% (dez por cento) do valor devido corrigido pelo IPCA e juros de 1% (um por cento) ao mês, aplicada *pro rata die*, incidente a partir da data do vencimento da obrigação; e à execução pelo valor devido, nos termos do artigo 585, II do Código de Processo Civil, confessando desde já, para todos os fins de direito, esta dívida, caso não efetue o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis após o vencimento, acrescido da multa estabelecida no sub-item (i) acima; ou
 - (II) redução automática da sua participação no CONSÓRCIO, na proporção do valor do pagamento não efetuado em relação ao valor total do investimento (realizado e a realizar) no EMPREENDIMENTO tal como estabelecido no CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES aprovado pelo Comitê Deliberativo, caso a PARTE não efetue o pagamento em até 30 (trinta) dias úteis após a data do vencimento de sua obrigação, respaldada a legislação aplicável.

fr



- 16.2.2 No caso de inadimplência em relação às obrigações de fazer, a PARTE Inadimplente estará sujeita à:
- (i) multa, sem caráter compensatório, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por dia útil de atraso, a contar do vencimento da obrigação, durante os 30 (trinta) primeiros dias de atraso, e
 - (ii) multa, sem caráter compensatório, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por dia útil de atraso, a partir do trigésimo dia útil de atraso.
- 16.3 Caso qualquer das PARTES não cumpra a obrigação de aportar ao CONSÓRCIO, nos montantes e prazos estabelecidos no CRONOGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES ou outros cronogramas físico-financeiros aprovados pelo Comitê Deliberativo, os recursos necessários para a execução dos encargos e/ou custos do EMPREENDIMENTO, uma vez decorrido o prazo a que se refere o inciso (iii) da cláusula 16.2.1, a PARTE que tenha cumprido suas respectivas obrigações de aporte ("PARTE Adimplente") poderá suprir os recursos faltantes, diluindo automaticamente a participação da PARTE Inadimplente, observada a proporção da participação de cada PARTE no CONSÓRCIO, desconsiderada, para este efeito, a participação da PARTE Inadimplente.
- 16.4 A obrigação não adimplida poderá ser cumprida integralmente por uma ou mais PARTES Adimplentes, conforme previsto em 16.3 acima, no prazo de 15 (quinze) dias contados do término do prazo de 30 dias referido no inciso (iii) da cláusula 16.2.1
- 16.5 Durante o prazo a que se refere o inciso (iii) da cláusula 16.2.1, a PARTE Adimplente poderá, adicionalmente, suprir o CONSÓRCIO com parte ou totalidade das quantias devidas pela PARTE Inadimplente, sendo tais valores contabilizados como adiantamentos da PARTE Adimplente, na forma da cláusula 6.4. Uma vez decorrido o prazo do inciso (iii) da cláusula 16.2.1 a PARTE Adimplente poderá optar por utilizar tais adiantamentos para a diluição da participação da PARTE Inadimplente, na forma da cláusula 16.3.
- 16.6 Em qualquer momento anterior ao exercício do direito de diluição de que tratam as cláusulas 16.3, 16.4, 16.5, a PARTE Inadimplente poderá recompor seu percentual original de participação no CONSÓRCIO, mediante a quitação do valor do pagamento não efetuado, corrigido pelo IPCA, acrescido da multa e dos juros estabelecidos no inciso (i) da cláusula 16.2.1. Na hipótese da PARTE Adimplente ter realizado o adiantamento, na forma da cláusula 16.5., a parcela dos valores em atraso que corresponder ao adiantamento da PARTE Adimplente deverá ser paga diretamente a esta pela PARTE Inadimplente.
- 16.7 O exercício do direito de diluição de que tratam as cláusulas 16.3, 16.4, 16.5 resultará na extinção da obrigação de pagamento pela PARTE Inadimplente



dos valores em atraso efetivamente supridos pela outra PARTE, excetuados quaisquer valores devidos pela PARTE Inadimplente, na forma da cláusula 16.10.

- 16.7.1 No caso de diluição da participação, a PARTE Inadimplente estará obrigada a firmar todos e quaisquer instrumentos necessários para formalizar a diluição da sua participação no CONSÓRCIO em favor da PARTE Adimplente que supriu os recursos faltantes da PARTE Inadimplente, conforme previsto neste instrumento, sendo que, para tal efeito, as PARTES, neste ato, nomeiam e constituem sua bastante procuradora a outra PARTE, na qualidade de sua procuradora, com poderes específicos para representar a PARTE Inadimplente perante qualquer autoridade governamental, incluindo mas não se limitando à ANEEL, bem como praticar todos os atos necessários para aperfeiçoar ou executar a diluição da participação da PARTE Inadimplente no CONSÓRCIO, podendo praticar todos os necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato e sendo-lhe vedado substabelecer.
- 16.8 A terceira inadimplência consecutiva, ou a quinta inadimplência alternada acarretará, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de vencimento da última obrigação descumprida, a critério da PARTE Adimplente, a exclusão do CONSÓRCIO da PARTE Inadimplente, podendo a participação da PARTE Inadimplente ser adquirida pela PARTE Adimplente ou por terceiro que esta indicar, com avaliação de empresa especializada de primeira linha.
- 16.8.1 Aplicam-se às aquisições previstas neste item, no que couber, as disposições da cláusula 14.
- 16.9 Uma vez determinado o valor da participação da PARTE Inadimplente, a compra e venda desta participação, inclusive sua liquidação, deverá ser formalizada no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento do laudo de avaliação pelas PARTES.
- 16.10 Todas as despesas assumidas pelo CONSÓRCIO em decorrência de inadimplência, inclusive aquelas relacionadas com a contratação de empresa mencionada na cláusula 16.8, deverão ser ressarcidas ao CONSÓRCIO pela PARTE Inadimplente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do documento de cobrança emitido pelo CONSÓRCIO.
- 16.11 Os valores das multas pagas ao CONSÓRCIO, em virtude de inadimplência, reverterão em benefício da PARTE Adimplente.
- 16.12 Ocorrendo as hipóteses de diluição e/ou exclusão previstas nesta cláusula, a PARTE Inadimplente que teve sua participação diluída ou foi excluída do CONSÓRCIO não poderá recusar-se a praticar os atos necessários à adequação do CONTRATO DE CONSÓRCIO, sob pena de incorrer na multa prevista na cláusula 16.2.2.

Handwritten initials or signature.



- 16.13 As PARTES concordam desde já que as penalidades aplicáveis nos termos desta Cláusula poderão ser objeto de execução judicial, constituindo este CONTRATO título executivo extra-judicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, II do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 17 - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO CONSÓRCIO

17.1 Dissolve-se o CONSÓRCIO:

- (i) pelo término do prazo de vigência;
- (ii) por deliberação unânime das PARTES, observada a legislação em vigor;
- (iii) revogação, extinção ou caducidade da CONCESSÃO, por qualquer razão.

- 17.2 Nos casos previstos no item acima, competirá às PARTES determinar o modo de liquidação do CONSÓRCIO e nomear um liquidante.

- 17.3 Os haveres apurados no processo de liquidação serão rateados entre as PARTES, observadas as proporções destas no CONSÓRCIO à época da liquidação.

CLÁUSULA 18 - SOLUÇÃO DE DISPUTAS, LEI APLICÁVEL E FORO

- 18.1 Este CONTRATO, bem como a execução dos direitos e obrigações dele decorrentes, são inteiramente regidos e interpretados de acordo com a legislação brasileira.

- 18.2 Caso haja qualquer disputa ou questão relativa ao presente CONTRATO as PARTES, desde já, comprometem-se a envidar esforços para resolver a questão de maneira amigável mantendo, para tanto, negociações para atingirem uma solução justa e satisfatória para ambas num prazo de até 15 (quinze) dias.

- 18.3 A declaração de controvérsia por uma das PARTES não a dispensa do cumprimento da obrigação contratual assumida, procedendo-se, ao final do processo de negociação ou de solução de conflitos adotado, os acordos que se fizerem necessários.

- 18.4 As controvérsias não solucionadas na forma da cláusula 18.2 deverão ser dirimidas por arbitragem a ser realizada segundo as seguintes disposições:



(a) na impossibilidade de se resolver o assunto pendente pela ação conjunta e amigável entre as PARTES, o conflito ou a controvérsia será submetida a um Tribunal Arbitral, no prazo de dez dias úteis contados da notificação de uma PARTE à outra neste sentido, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e do Regulamento da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas ("Regulamento");

(b) a arbitragem será regida de acordo com as regras do Regulamento, ficando a Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas responsável pela administração do procedimento arbitral;

(c) o Tribunal Arbitral será composto por três árbitros, sendo um deles nomeado pela Parte (ou Partes) reclamante (ou reclamantes) o outro pela Parte (ou Partes) reclamada (ou reclamadas). O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, pelos árbitros nomeados pelas Partes. A escolha do terceiro árbitro deverá ser feita em 10 (dez) dias da nomeação do segundo árbitro. No caso de uma das partes não nomear um árbitro ou no caso de os árbitros nomeados não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, caberá ao Presidente da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas nomeá-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar o impasse ou a omissão;

(d) a sede da arbitragem será a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e o idioma da arbitragem será o português;

(e) os árbitros deverão decidir com base na legislação brasileira aplicável;

(f) a decisão arbitral será considerada final e definitiva e obrigará as PARTES, que renunciaram expressamente a qualquer forma de recurso contra a decisão arbitral;

(g) as PARTES poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos casos abaixo determinados, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelas PARTES: (i) assegurar a instituição da arbitragem; (ii) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à constituição do Tribunal Arbitral; (iii) executar as penalidades previstas na Cláusula Décima Sexta deste CONTRATO, bem como obter a execução específica prevista no item 19.3 abaixo; e (iv) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral; para tanto, as PARTES neste ato elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro como competente para analisar e julgar essas questões; e

(h) a responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem, será determinada em conformidade com o Regulamento.



18.5 As PARTES elegem o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente CONTRATO, e não solucionada na forma das cláusulas 18.2. a 18.4 acima, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Aprovações Societárias. A eficácia deste CONTRATO fica condicionada à aprovação de seus termos pelo Conselho de Administração de cada uma das PARTES.

19.1.1 As PARTES se comprometem a informar o implemento da condição suspensiva estabelecida no item 19.1 até 31/07/2008.

19.2 Nos termos do art. 125 do Código Civil, a eficácia deste CONTRATO está condicionada ainda à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para a transferência da CONCESSÃO ao CONSÓRCIO.

19.3 Tendo em vista a natureza das obrigações presentes neste CONTRATO, as PARTES reconhecem que, na hipótese de inadimplemento das obrigações nele assumidas, eventual indenização por perdas e danos nos termos deste CONTRATO não constitui reparação suficiente; por conseguinte, sem prejuízo das perdas e danos que possam ter lugar, qualquer obrigação referida no presente instrumento que seja descumprida por qualquer das PARTES poderá ser objeto de execução específica, mediante provimento judicial de suprimento ou substituição do ato, voto ou medida praticado, recusado ou omitido em discordância com o disposto neste CONTRATO, na forma das disposições aplicáveis.

19.3.1 As disposições constantes deste CONTRATO não deverão ser consideradas como indicadoras de constituição de pessoa jurídica de qualquer natureza.

19.4 O presente CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores a qualquer título.

19.5 Quaisquer comunicações ou avisos a serem feitos entre as PARTES que sejam, de qualquer modo, referentes ao EMPREENDIMENTO, deverão ser dirigidos aos seguintes endereços:

- (i) ITAOCARA ENERGIA Avenida Marechal Floriano 168, 2º andar, parte, CEP 20080-002 cidade e Estado do Rio de Janeiro;
- (ii) CEMIG GT: Avenida Barbacena, 1200, 9º andar-ala B2, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

19.6 A mudança de endereço de qualquer das PARTES deverá ser comunicada às outras PARTES por escrito.

M
D



- 19.7 A tolerância ou não exercício, pelas PARTES, de quaisquer direitos a elas assegurados neste CONTRATO ou na lei em geral não importará em renúncia a qualquer destes direitos, podendo as PARTES exercitá-lo a qualquer tempo.
- 19.8 Caso qualquer dispositivo do presente CONTRATO seja considerado inexigível ou inaplicável em virtude de decisão arbitral, judicial ou de autoridades competentes, as PARTES se comprometem a proceder à substituição de tal dispositivo por outro que conduza a resultado equivalente, de modo a preservar, na máxima extensão possível, a integridade dos compromissos reciprocamente assumidos neste instrumento.
- 19.9 Qualquer alteração neste instrumento e/ou em seus anexos, somente será válida mediante a celebração de termo aditivo ao presente instrumento.
- 19.10 Este CONTRATO e seus eventuais aditivos ou alterações serão arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do parágrafo único do artigo 279 da Lei n.º 6.404/76.

Estando assim, justas e contratadas as PARTES assinam o presente em 4 (quatro) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008

[Handwritten Signature]
ITAOCARA ENERGIA S.A.
 JOSÉ LUIZ ALBUQUERQUE / ROANNE JAR MORAES

[Handwritten Signature]
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
 STALLA DASREI DE MORAIS / FERNANDO MORAES SCHIFFMANN, NETO.

TESTEMUNHAS:

[Handwritten Signature] *[Handwritten Signature]*

Nome: **HETTOR BURRATO CORRÊA** Nome: **NILMAR SISTO FOLETO**
 CPF: **266.341.987/72** CPF: **065.075.570-72**

[Handwritten Signature]
 HETTOR BURRATO CORRÊA
 NOME: HETTOR BURRATO CORRÊA
 CPF: 266.341.987/72

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO UHE ITAOCARA
 Protocolo: 00-2008/158795-0 - 14032008
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/09/2008 . E O REGISTRO SOB O UHE E DATA ADARDO.
 33.5.0002334-1
 DATA 22/09/2008
 Valéria M. Silva
 SECRETARIA GERAL



SERVICO NOTARIAL DO 3o OFICIO
 TRIGINELLI-Av. Augusto de Lima, 385 - tel (021) 2273-5744
 Reconheço por semelhança e dou fé a(s) seguinte(s) abaixo:
 DJALMA BASTOS DE MORAIS
 FERNANDO FERREIRO SOUZA FERREIRO NETO
 Belo Horizonte, 27 de Março de 2008 às 12:02:34 17018
 Denilson Magalhães Souza Escrivente Autorizado
 Emissão: R\$ 00,00 ART: R\$ 0,34 TPJ: R\$ 1,88 Total: R\$ 2,22
 DARLAN



23º Ofício de Notas-MATRIZ - Notário: GUIDO MACIEL
 Av. Nilo Peçanha, 26- LOJA A - RJ - Tel: 2 544-7474
 Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
 NOME: VAG MOREIRA
 JOSE LUIS ALQUEDES
 Rio de Janeiro, 27 de Março de 2008 às 10:17:52
 Em Testemunho da Verdade.
 DENILSON MAGALHAES SOUZA-ESCREVENTE AUTORIZADO
 Usuário do sistema: AMERICO FERNANDO DE SOUZA NELLE
 Total - R\$ 9,54



23º Ofício de Notas - MATRIZ - Notário: GUIDO MACIEL
 Av. Nilo Peçanha, 26 - LOJA A - RJ - Tel.: 2544-7474

AUTENTICAÇÃO

tantico esta, que é copia fiel do original que me foi exibido para conferência, do que dou fé

de Janeiro, 23 de dezembro de 2009 Em testemunho da verdade
 THIAGO ANASTACIO BASTOS ESCRIVENTE AUTORIZADO

CNPJ: 10.532.493/0001-64
NIRE: 33.5.0002334-1

| | |
|-----------------------------|---------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL | |
| Processo nº: E-07/002.19571 | /2013 |
| Data 19/12/13 | Fls. 44 |
| Rubrica | |

CONSÓRCIO UHE ITAOCARA

Ata da 6ª Reunião do Comitê Deliberativo do Consórcio UHE ITAOCARA

Data: 01.12.2009

Local: Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro, Rio de Janeiro, RJ

Coordenador: Heitor Barreto Corrêa

Deliberações:

Foram formalizadas as indicações dos membros do Comitê Deliberativo e da Diretoria Executiva, de acordo com o Contrato de Constituição do Consórcio UHE Itaocara, conforme abaixo:

Item 1 - Credenciamento dos membros do Comitê Deliberativo

Foram indicados pela consorciada Cemig Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT) **Arthur José Fernandes Braz**, CPF/MF nº 379.179.276-87, e **Antônio Geraldo de Carvalho**, CPF/MF nº 326.691.356-68, como membros titular e suplente, respectivamente, do **Comitê Deliberativo** do Consórcio UHE Itaocara.

Nos termos do item 5.1.1 do Contrato de Constituição do Consórcio UHE Itaocara (Contrato), os membros titular e suplente do Comitê Deliberativo pela CEMIG GT entregaram a devida procuração.

Foram indicados pela consorciada Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia) **Heitor Barreto Corrêa**, CPF/MF nº 266.341.987-72, e **Nilmar Sisto Foletto**, CPF/MF nº 065.075.570-72, como membros titular e suplente, respectivamente, do **Comitê Deliberativo** do Consórcio UHE Itaocara.

Nos termos do item 5.1.1 do Contrato, os membros titular e suplente do Comitê Deliberativo pela Itaocara Energia entregaram a devida procuração.

03
[Handwritten signature]

CONSÓRCIO UHE ITAOCARA
CNPJ nº 10.532.493/0001-64
NIRE nº 3350002334-1

Ata da 16ª Reunião do Comitê Deliberativo do Consórcio UHE ITAOCARA

Realizada em 25 de Março de 2011.

1. **Data, Hora e Local:** Aos 25 dias do mês de março do ano de 2011, às 14:30 horas, via *conference call*.
2. **Convocação:** Conforme entendimentos telefônicos mantidos em 18 de março de 2011, o Comitê Deliberativo do Consórcio UHE Itaocara foi convocado para deliberar sobre os seguintes assuntos: (i) substituição do representante legal do Consórcio UHE Itaocara junto à Receita Federal do Brasil; (ii) autorização para realização de dispêndios durante o mês de abril de 2011.
3. **Presença:** Foi verificada a presença de membros representando a totalidade dos votos.
4. **Coordenador:** Heitor Barreto Correa.
5. **Presentes**

Membros do Comitê Deliberativo:

- Heitor Barreto Corrêa (Itaocara Energia Ltda.)
- Nilmar Sisto Foletto (Itaocara Energia Ltda.)
- Arthur José Fernandes Braz (CEMIG Geração e Transmissão S.A.)
- Antônio Geraldo de Carvalho (CEMIG Geração e Transmissão S.A.)

6. Assuntos Tratados

6.1 Os membros do Comitê Deliberativo nomearam representante legal do Consórcio UHE Itaocara junto à Receita Federal do Brasil o Sr. Luiz Carlos Amarilho, CPF/MF nº 061.030.060-15, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 03.334.113-2 DETRAN/RJ, em substituição ao Sr. Sergio Landau;

6.2 Com base na proposta orçamentária apresentada pela Diretoria do Consórcio na 15ª reunião do Comitê Deliberativo, ocorrida em 03 de fevereiro de 2011, foi aprovada a realização de dispêndios no valor de R\$ 1.735.213,00 (um milhão, setecentos e trinta e cinco mil e duzentos e treze reais) para o mês de abril de 2011, correspondente à proposta apresentada pela Diretoria excluído o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) previsto para compra de terras.

Nada mais havendo o tratar, o Sr. Coordenador deu por encerrada a reunião, da qual



[Handwritten signatures]

01/12/13

lavrou-se a presente ata, que foi assinada pelos membros do Comitê Deliberativo.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011

Membros do Comitê Deliberativo:

Heitor Barreto Correia

Heitor Barreto Correia (Itaocara Energia Ltda.)

Nilmar Sisto Foletto

Nilmar Sisto Foletto (Itaocara Energia Ltda.)

Arthur José Fernandes Braz (CEMIG Geração e Transmissão S/A)

Antônio Geraldo de Carvalho (CEMIG Geração e Transmissão SA)

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO UHE ITAOCARA
 Nire: 33.5.0002334-1
 Protocolo: 00-2011/1166561-4
 CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
 00002179436
 DATA: 10/05/2011
 Valéria da Serra
 SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO UHE ITAOCARA
 Nire: 33.5.0002334-1
 Protocolo: 00-2011/1166561-4 - 09/05/2011
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/05/2011, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
 E DATA ABAIXO.
 00002179436
 DATA: 10/05/2011
 Valéria da Serra
 SECRETÁRIA GERAL





Ministério do Meio Ambiente
 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



**CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
 CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR**

| | | | |
|--------------|-------------------|----------------|----------------|
| Registro n.º | Data da Consulta: | CR emitido em: | CR válido até: |
| 5240652 | 06/12/2013 | 08/11/2013 | 08/02/2014 |

Dados Básicos:

CNPJ: 10.532.493/0001-64
 Razão Social: CONSÓRCIO UHE ITAOCARA
 Nome Fantasia: CONSÓRCIO UHE ITAOCARA
 Data de Abertura: 01/12/2009

Endereço:

Logradouro: RUA MARECHAL FLRIANO PEIXOTO
 N.º: 152 Complemento:
 Bairro: JARDIN DA ALDEIA Município: ITAOCARA
 CEP: 28570-000 UF: RJ

Atividades desenvolvidas:

| Categoria | Atividade |
|------------------|--|
| 22 - Obras civis | 2 - construção de barragens e diques |
| 22 - Obras civis | 1 - rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos |

Atividades de Defesa Ambiental:

Categoria:

| Código | Descrição |
|--------|---|
| 1 | 5002 - Consultoria Técnica Ambiental - Classe 6.0 |

Atividade:

| Código | Descrição |
|--------|---|
| 1 | 7 - Controle da Poluição |
| 2 | 12 - Ecossistemas Terrestres e Aquáticos |
| 3 | 5 - Educação Ambiental |
| 4 | 9 - Eletricidade |
| 5 | 11 - Gestão Ambiental |
| 6 | 2 - Qualidade da Água |
| 7 | 1 - Qualidade do Ar |
| 8 | 3 - Qualidade do Solo |
| 9 | 8 - Recuperação de Áreas |
| 10 | 6 - Recursos Hídricos |
| 11 | 13 - Segurança do Trabalho |
| 12 | 14 - Serviços Relacionados À Silvicultura |
| 13 | 4 - Uso do Solo |

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

fiscalização do Ibama.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarar e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.

Chave de autenticação

hyna.dyh9.5wye.b7zc



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

| | | | |
|--------------|-------------------|----------------|----------------|
| Registro n.º | Data da Consulta: | CR emitido em: | CR válido até: |
| 5233800 | 06/12/2013 | 08/11/2013 | 08/02/2014 |

Dados Básicos:

CPF: 496.193.226-49

Nome: PERBOIR JOSE VILELA REZENDE VIEIRA

Endereço:

Logradouro: RUA MANOEL CORDEIRO DA SILVA, 438

N.º: 438 Complemento:

Bairro: MORADA DO VALE Município: GOVERNADOR VALADARES

CEP: 35057-510 UF: MG

Atividades desenvolvidas:

| Categoria | Atividade |
|------------------|---|
| 22 - Obras civis | 5 - abertura de barras, embocaduras e canais |
| 22 - Obras civis | 2 - construção de barragens e diques |
| 22 - Obras civis | 3 - construção de canais para drenagem |
| 22 - Obras civis | 7 - construção de obras de arte |
| 22 - Obras civis | 8 - outras construções |
| 22 - Obras civis | 4 - retificação de curso de água |
| 22 - Obras civis | 1 - rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos |
| 22 - Obras civis | 10 - serviços especializados para construção |
| 22 - Obras civis | 9 - sondagem e perfuração de poços tubulares (artesianos) |
| 22 - Obras civis | 6 - transposição de bacias hidrográficas |

Atividades de Defesa Ambiental:

Categoria:

| Código | Descrição |
|--------|---|
| 1 | 5001 - Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0 |

Atividade:

| Código | Descrição |
|--------|----------------------------|
| 1 | 11 - Gestão Ambiental |
| 2 | 1 - Qualidade do Ar |
| 3 | 8 - Recuperação de Áreas |
| 4 | 6 - Recursos Hídricos |
| 5 | 13 - Segurança do Trabalho |
| 6 | 4 - Uso do Solo |

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações,



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

permissões, concessões, alvarar e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.

| | |
|-----------------------|---------------------|
| Chave de autenticação | luxy.tbw9.yaa8.gmu5 |
|-----------------------|---------------------|

lc

F

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002, 19571 /2013
 Data 19/12/13 Fls. 53
 Rubrica



Ministério do Meio Ambiente
 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



**CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
 CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR**

| | | | |
|--------------|-------------------|----------------|----------------|
| Registro n.º | Data da Consulta: | CR emitido em: | CR válido até: |
| 1679891 | 06/12/2013 | 08/11/2013 | 08/02/2014 |

Dados Básicos:

CPF: 061.030.060-15
 Nome: LUIZ CARLOS AMARILHO

Endereço:

Logradouro: AV BAGE Nº726 AP:1101
 N.º: 726 Complemento: AP:1101
 Bairro: PETROPOLIS Município: PORTO ALEGRE
 CEP: 90460-080 UF: RS

Atividades desenvolvidas:

| Categoria | Atividade |
|---|-------------------------|
| 23 - Gerenciamento de Projetos sujeitos a licenciamento ambiental federal | 1 - usina hidroelétrica |

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarar e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.

| | |
|-----------------------|---------------------|
| Chave de autenticação | 3gyk.qcvd.ezz7.79aw |
|-----------------------|---------------------|



Consórcio UHE Itaocara I – anexo ao Processo de licenciamento Ambiental de Recuperação

| | |
|----------------------------------|---------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL | |
| Processo nº: E-07/002. 9571/2013 | |
| Data 19/12/12 | Fls. 54 |
| Rubrica | |

Descrição de atividades para realocação dos cemitérios

A UHE Itaocara I, empreendimento para geração de energia hidrelétrica a ser implantado no baixo médio trecho do rio Paraíba do Sul, divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro, nos municípios de Itaocara, Cantagalo, Aperibé, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua, foi objeto de leilão público para a sua Concessão, vencido pelo Light Sinergias LTDA em 15/03/2001.

Em 20/06/2008 foi constituído o Consórcio UHE Itaocara composto pelas empresas Itaocara Energia (Light) e Cemig Geração e Transmissão e em setembro de 2009 a Concessão do empreendimento foi transferido para o Consórcio.

O EIA/RIMA da UHE Itaocara foi protocolado no IBAMA em fevereiro de 2010 e as audiências públicas foram realizadas em julho de 2011. Após isso, em setembro, a ANEEL aprovou a divisão da UHE Itaocara em dois eixos, ficando o eixo Itaocara I com o Consórcio e o eixo Itaocara II disponível para os demais interessados em realizar novo estudo de inventário.

Em dezembro de 2011, o IBAMA emitiu a Licença Prévia nº 428/2011 do empreendimento agora denominado UHE Itaocara I.

Em 29 de Julho de 2013, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 954/2013 do eixo de Itaocara I.

A UHE Itaocara I tem seu eixo localizado no rio Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro no alinhamento dos pontos formados pelas coordenadas UTM aproximadas 7.597.771 N e 794.515 E e 7.598.588 N e 795.527 E, distando aproximadamente 270 km da cidade do Rio de Janeiro e cerca de 15 km do município de Itaocara/RJ.

Em face da instalação deste empreendimento, em um rio Federal, ocorrerá a inundação de diversas áreas, edificações e equipamentos públicos, sendo que nos municípios de Cantagalo e Santo Antônio de Pádua serão afetados dois cemitérios, não licenciados, localizados em área rural, o primeiro, ainda em atividade, mas com média de um sepultamento por ano e o segundo, a mais de 25 anos sem ocorrer nenhum sepultamento.

Nos dois cemitérios existem cerca de 350 covas, sendo estimadas 281 covas no cemitério de Porto Marinho e 69 covas no cemitério de Santa Rosa.

Como todos os corpos deverão ser realocados de acordo com a vontade dos familiares, e o processo de realocação ainda não foi iniciado, não dispomos da informação do destino de cada sepultado, pois poderão ser realocados para outros cemitérios ou em um novo que poderá vir a ser construído, desde que seja da vontade dos familiares dos sepultados.

O impacto físico mais importante está no risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas por micro-organismos patogênicos que proliferam durante a decomposição dos cadáveres. Razão pela qual, se faz necessário a remoção de restos mortais localizados dentro da área englobada pela bacia hidrográfica do reservatório da UHE ITAOCARA.

Para a execução do traslado dos restos mortais dos cemitérios existentes dentro da área do futuro reservatório da UHE ITAOCARA o empreendimento fez um levantamento dos cemitérios e campos santos dentro do perímetro através de um levantamento geográfico com a identificação de quase todos os falecidos, bem como dos membros das famílias que irão autorizar a exumação dos corpos.



Consórcio UHE Itaocara I – anexo ao Processo de licenciamento Ambiental de Recuperação

De posse desses dados, serão realizadas reuniões com os familiares, objetivando definir os procedimentos a serem adotados durante a exumação. Deverá ser analisada, junto com os familiares, a possibilidade de relocação dos cadáveres para cemitérios já existentes nas proximidades, dando prioridade para o cemitério do município.

Em se tratando de um novo reassentamento, deverá ser efetuada a relocação para o novo Cemitério, que será construído para este fim, pela UHE Itaocara, acompanhando o projeto de relocação das estruturas existentes e que estará de acordo com RESOLUÇÃO CONAMA nº 335, de 3 de abril de 2003. Neste caso a localização será discutida com os familiares dos mortos e comunidade afetada, sendo que o novo cemitério será alvo de um novo licenciamento ambiental para seu funcionamento.

Após a anuência dos familiares, deverá ser requerida, junto à autoridade competente, à Câmara Municipal e no Fórum da Comarca do município, a autorização legal para a realização da exumação dos corpos, bem como a vigilância sanitária do município. O processo de exumação deverá ser executado por uma equipe composta por um técnico responsável, um Biomédico responsável por salvaguardar as condições sanitárias das áreas, um agente sanitário nomeado pela vigilância sanitária do município que garantirá a aplicação das condições sanitárias nos trabalhos realizados agindo assim como um fiscalizador, um agente funerário, um membro da família do cadáver. O traslado dos restos mortais deverá ser realizado em veículo próprio para estes fins.

Na impossibilidade de identificação dos restos mortais, serão adotados os procedimentos acima mencionados, com exceção da presença do familiar, sendo o sepultamento efetuado no cemitério municipal, no setor destinado ao enterramento de desconhecidos.

Concluída a exumação dos cadáveres e com a supervisão do Biomédico, deverá ser efetuada a desinfecção dos túmulos, através da aplicação de óxido de cálcio (anexo 5) e posterior aterramento com material argiloso. Por fim, resíduos sólidos relacionados à exumação dos corpos, tais como urnas e materiais descartáveis (luvas, sacos plásticos, máscaras, etc.) deverão ter o mesmo tratamento destinado aos resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde, de acordo com a Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 005/93. Caso os resíduos sólidos sejam enterrados no novo cemitério, deverá ser usada unicamente a zona de sepultamento, com recobrimento mínimo de 0,5 m de solo.

Não será utilizada a faixa de proteção sanitária interna para tal finalidade. Os funcionários engajados neste trabalho receberão treinamento sobre higiene e educação ambiental pela empresa contratada pelo empreendimento para executar os serviços de relocação.

Tendo em vista as condições climáticas da área do empreendimento, caracterizadas pela alta pluviosidade e temperaturas elevadas, aliada a terrenos com características permeáveis, estima-se um período mínimo de 18 (dezoito) meses para a esqueletização dos corpos, estando este prazo passível de alteração.

Considerando cemitérios com túmulos e jazigos, estas estruturas serão avaliadas para a relocação ou indenização aos familiares, lembrando que somente deverão ser indenizadas estruturas, pois exumações não cabem indenizações.

Quanto às pessoas que vierem a falecer durante a implantação da UHE ITAOCARA, sugerimos que o INEA faça um bloqueio de uso do cemitério a ser realocado e a população utilize outros cemitérios em atividade no município.

| |
|----------------------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL |
| Processo nº: E-07/002.19571/2013 |
| Data 12/12/12 5h 56 |
| Rubrica |



Consórcio UHE Itaocara I – anexo ao Processo de licenciamento Ambiental de Recuperação

Legislação específica

| | |
|--------------------------|------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL | |
| Processo nº: E-07/002. | 19571 /2013 |
| Data | 19/12/13 Fls. 57 |
| Rubrica | |

Lei 6.015 de dezembro de 1973

Art. 79. São obrigados a fazer declaração de óbito:

- 1º) O chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos;
- 2º) A viúva, a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente;
- 3º) O filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito dos irmãos e demais pessoas de casa, indicadas n.º. 1; o parente mais próximo maior e presente;
- 4º) O administrador, direto ou gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nele faleceram, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado;
- 5º) Na falta de pessoa competente, nos termos dos números anteriores, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou vizinho que do falecimento tiver notícia;
- 6º) A autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

Parágrafo único: A declaração poderá ser feita por meio de preposto, autorizando o declarante em escrito de que constem os elementos necessários ao assento de óbito.

Art. 80(cadastro)

Art. 81 – Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário ou qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, serão mencionados esta circunstância e o lugar em que se achava e o da necrópsia, tiver havido.

Parágrafo único: Neste caso, será extraída a individual dactiloscopia, se no local existir este serviço.

Art. 82 – O assento deverá ser assinado pela pessoa que fizer a comunicação ou por alguém a seu rogo, se não souber ou não puder assinar.

Comentário: A assinatura o rogo deve ser acompanhada da impressão dactiloscópica do declarante, para caracterizar responsabilidade pelo lançamento.

O declarante deve ser identificado no assento de modo tão completo quanto possível.

Art. 83 – Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, como a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.

Comentário: As testemunhas que puderem atestar a identidade o farão sob as penas da lei, podendo ser responsabilizadas, em caso de erro. Declararão necessariamente: a) que viram o falecimento ou o enterro; b) que têm conhecimento próprio, ou por meio de pessoas cujo nome também declararão, da identidade do morto.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/007.19571/2013
 Data 11/12/13 Fls. 53
 Rubrica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA -
 NÚMERO: 027465/13

VALIDA ATÉ 30 DE JUNHO DE 2013

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CREA-MG, CERTIFICA QUE O(A) PROFISSIONAL ABAIXO ENCONTRA-SE REGISTRADO(A) NESTE CONSELHO REGIONAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 498/64 DE 19/5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966, COM O(S) TÍTULO(S) ABAIXO, POSSIBILITANDO-O(A) EXERCER SUA PROFISSÃO NO MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS, CIRCUNSCRITA(S) A(S) ATRIBUIÇÃO(ÕES) CONSTANTES DE SEU REGISTRO. -----
 ESTA CERTIDÃO É PARA FIM DE: CERTIFICADO, -----

DADOS DO PROFISSIONAL

NOME DO PROFISSIONAL: BERNARDO JOSÉ VILBA RESENDE VITTA
 CATEGORIA: EG-5304/D REGISTRO: 04.0.0000052204 RNT: 140824287
 DATA DO REGISTRO: 17/04/1991
 REGISTRO PROVISÓRIO Nº: 04.9.0000000000 NO PERÍODO DE: 26/04/1990 A 25/04/1991
 CPF: 496.193.116-19
 ENDEREÇO: RUA BERNARDO GUINABASS, 2705 - APTO 701
 BAIRRO: SANTO AGOSTINHO - BLOCO NOROCCIDENTE - MG
 CEP: 30.140-062

FORMAÇÃO

DATA DA COLAÇÃO DE GRAU: 12/12/1989
 ESCOLA/ESCOLA DE ENGENHARIA WENDELL SEN
 TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

ATRIBUIÇÕES

CLASSE: 0000 DESCRITO: 0000 REPROVADO: 216 ARQUIVO: 007

HISTÓRICO DE ANUIDADES

| ANO | PARC. | QUILA | FECH. | VL. | REGIÃO | COOR. |
|----------|---------|---------------|---------------|--------------------|------------|---------------|
| ANO:1990 | PARC. 0 | QUILA:0030000 | FE:05/00/0000 | VL: 0,00 | REGIÃO: NO | COOR:RESC-T 0 |
| ANO:1991 | PARC. 1 | QUILA:0030000 | FE:03/03/1991 | VL: Cx8 345,20 | REGIÃO: MG | COOR:QUITADO |
| ANO:1992 | PARC. 1 | QUILA:0037800 | FE:01/01/1992 | VL: Cx8 37.860,00 | REGIÃO: MG | COOR:QUITADO |
| ANO:1993 | PARC. 0 | QUILA:0037800 | FE:08/01/1993 | VL: Cx8 191.382,56 | REGIÃO: MG | COOR:QUITADO |
| ANO:1994 | PARC. 1 | QUILA:0046171 | FE:25/02/1994 | VL: Cx8 11.660,00 | REGIÃO: MG | COOR:QUITADO |
| ANO:1995 | PARC. 1 | QUILA:9534501 | FE:04/06/1995 | VL: R5 87,51 | REGIÃO: MG | COOR:QUITADO |
| ANO:1996 | PARC. 1 | QUILA:9534501 | FE:04/06/1996 | VL: R5 77,29 | REGIÃO: MG | COOR:QUITADO |
| ANO:1997 | PARC. 1 | QUILA:9534501 | FE:03/06/1997 | VL: R5 93,09 | REGIÃO: MG | COOR:QUITADO |
| ANO:1998 | PARC. 1 | QUILA:0186734 | FE:12/01/1998 | VL: R5 61,19 | REGIÃO: NO | COOR:QUITADO |

CONTINUA ...

PAGINA 1 DE 2



em presente em 28 de 06 de 2013
 Vlt. - Fu. P.J.
 28 de 06 de 2013
 2013 19 23
 RJ 28 de 06 de 2013

Antônio
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
 Assessor de Administração




CREA-RJ
Conselho Regional de Engenharia e
Arquitetura do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO

Rua Duane Aires, 40 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20070-022 - FAX: (21) 2179-2000

Acompanhe o andamento de seu protocolo através de nosso portal
www.crea-rj.org.br > seção Atendimento CREA-RJ Online.

| | |
|-------------|---|
| Data | CREA-RJ - Sistema de Protocolos - (Requerente) |
| | Proc: 2013119839 Pto: 2013119839 |
| Num | Data: 09/09/2013 11:03 |
| | Ass: 1004 - N. EXTO DE REGISTRO PROFISSIONAL |
| | Proc: 2013119839 - PERICULOSIDADE VILVA REZE-DE VILVA |
| Ass |  2013119839 |

O requerente
tramitará após a qualificação da mesma.
A entrega do carteira e/ou certidão se dará mediante a apresentação deste protocolo.
Vale 040 2

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002.19571 /2013
 Data 19/12/13 Fls 59
 Rubrica



República Federativa do Brasil
 Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
 Carteira de Identidade Profissional Registro Nacional

140824287-7

Nome: ROBERTO JOSÉ VIEIRA ROBINHO VIEIRA

Profissão: ENGENHEIRO CIVIL

C.P.F.: 044.290.226-49 Documento de Identidade: REN-345749 DETRAN/GO Tipo Sang.: A+

Nascimento: 21/02/1959 Naturalidade: CANANED - PARANÁ UF: PR Nacionalidade: BRASILEIRO

Crea de Registro: CREA-PR Emissão: 25/04/2011 Data do Registro: 25/04/1998

Ass. Presidente: [Assinatura] Registro no Crea: 140824287-7



Título Profissional: Engenheiro Civil

Ass. do Profissional: [Assinatura]

Validar segundo o Regulamento de Identificação e de Registro Profissional (Código de Ética) do Crea, de acordo com a Lei nº 5.194 de 24/12/66 e Lei nº 6.766 de 07/09/79

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002.19571/2013
 Data: 19/12/13 Fls. 60
 Rubrica: [Assinatura]



Programa de Realocação de Cemitérios

| | |
|-----------------------------|---------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL | |
| Processo nº: E-07/002.19571 | /2013 |
| Data 19/12/13 | Fls. 61 |
| Rubrica | <i>[assinatura]</i> |

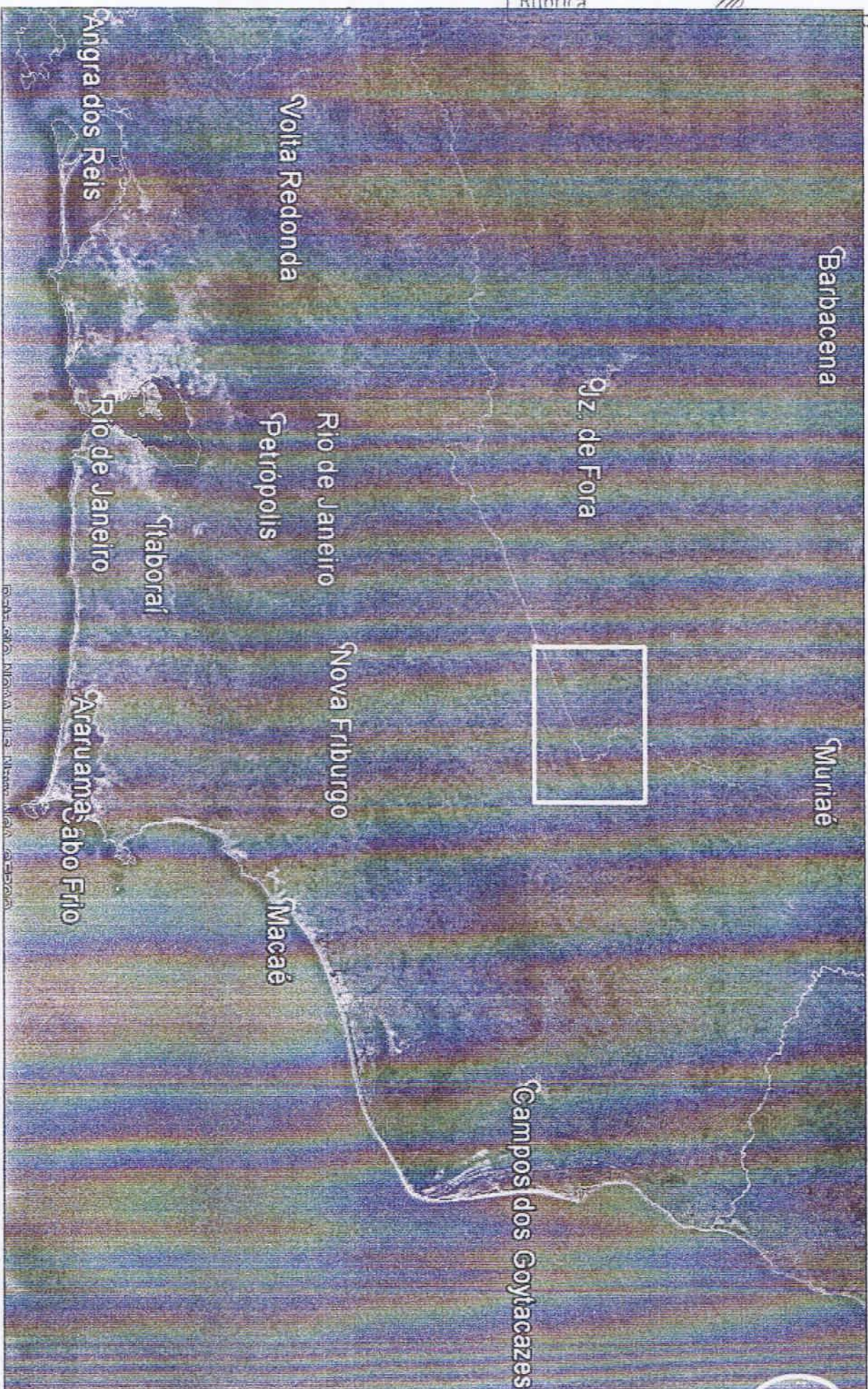
UHE Itaocara

Mapas de Localização

16/12/2013

UHE ITAOCARA

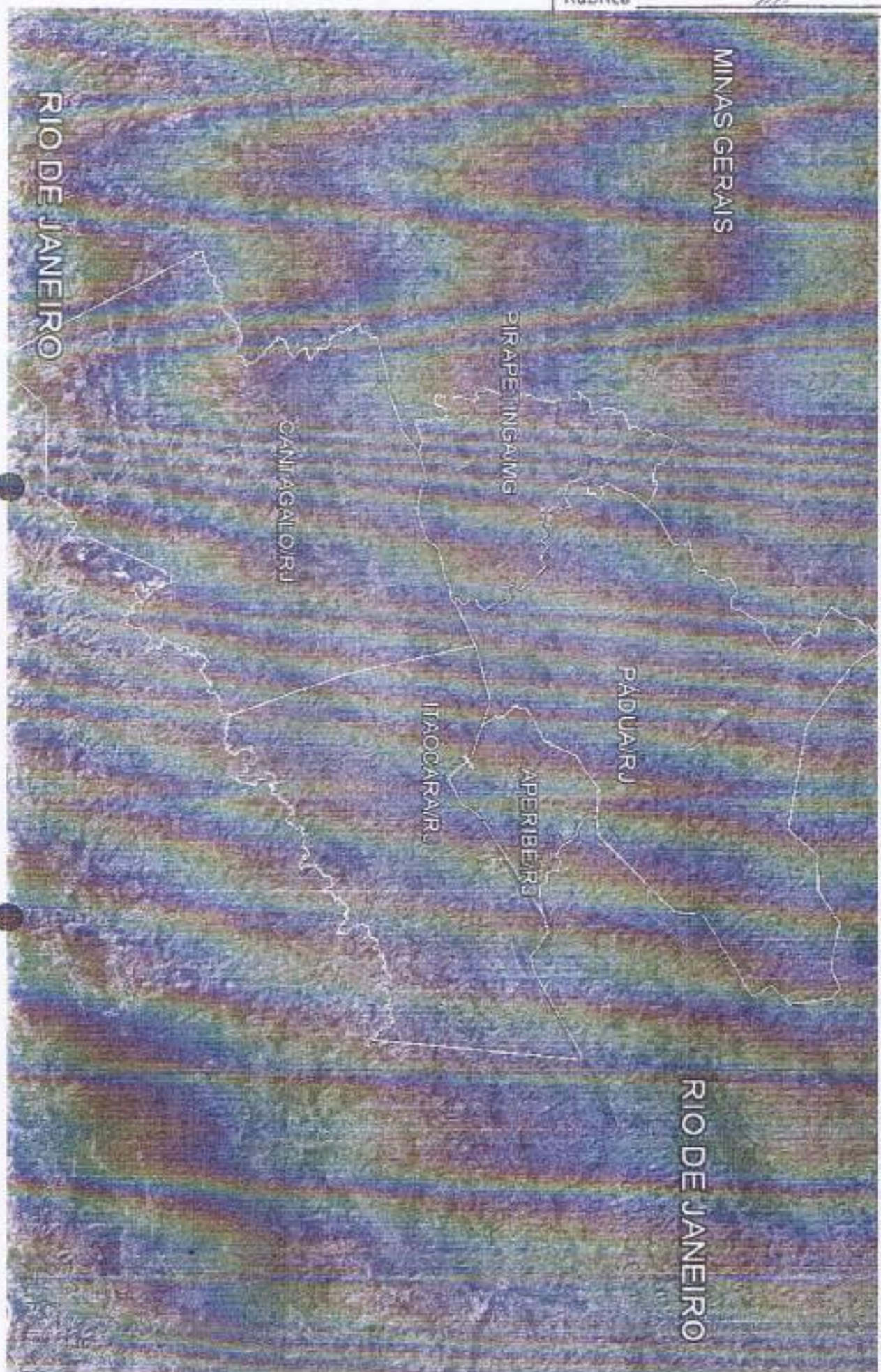
Localização

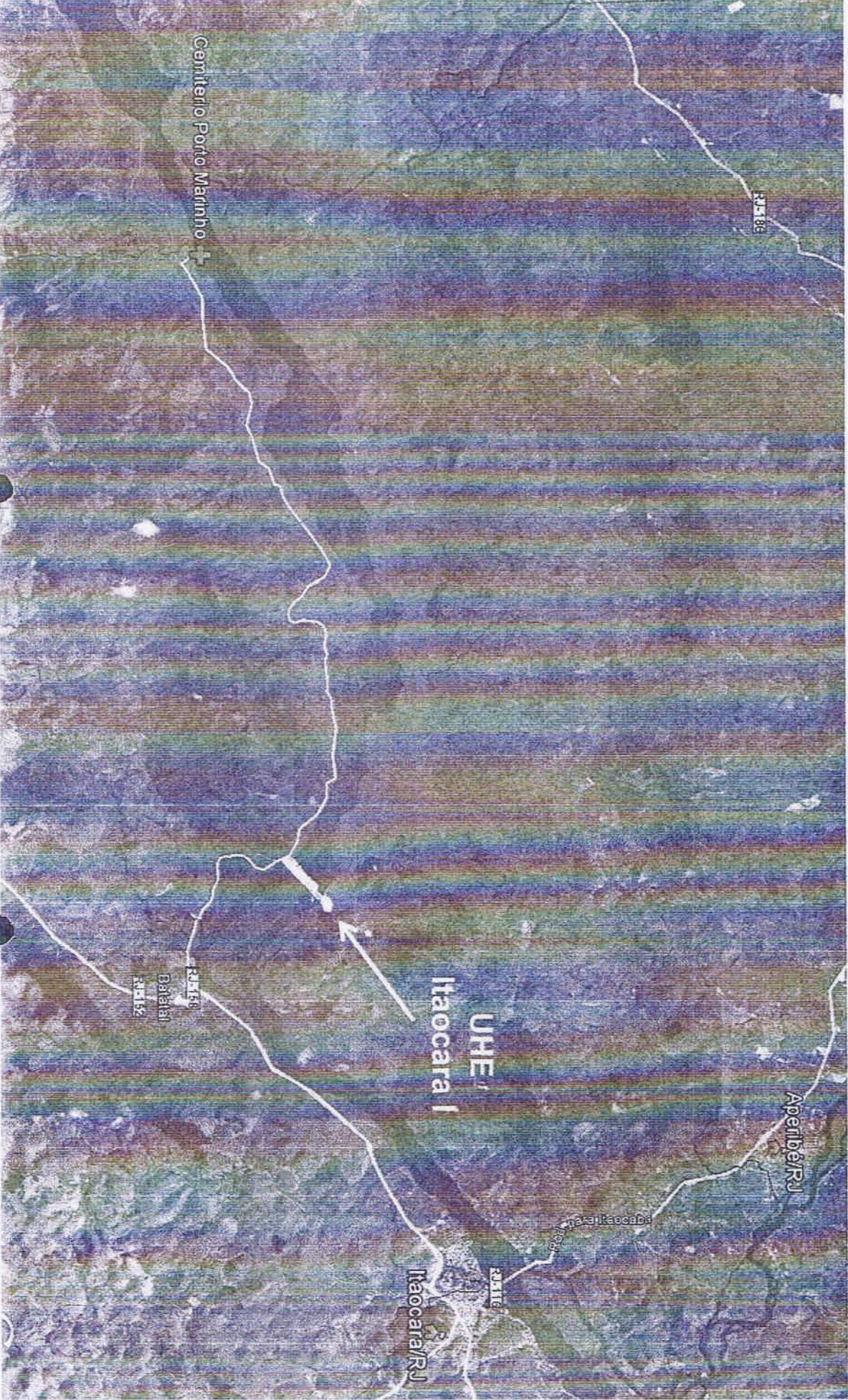




Localização

Municípios atingidos





Localização Acessos

IDENTIDADE PROFISSIONAL

NOME DO TITULAR JOÃO CARLOS MOREIRA

TÉCNICO DE 2º GRAU

= TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES =

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL



Fotografia válida somente com carimbo do CREA



Impressão digital de polegar direito

Assinatura do Titular da Carteira

Tipo Sanguíneo Rh

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA-RJ

QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

TÉCNICO DE 2º GRAU

89-1-02816-2/TD 89-1-02816-2
 Carteira nº Registro nº
 Filiação BENEDITO MOREIRA E MARIA JANDIRA DE AZEVEDO
 Data do Nascimento 23 / 05 / 1957
 Naturalidade SÃO PAULO
 Cédula de Identidade 11524783/LICC/SP
 CIC 967.766.418/20
 Habilitado em 22 / 09 / 1978
 Por ESCOLA DE 2º GRAU COMENDADOR ANTONIO CARBONARI (ANO LETIVO DE 1978)
 R. JANEIRO, 07 de JANEIRO de 1991

JOÃO CARLOS MOREIRA

Nome do Profissional

Parus
 Assinatura do Presidente do CREA-RJ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: JOÃO CARLOS MOREIRA

DOC. IDENTIDADE / CÉD. IDENT. / UF: 1152478355SP97

UF: SP DATA NASCIMENTO: 23/07/1957

PAI: BENEDITO MOREIRA
 MÃE: MARIA JANDIRA DE AZEVEDO

PERMISSÃO: AB CAT. HVE: AB

Nº REGISTRO: 00193720443 VÁLID. REGISTRO: 17/02/2018 HABILITAÇÃO: 31/03/1978

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: CANTAGALO, RJ DATA EMISSÃO: 19/02/2013

ASSINATURA DO EMISSOR: *Severino* IDENTIFICADOR: 12855704700 RJ395170044

DETRAN - RJ - UNO DE INTERIO

PROIBIDO PLASTIFICAR 714004354

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 714004354

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E-07/002.19571/2013
 Data 11/21/13 Fls. 65
 Rubrica

ineaGOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SFA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEASERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.11194/2013
Data 19/12/13 Fls. 66
Rubrica

Proc. Nº.: E-07/002.11194/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº.: CLIAMNOT/01024790

rubrica: marlenem

| | | |
|--|-----------------------------|---------------------------------|
| Empresa/Nome CONSÓRCIO UHE ITAOCARA | | CNPJ/CPF 10.532.493/0001-84 |
| UNIDADE | CÓDIGO DA UNIDADE | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| ATIVIDADE PRINCIPAL CEMITÉRIO HORIZONTAL | | CÓDIGO DA ATIVIDADE 35.81.10 |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE RUA MARECHAL FLORIANO, 168 - 2º ANDAR | | |
| MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO | BAIRRO/LOCALIDADE CENTRO | CEP 20080-002 |
| CONTATO/REPRESENTANTE | | TELEFONE(S) |

CARGO

Na forma do disposto na legislação ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificado de que, em resposta a carta nº 059/IT/2013 - AMB, de 22/05/2013, deverá requerer ao INEA, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento desta notificação, Licença Ambiental de Recuperação - LAR, para a desativação dos cemitérios de Porto Marinho e Santa Rosa nos municípios de Cantagalo e Santo Antônio de Pádua, respectivamente.

Informações sobre procedimentos e documentação podem ser obtidas na internet em www.inea.rj.gov.br

O não cumprimento dos termos desta notificação sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 3.467 de 14/09/00, sem prejuízo das demais sanções legais.

| | | |
|---------------------------------------|--|-----------------------|
| TECNICO DO INEA MARLENE MENDLOWICZ | | MATRÍCULA 271494-3 |
| CARGO COORDENADOR | DIVISÃO CLIAM | |
| DATA 22/07/2013 | ASSINATURA <i>Marlene Mendlowicz</i> | |
| OBSERVAÇÕES | | |
| NOME | CARGO | |
| RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA | ASSINATURA <i>Luiz Carlos Pereira</i> | |

(1 Via - Autuada / 2 Via Processo administrativo / 3 Via COGEFIS / 4 Via Órgão de origem)

ineaGOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEASERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.11194/2013
Data 19/12/13 FJS. 2-67
Rubrica

Proc. Nº.: E-07/002.11194/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº.: CLIAMNOT/01026139

rubrica: marlenem

| | | | |
|---|----------------------------|---------------------------------|--|
| Empresa/Nome CONSORCIO UHE ITAOCARA | | CNPJ/CPF 10.532.493/0001-04 | |
| UNIDADE | CODIGO DA UNIDADE | INSCRIÇÃO ESTADUAL | |
| ATIVIDADE PRINCIPAL CMTTIRIO HORIZONTAL | | CÓDIGO DA ATIVIDADE 35.81-10 | |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE RUA MARECHAL FLORIANO, 1100 - 3º ANDAR | | | |
| MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO | BARRO/LOCALIDADE CENTRO | CEP 20080-002 | |
| CONTATO/REPRESENTANTE | | TELEFONE(S) | |
| CARGO | | | |

Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificado de que, em resposta a carta nº 091/IT/2013 - AMB, foi concedida prorrogação de 60 (sessenta) dias, a contar da data de recebimento desta notificação, para cumprimento das exigências formuladas na Notificação nº CLIAMNOT/1024790.

| | | | |
|--|---------------------------------------|-----------------------|--|
| TÉCNICO DO INEA MARI FNF MENDIOWICZ | | MATRÍCULA 271484-3 | |
| CARGO COORDENADOR | | DIVISÃO CLIAM | |
| DATA 19/12/13 | ASSINATURA <i>Marlene Mendonça</i> | | |

OBSERVAÇÕES

| | |
|----------------------------|------------|
| Nome | CARGO |
| RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA | ASSINATURA |

(1 Via - Arquivo; 2 Via - Processo administrativo 13 Via - COGERS / 4 Via - Dígito de origem)

ineaGOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEMA
INSTITUCIONES AMBIENTALES - INEASERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.1194/2013
Data 19/12/13 Fis. 68
Rubrica *[assinatura]*

Proc. Nº. E-07/002.1194/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº.: CLIAMNOT/0102812

rubrica: lubrificio

| | | | |
|--|-----------------------------------|---------------------------------|--|
| Empresa/Nome CONSORCIO LPE ITALIANA | | CNPJ/CPF 10.532.408/0001-64 | |
| UNIDADE | CODIGO DA UNIDADE | INSCRIÇÃO ESTADUAL | |
| ATIVIDADE PRINCIPAL COMÉRCIO HORIZONTAL | | CÓDIGO DA ATIVIDADE 35 81 10 | |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE RUA MARECHAL - 1 GRUPO 135 - 2º ANDAR | | | |
| MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO | RAIÃO/LOCALIDADE CENTRO | CEP 20080-002 | |
| CONTATO/REPRESENTANTE | | TELEFONE(S) | |
| CARGO | | | |
| <p>Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fca V.Sa. notificado de que, em resposta a carta nº133/IT/2013 - AMB, foi concedida prorrogação de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento desta notificação, para cumprimento das exigências formuladas na Notificação nº CLIAMNOT/01028139.</p> | | | |
| TECNICO DO INEA MARLENE MENDLOWICZ | | NR /RGUELA 2771494-3 | |
| CARGO COORDENADOR | | DIVISÃO CLIAM | |
| DATA 11/11/2013 | ASSINATURA <i>[assinatura]</i> | | |
| OBSERVAÇÕES | | | |
| NOME | | CARGO | |
| RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA | | ASSINATURA | |

1ª Via - Arquivo / 2ª Via Processo administrativo / 3ª Via COSEFIS / 4ª Via Dgão de Orgen

Rua Senador Cabral, nº 103 - Saóde - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20061-201

| | | |
|-----|--|-------------|
| 58 | SEM ID | S/N |
| 59 | GENIVALDO F. ARAUJO | S/N |
| 60 | ELZA LUIZA DE ARAUJO GRUMERCINO PINTO DE ARAUJO | S/N 4468 |
| 61 | MANOEL JOSÉ DE CAMPOS | 4486 |
| 62 | LUIZA A. RODRIGUES PASSARIZELLI | S/N |
| 63 | SEM ID | S/N |
| 64 | SEM ID | S/N |
| 65 | JOSÉ M. OLIVEIRA | S/N |
| 66 | ANTONIO H. OLIVEIRA | S/N |
| 67 | THAIS PAULA | S/N |
| 68 | D. MARIA F. FRANCISCA DE S. PACHECO JOSÉ DE SOUZA PACHECO | S/N |
| 69 | ALICE BERTHES DO COUTO | 4461 |
| 70 | ILCE AMÉLIA JOSÉ PANTALEÃO GOMES | S/N 4331 |
| 71 | SEM ID | S/N |
| 72 | SEM ID | S/N |
| 73 | CRUZEIRO | S/N |
| 74 | SEM ID | S/N |
| 75 | NELSON TIBURCIO | S/N |
| 76 | ALAIDE SÁ DE ARAUJO | S/N |
| 77 | SEBASTIAO HONORIO DE OLIVEIRA | S/N |
| 78 | EDIGAR TERTULIANO DE OLIVEIRA | 4477 |
| 79 | FBS | S/N |
| 80 | SEM ID | S/N |
| 81 | SEM ID | S/N |
| 82 | VERTUNIA ANTONIA RICARDA | 4347 |
| 83 | ROZENI C. FARIA | 4411 |
| 84 | SEM ID | S/N |
| 85 | SEM ID | S/N |
| 86 | SEM ID | S/N |
| 87 | SEM ID | S/N |
| 88 | JOÃO GONÇALVES DE ALMEIDA | S/N |
| 89 | NAIR DA CONCEIÇÃO VEIGA JAIME ESCOSSIA DA VEIGA | S/N 4461 |
| 90 | SEM ID | S/N |
| 91 | SEM ID | S/N |
| 92 | NELSON TIBULSO PINHEIRO | 4192 |
| 93 | SEM ID | S/N |
| 94 | SEM ID | S/N |
| 95 | ZENY AURELINA DE FARIA | 4445 |
| 96 | SEM ID | S/N |
| 97 | SEM ID | S/N |
| 98 | SEM ID | S/N |
| 99 | SEM ID | S/N |
| 100 | SEM ID | S/N |
| 101 | SEM ID | S/N |
| 102 | SEM ID | S/N |
| 103 | SEM ID | S/N |
| 104 | SEM ID | S/N |

2012
 10
 2012



PLANIMETRIA

jdatopografia@brnetrj.com.br

RUA CÉSAR FREIJANES, 89 - CENTRO CANTAGALO-RJ - TEL. (22) 2555-4190

LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO E CADASTRAL DE UMA ÁREA CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO - 4º DISTRITO DE CANTAGALO SÃO SEBASTIÃO DO PARAIBA - CANTAGALO RJ

| | | | | | | | |
|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|--------|--------------|
| LEVANTADO | Daniel Goulart | CALCULADO | Daniel Goulart | DESENHADO | Daniel Goulart | ESCALA | 1:100 |
| FOLHA | ÚNICA | DATA | MARÇO/2012 | VISTO | | NUMERO | T - 144/2012 |

CLIENTE:

UHE ITAOCARA
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 652
JARDIM DA ALDEIA
ITAOCARA - RJ - CEP: 28570-000

RESP. TÉCNICO:

João Carlos Moreira
Téc. em Edificações
CREA 89.1.02816-2/DT





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Processo: ECT/002.19571/2013

Folha 70

Rubrica

AO SEAPRO,

Encaminho nesta data a documentação conferida, em anexo, referente ao processo de **LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO - LAR** em nome de **CONSÓRCIO UHE ITAOCARA** com **guia CAGRS149504 paga**, para autuação do processo. Enquadrada na Classe 2A, Código 31.30.11, com custo de análise de 721 UFIR, segundo NOP-INEA 02.

CD em anexo

Obs: Ref. Cemitério Porto Marinho - Cantagalo

Em, 19/12/13

Leila G. Santos
27M402
GA - INEA

À GA,

Em Prosseguimento.

Em, 19/12/13


Marta do P. da M. Almeida
M. 11 350.039.5

inea Instituto estadual
do ambiente
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO – GA
RECEBIDO EM: 23/12/13
POR:
MATR: 0391180-F


À
GELSAR

Para análise e parecer.

Em, 26/12/2013.


Luciana L. de Souza
Gerência de Atendimento
Matr.: 391180-7

| | |
|---------------------|----------|
| DATA DE RECEBIMENTO | 27/12/13 |
| NOME DO RECEBENTE | CALLIOZ |
| MATRÍCULA | 241138-1 |

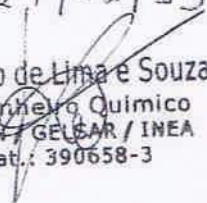
João de. chefe Rodolfo
em 27/12/2013


Aqui por engano.

A atividade não é de competência da GELSAR.

Logo encaminhar a GELANI.

Em 27/12/13


Rodrigo de Lima e Souza
Engenheiro Químico
SESAN / GELSAR / INEA
Matr.: 390658-3

A GELANI

aqui por engano

Em 06/01/2014

[Handwritten mark]

| | | |
|----------------------------|-------|-------------------------|
| G E L A N I | 12:09 | RECEBIDO |
| | h | Em 06/01/14 |
| | | Por: <i>[Signature]</i> |

in DILAM

Considerando a localização da atividade e o porte, solicito envio a Superintendência Pertinente aqui por engano.

Em 21/4/14

[Signature]
 MARCELA DE BIASE
 Assessor Técnico Administrativo
 Matrícula 390125-3
 DILAM / INEA

| |
|--|
| inea instituto estadual do ambiente |
| Diretoria de Licenciamento Ambiental |
| Recebido em 29/01/14 às 17:30 |
| Ass./Mat: <i>[Signature]</i> |

À Suprid,
Para análise e parecer.

OU 29/1/14

[Signature]
 Marcela De Biase
 Assessor Técnico Administrativo
 Matrícula 390125-3
 DILAM / INEA

| | |
|----------|--------------|
| DILAM | RECEBIDO |
| | Em 10/02/14 |
| SUPRID | Ass. - C. GE |
| SERVIDOR | TRILA |



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-07/002.19571/2013

Data: 19/12/2013

fs. 72

Rubrica:

À SUPBAP:

Tendo em vista a competência da área citada na lide ser inserida na localidade de Itaocara, declino o presente para as devidas providências, de acordo com a Resolução INEA nº. 34 de 20 de junho de 2011.

~~Jose wenceslau L. Junqueira~~
~~Coordenador Técnico Regional - SUPRID~~
~~Coordenador - Matr. 390.238-4~~

nr
12
02
14

| | |
|----------|----------|
| RECEBIDO | |
| EM: | 20/02/14 |
| POR: | |

RECEBIDO
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INEA - SUPRID IX - 4

A Coordenadoria

com Prosseguimento

em 24-02-14

à Suprid.

Jose M. de P.
Mat. 390.030
Adjunto II
- INEA

Aqui por Engano

em 25-02-14

Jose M. de P.
Mat. 390.030
Adjunto II
- INEA

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-07/002 - 1957/2013
DATA: / / FLS. 73
RUBRICA:



Itaocara, 22 de maio de 2014

Nossa correspondência: 038 / IT / 2014 - AMB

Ao
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
Avenida Conselheiro Julius Arp, 85 – Centro/Olaria
Nova Friburgo - RJ

Ilmo. Sr. José Wenceslau Junqueira

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
INEA - SUPRID
RECEBIDO
22 MAI 2014
SERVIDOR - MATRÍCULA

Referência: Processo E-07/002.19571/2013

Jose Wenceslau L. Junqueira
Coordenador Técnico Regional - SUPRID
Coordenador - Matr. 390.238-4

Assunto: Solicitação de Licença Ambiental de Recuperação-LAR

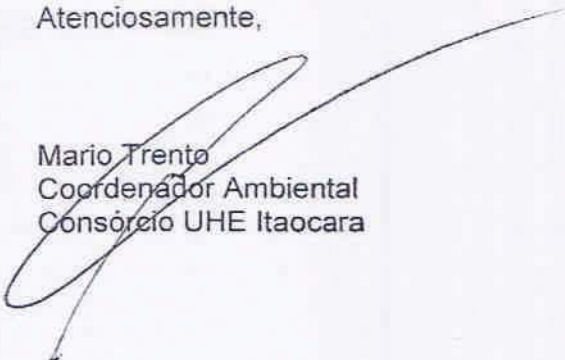
Prezada Senhor,

Encaminhamos, conforme solicitação os seguintes documentos:

- Licença de Instalação nº954/2013;
- Programa de Realocação de Cemitérios constante do Plano Básico Ambiental da UHE Itaocara.

Agradecendo antecipadamente a atenção despendida por V.Sa., colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários

Atenciosamente,


Mario Trento
Coordenador Ambiental
Consórcio UHE Itaocara

WWW.INEA.RJ.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

inea instituto estadual
do ambienteCartão de
Andamento de Processo

Nº do Processo:

E-07/002.1957/2013

Data de Início:

19 / 12 / 2013

Nome: CONSORCIO UHE

ITAOCARA

Assunto: LICENÇA AMBIENTAL
DE RECALCAMENTO - LAN
(RECALCAMENTO DE BARRAGEM)As informações só serão dadas, à vista deste cartão, de 11:00
às 16:00 horas.

WWW.INEA.RJ.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

inea instituto estadual
do ambienteCartão de
Andamento de Processo

Nº do Processo:

E-07/002.19570/2013

Data de Início:

19 / 12 / 2013

Nome: CONSORCIO UHE

ITAOCARA

Assunto: LICENÇA AMBIENTAL
DE RECALCAMENTO - LAN
(SANTA ROSA)As informações só serão dadas, à vista deste cartão, de 11:00
às 16:00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Processo n.º E-07/002-1952/2013
Data: 1/1/11 Fls.: 75
Rubrica:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 954/2013

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pela Portaria nº 173-MMA, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, uso das atribuições que lhe conferem o art.22º do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007. **RESOLVE:**

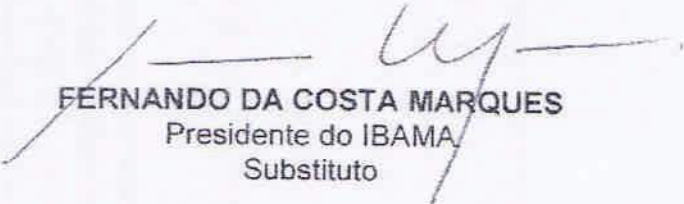
Expedir a presente Licença de Instalação à:

EMPRESA: Itaocara Energia Ltda
CNPJ: 02.619.221/0001-78 **CTF:** 708.238
ENDEREÇO: Av. Marechal Floriano, 168, parte 2º and Corredor C - Centro
CEP: 20080-002 **CIDADE:** Rio de Janeiro **UF:** RJ
TELEFONE: (21) 2211-8907 **FAX:** (21) 2211-2799
P. A. IBAMA Nº: 02001.000175/2008-06

Referente à Usina Hidrelétrica Itaocara – UHE Itaocara, a ser implantada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, compreendendo os municípios de Itaocara, Aperibé, Santo Antônio de Pádua e Cantagalo (RJ) e Pirapetinga (MG). O aproveitamento tem por finalidade a geração de energia elétrica, operando a fio d'água e terá capacidade instalada de 145 MW. O barramento a ser implantado nas coordenadas geográficas 21°41'25,9"S e 042°09'36,9"W formará um reservatório com área total de 41,40 km².

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 05 (cinco) anos a contar da presente data, estando sua validade condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes neste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e aos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento.

Brasília/DF, 29 JUL 2013


FERNANDO DA COSTA MARQUES
Presidente do IBAMA
Substituto

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 954/2013

1. Condicionantes Gerais:

- 1.1. A concessão desta Licença de Instalação deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.
- 1.2. Qualquer alteração nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA. Inclui-se nesta condicionante qualquer alteração que possa implicar impactos socioambientais diferenciados àqueles previstos no PBA.
- 1.3. A implantação de estruturas não contempladas nesta licença deverá ser objeto de consulta e prévia anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental.
- 1.4. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.5. O IBAMA deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente ou ato intencional que possa causar dano ambiental.
- 1.6. A prorrogação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 120 (cento e vinte) dias antes de expirada a sua vigência.
- 1.7. Esta licença não autoriza a supressão de vegetação.
- 1.8. Obter, junto a este Instituto, autorização de coleta e transporte de material biológico para todas as etapas necessárias;
- 1.9. Perante o IBAMA, a Itaocara Energia Ltda é a única responsável pelo atendimento das condicionantes postuladas nesta licença.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Implementar os programas socioambientais elencados abaixo, incorporando as alterações determinadas no Of. 02001.009870/2013-92 CGENE/IBAMA:
 - Programa de Gestão Ambiental – PGA
 - Plano Ambiental para Construção – PAC
 - Subprograma de Supressão da Vegetação e Limpeza do Reservatório
 - Subprograma de Formação de Mão de Obra
 - Subprograma de Educação Ambiental dos Trabalhadores – Peat
 - Subprograma de Prevenção de Acidentes com a Fauna
 - Subprograma de Resgate e Salvamento de Germoplasma
 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD
 - Programa de Resgate da Fauna Silvestre
 - Programa de Resgate da Ictiofauna e Carcinofauna
 - Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos
 - Programa de Monitoramento Sismológico
 - Programa de Monitoramento dos Fluxos Subterrâneos
 - Programa de Monitoramento Climato-Meteorológico
 - Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico
 - Programa de Monitoramento Topobatimétrico do Reservatório
 - Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água
 - Programa de Monitoramento e Aproveitamento de Macrófitas Aquáticas
 - Programa de Reflorestamento
 - Programa de Monitoramento da Fauna
 - Programa de Monitoramento do Cágado de Hogeí
 - Programa de Monitoramento do Jacaré do Papo Amarelo
 - Programa de Monitoramento de Lontras

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 954/2013

- Programa de Monitoramento da Ictiofauna
 - Programa de Avaliação da Eficiência da Instalação de Mec. de Transposição de Peixes
 - Programa de Monitoramento da Carcinofauna
 - Programa de Prospecção Exocárstica e Endocárstica
 - Programa de Comunicação Social
 - Programa de Educação Ambiental – PEA
 - Programa de Acompanhamento da População Atingida – PAPA
 - Programa de Estimulo à Participação da População Atingida – PEPPA
 - Programa de Monitoramento e Controle de Endemias
 - Programa de Gestão de Interferência com Atividades Minerárias
 - Programa de Resgate e Valorização de Aspectos Culturais
 - Programa de Prospecção, Resgate e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico
 - Programa de Realocação de Estruturas e Saneamento
 - Programa de Realocação de Cemitérios
 - Programa de Gestão Institucional
 - Programa de Compensação Ambiental
 - Programa de Gestão Fundiária
 - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial
 - Programa de Reativação de Atividades Econômicas e Geração de Renda
 - Programa de Readequação da Atividade Pesqueira
- 2.2. Reapresentar, nos prazo de 30 (trinta) dias, os seguintes Programas, Plano e Subprogramas do Projeto Básico Ambiental, incorporando as considerações constantes no Of. 02001.009870/2013-92 CGENE/IBAMA:
- a) Programa de Gestão Ambiental – PGA;
 - b) Plano Ambiental para Construção – PAC;
 - i. Subprograma de Formação de Mão de Obra;
 - ii. Subprograma de Educação Ambiental dos Trabalhadores – Peat;
 - c) Programa de Monitoramento da Ictiofauna;
 - d) Programa de Comunicação Social;
 - e) Programa de Monitoramento e Controle de Endemias.
- 2.3. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, documento intitulado: "Projeto Básico Ambiental – versão final" elaborado a partir do Projeto Básico Ambiental - rev1 e incorporando em cada programa ambiental as adequações constantes no Of. 02001.009870/2013-92 CGENE/IBAMA.
- 2.4. Apresentar semestralmente, ao IBAMA/NLA/RJ, Relatórios Parciais de execução dos programas ambientais observando as orientações em termos de forma e conteúdos definidos no Of. 02001.009870/2013-92 CGENE/IBAMA.
- 2.5. No âmbito do Subprograma de Supressão da Vegetação e Limpeza do Reservatório.
- a) Apresentar Projeto Executivo do Programa de Reposição Florestal, detalhado e de acordo com as premissas legais IN MMA nº 06/2006, Decreto nº 5975/2006 (Art. 1, Art. 10, Art. 13, Art. 14), IN IBAMA nº 06/2009, contendo ao menos as seguintes informações:
 - i. quantitativo em hectares das áreas a serem repostas;
 - ii. localização das áreas destinadas ao plantio e áreas adjacentes pertencentes às mesmas microbacias afetadas, em escala 1:50.000;
 - iii. caracterização ambiental das áreas de plantio, com indicação das fitofisionomias existentes e cronograma de execução das atividades, incluindo-se etapas de manutenção e monitoramento pós-plantio no período mínimo de 04 (quatro) anos.Prazo para apresentação do projeto de 90 (noventa) dias e implantação durante a vigência da LI e da primeira LO.
 - b) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto Executivo de Compensação Florestal, medida compensatória à supressão vegetal relativo ao Bioma Mata Atlântica, de acordo com o § 1º do Art. 17 da Lei nº 11.428/08 e capítulo VII do Decreto nº 6660/08. O projeto deverá conter:
 - i. quantitativo em hectares das áreas a serem compensadas: *uy*

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 954/2013

- ii. levantamento de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, para aquisição;
 - iii. localização das áreas destinadas ao plantio (caso não existam áreas a serem adquiridas) e áreas adjacentes pertencentes às mesmas microbacias afetadas, em escala 1:50.000;
 - iv. caracterização ambiental das áreas de plantio (se for o caso), com indicação das fitofisionomias existentes; e
 - v. cronograma de execução das atividades, incluindo-se etapas de manutenção e monitoramento pós-plantio no período mínimo de 04 (quatro) anos.
- 2.6. Apresentar, previamente ao requerimento de supressão de vegetação da área do reservatório, nova modelagem matemática da qualidade da água contemplando a área do reservatório e a jusante da barragem. Apresentar, juntamente, um plano de amostragem específico para o período de enchimento.
- 2.7. Com relação ao Programa de Reflorestamento:
- a) apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto Executivo do Programa de Reflorestamento, referente à implantação obrigatória de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno do reservatório, de forma detalhada, seguindo as premissas legais e contendo as seguintes informações:
 - i. diagnóstico integrado do meio físico, socioeconômico e biótico;
 - ii. localização das áreas destinadas ao plantio e/ou regeneração e/ou enriquecimento em escala 1:50.000; e
 - iii. cronograma de execução das atividades, incluindo-se etapas de manutenção e monitoramento pós-plantio no período mínimo de 04 (quatro) anos.
- 2.8. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto Executivo do Viveiro de Mudanças contendo o quantitativo de mudas a serem produzidas anualmente, que deve ser compatível com o número de mudas a serem demandadas nas áreas de revegetação da APP (reposição ou não), nas áreas de compensação florestal da mata atlântica (se houver reposição com plantio), nas áreas do PDSII e nas áreas degradadas a serem recuperadas (canteiro de obras, áreas de empréstimo etc).
- 2.9. Ficam vedadas quaisquer intervenções relacionadas à interrupção/desvio do fluxo de água do rio Paraíba do Sul até sejam efetuadas as adequações no Programa de Monitoramento da Ictiofauna. O desbloqueio dessas intervenções dependerá de manifestação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA.
- 2.10. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, no âmbito do Programa de Avaliação da Instalação de Mecanismo de Transposição de Peixes, proposta de projeto de STP móvel/flexível ou temporário até a conclusão dos estudos propostos e definição do STP. A estrutura da barragem da UHE Itaipava I deverá reservar uma área prévia para a eventual futura construção do STP. Elaborar estudos prévios em modelos reduzidos buscando a melhor posição do STP (hidráulica e espécies alvo).
- 2.11. Iniciar, no prazo de 30 dias, no âmbito do Programa de Comunicação Social, a divulgação das atividades associadas ao Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras.
- 2.12. Apresentar, no primeiro relatório, no âmbito do Programa de Gestão de Interferências com Atividades Minerárias:
- a) os procedimentos de acordo/compensação a serem estabelecidos com os detentores das áreas de mineração, incluindo os que possuem Solicitação de Licenciamento ou Autorização de Pesquisa;
 - b) manifestação atualizada do DNPM acerca dos processos de extração mineral em fase de operação, licenciamento ou pesquisa nas áreas afetadas, ações de realocação ou compatibilização da atividade minerária, bem como informações a respeito do bloqueio provisório ou definitivo dos títulos minerários na AID; e
 - c) o cadastro das atividades minerárias contemplando a totalidade de áreas e indivíduos que se utilizem dessas atividades para a obtenção dos rendimentos habituais ou temporários em condições informais.
- 2.13. Implementar o Programa de Realocação de Estruturas e Saneamento proposto e incorporar a esse programas, sem prejuízo das demais ações previstas, as seguintes atividades e prazos: *ly*

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 954/2013

- a) elaborar, no prazo de um ano, os estudos que subsidiarão a definição, por parte das municipalidades, dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para os municípios de Cantagalo, Aperibé, Itaocara e Santo Antônio de Paduá no Estado do Rio de Janeiro e Pirapetinga no Estado de Minas Gerais. O Plano deverá contemplar a sede urbana dos municípios e os seus distritos. A obrigatoriedade pela elaboração do Plano será prescindida caso determinado município já tenha seu Plano efetivado;
- b) elaborar com a participação efetiva dos municípios e dos concessionários dos serviços de saneamento básico, os projetos básico e executivo de engenharia referentes ao esgotamento sanitário (coleta, tratamento e lançamento final) das localidades São Sebastião da Cachoeira, Porto Marinho, Japona, Santa Rosa, Batatal e Barra de Santa Luzia e São Sebastião do Paraiba, São Pedro de Alcântara e Formiga. O prazo para a elaboração desses projetos é de um ano a contar a partir da definição pelas respectivas municipalidades dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).
- c) a execução dos projetos executivos de saneamento básico para readequação e realocação das estruturas diretamente afetadas nas localidades de São Sebastião da Cachoeira, Porto Marinho, Japona, Santa Rosa, Batatal e Barra de Santa Luzia, antes do enchimento do reservatório. O empreendedor fica excetuado da realização das intervenções dentro das propriedades de terceiros (ligações domiciliares); e
- d) formalizar com os municípios de Cantagalo, Aperibé, Itaocara e Santo Antônio de Paduá no Estado do Rio de Janeiro e Pirapetinga no Estado de Minas Gerais, o apoio técnico com fins de auxiliar as municipalidades na obtenção de recursos financeiros para a execução de obras de saneamento básico urbano e rural.
- 2.14. Até a assinatura de Termo de Acordo com as prefeituras, o empreendedor deverá prover os meios, equipamentos e pessoal para atendimento emergencial dos trabalhadores, seus familiares e terceiros atraídos pela obra em razão de sobrecarga dos serviços da saúde, disponibilizando ainda um canal de comunicação entre o serviço de saúde e o empreendedor.
- 2.15. No âmbito do Programa Reativação de Atividades Econômicas e Geração de Renda, estender o apoio técnico continuado às atividades alternativas escolhidas e implementadas até que efetivamente tenham alcançado os objetivos de geração de renda esperados, independentemente do tempo decorrido desde seu início.
- 2.16. A estrutura do questionário para a realização do "Cadastro Socioeconômico dos Pescadores e Desembarque Pesqueiro na área de influência da UHE Itaocara I" deve atender, no que couber, aos itens do Anexo II da Portaria Interministerial 340/12.
- 2.17. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, para análise e aprovação, o questionário para a realização do Cadastro Socioeconômico dos Pescadores e Desembarque Pesqueiro na área de influência da UHE Itaocara I.
- 2.18. Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:
- a) **ICMBio**: observar o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção na Bacia do Rio Paraíba do Sul – PAN Paraíba do Sul estabelecido por meio da Portaria ICMBio nº 131/2010.
- b) **INEA**: apresentar o Termo de Encerramento emitido por esse Instituto, referente à desativação dos cemitérios afetados;
- c) **IPHAN**: atender ao disposto no Ofício nº 0414/2013/CNA/DEPAM/IPHAN observando as restrições relativas à realização de intervenções além do canteiro de obras.
- d) **DNPM**: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, manifestação acerca do bloqueio minerário, ainda que provisório.
- 2.19. Cumprir com as obrigações relativas à elaboração e adequação dos Planos Diretores dos municípios afetados pelo empreendimento, com base no estabelecido no art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001
- 2.20. Cumprir as obrigações relativas à Compensação Ambiental, previstas no art. 36 da Lei nº 9985/2000, a partir da deliberação do Comitê de Compensação Ambiental quanto à destinação do recursos do. O Grau de Impacto - GI do empreendimento fica definido em 0,5%, e o valor da Compensação Ambiental – CA calculado em R\$ 3.955.854,72 (três milhões novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

| EIA | Não excluir esta página

UHE Itaocara I

Projeto Básico Ambiental - PBA

Agosto de 2013



2.3.10 - Programa de Realocação de Cemitério

2471-00-PBA-RL-0001-01 Rev. n.º 02

Preencher os campos abaixo

Coordenador: Raphaela

Consultor:

Revisão Ortográfica por:

Data:

Formatado por: Solange Arruda

Data: Maio / 2012

Última Gravação por: Perboir Vieira

Data: 14/05/2014 16:18

Impressão Frente e Verso

Obs:

Revisão 02 em atendimento as condicionantes da Licença Prévia n.º xx/2013

ÍNDICE

| | |
|--|-------|
| 2.3.10 - Programa de Realocação de Cemitério | 1/24 |
| 2.3.10.1 - Justificativa | 1/24 |
| 2.3.10.2 - Atendimento a Requisitos Legais | 2/24 |
| 2.3.10.3 - Objetivos | 3/24 |
| 2.3.10.4 - Metas | 4/24 |
| 2.3.10.5 - Metodologia | 5/24 |
| 2.3.10.6 - Acompanhamento e Avaliação | 6/24 |
| 2.3.10.7 - Público-alvo | 9/24 |
| 2.3.10.8 - Operacionalização | 9/24 |
| 2.3.10.9 - Equipe Executora | 18/24 |
| 2.3.10.10 - Cronograma Físico | 21/24 |
| 2.3.10.11 - Integração com outros Programas | 23/24 |
| 2.3.10.12 - Equipe Técnica Responsável pela Elaboração do Programa | 23/24 |
| 2.3.10.13 - Bibliografia | 24/24 |

Legendas

| | |
|--|-------|
| Quadro 2.3.10-1 - Linhas de Ação do Programa de Realocação de Cemitério e respectivas Atividades | 6/24 |
| Figura 2-1 - Lugares indicados para sepultamentos, relacionados à litologia e nível do lençol | 16/24 |
| Quadro 2.3.10-2 - Perfil Profissional da Equipe Executora do Programa | 18/24 |



2.3.10.2 - Atendimento a Requisitos Legais

Resolução CONAMA nº 335 de 3 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios.

Resolução CONAMA nº 368, de 28 de março de 2006, Publicada no DOU nº 61, de 29 de março de 2006, Seção 1, páginas 149-150:

- Altera a Resolução CONAMA nº 335/03 (altera os art. 3º e 5º, revoga o inciso III, do § 3º, do art. 3º)
- Art. 3º revogado pela Resolução CONAMA nº 402/08 que altera dispositivos da Resolução nº 335, de 3 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios.

Resolução CONAMA nº 402 de 17 de novembro de 2008 - Publicada no DOU nº 224, de 18 de novembro de 2008, Seção 1, página 66 que versa sobre o estabelecimento de critérios e prazos para adequação dos cemitérios por parte dos estados e municípios:

- Altera os arts. 11 e 12 da Resolução CONAMA nº 335/03 e revoga o art. 3º da Resolução CONAMA nº 368/06, e altera os artigos 11 e 12 da Resolução nº 335, de 3 de abril de 2003.

Diretrizes ambientais para projeto e construção de sistemas de captação, tratamento e adução de água. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Infraestrutura Hídrica, Unidade de Gerenciamento do Proágua/Semi-Árido (Brasil 2005):

"Item 7.1 - Proteção de Mananciais:

Nessas áreas, além do aspecto da recarga, devem ser controladas as fontes poluidoras, de modo a reduzir os riscos de poluição dos aquíferos. Devem ser proibidos usos tais como depósitos de resíduos sólidos, cemitérios e disposição de esgotos no solo".

2.3.10 - Programa de Realocação de Cemitério

Este documento tem como objetivo apresentar o detalhamento do Programa de Realocação de Cemitério que faz parte das medidas mitigadoras dos impactos socioambientais associados à instalação e operação da Usina Hidrelétrica (UHE) Itaocara I.

O presente Programa prevê ações para a realocação dos cemitérios que serão atingidos com a formação do reservatório artificial da usina.

2.3.10.1 - Justificativa

De acordo com informações do Estudo de Impacto Ambiental, a área do reservatório artificial a ser formado pela UHE Itaocara I atingirá dois cemitérios, a saber: o cemitério de Santa Rosa e o cemitério Porto Marinho, localizados, respectivamente, nos municípios de Santo Antônio de Pádua e Cantagalo no estado do Rio de Janeiro, o que tornará necessária a sua remoção e consequentemente a adoção de todos os processos legais, religiosos e sanitário-ambientais que envolvem essa ação.

As especificidades legais destacadas neste Programa deverão ser seguidas, além do acompanhamento psicológico e de assistência social às famílias cujos parentes encontram-se sepultados nos cemitérios descritos, conforme item 4.2.10 do Parecer 05/2011 NLA/GABIN/SUPES-RJ, respeitando-se a legislação pertinente, a memória e os sentimentos dos familiares, as crenças religiosas da população em relação aos mortos e os aspectos técnicos. Ressalta-se que os Cemitérios além de local de sepultamento dos mortos são em sua maioria lugares de práticas religiosas. O próprio ato de sepultar consiste em depositar o corpo do falecido em uma sepultura o que é distinto de enterrar.

2.3.10.3 - Objetivos

- Geral

- ▶ Realocar os cemitérios de Santa Rosa (Santo Antônio de Pádua/RJ) e Porto Marinho (Cantagalo/RJ) e realizar a reenumeração de despojos.

- Específicos

- ▶ Promover um processo transparente e participativo na desativação dos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho envolvendo a população local, as famílias dos falecidos e de representantes do poder público local;
- ▶ Promover a devida caracterização dos cemitérios e a identificação dos sepultados nos cemitérios atingidos;
- ▶ Garantir que os familiares dos sepultados nos cemitérios a serem desativados sejam identificados, contatados e recebam acompanhamento psicológico e de assistência social;
- ▶ Realizar exumação dos corpos, traslado e reenumeração de todos sepultados identificados nos cemitérios atingidos, bem como os serviços religiosos de acordo com o desejo e a orientação religiosa de cada família;
- ▶ Promover a recuperação da área dos cemitérios desativados;
- ▶ Definir o projeto e a localização dos novos cemitérios nos quais ocorrerá reenumeração, em acordo com a comunidade e o poder público local, caso esta seja opção da população atingida;
- ▶ Proceder com o licenciamento ambiental dos novos cemitérios junto ao órgão ambiental estadual, INEA, em atendimento à Resolução CONAMA nº 335/03;
- ▶ Construção dos novos cemitérios para reenumeração dos sepultados dos cemitérios desativados de acordo com os projetos estabelecidos.



2.3.10.4 - Metas

- Realizar duas reuniões públicas para esclarecimento sobre o Programa, em cada comunidade atingida pela realocação dos cemitérios no primeiro semestre de instalação;
- Realizar entrevistas semiestruturadas complementares às reuniões públicas com a população e poder público local; Disponibilizar canal de comunicação para atendimento de reclamações, sugestões e dúvidas da população através do Programa de Comunicação Social.
- Identificar 100% dos jazigos e sepultados nos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho e de suas famílias;
- Identificar e cadastrar 100% das famílias dos sepultados nos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho;
- Promover acompanhamento psicológico e de assistência social de 100% das famílias dos sepultados nos cemitérios.
- Obter a autorização, para exumação, de 100% os proprietários ou responsáveis pelos jazigos e falecidos existentes nos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho no primeiro semestre de instalação;
- Obter toda a documentação para a exumação e transferência dos restos mortais no primeiro ano de instalação do empreendimento;
- Realocar 100% dos túmulos, covas, construções tumulares e urnas ossuárias para os cemitérios que serão construídos ou àqueles escolhidos pelos familiares até um mês antes do enchimento;
- Realizar os serviços religiosos em acordo com as famílias, parentes ou afins dos sepultados nos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho.
- Executar ações sanitário-ambientais nos cemitérios que serão alagados conforme as normas técnicas vigentes sob orientação do órgão ambiental estadual, INEA, até um mês antes do enchimento.
- Realizar, no mínimo, duas reuniões públicas por localidade com a população local e poder público para discutir os critérios técnicos, locacionais e projetos dos novos cemitérios.

- Realizar procedimentos para abertura de processo de licenciamento ambiental dos novos cemitérios junto ao órgão ambiental estadual, INEA, no primeiro ano de instalação do empreendimento.
- Realizar a construção dos novos cemitérios até o segundo ano de instalação do empreendimento.

2.3.10.5 - Metodologia

A metodologia do programa constitui-se na realização de ações de infraestrutura para a desativação dos cemitérios localizados nas áreas que serão inundadas e a construção dos novos, bem como a devida regularização fundiária da área destinada à construção de novos cemitérios, se necessário, a assessoria psicológica e religiosa às famílias, os processos de realocação dos restos mortais e o licenciamento ambiental específico para cemitérios.

A participação da comunidade e do poder público local deverá ser estimulada ao longo das ações envolvidas nesse programa. Para tanto, essas ações se darão por meio de entrevistas e reuniões públicas nas comunidades atingidas. As reuniões servirão para explicar as diferentes etapas do programa, além de permitir que a comunidade seja ouvida no que se refere tanto a localização quanto a aparência dos novos cemitérios, para que estes fiquem de acordo com as expectativas da população.

As entrevistas e reuniões deverão ser executadas em parceria com o Programa de Estímulo a Participação da População e acompanhadas pelos técnicos que atuarão no Programa de Comunicação Social.

Um canal de comunicação direto, como o sistema de ouvidoria proposto no PCS, deverá estar disponível para que a população impactada pela realocação dos cemitérios tire suas dúvidas ou faça reclamações sobre os diversos processos que compõem esse programa.

O programa será implementado por meio de ações de desativação dos cemitérios que serão alagados e ativação dos novos cemitérios ou transferência dos restos mortais para cemitérios existentes, conforme apresentado no Quadro 2.3.10-1.

Quadro 2.3.10-1 - Linhas de Ação do Programa de Realocação de Cemitério e respectivas Atividades.

| Linhas de ação | Atividade |
|-----------------------------------|---|
| 1 - Desativação dos cemitérios | Atividade 1 - Caracterização dos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho |
| | Atividade 2 - Cadastro das famílias dos falecidos |
| | Atividade 3 - Reuniões públicas e entrevistas |
| | Atividade 4 - Acompanhamento psicológico e de assistência social |
| | Atividade 5 - Desativação dos cemitérios |
| | Atividade 6 - Exumação, traslado e reuminação |
| | Atividade 7 - Realização dos serviços religiosos |
| | Atividade 8 - Recuperação da área dos cemitérios desativados |
| 2 - Ativação dos novos cemitérios | Atividade 9 - Reuniões Públicas |
| | Atividade 10 - Definição técnica dos locais e Aquisição dos terrenos |
| | Atividade 11 - Licenciamento para novos cemitérios |
| | Atividade 12 - Elaboração do projeto construtivo |
| | Atividade 13 - Obras de instalação do cemitério |

O detalhamento das atividades pode ser acompanhado no item 2.3.10.8 - Operacionalização.

2.3.10.6 - Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento e avaliação deste programa deverá se dar como um processo contínuo a ser realizados através de atividades que envolvam a participação do público alvo através de reuniões públicas e aplicação e questionários semiestruturados, além da análise técnica da equipe através do aferimento do cumprimento dos objetivos e metas utilizando os seguintes indicadores:

- Quantidade de reuniões públicas para esclarecimento sobre o Programa realizadas por localidade no primeiro semestre de instalação;
- Número de entrevistas realizadas em relação ao quantitativo de representantes da população e poder público envolvidos nos processo de desativação dos cemitérios;
- Quantidade de atendimento às reclamações, sugestões ou dúvidas encaminhadas para o Programa de Comunicação Social, através do sistema de ouvidoria;
- Percentual de jazigos e de sepultados identificados;
- Percentual de parentes localizados e cadastrados em relação ao número de jazigos identificados;

- Percentual de parentes localizados e cadastrados atendidos por acompanhamento psicológico e de assistência social;
- Relatórios de acompanhamento das famílias;
- Percentual de autorizações de exumação obtidas;
- Quantidade de documentos expedidos pelo cemitério para onde serão trasladados os despojos;
- Percentual de jazigos realocados;
- Grau de satisfação das famílias dos sepultados com os serviços religiosos oferecidos;
- Plano de Encerramento da Atividade dos cemitérios que serão alagados entregue ao INEA;
- Licença para desativação dos cemitérios emitidas pelo INEA;
- Quantidade de reuniões públicas realizadas por localidade;
- Projeto dos novos cemitérios discutidos e elaborados com a participação da população e poder público local;
- Abertura, andamento e finalização do processo de licenciamento ambiental dos novos cemitérios junto ao INEA;
- Construção dos novos cemitérios concluída de acordo com os projetos estabelecidos.

Seus resultados serão divulgados através dos relatórios elaborados, a saber:

- Relatórios semestrais produzidos ao longo do Programa contendo a descrição, análise crítica qualitativa e quantitativa avaliação dos resultados parciais, além do registro fotográfico e demais evidências das ações desenvolvidas.
- Um (01) relatório final consolidando ao término do PEA contendo a descrição, análise crítica qualitativa e quantitativa e avaliação das ações desenvolvidas ao longo de todo Programa devendo aferir o cumprimento das metas estabelecidas a partir da análise dos indicadores, além do registro fotográfico e demais evidências das ações desenvolvidas.



2.3.10.6.1 - Matriz Objetivos, Metas e Indicadores

No quadro abaixo, segue a relação entre objetivos, metas e indicadores:

| Objetivos específicos | Metas | Indicadores |
|---|--|--|
| Promover um processo transparente e participativo na desativação dos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho envolvendo a população local, as famílias dos falecidos e de representantes do poder público local; | Realizar duas reuniões públicas para esclarecimento sobre o Programa, em cada comunidade atingida pela realocação dos cemitérios no primeiro semestre de instalação; | Quantidade de reuniões públicas para esclarecimento sobre o Programa realizadas por localidade no primeiro semestre de instalação; |
| | Realizar entrevistas semiestruturadas complementares às reuniões públicas com a população e poder público local; | Número de entrevistas realizadas em relação ao quantitativo de representantes da população e poder público envolvidos no processo de desativação dos cemitérios; |
| | Disponibilizar canal de comunicação para atendimento de reclamações, sugestões e dúvidas da população através do Programa de Comunicação Social; | Quantidade de atendimento às reclamações, sugestões ou dúvidas encaminhadas para o Programa de Comunicação Social, através do sistema de ouvidoria. |
| Promover a devida caracterização dos cemitérios e a identificação dos sepultados nos cemitérios atingidos; | Identificar 100% dos jazigos e sepultados nos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho e de suas famílias; | Percentual de jazigos e de sepultados identificados; |
| Garantir que os familiares dos sepultados nos cemitérios a serem desativados sejam identificados, contatados e recebam acompanhamento psicológico e de assistência social; | Identificar e cadastrar 100% das famílias dos sepultados nos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho; | Percentual de parentes localizados e cadastrados em relação ao número de jazigos identificados; |
| | Promover acompanhamento psicológico e de assistência social de 100% das famílias dos sepultados nos cemitérios; | Percentual de parentes localizados e cadastrados atendidos por acompanhamento psicológico e de assistência social; Relatórios de acompanhamento das famílias. |
| Realizar exumação dos corpos, traslado e reintermentação de todos sepultados identificados nos cemitérios atingidos, bem como os serviços religiosos de acordo com o desejo e a orientação religiosa de cada família; | Obter a autorização, para exumação, de 100% os proprietários ou responsáveis pelos jazigos e falecidos existentes nos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho no primeiro semestre de instalação; | Percentual de autorizações de exumação obtidas; |
| | Obter toda a documentação para a exumação e transferência dos restos mortais no primeiro ano de instalação do empreendimento; | Quantidade de documentos expedidos pelo cemitério para onde serão trasladados os despojos |
| | Realocar 100% dos túmulos, covas, construções tumulares e urnas ossuárias para os cemitérios que serão construídos ou arcos escolhidos pelos familiares até um mês antes do enchimento; | Percentual de jazigos realocados; |
| | Realizar os serviços religiosos em acordo com as famílias, parentes ou afins dos sepultados nos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho. | Grau de satisfação das famílias dos sepultados com os serviços religiosos oferecidos; |



As empresas e/ou a equipe contratadas serão encarregadas de elaborar o cadastro e estabelecer contato com os familiares e demais envolvidos, bem como realizar o acompanhamento psicológico e de assistência social das famílias, além de obter os documentos e autorizações necessárias para realocação dos falecidos e de realizar as convocações para reuniões públicas, dentre outros serviços.

2.3.10.8.1 - Linha de Ação 1 - Desativação dos Cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho

Com objetivo de orientar a etapa de desativação ou encerramento dos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho, o empreendedor deverá, conforme exige a Resolução CONAMA nº 335 de 03 de abril de 2003, em seu artigo 12, requerer previamente licença e apresentar ao órgão ambiental licenciador o Plano de Encerramento da Atividade, que irá subsidiar a concessão da licença de encerramento do cemitério.

De acordo com a referida Resolução, o Plano de Encerramento da Atividade deverá dispor sobre as características dos cemitérios a serem alagados, a identificação e qualificação das famílias envolvidas, as formas de recuperação da área, dentre outras ações que serão tratadas com maiores detalhes a seguir.

Vale destacar que a Resolução dispõe ainda que a área desativada deva ser utilizada, prioritariamente, para parque público ou para empreendimentos de utilidade pública ou interesse social. Observa-se, portanto, que a construção da UHE Itaipava I atende plenamente às exigências desta norma, eis que se trata de empreendimento de utilidade pública.

Atividade 1 - Caracterização dos Cemitérios Santa Rosa e Porto Marinho

Essa caracterização consiste em um levantamento criterioso que deverá contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Quantidade e padrões dos jazigos existentes no cemitério;
- Qualificação do proprietário ou responsável de cada jazigo;
- Quantidade de falecidos existentes no cemitério;
- Qualificação dos falecidos;
- Data dos sepultamentos;

- Tipo de Cemitério.
- A caracterização dos cemitérios de Santa Rosa e Porto Marinho irá subsidiar as etapas seguintes deste Programa, como a escolha da localização dos novos cemitérios cujas características serão discutidas nas reuniões públicas, participativas, com a população atingida.

Destaca-se que no cemitério de Santa Rosa não há sepultamento há mais de 25 anos. Atividade 2 - Cadastro das famílias dos falecidos

O cadastro das famílias dos falecidos deverá fornecer as informações necessárias para estabelecimento de contato com a família e ou responsáveis por autorizar a exumação, traslado e reenumeração dos corpos. Para tanto, o Cadastro deverá conter:

- Nome, número do documento de identidade, endereço, telefone do dono do jazigo;
- Nome, número documento de identidade, endereço, telefone do familiar e/ou do responsável por emitir a autorização para exumação, traslado e reenumeração dos restos mortais;

Atividade 3 - Reuniões públicas e entrevistas com a população e poder público local

Nas reuniões públicas e entrevistas, as temáticas discutidas com as populações impactadas das duas localidades deverão englobar os processos envolvidos na desativação dos cemitérios que serão alagados, tais como identificação dos falecidos, licenciamento e legislação pertinentes, procedimentos de realocação dos corpos e recuperação da área.

As reuniões públicas deverão propiciar à população atingida a escolha de reenumeração para cemitérios existentes ou para novos a serem construídos pelo empreendedor. Caso a opção seja a construção de novos cemitérios, suas características e localização deverão ser discutidas com população diretamente interessada, conforme descrito no item 2.3.10.8.2 - Linha de Ação 2 - Linha de Ação 2 - Ativação de Novo Cemitério.

Durante as reuniões deverá ser apresentada a população envolvida, principalmente aos familiares dos falecidos, a possibilidade de acompanhar as atividades de exumação e reenumeração e, caso desejem, optar pela presença de um religioso deverá ser agendada a atividade entre as partes.



Atividade 4 - Acompanhamento psicológico e de assistência social dos familiares e demais envolvidos

O acompanhamento psicológico e de assistência social aos familiares ou responsáveis deverá ocorrer ao longo das ações previstas nesse programa, devido aos possíveis transtornos emocionais que poderão ser causados às pessoas na ocasião da exumação, traslado e reenumeração dos restos mortais, atendendo desta forma a solicitação contida no item 4.2.10 do Parecer 05/2011 NLA/GABIN/SUPES-RJ. Esse acompanhamento será realizado pelos profissionais do Programa de Acompanhamento da População Atingida.

O profissional, psicólogo e/ou psiquiatra e de assistência social, deverá estar disponível à população, em especial durante as reuniões públicas, na ocasião da exumação, traslado e reenumeração dos corpos, assim como deve-se garantir a presença de representantes religiosos se a família solicitar. Conversas individuais deverão estar previstas para familiares que as solicitarem.

Desde tempos imemoriais, os seres humanos devotam respeito aos mortos. A comunicação dos vivos com os mortos, a fim de apaziguá-los, auxiliá-los ou buscar deles benefícios é fundamental para diversas culturas e religiões. No catolicismo, existem diversos rituais relativos à morte e aos mortos: velório, missa de corpo presente, missa de sétimo dia, dia de finados.

Neste sentido, o cemitério tem grande importância como local ritualístico, especialmente no dia de finados, onde as pessoas vão rezar, proceder a limpeza dos túmulos e assistir à missa neste local. Com a desativação dos cemitérios e exumação dos corpos, os parentes ou relativos poderão, diante das covas e ossuários, lembrar o passado do ente enterrado e sua história.

Atividade 5 - Licença de desativação dos cemitérios

No contexto de desativação dos cemitérios, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão competente pelo licenciamento de cemitérios no Estado do Rio de Janeiro, deverá ser consultado previamente pelo empreendedor para esclarecimento dos procedimentos que deverão ser adotados.

A fim de adequar o encerramento de atividades, deverá ser requerido junto ao o INEA o **Termo de Encerramento (TE)** da atividade, que consiste em *"ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental atesta a inexistência de passivo ambiental que represente risco ao ambiente ou à saúde da população, quando do encerramento de determinada atividade ou após a conclusão do procedimento de recuperação mediante a Licença Ambiental de Recuperação (LAR), estabelecendo as restrições de uso da área"* (Art. 2º, inciso VII do Decreto nº 42.159 de 02 de dezembro de 2009).

Caso o INEA identifique que a área a ser desativada encontra-se contaminada, ele poderá solicitar a realização de procedimentos de remediação, recuperação, descontaminação ou eliminação de passivo ambiental existente. Tais procedimentos deverão ser executados sob a análise e aprovação do órgão ambiental, a fim de obter-se a LAR dos cemitérios (Art. 2º, Inciso V, letra g).

Uma vez encerradas as atividades no cemitério de Porto Marinho e de Santa Rosa, os habitantes das localidades próximas que vierem a falecer deverão ser sepultados nos demais cemitérios existentes na região. Esta atividade deverá ser realizada no primeiro semestre de instalação do empreendimento uma vez que para a execução da exumação (Atividade 06), faz-se necessário esperar um período de até 24 meses após o sepultamento para permitir a esqueletização dos corpos.

Diante do exposto, deverá ser definido junto com a população local os procedimentos a serem adotados com os restos mortais das pessoas que falecerem durante as fases de estudo e implantação do reservatório, os quais já devem ser sepultados fora da área englobada pela bacia hidráulica do futuro reservatório. Caso este procedimento venha a onerar o município ou ainda causar perda de receita, o consórcio se compromete a sanar tais perdas com tempestividade.

Atividade 6 - Exumação, traslado e reenumeração

As ações de exumação, traslado e reenumeração deverão seguir os procedimentos descritos a seguir, bem como as solicitações pactuadas com a população diretamente interessada durante as reuniões públicas.

A transferência dos restos mortais dos cemitérios ou túmulos isolados só deverá acontecer após a definição dos jazigos no cemitério novo ou cemitério existente, com autorização da família ou responsável. Durante a transferência os restos mortais devem estar acondicionados em sacos plásticos reforçados apropriados para tal e devidamente etiquetados.

Na impossibilidade de identificação dos restos mortais ou dos jazigos, o procedimento de exumação e reenumeração deverá ser acompanhado por um perito nomeado pelo delegado responsável pela comarca.



Atividade 7 - Realização de Serviços religiosos

Quando se cogita uma mudança de cemitério de um determinado local, em geral ocorre uma grande resistência com a mudança espacial dos mortos, e dificilmente esta ocorre. Isso se deve em virtude de sentimentos e simbolismo, mas principalmente à associação dos cemitérios a locais sagrados (Campos, 2007).

Cabe ressaltar que a relação com os mortos é mediada tanto pelo afeto, como pela religião e que a reação das famílias à exumação forçada irá variar não só por esses aspectos, mas pela própria vulnerabilidade emocional das famílias diante de tantas transformações. Para dar conforto às famílias, além do acompanhamento psicológico e de assistência social, será disponibilizada a opção da realização de serviços religiosos durante a reinumeração conforme o desejo das famílias. Deve ser tratado com cada família, as alternativas preferenciais, pois existe a possibilidade de algumas não desejarem nenhum rito religioso pela possibilidade de incomodar o falecido.

Atividade 8 - Recuperação da área a ser alagada

A desinfecção dos túmulos deverá ser efetuada através de procedimento específico a ser determinado pelo órgão ambiental competente.

Sugere-se a aplicação de cal virgem e posterior aterramento com material argiloso, após a conclusão da exumação dos cadáveres. Por fim, resíduos sólidos relacionados à exumação dos corpos, tais como urnas e materiais descartáveis (luvas, sacos plásticos, etc.) deverão ter o mesmo tratamento destinado aos resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde, de acordo com a Resolução CONAMA Nº 005/93. Caso os resíduos sólidos sejam enterrados no novo cemitério, deverá ser usada unicamente a zona de sepultamento, com recobrimento mínimo de 0,5 m de solo. Fica vetado o uso da faixa de proteção sanitária interna para tal finalidade.

2.3.10.8.2 - Linha de Ação 2 - Ativação de Novo Cemitério

Caso a população opte pela reinumeração em novos cemitérios a serem construídos, a ativação destes deverá seguir a seguinte sistemática de execução apresentada a seguir.

Atividade 9 - Reuniões públicas com a população e poder público local

Estas reuniões terão temáticas diferente do que foi discutido com as populações na Atividade 3, pois deverão abordar questões relacionadas diretamente a ativação de novos cemitérios:

- Definição do tipo de cemitério a ser construído (tradicional, parque ou vertical);
- Licenciamento e legislação relativos à implantação de novos cemitérios;
- A definição do local onde serão construídos os novos cemitérios;
- Quaisquer outros assuntos que sejam considerados pertinentes e identificados nas ações anteriores.

É importante destacar que embora os familiares dos sepultados tenham que ser consultados a respeito de onde serão reinumados os restos mortais, a construção dos novos cemitérios não está condicionada à aprovação da população local somente, visto que tais cemitérios serão municipais e não cabe a uma pequena parcela da população dizer se eles serão ou não construídos.

Assim, o tipo e a localização dos novos cemitérios devem ser acordados com o poder público municipal possuidor de cada um deles, enquanto que a população deve ser consultada apenas para que cada família determine em que cemitério os restos mortais de seus familiares serão reinumados. Além disso, o próprio órgão licenciador também terá que ser consultado quanto às características finais de novos cemitérios.

Atividade 10 - Definição técnica da localização dos novos cemitérios e aquisição dos terrenos

Os falecidos que serão removidos dos cemitérios Santa Rosa e Porto Marinho deverão ser realocados em cemitérios com condições de acesso e infraestrutura semelhantes ou melhores ao local anterior.

Para escolha da localização dos novos cemitérios, devem ser observados alguns critérios mínimos, dentre os quais, destacam-se as restrições impostas pela legislação vigente:

- Não deve haver instalação em Áreas de Preservação Permanente (APP);
- Não deve haver instalação em áreas de Mata Atlântica primária ou secundária, em estágio médio ou avançado de regeneração;

- Proibição de instalação em terrenos predominantemente cársticos, que apresentam cavernas, sumidouros ou rios subterrâneos e em áreas de manancial para abastecimento humano;
- Deve-se respeitar os limites da faixa de segurança do reservatório;
- As sepulturas deverão se encontrar a, no mínimo, entre 1,5 e 2m acima do lençol freático.

Além do exposto acima, há que se considerar o poder contaminante dos cemitérios, o qual pode ser controlado através da correta planificação quanto à construção e utilização das necrópoles. É importante que estas sejam edificadas em áreas elevadas, de terrenos com características permeáveis, com nível freático baixo e distante de fontes de abastecimento de águas superficiais e subterrâneas. Ressalta-se que estes terrenos devem apresentar certo equilíbrio entre os teores de areia, silte e argila. Normalmente, são bem drenados, média capacidade de retenção de água e médio índice de erodibilidade.

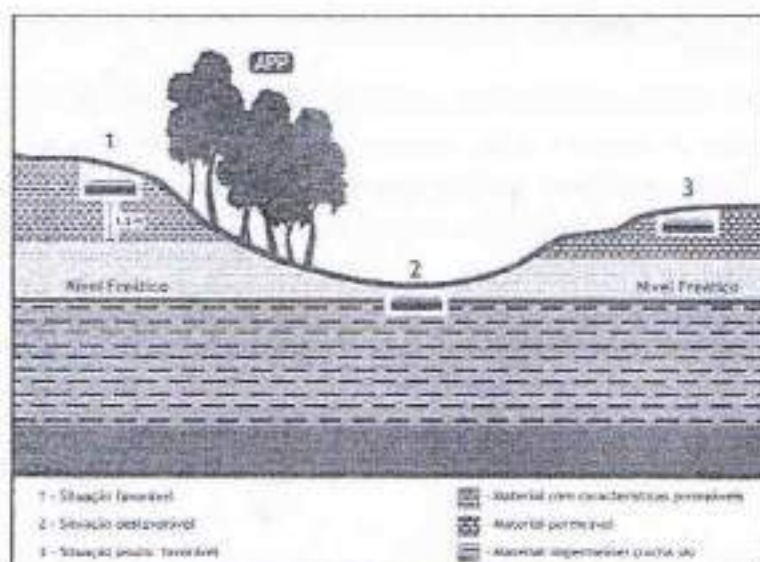


Figura 2-1 - Lugares indicados para sepultamentos, relacionados à litologia e nível do lençol freático

A situação "3" é considerada pouco favorável para sepultamento, em face do risco de contaminação do lençol freático, uma vez que o terreno é composto por material permeável, ou seja, de baixa capacidade de retenção de água e baixos teores de matéria orgânica. A situação "2" é também desfavorável para sepultamentos não só pelo problema da contaminação da água,

mas também em função da retenção da umidade e pouca oxigenação. O solo é constituído por material impermeável e o nível do lençol freático é aflorante.

A situação "1" é favorável a enterramentos pelo fato da sepultura estar bastante acima do nível do lençol freático, reduzindo-se assim os riscos de contaminação.

Atividade 11 - Licenciamento ambiental dos novos cemitérios

De acordo com a Resolução CONAMA n.º 335 de 03 de abril de 2003, tanto os cemitérios horizontais (parque) quanto os cemitérios verticais deverão ser submetidos ao processo de licenciamento ambiental previamente ao seu funcionamento.

A Resolução CONAMA n.º 335/03 estabelece os procedimentos e trata sobre a documentação básica exigida para o licenciamento ambiental de novos cemitérios, devendo ser, portanto, observada pelos responsáveis pela condução do processo de licenciamento do novo cemitério junto ao órgão ambiental competente.

No que tange a competência para licenciar os novos cemitérios, a Resolução CONAMA 237 de 19 de dezembro de 1997 estabelece que o órgão municipal será responsável pelo licenciamento de atividades de impacto local. No entanto, como os municípios de Cantagalo e Santo Antônio de Pádua ainda não possuem convênio com o Estado do Rio de Janeiro para exercer essa função, o licenciamento será de competência do INEA.

Cumpra-se observar que o órgão ambiental competente pelo licenciamento do novo cemitério poderá promover Reunião Técnica Informativa sempre que julgar necessário, ou quando solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público ou por no mínimo cinquenta cidadãos (Art. 13 da Resolução CONAMA n.º 335/03).

O procedimento de licenciamento ambiental poderá ser simplificado caso os cemitérios estejam localizados em municípios com população inferior a trinta mil habitantes ou em municípios isolados, que não sejam integrantes de área conurbada ou região metropolitana e que tenham capacidade máxima de quinhentos jazigos (Art. 10 e incisos). A Resolução prevê ainda a possibilidade de emissão da Licença Prévia e da Licença de Instalação concomitantemente (Art. 3º, II, § 1º).

Atividade 12 - Elaboração do projeto dos novos cemitérios

Coordenador:

Técnico:



A elaboração do projeto dos novos cemitérios deverá considerar os anseios da população local levantados nas reuniões públicas e entrevistas, nos atendimentos psicológicos e de assistência social junto às famílias dos falecidos, bem como as solicitações do poder público local. Nesse sentido será amplamente discutido com o conjunto dos atores sociais envolvidos da sociedade civil e do poder público.

O projeto deverá prever a realocação do número de falecidos indicado na caracterização do cemitério, mas ainda deverá estar baseado em uma projeção para o sepultamento de novos corpos nos próximos anos.

Atividade 13 - Obras de instalação dos novos cemitérios

Realizadas as etapas antecessoras de ativação, o empreendedor, de posse da licença ambiental adequada, deverá dar início à construção dos novos cemitérios.

Destaca-se que as obras para construção dos novos cemitérios deverão ocorrer concomitantes às etapas de desativação dos antigos cemitérios, a fim de que os falecidos possam ser realocados em tempo hábil. Deverão ser acompanhadas pela população envolvida e pelo poder público, havendo assim um processo transparente de participação e controle social.

2.3.10.9 - Equipe Executora

A execução deste programa deverá ser realizada por uma equipe com o perfil descrito no Quadro 2.3.10-2, sendo possível que os profissionais participem da execução de mais de um programa ambiental.

Quadro 2.3.10-2 - Perfil Profissional da Equipe Executora do Programa

| Profissionais | Atividade | Função |
|--|---|---|
| Cientista Social | <ul style="list-style-type: none">Coordenação Geral do Programa | <ul style="list-style-type: none">Coordenar o conjunto de atividades das duas linhas de ação do Programa |
| Equipe para a Linha de Ação 1 - Desativação dos Cemitérios | | |
| Topógrafo | <ul style="list-style-type: none">Caracterização dos Cemitérios Santa Rosa e Porto Marinho | <ul style="list-style-type: none">Elaborar relatório de caracterização dos cemitérios atingidos e das famílias envolvidas. |
| Geólogo e profissionais de áreas afins | <ul style="list-style-type: none">Recuperação da Área dos Cemitérios | <ul style="list-style-type: none">Elaborar e implementar Plano de Recuperação da Área |
| Psicólogos (profissionais do Programa de Acompanhamento da População Atingida) | <ul style="list-style-type: none">Acompanhamento psicológico e de assistência social dos familiares e demais envolvidosCadastro das famílias dos falecidosReuniões públicas e | <ul style="list-style-type: none">Obter as autorizações dos familiares para realocação dos falecidosRealizar cadastro das famílias cujos membros falecidos foram sepultados nos Cemitérios Santa Rosa e Porto MarinhoDiscutir com a população local temas |

| Profissionais | Atividade | Função |
|--|--|---|
| | entrevistas com a população local | relacionados à desativação dos cemitérios |
| Assistentes Sociais e profissionais de ciências sociais e/ou humanas (profissionais do Programa de Acompanhamento da População Atingida) | <ul style="list-style-type: none"> • Cadastro das famílias dos falecidos • Reuniões públicas e entrevistas com a população local • Caracterização dos Cemitérios Santa Rosa e Porto Marinho | <ul style="list-style-type: none"> • Realizar cadastro das famílias cujos membros falecidos foram sepultados nos Cemitérios Santa Rosa e Porto Marinho • Obter as autorizações dos familiares para realocação dos falecidos • Discutir com a população local temas relacionados à desativação dos cemitérios • Elaborar relatório de caracterização dos cemitérios atingidos e das famílias envolvidas. |
| Gestor Ambiental | <ul style="list-style-type: none"> • Licença de desativação dos cemitérios | <ul style="list-style-type: none"> • Articular junto ao órgão ambiental licenciador a emissão de autorização para encerramento das atividades. |
| Empresa especializada (funerária) e Perito | <ul style="list-style-type: none"> • Exumação, traslado e sepultamento dos corpos no novo cemitério | <ul style="list-style-type: none"> • Realizar as ações necessárias para realocamento dos falecidos. |
| Equipe para a Linha de Ação 2 - Ativação dos Cemitérios | | |
| Engenheiro e Topógrafo | <ul style="list-style-type: none"> • Definição técnica da localização dos novos cemitérios | <ul style="list-style-type: none"> • Definir a localização dos novos cemitérios, observado os critérios técnicos. |
| Empresa especializada e Perito | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição dos terrenos | <ul style="list-style-type: none"> • Realizar a liberação e regularização de áreas destinadas à implantação dos novos cemitérios e acompanhar a exumação de corpos quando for necessário |
| Gestor Ambiental e Comunicador Social | <ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento ambiental dos novos cemitérios • Reuniões públicas com a população local | <ul style="list-style-type: none"> • Articular junto ao órgão ambiental licenciador a obtenção de licença ambiental para instalação dos novos cemitérios. |
| Arquiteto | <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do projeto dos novos cemitérios | <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o projeto dos novos cemitérios de acordo com o número de falecidos existente, além de projetar os novos sepultamentos. |



2.3.10.11 - Integração com outros Programas

O referido programa de realocação de cemitérios se relaciona direta ou indiretamente aos seguintes programas ambientais que serão implementados durante a construção da UHE:

Programa de Gestão Ambiental, tendo em vista que será necessário o acompanhamento das ações descritas neste programa, em especial o acompanhamento do licenciamento ambiental dos novos cemitérios;

Programa de Realocação de Estruturas e Saneamento, na medida em que diversas atividades seguirão o mesmo cronograma de obras;

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, haja vista que os cemitérios encontram-se em áreas que serão alagadas e que, portanto, precisam ser recuperadas;

Programa de Acompanhamento da População Atingida, uma vez que o acompanhamento psicológico e de assistência social das famílias está previsto para ser realizado pela equipe desse programa;

Programa de Estímulo a Participação da População, pois está prevista parceria na mobilização dos participantes e na condução das reuniões públicas e entrevistas que ocorrerão na fase de desativação, bem como na etapa de construção dos cemitérios se for necessário;

Programa de Comunicação Social, o qual poderá contribuir com a divulgação das ações desenvolvidas e a mobilização do público participante.

2.3.10.12 - Equipe Técnica Responsável pela Elaboração do Programa

| Técnico | Formação | Registro (Conselho e IBAMA) |
|---------------------|-------------|-----------------------------------|
| Jefferson Fernandes | Ecólogo | IBAMA: 2414966 |
| Renata Vilarinho | Advogada | OAB/RJ: 153.864 IBAMA: 3091396 |
| Ana Cláudia Vieira | Antropóloga | IBAMA: 2011710 |



2.3.10.13 - Bibliografia

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Infraestrutura Hídrica. Unidade de Gerenciamento do Proágua/Semi-árido. Bárbara Bela Editora Gráfica e Papelaria Ltda., 2005. CX, 100 p. : il. ; 21 cm, 26 cm, Cooperação técnica: Banco Mundial, Unesco. Documento elaborado através do Projeto Unesco 700BRA2000.

CAMPOS, Ana Paula Silva. Avaliação do potencial de poluição do solo e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiterial. Orientador Prof. Dr Wanderlei da Silva Paganini. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2007. 141 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)

ECOLOGY BRASIL. Relatório de Impacto Ambiental - UHE Itaipava. Rio de Janeiro: Ecology Brasil, 2011.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA. Parecer n° xx/2013-COHID/CGENE/DILIC-IBAMA: UHE Itaipava I - Análise do cumprimento das condicionantes da Licença Prévia n° 428/2011. Rio de Janeiro. 2013.

RESOLUÇÃO CONAMA n° 335, de 3 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios.

RESOLUÇÃO CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, trata sobre o licenciamento ambiental.

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 954/2013

- Programa de Monitoramento da Ictiofauna
 - Programa de Avaliação da Eficiência da Instalação de Mec. de Transposição de Peixes
 - Programa de Monitoramento da Carionofauna
 - Programa de Prospecção Exocárstica e Endocárstica
 - Programa de Comunicação Social
 - Programa de Educação Ambiental – PEA
 - Programa de Acompanhamento da População Atingida – PAPA
 - Programa de Estimulo e Participação da População Atingida – PEPPA
 - Programa de Monitoramento e Controle de Endemias
 - Programa de Gestão de Interferência com Atividades Minerárias
 - Programa de Resgate e Valorização de Aspectos Culturais
 - Programa de Prospecção, Resgate e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico
 - Programa de Realocação de Estruturas e Saneamento
 - Programa de Realocação de Cemitérios
 - Programa de Gestão Institucional
 - Programa de Compensação Ambiental
 - Programa de Gestão Fundiária
 - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial
 - Programa de Reativação de Atividades Económicas e Geração de Renda
 - Programa de Readequação da Atividade Pesqueira
- 2.2. Representar, no prazo de 30 (trinta) dias, os seguintes Programas, Plano e Subprogramas do Projeto Básico Ambiental, incorporando as considerações constantes no Of. 02001.009870/2013-92 CGENE/IBAMA:
- a) Programa de Gestão Ambiental – PGA;
 - b) Plano Ambiental para Construção – PAC;
 - I. Subprograma de Formação de Mão de Obra;
 - II. Subprograma de Educação Ambiental dos Trabalhadores – Pest;
 - c) Programa de Monitoramento da Ictiofauna;
 - d) Programa de Comunicação Social;
 - e) Programa de Monitoramento e Controle de Endemias.
- 2.3. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, documento intitulado “Projeto Básico Ambiental – versão final” elaborado a partir do Projeto Básico Ambiental – rev1 e incorporando em cada programa ambiental as adequações constantes no Of. 02001.009870/2013-92 CGENE/IBAMA.
- 2.4. Apresentar semestralmente, ao IBAMA/NL/RJ, Relatórios Parciais de execução dos programas ambientais observando as orientações em termos de forma e conteúdos definidos no Of. 02001.009870/2013-92 CGENE/IBAMA.
- 2.5. No âmbito do Subprograma da Supressão da Vegetação e Limpeza do Reservatório:
- a) Apresentar Projeto Executivo do Programa de Reposição Florestal, detalhado e de acordo com as premissas legais IN MMA nº 06/2006, Decreto nº 5875/2006 (Art. 1, Art. 10, Art. 13, Art. 14), IN IBAMA nº 06/2009, contendo ao menos as seguintes informações:
 - i. quantitativo em hectares das áreas a serem repostas;
 - ii. localização das áreas destinadas ao plantio e áreas adjacentes pertencentes às mesmas microbacias afetadas, em escala 1:50.000;
 - iii. caracterização ambiental das áreas de plantio, com indicação das fitofisionomias existentes e cronograma de execução das atividades, incluindo-se etapas de manutenção e monitoramento pós-plantio no período mínimo de 04 (quatro) anos.Prazo para apresentação do projeto de 90 (noventa) dias e implantação durante a vigência da LI e da primeira LO.
 - b) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto Executivo de Compensação Florestal, medida compensatória à supressão vegetal relativo ao Bioma Mata Atlântica, de acordo com o § 1º do Art. 17 da Lei nº 11.428/08 e capítulo VII do Decreto nº 6650/08. O projeto deverá conter:
 - i. quantitativo em hectares das áreas a serem compensadas;

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 954/2013

- ii. levantamento de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, para aquisição;
 - iii. localização das áreas destinadas ao plantio (caso não existam áreas a serem adquiridas) e áreas adjacentes pertencentes às mesmas microbacias afetadas, em escala 1:50.000;
 - iv. caracterização ambiental das áreas de plantio (se for o caso), com indicação das fitofisionomias existentes; e
 - v. cronograma de execução das atividades, incluindo-se etapas de manutenção e monitoramento pós-plantio no período mínimo de 04 (quatro) anos.
- 2.6. Apresentar, previamente ao requerimento de supressão de vegetação da área do reservatório, nova modelagem matemática da qualidade da água contemplando a área do reservatório e a jusante da barragem. Apresentar, juntamente, um plano de amostragem específico para o período de enchimento.
- 2.7. Com relação ao Programa de Reflorestamento:
- a) apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto Executivo do Programa de Reflorestamento, referente à implantação obrigatória de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno do reservatório, de forma detalhada, seguindo as premissas legais e contendo as seguintes informações:
 - i. diagnóstico integrado do meio físico, socioeconômico e biótico;
 - ii. localização das áreas destinadas ao plantio e/ou regeneração e/ou enriquecimento em escala 1:50.000; e
 - iii. cronograma de execução das atividades, incluindo-se etapas de manutenção e monitoramento pós-plantio no período mínimo de 04 (quatro) anos.
- 2.8. Apresentar no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto Executivo do Viveiro de Mudas contendo o quantitativo de mudas a serem produzidas anualmente, que deve ser compatível com o número de mudas a serem demandadas nas áreas de revegetação da APP (reposição ou não), nas áreas de compensação florestal da mata atlântica (se houver reposição com plantio), nas áreas do PDSII e nas áreas degradadas a serem recuperadas (canteiro de obras, áreas de empréstimo etc).
- 2.9. Ficam vedadas quaisquer intervenções relacionadas à interrupção/desvio do fluxo de água do rio Paraíba do Sul até sejam efetuadas as adequações no Programa de Monitoramento da Ictiofauna. O desbloqueio dessas intervenções dependerá de manifestação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA.
- 2.10. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, no âmbito do Programa de Avaliação da Instalação de Mecanismo de Transposição de Peixes, proposta de projeto de STP móvel/flexível ou temporário até a conclusão dos estudos propostos e definição do STP. A estrutura da barragem da UHE Itacara I deverá reservar uma área prévia para a eventual futura construção do STP. Elaborar estudos prévios em modelos reduzidos buscando a melhor posição do STP (hidráulica e espécies alvo).
- 2.11. Iniciar, no prazo de 30 dias, no âmbito do Programa de Comunicação Social, a divulgação das atividades associadas ao Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras.
- 2.12. Apresentar, no primeiro relatório, no âmbito do Programa de Gestão de Interferências com Atividades Minerárias:
- a) os procedimentos de acordo/compensação a serem estabelecidos com os detentores das áreas de mineração, incluindo os que possuem Solicitação de Licenciamento ou Autorização de Pesquisa;
 - b) manifestação atualizada do DNPM acerca dos processos de extração mineral em fase de operação, licenciamento ou pesquisa nas áreas afetadas, ações de realocação ou compatibilização da atividade minerária, bem como informações a respeito do bloqueio provisório ou definitivo dos títulos minerários na AID; e
 - c) o cadastro das atividades minerárias contemplando a totalidade de áreas e indivíduos que se utilizem dessas atividades para a obtenção dos rendimentos habituais ou temporários em condições informais.
- 2.13. Implementar o Programa de Realocação de Estruturas e Saneamento proposto e incorporar a esse programas, sem prejuízo das demais ações previstas, as seguintes atividades e prazos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 954/2013

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pela Portaria nº 173-MMA, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, uso das atribuições que lhe conferem o art.22º do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007, **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Instalação a:

EMPRESA: Itaocara Energia Ltda

CNPJ: 02.619.221/0001-78 **CTF:** 708.238

ENDEREÇO: Av. Marechal Floriano, 168, parte 2º and Corredor C - Centro

CEP: 20080-002 **CIDADE:** Rio de Janeiro **UF:** RJ

TELEFONE: (21) 2211-8907 **FAX:** (21) 2211-2799

P. A. IBAMA Nº: 02001.000175/2008-06

Referente à Usina Hidrelétrica Itaocara – UHE Itaocara, a ser implantada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, compreendendo os municípios de Itaocara, Aperibé, Santo Antônio de Pádua e Cantagalo (RJ) e Pirapetinga (MG). O aproveitamento tem por finalidade a geração de energia elétrica, operando a fio d'água e terá capacidade instalada de 145 MW. O barramento a ser implantado nas coordenadas geográficas 21°41'25,9"S e 042°09'36,9"W formará um reservatório com área total de 41,40 km².

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 05 (cinco) anos a contar da presente data, estando sua validade condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes neste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e aos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento.

Brasília/DF, 29 JUL 2013


FERNANDO DA COSTA MARQUES

Presidente do IBAMA
Substituto

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 954/2013

1. Condicionantes Gerais:

- 1.1. A concessão desta Licença de Instalação deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.
- 1.2. Qualquer alteração nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA. Inclui-se nesta condicionante qualquer alteração que possa implicar impactos socioambientais diferenciados àqueles previstos no PBA.
- 1.3. A implantação de estruturas não contempladas nesta licença deverá ser objeto de consulta e prévia anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental.
- 1.4. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.5. O IBAMA deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente ou ato intencional que possa causar dano ambiental.
- 1.6. A prorrogação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 120 (cento e vinte) dias antes de expirada a sua vigência.
- 1.7. Esta licença não autoriza a supressão de vegetação.
- 1.8. Obter, junto a este Instituto, autorização de coleta e transporte de material biológico para todas as etapas necessárias.
- 1.9. Parante o IBAMA, a Itaocara Energia Ltda é a única responsável pelo atendimento das condicionantes postuladas nesta licença.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Implementar os programas socioambientais elencados abaixo, incorporando as alterações determinadas no Of. 02001.009870/2013-92 CGENE/IBAMA:
 - Programa de Gestão Ambiental – PGA
 - Plano Ambiental para Construção – PAC
 - Subprograma de Supressão da Vegetação e Limpeza do Reservatório
 - Subprograma de Formação de Mão de Obra
 - Subprograma de Educação Ambiental dos Trabalhadores – Peat
 - Subprograma de Prevenção de Acidentes com a Fauna
 - Subprograma de Resgate e Salvamento de Germoplasma
 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD
 - Programa de Resgate da Fauna Silvestre
 - Programa de Resgate da Ictiofauna e Carcinofauna
 - Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos
 - Programa de Monitoramento Sismológico
 - Programa de Monitoramento dos Fluxos Subterrâneos
 - Programa de Monitoramento Clima-Meteorológico
 - Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico
 - Programa de Monitoramento Topobatimétrico do Reservatório
 - Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água
 - Programa de Monitoramento e Aproveitamento de Macrófitas Aquáticas
 - Programa de Reflorestamento
 - Programa de Monitoramento da Fauna
 - Programa de Monitoramento do Cágado de Hogei
 - Programa de Monitoramento do Jacaré do Papo Amarelo
 - Programa de Monitoramento de Lontras

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 954/2013

- a) elaborar, no prazo de um ano, os estudos que subsidiarão a definição, por parte das municipalidades, dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para os municípios de Cantagalo, Aperibé, Itaocara e Santo Antônio de Padua no Estado do Rio de Janeiro e Pirapetinga no Estado de Minas Gerais. O Plano deverá contemplar a sede urbana dos municípios e os seus distritos. A obrigatoriedade pela elaboração do Plano será prescindida caso determinado município já tenha seu Plano efetivado;
- b) elaborar com a participação efetiva dos municípios e dos concessionários dos serviços de saneamento básico, os projetos básico e executivo de engenharia referentes ao esgotamento sanitário (coleta, tratamento e lançamento final) das localidades São Sebastião da Cachoeira, Porto Marinho, Japona, Santa Rosa, Batatal e Barra de Santa Luzia e São Sebastião do Paraiba, São Pedro de Alcântara e Formiga. O prazo para a elaboração desses projetos é de um ano a contar a partir da definição pelas respectivas municipalidades dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);
- c) a execução dos projetos executivos de saneamento básico para realocação e realocação das estruturas diretamente afetadas nas localidades de São Sebastião da Cachoeira, Porto Marinho, Japona, Santa Rosa, Batatal e Barra de Santa Luzia, antes do enchimento do reservatório. O empreendedor fica excepuado da realização das intervenções dentro das propriedades de terceiros (ligações domiciliares); e
- d) formalizar com os municípios de Cantagalo, Aperibé, Itaocara e Santo Antônio de Padua no Estado do Rio de Janeiro e Pirapetinga no Estado de Minas Gerais, o apoio técnico com fins de auxiliar as municipalidades na obtenção de recursos financeiros para a execução de obras de saneamento básico urbano e rural.
- 2.14. Até a assinatura de Termo de Acordo com as prefeituras, o empreendedor deverá prover os meios, equipamentos e pessoal para atendimento emergencial dos trabalhadores, seus familiares e terceiros afetados pela obra em razão de sobrecarga dos serviços de saúde, disponibilizando ainda um canal de comunicação entre o serviço de saúde e o empreendedor.
- 2.15. No âmbito do Programa Reativação de Atividades Econômicas e Geração de Renda, estender o apoio técnico continuado as atividades alternativas escolhidas e implementadas até que efetivamente tenham alcançado os objetivos de geração de renda esperados, independentemente do tempo decorrido desde seu início.
- 2.16. A estrutura do questionário para a realização do "Cadastro Socioeconômico dos Pescadores e Desembarque Pesqueiro na área de influência da UHE Itaocara I" deve atender, no que couber, aos itens do Anexo II da Portaria Interministerial 340/12.
- 2.17. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, para análise e aprovação, o questionário para a realização do Cadastro Socioeconômico dos Pescadores e Desembarque Pesqueiro na área de influência da UHE Itaocara I.
- 2.18. Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:
- a) ICMBio: observar o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção na Bacia do Rio Paraíba do Sul – PAN Paraíba do Sul estabelecido por meio da Portaria ICMBio nº 131/2010;
- b) INEA: apresentar o Termo de Encerramento emitido por esse Instituto referente à desativação dos cemitérios afetados;
- c) IPHAN: atender ao disposto no Ofício nº 0414/2013/CNA/DEPAM/IPHAN observando as restrições relativas à realização de intervenções além do canteiro de obras;
- d) DNPM: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, manifestação acerca do bloqueio mineral, ainda que provisório.
- 2.19. Cumprir com as obrigações relativas à elaboração e adequação dos Planos Diretores dos municípios afetados pelo empreendimento, com base no estabelecido no art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.
- 2.20. Cumprir as obrigações relativas à Compensação Ambiental, previstas no art. 36 da Lei nº 9985/2000, a partir da deliberação do Comitê de Compensação Ambiental quanto à destinação do recurso do O Grau de Impacto - GI do empreendimento fica definido em 0,5%, e o valor da Compensação Ambiental - CA, calculado em R\$ 3.955.854,72 (três milhões novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

E-07/002/19571//2013

Folha N°: _____

Rubrica : _____

A(o)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS
At. TIAGO AFONSO SANTOS LEPORE

para análise e elaboração de parecer técnico

Observação:

ENCAMINHO O PRESENTE PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO.

Rio de Janeiro, 27/05/2014

JOSÉ WENCESLAU L. JUNQUEIRA
ASSESSOR (3902384)
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

508284

张



Itaocara, 26 de maio de 2015

Nossa correspondência: 088 / IT / 2015 - AMB

507/00219571/13

15 97 P

ID 42779049

Carta Circular

Assuntos: **Informação sobre Leilão de Concessão 2015**

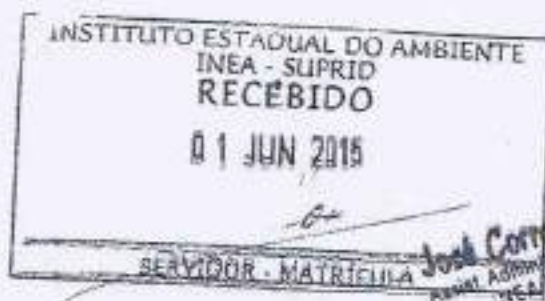
Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara**

Prezado Sr(a).

Solicito a gentileza de nos devolver uma das vias que acompanham esta carta circular, sendo cópia protocolada para nosso arquivo.

Atenciosamente,

Mário Sérgio Trento
Engenheiro Agrônomo – CREA 68.392-D
Gerência Socioambiental



SERVIDOR - MATRÍCULA

Jose Carlos Teixeira
FONELE ADMINISTR. - Mat. 2711831
INEA SUPRID



Itaocara, 08 de maio de 2015

Nossa correspondência: 069 / IT / 2015 - AMB

507/0021957/13
Fls. 98 @

ID 45775646

Ao
Instituto estadual do Ambiente – INEA
Superintendência Regional de Dois Rios
Av. Conselheiro Julius Arp, 85 – Centro, Nova Friburgo, RJ / CEP: 28623-000
(22) 2543-5261 / (22) 2543-6252 / (22) 2543-6017 / (22) 2543-6073

Ilmo. Sr. José Wenceslau Junqueira

Assuntos: **Informação sobre Leilão de Concessão 2015**

Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara**

Prezado Sr.

É com grande satisfação que o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig Geração e Transmissão e Itaocara Energia (Grupo Light), informa que venceu o leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), realizado no dia 30 de abril, e retomará a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica Itaocara I.

A Usina terá capacidade de gerar 150 Megawatts e será construída no rio Paraíba do Sul e abrangerá os municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara e Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, e Pirapetinga, em Minas Gerais.

A construção da usina deve gerar aproximadamente 1.200 empregos diretos e 2.200 indiretos no pico da obra e, conseqüentemente, irá movimentar a economia da região. O início das obras está previsto para o início de 2016 e estima-se que a usina entrará em operação no 2º sem. de 2018.

O Consórcio UHE Itaocara já possui as Licenças Prévia e de Instalação, emitidas pelo IBAMA.

O Consórcio ainda está envolvido com atividades relativas ao Leilão e nos próximos meses irá reestruturar seus canais de comunicação para sanar dúvidas e informar sobre as ações que devem ser realizadas antes do início efetivo da obra como, por exemplo, envio de currículos, capacitação da mão de obra local, negociação de propriedades, parcerias com as prefeituras, entre outras.

Informamos que nosso escritório permanece à Rua Marechal Floriano Peixoto 152, Bairro Jardim da Aldeia, Itaocara/RJ, com telefone 22-3861.2800 e 0800-282-2974 e estaremos mobilizando nossa equipe de gestão ambiental no período de junho a dezembro de 2015.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente.

Luiz Carlos Amarillo
Diretor
Consórcio UHE Itaocara



José Correia Teixeira
Assist. Administr. - Matr. 270831
INEA / SUPRID



Itaipava, 13 de agosto de 2015

Nossa correspondência: 142 / IT / 2015 - AMB

EA/00219571/13

As 998

Ao

Instituto Estadual do Ambiente – INEA
Superintendência Regional de Dois Rios

Av. Conselheiro Julius Arp, 85 – Centro, Nova Friburgo, RJ / CEP: 28623-000
(22) 2543-5261 / (22) 2543-6252 / (22) 2543-6017 / (22) 2543-6073

ID 42778049

Ilmo. Sr. José Wenceslau Junqueira

Assunto: **Informações sobre andamento processo LAR- Licença Ambiental de Recuperação - E-07/002.19571/2013**

Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaipava**

Prezado Sr.

Tendo em vista a retomada da concessão para a construção e operação da Usina Hidrelétrica Itaipava I, conforme despacho Nº 2.388 de 23 de julho de 2015 – ANEEL (anexo) estamos mobilizados para atender às solicitações que se façam necessárias para o pronto andamento deste processo.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessária.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Amaralho
Diretor
Consórcio UHE Itaipava



José Wenceslau L. Junqueira
Superintendente Regional - SUPRID
Matr. 390.238-4 / ID 4338792-2

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

DESPACHO Nº 2.388, DE 23 DE JULHO DE 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 3.247, de 26 de agosto de 2014, considerando o que consta do Processo nº 48500.006535/2014-93 e o disposto no item 4.2.7.2 do Edital, decide pela habilitação das seguintes proponentes vencedoras no Leilão nº 03/2015-ANEEL (A-5/2015):

| Seq. | Tipo | Empreendimento | Vendedora | | |
|------|------|----------------|--------------------------|-----------------------------|-----|
| | | | | | |
| 1 | UHE | Itaocara I | Consórcio Itaocara | Itaocara Energia Ltda. | 51% |
| | | | | CEMIG Geração e Transmissão | 49% |
| 2 | PCH | Bandeirante | Atiaia Energia S.A. | | |
| 3 | PCH | Secretário | Geomecânica S.A. | | |
| 4 | PCH | Confluência | Confluência Energia S.A. | | |
| 5 | UTE | Bolbáh | Bolt Energias S.A. | | |
| 6 | UTE | Santa Vitória | ERB MG Energias S.A. | | |

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 24.07.2015, seção 1, p. 101, v. 152, n. 140.

V

Proc. nº: E-07/002.19571/2013

RELATÓRIO DE VISTORIA

Nº. SUPRIDRVT 3397/15

| | | | |
|---|--------|--|----------|
| SETOR: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS | | DATA DE VISTORIA: 27/08/2015 | PÁG: 1/2 |
| ATIVIDADE: RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA | | ANEXOS: | |
| RAZÃO SOCIAL/NOME: CONSÓRCIO UHE ITAOCARA | | CNPJ/CPF: 10532499000245 | |
| ENDEREÇO: FAZENDA VALÃO DO SAPO, CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO, PORTO MARINHO, ITAOCARA - RJ | | | |
| COORDENADAS GEOGRÁFICAS: | | Nº FUNCIONÁRIOS: 3 | |
| CONTATO: | CARGO: | TELEFONE: | |
| ASSUNTO: LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO | | MOTIVO: VISTORIA PARA PROSSEGUIMENTO DO LICENCIAMENTO. | |
| TÉCNICO/CARGO: | | | |

DESCRIÇÃO

No dia 27 de agosto do corrente, às 10hs38min, uma equipe técnica lotada nesta superintendência realizou vistoria no cemitério Porto Marinha localizado na Fazenda Valão do Sapo, em Cantagalo, com o objetivo de dar prosseguimento ao processo administrativo número E-07/002.19571/2013 para realocação do cemitério Porto Marinho e recuperação da área.

Inicialmente registramos que o cemitério, com área aproximada de 1429m² encontra-se inserido na Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Paraíba do Sul, conforme Art. 2º da Lei 12651/12, o qual no trecho analisado possui uma largura na faixa de 200m a 600m e, com isso, uma APP de 200m. Portanto, a instalação da atividade encontra-se, atualmente, em desacordo com o determinado no § 1º, do Art. 1º, da Resolução Conama número 335/2003 e suas alterações, que determina a proibição de instalações de cemitérios em Áreas de Preservação Permanente.

Verificamos que no entorno do Cemitério existem algumas casas isoladas, e poucos comércios de pequeno porte. Com isso, o abastecimento de água desta localidade, possivelmente, é efetuada através de fonte alternativa (poço ou nascente).

No cemitério constatamos que as sepulturas instaladas situam-se em área descoberta, e o terreno encontra-se delimitado por um muro contendo, cerca de, 2 metros de altura. O portão para acesso das sepulturas encontra-se aberto, encostado com um arame, para evitar a entrada de animais.

Identificamos duas construções tumulares: Jazigos (compartimento destinado a sepultamento contido) e carneiro (a unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular). Algumas sepulturas tipo carneiro encontravam-se abertas na sua lateral.

A identificação das sepulturas com data de 1920 indicam o tempo aproximado de instalação do cemitério no local e, com isso, acredita-se que as covas são rasas e não impermeabilizadas, facilitando, assim, a contaminação do solo por produto de coliquação ou necro-chorume. Além disso, observamos que o terreno do cemitério não é regular e encontra-se num nível mais elevado que o nível da rua, favorecendo com as chuvas, o carreamento de material sólido, terra, para fora do terreno do cemitério.

De acordo com documentos anexados aos autos o cemitério possui 104 sepulturas, 41 destes sem identificação, não atendendo as metas apresentadas no estudo de realocação de cemitérios anexado aos autos que estabelece um total de 100% das sepulturas identificadas. Segundo informações do requerente o processo de sepultamento ocorre 1 vez ao ano. Contudo, não encontramos documentos

DOCUMENTOS EMITIDOS

EM

27/08/2015 10:38:00



Proc. nº: E-07/002.19571/2013

RELATÓRIO DE VISTORIA

Nº: SUPRIDRVT 3387/15

| | | |
|---|------------------------------|-----------|
| SETOR: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS | DATA DE VISTORIA: 27/08/2015 | PÁG.: 2/2 |
| ATIVIDADE: RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA | ANEXOS: | |

emitidos pela prefeitura municipal de Cantagalo confirmando este procedimento.

Verificamos, conforme documentação anexada aos autos, que a Prefeitura de Cantagalo não deu anuência para que a empresa Consórcio UHE Itaocara realize a realocação do cemitério de Porto Marinho.

No estudo apresentado pelo interessado a etapa de desinfecção dos túmulos será realizada com óxido de cálcio, contudo, ressaltamos que esta substância inorgânica é utilizada para mascarar o odor da decomposição dos corpos, e não para desinfecção, portanto o procedimento apresentado não é adequado. Além disso, não foi apresentado pelo requerente a característica geológica e hidrogeológica do local. Segundo documento anexado aos autos a região é caracterizada como contendo condições climáticas com alta pluviosidade e temperaturas elevadas, e um terreno com características permeáveis, favorecendo a percolação de produto de coligação aos longos dos anos, devendo o requerente identificar o grau de contaminação na área para remediação.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Tiago Marcos Santos Lepore
Adv. 390459-8
Quilombo
Suzano - INEA

| | |
|---------------------|---------------------------|
| DOCUMENTOS EMITIDOS | EM 27/08/2015 10:38:00 |
|---------------------|---------------------------|

| | | | |
|--------------|--------------------|------------------------------|----------------|
| ÁREA: SUPRID | NÚMERO: RVT3397/15 | DATA DA VISTORIA: 27/08/2015 | PÁGINA: 1 de 2 |
|--------------|--------------------|------------------------------|----------------|



Figura 1: Portão de Entrada do cemitério Porto Marinho em um nível mais elevado que o nível da rua.



Figura 2: Situação do entorno do Cemitério, contendo algumas casas isoladas e pequenos comércios.



Figura 3: Cemitério de Porto marinho com terreno irregular, contendo partes do terreno carreado pelas águas das chuvas.

| | |
|----------------------|----------------|
| DOCUMENTOS EMITIDOS: | EM 01/09/2015. |
|----------------------|----------------|

[Handwritten signature]

Trago Atencão para
 Mês: 2015-09
 Código: SUPRID - 1000

ÁREA: SUPRID

NÚMERO: RVT3397/15

DATA DA VISTORIA: 27/08/2015

PÁGINA: 2 de 2



Figura 4: Sepulturas tipo jazigos e carneiro.



Figura 5: Jazigos antigos e algumas construções tumulares.



Figura 6: Sepulturas tipo jazigos e carneiro.



Figura 7: Sepulturas em covas rasas, e jazigos abertos.



Figura 8: Sepulturas com covas rasas, e jazigos abertos.



Figura 9: Jazigo com data de 1925, indicando o tempo de instalação do cemitério de Porto Marinho.

DOCUMENTOS EMITIDOS:

EM 01/09/2015.

[Handwritten signature]
 11690 Alameda
 Mack - JARDIM
 Caramuru
 SUPRID - INEA

ineoGOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - IEA

pls 1058

0 92714.4

Proc. Nº.: E-07/002.19571/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº.: SUPRIDNOT/01056690

rubrica: lagoas

| | | |
|---|------------------------------------|---------------------------------|
| Empresa/Nome CONSÓRCIO UHE ITAOCARA | | CNPJ/CPF 10.532.493/0002-45 |
| UNIDADE ENCERRAMENTO DE CEMITÉRIO | CÓDIGO DA UNIDADE UN035170 | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| ATIVIDADE PRINCIPAL RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA | | CÓDIGO DA ATIVIDADE 31.30.11 |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE FAZENDA VALÃO DO SAPO CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO | | |
| MUNICÍPIO ITAOCARA | BAIRRO/LOCALIDADE PORTO MARINHO | CEP 28500-000 |
| CONTATO/REPRESENTANTE LUIZ CARLOS AMARILHO | | TELEFONE(S) 21 - 22112500 |
| CARGO | | |
| <p>Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificado de que deverá, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento desta notificação, apresentar os documentos abaixo relacionados para prosseguimento do processo E-07/002.19571/2013.</p> <p>O não cumprimento dos termos desta notificação sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 3.467 de 14/09/00, sem prejuízo das demais sanções legais.</p> | | |

| | | |
|--|---|-----------------------|
| TECNICO DO IEA TIAGO AFONSO SANTOS LEPORE | | MATRICULA 390458-8 |
| CARGO ANAL AMB/QUIMICO | DIVISÃO SUPRID | |
| DATA 18/02/15 | ASSINATURA <i>Tiago Afonso Santos Lepore</i> | |

| | |
|-------------|--|
| OBSERVAÇÕES | |
|-------------|--|

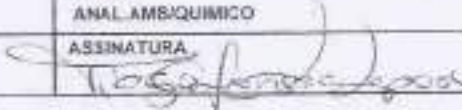
| | |
|--|-----------------------------|
| nome <i>Leonor</i> | cargo <i>metarista</i> |
| RECBO DE NOTIFICAÇÃO DATA <i>12/11/2015</i> | ASSINATURA <i>Leonor</i> |

(1 Via - Autuado / 2 Via Processo administrativo / 3 Via COGEFIS / 4 Via Orgão de origem)

Anexo

ID 42779049

- 1- Formulário do Sistema de Cadastro Industrial Simplificado Preenchido;
- 2- Formulário do Cadastro Ambiental Simplificado de Obras Preenchido;
- 3- Carta de anuência para realocação do Cemitério de Porto Marinho emitida pela Prefeitura de Cantagalo;
- 4- Declaração da Prefeitura de Cantagalo informando a média anual de sepultamentos do cemitério Porto Marinho;
- 5- Protocolo de abertura do Processo relativo ao novo Cemitério para reenumeração dos corpos mortais que deverão ser realocados;
- 6- Projeto de recuperação da área do cemitério Porto Marinho, de acordo com NBR15515-1 e NBR15515-2;
- 7- Destinação dos restos mortais dos corpos sem identificação;
- 8- Memorial descritivo e de cálculo (área envolvida, volume tratado, produtos químicos adicionados, etc) do processo de desinfecção dos túmulos, contemplando as medidas de mitigação e de controle ambiental;
- 9- Memorial descritivo das características do entorno do cemitério (vias, rios, lagos, UCs, áreas de pasto, habitações);
- 10- FISPQs dos produtos químicos adicionados;
- 11- Volume de corte e aterro, e material utilizado no processo de aterramento;
- 12- Declaração de destinação dos resíduos sólidos utilizados na exumação dos corpos (luvas, sacos plásticos, máscaras etc);
- 13- Toda documentação deverá ser entregue também em CD.

| | | |
|---|-------------------|---|
| TÉCNICO DO INEA TIAGO AFONSO SANTOS LEPORE | | CARGO ANAL. AMS/QUÍMICO |
| MATRICULA 190468-3 | DATA 1/09/2013 | ASSINATURA  |

tiagoasi



Itaocara, 21 de janeiro de 2016

Nossa correspondência: 009 / IT / 2016 - AMB

ds. 1079

02779042

Ao
Instituto Estadual do Ambiente – INEA
Superintendência Regional de Dois Rios
Av. Conselheiro Julius Arp, 85 – Centro, Nova Friburgo, RJ / CEP: 28623-000
(22) 2543-5261 / (22) 2543-6252 / (22) 2543-6017 / (22) 2543-6073

Ilmo. Sr. José Wenceslau Junqueira

Assuntos: **Solicitação de Prorrogação no Prazo – Entrega de Documentação – Processo LAR-E-07/002 – 19571/2013**

Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara**

Prezado Senhor,

Em 30 de abril último ocorreu o leilão de concessão da UHE Itaocara, sendo que o vencedor do certame foi o Consórcio UHE Itaocara.

Com o reinício dos trabalhos pela equipe ambiental, após a retomada da concessão citada no parágrafo anterior, com intuito de iniciar a construção, e posterior operação da Usina Hidrelétrica Itaocara I, estamos dando os encaminhamentos necessários para executar os condicionantes presentes no PBA – Projeto Básico Ambiental aprovado pelo IBAMA.

Um destes condicionantes é o Programa de Realocação de Cemitérios.

No ano de 2013, ainda quando o Consórcio UHE Itaocara detinha a concessão anterior, foi dada entrada no processo LAR-E-07/002 – 19571/2013.

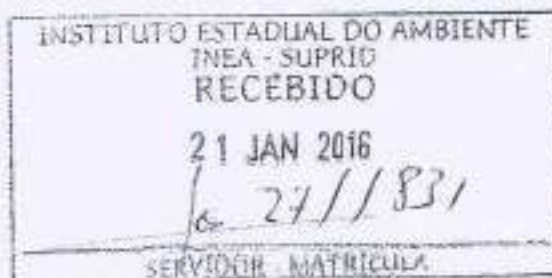
Em 12/11/2015 recebemos a notificação SUPRIDNOT/01056690 (anexo) que nos dá prazo de 90 dias para apresentação de uma série de documentos necessários para o devido andamento do processo.

Como existe a necessidade de contratação de empresa especializada para que consigamos atender às solicitações relacionadas ao prosseguimento de análise do processo LAR-E-07/002 – 19571/2013 citadas na SUPRIDNOT/01056690 vimos solicitar prorrogação de prazo, de 90(noventa) dias para o pronto atendimento às solicitações requeridas, visando o pleno cumprimento das várias etapas do Programa de Realocação de Cemitérios.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessária.

Atenciosamente.

Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara



ineaGOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - IEA

F15-108@

Proc. Nº.: E-07/002.19571/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº.: SUPRIDNOT/01056690

D. 127/13

Publica: tagoasf

| | | |
|---|------------------------------------|---------------------------------|
| Empresa/Nome CONSORCIO LIME ITAOCARA | | CNPJ/CPF 10.532.493/0002-45 |
| UNIDADE ENCERRAMENTO DE CEMITÉRIO | CODIGO DA UNIDADE UN035170 | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| ATIVIDADE PRINCIPAL RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA | | CODIGO DA ATIVIDADE 31.30.11 |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE FAZENDA VALÃO DO SAPO CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO | | |
| MUNICIPIO ITAOCARA | BAIRRO/LOCALIDADE PORTO MARINHO | CEP 28500-000 |
| CONTATO/REPRESENTANTE LUIZ CARLOS AMARILHO | | TELEFONE(S) 21-22112800 |
| CARGO | | |

Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificado de que deverá, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento desta notificação, apresentar os documentos abaixo relacionados para prosseguimento do processo E-07/002.19571/2013.

O não cumprimento dos termos desta notificação sujeita o infrator as penalidades previstas na Lei nº 3.467 de 14/08/00, sem prejuízo das demais sanções legais.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
EMENDA CARMIM

Processo nº: E-07/002.19571/2013

Data: 29/12/13

Data de retificação: 09/07/16

Responsável:

| | | |
|---|-----------------------------------|-----------------------|
| TECNICO DO INEA TIAGO AFONSO SANTOS LEPORE | | MATRÍCULA 390458-8 |
| CARGO ANAL. ENV. QUÍMICO | DIVISÃO SUPRID | |
| DATA 10/5/2015 | ASSINATURA <i>[Assinatura]</i> | |
| OBSERVAÇÕES | | |
| NOME | | CARGO |
| REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO DATA 21/11/2015 | ASSINATURA | |

(1 Via - Autuada - 2 Via Processo Administrativo / 3 Via COGEPIS - 4 Via Origem de origem)

inea



SECRETARIA DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - INEA
INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Proc. Nº.: E-07/002.19571/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº.: SUPRIDNOT/01056690

rúbrica: tiagoasil

fls. 109 P

Anexo

ID 42779049

- 1- Formulário do Sistema de Cadastro Industrial Simplificado Preenchido;
- 2- Formulário do Cadastro Ambiental Simplificado de Obras Preenchido;
- 3- Carta de anuência para realocação do Cemitério de Porto Marinho emitida pela Prefeitura de Cantagalo;
- 4- Declaração da Prefeitura de Cantagalo informando a média anual de sepultamentos do cemitério Porto Marinho;
- 5- Protocolo de abertura do Processo relativo ao novo Cemitério para reenumeração dos corpos mortais que deverão ser realocados;
- 6- Projeto de recuperação da área do cemitério Porto Marinho, de acordo com NBR15515-1 e NBR15515-2;
- 7- Destinação dos restos mortais dos corpos sem identificação;
- 8- Memorial descritivo e de cálculo (área envolvida, volume tratado, produtos químicos adicionados, etc) do processo de desinfecção dos túmulos, contemplando as medidas de mitigação e de controle ambiental;
- 9- Memorial descritivo das características do entorno do cemitério (vias, rios, lagoas, UCs, áreas de pasto, habitações);
- 10- FISPQs dos produtos químicos adicionados;
- 11- Volume de corte e aterro, e material utilizado no processo de aterramento;
- 12- Declaração de destinação dos resíduos sólidos utilizados na exumação dos corpos (luvas, sacos plásticos, máscaras etc);
- 13- Toda documentação deverá ser entregue também em CD.

| | | |
|--|-------------------|----------------------------|
| TÉCNICO DO INEA TIAGO APODISO SANTOS LEPORE | | CARGO ANAL. AMBIQUIMICO |
| MATRICULA 390456-9 | DATA 1-09-2015 | ASSINATURA |

tiagoasil

Av. Conselheiro Julius Arp, nº 85 - Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP 28623-000

| |
|---|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL EMENDA CARMIM Processo nº: E-07/002.19571/2013 Data: 19/12/13 fls: _____ Data de retificação: 04/07/16 Responsável: _____ |
|---|

inea



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

RS. 1100
127756-03

Proc. Nº. :E-07/002.19571/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº.:SUPRIDNOT/01063283

rubrica: tiagoasil

| | | |
|---|------------------------------------|---------------------------------|
| Empresa/Nome CONSÓRCIO UHE ITAOCARA | | CNPJ/CPF 10.532.493/0002-45 |
| UNIDADE ENCERRAMENTO DE CEMITÉRIO | CÓDIGO DA UNIDADE UN035170 | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| ATIVIDADE PRINCIPAL RECLIPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA. | | CÓDIGO DA ATIVIDADE 31.30.11 |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE FAZENDA VALÃO DO SAPO CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO | | |
| MUNICÍPIO ITAOCARA | BAIRRO/LOCALIDADE PORTO MARINHO | CEP 28500-000 |
| CONTATO/REPRESENTANTE LUIZ CARLOS AMARILHO | | TELEFONE(S) 21 - 22112600 |
| CARGO | | |
| <p>Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificado de que foi concedida prorrogação de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de recebimento desta notificação, para cumprimento das exigências formuladas na Notificação nº SUPRIDNOT/01056890, emitida em 01 de setembro de 2015, com aviso de recebimento 12 de setembro de 2015.</p> <p>O não cumprimento dos termos desta notificação sujeita o infrator as penalidades previstas na Lei número 3.467 de 14/09/00, sem prejuízo das demais sanções legais.</p> | | |
| <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto;"><p>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL EMENDA CARMIM Processo nº: E-07/002-19571/2013 Data: 19/12/13 fls: Data de retificação: 01/03/16 Responsável: _____</p></div> | | |

| | | |
|---|---|-----------------------|
| TECNICO DO INEA TIAGO AFONSO SANTOS LEPORE | | MATRÍCULA 390458-8 |
| CARGO ANALAMBQUIMICO | DIVISÃO SUPRID | |
| DATA 19/02/2016 | ASSINATURA <i>Tiago Afonso Santos Lepore</i> | |
| OBSERVAÇÕES | | |
| NCME <i>Renato Vilas</i> | CARGO <i>Coordenador eicos</i> | |
| RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA <i>17/05/16</i> | ASSINATURA <i>Renato Vilas</i> | |

(1 Via - Anexo / 2 Via Processos administrativo / 3 Via COGERIS / 4 Via Degrão de origem)

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.19571/2013
Data: 17/12/13 Fls. 111
Rubrica: 4 ID 42779049



Itaocara, 10 de maio de 2016

Nossa correspondência: 069 / IT / 2016 - AMB

Ao
Instituto Estadual do Ambiente – INEA
Superintendência Regional de Dois Rios
Av. Conselheiro Julius Arp, 85 – Centro, Nova Friburgo, RJ / CEP: 28623-000
(22) 2543-5261 / (22) 2543-6252 / (22) 2543-6017 / (22) 2543-6073

Ilmo. Sr. José Wenceslau Junqueira

Assuntos: **Solicitação de Prorrogação no Prazo – Entrega de Documentação – Processo LAR-E-07/002 – 19571/2013**

Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara**


Prezado Senhor,

Atendendo a sua notificação SUPRIDNOT/01056690 (anexo) que nos dá prazo de 90 dias para apresentação de uma série de documentos necessários para o devido andamento do processo, protocolamos em 21/01/2016 nossa correspondência 009/IT/2016-AMB (anexo) solicitando um prazo de 90 dias para o pronto atendimento às solicitações requeridas, visando o pleno cumprimento das várias etapas do Programa de Realocação de Cemitérios.

Em 08/12/2015 iniciamos nossa tomada de preços para contratação de empresa especializada para executar todo o Programa de Realocação de Cemitérios. Como não conseguimos fechar até o presente momento nosso processo de contratação, vimos solicitar a prorrogação de prazo, de 90 (noventa) dias para que consigamos atender às solicitações relacionadas ao prosseguimento de análise do processo LAR-E-07/002 – 19571/2013 citadas na SUPRIDNOT/01056690.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessária.

Atenciosamente.


Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
INEA - SUPRID
RECEBIDO
12 MAI 2016
27/11831
SERVIDOR - MATRÍCULA

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002-19571/2013
Data: 19/12/13 Fls. 112
Rubrica: P 10 42779048

Itaocara, 21 de janeiro de 2016

Nossa correspondência: 009 / IT / 2016 - AMB

Ào
Instituto Estadual do Ambiente – INEA
Superintendência Regional de Dois Rios
Av. Conselheiro Julius Arp. 85 – Centro, Nova Friburgo, RJ / CEP: 28623-000
(22) 2543-5261 / (22) 2543-6252 / (22) 2543-6017 / (22) 2543-6073

Ilmo. Sr. José Wenceslau Junqueira

Assuntos: Solicitação de Prorrogação no Prazo – Entrega de Documentação – Processo LAR-E-07/002 – 19571/2013

Referências: Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara

Prezado Senhor,

Em 30 de abril último ocorreu o leilão de concessão da UHE Itaocara, sendo que o vencedor do certame foi o Consórcio UHE Itaocara.

Com o reinício dos trabalhos pela equipe ambiental, após a retomada da concessão citada no parágrafo anterior, com intuito de iniciar a construção, e posterior operação da Usina Hidrelétrica Itaocara I, estamos dando os encaminhamentos necessários para executar os condicionantes presentes no PBA – Projeto Básico Ambiental aprovado pelo IBAMA.

Um destes condicionantes é o Programa de Realocação de Cemitérios.

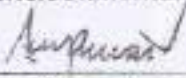
No ano de 2013, ainda quando o Consórcio UHE Itaocara detinha a concessão anterior, foi dada entrada no processo LAR-E-07/002 – 19571/2013.

Em 12/11/2015 recebemos a notificação SUPRIDNOT/01056690 (anexo) que nos dá prazo de 90 dias para apresentação de uma série de documentos necessários para o devido andamento do processo.

Como existe a necessidade de contratação de empresa especializada para que consigamos atender às solicitações relacionadas ao prosseguimento de análise do processo LAR-E-07/002 – 19571/2013 citadas na SUPRIDNOT/01056690 vimos solicitar prorrogação de prazo, de 90 (noventa) dias para o pronto atendimento às solicitações requeridas, visando o pleno cumprimento das várias etapas do Programa de Realocação de Cemitérios.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
INEA - SUPRID
RECEBIDO
21 JAN 2016
27/1/13
SERVIÇO DE MATRÍCULA

inea

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SED
NORMAS DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR - NSC

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07602.19971/2013
Data: 19/12/13 - Fís. 113
Rubrica: E 10.42770049

Proc. Nº. E-07/002.19571/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº SUPRIDOT/01056690

RUBRICA 192049

| | | |
|--|------------------------------------|---------------------------------|
| Empresa/Nome CONSORCIO URB ITACARA | | CNPJ/CPF 19.232.499/0002-45 |
| UNIDADE ENCERRAMENTO DE CEMITÉRIO | CODIGO DA UNIDADE U1935170 | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| ATIVIDADE PRINCIPAL REGULAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA | | CODIGO DA ATIVIDADE 31.20.11 |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE FAZENDA VILAÇÃO DO SAPO CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO | | |
| MUNICÍPIO ITACARA | BAIRRO/LOCALIDADE PORTO MARINHO | CEP 26600-000 |
| CONTATO REPRESENTANTE LUIZ CARLOS BARRALHO | | TELEFONE 31-32712010 |
| CARGO | | |
| <p>Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro fica V.Sa notificada de que deverá, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento desta notificação, apresentar os documentos abaixo relacionados para prosseguimento do processo E-07/002.19571/2013.</p> <p>O não cumprimento dos termos desta notificação sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 3.467 de 14/09/00 sem prejuízo das demais sanções legais.</p> | | |
| TÉCNICO DO INEA TIAGO AFONSO SANTOS LEPRE | | MATRÍCULA 39045E-E |
| CARGO ANALISTA JUNIOR DE | DIVISÃO SUPRID | |
| DATA 19/12/2013 | ASSINATURA <i>[Assinatura]</i> | |
| OBSERVAÇÕES | | |
| NOME | | CARGO |
| RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA 19/12/13 | ASSINATURA | |

1 - Via - Autarquia - 2 - Via - Processo administrativo - 3 - Via - COGERB - 4 - Via - Orgão de origem

inea



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
RUA DO SERTÃO, 150 - LARANJEIROS - RJ

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-07/CG-2.17571/2013

Data: 19/12/13 Fls. 114

Rubrica: [assinatura]

Proc. Nº: E-07/002.19571/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº SUPRIDNOT/01056690

Rubrica legada

Anexo

- 1- Formulário do Sistema de Cadastro Industrial Simplificado Preenchido;
- 2- Formulário do Cadastro Ambiental Simplificado de Obras Preenchido;
- 3- Carta de situação para renovação do Cemitério do Porto Marinho emitida pela Prefeitura de Cantagalo;
- 4- Declaração da Prefeitura de Cantagalo informando a média anual de sepulcros no cemitério Porto Marinho;
- 5- Protocolo de abertura do Processo relativo ao novo Cemitério para renovação dos corpos mortais que deverão ser reexumados;
- 6- Projeto de recuperação de área do cemitério Porto Marinho, de acordo com NBR15515-1 e NBR15515-2;
- 7- Destinação dos restos mortais dos corpos sem identificação;
- 8- Memorial descritivo e de cálculo para análise de volume de resíduos sólidos, produtos químicos adicionados, etc. do processo de desinfecção dos túmulos, contemplando as medidas de mitigação e de controle ambiental;
- 9- Memorial descritivo das características do entorno do cemitério (vias, ruas, lagoas, etc., áreas de preservação);
- 10- FISPQs dos produtos químicos adicionados;
- 11- Volume de contêineres e material utilizado no processo de aterramento;
- 12- Descrição da destinação dos resíduos sólidos utilizados na exumação dos corpos (luas, sacos plásticos, misturas, etc.);
- 13- Toda documentação deverá ser entregue também em CD.

| | | |
|----------------------------|----------|-----------------|
| TÉCNICO DO INEA | | CARGO |
| TIAGO ARONSO SANTOS LEFÔRE | | ANALAMB/QUIMICO |
| MATRÍCULA | DATA | ASSINATURA |
| 2304564 | 19/12/13 | [assinatura] |

legada

Av. Conselheiro Julius Ripp, nº 85 - Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP 28623-000

Itaocara, 22 de junho de 2016

Nossa correspondência: 085 / IT / 2016 - AMB

509/0021957/13
fls. 111

Ao

Instituto Estadual do Ambiente – INEA
Superintendência Regional de Dois Rios

Av. Conselheiro Julius Arp, 85 – Centro, Nova Friburgo, RJ / CEP: 28623-000
(22) 2543-5261 / (22) 2543-6252 / (22) 2543-6017 / (22) 2543-6073

0427196

Ilmo. Sr. José Wenceslau Junqueira

Assuntos: **Solicitação de Arquivamento Temporário – Processo LAR-E-07/002 – 1957/2013**

Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara**

Prezado Senhor,

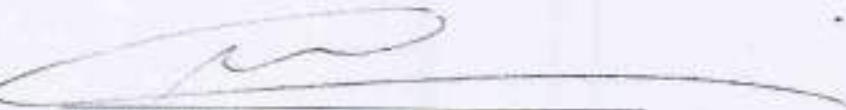
Através desta solicitamos o arquivamento temporário do processo LAR-E-07/002 – 1957/2013 por 01 ano.

Esclarecemos que esta decisão foi tomada após reunião com o Sr. Tiago Afonso Santos, conforme memória de reunião anexa.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessária.

Atenciosamente.

| | |
|--|----------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL | |
| EMENDA CARMIM | |
| Processo nº: E-07/002/1957/2013 | |
| Data: 17/12/13 | fls. 115 |
| Data de reativação: 02/01/16 | |
| Responsável:  | 0427196 |


Mário Trento
Gerente Ambiental
Consórcio UHE Itaocara

| | |
|--|--|
| INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE | |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS | |
| RECEBIDO | |
| 22 JUN 2016 | |
|  | |
| SERVIDOR: MATRÍCULA | |
| José Correia Teixeira / Matr. 271831 | |
| INEA/TS | |

E-07/002.19571/13

2016 – INEA/NOVA FRIBURGO

R.C. 112 E

| Data: 17/05/2016 | Início: 10:30 h | Termino: 11:40 h ^{ID 42779049} |
|---|------------------------|---|
| Local: INEA – Nova Friburgo /RJ. | | |
| Objetivo: Esclarecimentos sobre as notificações recebidas no processo E-07/002.19571/2013 referente a licença ambiental de recuperação -LAR do Cemitério de Porto Marinho em Cantagalo-RJ | | |
| Participantes | Instituição | E-mail |
| Tiago Afonso Santos Lepore | INEA/Friburgo | tiagolpr@hotmail.com |
| Perboir Vieira | Consórcio UHE Itaocara | perboir@uheitaocara.com.br |
| Adalto Rodrigues Gomes | Consórcio UHE Itaocara | Adalto@uheitaocara.com.br |

SÍNTESE

Reunião realizada entre representantes do Consórcio UHE Itaocara e Instituto Estadual do Ambiente – INEA/Nova Friburgo, com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre a notificação SUPRIDNOT/01056690 do processo E-07/002.19571/2013 referente a licença ambiental de recuperação -LAR do Cemitério de Porto Marinho em Cantagalo-RJ.

Temas relevantes abordados:

Em 12/11/2015 o Consórcio UHE Itaocara recebeu a notificação SUPRIDNOT/01056690 emitida pelo INEA-Friburgo concedendo um prazo de 90 dias para entrega da documentação constante no anexo da referida notificação.

Em 21 de janeiro de 2016 foi encaminhada a correspondência 009/IT/2016-AMB em resposta a SUPRIDNOT/01056690 e solicitando uma prorrogação de mais 90 dias devido a não conclusão do processo de contratação de empresa para realização do programa de realocação de cemitérios.

Em 12 de Maio de 2016 foi protocolada a correspondência 069/IT/2016-AMB solicitando novamente a prorrogação por mais 90 dias em função da não conclusão do processo de contratação de empresa para realizar os trabalhos referente as atividades do programa de realocação de cemitérios.

Após ser protocolada a correspondência 069/IT/2016-AMB o analista do INEA- Friburgo Tiago Afonso entrou em contato via telefone informando que havia emitido a notificação SUPRIDNOT/01063283 e que até o momento não tinha recebido a confirmação de recebimento por parte do Consórcio UHE Itaocara e solicitou a presença de um representante para assinatura e recebimento da notificação.

Em 17 de maio de 2016 foi realizada a reunião entre o CIT e INEA para definir o andamento do processo.

Como não temos uma data definida para o início das atividades dos programas ambientais foi acordado entre as partes que seria encaminhada uma correspondência solicitando o arquivamento do processo por um prazo de 01 ano ou até que tenha condições de atendimento dos itens constantes da SUPRIDNOT/01056690.

Encaminhamentos:

| Descrição da ação | Responsável | Data limite |
|--|-------------|---------------------|
| Elaborar e encaminhar correspondência solicitando o arquivamento temporário do processo por até 01 ano | Perboir | 20 de julho de 2016 |

| | |
|---|-------------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL EMENDA CARMIM | |
| Processo nº: E-07/002.19571/2013 | |
| Data: 19/12/13 fls: 116 | |
| Data de ratificação: | |
| Responsável: | ID 42779049 |

Formação de Mão de Obra

- Oferta de 900 vagas em nove cursos de capacitação profissional iniciado em outubro de 2015, este programa objetiva qualificar, por meio da parceria com o SENAI Rio - Unidade de Santo Antônio de Pádua, profissionais dos cinco municípios de influência da UHE Itaocara.



Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial

- Objetiva identificar e resgatar vestígios de civilizações passadas que habitaram a região. Todo material encontrado está sendo analisado e catalogado e os resultados serão divulgados por meio de atividades educativas e culturais.

Gestão Institucional

- Institui canais de diálogo permanente entre o poder público, a sociedade civil e a gestão do empreendimento. A partir de Grupos de Trabalho Municipais e Intermunicipal, já iniciados, além do apoio técnico e financeiro para execução dos projetos elaborados nos Planos de Ação Municipal, prevê o acompanhamento dos impactos decorrentes do processo de instalação da usina na região.



Monitoramento e Controle de Endemias

- Objetiva contribuir para a promoção da saúde da população, de forma a prevenir, minimizar ou neutralizar os possíveis impactos causados pela construção do empreendimento. O monitoramento e controle ocorrerão em parceria com o SUS.

Prospecção de Cavernas

- Visa promover o conhecimento sobre o patrimônio espeleológico (cavernas) da região onde podem ser encontrados registros de vida e importantes processos geológicos contínuos no desenvolvimento das formas terrestres.

As equipes da UHE Itaocara continuam à disposição da população, na sede do empreendimento ou pelos telefones, site e e-mails.

Dúvidas e Sugestões:
 0800 282 2974 - www.uheitaocara.spa.br



Formação de Mão de Obra

- Oferta de 900 vagas em nove cursos de capacitação profissional. Iniciado em outubro de 2015, este programa objetiva qualificar, por meio da parceria com o SENAI Rio – Unidade de Santo Antônio de Pádua, profissionais dos cinco municípios de influência da UHE Itacara.



Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial

- Objetiva identificar e resgatar vestígios de civilizações passadas que habitaram a região. Todo material encontrado está sendo analisado e catalogado e os resultados serão divulgados por meio de atividades educativas e culturais.

Gestão Institucional

- Institui canais de diálogo permanente entre o poder público, a sociedade civil e a gestão do empreendimento. A partir de Grupos de Trabalho Municipais e Intermunicipal, já iniciados, além do apoio técnico e financeiro para execução dos projetos elaborados nos Planos de Ação Municipal, prevê o acompanhamento dos impactos decorrentes do processo de instalação da usina na região.



Monitoramento e Controle de Endemias

- Visa contribuir para a promoção da saúde da população, de forma a prevenir, minimizar ou neutralizar os possíveis impactos causados pela construção do empreendimento. O monitoramento e controle ocorrerão em parceria com o SUS.

Prospecção de Cavernas

- Visa promover o conhecimento sobre o patrimônio espeleológico (cavernas) da região onde podem ser encontrados registros de vida e importantes processos geológicos contínuos no desenvolvimento das formas terrestres.

As equipes da UHE Itacara continuam à disposição da população, na sede do empreendimento ou pelos telefones, site e e-mails.

Esta é uma publicação da Usina Hidrelétrica de Itacara elaborada pelo Programa de Comunicação Social



E-07/002/19571//2013

Folha N°:

115

Rubrica :

ID 42779049

A(o)

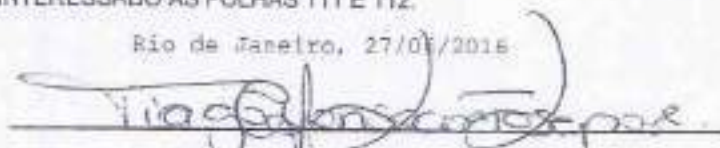
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS
At. FRANCISCO ADRIANO ESTEBANEZ GOMES

EM PROSSEGUIMENTO

Observação:

ENCAMINHO O P.A. PARA CONSIDERAÇÕES E PROSSEGUIMENTO CONFORME SOLICITAÇÃO
REALIZADA PELO INTERESSADO ÀS FOLHAS 111 E 112.

Rio de Janeiro, 27/01/2016



TIAGO AFONSO SANTOS LEPORE
ANAL.AMB/QUIMICO[390458-8]
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

| |
|--|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL |
| EMENDA CARMIM |
| Processo nº: E-07/002/19571/2013 |
| Data: 19/12/15 fls: 119 |
| Data de retificação: |
| Responsável:  ID 42779049 |

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-07/002.19571/13
DATA: 19/12/13 FL. 116
RUBRICA: [assinatura] ID: 2869512-7

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
EMENDA CARMIM
Processo nº: E-07/002-19571/2013
Data: 19/12/13 fls: 120
Data de retificação: 04/07/16
Responsável: [assinatura] ID: 320702-2

Sr. Superintendente,

Em prosseguimento, conforme despacho do Analista Tiago Afonso de 27/06/16 (fls. 115).

Em, 29/06/16

[assinatura]
Francisco Adriano Estebanez Gomes
Chefe de Serviço - INEA/SUPRID
Matr. 360.644-9 - ID: 2869512-7

66 17 15 ✓



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº E-07/002.19571/2013

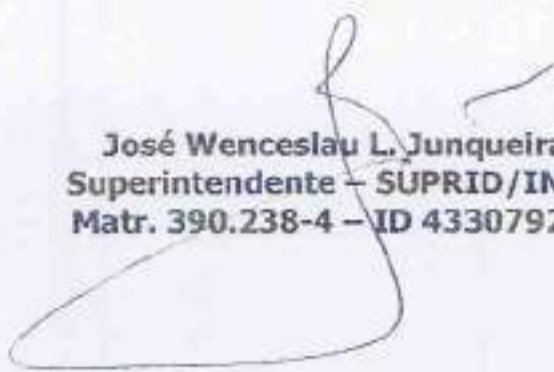
Data: 03/10/2012 fls. **121**

Rubrica: jwj ID 4330792-2

Ao servidor Adriano:

TENDO EM VISTA A CI CIRCULAR Nº 03/16 DA PRESIDÊNCIA, QUE ENCAMINHO EM ANEXO, SOLICITO DEVOLVER AO ANALISTA TIAGO LEPORE PARA FAZER OS PROCEDIMENTOS NELA CONTIDOS.

Nova Friburgo, 15 de julho de 2016


José Wenceslau L. Junqueira
Superintendente - SUPRID/INEA
Matr. 390.238-4 - ID 4330792-2



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente - INEA

DILAM

| | |
|--------------------------|------------------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL | |
| PROCESSO Nº | 607/00219571/13 |
| DATA | 19/12/13 PLS 122 |
| TECNICA | ID 4330792-2 |

CI CIRCULAR nº. 03 /16

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2016.

De: Presidência

Para: Diretorias e Superintendências.

Assunto: Procedimentos de arquivamento de processos com emissão de documentos SLAM.

Prezados,

Em função da necessidade de consolidarmos os dados no sistema Inea, informamos que a partir desta data, qualquer processo de licenciamento - vale dizer, aquele que no sistema eletrônico possui vinculação com a emissão de um documento SLAM - que seja encaminhado ao SEAPRO para arquivamento, deve ter no sistema, o status do requerimento em tela, ou seja, deferido, indeferido ou cancelado.

Tal medida se justifica como uma das necessárias para o controle do "passivo" do Instituto, visto que as análises dos relatórios dos sistemas nos indicam um número significativo de processos sem definição, apesar de não haver mais providência a ser tomada. Isso acontece em muitas vezes apenas por conta da falta dessa diligência, razão pela qual rogamos atenção nesse detalhe.

Orienta-se ainda que os arquivamentos sejam realizados somente pelas diretorias e superintendências e que não será mais permitido o arquivamento no SEAPRO de processos em caráter provisório. Tais orientações já foram repassadas ao Serviço de Protocolo e já estão sendo cumpridas pelas Superintendências e pela Diretoria de Licenciamento, com bons resultados.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

inea Instituto Estadual do Ambiente

Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
Avenida Venezuela, 110 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ-CEP: 20.081-312
Telefone 2332-4604 / www.inea.rj.gov.br

CADASTRADO

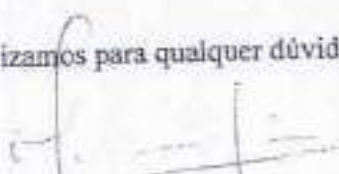
Nº 526811




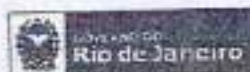
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente - INEA

As medidas dão continuidade ao processo de simplificação e aprimoramento dos procedimentos administrativos para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto.

No mais, nos disponibilizamos para qualquer dúvida ou esclarecimento.


Marcus de Almeida Lima
Presidente do INEA
Id.: 4464539-2

inea instituto estadual
do ambiente
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Recebido em: 12/07/16 às 07:00
Ass./Mat.: 
Técnica em Secretariado
Matrícula: 27/00975-2
ID: 2150136-0



SECRETARIA DE
ESTADO DO AMBIENTE

inea instituto estadual
do ambiente

Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
Avenida Venezuela, 110 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ-CEP: 20.081-312
Telefones 2332-4604 / www.inea.rj.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº E-07, 002.19577, 13

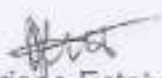
DATA: 19 / 12 / 13 FL. 123

RUBRICA:  ID: 2869512-7

Ao Analista Tiago Afonso,

Em prosseguimento, tendo em vista a CI CIRCULAR Nº. 03/16 de 07/07/16 (fls. 122 e 122v.).

Em, 15/07/16


Francisco Adriano Estebanez Gomes
Chefe de Serviço - INEA/SUPRID
Matr. 360.644-9 - ID: 2869512-7

664557

inea



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Fls 124
ID 42778049

Proc. N°. :E-07/002.19571/2013

NOTIFICAÇÃO

N°. :SUPRIDNOT/01072238

rubrica: fiaoasi

| | | |
|--|---|---------------------------------|
| Empresa/Nome CONSÓRCIO UHE ITAOCARA | | CNPJ/CPF 10.532.493/0002-45 |
| UNIDADE ENCERRAMENTO DE CEMITÉRIO | CÓDIGO DA UNIDADE UN035170 | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| ATIVIDADE PRINCIPAL RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA | | CÓDIGO DA ATIVIDADE 31.30.11 |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE FAZENDA VALÃO DO SAPO CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO | | |
| MUNICÍPIO ITAOCARA | BAIRRO/LOCALIDADE PORTO MARINHO | CEP 28500-000 |
| CONTATO/REPRESENTANTE LUIZ CARLOS AMARILHO | | TELEFONE(S) 21 - 22112800 |
| CARGO | | |
| <p>Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa notificado de que a solicitação de arquivamento temporário do processo E-07/002.19571/13 pelo período de 01 (ano) não consta como procedimento básico do instituto para documentos do SLAM, devendo, portanto, encaminhar ao INEA, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta notificação, correspondência formalizando o interesse em dar continuidade ao processo nº E-07/002.19571/13 através do atendimento da notificação número SUPRIDNOT/01056690.</p> <p>O não cumprimento dos termos desta notificação sujeitará o processo, em análise, às aplicações dos procedimentos administrativos conforme parágrafo 2º do Artigo 3º da Resolução INEA 129/2015, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Estadual nº 3.457/2000.</p> | | |
| TECNICO DO INEA TIAGÓ AFONSO SANTOS LEPORE | | MATRÍCULA 390458-8 |
| CARGO ANAL. AMBI/QUÍMICO | DIVISÃO SUPRID | |
| DATA 23/09/2016 | ASSINATURA <i>Tiago Afonso Santos Lepore</i> | |
| OBSERVAÇÕES | | |
| NOME | | CARGO |
| RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA | ASSINATURA | |

(1 Via - Autuado / 2 Via - Processo administrativo / 3 Via - COGERIS / 4 Via - Orgão de origem)

6071002.19571/13

Rs 125

42779049

Itaocara, 13 de outubro de 2016

Nossa correspondência: 172 / IT / 2016 - AMB

Ao

Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Superintendência Regional de Dois Rios

Av. Conselheiro Julius Arp, 85 - Centro, Nova Friburgo, RJ / CEP: 28623-000
(22) 2543-5261 / (22) 2543-6252 / (22) 2543-6017 / (22) 2543-6073

Ilmo. Sr. José Wenceslau Junqueira

ATT.: Sr. Tiago Afonso Santos Lepore

Referências: Licenciamento Ambiental - UHE Itaocara - LAR-E-07/002 - 19571/2013

Assunto: SUPRIDNOT/01072238 de 23/09/2016

Prezado Senhor,

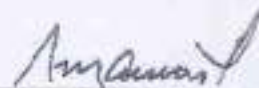
Em atendimento a notificação SUPRIDNOT/01072238 de 23/09/2016, vimos esclarecer que devido a indefinição do prazo de início das atividades de implantação da UHE Itaocara, não temos data definida para a implantação do Programa de Realocação de Cemitério.

Sendo assim, não será possível dar continuidade ao processo no momento, tendo em vista a nova legislação ambiental do Estado do Rio de Janeiro.

Tão logo tenhamos a definição para a implantação do empreendimento, reabriremos o processo.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessária.

Atenciosamente.



Luiz Carlos Amaralho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara



INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

SUPERINTENDÊNCIA RIO DOIS RIOS

**PARECER TÉCNICO DE INDEFERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO
(LAR) Nº SUPRID204/2016 fl. 1/3**

REQUERENTE: CONSÓRCIO UHE ITAOCARA.

ENDEREÇO: FAZENDA VALÃO DO SAPO – CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO.

BAIRRO: PORTO MARINHO.

MUNICÍPIO: CANTAGALO.

COORDENADAS: 23k783880 7596354 (WGS 84)

CÓDIGO DA ATIVIDADE: 31.30.11 – Recuperação de Área Degradada.

CLASSE: 2-A

IMPACTO AMBIENTAL: BAIXO.

| | | |
|------------|--|----------|
| 1.0 | OBJETO DO PARECER TÉCNICO | 2 |
| 2.0 | CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO E SEU ENTORNO | 2 |
| 3.0 | CONCLUSÃO | 2 |
| 4.0 | CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA | 3 |
| 5.0 | PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA | 3 |

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
SUPERINTENDÊNCIA RIO DOIS RIOS - SUPRID
PARECER TÉCNICO DE INDEFERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO
(LAR) DE Nº 204/2016 fl. 2/3
REQUERENTE: CONSÓRCIO UHE ITAOCARA.

1.0 OBJETO DO PARECER TÉCNICO

Trata-se de solicitação de Licença Ambiental de Recuperação para realocação de cemitério, no caso cemitério situado no distrito de Porto Marinho, Cantagalo.

2.0 CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO E SEU ENTORNO

De acordo com informações apresentadas pelo interessado a UHE Itaocara I, empreendimento para geração de energia hidrelétrica a ser implantada no baixo médio trecho do rio Paraíba do Sul, divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro contempla os municípios de Itaocara, Cantagalo, Aperibé, Pirapetiga e Santo Antônio de Pádua. Em 29 de julho de 2013, o IBAMA emitiu a Licença Prévia número 954/2013 do eixo de Itaocara I (Folhas 75 a 77).

Conforme estudos elaborados pela empresa a instalação do empreendimento, em um rio Federal, acarretarão na inundação de diversas áreas, edificações e equipamentos públicos, sendo que nos municípios de Cantagalo e Santo Antônio de Pádua serão afetados dois cemitérios, não licenciados, situados em área rural.

O cemitério localizado em Porto Marinho, Cantagalo, possui aproximadamente 281 covas, e encontra-se sendo utilizado pela Prefeitura de Cantagalo.

O objetivo do licenciamento em questão estaria amparado na execução do traslado dos restos mortais do cemitério analisado para uma área previamente aprovada pela Prefeitura Municipal de Cantagalo e pelos moradores do local.

Após vistoria ao local no dia 27 de agosto de 2015, foi elaborado o relatório de vistoria número SUPRIDRVT3397/2015, no qual constatamos que atividade ainda não encontrava-se em instalação. Vale ressaltar ainda que a Prefeitura de Cantagalo deverá ser notificada a proceder com o licenciamento ambiental do cemitério localizado em Porto Marinho, uma vez que esta atividade possui considerável impacto ambiental, conforme resoluções INEA número 31/2011, 52/2012 e decreto estadual 44820/2014.

O prosseguimento do licenciamento foi realizado através da emissão da notificação número SUPRIDNOT/01056690, no dia 01 de setembro de 2015, solicitando do requerente, documentos fundamentais para análise do administrativo.

Por fim, devido a indefinições para início da instalação da hidrelétrica UHE Itaocara, o interessado apresentou a esta superintendência, no dia 21 de outubro de 2016, documentação informando a desistência do processo, e com a definição do cronograma para instalação do empreendimento uma nova solicitação será realizada para prosseguimento da realocação do cemitério situado em Porto Marinho, com anuência da Prefeitura e dos moradores do local (Folhas 125).

3.0 CONCLUSÃO

Considerando as informações apresentadas neste parecer técnico, concluo pelo **INDEFERIMENTO** da Licença Ambiental de Recuperação (LAR) para realocação do cemitério situado no distrito de Porto Marinho, Cantagalo.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
SUPERINTENDÊNCIA RIO DOIS RIOS - SUPRID
PARECER TÉCNICO DE INDEFERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO
(LAR) DE Nº 204/2016 fl. 3/3

REQUERENTE: CONSÓRCIO UHE ITAOCARA.

4.0 CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA

O presente parecer não possui condições de validade por se tratar de indeferimento de Licença Ambiental de Recuperação.

5.0 PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA

O presente parecer não possui prazo de validade por se tratar de indeferimento de Licença Ambiental de Recuperação.

Em 27 de outubro de 2016



Tiago Afonso Santos Lepore
Matr. 390458-8
Químico
SUPRID - INEA

E-07/002/19571//2013

Folha N°:

129

Rubrica :

Ⓟ

10 42779049

A(o)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS
At. FRANCISCO ADRIANO ESTEBANEZ GOMES

EM PROSSEGUIMENTO

Observação:

SEGUE PROCESSO CONTENDO PARECER TÉCNICO DE INDEFERIMENTO DEVIDO A
DESISTÊNCIA FORMALIZADA PELO INTERESSADO ÀS FOLHAS 125.

Rio de Janeiro, 27/10/2016

TIAGO AFONSO SANTOS LEPORE

TIAGO AFONSO SANTOS LEPORE
ANAL.AMB/QUIMICO[390458-8]
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

049.683735

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº. E-07,002.19571, 13

DATA: 19 / 12 / 13 FL. 13º

RÚBRICA: [assinatura] ID: 2869512-7

Sr. Superintendente,

Com o Parecer Técnico nº. 204/2016/SUPRID do Analista Tiago Afonso desfavorável à emissão da LAR (fls. 126 a 128).

Em, 27/10/16



Francisco Adriano Estebanez Gomes

Chefe de Serviço - INEA/SUPRID

Matr. 360.644-9 - ID. 2869512-7

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: 607/00219571/15
DATA: 19/12/15 FLS. 137
FABRICA: ID 4330792-2

INDEFERIMENTO

Indeferimento Nº
IN037315

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, indefere o requerimento de LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO a

CONSÓRCIO UHE ITAOCARA

CNPJ/CPF: 10.532.493/0002-45

Código INEA: UN035170/31.30.11

Endereço: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 152 - JARDIM DA ALDEIA - ITAOCARA - RJ

RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA.-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

FAZENDA VALÃO DO SAPO - CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO - PORTO MARINHO, município ITAOCARA

Não há condições de validade, uma vez que a conclusão da análise foi pelo INDEFERIMENTO da Licença Ambiental de Recuperação - LAR.x.x.x.x.x.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2016

JOSÉ WENCESLAU L. JUNQUEIRA
SUPERINTENDENTE

E-07/002/19571//2013

Folha N°:

132

Rubrica :

ID 4300792-2

A(o)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS
At. FRANCISCO ADRIANO ESTEBANEZ GOMES

Observação:

ENCAMINHO O PRESENTE PARA PROVIDENCIAR A PUBLICAÇÃO DO INDEFERIMENTO.

Rio de Janeiro, 27/10/2016

JOSÉ WENCESLAU L. JUNQUEIRA
SUPERINTENDENTE [390238-4]
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

683872

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº. E-07/002.19571/13

DATA: 19 / 12 / 13 FLS. 133

RÚBRICA: [assinatura] ID: 2869512-7

A Analista Lúcia Santana,

Solicito publicar o indeferimento da LAR Nº IN037315 (fls. 131).

Em, 27/10/16

[assinatura]
Francisco Adriano Estebanez Gomes
Chefe de Serviço - INEA/SUPRID
Matr. 360.644-9 - ID: 2869512-7

683893

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.19571/13
Data: 19 / 12 / 13 Págs. 13/1
Rubrica:

ID 21497816

Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de CONSÓRCIO UHE ITAOCARA, CNPJ 10.532.493/0002-45, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 152 – Jardim da Aldeia - município de Itaocara, com base nos autos do processo E-07/002.19571/2013.

ineaGOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - IEA

| | |
|--------------------------|--------------|
| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL | |
| Processo nº _____ | |
| Data: ____/____/____ | |
| Índice: _____ | ID 5086078-0 |

Proc. Nº. IE-07/002.19571/2013

NOTIFICAÇÃO

Nº.: SUPRIDNOT/01081666

ÍNDICE: JESS/CEV

| | | |
|--|------------------------------------|---------------------------------|
| Empresa/Nome CONSÓRCIO UHE ITAOCARA | | CNPJ/CPP 10.532.493/0002-45 |
| UNIDADE ENCERRAMENTO DE CEMITÉRIO | CÓDIGO DA UNIDADE LUN035170 | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| ATIVIDADE PRINCIPAL RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA | | CÓDIGO DA ATIVIDADE 31.30.11 |
| ENDEREÇO DA ATIVIDADE FAZENDA VALÃO DO SAPO CEMITÉRIO DE PORTO MARINHO | | |
| MUNICÍPIO ITAOCARA | BAIRRO/LOCALIDADE PORTO MARINHO | CEP 28500-000 |
| CONTATO/REPRESENTANTE LUIZ CARLOS AMARILHO | | TELEFONE(S) 21 - 22112600 |
| CARGO | | |
| <p>Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. NOTIFICADA de que foi INDEFERIDO o requerimento de Licença Ambiental de Recuperação, conforme publicação no Diário Oficial de 17/05/2017, às fls. 14.</p> | | |
| TECNICO DO INEA JESSICA VIEIRA CABRAL | | MATRÍCULA ID 50860780 |
| CARGO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | | DIVISÃO SUPRID |
| DATA 06/7/2017 | ASSINATURA | |
| OBSERVAÇÕES | | |
| NOME | | CARGO |
| RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA | ASSINATURA | |

(1 Via - Autêntico / 2 Via - Processo administrativo / 3 Via - COGERIS / 4 Via - Orgão de origem)

Av. Conselheiro Július Arp, nº 85 - Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28623-000



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.38.4.1

Plano de Trabalho da Arcadis

PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL UHE ITAOCARA

Plano de Trabalho

FEVEREIRO 2016



Referências Cadastrais

| | |
|--------------------------|--|
| Cliente | UHE ITAOCARA |
| Localização | Itaocara, RJ |
| Título | Apoio à implantação do Programa de Gestão Institucional – UHE Itaocara |
| Contato | Mário Sérgio Trento |
| E-mail | mariotrento@uheitaocara.com.br |
| Líder do Projeto: | Sandra Favorito -CRBio/SP |
| Gerente: | Alexandre Tinoco - CORECON/SP |
| Coordenadora: | Priscilla Paulino |
| Projeto/centro de custo: | 1.03.03.12839 |
| Data do documento: | 16/02/2016 |

| | | |
|--------------------|--------------------|----------------------------|
| Elaborador | Jonathas Cristovão | Supervisor de Campo |
| Verificador | Alexandre Tinoco | Gerente de Projetos |

Este documento é composto de 1 volume e está sendo entregue em 1 cópia digital.

Isenção de Responsabilidade:

Este documento é confidencial, destinando-se ao uso exclusivo do cliente, não podendo ser reproduzido por qualquer meio (impresso, eletrônico e afins) ainda que em parte, sem a prévia autorização escrita do cliente.

Este documento foi preparado pela Arcadis com observância das normas técnicas recomendáveis e em estrita obediência aos termos do pedido e contrato firmado com o cliente. Em razão disto, a Arcadis isenta-se de qualquer responsabilidade civil e criminal perante o cliente ou terceiros pela utilização deste documento, ainda que parcialmente, fora do escopo para o qual foi preparado.

Equipe Técnica

| Equipe Técnica | | |
|--------------------|-----------------------------|--|
| Sandra Favorito | Diretora | Responsável Técnica |
| | Bióloga | Sandra.favorito@arcadis.com Tel.: (11) 3117-3171 |
| Alexandre Tinoco | Gerente | CORECON/SP: 31.927 CTF/IBAMA: 4244664 |
| | Economista | email: alexandre.tinoco@arcadis.com Tel.: (11) 3117-3171 |
| Priscilla Paulino | Coordenador | |
| | Cientista Social | Tel.: (11) 3117-3171 |
| Jonathas Cristovão | Supervisor de Campo | CORECON/SP: 34.398 |
| | Economista | |
| Midori Hamada | Estagiário | |
| | Arquitetura e Urbanismo | |
| João Whinter | Especialista | |
| | Advogado | |
| Auxiliadora Reis | Especialista | |
| | Economista (Gestão Pública) | |
| Géza Árbocz | Especialista | |
| | Engenheiro Agrônomo | |

Índice

| | |
|--|----------|
| 1. Plano de Trabalho – Programa de Gestão Institucional..... | 6 |
| 1.1. Considerações Iniciais..... | 6 |
| 1.2. Grupo Técnico de Articulação Intermunicipal (GT): estrutura de governança | 6 |
| 2. Breve Histórico de Atividades prévias | 8 |
| 3. Etapas e atividades do Programa de Gestão Institucional | 9 |
| 3.1. Ações Preliminares..... | 10 |
| 3.2. Etapa 1 - Ações Iniciais | 11 |
| 3.2.1. Atividade 1: Planejamento inicial | 11 |
| 3.2.1.1. Justificativa | 11 |
| 3.2.1.2. Objetivos | 11 |
| 3.2.1.3. Metas | 11 |
| 3.2.1.4. Metodologia e Atividades..... | 11 |
| 3.2.1.5. Indicadores e Resultados | 12 |
| 3.2.1.6. Cronograma..... | 13 |
| 3.2.2. Atividade 2: Articulação Institucional e Consolidação do GT | 13 |
| 3.2.2.1. Justificativa | 13 |
| 3.2.2.2. Objetivos | 13 |
| 3.2.2.3. Metas | 13 |
| 3.2.2.4. Metodologia e Atividades..... | 13 |
| 3.2.2.5. Indicadores e Resultados | 15 |
| 3.2.2.6. Cronograma..... | 15 |
| 3.3. Ações de Desenvolvimento | 15 |
| 3.3.1. Atividade 3: Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos | 15 |
| 3.3.1.1. Justificativa | 15 |
| 3.3.1.2. Objetivos | 15 |
| 3.3.1.3. Metas | 15 |
| 3.3.1.4. Metodologia e Atividades..... | 16 |
| 3.3.1.5. Indicadores e Resultados | 18 |
| 3.3.1.6. Cronograma..... | 18 |
| 3.3.2. Atividade 4: Consolidação de Planos de Ação Municipal | 18 |
| 3.3.2.1. Justificativa | 18 |
| 3.3.2.2. Objetivos | 18 |
| 3.3.2.3. Metas | 18 |

| | | |
|----------|---|----|
| 3.3.2.4. | Metodologia e Atividades..... | 18 |
| 3.3.2.5. | Indicadores e Resultados | 19 |
| 3.3.2.6. | Cronograma..... | 19 |
| 3.3.3. | Atividade 5: Estabelecimento de Termos de Compromisso com as Prefeituras para execução dos Projetos | 19 |
| 3.3.3.1. | Justificativa | 19 |
| 3.3.3.2. | Objetivos..... | 19 |
| 3.3.3.3. | Metas | 19 |
| 3.3.3.4. | Metodologia e Atividades..... | 20 |
| 3.3.3.5. | Indicadores e Resultados | 20 |
| 3.3.3.6. | Cronograma..... | 20 |
| 3.3.4. | Atividade 6: Apoio dos projetos estabelecidos no Plano de Ação Municipal | 20 |
| 3.3.4.1. | Justificativa | 20 |
| 3.3.4.2. | Objetivos..... | 20 |
| 3.3.4.3. | Metas | 20 |
| 3.3.4.4. | Metodologia e Atividades..... | 21 |
| 3.3.4.5. | Indicadores e Resultados | 21 |
| 3.3.4.6. | Cronograma..... | 21 |
| 3.3.5. | Atividade 7: Monitoramento dos impactos nos serviços públicos | 21 |
| 3.3.5.1. | Justificativa | 21 |
| 3.3.5.2. | Objetivos..... | 21 |
| 3.3.5.3. | Metas | 21 |
| 3.3.5.4. | Metodologia e Atividades..... | 21 |
| 3.3.5.5. | Indicadores e Resultados | 22 |
| 3.3.5.6. | Cronograma..... | 22 |
| 3.3.6. | Atividade 8: Medidas emergenciais frente aos impactos nos serviços públicos..... | 22 |
| 3.3.6.1. | Justificativa | 22 |
| 3.3.6.2. | Objetivos..... | 22 |
| 3.3.6.3. | Metas | 22 |
| 3.3.6.4. | Metodologia e Atividades..... | 23 |
| 3.3.6.5. | Indicadores e Resultados | 23 |
| 3.3.6.6. | Cronograma..... | 23 |
| 3.3.7. | Atividade 9: Apoio à Elaboração dos Planos Diretores..... | 23 |
| 3.3.7.1. | Justificativa | 23 |
| 3.3.7.2. | Objetivos..... | 23 |
| 3.3.7.3. | Metas | 23 |
| 3.3.7.4. | Metodologia e Atividades..... | 23 |
| 3.3.7.5. | Indicadores e Resultados | 24 |

| | | |
|-------------|--|-----------|
| 3.3.7.6. | Cronograma..... | 24 |
| 3.4. | Ações de Monitoramento e Avaliação..... | 24 |
| 3.4.1. | Atividade 10: Acompanhamentos e Oficinas de Avaliação Anual..... | 24 |
| 3.4.1.1. | Justificativa | 24 |
| 3.4.1.2. | Objetivos | 24 |
| 3.4.1.3. | Metas | 24 |
| 3.4.1.4. | Metodologia e Atividades..... | 24 |
| 3.4.1.5. | Indicadores e Resultados | 25 |
| 3.4.1.6. | Cronograma..... | 25 |
| 3.4.2. | Atividade 11: Elaboração de Relatórios | 25 |
| 3.4.2.1. | Justificativa | 25 |
| 3.4.2.2. | Objetivos..... | 25 |
| 3.4.2.3. | Metas | 25 |
| 3.4.2.4. | Metodologia e Atividades..... | 25 |
| 3.4.2.5. | Indicadores e Resultados | 26 |
| 3.4.2.6. | Cronograma..... | 26 |
| 4. | Cronograma Geral das Atividades Propostas..... | 27 |
| 5. | Anexos..... | 28 |

Lista de Anexos

| | | |
|-------------------|--|-----------|
| Anexo I. | Ata de reunião - Solicitação de nomeação dos integrantes do GT..... | 29 |
| Anexo II. | Memória de reunião de retomada do diálogo com os prefeitos..... | 30 |
| Anexo III. | Nomeação dos integrantes do GT pelos prefeitos dos municípios All | 31 |

Lista de Figuras

| | | |
|-------------------|-------------------------------------|-----------|
| Figura 1 - | Estrutura de governança..... | 7 |
| Figura 2 - | Fluxograma..... | 10 |

Lista de Quadros

| | | |
|-------------------|--|-----------|
| Quadro 1- | Etapas do Programa e respectivas atividades..... | 9 |
| Quadro 2 - | Data das reuniões de retomada do diálogo com os Prefeitos | 12 |
| Quadro 3 - | Cronograma da Construção da Obra e do Programa de Gestão Institucional..... | 27 |

1. Plano de Trabalho – Programa de Gestão Institucional

1.1. Considerações Iniciais

O presente plano de trabalho apresenta o planejamento das ações e procedimentos relativos à continuidade da implantação do Programa de Gestão Institucional (PGI), a cargo da **Arcadis** a partir de janeiro/16, bem como um breve relato das atividades realizadas até o momento.

O PGI, em interface com os demais programas do PBA, deve estabelecer um canal de comunicação e participação entre os poderes públicos, comunidades atingidas e a gestão do empreendimento, visando a estruturação das gestões públicas municipais da AII, de forma a apoiar a adoção de instrumentos de desenvolvimento e planejamento que funcionem como mecanismos de mitigação dos impactos negativos e otimização dos impactos positivos nos municípios da área de influência do empreendimento.

Desta forma, no item seguinte serão apresentadas as atividades prévias já realizadas para, na sequência, ser apresentado o planejamento das ações a cargo da **Arcadis**.

1.2. Grupo Técnico de Articulação Intermunicipal (GT): estrutura de governança

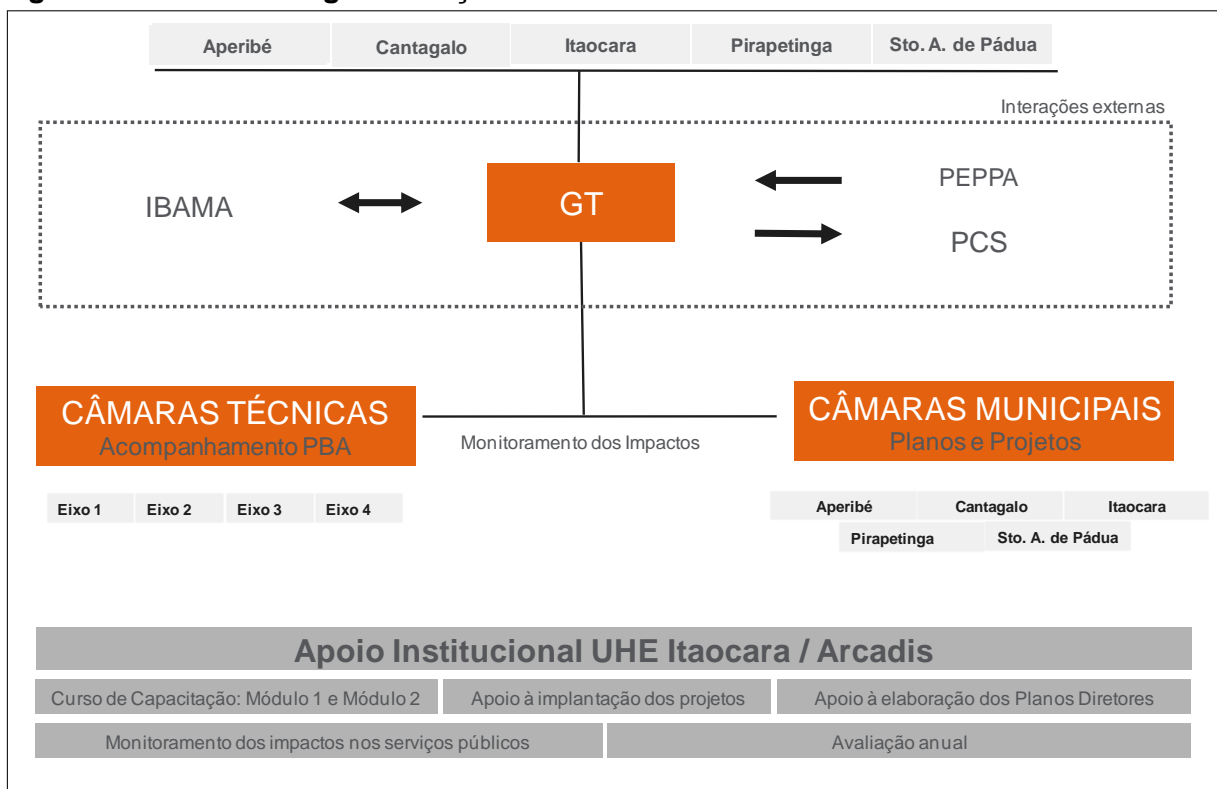
Na figura seguinte é apresentada, de forma bastante esquemática e resumida, a estrutura de governança do GT, bem como suas principais interfaces e interações, componentes e elementos de apoio institucional que serão fornecidos via a execução deste PGI.

A partir da indicação dos Municípios dos integrantes do GT, este se organizará em dois tipos grupos: na Câmara Técnica e Câmaras Municipais.

Na Câmara Técnica os membros do GT irão se organizar para realizar o acompanhamento da execução do PBA e do monitoramento dos impactos do empreendimento. Por outro lado, os membros do GT também se organizam no âmbito de cada município para acompanhamento de todas as fases da elaboração e da execução dos Planos de Ação Municipal. Ambas as Câmaras estão conectadas no sentido de que os projetos constantes dos Planos de Ação têm de ser vinculados aos impactos do empreendimento. Para tanto, o PGI consiste em um conjunto de ações que visam apoiar essas duas instâncias no sentido de alcançarem seus objetivos.

Importante salientar ainda que o GT terá interações externas tanto com o IBAMA quanto com os demais programas do PBA.

Figura 1 - Estrutura de governança



Fonte: Elaboração Arcadis 2016.

2. Breve Histórico de Atividades prévias

O Programa de Gestão Institucional está em estágio avançado, assim faz-se necessário um breve histórico dos trabalhos realizados.

A articulação institucional com os poderes públicos locais e a criação do Grupo de Técnico de Articulação Intermunicipal (GT) foram iniciadas no primeiro semestre de 2011 com a realização de reuniões entre representantes do empreendedor, gestores municipais e representantes do IBAMA.

A partir da reunião inicial, em junho de 2011, as Prefeituras Municipais indicaram um grupo de representantes para participar de Oficinas de Articulação Inter setorial com o empreendedor. As oficinas com representantes do poder público municipal dos cinco municípios foram realizadas, em meados de 2011, com a elaboração de dois ciclos de oficinas.

No primeiro ciclo, em junho e julho, foram feitas leituras guiadas do EIA/RIMA e o levantamento de ações (*brainstorm*) que pudessem apoiar políticas públicas que se coadunam com as medidas propostas pelo Estudo de Impacto Ambiental para diminuir os impactos.

No segundo ciclo, em setembro, foi realizada a priorização das ações levantadas em junho, a definição de estratégias e os encaminhamentos para cada município. Esse segundo ciclo contou com a participação do IBAMA nas reuniões.

Durante o período de vigência da Licença prévia (2012 e 2013) o consórcio e as secretarias dos municípios da área de influência iniciaram a elaboração dos projetos e o detalhamento das ações identificadas tendo em vista o fortalecimento dos municípios frente as novas demandas geradas pelo empreendimento.

Tendo em vista a solicitação de execução do programa de gestão institucional, conforme Especificações enviadas pela UHE Itacara em 02/10/2015 por meio do TERMO DE REFERÊNCIA 2015-TR-005, a **Arcadis**, tem o desafio de consolidar os Planos de ações existentes e atualizar e ratificar os projetos estruturantes.

Em agosto de 2015 o Consórcio UHE Itacara I retomou a articulação institucional com as novas gestões municipais solicitando que indicassem os atuais membros do GT (ver anexo I), de forma a restabelecê-lo, faltando apenas os dois representantes da Sociedade Civil que serão indicados pelo programa de Estímulo Participação da População Atingida (PEPPA).

3. Etapas e atividades do Programa de Gestão Institucional

Frente ao contexto apresentado anteriormente esta parte do plano de trabalho terá como objetivo estabelecer as principais ações a serem executadas no decorrer da implantação do Programa de Gestão Institucional.

As atividades previstas para implementação deste programa foram agrupadas em 3 (três) etapas de ações, a saber:

- **Etapa 1** –Ações iniciais
- **Etapa 2** – Ações de Desenvolvimento;
- **Etapa 3** –Ações de Monitoramento e Avaliação.

Apesar desta separação em três categorias, muitas das ações vão ocorrer concomitantemente entre as etapas.

O escopo geral do programa é apresentado no quadro a seguir.

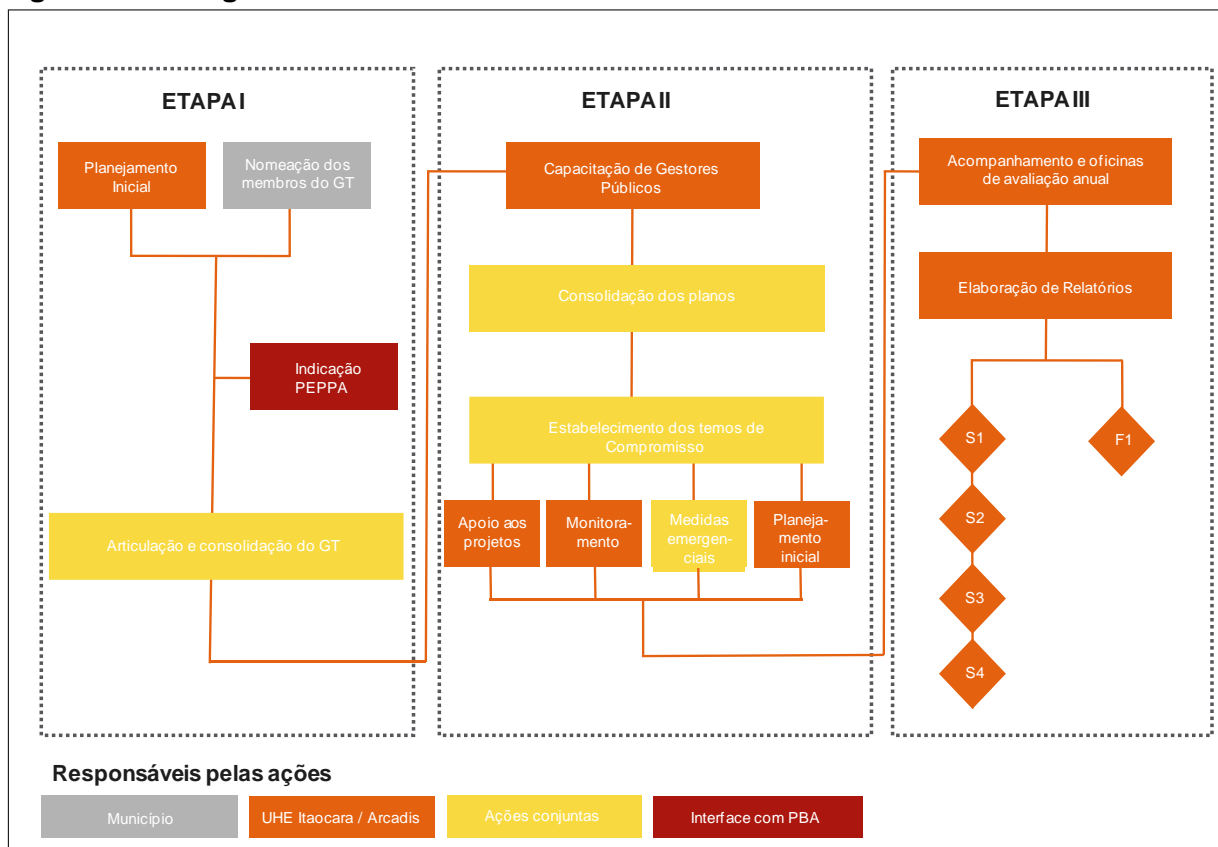
Quadro 1- Etapas do Programa e respectivas atividades

| Etapas | Atividade |
|------------------------------------|--|
| Ações Iniciais | Atividade 1 – Planejamento inicial |
| | Atividade 2 – Articulação institucional e Consolidação do GT |
| Ações de Desenvolvimento | Atividade 3 – Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos |
| | Atividade 4 – Consolidação de Planos de Ação Municipais |
| | Atividade 5 – Estabelecimento de Termos de Compromisso com as Prefeituras para execução dos Projetos |
| | Atividade 6 – Apoio dos projetos estabelecidos no Plano de Ação Municipal |
| | Atividade 7 – Monitoramento dos impactos nos serviços públicos |
| | Atividade 8 – Medidas Emergências frente aos impactos nos serviços públicos |
| | Atividade 9 - Apoio à Elaboração dos Planos Diretores |
| Ações de Monitoramento e Avaliação | Atividade 10 – Acompanhamentos e Oficinas de Avaliação Anual |
| | Atividade 11 – Elaboração de Relatórios Semestrais e Final |

Fonte: PBA

Estas três etapas se relacionam de acordo com o fluxograma apresentado a seguir, onde também estão representadas as ações necessárias por parte dos poderes públicos municipais bem como as interfaces mais relevantes com os demais programas.

Figura 2 - Fluxograma



Fonte: Elaboração Arcadis 2016.

A área sujeita aos impactos da implantação e operação do empreendimento, para este programa, é a área de influência indireta (AII) do Meio Socioeconômico que contempla os municípios de **Pirapetinga (MG), Cantagalo, Aperibé, Itacara e Santo Antônio de Pádua (RJ)**.

3.1. Ações Preliminares

Preliminarmente ao início das atividades, especificamente no dia 04 de dezembro de 2015, o Consórcio UHE Itacara confirma a intenção de contratação da **Arcadis** para execução dos serviços de Gestão Institucional, conforme detalhados no Termo de Referência 2015-TR-005 e Proposta Técnica/Comercial número 12839 – Revisão 2.

Com a carta de intenções a **Arcadis** começa suas atividades com a mobilização da Equipe Técnica e o planejamento inicial.

A assinatura do contrato foi realizada no dia 06 de janeiro de 2016.

3.2. Etapa 1 - Ações Iniciais

Atividades: (1) Planejamento inicial e (2) Articulação institucional e Consolidação do GT.

3.2.1. Atividade 1: Planejamento inicial

3.2.1.1. Justificativa

O planejamento Inicial consiste na estruturação dos trabalhos a serem desenvolvidos durante a elaboração do Plano de Gestão Institucional. Sendo assim, este planejamento é fundamental para nortear as primeiras ações e para estabelecer o plano de trabalho para todo o processo de execução do programa, definindo parâmetros e princípios de atuação.

3.2.1.2. Objetivos

- Mobilizar a Equipe Técnica de Trabalho;
- Preparar e consolidar as visitas a campo iniciais;
- Elaborar o Plano de trabalho.

3.2.1.3. Metas

- Estabelecer o primeiro contato com a maioria dos prefeitos da área de influência do empreendimento;
- Estabelecer as principais ações para nortear o programa.

3.2.1.4. Metodologia e Atividades

A) Mobilização da Equipe Técnica

A Equipe Técnica foi mobilizada no período de 04 a 10 de dezembro de 2015 e consistiu na formação da Equipe Técnica do programa responsável pelo apoio à implantação do Programa de Gestão Institucional (PGI) dos municípios da área de influência do empreendimento. A equipe de campo se estabeleceu no município de Itaocara, especificamente, no escritório da UHE Itaocara (Rua Marechal Floriano Peixoto, 152, Jardim da Aldeia, CEP: 28570-000) que dará suporte aos municípios em todo o período do programa. Na sede da **Arcadis** em São Paulo também foi mobilizada uma equipe que dará suporte àquela que estiver em campo.

Nesta etapa equipe técnica resgatou os conteúdos do programa de articulação, como:

- Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);
- Plano Básico Ambiental (PBA);
- Planos Municipais;
- Projetos elaborados e;
- Pesquisa Bibliográfica sobre experiências exitosas em projetos similares.

O acesso as informações foi estabelecido por meio da disponibilização da documentação pela contratante na primeira quinzena do mês de janeiro.

B) Preparação e Visita de campo inicial

A equipe integrante do programa iniciou os primeiros contatos, via telefone, entre os dias 04 e 15 de dezembro com os secretários municipais, assessores e chefes de gabinetes, afim de retomar o diálogo com os novos representantes eleitos nas últimas eleições municipais, e também apresentar a equipe formada para fazer a articulação institucional. Essa ação precedeu a Atividade 2 (detalhada na sequência), mas a Equipe Técnica entende que a articulação com os municípios deve ser contínua e dinâmica, de modo a ser construída ao longo de todas as etapas do programa.

A primeira reunião foi realizada na prefeitura de Itaocara em 17 de dezembro de 2015, a segunda em Pirapetinga dia seguinte, a terceira em Cantagalo no dia 21 de dezembro de 2015, a quarta em Santo Antonio de Pádua em 02 de fevereiro de 2016 e a quinta Aperibé no dia 05/02 quando o especialista em articulação institucional da **Arcadis** se deslocou até a sede das prefeituras para realizar esse contato. As prefeituras de Aperibé e Santo Antonio de Pádua, ambas do Rio de Janeiro, foram contatadas apenas no mês de fevereiro em virtude da agenda de cada prefeito.

Quadro 2 - Data das reuniões de retomada do diálogo com os Prefeitos

| Município | Data da reunião |
|------------------------|-----------------|
| Itaocara | 17/12/2015 |
| Pirapetinga | 18/12/2015 |
| Cantagalo | 21/12/2015 |
| Santo Antonio de Pádua | 02/02/2016 |
| Aperibé | 05/02/2016 |

Fonte: Elaboração Arcadis 2016.

C) Elaboração do Plano de Trabalho

Consiste na estruturação dos trabalhos a serem desenvolvidos durante a elaboração PGI. A elaboração do Plano de Trabalho é, portanto, o processo de elaborar e documentar progressivamente o escopo do programa, tendo como base o Termo de Referência (TR), a Proposta Técnica (PT) e os elementos do Plano Básico Ambiental (PBA) sob responsabilidade da **Arcadis**.

Este Plano de Trabalho contém:

- Descrição do conteúdo técnico a ser trabalhado em cada Etapa, incluindo os enfoques metodológicos a serem utilizados;
- Cronograma de atividades; e
- Equipe Técnica responsável pela articulação institucional.

3.2.1.5. Indicadores e Resultados

- *Resultado*
 - Plano de Trabalho que norteará as atividades da equipe técnica do Programa.

3.2.1.6. Cronograma

Esta etapa se iniciou em meados de dezembro e se encerrou no dia 15 de fevereiro de 2016.

3.2.2. Atividade 2: Articulação Institucional e Consolidação do GT

3.2.2.1. Justificativa

Esta atividade buscará consolidar todos os esforços de articulação e relacionamento já feitos até o momento pelo Consórcio junto às instituições locais e prefeituras. Articulação esta que já se encontra em estágio avançado, necessitando a retomada do diálogo com os novos representantes eleitos nas últimas eleições municipais, do estímulo para que as demais prefeituras retomem as atividades dos Grupo Técnico de Articulação Intermunicipal (GT), e a inclusão de representantes das comunidades diretamente afetadas a serem indicados pelo PEPPA.

3.2.2.2. Objetivos

- Estabelecer um canal qualificado de diálogo entre os poderes públicos e a gestão do empreendimento para a implementação dos projetos dos Planos de Ação Municipal;
- Estabelecer com o conjunto dos integrantes nomeados pelas prefeituras as regras de funcionamento do GT e suas Câmaras;
- Articular os gestores públicos dos cinco **municípios da All** para a consolidação do grupo de trabalho de Articulação Intermunicipal GT em conjunto com o Programa de Estímulo à Participação.

3.2.2.3. Metas

- A elaboração participativa com os membros do GT do planejamento dos trabalhos com cada uma das prefeituras.

3.2.2.4. Metodologia e Atividades

A) Retomada do diálogo com as prefeituras

No planejamento inicial deste programa já foi retomado o diálogo com os novos representantes eleitos das últimas eleições municipais de Itaocara, Pirapetinga, Cantagalo, Santo Antonio de Pádua e Aperibé. Esta reunião teve como meta a retomada do diálogo com os gestores públicos e também apresentar a equipe técnica de campo. Este processo foi registrado por meio de memória de reunião (ver anexo II).

B) Consolidação do Grupo Técnico de Articulação Intermunicipal

O **Grupo Técnico de Articulação Intermunicipal (GT)** consiste em um arranjo técnico-institucional no âmbito de cada município contendo representantes tanto do poder público municipal como da sociedade civil organizada, oportuno e condizente para o acompanhamento de todas as fases do Plano de Ação Municipal, atendendo assim o Condicionante 2.20 do Plano Básico Ambiental.

Assim, o GT atuará como **Comissão de Acompanhamento dos Programas** (conforme previsto no Parecer nº 05/2011 – NLA/GABIN/SUPES – RJ) e terá caráter consultivo cuja função é estudar, pesquisar, propor soluções e dar respostas a um determinado tema ou problemática que se quer a bom termo. Possui ainda as seguintes atribuições:

- Acompanhamento dos Programas do PBA a partir da leitura dos relatórios periódicos;
- Acompanhamento dos Planos, Programas e Projetos intermunicipais a partir da leitura dos relatórios;
- Acompanhamento da elaboração dos Planos Diretores;
- Monitorar os riscos, as vulnerabilidades, pressões sobre os serviços públicos e ações mitigadoras relacionadas à UHE Itaocara I.

Os integrantes da gestão pública foram nomeados pelo ofício GP nº: 259/2015 (Itaocara), ofício GP nº:307/2015 (Pirapetinga); decreto nº075/2015 (Santo Antonio de Pádua) - (ver anexo III). Além destes, o GT também contará com a participação de dois representantes das comunidades diretamente afetada (efetivo e suplente) que serão indicados pelo Programa de Estímulo à Participação da População Atingida (PEPPA). A inclusão da comunidade diretamente afetada amplia a representatividade do GT, sendo também um diferencial em relação ao grupo de articulação formado a partir das oficinas de 2011.

Em busca de consolidar o GT, para que este tenha condições de executar as funções de sua responsabilidade, estão previstas 02 reuniões a serem realizadas entre o final de fevereiro e o mês de março com todos os representantes indicados. Nesta reunião estão previstas as seguintes atividades:

- Validar os nomes dos representantes do poder municipal no GT junto aos novos prefeitos;
- Definir e validar os demais membros que comporão o GT como representantes da sociedade civil;
- Discutir e aprovar as diretrizes do GT em relação ao PBA;
- Formar a câmara técnica composta por membros do GT conforme as categorias de programas (4 eixos do EIA/RIMA) para recebimento e discussão dos resultados dos relatórios com as informações das atividades dos programas do PBA que tem interface com este programa;
- Definir com o GT a rotina dos próximos encontros;
- Revisitar os projetos e os planos de ação já existentes com vistas a iniciar a avaliação da necessidade de sua re-afirmação.

Este processo será registrado por meio de lista de presença e ata/memória de reunião. A memória de reunião será feita quando a reunião estiver no âmbito das discussões. Mas as tomadas de decisão pelo GT serão feitas por meio de ata de reunião.

C) Reuniões de trabalho no âmbito do GT

O cronograma de reuniões e encontros periódicos do GT, definido na ação anterior, deverá prever um conjunto continuado de encontros onde o GT será posto em funcionamento. Da mesma forma, ocorrerão reuniões de trabalho com órgãos governamentais municipais para o endereçamento das demandas do programa.

3.2.2.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores*
 - GT consolidado com representação de todos os municípios da All;
 - Quantidade de reuniões realizadas;
 - Relatos das reuniões realizadas.

- *Resultados*
 - Acordos firmados

3.2.2.6. Cronograma

Atividade de caráter contínuo, incluindo diversos tipos de reuniões e oficinas a serem agendadas com cada município a serem executadas no primeiro semestre de 2016.

3.3. Ações de Desenvolvimento

Paralelamente ao trabalho de articulação e consolidação do GT serão iniciadas as ações de desenvolvimento específico deste projeto, especificamente a atividade de consolidação dos planos de trabalho municipais e o planejamento e execução dos cursos de gestão de programas para gestores públicos. Seguem as descrições destas ações de desenvolvimento.

3.3.1. Atividade 3: Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos

3.3.1.1. Justificativa

As atividades de desenvolvimento e de formação são fundamentais para a qualificação, consolidação e funcionamento eficaz do GT e são um legado do empreendimento para os municípios da All.

3.3.1.2. Objetivos

- Capacitar os membros do GT, considerados elementos-chave no processo de fortalecimento da gestão pública municipal na gestão de programas, gestão participativa, formação de lideranças e no processo de licenciamento ambiental.

3.3.1.3. Metas

- Realizar Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos para elaboração de projetos municipais em duas edições, no primeiro e no segundo semestres do Programa para aproximadamente 40 pessoas e carga horária de 40h.

3.3.1.4. Metodologia e Atividades

Serão oferecidas duas edições de um curso para instrumentalização dos membros do GT oriundos da administração pública.

- A primeira edição está prevista para o primeiro semestre a partir do início das obras, em período concomitante a consolidação dos Planos de Ação Municipal;
- A segunda edição está prevista para segundo semestre de instalação do empreendimento e durante a consolidação dos Termos de Compromisso.

Público a ser trabalhado: gestores públicos que tenham participado das oficinas de articulação municipal e do Grupo de Trabalho Intermunicipal (GT).

Número de Participantes: Estima-se um número médio de 8 pessoas por município que compõe o All - Pirapetinga (MG), Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara e Cantagalo (RJ), totalizando 40 participantes.

Carga horária: 40 horas (20h para o módulo I e 20h para o módulo II), distribuídas em 10 encontros de 04 horas (5 encontros no módulo I e 5 encontros no módulo II).

Número de turmas oferecidas: 1 (uma) turma em locais a serem definidos.

Material Didático: Serão elaborados materiais didáticos de apoio com objetivo principal de fornecer conteúdo informacional e para servir de consulta e suporte após o seu término. A elaboração dos respectivos conteúdos seguirá as premissas do planejamento participativo das ações, incorporando as considerações captadas nas oficinas de articulação intersetorial realizadas junto ao Poder Público e consolidadas no Plano de Ação Municipal.

A edição do curso contará com 2 módulos cuja sugestão inicial, a ser validada com o próprio GT, é a seguinte:

| Conteúdo Programático Preliminar | Carga Horária | Nº Dias |
|---|---------------|-----------|
| Módulo 1 - Introdutório: identificação e adequação das linhas dos Programas e Políticas Oficiais | 20 | 5 |
| Formação de Gestão de Programas para Gestores Públicos I (FGP I) | 4 | 1 |
| Gestão de Programas socioambientais | 4 | 1 |
| - Contextualização de políticas públicas | | |
| - Programas e projetos socioambientais no âmbito geral da administração pública considerando o Plano Plurianual e a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) | | |
| - Demandas municipais e Impactos da UHE | | |
| - Identificação de Políticas e Programas Oficiais relacionados com a implantação de UHEs | | |
| - Adequação das Linhas dos Programas e Políticas Oficiais relacionados com Empreendimentos Hidrelétricos à Realidade Municipal | | |
| Formação de Lideranças (FOL) | 8 | 2 |
| Formação de Lideranças | 8 | 2 |
| - Políticas Públicas e o processo de escolhas | | |
| - Ética e transparência no processo de gestão | | |
| - O papel do Líder | | |
| - Estilos de Lideranças | | |
| - Metodologias para a participação | | |
| - Ferramentas de Comunicação Para Líderes | | |
| Gestão de Políticas Públicas Participativas I (GPPP I) | 8 | 2 |
| Iniciação à Gestão de Políticas Públicas Participativas I - Parte 1 | 4 | 1 |
| - Cultura Política e Cidadania | | |
| - Espaços de Participação: Prioridades, Disputas e Transversalidades | | |
| - Território, espaço de gestão | | |
| - Formas de Gestão e Controle Social | | |
| Iniciação à Gestão de Políticas Públicas Participativas I - Parte 2 | 4 | 1 |
| - Política Nacional de Meio Ambiente | | |
| - Licenciamento ambiental e UHE Itaocara I: impactos, medidas e programas | | |
| - Políticas Públicas Integradas | | |
| - Metodologias para a participação | | |
| Módulo 2 - Elementos Básicos para a Concepção e Implantação de um Projeto | 20 | 5 |
| Formação de Gestão de Programas para Gestores Públicos II (FGP II) | 16 | 4 |
| Capacitação para elaboração e gestão de Projetos | 12 | 3 |
| - Conceituação de Projeto | | |
| - Ciclo de vida do Projeto | | |
| - Áreas de conhecimento do Projeto (Escopo, Tempo, Custo, Qualidade, Recursos Humanos, Aquisições, Riscos, Comunicação, Partes interessadas, Integração) | | |
| - Estrutura Analítica do Projeto (EAP) | | |
| Linhas/fontes de Financiamento e Captação de Recursos | 4 | 1 |
| - Linhas de Fomento financeiro (público) | | |
| - Fundos e Leis de incentivo (federal, estadual e municipal) | | |
| - Linhas de crédito para os programas | | |
| - Usos da Compensação Financeira | | |
| Gestão de Políticas públicas Participativas II (GPPP II) | 4 | 1 |
| Gestão de Políticas Públicas Participativas II | 4 | 1 |
| - Diferentes abordagens metodológicas para o monitoramento e a avaliação de programas e projetos | | |
| - Identificação de Parcerias para elaboração dos Termos de Compromisso | | |
| Carga horária total dos módulos | 40 | 10 |

3.3.1.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores*
 - Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos implementado por cada período realizado;
 - Quantidade de participantes;
 - Carga horária oferecida;
 - Avaliações positivas do público participantes que reflita grau de satisfação com o Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos.

3.3.1.6. Cronograma

- Atividades preparatórias: ação de caráter contínuo que consiste de reuniões e oficinas com os gestores municipais para validação dos temas a serem abordados em cada módulo bem como do público participante.
- Realização dos cursos:
 - A primeira edição está prevista para o primeiro semestre a partir do início das obras, em período concomitante a consolidação dos Planos de Ação Municipal;
 - A segunda edição está prevista para segundo semestre de instalação do empreendimento e durante a consolidação dos Termos de Compromisso.

3.3.2. Atividade 4: Consolidação de Planos de Ação Municipal

3.3.2.1. Justificativa

As atividades 4 e 5 (a seguir) ocorrerão quase simultaneamente, como resultado do processo de articulação, consolidação e capacitação do GT. Desta forma, será possível revisar e consolidar os planos de ação municipal, repactuar-los, de forma participativa, de modo a convergir os interesses dos municípios com a mitigação dos impactos negativos e fortalecimento dos impactos positivos do empreendimento.

3.3.2.2. Objetivos

- Identificar ações públicas relacionadas ao tecido socioeconômico que vêm sendo desenvolvidas e/ou planejadas pelos poderes públicos municipais e estaduais.

3.3.2.3. Metas

- Consolidar os Planos de Ação Municipais nos municípios da All.

3.3.2.4. Metodologia e Atividades

Prevê-se que a consolidação de Planos de Ação das prefeituras esteja estabelecida até o início do segundo semestre de 2016. A consolidação dos Planos de Ação Municipal se dará pela identificação do município, diagnóstico do município baseado em fontes secundárias, análise da viabilidade das ações requeridas, agrupamento destas ações em projetos conforme sua

natureza, descrição dos projetos de maneira executiva e a discriminação das fontes de recursos necessários para o desenvolvimento dos projetos.

Dessa forma, os gestores públicos colocam-se como coparticipantes dos programas mitigadores nas diferentes etapas do empreendimento - na consecução, acompanhamento e avaliação dos mesmos e auxiliam na criação de mecanismos para prevenir e monitorar os impactos sobre os serviços públicos.

3.3.2.5. Indicadores e Resultados

- *Indicador*
 - Planos de Ação Municipais consolidados para os municípios da All.

- *Resultados*
 - Planos de Ação Municipal de Pirapetinga;
 - Planos de Ação Municipal Cantagalo;
 - Planos de Ação Municipal Aperibé;
 - Planos de Ação Municipal Itaocara; e
 - Planos de Ação Municipal Santo Antônio de Pádua.

3.3.2.6. Cronograma

Atividade de caráter contínuo, incluindo diversos tipos de reuniões e oficinas a serem agendadas com cada município.

3.3.3. Atividade 5: Estabelecimento de Termos de Compromisso com as Prefeituras para execução dos Projetos

3.3.3.1. Justificativa

Esta atividade é de suma importância porque consolidará o compromisso mútuo entre empreendedor e municípios da All no sentido de juntos fazerem face aos impactos do empreendimento, com o apoio técnico e financeiro do Consórcio. Para tanto, é necessário que esse compromisso seja formalizado para poder ser acompanhado visando a sustentabilidade das ações.

3.3.3.2. Objetivos

- Formalização dos compromissos mútuos entre empreendedor e municípios da All.

3.3.3.3. Metas

- Estabelecimento de Termos de Compromisso com as Prefeituras de cada um dos 05 municípios da All para execução dos Projetos no segundo semestre do Programa.

3.3.3.4. Metodologia e Atividades

Prevê-se que termos de compromisso com as prefeituras estejam estabelecidos até o final do primeiro ano da instalação do empreendimento, e apresentarão, em formato de projeto executivo, claramente quais formas de apoio poderão ser concedidas pelo empreendedor e quais as contrapartidas oferecidas por parte do poder público e das organizações da sociedade civil no sentido de viabilizar a execução das ações dos projetos prioritários.

3.3.3.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores*
 - Termos de Compromisso com as Prefeituras da All para execução dos Projetos.

- *Resultados*
 - Termo de Compromisso assinado com a prefeitura de Pirapetinga;
 - Termo de Compromisso assinado com a prefeitura de Cantagalo;
 - Termo de Compromisso assinado com a prefeitura de Aperibé;
 - Termo de Compromisso assinado com a prefeitura de Itaocara; e
 - Termo de Compromisso assinado com a prefeitura de Santo Antônio de Pádua.

3.3.3.6. Cronograma

As tratativas para viabilizar a assinatura dos termos de compromisso são atividades contínuas, que deverão ser formalizados em reunião solene com a presença do empreendedor e dos municípios até meados do segundo semestre de 2016.

3.3.4. Atividade 6: Apoio dos projetos estabelecidos no Plano de Ação Municipal

3.3.4.1. Justificativa

Nesta atividade o Consórcio irá apoiar técnica e financeiramente os municípios para a execução dos Planos de Ação Municipal. Portanto, será necessário apoiar os municípios no seu relacionamento com o Consórcio no que se refere aos encaminhamentos necessários para implantação dos projetos e na elaboração dos relatórios de atividades.

3.3.4.2. Objetivos

- Apoiar os municípios no relacionamento com o Consórcio no que se refere a implantação dos projetos dos Planos de Ação Municipais.

3.3.4.3. Metas

- Acompanhar a implantação dos projetos a partir do 3º semestre, ou assim que o Consórcio efetivar o apoio técnico e financeiro ao Plano de Ação.

3.3.4.4. Metodologia e Atividades

Realização de reuniões de acompanhamento periódicas com os municípios.

3.3.4.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores*
 - Atas de reunião.

3.3.4.6. Cronograma

Atividade de caráter continuado a partir da efetivação do apoio técnico e financeiro aos à implantação dos planos de ação municipais.

3.3.5. Atividade 7: Monitoramento dos impactos nos serviços públicos

3.3.5.1. Justificativa

A elaboração dos Planos de Ação Municipais com seu portfólio de projetos visa justamente o enfrentamento dos impactos causados pelo empreendimento nos serviços públicos de Saúde, Educação, Saneamento, Segurança Pública e Assistência Social. No entanto, sabe-se que o período de maturação destes projetos pode ser longo demais e ações emergenciais podem ser necessárias. Desta feita, o monitoramento destes impactos se torna elemento importante para a efetividade das ações propostas no PBA que visam a mitigação destes impactos. Deste monitoramento deverão sair as indicações das ações emergenciais a serem executadas pelo Consórcio.

3.3.5.2. Objetivos

- Em conjunto com o poder público municipal estabelecer procedimentos de coleta e análise de informações acerca dos impactos causados pelo empreendimento nos serviços públicos de educação, saúde, assistência social, segurança pública e saneamento de forma a indicar a necessidade de eventuais ações emergenciais.

3.3.5.3. Metas

- Pactuação com as prefeituras dos procedimentos e periodicidade da coleta de informações;
- Elaboração trimestral de relatório analítico acerca dos impactos do empreendimento nos serviços públicos de educação, saúde, saneamento, segurança pública e assistência social.

3.3.5.4. Metodologia e Atividades

O desafio desta atividade se encontra na definição da disponibilidade de informações de qualidade e periódicas que deem robustez às análises a serem feitas dos impactos nos serviços públicos de saúde, segurança, educação, saneamento e assistência social. Para tanto, a partir dos dados do EIA e da atualização dos dados secundários disponíveis será elaborada uma linha de base que servirá como referência analítica dos referidos impactos. Esta

linha de base será apresentada em reuniões específicas com cada uma das prefeituras com o intuito de se avaliar conjuntamente quais informações as prefeituras vão poder disponibilizar periodicamente para que o monitoramento seja possível de ser concretizado. Uma vez definidas as informações que farão parte do monitoramento a equipe se encarregará de, trimestralmente, coletá-las, sistematizá-las em banco de dados específico e analisá-la, emitindo relatórios periódicos de monitoramento e efetuando devolutivas junto às prefeituras para apresentação dos referidos relatórios.

3.3.5.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores e resultados*
 - Relatórios trimestrais de monitoramento dos impactos nos serviços públicos de Saúde, Educação, Segurança Pública, Saneamento e Assistência Social.

3.3.5.6. Cronograma

Para execução desta atividade definem-se 4 ações principais:

- Elaboração de Linha de Base a partir da atualização dos dados secundários contidos no EIA para os temas de segurança, saúde, educação, assistência social e saneamento – fevereiro/16
- Reuniões de apresentação da Linha de Base em cada município para definição de informações e procedimentos de coleta – março/16;
- Coleta, sistematização e análise trimestral dos dados, a se iniciar em março/16, com a devida produção de relatório analítico.
- Devolutivas trimestrais dos resultados do monitoramento junto às prefeituras a iniciar em abril/16.

3.3.6. Atividade 8: Medidas emergenciais frente aos impactos nos serviços públicos

3.3.6.1. Justificativa

Para que o empreendedor possa adotar medidas emergenciais que façam frente aos impactos nos serviços públicos é necessário que a equipe do PGI sinalize ao empreendedor, a partir da atividade de monitoramento apresentada anteriormente, a ocorrência de impactos ou intensidades não previstos.

3.3.6.2. Objetivos

- A cargo da **Arcadis** fica a sinalização da ocorrência de impactos com intensidade não previstas sobre os serviços públicos dos municípios da All, visando permitir ao empreendedor adotar medidas mitigadoras adicionais.

3.3.6.3. Metas

- Acionar o empreendedor sempre da ocorrência de impactos não previstos sobre os serviços públicos dos municípios da All.

3.3.6.4. Metodologia e Atividades

A identificação fica sob responsabilidade da Atividade anterior de Monitoramento dos impactos nos serviços públicos ou mesmo por acionamento direto das Prefeituras dos municípios da All. Sendo constatado a relação direta ou indireta do impacto com o empreendimento, as ações emergenciais necessárias, estarão a cargo do empreendedor.

3.3.6.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores*

- Os mesmos da Atividade 7 apresentados acima, acrescidos de informes emergenciais, caso haja necessidade.

3.3.6.6. Cronograma

Atividade de caráter contínuo a ser desenvolvida desde o início dos trabalhos até o encerramento do contrato.

3.3.7. Atividade 9: Apoio à Elaboração dos Planos Diretores

3.3.7.1. Justificativa

Para o cumprimento da condicionante o Consórcio irá contratar empresa especializada na elaboração de Planos Diretores. No entanto, é necessário um trabalho prévio de reflexão e discussão interna aos municípios para que estes consigam interagir participativamente com esta empresa no processo de definição das alterações de uso e zoneamento de seu território. Dada a necessidade de elaboração de Planos Diretores para os municípios da All e sua importância como instrumento de ordenamento do território frente a nova realidade dos municípios, será importante que todas as atividades anteriores, de articulação, consolidação e capacitação do GT, junto com o trabalho de consolidação dos planos de trabalho e do termo de compromisso levem em consideração a necessidade da elaboração do Plano Diretor. Uma vez contratada a empresa de consultoria para a realização dos Planos caberá a **Arcadis** apoiar sua realização no que tange a mobilização e articulação do GT.

3.3.7.2. Objetivos

- Auxiliar os municípios a se prepararem para a elaboração de seus planos diretores, fomentando reflexões e discussões sobre as questões relacionadas ao uso e zoneamento do solo que serão impactados pelo empreendimento.

3.3.7.3. Metas

- Estabelecimento de fóruns de discussão no âmbito do GT para preparar os municípios para a elaboração de seus Planos Diretores a partir do início dos trabalhos.

3.3.7.4. Metodologia e Atividades

As ações necessárias para o cumprimento desta atividade têm caráter contínuo e de acompanhamento. Em todas as interações da equipe com as instâncias do poder público

municipal será dada especial atenção às questões relativas às necessidades de adequação do ordenamento territorial destes municípios. Estas questões serão sistematizadas e os municípios serão orientados em como endereçá-las junto à empresa que será responsável pela elaboração do Plano Diretor.

Por outro lado, quando da efetiva elaboração dos Planos Diretores, nossa equipe irá apoiar os municípios na compreensão das propostas elaboradas, sobretudo no que tange à interface com os impactos do empreendimento.

3.3.7.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores e resultados.*
 - Quantidade de temas associados à revisão do Plano Diretor levantados e endereçados por cada município.

3.3.7.6. Cronograma

Atividade contínua desde o início dos trabalhos até a promulgação final das leis dos planos diretores municipais.

3.4. Ações de Monitoramento e Avaliação

Atividades: (10) Acompanhamentos e Oficinas de Avaliação Anual e (11) Elaboração de Relatórios.

3.4.1. Atividade 10: Acompanhamentos e Oficinas de Avaliação Anual

3.4.1.1. Justificativa

Os acompanhamentos e as oficinas de avaliação anual são importantes para possibilitar a avaliação participativa das ações já realizadas gerando a revisão e os rumos das ações previstas para o ano seguinte, avaliando e readequando o Plano de Trabalho do ano de 2016 de forma a gerar os Planos de trabalho dos anos subsequentes (anos de 2017 e 2018)

3.4.1.2. Objetivos

- Realizar ações de monitoramento e avaliação das ações do Programa de forma contínua, possibilitando adequações de rumos.

3.4.1.3. Metas

- Realização de Oficina Anual de Planejamento ao final de cada ano do Programa.

3.4.1.4. Metodologia e Atividades

Serão realizadas duas oficinas anuais de avaliação. O objetivo das Oficinas de Avaliação Anual é reunir os membros do GT para a realização de uma reflexão coletiva dos resultados, erros e

acertos das metodologias e procedimentos empregados nas ações pedagógicas desenvolvidas. Dessa forma, busca aferir a cada ano o cumprimento das metas e o alcance dos indicadores propostos.

3.4.1.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores*
 - Oficina anual realizada em dezembro de 2016;
 - Oficina anual realizada em dezembro de 2017;
 - Avaliações positivas do público que reflita grau de satisfação com os andamentos e resultados das ações do Programa.

- *Resultados*
 - Relatório anual dezembro de 2016;
 - Relatório anual dezembro de 2017;

3.4.1.6. Cronograma

Será realizada uma oficina em dezembro de 2016 e outra em dezembro de 2017.

3.4.2. Atividade 11: Elaboração de Relatórios

3.4.2.1. Justificativa

O acompanhamento e a avaliação serão realizados como um processo contínuo inserido ao longo de todas as ações do Programa, contribuindo, desta forma, para subsidiar a tomada de decisões, a promoção de ajustes nas metodologias e procedimentos empregados, além de facilitar a reflexão das ações subsequentes.

3.4.2.2. Objetivos

- Realizar ações de monitoramento e avaliação das ações do Programa de forma contínua, possibilitando adequações de rumos.

3.4.2.3. Metas

- Elaboração de relatórios consolidados semestrais;
- Elaboração de relatório consolidado Final.

3.4.2.4. Metodologia e Atividades

Todas as atividades acima serão sistematizadas em relatórios semestrais para apresentação ao órgão ambiental, bem como um relatório final após os 27 meses de execução do Programa de Gestão Institucional. Como se segue:

- Quatro (4) relatórios semestrais produzidos ao longo do Programa contendo a descrição, análise crítica qualitativa e quantitativa, avaliação dos resultados parciais, além do registro fotográfico e demais evidências das ações desenvolvidas.
- Um (01) relatório final consolidando ao término do Programa contendo a descrição, análise crítica qualitativa e quantitativa e avaliação das ações desenvolvidas ao longo de todo o Programa devendo aferir o cumprimento das metas estabelecidas a partir da análise dos indicadores, além do registro fotográfico e demais evidências das ações desenvolvidas.

3.4.2.5. Indicadores e Resultados

- *Indicadores e produtos*
 - 4 relatórios semestrais e 1 relatório final.

3.4.2.6. Cronograma

- Relatório Semestral - junho/2016
- Relatório Semestral - dezembro/2016
- Relatório Semestral - junho/2017
- Relatório Semestral - dezembro/2017
- Relatório Final - março/2018

5. Anexos

Anexo I. Ata de reunião - Solicitação de nomeação dos integrantes do GT



LISTA DE PRESENÇA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

| | | |
|---|-----------------|--------------------|
| Data: 16/06/2015 | Início: 16:00 h | Término: ___:___ h |
| Local: Escritório do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara – RJ, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 152, Jardim da Aldeia. | | |
| Instituições participantes: - IBAMA - Prefeitura de Aperibé – RJ - Consórcio UHE Itaocara | | |

| | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|-------------------------------|-------------------------|------------------------|-----------------|--------------------------------|
| 1 | MARIO TRENTO | CONSORCIO ITAOCARA | Gerente Sócios | 22-98126 0105 | MARIOTRENTO@UHEITAOCARA.COM.BR |
| 2 | LCAMARILHO | " | DIRETOR | 21 98022 3435 | ammarilho@pharvacare.com.br |
| 3 | Flávio Gomes de Souza | Pref. MUNICIPAL APERIBÉ | PREFEITO | (22) 999185596 | flaviogomes@sol.com.br |
| 4 | Emilia Pereira | SEC IN FUNDAMENTAL | SECRETARIO | (22) 997401425 | SMITHA@GMAIL.COM |
| 5 | Quirino M. Passos da Silva | SEC. M. AMBIENTE | Coordenador | (22) 98124 1010 | quirino.mpassos@gmail.com |
| 6 | Paulo Sérgio B. Brumel Junior | SEC. SAUDE | ASSessor SECRE | (22) 981289188 | psjunior_bairral@hotmail.com |
| 7 | Ricardo Dantas | SEC. SAUDE | Secretário de Saúde | (22) 998365849 | ricardo.dantas@yahoo.com.br |
| 8 | Roberto Lima | IBAMA/APERIBÉ - RJ | Analista | (21) 30774292 | roberto.lima@ibama.gov.br |
| 9 | JOÃO PEDRO M. DA SILVA | IBAMA/NILÓ - RJ | ANALISTA AMB | (21) 3077-4292 | joao-pedro.silva@ibama.gov.br |
| 10 | LIDIA MASS REIS | IBAMA/NILÓ - RJ | Analista Amb | (21) 3077 4292 | lidia.reis@ibama.gov.br |
| 11 | Maura Fuly Pires | Consórcio UHE Itaocara | Analista Social | (22) 981487716 | maurafuly@uheitocara.com.br |
| 12 | Sérgio Gonçalves Lima | Consórcio UHE Itaocara | Gerente Administrativo | (22) 98119-0700 | sergio@uheitocara.com.br |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |

Ocorrido:

Foi esclarecido em que etapa do licenciamento encontra-se o processo de Itaipava para o grupo e o momento de agilizar a implementação do Programa de Gestão Institucional para preparar o município para o início das obras. Foram esclarecidos alguns pontos de dúvida e o encerramento da reunião deu-se diante do compromisso de destacar o corpo técnico e secretariado para a continuidade dos trabalhos de construção com o empreendimento das medidas a serem implementadas conforme o município entende serem necessários. 16/06/15 18h 25min *Adia Gausley Glavio Jure de Lima.*

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Gausley', followed by a large, stylized signature, and then several other initials and signatures, including one that looks like 'Adia Gausley'.



LISTA DE PRESENÇA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Data: 17/06/2015

Início: 15h

Término: ___:___h

Local: Escritório do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara - RJ, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 152, Jardim da Aldeia.

Instituições participantes:

- IBAMA
- Prefeitura Cantagalo- RJ
- Consórcio UHE Itaocara

| | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|-----------------------------|------------------------------|---------------------|-----------------|--------------------------------|
| 1 | Fernanda de Oliveira Santos | Sec. Mun. Educação | Secretária | (22) 981660002 | fernandaavelantony@hotmail.com |
| 2 | Vania Lucia Huggenim | SEC. MUN. SAÚDE | SECRETARIA | (22) 981459847 | vaniahuggenim@hotmail.com |
| 3 | Maria Madalena Figueiredo | SEC. MUN. AS. SOCIAL | SECRETARIA | (22) 981037238 | madalenafigueiredo@hotmail.com |
| 4 | SILVIO DOMINGUES | GOV. - PREFEITO | PREFEITO | 22-25554889 | GABINETE PREFEITO@CANTAGALO.RJ |
| 5 | RODRIGO C. VOLLI | SEC. AGRICULTURA | SECRETARIO | 22-2555.5557 | SMDA@CANTAGALO.RJ.GOV.BR |
| 6 | JOÃO PEDRO M. DA SILVA | NLA - IBAMA - RJ | ANAL. AMB. | (21) 3077-4292 | JOAO-PEDRO.SILVA@IBAMA.GOV.BR |
| 7 | LÍDIA MASS REIS | Núcleo Lic. Amb. (NLA) IBAMA | analista | (21) 3077-4292 | lidia.reis@ibama.gov.br |
| 8 | Roberto Luiz | " | " | " | mlr_n@ibama.gov.br |
| 9 | Sérgio Viana | Consórcio UHE Itaocara | Ger. Administrativo | (22) 98119 0700 | sviano@uheitocara.com.br |
| 10 | LUIS CARLOS AMARILHO | CONSORCIO UHE ITAOCARA | DIRETOR | (21) 98022 3435 | lamarilho@uheitocara.com.br |
| 11 | Marysa Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Analista Social | (22) 981487716 | marysa.fuly@uheitocara.com.br |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |

A reunião foi iniciada com a apresentação dos presentes. Foi colocada pela equipe de Cantagalo a solicitação de alguns esclarecimentos prévios quanto ao uso das águas e do entorno do reservatório e também sobre os critérios de indenização. O Ibama e o empreendedor fizeram as explanações buscando esclarecer os pontos questionados e foi explicada a necessidade de retomada de equipes de trabalho nomeadas pelo Prefeito, de preferência funcionários de carreira das Secretarias envolvidas para junto com o empreendedor, entendendo os impactos do empreendimento e os programas pensados para minimizar os impactos citados, construir medidas que visam a prevenir que os impactos atinjam a gestão pública municipal sem a preparação devida; a nomeação da equipe deverá apresentar um caráter de maior brevidade possível. Foi explicado que o grupo de trabalhos terá continuidade desdobrando-se em acompanhantes do cumprimento dos condicionantes. O Sr. Prefeito concordou em opinar quando se pela defesa dos interesses de sua comunidade, no sentido de nomear a equipe de trabalho. O empreendedor deve enviar à Prefeitura a relação do Roteiro de etapas a serem feitas para que a mesma possa opinar na coleta/ envio de materiais. 17/06/15

Fernanda de Paula Jans,       

A reunião foi iniciada com a apresentação dos presentes. O Ibaa explicou a fase atual do processo de licenciamento da UHE ITAOCARA e do Programa de Gestão Institucional; foi explicada a necessidade de que o Sr. Prefeito nomeie 3 pessoas como interlocutores e ou-
tras para detalhar as medidas de minimização dos impactos ambientais que acontecerão com a chegada do empreendimento no meio social junto com o empreendedor. O Ibaa como órgão mediadora estará acompanhando o processo que é uma parte do licenciamento, obrigação do IBAIA. O Sr. Prefeito pronunciou sua preocupação com a situação do município e dos impactos que já começaram a aparecer com as informações de origem desconhecida. Foi colocada a questão da compensação que o Prefeito deseja que seja feita na reestruturação do hospital que encontra-se em situação difícil. A sua Secretária Executiva citou exemplo de questões de menores cumprindo medidas socioeducativas que oneram o orçamento público explicando que o impacto do empreendimento também é o fato de atrair pessoas que vem para o município sem qualquer estrutura representando ameaças ao município e atraídas pelo empreendimento, apontando que é impacto social. Em seguida foram feitos esclarecimentos sobre abertura de vagas para trabalhadores que devem receber currículos; será divulgado por carta a Prefeitura. Esclarecimentos também foram feitos na questão do transporte e critérios de indenização. O Sr. Prefeito envia em alguns dias a nomeação dos representantes da Prefeitura. 17/6/15 Alda Jean Ren

Data: 18/06/2015

Início: 09h

Término: __: __h

Local: Escritório do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara – RJ, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 152, Jardim da Aldeia.

Instituições participantes:

- IBAMA
- Prefeitura Santo Antônio de Pádua - RJ
- Consórcio UHE Itaocara

| | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|------------------------------|--|---------------------|-----------------------------|--|
| 1 | Lidia Maers Reis | Núcleo Lic. Amb (UHE/IBAMA) | analista | (21) 3077 4292 | lidia.maers@itaoca-gov.br lidiamars11@hotmail.com |
| 2 | José Pedro M. da Silva | MLA - IBAMA - RJ | ANAL. AMB. | " | JOSE-PEDEO-SILVA@IBAMA.GOV.BR |
| 3 | Henri Tubiane de Siqueira | Soc. Aux. Assist. Social | Secretaria | 22-38530302 | henriquinzel4010@yahoo.com.br |
| 4 | Rosângela B. de S. | Univ. Projeto Ambiental - Prof. Rêgina | Prof. Rêgina | 22-38530302 | rosangelab1@netmail.com |
| 5 | JOSIAS @Vinícius de Oliveira | PREFEITURA SANTA ANTÔNIA DE PÁDUA | PREFEITO | 38510005 | JOSIAS.VINICIU@YAHOO.COM.BR |
| 6 | Everas Chaves de Oliveira | Sec. Municipal Santa Antônia | Secretaria | 22-38534070 | EVERASCHAVES@YAHOO.COM.BR |
| 7 | OTAVY FRANCISCO DE S. JUNIOR | S.M. MEIO AMBIENTE | SECRETÁRIO | 22-38532276 22-981066050 | OTAVYJUNIOR@HOTMAIL.COM |
| 8 | Maura Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | A. Geral | (22) 981487716 | maura.fuly@uheitocara.com.br |
| 9 | LUIZ CARLOS AMARILHO | CONSORCIO UHE ITAOCARA | DIRETOR | (21) 980223435 | amarilho@uheitocara.com.br |
| 10 | MARIO TRENTI | CONSORCIO UHE ITAOCARA | Gerente | 22-981260106 | MARIOTRENTI@UHEITOCARA.COM.BR |
| 11 | Sandro Viana | Consórcio UHE Itaocara | Gerente Adm. | (22) 981190700 | sandro@uheitocara.com.br |
| 12 | Roberto Nuet | IBAMA - MLA/RJ | Analista | (21) 30774292 | mlc.nr@ibama.gov.br |
| 13 | Maria Pibygabete Manuê | Veradora - Formosa | Professora Especial | 22-88530463 | manuadet@com.br |
| 14 | Guabolo Cap. F. F. F. F. F. | Assessoria Parlamentar | Consultor | 22-38532102 | guabolo@gmod.com.br |
| 15 | ANTÔNIO CARLOS BASTO | Verador S.A. | Pádua | 22-988248862 | serente.pam@gmail.com |

A reunião foi iniciada com a apresentação dos presentes. O Sr. Roberto do Ibaema informou o estágio em que se encontra o processo de licenciamento e os procedimentos de mitigação dos impactos sociais de programas; o Sr. Raimundo Trentos explicou o processo de indenização através de avaliação técnica que norteia as remoções de pessoas. O Sr. João Pedro do Ibaema explicou o programa de articulação institucional que está sendo executado por experiência para minimizar a falta de diálogo que acontece quando um empreendimento chega na região sem os cuidados prévios de planejamento. Foi solicitado o apoio do Sr. Prefeito no sentido de retomar o trabalho iniciado anteriormente, que busca ouvir mais detalhadamente os possíveis problemas locais e as soluções sugeridas pelo poder público local, inserindo no planejamento a precaução dos impactos que estão por vir mediante a aproximação do início das obras da UHE Itaipava. O Sr. Prefeito aceitou a retomada dos trabalhos e imediatamente nomeou 3 membros da equipe para compor o grupo, que são: Sr. Otony Francisco, secretário de meio ambiente; Srta. Maria Tertuliana, secretária de Assistência Social e o Sr. Elton do Amaral Beum, vereador do município. Será enviada uma lista que terá nomes que comporão o grupo maior. Em seguida foi iniciada uma série de questionamentos que foram sendo esclarecidos pelo consórcio. O Sr. Prefeito retornou-se para um compromisso pré-agendado. A reunião foi encerrada com o compromisso de todos de construir um processo metodológico para esse momento de obra bem como os futuros problemas que virão. 17/6/15

Video Jan Per
Mila
Tertuliana



LISTA DE PRESENÇA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Data: 17/06/2015

Início: 9:00 h

Término: ___:___h

Local: Prefeitura de Pirapetinga - MG

Instituições participantes: - IBAMA
 - Prefeitura de Pirapetinga - MG
 - Consórcio UHE Itaipava

| | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|-------------------------|---------------------------|-----------------|------------------|----------------------------------|
| 1 | Roberto Nuet | IBAMA - UCA | Analista | (21) 30774292 | mla.nj@ibama.gov.br |
| 2 | JOSÉ CARLOS M. DA SILVA | " " | " | " | joscarpedro.silva@ibama.gov.br |
| 3 | Marysa Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaipava | Analista Social | (27) 38612800 | marysa.fuly@uheitaioca.com.br |
| 4 | Lidia Maria Reis | IBAMA - Núcleo Licenças | Analista | (21) 30774292 | lidia.reis@ibama.gov.br |
| 5 | MARCO TRENTO | CONSORCIO ITAIPAVA | Gerente | 22 98126 0105 | MARCO.TRENTO@UHE.ITAIPAVA.COM.BR |
| 6 | Sérgio Lima | Consórcio UHE Itaipava | Gerente Adm | (22) 98119 0700 | sergio@uheitaiocasa.com.br |
| 7 | LUIZ CARLOS AMARILHO | CONSORCIO UHE ITAIPAVA | DIRETOR | (21) 9 8022 3435 | amarilho@uheitaiocasa.com.br |
| 8 | DEU SÉRGIO TOSTES LUIZ | Prefeitura | Prefeito | 32 9994 2508 | deusergio@hot441.com |
| 9 | DANILLO CAZE RAMBALDI | PREFEITURA DE PIRAPETINGA | CHEFE GINETE | (32) 9952 9883 | DANILORAMBALDI@UHE.COM.BR |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |

Na reunião foi apresentado ao Prefeito Sr. Nilo e o Sr. chefe do Gabinete o momento de licenciamento que a UHE Itaipava se encontra e solicitado que seja nomeada uma equipe para o grupo de trabalho institucional que vai se reunir com o Consórcio entendendo os impactos e os programas propostos para a mitigação para colocar e construir conjuntamente a base de medidas em parceria para fazer frente aos impactos do empreendimento em Piapelinga. Fica portanto o compromisso de apoiar o projeto a partir deste trabalho de buscar minimizar os impactos, no sentido de proteger o cidadão do município. 17/06/15 *André*
João Reis.

Nilo Sérgio Torres LG
Danilo Luiz Ramalho
Nilo

Anexo II. Memória de reunião de retomada do diálogo com os prefeitos

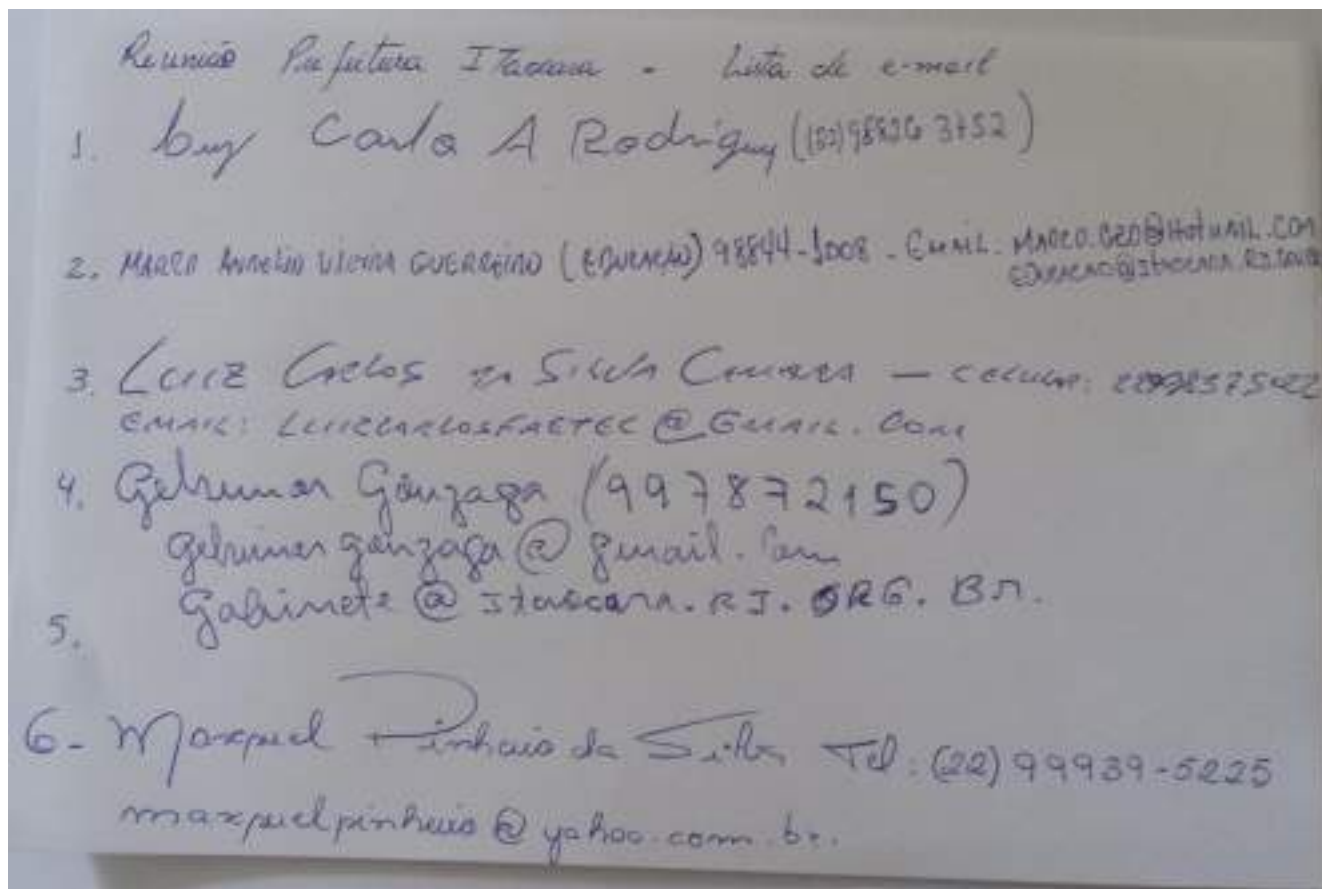
| | | |
|--|--------------------|---------------------|
| Data: 18/12/2015 | Início: 14h | Término: 15h |
| Local: Prefeitura Municipal de Itaocara | | |
| Objetivo: Reunião de retomada do diálogo com o prefeito de Itaocara | | |

| Participantes | Instituição/cargo | telefone | E-mail |
|-----------------------------------|-------------------|---------------|---|
| Luy Carlos A Rodrigues | | 22 98826 3752 | |
| Marco Aurélio Vieira Guerreiro | Sec Educação | 22 98844 1008 | Educacao@itaocara.rj.gov.br |
| Luiz Carlos da Silva Camara | | 22 99837 5022 | luizcalosfartel@gmail.com |
| Gelsimar Gonzaga | Prefeito | 11 99787 2150 | gelsimargonzaga@gmail.com ou gabinete@itaocara.rj.gov.br |
| Maxsuel Pinheiro da Silva | | 22 99939 5225 | maxsuelpinheiro@yahoo.com.br |
| Alexandre Tinoco | ARCADIS | | Alexandre.tinoco@arcadis.com |
| Jonathas Cristovão | ARCADIS | 11 97318 0312 | jonathas@uheitaocara.com.br |

SÍNTESE

Alexandre abriu a reunião apresentando-se como Gerente de Projetos e o Jonathas Cristovão como supervisor de campo da empresa ARCADIS que foi contratada pela UHE Itaocara no apoio a implantação do Programa de gestão Institucional (PGI). Em seguida o Alexandre mencionou que o objetivo da reunião é a retomada do diálogo com o prefeito para darmos continuidade aos trabalhos do programa. Foi relatado a todos presentes uma breve explanação de como funciona o programa entre os municípios e a importância do GT neste processo. O prefeito mencionou que o município será afetado pelo empreendimento apesar do canteiro de obras ser em Aperibé. Mencionou que o desafio vai ser em manter a infraestrutura das estradas principalmente em Batatal, que é um dos acessos a obra, e continuou dizendo que o ISS não ficará no município, mas sim em Aperibé. Informou que no caso da pesca de subsistência muitos não são cadastrados. Alexandre informou que essas questões iriam ser encaminhadas para o consórcio. E que o papel da ARCADIS é justamente em fazer o apoio institucional entre os municípios. Gelsimar mencionou que o projeto de reforma da escola já foi realizado pelo município e que poderia ser feito outro projeto como, por exemplo, uma usina de asfalto no município. Alexandre informou que serão revistos e atualizados os projetos pelo GT e que os projetos devem ser para minimizar algum impacto do empreendimento na área de saúde, educação, segurança pública e assistência social. O prefeito no final da reunião disse que Itaocara estará de portas abertas para empresa ARCADIS e para o consórcio. Alexandre e Jonathas agradeceram.

Lista de presença:





| | | |
|---|--------------------|---------------------|
| Data: 18/12/2015 | Início: 14h | Término: 15h |
| Local: Prefeitura Municipal de Pirapetinga | | |
| Objetivo: Reunião de retomada do diálogo com o prefeito de Pirapetinga | | |

| Participantes | Instituição/cargo | telefone | E-mail |
|--------------------|-------------------|---------------|------------------------------|
| Nilo | | 32 99994 2508 | |
| Alexandre Tinoco | ARCADIS | | Alexandre.tinoco@arcadis.com |
| Jonathas Cristovão | ARCADIS | 11 97318 0312 | jonathas@uheitaocara.com.br |

SÍNTESE

Alexandre abriu a reunião apresentando-se como Gerente de Projetos e o Jonathas Cristovão como supervisor de campo da empresa ARCADIS que foi contratada pela UHE Itaocara no apoio a implantação do Programa de gestão Institucional (PGI). Em seguida o Alexandre mencionou que o objetivo da reunião é a retomada do diálogo com o prefeito para darmos continuidade aos trabalhos. Foi relatado a todos presentes uma breve explicação de como funciona o programa entre os municípios e a importância do GT neste processo. Nilo perguntou quando que começaria as obras? Alexandre Tinoco informou que o cronograma previsto está para janeiro de 2016. Nilo informou que está a disposição da equipe e que pode contar com apoio dele para o andamento dos trabalhos.

Lista de presença:

Nesta reunião não teve lista de presença.

| | | |
|---|--------------------|---------------------|
| Data: 21/12/2015 | Início: 17h | Término: 18h |
| Local: Prefeitura Municipal de Cantagalo | | |
| Objetivo: Reunião de retomada do diálogo com o prefeito de Cantagalo | | |

| Participantes | Instituição/cargo | telefone | E-mail |
|-------------------------|-------------------|---------------|--------------------------------------|
| Saulo Domingues Gouveia | Prefeito | 22 2555 4204 | gabineteprefeito@cantagalo.rj.gov.br |
| Jevaux | Sec. de governo | 22 2555 4204 | gabineteprefeito@cantagalo.rj.gov.br |
| Jonathas Cristovão | ARCADIS | 11 97318 0312 | jonathas@uheitaocara.com.br |

SÍNTESE

Jonathas abriu a reunião apresentando-se como supervisor de campo da empresa ARCADIS que foi contratada pela UHE Itaocara no apoio a implantação do Programa de gestão Institucional (PGI). Em seguida o Jonathas mencionou que o objetivo da reunião é a retomada do diálogo com o prefeito para darmos continuidade aos trabalhos do programa. Foi relatado a todos presentes uma breve explanação de como funciona o programa entre os municípios e a importância do GT neste processo. Jonathas perguntou para o Saulo se ele havia nomeado os nomes para o GT. Saulo mencionou que não lembrava e iria verificar junto a sua equipe da prefeitura. A reunião foi finalizada com a troca de cartões. Jonathas mencionou que entrará em contato posteriormente com os secretários. Saulo mencionou que as portas estão abertas para a empresa.

Registro Fotográfico:



Nesta reunião não teve lista de Presença.

| | | |
|--|----------------------|---------------------------|
| Data: 02/02/2016 | Início: 16h45 | Término: 17h 30min |
| Local: Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Pádua | | |
| Objetivo: Reunião de retomada do diálogo com o prefeito de Santo Antonio de Pádua | | |

| Participantes | Instituição/cargo | telefone | E-mail |
|----------------------------|-------------------|----------------------------------|--|
| Josias Quintal de Oliveira | prefeito | 22 3857 0005 | Josias.quintal@yahoo.com.br |
| Duliane M. Fernandes | Sec. de Saúde | 22 998184321 | Duli24_@hotmail.com |
| Elton Amaral Brum | vereador | 22 98161 9006 | vereadoreltonbrum@hotmail.com |
| Otony Junior (Zuza) | Sec. MA | 22 98106 6650 ou 22 3853 2276 | otonyjunior@hotmail.com ou meioambiente@padua.rj.gov.br |
| Jonathas Cristovão | ARCADIS | 11 97318 0312 | jonathas@uheitaocara.com.br |

SÍNTESE

Jonathas abriu a reunião apresentando-se como supervisor de campo da empresa ARCADIS que foi contratada pela UHE Itaocara no apoio a implantação do Programa de gestão Institucional (PGI). Em seguida Jonathas mencionou que o objetivo da reunião é a retomada do diálogo com o prefeito para darmos continuidade aos trabalhos do programa. Foi relatado a todos presentes uma breve explanação de como funciona o programa entre os municípios e a importância do GT neste processo.

Josias Quintal mencionou que já nomeou os integrantes para o GT intermunicipal e que o Otony Junior estava a par dos trabalhos, assim como o vereador Elton (presentes na reunião).

Jonathas perguntou para o Otony se ele havia recebido os arquivos contendo os Planos de Ação e os Projetos de Santo Antonio de Pádua digitalizados. Otony informou que não havia recebido. Jonathas disse que enviaria por e-mail para ele e que o mesmo pudesse distribuir para todos os membros nomeados para o GT do Município de Santo Antonio de Pádua.

Após isso, o prefeito perguntou alguns dados técnicos do empreendimento como: Qual a porcentagem da área inundada?, Como se dará a subida dos peixes? Qual o pico de mão de obra do empreendimento? Jonathas informou que não tinha essas informações naquele momento, mas que encaminharia essas dúvidas para a UHE Itaocara.

Josias pediu se fosse possível que o consórcio enviasse para ele um croqui do projeto do empreendimento para ele colocar em um quadro na prefeitura ou para ficar amostra debaixo do vidro que reveste a mesa. Jonathas mencionou que iria levar essa solicitação para o consórcio UHE Itaocara também.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|--|-------------|-----------------|
| Enviar para o email do Otony os planos de ação e os projetos | Jonathas | Próximos dias |
| Encaminhar as questões para UHE Itaocara | Jonathas | Próximos dias |
| Solicitar o croqui para a UHE | Jonathas | Próxima reunião |

Registro fotográfico e Lista de presença:



REUNIÃO NA PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA

LISTA DE PRESEÇA

ARCADIS

Data: 02/03/2016
Local: Secretaria Municipal de Santo Antonio de Padua
Instituições participantes:

Início: 16:45 **Término:** 17:30

| ID | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|--------------------------|-------------|----------------------------|--------------|----------------------------------|
| 1 | JOSIAS BEZERRA JUNIOR | PROFESSOR | PREFEITO | 11 3117 6005 | josias.bezerra@unipar.com.br |
| 2 | WILSON FERREIRA JUNIOR | Sociedade | Subsecretário de | 11 3117 6005 | wilson.ferreira@unipar.com.br |
| 3 | Alta - Prefeitura | Comissão | Vereador | 11 3117 6005 | alta.prefeitura@unipar.com.br |
| 4 | OTONI SANTI (ZUBA) | Sociedade | SECRETARIO | 11 3117 6005 | otoni.santi@unipar.com.br |
| 5 | Francoise de Medeiros da | PREFEITA | SECRETARIA DE PLANEJAMENTO | 11 3117 6005 | francoise.medeiros@unipar.com.br |
| 6 | | | | | |
| 7 | | | | | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |
| 18 | | | | | |
| 19 | | | | | |

Gerenciamento da Comunicação - Conselho UHE Itaocara

| | | |
|---|----------------------|---------------------------|
| Data: 05/02/2016 | Início: 15h10 | Término: 15h 40min |
| Local: Prefeitura Municipal de Aperibé | | |
| Objetivo: Reunião de retomada do diálogo com o prefeito de Aperibé | | |

| Participantes | Instituição | telefone | E-mail |
|------------------------|--------------------------|---------------|-----------------------------|
| Jean Bento | UHE | 22 98165 1075 | jean@uheitaocara.com.br |
| Flávio Diniz Berriel | P.M.A - Prefeito | 22 99890 6417 | |
| Vanessa Garcia Correia | P.M.A Assistência Social | 22 99890 6045 | Vanessagarcia1847@yahoo.com |
| Jonathas Cristovão | ARCADIS | 11 97318 0312 | jonathas@uheitaocara.com.br |

SÍNTESE

Jean abriu a reunião apresentando o Jonathas Cristovão, especialista em articulação institucional da empresa ARCADIS, que dará andamento ao apoio a implantação dos Programa de Gestão Institucional nos 5 municípios que serão atingidos pela barragem. Flávio Berriel mencionou que assumiu a prefeitura a pouco tempo. E que estava se apropriando ainda do assunto e em seguida apresentou sua esposa Vanessa que está na pasta da secretaria de Assistência Social e que auxiliará no que for possível para dar andamento dos trabalhos. Jonathas Cristovão mencionou que a ARCADIS foi contratada para dar apoio na articulação intermunicipal com os municípios e que esta seria a primeira visita para retomada do diálogo e solicitou que o prefeito nomeasse os integrantes que fariam parte do GT. O Flávio Berriel pediu então que lhe enviasse um documento solicitando a nomeação. Jean informou ao Flávio que enviaria um ofício solicitando nos próximos dias após a data de carnaval.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|-------------|---------------|
| Enviar carta de solicitação para nomeação dos integrantes do GT | Jean | Próximos dias |

Registro fotográfico e Lista de presença:



REUNIÃO NA PREFEITURA DE APERIBÉ

LISTA DE PRESENÇA

ARCADIS

Data: 05/02/16
 Local: PM APERIBÉ
 Instituições participantes:

| ID | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|------------------------|--------------|------------|----------------|-----------------------------|
| 1 | Jean Zente | UHE Itaocara | Advogado | (22) 38652005 | jean@inc.itaocara.com.br |
| 2 | Edna Rosa Gregel | P.M.A | Presidente | (22) 94890617 | |
| 3 | Elaine Juliana Costa | P.M.A | Secretaria | (22) 99550005 | elaine@pm.itaocara.com.br |
| 4 | Armando José de Fátima | ARCADIS | | (11) 3333-8000 | armando.jose@arcadis.com.br |
| 5 | | | | | |
| 6 | | | | | |
| 7 | | | | | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |
| 18 | | | | | |
| 19 | | | | | |

Início: _____ Término: _____

Gerenciamento da Comunicação – Conselho UHE Itaocara

1/14

Anexo III. Nomeação dos integrantes do GT pelos prefeitos dos municípios All



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

DECRETO

Nº 075/2015.

JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, etc...


RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os membros INTEGRANTES DO GRUPO DE TRABALHO E ARTICULAÇÃO MUNICIPAL – GT:

- OTONY FRANCISCO DE FARIA JUNIOR – Secretário Municipal de Meio Ambiente
- CARLA DOS SANTOS CAVIARE ANDRADE – Subsecretária Municipal de Meio Ambiente
- LUIS CARLOS GOMES COUTINHO – Diretor de Departamento de Apoio de Recursos Humanos
- DULIANE MAGALHÃES FERNANDES – Subsecretária Municipal de Saúde
- JOSILENE DE OLIVEIRA ROCHA – Secretária Municipal de Administração
- ENÉAS CHAVES DE OLIVEIRA – Secretário Municipal de Saúde
- CARLOS EDUARDO DOS REIS E SOUZA – Secretário Municipal de Fazenda
- MARIA TERTULIANA DE SOUZA OLIVEIRA – Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- JANE DE SOUZA TEIXEIRA - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- FELIPPE ORNELAS SANTIAGO – Controlador Geral do Município
- ELTON AMARAL BRUM – Vereador
- NEI BRANDÃO DE SOUZA JUNIOR – Engenheiro Civil
- RODOLFO BENEDITO NEPOMUCENO – Secretaria Municipal de Agricultura
- KAMILLE LEMOS HOMEM DA COSTA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Art. 2º - A presente Comissão tem por objetivo, acompanhar as obras da Usina Hidrelétrica de Itaocara – UHE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 17 de julho de 2015.


Josias Quintal de Oliveira
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Pirapetinga, 21 de setembro de 2.015

OFÍCIO/GP/Nº 307/2015


Da:
Prefeitura Municipal de Pirapetinga - MG

Ao Senhor
Mario Trento
Gerente Ambiental
Itaocara Energia Ltda
UHE-Itaocara
Rua Marechal Floriano Peixoto, 152
Jardim da Aldeia – Itaocara-RJ
CEP: 28570-000

Assunto: Comunicação faz.

Com os meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste comunicar que a execução das ações de mitigação dos impactos ambientais constante no RIMA firmado entre a UHE-Itaocara o Município de Pirapetinga-MG, serão supervisionadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, representada pela sua titular, a Sr^a. Maria Goreth Frango, em conjunto com a Associação de Proteção Ambiental de Pirapetinga e Região – ASPIRA, representada pelo seu presidente, o Sr. Dalmo Lamarca Neto.

Atenciosamente,


Nilo Sérgio Tostes Luz
Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA

Itaocara, 19 de junho de 2015.

Ofício GP nº: 259/2015.

Do: Prefeito Municipal de Itaocara,

Gelsimar Gonzaga.

Ao: Consórcio UHE – Usina Hidrelétrica de Itaocara.

A/C Sr. Mário Trento.

Assunto: Indicação dos integrantes do Grupo de Trabalho.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, tenho a subida honra de dirigir-me a Vossa Senhoria, para apresentar os nomes dos servidores públicos do Município de Itaocara para integrar o grupo de trabalho que acompanhará a execução dos projetos da construção da UHE ITAOCARA, junto com os seus representantes, bem como acompanhar a execução das medidas mitigadoras dos impactos da mesma junto aos representantes do IBAMA, quais sejam:

- Marco Aurelio Vieira Guerreiro;

- Alexsandro Correa de Souza;

- Régis Lindolfo M. Rodrigues e *Leiry Carla Câmara*

- Maxsuel Pinheiro da Silva .

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência e demais Edis, os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


GELSIMAR GONZAGA
Prefeito Municipal de Itaocara

Mário Trento
Consórcio UHE Itaocara
19/06/15



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

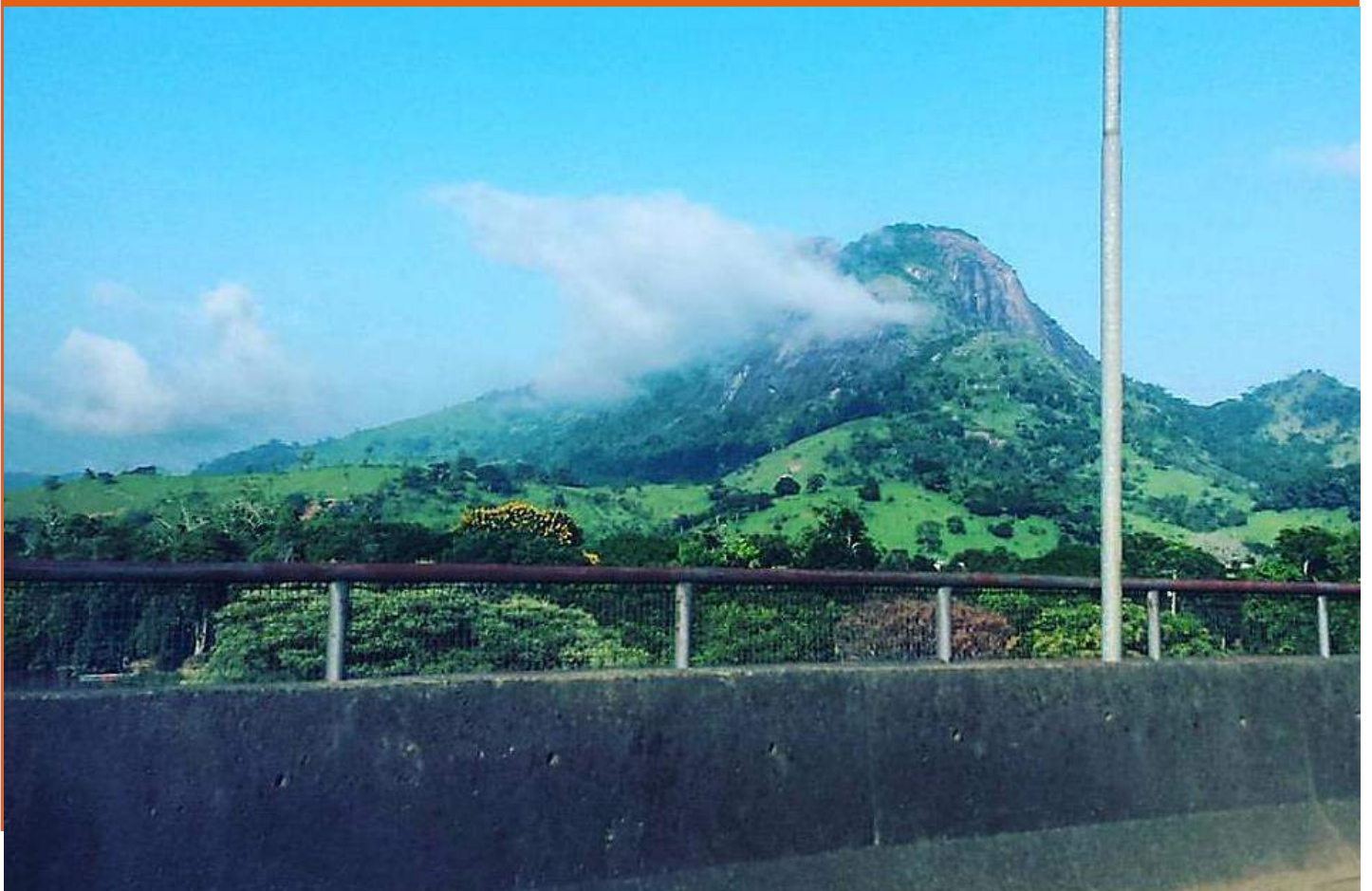
ANEXO 4.38.4.2

Relatório Consolidado Arcadis

PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL UHE ITAOCARA I

Relatório Final – janeiro de 2016 a junho de 2017

JUNHO 2017



Referências Cadastrais

| | |
|--------------------------|---|
| Cliente | UHE ITAOCARA S.A. |
| Localização | Itaocara, RJ |
| Título | Apoio à implantação do Programa de Gestão Institucional – UHE Itaocara I |
| Contato | Mário Sérgio Trento / Pedro Henrique Silva Prado |
| E-mail | mariotrento@uheitaocara.com.br / pedro@uheitaocara.com.br |
| Líder do Projeto: | Sandra Favorito -CRBio/SP |
| Gerente: | Miriam Ribeiro - CORECON/SP |
| Coordenadora: | Priscilla Paulino |
| Projeto/centro de custo: | 1.03.03.12839 |
| Data do documento: | 31/07/2016 |

| | | |
|--------------------|--------------------|----------------------------|
| Elaborador | Jonathas Cristovão | Supervisor de Campo |
| Verificador | Miriam Ribeiro | Gerente de Projetos |

Este documento é composto de 1 volume e está sendo entregue em 1 cópia digital.

Isenção de Responsabilidade:

Este documento é confidencial, destinando-se ao uso exclusivo do cliente, não podendo ser reproduzido por qualquer meio (impresso, eletrônico e afins) ainda que em parte, sem a prévia autorização escrita do cliente.

Este documento foi preparado pela Arcadis com observância das normas técnicas recomendáveis e em estrita obediência aos termos do pedido e contrato firmado com o cliente. Em razão disto, a Arcadis isenta-se de qualquer responsabilidade civil e criminal perante o cliente ou terceiros pela utilização deste documento, ainda que parcialmente, fora do escopo para o qual foi preparado.

Índice

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 1. | Introdução | 5 |
| 2. | Atividades desenvolvidas | 8 |
| 2.1. | Matriz de objetivos, metas e indicadores | 8 |
| 2.2. | Análise quanti-qualitativa das atividades realizadas e cumprimento das metas..... | 12 |
| 3. | Anexos | 63 |

Lista de Anexos (Digitais)

| | | |
|--------------------|---|-----------|
| Anexo I. | Memória de reunião – retomada do diálogo com os prefeitos da All | 64 |
| Anexo II. | Plano de Trabalho 2016 - Programa de Gestão Institucional | 65 |
| Anexo III. | Nomeação dos gestores públicos de janeiro a junho de 2016 – OFÍCIOS/DECRETOS .66 | |
| Anexo IV. | Primeiro encontro do GT - carta de convocação | 67 |
| Anexo V. | Ata de reunião RJ / NLA / IBAMA – apresentação do Plano de Trabalho e andamento do PGI | 68 |
| Anexo VI. | Relatos das reuniões realizadas do GT e GTM | 69 |
| Anexo VII. | Lista de presença do Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos – Módulo I e II | 70 |
| Anexo VIII. | Avaliação de reação dos participantes do Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos – Módulo I e II | 71 |
| Anexo IX. | Justificativa técnica para não convocação da sociedade civil organizada para participar do Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (Módulo II) | 72 |
| Anexo X. | Relação de projetos entregues e priorizados para UHE Itaocara S.A | 73 |
| Anexo XI. | Planos de Ação Municipal dos municípios de Aperibé/RJ, Cantagalo/RJ, Itaocara/RJ, Santo Antônio de Pádua/RJ e Pirapetinga/MG | 74 |
| Anexo XII. | Memórias de reunião de monitoramento | 75 |

Lista de Figuras

Figura 2.1 – Quantidade de reuniões para a retomada do diálogo com os prefeitos, 2016

Figura 2.2 – Linha do tempo das nomeações, 2016

Figura 2.3 – Quantidade de reuniões realizadas do GT e GTM, 2016/2017

Figura 2.4 – Quantidade de participantes do curso (1º fase)

Figura 2.5 – Divulgação da Atividade - data, horário, local, objetivo (1º fase)

Figura 2.6 – Alcance dos objetivos (1º fase)

Figura 2.7 – Técnicas e recursos utilizados - audiovisuais, dinâmicas e/ou exercícios práticos (1º fase)

Figura 2.8 – Duração da atividade (1º fase)

Figura 2.9 – Atendimento às suas expectativas (1º fase)

Figura 2.10 – Contribuição ao seu desenvolvimento profissional (1º fase)

Figura 2.11 – Organização / coordenação (1º fase)

Figura 2.12 – Avaliação geral da atividade (1º fase)

Figura 2.13 – Integração com os demais participantes (1º fase)

Figura 2.14 – Participação na atividade (1º fase)

Figura 2.15 – Frequência e pontualidade na atividade (1º fase)

Figura 2.16 – Nível de aproveitamento (1º fase)

Figura 2.17 – Clareza e objetividade na exposição do tema (1º fase)

Figura 2.18 – Domínio do assunto (1º fase)

Figura 2.19 – Entrosamento com o grupo (1º fase)

Figura 2.20 – Parâmetros do estudo de caso

Figura 2.21 – Quantidade de participantes do curso (2º fase)

Figura 2.22 – Divulgação da Atividade -data, horário, local, objetivo (2º fase)

Figura 2.23 – Alcance dos objetivos (2º fase)

Figura 2.24 – Técnicas e recursos utilizados - audiovisuais, dinâmicas e/ou exercícios práticos (2º fase)

Figura 2.25 – Duração da atividade (2º fase)

Figura 2.26 – Atendimento às suas expectativas (2º fase)

Figura 2.27 – Contribuição ao seu desenvolvimento profissional (2º fase)

Figura 2.28 – Organização / coordenação (2º fase)

Figura 2.29 – Avaliação geral da atividade (2º fase)

Figura 2.30 – Integração com os demais participantes (2º fase)

Figura 2.31 – Participação na atividade (2º fase)

Figura 2.32 – Frequência e pontualidade na atividade (2º fase)

Figura 2.33 – Nível de aproveitamento (2º fase)

Figura 2.34 – Clareza e objetividade na exposição do tema (2º fase)

Figura 2.35 – Habilidade para criar interesse pelo assunto (2º fase)

Figura 2.36 – Domínio do assunto (2º fase)

Figura 2.37 – Entrosamento com o grupo (2º fase)

Figura 2.38 – Quantidade de reuniões com enfoque no monitoramento, 2016/2017

Lista de Quadros

Quadro 2.1 – Fases de análise dos projetos priorizados

Quadro 2.2 – Status dos Projetos priorizados

Quadro 2.3 - Status dos avanços da atualização dos Planos de Ação Municipal

Quadro 2.4 – Fases de análise dos projetos priorizados

Lista de Tabelas

Quadro 2.1 – Etapas do Programa e respectivas atividades

Quadro 2.2 - Matriz de objetivos, metas e indicadores

Quadro 2.3 - Data das reuniões de retomada do diálogo com os Prefeitos

Quadro 2.4 - Nomeação dos gestores públicos de janeiro a junho de 2016

Quadro 2.5 – Quantidade de reuniões do GT e GTM, 2016-jun/2017

Tabela 2.6 - Quantidade de projetos entregues para UHE Itacara S.A. por área

Tabela 2.7 - Quantidade de projetos priorizados em relação aos entregues para UHE Itacara S.A

1. Introdução

O presente relatório tem como finalidade demonstrar o andamento das atividades realizadas no âmbito da implantação do Programa de Gestão Institucional (PGI), parte integrante do Projeto Básico Ambiental - PBA da UHE Itaocara S.A, a cargo da **Arcadis**, conforme Termo de Referência 2015 – TR 005 V01, para o período de janeiro de 2016 a junho de 2017.

As atividades desenvolvidas no período de referência¹ foram incluídas neste relatório por meio da descrição no corpo do texto da atividade ou por meio de ata e/ou memória de reunião contendo lista de presença, registro fotográfico, projetos, planos e outras evidências.

Destarte, o Relatório Semestral III resgata as informações que foram dispostas nos relatórios anteriores (Relatório Semestral I e Relatório Semestral II), consolidando os relatórios mensais de janeiro a dezembro de 2016, e, além disso, acrescenta as atividades que foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2017, consolidando os relatórios mensais entregues de janeiro a abril de 2017. O relatório mensal de maio é apresentado e unificado neste Relatório Semestral III.

Por este relatório consolidar todas as atividades do Programa de Gestão Institucional – PGI, desenvolvidas no período de referência supracitado, o Relatório Semestral III, caracteriza-se por ser também um relatório final das atividades desenvolvidas pelo Programa durante o ano de 2016 (meses de janeiro a dezembro) e 2017 (meses de janeiro a junho). Além disso, o Relatório Semestral III é um instrumento que pode ser usado para subsidiar tomadas de decisões, promoção de ajustes nas metodologias e procedimentos empregados, além de facilitar a reflexão das ações nos anos subsequentes.

O trabalho realizado no período buscou todos os esforços para continuar o processo de articulação institucional, estabelecido desde a retomada do diálogo com os prefeitos (atividade 1) e a realização do 1º encontro do Grupo de Trabalho de Articulação Intermunicipal (GT) para pactuar as ações e o cronograma deste grupo (atividade 2).

Apesar disso, o Programa de Gestão Institucional (PGI), nos meses iniciais de 2017, esteve limitado em suas ações de articulação com os novos gestores públicos eleitos nas eleições municipais para prefeito e vereadores ocorridas durante o segundo semestre de 2016. Dos 5 municípios da área de influência, 3 deles elegeram um novo gestor executivo municipal (Cantagalo, Itaocara e Pirapetinga), os outros dois municípios restantes, os prefeitos se reelegeram (Aperibé e Santo Antônio de Pádua).

A limitação estava na externalização de resistência do poder público recém-eleitos em continuar colaborando com informações e atualizando os Projetos Estruturantes que vinham sendo elaborados por meio de reuniões promovidas pelo Programa, já que não havia uma definição concreta do cronograma da UHE Itaocara S.A. para início das obras.

¹ Foram desenvolvidas as atividades 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 11 no período de janeiro a dezembro de 2016 (ver Quadro 2.1 na página 6 deste relatório).

Dos municípios da área de influência do empreendimento, somente Aperibé manteve a maioria dos gestores públicos que atuavam em 2016. Essa característica facilitou a articulação do PGI com o GTM de Aperibé, uma vez que a equipe da **Arcadis** não encontrou forte resistência dos gestores por não terem uma posição a respeito do início das obras.

Neste sentido, a **Arcadis** sugeriu ao empreendedor que priorizasse as ações de atualização dos Projetos Estruturantes (segunda parte do Plano de Ação) no município de Aperibé, enquanto o empreendimento não se posiciona a respeito do novo cronograma da obra e também sobre a divulgação das informações oficiais para a retomada do diálogo com os prefeitos da área de influência do empreendimento.

Em relação a primeira parte do Plano de Ação Municipal - PAM, esta parte é uma caracterização socioeconômica e ambiental do município. Neste sentido, o desafio dos gestores públicos, portanto, é atualizar o Plano de Ação com informações demográficas, economia local, saúde, educação, saneamento e meio ambiente, assistência Social e segurança pública. Estes dois últimos temas foram acrescentados em relação ao Plano de Ação pela empresa de consultoria Naduti, de modo a ter uma caracterização completa dos temas que são tratados pelo Programa de Gestão Institucional.

Apesar disso, a atualização da caracterização municipal estava sendo realizada pelo GTM de cada município de modo insatisfatório, isto é, mesmo sob orientação da equipe da **Arcadis**, por meio de reuniões e dos módulos do curso para os gestores públicos, estes não estavam conseguindo atualizar textos, tabelas, gráficos e outras informações do Plano que leva em consideração o contexto e os objetivos do Programa de Gestão Institucional da UHE Itaocara I.

Em vista de agilizar o processo de atualização do Plano de Ação (primeira parte do PAM), que estava a cargo dos municípios realizarem desde o primeiro semestre de 2016, a **Arcadis** estendeu seu auxílio ao GTM, uma vez que sua equipe está atualizando desde meados do primeiro trimestre de 2017, a caracterização socioeconômica e ambiental dos Planos (PAM) dos municípios.

Neste contexto, no período de referência, a **Arcadis** atualizou e submeteu a UHE Itaocara S.A, para apreciação, a primeira parte do Plano de Ação Municipal (PAM) de Aperibé (versão preliminar), que corresponde a caracterização do município em questão, baseado em fontes secundárias, de modo a situar o poder público e outras instituições de interesse do empreendimento da nova realidade do município, assim como foi proposto no relatório de atividade 14 (mês de referência de fevereiro de 2017).

Com isso, a **Arcadis** estendeu seu apoio, atualizando e elaborando a partir da estrutura padronizada da primeira parte do Plano de Ação Municipal (PAM) de Aperibé (aprovada) e replicou para todos os Planos municipais, de forma a ter no final deste processo a caracterização dos Planos de Ação dos cinco municípios da área de influência do empreendimento (Cantagalo/RJ, Itaocara/RJ, Santo Antônio de Pádua/RJ e Pirapetinga/MG).

A partir da reunião inicial que estabeleceu o grupo de trabalho (atividade 2) em março de 2016, foram pactuadas as reuniões no âmbito do GT e do GT Municipal (GTM). No período de referência foram realizadas o total de 45 reuniões, das quais 5 reuniões trataram de assuntos exclusivos do GT e as demais reuniões (total de 40 no período) feitas no âmbito do GTM,

abordaram assuntos relacionados a articulação institucional do programa, monitoramento e atualização dos Planos de Ação Municipais e elaboração de Projetos.

Para auxiliar a administração pública na atualização dos Planos de Ação e na elaboração de Projetos, foi ministrado um curso (atividade 3) de 40 horas previsto no Plano Básico Ambiental - PBA e dividido em dois módulos de 20h cada: o Módulo I sendo realizado no primeiro semestre, e o Módulo II no segundo semestre de 2016.

No primeiro módulo do curso, a **Arcadis** buscou elaborar o conteúdo de forma a tangenciar um projeto de desenvolvimento pessoal dos gestores públicos de modo a compreenderem seus papéis como protagonistas no desenvolvimento socioeconômico e sustentável de seus municípios. No segundo módulo do curso, o conteúdo se direcionou de forma a capacitar os gestores públicos na elaboração de projetos e na identificação de formas de captação de recursos financeiros. Ambos os módulos do curso foram avaliados como ótimos e bons.

O monitoramento (atividade 7) foi assunto de 27 reuniões. Destas reuniões, 21 foram reuniões do GT Municipal dos municípios e 6 foram reuniões de alinhamento de informações com outros Programas do PBA e parcerias. Estas reuniões foram realizadas no primeiro semestre de 2016. Em 2017 não houve reunião que tratasse do monitoramento.

Não houve ocorrência de impactos não previstos sobre os serviços públicos dos municípios da All (atividade 8) nos meses de referência antecedentes ao início das obras.

A preparação dos municípios para a elaboração de seus Planos Diretores (atividade 9) é uma ação de caráter contínua até o término do Programa, sendo tema também do módulo I do curso de capacitação para gestores públicos (atividade 3).

No item a seguir serão apresentadas as ações desenvolvidas até o momento (atividade 11) a partir de uma matriz de objetivos, metas, indicadores e atividades realizadas para, na sequência, ser apresentado a análise quanti-qualitativa das atividades em andamento e cumprimento das metas, sempre tendo como parâmetro o Plano de Trabalho que foi entregue no dia 16/02/16 para a UHE Itacara S.A. e protocolado no IBAMA, sob o nº 02022.001479/2016-44, em 23/02/16.

2. Atividades desenvolvidas

2.1. Matriz de objetivos, metas e indicadores

As ações desenvolvidas se organizam de acordo com as atividades definidas no PBA e se distribuem em 3 etapas e 11 atividades, conforme quadro abaixo.

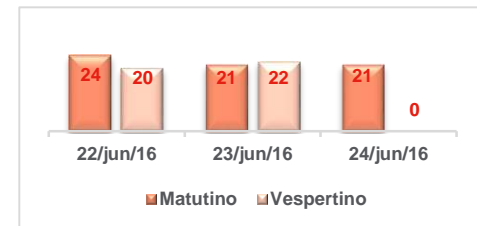
Quadro 2.1 – Etapas do Programa e respectivas atividades

| Etapas | Atividade |
|------------------------------------|--|
| Ações Iniciais | Atividade 1 – Planejamento inicial |
| | Atividade 2 – Articulação institucional e Consolidação do GT |
| Ações de Desenvolvimento | Atividade 3 – Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos |
| | Atividade 4 – Consolidação de Planos de Ação Municipais |
| | Atividade 5 – Estabelecimento de Termos de Compromisso com as Prefeituras para execução dos Projetos |
| | Atividade 6 – Apoio dos projetos estabelecidos no Plano de Ação Municipal |
| | Atividade 7 – Monitoramento dos impactos nos serviços públicos |
| | Atividade 8 – Medidas Emergências frente aos impactos nos serviços públicos |
| | Atividade 9 - Apoio à Elaboração dos Planos Diretores |
| Ações de Monitoramento e Avaliação | Atividade 10 – Acompanhamentos e Oficinas de Avaliação Anual |
| | Atividade 11 – Elaboração de Relatórios Semestrais e Final |

Fonte: Termo de Referência 2015 TR 005 V01 - Elaboração Arcadis 2016.

Para efeito do acompanhamento da efetividade das ações desenvolvidas, apresenta-se, a seguir, a correlação entre as atividades realizadas e os objetivos, metas e indicadores definidos no Plano de Trabalho do Programa de Gestão Institucional (PGI).

Quadro 2.2 - Matriz de objetivos, metas e indicadores

| Objetivos | Metas | Indicadores | Atividades Realizadas | Status |
|---|---|---|---|--|
| 1. Mobilizar a Equipe Técnica de Trabalho; Preparar e consolidar as visitas a campo iniciais; elaborar o Plano de trabalho | 1.1. Estabelecer o primeiro contato com a maioria dos prefeitos da área de influência do empreendimento | 1.1.1. Reestabelecimento do contato com os prefeitos | <p>5 reuniões para retomada do diálogo com os prefeitos dos cinco municípios da All</p>  <p>Figura 2.1 - Quantidade de reuniões para a retomada do diálogo com os prefeitos</p> <p>Nota: * reuniões realizadas até janeiro de 2016.</p> | Concluído |
| | 1.2. Estabelecer as principais ações para nortear o programa | 1.2.1. Plano de Trabalho que norteará as atividades da equipe técnica do Programa | Elaboração do Plano de Trabalho do Programa de Gestão Institucional Protocolo no IBAMA em 23/02/16 (nº 02022.001479/2016-44) | Concluído |
| 2. Estabelecer um canal qualificado de diálogo entre os poderes públicos e a gestão do empreendimento para a implementação dos projetos dos Planos de Ação Municipal; estabelecer com o conjunto dos integrantes nomeados pelas prefeituras as regras de funcionamento do GT e suas Câmaras; articular os gestores públicos dos cinco municípios da All para a consolidação do grupo de trabalho de Articulação Intermunicipal GT em conjunto com o Programa de Estímulo à Participação da População Atingida | 2.1. A elaboração participativa com os membros do GT do planejamento dos trabalhos com cada uma das prefeituras | 2.1.1. GT consolidado com representação de todos os municípios da All | <p>Primeiro encontro do GT realizado em março de 2016.</p> <p>Foram realizadas 45 reuniões nos meses de referência</p>  <p>Figura 2.3 – Quantidade de reuniões realizadas do GT e GTM, 2016</p> | Concluído |
| | | 2.1.2. Quantidade de reuniões realizadas | Atividade Paralisada em jun. 2017 | |
| | 2.1.3. Relatos das reuniões realizadas | Foram elaboradas memórias e/ou atas de todas as reuniões (Anexo VI deste relatório) | Atividade Paralisada em jun. 2017 | |
| | 3. Capacitar os membros do GT, considerados elementos-chave no processo de fortalecimento da gestão pública municipal na gestão de programas, gestão participativa, formação de lideranças e no processo de licenciamento ambiental | 3.1. Realizar Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos no primeiro semestre do Programa para aproximadamente 40 pessoas e carga horária de 20h | 3.1.1. Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos implementado (1ª fase) | <p>Primeira fase do curso realizado nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2016</p> <p>Quantidade de participantes nos três dias ministrados</p>  <p>Figura 2.4 – Quantidade de participantes do curso (1ª fase)</p> |
| 3.1.2. Quantidade de participantes do curso (1ª fase) | | | Concluído | |
| 3.1.3. Carga horária oferecida no curso (1ª fase) | | | Primeira fase do curso teve carga horária de 20 horas | Concluído |
| 3.1.4. Avaliações positivas do público participantes que reflita grau de satisfação com o Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (1ª fase) | | | Avaliação realizada no final da primeira fase do curso | Concluído |

| Objetivos | Metas | Indicadores | Atividades Realizadas | Status |
|--|---|--|--|---|
| | | | <p>Figura 2.12 – Avaliação geral da atividade (1º fase)</p> | |
| | | 3.2.1. Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos implementado (1ª fase) | Segunda fase do curso realizado nos dias 06, 07 e 08 de julho de 2016 | Concluído |
| | | 3.2.2. Quantidade de participantes do curso (1ª fase) | Quantidade de participantes nos três dias ministrados | |
| | | | <p>Figura 2.21 – Quantidade de participantes do curso (2º fase)</p> | Concluído |
| | 3.2. Realizar Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos no segundo semestre do Programa para aproximadamente 50 pessoas e carga horária de 20h | 3.2.3. Carga horária oferecida no curso (1ª fase) | Segunda fase do curso com carga horária de 20h | Concluído |
| | | | Avaliação realizada no final da segunda fase do curso | |
| | | 3.2.4. Avaliações positivas do público participantes que reflita grau de satisfação com o Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (1ª fase) | <p>Figura 2.29 – Avaliação geral da atividade (2º fase)</p> | Concluído |
| 4. Identificar ações públicas relacionadas ao tecido socioeconômico que vêm sendo desenvolvidas e/ou planejadas pelos poderes públicos municipais e estaduais | 4.1. Consolidar os Planos de Ação Municipais nos municípios da All | 4.1.1. Planos de Ação Municipais consolidados para os municípios da All | Ação de caráter contínuo. Versão Preliminar dos Planos de Ação Municipal concluída | Primeira parte concluída / Segunda parte paralisada |
| 5. Formalização dos compromissos mútuos entre empreendedor e municípios da All | 5.1. Estabelecimento de Termos de Compromisso com as Prefeituras de cada um dos 05 municípios da All para execução dos Projetos no segundo semestre do Programa | 5.1.1. Termos de Compromisso com as Prefeituras da All para execução dos Projetos | Ação de caráter contínuo. Aguardando o replanejamento do cronograma de obra | Atividade Paralisada em jun. 2017 |
| 6. Apoiar os municípios no relacionamento com o Consórcio no que se refere a implantação dos projetos dos Planos de Ação Municipais | 6.1. Acompanhar a implantação dos projetos a partir do 3º semestre, ou assim que o Consórcio efetivar o apoio técnico e financeiro ao Plano de Ação | 6.1.1. Atas de reunião | Previsão de início: após a definição dos projetos a serem apoiados | Atividade Paralisada em jun. 2017 |
| 7. Em conjunto com o poder público municipal estabelecer procedimentos de coleta e análise de informações acerca dos impactos causados pelo empreendimento nos serviços públicos de educação, saúde, assistência social, segurança pública e saneamento de forma a indicar a necessidade de eventuais ações emergenciais | 7.1. Pactuação com as prefeituras dos procedimentos e periodicidade da coleta de informações; e elaboração trimestral de relatório analítico acerca dos impactos do empreendimento nos serviços públicos de educação, saúde, saneamento, segurança pública e assistência social | 7.1.1. Relatórios trimestrais de monitoramento dos impactos nos serviços públicos de Saúde, Educação, Segurança Pública, Saneamento e Assistência Social | Foram realizadas 27 reuniões no ano de 2016/2017 com enfoque no monitoramento | Atividade Paralisada em jun. 2017 |
| | | | <p>Figura 2.38 – Quantidade de reuniões com enfoque no monitoramento, 2016</p> | |

| Objetivos | Metas | Indicadores | Atividades Realizadas | Status |
|---|--|---|--|-----------------------------------|
| 8. A cargo da Arcadis fica a sinalização da ocorrência de impactos com intensidade não previstas sobre os serviços públicos dos municípios da All, visando permitir ao empreendedor adotar medidas mitigadoras adicionais | 8.1. Acionar o empreendedor sempre da ocorrência de impactos não previstos sobre os serviços públicos dos municípios da All | 8.1.1. Informes emergenciais | Não houve ocorrência nos meses de referência | Atividade Paralisada em jun. 2017 |
| 9. Auxiliar os municípios a se prepararem para a elaboração de seus planos diretores, fomentando reflexões e discussões sobre as questões relacionadas ao uso e zoneamento do solo que serão impactados pelo empreendimento | 9.1 Estabelecimento de fóruns de discussão no âmbito do GT para preparar os municípios para a elaboração de seus Planos Diretores a partir do início dos trabalhos | 9.1.1 . Quantidade de temas associados à revisão do Plano Diretor levantados e endereçados por cada município | Na primeira fase do curso para gestores público foi abordada a importância do Plano Diretor para os municípios que estão recebendo uma usina hidrelétrica. Esta atividade é uma ação de caráter contínuo | Atividade Paralisada em jun. 2017 |
| | | 10.1.1. Oficina anual realizada em dezembro de 2016 | Previsão de realização: aguardando o replanejamento do cronograma de obra | Não iniciada |
| | 10.1. Realização de Oficina Anual de Planejamento ao final de cada ano do Programa | 10.1.2. Oficina anual realizada em dezembro de 2017 | Previsão de realização: aguardando o replanejamento do cronograma de obra | Não iniciada |
| | | 10.1.3. Avaliações positivas do público que reflita grau de satisfação com os andamentos e resultados das ações do Programa | Previsão de realização: aguardando o replanejamento do cronograma de obra | Não iniciada |
| 10. Realizar ações de monitoramento e avaliação das ações do Programa de forma contínua, possibilitando adequações de rumos | | 10.2.1. Relatório semestral | Relatório elaborado entre junho e julho de 2016 | Concluído |
| | 10.2. Elaboração de 4 (quatro) relatórios consolidados semestrais (atividade 11) | 10.2.2. Relatório semestral | Relatório elaborado entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017 | Concluído |
| | | 10.2.1. Relatório semestral | Previsão de início: elaborado entre janeiro e julho de 2017 | Concluído |
| | | 10.2.1. Relatório semestral | Previsão de início: aguardando o replanejamento do cronograma de obra | Não iniciada |
| | 10.3. Elaboração de relatório consolidado Final (atividade 11) | 10.3.1. Um relatório final | Previsão de início: aguardando o replanejamento do cronograma de obra | Não iniciada |

Fonte: Elaboração Arcadis 2017.

2.2. Análise quanti-qualitativa das atividades realizadas e cumprimento das metas

A análise quanti-qualitativa a ser apresentada neste relatório faz referência aos objetivos que foram trabalhados nos meses de janeiro de 2016 a junho de 2017 e cujas atividades foram concluídas ou estão em andamento, de forma a possibilitar uma leitura sintética e executiva das ações realizadas no período.

Objetivo 1 - Mobilizar a Equipe Técnica de Trabalho; preparar e consolidar as visitas a campo iniciais; elaborar o Plano de trabalho.

As metas estabelecidas para esta atividade (1.1 e 1.2) iniciaram-se em janeiro 2016 e foram concluídas em fevereiro do mesmo ano.

Meta 1.1 - Estabelecer o primeiro contato com a maioria dos prefeitos da área de influência do empreendimento

Indicador

1.1.1 Reestabelecimento do contato com os prefeitos

A Equipe Técnica da **Arcadis**, formada no período de 04 a 10 de dezembro de 2015 para apoiar o Programa de Gestão Institucional, iniciou os primeiros contatos via telefone com assessores e chefes de gabinetes, afim de retomar o diálogo, estabelecer a comunicação com os novos representantes eleitos nas últimas eleições municipais, e também apresentar a equipe formada para fazer a articulação institucional.

Foram realizadas 5 reuniões, sendo três até o mês de janeiro e duas no mês de fevereiro de 2016.

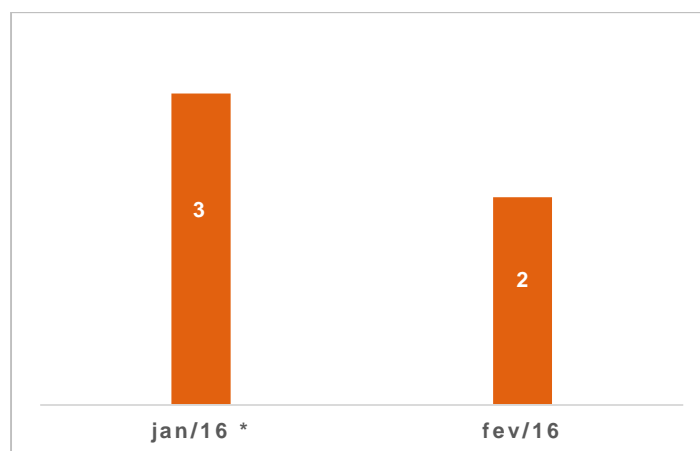


Figura 2.1 – Quantidade de reuniões para a retomada do diálogo com os prefeitos, 2016

Nota: * reuniões realizadas até janeiro de 2016.

A primeira reunião foi realizada na prefeitura de Itaocara em 17 de dezembro de 2015, a segunda em Pirapetinga no dia seguinte, a terceira em Cantagalo no dia 21 de dezembro, a quarta em Santo Antônio de Pádua em 02 de fevereiro de 2016 e a quinta em Aperibé no dia 5 seguinte, quando o especialista em articulação institucional da **Arcadis** se deslocou até a sede das prefeituras para realizar esse contato.

As prefeituras de Aperibé e Santo Antônio de Pádua, ambas do Rio de Janeiro, foram contatadas apenas no mês de fevereiro em virtude da agenda de cada prefeito (ver memória de reunião no Anexo I).

Quadro 2.3 - Data das reuniões de retomada do diálogo com os Prefeitos

| Município | Data da reunião |
|-------------------------------|-----------------|
| Itaocara | 17/12/2015 |
| Pirapetinga | 18/12/2015 |
| Cantagalo | 21/12/2015 |
| Santo Antônio de Pádua | 02/02/2016 |
| Aperibé | 05/02/2016 |

Fonte: Elaboração Arcadis 2016.

Todas as demandas dos prefeitos são consolidadas em planilha de acompanhamento com definição dos encaminhamentos tomados e seus responsáveis, tendo em vista um efetivo relacionamento institucional com as Prefeituras.

Meta 1.2 - Estabelecer as principais ações para nortear o Programa de Gestão Institucional

Indicador

1.2.1 Plano de Trabalho que norteará as atividades da equipe técnica do PGI

Consistiu na estruturação dos trabalhos a serem desenvolvidos durante a realização do programa. A elaboração do Plano de Trabalho é, portanto, o processo de elaborar e documentar progressivamente o escopo do programa, tendo como base o EIA/RIMA, os elementos do Projeto Básico Ambiental (PBA) sob responsabilidade da **Arcadis**, Termo de Referência 2015 – TR 005 V01, Relatório Final das Oficinas de Articulação Institucional e Intersetorial da Ñaduti e a Proposta Técnica (PT) da **Arcadis**, Plano municipais, Projetos que foram pactuados e atas/memórias de reuniões do empreendedor/IBAMA/Prefeitura.

Este Plano de Trabalho contém:

- Descrição do conteúdo técnico a ser trabalhado em cada Etapa, incluindo os enfoques metodológicos a serem utilizados;
- Cronograma de atividades; e
- Equipe Técnica responsável pela articulação institucional.

A cópia digital do Plano de Trabalho de 2016 (ver Anexo II) se encontra sob avaliação do IBAMA/RJ.

O Plano de Trabalho 2016 necessita de ajustes para se adequar à nova expectativa de início das obras que ainda não tem previsão de uma data para começar. Os ajustes devem levar em consideração o cronograma da obra e também deve ser avaliado pelo IBAMA/RJ antes do início das obras da UHE Itaocara I.

Objetivo 2 - Estabelecer um canal qualificado de diálogo entre os poderes públicos e a gestão do empreendimento para a implementação dos projetos dos Planos de Ação Municipal; estabelecer com o conjunto dos integrantes nomeados pelas prefeituras as regras de funcionamento do GT e suas Câmaras; articular os gestores públicos dos cinco municípios da All para a consolidação do grupo de trabalho de Articulação Intermunicipal GT em conjunto com o Programa de Estímulo à Participação da População Atingida.

A meta estabelecida para esta atividade (2.1) está sendo implantada desde janeiro de 2016.

Meta 2.1 - Elaboração participativa com os membros do GT do planejamento dos trabalhos com cada uma das prefeituras

Indicadores

2.1.1 GT consolidado com representação de todos os municípios da All

- **Grupo de trabalho de Articulação Intermunicipal – GT**

Com a retomada do diálogo com os prefeitos dos cinco municípios da área de influência do empreendimento (Aperibé/RJ, Cantagalo/RJ, Itaocara/RJ, Pirapetinga/MG e Santo Antônio de Pádua/RJ) a empresa **Arcadis** validou os nomes dos representantes do poder público do GT junto aos novos prefeitos, que ao longo do ano de 2016 foram atualizados por meio de ofícios e decretos, isto é, renomeando, complementando ou dispondo em contrário aos ofícios e decretos encaminhados anteriormente.

Quadro 2.4 - Nomeação dos gestores públicos de janeiro a junho de 2016

| Município | OFÍCIOS/ DECRETOS |
|------------------------|---|
| Aperibé | OFÍCIO GAB n.º 031/2016; 060/2016 e 069/2016 |
| Cantagalo | OFÍCIO n.º. 056/2016 |
| Itaocara | OFÍCIO GP n.º 259/2015 e 129/2016 |
| Pirapetinga | OFÍCIO GP n.º 307/2015; 067/2016; 082/2016 e 098/2016 |
| Santo Antônio de Pádua | DECRETO 075/2015 e 049/2016 |

Fonte: Elaboração Arcadis 2016.

Assim, a nomeação dos gestores de Aperibé pelo OFÍCIO GAB n.º 031/2016 foi complementado pelos OFÍCIOS GAB n.º 060/2016 e 069/2016; em Itaocara o OFÍCIO GP n.º 259/2015 foi complementado pelo OFÍCIO GP n.º 129/2016; em Pirapetinga o OFÍCIO GP n.º

307/2015 foi substituído pelo OFÍCIO GP n.º 067/2016, este por sua vez substituído pelo OFÍCIO GP n.º 082/2016 e este último pelo ofício GP n.º 098/2016; em Santo Antônio de Pádua o DECRETO 075/2015 foi revogado pelo DECRETO 049/2016.

Os ofícios/decretos do ano de referência de 2015 foram obtidos pela articulação da UHE Itaocara S.A. e os de referência de 2016 foram obtidos pela articulação institucional com os municípios por meio da empresa contratada **Arcadis**. Os ofícios/decretos estão disponíveis no Anexo III deste relatório.

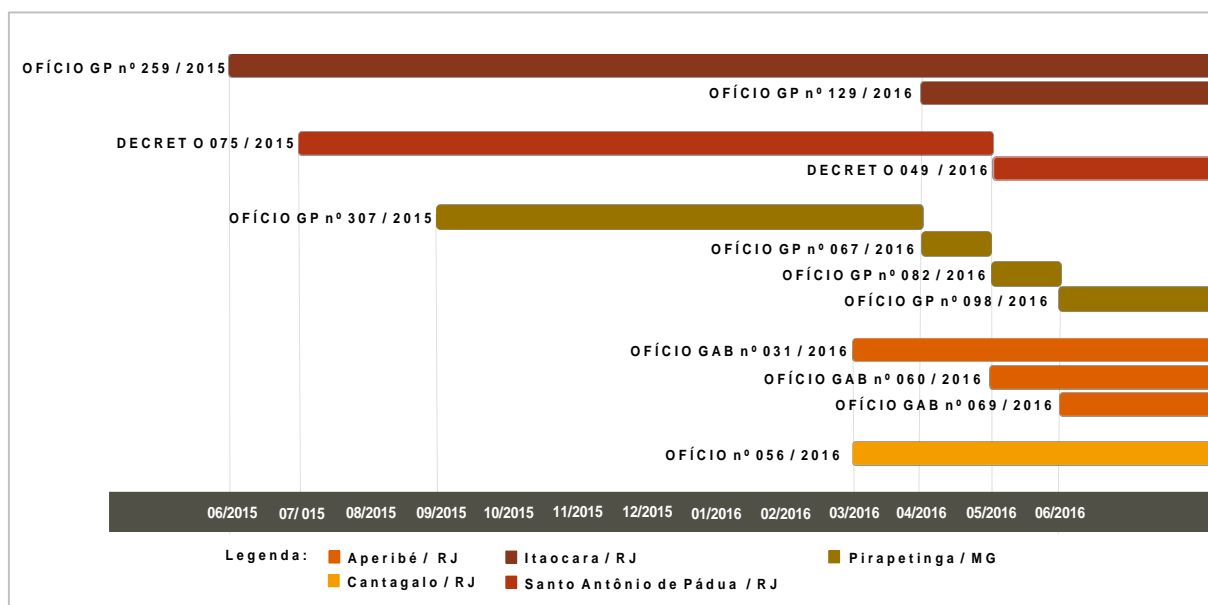


Figura 2.2 – Linha do tempo das nomeações, 2016

A atualização foi motivada pela inclusão de gestores ligados a outras secretarias municipais que não foram contempladas na primeira nomeação, e/ou substituição de membros que não poderiam se dedicar aos trabalhos e rotinas do grupo de trabalho (GT). Assim sendo, o prefeito de cada município (re)nomeou mais gestores que se propuseram a participar do grupo de trabalho de modo que as secretarias de educação, saúde, saneamento, segurança pública e assistência social pudessem ser representadas no grupo de trabalho (GT).

O Programa de Estímulo à Participação da População (PEPP) apontará os representantes da sociedade civil organizada de cada município e uma vez definido pelo PEPP, este Programa (PGI) se encarregará de validar os nomes dos demais membros que comporão o GT como representantes da sociedade civil.

A discussão e aprovação das diretrizes do Grupo de Trabalho de Articulação Intermunicipal (GT) em relação ao PBA foram realizadas em três encontros².

A primeira reunião do “Encontro Inaugural do novo GT” foi realizada em 15/03/2016 com duração de 1h35min, no escritório da UHE Itaocara S.A. (Rua Marechal Floriano Peixoto, 152 – Jardim da Aldeia, Itaocara, RJ) com a participação dos municípios de Itaocara, Santo Antônio

² Os relatos das reuniões realizadas são apresentados no item 2.1.3 deste relatório.

de Pádua (RJ) e Pirapetinga (MG). Os prefeitos dos municípios de Cantagalo e Aperibé, ambos do Estado do Rio de Janeiro, não haviam nomeado seus representantes até a data marcada e também não enviaram representantes para participar da reunião. Contudo, todos os municípios foram convidados por carta protocolada em cada prefeitura (ver carta de convocação e pauta de reunião no Anexo IV).

A reunião contou com a abertura dos trabalhos pela empresa **Arcadis**, contratada pela UHE Itaocara S.A para o apoio ao Programa de Gestão Institucional (PGI), em seguida foi apresentado o PGI no contexto do processo de licenciamento da UHE Itaocara I, apresentação dos representantes do GT, estrutura de governança do GT, pactuação do cronograma de atividades do GT e cronograma de reuniões de monitoramento.

Destarte ficou decidido na primeira reunião do grupo de trabalho que a câmara técnica do GT se reunirá trimestralmente e será dividida em quatro eixos (Gestão Ambiental da Obra, Monitoramento e Controle Ambiental, Sociais e Institucionais e Plano Integrado de Sustentabilidade) de modo que tenha, pelo menos, um representante de cada município em cada eixo.

Cabe ressaltar que na reunião do dia 31/03/2016 com IBAMA/RJ (ver Anexo V) para apresentação do Plano de Trabalho e acompanhamento do PGI – UHE Itaocara I, previu-se que nos encontros trimestrais do GT fossem apresentados a avaliação e acompanhamento dos relatórios periódicos de monitoramento municipal nos temas de Saúde, Educação, Saneamento, Segurança Pública e Assistência Social.

Ainda na primeira reunião do grupo de trabalho, foi pactuado com os presentes que as câmaras municipais teriam reuniões periódicas, preferencialmente na primeira e terceira semana de cada mês, de modo que pudessem atualizar os Planos de Ação e elaborar os Projetos Municipais até julho de 2016 quando seriam assinados os Termos de Compromisso.

A última pactuação da primeira reunião foi que a metodologia da linha de base de monitoramento para os temas de educação, saneamento, segurança pública e assistência social seria consolidada a partir da primeira reunião da câmara técnica. E, uma vez estabelecida a linha de base, esta será atualizada periodicamente com levantamentos trimestrais. As informações atualizadas seriam apresentadas por meio do relatório analítico nas câmaras técnicas.

A segunda e a terceira reunião do “Encontro Inaugural do novo GT” ocorreram nos dias 29/03/2016 e 20/04/2016 com os representantes nomeados do GT do município de Aperibé e Cantagalo, respectivamente, com o objetivo de dar continuidade ao processo de consolidação do Grupo de Trabalho. Para isso foram reapresentadas as informações da reunião do dia 15/03/2016, informando as decisões tomadas e corroborando os resultados.

No dia 26/04/2016, no âmbito do GT, também foi realizada reunião no escritório da UHE Itaocara S.A com a participação do IBAMA e os representantes do GT da AII. O objetivo da reunião, promovida pelo IBAMA, foi explicar o papel de cada município, representados pelo grupo de Trabalho, na identificação dos impactos negativos e positivos do empreendimento tendo em vista a importância desse grupo de trabalho no processo participativo por meio do Programa de Gestão Institucional.

Dando continuidade aos trabalhos do GT, no dia 24/07/2016 foi realizado o primeiro encontro do grupo com participação de gestores públicos e alguns integrantes da sociedade civil organizada para discutir os resultados do Programa de Formação de Mão de Obra, Programa de Comunicação Social e o Programa de Prospecção, Resgate e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico. Apesar da participação da sociedade civil organizada na reunião, o programa PEPP ainda estava articulando e mobilizando as entidades que integrarão o GT.

Nos períodos de julho a dezembro de 2016 e janeiro a junho de 2017 não houve encontro do GT (gestores e sociedade civil organizada). Os encontros acontecerão a partir da mobilização das entidades civis que integrarão o GT intermunicipal e/ou quando solicitado pelos integrantes (gestores) que já fazem parte do grupo de trabalho.

- **Grupo de trabalho de Articulação Municipal - GTM**

A partir da reunião inicial que estabeleceu o Grupo de Trabalho em 15/03/2016, foram estabelecidas no âmbito do GT Municipal (GTM) reuniões quinzenais de acompanhamento dos trabalhos de atualização dos Planos Municipais e Projetos.

Apesar do objetivo de as reuniões estar relacionado à atualização do Plano e Projetos, no período de março a junho de 2016, nas reuniões foram também abordados diversos temas. Durante as reuniões dos meses de março e abril foram estabelecidas algumas diretrizes de articulação do GT e monitoramento e nos meses de maio e junho as reuniões abordaram questões de articulação institucional, monitoramento e acompanhamento da atualização do Plano de Ação Municipal e dos Projetos (câmara municipal).

No primeiro semestre de 2016, abordar diversos assuntos em uma única reunião foi aceito pelos gestores na medida em que foi possível reduzir a quantidade de reuniões, abrindo a agenda de compromissos dos gestores, que no dia a dia já possuem outras responsabilidades com seus municípios.

No segundo semestre de 2016, período de julho a dezembro de 2016, a quantidade de reuniões foi reduzida pelo contexto do pré/pós-eleições e pela incerteza dos gestores que compõe o GTM a respeito do início das obras da UHE Itaocara I.

No contexto das pré-eleições, os gestores estavam se preparando para a campanha eleitoral obedecendo a agenda de seus respectivos partidos, dificultando os encontros do GTM nos meses que antecederam as eleições eleitorais para prefeito e vereadores. Com isso, no início da campanha para as eleições para prefeito e vereadores, no mês de agosto/2016, não houve reuniões nos municípios.

Por sua vez, a empresa **Arcadis** promoveu a discussão internamente para identificar estratégias para continuar as atividades do PGI junto ao empreendedor. Essa ação interna resultou na estratégia de realizar em setembro de 2016 algumas reuniões com os gestores para discutir e identificar em que fase estavam os projetos sugeridos (mesmo que incompletos) pelo GTM e apresentá-los para os técnicos da UHE Itaocara S.A. de modo a aproximar ainda mais o diálogo entre os gestores e o empreendedor.

Em outubro do mesmo ano, pós-eleições municipais, a dificuldade de reunir o grupo de trabalho estava no fato de que as prefeituras se encontravam em fase de reestruturação interna e transição para a próxima gestão, como é o caso de Itaocara/RJ, Cantagalo/RJ e

Pirapetinga/MG. E nos municípios em que os prefeitos se reelegeram (Aperibé/RJ e Santo Antônio de Pádua/RJ) o mesmo processo de fechamento da gestão se apresentou como uma dificuldade para realização das reuniões quinzenais.

Além disso, os gestores municipais estavam desmotivados, uma vez que as obras não começaram no período estabelecido pela coletiva de imprensa em meados do ano de 2016, apesar do PGI da UHE Itacara I somar forças para animá-los, informando-os a respeito do andamento do processo continuado do licenciamento ambiental do empreendimento e da possibilidade dos projetos municipais que poderão ser aprovados pelo IBAMA/RJ.

No final do segundo semestre de 2016, as prefeituras estavam desestruturadas economicamente, restringindo, assim, recursos para manter o contingente de pessoas nas secretarias, levando a um corte de funcionários, resultando no acúmulo de funções pelos gestores públicos inviabilizando ainda mais os encontros com o GTM.

Com as eleições municipais para prefeito e vereadores ocorridas durante o segundo semestre de 2016, a Arcadis aguardou durante o primeiro semestre de 2017 a autorização da UHE Itacara S.A para retomar as atividades de articulação com a nova gestão municipal, empossadas desde janeiro de 2017.

Informar da atual situação da UHE Itacara I é estratégico para criar uma nova agenda institucional entre poder público e o empreendimento e por consequência o apoio da atual gestão para continuar os trabalhos do GT e reestabelecer o cronograma de encontros para a atualização dos Planos de Ação e dos Projetos Municipais.

2.1.2 Quantidade de reuniões realizadas

No período de referência de janeiro de 2016 a junho de 2017 foram realizadas o total de 45 reuniões, quantificadas neste item (2.1.2) e listadas no item 2.1.3 deste relatório. Do total de reuniões, 5 reuniões trataram de assuntos exclusivos do GT e as demais (total de 40 no período) foram feitas no âmbito do GTM em que foram abordados assuntos relacionados a articulação institucional do programa, monitoramento e atualização do plano de ação e projetos.

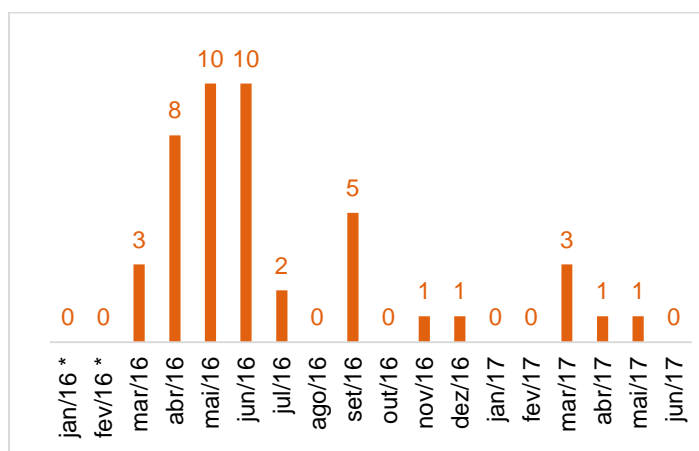


Figura 2.3 – Quantidade de reuniões realizadas do GT e GTM, 2016/2017

Quadro 2.5 – Quantidade de reuniões do GT e GTM, 2016-jun/2017

| Ano/mês de referência | Quantidade de reuniões | | |
|-----------------------|------------------------|-----------|-----------|
| | GT | GTM | Total |
| Ano de 2016 | | | |
| Janeiro* | 0 | 0 | 0 |
| Fevereiro* | 0 | 0 | 0 |
| Março | 2 | 1 | 3 |
| Abril | 2 | 6 | 8 |
| Maio | 0 | 10 | 10 |
| Junho | 1 | 9 | 10 |
| Julho | 0 | 2 | 2 |
| Agosto | 0 | 0 | 0 |
| Setembro | 0 | 5 | 5 |
| Outubro | 0 | 0 | 0 |
| Novembro | 0 | 1 | 1 |
| Dezembro | 0 | 1 | 1 |
| Ano de 2017 | | | |
| Janeiro | 0 | 0 | 0 |
| Fevereiro | 0 | 0 | 0 |
| Março | 0 | 3 | 3 |
| Abril | 0 | 1 | 1 |
| Maio | 0 | 1 | 1 |
| Junho | 0 | 0 | 0 |
| Total | 5 | 40 | 45 |

Fonte: Elaboração Arcadis 2017.

Nota: * No período de janeiro e fevereiro de 2016 não ocorreram reuniões com o GT e GTM, uma vez que as reuniões se iniciaram em março de 2016 de acordo com o cronograma de atividades do PGI - protocolado no Ibama.

2.1.3 Relatos das reuniões realizadas

Os relatos das reuniões realizadas estão dispostos no Anexo VI deste relatório. A seguir é apresentada a relação de reuniões do período de referência.

Ano de 2016

Janeiro e fevereiro/16

Neste período não ocorreram registros (memória de reunião e/ou ata) das reuniões com o GT e GTM, uma vez que as reuniões se iniciaram em março de 2016 de acordo com o cronograma de atividades do PGI protocolado no Ibama.

Março/16

- Ata de reunião do dia 15/03/2016 – 1º encontro do GT
- Ata de reunião do dia 29/03/2016 – 1º Encontro do GT - 2º reunião (Aperibé)
- Memória de reunião do dia 30/03/2016 – câmara municipal de S. A. Pádua

Abril/16

- Memória de reunião do dia 04/04/2016 – câmara municipal de S. A. Pádua
- Memória de reunião do dia 11/04/2016 – câmara municipal de Aperibé
- Memória de reunião do dia 11/04/2016 – câmara municipal de Itaocara
- Memória de reunião do dia 19/04/2016 – câmara municipal de S. A. Pádua
- Memória de reunião do dia 20/04/2016 – câmara municipal de Aperibé
- Ata de reunião do dia 20/04/2016 – 1º encontro do GT em Cantagalo (3º reunião)
- Memória de reunião do dia 20/04/2016 – câmara municipal de Itaocara
- Memória de reunião do dia 26/04/2016 – IBAMA e GT

Maio/16

- Memória de reunião do dia 02/05/2016 – câmara municipal de Itaocara
- Memória de reunião do dia 03/05/2016 – câmara municipal de Cantagalo
- Memória de reunião do dia 06/05/2016 – câmara municipal de Aperibé
- Memória de reunião do dia 06/05/2016 – câmara municipal de Pirapetinga
- Memória de reunião do dia 17/05/2016 – câmara municipal de Itaocara
- Memória de reunião do dia 19/05/2016 – câmara municipal de Cantagalo
- Memória de reunião do dia 20/05/2016 – câmara municipal de Aperibé
- Memória de reunião do dia 20/05/2016 – câmara municipal de Pirapetinga
- Memória de reunião do dia 23/05/2016 – câmara municipal de S. A. Pádua
- Memória de reunião do dia 25/05/2016 – câmara municipal de Cantagalo

Junho/16

- Memória de reunião do dia 06/06/2016 – câmara municipal de Aperibé
- Memória de reunião do dia 06/06/2016 – câmara municipal de Pirapetinga
- Memória de reunião do dia 06/06/2016 – câmara municipal de S. A. Pádua
- Memória de reunião do dia 08/06/2016 – câmara municipal de Cantagalo
- Memória de reunião do dia 09/06/2016 – câmara municipal de Aperibé
- Memória de reunião do dia 10/06/2016 – câmara municipal de Itaocara

- Memória de reunião do dia 13/06/2016 – câmara municipal de Pirapetinga
- Memória de reunião do dia 15/06/2016 – câmara municipal de Cantagalo
- Memória de reunião do dia 17/06/2016 – câmara municipal de S. A. Pádua
- Memória de reunião do dia 24/06/2016 – GT (câmara intermunicipal)

Julho/16

- Memória de reunião do dia 26/07/2016 – câmara municipal (Aperibé, Itaocara e Santo Antônio de Pádua)
- Memória de reunião do dia 28/07/2016 – câmara municipal de Santo Antônio de Pádua

Agosto/16

- No mês de referência não houve reuniões nos municípios da área de abrangência do empreendimento.

Setembro/16

- Memória de reunião do dia 13/09/2016 – câmara municipal de Aperibé, Itaocara e S. A. de Pádua
- Memória de reunião do dia 14/09/2016 – câmara municipal de Itaocara
- Memória de reunião do dia 14/09/2016 – câmara municipal de S. Aperibé
- Memória de reunião do dia 15/09/2016 – câmara municipal de S. A. de Pádua
- Memória de reunião do dia 20/09/2016 – câmara municipal de Cantagalo

Outubro/16

- No mês de referência não houve reuniões nos municípios da área de abrangência do empreendimento devido às eleições municipais.

Novembro/16

- Memória de reunião do dia 16/11/2016 – câmara municipal de Aperibé

Dezembro/16

- Memória de reunião do dia 21/12/2016 – câmara municipal de Aperibé

Ano de 2017

Janeiro/17

- No mês de referência não houve reuniões nos municípios da área de abrangência do empreendimento.

Fevereiro/17

- No mês de referência não houve reunião nos municípios da área de abrangência do empreendimento.

Março/17

- Ata de reunião do dia 08/03/2017 – câmara municipal de Aperibé – (manhã);
- Ata de reunião do dia 08/03/2017 – câmara municipal de Aperibé – (tarde); e
- Ata de reunião do dia 14/03/2017 – câmara municipal de Aperibé.

Abril/17

- Ata de reunião do dia 04/04/2017 – câmara municipal de Aperibé.

Mai/17

- Memória e ata de reunião – câmara municipal de Aperibé.

Junho/17

- No mês de referência não houve reunião nos municípios da área de abrangência do empreendimento.

Objetivo 3. Capacitar os membros do GT, considerados elementos-chave no processo de fortalecimento da gestão pública municipal na gestão de programas, gestão participativa, formação de lideranças e no processo de licenciamento ambiental.

As metas estabelecidas para esta atividade (**3.1 e 3.2**) iniciaram-se em junho 2016 e foram concluídas em julho do mesmo ano.

Meta 3.1 - Realizar Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos no primeiro semestre do Programa para aproximadamente 40 pessoas e carga horária de 20h

Indicadores

3.1.1. Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos implementado (1ª fase)

A finalidade do módulo I foi capacitar os membros do GT, considerados elementos-chave no processo de fortalecimento da gestão pública municipal na gestão de programas, gestão participativa, formação de lideranças e no processo de licenciamento ambiental.

No primeiro módulo do curso, a **Arcadis** buscou elaborar o conteúdo de forma a tangenciar um projeto de desenvolvimento pessoal dos gestores públicos de modo que compreendessem seus papéis como protagonistas do desenvolvimento socioeconômico e sustentável de seus municípios.

A primeira fase do curso foi realizada no Centro de Convenções Ataíde Faria Leite em Aperibé/RJ. Esse espaço foi liberado pela Secretaria de Educação de Aperibé para ser utilizado nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2016.

Nos dias 22 e 23 (quarta e quinta-feira) o módulo foi realizado das 8 h às 17 h. No dia 24 (sexta-feira) o módulo foi realizado no período matutino (8 h às 12 h) completando assim as 20 horas previstas pelo PBA para serem realizadas no primeiro semestre. Em todos os dias de curso, a Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ofereceu café da manhã, almoço e café da tarde para os participantes, conforme previsto no Projeto Básico Ambiental.

A divulgação do curso foi feita durante as reuniões quinzenais com o GTM, uma vez que a primeira fase do curso teve como público alvo os gestores públicos do Grupo de Trabalho municipal da All. Nos dias que antecederam o curso, foram confirmados a presença de 38 gestores públicos, comparecendo efetivamente, em média, por período (matutino/vespertino), cerca de 21 pessoas. A lista de presença foi disponibilizada no Anexo VII deste relatório.

Os principais acontecimentos dos três dias do curso foram registrados a seguir.

Data: 22 de junho de 2016

Horário: 8 h às 17 h

Módulo: Formação de Líderes

Instrutora: Auxiliadora Reis

A parte do curso que tratou a ‘Formação de Liderança’ do Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos foi iniciado às 8 h com a presença de 24 gestores públicos dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua.

O Sr. Jonathas Cristovão, Coordenador de Campo da **Arcadis**, realizou a abertura do curso com a apresentação das instrutoras, material de apoio distribuído (apostila) e objetivos do curso, passando, em seguida, a palavra para a Sr.^a Auxiliadora Reis dar início à programação do dia.



Foto: Luciana Antunes/PCS

Abertura do curso com o Coordenador de Campo da Arcadis

Foram distribuídas tarjetas coloridas para os participantes escreverem em cada uma delas seu nome, cargo/função, município e as expectativas em relação ao curso. Solicitou-se que cada um dos participantes se levantasse e colasse suas informações no quadro disponível e se apresentasse ao grupo.



Foto: Jonathas Cristovão/Arcadis

Apresentação dos participantes por meio de tarjetas

No período da manhã foram trabalhados os conceitos de comunicação, liderança, serviço, ética, qualidade voltados à gestão pública e realizada a primeira dinâmica, na qual os participantes foram divididos em quatro grupos. Cada um deveria colocar no papel o próprio nome no centro e em volta de seu nome as pessoas com as quais se comunicava diariamente no ambiente de trabalho, depois discutir com o grupo e, na sequência, apresentar aos demais. Pode-se observar que os desafios encontrados na comunicação são comuns a todos, mesmo em secretarias e/ou municípios diferentes.

Houve uma pausa para o café e, no retorno, a instrutora iniciou explanação do tema Liderança Situacional. Apresentou esta teoria, suas premissas, as questões de maturidade dos liderados, deixando o aprofundamento do tema para o retorno do almoço.



Foto: Jonathas Cristovão/Arcadis

Pausa para o café e confraternização entre os gestores

No período da tarde, que se iniciou às 13 h, houve uma redução do número de participantes para aproximadamente 20 pessoas, possivelmente devido a uma auditoria do TCE nas secretarias dos municípios de Aperibé e Santo Antônio de Pádua. Porém, o grupo remanescente estava muito ativo e participativo, o que tornou a experiência do curso ainda mais rica.

A instrutora continuou a explanação sobre Liderança Situacional com estilos de liderança, aplicação da liderança situacional e habilidades dos líderes. Foram realizadas algumas dinâmicas para reforçar o trabalho em equipe e a “Compreensão tradicional da pessoa” onde os participantes foram divididos em três grupos e deveriam ler o texto apresentado no material didático disponibilizado, discutir o tema e apresentar em painéis o resumo de suas discussões sobre o tema.

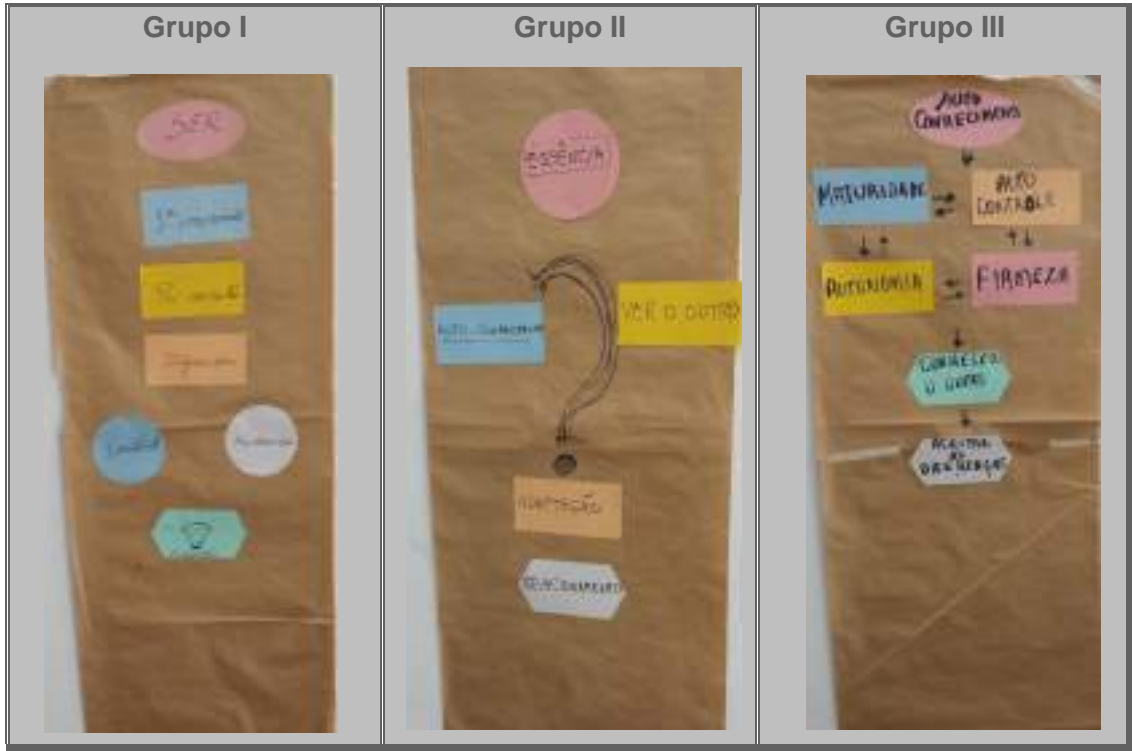


Foto Adaptada: Jonathas Cristovão/Arcadis

Painel resumo das discussões sobre o tema

Pode-se perceber um alinhamento no entendimento geral do tema por todo o grupo e troca de experiências pessoais.

Ao final foi realizada avaliação oral das atividades do dia, na qual cada participante deveria resumir em uma palavra o que achou do curso. De modo geral, as avaliações foram muito positivas. Os participantes relataram que todo o conteúdo havia sido passado com muita leveza, que se sentiram motivados novamente com seus trabalhos e atribuições, além do curso ter subsidiado novas ideias para suas relações no ambiente de trabalho e até que convidarão mais pessoas para os próximos dias de capacitação.

As atividades foram encerradas às 17 h.

Data: 23 de junho de 2016

Horário: 8 h às 12 h

Módulo I: Iniciação à Gestão de Políticas Públicas Participativas I

Instrutora: Auxiliadora Reis

O segundo dia do curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (Módulo I) iniciou às 8 h com a instrutora abordando o tema referente à Gestão de Políticas Públicas Participativas (parte 1) que contou com a presença de 21 gestores públicos dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itacara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua.



Foto: Jonathas Cristovão/Arcadis

Início do segundo dia do Módulo I

A instrutora retomou o conteúdo ministrado no anterior e apresentou aos gestores o ambiente como fator de motivação e o desafio dos líderes a ajudar as pessoas a caminhar em direção a maturidade. Neste sentido foram abordadas as ferramentas de comunicação para líderes e em seguida foi trabalhado com o grupo como identificar *queibres* e como lidar no dia a dia.



Foto: Jonathas Cristovão/Arcadis

Painel com a identificação dos *queibres* e como lidar no dia a dia

Foi exibido um vídeo para os participantes para demonstrar o conceito de liderança e trabalho em equipe. O grupo se sentiu à vontade para compartilhar experiências do dia a dia sobre trabalho em equipe.

A aula foi finalizada às 12 h, com agradecimento da instrutora para o grupo e *feedback* oral positivo por parte dos participantes.



Foto: Luciana Antunes/PCS

Foto em conjunto, equipe Arcadis e gestores participantes

Data: 23 de junho de 2016

Horário: 13 h às 17 h

Módulo I: Gestão de Políticas Públicas Participativas II

Instrutora: Madalena Los

O tema de Gestão de Políticas Públicas Participativas foi retomado na segunda parte do dia (pós almoço) às 13 h, mas agora com um enfoque voltado para as políticas de meio ambiente. Estavam presentes 22 gestores públicos dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itacara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua. Neste sentido foi apresentado um breve histórico das questões ambientais no setor elétrico brasileiro.

Na sequência foi apresentada a Política Nacional de Meio Ambiente, discorrendo-se sobre a Lei nº 6.938 de 31/08/81, que instituiu essa política, e demais diplomas legais que disciplinam e normatizam as questões ambientais no Brasil.

O tema seguinte abordado referiu-se aos impactos da UHE Itacara I, momento em que os participantes fizeram diversos questionamentos.



Foto: Jonathas Cristovão/Arcadis

Apresentação expositiva e dialogada da instrutora Madalena Los

As informações sobre o projeto do empreendimento foram apresentadas na sequência por Antônio Netto, Analista Ambiental da Usina Hidrelétrica Itacara S.A., tendo os participantes novamente realizado vários questionamentos, em sua maior parte esclarecidos pelo colaborador.



Foto: Luciana Antunes/PCS

Apresentação das características do empreendimento

Após o intervalo, formaram-se quatro grupos, organizados pelas instrutoras Madalena Los e Sueli Galhardo de maneira que, em cada grupo, houvesse representantes de diversos municípios e de diferentes secretarias.

A atividade consistiu em discutir os possíveis impactos no território de seus municípios, e, considerando os pontos fortes e os pontos fracos de cada município, quais seriam mais intensos. Foi solicitado também que fossem identificadas políticas municipais existentes e que poderiam ser reforçadas, ou identificar programas e políticas que deveriam ser implementadas para fazer frente aos impactos previstos.

Os resultados foram apresentados em tarjetas por tema, considerando saúde, segurança, assistência social e educação, conforme figura a seguir.



Foto: Marina Leite/Arcadis

Painel com os resultados da atividade proposta

Vários impactos foram assinalados, embora de forma genérica. Apenas na discussão os participantes concordaram que alguns impactos serão mais intensos em alguns municípios que em outros, tais como aqueles relacionados ao afluxo de pessoas à obra, mais intenso em Itacara e Aperibé, onde ficarão o eixo da barragem e o canteiro de obras. Também com relação à possibilidade de atropelamentos e aos incômodos com ruídos e poeira, estes serão mais intensos nestes municípios e naqueles pelos quais passarão os veículos. Finalmente, no que se refere à pressão sobre equipamentos de saúde, o entendimento é que Santo Antônio de Pádua, atualmente referência na região, será o município mais impactado. Já problemas de disseminação de drogas foram considerados generalizados para todos os municípios, incluindo as zonas rurais.

Ao final, ao menos um participante manifestou sua frustração por não terem sido discutidas as medidas. No entanto, os próprios participantes não o fizeram durante a atividade, tampouco na discussão, o que reflete a dificuldade em associar programas e projetos para fazer frente aos impactos identificados. Foi informado que nas atividades do dia seguinte esse tema seria retomado e discutido.

As atividades foram encerradas às 17 h.

Data: 24 de junho de 2016

Horário: 8 h às 12 h

**Módulo I: Formação de Gestão de
Programas para Gestores Públicos**

Instrutora: Sueli Galhardo

O Terceiro e último dia do curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (Módulo I) iniciou às 8 h com a instrutora abordando o tema referente à Gestão de Programas para Gestores Públicos (parte 1) que contou com a presença de 21 gestores públicos dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itacara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua.



Foto: Jonathas Cristovão/Arcadis

Apresentação expositiva e dialogada da instrutora Sueli Galhardo

No início da aula foram trabalhados os conceitos que permeiam a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), Plano Plurianual, Plano Diretor e os possíveis impactos que serão gerados pela vinda do empreendimento para a região.



Foto: Jonathas Cristovão/Arcadis

Exercício coletivo para levantar os impactos da vinda do empreendimento

Esses impactos foram divididos em áreas, a saber:

Educação:

- Falta de vagas nas escolas e creches
- Gastos com insumos para manter as unidades funcionando
- Procura por vagas

- Espaço físico
- Recursos humanos
- Material didático
- Merenda
- Transporte (ônibus)

Saúde:

- Aumento da natalidade
- Aumento de acidentes
- Aumento de DST's
- Aumento de endemias
- Aumento de demanda por atendimento
- Ampliação das ESFs – DST
- Leitos hospitalares
- Medicamentos
- Epidemias
- Espaço físico

Assistência Social:

- Aumento da prostituição
- Realocação de comunidade cemitério
- Aparecimento de “barrageiros”
- Morador de rua
- Vulnerabilidade habitacional
- Aumento da demanda de benefícios assistenciais
- Abandono
- Drogas

Saneamento:

- Maior produção de resíduos
- Interferência sobre o sistema de drenagem e esgotamento
- Alteração da qualidade da água
- Lixo
- Esgoto irregular
- Construções desordenadas
- Saneamento básico

Segurança:

- Aumento da violência, drogas e furtos
- Criminalidade
- Acidentes nas vias
- Violência (doméstica, sexual)

Agricultura / Pecuária / Piscicultura

- Subsistência

Meio ambiente:

- Mudança na flora e fauna
- Clima

Foi solicitado ao grupo que a partir dos impactos levantados fossem listadas diretrizes para os municípios e, a partir das diretrizes, apontar alguns projetos que poderão ser implantados nos diferentes municípios.

Foi compartilhado com o grupo que as diretrizes, por serem genéricas, poderiam servir para todos os municípios, e o que iria diferenciar essas diretrizes seriam os projetos que cada município desenharia, levando em conta suas necessidades e particularidades. Segue abaixo o resultado elaborado pelo grupo.

Diretrizes e possíveis **projetos** levantados pelos gestores:

- Diretriz: Ênfase na reestruturação e criação de áreas de proteção ambiental
Projetos: 1. Recuperação de áreas degradadas
2. Criação de unidades de conservação
- Diretriz: Garantia da atividade econômica dos impactados
Projetos: 1. Criação de propriedades autossustentáveis
2. Criação de agrovilas
- Diretriz: Plano de reestruturação urbana
Projetos: 1. Redimensionar vias principais
2. Criação de ciclovias
- Diretriz: Plano de saneamento
Projetos: 1. Efetivar fiscalização da obrigatoriedade das fossas/filtros individuais
2. Execução dos planos de saneamento
- Diretriz: Plano de engenharia de trânsito
Projetos: 1. Executar o plano de mobilidade – garantir acessibilidade PNE
2. Rede municipal e intermunicipal de transporte público
- Diretriz: Plano de redimensionamento de equipamentos públicos
Projetos: 1. Construção ou ampliação dos prédios de saúde
2. Criação de áreas de convivência (lazer)
3. Construção ou ampliação dos prédios da educação
- Diretriz: Construção de posto de saúde em Cantagalo
- Diretriz: Zoneamento Aperibé
Projetos: 1. Elaboração do plano diretor
- Diretriz: Implantar o plano de mobilidade urbana
Projetos: 1. Construção de ciclovias
2. Semáforos
3. Adequação das estruturas para acessibilidade
- Diretriz: Inserir gestão de resíduos
Projetos: 1. Aquisição de equipamentos
2. Implantação da coleta seletiva
3. Elaboração do plano municipal de resíduos sólidos
4. Mitigação dos lixões

Um dos grupos separou as diretrizes por município, como segue:

- Diretrizes para o município de Santo Antônio de Pádua:
 - i. Potencialização do atendimento hospitalar
 - ii. Segurança pública

Projetos: 1. Central de monitoramento e câmeras
2. Aumento do patrulhamento
3. Capacitação dos agentes de segurança

- Diretrizes para o município de Pirapetinga:
 - i. Geração de trabalho e renda
 - ii. Reestruturação da malha viária
 - iii. Revisão da delimitação urbana

- Diretrizes para o município de Aperibé:
 - i. Segurança pública
 - ii. Saneamento
 - iii. Educação

- Diretrizes para o município de Itaocara:
 - i. Mobilidade urbana
 - ii. Segurança pública

- Diretrizes para o município de Cantagalo:
 - i. Segurança pública
 - ii. Educação
 - iii. Saúde
 - iv. Habitacional

As atividades foram encerradas às 12 h.

3.1.2. Quantidade de participantes do curso (1ª fase)

Durante as reuniões com o GTM foram confirmadas a presença de 38 gestores no curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos. Porém compareceram efetivamente no evento um pouco mais que a metade dos gestores confirmados. Alguns gestores não puderam comparecer, pois estavam recebendo os fiscais do Tribunal de Contas do Estado (TCE) como foi o caso de Aperibé, Itaocara e Santo Antônio de Pádua. Neste último município alguns gestores não compareceram também por estarem treinando os recém nomeados/contratados nas diversas secretarias do município.

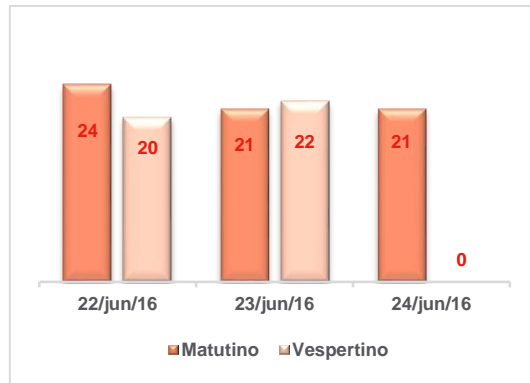


Figura 2.4 – Quantidade de participantes do curso (1º fase)

3.1.3. Carga horária oferecida no curso (1ª fase)

Na primeira fase do curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos foi oferecida a carga horária de 20 horas.

3.1.4. Avaliações positivas do público participantes que reflita grau de satisfação com o Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (1ª fase)

A avaliação de Reação foi aplicada ao final do módulo 1 (ver Anexo VIII). Essa avaliação não tem caráter científico, apenas pretende captar “a quente” a percepção dos participantes no final da atividade.

Contamos com 18 questionários respondidos.

Quanto à atividade

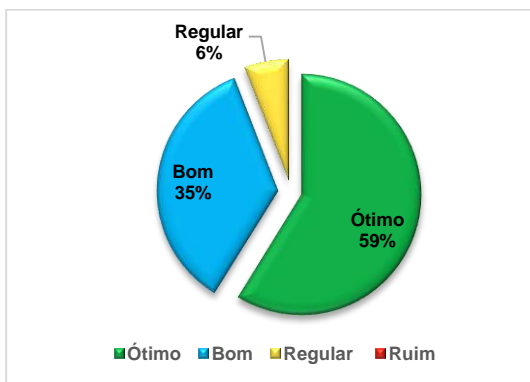


Figura 2.5 – Divulgação da Atividade - data, horário, local, objetivo (1º fase)

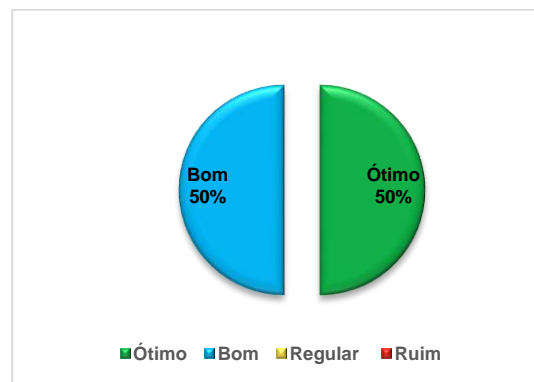


Figura 2.6 – Alcance dos objetivos (1º fase)

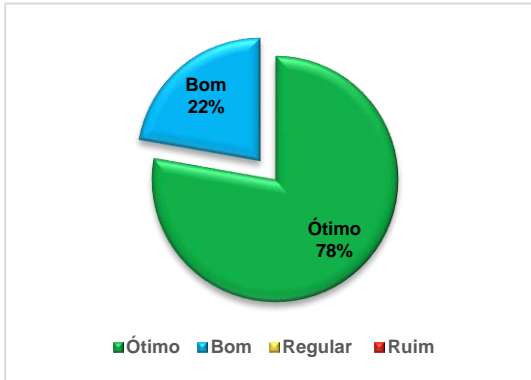


Figura 2.7 – Técnicas e recursos utilizados - audiovisuais, dinâmicas e/ou exercícios práticos (1º fase)

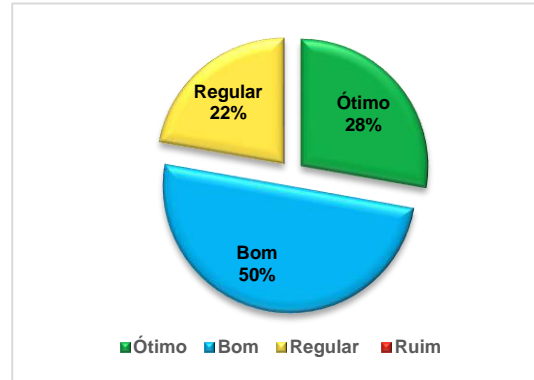


Figura 2.8 – Duração da atividade (1º fase)

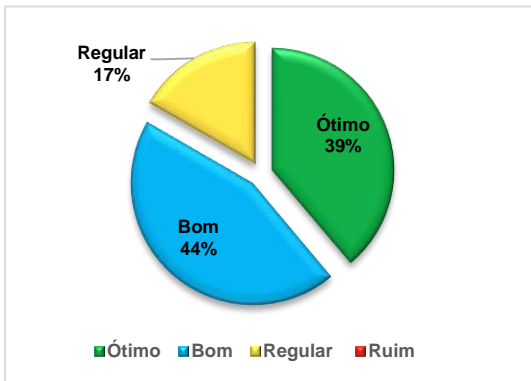


Figura 2.9 – Atendimento às suas expectativas (1º fase)

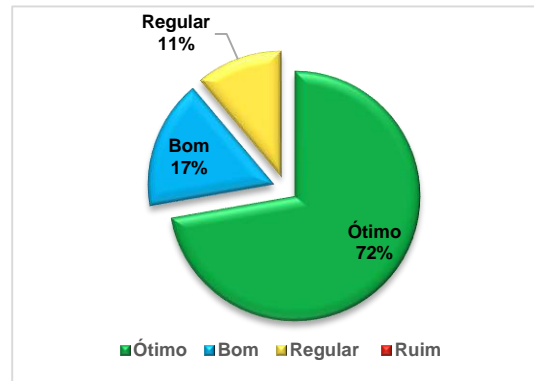


Figura 2.10 – Contribuição ao seu desenvolvimento profissional (1º fase)

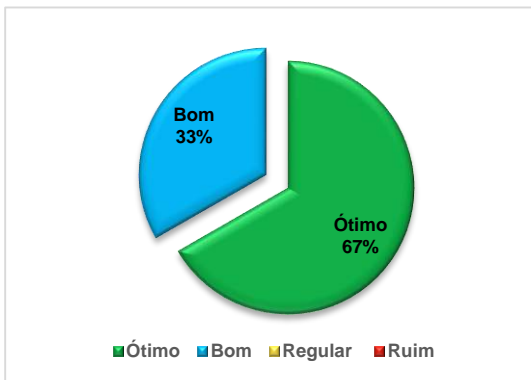


Figura 2.11 – Organização / coordenação (1º fase)

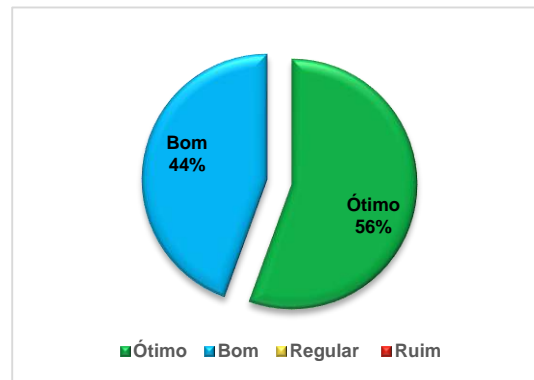


Figura 2.12 – Avaliação geral da atividade (1º fase)

Auto avaliação do Participante

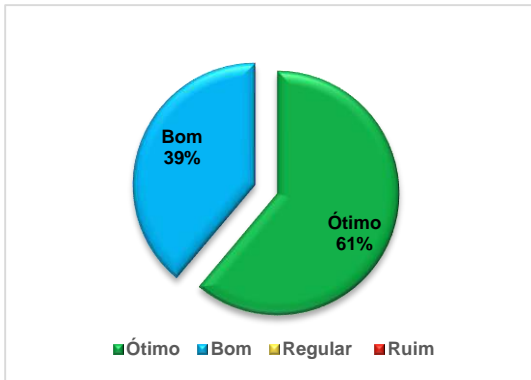


Figura 2.13 – Integração com os demais participantes (1º fase)

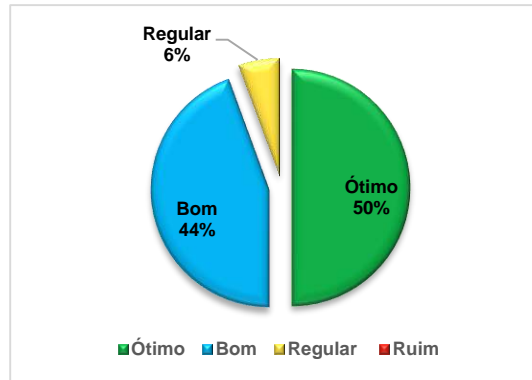


Figura 2.14 – Participação na atividade (1º fase)

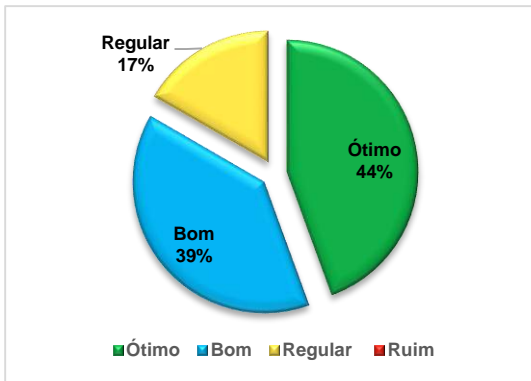


Figura 2.15 – Frequência e pontualidade na atividade (1º fase)

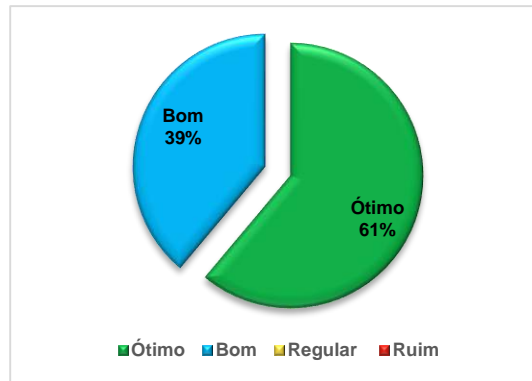


Figura 2.16 – Nível de aproveitamento (1º fase)

Avaliação das Instrutoras

Nome da Instrutora: A = Auxiliadora Reis B = Madalena Los C = Sueli Galhardo

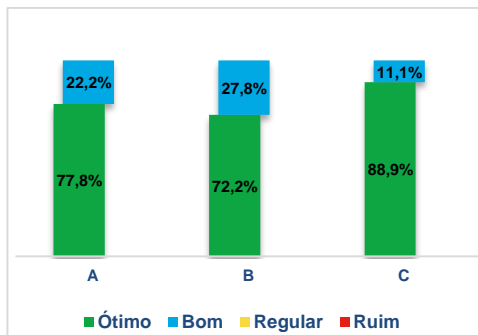


Figura 2.17 – Clareza e objetividade na exposição do tema (1º fase)

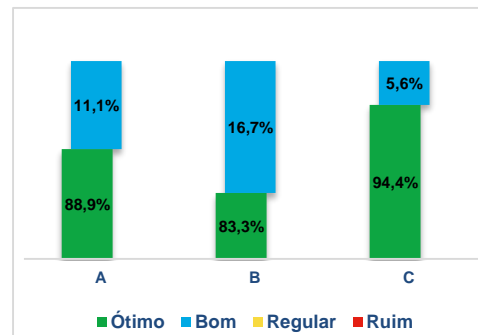


Figura 2.18 – Domínio do assunto (1º fase)

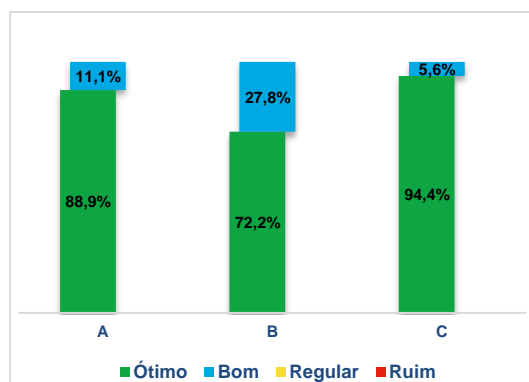


Figura 2.19 – Entrosamento com o grupo (1º fase)

Comentários e Sugestões

- Importante. Interessante, muita água para rolar
- Quanto à minha participação, Pádua deixou a desejar
- Parabéns a toda equipe envolvida no trabalho

Preenchimento

Dos 18 questionários preenchidos e 12 pessoas se identificaram.

Meta 3.2 - Realizar Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos no segundo semestre do Programa para aproximadamente 50 pessoas e carga horária de 20h

Indicadores

3.2.1. Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos implementado (2ª fase)

A segunda fase do curso foi realizada no Centro de Convenções Ataíde Faria Leite em Aperibé/RJ. Esse espaço foi liberado pela Secretaria de Educação de Aperibé para ser utilizado nos dias 06, 07 e 08 de julho de 2016.

Nos dias 06 e 07 (quarta e quinta-feira) o módulo foi realizado das 8 h às 17 h. No dia 08 (sexta-feira) o módulo foi realizado pela manhã (8 h às 13 h) completando assim as 20 horas no segundo semestre do Programa previstas no PBA - Projeto Básico Ambiental. Em todos os dias a Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ofereceu café da manhã, almoço e café da tarde para os participantes conforme previsto no PBA.

A finalidade do módulo II foi continuar a capacitação dos membros do GT no processo de fortalecimento da gestão pública municipal na gestão de programas e gestão participativa. Neste sentido, o módulo foi estruturado de modo a capacitar os participantes no processo de

elaboração de projetos de qualquer tipo e formas de captação de recursos financeiros e investimento, levando em consideração a gestão municipal no curto, médio e longo prazo.

Para difundir o conteúdo entre as secretarias de cada prefeitura, a **Arcadis** sugeriu para os gestores públicos que trouxessem suas equipes técnicas, de preferência concursados, para participar do módulo II do curso. Isso foi divulgado no último dia do módulo I e durante a semana que antecedeu o módulo II, reforçando o convite por e-mail, telefone e outros meios de comunicação como *WhatsApp*³.

No período que antecedeu o módulo II, os gestores não confirmaram os nomes daqueles que iriam participar, comparecendo, em média, por período (matutino/vespertino), cerca de 20 gestores públicos, conforme lista de presença no Anexo VII deste relatório.

Os principais acontecimentos dos três dias do curso foram registrados por período a seguir.

Data: 06 de julho de 2016

Horário: 8 h às 12 h

Módulo: Formação de Gestão de Programas para Gestores Públicos II (FGP II) **Instrutora: Auxiliadora Reis**

A 'Capacitação para elaboração e Gestão de Projetos' do Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos foi iniciada às 8 h com a presença de 24 gestores públicos, dentre os quais integrantes e não integrantes do GT dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua.

O Sr. Jonathas Cristovão iniciou os trabalhos apresentando-se como Coordenador de Campo da **Arcadis**, empresa contratada para dar apoio ao PGI e agradeceu a todos que estavam presentes no primeiro dia do curso. Informou que o curso foi dividido em dois módulos, ambos de 20 horas, com carga horária total de 40 horas.

Lembrou aos gestores presentes que no primeiro módulo, que ocorreu nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2016, foram abordados alguns temas como: liderança, o processo de licenciamento da UHE Itaocara I, Plano Diretor, A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública, Plano Plurianual e alguns exercícios que promoveram a discussão de forma coletiva dos temas acima supracitados, além disso foram levantados os desafios e suas possíveis soluções tendo como parâmetro a instalação de uma usina hidrelétrica na região.

Sr. Jonathas continuou o discurso afirmando que o módulo II do curso complementa o módulo anterior, uma vez que retoma o conhecimento adquirido para discutir planejamento estratégico e elaboração de projetos para a usina hidrelétrica e também para outros órgãos e agências de fomento.

Logo após a abertura do curso, Sr. Jonathas Cristovão apresentou a Sr.^a Auxiliadora Reis e o Sr. Cid Blanco, ambos instrutores (consultores) dos três dias de curso (dias 06, 07 e 08 de julho

³ Aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular.

de 2016) e Srta. Midori Hamada no apoio técnico do curso. Logo após, o material de apoio foi distribuído (apostila) para todos.

A palavra foi passada para a Sra. Auxiliadora Reis que apresentou a agenda e o conteúdo programático do módulo II. Em seguida realizou dinâmica onde os participantes se reuniram em uma roda. A regra era que os participantes se apresentassem dizendo o seu nome e também um adjetivo que começasse com a primeira letra do seu nome, na sequência cada um repetiu o nome e o adjetivo das pessoas anteriores e também se apresentou. O último da roda repetiu os nomes e os adjetivos de todos, adicionando também o seu.

Essa dinâmica ajudou na memorização dos nomes e o entrosamento entre eles, retomando os contatos estabelecidos no módulo anterior. A consultora explicou a função e funcionamento da dinâmica, indicando que os próprios gestores podiam também aplicá-la.

Iniciando a parte da aula expositiva, a instrutora retomou os impactos levantados no primeiro módulo e que foram divididos por áreas (educação, saúde, assistência social, saneamento, segurança, agricultura, pecuária, piscicultura e meio ambiente); e as diretrizes que foram apontadas a partir dos impactos levantados.

Em seguida, a exposição teve como temática a formulação de projetos, começando com a distinção dos conceitos de Plano, Programa e Projeto, expondo também a necessidade de se pensar na sustentação do projeto, seja financiado ou autossustentado.

Após essa exposição houve um intervalo para o café e em seguida foi apresentado a metodologia do Planejamento Estratégico Situacional - P.E.S. salientando a importância das etapas de Avaliação e Ações Subsequentes, sendo estas posteriores execução do planejamento e que buscam analisar a validade e efetividade das ações implementadas.

Logo após, a consultora fez a proposição de exercício com o seguinte enunciado: “*Quais problemas podemos identificar em nossos municípios?*” onde se pedia que os participantes fizessem uma lista individualmente. Foram então divididos em três grupos compostos por representantes de diferentes municípios, nos quais discutiram conjuntamente os problemas elencados, selecionaram um deles e então formularam soluções que foram expostas e apresentadas pelos próprios gestores.



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Resultado do exercício, problemas e soluções levantadas pelos participantes

Durante a exposição de cada grupo, algumas questões foram reconhecidas pelos participantes, como:

- A sensibilidade do setor da saúde, onde se acumulam problemas originários de outros setores;
- A interligação dos problemas entre os diferentes setores;
- E a possibilidade de produção de insumos para outras atividades (adubo orgânico).

A consultora expôs a necessidade da formulação correta do problema utilizando os exemplos trazidos pelos participantes. Nesse momento, outras questões foram reconhecidas, como:

- A necessidade de dados, informações e fontes confiáveis e atualizadas para a formulação do problema;
- E o equívoco, por parte dos gestores, que ao elencarem seus problemas tinham em mente o cenário de impactos causados pela instalação do empreendimento, e não as condições atuais de seus municípios.

Este último reconhecimento abriu caminho para a problematização da concepção dos projetos que deveriam ser pautados na situação atual ao mesmo tempo em que se manteve em mente a perspectiva da construção da usina hidrelétrica. O consultor Cid Blanco salientou a diferença entre o déficit do próprio do município, de responsabilidade das prefeituras, e as demandas provocadas pelo empreendimento, inserindo o entendimento da região como território para além de seus limites administrativos e a importância de articulação entre os municípios.

O almoço foi realizado às 12 h, com a retomada do curso às 13 h.

Data: 06 de julho de 2016

Horário: 13 h às 17 h

Módulo: Formação de Gestão de Programas para Gestores Públicos II (FGP II)

Instrutora: Auxiliadora Reis e Cid Blanco

A ‘Capacitação para elaboração e Gestão de Projetos’ foi retomada na segunda parte do dia (pós almoço) às 13:00h e estavam presentes 18 gestores públicos, dentre os quais integrantes e não integrantes do GT dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua.

Após breve recapitulação da temática de formulação do problema, o instrutor Cid Blanco apresentou um exercício elaborado pelos consultores expondo um caso fictício, seu contexto e problemática, pedindo então que os participantes divididos mais uma vez em grupos de origens municipais distintas, elaborassem o início de um projeto (Objetivos, Metas e Método). A elaboração de projeto hipotético teve como intenção permitir que os gestores percorressem e discutissem estrategicamente os elementos, desse modo, trabalhando conjuntamente a metodologia e capacitando-os para aplicar e reproduzir o processo.

Os dados fornecidos pelo consultor para a realização do exercício estão ilustrados na figura a seguir.

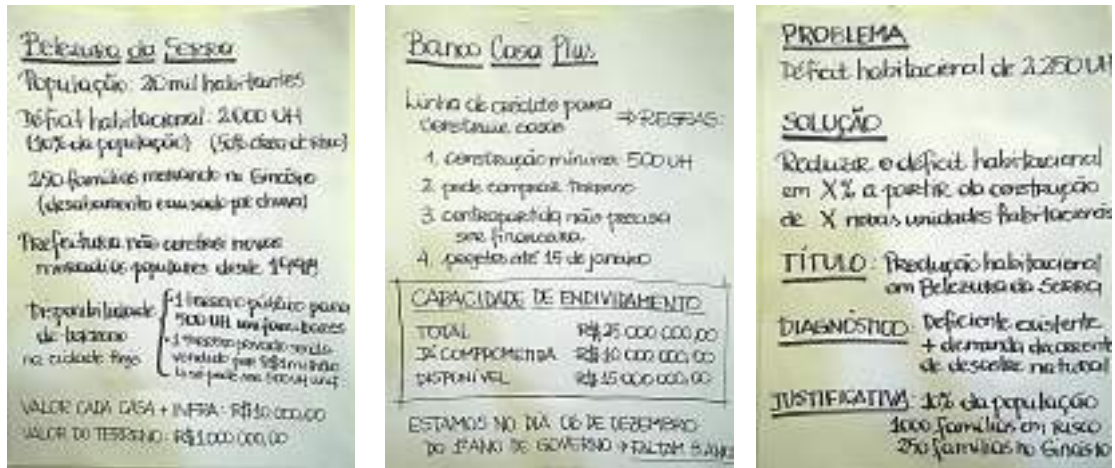


Figura 2.20 – Parâmetros do estudo de caso

O exercício consistiu na apresentação de uma cidade hipotética, similar à realidade dos municípios envolvidos, que enfrentava problemas habitacionais ocasionados pelo déficit habitacional e também por um desastre natural que deixou mais famílias desabrigadas. Diante dos dados propostos pelos consultores (como capacidade de endividamento, condições oferecidas pelo banco da cidade, custo de construção das unidades habitacionais - UH e de um terreno privado disponível, e a existência de um terreno livre de propriedade da prefeitura), foi pedido que os gestores elaborassem um projeto habitacional para a cidade em questão (Belezura da Serra – cidade fictícia).

Na primeira metade da tarde, antes da pausa do café da tarde, o Diretor da Usina Hidrelétrica Itacara S.A., Luiz Carlos Amarilho, juntamente o gerente de obras, Perboir e o analista ambiental, Antônio Netto, compareceram no local do curso, agradecendo a participação de todos e reforçando a importância da capacitação dos gestores no processo e andamento do Programa de Gestão Institucional.



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Trabalho em grupo para elaboração de projeto de uma cidade fictícia

O primeiro dia do curso foi encerrado com a apresentação do trabalho de um dos grupos, proporcionando a revisão conceitual dos elementos do projeto e uma breve discussão com a participação de todos.

As atividades foram encerradas às 17 h.

Data: 07 de julho de 2016

Horário: 8 h às 12 h

Módulo: Formação de Gestão de Programas para Gestores Públicos II (FGP II) **Instrutora: Auxiliadora Reis**

O segundo dia do curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (Módulo II) iniciou-se às 8 h com a instrutora Auxiliadora Reis continuando a 'Capacitação para elaboração e Gestão de Projetos' que contou com a presença de 22 gestores públicos, dentre os quais integrantes e não integrantes do GT dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua.

Assim, foi retomada a atividade do dia anterior de modo que os outros grupos recuperassem os itens trabalhados do estudo de caso proposto e cada um dos grupos foi indagado a respeito de suas escolhas projetuais, abrindo espaço para discussão, através da qual algumas concepções vieram à tona, por exemplo:

- A especificação da localização do terreno em questão como ponto preponderante para a não produção de uma lógica de exclusão ao construir unidades habitacionais em áreas afastadas do núcleo urbano;
- A importância da definição exata do déficit habitacional como aspecto norteador de um projeto coerente;
- E a estratégia, que surgiu em mais de um grupo, da utilização parcial do terreno que pertenceria à Prefeitura, assim permitindo aproveitamento futuro para a construção de outras instalações públicas (Creche, escola, UBS, etc.);

Muitas dúvidas foram esclarecidas acerca da metodologia, dos conceitos estudados e mesmo de compreensão do processo de execução de financiamentos e da atividade de contrapartida.

Os grupos retomaram a elaboração do projeto hipotético, dessa vez relacionando os recursos humanos e montando um cronograma para execução.



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Grupos retomaram o trabalho, elaborando outros elementos do projeto

O almoço foi realizado às 12 h, com a retomada do curso às 13 h.

Data: 07 de julho de 2016

Horário: 13 h às 17 h

Módulo I: Formação de Gestão de Programas para Gestores Públicos II (FGP II)

Instrutora: Auxiliadora Reis e Cid Blanco

A ‘Capacitação para elaboração e Gestão de Projetos’ foi retomada na segunda parte do dia (pós almoço) às 13:00h com os gestores mostrando empenho ao encarar as complexidades que surgiram do processo. Nesta segunda parte do segundo dia estavam presentes 18 gestores públicos, dentre os quais integrantes e não integrantes do GT dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua.

Quando novamente reunidos, os grupos discutiram suas dificuldades, percebendo nesta fase a necessidade de várias etapas antecessoras à execução do projeto, e de readequação dos projetos, uma vez que se mostraram inviáveis diante do tempo e recurso para a montagem de pessoal e tramites legais, e a primazia da associação e integração com outras secretarias e agentes que não haviam sido considerados anteriormente. O instrutor Cid Blanco então ressaltou a relevância da integração, trazendo atenção para o fato de que os participantes estavam trabalhando, por dois dias, em grupos intersecretarias, intermunicipais e até mesmo interestaduais (no caso dos municípios do estado do Rio de Janeiro e o de Minas Gerais), e a compreensão do conjunto de seus municípios como território e região, para além de seus limites administrativos.

A instrutora Auxiliadora Reis apresentou os aspectos fundamentais da programação, repassando por todas as fases de elaboração do projeto e reforçando o entendimento das fases de avaliação e monitoramento. Introduz os aspectos das parcerias e alianças, do “Triângulo de Governo” (projeto de governo, governabilidade e capacidade de Governo), da Metodologia de Diagnóstico de Situações e da Ação Estratégica.

Para descontrair um pouco, a instrutora Auxiliadora Reis realizou a dinâmica “Acordando os meridianos”. Após, continuou com a exposição do assunto e a importância de se contar com os fatores de insucesso do projeto e da capacidade de antevisão dos problemas e dificuldades que podem se apresentar, assim como as noções de Ator Social e Jogo Social.

Foi dado intervalo para o café da tarde e no retorno do grupo foi apresentado um cronograma feito no programa de monitoramento de projeto *MS Project*, mostrando os meios de se realizar o controle de um projeto. A discussão e comentários finais giraram em torno da necessidade de planejamento, onde os gestores compartilharam suas experiências com projetos malsucedidos, seja por atrasos ou aumento imprevisto dos custos, ocasionados por situações inesperadas, mal gerenciamento e falta de planejamento.

O encerramento do segundo dia se deu com a dinâmica do “Leão, Caçador e Velhinha” que usa das regras do jogo “Pedra, Papel e Tesoura”, onde, divididos em dois grupos, os participantes deveriam combinar e se posicionar como um dos personagens em oposição ao outro grupo. Como explicou a instrutora depois da dinâmica, é importante reconhecer a existência do Jogo Social e da capacidade de aposta e de análise do outro como construção de sua própria postura diante do problema e das relações sociais envolvidas na elaboração de um projeto.

As atividades foram encerradas às 17 h.

Data: 08 de julho de 2016

Horário: 8 h às 12 h

Módulo I: Gestão de Políticas públicas Participativas II (GPPP II)

Instrutora: Auxiliadora Reis e Cid Blanco

No terceiro dia do curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (Módulo II) o instrutor Cid Blanco ministrou as palestras sobre Gestão de Políticas públicas Participativas II que se iniciou às 8 h com a presença de cerca de 20 gestores públicos, dentre os quais integrantes e não integrantes do GT dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itacara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua.

No início da aula o instrutor Cid Blanco abriu espaço para que os participantes expusessem suas dúvidas e questões relacionadas com os projetos reais dos municípios, fossem de cunho metodológico, conceitual ou prático. Neste momento, os gestores compartilharam incômodos e dificuldades que sentiram durante a realização do curso, construindo um amplo debate.



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Abertura do debate em conjunto e resolução das dúvidas trazidas pelos gestores.

Diante da pergunta se haviam lido o PBA, os presentes respondem negativamente, onde Cid Blanco reforça a importância da leitura para que possam ter compreensão dos estudos realizados e dos cenários futuros e impactos previstos no documento.

A reflexão em conjunto trouxe pontos interessantes, dos quais pode-se listar os principais:

- A ausência no curso de capacitação de boa parte dos gestores do Grupo de Trabalho;
- A falta de conhecimento e atitude displicente por parte dos gestores e o desconhecimento da população sobre as informações do empreendimento;
- A preocupação com as instabilidades vindas do ano de eleição.

A respeito disso, a instrutora Auxiliadora Reis ressaltou que a descrença geral acerca da construção da barragem é um fator preponderante para a falta de mobilização dos municípios, e afirmou que os quais não poderiam trabalhar baseados no benefício da dúvida, mas trabalhassem com a previsão da construção da usina e com os melhores e piores cenários que podem advir do empreendimento.

Aproveitando o debate, os gestores então começaram a construir exemplos com informações de seus municípios, tentando compreender como aplicar o método de planejamento. Um dos exemplos trazidos foi o da remoção da Comunidade de Porto Marinho, que se encontra dentro da área alagável da futura represa, o que alteraria o fluxo de alunos nas escolas da região ao mesmo tempo em que não teriam como prever onde essa população seria realocada, ou mesmo se permaneceria no município de origem.

Outras reflexões surgiram, como:

- A possibilidade de negociação com o empreendimento para a implementação de projetos com objetivo de sanar o déficit existente;
- A existência ou não de previsão da realocação das famílias que habitam à área alagável;
- A dificuldade de se prever para onde irá a população dessa mesma área, levando em consideração a proximidade dos municípios e a possível mudança intermunicipal;

- A sugestão de construir conjuntamente ao Sr. Jonathas um documento com as dúvidas a serem sanadas em uma agenda de reunião, essa sendo transmitida à UHE Itaocara S.A. por meio de ofícios onde constem a assinatura de todos os gestores;
- A compreensão de uma das participantes, de ter sido o curso de capacitação o meio de delegação de poder dos gestores, que então reforça a ideia do trabalho em conjunto;
- O entendimento dos gestores como atores sociais e sua função de reverberar a informação, sendo estes representantes e responsáveis pela população;
- O fato de a população já estar sendo impactada com a construção da barragem prevista a mais de 20 anos, o que tem mudado o comportamento da população e afetando as atividades produtivas da região e suas possibilidades futuras (como no caso dos criadores de gado);

A instrutora então abre espaço para a Luciana Antunes, representante da empresa Printcom Assessoria de Comunicação Social, responsável contratada para execução do PEPP, apresentar-se e assim expor suas informações acerca da comunicação com a sociedade civil, na qual ela elencou as diversas dificuldades enfrentadas e se mostrou disponível para diálogo, convocando um esforço coletivo.

Logo após o instrutor Cid Blanco iniciou a exposição da última parte do curso sobre Financiamento e Captação de Recursos, no qual pediu primeiramente que os gestores escrevessem em tarjetas os nomes de instituições, organismos, governos e bancos que ofereçam recursos, diferenciando-os entre Nacional, Internacional e, Oneroso e Não-oneroso.



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Colagem das tarjetas respondidas pelos participantes

Após a colagem das tarjetas no quadro, o instrutor corrigiu as respostas e apresentou outras entidades que não haviam sido mencionadas. Além disso, foi chamada a atenção para a premência da atualização de certificados e documentos, e da prestação de contas do município, fatores que desclassificam rapidamente as Prefeituras no processo de captação, concorrência de editais e premiações. Levantou-se a questão, por um dos gestores, se estes sabiam da situação de suas Prefeituras em relação a esses documentos e contas, à qual a maior parte das respostas foi negativa.



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Quadro com as respostas dos gestores



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Consultores corrigindo e complementando o quadro



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Resultado da correção

Para o fechamento do curso, as falas finais dos gestores foram gratificantes, tendo eles reconhecido a força que possuem e o processo de empoderamento pelo qual passaram, assim como a relevância de seu papel, suas funções e possibilidades de ação em suas secretarias, municípios e conjuntamente.

Na última dinâmica realizada pediu-se que os participantes, organizados em uma roda, jogassem uma bolinha uns para os outros, e aquele que a recebesse deveria traduzir em uma palavra sua experiência durante o curso.



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Participantes organizados em roda para a última dinâmica

Algumas das palavras mencionadas foram:

*EXPERIÊNCIA – PROVEITOSO – DESAFIO – SATISFAÇÃO – CONHECIMENTO – GRATIDÃO
- RESPONSABILIDADE – APRENDIZADO – REFLEXÃO – POSSÍVEL – EXPECTATIVA
ESTIMULANTE – COMPROMETIMENTO – ESPERANÇA*



Foto: Midori Hamada/Arcadis

Foto em conjunto, equipe Arcadis e gestores participantes

Logo após o encerramento das atividades às 12 h, todos almoçaram juntos, mais uma vez, sendo este momento dividido com o sentimento de gratidão geral e entrosamento, o que ficou muito claro na relação entre os gestores e a Equipe **Arcadis**, contando também com a presença do prefeito de Itaocara, Sr. Gelcimar.

3.2.2. Quantidade de participantes do curso (2ª fase)

A proposta foi oferecer o módulo para instrumentalização dos membros do GT oriundos da administração pública nos três dias e no último dia de curso também com a sociedade civil organizada indicados pelo PEPP - Programa de Estímulo à Participação da População.

Durante o curso compareceram em média 20 gestores públicos, dentre os quais integrantes e não integrantes do GT dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua. Para o módulo em questão, contrariamente ao inicialmente previsto pelo PGI, não houve a possibilidade de indicação dos representantes da sociedade civil organizada pela equipe responsável pelo PEPP. A justificativa técnica para esse fato pode ser consultada no Anexo IX.

A quantidade de participantes no módulo II é reflexo da incerteza do gestor público com relação ao início das obras e o processo de licenciamento que vem de longa data. Além disso, a

participação do gestor como protagonista desse processo depende, também, do seu comprometimento.

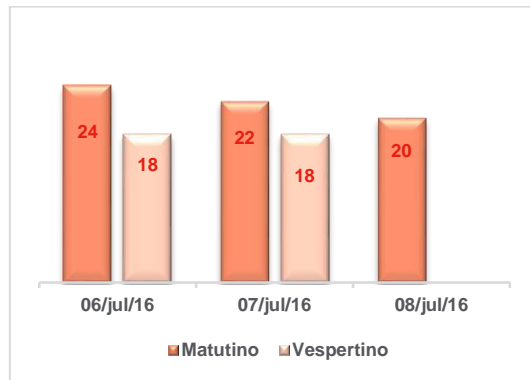


Figura 2.21 – Quantidade de participantes do curso (2º fase)

3.2.3. Carga horária oferecida no curso (2ª fase)

Na segunda fase do curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos foi oferecida a carga horária de 20 horas. Essas horas foram divididas em três dias (06/07/08 de julho de 2016). Nos dois primeiros, o curso foi ministrado no período matutino e vespertino com 4 horas cada e, no último dia, o curso foi ministrado no período matutino, também de 4 horas de duração.

3.1.4. Avaliações positivas do público participantes que reflita grau de satisfação com o Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (2ª fase)

A avaliação de Reação foi aplicada ao final do módulo II (ver Anexo VIII). Essa avaliação não tem caráter científico, apenas pretende captar “a quente” a percepção dos participantes no final da atividade.

Contamos com 15 questionários respondidos.

Quanto à atividade

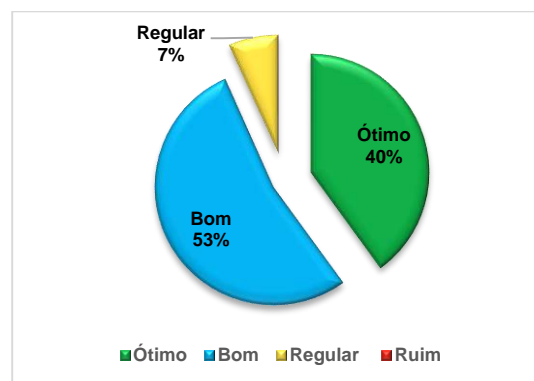
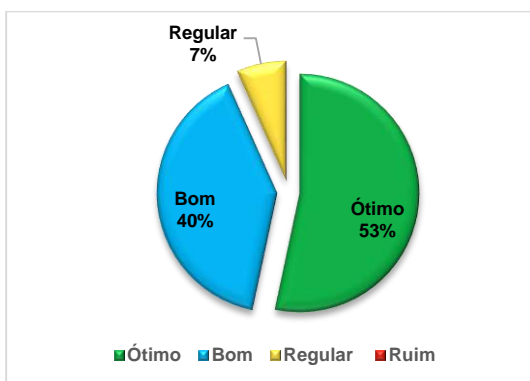


Figura 2.22 – Divulgação da Atividade -data, horário, local, objetivo (2º fase)

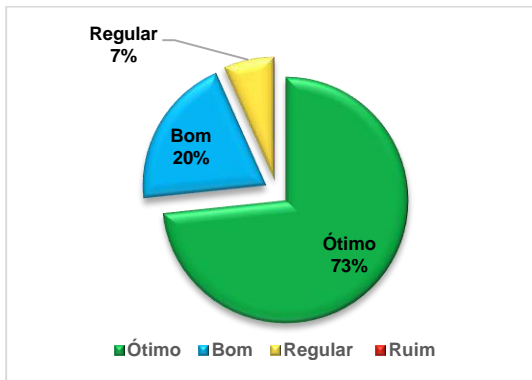


Figura 2.23 – Alcance dos objetivos (2º fase)

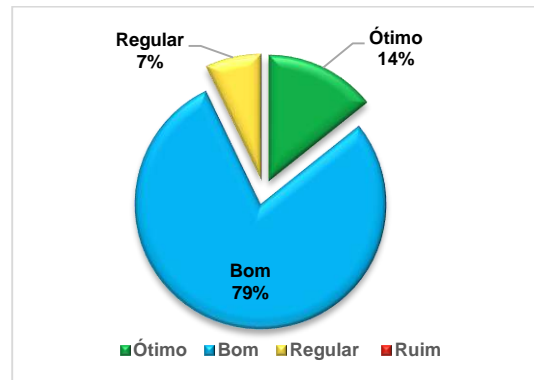


Figura 2.24 – Técnicas e recursos utilizados - audiovisuais, dinâmicas e/ou exercícios práticos (2º fase)

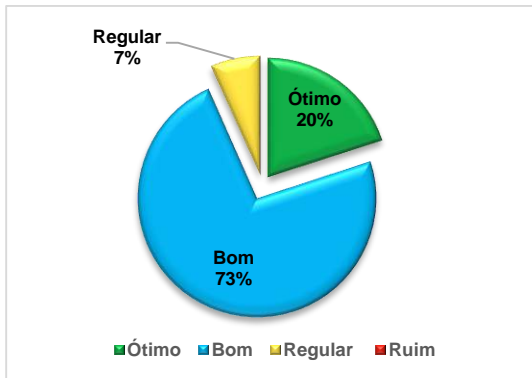


Figura 2.25 – Duração da atividade (2º fase)

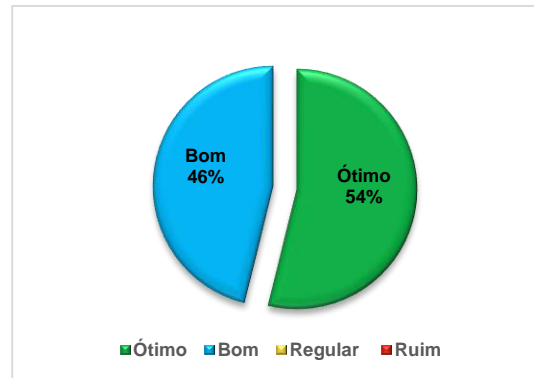


Figura 2.26 – Atendimento às suas expectativas (2º fase)

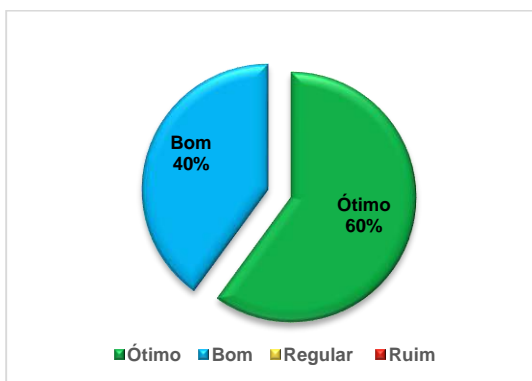


Figura 2.27 – Contribuição ao seu desenvolvimento profissional (2º fase)

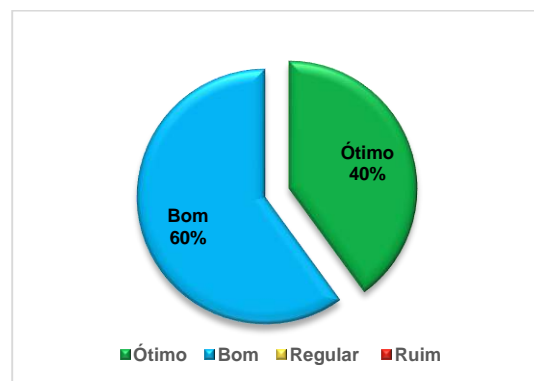


Figura 2.28 – Organização / coordenação (2º fase)



Figura 2.29 – Avaliação geral da atividade (2º fase)



Auto avaliação do Participante

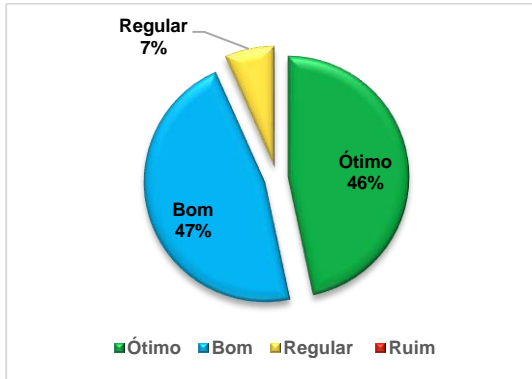


Figura 2.30 – Integração com os demais participantes (2º fase)

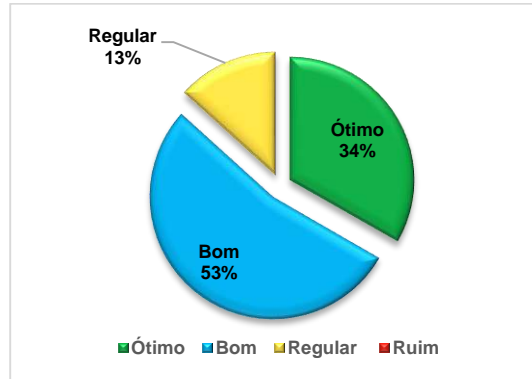


Figura 2.31 – Participação na atividade (2º fase)

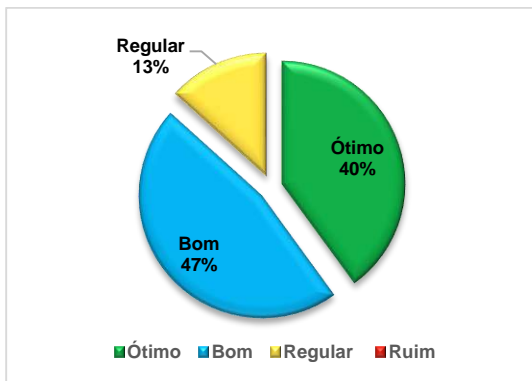


Figura 2.32 – Frequência e pontualidade na atividade (2º fase)

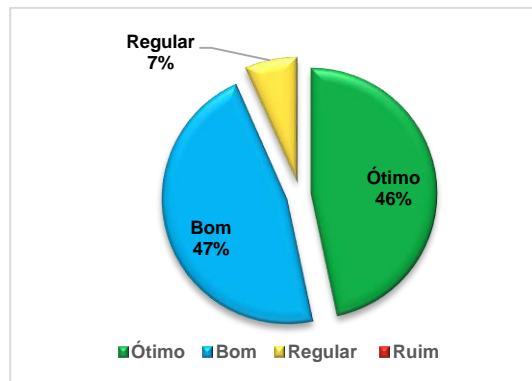


Figura 2.33 – Nível de aproveitamento (2º fase)

Avaliação das Instrutoras

Nome da Instrutora: A = Auxiliadora Reis B = Cid Blanco

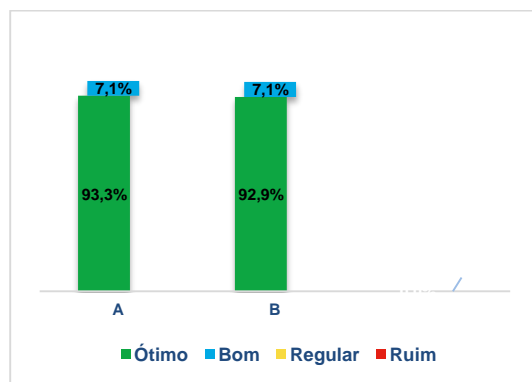
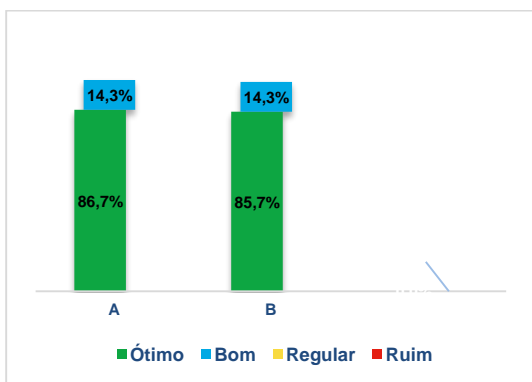


Figura 2.34 – Clareza e objetividade na exposição do tema (2º fase)

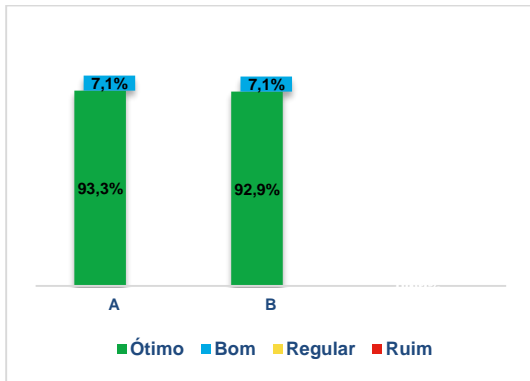


Figura 2.35 – Habilidade para criar interesse pelo assunto (2º fase)

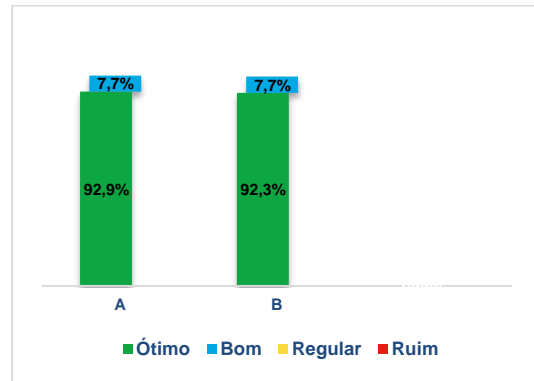


Figura 2.36 – Domínio do assunto (2º fase)

Figura 2.37 – Entrosamento com o grupo (2º fase)

Comentários e Sugestões

- “Muito Válido”.

Preenchimento

Dos 15 questionários preenchidos, 9 pessoas se identificaram.

Objetivo 4 - Identificar ações públicas relacionadas ao tecido socioeconômico que vêm sendo desenvolvidas e/ou planejadas pelos poderes públicos municipais e estaduais

A meta estabelecida para esta atividade (4.1) está sendo implantada desde março de 2016.

Meta 4.1 - Consolidar os Planos de Ação Municipais nos municípios da All.

Indicador

4.1.1. Planos de Ação Municipais consolidados para os municípios da All

A **Arcadis** entende que o Plano de Ação é a linha base para nortear os Projetos Estruturantes e o monitoramento nas áreas específicas da assistência social, educação, meio ambiente e saneamento, saúde e segurança pública.

Os municípios entregaram uma primeira versão dos Projetos Estruturantes, que precisavam de ajustes, sendo estes discutidos por meio de reuniões, conforme a disponibilidade dos membros do GTM.

No que se refere somente aos Projetos Estruturantes, os esforços da **Arcadis** e dos técnicos da UHE Itacara S.A., no período de referência, foi de ler, padronizar e priorizar as 28 propostas de projetos (ver Tabela 2.6 na pág. 56) que foram entregues, mesmo que incompletas (em termos de escopo, custo, etc.), para a UHE Itacara S.A.. A relação de projetos entregues ou idealizados pelas prefeituras e aqueles que foram priorizados estão no Anexo X deste relatório.

Daqueles entregues, foi realizado uma triagem dos projetos, priorizando quais tem alguma interface com os programas ambientais do Projeto Básico Ambiental – PBA, e que possam minimizar algum eventual impacto negativo e/ou maximizar impactos positivos do empreendimento. Até o presente relatório foram identificados 21 projetos (ver Tabela 2.7 na pág. 56) que se relacionam com o PBA do empreendimento, os quais devem passarão por análise minuciosa e eventuais ajustes pelos técnicos do empreendimento e da empresa **Arcadis**, para posterior consolidação junto aos proponentes. Os projetos elaborados até o momento, mesmo que incompletos podem ser visualizados no Anexo X.

Cabe salientar que, apesar do Módulo II do curso para os gestores públicos ter tido como foco a elaboração de projetos, os gestores ainda tiveram dificuldades em elaborá-los. Desta maneira, os projetos que foram entregues estavam em estágio preliminar e precisaram de ajustes no que tange o escopo, tempo, custo, estrutura, etc. Estes estão sendo realizados pelos técnicos da UHE Itacara S.A. e pela empresa **Arcadis**, que juntos somaram forças para realizar os ajustes necessários, solicitando informações para os gestores quando necessário.

Um panorama geral do andamento dos projetos pode ser verificado no Quadro 2.2 (pág. 57 deste relatório). A maioria dos projetos priorizados possuem informações incompletas no que se refere aos dados iniciais do projeto, ‘apresentação e justificativa’ e principalmente de custos. Para acompanhar o andamento dos projetos foram elaboradas 5 categorias, onde cada projeto foi classificado de acordo com as características apontadas no Quadro 2.1, isto é, idealizado, em fase inicial, intermediária (I ou II) ou final de análise.

Quadro 2.1 – Fases de análise dos projetos priorizados

| FASES | FASE FINAL | FASE INTERMEDIÁRIA II | FASE INTERMEDIÁRIA I | FASE INICIAL | IDEALIZADO |
|-------|--|---|--|---|--|
| | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 |
| | Projeto Homologado pelo IBAMA, cuja implementação depende do início das obras. | Projeto elaborado e aprovado entre a UHE e a proponente, mas ainda não homologado pelo IBAMA. | Projeto em fase de elaboração e em avaliação pela UHE. | Projeto em fase inicial de elaboração, entregue para a UHE, mas que não foi aprovado pela UHE e/ou precisa ser ajustado (escopo, tempo, custo, estrutura, etc.) | Projeto que foi idealizado pelo município, mas que ainda não foi escrito ou entregue para a UHE. |

Elaborado pela Arcadis 2016.

Tabela 2.6 - Quantidade de projetos entregues para UHE Itacara S.A. por área

| Municípios | Assistência Social | Educação | Saneamento Básico | Saúde | Segurança Pública | Outros | Total |
|----------------|--------------------|----------|-------------------|----------|-------------------|----------|-----------|
| Aperibé | 3 | 3 | 1 | 1 | 0 | 1 | 9 |
| Cantagalo | 6 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 9 |
| Itacara | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Pirapetinga | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| S. A. Pádua | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 | 6 |
| Intermunicipal | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Total | 12 | 4 | 4 | 3 | 1 | 4 | 28 |

Elaborado pela Arcadis 2017.

Tabela 2.7 - Quantidade de projetos priorizados em relação aos entregues para UHE Itacara S.A

| Municípios | Assistência Social | Educação | Meio Ambiente | Saneamento Básico | Saúde | Segurança Pública | Outros | Total |
|----------------|--------------------|----------|---------------|-------------------|----------|-------------------|----------|-----------|
| Aperibé | 3 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| Cantagalo | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 | 6 |
| Itacara | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Pirapetinga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| S. A. Pádua | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Intermunicipal | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| Total | 7 | 3 | 1 | 2 | 2 | 2 | 4 | 21 |

Elaborado pela Arcadis 2017.

Quadro 2.2 – Status dos Projetos priorizados

| Cód. Projeto | Status dos avanços do escopo dos projetos dos municípios | | | | | | | | | | Status atual/ previsão de realização |
|--------------|--|---------------------------|---------------------------|------------------------------|----------------------|------------------------|---------------|----------------------|-------------|------------|---|
| | Informações do Projeto | Informações do Proponente | Aceitação e justificativa | Apresentação e Justificativa | Objetivos do Projeto | Elementos estratégicos | Beneficiários | Resultados esperados | Indicadores | Cronograma | |
| APE - 001 | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 50% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 50% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| APE - 002 | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 50% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 50% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| APE - 003 | Ok | Ok | Ok | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| APE - 004 | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 20% | 20% | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 20% | 20% | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| APE - 005 | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 20% | 20% | 20% | 20% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 20% | 20% | 20% | 20% | 0% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| APE - 006 | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Incompleto | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 20% | 20% | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 20% | |
| Mês atual | 20% | 20% | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 20% | |
| APE - 007 | Ok | Ok | Incompleto | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| CAN - 001 | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| CAN - 002 | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| CAN - 003 | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| CAN - 004 | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| CAN - 005 | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| CAN - 006 | Incompleto | Ok | Incompleto | Ok | Ok | Incompleto | Ok | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 20% | 100% | 20% | 100% | 100% | 20% | 100% | 20% | 20% | 20% | |
| Mês atual | 20% | 100% | 20% | 100% | 100% | 20% | 100% | 20% | 20% | 20% | |
| CAN - 007 | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | |
| Mês atual | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | |
| ITA - 001 | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| ITA - 002 | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| SAP - 001 | Ok | Ok | Ok | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| SAP - 002 | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| SAP - 003 | Incompleto | Ok | Incompleto | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 20% | 100% | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 20% | 100% | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| SAP - 004 | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | |
| Mês atual | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | |
| SAP - 005 | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Incompleto | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | |
| Mês atual | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | |
| INT - 001 | Incompleto | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Incompleto | Ok | Ok | Ok | Ok | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 20% | 20% | 100% | 100% | 100% | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| INT - 002 | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | |
| Mês atual | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | |
| INT - 003 | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Idealizado | Aguardando Replanejamento do Empreendimento |
| Mês anterior | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | |
| Mês atual | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | |

Elaborado pela Arcadis 2017.

Nota: *O título do projeto pode ser encontrado no Anexo X deste relatório.

Legenda: Idealizado - ainda não foi escrito ou entregue para a UHE; Incompleto: Item precisa ser ajustado (escopo, tempo, custo, estrutura, etc.); OK – Item realizado

Os projetos de Aperibé foram priorizados no primeiro semestre de 2017, de modo que foram solicitadas por meio de reuniões as informações necessárias para completar os projetos.

O quadro a seguir, apresenta o status da elaboração dos Planos de Ação Municipal dos 5 municípios abrangidos pelo empreendimento. E podem ser consultados no Anexo XI.

Quadro 2.3 - Status dos avanços da atualização dos Planos de Ação Municipal

| Código do Projeto / % realizado | Avanços do escopo do Plano de Ação Municipal dos municípios | | | | | | | | | | | | | Status atual/ previsão de realização |
|---------------------------------|---|-------------|--|-------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------------|----------------------|-------|----------|--------------------|-------------------|---------------------------|--------------------------------------|
| | Objetivos e metodologia | | Caracterização da realidade socioambiental | | | | | | | | | | | |
| | Objetivos | Metodologia | Apectos históricos | Formação Administrativa | Formação Geográfica | Aspectos demográficos | Variáveis econômicas incidentes | Saneamento ambiental | Saúde | Educação | Assistência social | Segurança pública | Outras áreas do município | |
| APE-PAM | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Elaborado |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| CAN-PAM | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Elaborado |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| ITA-PAM | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Elaborado |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| PAD-PAM | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Elaborado |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| PIR-PAM | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Ok | Elaborado |
| Mês anterior | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Mês atual | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |

Fonte: Elaborado pela Arcadis, 2017.

Nota: * **'APE-PAM'** – Plano de Ação Municipal de Aperibé/RJ; **'CAN-PAM'** – Plano Municipal de Cantagalo/RJ; **'ITA-PAM'** – Plano Municipal de Itaocara/RJ; **'PAD-PAM'** - Plano Municipal de Santo Antônio de Pádua/RJ; e **'PIR-PAM'** - Plano Municipal de Pirapetinga/MG.

Legenda: **"OK"** – parte integrante do Plano de Ação Municipal que foi realizado.

Objetivo 7 - Em conjunto com o poder público municipal estabelecer procedimentos de coleta e análise de informações acerca dos impactos causados pelo empreendimento nos serviços públicos de educação, saúde, assistência social, segurança pública e saneamento de forma a indicar a necessidade de eventuais ações emergenciais

A meta estabelecida para esta atividade (7.1) está sendo implantada desde janeiro de 2016.

Meta 7.1 - Pactuação com as prefeituras dos procedimentos e periodicidade da coleta de informações; e elaboração trimestral de relatório analítico acerca dos impactos do empreendimento nos serviços públicos de educação, saúde, saneamento, segurança pública e assistência social.

Indicador

7.1.1. Relatórios trimestrais de monitoramento dos impactos nos serviços públicos de Saúde, Educação, Segurança Pública, Saneamento e Assistência Social

A maior parte das reuniões foram realizadas nos encontros do GT Municipal (GTM), sendo o GTM representado por secretários e/ou pessoas que trabalham internamente nas secretarias de educação, saúde, meio ambiente, segurança pública e assistência social.

Assim, foi destinado uma parte da reunião do GTM para verificar junto ao poder municipal os relatórios mensais, planos municipais, plano diretores e outros documentos que ajudem na elaboração do relatório de linha de base de monitoramento. Além da discussão de indicadores que ajudem a captar os impactos do empreendimento.

Abordar diversos temas em uma única reunião foi aceito pelos gestores na medida em que foi possível reduzir a quantidade de reuniões, abrاندando a agenda de compromissos dos gestores que no dia a dia já possui muitos compromissos com o município.

No período de referência de janeiro de 2016 a junho de 2017 o monitoramento foi discutido em 27 reuniões. Destas reuniões 21 foram reuniões do GT Municipal dos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara, Santo Antônio de Pádua (RJ) e Pirapetinga (MG), 6 foram reuniões de alinhamento de informações a respeito de monitoramento com outros programas e parceiros.

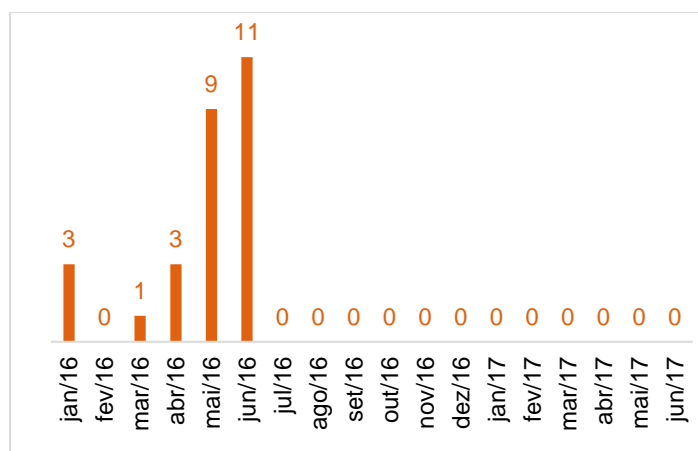


Figura 2.38 – Quantidade de reuniões com enfoque no monitoramento, 2016/2017

As reuniões de janeiro e março de 2016 alinharam as informações a respeito do Programa de Monitoramento e Controle de Endemias (PMCE) e o Programa de Gestão Institucional (PGI), as de abril e maio do mesmo ano foram realizadas durante o acompanhamento do GT Municipal e as de junho, 1 (uma) foi realizada em parceria entre PMCE e o PGI, 1 (uma) com a Polícia Militar (36º BPMRJ em Santo Antônio de Pádua) e 9 (nove) no âmbito do GT Municipal. No mês de julho (2016) o enfoque de monitoramento e avaliação foram tratados no módulo II do curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos (atividade 3). As reuniões de monitoramento que não foram realizadas no âmbito do GTM estão disponíveis no Anexo XII.

Nos meses subsequentes a julho de 2016 até junho de 2017 não houve reuniões com enfoque no monitoramento das áreas de Assistência Social, Educação, Meio Ambiente/Saneamento, Saúde e Segurança Pública, uma vez que a priorização das reuniões neste período foi para discutir a elaboração dos Planos de Ação e os Projetos Municipais. Apesar disso, a discussão deve ser retomada com o início das obras.

Objetivo 8 - A cargo da Arcadis fica a sinalização da ocorrência de impactos com intensidade não previstas sobre os serviços públicos dos municípios da All, visando permitir ao empreendedor adotar medidas mitigadoras adicionais.

A meta estabelecida para esta atividade (8.1) está sendo implantada desde janeiro de 2016.

Meta 8.1 - Acionar o empreendedor sempre da ocorrência de impactos não previstos sobre os serviços públicos dos municípios da All.

Indicador

8.1.1. Informes emergenciais

Não houve ocorrência nos meses de referência (janeiro a dezembro de 2016 e janeiro a junho de 2017) que antecedem o início das obras.

Objetivo 9 - Auxiliar os municípios a se prepararem para a elaboração de seus planos diretores, fomentando reflexões e discussões sobre as questões relacionadas ao uso e zoneamento do solo que serão impactados pelo empreendimento.

A meta estabelecida para esta atividade (9.1) está sendo implantada desde janeiro de 2016.

Meta 9.1 - Estabelecimento de fóruns de discussão no âmbito do GT para preparar os municípios para a elaboração de seus Planos Diretores a partir do início dos trabalhos.

Indicador

9.1.1 Quantidade de temas associados à revisão do Plano Diretor levantados e endereçados por cada município.

O status de desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB e dos Planos Diretores de cada um dos municípios são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 2.4 – Fases de análise dos projetos priorizados

| Município | Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) | Plano Diretor |
|---------------------------|---|---------------|
| Aperibé/RJ | Elaborado | Não possui |
| Cantagalo/RJ | Elaborado | Possui |
| Itacara/RJ | Não iniciado | Possui |
| Santo Antônio de Pádua/RJ | Em elaboração | Possui |
| Pirapetinga/MG | Não iniciado | Não possui |

Na primeira fase do curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos foi abordada a importância do Plano Diretor para os municípios que estão recebendo uma usina hidrelétrica.

Esta atividade é uma ação de caráter contínua e tem previsão de término em 06/17 sob responsabilidade da **Arcadis** e para os meses subsequentes sob responsabilidade do empreendedor UHE Itacara S.A.

10. Realizar ações de monitoramento e avaliação das ações do Programa de forma contínua, possibilitando adequações de rumos.

A meta estabelecida para esta atividade (**10.2**) estabelece os relatórios semestrais.

Meta 10.1. Realização de Oficina Anual de Planejamento ao final de cada ano do Programa

Indicador

10.1.1. Oficina anual realizada em dezembro de 2016

Os acompanhamentos e as oficinas de avaliação anual são importantes para possibilitar a avaliação participativa das ações já realizadas, gerando a revisão e os rumos das ações previstas para os anos seguintes (2017 e 2018).

A primeira oficina anual com os membros do GT para a realização de reflexões coletivas dos resultados das atividades desenvolvidas de janeiro a dezembro de 2016 foi realizada por alguns fatores que serão destacados a seguir:

- Processo de transição das gestões municipais pós-eleições para prefeito e vereadores e as mudanças institucionais internas;

- Desistência de alguns membros do GT após as eleições municipais motivados por interesses pessoais ou pela descrença que o empreendimento será construído na região;
- Dificuldades da equipe de articulação da **Arcadis**, contratada para apoiar o PGI, de mobilizar os membros do GT após as eleições municipais para Prefeito e Vereadores dos cinco municípios da área de abrangência do empreendimento.

Após avaliação interna com a equipe técnica e o gestor do contrato da UHE Itaocara S.A, a **Arcadis** aguardou no período de janeiro a junho de 2017 o posicionamento quanto ao início das obras para replanejamento dessa atividade. Apesar disso, a Arcadis, continuou o desenvolvimento de outras atividades do Programa.

10.1.3. Avaliações positivas do público que reflita grau de satisfação com os andamentos e resultados das ações do Programa

As avaliações positivas do público que reflita grau de satisfação com os andamentos e resultados das ações do Programa serão realizadas durante a Oficina Anual.

Meta 10.2 - Elaboração de 4 (quatro) relatórios consolidados semestrais

Indicador

10.2.1. Relatório semestral

O relatório semestral contém a descrição, análise crítica qualitativa e quantitativa, avaliação dos resultados parciais, além do registro fotográfico e demais evidências das ações desenvolvidas. Dos 04 relatórios (previstos na atividade 11 do PGI) foram consolidados 03 relatórios referentes as atividades desenvolvidas no período de janeiro de 2016 a junho de 2017.

O primeiro relatório (Relatório Semestral I) foi elaborado em julho de 2016 e o segundo relatório (Relatório Semestral II) foi elaborado em janeiro de 2017 e o presente (Relatório Semestral III) foi elaborado no mês de junho de 2017. Cabe ressaltar que no Relatório Semestral III foram incluídas todas as atividades realizadas pelo Programa de Gestão Institucional (PGI) no período de janeiro de 2016 a junho de 2017. Além disso, este presente relatório encerra os relatórios semestrais elaborados pela **Arcadis**.

3. Anexos

Anexo I. Memória de reunião – retomada do diálogo com os prefeitos da All

Anexo II. Plano de Trabalho 2016 - Programa de Gestão Institucional

Anexo III. Nomeação dos gestores públicos de janeiro a junho de 2016 – OFÍCIOS/DECRETOS

Anexo IV. Primeiro encontro do GT - carta de convocação

Anexo V. Ata de reunião RJ / NLA / IBAMA – apresentação do Plano de Trabalho e andamento do PGI

Anexo VI. Relatos das reuniões realizadas do GT e GTM

Anexo VII. Lista de presença do Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos – Módulo I e II

Anexo VIII. Avaliação de reação dos participantes do Curso de Gestão de Programas para Gestores Públicos – Módulo I e II

**Anexo IX. Justificativa técnica para não
convocação da sociedade civil
organizada para participar do Curso de
Gestão de Programas para Gestores
Públicos (Módulo II)**

Anexo X. Relação de projetos entregues e priorizados para UHE Itaocara S.A

**Anexo XI. Planos de Ação Municipal dos
municípios de Aperibé/RJ,
Cantagalo/RJ, Itaocara/RJ, Santo
Antônio de Pádua/RJ e Pirapetinga/MG**

Anexo XII. Memórias de reunião de monitoramento



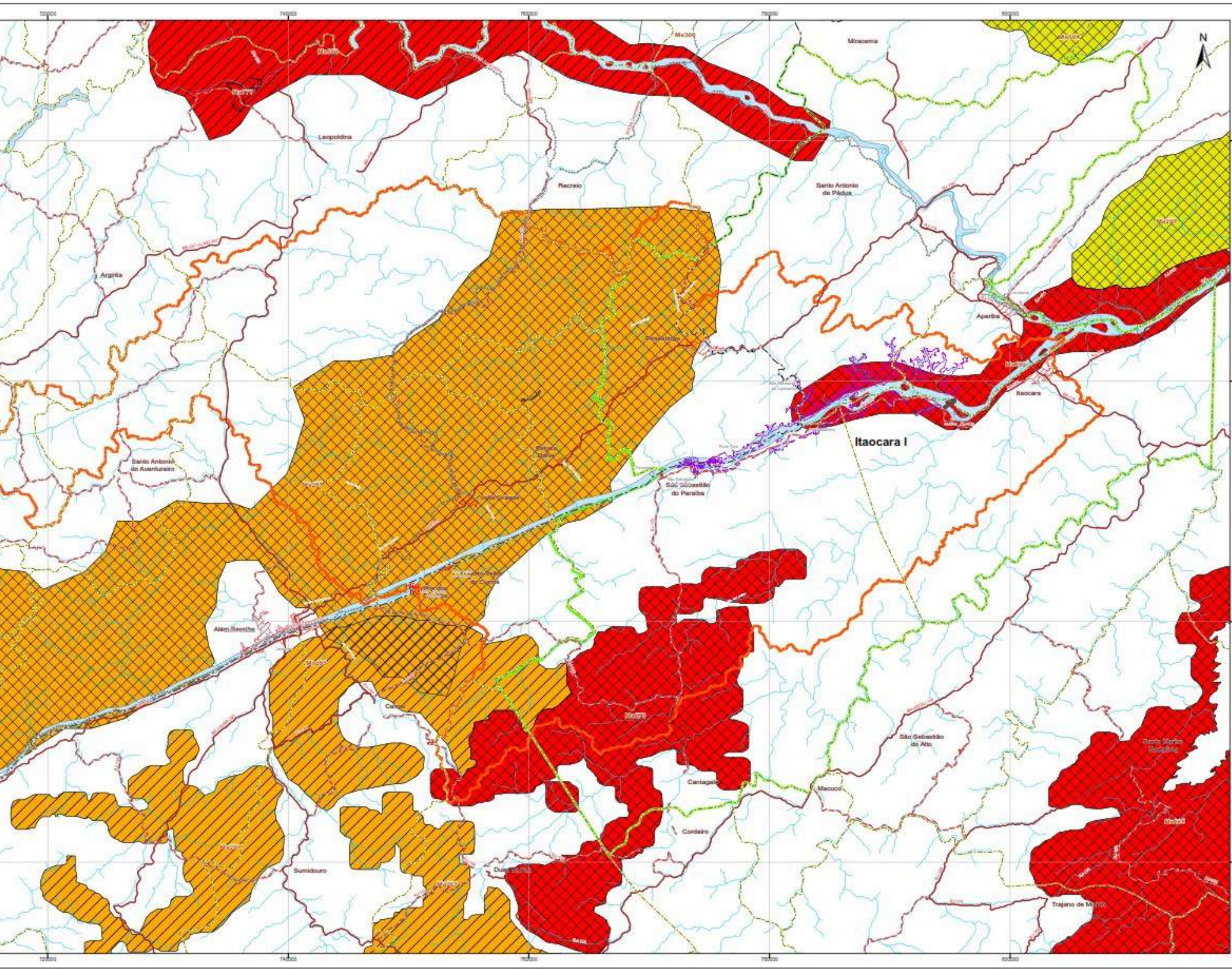
UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.39.4.1

Mapa de áreas prioritárias



Convenções Cartográficas

- Área Urbana
- Localidades
- Canoa D'água
- Canoa D'água
- Limite
- Limite
- Parque
- Reservatório
- Reservatório

Legenda

- Baragem
- Área de Influência Indireta do Meio Físico
- Área de Influência Indireta do Meio Social
- Reservatório

Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade

Prioridade

- Alta
- Muito Alta
- Extremamente Alta

Importância

- Alta
- Muito Alta
- Extremamente Alta

| ACÇÃO REGULADORA | NOME |
|------------------|-------------------------------|
| Cria UC - US | Tanquezinho |
| Mutação/Correção | Rio grande |
| Cria UC - US | Correção TRD Pico e desaguam. |
| Mutação/Correção | Área da da Estrada |
| Mutação/Correção | Canoa |
| Cria UC - Indet | Mar de Espanha/Parque de A. |
| Reservatório | Rio Paraíba do Sul |
| Cria UC - P | Canoa |
| Reservatório | do Paraíba |
| Reservatório | Miracema - Ibs |
| Reservatório | Laranja/Miracema |
| Área Protegida | RISD Lagoinha |

Mapa de Situação

Escala Gráfica

Quilômetros

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal: SPT/GG 2000
Datum Vertical: SPT/GG 2000
Origem da quilométrica: Focóide e Meridiano
acrossado as coordenadas 10.000 km e 500 km, re

Referências

- Base: CMI (IGCE, 2003)
- Mapa Municipal Digital (IGCE, 2005)
- PROCEL - MMA, 2007

Execução

Ecology Bra

Cliente

Projeto

**PROJETO BÁSICO AMBIENTAL
UHE ITAOCARA I**

Título

**ÁREAS PRIORITÁRIAS
PARA CONSERVAÇÃO DA**

Elab.: Ana B. Farias Viçoso **Aprova:**

Escala: 1:200.000 **Data:**

Mapa nº: 2471-00-PBA-MP-3002 **Revisão:**



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.39.4.2

Decreto Município de Aperibé

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 524 DE 30 DE JULHO DE 2013

EMENTA: Cria a APA MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Aperibé, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições

- que é dever do Poder Público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;

- que as áreas que abriguem espécies ameaçadas de extinção, exemplares raros de fauna e da flora nativas e áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural são consideradas áreas de preservação permanente, conforme o disposto no artigo 268 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

- e que a APA MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA, será um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável da região onde está inserido, assegurando um espaço público para o lazer e recreação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado a APA MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA, com área total de 1.667 hectares.

§1º - O memorial descritivo dos limites da APA MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA consta do Anexo I do presente Decreto.

§2º - O mapa original do parque, com a delimitação por pontos e correspondentes coordenadas UTM, acha-se arquivado na Secretaria Municipal do Ambiente.

Art. 2º - A criação da APA MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA tem por objetivos:

I - assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas, bem como recuperar as áreas degradadas ali existentes;

II - manter populações de animais e plantas nativas e oferecer refúgio para espécies migratórias, raras, vulneráveis, endêmicas e ameaçadas de extinção da fauna e flora nativas;

III - Estimular a agroecologia, o plantio de orgânicos e o desenvolvimento sustentável.

IV - oferecer oportunidades de visitação, recreação, interpretação, educação e pesquisa científica;

V - assegurar a continuidade dos serviços ambientais prestados pela natureza; e

VI - possibilitar o desenvolvimento do turismo no interior do parque, conforme disposto em seu plano de manejo, e atividades econômicas sustentáveis em seu entorno.

Art. 3º - Fica afetada como de utilidade pública, para fins de implantação da APA, a área delimitada por este decreto, sendo vedados empreendimentos, obras e quaisquer atividades que afetem sua substância ou destinação.

Art. 4º - O parque será regido pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e pelas legislações estaduais e municipais pertinentes.

Art. 5º - A APA MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA será administrado pela Secretaria Municipal do Ambiente, que adotará as medidas necessárias para sua efetiva implantação e autorizada a firmar parcerias com a Secretaria Estadual do Ambiente – SEA e órgãos federais.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal do Ambiente também poderá celebrar Termos de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a gestão da APA MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA, nos termos do art. 30 da Lei Federal nº 9.985/00.

Art. 6º - Fica estabelecido o prazo máximo de 5 (cinco) anos, a partir da data de publicação deste decreto, para a elaboração do plano de manejo da APA MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Aperibé, 30 de julho de 2013.

FLÁVIO GOMES DE SOUSA

Prefeito

Anexo I

Memorial Descritivo

Unidade de Conservação: Área de Proteção Ambiental da Serra da Bolívia

Município: Aperibé

Área (hectares): 1.667 hectares

Perímetro (m): 43.019 m

Inicia-se a descrição deste perímetro a partir do vértice 1, definido pelas coordenadas E: 179.328,679 m e N: 7.605.128,585 m com azimute 267° 47' 12,20" e distância de 115,12 m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 179.213,646 m e N: 7.605.124,140 m com azimute 267° 47' 12,20" e distância de 70,35 m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 179.143,348 m e N: 7.605.121,423 m com azimute 249° 21' 06,31" e distância de 121,35 m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 179.029,796 m e N: 7.605.078,632 m com azimute 94° 33' 10,23" e distância de 379,98 m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 179.408,578 m e N: 7.605.048,470 m com azimute 178° 38' 30,21" e distância de 53,57 m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 179.409,848 m e N: 7.604.994,917 m com azimute 267° 18' 06,75" e distância de 472,48 m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 178.937,887 m e N: 7.604.972,675 m com azimute 214° 39' 23,32" e distância de 31,98 m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 178.919,703 m e N: 7.604.946,371 m com azimute 91° 36' 19,31" e distância de 1.284,34 m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 180.203,542 m e N: 7.604.910,390 m com azimute 267° 17' 41,52" e distância de 1.211,19 m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 178.993,706 m e N: 7.604.853,227 m com azimute 90° 51' 38,10" e distância de 1.177,66 m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 180.171,234 m e N: 7.604.835,539 m com azimute 269° 54' 27,20" e distância de 777,58 m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 179.393,656 m e N: 7.604.834,285 m com azimute 90° 35' 20,05" e distância de 915,64 m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 180.309,250 m e N: 7.604.824,874 m com azimute 268° 24' 41,24" e distância de 879,42 m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 179.430,163 m e N: 7.604.800,495 m com azimute 92° 34' 15,39" e distância de 728,42 m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 180.157,851 m e N: 7.604.767,820 m com azimute 92° 58' 50,94" e distância de 176,60 m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 180.334,211 m e N: 7.604.758,637 m com azimute 269° 24' 47,09" e distância de 1.323,59 m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 179.010,687 m e N: 7.604.745,079 m com azimute 90° 43' 09,40" e distância de 421,86 m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 179.432,510 m e N: 7.604.739,783 m com azimute 90° 57' 58,36" e distância de 57,65 m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 179.490,150 m e N: 7.604.738,811 m com azimute 92° 10' 05,79" e distância de 837,05 m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 180.326,601 m e N: 7.604.707,141 m com azimute 267° 47' 10,79" e distância de 841,00 m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 179.486,229 m e N: 7.604.674,657 m com azimute 269° 26' 30,52" e distância de 415,08 m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 179.071,168 m e N: 7.604.670,613 m com azimute 90° 03' 34,64" e distância de 1.269,70 m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 180.340,864 m e N: 7.604.669,292 m com azimute 268° 58' 38,61" e distância de 1.192,21 m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 179.148,845 m e N: 7.604.648,014 m com azimute 90° 01' 50,24" e distância de 632,84 m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 179.781,683 m e N: 7.604.647,676 m com azimute 91° 27' 38,83" e distância de 349,27 m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 180.130,838 m e N: 7.604.638,772 m com azimute 92° 01' 21,61" e distância de 259,72 m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 180.390,400 m e N: 7.604.629,605 m com azimute 269° 23' 43,00" e distância de 569,42 m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 179.821,015 m e N: 7.604.623,596 m com azimute 267° 42' 57,47" e distância de 651,54 m até o vértice 29, definido pelas coordenadas E: 179.169,994 m e N: 7.604.597,630 m com azimute 91° 43' 26,58" e distância de 640,26 m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 179.809,963 m e N: 7.604.578,367 m com azimute 266° 41' 42,04" e distância de 335,82 m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 179.474,699 m e N: 7.604.559,006 m com azimute 269° 52' 34,98" e distância de 328,79 m até o vértice 32, definido pelas coordenadas E: 179.145,913 m e N: 7.604.558,297 m com azimute 90° 23' 37,59" e distância de 1.247,60 m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 180.393,488 m e N: 7.604.549,723 m com azimute 268° 38' 13,42" e distância de 646,01 m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 179.747,662 m e N: 7.604.534,357 m com azimute 91° 17' 59,78" e distância de 365,23 m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 180.112,794 m e N: 7.604.526,072 m com azimute 269° 36' 45,58" e distância de 978,20 m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 179.134,614 m e N: 7.604.519,459 m com azimute 132° 47' 10,23" e distância de 54,27 m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 179.174,440 m e N: 7.604.482,597 m com azimute 90° 19' 06,13" e distância de 1.212,32 m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 180.386,743 m e N: 7.604.475,860 m com

azimute 269° 19' 33,50" e distância de 594,99 m até o vértice39, definido pelas coordenadas E: 179.791,796 m e N: 7.604.468,861 m com azimute 268° 54' 33,98" e distância de 326,23 m até o vértice40, definido pelas coordenadas E: 179.465,624 m e N: 7.604.462,652 m com azimute 91° 25' 31,69" e distância de 906,78 m até o vértice41, definido pelas coordenadas E: 180.372,125 m e N: 7.604.440,094 m com azimute 267° 58' 56,32" e distância de 933,74 m até o vértice42, definido pelas coordenadas E: 179.438,965 m e N: 7.604.407,219 m com azimute 90° 18' 43,90" e distância de 870,63 m até o vértice43, definido pelas coordenadas E: 180.309,578 m e N: 7.604.402,475 m com azimute 269° 40' 27,34" e distância de 582,30 m até o vértice44, definido pelas coordenadas E: 179.727,288 m e N: 7.604.399,165 m com azimute 90° 34' 43,58" e distância de 393,79 m até o vértice45, definido pelas coordenadas E: 180.121,054 m e N: 7.604.395,187 m com azimute 96° 26' 18,96" e distância de 148,79 m até o vértice46, definido pelas coordenadas E: 180.268,903 m e N: 7.604.378,502 m com azimute 150° 08' 24,16" e distância de 75,81 m até o vértice47, definido pelas coordenadas E: 180.306,646 m e N: 7.604.312,760 m com azimute 269° 46' 17,99" e distância de 1.176,67 m até o vértice48, definido pelas coordenadas E: 179.129,985 m e N: 7.604.308,070 m com azimute 90° 50' 58,61" e distância de 284,21 m até o vértice49, definido pelas coordenadas E: 179.414,160 m e N: 7.604.303,856 m com azimute 91° 19' 31,98" e distância de 310,77 m até o vértice50, definido pelas coordenadas E: 179.724,850 m e N: 7.604.296,667 m com azimute 91° 40' 46,85" e distância de 612,18 m até o vértice51, definido pelas coordenadas E: 180.336,763 m e N: 7.604.278,723 m com azimute 268° 50' 06,77" e distância de 873,12 m até o vértice52, definido pelas coordenadas E: 179.463,820 m e N: 7.604.260,974 m com azimute 90° 28' 57,61" e distância de 883,55 m até o vértice53, definido pelas coordenadas E: 180.347,337 m e N: 7.604.253,531 m com azimute 264° 09' 10,73" e distância de 201,86 m até o vértice54, definido pelas coordenadas E: 180.146,526 m e N: 7.604.232,967 m com azimute 268° 50' 48,60" e distância de 345,41 m até o vértice55, definido pelas coordenadas E: 179.801,184 m e N: 7.604.226,016 m com azimute 255° 15' 25,59" e distância de 58,96 m até o vértice56, definido pelas coordenadas E: 179.744,162 m e N: 7.604.211,010 m com azimute 268° 32' 23,13" e distância de 243,05 m até o vértice57, definido pelas coordenadas E: 179.501,193 m e N: 7.604.204,817 m com azimute 266° 53' 33,80" e distância de 358,99 m até o vértice58, definido pelas coordenadas E: 179.142,730 m e N: 7.604.185,357 m com azimute 90° 29' 27,78" e distância de 1.236,50 m até o vértice59, definido pelas coordenadas E: 180.379,183 m e N: 7.604.174,760 m com azimute 268° 55' 21,14" e distância de 805,98 m até o vértice60, definido pelas coordenadas E: 179.573,343 m e N: 7.604.159,605 m com azimute 100° 12' 42,46" e distância de 193,19 m até o vértice61, definido pelas coordenadas E: 179.763,475 m e N: 7.604.125,354 m com azimute 269° 40' 02,69" e distância de 608,70 m até o vértice62, definido pelas coordenadas E: 179.154,787 m e N: 7.604.121,821 m com azimute 90° 16' 10,41" e distância de 682,56 m até o vértice63, definido pelas coordenadas E: 179.837,338 m e N: 7.604.118,610 m com azimute 90° 26' 00,42" e distância de 553,79 m até o vértice64, definido pelas coordenadas E: 180.391,116 m e N: 7.604.114,420 m com azimute 267° 47' 08,93" e distância de 207,85 m até o vértice65, definido pelas coordenadas E: 180.183,421 m e N: 7.604.106,390 m com azimute 269° 31' 32,96" e distância de 1.290,08 m até o vértice66, definido pelas coordenadas E: 178.893,384 m e N: 7.604.095,713 m com azimute 91° 56' 39,68" e distância de 760,67 m até o vértice67, definido pelas coordenadas E: 179.653,614 m e N: 7.604.069,905 m com azimute 269° 24' 45,92" e distância de 816,55 m até o vértice68, definido pelas coordenadas E: 178.837,103 m e N: 7.604.061,536 m com azimute 91° 10' 22,40" e distância de 1.041,89 m até o vértice69, definido pelas coordenadas E: 179.878,770 m e N: 7.604.040,209 m com azimute 90° 04' 34,91" e distância de 320,03 m até o vértice70, definido pelas coordenadas E: 180.198,797 m e N: 7.604.039,782 m com azimute 269° 04' 40,51" e distância de 425,40 m até o vértice71, definido pelas coordenadas E: 179.773,448 m e N: 7.604.032,936 m com azimute 90° 43' 17,11" e distância de 624,37 m até o vértice72, definido pelas coordenadas E: 180.397,771 m e N: 7.604.025,075 m com azimute 269° 23' 30,27" e distância de 684,58 m até o vértice73, definido pelas coordenadas E: 179.713,231 m e N: 7.604.017,808 m com azimute 269° 38' 11,69" e distância de 915,83 m até o vértice74, definido pelas coordenadas E: 178.797,416 m e N: 7.604.011,999 m com azimute 90° 45' 56,57" e distância de 1.614,64 m até o vértice75, definido pelas coordenadas E: 180.411,911 m e N: 7.603.990,421 m com azimute 268° 28' 33,53" e distância de 265,43 m até o vértice76, definido pelas coordenadas E: 180.146,577 m e N: 7.603.983,362 m com azimute 252° 51' 15,41" e distância de 49,64 m até o vértice77, definido pelas coordenadas E: 180.099,141 m e N: 7.603.968,727 m com azimute 263° 09' 00,80" e distância de 118,70 m até o vértice78, definido pelas coordenadas E: 179.981,285 m e N: 7.603.954,570 m com azimute 269° 48' 09,29" e distância de 1.203,90 m até o vértice79, definido pelas coordenadas E: 178.777,396 m e N: 7.603.950,422 m com azimute 90° 10' 12,37" e distância de 1.249,00 m até o vértice80, definido pelas coordenadas E: 180.026,390 m e N: 7.603.946,714 m com azimute 269° 59' 48,76" e distância de 1.844,08 m até o vértice81, definido pelas coordenadas E: 178.182,310 m e N: 7.603.946,613 m com azimute 97° 14' 52,87" e distância de 97,26 m até o vértice 82, definido pelas coordenadas E: 178.278,790 m e N: 7.603.934,343 m com azimute 269° 49' 51,96" e distância de 179,19 m até o vértice 83, definido pelas coordenadas E: 178.099,600 m e N: 7.603.933,814 m com azimute 90° 43' 16,91" e

distância de 249,76 m até o vértice 84, definido pelas coordenadas E: 178.349,337 m e N: 7.603.930,670 m com azimute 90° 11' 07,28" e distância de 2.081,16 m até o vértice 85, definido pelas coordenadas E: 180.430,482 m e N: 7.603.923,937 m com azimute 269° 36' 00,19" e distância de 2.045,18 m até o vértice 86, definido pelas coordenadas E: 178.385,351 m e N: 7.603.909,661 m com azimute 91° 30' 03,43" e distância de 246,75 m até o vértice 87, definido pelas coordenadas E: 178.632,014 m e N: 7.603.903,198 m com azimute 267° 47' 08,37" e distância de 44,77 m até o vértice 88, definido pelas coordenadas E: 178.587,279 m e N: 7.603.901,468 m com azimute 269° 49' 08,32" e distância de 540,77 m até o vértice 89, definido pelas coordenadas E: 178.046,514 m e N: 7.603.899,760 m com azimute 90° 12' 28,68" e distância de 1.834,76 m até o vértice 90, definido pelas coordenadas E: 179.881,258 m e N: 7.603.893,100 m com azimute 269° 35' 39,74" e distância de 1.139,76 m até o vértice 91, definido pelas coordenadas E: 178.741,522 m e N: 7.603.885,031 m com azimute 268° 22' 12,97" e distância de 313,40 m até o vértice 92, definido pelas coordenadas E: 178.428,250 m e N: 7.603.876,118 m com azimute 90° 00' 15,43" e distância de 1.424,87 m até o vértice 93, definido pelas coordenadas E: 179.853,118 m e N: 7.603.876,012 m com azimute 269° 55' 39,56" e distância de 1.133,59 m até o vértice 94, definido pelas coordenadas E: 178.719,525 m e N: 7.603.874,580 m com azimute 90° 03' 48,16" e distância de 1.709,74 m até o vértice 95, definido pelas coordenadas E: 180.429,264 m e N: 7.603.872,689 m com azimute 269° 48' 11,06" e distância de 1.930,23 m até o vértice 96, definido pelas coordenadas E: 178.499,043 m e N: 7.603.866,055 m com azimute 90° 26' 26,28" e distância de 1.466,94 m até o vértice 97, definido pelas coordenadas E: 179.965,943 m e N: 7.603.854,773 m com azimute 269° 12' 53,81" e distância de 2.083,19 m até o vértice 98, definido pelas coordenadas E: 177.882,946 m e N: 7.603.826,231 m com azimute 269° 59' 17,52" e distância de 83,20 m até o vértice 99, definido pelas coordenadas E: 177.799,742 m e N: 7.603.826,214 m com azimute 90° 01' 10,67" e distância de 2.071,33 m até o vértice 100, definido pelas coordenadas E: 179.871,072 m e N: 7.603.825,504 m com azimute 269° 50' 13,27" e distância de 1.898,29 m até o vértice 101, definido pelas coordenadas E: 177.972,789 m e N: 7.603.820,104 m com azimute 245° 59' 03,06" e distância de 17,22 m até o vértice 102, definido pelas coordenadas E: 177.957,059 m e N: 7.603.813,096 m com azimute 90° 07' 59,56" e distância de 2.439,53 m até o vértice 103, definido pelas coordenadas E: 180.396,587 m e N: 7.603.807,424 m com azimute 269° 39' 15,01" e distância de 2.672,35 m até o vértice 104, definido pelas coordenadas E: 177.724,287 m e N: 7.603.791,294 m com azimute 90° 02' 18,40" e distância de 2.135,36 m até o vértice 105, definido pelas coordenadas E: 179.859,650 m e N: 7.603.789,861 m com azimute 268° 38' 26,28" e distância de 428,54 m até o vértice 106, definido pelas coordenadas E: 179.431,227 m e N: 7.603.779,695 m com azimute 267° 47' 07,93" e distância de 51,16 m até o vértice 107, definido pelas coordenadas E: 179.380,101 m e N: 7.603.777,718 m com azimute 269° 33' 27,27" e distância de 1.680,44 m até o vértice 108, definido pelas coordenadas E: 177.699,712 m e N: 7.603.764,742 m com azimute 90° 05' 51,06" e distância de 2.397,88 m até o vértice 109, definido pelas coordenadas E: 180.097,586 m e N: 7.603.760,661 m com azimute 269° 15' 42,76" e distância de 620,56 m até o vértice 110, definido pelas coordenadas E: 179.477,074 m e N: 7.603.752,666 m com azimute 90° 26' 37,51" e distância de 896,32 m até o vértice 111, definido pelas coordenadas E: 180.373,372 m e N: 7.603.745,724 m com azimute 269° 08' 28,87" e distância de 540,56 m até o vértice 112, definido pelas coordenadas E: 179.832,869 m e N: 7.603.737,624 m com azimute 267° 47' 07,76" e distância de 319,77 m até o vértice 113, definido pelas coordenadas E: 179.513,335 m e N: 7.603.725,267 m com azimute 107° 26' 21,50" e distância de 47,54 m até o vértice 114, definido pelas coordenadas E: 179.558,687 m e N: 7.603.711,021 m com azimute 90° 11' 47,39" e distância de 608,10 m até o vértice 115, definido pelas coordenadas E: 180.166,789 m e N: 7.603.708,935 m com azimute 90° 10' 17,06" e distância de 153,62 m até o vértice 116, definido pelas coordenadas E: 180.320,411 m e N: 7.603.708,476 m com azimute 263° 32' 56,62" e distância de 86,57 m até o vértice 117, definido pelas coordenadas E: 180.234,385 m e N: 7.603.698,749 m com azimute 99° 05' 43,38" e distância de 16,31 m até o vértice 118, definido pelas coordenadas E: 180.250,485 m e N: 7.603.696,171 m com azimute 269° 26' 44,64" e distância de 662,21 m até o vértice 119, definido pelas coordenadas E: 179.588,310 m e N: 7.603.689,765 m com azimute 92° 07' 43,28" e distância de 253,35 m até o vértice 120, definido pelas coordenadas E: 179.841,483 m e N: 7.603.680,355 m com azimute 255° 10' 36,51" e distância de 249,03 m até o vértice 121, definido pelas coordenadas E: 179.600,738 m e N: 7.603.616,643 m com azimute 91° 58' 13,08" e distância de 262,91 m até o vértice 122, definido pelas coordenadas E: 179.863,498 m e N: 7.603.607,604 m com azimute 269° 27' 16,15" e distância de 2.332,97 m até o vértice 123, definido pelas coordenadas E: 177.530,635 m e N: 7.603.585,392 m com azimute 90° 04' 46,13" e distância de 2.097,03 m até o vértice 124, definido pelas coordenadas E: 179.627,660 m e N: 7.603.582,483 m com azimute 93° 11' 20,92" e distância de 237,69 m até o vértice 125, definido pelas coordenadas E: 179.864,980 m e N: 7.603.569,260 m com azimute 269° 46' 59,62" e distância de 550,34 m até o vértice 126, definido pelas coordenadas E: 179.314,640 m e N: 7.603.567,178 m com azimute 120° 15' 23,53" e distância de 41,69 m até o vértice 127, definido pelas coordenadas E: 179.350,654 m e N: 7.603.546,169 m com azimute 90° 01' 51,86" e distância de 326,42 m até o vértice 128, definido pelas coordenadas E: 179.677,073 m e N: 7.603.545,992 m com

azimute 269° 34' 37,69" e distância de 2.275,54 m até o vértice129, definido pelas coordenadas E: 177.401,599 m e N: 7.603.529,198 m com azimute 90° 04' 22,50" e distância de 2.423,45 m até o vértice130, definido pelas coordenadas E: 179.825,047 m e N: 7.603.526,114 m com azimute 259° 25' 09,89" e distância de 109,89 m até o vértice131, definido pelas coordenadas E: 179.717,024 m e N: 7.603.505,936 m com azimute 269° 29' 11,93" e distância de 323,11 m até o vértice132, definido pelas coordenadas E: 179.393,923 m e N: 7.603.503,041 m com azimute 90° 16' 29,44" e distância de 368,09 m até o vértice133, definido pelas coordenadas E: 179.762,006 m e N: 7.603.501,275 m com azimute 269° 54' 38,08" e distância de 2.435,99 m até o vértice134, definido pelas coordenadas E: 177.326,020 m e N: 7.603.497,473 m com azimute 90° 48' 01,41" e distância de 2.082,25 m até o vértice135, definido pelas coordenadas E: 179.408,064 m e N: 7.603.468,386 m com azimute 269° 58' 10,18" e distância de 2.202,48 m até o vértice136, definido pelas coordenadas E: 177.205,582 m e N: 7.603.467,214 m com azimute 250° 40' 57,21" e distância de 86,99 m até o vértice137, definido pelas coordenadas E: 177.123,488 m e N: 7.603.438,437 m com azimute 90° 39' 16,43" e distância de 2.315,71 m até o vértice138, definido pelas coordenadas E: 179.439,047 m e N: 7.603.411,982 m com azimute 153° 00' 36,20" e distância de 45,78 m até o vértice139, definido pelas coordenadas E: 179.459,825 m e N: 7.603.371,184 m com azimute 269° 51' 25,40" e distância de 2.410,32 m até o vértice140, definido pelas coordenadas E: 177.049,516 m e N: 7.603.365,171 m com azimute 91° 30' 40,43" e distância de 2.423,46 m até o vértice141, definido pelas coordenadas E: 179.472,130 m e N: 7.603.301,257 m com azimute 232° 14' 50,75" e distância de 27,51 m até o vértice142, definido pelas coordenadas E: 179.450,381 m e N: 7.603.284,415 m com azimute 269° 49' 57,13" e distância de 2.439,08 m até o vértice143, definido pelas coordenadas E: 177.011,312 m e N: 7.603.277,286 m com azimute 227° 21' 32,48" e distância de 113,42 m até o vértice144, definido pelas coordenadas E: 176.927,876 m e N: 7.603.200,454 m com azimute 90° 10' 15,55" e distância de 2.688,48 m até o vértice145, definido pelas coordenadas E: 179.616,345 m e N: 7.603.192,430 m com azimute 108° 20' 27,80" e distância de 54,64 m até o vértice146, definido pelas coordenadas E: 179.668,212 m e N: 7.603.175,236 m com azimute 269° 37' 49,81" e distância de 2.780,33 m até o vértice147, definido pelas coordenadas E: 176.887,942 m e N: 7.603.157,306 m com azimute 90° 16' 45,49" e distância de 2.516,66 m até o vértice148, definido pelas coordenadas E: 179.404,569 m e N: 7.603.145,038 m com azimute 92° 08' 26,21" e distância de 326,31 m até o vértice149, definido pelas coordenadas E: 179.730,653 m e N: 7.603.132,849 m com azimute 265° 50' 36,50" e distância de 188,77 m até o vértice150, definido pelas coordenadas E: 179.542,376 m e N: 7.603.119,167 m com azimute 269° 22' 47,84" e distância de 2.642,41 m até o vértice151, definido pelas coordenadas E: 176.900,124 m e N: 7.603.090,572 m com azimute 90° 13' 57,15" e distância de 2.845,44 m até o vértice152, definido pelas coordenadas E: 179.745,536 m e N: 7.603.079,023 m com azimute 268° 06' 05,26" e distância de 434,10 m até o vértice153, definido pelas coordenadas E: 179.311,675 m e N: 7.603.064,641 m com azimute 93° 18' 44,79" e distância de 224,08 m até o vértice154, definido pelas coordenadas E: 179.535,385 m e N: 7.603.051,694 m com azimute 269° 48' 28,50" e distância de 2.627,03 m até o vértice155, definido pelas coordenadas E: 176.908,369 m e N: 7.603.042,887 m com azimute 90° 31' 16,15" e distância de 2.629,19 m até o vértice156, definido pelas coordenadas E: 179.537,451 m e N: 7.603.018,972 m com azimute 269° 49' 24,85" e distância de 2.674,25 m até o vértice157, definido pelas coordenadas E: 176.863,209 m e N: 7.603.010,737 m com azimute 267° 47' 05,65" e distância de 79,95 m até o vértice158, definido pelas coordenadas E: 176.783,322 m e N: 7.603.007,647 m com azimute 255° 41' 24,50" e distância de 45,79 m até o vértice159, definido pelas coordenadas E: 176.738,956 m e N: 7.602.996,331 m com azimute 90° 00' 09,51" e distância de 3.016,18 m até o vértice160, definido pelas coordenadas E: 179.755,140 m e N: 7.602.996,192 m com azimute 268° 27' 48,38" e distância de 472,50 m até o vértice161, definido pelas coordenadas E: 179.282,811 m e N: 7.602.983,522 m com azimute 96° 50' 51,65" e distância de 263,91 m até o vértice162, definido pelas coordenadas E: 179.544,839 m e N: 7.602.952,055 m com azimute 265° 26' 07,87" e distância de 312,04 m até o vértice163, definido pelas coordenadas E: 179.233,787 m e N: 7.602.927,223 m com azimute 90° 39' 06,50" e distância de 495,47 m até o vértice164, definido pelas coordenadas E: 179.729,225 m e N: 7.602.921,586 m com azimute 268° 01' 42,91" e distância de 187,87 m até o vértice165, definido pelas coordenadas E: 179.541,468 m e N: 7.602.915,124 m com azimute 269° 58' 37,00" e distância de 2.863,33 m até o vértice166, definido pelas coordenadas E: 176.678,136 m e N: 7.602.913,971 m com azimute 90° 00' 09,25" e distância de 3.016,19 m até o vértice167, definido pelas coordenadas E: 179.694,323 m e N: 7.602.913,836 m com azimute 266° 32' 59,00" e distância de 482,17 m até o vértice168, definido pelas coordenadas E: 179.213,026 m e N: 7.602.884,818 m com azimute 91° 30' 00,12" e distância de 431,80 m até o vértice169, definido pelas coordenadas E: 179.644,681 m e N: 7.602.873,514 m com azimute 260° 54' 35,68" e distância de 113,54 m até o vértice170, definido pelas coordenadas E: 179.532,571 m e N: 7.602.855,577 m com azimute 222° 47' 04,98" e distância de 20,35 m até o vértice171, definido pelas coordenadas E: 179.518,748 m e N: 7.602.840,642 m com azimute 267° 47' 04,95" e distância de 54,36 m até o vértice172, definido pelas coordenadas E: 179.464,427 m e N: 7.602.838,540 m com azimute 256° 28' 29,19" e distância de 24,46 m até o vértice173, definido pelas coordenadas E: 179.440,647 m e N:

7.602.832,820 m com azimute 267° 07' 47,71" e distância de 279,82 m até o vértice174, definido pelas coordenadas E: 179.161,177 m e N: 7.602.818,809 m com azimute 269° 41' 26,81" e distância de 2.475,68 m até o vértice175, definido pelas coordenadas E: 176.685,534 m e N: 7.602.805,448 m com azimute 90° 09' 56,61" e distância de 2.713,28 m até o vértice176, definido pelas coordenadas E: 179.398,808 m e N: 7.602.797,600 m com azimute 91° 05' 44,20" e distância de 290,68 m até o vértice177, definido pelas coordenadas E: 179.689,434 m e N: 7.602.792,042 m com azimute 269° 45' 34,57" e distância de 626,33 m até o vértice178, definido pelas coordenadas E: 179.063,110 m e N: 7.602.789,415 m com azimute 93° 24' 25,42" e distância de 310,07 m até o vértice179, definido pelas coordenadas E: 179.372,636 m e N: 7.602.770,987 m com azimute 269° 25' 16,43" e distância de 391,88 m até o vértice180, definido pelas coordenadas E: 178.980,772 m e N: 7.602.767,028 m com azimute 95° 41' 30,47" e distância de 348,67 m até o vértice181, definido pelas coordenadas E: 179.327,725 m e N: 7.602.732,448 m com azimute 265° 45' 26,23" e distância de 361,57 m até o vértice182, definido pelas coordenadas E: 178.967,143 m e N: 7.602.705,698 m com azimute 269° 52' 27,06" e distância de 2.258,36 m até o vértice183, definido pelas coordenadas E: 176.708,786 m e N: 7.602.700,739 m com azimute 90° 17' 22,52" e distância de 2.579,10 m até o vértice184, definido pelas coordenadas E: 179.287,854 m e N: 7.602.687,704 m com azimute 92° 06' 34,66" e distância de 477,02 m até o vértice185, definido pelas coordenadas E: 179.764,553 m e N: 7.602.670,144 m com azimute 266° 45' 22,01" e distância de 757,19 m até o vértice186, definido pelas coordenadas E: 179.008,578 m e N: 7.602.627,297 m com azimute 90° 32' 37,09" e distância de 265,72 m até o vértice187, definido pelas coordenadas E: 179.274,288 m e N: 7.602.624,776 m com azimute 93° 27' 01,54" e distância de 510,13 m até o vértice188, definido pelas coordenadas E: 179.783,496 m e N: 7.602.594,074 m com azimute 269° 44' 19,41" e distância de 3.047,68 m até o vértice189, definido pelas coordenadas E: 176.735,852 m e N: 7.602.580,176 m com azimute 91° 32' 36,99" e distância de 2.329,02 m até o vértice190, definido pelas coordenadas E: 179.064,031 m e N: 7.602.517,437 m com azimute 269° 59' 43,69" e distância de 2.300,14 m até o vértice191, definido pelas coordenadas E: 176.763,889 m e N: 7.602.517,255 m com azimute 90° 05' 11,93" e distância de 2.527,51 m até o vértice192, definido pelas coordenadas E: 179.291,396 m e N: 7.602.513,433 m com azimute 90° 59' 59,65" e distância de 498,83 m até o vértice193, definido pelas coordenadas E: 179.790,153 m e N: 7.602.504,728 m com azimute 267° 59' 14,43" e distância de 677,13 m até o vértice194, definido pelas coordenadas E: 179.113,445 m e N: 7.602.480,947 m com azimute 91° 31' 12,16" e distância de 699,39 m até o vértice195, definido pelas coordenadas E: 179.812,591 m e N: 7.602.462,395 m com azimute 268° 33' 52,01" e distância de 528,47 m até o vértice196, definido pelas coordenadas E: 179.284,283 m e N: 7.602.449,155 m com azimute 263° 23' 08,37" e distância de 166,77 m até o vértice197, definido pelas coordenadas E: 179.118,618 m e N: 7.602.429,945 m com azimute 114° 20' 57,83" e distância de 50,05 m até o vértice198, definido pelas coordenadas E: 179.164,219 m e N: 7.602.409,308 m com azimute 269° 43' 45,21" e distância de 2.520,53 m até o vértice199, definido pelas coordenadas E: 176.643,715 m e N: 7.602.397,396 m com azimute 90° 45' 21,14" e distância de 3.269,35 m até o vértice200, definido pelas coordenadas E: 179.912,778 m e N: 7.602.354,267 m com azimute 269° 59' 51,11" e distância de 3.312,19 m até o vértice201, definido pelas coordenadas E: 176.600,586 m e N: 7.602.354,124 m com azimute 90° 13' 36,16" e distância de 3.376,74 m até o vértice202, definido pelas coordenadas E: 179.977,303 m e N: 7.602.340,763 m com azimute 90° 47' 49,38" e distância de 60,84 m até o vértice203, definido pelas coordenadas E: 180.038,138 m e N: 7.602.339,917 m com azimute 266° 25' 00,14" e distância de 602,94 m até o vértice204, definido pelas coordenadas E: 179.436,373 m e N: 7.602.302,233 m com azimute 269° 55' 44,57" e distância de 2.862,45 m até o vértice205, definido pelas coordenadas E: 176.573,928 m e N: 7.602.298,688 m com azimute 90° 04' 29,50" e distância de 3.520,39 m até o vértice206, definido pelas coordenadas E: 180.094,313 m e N: 7.602.294,089 m com azimute 267° 18' 47,88" e distância de 583,60 m até o vértice207, definido pelas coordenadas E: 179.511,350 m e N: 7.602.266,732 m com azimute 94° 54' 33,18" e distância de 128,90 m até o vértice208, definido pelas coordenadas E: 179.639,782 m e N: 7.602.255,701 m com azimute 264° 55' 18,43" e distância de 64,03 m até o vértice209, definido pelas coordenadas E: 179.575,999 m e N: 7.602.250,033 m com azimute 90° 58' 23,94" e distância de 546,06 m até o vértice210, definido pelas coordenadas E: 180.121,977 m e N: 7.602.240,757 m com azimute 269° 38' 00,45" e distância de 3.567,40 m até o vértice211, definido pelas coordenadas E: 176.554,651 m e N: 7.602.217,936 m com azimute 90° 01' 01,73" e distância de 2.667,41 m até o vértice212, definido pelas coordenadas E: 179.222,056 m e N: 7.602.217,137 m com azimute 90° 01' 47,66" e distância de 489,63 m até o vértice213, definido pelas coordenadas E: 179.711,687 m e N: 7.602.216,882 m com azimute 91° 01' 10,72" e distância de 821,52 m até o vértice214, definido pelas coordenadas E: 180.533,078 m e N: 7.602.202,263 m com azimute 97° 47' 31,59" e distância de 55,20 m até o vértice215, definido pelas coordenadas E: 180.587,769 m e N: 7.602.194,779 m com azimute 269° 45' 32,63" e distância de 788,70 m até o vértice216, definido pelas coordenadas E: 179.799,073 m e N: 7.602.191,462 m com azimute 91° 31' 54,38" e distância de 366,92 m até o vértice217, definido pelas coordenadas E: 180.165,865 m e N: 7.602.181,654 m com azimute 269° 42' 36,64" e distância de 3.615,55 m até o vértice218, definido pelas

coordenadas E: 176.550,362 m e N: 7.602.163,365 m com azimute 90° 01' 11,20" e distância de 2.664,21 m até o vértice219, definido pelas coordenadas E: 179.214,572 m e N: 7.602.162,445 m com azimute 90° 30' 59,24" e distância de 1.442,21 m até o vértice220, definido pelas coordenadas E: 180.656,725 m e N: 7.602.149,446 m com azimute 269° 42' 16,31" e distância de 811,07 m até o vértice221, definido pelas coordenadas E: 179.845,663 m e N: 7.602.145,263 m com azimute 90° 50' 46,95" e distância de 389,08 m até o vértice222, definido pelas coordenadas E: 180.234,698 m e N: 7.602.139,516 m com azimute 91° 43' 45,33" e distância de 464,77 m até o vértice223, definido pelas coordenadas E: 180.699,252 m e N: 7.602.125,491 m com azimute 269° 38' 45,55" e distância de 4.133,71 m até o vértice224, definido pelas coordenadas E: 176.565,617 m e N: 7.602.099,950 m com azimute 90° 14' 14,90" e distância de 4.183,33 m até o vértice225, definido pelas coordenadas E: 180.748,913 m e N: 7.602.082,611 m com azimute 269° 41' 14,72" e distância de 1.588,54 m até o vértice226, definido pelas coordenadas E: 179.160,394 m e N: 7.602.073,945 m com azimute 91° 03' 42,14" e distância de 727,08 m até o vértice227, definido pelas coordenadas E: 179.887,345 m e N: 7.602.060,473 m com azimute 269° 30' 47,12" e distância de 3.338,43 m até o vértice228, definido pelas coordenadas E: 176.549,040 m e N: 7.602.032,102 m com azimute 90° 05' 00,19" e distância de 2.510,71 m até o vértice229, definido pelas coordenadas E: 179.059,750 m e N: 7.602.028,448 m com azimute 90° 08' 19,50" e distância de 1.712,22 m até o vértice230, definido pelas coordenadas E: 180.771,969 m e N: 7.602.024,302 m com azimute 268° 26' 33,04" e distância de 834,65 m até o vértice231, definido pelas coordenadas E: 179.937,624 m e N: 7.602.001,616 m com azimute 269° 50' 37,38" e distância de 3.425,46 m até o vértice232, definido pelas coordenadas E: 176.512,178 m e N: 7.601.992,273 m com azimute 90° 20' 33,40" e distância de 4.262,09 m até o vértice233, definido pelas coordenadas E: 180.774,195 m e N: 7.601.966,787 m com azimute 269° 31' 33,03" e distância de 1.788,35 m até o vértice234, definido pelas coordenadas E: 178.985,905 m e N: 7.601.951,987 m com azimute 90° 00' 28,41" e distância de 988,85 m até o vértice235, definido pelas coordenadas E: 179.974,751 m e N: 7.601.951,851 m com azimute 269° 38' 48,39" e distância de 3.492,24 m até o vértice236, definido pelas coordenadas E: 176.482,573 m e N: 7.601.930,322 m com azimute 90° 18' 18,50" e distância de 3.016,86 m até o vértice237, definido pelas coordenadas E: 179.499,388 m e N: 7.601.914,255 m com azimute 91° 35' 52,69" e distância de 96,15 m até o vértice238, definido pelas coordenadas E: 179.595,496 m e N: 7.601.911,574 m com azimute 91° 43' 44,68" e distância de 92,95 m até o vértice239, definido pelas coordenadas E: 179.688,408 m e N: 7.601.908,769 m com azimute 92° 16' 51,72" e distância de 285,48 m até o vértice240, definido pelas coordenadas E: 179.973,658 m e N: 7.601.897,407 m com azimute 90° 58' 34,80" e distância de 803,87 m até o vértice241, definido pelas coordenadas E: 180.777,410 m e N: 7.601.883,710 m com azimute 269° 50' 18,35" e distância de 1.427,10 m até o vértice242, definido pelas coordenadas E: 179.350,319 m e N: 7.601.879,685 m com azimute 269° 46' 18,72" e distância de 2.903,77 m até o vértice243, definido pelas coordenadas E: 176.446,576 m e N: 7.601.868,124 m com azimute 90° 07' 34,79" e distância de 2.542,80 m até o vértice244, definido pelas coordenadas E: 178.989,367 m e N: 7.601.862,517 m com azimute 91° 36' 49,79" e distância de 765,97 m até o vértice245, definido pelas coordenadas E: 179.755,035 m e N: 7.601.840,945 m com azimute 90° 32' 42,49" e distância de 995,64 m até o vértice246, definido pelas coordenadas E: 180.750,631 m e N: 7.601.831,472 m com azimute 267° 47' 01,68" e distância de 262,21 m até o vértice247, definido pelas coordenadas E: 180.488,617 m e N: 7.601.821,332 m com azimute 96° 45' 23,12" e distância de 61,51 m até o vértice248, definido pelas coordenadas E: 180.549,699 m e N: 7.601.814,096 m com azimute 269° 43' 31,01" e distância de 566,32 m até o vértice249, definido pelas coordenadas E: 179.983,387 m e N: 7.601.811,381 m com azimute 269° 52' 14,16" e distância de 3.556,72 m até o vértice250, definido pelas coordenadas E: 176.426,681 m e N: 7.601.803,348 m com azimute 90° 02' 57,72" e distância de 2.629,07 m até o vértice251, definido pelas coordenadas E: 179.055,748 m e N: 7.601.801,083 m com azimute 90° 07' 07,78" e distância de 1.648,19 m até o vértice252, definido pelas coordenadas E: 180.703,938 m e N: 7.601.797,664 m com azimute 269° 49' 28,71" e distância de 1.436,69 m até o vértice253, definido pelas coordenadas E: 179.267,260 m e N: 7.601.793,267 m com azimute 90° 01' 06,89" e distância de 1.312,06 m até o vértice254, definido pelas coordenadas E: 180.579,322 m e N: 7.601.792,842 m com azimute 269° 05' 08,61" e distância de 140,73 m até o vértice255, definido pelas coordenadas E: 180.438,605 m e N: 7.601.790,596 m com azimute 269° 29' 06,47" e distância de 646,22 m até o vértice256, definido pelas coordenadas E: 179.792,409 m e N: 7.601.784,789 m com azimute 90° 14' 39,06" e distância de 819,37 m até o vértice257, definido pelas coordenadas E: 180.611,769 m e N: 7.601.781,297 m com azimute 90° 38' 46,19" e distância de 64,03 m até o vértice258, definido pelas coordenadas E: 180.675,799 m e N: 7.601.780,575 m com azimute 269° 58' 54,04" e distância de 1.500,83 m até o vértice259, definido pelas coordenadas E: 179.174,965 m e N: 7.601.780,095 m com azimute 91° 46' 17,33" e distância de 1.333,48 m até o vértice260, definido pelas coordenadas E: 180.507,809 m e N: 7.601.738,873 m com azimute 269° 04' 47,24" e distância de 706,87 m até o vértice261, definido pelas coordenadas E: 179.801,026 m e N: 7.601.727,521 m com azimute 269° 49' 41,47" e distância de 3.361,43 m até o vértice262, definido pelas coordenadas E: 176.439,606 m e N: 7.601.717,441 m com azimute 90° 58' 04,27" e distância de 3.540,64 m até o

vértice263, definido pelas coordenadas E: 179.979,737 m e N: 7.601.657,634 m com azimute 90° 54' 41,26" e distância de 586,05 m até o vértice264, definido pelas coordenadas E: 180.565,715 m e N: 7.601.648,312 m com azimute 269° 25' 12,86" e distância de 4.198,81 m até o vértice265, definido pelas coordenadas E: 176.367,119 m e N: 7.601.605,826 m com azimute 90° 02' 47,76" e distância de 3.441,93 m até o vértice266, definido pelas coordenadas E: 179.809,044 m e N: 7.601.603,026 m com azimute 268° 30' 31,82" e distância de 631,60 m até o vértice267, definido pelas coordenadas E: 179.177,654 m e N: 7.601.586,590 m com azimute 90° 18' 01,74" e distância de 582,55 m até o vértice268, definido pelas coordenadas E: 179.760,197 m e N: 7.601.583,535 m com azimute 90° 10' 27,39" e distância de 804,92 m até o vértice269, definido pelas coordenadas E: 180.565,117 m e N: 7.601.581,087 m com azimute 269° 40' 27,20" e distância de 823,86 m até o vértice270, definido pelas coordenadas E: 179.741,272 m e N: 7.601.576,402 m com azimute 262° 35' 20,99" e distância de 70,64 m até o vértice271, definido pelas coordenadas E: 179.671,222 m e N: 7.601.567,291 m com azimute 91° 59' 33,23" e distância de 370,34 m até o vértice272, definido pelas coordenadas E: 180.041,334 m e N: 7.601.554,415 m com azimute 269° 57' 12,28" e distância de 3.758,52 m até o vértice273, definido pelas coordenadas E: 176.282,819 m e N: 7.601.551,358 m com azimute 90° 07' 26,26" e distância de 4.267,81 m até o vértice274, definido pelas coordenadas E: 180.550,624 m e N: 7.601.542,125 m com azimute 269° 45' 30,57" e distância de 974,28 m até o vértice275, definido pelas coordenadas E: 179.576,351 m e N: 7.601.538,018 m com azimute 268° 34' 45,43" e distância de 460,52 m até o vértice276, definido pelas coordenadas E: 179.115,973 m e N: 7.601.526,600 m com azimute 90° 37' 23,13" e distância de 1.000,52 m até o vértice277, definido pelas coordenadas E: 180.116,434 m e N: 7.601.515,720 m com azimute 97° 14' 45,07" e distância de 77,80 m até o vértice278, definido pelas coordenadas E: 180.193,616 m e N: 7.601.505,907 m com azimute 108° 49' 15,71" e distância de 44,54 m até o vértice279, definido pelas coordenadas E: 180.235,773 m e N: 7.601.491,538 m com azimute 269° 48' 58,06" e distância de 766,34 m até o vértice280, definido pelas coordenadas E: 179.469,441 m e N: 7.601.489,079 m com azimute 269° 59' 02,33" e distância de 3.248,18 m até o vértice281, definido pelas coordenadas E: 176.221,259 m e N: 7.601.488,170 m com azimute 90° 17' 36,14" e distância de 3.140,08 m até o vértice282, definido pelas coordenadas E: 179.361,294 m e N: 7.601.472,092 m com azimute 90° 02' 12,67" e distância de 1.179,27 m até o vértice283, definido pelas coordenadas E: 180.540,564 m e N: 7.601.471,334 m com azimute 269° 53' 59,46" e distância de 1.428,76 m até o vértice284, definido pelas coordenadas E: 179.111,808 m e N: 7.601.468,836 m com azimute 91° 04' 40,82" e distância de 1.196,33 m até o vértice285, definido pelas coordenadas E: 180.307,925 m e N: 7.601.446,329 m com azimute 96° 37' 31,00" e distância de 145,63 m até o vértice286, definido pelas coordenadas E: 180.452,579 m e N: 7.601.429,527 m com azimute 91° 08' 59,69" e distância de 54,45 m até o vértice287, definido pelas coordenadas E: 180.507,023 m e N: 7.601.428,434 m com azimute 264° 16' 47,70" e distância de 156,98 m até o vértice288, definido pelas coordenadas E: 180.350,824 m e N: 7.601.412,788 m com azimute 269° 55' 09,25" e distância de 4.161,63 m até o vértice289, definido pelas coordenadas E: 176.189,200 m e N: 7.601.406,922 m com azimute 90° 09' 13,84" e distância de 2.938,12 m até o vértice290, definido pelas coordenadas E: 179.127,311 m e N: 7.601.399,033 m com azimute 177° 47' 00,31" e distância de 70,35 m até o vértice291, definido pelas coordenadas E: 179.130,031 m e N: 7.601.328,735 m com azimute 269° 34' 03,18" e distância de 2.978,62 m até o vértice292, definido pelas coordenadas E: 176.151,493 m e N: 7.601.306,254 m com azimute 90° 35' 12,12" e distância de 2.942,33 m até o vértice293, definido pelas coordenadas E: 179.093,666 m e N: 7.601.276,125 m com azimute 188° 05' 17,37" e distância de 71,50 m até o vértice294, definido pelas coordenadas E: 179.083,606 m e N: 7.601.205,332 m com azimute 269° 19' 53,21" e distância de 2.959,07 m até o vértice295, definido pelas coordenadas E: 176.124,733 m e N: 7.601.170,805 m com azimute 267° 30' 23,41" e distância de 661,98 m até o vértice296, definido pelas coordenadas E: 175.463,382 m e N: 7.601.142,005 m com azimute 90° 20' 54,76" e distância de 3.572,38 m até o vértice297, definido pelas coordenadas E: 179.035,696 m e N: 7.601.120,274 m com azimute 269° 52' 26,89" e distância de 3.593,58 m até o vértice298, definido pelas coordenadas E: 175.442,126 m e N: 7.601.112,379 m com azimute 90° 00' 13,26" e distância de 3.549,08 m até o vértice299, definido pelas coordenadas E: 178.991,208 m e N: 7.601.112,151 m com azimute 263° 01' 10,40" e distância de 77,01 m até o vértice300, definido pelas coordenadas E: 178.914,766 m e N: 7.601.102,792 m com azimute 269° 44' 00,62" e distância de 2.818,93 m até o vértice301, definido pelas coordenadas E: 176.095,870 m e N: 7.601.089,680 m com azimute 269° 49' 14,03" e distância de 809,59 m até o vértice302, definido pelas coordenadas E: 175.286,287 m e N: 7.601.087,145 m com azimute 267° 46' 59,66" e distância de 44,77 m até o vértice303, definido pelas coordenadas E: 175.241,549 m e N: 7.601.085,413 m com azimute 92° 17' 50,00" e distância de 121,90 m até o vértice304, definido pelas coordenadas E: 175.363,351 m e N: 7.601.080,527 m com azimute 218° 23' 04,26" e distância de 29,48 m até o vértice305, definido pelas coordenadas E: 175.345,044 m e N: 7.601.057,416 m com azimute 90° 09' 45,59" e distância de 3.543,08 m até o vértice306, definido pelas coordenadas E: 178.888,111 m e N: 7.601.047,357 m com azimute 269° 51' 14,31" e distância de 2.831,94 m até o vértice307, definido pelas coordenadas E: 176.056,184 m e N: 7.601.040,140 m com azimute 269° 38' 14,79" e

distância de **889,49 m** até o vértice**308**, definido pelas coordenadas **E: 175.166,711 m** e **N: 7.601.034,511 m** com azimute **90° 11' 29,05"** e distância de **684,96 m** até o vértice**309**, definido pelas coordenadas **E: 175.851,670 m** e **N: 7.601.032,223 m** com azimute **90° 45' 27,56"** e distância de **3.019,64 m** até o vértice**310**, definido pelas coordenadas **E: 178.871,041 m** e **N: 7.600.992,294 m** com azimute **269° 38' 01,92"** e distância de **3.762,65 m** até o vértice**311**, definido pelas coordenadas **E: 175.108,470 m** e **N: 7.600.968,250 m** com azimute **90° 06' 26,30"** e distância de **3.706,17 m** até o vértice**312**, definido pelas coordenadas **E: 178.814,638 m** e **N: 7.600.961,309 m** com azimute **258° 19' 14,67"** e distância de **77,81 m** até o vértice**313**, definido pelas coordenadas **E: 178.738,443 m** e **N: 7.600.945,558 m** com azimute **267° 46' 59,00"** e distância de **99,13 m** até o vértice**314**, definido pelas coordenadas **E: 178.639,387 m** e **N: 7.600.941,724 m** com azimute **269° 31' 41,17"** e distância de **3.570,48 m** até o vértice**315**, definido pelas coordenadas **E: 175.069,030 m** e **N: 7.600.912,317 m** com azimute **90° 10' 00,63"** e distância de **3.536,71 m** até o vértice**316**, definido pelas coordenadas **E: 178.605,722 m** e **N: 7.600.902,018 m** com azimute **263° 06' 58,16"** e distância de **157,21 m** até o vértice**317**, definido pelas coordenadas **E: 178.449,642 m** e **N: 7.600.883,175 m** com azimute **263° 01' 09,71"** e distância de **77,01 m** até o vértice**318**, definido pelas coordenadas **E: 178.373,200 m** e **N: 7.600.873,816 m** com azimute **269° 42' 17,91"** e distância de **3.337,26 m** até o vértice**319**, definido pelas coordenadas **E: 175.035,982 m** e **N: 7.600.856,632 m** com azimute **198° 49' 13,92"** e distância de **44,54 m** até o vértice**320**, definido pelas coordenadas **E: 175.021,612 m** e **N: 7.600.814,471 m** com azimute **90° 49' 20,48"** e distância de **3.256,82 m** até o vértice**321**, definido pelas coordenadas **E: 178.278,101 m** e **N: 7.600.767,728 m** com azimute **254° 58' 43,09"** e distância de **72,15 m** até o vértice**322**, definido pelas coordenadas **E: 178.208,421 m** e **N: 7.600.749,029 m** com azimute **269° 27' 08,50"** e distância de **3.183,24 m** até o vértice**323**, definido pelas coordenadas **E: 175.025,324 m** e **N: 7.600.718,604 m** com azimute **156° 55' 42,35"** e distância de **71,87 m** até o vértice**324**, definido pelas coordenadas **E: 175.053,486 m** e **N: 7.600.652,487 m** com azimute **90° 02' 24,77"** e distância de **3.085,15 m** até o vértice**325**, definido pelas coordenadas **E: 178.138,638 m** e **N: 7.600.650,321 m** com azimute **260° 11' 17,38"** e distância de **48,39 m** até o vértice**326**, definido pelas coordenadas **E: 178.090,954 m** e **N: 7.600.642,075 m** com azimute **255° 34' 56,36"** e distância de **121,05 m** até o vértice**327**, definido pelas coordenadas **E: 177.973,713 m** e **N: 7.600.611,934 m** com azimute **250° 02' 17,14"** e distância de **83,94 m** até o vértice**328**, definido pelas coordenadas **E: 177.894,817 m** e **N: 7.600.583,278 m** com azimute **269° 33' 37,23"** e distância de **2.783,50 m** até o vértice**329**, definido pelas coordenadas **E: 175.111,399 m** e **N: 7.600.561,919 m** com azimute **90° 25' 53,60"** e distância de **2.698,70 m** até o vértice**330**, definido pelas coordenadas **E: 177.810,026 m** e **N: 7.600.541,592 m** com azimute **269° 37' 05,17"** e distância de **2.895,58 m** até o vértice**331**, definido pelas coordenadas **E: 174.914,511 m** e **N: 7.600.522,292 m** com azimute **267° 46' 57,90"** e distância de **25,58 m** até o vértice**332**, definido pelas coordenadas **E: 174.888,947 m** e **N: 7.600.521,302 m** com azimute **90° 00' 50,11"** e distância de **246,43 m** até o vértice**333**, definido pelas coordenadas **E: 175.135,376 m** e **N: 7.600.521,242 m** com azimute **267° 46' 57,87"** e distância de **182,28 m** até o vértice**334**, definido pelas coordenadas **E: 174.953,229 m** e **N: 7.600.514,190 m** com azimute **94° 34' 18,15"** e distância de **135,26 m** até o vértice**335**, definido pelas coordenadas **E: 175.088,061 m** e **N: 7.600.503,409 m** com azimute **267° 46' 57,82"** e distância de **105,53 m** até o vértice**336**, definido pelas coordenadas **E: 174.982,608 m** e **N: 7.600.499,326 m** com azimute **106° 13' 03,61"** e distância de **40,45 m** até o vértice**337**, definido pelas coordenadas **E: 175.021,450 m** e **N: 7.600.488,028 m** com azimute **268° 44' 15,21"** e distância de **191,90 m** até o vértice**338**, definido pelas coordenadas **E: 174.829,592 m** e **N: 7.600.483,800 m** com azimute **90° 14' 41,37"** e distância de **2.903,17 m** até o vértice**339**, definido pelas coordenadas **E: 177.732,738 m** e **N: 7.600.471,395 m** com azimute **269° 50' 21,14"** e distância de **2.940,76 m** até o vértice**340**, definido pelas coordenadas **E: 174.791,987 m** e **N: 7.600.463,142 m** com azimute **267° 46' 57,71"** e distância de **47,97 m** até o vértice**341**, definido pelas coordenadas **E: 174.744,053 m** e **N: 7.600.461,286 m** com azimute **250° 40' 47,87"** e distância de **43,50 m** até o vértice**342**, definido pelas coordenadas **E: 174.703,006 m** e **N: 7.600.446,895 m** com azimute **90° 18' 07,38"** e distância de **2.400,76 m** até o vértice**343**, definido pelas coordenadas **E: 177.103,730 m** e **N: 7.600.434,239 m** com azimute **269° 47' 17,88"** e distância de **2.467,11 m** até o vértice**344**, definido pelas coordenadas **E: 174.636,641 m** e **N: 7.600.425,123 m** com azimute **90° 00' 35,65"** e distância de **2.427,45 m** até o vértice**345**, definido pelas coordenadas **E: 177.064,096 m** e **N: 7.600.424,704 m** com azimute **104° 36' 14,50"** e distância de **71,83 m** até o vértice**346**, definido pelas coordenadas **E: 177.133,603 m** e **N: 7.600.406,594 m** com azimute **90° 12' 42,76"** e distância de **528,12 m** até o vértice**347**, definido pelas coordenadas **E: 177.661,718 m** e **N: 7.600.404,641 m** com azimute **269° 51' 50,79"** e distância de **3.081,62 m** até o vértice**348**, definido pelas coordenadas **E: 174.580,110 m** e **N: 7.600.397,332 m** com azimute **90° 18' 17,51"** e distância de **2.434,38 m** até o vértice**349**, definido pelas coordenadas **E: 177.014,453 m** e **N: 7.600.384,379 m** com azimute **269° 49' 17,06"** e distância de **2.471,96 m** até o vértice**350**, definido pelas coordenadas **E: 174.542,506 m** e **N: 7.600.376,673 m** com azimute **90° 00' 04,78"** e distância de **3.056,29 m** até o vértice**351**, definido pelas coordenadas **E: 177.598,799 m** e **N: 7.600.376,602 m** com azimute **268° 36' 24,91"** e distância de **444,55 m** até o vértice**352**, definido pelas coordenadas **E: 177.154,384 m** e **N: 7.600.365,795 m** com

azimute 116° 23' 34,90" e distância de 40,07 m até o vértice353, definido pelas coordenadas E: 177.190,276 m e N: 7.600.347,983 m com azimute 93° 57' 09,82" e distância de 119,01 m até o vértice354, definido pelas coordenadas E: 177.309,003 m e N: 7.600.339,779 m com azimute 90° 44' 36,54" e distância de 185,72 m até o vértice355, definido pelas coordenadas E: 177.494,710 m e N: 7.600.337,370 m com azimute 269° 51' 22,56" e distância de 3.004,81 m até o vértice356, definido pelas coordenadas E: 174.489,913 m e N: 7.600.329,832 m com azimute 90° 08' 21,63" e distância de 2.877,36 m até o vértice357, definido pelas coordenadas E: 177.367,264 m e N: 7.600.322,834 m com azimute 269° 01' 45,31" e distância de 2.939,58 m até o vértice358, definido pelas coordenadas E: 174.428,105 m e N: 7.600.273,032 m com azimute 90° 08' 23,21" e distância de 2.526,90 m até o vértice359, definido pelas coordenadas E: 176.954,998 m e N: 7.600.266,867 m com azimute 268° 48' 54,19" e distância de 2.573,15 m até o vértice360, definido pelas coordenadas E: 174.382,398 m e N: 7.600.213,655 m com azimute 90° 52' 31,89" e distância de 2.518,84 m até o vértice361, definido pelas coordenadas E: 176.900,944 m e N: 7.600.175,167 m com azimute 269° 50' 03,33" e distância de 2.545,59 m até o vértice362, definido pelas coordenadas E: 174.355,370 m e N: 7.600.167,803 m com azimute 225° 16' 19,14" e distância de 52,06 m até o vértice363, definido pelas coordenadas E: 174.318,384 m e N: 7.600.131,166 m com azimute 90° 05' 47,35" e distância de 2.494,82 m até o vértice364, definido pelas coordenadas E: 176.813,203 m e N: 7.600.126,965 m com azimute 268° 45' 43,19" e distância de 2.525,14 m até o vértice365, definido pelas coordenadas E: 174.288,655 m e N: 7.600.072,408 m com azimute 205° 57' 39,29" e distância de 101,58 m até o vértice366, definido pelas coordenadas E: 174.244,186 m e N: 7.599.981,075 m com azimute 91° 02' 01,49" e distância de 2.339,86 m até o vértice367, definido pelas coordenadas E: 176.583,668 m e N: 7.599.938,861 m com azimute 269° 35' 42,06" e distância de 2.375,66 m até o vértice368, definido pelas coordenadas E: 174.208,067 m e N: 7.599.922,069 m com azimute 257° 52' 40,92" e distância de 204,52 m até o vértice369, definido pelas coordenadas E: 174.008,105 m e N: 7.599.879,121 m com azimute 267° 46' 55,91" e distância de 15,99 m até o vértice370, definido pelas coordenadas E: 173.992,127 m e N: 7.599.878,502 m com azimute 91° 43' 38,57" e distância de 185,92 m até o vértice371, definido pelas coordenadas E: 174.177,967 m e N: 7.599.872,898 m com azimute 269° 17' 22,65" e distância de 121,57 m até o vértice372, definido pelas coordenadas E: 174.056,410 m e N: 7.599.871,390 m com azimute 101° 16' 40,50" e distância de 82,22 m até o vértice373, definido pelas coordenadas E: 174.137,043 m e N: 7.599.855,311 m com azimute 90° 17' 16,59" e distância de 2.450,37 m até o vértice374, definido pelas coordenadas E: 176.587,380 m e N: 7.599.842,996 m com azimute 269° 33' 12,98" e distância de 2.637,97 m até o vértice375, definido pelas coordenadas E: 173.949,492 m e N: 7.599.822,444 m com azimute 188° 05' 13,13" e distância de 35,75 m até o vértice376, definido pelas coordenadas E: 173.944,462 m e N: 7.599.787,045 m com azimute 90° 09' 28,82" e distância de 2.661,38 m até o vértice377, definido pelas coordenadas E: 176.605,833 m e N: 7.599.779,705 m com azimute 268° 42' 56,12" e distância de 2.649,85 m até o vértice378, definido pelas coordenadas E: 173.956,648 m e N: 7.599.720,308 m com azimute 90° 31' 29,45" e distância de 2.639,73 m até o vértice379, definido pelas coordenadas E: 176.596,269 m e N: 7.599.696,128 m com azimute 269° 47' 00,83" e distância de 2.609,52 m até o vértice380, definido pelas coordenadas E: 173.986,770 m e N: 7.599.686,270 m com azimute 90° 43' 39,57" e distância de 2.582,56 m até o vértice381, definido pelas coordenadas E: 176.569,118 m e N: 7.599.653,472 m com azimute 269° 53' 32,94" e distância de 2.561,69 m até o vértice382, definido pelas coordenadas E: 174.007,429 m e N: 7.599.648,665 m com azimute 218° 58' 04,47" e distância de 34,00 m até o vértice383, definido pelas coordenadas E: 173.986,050 m e N: 7.599.622,234 m com azimute 226° 21' 29,83" e distância de 72,50 m até o vértice384, definido pelas coordenadas E: 173.933,581 m e N: 7.599.572,196 m com azimute 212° 46' 26,17" e distância de 39,04 m até o vértice385, definido pelas coordenadas E: 173.912,449 m e N: 7.599.539,373 m com azimute 206° 23' 32,44" e distância de 40,07 m até o vértice386, definido pelas coordenadas E: 173.894,637 m e N: 7.599.503,479 m com azimute 225° 57' 42,03" e distância de 81,53 m até o vértice387, definido pelas coordenadas E: 173.836,024 m e N: 7.599.446,801 m com azimute 207° 31' 36,06" e distância de 51,57 m até o vértice388, definido pelas coordenadas E: 173.812,192 m e N: 7.599.401,072 m com azimute 90° 43' 28,94" e distância de 2.896,36 m até o vértice389, definido pelas coordenadas E: 176.708,325 m e N: 7.599.364,439 m com azimute 269° 53' 28,21" e distância de 2.910,51 m até o vértice390, definido pelas coordenadas E: 173.797,823 m e N: 7.599.358,910 m com azimute 90° 03' 53,75" e distância de 2.970,05 m até o vértice391, definido pelas coordenadas E: 176.767,874 m e N: 7.599.355,545 m com azimute 269° 01' 13,19" e distância de 2.958,79 m até o vértice392, definido pelas coordenadas E: 173.809,515 m e N: 7.599.304,956 m com azimute 90° 07' 16,89" e distância de 3.133,40 m até o vértice393, definido pelas coordenadas E: 176.942,906 m e N: 7.599.298,319 m com azimute 269° 19' 12,78" e distância de 3.096,72 m até o vértice394, definido pelas coordenadas E: 173.846,399 m e N: 7.599.261,579 m com azimute 90° 16' 51,76" e distância de 3.226,59 m até o vértice395, definido pelas coordenadas E: 177.072,952 m e N: 7.599.245,752 m com azimute 269° 46' 48,56" e distância de 3.209,48 m até o vértice396, definido pelas coordenadas E: 173.863,492 m e N: 7.599.233,438 m com azimute 189° 52' 34,93" e distância de 45,79 m até o vértice397, definido pelas coordenadas E: 173.855,638 m e N:

7.599.188,327 m com azimute 232° 14' 38,07" e distância de 27,51 m até o vértice398, definido pelas coordenadas E: 173.833,887 m e N: 7.599.171,483 m com azimute 90° 24' 23,20" e distância de 3.351,76 m até o vértice399, definido pelas coordenadas E: 177.185,559 m e N: 7.599.147,706 m com azimute 269° 36' 17,74" e distância de 3.417,13 m até o vértice400, definido pelas coordenadas E: 173.768,512 m e N: 7.599.124,144 m com azimute 90° 32' 49,27" e distância de 3.777,96 m até o vértice401, definido pelas coordenadas E: 177.546,297 m e N: 7.599.088,076 m com azimute 93° 53' 48,98" e distância de 90,05 m até o vértice402, definido pelas coordenadas E: 177.636,140 m e N: 7.599.081,956 m com azimute 269° 53' 25,53" e distância de 3.910,52 m até o vértice403, definido pelas coordenadas E: 173.725,631 m e N: 7.599.074,477 m com azimute 90° 10' 48,54" e distância de 3.591,23 m até o vértice404, definido pelas coordenadas E: 177.316,844 m e N: 7.599.063,185 m com azimute 267° 46' 53,14" e distância de 63,96 m até o vértice405, definido pelas coordenadas E: 177.252,935 m e N: 7.599.060,709 m com azimute 96° 12' 30,19" e distância de 174,57 m até o vértice406, definido pelas coordenadas E: 177.426,479 m e N: 7.599.041,831 m com azimute 269° 45' 56,84" e distância de 2.678,26 m até o vértice407, definido pelas coordenadas E: 174.748,246 m e N: 7.599.030,883 m com azimute 267° 46' 53,18" e distância de 12,79 m até o vértice408, definido pelas coordenadas E: 174.735,464 m e N: 7.599.030,388 m com azimute 227° 10' 48,50" e distância de 29,48 m até o vértice409, definido pelas coordenadas E: 174.713,838 m e N: 7.599.010,347 m com azimute 90° 02' 07,78" e distância de 3.008,36 m até o vértice410, definido pelas coordenadas E: 177.722,193 m e N: 7.599.008,484 m com azimute 269° 59' 08,76" e distância de 3.990,77 m até o vértice411, definido pelas coordenadas E: 173.731,426 m e N: 7.599.007,493 m com azimute 90° 03' 28,95" e distância de 1.046,57 m até o vértice412, definido pelas coordenadas E: 174.777,997 m e N: 7.599.006,432 m com azimute 266° 52' 19,33" e distância de 201,50 m até o vértice413, definido pelas coordenadas E: 174.576,799 m e N: 7.598.995,437 m com azimute 94° 41' 33,48" e distância de 106,31 m até o vértice414, definido pelas coordenadas E: 174.682,749 m e N: 7.598.986,740 m com azimute 269° 59' 02,41" e distância de 83,21 m até o vértice415, definido pelas coordenadas E: 174.599,540 m e N: 7.598.986,717 m com azimute 90° 47' 39,09" e distância de 60,85 m até o vértice416, definido pelas coordenadas E: 174.660,380 m e N: 7.598.985,874 m com azimute 269° 34' 16,73" e distância de 102,39 m até o vértice417, definido pelas coordenadas E: 174.557,997 m e N: 7.598.985,108 m com azimute 94° 29' 28,43" e distância de 218,96 m até o vértice418, definido pelas coordenadas E: 174.776,287 m e N: 7.598.967,962 m com azimute 263° 54' 57,29" e distância de 237,19 m até o vértice419, definido pelas coordenadas E: 174.540,433 m e N: 7.598.942,822 m com azimute 93° 34' 26,96" e distância de 221,79 m até o vértice420, definido pelas coordenadas E: 174.761,795 m e N: 7.598.928,996 m com azimute 269° 47' 15,77" e distância de 1.004,79 m até o vértice421, definido pelas coordenadas E: 173.757,014 m e N: 7.598.925,273 m com azimute 265° 03' 18,18" e distância de 67,23 m até o vértice422, definido pelas coordenadas E: 173.690,030 m e N: 7.598.919,477 m com azimute 90° 05' 50,42" e distância de 4.035,88 m até o vértice423, definido pelas coordenadas E: 177.725,907 m e N: 7.598.912,621 m com azimute 269° 48' 15,36" e distância de 4.076,70 m até o vértice424, definido pelas coordenadas E: 173.649,230 m e N: 7.598.898,694 m com azimute 92° 21' 18,94" e distância de 80,21 m até o vértice425, definido pelas coordenadas E: 173.729,368 m e N: 7.598.895,398 m com azimute 92° 16' 35,23" e distância de 1.020,10 m até o vértice426, definido pelas coordenadas E: 174.748,664 m e N: 7.598.854,878 m com azimute 268° 27' 48,04" e distância de 268,65 m até o vértice427, definido pelas coordenadas E: 174.480,112 m e N: 7.598.847,674 m com azimute 94° 49' 37,34" e distância de 286,79 m até o vértice428, definido pelas coordenadas E: 174.765,880 m e N: 7.598.823,542 m com azimute 90° 05' 39,57" e distância de 2.931,67 m até o vértice429, definido pelas coordenadas E: 177.697,543 m e N: 7.598.818,715 m com azimute 269° 56' 26,24" e distância de 4.073,86 m até o vértice430, definido pelas coordenadas E: 173.623,688 m e N: 7.598.814,493 m com azimute 91° 27' 06,48" e distância de 849,21 m até o vértice431, definido pelas coordenadas E: 174.472,630 m e N: 7.598.792,978 m com azimute 93° 40' 01,97" e distância de 311,85 m até o vértice432, definido pelas coordenadas E: 174.783,839 m e N: 7.598.773,032 m com azimute 177° 46' 52,34" e distância de 19,19 m até o vértice433, definido pelas coordenadas E: 174.784,582 m e N: 7.598.753,858 m com azimute 90° 19' 33,49" e distância de 2.880,95 m até o vértice434, definido pelas coordenadas E: 177.665,488 m e N: 7.598.737,468 m com azimute 269° 50' 19,69" e distância de 3.206,37 m até o vértice435, definido pelas coordenadas E: 174.459,128 m e N: 7.598.728,447 m com azimute 90° 21' 37,16" e distância de 355,34 m até o vértice436, definido pelas coordenadas E: 174.814,456 m e N: 7.598.726,212 m com azimute 269° 18' 16,70" e distância de 1.202,87 m até o vértice437, definido pelas coordenadas E: 173.611,672 m e N: 7.598.711,614 m com azimute 90° 17' 23,80" e distância de 1.242,01 m até o vértice438, definido pelas coordenadas E: 174.853,670 m e N: 7.598.705,329 m com azimute 267° 46' 52,14" e distância de 422,13 m até o vértice439, definido pelas coordenadas E: 174.431,853 m e N: 7.598.688,985 m com azimute 269° 00' 31,41" e distância de 447,82 m até o vértice440, definido pelas coordenadas E: 173.984,097 m e N: 7.598.681,238 m com azimute 90° 04' 18,21" e distância de 3.440,52 m até o vértice441, definido pelas coordenadas E: 177.424,616 m e N: 7.598.676,931 m com azimute 93° 43' 40,60" e distância de 154,33 m até o vértice442, definido pelas

coordenadas E: 177.578,616 m e N: 7.598.666,897 m com azimute 269° 54' 07,83" e distância de 216,00 m até o vértice443, definido pelas coordenadas E: 177.362,614 m e N: 7.598.666,528 m com azimute 269° 47' 45,51" e distância de 3.319,90 m até o vértice444, definido pelas coordenadas E: 174.042,733 m e N: 7.598.654,706 m com azimute 267° 46' 52,04" e distância de 63,96 m até o vértice445, definido pelas coordenadas E: 173.978,821 m e N: 7.598.652,230 m com azimute 91° 50' 04,80" e distância de 407,16 m até o vértice446, definido pelas coordenadas E: 174.385,777 m e N: 7.598.639,194 m com azimute 90° 41' 30,96" e distância de 566,77 m até o vértice447, definido pelas coordenadas E: 174.952,509 m e N: 7.598.632,350 m com azimute 269° 17' 18,69" e distância de 850,96 m até o vértice448, definido pelas coordenadas E: 174.101,616 m e N: 7.598.621,783 m com azimute 266° 02' 43,39" e distância de 105,58 m até o vértice449, definido pelas coordenadas E: 173.996,284 m e N: 7.598.614,502 m com azimute 90° 42' 27,94" e distância de 782,93 m até o vértice450, definido pelas coordenadas E: 174.779,155 m e N: 7.598.604,831 m com azimute 269° 12' 47,39" e distância de 127,96 m até o vértice451, definido pelas coordenadas E: 174.651,208 m e N: 7.598.603,073 m com azimute 269° 48' 57,97" e distância de 315,20 m até o vértice452, definido pelas coordenadas E: 174.336,009 m e N: 7.598.602,062 m com azimute 269° 51' 15,21" e distância de 707,22 m até o vértice453, definido pelas coordenadas E: 173.628,788 m e N: 7.598.600,262 m com azimute 90° 03' 29,53" e distância de 1.086,58 m até o vértice454, definido pelas coordenadas E: 174.715,367 m e N: 7.598.599,159 m com azimute 267° 46' 51,82" e distância de 25,58 m até o vértice455, definido pelas coordenadas E: 174.689,803 m e N: 7.598.598,168 m com azimute 90° 02' 43,38" e distância de 2.509,12 m até o vértice456, definido pelas coordenadas E: 177.198,927 m e N: 7.598.596,181 m com azimute 269° 59' 13,65" e distância de 3.032,28 m até o vértice457, definido pelas coordenadas E: 174.166,642 m e N: 7.598.595,499 m com azimute 90° 22' 38,71" e distância de 670,67 m até o vértice458, definido pelas coordenadas E: 174.837,294 m e N: 7.598.591,081 m com azimute 269° 18' 06,57" e distância de 542,25 m até o vértice459, definido pelas coordenadas E: 174.295,085 m e N: 7.598.584,474 m com azimute 263° 58' 01,13" e distância de 48,08 m até o vértice460, definido pelas coordenadas E: 174.247,275 m e N: 7.598.579,421 m com azimute 90° 05' 31,85" e distância de 356,87 m até o vértice461, definido pelas coordenadas E: 174.604,141 m e N: 7.598.578,847 m com azimute 93° 37' 13,90" e distância de 282,89 m até o vértice462, definido pelas coordenadas E: 174.886,466 m e N: 7.598.560,983 m com azimute 267° 46' 51,68" e distância de 335,79 m até o vértice463, definido pelas coordenadas E: 174.550,930 m e N: 7.598.547,982 m com azimute 267° 58' 16,92" e distância de 481,30 m até o vértice464, definido pelas coordenadas E: 174.069,931 m e N: 7.598.530,944 m com azimute 266° 24' 22,21" e distância de 399,87 m até o vértice465, definido pelas coordenadas E: 173.670,850 m e N: 7.598.505,879 m com azimute 90° 27' 59,18" e distância de 853,21 m até o vértice466, definido pelas coordenadas E: 174.524,028 m e N: 7.598.498,934 m com azimute 266° 38' 23,18" e distância de 401,43 m até o vértice467, definido pelas coordenadas E: 174.123,290 m e N: 7.598.475,404 m com azimute 91° 00' 07,19" e distância de 369,95 m até o vértice468, definido pelas coordenadas E: 174.493,186 m e N: 7.598.468,935 m com azimute 90° 06' 39,73" e distância de 2.595,66 m até o vértice469, definido pelas coordenadas E: 177.088,843 m e N: 7.598.463,905 m com azimute 269° 20' 11,20" e distância de 3.357,48 m até o vértice470, definido pelas coordenadas E: 173.731,591 m e N: 7.598.425,022 m com azimute 90° 26' 06,40" e distância de 725,13 m até o vértice471, definido pelas coordenadas E: 174.456,696 m e N: 7.598.419,515 m com azimute 260° 46' 46,65" e distância de 275,48 m até o vértice472, definido pelas coordenadas E: 174.184,773 m e N: 7.598.375,374 m com azimute 268° 15' 44,42" e distância de 380,58 m até o vértice473, definido pelas coordenadas E: 173.804,371 m e N: 7.598.363,834 m com azimute 90° 31' 15,19" e distância de 635,53 m até o vértice474, definido pelas coordenadas E: 174.439,876 m e N: 7.598.358,056 m com azimute 90° 03' 47,35" e distância de 2.649,98 m até o vértice475, definido pelas coordenadas E: 177.089,858 m e N: 7.598.355,135 m com azimute 269° 57' 11,47" e distância de 2.910,61 m até o vértice476, definido pelas coordenadas E: 174.179,249 m e N: 7.598.352,757 m com azimute 260° 00' 56,46" e distância de 71,01 m até o vértice477, definido pelas coordenadas E: 174.109,317 m e N: 7.598.340,446 m com azimute 267° 46' 51,04" e distância de 38,38 m até o vértice478, definido pelas coordenadas E: 174.070,970 m e N: 7.598.338,960 m com azimute 92° 45' 02,10" e distância de 73,83 m até o vértice479, definido pelas coordenadas E: 174.144,716 m e N: 7.598.335,417 m com azimute 269° 14' 58,71" e distância de 249,53 m até o vértice480, definido pelas coordenadas E: 173.895,211 m e N: 7.598.332,149 m com azimute 94° 54' 21,07" e distância de 103,13 m até o vértice481, definido pelas coordenadas E: 173.997,966 m e N: 7.598.323,329 m com azimute 93° 11' 33,67" e distância de 457,76 m até o vértice482, definido pelas coordenadas E: 174.455,011 m e N: 7.598.297,835 m com azimute 90° 47' 23,24" e distância de 2.558,67 m até o vértice483, definido pelas coordenadas E: 177.013,438 m e N: 7.598.262,566 m com azimute 268° 36' 39,76" e distância de 220,68 m até o vértice484, definido pelas coordenadas E: 176.792,827 m e N: 7.598.257,217 m com azimute 269° 50' 45,58" e distância de 2.307,21 m até o vértice485, definido pelas coordenadas E: 174.485,629 m e N: 7.598.251,016 m com azimute 90° 00' 35,71" e distância de 2.384,26 m até o vértice486, definido pelas coordenadas E: 176.869,890 m e N: 7.598.250,603 m com azimute 264° 18' 44,94" e distância de 105,72 m até o

vértice**487**, definido pelas coordenadas **E: 176.764,687 m e N: 7.598.240,125 m** com azimute **269° 38' 47,91"** e distância de **2.258,94 m** até o vértice**488**, definido pelas coordenadas **E: 174.505,793 m e N: 7.598.226,194 m** com azimute **91° 23' 13,21"** e distância de **2.287,85 m** até o vértice**489**, definido pelas coordenadas **E: 176.792,975 m e N: 7.598.170,816 m** com azimute **269° 15' 05,59"** e distância de **2.242,49 m** até o vértice**490**, definido pelas coordenadas **E: 174.550,679 m e N: 7.598.141,523 m** com azimute **168° 48' 28,84"** e distância de **61,51 m** até o vértice**491**, definido pelas coordenadas **E: 174.562,619 m e N: 7.598.081,179 m** com azimute **90° 18' 32,76"** e distância de **2.247,13 m** até o vértice**492**, definido pelas coordenadas **E: 176.809,720 m e N: 7.598.069,056 m** com azimute **254° 47' 09,31"** e distância de **255,99 m** até o vértice**493**, definido pelas coordenadas **E: 176.562,702 m e N: 7.598.001,877 m** com azimute **95° 07' 58,36"** e distância de **199,91 m** até o vértice**494**, definido pelas coordenadas **E: 176.761,812 m e N: 7.597.983,992 m** com azimute **269° 51' 52,50"** e distância de **2.198,43 m** até o vértice**495**, definido pelas coordenadas **E: 174.563,387 m e N: 7.597.978,796 m** com azimute **90° 18' 00,84"** e distância de **2.109,48 m** até o vértice**496**, definido pelas coordenadas **E: 176.672,834 m e N: 7.597.967,742 m** com azimute **248° 29' 25,46"** e distância de **135,52 m** até o vértice**497**, definido pelas coordenadas **E: 176.546,749 m e N: 7.597.918,052 m** com azimute **267° 22' 18,27"** e distância de **2.241,81 m** até o vértice**498**, definido pelas coordenadas **E: 174.307,293 m e N: 7.597.815,252 m** com azimute **90° 52' 52,28"** e distância de **2.187,40 m** até o vértice**499**, definido pelas coordenadas **E: 176.494,432 m e N: 7.597.781,612 m** com azimute **268° 07' 31,63"** e distância de **2.123,47 m** até o vértice**500**, definido pelas coordenadas **E: 174.372,097 m e N: 7.597.712,150 m** com azimute **91° 37' 07,03"** e distância de **2.006,41 m** até o vértice**501**, definido pelas coordenadas **E: 176.377,710 m e N: 7.597.655,476 m** com azimute **269° 37' 08,17"** e distância de **1.993,35 m** até o vértice**502**, definido pelas coordenadas **E: 174.384,409 m e N: 7.597.642,219 m** com azimute **141° 23' 45,06"** e distância de **75,48 m** até o vértice**503**, definido pelas coordenadas **E: 174.431,500 m e N: 7.597.583,237 m** com azimute **107° 13' 12,72"** e distância de **57,65 m** até o vértice**504**, definido pelas coordenadas **E: 174.486,569 m e N: 7.597.566,169 m** com azimute **100° 46' 29,18"** e distância de **42,67 m** até o vértice**505**, definido pelas coordenadas **E: 174.528,483 m e N: 7.597.558,193 m** com azimute **141° 31' 34,65"** e distância de **59,49 m** até o vértice**506**, definido pelas coordenadas **E: 174.565,492 m e N: 7.597.511,621 m** com azimute **90° 10' 31,92"** e distância de **1.606,77 m** até o vértice**507**, definido pelas coordenadas **E: 176.172,257 m e N: 7.597.506,699 m** com azimute **269° 10' 17,79"** e distância de **1.580,25 m** até o vértice**508**, definido pelas coordenadas **E: 174.592,172 m e N: 7.597.483,852 m** com azimute **91° 56' 06,95"** e distância de **1.500,58 m** até o vértice**509**, definido pelas coordenadas **E: 176.091,899 m e N: 7.597.433,177 m** com azimute **269° 32' 04,94"** e distância de **1.462,15 m** até o vértice**510**, definido pelas coordenadas **E: 174.629,801 m e N: 7.597.421,303 m** com azimute **102° 42' 41,19"** e distância de **49,65 m** até o vértice**511**, definido pelas coordenadas **E: 174.678,230 m e N: 7.597.410,379 m** com azimute **126° 42' 27,12"** e distância de **106,88 m** até o vértice**512**, definido pelas coordenadas **E: 174.763,916 m e N: 7.597.346,493 m** com azimute **91° 39' 39,20"** e distância de **1.275,71 m** até o vértice**513**, definido pelas coordenadas **E: 176.039,087 m e N: 7.597.309,518 m** com azimute **267° 55' 56,21"** e distância de **1.202,43 m** até o vértice**514**, definido pelas coordenadas **E: 174.837,440 m e N: 7.597.266,133 m** com azimute **90° 29' 00,60"** e distância de **1.152,54 m** até o vértice**515**, definido pelas coordenadas **E: 175.989,941 m e N: 7.597.256,407 m** com azimute **228° 29' 25,55"** e distância de **90,90 m** até o vértice**516**, definido pelas coordenadas **E: 175.921,870 m e N: 7.597.196,163 m** com azimute **265° 55' 55,84"** e distância de **991,88 m** até o vértice**517**, definido pelas coordenadas **E: 174.932,491 m e N: 7.597.125,802 m** com azimute **90° 00' 39,35"** e distância de **985,71 m** até o vértice**518**, definido pelas coordenadas **E: 175.918,204 m e N: 7.597.125,614 m** com azimute **265° 00' 57,11"** e distância de **928,48 m** até o vértice**519**, definido pelas coordenadas **E: 174.993,232 m e N: 7.597.044,947 m** com azimute **146° 01' 12,56"** e distância de **157,97 m** até o vértice**520**, definido pelas coordenadas **E: 175.081,521 m e N: 7.596.913,955 m** com azimute **90° 29' 03,99"** e distância de **813,18 m** até o vértice**521**, definido pelas coordenadas **E: 175.894,674 m e N: 7.596.907,079 m** com azimute **266° 20' 07,50"** e distância de **761,35 m** até o vértice**522**, definido pelas coordenadas **E: 175.134,880 m e N: 7.596.858,417 m** com azimute **106° 12' 52,09"** e distância de **40,45 m** até o vértice**523**, definido pelas coordenadas **E: 175.173,722 m e N: 7.596.847,122 m** com azimute **90° 09' 55,64"** e distância de **460,90 m** até o vértice**524**, definido pelas coordenadas **E: 175.634,624 m e N: 7.596.845,791 m** com azimute **97° 47' 14,93"** e distância de **110,41 m** até o vértice**525**, definido pelas coordenadas **E: 175.744,015 m e N: 7.596.830,831 m** com azimute **252° 31' 27,68"** e distância de **145,85 m** até o vértice**526**, definido pelas coordenadas **E: 175.604,899 m e N: 7.596.787,032 m** com azimute **262° 51' 08,38"** e distância de **372,34 m** até o vértice**527**, definido pelas coordenadas **E: 175.235,455 m e N: 7.596.740,703 m** com azimute **92° 38' 38,14"** e distância de **301,69 m** até o vértice**528**, definido pelas coordenadas **E: 175.536,827 m e N: 7.596.726,787 m** com azimute **263° 29' 24,86"** e distância de **256,55 m** até o vértice**529**, definido pelas coordenadas **E: 175.281,927 m e N: 7.596.697,701 m** com azimute **107° 34' 41,65"** e distância de **169,94 m** até o vértice**530**, definido pelas coordenadas **E: 175.443,935 m e N: 7.596.646,376 m** com azimute **267° 46' 45,60"** e distância de **89,54 m** até o

vértice**531**, definido pelas coordenadas **E: 175.354,460 m** e **N: 7.596.642,907 m** com azimute **25° 05' 44,78"** e distância de **9.370,23 m** até o vértice**1**, encerrando este perímetro.

Este Memorial Descritivo refere-se aos limites externos da Área de Proteção Ambiental. O seu limite interno sobrepõem-se aos limites externos do Monumento Natural da Serra da Bolívia, já descrito no Decreto de Criação nº 523, de 30/07/2013. Desta forma a sua área foi calculada retirando-se a área do Monumento Natural da Serra da Bolívia (333,19 hectares) do seu interior, totalizando assim, 1 667 hectares.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39 WGr, tendo como datum o WGS - 84. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Publicado por:

Mayko Kennedy Matta da Cunha

Código Identificador:E5133BAE

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO no dia 02/08/2013. Edição 0969

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/aemerj/>



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.39.4.3

Ofício Prefeitura de Itaocara



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA

Ofício GP nº 235 / 2013

Itaocara, 13 de maio de 2013.

Ao Sr. Mário Sérgio Trento
Coordenador Ambiental do Consórcio UHE Itaocara

Assunto: Compensação ambiental

Prezado Senhor,

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, vem por meio da presente, manifestar-se sobre o interesse obter recursos da compensação ambiental, gerada pela UHE Itaocara, presente no município de Itaocara, através da Câmara de Compensação Ambiental.

Segundo estudos realizados, pelo consórcio UHE Itaocara, o município de Itaocara, será afetado pelos impactos ambientais com a construção desta usina Hidrelétrica em 853,8790 hectares.

Informa-se que o pleito dos recursos da compensação ambiental se justifica para implantação e manutenção de unidades de conservação. Ressalta-se que o município de Itaocara está elaborando o Plano de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica que prevê como ação prioritária a criação de unidades de conservação. Dessa forma, a obtenção de referido recurso seria de extrema importância.

Agradecendo antecipadamente a atenção despendida por V. Sa., e colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer esclarecimento que sejam necessários.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA

Atenciosamente,

Gelsimar Gonzaga
Prefeito Municipal de Itaocara

Aluizio Gomes da Silva
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaocara



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.39.4.4

Ofício prefeitura de Santo Antônio de Pádua

Karen Esteves

Para: Mário Trento
Assunto: RES: ENC: Escopo UC Serra das Frecheiras

De: Otony Júnior [<mailto:otonyjunior@hotmail.com>]
Enviada em: quarta-feira, 13 de março de 2013 17:04
Para: mariotrento@ig.com.br
Assunto: RE: ENC: Escopo UC Serra das Frecheiras

Mario estou de acordo com as ações previstas por esta organização!
Sem mais para o momento, estou à disposição para qualquer esclarecimento
otony junior

From: mariotrento@ig.com.br
To: otonyjunior@hotmail.com; mariotrento@uheitaocara.com.br
Subject: ENC: Escopo UC Serra das Frecheiras
Date: Tue, 12 Mar 2013 17:36:11 -0300

Prezado Otony

Conforme reunião de hoje às 14 horas, envio detalhamento dos itens a serem trabalhados e as responsabilidades de cada ente na criação da UC Serra da Frecheiras.

Lembro que com este detalhamento temos o intuito de delinear as responsabilidades para que o processo de criação da mesma seja com a maior celeridade possível.

Att

Mário Trento
Gerência Socioambiental

Consórcio UHE Itaocara
(22) 3861-2800 / (22) 8126.0105
mariotrento@uheitaocara.com.br
www.uheitaocara.com.br

De: Pedro Henrique Silva Prado - UHE Itaocara [<mailto:Pedro@uheitaocara.com.br>]
Enviada em: terça-feira, 12 de março de 2013 16:33
Para: Mário Trento (mariotrento@ig.com.br)
Cc: Karen Esteves; Sávio Viana - UHE Itaocara
Assunto: Escopo UC Serra das Frecheiras

Mário, segue para envio e aceite pelo secretário de Meio Ambiente de Pádua.

| ESCOPO / PRODUTO | RESPONSABILIDADE |
|---|-------------------------|
| Reunião de Abertura | Consórcio e Consultoria |
| Estudo Técnico | Consultoria |
| Avaliação e análise das características biológicas, físicas e socioeconômicas | Consultoria |
| Elaboração de memorial descritivo e mapas | Consultoria |
| Elaboração do Estudo Técnico | Consultoria |

| ESCOPO / PRODUTO | RESPONSABILIDADE |
|--|--|
| Definição da categoria da UC | Consultoria |
| Consulta pública | Consórcio, Prefeitura e Consultoria |
| Agendamento | Prefeitura |
| Divulgação | Prefeitura |
| Apresentação (processo e estudo técnico) | Consultoria |
| Registro | Consórcio e Consultoria |
| Ata | Consultoria |
| Lista de presença | Consórcio |
| Fotografias | Consórcio |
| Gravação de áudio | Consórcio |
| Transcrição | Consórcio |
| Decretação da unidade | Prefeitura e Consultoria |
| Elaboração do Decreto | Prefeitura (execução) e Consultoria (orientação) |
| Formalização do Decreto final e assinatura | Prefeitura (execução) e Consultoria (orientação) |
| Inclusão da UC no CNUC | Prefeitura (execução) e Consultoria (orientação) |
| Produtos | Consórcio, Prefeitura e Consultoria |
| Plano de trabalho | Consultoria |
| Ata de reunião de abertura | Consórcio |
| Mapa e memorial descritivo | Consultoria |
| Estudo Técnico e ART | Consultoria |
| Documentos da Consulta Pública | Consórcio e Consultoria (ata) |
| Decreto de criação da UC | Prefeitura (execução) e Consultoria (orientação) |
| Publicação do Decreto | Prefeitura (execução) e Consultoria (orientação) |
| Comprovante de cadastro no CNUC | Prefeitura (execução) e Consultoria (orientação) |



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil

OFÍCIO Nº 035 / SEMMADEC / 2013.

Santo Antônio de Pádua, 13 de março de 2013.

Ao Consórcio UHE Itaocara

Rua Marechal Floriano Peixoto, 652, Centro
Itaocara, RJ – 28470000

Venho através deste solicitar a este renomado consórcio para que não aceite nenhuma proposta de criação e implementação da Unidade de Conservação da Serra de Freixeiras emitida pela empresa JPG.

O motivo é o exemplo da criação da Serra da Bolívia que se arrasta por ineficiência da Empresa acima citada.

Sem mais para o momento, grato pela atenção.

Otony Francisco de Faria Júnior
Gestor Ambiental
Secretário de Meio Ambiente
CFO.054587

Otony Francisco de Faria Júnior
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.39.4.5

Ofício prefeitura de Cantagalo



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

Cantagalo, 12 de Junho de 2013.

Ofício nº164/2013

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Assunto: Carta de manifestação de interesse da Compensação Ambiental para o Município de Cantagalo em relação aos impactos causados pela UHE Itaocara I.

Senhora Coordenadora,

O Prefeito do Município de Cantagalo, Saulo Domingues Gouvea, e o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Gustavo Neder Gomes Pinto, no uso de suas atribuições legais, vem por meio da presente, manifestar interesse em obter recursos de compensação ambiental a serem investidos no município de Cantagalo, mediante aos impactos ambientais causados pela UHE Itaocara I.

Constituição Federal de 1988, artigo 225: 'Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações'. Partindo deste princípio, evidenciamos a importância da compensação ambiental para nosso município.

Segundo estudos de impacto ambiental realizado pelo Consórcio UHE Itaocara, o município de Cantagalo será afetado pelos impactos ambientais com a construção desta usina hidrelétrica em aproximadamente 11.000m² de terras férteis que serão atingidas, aproximadamente, 1,46% da área total do município.

A partir das atividades econômicas desenvolvidas em meados do século XIX, como a produção de café e cana de açúcar, a mata atlântica original sofreu com vastos desmatamentos tendo apenas alguns fragmentos poupados. Alguns remanescentes originais de Mata Atlântica permaneceram intactos, como por exemplo, a Reserva Biológica dos Cambucás, respaldada pela Lei Municipal nº 886/2008, a área do Horto Municipal com 34 hectares e o Horto



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

Estadual do INEA, onde se encontram animais de beleza exuberante, conforme tabela em anexo.

Portanto, solicitamos que tais recursos oriundos da Câmara de Compensação Ambiental sejam destinados a Reserva Biológica dos Cambucás, para estruturá-la de forma eficiente, implantando uma sede e um plano de manejo, onde medidas como: prevenção e combate a incêndios, plano de fiscalização e patrulhamento, criações de trilhas ecológicas para educação ambiental sejam criadas, tudo com intuito de garantir o bem natural.



Informamos ainda que há o interesse de criar uma Área de Proteção Ambiental com mais de 1.000 Km² abrangendo as Serras da Samambaia; Serra do Beirute; Serra do Vigário; Serra da Chacrinha e Serra da Batalha, diante de sua potencialidade e biodiversidade.




**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento**

A compensação ambiental trará benefícios tanto para a natureza quanto para a sociedade, visto que contribuirá para o aumento da cobertura vegetal natural, além da minimização dos impactos ambientais ocasionados pela UHE Itaocara I.

Atenciosamente,


**Saulo Domingues Gouvea
Prefeito Municipal de Cantagalo**


**Gustavo Neder Gomes Pinto
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

C/C: Consórcio UHE ITAOCARA
SR. Mário Trento

Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 152
Jardim da Aldeia - Itaocara-RJ
CEP: 28570-000

At. Sr^a. Glícia Ramos
DD. Coordenadora – NLA
Praça XV de Novembro, 42 / 7º Andar.
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.010-010



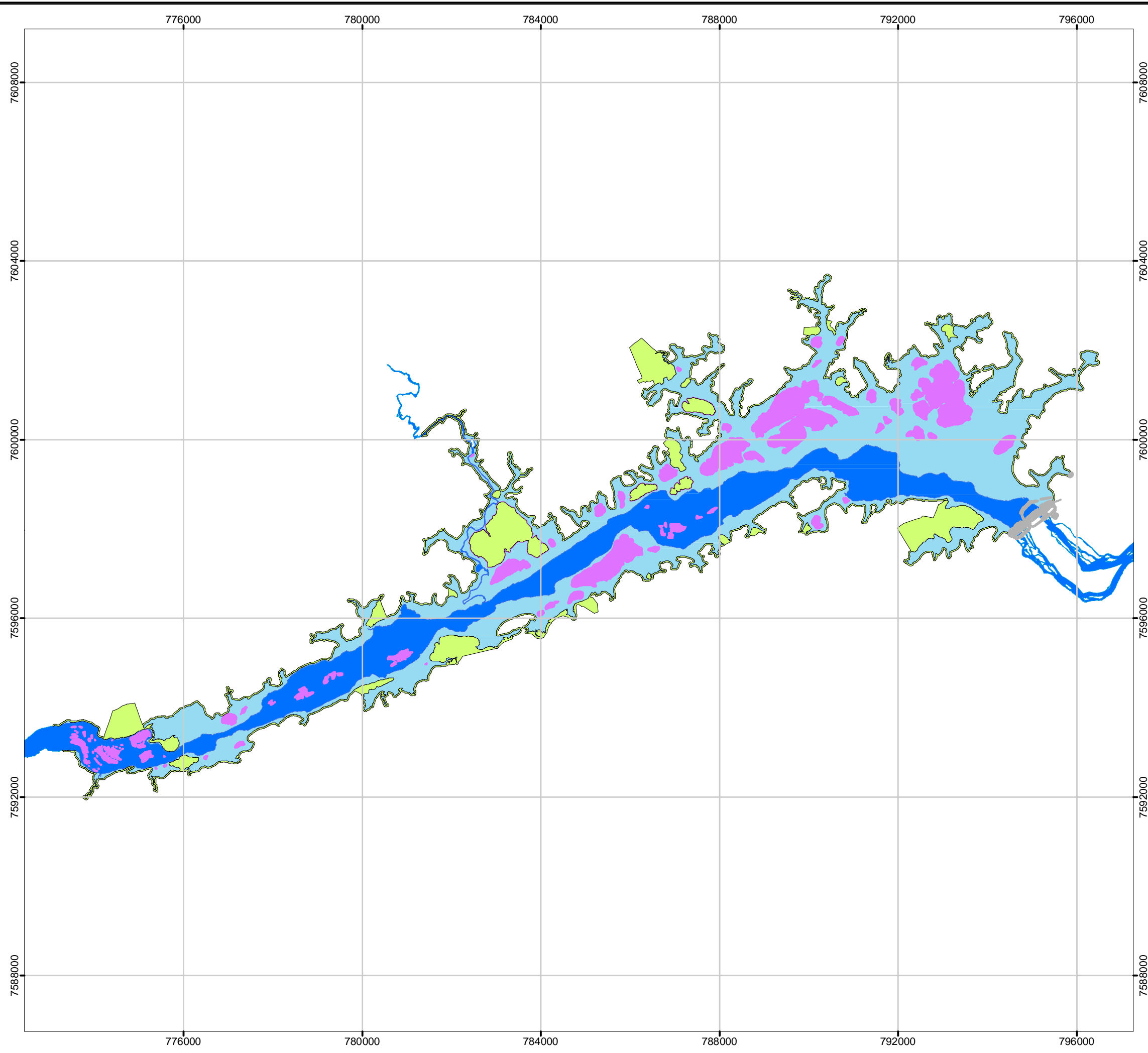
UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

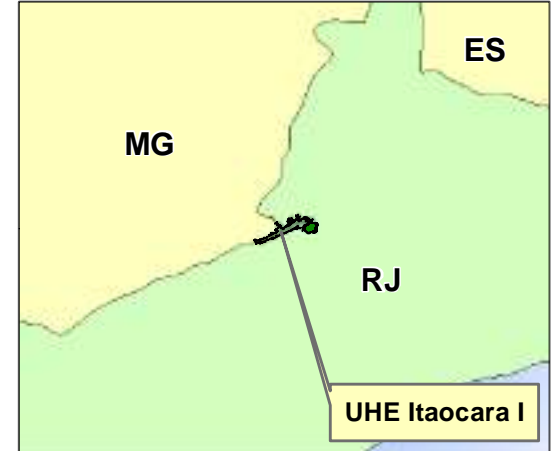
RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.41.4.1

Sugestão de APP Variável



ESTADOS DO RIO DE JANEIRO - RJ E MINAS GERAIS - MG



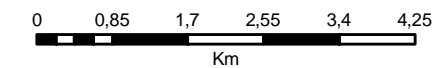
Legenda

- Estruturas principais (barramento, ensecadeiras e dique)
- Proposta de APP variável
- Ilhas remanescentes
- Reservatório
- Rio Paraíba do sul

Área proposta da APP variável é de 1.023,18 ha.
(60,5 % da área total da APP de 100 metros:1.691,78 ha)

FONTE

Usina Hidrelétrica Itaocara S.A



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM: SAD 69 ZONA 23 SUL



USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A
DIRETORIA SOCIOAMBIENTAL

TÍTULO: Mapa com a proposta do desenho da APP variável

LOCALIZAÇÃO: UHE Itaocara I

ESCALA: 1:85.000

DATA: 23/11/2016



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.41.4.2

Correspondência 031-IT-2014- AMB

9/05/14

02022.003961/14.57



Itaocara, 09 de maio de 2014
Nossa correspondência: 031 / IT / 2014 - AMB

Ao

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Praça XV de Novembro, 42 / 7º Andar.

Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.010-010

At. Sr. João Pedro Martins

DD. Coordenador – NLA

Referências: - Licença de Instalação Nº 954/2013

- Processo 02001-000175/2008-06

03.659.166/0017-70

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO

AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

GERÊNCIA EXECUTIVA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Praça XV de Novembro 42 - 8º Andar

Centro - CEP 20010-010

RIO DE JANEIRO - RJ

Assunto: Questionamento relacionado ao Condicionante 2.7 da Licença de Instalação - LI

Prezado Senhor,

Em 29 de julho de 2013 esse empreendimento recebeu a LI nº 954/2013. Dentre os condicionantes constantes na mesma, tem-se a de nº 2.7 que se refere ao Programa de Reflorestamento e é transcrita a seguir:

"Apresentar, no prazo de 90 dias, Projeto Executivo do Programa de Reflorestamento, referente à implantação obrigatória de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno do reservatório, de forma detalhada, seguindo as premissas legais e contendo as seguintes informações:

- i. Diagnóstico integrado do meio físico, socioeconômico e biótico;*
- ii. Localização das áreas destinadas ao plantio e/ou regeneração e/ou enriquecimento em escala 1:50.000; e*
- iii. Cronograma de execução das atividades, incluindo-se etapas de manutenção e monitoramento pós-plantio no período mínimo de 04 anos."*

A fim de conciliar as atividades do Programa de Gestão Fundiária com o Programa de Reflorestamento e cumprimos a condicionante em questão, elencamos algumas considerações que julgamos importante:

- A LI já nos permite que a Área de Preservação Permanente - APP tenha seu alinhamento variável com a proporcionalidade de área de um alinhamento de 100 metros;
- Durante a implantação do empreendimento haverá a execução do Programa de Gestão Fundiária (remanejamento populacional);
- Durante as negociações de áreas alguns dos proprietários irão intencionar permanecer com seus remanescentes, seja para utilização econômica, lazer ou até mesmo ambas;
- Alguns remanescentes têm áreas atualmente utilizadas de forma econômica;



- Outros remanescentes terão áreas passíveis de utilização para chaceamento e, portanto, seus atuais proprietários entenderão que serão beneficiados em não dispor desta área remanescente;
- Alguns remanescentes poderão ser utilizados para o reassentamento de famílias não proprietárias;
- Determinados remanescentes poderão ser alvo de permuta por parte do empreendedor e do proprietário de área contígua;
- Em elaborando o Projeto Executivo de Reflorestamento com todo os 100% do alinhamento variável já definido neste momento, corre-se o risco de não se conseguir prever tais considerações anteriores a esta, ocasionado um maior impacto socioeconômico nos proprietários e inclusive em não proprietários que pudessem ser remanejados no entorno do futuro reservatório.

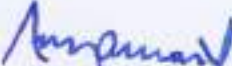
Diante de todo o exposto anteriormente, solicitamos, para efeito de cumprimento do condicionante 2.7 da LI, que o Projeto Executivo do Programa de Reflorestamento seja entregue em duas etapas, a saber:

- 1ª etapa: Definição de 60% da área de APP variável equivalente a área de 100 metros lineares;
- 2ª etapa: Definição dos 40% restantes da área de APP variável equivalente a área de 100 metros lineares, a ser entregue três meses antes da solicitação da Licença de Operação – LO.

Assim teríamos a possibilidade de atender todas as demandas que certamente ocorrerão durante a fase de negociações junto aos proprietários e a fase de remanejamento de não proprietários.

Agradecendo antecipadamente a atenção despendida por V.Sa., aguardamos retorno e colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam necessários.

Atenciosamente,


Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA


RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.43.4.1

Memórias e atas de reunião

em consideracao a lei 9433/01 deve
ser comunicado ao CEIVAP - sede Rizerde e
o comite do bacia poente do Sul e
ITAPORAIMA em sede de Caxon
p/ acompanhar todo o processo de
uso do recurso hídrico.

A UHE ITAPORA se compromete a,
em todos os bacias com teor voltado
de pescarias, na area de influencia da
221, com excessos de bracoques, a zupmer
e convidar a Diretoria da Coluna 221.
- memo tito

 - Pompilio GUIMARÃES (ADVOGADO)
Sily de Souza Azebs.

Paulo Gonçalves Rego
Secretario Bacia Rizerde
Nidia Janina
Pinto



TRANSCRIÇÃO DECISÃO EM REUNIÃO OCORRIDA NO DIA 20/05 ÀS 14:00, NA SEDE DA COLÔNIA Z21, E SÃO FIDELIS, TEMPO COMO PARTICIPANTES

- MARCELO DEMARCO – IBAMA/RJ
- POMPÍLIO GUIMARÃES – ADVOGADO COLÔNIA
- SIRLEY DE SOUZA ORNELAS – PRES. COLÔNIA Z21
- MAYRA FULY PINTO – CIT
- MÁRIO TRENTO – CIT
- LÍDIA REIS – NLA/IBAMA
- PAULO LEONARDO –
- LEANDRO QUEIROZ PEIXOTO – SEMDA/PREF. SÃO FIDELIS
- ROBERTO HUET – NLA/IBAMA

Transcrição:

Nesta data ficou acordado entre UHE-Itaocara, Colônia Z21, IBAMA e Sec. Meio ambiente de São Fidelis, onde a UHE Itaocara com a Colônia Z21 irão trabalhar em conjunto para estabelecer um método de identificação de pescadores e desembarque pesqueiro com fins de mitigação ou compensação pela atividade de pesca impactada pela UHE Itaocara.

Sendo a UFSJ a entidade que elaborará este estudo e metodologia. Deve-se levar em consideração a lei 9433 onde deve ser comunicado ao CEIVAP-sede Rezende e o comitê do baixo paraíba do sul e Itabapoana com sede em campos dos Goytacazes para acompanhamento do processo do uso dos recursos hídricos.

A UHE Itaocara se compromete a, em todas as reuniões com teor voltado a pescadores, na área de influência da Colônia Z21, com exceção de Paraoquena, a informar e convidar a diretoria da Colônia Z21.

Outras informações:

Em cinco dias a UHE Itaocara repassará a memória de reunião para as entidades para que se pronunciem

Na última dezena do mês de junho espera-se que tenhamos reunião com a UFSJ para iniciar discussões sobre a metodologia a ser utilizada na identificação individual dos pescadores.



Itaocara, 06 de maio de 2015

Nossa correspondência: 021 / IT / 2015 - ADM

À
COLÔNIA DE PESCADORES Z-21
Do Sacramento, numero 347,
Centro, São Fidélis, Rio de Janeiro, Brasil
CEP: 28400-000

Ilmo. Sr. Sirley Ornelas
Presidente Colônia de Pescadores Z-21

Assuntos: **Informação sobre Leilão de Concessão 2015**

Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara**

Prezado Senhor,

É com satisfação e com responsabilidade que informamos que nossa empresa foi a vencedora do leilão de concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara, ocorrido em 30 de abril de 2015.

Informamos que nosso escritório permanece à Rua Marechal Floriano Peixoto 152, Bairro Jardim da Aldeia, Itaocara/RJ, com telefone 22-3861.2800 e 0800-282-2974 e estaremos mobilizando nossa equipe de gestão ambiental no período de junho a dezembro de 2015

Oportuno informar que em nosso planejamento temos o mês de janeiro de 2016 como momento de início de obras deste empreendimento.

Ainda informamos parte da equipe do Plano de Assistência Social estará iniciando seus trabalhos no mês de junho e que reabriremos o Posto do PAS no Distrito de Pedra Furada no mês de outubro do corrente ano, em data ainda a ser definida.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

Antônio Carlos Borges Batista
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

*Recb
Dia 20/05/2015
Sirley Ornelas*



2015 – ASPASA

| | | |
|--|------------------------|-------------------------|
| Data: 22/07/2015 | Início: 16:00 h | Término: 17:30 h |
| Local: Paraoquena – Santo Antônio de Pádua/RJ | | |
| Objetivo: Esclarecimento sobre as obras e ações sociais que se dirijam aos pescadores integrados à Associação de Pescadores Artesanais de Santo Antônio de Pádua - ASPASA | | |

SÍNTESE

O Sr. Mário iniciou a reunião recordando sua participação em reunião com os integrantes da Associação de Pescadores Artesanais de Santo Antônio de Pádua (ASPASA) há aproximadamente 2 anos atrás a qual teve o objetivo de pactuar um acordo definindo como serão realizados os estudos de desembarque pesqueiro, que possibilitarão ter uma noção real dos impactos gerados pela construção da UHE Itaocara e com isso efetivar a justa compensação/mitigação conforme a realidade individual de cada pescador. Recordou ainda, que no momento desta reunião foi firmado tal pacto, o qual os presentes assinaram.

O Sr. Mário explicou que a UHE Itaocara encontra-se em um novo patamar, diferente do discutido anteriormente na última reunião com os associados à ASPASA, esclarecendo a respeito do motivo que levou os consorciados da UHE Itaocara devolverem a concessão e sobre o leilão ocorrido em 30 de abril deste ano o qual o Consórcio a arrematou e a partir daí estão mobilizando todas as equipes, construtora, ambiental e as que executarão os programas ambientais, inclusive o de atividade pesqueira, para assim, dar início às obras previstas para janeiro de 2016.

Informou ainda que serão disponibilizados 9 cursos de capacitação, com 900 vagas para atender os interessados à trabalhar na construção da UHE Itaocara. As vagas serão destinadas principalmente para os 5 municípios que serão impactados pela mesma. Os currículos serão entregues à construtora que já está orientada a empregar o maior número de pessoas dessa região.

Sobre o período de obras/construção civil, explicitou que a previsão de início é Janeiro de 2016, com duração de 28 meses e depois desse tempo irá se formar o reservatório. Citou que o Sr. Valdeci teria apresentado anteriormente a ideia de construir um posto avançado às margens do reservatório, da Associação que facilitaria a relação de atividade pesqueira e comercialização. Com isso, o Sr. Mário esclareceu que os associados serão convidados a participar durante todo processo de elaboração do PACUERA, destacando que a UHE Itaocara irá disponibilizar equipe especializada para este fim, e no pano constará montante de recursos materiais necessários para a construção da Associação e a instituição ou órgão que poderá por disponibilizá-los ou financiá-los. Porém, foi enfatizado que o Consórcio não poderá se responsabilizar pela construção da mesma, somente oferecer suporte nesse procedimento.

A questão do impacto ao pescador em si, o Sr. Mário recordou aos participantes da reunião há 2 anos com a presença do advogado da ASPASA, a qual resultou na pactuação afirmando que o Consórcio UHE Itaocara realizará estudo com todos os pescadores durante a construção, para assim analisar quais os impactos gerados em cada família. Tal estudo iniciará, provavelmente em janeiro de 2016 e durante toda a construção, as equipes responsáveis estarão acompanhando cada pescador sendo este ligado ou não a alguma Associação, justificando que ações de mitigação e compensação de danos não podem ser iguais para todos, pois cada pescador possui uma realidade distinta. O IBAMA, órgão fiscalizador e que também irá monitorar as ações previstas para compensar



as perdas causadas pela UHE Itaocara orientou quanto a executá-lo desta maneira, reafirmando que o Consórcio pretende solucionar da forma mais justa possível.

O Sr. Valdeci questionou a respeito da negociação com os pescadores ocorrer após o empreendimento estar finalizado, depois também de ver os impactos que foram causados a estes, expondo assim, sua ideia de que chegará certo ponto em que precisarão de uma ajuda financeira, em um período, por exemplo, de 5 anos após a construção, solicitando assim uma revisão da proposta e explicitou como exemplo a Usina de Barra de Braúna ao qual auxiliou os pescadores e após 5 anos renegociou.

O Sr. Mário primeiro questionou o senhor Valdeci sob qual base o Consórcio teria que disponibilizar esta ajuda financeira, sendo que o senhor Valdeci não soube como responder, apenas alegando que na UHE Barra grande isto ocorreu, então Mário continuou informando que o Consórcio UHE Itaocara foi orientado pelo IBAMA a realizar este estudo que havia sido pactuado anteriormente com os associados da ASPASA. Alegou ainda que após o período de 3 anos todos os pescadores já estarão identificados e, então, se poderá estabelecer algum ação mitigatória ou compensatória.

O Sr. Antônio argumentou sobre a questão do trecho de pesca, informando que todos os pescadores da Associação vivem somente da pesca como atividade econômica, perguntando se haveria a possibilidade da empresa se comprometer a repassar uma renda aos pescadores.

O Sr. Mário respondeu que haverá a perda do trecho de pesca, mas somente após 3 anos, ratificando o anterior: "Como se prevê compensação sobre o nada? Com base em que?" Explicando ainda que para se estabelecer uma forma de compensação a ser aplicada, primeiramente tem que conhecer a realidade. O estudo de desembarque pesqueiro será realizado em geral com todos os pescadores, pois é importante que se tenha o histórico real individual e de cada família de pescadores para saber qual a compensação necessária para cada caso. O Consórcio UHE Itaocara irá mitigar ou compensar os impactos da melhor forma e mais justa possível.

O Sr. Herly perguntou o motivo de ainda não ter começado esse estudo de desembarque pesqueiro.

O Sr. Mário esclareceu que o Consórcio UHE Itaocara havia devolvido a concessão em abril de 2014 com a incerteza de arrematá-la novamente. Como o Consórcio foi o ganhador do leilão realizado em 30 de abril deste ano de 2015, o estudo será iniciado provavelmente em janeiro de 2016. Informou que também pactuaram em realizar o estudo de desembarque pesqueiro com a Colônia de Pescadores Z21 estando presentes o advogado da Colônia, Sr. Pompílio Guimarães, e o IBAMA, órgão fiscalizador.

O Sr. Valdeci declarou que pesca, junto a seus irmãos, em ilha localizada onde será o eixo da barragem, e por isso indagou acerca do que será feito neste caso.

O Sr. Mário sinalizou que as negociações serão iniciadas entre iníci de setembro e até meados de outubro, todos os que estão em área próxima ao canteiro serão procurados para se estabelecer uma indenização, mas em relação aos que apresentem posse de ilha e não aos pescadores, pois são dois assuntos diferentes.

O Sr. Valdeci perguntou se há a possibilidade de realizar reunião junto ao IBAMA.

O Sr. Mário respondeu que há a possibilidade, além também de ter passado aos associados o telefone de contato dos representantes do IBAMA, esclarecendo que são estes os responsáveis por



fiscalizar e monitorar o estudo e por esse motivo os associados, considerados como sujeitos principais desse processo, podem marcar reunião diretamente com os mesmos.

O Sr. Valdeci perguntou se os pescadores poderão trabalhar no momento da construção.

O Sr. Mário disse que sim, orientando-os a enviarem currículo através do endereço eletrônico da UHE Itaocara, ou entregá-lo na sede do Consórcio ou mesmo às assistentes sociais em campo. Também solicitou a realização de listagem dos que oferecem também outro tipo de serviço, como barcos, pois serão contratadas de 8 a 9 programas que precisarão utilizar barcos em seu trabalho, ficando as empresas que forem contratadas para executar os mesmos, responsáveis pela contratação dos interessados, e dentro de 25 dias estarão iniciando os trabalhos.

A Sra. Valcira fez o questionamento de como vai ser o processo daqueles que possuem ilha.

O Sr. Mário reiterou que todos que possuem ilha serão indenizados. Os que residem terão um tipo de indenização e os que não residem terão outro tipo de indenização, então serão negociações diferenciadas de acordo com a realidade encontrada.

O Sr. Valdeci perguntou se serão construídos os dois barramentos.

O Sr. Mário disse que será construído apenas um barramento, permanecendo o restante do rio intacto.

O Sr. Antônio perguntou se serão os 3 anos de construção da UHE que será modificado o trecho do rio.

O Sr. Mário informou que só terá um momento em que o rio será desviado, mas todos serão avisados antes desta ocasião.

A reunião foi finalizada às 17:30.

LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES

Ao todo foram 38 participantes.

| UHE ITACARA | | LISTA DE PRESEÇA | | LICENCIAMENTO AMBIENTAL | |
|---|----------------------------------|------------------|----------|-------------------------|-------------------------------|
| Data: 22/07/2015 | | Início: 16h | | Término: 17:30h | |
| Local: Sede da Associação de Pescadores Artesanais de Santo Antônio de Pádua - ASPASA | | | | | |
| Instituições participantes: - Consórcio UHE Itacara - ASPASA | | | | | |
| Nº | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
| 1 | Wagner Galvão | ASSOCIADOS | PESCADOR | 991500677 | WAGNER@ASPASA.PADUA.RJ.GOV.BR |
| 2 | Almeida, Gabriel | | | 38534816 | |
| 3 | Vera Sílvia Nyaké | | | 981325904 | |
| 4 | Roberto Silva | | | 917925964 | |
| 5 | Fernando de Menezes | | | | |
| 6 | Antonio Carlos | | | | |
| 7 | Silvia Regina Amato | | | | |
| 8 | Marcos Rodrigues Maciel | | | | |
| 9 | Marcos Vinícius de Paula Moreira | | | | |
| 10 | Santa Cruz, Paulo | | | | |
| 11 | Paulo | | | | |
| 12 | Marcos Vinícius de Paula Moreira | | | | |
| 13 | Thiago Aguiar Fonseca | | | | |
| 14 | Valdomiro da Silva | | | | |
| 15 | Valdomiro da Silva | | | | |
| 16 | Antonio Carlos | | | 199150677 | |
| 17 | Antonio Carlos | | | | |

Gerenciamento de Comunicação – Consórcio UHE Itacara

1 / 1

| UHE ITACARA | | LISTA DE PRESEÇA | | LICENCIAMENTO AMBIENTAL | |
|---|----------------------|------------------|-------|-------------------------|--------|
| Data: 22/07/2015 | | Início: 16h | | Término: 17:30h | |
| Local: Sede da Associação de Pescadores Artesanais de Santo Antônio de Pádua - ASPASA | | | | | |
| Instituições participantes: - Consórcio UHE Itacara - ASPASA | | | | | |
| Nº | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
| 1 | Wagner Galvão | | | | |
| 2 | Almeida, Gabriel | | | 38534804 | |
| 3 | Maria Galvão | | | | |
| 4 | Sandra P. A. Galvão | | | | |
| 5 | Fernando de Menezes | | | | |
| 6 | Antonio Carlos | | | 38534804 | |
| 7 | Valdomiro da Silva | | | 988347504 | |
| 8 | Antonio Carlos | | | | |
| 9 | Valdomiro da Silva | | | | |
| 10 | Antonio Carlos | | | | |
| 11 | Antonio Carlos | | | | |
| 12 | MARCIO MOREIRA | CIT | | 38612800 | |
| 13 | CLECI BIELOTTI | CIT | | | |
| 14 | Bianca da Costa Lima | SP | | 38612800 | |
| 15 | | | | | |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |

Gerenciamento de Comunicação – Consórcio UHE Itacara

1 / 1


| LISTA DE PRESENÇA | | LICENCIAMENTO AMBIENTAL | | | |
|---|---------------------------|-------------------------|-------|-----------------|--------|
| Data: 22/07/2015 | | Início: 16h | | Término: 17:30h | |
| Local: Sede da Associação de Pescadores Artesanais de Santo Antônio de Pádua - ASPASA | | | | | |
| Instituições participantes: - Consórcio UHE Itaocara - ASPASA | | | | | |
| Nº | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
| 1 | João Eduardo de Resende | | | 313328790 | |
| 2 | Clayton Gomes de Aguiar | | | | |
| 3 | Roberto de Aguiar | | | | |
| 4 | Marcelo Augusto de Aguiar | | | | |
| 5 | João Augusto de Aguiar | | | | |
| 6 | Orlando de Aguiar | | | | |
| 7 | Valquiria de Aguiar | | | 38564807 | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |

REGISTRO FOTOGRÁFICO



em consideracao a lei 9433/01 deve
ser comunicado ao CEIVAP - sede Rizerde e
o comite do bacia poente do Sul e
ITAPORANGA em sede de comitê
p/ acompanhar todo o processo de
uso do recurso hídrico.

A UHE ITAPORANGA se compromete a,
em todos os recursos com teor voltado
de pescarias, na area de influencia da
221, com excessos de brancos, a zupmer
e convidar a Diretoria da Coluna 221.
- memo texto

 - Pompilio GUIMARÃES (ADVOGADO)
Sindy de Souza Azevedo

Paulo Gonçalves Rego
Secretario Bacia Sul
Nidia Janina
Pinto



TRANSCRIÇÃO DECISÃO EM REUNIÃO OCORRIDA NO DIA 20/05 ÀS 14:00, NA SEDE DA COLÔNIA Z21, E SÃO FIDELIS, TEMPO COMO PARTICIPANTES

- MARCELO DEMARCO – IBAMA/RJ
- POMPÍLIO GUIMARÃES – ADVOGADO COLÔNIA
- SIRLEY DE SOUZA ORNELAS – PRES. COLÔNIA Z21
- MAYRA FULY PINTO – CIT
- MÁRIO TRENTO – CIT
- LÍDIA REIS – NLA/IBAMA
- PAULO LEONARDO –
- LEANDRO QUEIROZ PEIXOTO – SEMDA/PREF. SÃO FIDELIS
- ROBERTO HUET – NLA/IBAMA

Transcrição:

Nesta data ficou acordado entre UHE-Itaocara, Colônia Z21, IBAMA e Sec. Meio ambiente de São Fidelis, onde a UHE Itaocara com a Colônia Z21 irão trabalhar em conjunto para estabelecer um método de identificação de pescadores e desembarque pesqueiro com fins de mitigação ou compensação pela atividade de pesca impactada pela UHE Itaocara.

Sendo a UFSJ a entidade que elaborará este estudo e metodologia. Deve-se levar em consideração a lei 9433 onde deve ser comunicado ao CEIVAP-sede Rezende e o comitê do baixo paraíba do sul e Itabapoana com sede em campos dos Goytacazes para acompanhamento do processo do uso dos recursos hídricos.

A UHE Itaocara se compromete a, em todas as reuniões com teor voltado a pescadores, na área de influência da Colônia Z21, com exceção de Paraoquena, a informar e convidar a diretoria da Colônia Z21.

Outras informações:

Em cinco dias a UHE Itaocara repassará a memória de reunião para as entidades para que se pronunciem

Na última dezena do mês de junho espera-se que tenhamos reunião com a UFSJ para iniciar discussões sobre a metodologia a ser utilizada na identificação individual dos pescadores.



Itaocara, 06 de maio de 2015

Nossa correspondência: 021 / IT / 2015 - ADM

À
COLÔNIA DE PESCADORES Z-21
Do Sacramento, numero 347,
Centro, São Fidélis, Rio de Janeiro, Brasil
CEP: 28400-000

Ilmo. Sr. Sirley Ornelas
Presidente Colônia de Pescadores Z-21

Assuntos: **Informação sobre Leilão de Concessão 2015**

Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara**

Prezado Senhor,

É com satisfação e com responsabilidade que informamos que nossa empresa foi a vencedora do leilão de concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara, ocorrido em 30 de abril de 2015.

Informamos que nosso escritório permanece à Rua Marechal Floriano Peixoto 152, Bairro Jardim da Aldeia, Itaocara/RJ, com telefone 22-3861.2800 e 0800-282-2974 e estaremos mobilizando nossa equipe de gestão ambiental no período de junho a dezembro de 2015

Oportuno informar que em nosso planejamento temos o mês de janeiro de 2016 como momento de início de obras deste empreendimento.

Ainda informamos parte da equipe do Plano de Assistência Social estará iniciando seus trabalhos no mês de junho e que reabriremos o Posto do PAS no Distrito de Pedra Furada no mês de outubro do corrente ano, em data ainda a ser definida.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente.

Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

Antônio Carlos Borges Batista
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

*Recb
Dia 20/05/2015
Sirley Ornelas*



2012 – ASPASA 01

| Data: 29/03/2012 | Início: 14:20 h | Término: 15:40 h |
|---|------------------------|----------------------------|
| Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara/RJ | | |
| Objetivo: Reunião solicitada pelos representantes da ASPASA para saber como será feita a negociação das perdas causadas pela UHE Itaocara sobre a atividade dos pescadores associados a esta entidade. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Rosalvo Gabri | ASPASA | Associado |
| Valdecir de Souza Gabri | ASPASA | Presidente |
| Alvecy Gulinelí | ASPASA | Tesoureiro |
| Galvão Duarte | ASPASA | Advogado |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Perboir José Vilela | Consórcio UHE Itaocara | Gerente de realocações |

SÍNTESE

Reunião realizada entre representantes do Consórcio UHE Itaocara, e representantes da ASPASA para esclarecimentos sobre a negociação das possíveis perdas dos pescadores que desenvolvem suas atividades na área de influência direta e indireta da UHE Itaocara.

O presidente da ASPASA, Sr. Valdecir, apresentou o Sr. Galvão como advogado da ASPASA e entregou o documento que legitima sua representação junto a 21 pescadores que dizem exercer sua profissão na área onde será construída a UHE Itaocara I.

Durante as conversas, o representante legal da ASPASA teceu as considerações abaixo:

- a. *“As 21 pessoas qualificadas no documento entregue são todos pescadores profissionais habilitados e credenciados pela entidade competente...”;*
- b. *“O monitoramento socioeconômico é condição essencial e condição exigida para o licenciamento do empreendimento (Lei 12.812/98)...”;*
- c. *“Tem ciência que a UHE Itaocara I vem adotando procedimentos atinentes a estudo socioeconômico dos pescadores e realizando reuniões junto à categoria...”;*
- d. *“Adverte a referida Associação dos pescadores que se coloca à disposição desta instituição para qualquer assunto ligado ao processo...”;*

“Diante do exposto, vem conjuntamente requerer sejam incluídos no processo de investigação, para ser deferido, com urgência, o seu direito a indenização e outras medidas mitigadoras adotadas por esta entidade”.

Na oportunidade foi entregue também a cópia da ata da assembleia extraordinária com a última alteração do estatuto da ASPASA.

Valdecir relatou que no processo de negociação em Barra do Braúna (Rio Pombo) não houve estudos prévios consistentes para responder qual o universo de pescadores nem a medição das perdas. Desta forma ficaram fora do acordo cerca de 68 pescadores, o que aumentou o conflito de interesses.



MEMÓRIA DE REUNIÃO

1ª REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE
PESCADORES ARTESANAIS DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA -
ASPASA

O acordo pecuniário individual foi cumprido (R\$38.000,00), entretanto os demais benefícios coletivos não foram levados a bom termo e o dinheiro acabou, deixando os pescadores extremamente vulneráveis, pois não há peixes e o lago está tomado por gigogas.

O Valdecir entende que é necessária a inclusão dos pescadores da ASPASA no grupo de atingidos da UHE Itaocara I e informou que todos os 21 pescadores listados no requerimento pescam na área de influência direta da UHE Itaocara I, inclusive têm como provar, visto que vários têm ilhas ou permanecem nelas durante as pescarias.

Informou ainda, que entregarão a cópia de um dossiê de cada pescador contendo: cópia autenticada da carteira de pescador, local onde pesca e se dispõem a colaborar com o levantamento socioeconômico conforme a legislação pertinente (Lei 12.812/98) de forma independente da Colônia Z-21.

O representante do Consórcio UHE Itaocara, Sr. Redelvim, informou que as negociações serão efetuadas com base em critérios para que se definam os beneficiários a quem são devidas as medidas mitigadoras e/ou compensatórias e para saber por que são devidos os benefícios. Informou ainda, que em regra geral tais medidas serão definidas de forma participativa e com o apoio de instituições tais como o Ministério da Pesca - MPA, visto que em 22MAR12 esta instituição se ofereceu para fazer a mediação das negociações. Desta forma, aguardaremos os próximos passos a serem dados junto ao MPA.

ENCAMINHAMENTOS:

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|--|-------------|--------------|
| Entrega do dossiê dos pescadores que a ASPASA julga que terão suas atividades impactadas pela UHE Itaocara | Dr. Galvão | Não definido |

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Ficou claro que os pescadores da ASPASA querem levar o processo de negociação de forma independente da Z-21 por ter havido um racha entre o Sirley e o Valdecir.

O Dr. Galvão é advogado, entretanto é engenheiro florestal aposentado do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF/MG e entende que a forma como estamos conduzindo o processo gerará menos erros e reivindicações de reparações futuras. Ratificou que como representante da ASPASA está nos apoiando de forma integral nas medidas propostas pra o processo de negociação.



MEM01ASPEF

| | | |
|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| Data: 13/04/2011 | Início: 16:30 h | Término: 18:15 h |
|-------------------------|------------------------|-------------------------|

Assunto: Nivelamento de informações sobre os interesses da ASPEF e Consórcio Itaipava.

| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|-----------------------|------------------------|----------------------------|
| Adalto Lima | ASPEF | Associado |
| Luiz Carlos Amarilho | Consórcio UHE Itaipava | Diretor |
| Antônio Carlos Borges | Consórcio UHE Itaipava | Diretor |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaipava | Coordenador Ambiental |
| Alberto Monteiro | Print | Consultor |
| Janice Caetano | Print | Consultora |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo principal o nivelamento de informações a respeito dos interesses dos associados da ASPEF em relação à implantação do empreendimento e um possível termo de acordo com os 30 associados.

Temas relevantes abordados:

1. A visita à UHE Baguari

De uma forma geral o grupo fez uma avaliação positiva da viagem, entretanto há um consenso de que a realidade vista lá é socioeconomicamente inferior à que se tem aqui na ADA de Itaipava.

O grupo de pescadores da ASPEF e seu principal interesse:

- O grupo em sua maioria é evangélico;
- É consenso entre o grupo, do interesse geral pelo pagamento da indenização em dinheiro e não pela reativação econômica. Querem mudar do lugar. Algo muito parecido com o que foi feito na UHE da Brooksfield em Recreio/RJ. Outro interesse é de que o pagamento seja antecipado, antes do início da obra.
- As lideranças: Tinha, Teixeira, Caré influenciam negativamente, visto que enquanto não houver a decisão do IBAMA os que estão em cima do muro não se manifestarão por receio de que sejam acusados de cooptação e serem hostilizados.
- O Jader (não é o tio do Adalto nem o vendedor de peixes), Israel, o Dair Menengati e o Fabrício são lideranças positivas.

MEM01 ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE PEDRA FURADA

| Data: 15/05/2011 | Início: 15:30 h | Término: 19:00 h |
|---|------------------------|----------------------------|
| Assunto: Entrega de modelo de Termo de compromisso | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador / Presidente |
| Gesse Lima Gomes | Ass. Pescadores | Pescador / vice-presidente |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gesael Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Carlos A. Câmara de Souza | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gerry Adriane Barboza | Ass. Pescadores | Pescador |
| Oséias Lopes Matos | Ass. Pescadores | Pescador |
| Antônio dos Santos Gomes | Ass. Pescadores | Pescador |
| Fernando dos Santos Gomes | Ass. Pescadores | Pescador |
| João Batista Soares Brum | Ass. Pescadores | Pescador |
| Juscinei Soares Brum | Ass. Pescadores | Pescador |
| Carlos Roberto da Silva | Ass. Pescadores | Pescador |
| Odair José | Ass. Pescadores | Pescador |
| Adonias de Matos Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gilson | Ass. Pescadores | Pescador sem registro |
| Marllon Gomes Pereira | Ass. Pescadores | Pescador sem registro |
| Mayra Fuly Pinto | Print | Assistente Social |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaipava | Coordenador Ambiental |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo o nivelamento de informações acerca das diretrizes da negociação a ser realizada entre a Associação de pescadores de Pedra Furada e o Consórcio UHE Itaipava.

Temas relevantes abordados:

1. Entrega de um modelo do Termo de Acordo

Durante a reunião o representante do Consórcio entregou ao presidente da Associação o termo de compromisso firmado entre os pescadores da colônia Z19 e o Consórcio UHE Baguari para conhecimento dos associados.

2. Questionamentos mais frequentes

- ✓ Qual será o valor da indenização por perda da atividade?
- ✓ Haverá o pagamento/compensação por perdas futuras?
- ✓ Os valores das terras e benfeitorias serão pagos de forma antecipada ao início da obra?
- ✓ A negociação será em grupo ou individual?
- ✓ Quando iniciarão as obras?

3. Interesses afirmados

- ✓ A negociação será feita de forma igual para todos, sendo que o mesmo valor que um receber será pago aos outros;
- ✓ Querem receber sua indenização em dinheiro;
- ✓ Afirmam que um valor ideal seria de 150 a 300 mil por pescador;
- ✓ Receber tanques rede apenas como um abono/acréscimo aos valores das negociações;
- ✓ Aceitam formar um grupo composto por diversos interessados, tais como: IBMA, Secretaria da Pesca, Colônia de Pesca e consórcio para discutir um termo de acordo com diretrizes coletivas e resolver os conflitos;
- ✓ Tem boas relações com os representantes da colônia de pescadores e secretaria da pesca;
- ✓ Querem iniciar as negociações de imediato e aceitam participar de uma dinâmica tal como uma oficina que resulte em uma minuta de termo de acordo com as diretrizes para as negociações.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|-------------|--------|
| ➤ Reunião com representante da colônia em São Fidelis | Redelvim | Maio |
| ➤ Agendamento de reunião de trabalho /oficina | Redelvim | Junho |

Associação de Pescadores de Pedra Furada

- 1- Antônio Teixeira Pinto (Presidente da Associação dos Pescadores) ✓
- 2- Gesse Lima Gomes (vice - Presidente) - Care ✓
- 3- Isael Teixeira Pinto ✓
- 4- Gesael Teixeira Pinto ✓
- 5- Carlos Câmara de Souza ✓
- 6- Gerry Adriane Barbosa de Castro ✓
- 7- Jader da Silva Santos
- 8- Edilson de Matos Alves
- 9- Oséias Lopes Matos ✓
- 10- Antônio dos Santos Gomes ✓
- 11- Fernando dos Santos Gomes ✓
- 12- João Batista Soares Brum ✓
- 13- Juscinei Soares Brum ✓
- 14- Carlos Roberto da Silva ✓
- 15- Paulo de Oliveira Gomes
- 16- Esequiel Ferreira Pinto
- 17- Helianai Gomes
- 18- Jorge Barbosa de Castro
- 19- Silvio Henrique Barbosa de Castro
- 20- Amilton Miguense
- 21- Waldeir Teixeira da Silva
- 22- Odair José ✓
- 23- Adonias de Matos Pinto ✓
- 24- Jonatas Soares Brum

Não tem registro:

- 1- Gilson ✓
- 2- Marllon Gomes Pereira ✓
- 3- Rauli Teixeira Gomes
- 4- Gesaias Teixcira Gomes

Tel: (32) 34693021 - Eliyanella
99488170 - Eliyanella
(32) 99293607 - Eliziane (depois das 16h)
(32) 99341786 - Care (vice-presidente)

} Filhas do Sr Antônio





MEM01 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS

| Data: 25/05/2011 | Início: 16:20 h | Término: 19:00 h |
|--|------------------------|-------------------------------------|
| Local: Sede da Colônia em São Fidélis/RJ | | |
| Assunto: Impactos da UHE Itaocara sobre a pesca | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores | Presidente da Colônia Z-21 |
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores | Tesoureiro da Colônia Z-21 |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Print | Coordenadora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Print | Assistente Social |
| Alberto Monteiro | Print | Coordenador Regional de Comunicação |

SÍNTESE

O objetivo da reunião foi divulgar informações sobre o projeto da UHE Itaocara, e iniciar o diálogo com a Colônia Z 21.

A Colônia Z 21 representa cerca de 300 pescadores legalizados junto ao Ministério da Pesca, dentro dos quais estão os atingidos diretamente pelo lago da UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

1. O processo de Negociação com os pescadores deverá:

- Ser norteado por um termo de acordo feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaocara.
- Identificar quais órgãos representativos deverão participar da elaboração deste termo.
- Identificar os critérios que serão adotados para o termo de acordo.
- Definir quais pescadores serão reconhecidos neste termo de acordo.

2. Questionamentos /comentários dos representantes da Z-21

- Indenização relativa aos impactos da UHE Itaocara deverá ser para todos os pescadores associados da colônia Z-21.
- Qual a fase do projeto para a obtenção de licenças?
- Qual a data para a Audiência Pública?
- Houve demora do Consórcio em entrar em contato com a colônia e há boatos de que a negociação já estava sendo realizada com as associações de pescadores separadamente e sem incluir a colônia, isso não é bom para as partes.
- Entendem que o impacto da Usina na bacia do rio Paraíba como um todo.
- O sistema de transposição de peixes é ruim para os pescadores.



3. Encaminhamentos

- O presidente da Colônia Z 21 solicitou uma reunião de apresentação do projeto para todos os pescadores filiados, a ser realizada em São Fidélis. Ele levará a proposta para diretoria e entrará em contato com o Consórcio.
- Será formado um grupo de trabalho definido por eles (pescadores) para iniciar a elaboração do termo de acordo.
- O presidente irá dialogar com a diretoria e decidir quais entidades relacionadas com a atividade pesqueira deverão participar do grupo de trabalho, para dar maior estabilidade às decisões a serem tomadas.

Esta Memória de reunião deverá ser apresentada e corrigida aos participantes e entregue uma cópia à Colônia Z-21 para arquivo.

**MEM01 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**

| | | |
|---|------------------------|-------------------------|
| Data: 13/06/2011 | Início: 12:20 h | Término: 16:00 h |
| Local: Cabana do Peixe Frito, Itaocara/RJ | | |
| Assunto: Formação de grupo de trabalho para elaboração das diretrizes para um termo de acordo. | | |

| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|------------------------------|---|----------------------------|
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente da Colônia |
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores Z21 | Tesoureiro da Colônia |
| Joseil Viana Alves | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Domingos José Afonso | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Claudio Antônio do Couto | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Rosilene Ângelo Vieira | Colônia de Pescadores Z21 | Associada |
| Fidélis Saraiva Domingos | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Daniel Vieira da Rocha | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Alair Vieira Ângelo | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Adauto Lima Ruback Jr. | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. de Pedra Furada | Associado |
| Evaldo João de Faria | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Ex-presidente |
| José Carlos da Veiga | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Associado |
| Edmar Brito Barbosa | Ass. São Sebastião de Paraíba | Associado |
| Ernani Bastos | Ass. São Sebastião do Paraíba | Presidente |
| Rivani dos Santos Rufino | Ass. São Sebastião do Paraíba | Vice-presidente |
| Jeferson Pereira Monteiro | ASPASA | Associado |
| Alvecy Gulineli | ASPASA | Associado |
| Valcira Gabri de Souza | ASPASA | Associado |

| | | |
|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| Valdecir de Souza | ASPASA | Presidente |
| Valério Cruz de Carvalho | APROSAPP | Associado |
| Gilcinei Pereira de Melo | APROSAPP | Associado |
| Jardelson M. Nogueira | APROSAPP | Associado |
| José Francisco Melo | APROSAPP | Associado |
| Helmo Chermaut Vieira | Consórcio UHE Itaocara | Motorista |
| Alaor Barreto Filho | Consórcio UHE Itaocara | Fotógrafo |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Alberto Monteiro | Consórcio UHE Itaocara | Assessor de Comunicação |

SÍNTESE

A reunião teve como objetivo principal a mobilização dos pescadores para formar um grupo de trabalho entre as lideranças dos pescadores para realização de oficinas a fim de elaborar um documento que estabeleça as diretrizes que norteiem a elaboração de um termo de acordo entre a categoria de pescadores e o Consórcio para mitigar/compensar os impactos da UHE Itaocara.

A reunião foi proposta pelo presidente da Colônia Z-21 para iniciar uma conversa com os pescadores a fim de esclarecer dúvidas da categoria em relação ao empreendimento, bem como iniciar o levantamento dos interesses e expectativas do grupo em relação ao empreendimento.

Temas relevantes abordados:

1. Apresentação de proposta de trabalho aos pescadores:

Foi informado aos participantes que os trabalhos serão realizados tendo como base os seguintes pressupostos:

- Usos múltiplos das águas – Lei 9433;
- Intersetorialidade – Serão envolvidos os diversos setores da sociedade (Estado, sociedade civil Organizada; Comitê de Bacia, etc.), para que seja conferida maior estabilidade às decisões tomadas pelas partes em negociação;
- Transversalidade – a pesca será o ponto de partida, mas serão consideradas outras questões tais como, preservação, saúde, geração de renda, etc.;
- Participação – os pescadores serão parte do processo de resolução do problema e das decisões, ou seja, todo o processo será feito de forma participativa;
- Utilização de tecnologias sociais sustentáveis para a geração de renda e redução de conflitos;
- Serão buscadas soluções coletivas, sem entretanto deixar de analisar de forma criteriosa as questões relativas às possíveis perdas individuais.

2. A condução dos trabalhos foi feita da seguinte forma:

- Acolhimento – apresentação dos diversos participantes;
- Apresentação dos projetos do EIA/RIMA que envolvem a pesca/peixes;
- Relato de casos semelhantes
 - Abertura para falas tais como a do pescador Valdecir de Souza que relatou sua experiência com a negociação para a implantação da PCH da Brookfield localizada no rio Pomba (Barra do Braúna).
- Levantamento das expectativas dos pescadores para iniciar a definição de:
 - Interesses das partes;
 - Definição de critérios para a negociação;
- Definição dos representantes dos pescadores que farão parte do grupo de trabalho;
- Agendamento da próxima reunião;
- Definição da pauta da reunião seguinte.

3. Principais questionamentos/afirmações feitas pelos pescadores:

- Este processo deverá ser norteado por um documento feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaocara;
- Identificar as bases que serão adotadas para a carta de intenções;
- Quais os pescadores serão reconhecidos neste documento e o trecho de pesca ser considerado impactado pela represa?
- Qual tipo de medida mitigadora para os peixes em piracema: STP/ Piscicultura/ Canal?
- Não somos favoráveis à implantação de escada para peixes;
- Quais as formas de indenização para perda do local de pesca;
- Haverá propostas para alternativas de produção pesqueira, piscigranja por exemplo?
- Qual a garantia do cumprimento de um eventual acordo?
- Qual será o prazo para a negociação?
- Em que fase do licenciamento a negociação ocorrerá?
- Como será o uso do entorno do reservatório, poderemos utilizar a margem para acesso à pesca?
- Quais os critérios que o consórcio adotará para o pagamento (quando for devido) para os diferentes grupos localizados na área da barragem e abaixo dela?
- Quem será o responsável pela implantação e gerenciamento das ações acordadas entre os pescadores e o Consórcio? Ministério Público, Ministério da Pesca, IBAMA, ICMBIO, Consórcio UHE Itaocara?
- Pode ser feito um projeto para geração de renda, “*Plano de Sustentabilidade*”, para o pescador e sua família?
- Haverá o pagamento de um “*defeso*” para que haja um reordenamento da pesca ou mesmo até que a pesca seja estabilizada no reservatório ou trecho de influência?
- Como é o processo de implantação de tanques rede para rio e lago, há diferenças legais?
- É possível criar peixes exóticos em tanque rede? Quais as exigências do órgão licenciador?
- Caso seja decidido que o cultivo de peixes é uma opção, deverá ser realizada uma análise de viabilidade de investimento para a tomada de decisão;
- Durante o processo deverá ser permitida/estimulada a troca de experiências com pescadores que vivenciaram a implantação de outras usinas por meio de:
 - Visitas técnicas;
 - Depoimentos.
- O projeto contempla 01 barramento ou 02?
- Qual a extensão (em Km) da responsabilidade da UHE Itaocara?
- Haverá a redução do pescado após a formação do lago?

4. Encaminhamentos

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|--|------------------------|--------------------|
| ➤ Fazer cópia da lista de presença e da ata de reunião e distribuir para cada associação | Consórcio Itaocara UHE | 20/06/2011 |
| ➤ Levar na próxima reunião pessoas que participaram da negociação de outra barragem construída em no rio Pomba, para contar a experiência vivenciada pelos pescadores na implantação da PCA Barra do Braúna. | Sirley | 1ª semana de julho |
| ➤ Levar exemplos de projetos com pescadores em outros empreendimentos que foram positivos. | Consórcio Itaocara UHE | 1ª semana de julho |
| ➤ Levar informações precisas das distâncias entre as duas barragens. | Consórcio Itaocara UHE | 1ª semana de julho |
| ➤ Procurar com os órgãos fiscalizadores quais espécies de peixes podem ser criadas em tanque-rede no rio Paraíba do Sul. | Consórcio Itaocara UHE | 1ª semana de julho |

A próxima reunião será realizada na primeira semana de julho de 2011, no mesmo local (Cabana do Peixe frito - Itaocara) e a infraestrutura e custeio será de responsabilidade do consórcio. Na oportunidade os representantes dos pescadores serão definidos/confirmados para dar continuidade aos trabalhos.



| | | |
|---|------------------------|-------------------------|
| Data: 27/11/2014 | Início: 10:00 h | Término: 13:00 h |
| Local: Colônia de Pesca Z-21 – São Fidelis/RJ | | |
| Objetivo: Apresentação da metodologia para cadastramento socioeconômico e avaliação do desembarque pesqueiro no rio Paraíba do Sul | | |
| Participantes | | |
| Vide lista de presença anexa. Participaram da reunião 79 pessoas entre representantes do IBAMA, UFSJ, Consórcio UHE Itaocara, pescadores ligados à Z-21 e a Associação de Pescadores de Paraoquena, o advogado Pompillho e convidados do poder público municipal de São Fidélis | | |

Síntese da reunião

1. Apresentações

O representante da Colônia Z-21, Sirley, abriu a reunião agradecendo da presença de todos e aproveitou para apresentar algumas pessoas do poder público municipal presentes que foram convidadas.

Luiz Gustavo, representante da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, instituição responsável pelos trabalhos de planejamento do cadastro de pescadores e desembarque pesqueiro, apresentou a equipe da UFSJ presente na reunião e que participaram dos trabalhos.

Roberto Huet, representante do IBAMA, também apresentou a equipe do órgão, que estava presente e aproveitou para explanar sobre o status do processo de licenciamento da UHE Itaocara. *“Tecnicamente o processo está parado, porém algumas atividades que são condicionantes da LI continuam sendo executadas pelo Consórcio UHE Itaocara, entre elas, o desenvolvimento da metodologia para o cadastro dos pescadores e desembarque pesqueiro.”*

Roberto Huet destacou que por iniciativa do IBAMA, os pescadores da colônia Z-21 fossem considerados como indiretamente afetados pelo empreendimento, pois realizam suas atividades a jusante do futuro barramento.

2. Introdução

Luiz Gustavo descreveu em linhas gerais como foram realizadas as atividades de campo junto aos pescadores e frisou que os resultados que seriam apresentados não são representativos, uma vez que foi entrevistado um universo muito pequeno de pescadores. Porém com a continuidade do trabalho espera-se que todos os pescadores participem dos estudos para que os dados reflitam a realidade atual da região, realizando um cadastramento e acompanhamento censitário ou perto disto.

Destacou que conhecer a realidade atual dos pescadores é de suma importância para que possíveis impactos em função da construção de empreendimentos (não só usinas hidrelétricas) possam ser melhor avaliados para sua correta mitigação e compensação.

Luiz explicou que a UFSJ é uma instituição do governo federal e que o objetivo do trabalho desenvolvido pela sua equipe, como servidores públicos, era levantar dados de interesse da população.

Além disso, Luiz disse que o trabalho feito até o momento foi realizado para testar a efetividade do questionário de cadastramento dos pescadores e a metodologia para realização do desembarque pesqueiro, de acordo com normas federais. Explicou também que cadastro e desembarque são

atividades distintas com metodologias distintas, mas que os resultados de um complementam o outro.

3. Metodologia para cadastro de pescadores

O questionário de cadastro, preenchido através de entrevistas junto ao público alvo, foi baseada na Portaria Interministerial nº340 de 01/06/12. Segundo Luiz a portaria não dá um modelo pronto do questionário, somente indica quais informações devem ser levantadas, por isso fez-se necessária a realização dos trabalhos para desenvolver e testar o cadastro.

As entrevistas foram realizadas com pescadores em dois eixos: um que vai da UHE Ilha dos Pombos até Itaocara e outro de Itaocara até São Fidelis.

As informações do cadastro, depois de completamente finalizadas, irão compor um banco de dados que poderá ser acessado através de um site na internet por qualquer pessoa. Este site conterà dados estatísticos, gráficos e mapas que demonstrarão como é a atividade pesqueira na região do médio-baixo Paraíba do Sul dentro do trecho que será objeto do estudo.

Luiz apresentou os principais itens do cadastro que foram agrupados em: Dados Pessoais, Posse de Terra, Ocupação, Atividades Econômicas, Dados da Família e Condições de Moradia. Explicou que nessa primeira etapa do estudo, o questionário foi preenchido à mão pela equipe da UFSJ, mas que a equipe de programação da instituição já vem desenvolvendo aplicativos para que as informações do questionário sejam preenchidas em um *tablet* que automaticamente as enviará para o banco de dados.

Segundo Luiz, uma informação importante do cadastro é que ele conseguirá diferenciar pescadores profissionais, amadores e esportivos.

Geraldo (UFSJ) falou que as únicas informações que não contam no questionário são às relativas aos aspectos culturais, pois é muito subjetivo avaliar os impactos dessa natureza, embora seu registro seja importante.

Sirley disse que durante a realização dos testes informou a equipe da UFSJ que haviam perguntas no questionário que os pescadores eram incapazes de responder. Luiz informou que essas considerações levaram a modificação do questionário.

4. Metodologia para realização do desembarque pesqueiro

O desembarque visa registrar e monitorar junto a comunidade pesqueira o que é pescado, onde é pescado e sua quantidade. Além destas informações, serão inclusas informações por parte dos pesquisadores que tentarão explicar porque é pescado determinadas espécies em determinados locais da região.

Luiz disse ainda que as informações fornecidas no cadastro deverão ser comprovadas através do desembarque, pois o monitoramento será realizado continuamente durante a construção da usina e também após o enchimento do reservatório.

Os trabalho de teste da metodologia do desembarque foi feito através de 20 desembarques realizados ao longo de 5 meses de trabalho. Luiz ilustrou com imagens como foram feitos os trabalhos e apresentou os resultados levantados como, por exemplo, os peixes mais pescados (carpa e cascudo), em que áreas são pescadas determinadas espécies, como o pescado é

processado, a riqueza de espécies e a quantidade de biomassa que é pescada em cada uma das localidades estudadas, entre outras.

5. Perguntas principais

Sirley perguntou quem pagou o estudo. A UFSJ explicou que foi o Consórcio por solicitação do IBAMA, mas que o estudo em si pode ter várias outras fontes de financiamento visto que é de interesse público. Para exemplificar, disse que se o Consórcio (ou outro empreendedor) não quiser continuar os estudos, a própria UFSJ pode elaborar um projeto e buscar recursos junto ao Ministério da Pesca ou outras instituições federais / estaduais.

Pompilho, advogado da Z-21, deu exemplos de usinas em que pessoas que se diziam representantes dos pescadores e participaram efetivamente da implantação do cadastro e das negociações, foram “compradas” por representantes do empreendimento, ou seja, no final da negociação, os interesses dos pescadores foram deixados de lado.

Roberto Huet aproveitou para defender que a realização de estudos como cadastro e desembarque sejam realizados por instituições idôneas sem interesse financeiro como é o caso da UFSJ (ou qualquer outra universidade / instituição pública de pesquisa)

O IBAMA e a UFSJ foram perguntados sobre a duração dos estudos. Foi respondido que ele iniciará imediatamente após o início das obras da UHE se estendendo até aproximadamente 1 ano após o início da operação da UHE. Foi explicado que a realização do desembarque durante e após o enchimento do reservatório servirá para avaliar e principalmente quantificar os impactos da UHE Itacara sobre a atividade pesqueira. Além disso, auxiliará no apontamento da melhor alternativa para um eventual Sistema de Transposição de Peixes.

Gustavo Policarpo, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Fidélis, perguntou como as informações serão repassadas ao novo concessionário, caso o Consórcio não vença o Leilão. Além disso, perguntou também se os outros concorrentes tem conhecimento de todos os impactos e do cumprimento das Condicionantes do licenciamento.

Mário Trento explicou que a empresa que ganhar o Leilão (caso o Consórcio UHE Itacara não obtiver sucesso) terá que ressarcir o Consórcio de todos os custos já realizados até o momento e assim ele passa a ser detentor de todas as informações que estão arquivadas no escritório da empresa. Além disso, explicou também que em algum momento deve-se realizar um trabalho de transição entre a atual equipe do Consórcio e da outra concessionária com o objetivo de trocar informações sobre todas as ações realizadas até o momento.

Com relação ao cumprimento das condicionantes, o IBAMA informou que todas vêm sendo cumpridas pelo Consórcio. Mário complementou dizendo que os recursos estimados para execução dos programas ambientais previstos no licenciamento fazem parte da documentação que pode ser acessada pelas empresas concorrentes junto a ANEEL, EPE ou o próprio IBAMA.

6. Ponderações

O presidente da Z-21, Syrlei, reclamou que não foi avisado sobre a rescisão da concessão e sobre a mudança na coordenação ambiental do Consórcio (Redelvim para Mário Trento). Neste ponto ele ainda creditou a esta situação a desconfiança por parte dos pescadores em relação ao empreendimento, pois em seu entendimento faltou comunicação.

O IBAMA aproveitou para disponibilizar seus contatos para que os presentes pudessem procurar informações sobre o licenciamento ou até mesmo fazer alguma queixa com relação ao Consórcio.

Mário Trento explicou que ele assumiu a coordenação ambiental em fevereiro de 2013 e que até a emissão da LI, o Consórcio focou justamente na emissão da LI procurando atender todas as condicionantes da LP. Disse que neste período a UFSJ foi contratada para desenvolver a metodologia de cadastro e desembarque mantendo assim a continuidade nos trabalhos relativos ao Programa de Readequação da Atividade Pesqueira.

Foi dito também que o Consórcio, após a rescisão da Concessão, estava aguardando a finalização dos trabalhos da UFSJ para que os resultados dos testes fossem apresentados aos pescadores com a presença de representantes do IBAMA, motivo inclusive, da reunião que estava sendo realizada naquele momento.

Além disso, Mário também aproveitou para explicar sobre os motivos que levaram a solicitação de rescisão da Concessão e também a razão do projeto UHE Itacara I ter sido retirado pela ANEEL do Leilão A-5 marcado para 12/12/13. Informou também que a publicidade legal (Diário Oficial, site institucional e jornais de grande circulação) foi realizada logo após a decisão da solicitação de rescisão.

Sirley também reclamou que aquela reunião foi marcada com pouca antecedência pela UFSJ e ficou irritado que o Consórcio e o IBAMA também tenham comparecido após um ano e meio de ausência. Mário novamente explicou que esperava a finalização dos trabalhos pela UFSJ para que fossem retomadas as tratativas com as associações de pescadores e ainda disse que sempre manteve contato com o presidente da Associação de Pescadores de Paraoquena, Valdeci, que estava presente na reunião e confirmou.

7. Registro fotográfico



Sirley abrindo a reunião



Pescadores assinando a lista de presença



Pescadores durante a reunião



Gustavo Policarpo fazendo sua pergunta ao IBAMA (Roberto Huet) e Consórcio (Mário Trento)



Sirley (Z-21), Roberto Huet (IBAMA) e Luiz Gustavo (UFSJ)



Luiz Gustavo apresentando os resultados da metodologia



Visão Geral do público presente na reunião



2013 – ASPASA 02

| Data: 09/04/2013 | Início: 10:55 h | Término: 11:30 h |
|--|------------------------|----------------------------|
| Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara/RJ | | |
| Objetivo: Reunião solicitada pelos representantes da ASPASA para se apresentarem ao novo coordenador ambiental do Consórcio UHE Itaocara. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Rosalvo Gabri | ASPASA | Associado |
| Valdecir de Souza Gabri | ASPASA | Presidente |
| Alvecy Gulineli | ASPASA | Tesoureiro |
| Mário Trento | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Karen Esteves | Consórcio UHE Itaocara | Analista Ambiental |
| Perboir José Vilela | Consórcio UHE Itaocara | Supervisor de Obras |

SÍNTESE

O Sr. Valdecir de Souza informou que a Associação de Pescadores Artesanais de Santo Antônio de Pádua - ASPASA não aderiu à Colônia Z-21 no que tange à contratação do advogado e da assistente social. Foi solicitado que o Consórcio realize uma reunião com os membros da associação. O Sr. Mário Trento relatou que o Consórcio contratou a Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ para identificar o impacto real na produção pesqueira, proporcionando uma indenização justa. Além disso, foi citado que o impacto ao pescador é diferente ao longo do rio.

O Sr. Valdecir de Souza solicitou que os pescadores locais sejam contratados pelos prestadores de serviço do Consórcio que irão navegar no rio. O Sr. Mário Trento explicou que esta hipótese é factível, pois as empresas que futuramente serão contratadas pelo Consórcio normalmente se utilizam desta mão de obra do entorno, uma vez que os pescadores que detêm o conhecimento de onde se dispõe de transitabilidade ao longo do rio.

O Sr. Valdecir de Souza relatou que os pescadores estão sofrendo com a grande proliferação de macrófitas no rio Pomba. O Sr. Mário Trento explicou que na UHE Aimorés foi diagnosticado que a proliferação das macrófitas no reservatório era originada por efluente doméstico despejado no rio sem o tratamento adequado, além de sedimentos advindos das propriedades do entorno, em razão de desmatamento indevido. Este fato aumentava a matéria orgânica no rio ocasionando a proliferação das macrófitas, por isto, nem sempre a questão de proliferação de macrofitas é totalmente em razão da formação de reservatórios.

O Sr. Mário Trento informou que a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ ministra cursos de capacitação. O Sr. Valdecir de Souza esclareceu que o Consórcio poderá convidar membros da FIPERJ para participar da reunião com a Associação.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|----------------------------------|-------------|---------|
| Reunião com os membros da ASPASA | Mário | 24ABR13 |

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

MEM01 ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE PEDRA FURADA

| Data: 15/05/2011 | Início: 15:30 h | Término: 19:00 h |
|---|------------------------|----------------------------|
| Local: Pedra Furada, Pirapetinga/MG. | | |
| Assunto: Entrega de modelo de Termo de compromisso | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador / Presidente |
| Gesse Lima Gomes | Ass. Pescadores | Pescador / vice-presidente |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gesael Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Carlos A. Câmara de Souza | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gerry Adriane Barboza | Ass. Pescadores | Pescador |
| Oséias Lopes Matos | Ass. Pescadores | Pescador |
| Antônio dos Santos Gomes | Ass. Pescadores | Pescador |
| Fernando dos Santos Gomes | Ass. Pescadores | Pescador |
| João Batista Soares Brum | Ass. Pescadores | Pescador |
| Juscinei Soares Brum | Ass. Pescadores | Pescador |
| Carlos Roberto da Silva | Ass. Pescadores | Pescador |
| Odair José | Ass. Pescadores | Pescador |
| Adonias de Matos Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gilson | Ass. Pescadores | Pescador sem registro |
| Marllon Gomes Pereira | Ass. Pescadores | Pescador sem registro |
| Mayra Fuly Pinto | Print | Assistente Social |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo o nivelamento de informações acerca das diretrizes da negociação a ser realizada entre a Associação de pescadores de Pedra Furada e o Consórcio UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

1. Entrega de um modelo do Termo de Acordo

Durante a reunião o representante do Consórcio entregou ao presidente da Associação o termo de compromisso firmado entre os pescadores da colônia Z19 e o Consórcio UHE Baguari para conhecimento dos associados.

2. Questionamentos mais frequentes

- ✓ Qual será o valor da indenização por perda da atividade?
- ✓ Haverá o pagamento/compensação por perdas futuras?
- ✓ Os valores das terras e benfeitorias serão pagos de forma antecipada ao início da obra?
- ✓ A negociação será em grupo ou individual?
- ✓ Quando iniciarão as obras?

3. Interesses afirmados pelos pescadores

- ✓ A negociação será feita de forma igual para todos, sendo que o mesmo valor que um receber será pago aos outros;
- ✓ Querem receber sua indenização em dinheiro;
- ✓ Afirmam que um valor ideal seria de 150 a 300 mil por pescador;
- ✓ Receber tanques rede apenas como um abono/acréscimo aos valores das negociações;
- ✓ Aceitam formar um grupo composto por diversos interessados, tais como: IBMA, Secretaria da Pesca, Colônia de Pesca e consórcio para discutir um termo de acordo com diretrizes coletivas e resolver os conflitos;
- ✓ Tem boas relações com os representantes da colônia de pescadores e secretaria da pesca;
- ✓ Querem iniciar as negociações de imediato e aceitam participar de uma dinâmica tal como uma oficina que resulte em uma minuta de termo de acordo com as diretrizes para as negociações.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|-------------|--------|
| ➤ Reunião com representante da colônia em São Fidelis | Redelvim | Maio |
| ➤ Agendamento de reunião de trabalho /oficina | Redelvim | Junho |

MEM02 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS

| Data: 10/08/2011 | Início: 19:10h | Término: 20:30h |
|--|---------------------------|--------------------------|
| Local: Sede da Colônia de Pescadores Z21 – São Fidélis. | | |
| Assunto: Planejamento da Negociação | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente da Colônia |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |

OBJETIVOS:

- Definição do grupo que tratará da negociação com os pescadores;
- Agendar data das oficinas;
- Levantamento de projetos potenciais para que o Consórcio possa analisar e apoiar.

DESTAQUES:

- Foi consenso entre as partes, de que algumas instituições deverão integrar o grupo de trabalho para a readequação da atividade pesqueira à medida que o processo de mobilização da categoria de pescadores avancarem e houver necessidade de informações/apoio externo. Sendo assim, somente as instituições estritamente necessárias à consolidação do projeto de negociação deverão participar dos encontros entre os pescadores e o Consórcio.
- Ficou acordado entre as partes que inicialmente farão parte da “comissão” de negociação somente instituições diretamente ligadas à pesca e o próprio Consórcio: Ministério da Pesca, Fiperj, Colônia e grupo original com representantes das associações.
- O presidente da colônia informou que não possui projetos formatados para que o consórcio avalie, mas que tem diversos interesses/ideias para serem desenvolvidas tais como estudos sobre a pesca e manejo da lagosta e da manjuba, dois importantes “pescados” da região de São Fidelis.

ENCAMINHAMENTOS:

| Descrição da ação | Resp. | Quando |
|--|-------------|---------------------------|
| ➤ Agendar as oficinas que deverão acontecer na última semana de setembro de 2011; | Redelvim | Até 20 de Agosto de 2011. |
| ➤ Sirley entregou uma lista com algumas necessidades da colônia que poderiam ser apoiados pelo Consórcio: <ul style="list-style-type: none">○ Reforma da sede (móveis de escritório, notebook com Internet, impressora retroprojeter, ar condicionado);○ Veículo para atendimento nos 09 municípios;○ Um barco de alumínio com motor 15 hp;○ Laboratório para estudos de espécies em extinção;○ Repovoamento do rio Paraíba do Sul○ Cozinha de beneficiamento de pescado;○ Médico e dentista para atendimento. | Colônia Z21 | |

Esta Memória de reunião deverá ser apresentada e corrigida aos participantes e entregue uma cópia à Colônia Z-21 para arquivo.

MEM02 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS

| Data: 10/08/2011 | Início: 19:10h | Término: 20:30h |
|--|---------------------------|--------------------------|
| Local: Sede da Colônia de Pescadores Z21 – São Fidélis. | | |
| Assunto: Planejamento da Negociação | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente da Colônia |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |

OBJETIVOS:

- Definição do grupo que tratará da negociação com os pescadores;
- Agendar data das oficinas;
- Levantamento de projetos potenciais para que o Consórcio possa analisar e apoiar.

DESTAQUES:

- Foi consenso entre as partes, de que algumas instituições deverão integrar o grupo de trabalho para a readequação da atividade pesqueira à medida que o processo de mobilização da categoria de pescadores avancarem e houver necessidade de informações/apoio externo. Sendo assim, somente as instituições estritamente necessárias à consolidação do projeto de negociação deverão participar dos encontros entre os pescadores e o Consórcio.
- Ficou acordado entre as partes que inicialmente farão parte da “comissão” de negociação somente instituições diretamente ligadas à pesca e o próprio Consórcio: Ministério da Pesca, Fiperj, Colônia e grupo original com representantes das associações.
- O presidente da colônia informou que não possui projetos formatados para que o consórcio avalie, mas que tem diversos interesses/ideias para serem desenvolvidas tais como estudos sobre a pesca e manejo da lagosta e da manjuba, dois importantes “pescados” da região de São Fidélis.

ENCAMINHAMENTOS:

| Descrição da ação | Resp. | Quando |
|--|-------------|---------------------------|
| ➤ Agendar as oficinas que deverão acontecer na última semana de setembro de 2011; | Redelvim | Até 20 de Agosto de 2011. |
| ➤ Sirley entregou uma lista com algumas necessidades da colônia que poderiam ser apoiados pelo Consórcio: <ul style="list-style-type: none">○ Reforma da sede (móveis de escritório, notebook com Internet, impressora retroprojeter, ar condicionado);○ Veículo para atendimento nos 09 municípios;○ Um barco de alumínio com motor 15 hp;○ Laboratório para estudos de espécies em extinção;○ Repovoamento do rio Paraíba do Sul○ Cozinha de beneficiamento de pescado;○ Médico e dentista para atendimento. | Colônia Z21 | |

Esta Memória de reunião deverá ser apresentada e corrigida aos participantes e entregue uma cópia à Colônia Z-21 para arquivo.

**MEM02 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**

| Data: 06/07/2011 | Início: 10:20 h | Término: 15:00 h |
|--|---|----------------------------|
| Local: Cabana do Peixe Frito, zona rural de Itaocara/RJ. | | |
| Objetivo: Dar continuidade ao processo de diálogo com o grupo de pescadores para que seja iniciado o processo de negociação de forma participativa. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores Z21 | Tesoureiro da Colônia |
| Joseil Viana Alves | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Rosilene Ângelo Vieira | Colônia de Pescadores Z21 | Secretária |
| Fidélis Saraiva Domingos | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Ernesto Machado | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Daniel Vieira da Rocha | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Alair Vieira Ângelo | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Adauto Lima Ruback Jr. | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Fabrcício Jardim Ruback | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Jessé Lima Gomes | Ass. Pesc. Pedra Furada | Vice-presidente |
| Juscinei Soares Brum | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Evaldo João de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Ex-presidente |
| Winer Pereira Monteiro | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO****REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.**

| | | |
|------------------------------|---|---------------------------------|
| Alysson Carvalho Cardoso | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Advogado |
| José Carlos da Veiga | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| José Gonçalves | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| Edmar Brito Barbosa | Ass. São Sebastião de Paraíba | Associado |
| Renato de Barros | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Reginaldo Gonçalves de Souza | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Jeferson Pereira Monteiro | ASPASA | Associado |
| Gesael Leonardo de Melo | ASPASA | Associado |
| Alvecy Gulineli | ASPASA | Tesoureiro |
| Valcira Gabri de Souza | ASPASA | Secretária |
| Valdecir de Souza | ASPASA | Presidente |
| Gilcinei Pereira de Melo | APPROSAP | Associado |
| Jardelson M. Nogueira | APPROSAP | Associado |
| José Francisco Melo | APPROSAP | Presidente |
| Luiz César Jr. Santos Silva | | Empreendedor da área de turismo |
| Maria de Fátima | FIPERJ | Representante |
| Luiz Gonzaga | MDA | Consultor |
| Helmo Chermaut Vieira | Consórcio UHE Itaocara | Motorista |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

SÍNTESE

A reunião teve como firmar o compromisso de trabalho com os representantes dos pescadores para o desenvolvimento do processo de negociação, esclarecendo aos mesmos:

Prazo estimado para o desenvolvimento dos trabalhos – 3 a 4 meses;

Formato de oficinas: reuniões participativas, quando serão feitas as seguintes atividades para obtenção do produto principal que é um termo de acordo:

- ✓ Conhecer o EIA/RIMA e seus impactos sobre a pesca;
- ✓ Estudar os problemas causados pelos impactos;
- ✓ Conhecer os interesses/expectativas dos pescadores e do consórcio sobre a implantação da barragem;
- ✓ Conhecendo os interesses comuns e divergentes buscar opções para a geração de emprego e renda para os pescadores.
- ✓ Estruturar/montar a minuta do termo de acordo a ser firmado entre o consórcio e a categoria dos pescadores.

Temas relevantes abordados:

A condução dos trabalhos foi feita da seguinte forma:

- 1. Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação;**
- 2. Leitura da memória da reunião anterior, adequando-a segundo as considerações feitas pelos pescadores.**
- 3. Abertura para falas para esclarecimentos sobre questionamentos feitos na reunião anterior:**
 - ✓ Redelvim apresentou os dados técnicos solicitados na reunião anterior:
 - Distância entre o final do lago do barramento I e o barramento II
 - 3,5km a 4km.
 - Criação de peixes exóticos em tanque-rede no futuro reservatório
 - Segundo Redelvim, fontes do IBAMA informaram que existe a possibilidade de criação de peixes exóticos no lago desde que estes já existam comprovadamente no rio, mas que a legislação para o rio Paraíba do Sul deverá ser consultada, o que será feito durante as oficinas de trabalho.

4. Relato de experiências

✓ PCH Barra do Braúna

O pescador Valdecir de Souza que relatou sua experiência com a negociação para a implantação da PCH da Brookfield localizada no rio Pomba (Barra do Braúna).

Entre os pontos negativos dessa experiência destacam-se:

- Falta de informações cadastrais;
- Tempo longo da negociação;
- Reconheceu apenas parte dos pescadores;
- Pagamento parcelado e individual que não favoreceu a atividade;
- Cumprimento de apenas parte do acordo negociado, ficando as atividades para o fortalecimento da pesca deixadas de lado;
- Desconhecimento das leis e dos impactos do empreendimento por parte dos pescadores;
- Impactos das macrófitas que estão prejudicando a pesca e cujos impactos não foram previstos no acordo.

✓ UHE Baguari

Redelvim relatou o termo de acordo da UHE Baguari (Governador Valadares/MG), tendo como pontos principais:

- Foi realizada a discussão conjunta dos interesses das partes;
- Definição do cadastro dos pescadores atingidos realizada em parceria com os pescadores;
- Definição dos representantes legais para assinar o termo de acordo;
- Identificação dos interesses dos pescadores, separando-os das posições;
- Reconhecimento dos direitos individuais e coletivos.
- Identificação das opções de negociação tais como melhorias para a colônia, para o fortalecimento da atividades pesqueira;
- Garantias dadas com respaldo de instituições de direito tais como Ministério Público Federal.

Fátima, representante da FIPERJ, declarou o apoio da instituição às decisões dos pescadores e falou das alternativas atuais de incentivo do governo para os pescadores venderem seu pescado para merenda escolar, que poderá disponibilizar cerca de 14 mil reais anuais para cada pescador conforme dois programas governamentais existentes.

5. Exemplo do trabalho a ser feito durante as oficinas:

Redelvim apresentou os interesses falados pelos pescadores na reunião anterior (13JUN11), esclarecendo o que são interesses, como analisar e criar critérios para torná-los legítimos ou não e como criar opções para as negociações e como firmar o compromisso:

✓ Interesses:

Realizar o levantamento do maior número possível de interesses dos envolvidos procurando responder aos questionamentos abaixo:

- Com o quê Nós/Eles nos importamos?
 - Quais os interesses ligados às necessidades básicas, receios, expectativas, vontades, necessidades diversas?
- ✓ Opções:
- Realizar o levantamento do maior número possível de opções de negociações conforme os interesses, procurando responder aos questionamentos abaixo:
- Quais os possíveis acordos que as partes pretendem alcançar?
 - Quais são os interesses que estão sobrepostos ou concordantes?
 - Como conciliar os interesses divergentes?
- ✓ Legitimidade:
- Buscar em cada interesse, o quê pode torna-lo válido, principalmente para aqueles que são divergentes:
- Há precedências, projetos que podemos seguir como orientação?
 - Há critérios técnicos que dão suporte à sua opção?
- ✓ Compromisso:
- Buscar as formas de se firmar o nosso compromisso
- Quais as opções com as quais poderemos nos comprometer caso o acordo seja alcançado?
 - Com quem deverão ser realizados os acordos?
 - Qual a melhor hora para fazer o acordo?
 - Quais exemplos positivos disponíveis?
 - Há critérios técnicos que dão suporte à sua opção?

Seguem abaixo a organização dos interesses falados na última reunião:

| Pescadores | Consórcio |
|--|---|
| <p>1. Obter a compensação e ou mitigação pelos impactos causados pelo projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Definir o grupo de pescadores que terão seus direitos reconhecidos ✓ Definir formas de indenização para as perdas dos locais de pesca ✓ Não implantar escada de peixes ✓ Acesso ao reservatório e seu entorno par a pesca ✓ Pagamento de “defeso” enquanto a produção pesqueira não estiver estabilizada ✓ Implantar projeto de geração de emprego e renda para os pescadores: Tanque-rede | <p>1. Compensar e ou mitigar os impactos do empreendimento junto à categoria de pescadores tomando como base Critérios e Opções para que seja firmado um acordo legitimado pelas partes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer estudo para definição de qual sistema de transposição é mais viável ✓ Definir o uso reservatório com base na Lei 9433/99 e com decisão compartilhada sobre os diversos usos futuros do lago ✓ Fazer o pagamento de qualquer direito reconhecido a partir da análise dos critérios definidos de forma conjunta ✓ Buscar alternativa conjunta como opção para geração de emprego e renda para a família dos pescadores |
| <p>2. Realizar a negociação de forma participativa</p> | <p>2. Realizar a negociação de forma participativa envolvendo os diversos</p> |

| | |
|---|---|
| | setores que têm relação com a pesca (Z-21; MPA; CBH; MP; EMATER, etc.) |
| 3. Buscar parcerias para aumentar o número de opções e garantias | 3. Buscar parcerias para aumentar o número de opções e garantias |
| 4. Obter garantias para a negociação | 4. Dar garantias do cumprimento da negociação |
| 5. Definir o prazo para a negociação | 5. Definir o prazo para a negociação mais breve possível, de forma conjunta |
| 6. Definir o responsável pela execução do acordo firmado | 6. Responsabilizar-se pelo cumprimento do acordo firmado |
| 7. Recuperação/manutenção da pesca | 7. Manutenção da atividade econômica ✓ Recuperação ambiental da área do empreendimento e seu entorno por meio de recuperação da mata ciliar, redução do lançamento de esgotos <i>in natura</i>, implementação das ações do PAN PS. |
| 7. Identificar CRITÉRIOS para a negociação | 7. Identificar critérios para a negociação que possam validar os interesses |
| 8. Criar o maior número de OPÇÕES possíveis para a negociação | 8. Criar o maior número de opções possíveis para a negociação buscando a geração de emprego e renda. |

Fica visível que a maioria dos interesses não são divergentes.

6. Principais colocações feitas pelos participantes (Consórcio e pescadores):

- ✓ Este processo deverá ser norteado por um documento feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaocara;
- ✓ Para garantir o cumprimento do acordo, faz-se necessário o respaldo de instituições tais como o Ministério Público no processo;
- ✓ Os pescadores reconhecidos neste documento e o trecho de pesca a ser considerado impactado pela represa deverão ser objeto do acordo e pacto entre as partes;
- ✓ O prazo para a negociação deverá ser curto para não criar expectativas.
- ✓ Os direitos individuais e coletivos devem ser reconhecidos.

7. Encaminhamentos

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|--|------------------------|---------------------|
| ➤ Fazer cópia da lista de presença e da ata de reunião e distribuir para cada associação | Consórcio UHE Itaocara | 05/08/2011 |
| ➤ Ferramentas para início da oficina de trabalho | Consórcio UHE Itaocara | 3ª semana de agosto |

As próximas reuniões serão realizadas no formato de oficinas que ficam previamente agendadas para a terceira semana de agosto de 2011, em local a ser definido pelo Consórcio, a infraestrutura também será de responsabilidade do consórcio.

Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião de
Paraíba, Santo Antonio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itaocara.

Dia: 05/07/2011 Hora: 10h

| Nome | Telefone | Localidade |
|----------------------------------|-------------|---------------------------|
| 1- Cecília Maria Reisello | 98187939 | ST. A. Pádua |
| 2- José Gonçalves | | PORTO DOS SANTOS |
| 3- José Sabino Pinheiro de Jesus | 99999579 | Paróquia dos Santos RJ |
| 4- Joséil Viana Alves | 99988377 | Porto dos Santos RJ |
| 5- ALISSON CARUNHO CARDOZO (ADV) | 89078797 | ITAOCARA-RJ |
| 6- WILNER VIEIRA ALVES APPRPS | 38614049 | ILHA CAPIXETE ITAOCARA RJ |
| 7- JEFFERSON PEREIRA MONTEIRO | 38530822 | ASPASA |
| 8- Alceides Guilimeli | 38534816 | ASPASA Tesoureiro |
| 9- M ^{te} de Estima | 21-360.5000 | FIBERT |
| 10- JANICE CAETANO | 21-99786490 | UHE ITAOCARA |
| 11- Paulo Gonçalves Santos | | |

↓

Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião do Paraiba, Santo Antonio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itaocara.

Dia: 06/07/2011 Hora: 10h

| Nome | Telefone | Localidade |
|-------------------------------|-----------|------------------------------|
| 1- Paulino Angelo Soares | 93289314 | São José |
| 2- Alina Helena Angelo | 29522638 | PUREZA |
| 3- Daniel Vitor de Rocha | | Curça |
| 4- Helcio Aparecida Domingues | 99357193 | Serra da Mangueira * |
| 5- José Maria Magalhães | 81369241 | Santo Antonio - Pádua |
| 6- Geraldo Lourenço de Melo | 81947228 | Santo Antonio de Pádua |
| 7- Valdomiro Pereira de Melo | 81324301 | S. A. de Pádua |
| 8- Adriano Jacinto Avelar | 39522553 | PIRAPETINA - PA |
| 9- Luiz Carlos de Jesus Silva | 378186080 | Rio de Janeiro |
| 10- Renato de Barros | | Assunção Gonçalves do Saia * |
| 11- Edson Roberto de Souza | | |

2

Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião do Paraiba, Santo Antonio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itaocara.

Dia: 06/07/2011 Hora: 10h

| Nome | Telefone | Localidade |
|--------------------------------------|-------------|------------------------------------|
| 1- José Manoel Gomes | 99575151 | Pedra Furada |
| 2- Paulo Soares de Souza | | " |
| 3- Antonio Severina Leite | | " |
| 4- Israel Teixeira Costa | 99575151 | Pedra Furada |
| 5- Romero Lima Roberto Junior | 2-8121-1012 | Pedra Furada |
| 6- Valdo de Souza Silva (ASPASA) | 38534804 | PARAQUEMIM, SANTO ANTONIO DE PÁDUA |
| 7- José Manoel MEX. ASPASA | | PRESIDENTE SANTO ANTONIO DE PÁDUA |
| 8- Valdir de Souza de Souza (ASPASA) | 51016753 | SECRETARIA PARAQUEMIM |
| 9- Augusto Fialho Pinto | 08002422979 | UHE Itaocara |
| 10- Roberto Chaves de Souza | " | " |
| 11- | | |

3

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.**MEM03 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**

| | | |
|---|------------------------|-------------------------|
| Data: 22/03/2012 | Início: 14:00 h | Término: 17:00 h |
| Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara/RJ | | |
| Objetivo: Dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara. | | |

| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|---|---|---|
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Ex-presidente |
| Winer Pereira Monteiro (Nino) | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| José Francisco Melo (Neném) | APPROSAP | Presidente |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia Z-21 | Presidente |
| Jose Ferreira Silva (Ratinho) | Colônia Z-21 | Associado em Cambuci |
| Francisco Carlos Paiva Martins (Carlinho Porquinho) | Colônia Z-21 | Associado |
| Daniel Fortes Fonseca | Colônia Z-21 | Associado em Itaperuçu |
| Rivani dos Santos Rufino | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Ernani Bastos | Ass. São Sebastião do Paraíba | Presidente |
| Neuzita Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Assistente Social representante da Z-21 |
| Pompilio Guimarães | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado representante da Z-21 |
| Alan Ducasble | Ministério da Pesca e | Superintendente interino |



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | | |
|---------------------|---|-----------------------|
| | Aquicultura (SFPA-RJ) | |
| Maria Paula Almeida | Ministério da Pesca e Aquicultura (SFPA-RJ) | Engenheira de Pesca |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Karen Esteves | Consórcio UHE Itaocara | Analista Ambiental |
| Jackelline Faria | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação

Conforme acertado entre as partes, compareceram à reunião somente as lideranças da Z-21 que representaram as diversas associações existentes ao longo do rio Paraíba do Sul no trecho da Área de Influência Direta da UHE Itaocara. Desta forma, o grupo foi reduzido de 36 para cerca de quatorze participantes, o que facilitará o processo das reuniões para a negociação. Registra-se que o Sirley reitera a todo o momento que somente estarão sob sua liderança aqueles pescadores filiados à Z-21, ou seja, os pescadores artesanais que possuem carteira de pescador junto à Z-21.

Estavam presentes na reunião o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita – advogado e assistente social que representam a Colônia Z-21.

Fizeram-se presentes também dois representantes do Ministério da Pesca - MPA, o Sr. Alan Ducasble e a Sra. Maria Paula Almeida.

Leitura da pauta e proposta para condução dos trabalhos;

Inicialmente o Sr. Redelvim fez uma breve apresentação da proposta da pauta da reunião a ser seguida, que abordaria os seguintes itens:

Histórico das reuniões anteriores;

Foi feito um breve relato das três reuniões realizadas anteriormente com os representantes dos pescadores e das reuniões com o representante da colônia Z-21, salientando as dificuldades encontradas na ocasião das reuniões devido ao grande número de participantes e à troca/alternância constante dos mesmos. Nesta oportunidade relataram-se os principais interesses dos pescadores que foram registrados nos encontros e a necessidade de se trabalhar com um grupo constante.

Proposição da metodologia para condução dos trabalhos para elaboração do termo de acordo;

Cronograma: os trabalhos para a elaboração do termo de acordo serão realizados no período compreendido entre os meses de abril e outubro de 2012;

Desenvolvimento dos trabalhos: os trabalhos serão desenvolvidos em formato de oficinas, que terá como produto final o termo de acordo. Neste sentido, ações tais como levantamento de interesses, análise dos interesses à luz dos impactos causados pelo empreendimento e (critérios) proposição de medidas que reduzam os impactos causados pelo empreendimento são imprescindíveis. Nesta oportunidade foi feita uma correlação de alguns interesses dos pescadores com determinados impactos causados pelo empreendimento, de maneira que ficasse evidenciada a necessidade do aprofundamento do conhecimento sobre os temas para que possamos adotar a medida mitigadora adequada: ex.: público alvo do projeto – realização de um “cadastro” para saber quem pesca no trecho da AID.

Neste momento, houve duas interferências importantes: a primeira do Sr. Pompilio, que tentou desqualificar o processo de informação e elucidação das questões ora proposto, dizendo que todos ali já sabiam dos impactos causados pelo empreendimento e que a perda seria total e irreversível, que não adiantava ficar mostrando os impactos como se não fossem causar danos graves. Disse ainda que sua equipe foi a vários empreendimentos e ouviu relatos terríveis sobre os danos e que a população de pescadores encontrava-se sempre à mingua após a construção dos barramentos. Desta forma deveríamos partir para uma negociação mais direta e rápida, com menor número de participantes, visto que ele representa 380 atingidos e acha o tempo proposto para os trabalhos é um absurdo.

A Sra. Neuzita pediu a palavra para demonstrar sua preocupação com a preservação dos direitos humanos e a necessidade de se adotar medidas efetivas de proteção para os pescadores e suas famílias, pois em todos os locais onde houve barramentos, a categoria de pescadores foi a que mais sofreu com os impactos.

Houve diversas manifestações por parte dos líderes dos pescadores, dizendo que o que eles querem é dinheiro e que seja rápido, entretanto, se as medidas para a colônia forem adotadas serão bem vindas, mas são de interesse secundário, reforçando assim a posição do Sr. Pompilio.

Informamos que sem aprofundar o conhecimento sobre as possíveis perdas e interesses divergentes, não haverá como realizar as ações supracitadas e que a nossa política será a de fortalecer a colônia e a manutenção da atividade produtiva, favorecendo assim o público de pescadores como um todo e que as medidas para os pescadores no trecho do barramento serão diferenciadas.

Por diversas vezes o Sr. Josias, nosso convidado (não foi convidado pelo Sr. Sirley por ter discutido com o Sr. Pompilio e Sra. Neuzita durante reunião deles em que foi solicitada adesão aos termos do advogado), interferiu no andamento da reunião falando do tempo perdido, dos prejuízos causados ao longo dos anos devido às indefinições, da questão dos proprietários rurais de Porto Marinho que estão ficando sem negociar, etc..

A segunda interferência relevante foi feita por parte do Sr. Sirley, que discordou de maneira veemente da elaboração de um “Cadastro”, visto que não é função do Consórcio e sim do MPA. Desta forma, entende que os pescadores atingidos são todos os registrados na Z-21 cujo cadastro e carteiras são feitas pelo MPA. Reafirmou também que haverá perdas significativas e irreversíveis, que não adianta ficar discutindo o que todos já sabem.

O Sr. Redelvim questionou o posicionamento do Sr. Pompilio quanto à sua representatividade e que estava sendo desarticulador e contraditório, quando propunha a redução dos participantes/líderes na mesa de negociação e simplificação da questão a quesitos meramente pecuniários. Quanto à questão posta pelo Sr. Sirley afirmou que o “cadastro” ou “registro” dos pescadores, não importa o qual o nome, é um instrumento de trabalho do Consórcio e que será feito por meio de entrevistas com pescadores e lideranças a partir do cadastro do MPA.

Diante das discussões acaloradas, o Sr. Alan Ducasble interferiu oferecendo a mediação do MPA para o processo, visto que estava visível a existência de um conflito que pode se agravar. Mostrou a importância de o grupo permanecer unido e reafirmou a prerrogativa do MPA como entidade representativa quanto à elaboração e ratificação do cadastro de pescadores que atuam na AID. Para que o MPA entre formalmente no processo é necessário que o Consórcio encaminhe uma solicitação formal, acompanhada das atas e memórias de reuniões já acontecidas.

A Sra. Maria Paula Almeida, engenheira de pesca do Ministério da Pesca, afirmou que o Consórcio está no caminho certo negociando de forma coletiva e que além de quaisquer compensações financeiras os representantes deveriam refletir sobre propostas sustentáveis da manutenção da atividade pesqueira e da renda. Reiterou a necessidade de participação de diversos atores que poderiam contribuir com o processo que estamos discutindo.

Neste momento o Sr. Redelvim reafirmou a necessidade da condução do processo de forma participativa e que qualquer decisão deverá ser baseada em critérios legítimos devidamente justificados, sobre a qual deverá ser estabelecida uma visão compartilhada de diversos atores tais como IBAMA, Comitê de Bacia do PS, EMATER, SEBRAE, Ministério Público - MP, etc..

Desta forma foi consenso de que é necessária a participação de outros atores que auxiliem na busca de soluções, entretanto o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita disseram não concordar com a participação do MP.

O Sr. Redelvim Dumont esclareceu que a efetivação das negociações acordadas só será iniciada após a obtenção da Licença de Instalação - LI.

Quando questionado sobre a construção da barragem e início das obras, o Sr. Redelvim informou isto se dará em função da obtenção da LI, que provavelmente ocorrerá no 2º semestre de 2012. Na oportunidade, foi informado a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL solicitou a devolução do processo da UHE Itaocara II para a realização de mais estudos, portanto o licenciamento e a construção deste empreendimento estão temporariamente adiados e sem previsão para retomada.

A partir da fala do representante do MPA referente a necessidade da participação de outros atores tais como IBAMA, FIPERJ, MPA, MP, EMATER e SEBRAE que poderão contribuir para a consolidação do processo de negociação, foi consenso entre as partes que estas entidades poderão ser convidadas no decorrer do processo.

O MPA se propôs a participar de todas as reuniões com a função mediadora e ficou encarregado de convidar o IBAMA para fazer o mesmo.

Durante a reunião foi distribuído o boletim informativo mais recente que contém a publicação da LP.

CONSIDERANDO QUE:

- A proposta do Sr. Alan para que o MPA participe como mediador vem de encontro à nossa estratégia para condução dos trabalhos, que é de estabelecer uma visão compartilhada com atores que fortaleçam as premissas que queremos adotar para o projeto:
 - Apoio à reestruturação da atividade econômica a partir de fortalecimento de projetos da Z-21 com a definição dos projetos de forma coletiva;
 - Apoio à família para geração de renda;
 - Não pagamento de benefícios pecuniários de forma individual aos pescadores.

- O processo de negociação conduzido até o momento tem gerado bons frutos tais como redução dos conflitos por meio dos esclarecimentos de posições e interesses, melhor conhecimento dos interesses dos pescadores, formação de um grupo para negociação, etc.;
- A entrada de novos atores com poder de bloqueio e antagonismo ao nosso método de negociação (advogados e assistente social) que têm hoje a adesão de 380 atingidos (pescadores e produtores rurais) e estão desqualificando nossa estratégia;
- Não temos equipe estruturada para prosseguir e estabelecer uma negociação consistente em forma de **NEGOCIAÇÃO POR CRITÉRIOS** que geraria produtos consistentes;
- Não temos recursos disponibilizados no momento para a realização de atividades tais como cadastramento dos pescadores da AID, desembarque pesqueiro e impactos do desvio do rio PS sobre a pesca, para que possamos definir as perdas e bloqueá-las quando possível;

Solicitamos reunião interna para definição de novas estratégias ao processo de negociação com a categoria de pescadores, tendo em vista o risco de insucesso e perdas significativas para o empreendedor.

Cabe registrar que o Sr. Alan confidenciou a necessidade iniciar o processo visto que a partir do dia 31 o MPA haverá mudanças no cadastramento de pescadores (**Decreto presidencial**).

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|-------------|--------|
| ➤ Enviar ao MPA as memórias das reuniões realizadas com os pescadores | Karen | |
| ➤ MPA convidar o IBAMA para participar das próximas reuniões | Alan | |
| ➤ MPA irá fornecer a lista dos pescadores registrados na AID | Alan | |
| ➤ Marcar a próxima reunião | Redelvim | |



2013 – ASPASA 03

| | | |
|--|-----------------|------------------|
| Data: 15/05/2013 | Início: 14:10 h | Término: 14:40 h |
| Local: Quadra de esportes de Paraoquena em Santo Antônio de Pádua/RJ | | |
| Objetivo: Reunião solicitada pelos representantes da ASPASA para esclarecimentos à comunidade. | | |

SÍNTESE

O Sr. Valdecir de Souza iniciou a reunião apresentando o Sr. Mário Trento, coordenador ambiental do Consórcio.

O Sr. Mário Trento relatou que o Sr. Valdecir de Souza esteve no Consórcio e solicitou que o empreendedor explicasse a todos os membros da associação como ocorrerá o reconhecimento dos pescadores impactados pela UHE Itacara I.

Foi informado que o Consórcio contratou a Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ para elaborar e testar a metodologia do cadastro socioeconômico dos pescadores e do desembarque pesqueiro que tem o intuito de mensurar se terá impacto e, em havendo, qual o tamanho dele que será causado pelo empreendimento. Posteriormente, será contratada uma empresa para executar o cadastro socioeconômico e desembarque pesqueiro com base na metodologia desenvolvida pela UFSJ. O Sr. Mário Trento solicitou o auxílio dos pescadores no desenvolvimento desta metodologia.

Foi informado que a Licença de Instalação - LI deverá ser emitida nos próximos 40 dias. A decisão da construção depende dos sócios.

O Sr. Galvão Duarte questionou se será implantado um Sistema de Transposição de Peixes - STP. O Sr. Mário Trento esclareceu que após a obtenção da LI os estudos sobre o tema terão continuidade e quem define a necessidade ou não da criação do STP é o IBAMA.

O Sr. Eduardo Silva perguntou se a capacidade da usina sempre foi 145 MW ou se foi reduzida. O Sr. Mário Trento explicou que o projeto inicial previa um empreendimento com 195 MW, visando diminuir o impacto ambiental, a usina foi dividida em dois barramentos Itacara I (145 MW) e Itacara II (50 MW), mantendo a mesma capacidade. Ressaltou-se a UHE Itacara II foi devolvida à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a realização de novos estudos. Portanto, o Consórcio não é mais o detentor da concessão deste empreendimento.

O Sr. Eduardo Silva indagou ainda como ocorrerá a identificação dos proprietários. O Sr. Mário Trento explanou que a atual reunião é para tratar de assuntos relacionados aos pescadores, porém ressaltou que o Consórcio está à disposição para marcar uma reunião para tratar exclusivamente de assuntos relacionados a proprietários que serão atingidos pelo empreendimento.

Foi relatado que o empreendedor não irá se negar a ressarcir pelos impactos que irá causar, visa apenas ser justo, para ambas as partes, no pagamento da indenização.

O Sr. Valdecir de Souza perguntou se as negociações com os pescadores irão ocorrer antes ou durante a implantação do empreendimento. O Sr. Mário Trento informou que o IBAMA solicitou que se meça o impacto antes e depois do empreendimento, porém nada impede que se chegue a um consenso antes do término da obra. Foi informado ainda que as negociações ocorrerão em reuniões abertas com a participação de todos.

O Sr. Mário Trento relatou que há profissionais na região que estão criando expectativas errôneas de indenizações nos pescadores. O Sr. Galvão Duarte concordou com o exposto pelo representante do Consórcio, afirmando que a condução de negociação proposta está correta demonstrando que a empresa é idônea.

O Sr. Otony Faria informou que não possui conhecimento específico sobre o tema, mas entende que este é o caminho a ser seguido e parabenizou a todos pela reunião.

O Sr. Mário Trento reforçou que o Consórcio está a disposição para esclarecimento de dúvidas por meio de reuniões agendadas e pelo 0800.

O Sr. Galvão Duarte parabenizou o coordenador ambiental do Consórcio por ter sido sucinto, tendo respondido aos questionamentos satisfatoriamente. Além disso, solicitou que os pescadores tenham paciência e que não escutem terceiros para não atrapalhar a negociação, pois o processo é lento e demorado. Ressaltou ainda que o empreendedor é sério e se preocupa com a realidade dos pescadores e suas famílias.

O Sr. Mário Trento relatou que na implantação de empreendimentos hidrelétricos, para que haja uma indenização justa, é necessário conhecer a realidade dos atingidos.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



RATIFICAÇÃO


Galvão Duarte
Advogado


Eduardo Silva
Vereador


Karen Esteves Ezequiel
Analista Ambiental


Otony Faria
Vice-prefeito


Mário Sérgio Trento
Coordenador Ambiental



MEMÓRIA
DE REUNIÃO

3ª REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE
PESCADORES ARTESANAIS DE SANTO ANTÔNIO DE PADUA -
ASPASA

LISTA DE PRESEÇA

Carlos Renato Gabri
 Família Sulina
 Vera Zucior Marchioto Gabri
 Rosário Sabri
 Luciano Gabri
 Valquíria da Silva Lucas Gabri
 Mario Sérgio Guimelli
 Phelly da Silva GULIMELI
 Sra. Tereza L. Cavalla
 Clara Lima Simões
 Aluísio Guimelli
 Antunes João Memória
 X Orcei Gabri

Saulo Leal de Almeida
Carlos Efraim Galeri

Mario Sakuma
Delva Reis da Silva
Fernando José Medeiros
Espin de Paula Galeri

Jamio da Silva Soares Pedersen
Leonarda Gomes Gulinella

Maria Antônia Gonçalves Pinto
Antônio Marco de Oliveira

Gari Leanti Moreira

Humberto José Brant de Souza

Mário Pereira Fonseca

Valdeci Júnior da Silva Galeri

Marcos Vinícius de L. Almeida

Marceliano de Paula Almeida

Dron Rodrigues Marchionte

Edúlio Reis da Silva

Felipe Sousa Souza

Pâmela Floreana Ribeiro

Sônia Eli Augusto Ribeiro

Valdirino Reis da Silva

Adão de Silva

Alcides Zaira de Assis

Yfeson Pereira Monteiro

Valéria Galeri de Souza

Valdeci de Souza



LISTA DE PRESEÇA DA REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA ASPASA
- SANTO ANTONIO DE PADUA/RJ

DATA: 15/05/2013

| NOME | LOCAL | PROFISSÃO | TELEFONE | ASSINATURA |
|------------------------------------|------------|------------------|--------------|------------|
| Edson de Souza Leão | CÂMARA | VEREADOR | 81733568 | |
| Alan F. Faria - Vice-Presidente | Dredasilva | Atividade | 81193070 | |
| Yedid V. da Faria | PETEIRURA | REC. ABERTO | 81520072 | |
| Cerinha Orcaí | Miracema | motociclista | 81154803 | |
| Pâmela Floriano Ribeiro | Paraquana | pescador | | Pâmela |
| Sônia Eli A. Ribeiro | | pescador | | Sônia Eli |
| Dalva Reis da Silva | Itapinim | pescador | (32)346-3003 | |
| Robinson Reis da Silva | Itapinim | pescador | (32)346-3013 | |
| Maria Antônia Gomes Faria | Ribeira | Atm. distrital | 98633370 | Mário |
| Alcides Vitor. Maranhã ap. Ribeiro | | M. Branca | 98617348 | Denota |
| Agostinho Silva Costa | FAZMA | PESCADOR | (32)87220419 | |
| Flávio Pereira Vasconcelos | Napitucú | Pescador | (32)3463090 | Flávio |
| Alcides da Silva Sobrinho | Paraquana | pescador | | |
| Antonio José de Almeida | PARAOBENA | PESCADOR | 223853.4807 | |
| Equipe Local de Subsequência | Cupira | pescador | 98424106 | |
| Emerson Sulewski | PADUA | Per. Coordenador | 88846502 | |
| Abelley da Silva | Paraquana | Per. Coordenador | 88534708 | |



2013 – ASPASA 03

| | | |
|---|------------------------|-------------------------|
| Data: 15/05/2013 | Início: 14:10 h | Término: 14:40 h |
| Local: Quadra de esportes de Paraoquena em Santo Antônio de Pádua/RJ | | |
| Objetivo: Reunião solicitada pelos representantes da ASPASA para esclarecimentos à comunidade. | | |

SÍNTESE

O Sr. Valdecir de Souza iniciou a reunião apresentando o Sr. Mário Trento, coordenador ambiental do Consórcio.

O Sr. Mário Trento relatou que o Sr. Valdecir de Souza esteve no Consórcio e solicitou que o empreendedor explicasse a todos os membros da associação como ocorrerá o reconhecimento dos pescadores impactados pela UHE Itacara I.

Foi informado que o Consórcio contratou a Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ para elaborar e testar a metodologia do cadastro socioeconômico dos pescadores e do desembarque pesqueiro que tem o intuito de mensurar se terá impacto e, em havendo, qual o tamanho dele que será causado pelo empreendimento. Posteriormente, será contratada uma empresa para executar o cadastro socioeconômico e desembarque pesqueiro com base na metodologia desenvolvida pela UFSJ. O Sr. Mário Trento solicitou o auxílio dos pescadores no desenvolvimento desta metodologia.

Foi informado que a Licença de Instalação - LI deverá ser emitida nos próximos 40 dias. A decisão da construção depende dos sócios.

O Sr. Galvão Duarte questionou se será implantado um Sistema de Transposição de Peixes - STP. O Sr. Mário Trento esclareceu que após a obtenção da LI os estudos sobre o tema terão continuidade e quem define a necessidade ou não da criação do STP é o IBAMA.

O Sr. Eduardo Silva perguntou se a capacidade da usina sempre foi 145 MW ou se foi reduzida. O Sr. Mário Trento explicou que o projeto inicial previa um empreendimento com 195 MW, visando diminuir o impacto ambiental, a usina foi dividida em dois barramentos Itacara I (145 MW) e Itacara II (50 MW), mantendo a mesma capacidade. Ressaltou-se a UHE Itacara II foi devolvida à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a realização de novos estudos. Portanto, o Consórcio não é mais o detentor da concessão deste empreendimento.

O Sr. Eduardo Silva indagou ainda como ocorrerá a identificação dos proprietários. O Sr. Mário Trento explanou que a atual reunião é para tratar de assuntos relacionados aos pescadores, porém ressaltou que o Consórcio está à disposição para marcar uma reunião para tratar exclusivamente de assuntos relacionados a proprietários que serão atingidos pelo empreendimento.

Foi relatado que o empreendedor não irá se negar a ressarcir pelos impactos que irá causar, visa apenas ser justo, para ambas as partes, no pagamento da indenização.

O Sr. Valdecir de Souza perguntou se as negociações com os pescadores irão ocorrer antes ou durante a implantação do empreendimento. O Sr. Mário Trento informou que o IBAMA solicitou que se meça o impacto antes e depois do empreendimento, porém nada impede que se chegue a um consenso antes do término da obra. Foi informado ainda que as negociações ocorrerão em reuniões abertas com a participação de todos.

O Sr. Mário Trento relatou que há profissionais na região que estão criando expectativas errôneas de indenizações nos pescadores. O Sr. Galvão Duarte concordou com o exposto pelo representante do Consórcio, afirmando que a condução de negociação proposta está correta demonstrando que a empresa é idônea.

O Sr. Otony Faria informou que não possui conhecimento específico sobre o tema, mas entende que este é o caminho a ser seguido e parabenizou a todos pela reunião.

O Sr. Mário Trento reforçou que o Consórcio está a disposição para esclarecimento de dúvidas por meio de reuniões agendadas e pelo 0800.

O Sr. Galvão Duarte parabenizou o coordenador ambiental do Consórcio por ter sido sucinto, tendo respondido aos questionamentos satisfatoriamente. Além disso, solicitou que os pescadores tenham paciência e que não escutem terceiros para não atrapalhar a negociação, pois o processo é lento e demorado. Ressaltou ainda que o empreendedor é sério e se preocupa com a realidade dos pescadores e suas famílias.

O Sr. Mário Trento relatou que na implantação de empreendimentos hidrelétricos, para que haja uma indenização justa, é necessário conhecer a realidade dos atingidos.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



RATIFICAÇÃO


Galvão Duarte
Advogado


Eduardo Silva
Vereador


Karen Esteves Ezequiel
Analista Ambiental


Otony Faria
Vice-prefeito


Mário Sérgio Trento
Coordenador Ambiental



MEMÓRIA
DE REUNIÃO

3ª REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE
PESCADORES ARTESANAIS DE SANTO ANTÔNIO DE PADUA -
ASPASA

LISTA DE PRESEÇA

Carlos Renato Gabri
 Família Sulina
 Vera Zucior Marchioto Gabri
 Rosário Sabri
 Luciano Gabri
 Valquiria da Silva Soares Gabri
 Mario Sérgio Guimardi
 Phelly da Silva GULIMELI
 Sra. Tereza L. Cavalla
 Clara Lima Simões
 Aluísio Guilimeli
 Antunes João Memória
 X Orcei Gabri

Saulo Leal de Almeida
Carlos Efraim Galeri

Mario Sakuma
Delva Reis da Silva
Fernando José Medeiros
Espin de Paula Galeri

Jamio da Silva Soares Pedersen
Leonarda Gomes Gulinella

Maria Antônia Gonçalves Pinto
Antônio Marco de Oliveira

Yasir Leanti Moreira

Humberto José Brant de Souza

Mário Pereira Fonseca

Valdeci Júnior da Silva Galeri

Marcos Vinícius de L. Almeida

Marceliano de Paula Almeida

Dron Rodrigues Marchiote

Edúlio Reis da Silva

Felipe Sousa Souza

Pâmela Floreana Ribeiro

Sônia Eli Augusto Ribeiro

Valdirino Reis da Silva

Adão de Silva

Alcides Zaira de Assis

Yfeson Pereira Monteiro

Valéria Galeri de Souza

Valdeci de Souza



LISTA DE PRESEÇA DA REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA ASPASA
- SANTO ANTONIO DE PADUA/RJ

DATA: 15/05/2013

| NOME | LOCAL | PROFISSÃO | TELEFONE | ASSINATURA |
|------------------------------------|------------|----------------|--------------|------------|
| Edson de Souza Leão | CÂMARA | VEREADOR | 81733568 | |
| Alan F. Faria - Vice-Presidente | Dregailus | Atividade | 81193070 | |
| Yedid V. da Faria | PEREIRA | REC. ABERTA | 81520072 | |
| Cerinha Orcaí | Miracema | motociclista | 81154803 | |
| Pâmela Floriano Ribeiro | Paraquana | pescador | | Pâmela |
| Sônia Eli A. Ribeiro | | pescador | | Sônia Eli |
| Dalva Reis da Silva | Itapimem | pescador | (32)346-3003 | |
| Robisiane Reis da Silva | Itapimem | pescador | (32)346-3013 | |
| Maria Antônia Gomes Pinto | Ribeira | Atm. distrital | 98633370 | Mário |
| Alcides Vitor. Maranhã ap. Ribeiro | | MECÂNICO | 98617348 | Demot |
| Agostinho Silva Costa | FAZENDA | PESCADOR | (32)89220419 | |
| Flávio Pereira Vasconcelos | Napitucusi | Pescador | (32)3463090 | Flávio |
| Alceu de Souza Sobrinho | Paraquana | pescador | | |
| Antonio José de Souza | PARAOBENA | PESCADOR | 223853.4807 | |
| Equipe Local de Subsequidos | Suprindo | pescador | 98424106 | |
| Emilton Juliano | PADUA | PerCoord | 88846502 | |
| Abelley da Silva | Paraquana | PerCoord | 88534708 | |



2012 – COLÔNIA DE PESCADORES Z21

| Data: 02/03/2012 | Início: 9:00 h | Término: 12:40 h |
|--|---|----------------------------|
| Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara | | |
| Objetivo: Alinhar o discurso de negociação que será adotado com os pescadores, durante o processo de criação dos termos do acordo coletivo com o presidente da Colônia de Pescadores Z21 e a empresa de consultoria que o representa. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente |
| Neuzita Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Assistente Social |
| Jairo Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado |
| Pompilho Guimarães | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Jackelline Faria | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Mayra Fuly | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

SÍNTESE

Reunião realizada entre representantes do Consórcio UHE Itaocara, o presidente da colônia de pescadores Z21 e os representantes da empresa de Consultoria apresentada pela colônia para representá-los durante as negociações com os pescadores.

OBJETIVOS DESTA REUNIÃO

Alinhar os interesses e posições entre as partes envolvidas.

Temas relevantes abordados:

1. Previsão de início das obras

Redelvim afirmou que a intenção do Consórcio é de iniciar as obras em agosto de 2012, mas se não obtiver a licença de instalação – LI até julho, a previsão de início é para abril de 2013.

2. Dificuldades encontradas nas comunidades

Redelvim falou da dificuldade de mobilização dos moradores em algumas comunidades e da importância de se organizarem em grupos para facilitar a negociação dos termos do acordo coletivo nestas localidades. Dentre as localidades que já avançaram nestes trabalhos destacam-se: Japona, Santa Luzia e São Sebastião do Paraíba.

Entretanto há outras comunidades ainda resistentes, quais sejam: Porto Marinho e Pedra Furada. Diante desta dificuldade, afirmou que as comunidades que não conseguirem se organizar em associações, na hora de negociar serão adotadas as mesmas diretrizes padrão estabelecidas nos termos do acordo de grupos semelhantes, mas respeitando as questões de patrimônio que são peculiares a cada proprietário/posseiro.

3. Criação de Associações de Moradores nas comunidades desmobilizadas

Destacou-se que para facilitar na negociação dos termos do acordo coletivo, a criação de associações de moradores, pescadores, agricultores, etc. ajudará na formação do grupo de representantes/líderes que participará destas oficinas de negociação com o Consórcio.

4. Estabelecer critérios para negociação e formação do grupo de representantes para desenvolver um projeto com as seguintes diretrizes

- Mobilização dos pescadores para formação do grupo de trabalho reduzido (priorizando as lideranças), mas deve ser representativo;
- Estabelecer visão compartilhada com os propósitos e critérios estabelecidos pelo grupo (Consórcio, entidades afins, Colônia e lideranças), formando um grupo capacitado e estável para os trabalhos relativos à negociação;
- Trabalhar direitos individuais e coletivos, para a manutenção da atividade pesqueira;
- Definir linhas de critérios para negociação;
- Perdas a jusante serão negociadas de forma coletiva (com projetos de geração de renda);
- Definir formas de negociar as perdas a montante.
- Estruturação da colônia e dos pescadores para continuarem com atividade econômica após a implantação da UHE Itaocara I;
- Treinamento\qualificação da família do pescador.

5. Tamanho da APP

Quando perguntado sobre o tamanho adotado da área de preservação permanente, Redelvim respondeu que irá ser adotado de acordo com a determinação do IBAMA, porém, como essa faixa é variável, poderá ser negociada com o órgão fiscalizador dependendo da situação. A largura da faixa da APP obedece ao Código Florestal (1968) e à Resolução CONAMA 302/2002.

6. Apoio de Grupos para respaldar os termos do acordo a ser firmado

É consenso entre as partes reunidas de que durante a negociação dos termos do acordo coletivo será de grande importância agregar entidades que respaldem esse acordo e legitimem as decisões do grupo representante.

7. Delimitação do trecho de influência e pescadores atingidos

Sinalizou a importância de se definir o trecho do rio que terá influência direta e indireta (ensecadeiras, migração/perdas de sítios reprodutivos) com a construção da UHE e qual o público diretamente atingido.

ENCAMINHAMENTOS:

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|------------------------|---------|
| Contratação de equipe para avaliar os impactos da obra sobre os sítios de reprodução dos peixes | Redelvim Dumont | |
| Contratação de equipe para avaliar os impactos do desvio do rio durante a obra | Redelvim Dumont | |
| Capacitação do grupo de representantes com leitura guiada do EIA/Rima e obtenção da visão do pescador sobre os impactos | Redelvim Dumont | |
| Preparação da próxima reunião | Jackelline/Karen/Mayra | MAR12 |
| Reunião com representantes dos pescadores | Redelvim Dumont | 22MAR12 |

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Sugestão de reuniões quinzenais com os representantes dos pescadores para melhor desenvolvimento dos trabalhos.

Previsão de conclusão dos Termos do acordo para OUT12.

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.**MEM03 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**

| | | |
|---|------------------------|-------------------------|
| Data: 22/03/2012 | Início: 14:00 h | Término: 17:00 h |
| Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara/RJ | | |
| Objetivo: Dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara. | | |

| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|---|---|---|
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Ex-presidente |
| Winer Pereira Monteiro (Nino) | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| José Francisco Melo (Neném) | APPROSAP | Presidente |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia Z-21 | Presidente |
| Jose Ferreira Silva (Ratinho) | Colônia Z-21 | Associado em Cambuci |
| Francisco Carlos Paiva Martins (Carlinho Porquinho) | Colônia Z-21 | Associado |
| Daniel Fortes Fonseca | Colônia Z-21 | Associado em Itaperuçu |
| Rivani dos Santos Rufino | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Ernani Bastos | Ass. São Sebastião do Paraíba | Presidente |
| Neuzita Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Assistente Social representante da Z-21 |
| Pompilio Guimarães | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado representante da Z-21 |
| Alan Ducasble | Ministério da Pesca e | Superintendente interino |



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | | |
|---------------------|---|-----------------------|
| | Aquicultura (SFPA-RJ) | |
| Maria Paula Almeida | Ministério da Pesca e Aquicultura (SFPA-RJ) | Engenheira de Pesca |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Karen Esteves | Consórcio UHE Itaocara | Analista Ambiental |
| Jackelline Faria | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação

Conforme acertado entre as partes, compareceram à reunião somente as lideranças da Z-21 que representaram as diversas associações existentes ao longo do rio Paraíba do Sul no trecho da Área de Influência Direta da UHE Itaocara. Desta forma, o grupo foi reduzido de 36 (número de lideranças que compareciam às reuniões anteriores) para cerca de quatorze participantes, o que facilitará o processo das reuniões para a negociação. O Sirley reiterou que somente estarão sob sua liderança aqueles pescadores filiados à Z-21, ou seja, os pescadores artesanais que possuem carteira de pescador junto à Z-21.

Estavam presentes na reunião o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita – advogado e assistente social que representam a Colônia Z-21.

Fizeram-se presentes também dois representantes do Ministério da Pesca - MPA, o Sr. Alan Ducasble e a Sra. Maria Paula Almeida.

Leitura da pauta e proposta para condução dos trabalhos;

Inicialmente o Sr. Redelvim fez uma breve apresentação da proposta da pauta da reunião a ser seguida, que abordaria os seguintes itens:

Histórico das reuniões anteriores;

Foi feito um breve relato das diversas reuniões realizadas anteriormente com os representantes dos pescadores e das reuniões com o representante da colônia Z-21, salientando as dificuldades encontradas na ocasião das reuniões devido ao grande número de participantes e à troca/alternância constante dos mesmos. Nesta oportunidade relataram-se os principais interesses dos pescadores que foram registrados nos encontros e a necessidade de se trabalhar com um grupo constante.

Proposição da metodologia para condução dos trabalhos para elaboração do termo de acordo;

Cronograma: os trabalhos para a elaboração do termo de acordo serão realizados no período compreendido entre os meses de abril e outubro de 2012;

Desenvolvimento dos trabalhos: os trabalhos serão desenvolvidos em formato de oficinas, que terá como produto final o termo de acordo. Neste sentido, ações tais como levantamento de interesses, análise dos interesses à luz dos impactos causados pelo empreendimento e (critérios) proposição de medidas que reduzam os impactos causados pelo empreendimento são imprescindíveis. Nesta oportunidade foi feita uma correlação de alguns interesses dos pescadores com determinados impactos causados pelo empreendimento, de maneira que ficasse evidenciada a necessidade do aprofundamento do conhecimento sobre os temas para que possamos adotar a medida mitigadora adequada: ex.: público alvo do projeto – realização de um “Levantamento” para saber quem pesca no trecho da AID.

Neste momento, houve duas interferências importantes: a primeira do Sr. Pompilio, dizendo que todos ali já sabiam dos impactos causados pelo empreendimento e que a perda seria total e irreversível, que não adiantava ficar mostrando os impactos como se não fossem causar danos graves. Disse ainda que sua equipe foi a vários empreendimentos e ouviu relatos terríveis sobre os danos e que a população de pescadores encontrava-se sempre à mingua após a construção dos barramentos. Desta forma deveríamos partir para uma negociação mais direta e rápida, com menor número de participantes, visto que ele representa 380 atingidos e acha o tempo proposto para os trabalhos é muito longo e que deveria ser rápido, em poucas reuniões, com público reduzido.

A Sra. Neuzita pediu a palavra para demonstrar sua preocupação com a preservação dos direitos humanos e a necessidade de se adotar medidas efetivas de proteção para os pescadores e suas famílias, pois em todos os locais onde houve barramentos, a categoria de pescadores foi a que mais sofreu com os impactos.

Houve diversas manifestações por parte dos líderes dos pescadores, dizendo que o que eles querem é dinheiro e que seja rápido, entretanto, se as medidas para a colônia forem adotadas serão bem vindas, mas são de interesse secundário, reforçando assim a posição do Sr. Pompilio.

Informamos que sem aprofundar o conhecimento sobre as possíveis perdas e interesses divergentes, não haverá como realizar as ações supracitadas e que a nossa política será a de fortalecer a colônia e a manutenção da atividade produtiva, favorecendo assim o público de pescadores como um todo e que as medidas para os pescadores no trecho do barramento serão diferenciadas. Caso sejam identificadas perdas individuais e comprovadas, as mesmas deverão ser pagas, mas não necessariamente em forma pecuniária para o indivíduo.

Por diversas vezes o Sr. Josias, pescador convidado pelo Consórcio, interferiu no andamento da reunião falando do tempo perdido, dos prejuízos causados ao longo dos anos devido às indefinições, da questão dos proprietários rurais de Porto Marinho que estão ficando sem negociar, etc..

A segunda interferência relevante foi feita por parte do Sr. Sirley, que discordou de maneira veemente da elaboração de um “Cadastro”, visto que não é função do Consórcio e sim do Ministério da Pesca - MPA. Desta forma, entende que os pescadores atingidos são todos os registrados na Z-21 cujo cadastro e carteiras são feitas pelo MPA. Reafirmou também que haverá perdas significativas e irreversíveis, que não adianta ficar discutindo o que todos já sabem.

O Sr. Redelvim questionou o posicionamento do Sr. Pompilio quanto à sua representatividade e que o seu discurso estava sendo desarticulador e contraditório, quando propunha a redução dos participantes/líderes na mesa de negociação e simplificação da questão a quesitos meramente pecuniários. Quanto à questão posta pelo Sr. Sirley afirmou que o “cadastro” ou “registro” dos pescadores ou levantamento do número de pescadores atingidos, não importa o qual o nome, é um instrumento de trabalho do Consórcio e que será feito por meio de entrevistas com pescadores e lideranças a partir do cadastro do MPA.

Diante das discussões acaloradas, o Sr. Alan Ducasble interferiu oferecendo a mediação do MPA para o processo, visto que estava visível a existência de um conflito que pode se agravar. Mostrou a importância de o grupo permanecer unido e reafirmou a prerrogativa do MPA como entidade representativa quanto à elaboração e ratificação do cadastro de pescadores que atuam na Área de Influência Direta - AID. Para que o MPA entre formalmente no processo é necessário que o Consórcio encaminhe uma solicitação formal, acompanhada das atas e memórias de reuniões já acontecidas.

A Sra. Maria Paula Almeida, engenheira de pesca do Ministério da Pesca, afirmou que o Consórcio está no caminho certo negociando de forma coletiva/participativa e que além de quaisquer compensações financeiras os representantes deveriam refletir sobre propostas sustentáveis da manutenção da atividade pesqueira e da renda. Reiterou a necessidade de participação de diversos atores que poderiam contribuir com o processo que estamos discutindo.

Neste momento o Sr. Redelvim reafirmou a necessidade da condução do processo de forma participativa e que qualquer decisão deverá ser baseada em critérios legítimos devidamente justificados, sobre a qual deverá ser estabelecida uma visão compartilhada de diversos atores tais como IBAMA, Comitê de Bacia do PS, EMATER, SEBRAE, Ministério Público - MP, etc..

Desta forma foi consenso de que é necessária a participação de outros atores sociais que auxiliem na busca de soluções, entretanto o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita disseram não concordar com a participação do MP.

O Sr. Redelvim Dumont esclareceu que a efetivação/execução das negociações acordadas só será iniciada após a obtenção da Licença de Instalação - LI.

Quando questionado sobre a construção da barragem e início das obras, o Sr. Redelvim informou isto se dará em função da obtenção da LI, que provavelmente ocorrerá no 2º semestre de 2012. Na oportunidade, foi informado a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL solicitou a devolução do processo da UHE Itaocara II para a realização de mais estudos, portanto o licenciamento e a construção deste empreendimento estão temporariamente adiados e sem previsão para retomada.

A partir da fala do representante do MPA referente à necessidade da participação de outros atores tais como IBAMA, FIPERJ, MPA, MP, EMATER e SEBRAE que poderão contribuir para a consolidação do processo de negociação, foi consenso entre as partes que estas entidades poderão ser convidadas no decorrer do processo.

O MPA se propôs a participar de todas as reuniões com a função mediadora e ficou encarregado de convidar o IBAMA para fazer o mesmo.

Durante a reunião foi distribuído o boletim informativo do Consórcio mais recente que contém a publicação da LP.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|--------------------|---------------|
| ➤ Enviar ao MPA as memórias das reuniões realizadas com os pescadores | Redelvim | |
| ➤ MPA convidar o IBAMA para participar das próximas reuniões | Alan Ducasble | |
| ➤ MPA irá fornecer a lista dos pescadores registrados na | Alan Ducasble | |



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | | |
|----------------------------|----------|--|
| AID | | |
| ➤ Marcar a próxima reunião | Redelvim | |



2015 – COLÔNIA Z-21

| Data: 20/05/2015 | Início: 14:00 h | Término: 16:30 h |
|--|--------------------------|-------------------------|
| Local: Sede da Colônia Z-21 em São Fidélis – RJ. | | |
| Objetivo: Estabelecer um acordo com a Colônia Z-21 para desenvolver um estudo individual de identificação de pescadores e desembarque pesqueiro que retratará o impacto da UHE Itaocara no cotidiano de cada pescador durante e depois da obra, sendo este trabalho realizado pela Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia Z21 | Presidente |
| Pompílio Guimarães | Colônia Z21 | Advogado |
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia Z21 | Tesoureiro |
| Mário Trento | Consórcio UHE Itaocara | Gerente Ambiental |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Analista Social |
| Marcelo Demarco | IBAMA/RJ | |
| Lídia Reis | NLA/IBAMA/RJ | Analista Ambiental |
| Roberto Huet | NLA/IBAMA/RJ | Coordenador |
| Leonardo Queiroz Peixoto | SEMDA/ Pref. São Fidélis | Secretário |

SÍNTESE

O Sr. Mário Trento iniciou a reunião questionando se os participantes teriam alguma dúvida em relação ao empreendimento. Os representantes da Colônia Z-21 responderam que não existiam dúvidas em relação ao projeto.

O Sr. Mário Trento situou os participantes quanto à previsão de início e final das obras da UHE Itaocara I. Além disso, relatou que até o momento, aparentemente existiam divergências entre a Colônia e o empreendedor e a intenção do empreendedor é criar um ambiente de colaboração entre as partes e não de confronto. Esta colaboração visa se conseguir um retrato o mais fiel possível da realidade de cada pescador, para que se tenha o real impacto que o empreendimento venha a causar, dimensionando assim, a mitigação que venha a ser devida.

Para que isso aconteça, o Consórcio UHE Itaocara propõe um estudo de identificação de pescadores e de dimensionamento do desembarque pesqueiro, que era a ideia inicial na reunião que aconteceu com a UFSJ, na qual a Universidade apresentou o resultado do trabalho dela ao longo de 12 meses e a forma de conduzir o estudo.

Sr. Mário Trento sinalizou que os resultados prévios do Desembarque Pesqueiro demonstram que o afluente que traz maior contribuição de riqueza de espécies de peixes para o rio Paraíba do Sul, no trecho que vai da UHE Ilha dos Pombos até São Fidelis é o rio Pomba.

Sr. Mário Trento disse que a perspectiva do Consórcio UHE Itaocara era se iniciar o estudo juntamente com o início das obras da UHE, sendo um estudo contínuo até seis meses após o início da operação comercial para, desta forma, ter conhecimento do real impacto causado pelo empreendimento no cotidiano do pescador e de toda cadeia da pesca (peixaria, restaurantes, beneficiadores de peixes, etc.).

Sr. Mário Trento relatou que esse acordo já foi firmado há cerca de um ano e meio com a Associação de Pescadores de Paraoquena, em Santo Antônio de Pádua.

Sr. Mário Trento reiterou que a intenção deste estudo é fazer um levantamento dos diferentes tipos de pescadores, separá-los em grupos, para então negociar com cada grupo da forma mais justa possível. Exemplo: “o pescador que vive exclusivamente da pesca não pode ser tratado da mesma forma que o pescador que utiliza a pesca como complementação para sua renda”.

Sr. Mário Trento ponderou da existência do Plano de Assistência Social que auxiliará as famílias dos pescadores em todo o processo de negociação com o empreendimento durante a construção da obra e adaptação dessas famílias a realidade pós-obra.

Sr. Pompílio Guimarães questionou o tempo de seis meses de estudo após a obra, pois disse que em outros empreendimentos, como Barra de Braúna, os impactos continuam a serem sentidos após dois anos de operação.

Sr. Sirley Ornelas afirmou que durante a obra, o desvio do rio vai influenciar nesse estudo. E reiterou a fala do Sr. Pompílio Guimarães contando que atualmente no rio Paraíba do Sul tem surgido um capim que está atrapalhando o desempenho dos pescadores e que possivelmente é impacto de alguma das barragens existentes no rio à montante. Tendo ele a intenção de solicitar um estudo aos órgãos responsáveis para solucionar o problema.

Sr. Mário Trento reiterou que a intenção da empresa é ser justa, sabendo a realidade de cada pescador.

Sr. Pompílio Guimarães questionou se esse estudo era para levantar o faturamento individual do pescador.

Sr. Mário Trento respondeu que sim e que dessa forma poderia separar os pescadores em grupos para negociar. Informou ainda que um estudo similar com os produtores rurais do entorno do reservatório já foi realizado.

Sr. Pompílio Guimarães afirmou que acredita que o estudo deveria ser realizado até doze meses após a obra, para que se fechasse um ciclo, referindo-se a Piracema.

Sr. Mário Trento complementou que a UFSJ irá definir a metodologia do estudo, se adequando à realidade dos pescadores locais.

Sr. Pompílio Guimarães questionou se ao contratar a UFSJ, se o empreendedor poderia solicitar que a universidade realize uma reunião com os pescadores para explicar o trabalho que será realizado.

Sr. Mário Trento se dispôs a fazê-lo.

Sr. Roberto Huet afirmou que terá o interesse de participar desse estudo e poderá cobrar do empreendedor que os pescadores sejam informados periodicamente, nos mesmos períodos que o empreendedor, sobre os resultados desse estudo.

Sr. Marcelo Demarco afirmou que a metodologia do estudo só poderá ser discutida após a contratação da UFSJ.

Sr. Mário Trento reiterou que o foco da reunião é acordar que se defina se o empreendedor poderá seguir o caminho de se elaborar um estudo (individual de cada pescador e de desembarque

pesqueiro) para adequar a negociação com cada grupo de pescador, mas que a metodologia e outros detalhes deveriam ser discutidos em outro encontro, entre Colônia Z21, IBAMA, UFSJ e empreendedor, decidindo conjuntamente a metodologia ser utilizada e o prazo que será realizado o estudo.

Sra. Lídia Reis reiterou que haverá várias formas de impacto e que este estudo poderá retratar a vida do pescador hoje, durante a implantação da obra e na operação da UHE, podendo assim avaliar os impactos em cada fase do empreendimento, facilitando o dimensionamento de possíveis impactos durante todo o período de concessão.

Sr. Pompílio Guimarães questionou se após a contratação da universidade o pescador poderá opinar na metodologia do estudo.

Sr. Mário Trento reiterou que no momento existe a necessidade de firmar um acordo que deve ser realizado o estudo, porém a metodologia poderá ser discutida em uma outra etapa do diálogo.

Sr. Roberto relatou que o IBAMA estará presente para observar o trabalho que será realizado e certificar-se de que o mesmo está sendo conduzido da forma mais justa possível.

Sr. Sirley salientou que o estudo será realizado dentro de um local que já sofreu vários impactos: *“O rio já está todo mexido por outros empreendimentos”*.

Sr. Mário explicou como funciona o licenciamento de um projeto hidrelétrico e como se dá a renovação dessas licenças durante os trinta e cinco anos de concessão. Relatou que a Licença de Operação é renovada de quatro em quatro anos.

Sr. Roberto Huet explicou que em caso de problemas, mesmo dentro dos quatro anos o IBAMA poderá intervir e solicitar ações para mitigá-lo.

Sr. Sirley solicitou que quando houver reunião em Pedra Furada ou qualquer associação da jurisdição da Colônia que a mesma seja avisada.

Sr. Mário Trento se comprometeu a avisar.

Sr. Mário Trento observou que os pescadores informais, que vivem da pesca, também serão contemplados neste estudo.

Sr. Leandro Peixoto sugeriu que comunicasse ao Comitê de Bacias e ao CEIVAP da previsão de início de construção do projeto da UHE Itaocara I.

Ao final foi assinado acordo entre as partes, conforme transcrição ao final deste documento e cópia do mesmo anexada.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|-------------|--------------------|
| Memória de reunião | Mário | 27MAI15 |
| Contato com UFSJ | Mário | |
| Reunião com membros da UFSJ e Colônia Z21 | Mário | Entre 22 e 30JUN15 |



A seguir a transcrição da folha de assinaturas / ata de decisões.

Transcrição:

Nesta data ficou acordado entre UHE Itaocara, Colônia Z21, IBAMA e Sec. Meio ambiente de São Fidélis, onde a UHE Itaocara com a Colônia Z21 irão trabalhar em conjunto para estabelecer um método de identificação de pescadores e desembarque pesqueiro com fins de mitigação ou compensação pela atividade de pesca impactada pela UHE Itaocara.

Sendo a UFSJ a entidade que elaborará este estudo e metodologia. Deve-se levar em consideração a lei 9433 onde deve ser comunicado ao CEIVAP - sede Rezende e o comitê do baixo paraíba do sul e Itabapoana com sede em campos dos Goytacazes para acompanhamento do processo do uso dos recursos hídricos.

A UHE Itaocara se compromete a, em todas as reuniões com teor voltado a pescadores, na área de influência da Colônia Z21, com exceção de Paraoquena, informar e convidar a diretoria da Colônia Z21.



COLÔNIA DE PESCADORES Z-21 DE SÃO FIDÉLIS
Fundado em 14/03/1985 - CNPJ 023.320.74/0001-50 - MTE 33202117
Rua do Sacramento, 347 - Centro - São Fidélis/RJ - CEP: 28400-000
Tel: (22) 2758-1196 - e-mail: coloniaz212008@hotmail.com

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIAO DO DIA 20/05/2015 AS 14:30 HORAS
REALIZADO NA SEDE DA COLONIA DE PESCADORES Z-21 COM A PRESENÇA
DO IBAMA E UHE ITAOCARA.

MARIO TRENTO - UHE ITAOCARA

MARCELO C. DEMARCO - ULA / IBAMA - RJ

POMPILIO GUIMARÃES - ADVOGADO DA COLÔNIA - RJ

Sirley de Souza Azevedo

Marysa Evelyn Pinto - UHE Itaipava - RJ

Juliana Moura Reis - ULA / IBAMA

Roberto Huet de Salvo Souza - UHE / IBAMA *


Ricardo Gonçalves Leão

Leandro Vitor Peixoto SENA / IBAMA

Nesta data foi acordado entre UHE ITAOCARA Colônia Z21, IBAMA, e o Meio Ambiente de São fidélis que a UHE ITAOCARA com a Colônia Z21 irão trabalhar em conjunto para estabelecer um método de identificação dos peixes e pesqueiros que possuem com fins de mitigação ou compensação pela atividade de pesca suspensa pela UHE ITAOCARA. Sendo a UFESJ a entidade que elaborará este estudo e metodologia. Deve-se levar

em consideracao a lei 9433/01 deve
ser comunicado ao CEIVAP - sede Rizerde e
o comite do bacia poente do Sul e
ITAPORAIMA em sede de seu Cayon
p/ acompanhar todo o processo de
uso do recurso hídrico.

A UHE ITAPORA se compromete a,
em todos os recursos com teor voltado
de pescadoras, na area de influencia da
221, com excessos de bracoques, a zupmer
e convidar a Diretoria da Coluna 221.
- memo tito

 - Pompilio GUIMARÃES (ADVOGADO)
Sily de Souza Azebs.

Paulo Gonçalves Rego
Secretario Bacia Rizerde
Nidia Janina
Pinto





2015 – COLÔNIA Z-21

| | | |
|--|------------------------|-------------------------|
| Data: 05/08/2015 | Início: 10:00 h | Término: 13:35 h |
| Local: Sede da Colônia Z-21 em São Fidélis – RJ | | |
| Objetivo: Estabelecer uma metodologia viável para o desenvolvimento do estudo de desembarque pesqueiro que retratará o impacto da UHE Itaocara I. | | |

SÍNTESE

A reunião foi iniciada com a apresentação individual dos 13 participantes.

O Sr. Pompílio lembrou a última reunião em que estava presente o IBAMA, o Consórcio UHE Itaocara e a Colônia Z-21, momento que sugeriu um novo encontro junto à Universidade que realizará o estudo de desembarque pesqueiro, com a finalidade de tomarem conhecimento de como se dará o controle e medição da pesca, visto que são especialistas nesse método de pesquisa e melhores indicados a responder sobre o mesmo. Citou que após essa reunião surgiu o questionamento entre ele e os pescadores a respeito da ocasião em que a pesquisa será aplicada, antes, durante ou depois da construção da UHE Itaocara I, pois a preocupação é se a indenização ocorrerá somente após a construção, pois acreditam que nesse período já terá sucedido diversos impactos aos pescadores.

O Sr. Mário explicou que o estudo tem o objetivo de dimensionar a perda que o pescador terá com a UHE Itaocara I e o responsável em mediar entre o impacto gerado e a indenização adequada será o IBAMA. Mencionou que já foi estabelecido o pacto entre eles que garantiu a realização do estudo de desembarque pesqueiro e a presente reunião era para estabelecer o parâmetro mais confiável de identificação e dimensionamento da perda, não competindo discutir sobre mitigação ou compensação sem uma base de discussão.

O Sr. Pompílio debateu que só se consegue dimensionar a perda ao final do processo.

O Sr. Mário esclareceu que não se sabe qual é o impacto e para conhecê-lo é necessário o levantamento de dados durante esses 3 anos de construção da UHE Itaocara I para assim ter o valor real.

O Sr. Sirley expos sua apreensão, alegando que poderá ter danos para toda a vida, que será indenizado em um instante e tempos depois poderá estar sofrendo outro tipo de impacto. Falou ainda sobre o momento de Piracema que acontecerá durante a obra da UHE Itaocara I, e por tanto, perguntou o que será feito quanto à essa ocorrência.

O Sr. Mário respondeu que se faz importante pesquisar todo o período de 3 anos da construção da UHE Itaocara I para constatar quais as ocorrências em cada momento estudado.

O Sr. Gesael informou que no período da construção da UHE Itaocara I impossibilita a atividade pesqueira no local, então não sabe o que poderá fazer a partir desse quadro.

O Sr. Sirley comentou que aceita a realização do estudo de desembarque pesqueiro, mas não concorda com o cronograma de realização recomendado pela UHE Itaocara I.

O Sr. Pompílio sugeriu que a equipe da Universidade se apresentasse.

O Sr. Luiz Gustavo explicou que a equipe é responsável somente em realizar o estudo, informando que o IBAMA é o responsável por mediar a negociação de acordo com a resposta do estudo, salientando que não possuem nenhum poder de direcionar o Consórcio UHE Itaocara para determinar o tipo de negociação. Informou ainda que o objetivo do estudo é refletir qual a situação da pesca e dos pescadores para assim repassar para a UHE Itaocara e servir de base de tomadas de decisões.

O Sr. Geraldo informou que a partir desse estudo há a possibilidade de inserir os pescadores num quadro de Políticas Públicas, mas para isso é imprescindível ter informações a respeito de cada situação estudada, pois para a tomada de decisão é necessário uma base de dados. A intenção da reunião foi mostrar o que a equipe de pesquisadores idealizou, colher as sugestões dos pescadores e incorporar no método de estudo. Sugeriu ainda que o estudo seja realizado com base nos cadastros já existentes na Colônia e nas Associações de pescadores.

O Sr. Sirley sinalizou que na Colônia já existe o cadastro dos pescadores da região e que há de se ter o cuidado para os mesmos não confundirem e acabar surgindo novos pescadores para serem cadastrados.

O Sr. Luiz Gustavo informou que a ideia é fazer a pesquisa junto a locais onde existem Associações e Colônia de pescadores justamente por esse fato.

O Sr. Andrei esclareceu que o estudo será feito com toda a idoneidade e que será feito dentro de um período determinado para acompanhar os pescadores antes do processo indenizatório, constatando cada momento vivenciado por esses.

O Sr. Sirley falou de sua preocupação de como será realizada essa pesquisa, como será repassada à eles, acreditando que haverá dificuldade em realiza-la na região.

O Sr. Pompílio opinou que o ideal seria cadastrar os pescadores a partir do Banco de dados existente na Colônia ao qual já está descrito quais são os verdadeiros pescadores, e ainda perguntou qual é a fidelidade dessa amostragem?

O Sr. Andrei relatou que a equipe idealiza acompanhar um grupo de pescadores ou então acompanha-los num determinado trecho do rio.

O Sr. Sirley argumentou que esse estudo vai gerar uma estatística e não um desembarque pesqueiro e por esse motivo acredita que vai ser difícil de se realizar.

O Sr. Mário apontou que essa é uma tarefa exigida pelo IBAMA desde 2013.

O Sr. Andrei dissertou que a realidade demanda tempo e paciência e que o objetivo é retratar o quadro mais fiel de como é a situação da pesca dessa região nas diversas situações, como por exemplo, a seca atual.

O Sr. Mário informou que trouxe a equipe da Universidade para recomeçarem esse processo, para auxiliá-los na melhor metodologia a ser aplicada no estudo.

O Sr. Pompílio informou que a Colônia é formada por pescadores de 9 regiões, muito ampla, e por isso perguntou se a equipe possui condições para realizar o estudo, se há suporte financeiro, material e humano.

O Sr. Luiz Gustavo relatou que terá vários momentos distintos de estudo, e que o IBAMA quem irá norteá-los. E no quadro da UHE Itaocara I terão dois momentos que é anterior e posterior à operação. O primeiro passo é conhecer cada pescador pelo cadastro que diz quantas vezes por semana cada um dos pescadores estará pescando e a partir disso comparar com a prática, verificar as informações que constam no cadastro na realidade, com trabalho de campo nos dias em que estarão na atividade pesqueira.

O Sr. Pompílio concorda com a ideia da UHE que cada pescador tenha uma realidade distinta, mas a dúvida do pescador é se a indenização vai ser justa de acordo com cada pesquisado. Acredita que a estatística gerada poderá representar os que talvez não tenha sido identificado.

O Sr. Geraldo disse que o estudo tem que ter capacidade de formar outras formas de vida além da condição de pescador. Cada local tem sua realidade. Pode já existir hoje pessoas, jovens que tenham o objetivo de sair da atividade pesqueira. Temos que pensar na estrutura de cada comunidade de acordo com suas características e que esse impacto seja o menor possível.

O Sr. Pompílio falou que já haviam pensado na ideia de cursos de capacitação para os pescadores. Mas a reunião, segundo ele, foi para falar sobre o tempo em que serão indenizados, que em reunião realizada na Colônia Z 21 com os pescadores no dia 17/07/2015 foi unânime entre os participantes que não concordam em receber depois do impacto.

O Sr. Luiz esclareceu que sobre essa temática deverão discutir com o IBAMA e o Consórcio, pois estavam presentes na reunião para idealizar um parâmetro ideal a ser utilizado na pesquisa.

O Sr. Andrei disse que acredita que o antes e o depois da construção da UHE Itaocara I não pode ser considerado como parâmetro para seguir uma indenização. O antes por vezes pode trazer resultados para nortear o depois.

O Sr. Pompílio falou que está se baseando no discurso do Sr. Mário que o objetivo do estudo é apurar essa realidade para poder indenizar justamente, mas a dúvida gerada é como esse estudo será realizado.

A Sra. Emanuela questionou se o impacto social será indenizado.

O Sr. Mário respondeu que foi identificado o impacto pesqueiro pelo IBAMA e por esse motivo contataram a equipe da Universidade São João Del Rei, para realizar o estudo para saber o impacto

gerado na renda dos pescadores. Caso houver outro tipo de impacto deverá ser estudado e nesse momento estamos discutindo a razão da perda da pesca.

O Sr. Geraldo explicou que o estudo é para se tomar conhecimento do perfil do pescador do rio Paraíba do Sul que será impactado pela construção da UHE Itaocara I. Toda informação que cada pescador passar para a equipe de pesquisadores, até aquele momento será verídico, mas em certas perguntas encontradas no questionário poderá ser confirmada a veracidade através da coerência entre a primeira e a segunda resposta. Objetivamos descobrir o grau de dependência de cada um com a pesca, pois acreditam que poderá existir pescadores com outras fontes de renda ou outras atividades. Não é necessário entrevistar todos, basta apanhar um pequeno grupo e a partir daí pode-se encontrar a realidade de uma determinada localidade e essa média se refletirá para o total. É gerar a possibilidade para o futuro. Por isso o estudo tem que ter caráter científico. Ao final do estudo, os resultados irão ser entregues a todos os envolvidos nesse cenário, mas a definição da mitigação será feita por outra instância.

O Sr. Pompílio perguntou para os pesquisadores qual será o próximo passo.

O Sr. Luiz Gustavo respondeu que é definir os locais onde poderá ser realizado o cadastramento e assim iniciá-lo.

O Sr. Sirley indagou se todos os pescadores serão cadastrados, inclusive os que não são filiados à Colônia Z 21.

O Sr. Luiz Gustavo apontou que a abertura de estudo é para todos que alegarem a pesca como atividade, seja profissional, amador ou por esporte.

O Sr. Andrei sinalizou que existem os pescadores que são aposentados, já com uma renda fixa, então o impacto será da pesca e portanto, o estudo irá identificar a partir do cadastro, a origem da renda e as atividades desenvolvidas por este.

O Sr. Pompílio declarou que as situações indenizatórias que ficarem muito distantes da justiça, caberá entrar em discussão mais a fundo, pois a partir do estudo aparecerá um pescador ativo e outro menos ativo, e ainda poderá aparecer um muito além do ativo ou até mesmo um muito abaixo e o valor da indenização poderá não ser satisfatório. Como é um tipo de estudo novo, permanece o receio.

O Sr. Sirley indagou se há a possibilidade do Consórcio UHE Itaocara disponibilizar bolsas de estudo ou contratar filhos de pescadores para estar atuando junto à equipe de pesquisadores.

O Sr. Luiz Gustavo informou que em suas equipes de pesquisa sempre há um pescador da região para acompanhá-los. Sendo a equipe contratada, a verba será repassada para a Fundação da Universidade e poderão indicar o valor destinado para a contratação destes, ou até então a própria Universidade poderá destinar a verba para tal contratação, mas é uma questão administrativa, não depende deles para a decisão final, mas acredita-se que tal contratação gera um certo conforto à comunidade, já que terá um conhecido na equipe.



O Sr. Andrei continuou o discurso, concordando em dizer que a equipe ganha confiança do pescador vendo que um deles faz parte desse processo.

O Sr. Mário argumentou que a intenção é de negociar da melhor forma possível, e não agir à força.

O Sr. Pompílio falou que o objetivo sempre é a conversa, mas quando se esgota a solução, a única saída é recorrer à justiça. Informou que tentarão buscar a melhor solução, a mais aceitável por todos os pescadores.

O Sr. Mário esclareceu que o objetivo do Consórcio é pagar o valor mais justo possível.

O Sr. Pompílio perguntou se o estudo será apresentado previamente aos pescadores.

O Sr. Luiz Gustavo respondeu que todos os envolvidos nesse processo serão comunicados assim que o estudo for iniciado.

O Sr. Mário explicitou que o Consórcio UHE Itaocara prevê o início da pesquisa de desembarque pesqueiro para janeiro de 2016.

O Sr. Sirley questionou se os pescadores com atividade em Santo Antônio de Pádua terão impacto com a construção da UHE Itaocara I.

O Sr. Mário debateu que terão impactos os pescadores que pesam no rio Paraíba do Sul e o estudo será realizado com aqueles que possuem atividade pesqueira nos locais onde a construção da UHE Itaocara causará danos, e deixou claro que também expos a mesma informação aos que estavam presentes na última reunião em Paraquena com os associados da ASPASA.

O Sr. Pompílio explicou que iniciou seu trabalho em 2012 reunindo as Associações de pescadores da região que será impactada e apresentando seu foco de trabalho. Informou que a única Associação que não firmou parceria com o mesmo foi a de Paraquena, então salientou que caso tenha acordo, os associados à ASPASA serão tratados separadamente.

A Sra. Emanuela perguntou se o futuro reservatório poderá ser utilizado para a pesca, e ainda sugeriu uma reunião em São Sebastião do Paraíba com os pescadores dessa região.

O Sr. Mário esclareceu que o reservatório se tornará local público e para se definir o uso viável do mesmo, será contratada uma empresa por parte do Consórcio, para elaborar, em até 4 meses antes da formação do reservatório, um plano chamado PACUERA que diz como e por quem o reservatório poderá ser utilizado, sendo este plano realizado com a participação dos órgãos dos municípios envolvidos e também da sociedade. Informou ainda que o Consórcio está mobilizando a equipe ambiental que atuará nos 43 programas do PBA inclusive a equipe de comunicação com o objetivo de proporcionar melhor atenção aos atingidos de forma geral.

A Sra. Emanuela perguntou se todos os atingidos serão indenizados quando o reservatório já estiver formado.

O Sr. Mário esclareceu que deverá desocupar toda a área e indenizar 100% dos atingidos antes de se formar o reservatório.

A Sra. Emanuela indagou sobre a avaliação das propriedades e ainda, se o impacto social será indenizado.

O Sr. Mário falou que a avaliação será feita pela Norma Técnica. E a respeito do impacto social informou que não há a possibilidade de dimensionar o impacto social gerado.

O Sr. Sirley citou sua preocupação no tempo que o reservatório será formado.

O Sr. Mário explicou que a previsão de enchimento do reservatório é de 45 dias, e esse processo é feito através de uma modelagem de água para evitar a mortandade de peixe, sendo esse o tempo suficiente para não gerar problema no trecho abaixo do eixo da Usina. Informou ainda que a Concessão é válida por 25 anos, sendo que de 4 em 4 anos o IBAMA exige novas condicionalidades a ser cumprida pelo Consórcio, e a Licença de Operação é válida por 4 anos, e com isso finalizou a reunião esclarecendo aos participantes que aqueles que se sentirem impactados deverão procurar o IBAMA que como órgão fiscalizador irá estabelecer ao Consórcio ações para solucioná-los.

LISTA DE PRESENÇA



LISTA DE PRESENÇA Reunião com Pescadores da Colônia Z-21

Data: 05/08/2015 Início: 08h Término: 11h

Local: Sede da Colônia Z-21 - São Félix

Instituições participantes: - Consórcio UHE Itaocara
- Colônia Z-21
- UFSJ

| Nº | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|-----------------------------------|-------------|------------|----------------|-----------------------|
| 1 | Everson de Siqueira | | Presidente | (35) 3323-2054 | everson@colz21.org.br |
| 2 | Y Alteson de Castro | | PRD Lado | | |
| 3 | Renan dos Santos Rufino | | PERCADO | | |
| 4 | Miguel Antonio da Silva | | | | |
| 5 | Julio de Souza Costa Colônia Z-21 | | Presidente | (35) 2726-1956 | |
| 6 | JOSÉ JOSÉ DOS SANTOS | | | | |
| 7 | Genal de Almeida Costa | ASSOCIAÇÃO | Pescado | 982323729 | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |

Gerenciamento de Comunicação - Consórcio UHE Itaocara 1/1



LISTA DE PRESENÇA

Reunião com Pescadores da Colônia Z-21

Data: 05/08/2016 Início: 10h Término: 13:00h

Local: Sede da Colônia Z-21 - São Félix

Instituições participantes: - Consórcio UHE Itacara
- Colônia Z-21
- UFESJ

| Nº | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|---------------------------|--------------------------|--------------------|----------------|------------------------------------|
| 1 | MARIO TOLENTINO | UHE ITACARA | Gerente | 22 98126 0105 | mario@consorcio.uhe.itacara.com.br |
| 2 | PATRICIA GUIMARÃES | ADVOGADA DA COLÔNIA Z-21 | ADVOGADA | (32) 3493-7169 | patriciaguimaraes@ig.com.br |
| 3 | Luiz Gustavo | UFESJ | PROFESSOR | (31) 3392-8969 | luizsilva@ufesj.edu.br |
| 4 | Andrey Castro | UFESJ | Professor | (31) 7986 3736 | andrey.castro@ufesj.edu.br |
| 5 | GERALDO AUGUSTO MARI | UFESJ / UFMG | TELEFONE 4441 | (31) 4954 2479 | geraldoaugusto@ufesj.edu.br |
| 6 | Samara dos Santos Almeida | UHE Itacara | Analista Ambiental | (32) 3651-2800 | samara@uhec.com.br |
| 7 | | | | | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |

REGISTRO FOTOGRÁFICO







Itaocara, 30 de junho de 2011

Nossa correspondência: 088/ IT / 2011 - AMB

A

APPROSAP
Rua Tobias Gomes da Costa, 215 – Bairro: Farol
Santo Antônio de Pádua - RJ

Ilmo. Sr. José Francisco Melo

Referência: Consórcio UHE Itaocara

Assunto:

Memória de Reunião

Prezado Senhor,

Vimos por meio desta, conforme previamente acertado, apresentar-lhes a memória da reunião realizada entre o Consórcio UHE Itaocara, a Colônia de Pescadores Z-21 e representantes das associações de pescadores do entorno do reservatório, no dia 13 de junho de 2011, na Cabana do Peixe Frito, em Itaocara.

Informamos ainda, que nossa próxima reunião de trabalho será realizada no dia 06 de julho de 2011, quarta-feira às 10 horas na Cabana do Peixe Frito. Entraremos em contato para os acertos referentes ao transporte dos participantes até o local da reunião.

Agradecemos antecipadamente a atenção despendida, e colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,


Redelvim Dumont Neto
Coordenador de Meio Ambiente
Consórcio UHE Itaocara

Realiz. 01/11/2011
JOSÉ FRANCISCO MELO



Itaocara, 30 de junho de 2011

Nossa correspondência: 088/ IT / 2011 - AMB

À

Associação de Pescadores de Pedra Furada
Pedra Furada – Pirapetinga – MG

Ilmo. Sr. Antônio Teixeira Pinto

Referência: Consórcio UHE Itaocara

Assunto:

Memória de Reunião

Prezado Senhor,

Vimos por meio desta, conforme previamente acertado, apresentar-lhes a memória da reunião realizada entre o Consórcio UHE Itaocara, a Colônia de Pescadores Z-21 e representantes das associações de pescadores do entorno do reservatório, no dia 13 de junho de 2011, na Cabana do Peixe Frito, em Itaocara.

Informamos ainda, que nossa próxima reunião de trabalho será realizada no dia 06 de julho de 2011, quarta-feira às 10 horas na Cabana do Peixe Frito. Entraremos em contato para os acertos referentes ao transporte dos participantes até o local da reunião.

Agradecemos antecipadamente a atenção despendida, e colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

Redelvin Dumont Neto
Coordenador de Meio Ambiente
Consórcio UHE Itaocara

Recebido 1-7-2011
Antônio Teixeira Pinto



Itaocara, 30 de junho de 2011

Nossa correspondência: 088/ IT / 2011 - AMB

À

Associação de Pescadores Artesanais de Santo Antônio de Pádua
Paraoquena – Santo A. de Pádua - RJ

Ilmo. Sr. Valdecir de Souza

Referência: Consórcio UHE Itaocara

Assunto:

Memória de Reunião


Prezado Senhor,

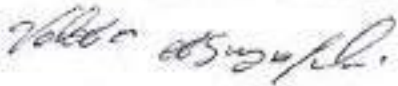
Vimos por meio desta, conforme previamente acertado, apresentar-lhes a memória da reunião realizada entre o Consórcio UHE Itaocara, a Colônia de Pescadores Z-21 e representantes das associações de pescadores do entorno do reservatório, no dia 13 de junho de 2011, na Cabana do Peixe Frito, em Itaocara.

Informamos ainda, que nossa próxima reunião de trabalho será realizada no dia 06 de julho de 2011, quarta-feira às 10 horas na Cabana do Peixe Frito. Entraremos em contato para os acertos referentes ao transporte dos participantes até o local da reunião.

Agradecemos antecipadamente a atenção despendida, e colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,


Redelvim Dumont Neto
Coordenador de Meio Ambiente
Consórcio UHE Itaocara

recebido 02/07/2011




Itaipava, 30 de junho de 2011

Nossa correspondência: 088/ IT / 2011 - AMB

À

Associação de Pescadores de São Sebastião do Paraiba
São Sebastião do Paraiba - Cantagalo - RJ

Ilmo. Sr. Ernane Bastos

Referência: Consórcio UHE Itaipava

Assunto:

Memória de Reunião


Prezado Senhor,

Vimos por meio desta, conforme previamente acertado, apresentar-lhes a memória da reunião realizada entre o Consórcio UHE Itaipava, a Colônia de Pescadores Z-21 e representantes das associações de pescadores do entorno do reservatório, no dia 13 de junho de 2011, na Cabana do Peixe Frito, em Itaipava.

Informamos ainda, que nossa próxima reunião de trabalho será realizada no dia 06 de julho de 2011, quarta-feira às 10 horas na Cabana do Peixe Frito. Entraremos em contato para os acertos referentes ao transporte dos participantes até o local da reunião.

Agradecemos antecipadamente a atenção despendida, e colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,


Redelvim Dumont Neto
Coordenador de Meio Ambiente
Consórcio UHE Itaipava

Recebi 04/10/2011
Ernani Bastos



Itaocara, 30 de junho de 2011

Nossa correspondência: 088/ IT / 2011 - AMB

À

Colônia de Pescadores Z-21
Rua Sacramento nº347 – Centro
CEP: 28400-000 – São Fidélis

Ilmo. Sr. Sirley de Souza Omelas

Referência: Consórcio UHE Itaocara

Assunto:

Memória de Reunião

Prezado Senhor,

Vimos por meio desta, conforme previamente acertado, apresentar-lhes a memória da reunião realizada entre o Consórcio UHE Itaocara, a Colônia de Pescadores Z-21 e representantes das associações de pescadores do entorno do reservatório, no dia 13 de junho de 2011, na Cabana do Peixe Frito, em Itaocara.

Informamos ainda, que nossa próxima reunião de trabalho será realizada no dia 06 de julho de 2011, quarta-feira às 10 horas na Cabana do Peixe Frito. Entraremos em contato para os acertos referentes ao transporte dos participantes até o local da reunião.

Agradecemos antecipadamente a atenção despendida, e colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

Redelvim Dumont Neto
Coordenador de Meio Ambiente
Consórcio UHE Itaocara

13/06/2011
Paulo José de Souza



Itaocara, 30 de junho de 2011

Nossa correspondência: 088/ IT / 2011 - AMB

À

Associação de Pescadores de Porto dos Santos
Porto Marinho
Itaocara - RJ

Ilmo. Sr. Josias Sabino Pinto de Faria

Referência: Consórcio UHE Itaocara

Assunto:

Memória de Reunião


Prezado Senhor,

Vimos por meio desta, conforme previamente acertado, apresentar-lhes a memória da reunião realizada entre o Consórcio UHE Itaocara, a Colônia de Pescadores Z-21 e representantes das associações de pescadores do entorno do reservatório, no dia 13 de junho de 2011, na Cabana do Peixe Frito, em Itaocara.

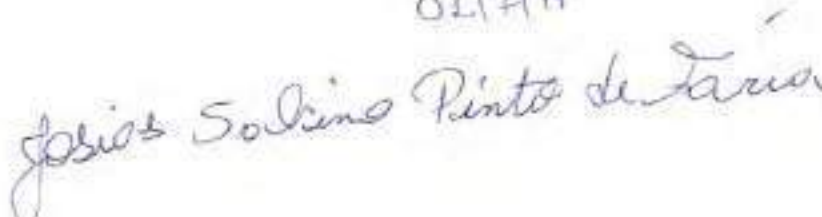
Informamos ainda, que nossa próxima reunião de trabalho será realizada no dia 06 de julho de 2011, quarta-feira às 10 horas na Cabana do Peixe Frito. Entraremos em contato para os acertos referentes ao transporte dos participantes até o local da reunião.

Agradecemos antecipadamente a atenção despendida, e colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,


Redelvim Dumont Neto
Coordenador de Meio Ambiente
Consórcio UHE Itaocara

Recebido
02/7/11





Itaocara - RJ, 25 de novembro de 2015
Nossa correspondência: 213/IT/2015 - ADM

Contém 6 Páginas

Cópia

Recebido em 27/11/2015

Por: _____

CPF/MF: 027.086.187-41

Sirley de Souza Almeida
Assinatura

À
Associação de Moradores das Comunidades de São Sebastião da Cachoeira e São Pedro de Alcântara

Sra. Jucléia Monteiro Martins – DD. Presidente

Associação de Moradores, Produtores, Meeiros e Amigos dos atingidos pela barragem em Aperibé

Sr. Vinicius Lugão - DD. Presidente

Nova Associação de Moradores, Pescadores, Produtores Rurais, Artesãos e Amigos de Porto Marinho e adjacências – NAMPPRAA.

Sr. David Honório da Costa Coelho - DD. Presidente

Associação de Pescadores de Pedra Furada – ASPEF

Sr. Antônio Teixeira Pinto - DD. Presidente

Colônia de Pescadores Z-21

Sr. Sirley Ornelas - DD. Presidente

Associação de Moradores e Pescadores de São Sebastião do Paraíba.

Sr. Ernani Bastos - DD. Presidente

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Secretaria Estadual de Minas Gerais

Rua Magnólia, n. 584 - Pedro II – Belo Horizonte - MG

Fone: 31 3392-2660 | E-mail: secretariamabmg@yahoo.com.br

Referência: Pauta de Reivindicações recebida em 17.11.2015

Assunto: Informações – Programas Desenvolvidos – Desenvolvimento Sustentável

Prezada Sra. Presidente e Senhores Presidentes,

Com as nossas mais corteses saudações, vimos a honrosa presença de Vossas Senhorias informar-lhes que em 17.11.2015 recebemos a "Pauta de Reivindicações"

anexa.

Consórcio UHE Itaocara

Avenida Marechal Floriano, 188, 2º andar, corredor D – Bloco 1 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.080-002 – (21) 2211 - 2607
Rua Marechal Floriano Peixoto, 152 – Jardim da Aldeia – Itaocara/RJ – CEP 26.570-000 – 0800-262-2974 – (22) 3361-2800



Em razão do recebimento do expediente e, bem assim, em atenção as diretrizes institucionais do Consórcio UHE Itaocara, no sentido de dar transparência ao desenvolvimento das ações para a implantação da UHE Itaocara I, nos aprez informar a Vossas Senhorias que a pretensão arguida fora criteriosamente analisada, a partir do que temos os apontamentos a seguir para os pleitos constantes dessa "Pauta de Reivindicações".

Pois bem,

O primeiro dos requerimentos da "Pauta de Reivindicações" pleiteia que todas as famílias atingidas participem do processo de elaboração da metodologia e do cadastro e, após definição dessa metodologia, que todos os atingidos sejam informados quanto aos procedimentos às negociações, assim como informados das obras, programas e acordos estabelecidos com o Poder Público em relação ao empreendimento. Some-se a isso a reivindicação de seja adotada como metodologia para negociação dos imóveis a forma coletiva.

Em relação a essa primeira reivindicação, temos a informar que a implantação do UHE Itaocara I não se trata de um projeto recente, mas de um projeto exaustivamente analisado, sendo que, inclusive, todos os procedimentos para a realização dos cadastros socioeconômicos das famílias afetadas pelo empreendimento, assim como igualmente as metodologias para tais cadastros e para o remanejamento da população inserida na poligonal do empreendimento, foram por um largo tempo debatidas com as Comunidades afetadas. Tanto é assim, que entre agosto de 2011 e julho de 2012 foram realizadas, pelo menos, 17 (dezessete) reuniões junto a essas Comunidades, por meio das quais restou pactuado entre os munícipes e o empreendedor diversas obrigações deste, dentre as quais, especificamente quanto ao tema em debate, destacamos:

- Propiciar condições que permitam a recomposição das condições sociais e econômicas das famílias;
- Integrar as famílias afetadas no processo de remanejamento, privilegiando alternativas que sejam compatíveis com suas necessidades;



- Identificar e minimizar impactos decorrentes da execução do remanejamento e, caso necessário, estabelecer medidas mitigatórias e/ou compensatórias;

Veja-se, portanto, que não há qualquer evasão do Consórcio UHE Itaocara quanto a negociação com a comunidade local para o estabelecimento de forma coletiva dos critérios a serem empregados no remanejamento populacional; ao contrário, tais critérios foram definidos em conjunto com as Comunidade afetadas e com razoável antecedência ao início das obras de implantação da UHE Itaocara I.

Some-se a isso, e o que já responde a terceira, quinta e a sexta das reivindicações, que dentre em as próximas semanas será dado início ao Programa de Gestão Institucional¹, por meio do qual serão ordinariamente debatidos os andamentos de todos os programas socioambientais da UHE Itaocara I, o qual deverá contar com representantes deste Consórcio, dos Poderes Públicos das mais variadas esferas e sociedade civil organizada, com o escopo especial de que essas discussões otimizem a melhoria na implantação de todos programas previstos.

Por outro lado, já no que toca aos andamentos dos programas socioambientais previstos para a implantação da UHE Itaocara I, dentre os quais se insere o programa de remanejamento populacional, aprez destacar que só recentemente, especificamente em 23 de outubro de 2015, é que o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público fora finalmente firmado entre o Ministério de Minas e Energia e este Consórcio, de modo que, portanto, só a partir de então é que efetivamente se teve a certeza formal quanto a implantação do empreendimento. E a partir disso, é que a implantação de parte dos programas socioambientais foram iniciados, não obstante – por conta e risco deste Consórcio – outros programas já haviam sido iniciados antes desse marco.

¹ Do Programa de Gestão Institucional da UHE Itaocara I, destacamos como principais atividades a serem desenvolvidas: *i)* articulação institucional e consolidação do grupo técnico de articulação intermunicipal (GT); *ii)* cursos de gestão de programas para gestores públicos em elaboração de projetos; *iii)* consolidação de Planos de Ações Municipais e estabelecimento de Termos de Compromisso com as Prefeituras para execução dos projetos; *iv)* monitoramento da influência nos serviços públicos e implementação de medidas Emergenciais; e, dentre outras atividades, o *v)* apoio na elaboração dos Planos Diretores municipais.

E quanto a publicização dos andamentos desses programas e, bem assim, inserção da Comunidade local no desenvolvimento dos mesmos, cumpre esclarecer que desde 5 de outubro de 2015, atendendo ao Programa de Comunicação Social da UHE Itaocara ² e ao Programa de Estímulo à Participação da População Atingida³, este Consórcio já conta com equipe especializada e experiente na Comunicação Social de empreendimentos desta natureza, a qual já está interagindo e estimulando a interação nas Comunidades afetadas e, bem assim, prepara material e eventos próprios com o objetivo de manter toda a região de influência do empreendimento informada de cada passo da implantação das obras da UHE Itaocara I e, por conseqüências, dos mais de 43 programas socioambientais, dentre os quais destacamos:

- Gestão fundiária;
- Interferência com Atividades Minerárias;
- Acompanhamento da População Atingida⁴;
- Plano de Assistência Social;
- Programa de Educação Ambiental⁵;
- Readequação da Atividade Pesqueira;
- Realocação de Cemitérios;
- Realocação Estruturas e Saneamento;
- Reativação Atividades Econômicas e Geração de Renda;
- Resgate e Valorização dos Aspectos Culturais.

² Do Programa de Comunicação Social da UHE Itaocara I, destacamos como principais atividades e as quais já se encontram em desenvolvimento: *i*) o mapeamento, mobilização e atualização de públicos; *ii*) o diagnóstico de demandas das comunidades; *iii*) sistema de ouvidorias; *iv*) visitas e reuniões informativas; *v*) ações com a imprensa; e, dentre outras atividades, a *vi*) elaboração e distribuição do material informativo.

³ Do Programa de Estímulo à Participação da População Atingida, destacamos como principais atividades, as quais já se encontram em andamento: *i*) articulação e mobilização social; *ii*) aplicação de Diagnósticos Rápidos e Participativos; *iii*) criação e estruturação de Grupos de Trabalhos (média de 15 participantes por município); *iv*) cursos à formação de lideranças; e, dentre outras atividades, *v*) cursos de gestão de políticas participativas.

⁴ Do Programa de Acompanhamento da População Atingida pela UHE Itaocara I, destacamos como principais atividades e as quais já se encontram em desenvolvimento: *i*) Cadastro e acompanhamento permanente de todos os envolvidos; *ii*) Elaboração de Planos de Assistência Social aprovados pelo CEAS/MG (Resolução nº 422/2012) / Adequado conforme Resolução nº 498/2014 e entregue em julho/2015 / Atendendo a Lei Estadual 12.812/2012 – MG; *iii*) Monitoramento dos impactos socioeconômicos sobre a população da área de influência direta; *iv*) Postos de Atendimento Social (PAS); *v*) PAS com sede em Pedra Furada desde fevereiro de 2013; e, dentre outras atividades, *vi*) PAS Itinerante.

⁵ Do Programa de Educação Ambiental da UHE Itaocara I, destacamos como principais atividades e as quais estão em vias de serem iniciadas: *i*) Articulações com o Poder Público e Entidades Locais; *ii*) Oficinas de Diagnóstico Rápidos Participativos; *iii*) Laboratórios Audiovisuais: Fotografias e Vídeos; *iv*) Criação do Observatório Socioambiental em interação com o Programa de Estímulo à Participação da População; *v*) Mostra fotográfica e de vídeo; e, dentre outras atividades, *vi*) elaboração da publicação do Observatório Socioambiental.

Já o segundo dos requerimentos da "Pauta de Reivindicações" pugna que todas as categorias de afetados pelo empreendimento sejam protagonistas e participem na definição de seus direitos, além de sejam a eles atribuídos tratamentos igualitários de acordo com o grupo em que se inserem.

No que toda a reivindicação em apreço, além do alhures já dissertado quanto a participação popular no processo de implantação da UHE Itaocara I, inclusive no estabelecimento das benesses a lhes serem conferidas, temos a destacar que essas reuniões realizadas entre agosto de 2011 a julho de 2012 também serviram de piso para o estabelecimento dos programas socioambientais previstos para o empreendimento, especialmente para o programa de remanejamento populacional. E para somar aos debates havidos nas reuniões destacadas, este Consórcio, ainda, promoveu entre fevereiro de 2013 a outubro de 2015 diversos estudos técnicos, os quais tiveram como norte o quanto disposto no Decreto n. 7.342/2010, na Lei n. 12.812/1998 do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções CEAS/MG ns 317 e 318/2010 e na Portaria Interministerial n. 340/2012.

A partir disso, não nos resta dúvida de que todas as famílias e atividades laborais até então desenvolvidas e que serão atingidas pelo empreendimento estão devidamente enquadradas e serão contempladas pelas benesses do Plano Básico Ambiental da UHE Itaocara I. A mero título de exemplo quanto a esses enquadramentos, destacamos abaixo um quadro exemplificativo:

| Grupo | Grupo A | Grupo B | Grupo C | Grupo D | Grupo E |
|------------|--|--|--|--|--|
| Benefícios | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Não Proprietários e residentes em áreas rurais, incluindo as suas atividades produtivas. Programa de São Sebastião da Caldeira Parcela Esportiva | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Não Proprietários residentes que não possuem a propriedade e não estão inscritos no sistema. Não Proprietários não residentes que não possuem a propriedade, mas possuem, atualmente, estabelecimento comercial em por onde são casados e estão a área de propriedade por área de agricultura, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Não Proprietários residentes que não possuem a propriedade, mas possuem, atualmente, estabelecimento comercial em por onde são casados e estão a área de propriedade por área de agricultura, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. |
| Benefícios | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. |
| Benefícios | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. | <ul style="list-style-type: none"> Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. Programa de avaliação dos impactos ambientais, que inclua a área por produção agrícola, presente no local. |



Ainda, o quarto dos requerimentos reivindica que o canteiro de obras da UHE Itaocara I seja instalado somente após a reparação de todos os atingidos e a reestruturação completa de todos os municípios.

Quanto a este item da reivindicação, especificamente quanto a estruturação dos municípios abrangidos pelo empreendimento, conforme já antecipamos, todas as peculiaridades desses municípios direta ou indiretamente afetadas ao empreendimento serão objetos de ordinários debates no Programa de Gestão Institucional, em vias (nas próximas semanas) de ser iniciado.

Por outro lado, já no que diz respeito a instalação do canteiro de obras do empreendimento, temos a destacar que de modo a adequar a implantação da UHE Itaocara I ao seu cronograma aprovado pelo Governo Federal, referidas instalações serão fixadas oportunamente, o que, todavia, não mitiga em absolutamente nada o desenvolvimento dos programas socioambientais do empreendimento, especialmente porque há previsão de um razoável transcurso de tempo entre o início e conclusão das obras próprias.

Sendo estes os esclarecimentos que respeitosamente entendemos sanar as reivindicações erigidas, colhemos a oportunidade para renovar-lhes protestos de estima e apreço e, bem assim, reiterar nossa disposição para eventuais esclarecimentos.

Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara



MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

Secretaria Estadual Minas Gerais
Rua Magnólia, 584 – Bairro Pedro II
Fone: (31) 3392.2660
Email: secretariamabmg@yahoo.com.br
Site: www.mabnacional.org.br

Itaocara, 17 de novembro de 2015

Para Consórcio Itaocara (CEMIG/LIGHT)

O Consórcio Itaocara que pretende construir o projeto UHE Itaocara I, há algum tempo iniciou suas atividades. Já existem equipes nas comunidades, e o consórcio já está em negociação com os poderes públicos locais, estaduais e federais. Porém já identificamos direitos humanos violados: direito à informação, à negociação coletiva, plena participação, tratamento igualitário, entre outros. Por esse motivo, as famílias ameaçadas por esse empreendimento vem apresentar esta pauta de reivindicações:

1. A construção de uma metodologia de negociação coletiva e de um novo cadastro das famílias.
 - 1.1 Todas as famílias atingidas devem participar do processo de elaboração da metodologia e cadastro.
 - 1.2 Após a definição da metodologia todos os atingidos devem ser devidamente informados sobre os procedimentos, medidas e passos da negociação.
 - 1.3 Além da metodologia de negociação coletiva, deve ser elaborado uma forma de garantir que todos os atingidos tenham informações sobre as obras, programas, prazos, e acordos estabelecidos com o poder público.
2. Definir as formas de reparação com a participação direta dos atingidos.
 - 2.1 As diversas categorias de atingidos (proprietários, meeiros, diaristas, pescadores, extrativistas, arrendatários, entre outros) devem ser protagonistas na definição do seus direitos. Eles devem participar da decisão do local e qualidade do reassentamento, valores por categorias das terras atingidas, tamanho e modelos de casas, formas de reativação econômica, valores de indenização e outras formas de reparação.
 - 2.2 Todos da mesma categoria devem ter os mesmos direitos garantidos.
3. Reestruturação dos municípios atingidos principalmente Aperibé e Itaocara, no que diz respeito a capacidade de atendimento em hospitais, construção de escolas, especulação imobiliária, aumento da violência e drogas, violência contra as mulheres e áreas de lazer e cultura.
 - 3.1 As populações dos municípios também devem participar das definições das medidas necessárias para a reestruturação.
4. A instalação do canteiro de obras deve ser iniciada somente após a reparação de todos os atingidos e a reestruturação completa de todos os municípios para que não haja mais violações de direitos.
5. O consórcio deve garantir recursos para a organização, mobilização e participação efetiva das famílias atingidas em todo o processo de negociação dos direitos. Inclusive para contratação de equipes técnicas e assessorias diversas.
6. Diante dessas várias demandas deve ser instalada uma mesa permanente de diálogo com a participação do Movimento dos Atingidos por Barragens, representantes das comunidades, dos poderes públicos e do Consórcio Itaocara, para tratar destas e de outras possíveis reivindicações.

ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIA

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA UHE ITAOCARA

Estamos lutando por nossos direitos.

Buscamos uma indenização justa, correta, que repare todas as nossas perdas e todo o nosso sofrimento, pois seremos retirados dos locais em que nascemos e crescemos, de nosso local de trabalho, de onde tiramos nosso sustento.

A empresa não nos informa como as indenizações irão ocorrer, não nos informa quais os valores que serão pagos por nossas terras, pelo período que ficaremos sem trabalhar, por nossas casas, pelos bens que foram construídos ao longo de uma vida inteira.

Quanto vale a sua vida?
E quanto vale a vida dos atingidos?

Queremos respeito a nossa dignidade, e aos
nossos direitos humanos!

E a cidade? A cidade está preparada para receber uma obra do porte da UHE? Tem hospital para receber mais duas mil pessoas, escola e moradia?

A empresa tem o dever estruturar a cidade antes do início das obras. Ela cumpriu sua obrigação?

SOMOS TODOS ATINGIDOS!!!

**NÃO QUEREMOS NOS TORNAR NOVAS
"MARIANAS/MG".**

Testes iniciais para cadastramento sócio- econômico e avaliação do desembarque pesqueiro no rio Paraíba do Sul, Itaocara-RJ

Luiz Gustavo M. da Silva & Rogério Picoli

CAP/UFSJ/DTECH

Pós-graduação em Tecnologias para

Desenvolvimento Sustentável - PPGTDS

OBJETIVOS

- 1) Planejamento do estudo para avaliação do desembarque pesqueiro e para a caracterização socioeconômica das atividades de pesca.**
- 2) Testar a metodologia para realização do cadastro socio-econômico e de avaliação do desembarque pesqueiro.**

Reunião IBAMA-RJ – Apresentação dos Resultados do Cadastro Sócio-econômico e Avaliação do Desembarque Pesqueiro no rio Paraíba do Sul, Itaocara-RJ



DESEMBARQUE PESQUEIRO

| Nº Desembarques | Esforço de Pesca (Tempo) | Petrechos de Pesca | Tamanho de Malhas |
|-----------------|--------------------------|--------------------|-------------------|
| 1 | 2h | Tarrafa | 12 |
| 2 | 4h | Tarrafa | 12 |
| 3 | 3h | Tarrafa | 12 |
| 4 | 3:30h | Tarrafa | 12 |
| 5 | 2:30h | Tarrafa | 12 |
| 6 | 4h | Tarrafa | 12 |
| 7 | 3h | Tarrafa | 12 |
| 8 | 2h | Tarrafa / Rede | 10 e 5 |
| 9 | 3h | Tarrafa | 12 |
| 10 | ? | Rede | 12 |
| 11 | 3 a 4h | Tarrafa | ? |
| 12 | 10h | Tarrafa / Rede | 9,10,11 |
| 13 | 15h | Tarrafa / Rede | 7,9,10,11 |
| 14 | 12h | Rede | 10.11 |
| 15 | 8h | Tarrafa | 11 |
| 16 | 12h rede, 2h tarrafa | Tarrafa / Rede | 9,10,11 |
| 17 | 15h | Tarrafa / Rede | 10 |
| 18 | 10 | Tarrafa / Molinete | 12 |
| 19 | 12h | Tarrafa / Rede | 14 |
| 20 | 3 dias de pescaria | Rede | 8 |

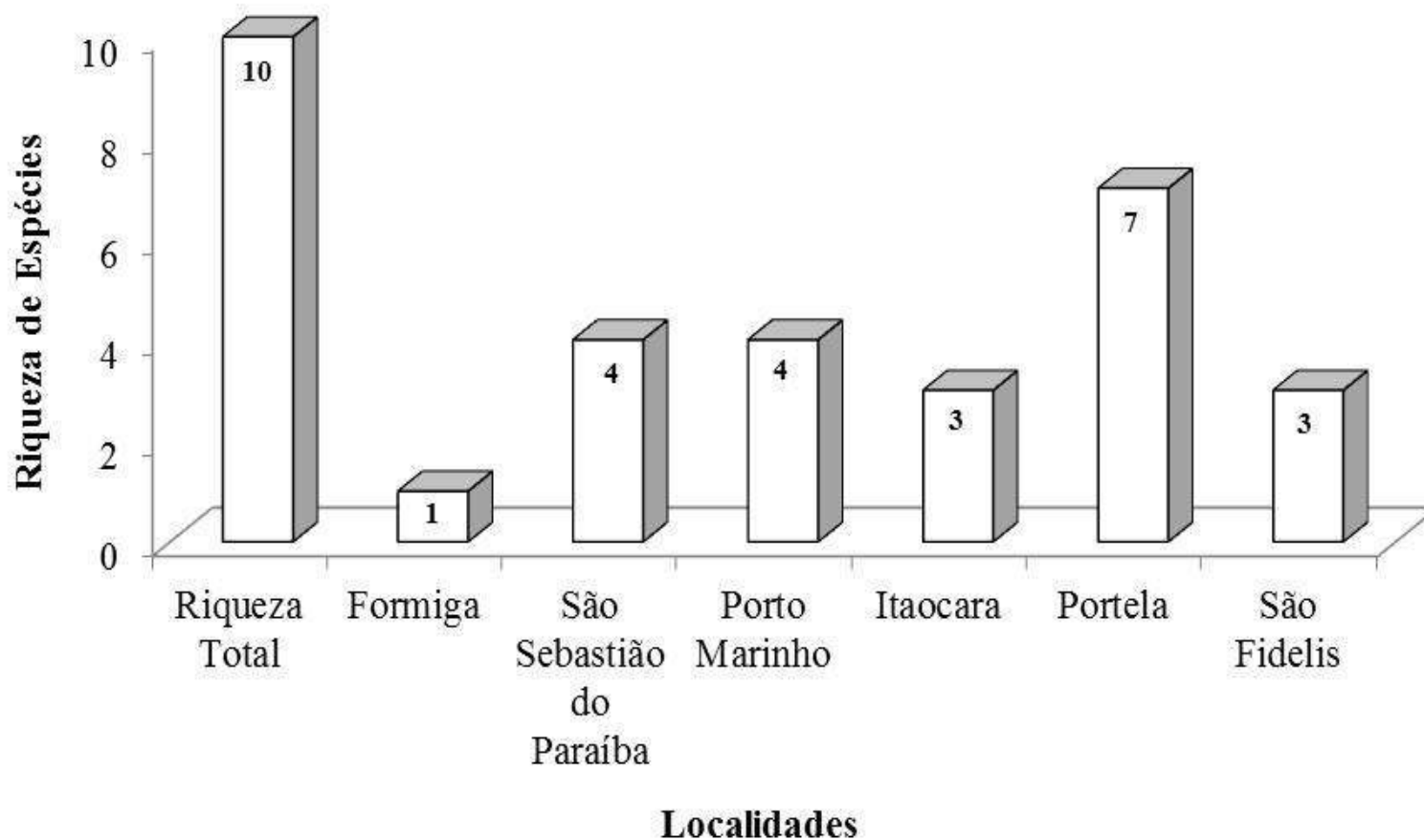
DESEMBARQUE PESQUEIRO



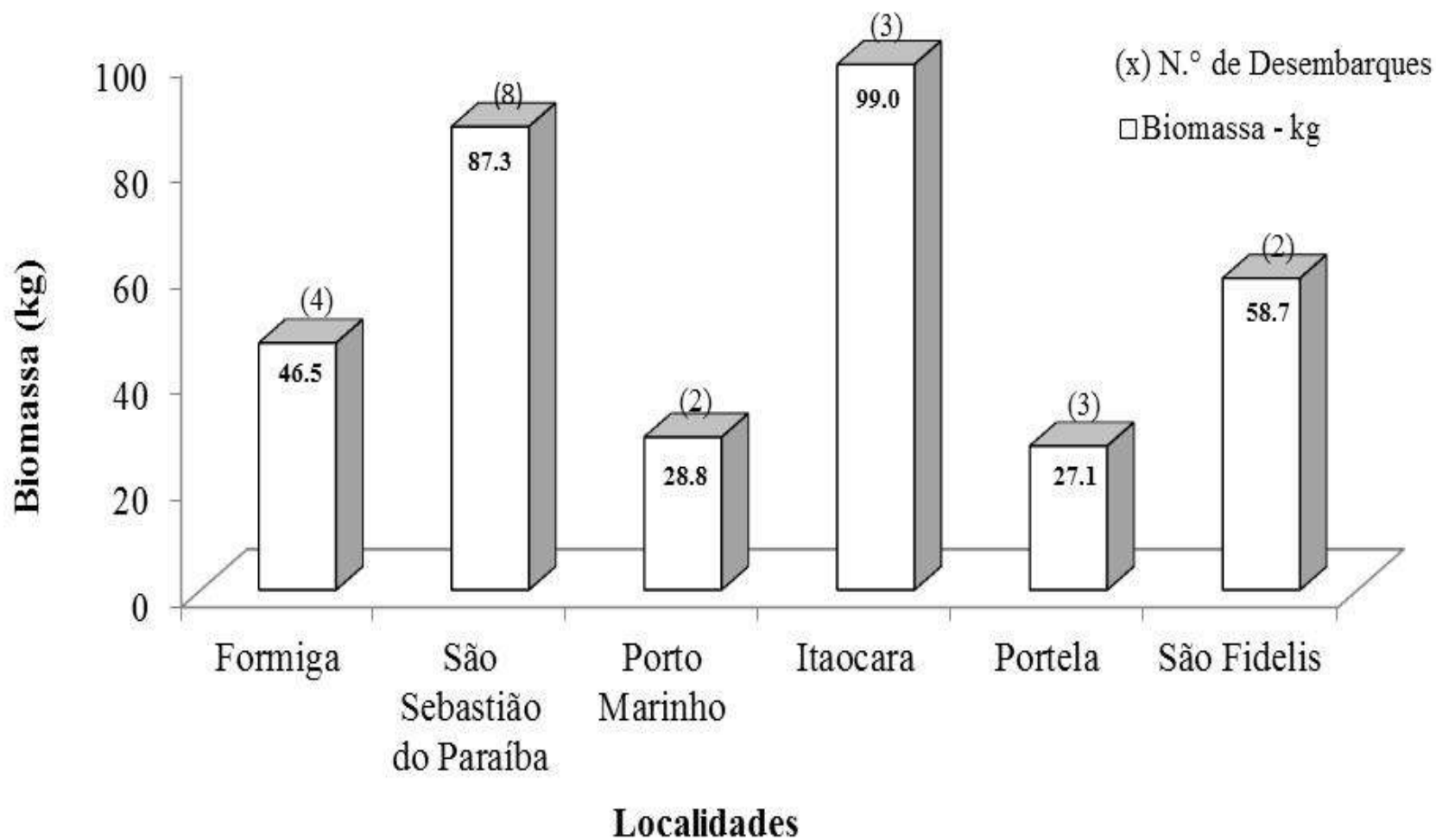
DESEMBARQUE PESQUEIRO



DESEMBARQUE PESQUEIRO



DESEMBARQUE PESQUEIRO



DESEMBARQUE PESQUEIRO





UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.43.4.2

Ministério da Pesca



Itaocara, 01 de Julho de 2011.
Nossa correspondência: 089 / IT / 2011 – AMB

Ao

Ministério da Aquicultura e Pesca

Setor Bancário Sul - SBS
Quadra 2 – Lote 10 – Bloco J
Sala 1405
Brasília-DF
CEP: 70.070-120

At. Sr. Luis Sabanay.

DD. Chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais

luis.sabanay@mpa.gov.br

Referência: Aproveitamento Hidrelétrico UHE Itaocara

Assunto: Solicitação de profissional para participação em Audiência Pública e reunião com pescadores da Colônia Z-21.

Ilmo. Senhor,

O aproveitamento hidrelétrico Itaocara, localizado no trecho médio-baixo Paraíba do Sul encontra-se em fase de licenciamento junto ao IBAMA, desde 2008. (Processo nº 02001-000175/2008-06).

Em 2010 o Consórcio UHE Itaocara protocolou o EIA/RIMA junto ao IBAMA para análise e em abril de 2011 o IBAMA emitiu a aprovação do Checklist e autorizou a distribuição/divulgação dos Estudos para a realização da Audiência Pública em julho de 2011, conforme datas e locais abaixo descritos:

- ✓ 18JUN11 – Em Estrela Dalva/MG;
- ✓ 19JUN11 – Em Aperibé/RJ;
- ✓ 20JUN11 – Em Cantagalo/RJ;
- ✓ 21JUN11 – Itaocara/RJ.

Gerenciamento da Comunicação

Consórcio UHE Itaocara: Av. Marechal Floriano, 168 – 2º Andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.080-002 – (21)-2211-4650
Rua. Marechal Floriano Peixoto, 652 – Jardim da Aldeia – Itaocara/RJ – CEP 28.570-000 – 0800-282-2974 – (22) 3661-2800

1/2



Tendo em vista que os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito da implantação do referido empreendimento possuem interface significativa com o setor da pesca, solicitamos a participação de um técnico de sua equipe de forma a contribuir com a ampliação das discussões acerca da readequação da atividade pesqueira no trecho de inserção da referida hidrelétrica.

Informamos ainda, que quaisquer despesas decorrentes de traslados, estadia e alimentação para a participação do seu técnico em nossas atividades poderão ser ressarcidas pelo Consórcio UHE Itaocara mediante apresentação de nota/cupom fiscal.

Agrademos a sua atenção e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Redelvim Dumont
Coordenador de Meio Ambiente
Consórcio UHE Itaocara

CC: Alexandre Lantelme Kirovsky

Assessor Chefia de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais

Ministério da Aquicultura e Pesca

Tel: (61) 2023-3115 ou (61) 2023-3496: Fax: (61) 2023-3916

alexandre.kirovsky@mpa.gov.br

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME C **Ministério da Aquicultura e Pesca**

ENDE **Setor Bancário Sul - SBS**

CEP / C **Quadra 2 - Lote 10 - Bloco J**

DECU **Sala 1405**

ASSIN **Brasília-DF**

NOME **CEP: 70.070-120**

MVD

ARÉ

CA
ID
TON



Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
EXPEDIDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Osvaldo Cabral

06/07/11

Osvaldo Dias Galvão
Agente de Cr.
Matrícula: 6.134.654-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



Itaocara, 01 de Julho de 2011.
Nossa correspondência: 089 / IT / 2011 – AMB

Ao

Ministério da Aquicultura e Pesca

Setor Bancário Sul - SBS
Quadra 2 – Lote 10 – Bloco J
Sala 1405
Brasília-DF
CEP: 70.070-120

At. Sr. Luis Sabanay.

DD. Chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais

luis.sabanay@mpa.gov.br

Referência: Aproveitamento Hidrelétrico UHE Itaocara

Assunto: Solicitação de profissional para participação em Audiência Pública e reunião com pescadores da Colônia Z-21.

Ilmo. Senhor,

O aproveitamento hidrelétrico Itaocara, localizado no trecho médio-baixo Paraíba do Sul encontra-se em fase de licenciamento junto ao IBAMA, desde 2008. (Processo nº 02001-000175/2008-06).

Em 2010 o Consórcio UHE Itaocara protocolou o EIA/RIMA junto ao IBAMA para análise e em abril de 2011 o IBAMA emitiu a aprovação do Checklist e autorizou a distribuição/divulgação dos Estudos para a realização da Audiência Pública em julho de 2011, conforme datas e locais abaixo descritos:

- ✓ 18JUN11 – Em Estrela Dalva/MG;
- ✓ 19JUN11 – Em Aperibé/RJ;
- ✓ 20JUN11 – Em Cantagalo/RJ;
- ✓ 21JUN11 – Itaocara/RJ.

Gerenciamento da Comunicação

Consórcio UHE Itaocara: Av. Marechal Floriano, 168 – 2º Andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.080-002 – (21)-2211-4650
Rua. Marechal Floriano Peixoto, 652 – Jardim da Aldeia – Itaocara/RJ – CEP 28.570-000 – 0800-282-2974 – (22) 3661-2800

1/2



Tendo em vista que os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito da implantação do referido empreendimento possuem interface significativa com o setor da pesca, solicitamos a participação de um técnico de sua equipe de forma a contribuir com a ampliação das discussões acerca da readequação da atividade pesqueira no trecho de inserção da referida hidrelétrica.

Informamos ainda, que quaisquer despesas decorrentes de traslados, estadia e alimentação para a participação do seu técnico em nossas atividades poderão ser ressarcidas pelo Consórcio UHE Itaocara mediante apresentação de nota/cupom fiscal.

Agrademos a sua atenção e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Redelvim Dumont
Coordenador de Meio Ambiente
Consórcio UHE Itaocara

CC: Alexandre Lantelme Kirovsky

Assessor Chefia de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais

Ministério da Aquicultura e Pesca

Tel: (61) 2023-3115 ou (61) 2023-3496: Fax: (61) 2023-3916

alexandre.kirovsky@mpa.gov.br

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME C **Ministério da Aquicultura e Pesca**

ENDE **Setor Bancário Sul - SBS**

CEP / C **Quadra 2 - Lote 10 - Bloco J**

DECU **Sala 1405**

ASSIN **Brasília-DF**

NOME **CEP: 70.070-120**

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
EXPEDIDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Osvaldo Cabral

06/07/11

Osvaldo Dias Galvão
Agente de Cr.
Matrícula: 6.134.654-7



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

SZ 91663246 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

01/07/11

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AC/ ITAOCARA RJ



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME DO RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIAL DE L'EXPÉDITEUR

Remetente:

END: Consórcio UHE Itaocara
Rua Marechal Floriano Peixoto, 652
Jardim da Aldeia - Itaocara/RJ
CID: CEP: 28.570-000

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

Empty boxes for return address



MEM01 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS

| Data: 25/05/2011 | Início: 16:20 h | Término: 19:00 h |
|--|------------------------|-------------------------------------|
| Local: Sede da Colônia em São Fidélis/RJ | | |
| Assunto: Impactos da UHE Itaocara sobre a pesca | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores | Presidente da Colônia Z-21 |
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores | Tesoureiro da Colônia Z-21 |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Print | Coordenadora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Print | Assistente Social |
| Alberto Monteiro | Print | Coordenador Regional de Comunicação |

SÍNTESE

O objetivo da reunião foi divulgar informações sobre o projeto da UHE Itaocara, e iniciar o diálogo com a Colônia Z 21.

A Colônia Z 21 representa cerca de 300 pescadores legalizados junto ao Ministério da Pesca, dentro dos quais estão os atingidos diretamente pelo lago da UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

1. O processo de Negociação com os pescadores deverá:

- Ser norteado por um termo de acordo feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaocara.
- Identificar quais órgãos representativos deverão participar da elaboração deste termo.
- Identificar os critérios que serão adotados para o termo de acordo.
- Definir quais pescadores serão reconhecidos neste termo de acordo.

2. Questionamentos /comentários dos representantes da Z-21

- Indenização relativa aos impactos da UHE Itaocara deverá ser para todos os pescadores associados da colônia Z-21.
- Qual a fase do projeto para a obtenção de licenças?
- Qual a data para a Audiência Pública?
- Houve demora do Consórcio em entrar em contato com a colônia e há boatos de que a negociação já estava sendo realizada com as associações de pescadores separadamente e sem incluir a colônia, isso não é bom para as partes.
- Entendem que o impacto da Usina na bacia do rio Paraíba como um todo.
- O sistema de transposição de peixes é ruim para os pescadores.

3. Encaminhamentos

- O presidente da Colônia Z 21 solicitou uma reunião de apresentação do projeto para todos os pescadores filiados, a ser realizada em São Fidélis. Ele levará a proposta para diretoria e entrará em contato com o Consórcio.
- Será formado um grupo de trabalho definido por eles (pescadores) para iniciar a elaboração do termo de acordo.
- O presidente irá dialogar com a diretoria e decidir quais entidades relacionadas com a atividade pesqueira deverão participar do grupo de trabalho, para dar maior estabilidade às decisões a serem tomadas.

Esta Memória de reunião deverá ser apresentada e corrigida aos participantes e entregue uma cópia à Colônia Z-21 para arquivo.

MEM02 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS

| Data: 10/08/2011 | Início: 19:10h | Término: 20:30h |
|--|---------------------------|--------------------------|
| Local: Sede da Colônia de Pescadores Z21 – São Fidélis. | | |
| Assunto: Planejamento da Negociação | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente da Colônia |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |

OBJETIVOS:

- Definição do grupo que tratará da negociação com os pescadores;
- Agendar data das oficinas;
- Levantamento de projetos potenciais para que o Consórcio possa analisar e apoiar.

DESTAQUES:

- Foi consenso entre as partes, de que algumas instituições deverão integrar o grupo de trabalho para a readequação da atividade pesqueira à medida que o processo de mobilização da categoria de pescadores avancarem e houver necessidade de informações/apoio externo. Sendo assim, somente as instituições estritamente necessárias à consolidação do projeto de negociação deverão participar dos encontros entre os pescadores e o Consórcio.
- Ficou acordado entre as partes que inicialmente farão parte da “comissão” de negociação somente instituições diretamente ligadas à pesca e o próprio Consórcio: Ministério da Pesca, Fiperj, Colônia e grupo original com representantes das associações.
- O presidente da colônia informou que não possui projetos formatados para que o consórcio avalie, mas que tem diversos interesses/ideias para serem desenvolvidas tais como estudos sobre a pesca e manejo da lagosta e da manjuba, dois importantes “pescados” da região de São Fidélis.

ENCAMINHAMENTOS:

| Descrição da ação | Resp. | Quando |
|--|-------------|---------------------------|
| ➤ Agendar as oficinas que deverão acontecer na última semana de setembro de 2011; | Redelvim | Até 20 de Agosto de 2011. |
| ➤ Sirley entregou uma lista com algumas necessidades da colônia que poderiam ser apoiados pelo Consórcio: <ul style="list-style-type: none">○ Reforma da sede (móveis de escritório, notebook com Internet, impressora retroprojeter, ar condicionado);○ Veículo para atendimento nos 09 municípios;○ Um barco de alumínio com motor 15 hp;○ Laboratório para estudos de espécies em extinção;○ Repovoamento do rio Paraíba do Sul○ Cozinha de beneficiamento de pescado;○ Médico e dentista para atendimento. | Colônia Z21 | |

Esta Memória de reunião deverá ser apresentada e corrigida aos participantes e entregue uma cópia à Colônia Z-21 para arquivo.



2012 – COLÔNIA DE PESCADORES Z21

| Data: 02/03/2012 | Início: 9:00 h | Término: 12:40 h |
|--|---|----------------------------|
| Local: Sede do Consórcio UHE Itacara | | |
| Objetivo: Alinhar o discurso de negociação que será adotado com os pescadores, durante o processo de criação dos termos do acordo coletivo com o presidente da Colônia de Pescadores Z21 e a empresa de consultoria que o representa. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente |
| Neuzita Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Assistente Social |
| Jairo Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado |
| Pompilho Guimarães | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itacara | Coordenador Ambiental |
| Jackelline Faria | Consórcio UHE Itacara | Assistente Social |
| Mayra Fuly | Consórcio UHE Itacara | Assistente Social |

SÍNTESE

Reunião realizada entre representantes do Consórcio UHE Itacara, o presidente da colônia de pescadores Z21 e os representantes da empresa de Consultoria apresentada pela colônia para representá-los durante as negociações com os pescadores.

OBJETIVOS DESTA REUNIÃO

Alinhar os interesses e posições entre as partes envolvidas.

Temas relevantes abordados:

1. Previsão de início das obras

Redelvim afirmou que a intenção do Consórcio é de iniciar as obras em agosto de 2012, mas se não obtiver a licença de instalação – LI até julho, a previsão de início é para abril de 2013.

2. Dificuldades encontradas nas comunidades

Redelvim falou da dificuldade de mobilização dos moradores em algumas comunidades e da importância de se organizarem em grupos para facilitar a negociação dos termos do acordo coletivo nestas localidades. Dentre as localidades que já avançaram nestes trabalhos destacam-se: Japona, Santa Luzia e São Sebastião do Paraíba.

Entretanto há outras comunidades ainda resistentes, quais sejam: Porto Marinho e Pedra Furada. Diante desta dificuldade, afirmou que as comunidades que não conseguirem se organizar em associações, na hora de negociar serão adotadas as mesmas diretrizes padrão estabelecidas nos termos do acordo de grupos semelhantes, mas respeitando as questões de patrimônio que são peculiares a cada proprietário/posseiro.

3. Criação de Associações de Moradores nas comunidades desmobilizadas

Destacou-se que para facilitar na negociação dos termos do acordo coletivo, a criação de associações de moradores, pescadores, agricultores, etc. ajudará na formação do grupo de representantes/líderes que participará destas oficinas de negociação com o Consórcio.

4. Estabelecer critérios para negociação e formação do grupo de representantes para desenvolver um projeto com as seguintes diretrizes

- Mobilização dos pescadores para formação do grupo de trabalho reduzido (priorizando as lideranças), mas deve ser representativo;
- Estabelecer visão compartilhada com os propósitos e critérios estabelecidos pelo grupo (Consórcio, entidades afins, Colônia e lideranças), formando um grupo capacitado e estável para os trabalhos relativos à negociação;
- Trabalhar direitos individuais e coletivos, para a manutenção da atividade pesqueira;
- Definir linhas de critérios para negociação;
- Perdas a jusante serão negociadas de forma coletiva (com projetos de geração de renda);
- Definir formas de negociar as perdas a montante.
- Estruturação da colônia e dos pescadores para continuarem com atividade econômica após a implantação da UHE Itaocara I;
- Treinamento\qualificação da família do pescador.

5. Tamanho da APP

Quando perguntado sobre o tamanho adotado da área de preservação permanente, Redelvim respondeu que irá ser adotado de acordo com a determinação do IBAMA, porém, como essa faixa é variável, poderá ser negociada com o órgão fiscalizador dependendo da situação. A largura da faixa da APP obedece ao Código Florestal (1968) e à Resolução CONAMA 302/2002.

6. Apoio de Grupos para respaldar os termos do acordo a ser firmado

É consenso entre as partes reunidas de que durante a negociação dos termos do acordo coletivo será de grande importância agregar entidades que respaldem esse acordo e legitimem as decisões do grupo representante.

7. Delimitação do trecho de influência e pescadores atingidos

Sinalizou a importância de se definir o trecho do rio que terá influência direta e indireta (ensecadeiras, migração/perdas de sítios reprodutivos) com a construção da UHE e qual o público diretamente atingido.

ENCAMINHAMENTOS:

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|------------------------|---------|
| Contratação de equipe para avaliar os impactos da obra sobre os sítios de reprodução dos peixes | Redelvim Dumont | |
| Contratação de equipe para avaliar os impactos do desvio do rio durante a obra | Redelvim Dumont | |
| Capacitação do grupo de representantes com leitura guiada do EIA/Rima e obtenção da visão do pescador sobre os impactos | Redelvim Dumont | |
| Preparação da próxima reunião | Jackelline/Karen/Mayra | MAR12 |
| Reunião com representantes dos pescadores | Redelvim Dumont | 22MAR12 |

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Sugestão de reuniões quinzenais com os representantes dos pescadores para melhor desenvolvimento dos trabalhos.

Previsão de conclusão dos Termos do acordo para OUT12.

MEM01 ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE PEDRA FURADA

| Data: 15/05/2011 | Início: 15:30 h | Término: 19:00 h |
|---|------------------------|----------------------------|
| Local: Pedra Furada, Pirapetinga/MG. | | |
| Assunto: Entrega de modelo de Termo de compromisso | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador / Presidente |
| Gesse Lima Gomes | Ass. Pescadores | Pescador / vice-presidente |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gesael Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Carlos A. Câmara de Souza | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gerry Adriane Barboza | Ass. Pescadores | Pescador |
| Oséias Lopes Matos | Ass. Pescadores | Pescador |
| Antônio dos Santos Gomes | Ass. Pescadores | Pescador |
| Fernando dos Santos Gomes | Ass. Pescadores | Pescador |
| João Batista Soares Brum | Ass. Pescadores | Pescador |
| Juscinei Soares Brum | Ass. Pescadores | Pescador |
| Carlos Roberto da Silva | Ass. Pescadores | Pescador |
| Odair José | Ass. Pescadores | Pescador |
| Adonias de Matos Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gilson | Ass. Pescadores | Pescador sem registro |
| Marllon Gomes Pereira | Ass. Pescadores | Pescador sem registro |
| Mayra Fuly Pinto | Print | Assistente Social |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo o nivelamento de informações acerca das diretrizes da negociação a ser realizada entre a Associação de pescadores de Pedra Furada e o Consórcio UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

1. Entrega de um modelo do Termo de Acordo

Durante a reunião o representante do Consórcio entregou ao presidente da Associação o termo de compromisso firmado entre os pescadores da colônia Z19 e o Consórcio UHE Baguari para conhecimento dos associados.

2. Questionamentos mais frequentes

- ✓ Qual será o valor da indenização por perda da atividade?
- ✓ Haverá o pagamento/compensação por perdas futuras?
- ✓ Os valores das terras e benfeitorias serão pagos de forma antecipada ao início da obra?
- ✓ A negociação será em grupo ou individual?
- ✓ Quando iniciarão as obras?

3. Interesses afirmados pelos pescadores

- ✓ A negociação será feita de forma igual para todos, sendo que o mesmo valor que um receber será pago aos outros;
- ✓ Querem receber sua indenização em dinheiro;
- ✓ Afirmam que um valor ideal seria de 150 a 300 mil por pescador;
- ✓ Receber tanques rede apenas como um abono/acréscimo aos valores das negociações;
- ✓ Aceitam formar um grupo composto por diversos interessados, tais como: IBMA, Secretaria da Pesca, Colônia de Pesca e consórcio para discutir um termo de acordo com diretrizes coletivas e resolver os conflitos;
- ✓ Tem boas relações com os representantes da colônia de pescadores e secretaria da pesca;
- ✓ Querem iniciar as negociações de imediato e aceitam participar de uma dinâmica tal como uma oficina que resulte em uma minuta de termo de acordo com as diretrizes para as negociações.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|-------------|--------|
| ➤ Reunião com representante da colônia em São Fidelis | Redelvim | Maio |
| ➤ Agendamento de reunião de trabalho /oficina | Redelvim | Junho |



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

MEM01 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO RESERVATÓRIO

| | | |
|---|------------------------|-------------------------|
| Data: 13/06/2011 | Início: 12:20 h | Término: 16:00 h |
| Local: Cabana do Peixe Frito, Itaocara/RJ | | |
| Assunto: Formação de grupo de trabalho para elaboração das diretrizes para um termo de acordo. | | |

| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|------------------------------|---|-----------------------|
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente da Colônia |
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores Z21 | Tesoureiro da Colônia |
| Joseil Viana Alves | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Domingos José Afonso | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Claudio Antônio do Couto | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Rosilene Ângelo Vieira | Colônia de Pescadores Z21 | Associada |
| Fidélis Saraiva Domingos | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Daniel Vieira da Rocha | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Alair Vieira Ângelo | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Adauto Lima Ruback Jr. | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. de Pedra Furada | Associado |
| Evaldo João de Faria | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Ex-presidente |
| José Carlos da Veiga | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Associado |
| Edmar Brito Barbosa | Ass. São Sebastião de Paraíba | Associado |
| Ernani Bastos | Ass. São Sebastião do Paraíba | Presidente |
| Rivani dos Santos Rufino | Ass. São Sebastião do Paraíba | Vice-presidente |
| Jeferson Pereira Monteiro | ASPASA | Associado |
| Alvecy Gulineli | ASPASA | Associado |
| Valcira Gabri de Souza | ASPASA | Associado |

| | | |
|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| Valdecir de Souza | ASPASA | Presidente |
| Valério Cruz de Carvalho | APROSAPP | Associado |
| Gilcinei Pereira de Melo | APROSAPP | Associado |
| Jardelson M. Nogueira | APROSAPP | Associado |
| José Francisco Melo | APROSAPP | Associado |
| Helmo Chermaut Vieira | Consórcio UHE Itaocara | Motorista |
| Alaor Barreto Filho | Consórcio UHE Itaocara | Fotógrafo |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Alberto Monteiro | Consórcio UHE Itaocara | Assessor de Comunicação |

SÍNTESE

A reunião teve como objetivo principal a mobilização dos pescadores para formar um grupo de trabalho entre as lideranças dos pescadores para realização de oficinas a fim de elaborar um documento que estabeleça as diretrizes que norteiem a elaboração de um termo de acordo entre a categoria de pescadores e o Consórcio para mitigar/compensar os impactos da UHE Itaocara.

A reunião foi proposta pelo presidente da Colônia Z-21 para iniciar uma conversa com os pescadores a fim de esclarecer dúvidas da categoria em relação ao empreendimento, bem como iniciar o levantamento dos interesses e expectativas do grupo em relação ao empreendimento.

Temas relevantes abordados:

1. Apresentação de proposta de trabalho aos pescadores:

Foi informado aos participantes que os trabalhos serão realizados tendo como base os seguintes pressupostos:

- Usos múltiplos das águas – Lei 9433;
- Intersetorialidade – Serão envolvidos os diversos setores da sociedade (Estado, sociedade civil Organizada; Comitê de Bacia, etc.), para que seja conferida maior estabilidade às decisões tomadas pelas partes em negociação;
- Transversalidade – a pesca será o ponto de partida, mas serão consideradas outras questões tais como, preservação, saúde, geração de renda, etc.;
- Participação – os pescadores serão parte do processo de resolução do problema e das decisões, ou seja, todo o processo será feito de forma participativa;
- Utilização de tecnologias sociais sustentáveis para a geração de renda e redução de conflitos;
- Serão buscadas soluções coletivas, sem entretanto deixar de analisar de forma criteriosa as questões relativas às possíveis perdas individuais.

2. A condução dos trabalhos foi feita da seguinte forma:

- Acolhimento – apresentação dos diversos participantes;
- Apresentação dos projetos do EIA/RIMA que envolvem a pesca/peixes;
- Relato de casos semelhantes
 - Abertura para falas tais como a do pescador Valdecir de Souza que relatou sua experiência com a negociação para a implantação da PCH da Brookfield localizada no rio Pomba (Barra do Braúna).
- Levantamento das expectativas dos pescadores para iniciar a definição de:
 - Interesses das partes;
 - Definição de critérios para a negociação;
- Definição dos representantes dos pescadores que farão parte do grupo de trabalho;
- Agendamento da próxima reunião;
- Definição da pauta da reunião seguinte.

3. Principais questionamentos/afirmações feitas pelos pescadores:

- Este processo deverá ser norteado por um documento feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaocara;
- Identificar as bases que serão adotadas para a carta de intenções;
- Quais os pescadores serão reconhecidos neste documento e o trecho de pesca ser considerado impactado pela represa?
- Qual tipo de medida mitigadora para os peixes em piracema: STP/ Piscicultura/ Canal?
- Não somos favoráveis à implantação de escada para peixes;
- Quais as formas de indenização para perda do local de pesca;
- Haverá propostas para alternativas de produção pesqueira, piscigranja por exemplo?
- Qual a garantia do cumprimento de um eventual acordo?
- Qual será o prazo para a negociação?
- Em que fase do licenciamento a negociação ocorrerá?
- Como será o uso do entorno do reservatório, poderemos utilizar a margem para acesso à pesca?
- Quais os critérios que o consórcio adotará para o pagamento (quando for devido) para os diferentes grupos localizados na área da barragem e abaixo dela?
- Quem será o responsável pela implantação e gerenciamento das ações acordadas entre os pescadores e o Consórcio? Ministério Público, Ministério da Pesca, IBAMA, ICMBIO, Consórcio UHE Itaocara?
- Pode ser feito um projeto para geração de renda, “Plano de Sustentabilidade”, para o pescador e sua família?
- Haverá o pagamento de um “defeso” para que haja um reordenamento da pesca ou mesmo até que a pesca seja estabilizada no reservatório ou trecho de influência?
- Como é o processo de implantação de tanques rede para rio e lago, há diferenças legais?
- É possível criar peixes exóticos em tanque rede? Quais as exigências do órgão licenciador?

- Caso seja decidido que o cultivo de peixes é uma opção, deverá ser realizada uma análise de viabilidade de investimento para a tomada de decisão;
- Durante o processo deverá ser permitida/estimulada a troca de experiências com pescadores que vivenciaram a implantação de outras usinas por meio de:
 - Visitas técnicas;
 - Depoimentos.
- O projeto contempla 01 barramento ou 02?
- Qual a extensão (em Km) da responsabilidade da UHE Itaocara?
- Haverá a redução do pescado após a formação do lago?

4. Encaminhamentos

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|--|------------------------|--------------------|
| ➤ Fazer cópia da lista de presença e da ata de reunião e distribuir para cada associação | Consórcio UHE Itaocara | 20/06/2011 |
| ➤ Levar na próxima reunião pessoas que participaram da negociação de outra barragem construída em no rio Pomba, para contar a experiência vivenciada pelos pescadores na implantação da PCA Barra do Braúna. | Sirley | 1ª semana de julho |
| ➤ Levar exemplos de projetos com pescadores em outros empreendimentos que foram positivos. | Consórcio UHE Itaocara | 1ª semana de julho |
| ➤ Levar informações precisas das distâncias entre as duas barragens. | Consórcio UHE Itaocara | 1ª semana de julho |
| ➤ Procurar com os órgãos fiscalizadores quais espécies de peixes podem ser criadas em tanque-rede no rio Paraíba do Sul. | Consórcio UHE Itaocara | 1ª semana de julho |

A próxima reunião será realizada na primeira semana de julho de 2011, no mesmo local (Cabana do Peixe frito - Itaocara) e a infraestrutura e custeio será de responsabilidade do consórcio. Na oportunidade os representantes dos pescadores serão definidos/confirmados para dar continuidade aos trabalhos.



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

MEM02 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO RESERVATÓRIO

| | | |
|--|------------------------|-------------------------|
| Data: 06/07/2011 | Início: 10:20 h | Término: 15:00 h |
| Local: Cabana do Peixe Frito, zona rural de Itaocara/RJ. | | |
| Objetivo: Dar continuidade ao processo de diálogo com o grupo de pescadores para que seja iniciado o processo de negociação de forma participativa. | | |

| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|------------------------------|---|-----------------------|
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores Z21 | Tesoureiro da Colônia |
| Joseil Viana Alves | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Rosilene Ângelo Vieira | Colônia de Pescadores Z21 | Secretária |
| Fidélis Saraiva Domingos | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Ernesto Machado | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Daniel Vieira da Rocha | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Alair Vieira Ângelo | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Adauto Lima Ruback Jr. | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Fabrcio Jardim Ruback | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Jessé Lima Gomes | Ass. Pesc. Pedra Furada | Vice-presidente |
| Juscinei Soares Brum | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Evaldo João de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Ex-presidente |
| Winer Pereira Monteiro | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | | |
|------------------------------|---|---------------------------------|
| Alysson Carvalho Cardoso | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Advogado |
| José Carlos da Veiga | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| José Gonçalves | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| Edmar Brito Barbosa | Ass. São Sebastião de Paraíba | Associado |
| Renato de Barros | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Reginaldo Gonçalves de Souza | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Jeferson Pereira Monteiro | ASPASA | Associado |
| Gesael Leonardo de Melo | ASPASA | Associado |
| Alvecy Gulineli | ASPASA | Tesoureiro |
| Valcira Gabri de Souza | ASPASA | Secretária |
| Valdecir de Souza | ASPASA | Presidente |
| Gilcinei Pereira de Melo | APPROSAP | Associado |
| Jardelson M. Nogueira | APPROSAP | Associado |
| José Francisco Melo | APPROSAP | Presidente |
| Luiz César Jr. Santos Silva | | Empreendedor da área de turismo |
| Maria de Fátima | FIPERJ | Representante |
| Luiz Gonzaga | MDA | Consultor |
| Helmo Chermaut Vieira | Consórcio UHE Itaocara | Motorista |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

SÍNTESE

A reunião teve como firmar o compromisso de trabalho com os representantes dos pescadores para o desenvolvimento do processo de negociação, esclarecendo aos mesmos:

Prazo estimado para o desenvolvimento dos trabalhos – 3 a 4 meses;

Formato de oficinas: reuniões participativas, quando serão feitas as seguintes atividades para obtenção do produto principal que é um termo de acordo:

- ✓ Conhecer o EIA/RIMA e seus impactos sobre a pesca;
- ✓ Estudar os problemas causados pelos impactos;
- ✓ Conhecer os interesses/expectativas dos pescadores e do consórcio sobre a implantação da barragem;
- ✓ Conhecendo os interesses comuns e divergentes buscar opções para a geração de emprego e renda para os pescadores.
- ✓ Estruturar/montar a minuta do termo de acordo a ser firmado entre o consórcio e a categoria dos pescadores.

Temas relevantes abordados:

A condução dos trabalhos foi feita da seguinte forma:

- 1. Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação;**
- 2. Leitura da memória da reunião anterior, adequando-a segundo as considerações feitas pelos pescadores.**
- 3. Abertura para falas para esclarecimentos sobre questionamentos feitos na reunião anterior:**

- ✓ Redelvim apresentou os dados técnicos solicitados na reunião anterior:
 - Distância entre o final do lago do barramento I e o barramento II
 - 3,5km a 4km.
 - Criação de peixes exóticos em tanque-rede no futuro reservatório
 - Segundo Redelvim, fontes do IBAMA informaram que existe a possibilidade de criação de peixes exóticos no lago desde que estes já existam comprovadamente no rio, mas que a legislação para o rio Paraíba do Sul deverá ser consultada, o que será feito durante as oficinas de trabalho.

4. Relato de experiências

- ✓ PCH Barra do Braúna

O pescador Valdecir de Souza que relatou sua experiência com a negociação para a implantação da PCH da Brookfield localizada no rio Pomba (Barra do Braúna).

Entre os pontos negativos dessa experiência destacam-se:

- Falta de informações cadastrais;

- Tempo longo da negociação;
- Reconheceu apenas parte dos pescadores;
- Pagamento parcelado e individual que não favoreceu a atividade;
- Cumprimento de apenas parte do acordo negociado, ficando as atividades para o fortalecimento da pesca deixadas de lado;
- Desconhecimento das leis e dos impactos do empreendimento por parte dos pescadores;
- Impactos das macrófitas que estão prejudicando a pesca e cujos impactos não foram previstos no acordo.

✓ UHE Baguari

Redelvim relatou o termo de acordo da UHE Baguari (Governador Valadares/MG), tendo como pontos principais:

- Foi realizada a discussão conjunta dos interesses das partes;
- Definição do cadastro dos pescadores atingidos realizada em parceria com os pescadores;
- Definição dos representantes legais para assinar o termo de acordo;
- Identificação dos interesses dos pescadores, separando-os das posições;
- Reconhecimento dos direitos individuais e coletivos.
- Identificação das opções de negociação tais como melhorias para a colônia, para o fortalecimento da atividades pesqueira;
- Garantias dadas com respaldo de instituições de direito tais como Ministério Público Federal.

Fátima, representante da FIPERJ, declarou o apoio da instituição às decisões dos pescadores e falou das alternativas atuais de incentivo do governo para os pescadores venderem seu pescado para merenda escolar, que poderá disponibilizar cerca de 14 mil reais anuais para cada pescador conforme dois programas governamentais existentes.

5. Exemplo do trabalho a ser feito durante as oficinas:

Redelvim apresentou os interesses falados pelos pescadores na reunião anterior (13JUN11), esclarecendo o que são interesses, como analisar e criar critérios para torná-los legítimos ou não e como criar opções para as negociações e como firmar o compromisso:

✓ Interesses:

Realizar o levantamento do maior número possível de interesses dos envolvidos procurando responder aos questionamentos abaixo:

- Com o quê Nós/Eles nos importamos?
- Quais os interesses ligados às necessidades básicas, receios, expectativas, vontades, necessidades diversas?

✓ Opções:

Realizar o levantamento do maior número possível de opções de negociações conforme os interesses, procurando responder aos questionamentos abaixo:

- Quais os possíveis acordos que as partes pretendem alcançar?
- Quais são os interesses que estão sobrepostos ou concordantes?
- Como conciliar os interesses divergentes?

✓ Legitimidade:

Buscar em cada interesse, o que pode torna-lo válido, principalmente para aqueles que são divergentes:

- Há precedências, projetos que podemos seguir como orientação?
- Há critérios técnicos que dão suporte à sua opção?

✓ Compromisso:

Buscar as formas de se firmar o nosso compromisso

- Quais as opções com as quais poderemos nos comprometer caso o acordo seja alcançado?
- Com quem deverão ser realizados os acordos?
- Qual a melhor hora para fazer o acordo?
- Quais exemplos positivos disponíveis?
- Há critérios técnicos que dão suporte à sua opção?

Seguem abaixo a organização dos interesses falados na última reunião:

| Pescadores | Consórcio |
|---|--|
| <p>1. Obter a compensação e ou mitigação pelos impactos causados pelo projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Definir o grupo de pescadores que terão seus direitos reconhecidos ✓ Definir formas de indenização para as perdas dos locais de pesca ✓ Não implantar escada de peixes ✓ Acesso ao reservatório e seu entorno par a pesca ✓ Pagamento de “defeso” enquanto a produção pesqueira não estiver estabilizada ✓ Implantar projeto de geração de emprego e renda para os pescadores: Tanque-rede | <p>1. Compensar e ou mitigar os impactos do empreendimento junto à categoria de pescadores tomando como base Critérios e Opções para que seja firmado um acordo legitimado pelas partes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer estudo para definição de qual sistema de transposição é mais viável ✓ Definir o uso reservatório com base na Lei 9433/99 e com decisão compartilhada sobre os diversos usos futuros do lago ✓ Fazer o pagamento de qualquer direito reconhecido a partir da análise dos critérios definidos de forma conjunta ✓ Buscar alternativa conjunta como opção para geração de emprego e renda para a família dos pescadores |
| <p>2. Realizar a negociação de forma participativa</p> | <p>2. Realizar a negociação de forma participativa envolvendo os diversos setores que têm relação com a pesca (Z-21; MPA; CBH; MP; EMATER, etc.)</p> |
| <p>3. Buscar parcerias para aumentar o número de opções e garantias</p> | <p>3. Buscar parcerias para aumentar o número de opções e garantias</p> |
| <p>4. Obter garantias para a negociação</p> | <p>4. Dar garantias do cumprimento da negociação</p> |
| <p>5. Definir o prazo para a negociação</p> | <p>5. Definir o prazo para a negociação mais breve possível, de forma conjunta</p> |
| <p>6. Definir o responsável pela execução do acordo firmado</p> | <p>6. Responsabilizar-se pelo cumprimento do acordo firmado</p> |



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | |
|---|--|
| 7. Recuperação/manutenção da pesca | 7. Manutenção da atividade econômica ✓ Recuperação ambiental da área do empreendimento e seu entorno por meio de recuperação da mata ciliar, redução do lançamento de esgotos <i>in natura</i> , implementação das ações do PAN PS. |
| 7. Identificar CRITÉRIOS para a negociação | 7. Identificar critérios para a negociação que possam validar os interesses |
| 8. Criar o maior número de OPÇÕES possíveis para a negociação | 8. Criar o maior número de opções possíveis para a negociação buscando a geração de emprego e renda. |

Fica visível que a maioria dos interesses não são divergentes.

6. Principais colocações feitas pelos participantes (Consórcio e pescadores):

- ✓ Este processo deverá ser norteado por um documento feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaocara;
- ✓ Para garantir o cumprimento do acordo, faz-se necessário o respaldo de instituições tais como o Ministério Público no processo;
- ✓ Os pescadores reconhecidos neste documento e o trecho de pesca a ser considerado impactado pela represa deverão ser objeto do acordo e pacto entre as partes;
- ✓ O prazo para a negociação deverá ser curto para não criar expectativas.
- ✓ Os direitos individuais e coletivos devem ser reconhecidos.

7. Encaminhamentos

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|--|------------------------|---------------------|
| ➤ Fazer cópia da lista de presença e da ata de reunião e distribuir para cada associação | Consórcio UHE Itaocara | 05/08/2011 |
| ➤ Ferramentas para início da oficina de trabalho | Consórcio UHE Itaocara | 3ª semana de agosto |

As próximas reuniões serão realizadas no formato de oficinas que ficam previamente agendadas para a terceira semana de agosto de 2011, em local a ser definido pelo Consórcio, a infraestrutura também será de responsabilidade do consórcio.

Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião do
Paraíba, Santo Antônio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itaipava.

Dia: 06/07/2011 Hora: 10h

| Nome | Telefone | Localidade |
|----------------------------------|-------------|---------------------------|
| 1. Cecília Muller Reisello | 98189939 | SP - A. Pádua |
| 2. José Gonçalves | | PORTO DOS SANTOS |
| 3. José Sabino Pinheiro de Jesus | 99999522 | Porto dos Santos RJ |
| 4. Joséil Viana Alves | 999988377 | Porto dos Santos RJ |
| 5. ALISSON CARVALHO CAROSO (ADV) | 89029797 | ITAOCARA-RJ |
| 6. WILSON VIEIRA ALVES APPRPS | 38614049 | ILHA CAPIXETE ITAOCARA RJ |
| 7. JEFFERSON PEREIRA RENTEIRO | 38530822 | ASPASA |
| 8. Adriel Fulinelli | 38534816 | ASPASA Tesoureiro |
| 9. M ^o de Estima | 21-260.5008 | FIBERT |
| 10. JAYCE CICTAMO | 21-99786490 | UHE ITAOCARA |
| 11. Paulo Gonçalves Santos | | |

↓

Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião do Paraiba, Santo Antonio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itaocara.

Dia: 06/07/2011 Hora: 10h

| Nome | Telefone | Localidade |
|--------------------------------------|-----------|--|
| 1- <i>Paulino Angelo Silva</i> | 92289314 | São Judelso |
| 2- <i>Alina Helena Angelo</i> | 29522638 | PIREZA |
| 3- <i>Daniel Vieira de Rocha</i> | | Curça |
| 4- <i>Helena Roseana Romualdes</i> | 99357193 | Sorocaba [*] |
| 5- <i>Paulo Roberto Magalhães</i> | 81369241 | Santo Antonio - Cadua |
| 6- <i>Genival Lourenço de Melo</i> | 81992328 | Santo Antonio de Pádua |
| 7- <i>Valdomiro Pereira de Melo</i> | 86323301 | S.A. de Pádua |
| 8- <i>Roberto Jacinto Quilata</i> | 39522553 | PIREZINHA |
| 9- <i>Luiz Carlos de Sousa Silva</i> | 278186080 | Pa. de Sousa |
| 10- <i>Rinaldo de Barros</i> | | Assunção Gonçalves do Sanga [*] |
| 11- <i>Edson Roberto de Souza</i> | | |

2

Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião do Paraiba, Santo Antonio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itaocara.

Dia: 06/07/2011 Hora: 10h

| Nome | Telefone | Localidade |
|---|-------------|------------------------------------|
| 1- <i>João Manoel Gomes</i> | 99575151 | Pedra Furada |
| 2- <i>Alcides Soares de Souza</i> | | '' |
| 3- <i>Antonio Severina Leite</i> | | '' |
| 4- <i>Assel Teixeira Justo</i> | 99579059 | Pedra Furada |
| 5- <i>Romero Lima Roberto Junior</i> | 28211012 | Pedra Furada |
| 6- <i>Valdo de Souza Silva (ASPASA)</i> | 38534804 | PARAQUEARA, SANTO ANTONIO DE PÁDUA |
| 7- <i>JOSE MARCELO MEX. (ASPASA)</i> | | PRESIDENTE SANTO ANTONIO DE PÁDUA |
| 8- <i>Valdomiro de Souza (ASPASA)</i> | 51016753 | SECRETARIA PARANAGUARA |
| 9- <i>Augusto Fialho Pinto</i> | 08002422979 | UHE Itaocara |
| 10- <i>Roberto Cláudio Lima</i> | '' | '' |
| 11- | | |

3



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

MEM03 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO RESERVATÓRIO

| Data: 22/03/2012 | Início: 14:00 h | Término: 17:00 h |
|---|---|---|
| Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara/RJ | | |
| Objetivo: Dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Ex-presidente |
| Winer Pereira Monteiro (Nino) | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| José Francisco Melo (Neném) | APPROSAP | Presidente |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia Z-21 | Presidente |
| Jose Ferreira Silva (Ratinho) | Colônia Z-21 | Associado em Cambuci |
| Francisco Carlos Paiva Martins (Carlinho Porquinho) | Colônia Z-21 | Associado |
| Daniel Fortes Fonseca | Colônia Z-21 | Associado em Itaperuçu |
| Rivani dos Santos Rufino | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Ernani Bastos | Ass. São Sebastião do Paraíba | Presidente |
| Neuzita Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Assistente Social representante da Z-21 |
| Pompilio Guimarães | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado representante da Z-21 |
| Alan Ducasble | Ministério da Pesca e Aquicultura (SFPA-RJ) | Superintendente interino |
| Maria Paula Almeida | Ministério da Pesca e Aquicultura (SFPA-RJ) | Engenheira de Pesca |



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | | |
|------------------|------------------------|-----------------------|
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Karen Esteves | Consórcio UHE Itaocara | Analista Ambiental |
| Jackelline Faria | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação

Conforme acertado entre as partes, compareceram à reunião somente as lideranças da Z-21 que representaram as diversas associações existentes ao longo do rio Paraíba do Sul no trecho da Área de Influência Direta da UHE Itaocara. Desta forma, o grupo foi reduzido de 36 (número de lideranças que compareciam às reuniões anteriores) para cerca de quatorze participantes, o que facilitará o processo das reuniões para a negociação. O Sirley reiterou que somente estarão sob sua liderança aqueles pescadores filiados à Z-21, ou seja, os pescadores artesanais que possuem carteira de pescador junto à Z-21.

Estavam presentes na reunião o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita – advogado e assistente social que representam a Colônia Z-21.

Fizeram-se presentes também dois representantes do Ministério da Pesca - MPA, o Sr. Alan Ducasble e a Sra. Maria Paula Almeida.

Leitura da pauta e proposta para condução dos trabalhos;

Inicialmente o Sr. Redelvim fez uma breve apresentação da proposta da pauta da reunião a ser seguida, que abordaria os seguintes itens:

Histórico das reuniões anteriores:

Foi feito um breve relato das diversas reuniões realizadas anteriormente com os representantes dos pescadores e das reuniões com o representante da colônia Z-21, salientando as dificuldades encontradas na ocasião das reuniões devido ao grande número de participantes e à troca/alternância constante dos mesmos. Nesta oportunidade relataram-se os principais interesses dos pescadores que foram registrados nos encontros e a necessidade de se trabalhar com um grupo constante.

Proposição da metodologia para condução dos trabalhos para elaboração do termo de acordo:

Cronograma: os trabalhos para a elaboração do termo de acordo serão realizados no período compreendido entre os meses de abril e outubro de 2012;

Desenvolvimento dos trabalhos: os trabalhos serão desenvolvidos em formato de oficinas, que terá como produto final o termo de acordo. Neste sentido, ações tais como levantamento de interesses, análise dos interesses à luz dos impactos causados pelo empreendimento e (critérios)

proposição de medidas que reduzam os impactos causados pelo empreendimento são imprescindíveis. Nesta oportunidade foi feita uma correlação de alguns interesses dos pescadores com determinados impactos causados pelo empreendimento, de maneira que ficasse evidenciada a necessidade do aprofundamento do conhecimento sobre os temas para que possamos adotar a medida mitigadora adequada: ex.: público alvo do projeto – realização de um “Levantamento” para saber quem pesca no trecho da AID.

Neste momento, houve duas interferências importantes: a primeira do Sr. Pompilio, dizendo que todos ali já sabiam dos impactos causados pelo empreendimento e que a perda seria total e irreversível, que não adiantava ficar mostrando os impactos como se não fossem causar danos graves. Disse ainda que sua equipe foi a vários empreendimentos e ouviu relatos terríveis sobre os danos e que a população de pescadores encontrava-se sempre à mingua após a construção dos barramentos. Desta forma deveríamos partir para uma negociação mais direta e rápida, com menor número de participantes, visto que ele representa 380 atingidos e acha o tempo proposto para os trabalhos é muito longo e que deveria ser rápido, em poucas reuniões, com público reduzido.

A Sra. Neuzita pediu a palavra para demonstrar sua preocupação com a preservação dos direitos humanos e a necessidade de se adotar medidas efetivas de proteção para os pescadores e suas famílias, pois em todos os locais onde houve barramentos, a categoria de pescadores foi a que mais sofreu com os impactos.

Houve diversas manifestações por parte dos líderes dos pescadores, dizendo que o que eles querem é dinheiro e que seja rápido, entretanto, se as medidas para a colônia forem adotadas serão bem vindas, mas são de interesse secundário, reforçando assim a posição do Sr. Pompilio.

Informamos que sem aprofundar o conhecimento sobre as possíveis perdas e interesses divergentes, não haverá como realizar as ações supracitadas e que a nossa política será a de fortalecer a colônia e a manutenção da atividade produtiva, favorecendo assim o público de pescadores como um todo e que as medidas para os pescadores no trecho do barramento serão diferenciadas. Caso sejam identificadas perdas individuais e comprovadas, as mesmas deverão ser pagas, mas não necessariamente em forma pecuniária para o indivíduo.

Por diversas vezes o Sr. Josias, pescador convidado pelo Consórcio, interferiu no andamento da reunião falando do tempo perdido, dos prejuízos causados ao longo dos anos devido às indefinições, da questão dos proprietários rurais de Porto Marinho que estão ficando sem negociar, etc..

A segunda interferência relevante foi feita por parte do Sr. Sirley, que discordou de maneira veemente da elaboração de um “Cadastro”, visto que não é função do Consórcio e sim do Ministério da Pesca - MPA. Desta forma, entende que os pescadores atingidos são todos os registrados na Z-21 cujo cadastro e carteiras são feitas pelo MPA. Reafirmou também que haverá perdas significativas e irreversíveis, que não adianta ficar discutindo o que todos já sabem.

O Sr. Redelvim questionou o posicionamento do Sr. Pompilio quanto à sua representatividade e que o seu discurso estava sendo desarticulador e contraditório, quando propunha a redução dos participantes/líderes na mesa de negociação e simplificação da questão a quesitos meramente pecuniários. Quanto à questão posta pelo Sr. Sirley afirmou que o “cadastro” ou “registro” dos pescadores ou levantamento do número de pescadores atingidos, não importa o qual o nome, é um instrumento de trabalho do Consórcio e que será feito por meio de entrevistas com pescadores e lideranças a partir do cadastro do MPA.

Diante das discussões acaloradas, o Sr. Alan Ducasble interferiu oferecendo a mediação do MPA para o processo, visto que estava visível a existência de um conflito que pode se agravar. Mostrou a importância de o grupo permanecer unido e reafirmou a prerrogativa do MPA como entidade representativa quanto à elaboração e ratificação do cadastro de pescadores que atuam na Área de Influência Direta - AID. Para que o MPA entre formalmente no processo é necessário que o

Consórcio encaminhe uma solicitação formal, acompanhada das atas e memórias de reuniões já acontecidas.

A Sra. Maria Paula Almeida, engenheira de pesca do Ministério da Pesca, afirmou que o Consórcio está no caminho certo negociando de forma coletiva/participativa e que além de quaisquer compensações financeiras os representantes deveriam refletir sobre propostas sustentáveis da manutenção da atividade pesqueira e da renda. Reiterou a necessidade de participação de diversos atores que poderiam contribuir com o processo que estamos discutindo.

Neste momento o Sr. Redelvim reafirmou a necessidade da condução do processo de forma participativa e que qualquer decisão deverá ser baseada em critérios legítimos devidamente justificados, sobre a qual deverá ser estabelecida uma visão compartilhada de diversos atores tais como IBAMA, Comitê de Bacia do PS, EMATER, SEBRAE, Ministério Público - MP, etc..

Desta forma foi consenso de que é necessária a participação de outros atores sociais que auxiliem na busca de soluções, entretanto o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita disseram não concordar com a participação do MP.

O Sr. Redelvim Dumont esclareceu que a efetivação/execução das negociações acordadas só será iniciada após a obtenção da Licença de Instalação - LI.

Quando questionado sobre a construção da barragem e início das obras, o Sr. Redelvim informou isto se dará em função da obtenção da LI, que provavelmente ocorrerá no 2º semestre de 2012. Na oportunidade, foi informado a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL solicitou a devolução do processo da UHE Itaocara II para a realização de mais estudos, portanto o licenciamento e a construção deste empreendimento estão temporariamente adiados e sem previsão para retomada.

A partir da fala do representante do MPA referente à necessidade da participação de outros atores tais como IBAMA, FIPERJ, MPA, MP, EMATER e SEBRAE que poderão contribuir para a consolidação do processo de negociação, foi consenso entre as partes que estas entidades poderão ser convidadas no decorrer do processo.

O MPA se propôs a participar de todas as reuniões com a função mediadora e ficou encarregado de convidar o IBAMA para fazer o mesmo.

Durante a reunião foi distribuído o boletim informativo do Consórcio mais recente que contém a publicação da LP.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|---------------|--------|
| ➤ Enviar ao MPA as memórias das reuniões realizadas com os pescadores | Redelvim | |
| ➤ MPA convidar o IBAMA para participar das próximas reuniões | Alan Ducasble | |
| ➤ MPA irá fornecer a lista dos pescadores registrados na AID | Alan Ducasble | |
| ➤ Marcar a próxima reunião | Redelvim | |

| PBA | Não excluir esta página

UHE Itaocara

Projeto Básico Ambiental - PBA

Junho de 2011



2471-00-PBA-RL-0001-00 Rev. nº 00

Preencher os campos abaixo

| | | |
|---------------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| Coordenador: | Fernanda Barbosa | |
| Consultor: | | |
| Revisão Ortográfica por: | | Data: |
| Formatado por: | Roberta Nascimento | Data: |
| Última Gravação por: | | Data: 11/04/2012 09:03 |
| Obs: | Impressão Frente e Verso | |

ÍNDICE

| | |
|--|------------------------------|
| Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras | 1 |
| 1.1.1.1 - Introdução | 1 |
| 1.1.1.2 - Justificativas | 2 |
| 1.1.1.3 - Requisitos Legais | 2 |
| 1.1.1.4 - Objetivos | 3 |
| 1.1.1.4.1 - Objetivo Geral | 3 |
| 1.1.1.4.2 - Objetivos Específicos | 3 |
| 1.1.1.5 - Metas | 4 |
| 1.1.1.6 - Acompanhamento e Avaliação | 6 |
| 1.1.1.7 - Público-Alvo | 6 |
| 1.1.1.8 - Metodologia | 4 |
| 1.1.1.8.1 - Atividades a serem desenvolvidas | Erro! Indicador não definido |
| 1.1.1.9 - Equipe Técnica Responsável pela Elaboração do Programa | 6 |
| 1.1.1.10 - Equipe Executora | 8 |
| 1.1.1.11 - Planilha Detalhada de Custos | 9 |
| 1.1.1.12 - Cronograma de Implantação | 9 |
| 1.1.1.13 - Inter-relação com outros Programas | 9 |
| 1.1.1.14 - Bibliografia | 10 |

Para numeração oculta (NG)

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

Legendas

| | |
|--|-------------------------------|
| Quadro 1-1 - Legenda do Quadro - ALT + L | Erro! Indicador não definido. |
| Gráfico 1-1 - Legenda do Gráfico | Erro! Indicador não definido. |
| Figura 1-1 - Legenda da Figura | Erro! Indicador não definido. |
| Figura 1-2 - Legenda da Figura | Erro! Indicador não definido. |

VERSÃO PRELIMINAR

Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras

1.1.1.1 - Introdução

Conforme levantado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), no trecho do rio Paraíba do Sul onde é pretendida a instalação da UHE Itaocara I, ocorre tanto a prática de atividades pesqueiras artesanais, como a de subsistência e a amadora (esportiva).

Em relação aos pescadores amadores, existe uma tendência para a manutenção de suas atividades no ambiente de reservatório. Apesar da provável mudança na composição das assembléias de peixes, observa-se que em vários reservatórios de usinas hidrelétricas, incluindo empreendimentos na bacia do Paraíba do Sul, existe a prática da pesca esportiva, como na UHE Funil, localizada na altura dos municípios de Resende e Itatiaia (RJ). No reservatório deste empreendimento registrou-se (ALERJ, 2006) a ocorrência, dentre outras, das seguintes espécies: lambari (aproximadamente 50% do pescado capturado), tucunaré (aproximadamente 2% das capturas) e corvina (aproximadamente 6%). Destaca-se que esta atividade é explorada, também, como atrativo turístico na região citada como exemplo.

Neste sentido, pode-se projetar que a atividade de pesca amadora, atualmente realizada na área da UHE Itaocara I poderá continuar, embora baseada em outras espécies. No entanto, é importante considerar que a implantação da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório e outras medidas ambientais, em geral, podem contribuir para proporcionar uma oferta de pescado para tal atividade.

Esta realidade também poderá se estender a pesca de subsistência. Destaca-se que este grupo de pescadores reside na ADA do empreendimento, sendo, portanto, parte da população a ser realocada e público alvo de programas específicos.

No caso específico dos pescadores artesanais, que desenvolvem suas atividades na Área Diretamente Afetada (ADA), percebe-se que sua forma de obtenção de renda poderá sofrer transformações. Neste sentido, torna-se necessária a implementação de uma série de ações, visando mitigar os efeitos destes impactos.

Entende-se que o meio mais adequado de formular ações para reduzir os efeitos sobre este grupo, prescinde da necessidade da abertura de espaço de diálogo, participação e planejamento,

envolvendo os diversos atores sociais, como forma estratégica para o estabelecimento de uma visão compartilhada em busca de soluções sustentáveis.

Cabe ressaltar que o empreendedor vem desenvolvendo, desde Abril de 2011, diálogo com os pescadores artesanais potencialmente atingidos e seus representantes, com o objetivo de estabelecer diretrizes para um Termo de Acordo Coletivo. Este Termo terá como premissa a negociação baseada em princípios e critérios objetivos, pactuados entre as partes (ver Memórias de Reunião ANEXO XXXX). Desta forma, incluiu-se a população atingida no contexto do planejamento do Programa de Readequação da Atividade Pesqueira. Os resultados destas interações, ainda em andamento, orientaram a formulação o presente documento.

1.1.1.2 - Justificativas

O Programa de Readequação da Atividade Pesqueira se justifica pela necessidade de proporcionar aos pescadores que serão afetados pelo empreendimento, durante e após sua construção, atividades alternativas que permitam a geração de renda equivalente ou, preferencialmente superior, àquela obtida com as práticas pesqueiras anteriores à instalação do empreendimento.

O relatório da Comissão Especial de Atingidos por Barragem/Conselho de Defesa da Pessoa Humana reforça a necessidade de cuidado ao negociar com esta população, pois historicamente as práticas indenizatórias (em dinheiro) não têm sido capazes, por si mesmas, de recompor ou engendrar novos arranjos e cadeias produtivas uma vez que não oferecem os meios para a manutenção das condições de vida e menos ainda para a sua melhoria. Para tanto, devem ser formuladas medidas que visem à manutenção de condições de produção e que sejam adaptadas às condições socioeconômicas dos pescadores artesanais e de sua heterogeneidade e da mesma forma priorizem o tratamento e ações essencialmente coletivas.

Destaca-se que a diversidade e complexidade desta comunidade e suas relações com o meio ambiente reforçam a premissa de se buscar formas de relacionar e planejar os processos de negociação de forma participativa e pedagógica de modo a permitir o tratamento isonômico e coletivo para a reparação das possíveis perdas ocasionadas pelo advento do empreendimento.

1.1.1.3 - Requisitos Legais

Lei da Pesca (Lei Nº 11.959, de 29/06/2009), bem como do Decreto Nº 7.342 de 26/10/2010.

Verificar aplicabilidade do decreto de 2011 sobre cadastro socioeconômico, que inclui pescadores.

1.1.1.4 - Objetivos

1.1.1.4.1 - Objetivo Geral

Promover a gestão coletiva dos impactos sobre a atividade pesqueira na área de influência direta da UHE Itaocara I de modo a se obter maior eficácia e efetividade das medidas mitigadoras propostas.

1.1.1.4.2 - Objetivos Específicos

- Identificar os pescadores artesanais da Área de Influência Direta (AID) que terão sua atividade impactada pelo empreendimento;
- Identificar tecnologias sociais, disponibilizando-as para análise e utilização pela comunidade de pescadores;
- Identificar e desenvolver projetos para o fortalecimento da Colônia Z-21 e outras entidades representativas dos pescadores atingidos, localizadas na AID;
- Elaborar Termo de Acordo que vise à reparação coletiva, bem como propor ações diferenciadas para os pescadores que desenvolvem suas atividades na Área Diretamente Afetada (ADA), a serem identificados por Cadastro;
- Apoiar ações para a implantação do ordenamento das atividades pesqueiras no trecho afetado.
- Estabelecer parcerias com entidades representativas para o desenvolvimento dos projetos pactuados;

1.1.1.5 - Metas

- Definir, com a participação da Colônia Z-21 e de entidades representativas dos pescadores da AID, os critérios de identificação dos pescadores para elaboração do Cadastro.
- Elaborar o Cadastro de pescadores pelo menos 06 (seis) meses antes do início da obra, considerando o período de defeso;
- Realizar 01 (um) Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) durante a fase pré-obra;
- Elaborar 01 (um) Termo de Acordo na fase pré-obra;
- Iniciar a implementação do Termo de Acordo na fase de construção do empreendimento.
- Elaborar 03 (três) relatórios de etapas da fase pré-obra, 06 (seis) relatórios semestrais durante a implantação e 01 (um) relatório final consolidado.

1.1.1.6 - Metodologia

Este programa será desenvolvido em 04 etapas: elaboração de cadastro; identificação de interesses e projetos; estabelecimento de compromissos; e implementação dos projetos selecionados e propostos.

Etapa 1 - Elaboração do Cadastro de Pescadores

Identificação Preliminar dos Pescadores Afetados - Para a elaboração do cadastro de pescadores afetados pelo empreendimento serão inicialmente levantados os cadastros oficiais e não oficiais de pescadores existentes na região (colônias, associações, órgãos governamentais e outras instituições), elaborados em período anterior ao início das obras;

Cadastramento dos Pescadores - Com base nos registros levantados preliminarmente para a região a ser afetada, serão promovidas discussões com os pescadores e suas entidades representativas, buscando a melhor forma de cadastramento dos pescadores que atuam no rio Paraíba do Sul, especificamente no trecho entre o ponto à jusante de São Sebastião do Paraíba até a sede municipal de São Fidélis. Para essas discussões, serão considerados os termos constantes da Lei da Pesca (Lei Nº 11.959, de 29/06/2009), bem como do Decreto Nº

7.342 de 26/10/2010. A partir do consenso sobre a forma de aplicação da legislação pertinente e dos critérios para identificação dos pescadores será realizado o **Cadastro de Pescadores do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras**.

Determinação da renda média mensal por pescador artesanal afetado - A renda média mensal proveniente das atividades pesqueiras dos pescadores artesanais, que atuam no trecho entre o ponto a jusante de São Sebastião do Paraíba até a sede municipal de São Fidélis, será apontada no Cadastro. Este levantamento deverá visar à renda média mensal por pescador, no período anterior às obras de construção do empreendimento.

Etapa 2 - Identificação de interesses e seleção de projetos

Para identificação dos interesses e projetos passíveis de investimento pelo empreendedor é importante compreender as potencialidades, problemas e demandas dos pescadores. Para isso será utilizado um conjunto de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), tais como: grupos focais, entrevistas com formulários semi-estruturados, observação participante e dinâmicas de grupo.

Os interesses e projetos apontados pelos pescadores passarão por uma análise técnica de viabilidade por parte da equipe de implementação do programa. Após a seleção, os projetos serão apresentados aos pescadores para discussão e validação.

Ressalta-se que os projetos selecionados deverão levar em consideração os conhecimentos e práticas locais, sua aplicabilidade e retorno para o público alvo e incorporando o conceito de tecnologia social.

Etapa 3 - Estabelecimento de Compromissos

Elaboração do Termo do Acordo - Este documento deverá contemplar tanto os projetos coletivos, destinados aos pescadores da AID, quanto os projetos individuais/domésticos, os quais serão específicos para pescadores da ADA. O Termo deverá ser apresentado, discutido e referendado com os pescadores, os quais deverão assinar o Termo para viabilizar sua implantação.

Etapa 4 - Apoio à Implementação dos Projetos Selecionados

O apoio aos projetos selecionados será realizado através de ações de apoio formativo, técnico e estrutural.

1.1.1.7 - Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento e a avaliação deste programa, no sentido de verificação do alcance de seus objetivos e metas, serão realizados utilizando-se dos seguintes indicadores:

- Memória das oficinas realizadas com os pescadores e seus representantes;
- Cadastro dos pescadores realizado;
- Relatórios do DRP, com listagem dos projetos e interesses identificados;
- Termo do Acordo assinado entre as partes;
- Acordos de parceria com entidades representativas dos pescadores.
- Relatórios elaborados em cada etapa.

1.1.1.8 - Público-Alvo

O foco principal deste programa serão os pescadores artesanais da região que abrange o ponto logo à jusante de São Sebastião do Paraíba (Cantagalo-RJ) até a sede municipal de São Fidélis (RJ). Destaca-se que, neste trecho, serão diferenciados os pescadores que atuam essencialmente na ADA daqueles que estão presentes na AID à jusante do empreendimento. Isto porque, as relações estabelecidas e sua dependência da atividade pesqueira são diferenciadas e, portanto, necessitam de ações específicas (ver item **METODOLOGIA**).

1.1.1.9 - Operacionalização

A seguir, apresentam-se detalhes da operacionalização de cada etapa. Destaca-se que ao final de cada etapa, deverá ser elaborado um relatório consolidado das atividades desenvolvidas e das atividades previstas para o período.

Etapa 1 - Elaboração do Cadastro de Pescadores

Inicialmente, deverá ser realizado o levantamento de dados secundários. Em seguida, deverão ser realizadas reuniões com os representantes dos pescadores para o estabelecimento dos

critérios a serem considerados no Cadastro. Definidos os critérios, serão elaborados questionários semi-estruturados, de maneira a se obter tanto dados quantitativos quanto qualitativos.

Após esta etapa, a equipe do programa irá selecionar e treinar os agentes responsáveis pela coleta dos dados. Durante a campanha de coleta, os agentes deverão ser acompanhados e orientados presencialmente pela coordenação do Programa, de maneira a verificar a adequabilidade das informações coletadas e permitir o rápido preenchimento de lacunas que possam surgir durante as atividades.

Destaca-se que um ponto importante do Cadastro deverá ser o levantamento da renda mensal média dos pescadores, a qual irá subsidiar as medidas subseqüentes deste Programa. A determinação da renda será realizada tanto pelo quantitativo de pescado e valor auferido que forem declarados pelos pescadores entrevistados quanto pelo levantamento do preço do pescado na região.

Os questionários preenchidos deverão ser analisados estatisticamente, de maneira a se identificar a vulnerabilidade destes pescadores ao empreendimento. Os dados deverão ainda ser comparados com as informações secundárias levantadas inicialmente.

Por fim, o Cadastro deverá ser consolidado e apresentado aos representantes dos pescadores para reconhecimento e validação das informações.

Etapa 2 - Identificação de interesses e projetos

O diagnóstico rápido participativo será realizado a partir de oficinas junto aos pescadores da ADA e da AID ou seus representantes, com ênfase em metodologias lúdicas e participativas, para identificar interesses e projetos que receberão investimentos a título de compensação pelos impactos decorrentes do empreendimento.

As proposições identificadas no DRP serão avaliadas quanto a sua viabilidade técnica, bem como sua adequação às condições psicossociais dos pescadores. Além disso, serão feitas apresentações de experiências e visitas a outros locais onde foram desenvolvidas atividades similares.

Etapa 3 - Estabelecimento de Compromissos

A partir das informações levantadas no Cadastro, das interações entre empreendedor e pescadores, da consolidação das diretrizes e dos projetos resultantes bem como da avaliação das proposições do DRP, será elaborado um Termo de Acordo a ser assinado entre as partes.

Etapa 4 - Apoio à Implementação dos Projetos Selecionados

As atividades de apoio formativo consistirão em cursos e oficinas, voltadas para a capacitação e qualificação técnica dos pescadores cadastrados no Programa para participação nas atividades alternativas selecionadas.

As atividades de Apoio Técnico consistirão no acompanhamento e orientação, por técnicos especialistas, das atividades previstas no escopo de cada projeto.

As atividades de Apoio Estrutural consistirão no aporte de recursos para implementação da infra estrutura associada aos projetos selecionados.

Esta atividade será iniciada a partir da instalação do empreendimento e deverá ser contínua durante todo o período de obras. Nesta etapa, deverão ser elaborados relatórios semestrais apresentando as atividades desenvolvidas no período e planejadas para o próximo semestre. Ao final da instalação da usina, deverá ser elaborado um relatório consolidado, contendo avaliação crítica dos resultados do programa e definindo a periodicidade das ações na fase de operação do empreendimento.

1.1.1.10 - Equipe Executora

Para a execução do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras, serão necessários os seguintes profissionais:

- Coordenador Sênior - Responsável pela coordenação geral do Programa, orientação dos profissionais envolvidos na implementação e, avaliação do desenvolvimento do programa;
- Cientista Social - Responsável pela elaboração do Cadastro de Pescadores do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras. Responsável pela preparação de materiais, condução de oficinas e elaboração de relatórios;
- Educador Ambiental - Responsável pela preparação de materiais, condução de oficinas e elaboração de relatórios;
- Especialista em Pesca - Responsável pela elaboração do Cadastro de Pescadores do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras.

Responsável pela preparação de materiais, auxílio na condução das oficinas, reuniões e elaboração de relatórios;

- Ictiólogo - Responsável pela elaboração do Cadastro de Pescadores do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras. Responsável pela preparação de materiais, auxílio na condução das oficinas, reuniões e elaboração de relatórios.
- Agentes de Campo - Será necessária a contratação de três pesquisadores de campo (nível júnior) para a realização do cadastro dos pescadores.

1.1.1.11 - Planilha Detalhada de Custos

O quadro **no anexo XX** apresenta o detalhamento dos custos para a implementação do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras. Destaca-se que os valores referentes às oficinas e cursos, bem como o financiamento das atividades alternativas e compensação, previstas não estão contempladas.

1.1.1.12 - Cronograma de Implantação

Para efeito de planejamento, no **Anexo X** é apresentado um cronograma estimativo do desenvolvimento das atividades previstas no presente programa.

1.1.1.13 - Inter-relação com outros Programas

Este Programa se relaciona com o Programa de Monitoramento da Ictiofauna, Programa de Programa de Monitoramento da Carcinofauna, Programa de Resgate da Ictiofauna, Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA, Programa de Avaliação da Eficiência da Instalação de Mecanismo de Transposição de Peixes, Programa de Reativação das Atividades Econômicas e Geração de Renda, Programa de Acompanhamento da População Atingida, Programa de Resgate e Valorização de Aspectos Culturais, Programa de Comunicação Social, Programa de Educação Ambiental e Programa de Gestão Institucional e Relacionamento Comunitário.

1.1.1.14 - Equipe Técnica Responsável pela Elaboração do Programa

Os profissionais responsáveis pela elaboração do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras são apresentados no quadro a seguir.

| Nome | Formação Profissional | Registro Conselho de Classe | Registro IBAMA |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------|
| Ana Claudia Vieira de Jesus | Antropóloga | --- | 2011710 |
| Marco Antonio de Campos Mathias | Biólogo | CRBio Nº 7.033/2D-RJ | 266.223 |

1.1.1.15 -

1.1.1.16 - Bibliografia

ALERJ - Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente e. Rio Paraíba do Sul Reservatório de Funil: Poluição e Degradação Ambiental. Rio de Janeiro. 2006.

CARVALHAL, E. do. *et all* - **Negociação e Gestão de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editorial FGV. 2006.

CDPH - Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília - DF. 2006.

WCD - Dams And Development - A New Framework - The Report of The World Commission On Dams. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA. Novembro 2000.



Itaocara, 10 de abril de 2012

Nossa correspondência: 040 / IT / 2012 - AMB

Ao

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro

Av. Rodrigues Alves, 129 / 9º Andar.

Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.081-250

Ilmo. Sr. Alan Ducasble – *Superintendente Substituto*

Referência: UHE Itaocara I

Assunto: Mediação da negociação de termo de acordo com pescadores

Ilmo. Senhor,

O AHE Itaocara I, empreendimento para geração de energia hidrelétrica a ser implantado no baixo Paraíba do Sul, com área diretamente afetada localizada em três municípios fluminenses (Itaocara, Cantagalo, Aperibé e Santo Antônio de Pádua) e um município mineiro (Pirapetinga), foi objeto de leilão público para a sua Concessão, vencido pela Light Sinergias Ltda. em 15MAR01.

Em 20/06/2008 foi constituído o Consórcio UHE Itaocara, composto pelas empresas Itaocara Energia Ltda. e Cemig Geração e Transmissão S.A. e em SET09 a Concessão do empreendimento foi transferida para referido Consórcio.

Destaca-se que a Licença Prévia – LP foi concedida ao pelo IBAMA em 28DEZ11 mediante o atendimento de condicionantes prevendo medidas mitigadoras e ou compensatórias para os impactos relatados nos Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais – EIA/RIMA.

Sendo assim, o empreendedor deverá desenvolver proposta de negociação com a categoria de pescadores, que pactuada deverá ser implementada durante a implantação do empreendimento.

Em reuniões realizadas com Vossa Senhoria, em 22MAR12 e 03ABR12 houve manifestação de interesse de ambas as partes em que o MPA realize a mediação das negociações com a categoria de pescadores, a fim de que as negociações cheguem a bom termo, fortalecendo a atividade pesqueira no local de inserção da UHE Itaocara I.



Sendo assim, solicitamos que a mediação das negociações dos impactos causados pela UHE Itaocara I sobre a atividade pesqueira seja realizada pelo MPA.

Estamos encaminhando em anexo, todas as memórias das reuniões que já foram realizadas entre o Consórcio e os pescadores, bem como a minuta do Programa de Readequação Pesqueira. Destacamos que este Programa poderá ser alterado em função da análise da equipe técnica do IBAMA-RJ.

Agrademos a sua atenção e nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

Pub. de
23/04/2012
Crudo



Itaocara, 22 de maio de 2012

Nossa correspondência: 045 / IT / 2012 - AMB

Ao

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro

Av. Rodrigues Alves, 129 / 9º Andar,

Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.081-250

Ilmo. Sr. Alan Ducasble – *Superintendente Substituto*

..

Referência: UHE Itaocara – processo nº 3770005122012-40

Assunto: Solicitação de cópia de processo

Ilmo. Senhor,

Vimos por meio desta, solicitar cópia do Processo nº 3770005122012-40 referente à UHE Itaocara.

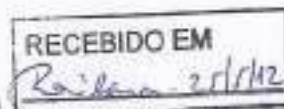
Agrademos a sua atenção e nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Amarinho

Diretor

Consórcio UHE Itaocara



Jandira Cruz Ribeiro
Chefe de Divisão
Substituta - OMPA
Mau. 25/5/12



Itaocara, 08 de maio de 2015

Nossa correspondência: 081 / IT / 2015 - AMB

A

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Av. Governador Roberto da Silveira (antiga Av. do contorno) – nº 3500 – Bairro Barreto
Niterói – RJ. - CEP: 24110-206
(61) 9871-1409 / (21) 2719-9778 / (21) 2719-9384
sfpa.rj@mpa.gov.br - suely.amaral@mpa.gov.br

Ilma. Sra. **Suely Amaral Santos Silva**
Superintendente

Assuntos: **Informação sobre Leilão de Concessão 2015**

Solicitação de reunião

Referências: **Licenciamento Ambiental – UHE Itaocara**

Prezado Sra.

É com grande satisfação que o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig Geração e Transmissão e Itaocara Energia (Grupo Light), informa que venceu o leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), realizado no dia 30 de abril, e retomará a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica Itaocara I.

A Usina terá capacidade de gerar 150 Megawatts e será construída no rio Paraíba do Sul e abrangerá os municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara e Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, e Pirapetinga, em Minas Gerais.

A construção da usina deve gerar aproximadamente 1.200 empregos diretos e 2.200 indiretos no pico da obra e, conseqüentemente, irá movimentar a economia da região. O início das obras está previsto para o início de 2016 e estima-se que a usina entrará em operação no 2º sem. de 2018.

O Consórcio UHE Itaocara já possui as Licenças Prévia e de Instalação, emitidas pelo IBAMA.

O Consórcio ainda está envolvido com atividades relativas ao Leilão e nos próximos meses irá reestruturar seus canais de comunicação para sanar dúvidas e informar sobre as ações que devem ser realizadas antes do início efetivo da obra como, por exemplo, envio de currículos, capacitação da mão de obra local, negociação de propriedades, parcerias com as prefeituras, entre outras.

Informamos que nosso escritório permanece à Rua Marechal Floriano Peixoto 152, Bairro Jardim da Aldeia, Itaocara/RJ, com telefone 22-3861.2800 e 0800-282-2974 e estaremos mobilizando nossa equipe de gestão ambiental no período de junho a dezembro de 2015.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Amarillo
Diretor
Consórcio UHE Itaocara
Gerenciamento da Comunicação

Recebido na SFPA-RJ
Em, 02 / 06 / 2015
#488
Engenharia
Mat. STAPE 1820697
SFPA-RJ / MPA
Almeida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CADASTRADO
NO MPADOC/RJ

MINISTÉRIO DA PESCA E
AQUICULTURA
SFPA-RJ
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
00377.000512/2012-40

17 ABR 2012

INTERESSADO:
PESCADORES ASSOCIADOS PELA HIDROELETRICIDADE UHE ITAOCARA I

ASSUNTO: CONSERVAÇÃO AMBIENTAL PARA A ATIVIDADE DE PESCA NA BARRAGEM PELA HIDROELETRICIDADE UHE ITAOCARA I. CÓDIGO:

OUTROS DADOS:

MOVIMENTAÇÕES

| S ^{EQ} | SIGLA | CÓDIGO | DATA | S ^{EQ} | SIGLA | CÓDIGO | DATA |
|-----------------|----------|--------|----------|-----------------|-------|--------|------|
| 01 | Raici RJ | | 18/04/12 | 15 | | | / / |
| 02 | | | / / | 16 | | | / / |
| 03 | | | / / | 17 | | | / / |
| 04 | | | / / | 18 | | | / / |
| 05 | | | / / | 19 | | | / / |
| 06 | | | / / | 20 | | | / / |
| 07 | | | / / | 21 | | | / / |
| 08 | | | / / | 22 | | | / / |
| 09 | | | / / | 23 | | | / / |
| 10 | | | / / | 24 | | | / / |
| 11 | | | / / | 25 | | | / / |
| 12 | | | / / | 26 | | | / / |
| 13 | | | / / | 27 | | | / / |
| 14 | | | / / | 28 | | | / / |

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
- SENAPRO -



MINISTÉRIO DA PESCA E
AQUICULTURA

SFPA-RJ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

00377.000512/2012-40

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
Superintendência de Pesca e Aquicultura do Rio de Janeiro
Rua Rodrigues Alves, 129 9º andar sala 904 – Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20081-250 – Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2253-0127 - Fax: (61) 2253-1905

17 ABR 2012

Ao Protocolo SFPA/RJ/MPA

Rio, 17 de abril de 2012.

Solicitamos as providencias do Protocolo no sentido de autuar a documentação anexa, conforme abaixo.

INTERESSADO: PESCADORES ATINGIDOS PELA HIDROELÉTRICA UHE ITAOCARA I.

DOCUMENTO: Relatório da participação na reunião entre pescadores do Rio Paraíba do Sul (RJ) e a Empresa Itaocara Energia sobre impactos da construção da Hidroelétrica; Projeto Básico Ambiental - PBA; Memórias das reuniões que já foram realizadas entre o Consócio UHE Itaocara e os pescadores.

ASSUNTO: COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA A ATIVIDADE PESQUEIRA IMPACTADA PELA HIDROELÉTRICA UHE ITAOCARA I.

Atenciosamente,

Lucas Alves Teixeira
Agente Administrativo
Mat. Siape: 1819059

Este processo contém
inicialmente 47 fls.
SFPA/RJ 107
Ass



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Superintendência Federal no Rio de Janeiro

Avenida Rodrigues Alves, 129 sala 803

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.081-260

Telefone: (21) 2291-4141 Ramal 1903 - Tel: (21) 22630380

maria.almeida@mpa.gov.br

Relatório da participação na reunião entre pescadores do Rio Paraíba do Sul (RJ) e a Empresa Itaocara Energia (UHE Itaocara I) sobre impactos da construção da Hidroelétrica

Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, 27 de março de 2012

1. Introdução

O Senhor Sirley de Souza Ornelas, presidente da Colônia de Pescadores Z-21 de São Fidelis- RJ convidou a SFPA-RJ/MPA para participar da primeira reunião entre pescadores artesanais da Colônia Z 21 e a Empresa Itaocara Energia (UHE Itaocara I) sobre impactos da construção da Hidroelétrica na região. Na ocasião ele nos informou que a própria empresa enviaria convite para a participação do MPA. Portanto, o Senhor Superintendente Luciano Vidal, designou o Senhor Alan Ducasble, Superintendente Substituto e a Senhora Maria Paula Almeida, engenheira para esta atividade.

A UHE Itaocara I (Itaocara Energia Ltda.) tem como empreendedores um consórcio entre Cemig e Light, pretendendo construir uma hidroelétrica no Rio Paraíba do Sul com reservatório de 41,46 km² abrangendo os municípios de Aparibé, Itaocara, Cantagalo, Santo Antonio de Pádua no estado do Rio de Janeiro e ainda Pirapetinga no estado de Minas Gerais. O IBAMA concedeu a Licença Previa (LP) para a instalação da Usina Hidroelétrica de Itaocara I em dezembro de 2011. A Empresa previamente entregou ao IBAMA, Superintendência do Rio de Janeiro, o Plano Básico Ambiental (PBA) contendo o detalhamento dos programas ambientais e sociais que o Consorcio pretende assumir durante a construção da usina. Está prevista a construção de um novo reservatório Itaocara II a montante do Itaocara I porém este ainda está em análise na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Desde o início, a Colônia Z 21 vem participando do processo, tendo sido realizada 7 reuniões com os pescadores associados a Colônia. São 400 pescadores em 9 municípios filiados a Colônia. A Colônia contratou um advogado (Senhor Pompilio Guimarães) para representar os pescadores e ainda uma consultora para realizar estudo sócio econômico das famílias dos pescadores associados (Senhora Neuzita Ferreira). Até o momento 380 pescadores associados a Colônia Z.21 tem participado do processo.

Segundo a visão dos pescadores e da Colônia, levantada no estudo socioeconômico e nas reuniões, a hidroelétrica terá um impacto muito grande sobre a

PAI - R.
03
2
COI

pesca no Rio Paraíba do Sul, afetando sobremaneira os 400 pescadores que vivem desta profissão. Como há mais dois reservatórios já construídos na região, represando o Rio Paraíba do Sul e o Rio Pomba, os pescadores têm experiência dos impactos possíveis, embora o reservatório a ser construído para o UHE Itaocara I seja bastante maior.

2. Reunião com os pescadores

No dia 22 de março de 2012, Alan Ducasble e Maria Paula Almeida, realizaram reunião com alguns pescadores da Colônia Z 21, incluindo seu presidente Sirley Omelas. Estavam presentes também o advogado da Colônia e a consultora, Sr Neuzita. Nesta ocasião, eles explicaram que gostariam muito que o MPA pela SFGA-RJ participasse desta primeira reunião entre os pescadores e a Empresa. Afirmou que isso já havia sido discutido com o Senhor Redelvim Dumont, Coordenador de Meio Ambiente da UHE Itaocara.

Pela tarde participamos da reunião com pescadores do Rio Paraíba do Sul para tratar dos impactos e compensações da construção da Usina Hidroelétrica Itaocara (UHE Itaocara) da empresa Itaocara Energia Ltda, consórcio entre Cemig e Light. Estavam presentes cerca de 10 pescadores representantes da Colônia Z 21 e das Associações de pescadores, o advogado e a consultora e os dois representantes da SFGA-RJ/MPA. A presença do MPA na reunião foi muito bem aceita pelo representante da Empresa e por todos os pescadores que informaram que é fundamental a presença do MPA como mediador das negociações.

O coordenador de meio ambiente da UHE Itaocara apresentou a lista de 28 impactos da construção do reservatório sobre a pesca que consta no EIA/RIMA para a Licença de Instalação. Porém, foi observado que não há na lista o impacto da diminuição do volume de pescado. Há apenas a "redução da diversidade da fauna aquática" que não contempla a redução de espécies mas não da densidade de pescado no Rio Paraíba do Sul.

Muitos representantes dos pescadores fizeram uso da palavra para questionar que a Empresa está subestimando os impactos sobre a pesca; também reclamam que a Empresa não está considerando todo o trecho do Rio que terá impacto e nem todos os pescadores que exercem suas atividades de forma igualitária. Foi também levantado que os pescadores querem indenização em dinheiro e não somente em projetos. O Presidente da Z 21 pediu explicações do que seria um "cadastro de reconhecimento" que a Empresa está querendo fazer.

Em resposta, o representante da SFGA-RJ/MPA mostrou, apontando a Lei que a competência de apontar quem são os pescadores profissionais é do MPA, através do Registro Geral da Pesca (RGP). O Sr. Redelvim disse que este cadastro é para registrar o nível de impacto para cada pescador e portanto, qual seria a compensação que será diferenciada, conforme a localização do pescador.

O Coordenador de Meio Ambiente da UHE Itaocara informou que estará fazendo mais reuniões com os pescadores até junho de 2012 para discutir as



compensações. Ele apresentou idéias para critérios para o pagamento dos diversos grupos que serão impactados porém informou que a empresa não pretende indenizar em dinheiro e sim em projetos.

Ao final da reunião, a Empresa informou que além do MPA chamará outros atores para participar do processo como IBAMA e FIPERJ.

3. Perspectivas futuras

- Participação da SFPA-RJ/MPA nas próximas reuniões de negociação entre empresa e pescadores;
- Abertura de processo na SFPA-RJ/MPA sobre a questão através dos documentos a serem enviados pela Empresa e pela Colônia Z 21;
- Confecção do presente relatório e busca de informações sobre uma primeira reunião da UHT Itaocara que houve participação do MPA sede.

..

Maria Paula Almeida e Alan Ducasble
Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Rio de Janeiro

Luciano de Oliveira Vidal
Superintendente Federal da Pesca e Aquicultura no Rio de Janeiro
Ciente em ___/___/___



| PBA | Não excluir esta página

UHE Itaocara

Projeto Básico Ambiental - PBA

Junho de 2011

2471-00-PBA-RL-0001-00 Rev. nº 00

Preencher os campos abaixo

Coordenador: **Fernanda Barbosa**

Consultor:

Revisão Ortográfica por:

Data:

Formatado por: **Roberta Nascimento**

Data:

Última Gravação por:

Data: **11/04/2012 09:03**

Obs: Impressão Frente e Verso



ÍNDICE

Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras1

 1.1.1.1 - Introdução1

 1.1.1.2 - Justificativas2

 1.1.1.3 - Requisitos Legais2

 1.1.1.4 - Objetivos3

 1.1.1.4.1 - Objetivo Geral3

 1.1.1.4.2 - Objetivos Específicos3

 1.1.1.5 - Metas4

 1.1.1.6 - Acompanhamento e Avaliação6

 1.1.1.7 - Público-Alvo6

 1.1.1.8 - Metodologia4

 1.1.1.8.1 - Atividades a serem desenvolvidas Erro! Indicador não defin

 1.1.1.9 - Equipe Técnica Responsável pela Elaboração do Programa6

 1.1.1.10 - Equipe Executora8

 1.1.1.11 - Planilha Detalhada de Custos9

 1.1.1.12 - Cronograma de Implantação9

 1.1.1.13 - Inter-relação com outros Programas9

 1.1.1.14 - Bibliografia10

Para numeração oculta (NG)

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|



Legendas

Quadro 1-1 - Legenda do Quadro - ALT + L Erro! Indicador não definido.

Gráfico 1-1 - Legenda do Gráfico Erro! Indicador não definido.

Figura 1-1 - Legenda da Figura Erro! Indicador não definido.

Figura 1-2 - Legenda da Figura Erro! Indicador não definido.



..



Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras

1.1.1.1 - Introdução

Conforme levantado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), no trecho do rio Paraíba do Sul onde é pretendida a instalação da UHE Itaocara I, ocorre tanto a prática de atividades pesqueiras artesanais, como a de subsistência e a amadora (esportiva).

Em relação aos pescadores amadores, existe uma tendência para a manutenção de suas atividades no ambiente de reservatório. Apesar da provável mudança na composição das assembléias de peixes, observa-se que em vários reservatórios de usinas hidrelétricas, incluindo empreendimentos na bacia do Paraíba do Sul, existe a prática da pesca esportiva, como na UHE Funil, localizada na altura dos municípios de Resende e Itatiaia (RJ). No reservatório deste empreendimento registrou-se (ALERJ, 2006) a ocorrência, dentre outras, das seguintes espécies: lambari (aproximadamente 50% do pescado capturado), tucunaré (aproximadamente 2% das capturas) e corvina (aproximadamente 6%). Destaca-se que esta atividade é explorada, também, como atrativo turístico na região citada como exemplo.

Neste sentido, pode-se projetar que a atividade de pesca amadora, atualmente realizada na área da UHE Itaocara I poderá continuar, embora baseada em outras espécies. No entanto, é importante considerar que a implantação da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório e outras medidas ambientais, em geral, podem contribuir para proporcionar uma oferta de pescado para tal atividade.

Esta realidade também poderá se estender a pesca de subsistência. Destaca-se que este grupo de pescadores reside na ADA do empreendimento, sendo, portanto, parte da população a ser realocada e público alvo de programas específicos.

No caso específico dos pescadores artesanais, que desenvolvem suas atividades na Área Diretamente Afetada (ADA), percebe-se que sua forma de obtenção de renda poderá sofrer transformações. Neste sentido, torna-se necessária a implementação de uma série de ações, visando mitigar os efeitos destes impactos.

Entende-se que o meio mais adequado de formular ações para reduzir os efeitos sobre este grupo, prescinde da necessidade da abertura de espaço de diálogo, participação e planejamento,





envolvendo os diversos atores sociais, como forma estratégica para o estabelecimento de uma visão compartilhada em busca de soluções sustentáveis.

Cabe ressaltar que o empreendedor vem desenvolvendo, desde Abril de 2011, diálogo com os pescadores artesanais potencialmente atingidos e seus representantes, com o objetivo de estabelecer diretrizes para um Termo de Acordo Coletivo. Este Termo terá como premissa a negociação baseada em princípios e critérios objetivos, pactuados entre as partes (ver Memórias de Reunião ANEXO XXXX). Desta forma, incluiu-se a população atingida no contexto do planejamento do Programa de Readequação da Atividade Pesqueira. Os resultados destas interações, ainda em andamento, orientaram a formulação o presente documento.

1.1.1.2 - Justificativas

O Programa de Readequação da Atividade Pesqueira se justifica pela necessidade de proporcionar aos pescadores que serão afetados pelo empreendimento, durante e após sua construção, atividades alternativas que permitam a geração de renda equivalente ou, preferencialmente superior, àquela obtida com as práticas pesqueiras anteriores à instalação do empreendimento.

O relatório da Comissão Especial de Atingidos por Barragem/Conselho de Defesa da Pessoa Humana reforça a necessidade de cuidado ao negociar com esta população, pois historicamente as práticas indenizatórias (em dinheiro) não têm sido capazes, por si mesmas, de recompor ou engendrar novos arranjos e cadeias produtivas uma vez que não oferecem os meios para a manutenção das condições de vida e menos ainda para a sua melhoria. Para tanto, devem ser formuladas medidas que visem à manutenção de condições de produção e que sejam adaptadas às condições socioeconômicas dos pescadores artesanais e de sua heterogeneidade e da mesma forma priorizem o tratamento e ações essencialmente coletivas.

Destaca-se que a diversidade e complexidade desta comunidade e suas relações com o meio ambiente reforçam a premissa de se buscar formas de relacionar e planejar os processos de negociação de forma participativa e pedagógica de modo a permitir o tratamento isonômico e coletivo para a reparação das possíveis perdas ocasionadas pelo advento do empreendimento.

1.1.1.3 - Requisitos Legais

Lei da Pesca (Lei Nº 11.959, de 29/06/2009), bem como do Decreto Nº 7.342 de 26/10/2010.

Verificar aplicabilidade do decreto de 2011 sobre cadastro socioeconômico, que inclui pescadores.

1.1.1.4 - Objetivos

1.1.1.4.1 - Objetivo Geral

Promover a gestão coletiva dos impactos sobre a atividade pesqueira na área de influência direta da UHE Itaocara I de modo a se obter maior eficácia e efetividade das medidas mitigadoras propostas.

..

1.1.1.4.2 - Objetivos Específicos

- Identificar os pescadores artesanais da Área de Influência Direta (AID) que terão sua atividade impactada pelo empreendimento;
- Identificar tecnologias sociais, disponibilizando-as para análise e utilização pela comunidade de pescadores;
- Identificar e desenvolver projetos para o fortalecimento da Colônia Z-21 e outras entidades representativas dos pescadores atingidos, localizadas na AID;
- Elaborar Termo de Acordo que vise à reparação coletiva, bem como propor ações diferenciadas para os pescadores que desenvolvem suas atividades na Área Diretamente Afetada (ADA), a serem identificados por Cadastro;
- Apoiar ações para a implantação do ordenamento das atividades pesqueiras no trecho afetado.
- Estabelecer parcerias com entidades representativas para o desenvolvimento dos projetos pactuados;

↓

1.1.1.5 - Metas

- Definir, com a participação da Colônia Z-21 e de entidades representativas dos pescadores da AID, os critérios de identificação dos pescadores para elaboração do Cadastro.
- Elaborar o Cadastro de pescadores pelo menos 06 (seis) meses antes do início da obra, considerando o período de defeso;
- Realizar 01 (um) Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) durante a fase pré-obra;
- Elaborar 01 (um) Termo de Acordo na fase pré-obra;
- Iniciar a implementação do Termo de Acordo na fase de construção do empreendimento.
- Elabora 03 (três) relatório de etapas da fase pré-obra, 06 (seis) relatórios semestrais durante a implantação e 01 (um) relatório final consolidado.

1.1.1.6 - Metodologia

Este programa será desenvolvido em 04 etapas: elaboração de cadastro; identificação de interesses e projetos; estabelecimento de compromissos; e implementação dos projetos selecionados e propostos.

Etapa 1 - Elaboração do Cadastro de Pescadores

Identificação Preliminar dos Pescadores Afetados - Para a elaboração do cadastro de pescadores afetados pelo empreendimento serão inicialmente levantados os cadastros oficiais e não oficiais de pescadores existentes na região (colônias, associações, órgãos governamentais e outras instituições), elaborados em período anterior ao inícios das obras;

Cadastramento dos Pescadores - Com base nos registros levantados preliminarmente para a região a ser afetada, serão promovidas discussões com os pescadores e suas entidades representativas, buscando a melhor forma de cadastramento dos pescadores que atuam no rio Paraíba do Sul, especificamente no trecho entre o ponto à jusante de São Sebastião do Paraíba até a sede municipal de São Fidélis. Para essas discussões, serão considerados os termos constantes da Lei da Pesca (Lei Nº 11.959, de 29/06/2009), bem como do Decreto Nº



7.342 de 26/10/2010. A partir do consenso sobre a forma de aplicação da legislação pertinente e dos critérios para identificação dos pescadores será realizado o **Cadastro de Pescadores do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras**.

Determinação da renda média mensal por pescador artesanal afetado - A renda média mensal proveniente das atividades pesqueiras dos pescadores artesanais, que atuam no trecho entre o ponto a jusante de São Sebastião do Paraíba até a sede municipal de São Fidélis, será apontada no Cadastro. Este levantamento deverá visar à renda média mensal por pescador, no período anterior às obras de construção do empreendimento.

Etapas 2 - Identificação de interesses e seleção de projetos

Para identificação dos interesses e projetos passíveis de investimento pelo empreendedor é importante compreender as potencialidades, problemas e demandas dos pescadores. Para isso será utilizado um conjunto de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), tais como: grupos focais, entrevistas com formulários semi-estruturados, observação participante e dinâmicas de grupo.

Os interesses e projetos apontados pelos pescadores passarão por uma análise técnica de viabilidade por parte da equipe de implementação do programa. Após a seleção, os projetos serão apresentados aos pescadores para discussão e validação.

Ressalta-se que os projetos selecionados deverão levar em consideração os conhecimentos e práticas locais, sua aplicabilidade e retorno para o público alvo e incorporando o conceito de tecnologia social.

Etapas 3 - Estabelecimento de Compromissos

Elaboração do Termo do Acordo - Este documento deverá contemplar tanto os projetos coletivos, destinados aos pescadores da AID, quanto os projetos individuais/domésticos, os quais serão específicos para pescadores da ADA. O Termo deverá ser apresentado, discutido e referendado com os pescadores, os quais deverão assinar o Termo para viabilizar sua implantação.

Etapas 4 - Apoio à Implementação dos Projetos Selecionados

O apoio aos projetos selecionados será realizado através de ações de apoio formativo, técnico e estrutural.



1.1.1.7 - Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento e a avaliação deste programa, no sentido de verificação do alcance de seus objetivos e metas, serão realizados utilizando-se dos seguintes indicadores:

- Memória das oficinas realizadas com os pescadores e seus representantes;
- Cadastro dos pescadores realizado;
- Relatórios do DRP, com listagem dos projetos e interesses identificados;
- Termo do Acordo assinado entre as partes;
- Acordos de parceria com entidades representativas dos pescadores.
- Relatórios elaborados em cada etapa.

1.1.1.8 - Público-Alvo

O foco principal deste programa serão os pescadores artesanais da região que abrange o ponto logo à jusante de São Sebastião do Paraíba (Cantagalo-RJ) até a sede municipal de São Fidélis (RJ). Destaca-se que, neste trecho, serão diferenciados os pescadores que atuam essencialmente na ADA daqueles que estão presentes na AID à jusante do empreendimento. Isto porque, as relações estabelecidas e sua dependência da atividade pesqueira são diferenciadas e, portanto, necessitam de ações específicas (ver item METODOLOGIA).

1.1.1.9 - Operacionalização

A seguir, apresentam-se detalhes da operacionalização de cada etapa. Destaca-se que ao final de cada etapa, deverá ser elaborado um relatório consolidado das atividades desenvolvidas e das atividades previstas para o período.

Etapa 1 - Elaboração do Cadastro de Pescadores

Inicialmente, deverá ser realizado o levantamento de dados secundários. Em seguida, deverão ser realizadas reuniões com os representantes dos pescadores para o estabelecimento dos

4



critérios a serem considerados no Cadastro. Definidos os critérios, serão elaborados questionários semi-estruturados, de maneira a se obter tanto dados quantitativos quanto qualitativos.

Após esta etapa, a equipe do programa irá selecionar e treinar os agentes responsáveis pela coleta dos dados. Durante a campanha de coleta, os agentes deverão ser acompanhados e orientados presencialmente pela coordenação do Programa, de maneira a verificar a adequabilidade das informações coletadas e permitir o rápido preenchimento de lacunas que possam surgir durante as atividades.

Destaca-se que um ponto importante do Cadastro deverá ser o levantamento da renda mensal média dos pescadores, a qual irá subsidiar as medidas subsequentes deste Programa. A determinação da renda será realizada tanto pelo quantitativo de pescado e valor auferido que forem declarados pelos pescadores entrevistados quanto pelo levantamento do preço do pescado na região.

Os questionários preenchidos deverão ser analisados estatisticamente, de maneira a se identificar a vulnerabilidade destes pescadores ao empreendimento. Os dados deverão ainda ser comparados com as informações secundárias levantadas inicialmente.

Por fim, o Cadastro deverá ser consolidado e apresentado aos representantes dos pescadores para reconhecimento e validação das informações.

Etapa 2 - Identificação de interesses e projetos

O diagnóstico rápido participativo será realizado a partir de oficinas junto aos pescadores da ADA e da AID ou seus representantes, com ênfase em metodologias lúdicas e participativas, para identificar interesses e projetos que receberão investimentos a título de compensação pelos impactos decorrentes do empreendimento.

As proposições identificadas no DRP serão avaliadas quanto a sua viabilidade técnica, bem como sua adequação às condições psicossociais dos pescadores. Além disso, serão feitas apresentações de experiências e visitas a outros locais onde foram desenvolvidas atividades similares.

Etapa 3 - Estabelecimento de Compromissos

A partir das informações levantadas no Cadastro, das interações entre empreendedor e pescadores, da consolidação das diretrizes e dos projetos resultantes bem como da avaliação das proposições do DRP, será elaborado um Termo de Acordo a ser assinado entre as partes.

✓

Etapa 4 - Apoio à Implementação dos Projetos Selecionados

As atividades de apoio formativo consistirão em cursos e oficinas, voltadas para a capacitação e qualificação técnica dos pescadores cadastrados no Programa para participação nas atividades alternativas selecionadas.

As atividades de Apoio Técnico consistirão no acompanhamento e orientação, por técnicos especialistas, das atividades previstas no escopo de cada projeto.

As atividades de Apoio Estrutural consistirão no aporte de recursos para implementação da infra estrutura associada aos projetos selecionados.

Esta atividade será iniciada a partir da instalação do empreendimento e deverá ser contínua durante todo o período de obras. Nesta etapa, deverão ser elaborados relatórios semestrais apresentando as atividades desenvolvidas no período e planejadas para o próximo semestre. Ao final da instalação da usina, deverá ser elaborado um relatório consolidado, contendo avaliação crítica dos resultados do programa e definindo a periodicidade das ações na fase de operação do empreendimento.

1.1.1.10 - Equipe Executora

Para a execução do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras, serão necessários os seguintes profissionais:

- Coordenador Sênior - Responsável pela coordenação geral do Programa, orientação dos profissionais envolvidos na implementação e, avaliação do desenvolvimento do programa;
- Cientista Social - Responsável pela elaboração do Cadastro de Pescadores do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras. Responsável pela preparação de materiais, condução de oficinas e elaboração de relatórios;
- Educador Ambiental - Responsável pela preparação de materiais, condução de oficinas e elaboração de relatórios;
- Especialista em Pesca - Responsável pela elaboração do Cadastro de Pescadores do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras.

Responsável pela preparação de materiais, auxílio na condução das oficinas, reuniões e elaboração de relatórios;

- Ictiólogo - Responsável pela elaboração do Cadastro de Pescadores do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras. Responsável pela preparação de materiais, auxílio na condução das oficinas, reuniões e elaboração de relatórios.
- Agentes de Campo - Será necessária a contratação de três pesquisadores de campo (nível júnior) para a realização do cadastro dos pescadores.

1.1.1.11 - Planilha Detalhada de Custos

O quadro no anexo XX apresenta o detalhamento dos custos para a implementação do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras. Destaca-se que os valores referentes às oficinas e cursos, bem como o financiamento das atividades alternativas e compensação, previstas não estão contempladas.

1.1.1.12 - Cronograma de Implantação

Para efeito de planejamento, no Anexo X é apresentado um cronograma estimativo do desenvolvimento das atividades previstas no presente programa.

1.1.1.13 - Inter-relação com outros Programas

Este Programa se relaciona com o Programa de Monitoramento da Ictiofauna, Programa de Monitoramento da Carcinofauna, Programa de Resgate da Ictiofauna, Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA, Programa de Avaliação da Eficiência da Instalação de Mecanismo de Transposição de Peixes, Programa de Reativação das Atividades Econômicas e Geração de Renda, Programa de Acompanhamento da População Atingida, Programa de Resgate e Valorização de Aspectos Culturais, Programa de Comunicação Social, Programa de Educação Ambiental e Programa de Gestão Institucional e Relacionamento Comunitário.



1.1.1.14 - Equipe Técnica Responsável pela Elaboração do Programa

Os profissionais responsáveis pela elaboração do Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras são apresentados no quadro a seguir.

| Nome | Formação Profissional | Registro Conselho de Classe | Registro IBAMA |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------|
| Ana Claudia Vieira de Jesus | Antropóloga | --- | 2011710 |
| Marco Antonio de Campos Mathias | Biólogo | CRBio Nº 7.033/2D-RJ | 266.223 |

1.1.1.15 -

..

1.1.1.16 - Bibliografia

ALERJ - Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente e. Rio Paraíba do Sul Reservatório de Funil: Poluição e Degradação Ambiental. Rio de Janeiro. 2006.

CARVALHAL, E. do. *et all* - **Negociação e Gestão de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editorial FGV. 2006.

CDPH - Comissão Especial "Atingidos por Barragens" Resoluções 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília - DF. 2006.

WCD - Dams And Development - A New Framework - The Report of The World Commission On Dams. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA. Novembro 2000.

UHE Itaocara recebe licença prévia do IBAMA



Foto: Almor Filho

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu a Licença Prévia (LP) para a instalação da Usina Hidroelétrica de Itaocara I que atesta a viabilidade ambiental e social do projeto. A LP, emitida no dia 20 de dezembro, é o ponto de partida para a construção do empreendimento, mas ainda não autoriza o início das obras que só será possível com a obtenção da Licença de Instalação (LI).

Esta licença é obtida após a entrega ao Ibama do chamado Plano Básico Ambiental (PBA). Trata-se de um documento com o detalhamento dos programas ambientais e sociais que o Consórcio assumirá nas próximas etapas do projeto com ações para minimizar, neutralizar e/ou compensar possíveis impactos ambientais e sociais durante a construção da usina. A expectativa é obter a LI até o final do primeiro semestre deste ano.

Com relação à construção de Itaocara II, localizada entre os municípios de Cantagalo e Estrela Dalva, o IBAMA ainda não emitiu a licença prévia porque a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) solicitou novos estudos sobre o projeto.

UHE Itaocara I

EMPREENDEDOR
Cemig e Light

ÁREA DO RESERVATÓRIO:
41,46 km²

MUNICÍPIOS:

ESTADO DO RIO: **Aperibé, Itaocara,
Cantagalo e Santo Antônio de Pádua**

ESTADO DE MINAS: **Pirapetinga**

Sugestões e dúvidas:

contato@uheitaocara.com.br ou pelo telefone 0800 282 2974

www.uheitaocara.com.br

Saiba mais sobre o Licenciamento Ambiental

Licença Prévia (LP)

Esta é a primeira licença a ser concedida pelo órgão ambiental, no caso da UHE Itaocara I, o Ibama. Para sua obtenção é feita análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e convocadas Audiências Públicas de consulta à população. Tem prazo de dois anos e atesta a viabilidade ambiental e social do empreendimento.

Licença de Instalação (LI)

Esta licença autoriza o início das obras. Para sua obtenção é necessário a elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA). Este documento detalha todos os programas e ações propostas no EIA com o objetivo de minimizar, neutralizar e compensar possíveis impactos devido à implantação da usina.

Licença de Operação (LO)

Esta licença, que autoriza a operação da usina, só é concedida pelo órgão ambiental após o cumprimento dos programas e ações previstos no PBA e demais exigências legais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

LICENÇA PRÉVIA Nº 428/2011

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22º do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007, pela Portaria nº 173-MMA, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GMMMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2011; **RESOLVE:**

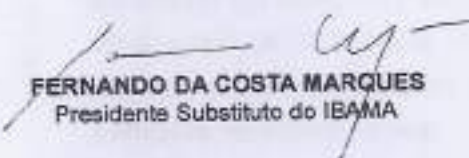
Expedir a presente Licença Prévia à:

EMPRESA: ITAOCARA ENERGIA LTDA.
CNPJ: 02.619.221/0001-78
ENDEREÇO: Av. Marechal Floriano, 188, 2º andar, Corredor C
CEP: 20.080-002 CIDADE: Rio de Janeiro UF: RJ
TELEFONE: (21) 2211-8907 FAX: (21) 2211-2991
REGISTRO NO IBAMA: Processo n.º 02001-000175/2008-06

Referente à Usina Hidroelétrica Itaocara I – UHE Itaocara I, implantada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O aproveitamento tem por finalidade a geração de energia elétrica, operando a fio d'água, previsão de capacidade instalada de 145 MW, com reservatório possuindo área total de 41,49km², com o barramento a ser implantado no rio Paraliba do Sul nas localidades de Itaocara e Aperibé no Rio de Janeiro.

Esta Licença Prévia é válida pelo período de 02 (dois) anos a contar da presente data, estando sua validade condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes neste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e aos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento.

Brasília – DF, 28 DEZ 2011


FERNANDO DA COSTA MARQUES
Presidente Substituto do IBAMA

1/6

Expediente Informativo da UHE Itaocara

Jornalista responsável:
Janice Caetano - MTB 14573

Projeto gráfico: 21 Design
0800 2822974



Este empreendimento está em processo de licenciamento no Ibama, Núcleo de Licenciamento - Superintendência do Ibama do Rio de Janeiro
Processo nº 02001-000175/2008-06
Acompanhe o processo pelo site
www.ibama.gov.br/licenciamento



Fale conosco | Home

Energia Renovada

O CONSÓRCIO A USINA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DESTAQUES PARCEIROS DOCUMENTOS



Cerca de duas mil pessoas participaram das audiências públicas sobre a UHE Itaocara, acima a reunião em Apiaí.

Destques

- [Voluntários produzem energia](#)
- [Reunião em São Sebastião da Caboceta](#)
- [De Itaocara para Minas](#)
- [Moradores recebem informações sobre o processo de negociação](#)

Saiba mais

- [Quais foram as modificações do projeto, e por que elas foram realizadas?](#)
- [E se minha terra não for totalmente alagada?](#)
- [Quais jobs o Consórcio pretende realizar com auxílio os pescadores da região?](#)

UHE Itaocara recebe Licença Prévia do Ibama

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu no último dia 28 de dezembro a Licença Prévia (LP) para a construção da Usina Hidrelétrica Itaocara, chamada de Itaocara I. O documento atesta a viabilidade ambiental e social do empreendimento. Agora, os esforços serão concentrados na obtenção da Licença de Instalação (LI), que também é concedida pelo Ibama. Para isso será elaborado o Plano Básico Ambiental (PBA), um documento que detalhará os programas que o empreendimento assumirá nas próximas etapas do projeto com ações para minimizar, neutralizar e/ou compensar possíveis impactos ambientais e sociais durante a construção da usina. [Leia mais](#)



[veja detalhes...](#)



Este empreendimento está em processo de licenciamento no Ibama, através do Sistema de Licenciamento - Superintendência do Ibama do Estado do Rio de Janeiro, processo nº 028911-0/2011/5.0008-06. Acompanhe o processo pelo site [www.itaocara.com.br/licitacao](#)

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA

> **Ligação gratuita: 0800 282 2974**



Faça o seu cadastro | Home

Energia Renovada

O CONSÓRCIO A USINA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DESTAQUES PARCEIROS **INFORMAÇÕES**

A USINA

- Apresentação
- O empreendimento
- Construção e início da obra

UHE Itaocara recebe Licença Prévia do Ibama

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu no último dia 28 de dezembro a Licença Prévia (LP) para a construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I, no município de Itaocara I. O documento atesta a viabilidade ambiental e social do empreendimento. Agora, os esforços serão concentrados na obtenção da Licença de Instalação (LI), que também é concedida pelo Ibama. Para isso será elaborado o Plano Básico Ambiental (PBA), um documento que detalhará os programas que o empreendimento assumirá nas próximas etapas do projeto com ações para minimizar, neutralizar e/ou compensar possíveis impactos ambientais e sociais durante a construção da usina. Os programas têm como base pesquisas realizadas durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o trabalho de campo desenvolvido pelo Consórcio nos últimos três anos. A UHE Itaocara I será instalada na divisa dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, nos municípios fluminenses de Aperibé, Itaocara, Cantagalo e Santo Antônio de Pádua e em Paratinga, cidade mineira. A usina será operada a fio d'água (tipo de usina que necessita de reservatórios menores). A capacidade de geração será de 145 megawatts, energia suficiente para abastecer uma cidade com 300 mil habitantes. O IBAMA ainda não concedeu a Licença Prévia (LP) para a Usina Itaocara II, localizado entre os municípios de Cantagalo e Estrela D'Ávia, porque a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) solicitou novos estudos sobre o projeto.

O Consórcio

Dois empresas brasileiras com tradição na área de energia elétrica, CEMIG e LIGHT, uniram-se para formar o Consórcio UHE Itaocara. Desde junho de 2008, este Consórcio é o responsável pelo desenvolvimento da Usina Hidrelétrica Itaocara.

Licença Prévia da UHE Itaocara



USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA Ligação gratuita: 0800 282 2974



Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

LICENÇA PRÉVIA Nº 428/2011

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22º do Decreto nº 5.028, de 25 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007, pela Portaria nº 173/MMA, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2011. RESOLVE:

Especificar a presente Licença Prévia à:

EMPRESA ITAOCARA ENERGIA LTDA.

CNPJ: 02.619.221/0001-78

ENDEREÇO: Av. Marechal Floriano, 188, 2º andar, Conador C

CEP: 20.085-002

CIDADE: Rio de Janeiro UF: RJ

TELEFONE: (21) 2211-8907

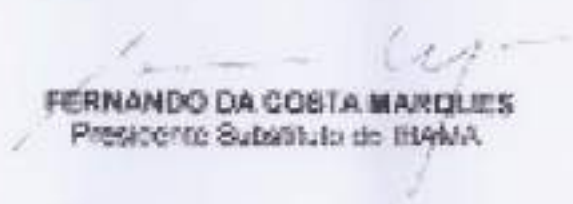
FAX: (21) 2211-7851

REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02011-000175/2008-05

Relativa à Usina Hidrelétrica Itacara I - UHE Itacara I, implantada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O aproveitamento tem por finalidade a geração de energia elétrica, operando a fio d'água, previsão de capacidade instalada de 145 MW, com reservatório possuindo área total de 41,48km², com o barramento a ser implantado no rio Paraíba do Sul nas localidades de Itacara e Aperibó no Rio de Janeiro.

Esta Licença Prévia é válida pelo período de 02 (dois) anos a contar de presente data, estando sua validade condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes neste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos e aos demais anexos constantes do processo que embora não transcritos, são partes integrantes deste documento.

Brasília - DF, 28 DEZ 2011


FERNANDO DA COSTA MARQUES
Presidente Substituto do IBAMA



Itaocara, 10 de abril de 2012

Nossa correspondência: 040 / IT / 2012 - AMB

Ao

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro

Av. Rodrigues Alves, 129 / 9º Andar.

Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.081-250

Ilmo. Sr. Alan Ducasble – *Superintendente Substituto*

..

Referência: UHE Itaocara I

Assunto: Mediação da negociação de termo de acordo com pescadores

Ilmo. Senhor,

O AHE Itaocara I, empreendimento para geração de energia hidrelétrica a ser implantado no baixo Paraíba do Sul, com área diretamente afetada localizada em três municípios fluminenses (Itaocara, Cantagalo, Aperibé e Santo Antônio de Pádua) e um município mineiro (Pirapetinga), foi objeto de leilão público para a sua Concessão, vencido pela Light Sinergias Ltda. em 15MAR01.

Em 20/06/2008 foi constituído o Consórcio UHE Itaocara, composto pelas empresas Itaocara Energia Ltda. e Cemig Geração e Transmissão S.A. e em SET09 a Concessão do empreendimento foi transferida para referido Consórcio.

Destaca-se que a Licença Prévia – LP foi concedida ao pelo IBAMA em 28DEZ11 mediante o atendimento de condicionantes prevendo medidas mitigadoras e ou compensatórias para os impactos relatados nos Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais – EIA/RIMA.

Sendo assim, o empreendedor deverá desenvolver proposta de negociação com a categoria de pescadores, que pactuada deverá ser implementada durante a implantação do empreendimento.

Em reuniões realizadas com Vossa Senhoria, em 22MAR12 e 03ABR12 houve manifestação de interesse de ambas as partes em que o MPA realize a mediação das negociações com a categoria de pescadores, a fim de que as negociações cheguem a bom termo, fortalecendo a atividade pesqueira no local de inserção da UHE Itaocara I.



Sendo assim, solicitamos que a mediação das negociações dos impactos causados pela UHE Itaocara I sobre a atividade pesqueira seja realizada pelo MPA.

Estamos encaminhando em anexo, todas as memórias das reuniões que já foram realizadas entre o Consórcio e os pescadores, bem como a minuta do Programa de Readequação Pesqueira. Destacamos que este Programa poderá ser alterado em função da análise da equipe técnica do IBAMA-RJ.

Agrademos a sua atenção e nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

MEM01 ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE PEDRA FURADA



| Data: 15/05/2011 | Início: 15:30 h | Término: 19:00 h |
|---|------------------------|----------------------------|
| Local: Pedra Furada, Pirapetinga/MG. | | |
| Assunto: Entrega de modelo de Termo de compromisso | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador / Presidente |
| Gesse Lima Gomes | Ass. Pescadores | Pescador / vice-presidente |
| Israel Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gesael Teixeira Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Carlos A. Câmara de Souza | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gerry Adriane Barboza | Ass. Pescadores | Pescador |
| Oséias Lopes Matos | Ass. Pescadores | Pescador |
| Antônio dos Santos Gomes | Ass. Pescadores | Pescador |
| Fernando dos Santos Gomes | Ass. Pescadores | Pescador |
| João Batista Soares Brum | Ass. Pescadores | Pescador |
| Juscinei Soares Brum | Ass. Pescadores | Pescador |
| Carlos Roberto da Silva | Ass. Pescadores | Pescador |
| Odair José | Ass. Pescadores | Pescador |
| Adonias de Matos Pinto | Ass. Pescadores | Pescador |
| Gilson | Ass. Pescadores | Pescador sem registro |
| Marllon Gomes Pereira | Ass. Pescadores | Pescador sem registro |
| Mayra Fuly Pinto | Print | Assistente Social |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itacara | Coordenador Ambiental |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo o nivelamento de informações acerca das diretrizes da negociação a ser realizada entre a Associação de pescadores de Pedra Furada e o Consórcio UHE Itacara.

Temas relevantes abordados:**1. Entrega de um modelo do Termo de Acordo**

Durante a reunião o representante do Consórcio entregou ao presidente da Associação o termo de compromisso firmado entre os pescadores da colônia Z19 e o Consórcio UHE Baguari para conhecimento dos associados.

**2. Questionamentos mais frequentes**

- ✓ Qual será o valor da indenização por perda da atividade?
- ✓ Haverá o pagamento/compensação por perdas futuras?
- ✓ Os valores das terras e benfeitorias serão pagos de forma antecipada ao início da obra?
- ✓ A negociação será em grupo ou individual?
- ✓ Quando iniciarão as obras?

3. Interesses afirmados pelos pescadores

- ✓ A negociação será feita de forma igual para todos, sendo que o mesmo valor que um receber será pago aos outros;
- ✓ Querem receber sua indenização em dinheiro;
- ✓ Afirmam que um valor ideal seria de 150 a 300 mil por pescador;
- ✓ Receber tanques rede apenas como um abono/acréscimo aos valores das negociações;
- ✓ Aceitam formar um grupo composto por diversos interessados, tais como: IBMA, Secretaria da Pesca, Colônia de Pesca e consórcio para discutir um termo de acordo com diretrizes coletivas e resolver os conflitos;
- ✓ Tem boas relações com os representantes da colônia de pescadores e secretaria da pesca;
- ✓ Querem iniciar as negociações de imediato e aceitam participar de uma dinâmica tal como uma oficina que resulte em uma minuta de termo de acordo com as diretrizes para as negociações.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|-------------|--------|
| ➤ Reunião com representante da colônia em São Fidelis | Redelvim | Maio |
| ➤ Agendamento de reunião de trabalho /oficina | Redelvim | Junho |



MEM01 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS

| | | |
|--|------------------------|-------------------------------------|
| Data: 25/05/2011 | Início: 16:20 h | Término: 19:00 h |
| Local: Sede da Colônia em São Fidélis/RJ | | |
| Assunto: Impactos da UHE Itaipava sobre a pesca | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores | Presidente da Colônia Z-21 |
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores | Tesoureiro da Colônia Z-21 |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaipava | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Print | Coordenadora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Print | Assistente Social |
| Alberto Monteiro | Print | Coordenador Regional de Comunicação |

SÍNTESE

O objetivo da reunião foi divulgar informações sobre o projeto da UHE Itaipava, e iniciar o diálogo com a Colônia Z 21.

A Colônia Z 21 representa cerca de 300 pescadores legalizados junto ao Ministério da Pesca, dentro dos quais estão os atingidos diretamente pelo lago da UHE Itaipava.

Temas relevantes abordados:**1. O processo de Negociação com os pescadores deverá:**

- Ser norteado por um termo de acordo feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaipava.
- Identificar quais órgãos representativos deverão participar da elaboração deste termo.
- Identificar os critérios que serão adotados para o termo de acordo.
- Definir quais pescadores serão reconhecidos neste termo de acordo.

2. Questionamentos /comentários dos representantes da Z-21

- Indenização relativa aos impactos da UHE Itaipava deverá ser para todos os pescadores associados da colônia Z-21.
- Qual a fase do projeto para a obtenção de licenças?
- Qual a data para a Audiência Pública?
- Houve demora do Consórcio em entrar em contato com a colônia e há boatos de que a negociação já estava sendo realizada com as associações de pescadores separadamente e sem incluir a colônia, isso não é bom para as partes.
- Entendem que o impacto da Usina na bacia do rio Paraíba como um todo.
- O sistema de transposição de peixes é ruim para os pescadores.



3. Encaminhamentos

- O presidente da Colônia Z 21 solicitou uma reunião de apresentação do projeto para todos os pescadores filiados, a ser realizada em São Fidélis. Ele levará a proposta para diretoria e entrará em contato com o Consórcio.
- Será formado um grupo de trabalho definido por eles (pescadores) para iniciar a elaboração do termo de acordo.
- O presidente irá dialogar com a diretoria e decidir quais entidades relacionadas com a atividade pesqueira deverão participar do grupo de trabalho, para dar maior estabilidade às decisões a serem tomadas.

Esta Memória de reunião deverá ser apresentada e corrigida aos participantes e entregue uma cópia à Colônia Z-21 para arquivo.

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

**MEM01 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**

| | | |
|---|---|----------------------------|
| Data: 13/06/2011 | Início: 12:20 h | Término: 16:00 h |
| Local: Cabana do Peixe Frito, Itaocara/RJ | | |
| Assunto: Formação de grupo de trabalho para elaboração das diretrizes para um termo de acordo. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Omelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente da Colônia |
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores Z21 | Tesoureiro da Colônia |
| Joseil Viana Alves | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Domingos José Afonso | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Claudio Antônio do Couto | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Rosilene Ângelo Vieira | Colônia de Pescadores Z21 | Associada |
| Fidélis Saraiva Domingos | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Daniel Vieira da Rocha | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Alair Vieira Ângelo | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Adauto Lima Ruback Jr. | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. de Pedra Furada | Associado |
| Evaldo João de Faria | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Ex-presidente |
| José Carlos da Veiga | Ass. Porto dos Santos (atualmente inativa) | Associado |
| Edmar Brito Barbosa | Ass. São Sebastião de Paraíba | Associado |
| Ernani Bastos | Ass. São Sebastião do Paraíba | Presidente |
| Rivani dos Santos Rufino | Ass. São Sebastião do Paraíba | Vice-presidente |
| Jeferson Pereira Monteiro | ASPASA | Associado |
| Alvecy Gulineli | ASPASA | Associado |
| Valcira Gabri de Souza | ASPASA | Associado |



**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | | |
|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| Valdecir de Souza | ASPASA | Presidente |
| Valério Cruz de Carvalho | APROSAPP | Associado |
| Gilcinei Pereira de Melo | APROSAPP | Associado |
| Jardelson M. Nogueira | APROSAPP | Associado |
| José Francisco Melo | APROSAPP | Associado |
| Helmo Chermaut Vieira | Consórcio UHE Itaocara | Motorista |
| Alaor Barreto Filho | Consórcio UHE Itaocara | Fotógrafo |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Alberto Monteiro | Consórcio UHE Itaocara | Assessor de Comunicação |

**SÍNTESE**

A reunião teve como objetivo principal a mobilização dos pescadores para formar um grupo de trabalho entre as lideranças dos pescadores para realização de oficinas a fim de elaborar um documento que estabeleça as diretrizes que norteiem a elaboração de um termo de acordo entre a categoria de pescadores e o Consórcio para mitigar/compensar os impactos da UHE Itaocara.

A reunião foi proposta pelo presidente da Colônia Z-21 para iniciar uma conversa com os pescadores a fim de esclarecer dúvidas da categoria em relação ao empreendimento, bem como iniciar o levantamento dos interesses e expectativas do grupo em relação ao empreendimento.

Temas relevantes abordados:**1. Apresentação de proposta de trabalho aos pescadores:**

Foi informado aos participantes que os trabalhos serão realizados tendo como base os seguintes pressupostos:

- Usos múltiplos das águas – Lei 9433;
- Intersetorialidade – Serão envolvidos os diversos setores da sociedade (Estado, sociedade civil Organizada; Comitê de Bacia, etc.), para que seja conferida maior estabilidade às decisões tomadas pelas partes em negociação;
- Transversalidade – a pesca será o ponto de partida, mas serão consideradas outras questões tais como, preservação, saúde, geração de renda, etc.;
- Participação – os pescadores serão parte do processo de resolução do problema e das decisões, ou seja, todo o processo será feito de forma participativa;
- Utilização de tecnologias sociais sustentáveis para a geração de renda e redução de conflitos;
- Serão buscadas soluções coletivas, sem entretanto deixar de analisar de forma criteriosa as questões relativas às possíveis perdas individuais.

2. A condução dos trabalhos foi feita da seguinte forma:

- Acolhimento – apresentação dos diversos participantes;
- Apresentação dos projetos do EIA/RIMA que envolvem a pesca/peixes;
- Relato de casos semelhantes
 - Abertura para falas tais como a do pescador Valdecir de Souza que relatou sua experiência com a negociação para a implantação da PCH da Brookfield localizada no rio Pomba (Barra do Braúna).
- Levantamento das expectativas dos pescadores para iniciar a definição de:
 - Interesses das partes;
 - Definição de critérios para a negociação;
- Definição dos representantes dos pescadores que farão parte do grupo de trabalho;
- Agendamento da próxima reunião;
- Definição da pauta da reunião seguinte.



3. Principais questionamentos/afirmações feitas pelos pescadores:

- Este processo deverá ser norteado por um documento feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaocara;
- Identificar as bases que serão adotadas para a carta de intenções;
- Quais os pescadores serão reconhecidos neste documento e o trecho de pesca ser considerado impactado pela represa?
- Qual tipo de medida mitigadora para os peixes em piracema: STP/ Piscicultura/ Canal?
- Não somos favoráveis à implantação de escada para peixes;
- Quais as formas de indenização para perda do local de pesca;
- Haverá propostas para alternativas de produção pesqueira, piscigranja por exemplo?
- Qual a garantia do cumprimento de um eventual acordo?
- Qual será o prazo para a negociação?
- Em que fase do licenciamento a negociação ocorrerá?
- Como será o uso do entorno do reservatório, poderemos utilizar a margem para acesso à pesca?
- Quais os critérios que o consórcio adotará para o pagamento (quando for devido) para os diferentes grupos localizados na área da barragem e abaixo dela?
- Quem será o responsável pela implantação e gerenciamento das ações acordadas entre os pescadores e o Consórcio? Ministério Público, Ministério da Pesca, IBAMA, ICMBIO, Consórcio UHE Itaocara?
- Pode ser feito um projeto para geração de renda, "Plano de Sustentabilidade", para o pescador e sua família?
- Haverá o pagamento de um "defeso" para que haja um reordenamento da pesca ou mesmo até que a pesca seja estabilizada no reservatório ou trecho de influência?
- Como é o processo de implantação de tanques rede para rio e lago, há diferenças legais?
- É possível criar peixes exóticos em tanque rede? Quais as exigências do órgão licenciador?

MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

- Caso seja decidido que o cultivo de peixes é uma opção, deverá ser realizada uma análise de viabilidade de investimento para a tomada de decisão;
- Durante o processo deverá ser permitida/estimulada a troca de experiências com pescadores que vivenciaram a implantação de outras usinas por meio de:
 - Visitas técnicas;
 - Depoimentos.
- O projeto contempla 01 barramento ou 02?
- Qual a extensão (em Km) da responsabilidade da UHE Itaocara?
- Haverá a redução do pescado após a formação do lago?



4. Encaminhamentos

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|--|------------------------|--------------------|
| > Fazer cópia da lista de presença e da ata de reunião e distribuir para cada associação | Consórcio UHE Itaocara | 20/06/2011 |
| > Levar na próxima reunião pessoas que participaram da negociação de outra barragem construída em no rio Pomba, para contar a experiência vivenciada pelos pescadores na implantação da PCA Barra do Braúna. | Sirley | 1ª semana de julho |
| > Levar exemplos de projetos com pescadores em outros empreendimentos que foram positivos. | Consórcio UHE Itaocara | 1ª semana de julho |
| > Levar informações precisas das distâncias entre as duas barragens. | Consórcio UHE Itaocara | 1ª semana de julho |
| > Procurar com os órgãos fiscalizadores quais espécies de peixes podem ser criadas em tanque-rede no rio Paraíba do Sul. | Consórcio UHE Itaocara | 1ª semana de julho |

A próxima reunião será realizada na primeira semana de julho de 2011, no mesmo local (Cabana do Peixe frito - Itaocara) e a infraestrutura e custeio será de responsabilidade do consórcio. Na oportunidade os representantes dos pescadores serão definidos/confirmados para dar continuidade aos trabalhos.

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

**MEM02 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**

Data: 06/07/2011

Início: 10:20 h

Término: 15:00 h

Local: Cabana do Peixe Frito, zona rural de Itaocara/RJ.

Objetivo: Dar continuidade ao processo de diálogo com o grupo de pescadores para que seja iniciado o processo de negociação de forma participativa.



| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|------------------------------|---|-----------------------|
| Paulo Gonçalves Leonardo | Colônia de Pescadores Z21 | Tesoureiro da Colônia |
| Joseil Viana Alves | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Rosilene Ângelo Vieira | Colônia de Pescadores Z21 | Secretária |
| Fidélis Saraiva Domingos | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Ernesto Machado | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Daniel Vieira da Rocha | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Alair Vieira Ângelo | Colônia de Pescadores Z21 | Associado |
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Adauto Lima Ruback Jr. | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Fabício Jardim Ruback | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Jessé Lima Gomes | Ass. Pesc. Pedra Furada | Vice-presidente |
| Juscinei Soares Brum | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Evaldo João de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Ex-presidente |
| Winer Pereira Monteiro | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.



| | | |
|------------------------------|---|---------------------------------|
| Alysson Carvalho Cardoso | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Advogado |
| José Carlos da Veiga | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| José Gonçalves | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| Edmar Brito Barbosa | Ass. São Sebastião de Paraíba | Associado |
| Renato de Barros | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Reginaldo Gonçalves de Souza | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Jeferson Pereira Monteiro | ASPASA | Associado |
| Gesael Leonardo de Melo | ASPASA | Associado |
| Alvecy Gulinelí | ASPASA | Tesoureiro |
| Valcira Gabri de Souza | ASPASA | Secretária |
| Valdecir de Souza | ASPASA | Presidente |
| Gilcinei Pereira de Melo | APPROSAP | Associado |
| Jardelson M. Nogueira | APPROSAP | Associado |
| José Francisco Melo | APPROSAP | Presidente |
| Luiz César Jr. Santos Silva | | Empreendedor da área de turismo |
| Maria de Fátima | FIPERJ | Representante |
| Luiz Gonzaga | MDA | Consultor |
| Helmo Chermaut Vieira | Consórcio UHE Itaocara | Motorista |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

4



SÍNTESE

A reunião teve como firmar o compromisso de trabalho com os representantes dos pescadores para o desenvolvimento do processo de negociação, esclarecendo aos mesmos:

Prazo estimado para o desenvolvimento dos trabalhos – 3 a 4 meses;

Formato de oficinas: reuniões participativas, quando serão feitas as seguintes atividades para obtenção do produto principal que é um termo de acordo:

- ✓ Conhecer o EIA/RIMA e seus impactos sobre a pesca;
- ✓ Estudar os problemas causados pelos impactos;
- ✓ Conhecer os interesses/expectativas dos pescadores e do consórcio sobre a implantação da barragem;
- ✓ Conhecendo os interesses comuns e divergentes buscar opções para a geração de emprego e renda para os pescadores.
- ✓ Estruturar/montar a minuta do termo de acordo a ser firmado entre o consórcio e a categoria dos pescadores.

Temas relevantes abordados:

A condução dos trabalhos foi feita da seguinte forma:

1. Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação;
2. Leitura da memória da reunião anterior, adequando-a segundo as considerações feitas pelos pescadores.
3. Abertura para falas para esclarecimentos sobre questionamentos feitos na reunião anterior:
 - ✓ Redelvim apresentou os dados técnicos solicitados na reunião anterior:
 - Distância entre o final do lago do barramento I e o barramento II
 - o 3,5km a 4km.
 - Criação de peixes exóticos em tanque-rede no futuro reservatório
 - o Segundo Redelvim, fontes do IBAMA informaram que existe a possibilidade de criação de peixes exóticos no lago desde que estes já existam comprovadamente no rio, mas que a legislação para o rio Paraíba do Sul deverá ser consultada, o que será feito durante as oficinas de trabalho.
4. Relato de experiências
 - ✓ PCH Barra do Braúna

O pescador Valdecir de Souza que relatou sua experiência com a negociação para a implantação da PCH da Brookfield localizada no rio Pomba (Barra do Braúna).

Entre os pontos negativos dessa experiência destacam-se:
 - Falta de informações cadastrais;



- Tempo longo da negociação;
- Reconheceu apenas parte dos pescadores;
- Pagamento parcelado e individual que não favoreceu a atividade;
- Cumprimento de apenas parte do acordo negociado, ficando as atividades para o fortalecimento da pesca deixadas de lado;
- Desconhecimento das leis e dos impactos do empreendimento por parte dos pescadores;
- Impactos das macrófitas que estão prejudicando a pesca e cujos impactos não foram previstos no acordo.

✓ UHE Baguari

Redelvim relatou o termo de acordo da UHE Baguari (Governador Valadares/MG), tendo como pontos principais:

- Foi realizada a discussão conjunta dos interesses das partes;
- Definição do cadastro dos pescadores atingidos realizada em parceria com os pescadores;
- Definição dos representantes legais para assinar o termo de acordo;
- Identificação dos interesses dos pescadores, separando-os das posições;
- Reconhecimento dos direitos individuais e coletivos.
- Identificação das opções de negociação tais como melhorias para a colônia, para o fortalecimento da atividades pesqueira;
- Garantias dadas com respaldo de instituições de direito tais como Ministério Público Federal.

Fátima, representante da FIPERJ, declarou o apoio da instituição às decisões dos pescadores e falou das alternativas atuais de incentivo do governo para os pescadores venderem seu pescado para merenda escolar, que poderá disponibilizar cerca de 14 mil reais anuais para cada pescador conforme dois programas governamentais existentes.

5. Exemplo do trabalho a ser feito durante as oficinas:

Redelvim apresentou os interesses falados pelos pescadores na reunião anterior (13JUN11), esclarecendo o que são interesses, como analisar e criar critérios para torná-los legítimos ou não e como criar opções para as negociações e como firmar o compromisso:

✓ Interesses:

Realizar o levantamento do maior número possível de interesses dos envolvidos procurando responder aos questionamentos abaixo:

- Com o quê Nós/Eles nos importamos?
- Quais os interesses ligados às necessidades básicas, receios, expectativas, vontades, necessidades diversas?

✓ Opções:

Realizar o levantamento do maior número possível de opções de negociações conforme os interesses, procurando responder aos questionamentos abaixo:

- Quais os possíveis acordos que as partes pretendem alcançar?
- Quais são os interesses que estão sobrepostos ou concordantes?
- Como conciliar os interesses divergentes?

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.



✓ **Legitimidade:**

Buscar em cada interesse, o que pode torna-lo válido, principalmente para aqueles que são divergentes:

- Há precedências, projetos que podemos seguir como orientação?
- Há critérios técnicos que dão suporte à sua opção?

✓ **Compromisso:**

Buscar as formas de se firmar o nosso compromisso

- Quais as opções com as quais poderemos nos comprometer caso o acordo seja alcançado?
- Com quem deverão ser realizados os acordos?
- Qual a melhor hora para fazer o acordo?
- Quais exemplos positivos disponíveis?
- Há critérios técnicos que dão suporte à sua opção?

Seguem abaixo a organização dos interesses falados na última reunião:

| Pescadores | Consórcio |
|--|--|
| <p>1. Obter a compensação e ou mitigação pelos impactos causados pelo projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Definir o grupo de pescadores que terão seus direitos reconhecidos ✓ Definir formas de indenização para as perdas dos locais de pesca ✓ Não implantar escada de peixes ✓ Acesso ao reservatório e seu entorno para a pesca ✓ Pagamento de "defeso" enquanto a produção pesqueira não estiver estabilizada ✓ Implantar projeto de geração de emprego e renda para os pescadores: Tanque-rede | <p>1. Compensar e ou mitigar os impactos do empreendimento junto à categoria de pescadores tomando como base Critérios e Opções para que seja firmado um acordo legitimado pelas partes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer estudo para definição de qual sistema de transposição é mais viável ✓ Definir o uso reservatório com base na Lei 9433/99 e com decisão compartilhada sobre os diversos usos futuros do lago ✓ Fazer o pagamento de qualquer direito reconhecido a partir da análise dos critérios definidos de forma conjunta ✓ Buscar alternativa conjunta como opção para geração de emprego e renda para a família dos pescadores |
| <p>2. Realizar a negociação de forma participativa</p> | <p>2. Realizar a negociação de forma participativa envolvendo os diversos setores que têm relação com a pesca (Z-21; MPA; CBH; MP; EMATER, etc.)</p> |
| <p>3. Buscar parcerias para aumentar o número de opções e garantias</p> | <p>3. Buscar parcerias para aumentar o número de opções e garantias</p> |
| <p>4. Obter garantias para a negociação</p> | <p>4. Dar garantias do cumprimento da negociação</p> |
| <p>5. Definir o prazo para a negociação</p> | <p>5. Definir o prazo para a negociação mais breve possível, de forma conjunta</p> |
| <p>6. Definir o responsável pela execução do acordo firmado</p> | <p>6. Responsabilizar-se pelo cumprimento do acordo firmado</p> |

J

MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | |
|---|--|
| 7. Recuperação/manutenção da pesca | 7. Manutenção da atividade econômica ✓ Recuperação ambiental da área do empreendimento e seu entorno por meio de recuperação da mata ciliar, redução do lançamento de esgotos <i>in natura</i> , implementação das ações do PAN PS. |
| 7. Identificar CRITÉRIOS para a negociação | 7. Identificar critérios para a negociação que possam validar os interesses |
| 8. Criar o maior número de OPÇÕES possíveis para a negociação | 8. Criar o maior número de opções possíveis para a negociação buscando a geração de emprego e renda. |

Fica visível que a maioria dos interesses não são divergentes.

6. Principais colocações feitas pelos participantes (Consórcio e pescadores):

- ✓ Este processo deverá ser norteado por um documento feito entre os pescadores, respaldados pela colônia que os representa, e o consórcio UHE Itaocara;
- ✓ Para garantir o cumprimento do acordo, faz-se necessário o respaldo de instituições tais como o Ministério Público no processo;
- ✓ Os pescadores reconhecidos neste documento e o trecho de pesca a ser considerado impactado pela represa deverão ser objeto do acordo e pacto entre as partes;
- ✓ O prazo para a negociação deverá ser curto para não criar expectativas.
- ✓ Os direitos individuais e coletivos devem ser reconhecidos.

7. Encaminhamentos

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|--|------------------------|---------------------|
| > Fazer cópia da lista de presença e da ata de reunião e distribuir para cada associação | Consórcio UHE Itaocara | 05/08/2011 |
| > Ferramentas para início da oficina de trabalho | Consórcio UHE Itaocara | 3ª semana de agosto |

As próximas reuniões serão realizadas no formato de oficinas que ficam previamente agendadas para a terceira semana de agosto de 2011, em local a ser definido pelo Consórcio, a infraestrutura também será de responsabilidade do consórcio.



MEMÓRIA
DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.



Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião do
Paraisópolis, Santo Antonio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itaipava.

Dia: 06/07/2011 Hora: 10h

| | Nome | Telefone | Localidade |
|-----|------|----------|------------|
| 1. | | 97187139 | |
| 2. | | | |
| 3. | | | |
| 4. | | | |
| 5. | | | |
| 6. | | | |
| 7. | | | |
| 8. | | | |
| 9. | | | |
| 10. | | | |
| 11. | | | |

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**

**REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.**

Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião do
Paraíba, Santo Antonio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itacara.

Dia: 06/07/2011 Hora: 10h



| | Nome | Telefone | Localidade |
|-----|------|----------|------------|
| 1- | | | |
| 2- | | | |
| 3- | | | |
| 4- | | | |
| 5- | | | |
| 6- | | | |
| 7- | | | |
| 8- | | | |
| 9- | | | |
| 10- | | | |
| 11- | | | |

Lista de Presença da reunião com representantes da colônia Z21 e Associações de pescadores de Pedra Furada, São Sebastião do
Paraíba, Santo Antonio de Pádua, Porto dos Santos e representantes do Consórcio UHE Itacara.

Dia: 06/07/2011 Hora: 10h

| | Nome | Telefone | Localidade |
|-----|-------------------------------|--------------|------------------|
| 1- | | | |
| 2- | | | |
| 3- | | | |
| 4- | | | |
| 5- | Roberto Lima Farias de Aguiar | 95 77 90 57 | Pedra Furada |
| 6- | | 22 910 44 12 | Porto dos Santos |
| 7- | | | |
| 8- | | | |
| 9- | | | |
| 10- | | | |
| 11- | | | |

↓

MEM02 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS



| Data: 10/08/2011 | Início: 19:10h | Término: 20:30h |
|---|---------------------------|--------------------------|
| Local: Sede da Colônia de Pescadores Z21 – São Fidélis. | | |
| Assunto: Planejamento da Negociação | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente da Colônia |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Janice Caetano | Consórcio UHE Itaocara | Assessora de Comunicação |

OBJETIVOS:

- Definição do grupo que tratará da negociação com os pescadores;
- Agendar data das oficinas;
- Levantamento de projetos potenciais para que o Consórcio possa analisar e apoiar.

DESTAQUES:

- Foi consenso entre as partes, de que algumas instituições deverão integrar o grupo de trabalho para a readequação da atividade pesqueira à medida que o processo de mobilização da categoria de pescadores avançarem e houver necessidade de informações/apoio externo. Sendo assim, somente as instituições estritamente necessárias à consolidação do projeto de negociação deverão participar dos encontros entre os pescadores e o Consórcio.
- Ficou acordado entre as partes que inicialmente farão parte da "comissão" de negociação somente instituições diretamente ligadas à pesca e o próprio Consórcio: Ministério da Pesca, Fiperj, Colônia e grupo original com representantes das associações.
- O presidente da colônia informou que não possui projetos formatados para que o consórcio avalie, mas que tem diversos interesses/ideias para serem desenvolvidas tais como estudos sobre a pesca e manejo da lagosta e da manjuba, dois importantes "pescados" da região de São Fidélis.

ENCAMINHAMENTOS:

| Descrição da ação | Resp. | Quando |
|--|-------------|---------------------------|
| ➤ Agendar as oficinas que deverão acontecer na última semana de setembro de 2011; | Redelvim | Até 20 de Agosto de 2011. |
| ➤ Sirley entregou uma lista com algumas necessidades da colônia que poderiam ser apoiadas pelo Consórcio: <ul style="list-style-type: none"> ○ Reforma da sede (móveis de escritório, notebook com Internet, impressora retroprojeter, ar condicionado); ○ Veículo para atendimento nos 09 municípios; ○ Um barco de alumínio com motor 15 hp; ○ Laboratório para estudos de espécies em extinção; ○ Repovoamento do rio Paraíba do Sul ○ Cozinha de beneficiamento de pescado; ○ Médico e dentista para atendimento. | Colônia Z21 | |

Esta Memória de reunião deverá ser apresentada e corrigida aos participantes e entregue uma cópia à Colônia Z-21 para arquivo.



2012 – COLÔNIA DE PESCADORES Z21

| Data: 02/03/2012 | Início: 9:00 h | Término: 12:40 h |
|---|---|-----------------------|
| Local: Sede do Consórcio UHE Itacara | | |
| Objetivo: Alinhar o discurso de negociação que será adotado com os pescadores, durante o processo de criação dos termos do acordo coletivo com o presidente da Colônia de Pescadores Z21 e a empresa de consultoria que o representa. | | |
| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia de Pescadores Z21 | Presidente |
| Neuzita Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Assistente Social |
| Jairo Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado |
| Pompilho Guimarães | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itacara | Coordenador Ambiental |
| Jackelline Faria | Consórcio UHE Itacara | Assistente Social |
| Mayra Fuly | Consórcio UHE Itacara | Assistente Social |

SÍNTESE

Reunião realizada entre representantes do Consórcio UHE Itacara, o presidente da colônia de pescadores Z21 e os representantes da empresa de Consultoria apresentada pela colônia para representá-los durante as negociações com os pescadores.

OBJETIVOS DESTA REUNIÃO

Alinhar os interesses e posições entre as partes envolvidas.

Temas relevantes abordados:**1. Previsão de início das obras**

Redelvim afirmou que a intenção do Consórcio é de iniciar as obras em agosto de 2012, mas se não obtiver a licença de instalação – LI até julho, a previsão de início é para abril de 2013.

2. Dificuldades encontradas nas comunidades

Redelvim falou da dificuldade de mobilização dos moradores em algumas comunidades e da importância de se organizarem em grupos para facilitar a negociação dos termos do acordo coletivo nestas localidades. Dentre as localidades que já avançaram nestes trabalhos destacam-se: Japona, Santa Luzia e São Sebastião do Paraiba.



Entretanto há outras comunidades ainda resistentes, quais sejam: Porto Marinho e Pedra Furada. Diante desta dificuldade, afirmou que as comunidades que não conseguirem se organizar em associações, na hora de negociar serão adotadas as mesmas diretrizes padrão estabelecidas nos termos do acordo de grupos semelhantes, mas respeitando as questões de patrimônio que são peculiares a cada proprietário/posseiro.

3. Criação de Associações de Moradores nas comunidades desmobilizadas

Destacou-se que para facilitar na negociação dos termos do acordo coletivo, a criação de associações de moradores, pescadores, agricultores, etc. ajudará na formação do grupo de representantes/líderes que participará destas oficinas de negociação com o Consórcio.

4. Estabelecer critérios para negociação e formação do grupo de representantes para desenvolver um projeto com as seguintes diretrizes

- Mobilização dos pescadores para formação do grupo de trabalho reduzido (priorizando as lideranças), mas deve ser representativo;
- Estabelecer visão compartilhada com os propósitos e critérios estabelecidos pelo grupo (Consórcio, entidades afins, Colônia e lideranças), formando um grupo capacitado e estável para os trabalhos relativos à negociação;
- Trabalhar direitos individuais e coletivos, para a manutenção da atividade pesqueira;
- Definir linhas de critérios para negociação;
- Perdas a jusante serão negociadas de forma coletiva (com projetos de geração de renda);
- Definir formas de negociar as perdas a montante.
- Estruturação da colônia e dos pescadores para continuarem com atividade econômica após a implantação da UHE Itacara I;
- Treinamento/qualificação da família do pescador.

5. Tamanho da APP

Quando perguntado sobre o tamanho adotado da área de preservação permanente, Redelvim respondeu que irá ser adotado de acordo com a determinação do IBAMA, porém, como essa faixa é variável, poderá ser negociada com o órgão fiscalizador dependendo da situação. A largura da faixa da APP obedece ao Código Florestal (1968) e à Resolução CONAMA 302/2002.

6. Apoio de Grupos para respaldar os termos do acordo a ser firmado

É consenso entre as partes reunidas de que durante a negociação dos termos do acordo coletivo será de grande importância agregar entidades que respaldem esse acordo e legitimem as decisões do grupo representante.

**7. Delimitação do trecho de influência e pescadores atingidos**

Sinalizou a importância de se definir o trecho do rio que terá influência direta e indireta (enseadeiras, migração/perdas de sítios reprodutivos) com a construção da UHE e qual o público diretamente atingido.

ENCAMINHAMENTOS:

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|------------------------|---------|
| Contratação de equipe para avaliar os impactos da obra sobre os sítios de reprodução dos peixes | Redelvim Dumont | |
| Contratação de equipe para avaliar os impactos do desvio do rio durante a obra | Redelvim Dumont | |
| Capacitação do grupo de representantes com leitura guiada do EIA/Rima e obtenção da visão do pescador sobre os impactos | Redelvim Dumont | |
| Preparação da próxima reunião | Jackelline/Karen/Mayra | MAR12 |
| Reunião com representantes dos pescadores | Redelvim Dumont | 22MAR12 |

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Sugestão de reuniões quinzenais com os representantes dos pescadores para melhor desenvolvimento dos trabalhos.

Previsão de conclusão dos Termos do acordo para OUT12.

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

**MEM03 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**



Data: 22/03/2012

Início: 14:00 h

Término: 17:00 h

Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara/RJ

Objetivo: Dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara.

| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|---|---|---|
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Ex-presidente |
| Winer Pereira Monteiro (Nino) | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| José Francisco Melo (Neném) | APPROSAP | Presidente |
| Sirley de Souza Omelas | Colônia Z-21 | Presidente |
| Jose Ferreira Silva (Ratinho) | Colônia Z-21 | Associado em Cambuci |
| Francisco Carlos Paiva Martins (Carlinho Porquinho) | Colônia Z-21 | Associado |
| Daniel Fortes Fonseca | Colônia Z-21 | Associado em Itaperuçu |
| Rivani dos Santos Rufino | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Ermani Bastos | Ass. São Sebastião do Paraíba | Presidente |
| Neuzita Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Assistente Social representante da Z-21 |
| Pompilio Guimarães | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado representante da Z-21 |
| Alan Ducasble | Ministério da Pesca e Aquicultura (SFPA-RJ) | Superintendente interino |
| Maria Paula Almeida | Ministério da Pesca e Aquicultura (SFPA-RJ) | Engenheira de Pesca |

MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | | |
|------------------|------------------------|-----------------------|
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Karen Esteves | Consórcio UHE Itaocara | Analista Ambiental |
| Jackelline Faria | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação

Conforme acertado entre as partes, compareceram à reunião somente as lideranças da Z-21 que representaram as diversas associações existentes ao longo do rio Paraíba do Sul no trecho da Área de Influência Direta da UHE Itaocara. Desta forma, o grupo foi reduzido de 36 (número de lideranças que compareciam às reuniões anteriores) para cerca de quatorze participantes, o que facilitará o processo das reuniões para a negociação. O Sirley reiterou que somente estarão sob sua liderança aqueles pescadores filiados à Z-21, ou seja, os pescadores artesanais que possuem carteira de pescador junto à Z-21.

Estavam presentes na reunião o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita – advogado e assistente social que representam a Colônia Z-21.

Fizeram-se presentes também dois representantes do Ministério da Pesca - MPA, o Sr. Alan Ducasble e a Sra. Maria Paula Almeida.

Leitura da pauta e proposta para condução dos trabalhos;

Inicialmente o Sr. Redelvim fez uma breve apresentação da proposta da pauta da reunião a ser seguida, que abordaria os seguintes itens:

Histórico das reuniões anteriores;

Foi feito um breve relato das diversas reuniões realizadas anteriormente com os representantes dos pescadores e das reuniões com o representante da colônia Z-21, salientando as dificuldades encontradas na ocasião das reuniões devido ao grande número de participantes e à troca/alternância constante dos mesmos. Nesta oportunidade relataram-se os principais interesses dos pescadores que foram registrados nos encontros e a necessidade de se trabalhar com um grupo constante.

Proposição da metodologia para condução dos trabalhos para elaboração do termo de acordo;

Cronograma: os trabalhos para a elaboração do termo de acordo serão realizados no período compreendido entre os meses de abril e outubro de 2012;

Desenvolvimento dos trabalhos: os trabalhos serão desenvolvidos em formato de oficinas, que terá como produto final o termo de acordo. Neste sentido, ações tais como levantamento de interesses, análise dos interesses à luz dos impactos causados pelo empreendimento e (critérios)



MEMÓRIA
DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21TE
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.



proposição de medidas que reduzam os impactos causados pelo empreendimento são imprescindíveis. Nesta oportunidade foi feita uma correlação de alguns interesses dos pescadores com determinados impactos causados pelo empreendimento, de maneira que ficasse evidenciada a necessidade do aprofundamento do conhecimento sobre os temas para que possamos adotar a medida mitigadora adequada: ex.: público alvo do projeto – realização de um "Levantamento" para saber quem pesca no trecho da AID.

Neste momento, houve duas interferências importantes: a primeira do Sr. Pompilio, dizendo que todos ali já sabiam dos impactos causados pelo empreendimento e que a perda seria total e irreversível, que não adiantava ficar mostrando os impactos como se não fossem causar danos graves. Disse ainda que sua equipe foi a vários empreendimentos e ouviu relatos terríveis sobre os danos e que a população de pescadores encontrava-se sempre à mingua após a construção dos barramentos. Desta forma deveríamos partir para uma negociação mais direta e rápida, com menor número de participantes, visto que ele representa 380 atingidos e acha o tempo proposto para os trabalhos é muito longo e que deveria ser rápido, em poucas reuniões, com público reduzido.

A Sra. Neuzita pediu a palavra para demonstrar sua preocupação com a preservação dos direitos humanos e a necessidade de se adotar medidas efetivas de proteção para os pescadores e suas famílias, pois em todos os locais onde houve barramentos, a categoria de pescadores foi a que mais sofreu com os impactos.

Houve diversas manifestações por parte dos líderes dos pescadores, dizendo que o que eles querem é dinheiro e que seja rápido, entretanto, se as medidas para a colônia forem adotadas serão bem vindas, mas são de interesse secundário, reforçando assim a posição do Sr. Pompilio.

Informamos que sem aprofundar o conhecimento sobre as possíveis perdas e interesses divergentes, não haverá como realizar as ações supracitadas e que a nossa política será a de fortalecer a colônia e a manutenção da atividade produtiva, favorecendo assim o público de pescadores como um todo e que as medidas para os pescadores no trecho do barramento serão diferenciadas. Caso sejam identificadas perdas individuais e comprovadas, as mesmas deverão ser pagas, mas não necessariamente em forma pecuniária para o indivíduo.

Por diversas vezes o Sr. Josias, pescador convidado pelo Consórcio, interferiu no andamento da reunião falando do tempo perdido, dos prejuízos causados ao longo dos anos devido às indefinições, da questão dos proprietários rurais de Porto Marinho que estão ficando sem negociar, etc..

A segunda interferência relevante foi feita por parte do Sr. Sirley, que discordou de maneira veemente da elaboração de um "Cadastro", visto que não é função do Consórcio e sim do Ministério da Pesca - MPA. Desta forma, entende que os pescadores atingidos são todos os registrados na Z-21 cujo cadastro e carteiras são feitas pelo MPA. Reafirmou também que haverá perdas significativas e irreversíveis, que não adianta ficar discutindo o que todos já sabem.

O Sr. Redelvim questionou o posicionamento do Sr. Pompilio quanto à sua representatividade e que o seu discurso estava sendo desarticulador e contraditório, quando propunha a redução dos participantes/líderes na mesa de negociação e simplificação da questão a quesitos meramente pecuniários. Quanto à questão posta pelo Sr. Sirley afirmou que o "cadastro" ou "registro" dos pescadores ou levantamento do número de pescadores atingidos, não importa o qual o nome, é um instrumento de trabalho do Consórcio e que será feito por meio de entrevistas com pescadores e lideranças a partir do cadastro do MPA.

Diante das discussões acaloradas, o Sr. Alan Ducasble interferiu oferecendo a mediação do MPA para o processo, visto que estava visível a existência de um conflito que pode se agravar. Mostrou a importância de o grupo permanecer unido e reafirmou a prerrogativa do MPA como entidade representativa quanto à elaboração e ratificação do cadastro de pescadores que atuam na Área de Influência Direta - AID. Para que o MPA entre formalmente no processo é necessário que o

MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.



Consórcio encaminhe uma solicitação formal, acompanhada das atas e memórias de reuniões já acontecidas.

A Sra. Maria Paula Almeida, engenheira de pesca do Ministério da Pesca, afirmou que o Consórcio está no caminho certo negociando de forma coletiva/participativa e que além de quaisquer compensações financeiras os representantes deveriam refletir sobre propostas sustentáveis da manutenção da atividade pesqueira e da renda. Reiterou a necessidade de participação de diversos atores que poderiam contribuir com o processo que estamos discutindo.

Neste momento o Sr. Redelvim reafirmou a necessidade da condução do processo de forma participativa e que qualquer decisão deverá ser baseada em critérios legítimos devidamente justificados, sobre a qual deverá ser estabelecida uma visão compartilhada de diversos atores tais como IBAMA, Comitê de Bacia do PS, EMATER, SEBRAE, Ministério Público - MP, etc..

Desta forma foi consenso de que é necessária a participação de outros atores sociais que auxiliem na busca de soluções, entretanto o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita disseram não concordar com a participação do MP.

O Sr. Redelvim Dumont esclareceu que a efetivação/execução das negociações acordadas só será iniciada após a obtenção da Licença de Instalação - LI.

Quando questionado sobre a construção da barragem e início das obras, o Sr. Redelvim informou isto se dará em função da obtenção da LI, que provavelmente ocorrerá no 2º semestre de 2012. Na oportunidade, foi informado a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL solicitou a devolução do processo da UHE Itaocara II para a realização de mais estudos, portanto o licenciamento e a construção deste empreendimento estão temporariamente adiados e sem previsão para retomada.

A partir da fala do representante do MPA referente à necessidade da participação de outros atores tais como IBAMA, FIPERJ, MPA, MP, EMATER e SEBRAE que poderão contribuir para a consolidação do processo de negociação, foi consenso entre as partes que estas entidades poderão ser convidadas no decorrer do processo.

O MPA se propôs a participar de todas as reuniões com a função mediadora e ficou encarregado de convidar o IBAMA para fazer o mesmo.

Durante a reunião foi distribuído o boletim informativo do Consórcio mais recente que contém a publicação da LP.

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|---------------|--------|
| ➤ Enviar ao MPA as memórias das reuniões realizadas com os pescadores | Redelvim | |
| ➤ MPA convidar o IBAMA para participar das próximas reuniões | Alan Ducasble | |
| ➤ MPA irá fornecer a lista dos pescadores registrados na AID | Alan Ducasble | |
| ➤ Marcar a próxima reunião | Redelvim | |



17

SÍNTESE DOS IMPACTOS PASSÍVEIS DE SEREM SOFRIDOS PELOS PESCADORES ATINGIDOS PELA UHE DE ITAOCARA

Em visita domiciliar as residências de vários pescadores filiados a Colônia de Pescadores Z-21, pode observar que cada família, de fato, sobrevive da pesca no Rio Paraíba do Sul.

De acordo com o observado, constata-se que em torno de 95% dessas famílias sobrevivem literalmente da pesca.

Com a construção da UHE de Itaocara, é fato que a vida dessas famílias será drasticamente alterada, sobretudo no que tange ao meio de subsistência destas famílias, pois suas rendas são extraídas quase que exclusivamente da pesca, e com a formação do lago, é cediço que ocorrerá imediatamente após a construção da barragem, a diminuição brusca do volume de peixes, por conta de vários fatores, como, por exemplo, impossibilidade de acesso a sítio reprodutivos, interrupção de rotas migratórias, alterações da temperatura e da qualidade da água, do nível de oxigênio, diminuição da correnteza, eutrofização das águas do reservatório, etc.

A presente intervenção da Assistente Social se faz necessária, entre outros motivos, pelo fato que historicamente é prática comum das empresas construtoras de UHE's o desrespeito aos direitos fundamentais da população atingida, em especial, aos pescadores, que na grande maioria das vezes não são, nem ao menos, considerados como atingidos, e, por isso, não são devidamente indenizados.



Os danos sofridos pela população de pescadores que laboram nas mediações da área do rio a ser "alagado", tanto a montante da usina, quanto a jusante, são clarividentes. Ao longo de pelo menos 05 (cinco) anos, a piscosidade do rio é reduzida quase a zero, isso sem se considerar os locais onde a pesca é proibida.

Com estes fatos, os pescadores que sobrevivem exclusivamente da pesca, ou que têm grande parte de seu ganho mensal oriundo dessa atividade econômica ficam sem rendimentos, ou seja, ocorre o dano material denominado lucros cessantes, que é a perda dos rendimentos mensais dos pescadores.

Tendo em vista que estes profissionais dificilmente têm outra formação ou atividade profissional, que não a "pesca", se faz necessária indenização pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, período em que a pesca é interrompida e inviabilizada por conta das condições da água, pelos impactos sofridos na ictiofauna do rio "atingido" por uma usina hidrelétrica.

O rio Paraíba do Sul, conforme RIMA do Consórcio Itaocara é grande produtor de peixes, como curimba, dourado, cascudo, piaui, etc., peixes nativos de águas correntes. Com a formação do lago, a água ficará demasiadamente parada, e naturalmente, tais peixes irão desaparecer dessa região do Rio Paraíba do Sul.

Há ainda, outro agravante no Rio Paraíba do Sul no que tange a atividade pesqueira. Ao longo de seu trecho, são inúmeras usinas hidrelétricas construídas e em construção, o que "piora" ainda mais a situação dos pescadores. Os peixes são sobem para desova, pois nas hidrelétricas, em sua maioria, não são feitas escadas hídricas para subida dos peixes, e quando o são, são ineficazes. E com a alteração da correnteza das águas, os peixes naturais dessas águas, desaparecem

48
g

O governo federal, por meio de várias orientações, como, por exemplo, Relatório da Comissão dos Atingidos por Barragens, por meio do Decreto Presidencial nº 7.342 de 26 de outubro de 2010, e também seguindo as orientações da Comissão Mundial de Barragens (órgão ligado a ONU), tem considerado os pescadores como população diretamente atingida pelas UHE's, tendo, assim, direito de terem reparados os danos que lhes são ocasionados pelo empreendimento em questão.

Muitas políticas mitigadoras dos danos aos pescadores, sobretudo no que tange a cessação da atividade já foram objeto de experiências em várias hidrelétricas no Brasil, como, por exemplo, na UHE de Itá/SC.

Uma das principais experiências é a de tanques redes. Ocorre que tal possibilidade, a despeito de haver a produção de peixes, não tem em seu desenvolvimento, sobretudo ao se considerar os poucos recursos financeiros dos pescadores, viabilidade econômica, pois o IBAMA somente autoriza a produção em tanques redes de peixes nativos, e tais peixes, por serem de água corrente, demoram muito tempo para atingirem o tamanho para abate, o que causa uma onerosidade excessiva (gastos com ração, remédios, etc.), e assim, ocasionando um lucro diminuto, quando inexistente, na produção de peixes nativos em tanques redes.

Segundo os pesquisadores, as únicas espécies que poderiam tornar viáveis a produção de peixes em tanques redes seriam a tilápia e a carpa, todavia, a produção de tais espécies é expressamente proibida pelo IBAMA nestas condições.

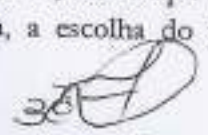

Diante disso, as medidas mitigadoras dos danos aos pescadores tornam-se ineficazes no que tange a tentativa de continuidade da atividade pelo período mínimo de 05 anos, haja vista as tentativas desastrosas ocorridas até a presente data (e quem sofre com tais tentativas são justamente os pescadores e seus familiares).

Pelo exposto, a única medida viável que se apresenta, sem maiores riscos a subsistência dos pescadores e seus familiares é a indenização monetária, mensal ou em uma única parcela, com vistas a possibilitar o desempenho de outra atividade econômica para aqueles que tenham interesse.

Os valores passíveis de indenização, por óbvio, correspondem à média mensal dos rendimentos da população de pescadores, considerando-se, também, para tal, as peculiaridades de cada pescador, sobretudo aqueles que vivem exclusivamente da pesca, em contraposição àqueles que vivem parcialmente da pesca.

Tais dados devem ser levantados por meio de declaração da própria Colônia de Pescadores Z-21, que é o órgão responsável pelo armazenamento e fornecimento do banco de dados dos pescadores. Pois, se para o Ministério da Pesca os dados fornecidos pela respectiva Colônia são suficientes, porque não o serão para a empresa empreendedora. Além disto, temos os controles de vendas de peixes por eles realizados e por algumas peixarias da região.

Destarte, consideramos viável e razoável, tendo em vista as necessidades dos pescadores, bem como os danos causados pelo empreendimento UHE Itaocara, uma indenização na ordem de 180 salários mínimos, corrigidos anualmente, de acordo com o valor do salário mínimo praticado nos anos vindouros, nos quais a empresa estará obrigada à indenização respectiva, sendo que o citado pagamento poderá ser feito, ou mensalmente ou em uma única parcela, a escolha do pescador atingido.

No bojo do montante pretendido, encontra-se, além do valor referente aos lucros cessantes, uma consideração monetária referente aos danos morais suportados pelos pescadores por todas as mazelas, tristezas e sofrimentos que tais profissionais serão submetidos pela perda de suas atividades profissionais, haja vista que tal restrição se equivale à proibição de um juiz exercer a jurisdição, de um médico de exercer a medicina e de um engenheiro de confeccionar projetos.

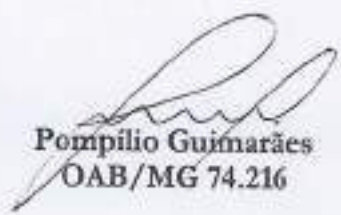
Há que se ressaltar que o valor pretendido é inferior ao praticado na jurisprudência referencial, haja vista que os tribunais pátrios são pacíficos na estipulação de 100 salários mínimos, somente a título de danos morais, sem se considerar os danos emergentes e lucros cessantes.

Assim, pleiteamos juntamente com os representantes dos Pescadores, aos Empreendedores do Consorcio Itaocara, que é formado pelas empresas Cemig e Light, uma reparação à população de pescadores que seja condizente as perdas que estes sofrerão, e que lhes sejam garantidos seus direitos fundamentais mais basilares, como, por exemplo, os direitos à plena reparação das perdas, à melhoria contínua das condições de vida, ao trabalho e a um padrão digno de vida, etc, conforme preconiza a Comissão Especial dos "Atingidos por Barragens" (Resolução nº 26/06, 31/06, 01/07, 02/07 e 05/07, do Conselho de Defesa do Direitos da Pessoa Humana).

..



Neuzita Mendes de Oliveira Ferreira
CRESS/MG 12.108



Pompilio Guimarães
OAB/MG 74.216



90/

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.342, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996,

DECRETO:

Art. 1º Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

Parágrafo único. Deverá ser assegurada ampla publicidade ao cadastro de que trata este Decreto.

Art. 2º O cadastro socioeconômico previsto no art. 1º deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

- I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;
- II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;
- III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
- IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;
- V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;
- VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e
- VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Decreto, o polígono do empreendimento abrange áreas sujeitas à desapropriação ou negociação direta entre proprietário ou possuidor e empreendedor, incluindo as áreas reservadas ao canteiro de obras, ao enchimento do reservatório e à respectiva área de preservação permanente, às áreas de acesso e às demais obras acessórias do empreendimento.

Art. 3º Fica instituído o Comitê Interministerial do Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, com as seguintes funções:

- I - apresentar, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, os requisitos para que o responsável pelo empreendimento elabore o cadastro socioeconômico da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica; e

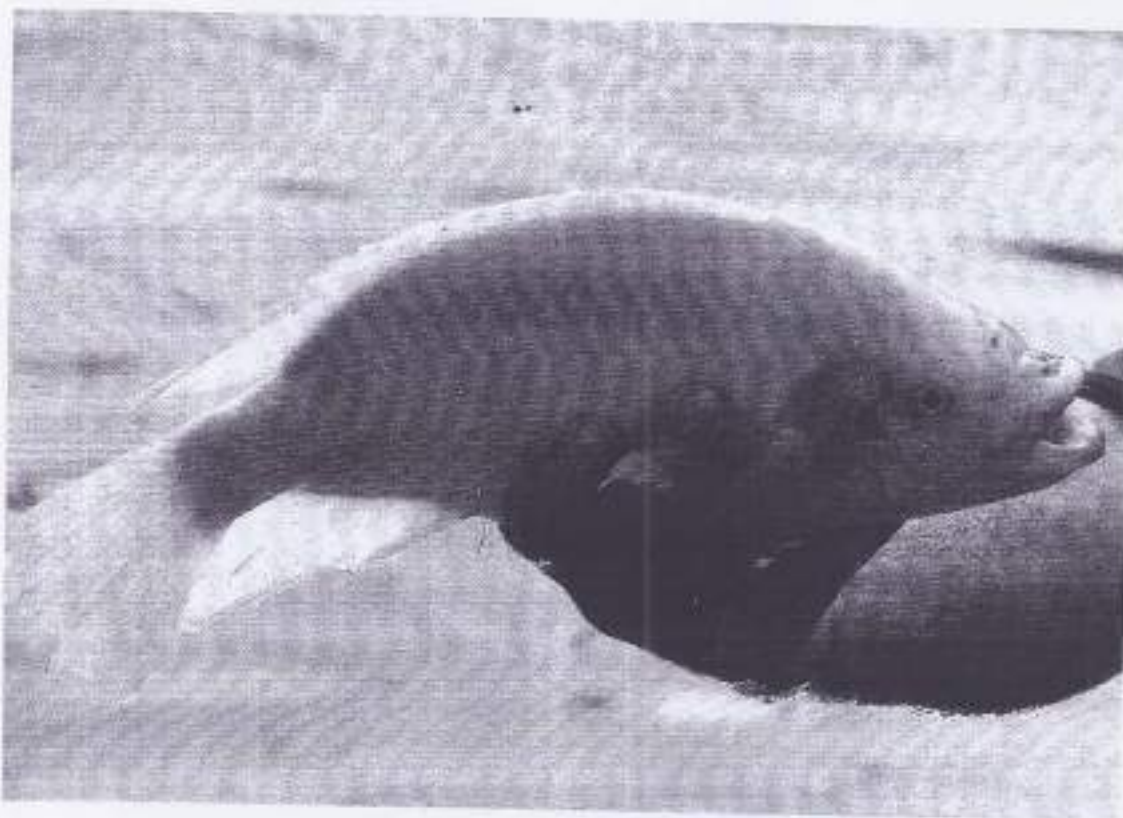


51
af

Aquicultura em represas de hidrelétricas mitiga impactos sociais e ambientais

Além de alternativa de renda para ribeirinhos e operários que trabalham nas obras, governo prevê soluções sustentáveis

Valter Campanato/Abr



O criatório de tilápias é a opção mais comum adotada nas represas

Apesar de ter 13,7% da água doce superficial do mundo, o Brasil produz apenas 1,25 milhão de toneladas de pescado. E apenas 536 mil toneladas são produzidas em cativeiro. A produção brasileira está crescendo cerca de 10% ao ano. As usinas hidrelétricas podem ajudar a ampliar a produção, reduzindo a degradação ambiental e social.

A barragem de rios para instalação de usinas hidrelétricas causa diversos tipos de impacto sociais e ambientais. Com o objetivo de amenizar esses impactos, o Poder Público impõe condições aos investidores. Uma dessas condições (ou

52
9/

condicionantes, no jargão técnico) é o aproveitamento dos lagos formados pelas barragens para o desenvolvimento de atividades pesqueiras. De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura, os reservatórios são ambientes "bastante favoráveis" para esse tipo de atividade econômica e que trazem muitos benefícios sociais.

"A aquicultura em reservatórios de hidrelétricas tem algumas vantagens em relação a outros reservatórios menores. Além de ter grandes volumes de água represados, esses reservatórios estão normalmente associados a rios perenes e caudalosos, o que provoca melhor renovação da água, maior capacidade de produção e melhor qualidade do pescado", diz o coordenador-geral de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura em Águas da União, Luiz Henrique Vilaça de Oliveira.

Ele explica que, nesse ambiente favorável à reprodução de peixes, a piscicultura pode abrir novas frentes de geração de renda tanto à população ribeirinha como aos trabalhadores dos canteiros das usinas que decidem ficar no local após terminada a obra. O ministério tem contabilizado ótimos resultados para a atividade pesqueira nas barragens das usinas hidrelétricas brasileiras. "Em hidrelétricas se trabalha de forma muito tranquila, com uma produtividade acima de 250 toneladas por hectare, em ciclos que podem variar de quatro meses a um ano. Quanto mais intenso o frio, mais longo o ciclo", informou Oliveira.

Advertências

Mas o coordenador-geral da Aquicultura Continental em Estabelecimentos Rurais e Áreas Urbanas, Jackson Luiz Pinelli, faz uma advertência. "É importante deixar claro que, apesar de ser boa para pesca, a água dessas represas não é boa, pelo menos em um primeiro momento, para a criação de peixes em cativeiros, já que, em gaiolas, os animais não têm como escapar das toxinas que também costumam surgir a partir de materiais decompostos principalmente a vegetação que apodrece sob a água após o enchimento do lago". Dos mais de 50 reservatórios de usinas hidrelétricas do país, praticamente todos desenvolvem atividades ligadas à aquicultura, ainda que em ritmos diferentes. Só na calha do Rio São Francisco, há sete grandes lagos. Em quatro, a produção já está bastante desenvolvida. É o caso da usina hidrelétrica de Xingó, nos estados da Bahia, de Alagoas e Sergipe; Itaparica, entre Pernambuco e Bahia; Três Marias (MG); e Moxotó, entre Alagoas, Pernambuco e Bahia.

Apesar de ter uma capacidade estimada de produção de 240 mil toneladas por ano, o lago da Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, produz apenas 300 toneladas de pescado por ano. A subutilização se deve a um tratado entre os donos da usina, Brasil e Paraguai, que não permite a produção de "espécies exóticas", classificação dada a peixes que não são naturais daquelas águas, como a tilápia, um dos principais peixes criados em cativeiro pelo país.

* Atualmente, na barragem de Itaipu, há 77 famílias de produtores, constituídas basicamente por pescadores artesanais e índios, que desenvolvem apenas um

tipo de peixe pacu. Mas nossa expectativa é reverter essa situação", disse Luiz Henrique Oliveira.

De acordo com o Ministério da Pesca, em todo o mundo são produzidas anualmente 154 milhões de toneladas de pescado. A expectativa é que será necessário agregar mais 100 milhões de toneladas até 2030, para dar conta da demanda mundial estimada.

5/5/12



Itaocara, 22 de maio de 2012

Nossa correspondência: 045 / IT / 2012 - AMB

Ao

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro

Av. Rodrigues Alves, 129 / 9º Andar.

Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.081-250

Ilmo. Sr. Alan Ducasble – *Superintendente Substituto*

..

Referência: UHE Itaocara – processo nº 3770005122012-40

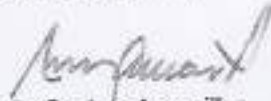
Assunto: Solicitação de cópia de processo

Ilmo. Senhor,

Vimos por meio desta, solicitar cópia do Processo nº 3770005122012-40 referente à UHE Itaocara.

Agrademos a sua atenção e nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

MINISTÉRIO DA PESCÇA E
AQUICULTURA

SFPA-RJ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

00377.000512/2012-40

42.000.000 +



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.43.4.3

Registro de reunião com pescadores e relatório dos resultados da metodologia



Itaocara, 03 de dezembro de 2014
Nossa correspondência: **083 / IT / 2014 - AMB**

Ao

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Praça XV de Novembro, 42 / 7º Andar.
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.010-010

At. Sr. Roberto Huet
Coordenação da NLA

Referências: - Licença de Instalação Nº 954/2013 – 2º Retificação
- Processo 02001-000175/2008-06

Assunto: Reunião para apresentação dos resultados dos testes das metodologias para cadastramento de pescadores e desembarque pesqueiro na ADA e AID da UHE Itaocara I

Prezado Senhor,

Em atendimento a Condicionante 2.11 da Licença de Instalação Nº 954/2013 - 2ª Retificação, a qual tem seu texto transcrito a seguir:

“Iniciar no prazo de 30 dias, no âmbito do Programa de Comunicação Social, a divulgação das atividades associadas ao Programa de Readequação das Atividades Pesqueiras.”

O Consórcio UHE Itaocara vem, por meio desta, informar que no dia 27/11/14 foi realizada reunião na Colônia Z-21, município de São Fidélis/RJ, para apresentação dos trabalhos relativos aos testes das metodologias para cadastramento dos pescadores e desembarque pesqueiro.

A reunião foi conduzida pela equipe da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ e contou com a participação de representantes do IBAMA, Consórcio, poder público municipal, além dos próprios pescadores.

Em anexo, encaminhamos a cópia da lista de presença, uma breve memória da reunião, além do registro fotográfico.

Agradecendo antecipadamente a atenção despendida por V.Sa., colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Amarilho
Diretor
Consórcio UHE Itaocara

Testes iniciais para cadastramento sócio- econômico e avaliação do desembarque pesqueiro no rio Paraíba do Sul, Itaocara-RJ

Luiz Gustavo M. da Silva & Rogério Picoli

CAP/UFSJ/DTECH

Pós-graduação em Tecnologias para

Desenvolvimento Sustentável - PPGTDS

OBJETIVOS

- 1) Planejamento do estudo para avaliação do desembarque pesqueiro e para a caracterização socioeconômica das atividades de pesca.**
- 2) Testar a metodologia para realização do cadastro socio-econômico e de avaliação do desembarque pesqueiro.**

Reunião IBAMA-RJ – Apresentação dos Resultados do Cadastro Sócio-econômico e Avaliação
do Desembarque Pesqueiro no rio Paraíba do Sul, Itaocara-RJ



DESEMBARQUE PESQUEIRO

| Nº Desembarques | Esforço de Pesca (Tempo) | Petrechos de Pesca | Tamanho de Malhas |
|-----------------|--------------------------|--------------------|-------------------|
| 1 | 2h | Tarrafa | 12 |
| 2 | 4h | Tarrafa | 12 |
| 3 | 3h | Tarrafa | 12 |
| 4 | 3:30h | Tarrafa | 12 |
| 5 | 2:30h | Tarrafa | 12 |
| 6 | 4h | Tarrafa | 12 |
| 7 | 3h | Tarrafa | 12 |
| 8 | 2h | Tarrafa / Rede | 10 e 5 |
| 9 | 3h | Tarrafa | 12 |
| 10 | ? | Rede | 12 |
| 11 | 3 a 4h | Tarrafa | ? |
| 12 | 10h | Tarrafa / Rede | 9,10,11 |
| 13 | 15h | Tarrafa / Rede | 7,9,10,11 |
| 14 | 12h | Rede | 10.11 |
| 15 | 8h | Tarrafa | 11 |
| 16 | 12h rede, 2h tarrafa | Tarrafa / Rede | 9,10,11 |
| 17 | 15h | Tarrafa / Rede | 10 |
| 18 | 10 | Tarrafa / Molinete | 12 |
| 19 | 12h | Tarrafa / Rede | 14 |
| 20 | 3 dias de pescaria | Rede | 8 |

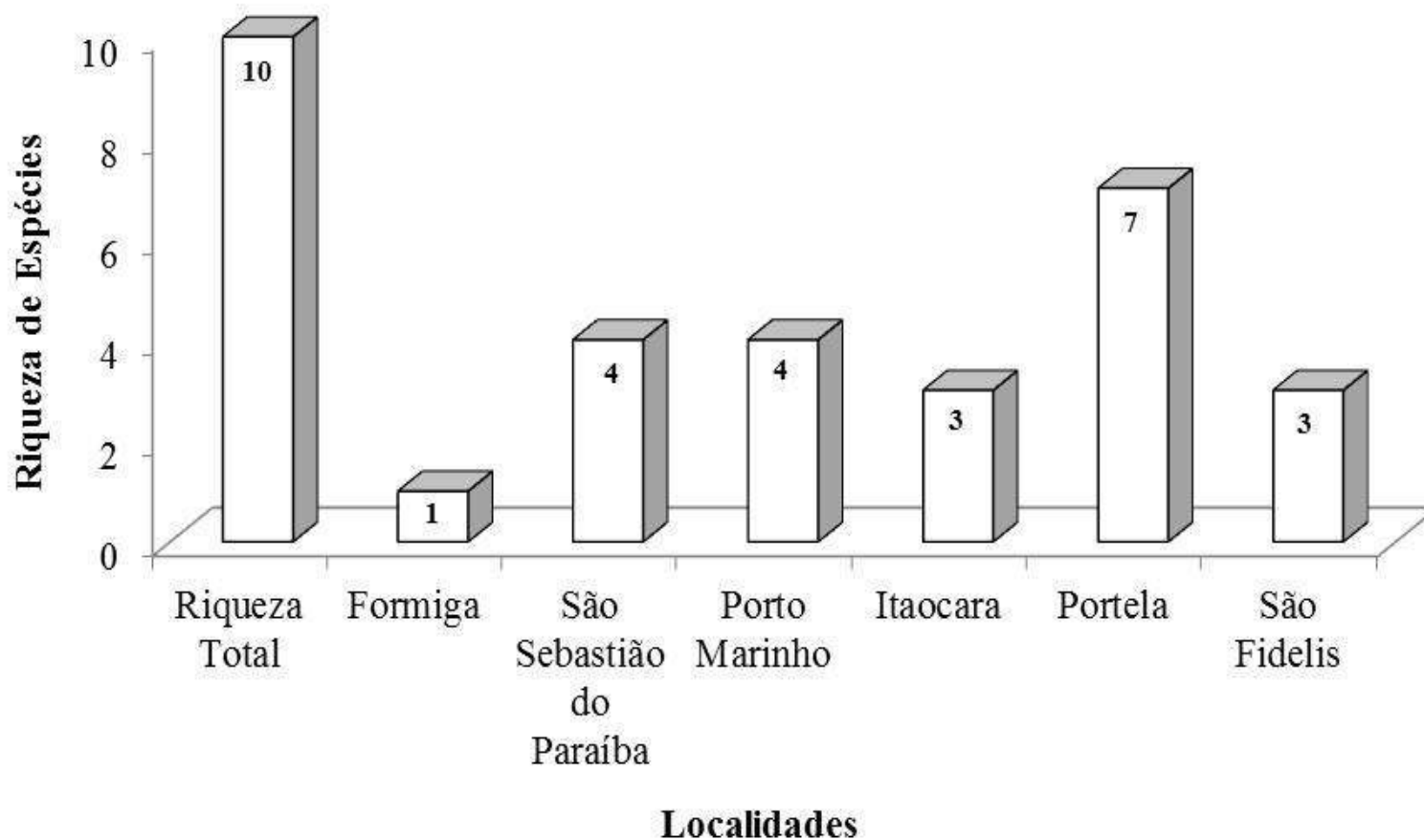
DESEMBARQUE PESQUEIRO



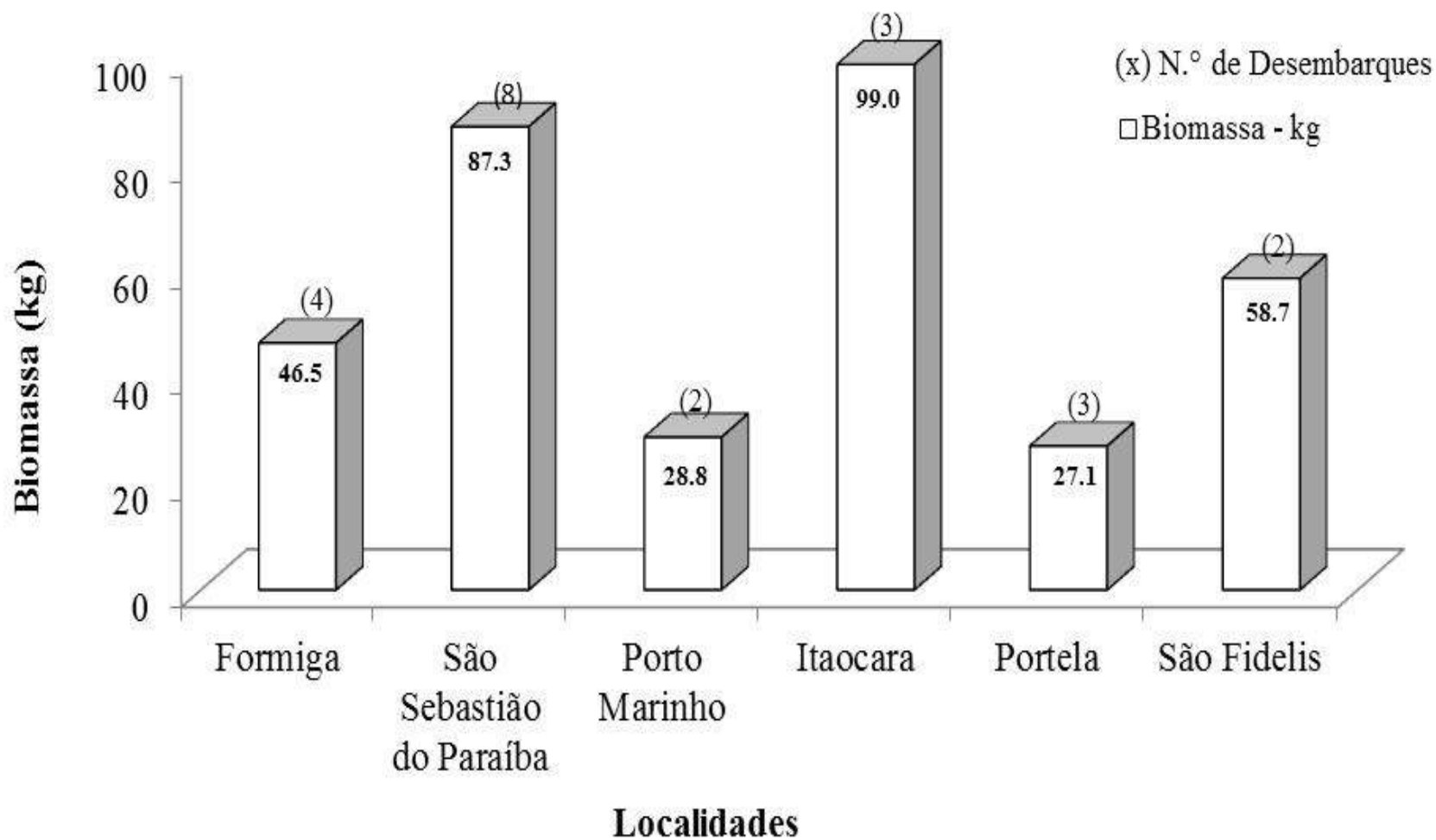
DESEMBARQUE PESQUEIRO



DESEMBARQUE PESQUEIRO



DESEMBARQUE PESQUEIRO



DESEMBARQUE PESQUEIRO





| | | |
|---|------------------------|-------------------------|
| Data: 27/11/2014 | Início: 10:00 h | Término: 13:00 h |
| Local: Colônia de Pesca Z-21 – São Fidelis/RJ | | |
| Objetivo: Apresentação da metodologia para cadastramento socioeconômico e avaliação do desembarque pesqueiro no rio Paraíba do Sul | | |
| Participantes | | |
| Vide lista de presença anexa. Participaram da reunião 79 pessoas entre representantes do IBAMA, UFSJ, Consórcio UHE Itaocara, pescadores ligados à Z-21 e a Associação de Pescadores de Paraoquena, o advogado Pompillho e convidados do poder público municipal de São Fidélis | | |

Síntese da reunião

1. Apresentações

O representante da Colônia Z-21, Sirley, abriu a reunião agradecendo da presença de todos e aproveitou para apresentar algumas pessoas do poder público municipal presentes que foram convidadas.

Luiz Gustavo, representante da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, instituição responsável pelos trabalhos de planejamento do cadastro de pescadores e desembarque pesqueiro, apresentou a equipe da UFSJ presente na reunião e que participaram dos trabalhos.

Roberto Huet, representante do IBAMA, também apresentou a equipe do órgão, que estava presente e aproveitou para explanar sobre o status do processo de licenciamento da UHE Itaocara. *“Tecnicamente o processo está parado, porém algumas atividades que são condicionantes da LI continuam sendo executadas pelo Consórcio UHE Itaocara, entre elas, o desenvolvimento da metodologia para o cadastro dos pescadores e desembarque pesqueiro.”*

Roberto Huet destacou que por iniciativa do IBAMA, os pescadores da colônia Z-21 fossem considerados como indiretamente afetados pelo empreendimento, pois realizam suas atividades a jusante do futuro barramento.

2. Introdução

Luiz Gustavo descreveu em linhas gerais como foram realizadas as atividades de campo junto aos pescadores e frisou que os resultados que seriam apresentados não são representativos, uma vez que foi entrevistado um universo muito pequeno de pescadores. Porém com a continuidade do trabalho espera-se que todos os pescadores participem dos estudos para que os dados reflitam a realidade atual da região, realizando um cadastramento e acompanhamento censitário ou perto disto.

Destacou que conhecer a realidade atual dos pescadores é de suma importância para que possíveis impactos em função da construção de empreendimentos (não só usinas hidrelétricas) possam ser melhor avaliados para sua correta mitigação e compensação.

Luiz explicou que a UFSJ é uma instituição do governo federal e que o objetivo do trabalho desenvolvido pela sua equipe, como servidores públicos, era levantar dados de interesse da população.

Além disso, Luiz disse que o trabalho feito até o momento foi realizado para testar a efetividade do questionário de cadastramento dos pescadores e a metodologia para realização do desembarque pesqueiro, de acordo com normas federais. Explicou também que cadastro e desembarque são

atividades distintas com metodologias distintas, mas que os resultados de um complementam o outro.

3. Metodologia para cadastro de pescadores

O questionário de cadastro, preenchido através de entrevistas junto ao público alvo, foi baseada na Portaria Interministerial nº340 de 01/06/12. Segundo Luiz a portaria não dá um modelo pronto do questionário, somente indica quais informações devem ser levantadas, por isso fez-se necessária a realização dos trabalhos para desenvolver e testar o cadastro.

As entrevistas foram realizadas com pescadores em dois eixos: um que vai da UHE Ilha dos Pombos até Itaocara e outro de Itaocara até São Fidelis.

As informações do cadastro, depois de completamente finalizadas, irão compor um banco de dados que poderá ser acessado através de um site na internet por qualquer pessoa. Este site conterá dados estatísticos, gráficos e mapas que demonstrarão como é a atividade pesqueira na região do médio-baixo Paraíba do Sul dentro do trecho que será objeto do estudo.

Luiz apresentou os principais itens do cadastro que foram agrupados em: Dados Pessoais, Posse de Terra, Ocupação, Atividades Econômicas, Dados da Família e Condições de Moradia. Explicou que nessa primeira etapa do estudo, o questionário foi preenchido à mão pela equipe da UFSJ, mas que a equipe de programação da instituição já vem desenvolvendo aplicativos para que as informações do questionário sejam preenchidas em um *tablet* que automaticamente as enviará para o banco de dados.

Segundo Luiz, uma informação importante do cadastro é que ele conseguirá diferenciar pescadores profissionais, amadores e esportivos.

Geraldo (UFSJ) falou que as únicas informações que não contam no questionário são às relativas aos aspectos culturais, pois é muito subjetivo avaliar os impactos dessa natureza, embora seu registro seja importante.

Sirley disse que durante a realização dos testes informou a equipe da UFSJ que haviam perguntas no questionário que os pescadores eram incapazes de responder. Luiz informou que essas considerações levaram a modificação do questionário.

4. Metodologia para realização do desembarque pesqueiro

O desembarque visa registrar e monitorar junto a comunidade pesqueira o que é pescado, onde é pescado e sua quantidade. Além destas informações, serão inclusas informações por parte dos pesquisadores que tentarão explicar porque é pescado determinadas espécies em determinados locais da região.

Luiz disse ainda que as informações fornecidas no cadastro deverão ser comprovadas através do desembarque, pois o monitoramento será realizado continuamente durante a construção da usina e também após o enchimento do reservatório.

Os trabalho de teste da metodologia do desembarque foi feito através de 20 desembarques realizados ao longo de 5 meses de trabalho. Luiz ilustrou com imagens como foram feitos os trabalhos e apresentou os resultados levantados como, por exemplo, os peixes mais pescados (carpa e cascudo), em que áreas são pescadas determinadas espécies, como o pescado é



processado, a riqueza de espécies e a quantidade de biomassa que é pescada em cada uma das localidades estudadas, entre outras.

5. Perguntas principais

Sirley perguntou quem pagou o estudo. A UFSJ explicou que foi o Consórcio por solicitação do IBAMA, mas que o estudo em si pode ter várias outras fontes de financiamento visto que é de interesse público. Para exemplificar, disse que se o Consórcio (ou outro empreendedor) não quiser continuar os estudos, a própria UFSJ pode elaborar um projeto e buscar recursos junto ao Ministério da Pesca ou outras instituições federais / estaduais.

Pompilho, advogado da Z-21, deu exemplos de usinas em que pessoas que se diziam representantes dos pescadores e participaram efetivamente da implantação do cadastro e das negociações, foram “compradas” por representantes do empreendimento, ou seja, no final da negociação, os interesses dos pescadores foram deixados de lado.

Roberto Huet aproveitou para defender que a realização de estudos como cadastro e desembarque sejam realizados por instituições idôneas sem interesse financeiro como é o caso da UFSJ (ou qualquer outra universidade / instituição pública de pesquisa)

O IBAMA e a UFSJ foram perguntados sobre a duração dos estudos. Foi respondido que ele iniciará imediatamente após o início das obras da UHE se estendendo até aproximadamente 1 ano após o início da operação da UHE. Foi explicado que a realização do desembarque durante e após o enchimento do reservatório servirá para avaliar e principalmente quantificar os impactos da UHE Itaipava sobre a atividade pesqueira. Além disso, auxiliará no apontamento da melhor alternativa para um eventual Sistema de Transposição de Peixes.

Gustavo Policarpo, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Fidélis, perguntou como as informações serão repassadas ao novo concessionário, caso o Consórcio não vença o Leilão. Além disso, perguntou também se os outros concorrentes tem conhecimento de todos os impactos e do cumprimento das Condicionantes do licenciamento.

Mário Trento explicou que a empresa que ganhar o Leilão (caso o Consórcio UHE Itaipava não obtiver sucesso) terá que ressarcir o Consórcio de todos os custos já realizados até o momento e assim ele passa a ser detentor de todas as informações que estão arquivadas no escritório da empresa. Além disso, explicou também que em algum momento deve-se realizar um trabalho de transição entre a atual equipe do Consórcio e da outra concessionária com o objetivo de trocar informações sobre todas as ações realizadas até o momento.

Com relação ao cumprimento das condicionantes, o IBAMA informou que todas vêm sendo cumpridas pelo Consórcio. Mário complementou dizendo que os recursos estimados para execução dos programas ambientais previstos no licenciamento fazem parte da documentação que pode ser acessada pelas empresas concorrentes junto a ANEEL, EPE ou o próprio IBAMA.

6. Ponderações

O presidente da Z-21, Syrlei, reclamou que não foi avisado sobre a rescisão da concessão e sobre a mudança na coordenação ambiental do Consórcio (Redelvim para Mário Trento). Neste ponto ele ainda creditou a esta situação a desconfiança por parte dos pescadores em relação ao empreendimento, pois em seu entendimento faltou comunicação.

O IBAMA aproveitou para disponibilizar seus contatos para que os presentes pudessem procurar informações sobre o licenciamento ou até mesmo fazer alguma queixa com relação ao Consórcio.

Mário Trento explicou que ele assumiu a coordenação ambiental em fevereiro de 2013 e que até a emissão da LI, o Consórcio focou justamente na emissão da LI procurando atender todas as condicionantes da LP. Disse que neste período a UFSJ foi contratada para desenvolver a metodologia de cadastro e desembarque mantendo assim a continuidade nos trabalhos relativos ao Programa de Readequação da Atividade Pesqueira.

Foi dito também que o Consórcio, após a rescisão da Concessão, estava aguardando a finalização dos trabalhos da UFSJ para que os resultados dos testes fossem apresentados aos pescadores com a presença de representantes do IBAMA, motivo inclusive, da reunião que estava sendo realizada naquele momento.

Além disso, Mário também aproveitou para explicar sobre os motivos que levaram a solicitação de rescisão da Concessão e também a razão do projeto UHE Itacara I ter sido retirado pela ANEEL do Leilão A-5 marcado para 12/12/13. Informou também que a publicidade legal (Diário Oficial, site institucional e jornais de grande circulação) foi realizada logo após a decisão da solicitação de rescisão.

Sirley também reclamou que aquela reunião foi marcada com pouca antecedência pela UFSJ e ficou irritado que o Consórcio e o IBAMA também tenham comparecido após um ano e meio de ausência. Mário novamente explicou que esperava a finalização dos trabalhos pela UFSJ para que fossem retomadas as tratativas com as associações de pescadores e ainda disse que sempre manteve contato com o presidente da Associação de Pescadores de Paraoquena, Valdeci, que estava presente na reunião e confirmou.

7. Registro fotográfico



Sirley abrindo a reunião



Pescadores assinando a lista de presença



Pescadores durante a reunião



Gustavo Policarpo fazendo sua pergunta ao IBAMA (Roberto Huet) e Consórcio (Mário Trento)



Sirley (Z-21), Roberto Huet (IBAMA) e Luiz Gustavo (UFSJ)



Luiz Gustavo apresentando os resultados da metodologia



Visão Geral do público presente na reunião



2015 – COLÔNIA Z-21

| | | |
|--|------------------------|-------------------------|
| Data: 05/08/2015 | Início: 10:00 h | Término: 13:35 h |
| Local: Sede da Colônia Z-21 em São Fidélis – RJ | | |
| Objetivo: Estabelecer uma metodologia viável para o desenvolvimento do estudo de desembarque pesqueiro que retratará o impacto da UHE Itaocara I. | | |

SÍNTESE

A reunião foi iniciada com a apresentação individual dos 13 participantes.

O Sr. Pompílio lembrou a última reunião em que estava presente o IBAMA, o Consórcio UHE Itaocara e a Colônia Z-21, momento que sugeriu um novo encontro junto à Universidade que realizará o estudo de desembarque pesqueiro, com a finalidade de tomarem conhecimento de como se dará o controle e medição da pesca, visto que são especialistas nesse método de pesquisa e melhores indicados a responder sobre o mesmo. Citou que após essa reunião surgiu o questionamento entre ele e os pescadores a respeito da ocasião em que a pesquisa será aplicada, antes, durante ou depois da construção da UHE Itaocara I, pois a preocupação é se a indenização ocorrerá somente após a construção, pois acreditam que nesse período já terá sucedido diversos impactos aos pescadores.

O Sr. Mário explicou que o estudo tem o objetivo de dimensionar a perda que o pescador terá com a UHE Itaocara I e o responsável em mediar entre o impacto gerado e a indenização adequada será o IBAMA. Mencionou que já foi estabelecido o pacto entre eles que garantiu a realização do estudo de desembarque pesqueiro e a presente reunião era para estabelecer o parâmetro mais confiável de identificação e dimensionamento da perda, não competindo discutir sobre mitigação ou compensação sem uma base de discussão.

O Sr. Pompílio debateu que só se consegue dimensionar a perda ao final do processo.

O Sr. Mário esclareceu que não se sabe qual é o impacto e para conhecê-lo é necessário o levantamento de dados durante esses 3 anos de construção da UHE Itaocara I para assim ter o valor real.

O Sr. Sirley expos sua apreensão, alegando que poderá ter danos para toda a vida, que será indenizado em um instante e tempos depois poderá estar sofrendo outro tipo de impacto. Falou ainda sobre o momento de Piracema que acontecerá durante a obra da UHE Itaocara I, e por tanto, perguntou o que será feito quanto à essa ocorrência.

O Sr. Mário respondeu que se faz importante pesquisar todo o período de 3 anos da construção da UHE Itaocara I para constatar quais as ocorrências em cada momento estudado.

O Sr. Gesael informou que no período da construção da UHE Itaocara I impossibilita a atividade pesqueira no local, então não sabe o que poderá fazer a partir desse quadro.

O Sr. Sirley comentou que aceita a realização do estudo de desembarque pesqueiro, mas não concorda com o cronograma de realização recomendado pela UHE Itaocara I.

O Sr. Pompílio sugeriu que a equipe da Universidade se apresentasse.

O Sr. Luiz Gustavo explicou que a equipe é responsável somente em realizar o estudo, informando que o IBAMA é o responsável por mediar a negociação de acordo com a resposta do estudo, salientando que não possuem nenhum poder de direcionar o Consórcio UHE Itaocara para determinar o tipo de negociação. Informou ainda que o objetivo do estudo é refletir qual a situação da pesca e dos pescadores para assim repassar para a UHE Itaocara e servir de base de tomadas de decisões.

O Sr. Geraldo informou que a partir desse estudo há a possibilidade de inserir os pescadores num quadro de Políticas Públicas, mas para isso é imprescindível ter informações a respeito de cada situação estudada, pois para a tomada de decisão é necessário uma base de dados. A intenção da reunião foi mostrar o que a equipe de pesquisadores idealizou, colher as sugestões dos pescadores e incorporar no método de estudo. Sugeriu ainda que o estudo seja realizado com base nos cadastros já existentes na Colônia e nas Associações de pescadores.

O Sr. Sirley sinalizou que na Colônia já existe o cadastro dos pescadores da região e que há de se ter o cuidado para os mesmos não confundirem e acabar surgindo novos pescadores para serem cadastrados.

O Sr. Luiz Gustavo informou que a ideia é fazer a pesquisa junto a locais onde existem Associações e Colônia de pescadores justamente por esse fato.

O Sr. Andrei esclareceu que o estudo será feito com toda a idoneidade e que será feito dentro de um período determinado para acompanhar os pescadores antes do processo indenizatório, constatando cada momento vivenciado por esses.

O Sr. Sirley falou de sua preocupação de como será realizada essa pesquisa, como será repassada à eles, acreditando que haverá dificuldade em realiza-la na região.

O Sr. Pompílio opinou que o ideal seria cadastrar os pescadores a partir do Banco de dados existente na Colônia ao qual já está descrito quais são os verdadeiros pescadores, e ainda perguntou qual é a fidelidade dessa amostragem?

O Sr. Andrei relatou que a equipe idealiza acompanhar um grupo de pescadores ou então acompanha-los num determinado trecho do rio.

O Sr. Sirley argumentou que esse estudo vai gerar uma estatística e não um desembarque pesqueiro e por esse motivo acredita que vai ser difícil de se realizar.

O Sr. Mário apontou que essa é uma tarefa exigida pelo IBAMA desde 2013.

O Sr. Andrei dissertou que a realidade demanda tempo e paciência e que o objetivo é retratar o quadro mais fiel de como é a situação da pesca dessa região nas diversas situações, como por exemplo, a seca atual.

O Sr. Mário informou que trouxe a equipe da Universidade para recomeçarem esse processo, para auxiliá-los na melhor metodologia a ser aplicada no estudo.

O Sr. Pompílio informou que a Colônia é formada por pescadores de 9 regiões, muito ampla, e por isso perguntou se a equipe possui condições para realizar o estudo, se há suporte financeiro, material e humano.

O Sr. Luiz Gustavo relatou que terá vários momentos distintos de estudo, e que o IBAMA quem irá norteá-los. E no quadro da UHE Itaocara I terão dois momentos que é anterior e posterior à operação. O primeiro passo é conhecer cada pescador pelo cadastro que diz quantas vezes por semana cada um dos pescadores estará pescando e a partir disso comparar com a prática, verificar as informações que constam no cadastro na realidade, com trabalho de campo nos dias em que estarão na atividade pesqueira.

O Sr. Pompílio concorda com a ideia da UHE que cada pescador tenha uma realidade distinta, mas a dúvida do pescador é se a indenização vai ser justa de acordo com cada pesquisado. Acredita que a estatística gerada poderá representar os que talvez não tenha sido identificado.

O Sr. Geraldo disse que o estudo tem que ter capacidade de formar outras formas de vida além da condição de pescador. Cada local tem sua realidade. Pode já existir hoje pessoas, jovens que tenham o objetivo de sair da atividade pesqueira. Temos que pensar na estrutura de cada comunidade de acordo com suas características e que esse impacto seja o menor possível.

O Sr. Pompílio falou que já haviam pensado na ideia de cursos de capacitação para os pescadores. Mas a reunião, segundo ele, foi para falar sobre o tempo em que serão indenizados, que em reunião realizada na Colônia Z 21 com os pescadores no dia 17/07/2015 foi unânime entre os participantes que não concordam em receber depois do impacto.

O Sr. Luiz esclareceu que sobre essa temática deverão discutir com o IBAMA e o Consórcio, pois estavam presentes na reunião para idealizar um parâmetro ideal a ser utilizado na pesquisa.

O Sr. Andrei disse que acredita que o antes e o depois da construção da UHE Itaocara I não pode ser considerado como parâmetro para seguir uma indenização. O antes por vezes pode trazer resultados para nortear o depois.

O Sr. Pompílio falou que está se baseando no discurso do Sr. Mário que o objetivo do estudo é apurar essa realidade para poder indenizar justamente, mas a dúvida gerada é como esse estudo será realizado.

A Sra. Emanuela questionou se o impacto social será indenizado.

O Sr. Mário respondeu que foi identificado o impacto pesqueiro pelo IBAMA e por esse motivo contataram a equipe da Universidade São João Del Rei, para realizar o estudo para saber o impacto

gerado na renda dos pescadores. Caso houver outro tipo de impacto deverá ser estudado e nesse momento estamos discutindo a razão da perda da pesca.

O Sr. Geraldo explicou que o estudo é para se tomar conhecimento do perfil do pescador do rio Paraíba do Sul que será impactado pela construção da UHE Itaocara I. Toda informação que cada pescador passar para a equipe de pesquisadores, até aquele momento será verídico, mas em certas perguntas encontradas no questionário poderá ser confirmada a veracidade através da coerência entre a primeira e a segunda resposta. Objetivamos descobrir o grau de dependência de cada um com a pesca, pois acreditam que poderá existir pescadores com outras fontes de renda ou outras atividades. Não é necessário entrevistar todos, basta apanhar um pequeno grupo e a partir daí pode-se encontrar a realidade de uma determinada localidade e essa média se refletirá para o total. É gerar a possibilidade para o futuro. Por isso o estudo tem que ter caráter científico. Ao final do estudo, os resultados irão ser entregues a todos os envolvidos nesse cenário, mas a definição da mitigação será feita por outra instância.

O Sr. Pompílio perguntou para os pesquisadores qual será o próximo passo.

O Sr. Luiz Gustavo respondeu que é definir os locais onde poderá ser realizado o cadastramento e assim iniciá-lo.

O Sr. Sirley indagou se todos os pescadores serão cadastrados, inclusive os que não são filiados à Colônia Z 21.

O Sr. Luiz Gustavo apontou que a abertura de estudo é para todos que alegarem a pesca como atividade, seja profissional, amador ou por esporte.

O Sr. Andrei sinalizou que existem os pescadores que são aposentados, já com uma renda fixa, então o impacto será da pesca e portanto, o estudo irá identificar a partir do cadastro, a origem da renda e as atividades desenvolvidas por este.

O Sr. Pompílio declarou que as situações indenizatórias que ficarem muito distantes da justiça, caberá entrar em discussão mais a fundo, pois a partir do estudo aparecerá um pescador ativo e outro menos ativo, e ainda poderá aparecer um muito além do ativo ou até mesmo um muito abaixo e o valor da indenização poderá não ser satisfatório. Como é um tipo de estudo novo, permanece o receio.

O Sr. Sirley indagou se há a possibilidade do Consórcio UHE Itaocara disponibilizar bolsas de estudo ou contratar filhos de pescadores para estar atuando junto à equipe de pesquisadores.

O Sr. Luiz Gustavo informou que em suas equipes de pesquisa sempre há um pescador da região para acompanhá-los. Sendo a equipe contratada, a verba será repassada para a Fundação da Universidade e poderão indicar o valor destinado para a contratação destes, ou até então a própria Universidade poderá destinar a verba para tal contratação, mas é uma questão administrativa, não depende deles para a decisão final, mas acredita-se que tal contratação gera um certo conforto à comunidade, já que terá um conhecido na equipe.



O Sr. Andrei continuou o discurso, concordando em dizer que a equipe ganha confiança do pescador vendo que um deles faz parte desse processo.

O Sr. Mário argumentou que a intenção é de negociar da melhor forma possível, e não agir à força.

O Sr. Pompílio falou que o objetivo sempre é a conversa, mas quando se esgota a solução, a única saída é recorrer à justiça. Informou que tentarão buscar a melhor solução, a mais aceitável por todos os pescadores.

O Sr. Mário esclareceu que o objetivo do Consórcio é pagar o valor mais justo possível.

O Sr. Pompílio perguntou se o estudo será apresentado previamente aos pescadores.

O Sr. Luiz Gustavo respondeu que todos os envolvidos nesse processo serão comunicados assim que o estudo for iniciado.

O Sr. Mário explicitou que o Consórcio UHE Itaocara prevê o início da pesquisa de desembarque pesqueiro para janeiro de 2016.

O Sr. Sirley questionou se os pescadores com atividade em Santo Antônio de Pádua terão impacto com a construção da UHE Itaocara I.

O Sr. Mário debateu que terão impactos os pescadores que pesam no rio Paraíba do Sul e o estudo será realizado com aqueles que possuem atividade pesqueira nos locais onde a construção da UHE Itaocara causará danos, e deixou claro que também expos a mesma informação aos que estavam presentes na última reunião em Paraoquena com os associados da ASPASA.

O Sr. Pompílio explicou que iniciou seu trabalho em 2012 reunindo as Associações de pescadores da região que será impactada e apresentando seu foco de trabalho. Informou que a única Associação que não firmou parceria com o mesmo foi a de Paraoquena, então salientou que caso tenha acordo, os associados à ASPASA serão tratados separadamente.

A Sra. Emanuela perguntou se o futuro reservatório poderá ser utilizado para a pesca, e ainda sugeriu uma reunião em São Sebastião do Paraíba com os pescadores dessa região.

O Sr. Mário esclareceu que o reservatório se tornará local público e para se definir o uso viável do mesmo, será contratada uma empresa por parte do Consórcio, para elaborar, em até 4 meses antes da formação do reservatório, um plano chamado PACUERA que diz como e por quem o reservatório poderá ser utilizado, sendo este plano realizado com a participação dos órgãos dos municípios envolvidos e também da sociedade. Informou ainda que o Consórcio está mobilizando a equipe ambiental que atuará nos 43 programas do PBA inclusive a equipe de comunicação com o objetivo de proporcionar melhor atenção aos atingidos de forma geral.

A Sra. Emanuela perguntou se todos os atingidos serão indenizados quando o reservatório já estiver formado.

O Sr. Mário esclareceu que deverá desocupar toda a área e indenizar 100% dos atingidos antes de se formar o reservatório.

A Sra. Emanuela indagou sobre a avaliação das propriedades e ainda, se o impacto social será indenizado.

O Sr. Mário falou que a avaliação será feita pela Norma Técnica. E a respeito do impacto social informou que não há a possibilidade de dimensionar o impacto social gerado.

O Sr. Sirley citou sua preocupação no tempo que o reservatório será formado.

O Sr. Mário explicou que a previsão de enchimento do reservatório é de 45 dias, e esse processo é feito através de uma modelagem de água para evitar a mortandade de peixe, sendo esse o tempo suficiente para não gerar problema no trecho abaixo do eixo da Usina. Informou ainda que a Concessão é válida por 25 anos, sendo que de 4 em 4 anos o IBAMA exige novas condicionalidades a ser cumprida pelo Consórcio, e a Licença de Operação é válida por 4 anos, e com isso finalizou a reunião esclarecendo aos participantes que aqueles que se sentirem impactados deverão procurar o IBAMA que como órgão fiscalizador irá estabelecer ao Consórcio ações para solucioná-los.

LISTA DE PRESENÇA



LISTA DE PRESENÇA

Reunião com Pescadores de Colônia Z21

Data: 05/08/2015 Início: 09h Término: 11h

Local: Sede da Colônia Z21 – São Félix

Instituições participantes: - Consórcio UHE Itaocara
- Colônia Z21
- UFSJ

| Nº | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|-----------------------------------|-------------|------------|-----------------|-----------------------|
| 1 | Everson de Siqueira | | Presidente | (35) 35236.2054 | everson@colz21.org.br |
| 2 | Y Alteson de Castro | | PEDEIRO | | |
| 3 | Renan dos Santos Rufino | | PEREIRO | | |
| 4 | Miguel Antonio da Silva | | | | |
| 5 | Julio de Souza Costa Colônia Z-21 | | Presidente | (35) 2726.1456 | |
| 6 | JOSÉ JOSÉ DOS SANTOS | | | | |
| 7 | Genal de Almeida dos Santos | ASSOCIAÇÃO | Pescador | 982323729 | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |

Gerenciamento de Comunicação – Consórcio UHE Itaocara

1/1



LISTA DE PRESENÇA

Reunião com Pescadores da Colônia Z-21

Data: 05/08/2016 Início: 10h Término: 13:00h

Local: Sede da Colônia Z-21 - São Félix

Instituições participantes: - Consórcio UHE Itaocara
- Colônia Z-21
- UFESJ

| | Nome | Instituição | Cargo | Telefone | E-mail |
|----|---------------------------|--------------------------|--------------------|----------------|-------------------------------------|
| 1 | MARIO TOLENTINO | UHE ITAOCARA | Gerente | 22 98126 0105 | mario@consorcio.uhe.itaocara.com.br |
| 2 | PATRICIA GUIMARÃES | ADVOGADA DA COLÔNIA Z-21 | ADVOGADO | (32) 3493-7169 | patriciaguimaraes@ig.com.br |
| 3 | Luiz Gustavo | UFESJ | PROFESSOR | (31) 3392-8969 | luizsilva@ufesj.edu.br |
| 4 | Andrey Castro | UFESJ | Professor | (31) 7986 3736 | andrey.castro@ufesj.edu.br |
| 5 | GERALDO AUGUSTO MARI | UFESJ / UFMG | TELEFONE UFESJ | (31) 9454 2479 | geraldoaugusto@ufesj.edu.br |
| 6 | Samara dos Santos Almeida | UHE Itaocara | Analista Ambiental | (32) 3651-2800 | samara@uhea.itaocara.com.br |
| 7 | | | | | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |
| 15 | | | | | |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |

REGISTRO FOTOGRÁFICO







UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.43.4.4

Fichas do Cadastro Socioeconômico e desembarque pesqueiro

CADASTRO DOS PESCADORES DE ITAOCARA E REGIÃO
QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E DESEMBARQUE PESQUEIRO

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

| | | | | | | | | | | |
|---|--------------------------|-----------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|------------|--------------------------|----------------|
| Nome do Responsável Técnico: | | | | Nome do Entrevistador: | | | | | | |
| Nº do cadastro: | | | | | | Data: | | | | |
| Município onde está sendo feito o cadastro: | <input type="checkbox"/> | Itaocara/RJ | <input type="checkbox"/> | Pádua/RJ | <input type="checkbox"/> | Cantagalo/RJ | <input type="checkbox"/> | Aperibé/RJ | <input type="checkbox"/> | São Fidélis/RJ |
| | <input type="checkbox"/> | Cambuci/RJ | <input type="checkbox"/> | Carmo/RJ | <input type="checkbox"/> | Campos dos Goytacazes/RJ | | | <input type="checkbox"/> | Pirapetinga/MG |
| | <input type="checkbox"/> | Além Paraíba/MG | <input type="checkbox"/> | Volta Grande/MG | <input type="checkbox"/> | Estrela Dalva/MG | <input type="checkbox"/> | Outro: | | |
| Setor | | | | | | | | | | |

CADASTRO SOCIOECONÔMICO DO PESCADOR

DADOS PESSOAIS

| | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------------|--|----------------------------|--|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|--|--------------------------|--|----------------|
| Nome do entrevistado: | | | | | | Data: | | | | | |
| Coordenadas GPS | | | Moradia: X: ° ' " Y: ° ' " | | | Local de Pesca: X: ° ' " Y: ° ' " | | | | | |
| Mapa georreferenciado | | | | | | | | | | | |
| Arquivos de fotográficos | | | | | | | | | | | |
| Foto 01 | | | | | | Foto 02 | | | | | |
| Data | | Hora | | Coordenadas | | Data | | Hora | | Coordenadas | |
| Tipo: | | <input type="checkbox"/> Moradia <input type="checkbox"/> Pescador/Família <input type="checkbox"/> Documentos | | <input type="checkbox"/> Local de Pesca <input type="checkbox"/> Outra | | Tipo: | | <input type="checkbox"/> Moradia <input type="checkbox"/> Pescador/Família <input type="checkbox"/> Documentos | | <input type="checkbox"/> Local de Pesca <input type="checkbox"/> Outra | |
| Legenda: | | | | | | Legenda: | | | | | |
| Foto 03 | | | | | | Foto 04 | | | | | |
| Data | | Hora | | Coordenadas | | Data | | Hora | | Coordenadas | |
| Tipo: | | <input type="checkbox"/> Moradia <input type="checkbox"/> Pescador/Família <input type="checkbox"/> Documentos | | <input type="checkbox"/> Local de Pesca <input type="checkbox"/> Outra | | Tipo: | | <input type="checkbox"/> Moradia <input type="checkbox"/> Pescador/Família <input type="checkbox"/> Documentos | | <input type="checkbox"/> Local de Pesca <input type="checkbox"/> Outra | |
| Legenda: | | | | | | Legenda: | | | | | |
| RG: | | | | CPF: | | | | Data Nascimento: | | | |
| Naturalidade: | | | | Estado: | | | | | | | |
| Telefone: | | | | E-mail: | | | | | | | |
| Escolaridade: | | <input type="checkbox"/> | Analfabeto | <input type="checkbox"/> | Alfabetizado | <input type="checkbox"/> | Pré | <input type="checkbox"/> | Fundamental 01 | <input type="checkbox"/> | Fundamental 02 |
| | | <input type="checkbox"/> | Médio | <input type="checkbox"/> | Superior | <input type="checkbox"/> | Não estuda | | | | |
| Est. Civil: | | <input type="checkbox"/> | Casado | <input type="checkbox"/> | Solteiro | <input type="checkbox"/> | União estável | <input type="checkbox"/> | Desquitado/Separado | <input type="checkbox"/> | Viúvo |
| Nome do cônjuge ou parceiro: | | | | | | | | | | | |
| Filiação: | | Pai: | | | | | | | | | |
| | | Mãe: | | | | | | | | | |
| Endereço: | | | | | | | | | | | |
| Distrito: | | | | | | | | CEP: | | | |
| Cidade onde reside: | <input type="checkbox"/> | Itaocara/RJ | <input type="checkbox"/> | Pádua/RJ | <input type="checkbox"/> | Cantagalo/RJ | <input type="checkbox"/> | Aperibé/RJ | <input type="checkbox"/> | São Fidélis/RJ | |
| | <input type="checkbox"/> | Cambuci/RJ | <input type="checkbox"/> | Carmo/RJ | <input type="checkbox"/> | Campos dos Goytacazes/RJ | | | <input type="checkbox"/> | Pirapetinga/MG | |
| | <input type="checkbox"/> | Além Paraíba/MG | <input type="checkbox"/> | Volta Grande/MG | <input type="checkbox"/> | Estrela Dalva/MG | <input type="checkbox"/> | Outro: | | | |
| ELIGIBILIDADE POSSE DE TERRA | | | | | | | | | | | |
| Modalidade de posse de área | <input type="checkbox"/> | Arrendatário | <input type="checkbox"/> | Caseiro | <input type="checkbox"/> | Comodatário | <input type="checkbox"/> | Empregado | <input type="checkbox"/> | Ilheiro | |
| | <input type="checkbox"/> | Morador | <input type="checkbox"/> | Parceiro | <input type="checkbox"/> | Porcenteiro | <input type="checkbox"/> | Posseiro | <input type="checkbox"/> | Proprietário | |
| | <input type="checkbox"/> | Meeiro | <input type="checkbox"/> | Ocupante | <input type="checkbox"/> | Não se Aplica | <input type="checkbox"/> | Mão de obra familiar | <input type="checkbox"/> | Caso Especial | |

| | | | | | | | | |
|--|---|--|--|---|-------------------------------------|--|--|--|
| Residente na propriedade? | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | | | | | | |
| Tipo de atividade econômica ou produtiva na área | <input type="checkbox"/> Nenhuma | <input type="checkbox"/> Agricultura de Subsistência | <input type="checkbox"/> Agricultura Comercial | <input type="checkbox"/> Agricultura Mercado Informal | <input type="checkbox"/> Artesanato | | | |
| | <input type="checkbox"/> Pecuária de Corte | <input type="checkbox"/> Pecuária Leiteira | <input type="checkbox"/> Extrativismo mineral | <input type="checkbox"/> Extrativismo vegetal | <input type="checkbox"/> Comércio | | | |
| | <input type="checkbox"/> Fábrica ou laticínio | <input type="checkbox"/> Avicultura | <input type="checkbox"/> Suinocultura | <input type="checkbox"/> Piscicultura | <input type="checkbox"/> Apicultura | | | |
| | <input type="checkbox"/> Olericultura | <input type="checkbox"/> Locação | <input type="checkbox"/> Doces | <input type="checkbox"/> Silvicultura | <input type="checkbox"/> Outra | | | |

OCUPAÇÃO

| | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------|----------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|--|
| Ocupação Principal: | | | | | | | | | | | |
| Atividade de pesca lei 11959/2009 art. 8º | <input type="checkbox"/> | Pesca comercial industrial | <input type="checkbox"/> | Pesca Profissional Artesanal | <input type="checkbox"/> | Pesca amadora recreativa | <input type="checkbox"/> | Pesca amadora esportiva | <input type="checkbox"/> | Pesca para subsistência | |
| Tempo de experiência profissional | <input type="checkbox"/> | Menos de 1 ano | <input type="checkbox"/> | 1 a 5 anos | <input type="checkbox"/> | 5 a 10 anos | <input type="checkbox"/> | 10 a 15 anos | <input type="checkbox"/> | Mais de 15 anos | |
| Regime de trabalho | <input type="checkbox"/> | Carteira Assinada | <input type="checkbox"/> | Sem registro formal | <input type="checkbox"/> | Autônomo | | | | | |
| Recolhe a contribuição para a Previdência Social? | <input type="checkbox"/> | Contribuição com folha | <input type="checkbox"/> | Contribuição como autônomo | <input type="checkbox"/> | Não contribuo mais | <input type="checkbox"/> | Nunca contribuí | | | |
| Dias da semana envolvido em atividades de pesca (preparação, pesca, processamento, comercialização e manutenção de equipamentos) | | <input type="checkbox"/> | De 1 a 2 dias | <input type="checkbox"/> | De 3 a 4 dias | <input type="checkbox"/> | De 5 a 6 dias | <input type="checkbox"/> | 7 dias | | |
| Possui licença de Pesca: | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | Caso positivo, o nº do registro: | | | | | | |
| Participa ou tem filiação com associativismo vinculado a pesca? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> | Associação | Nome: | | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Colônia | Nome: | | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Sindicato | Nome: | | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Cooperativa | Nome: | | | | | | | | |
| Periodicidade que participa de reuniões ligadas ao associativismo? | <input type="checkbox"/> | Sempre | <input type="checkbox"/> | Às vezes | <input type="checkbox"/> | Não participa | <input type="checkbox"/> | Não respondeu | | | |
| Participa de outras entidades ligadas à pesca: | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | Caso positivo, o nome da entidade: | | | | | | |

ATIVIDADES ECONÔMICAS

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------------------------|---|--------------------------|-----------------------|--------------------------|--|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|----------|--------------|
| Se você fosse escolher considerando as vantagens e benefícios, qual regime de trabalho você escolheria? | <input type="checkbox"/> | Carteira Assinada | <input type="checkbox"/> | Sem registro formal | <input type="checkbox"/> | Contrato como autônomo | <input type="checkbox"/> | Não sabe dizer | | | | | |
| Local onde realiza a atividade principal (inclusive nas áreas de exercício das atividades): | | | | | | Coordenadas: | | | | | | | |
| Trecho do Rio Paraíba do Sul onde pesca: | <input type="checkbox"/> | À montante da UHE Ilha dos Pombos | | | <input type="checkbox"/> | Entre a UHE Ilha dos Pombos e o reservatório da UHE Itaocara I | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Entre a UHE Itaocara I e a Barra do Rio Pomba | | | <input type="checkbox"/> | Entre a Barra do Rio Pomba e São Fidélis | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | A jusante de São Fidélis | | | <input type="checkbox"/> | No Rio Pomba | <input type="checkbox"/> | Rio Pirapetinga | <input type="checkbox"/> | Outro | | | |
| Você mesmo fabrica suas redes? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | Pesca embarcado? | | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | | | |
| Qual o seu tipo de embarcação? | <input type="checkbox"/> | Barco a remo | <input type="checkbox"/> | Barco a motor | <input type="checkbox"/> | Não tem barco | | | | | | | |
| Quais são as 4 espécies de peixes mais pescadas no Rio? | <input type="checkbox"/> | Caximbau ou cascudo | <input type="checkbox"/> | Lambari | <input type="checkbox"/> | Carpa | <input type="checkbox"/> | Dourado | <input type="checkbox"/> | Bagre | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Mandi | <input type="checkbox"/> | Piau | <input type="checkbox"/> | Piabanha | <input type="checkbox"/> | Robalo | <input type="checkbox"/> | Tucunaré | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Tainha | <input type="checkbox"/> | Tilápia | <input type="checkbox"/> | Traíra | <input type="checkbox"/> | Outros: quais? | | | | | |
| Também pesca lagosta ou camarão? | <input type="checkbox"/> | Não, nenhuma das duas espécies | | | <input type="checkbox"/> | Sim, lagosta | <input type="checkbox"/> | Sim, camarão | <input type="checkbox"/> | Sim, as duas espécies | | | |
| Quais são os seus instrumentos de pesca? | <input type="checkbox"/> | Rede | <input type="checkbox"/> | Tarrafa | <input type="checkbox"/> | Espinhel | <input type="checkbox"/> | Gaiola | <input type="checkbox"/> | Outro: qual? | | | |
| Aproximadamente, qual é renda semanal com a atividade da pesca? | R\$ | Data base do IPCA no cadastro: | | | <input type="checkbox"/> | JAN/2016 | <input type="checkbox"/> | FEV/2016 | <input type="checkbox"/> | MAR/2016 | <input type="checkbox"/> | ABR/2016 | Índice IPCA: |
| | | | | | <input type="checkbox"/> | MAI/2016 | <input type="checkbox"/> | JUN/2016 | <input type="checkbox"/> | JUL/2016 | <input type="checkbox"/> | | |
| Qual espécie pescada por você é mais valorizada? | <input type="checkbox"/> | Caximbau ou cascudo | <input type="checkbox"/> | Lambari | <input type="checkbox"/> | Carpa | <input type="checkbox"/> | Dourado | <input type="checkbox"/> | Bagre | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Mandi | <input type="checkbox"/> | Piau | <input type="checkbox"/> | Piabanha | <input type="checkbox"/> | Robalo | <input type="checkbox"/> | Tucunaré | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Tainha | <input type="checkbox"/> | Tilápia | <input type="checkbox"/> | Traíra | <input type="checkbox"/> | Outra: | | | | | |
| Para quem você vende os peixes pescados? | <input type="checkbox"/> | Peixarias | <input type="checkbox"/> | Bares | <input type="checkbox"/> | Hotéis | <input type="checkbox"/> | Restaurantes | <input type="checkbox"/> | Moradores | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Revendedores | <input type="checkbox"/> | Prefeituras | <input type="checkbox"/> | Outro: | | | | | | | |
| O que você faz com o pescado pequeno? | <input type="checkbox"/> | Solta | <input type="checkbox"/> | Vende | <input type="checkbox"/> | Recria | <input type="checkbox"/> | Consome | <input type="checkbox"/> | Outros | | | |
| Quantos quilos de peixe, em média, você comercializa por semana? | <input type="checkbox"/> | 5 a 10 | <input type="checkbox"/> | 10 a 15 | <input type="checkbox"/> | 15 a 20 | <input type="checkbox"/> | 20 a 25 | <input type="checkbox"/> | 25 a 30 | | | |
| | <input type="checkbox"/> | 30 a 40 | <input type="checkbox"/> | 40 a 50 | <input type="checkbox"/> | mais de 50 | | Biomassa por esfoço de pesca: | | | | | |
| Você tem dedicado mais tempo para conseguir a mesma quantidade de pescado? | | | | | | | | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | | |
| A cada dia de pesca seu ou de sua equipe, em média, quantos quilos são capturados por pescador? | <input type="checkbox"/> | 0 a 2 | <input type="checkbox"/> | 2 a 4 | <input type="checkbox"/> | 4 a 8 | <input type="checkbox"/> | 8 a 12 | <input type="checkbox"/> | 12 a 16 | | | |
| | <input type="checkbox"/> | 16 a 20 | <input type="checkbox"/> | 20 a 24 | <input type="checkbox"/> | mais de 24 | | | | | | | |
| Principais dificuldades com a atividade da pesca | <input type="checkbox"/> | Armazenamento | <input type="checkbox"/> | Assistência técnica | <input type="checkbox"/> | Baixa produtividade | <input type="checkbox"/> | Comercialização | <input type="checkbox"/> | Crédito e financiamento | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Mão de obra | <input type="checkbox"/> | Outros: | | | | | | | | | |
| Você considera que o Rio Paraíba Sul está: | <input type="checkbox"/> | Completamente poluído | <input type="checkbox"/> | Razoavelmente poluído | <input type="checkbox"/> | Pouco poluído | <input type="checkbox"/> | Não poluído | <input type="checkbox"/> | Não sabe dizer | | | |
| A que você atribui a poluição do Rio | <input type="checkbox"/> | Esgoto industrial | <input type="checkbox"/> | Esgoto doméstico | <input type="checkbox"/> | Lixo doméstico | <input type="checkbox"/> | Animais mortos | <input type="checkbox"/> | Defensivos agrícolas | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|------------------------------------|--------------------------|---|--|--|--------------------------|---|--------------------------|-------------------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|--------------------------|-------|--------------|
| Paraíba do Sul? | <input type="checkbox"/> | Acidentes industriais | <input type="checkbox"/> | Construções de UHE's | <input type="checkbox"/> | Outras: | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nos últimos anos, o número de pescadores: | <input type="checkbox"/> | Tem aumentado | <input type="checkbox"/> | Tem diminuído | <input type="checkbox"/> | Mantém-se inalterado | <input type="checkbox"/> | Não sabe dizer | | | | | | | | | | | | | |
| Você possui Carteira da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> | Caso positivo, o nº da carteira: | | | | | | | | | | | | | | | |
| Você conhece a legislação da pesca? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | Você conhece os direitos trabalhistas? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | | | | | | | | | | | | |
| Você trocaria o trabalho com a atividade da pesca por outro tipo atividade com renda igual ou maior? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | Você conhece os direitos trabalhistas? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | | | | | | | | | | | | |
| O que você acha que acontecerá com o futuro da atividade da pesca na região? | <input type="checkbox"/> | Vai desaparecer por falta de peixe | <input type="checkbox"/> | Vai piorar porque o número de pescadores vai aumentar | <input type="checkbox"/> | Vai continuar, porque o governo vai tomar providências | <input type="checkbox"/> | Vai continuar, porque alguém vai fazer alguma coisa | | | | | | | | | | | | | |
| Outras fontes de renda: | <input type="checkbox"/> | Agricultura | <input type="checkbox"/> | Agricultura de subsistência | <input type="checkbox"/> | Avicultura | <input type="checkbox"/> | Olericultura | <input type="checkbox"/> | Pecuária de corte | | | | | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Pecuária leiteira | <input type="checkbox"/> | Silvicultura | <input type="checkbox"/> | Abatedouro | <input type="checkbox"/> | Biscoitos | <input type="checkbox"/> | Cerealista | | | | | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Confecção | <input type="checkbox"/> | Curtume | <input type="checkbox"/> | Doces | <input type="checkbox"/> | Fecularia | <input type="checkbox"/> | Laticínio | | | | | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Artesanato | <input type="checkbox"/> | Areal | <input type="checkbox"/> | Garimpo | <input type="checkbox"/> | Pedreira | <input type="checkbox"/> | Apicultura | | | | | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Suinocultura | <input type="checkbox"/> | Comércio | <input type="checkbox"/> | Psicultura | <input type="checkbox"/> | Extrativismo | <input type="checkbox"/> | Nenhuma | | | | | | | | | | | |
| Acesso às políticas públicas de incentivo à produção: | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | Se positivo, qual? | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DADOS DA FAMÍLIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº de Membros na residência: | | | | | Nº de filhos menores de 18 anos: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Especificar em números: | | Marido/Esposa | | Filhos/Filhas | | Cunhados/cunhadas | | Genros/Noras | | Irmãos/Irmãs | | | | | | | | | | | |
| | | Pai/Mãe | | Sobrinhos/Sobrinhas | | Tios/Tias | | Netos/Netas | | Avós/Avós | | | | | | | | | | | |
| | | Bisnetos/Bisnetas | | Sem parentesco | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Existem mais pescadores na família? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | Se sim, quantos? | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de Membros que estudam: | | Em escola pública | | Em escola particular | | Em outro tipo de escola | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de membros que auxiliam na atividade pesqueira: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de membros que têm renda própria e valor total aproximado por categoria (exceto o pescador que já foi cadastrado) | Com rendimentos da comercialização do pescado | | | Quantidade: | | Com rendimentos do mercado informal ou autônomo | | | Quantidade: | | | | | | | | | | | | |
| | | | | Valor total: | | | | | Valor total: | | | | | | | | | | | | |
| | Pensões, aposentadorias ou outros benefícios da previdência | | | Quantidade: | | Trabalho assalariado | | | Quantidade: | | | | | | | | | | | | |
| | | | | Valor total: | | | | | Valor total: | | | | | | | | | | | | |
| | Outros rendimentos de trabalho não assalariado | | | Quantidade: | | Pensão alimentícia | | | Quantidade: | | | | | | | | | | | | |
| | | | | Valor total: | | | | | Valor total: | | | | | | | | | | | | |
| Valor total aproximado da renda familiar: | R\$ | Data base do IPCA: | | | <input type="checkbox"/> | JAN/2016 | <input type="checkbox"/> | FEV/2016 | <input type="checkbox"/> | MAR/2016 | <input type="checkbox"/> | ABR/2016 | <input type="checkbox"/> | MAI/2016 | <input type="checkbox"/> | JUN/2016 | <input type="checkbox"/> | JUL/2016 | <input type="checkbox"/> | | Índice IPCA: |
| % da renda do pescador em relação renda total da família: | | | % | | | % da renda da renda familiar que é provida da pesca em relação renda total da família: | | | % | | | | | | | | | | | | |
| Membros da família recebem algum auxílio governamental? | <input type="checkbox"/> | Bolsa família | <input type="checkbox"/> | Pró-jovem | <input type="checkbox"/> | Brasil Carinhoso | <input type="checkbox"/> | Benefício de Prest. Continuada BPC | <input type="checkbox"/> | Defeso | | | | | | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | Programa Aquisição Alimentos PAA | <input type="checkbox"/> | Bolsa-verde | <input type="checkbox"/> | Nenhum auxílio | <input type="checkbox"/> | Outro: | | | | | | | | | | | | | |

CONDIÇÕES DE MORADIA

| | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------------|
| Casa: | <input type="checkbox"/> | Própria quitada | <input type="checkbox"/> | Própria financiada | <input type="checkbox"/> | Herança em inventário | <input type="checkbox"/> | Herança sem inventário | <input type="checkbox"/> | Alugada |
| | <input type="checkbox"/> | Cedida | <input type="checkbox"/> | Apossada | <input type="checkbox"/> | Outro: qual? | | | | |
| Nº Cômodos da casa: | | | | | Área construída (m²): | | | | | |
| Possui lage? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | | | | | | |
| Tipo de construção: | <input type="checkbox"/> | Alvenaria | <input type="checkbox"/> | Madeira | <input type="checkbox"/> | Pau a pique | <input type="checkbox"/> | Outro | | |
| Possui água para consumo? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | | | | | | |
| Meio de acesso à saúde: | <input type="checkbox"/> | Programa Saúde da Família | <input type="checkbox"/> | Posto médico | <input type="checkbox"/> | UPA | <input type="checkbox"/> | Hospital Público | <input type="checkbox"/> | Hospital privado |
| | <input type="checkbox"/> | Plano de saúde | <input type="checkbox"/> | Não respondeu | | | | | | |
| Captação da água: | <input type="checkbox"/> | Cisterna | <input type="checkbox"/> | Concessionária local | <input type="checkbox"/> | Córrego | <input type="checkbox"/> | Nascente | <input type="checkbox"/> | Poço artesiano |
| | <input type="checkbox"/> | Rio ou ribeirão | <input type="checkbox"/> | Caminhão pipa | <input type="checkbox"/> | Poço artesiano comunitário | <input type="checkbox"/> | Nenhuma | | |
| Acesso à energia elétrica? | <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | | | | | | |
| Concessionaria de energia: | <input type="checkbox"/> | Ampla | <input type="checkbox"/> | Cemig | <input type="checkbox"/> | Energisa | <input type="checkbox"/> | Light | <input type="checkbox"/> | Outro |
| Destinação do esgoto: | <input type="checkbox"/> | Rede local | <input type="checkbox"/> | Solo/Vala | <input type="checkbox"/> | Despejado no rio | <input type="checkbox"/> | Fossa séptica | <input type="checkbox"/> | Fossa negra |
| | <input type="checkbox"/> | Não tem | <input type="checkbox"/> | Não sabe | | | | | | |
| Destinação do lixo: | <input type="checkbox"/> | Coleta pública | <input type="checkbox"/> | Enterrado | <input type="checkbox"/> | Queimado | <input type="checkbox"/> | Lançado no rio | <input type="checkbox"/> | Lançado no solo a céu aberto |
| | <input type="checkbox"/> | Não tem | <input type="checkbox"/> | Não sabe | | | | | | |
| Via de acesso: | <input type="checkbox"/> | Asfalto | <input type="checkbox"/> | Rio | <input type="checkbox"/> | Terra | <input type="checkbox"/> | | | |
| Condições da via de acesso:: | <input type="checkbox"/> | Bom | <input type="checkbox"/> | Regular | <input type="checkbox"/> | Ruim | | | | |
| Meios de comunicação: | <input type="checkbox"/> | Telefone | <input type="checkbox"/> | Rádio | <input type="checkbox"/> | TV | <input type="checkbox"/> | Internet | <input type="checkbox"/> | Jornal |
| | <input type="checkbox"/> | Outro: | | | | | | | | |
| Observações gerais do cadastro: | | | | | | | | | | |

GRÁFICOS

| | |
|--|--|
| Gráfico de pizza | Gráfico de pizza |
| Renda do pescador X renda total familiar | Renda familiar provida da pesca X renda total familiar |
| Gráfico de barras | definir |
| Kg de peixes por tipo de peixe comercializado por semana | definir |

DIAGNÓSTICO SOCIAL

| |
|--|
| |
|--|

CADASTRO DOS PESCADORES DE ITAOCARA E REGIÃO
QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E DESEMBARQUE PESQUEIRO

DESEMBARQUE PESQUEIRO

VISITA 01

| | | | |
|-----------|-------|-------------------------------------|--|
| Cadastro: | Data: | Forma de realização do desembarque: | <input type="checkbox"/> In loco <input type="checkbox"/> Escritório |
|-----------|-------|-------------------------------------|--|

Nome do entrevistado:

| | | | | |
|---|--|-----------------------------------|---|--------------|
| Data base do valor de mercado do pescado: | <input type="checkbox"/> 2016 <input type="checkbox"/> 2017 <input type="checkbox"/> 2018 <input type="checkbox"/> 2019 <input type="checkbox"/> 2020 <input type="checkbox"/> 2021 | Data base do IPCA no desembarque: | <input type="checkbox"/> JAN/2016 <input type="checkbox"/> FEV/2016 <input type="checkbox"/> MAR/2016 <input type="checkbox"/> ABR/2016 <input type="checkbox"/> MAI/2016 <input type="checkbox"/> JUN/2016 <input type="checkbox"/> JUL/2016 <input type="checkbox"/> | Índice IPCA: |
|---|--|-----------------------------------|---|--------------|

| Espécie de peixe pescada | Quantidade apurada (kg) | Forma de comercialização | Valor de venda por Kg informado (R\$) | Valor total da venda informado (R\$) | Valor de venda total de mercado (R\$) |
|--|-------------------------|---|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Caximbau ou cascudo | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Mandi | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Tainha | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Lambari | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Plau | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Tilápia | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Carpa | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Piabanha | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Traira | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Dourado | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Robalo | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Bagre | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> Tucunaré | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| <input type="checkbox"/> outros: | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | R\$ | R\$ | R\$ |
| Total de biomassa (kg): | 0 | Valores totais (R\$) | R\$ | R\$ | R\$ |

| | | | |
|---|-----|--|-----|
| Renda do cadastro do pescador atualizada pelo IPCA | R\$ | Renda da família provida da pesca atualizada pelo IPCA considerando a nova renda apurada | R\$ |
| Renda total da família informada no cadastro atualizada pelo IPCA | R\$ | | |

Arquivos de fotográficos

| | | | | | |
|----------------|-------------|--------------------|----------------|-------------|--------------------|
| <i>Foto 01</i> | | | <i>Foto 02</i> | | |
| <i>Data</i> | <i>Hora</i> | <i>Coordenadas</i> | <i>Data</i> | <i>Hora</i> | <i>Coordenadas</i> |

| | | | |
|----------|--|----------|--|
| Legenda: | | Legenda: | |
|----------|--|----------|--|

| | | | | | |
|---|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| Para quem o pescado é vendido? (apurado no desembarque) | <input type="checkbox"/> Peixarias | <input type="checkbox"/> Bares | <input type="checkbox"/> Hotéis | <input type="checkbox"/> Restaurantes | <input type="checkbox"/> Moradores |
| | <input type="checkbox"/> Revendedores | <input type="checkbox"/> Prefeituras | <input type="checkbox"/> Outro: | | |

Para quem o pescado era vendido? (informado no cadastro)

Observações:

GRÁFICOS

| | |
|---|---|
| Gráfico de pizza | Gráfico de pizza |
| Renda do pescador X renda total familiar (atualizada) | Renda familiar provida da pesca X renda total familiar (atualizada) |
| Gráfico de barras | Gráfico de barras |
| comparação (cadastro x desembarque) de biomassa (Kg) de peixes por tipo comercializado por semana | Biomassa (kg) por tipo de peixe |

PARECER TÉCNICO SOBRE O DESEMBARQUE

| VISITA 02 | | | | | | | | | | |
|---|---------------------|--|--------------------------------------|---|---|---|--|---------------------------------------|-----|-------------|
| Cadastro: | | Data: | | Forma de realização do desembarque: | | | <input type="checkbox"/> In loco <input type="checkbox"/> Escritório | | | |
| Nome do entrevistado: | | | | | | | | | | |
| Data base do valor de mercado do pescado: | | <input type="checkbox"/> 2016 <input type="checkbox"/> 2017 <input type="checkbox"/> 2018 <input type="checkbox"/> 2019 <input type="checkbox"/> 2020 <input type="checkbox"/> 2021 | | Data base do IPCA no desembarque: | | <input type="checkbox"/> JAN/2016 <input type="checkbox"/> FEV/2016 <input type="checkbox"/> MAR/2016 <input type="checkbox"/> ABR/2016 <input type="checkbox"/> MAI/2016 <input type="checkbox"/> JUN/2016 <input type="checkbox"/> JUL/2016 <input type="checkbox"/> | | Índice IPCA: | | |
| Espécie de peixe pescada | | Quantidade apurada (kg) | | Forma de comercialização | | Valor de venda por Kg informado (R\$) | Valor total da venda informado (R\$) | Valor de venda total de mercado (R\$) | | |
| <input type="checkbox"/> | Caximbau ou cascudo | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Mandi | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Tainha | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Lambari | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Piau | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Tilápia | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Carpa | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Piabanha | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Traíra | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Dourado | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Robalo | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Bagre | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | Tucunaré | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| <input type="checkbox"/> | outros: | | | <input type="checkbox"/> Filetado <input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> xxxxx <input type="checkbox"/> yyyyy | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| Total de biomassa (kg): | | 0 | | Valores totais (R\$) | | R\$ | R\$ | R\$ | | |
| Renda do cadastro do pescador atualizada pelo IPCA | | | | R\$ | | Renda da família provida da pesca atualizada pelo IPCA considerando a nova renda apurada | | | R\$ | |
| Renda total da família informada no cadastro atualizada pelo IPCA | | | | R\$ | | | | | | |
| Arquivos de fotográficos | | | | | | | | | | |
| Foto 01 | | | | | Foto 02 | | | | | |
| Data | | Hora | | Coordenadas | | Data | | Hora | | Coordenadas |
| Legenda: | | | | | Legenda: | | | | | |
| Para quem o pescado é vendido? (apurado no desembarque) | | <input type="checkbox"/> Peixarias | <input type="checkbox"/> Bares | <input type="checkbox"/> Hotéis | <input type="checkbox"/> Restaurantes | <input type="checkbox"/> Moradores | | | | |
| | | <input type="checkbox"/> Revendedores | <input type="checkbox"/> Prefeituras | <input type="checkbox"/> Outro: | | | | | | |
| Para quem o pescado era vendido? (informado no cadastro) | | | | | | | | | | |
| Observações: | | | | | | | | | | |
| GRÁFICOS | | | | | | | | | | |
| Gráfico de pizza | | | | | Gráfico de pizza | | | | | |
| Renda do pescador X renda total familiar (atualizada) | | | | | Renda familiar provida da pesca X renda total familiar (atualizada) | | | | | |
| Gráfico de barras | | | | | Gráfico de barras | | | | | |
| comparação (cadastro x desembarque) de biomassa (Kg) de peixes por tipo comercializado por semana | | | | | Biomassa (kg) por tipo de peixe | | | | | |
| PARECER TÉCNICO SOBRE O DESEMBARQUE | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| VISITA ... | | | | | | | | | | |



UHE ITAOCARA S.A.

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA

RELATÓRIO CONSOLIDADO FASE PRÉ OBRA

ANEXO 4.43.4.5

Ata de aprovação do questionário pelo IBAMA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

[Handwritten signature]

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2013.

PAUTA: DESEMBAQUE PESQUEIRO

ATA DA REUNIÃO NLA / SUPES / IBAMA-RJ.

PRESENTES

| NOME | EMPRESA/SETOR | TELEFONE | E-MAIL |
|---------------------------|-----------------|---------------|---------------------------------|
| MARCO SERGIO TRIUNTO | UTE ITAOCARA | 22-81260105 | marcotriunto@UTEITAOCARA.COM.BR |
| ANDREY CASTRO | UFSJ | 32 99863736 | andreycastro@ufsj.edu.br |
| LUIS GUSTAVO | UFSJ | 31 9192-8769 | luizsilva@ufsj.edu.br |
| Carlos Roberto | UFMG | | |
| Roberto Huet | IBAMA | 30774292 | ibama.mla.supesj@gmail.com |
| João Pedro | IBAMA | 30774292 | joaopedromsilva@gmail.com |
| Adria Magan Reis | IBAMA | 30774390 | adriamreis@hotmail.com |
| Paula Camacho | IBAMA-NEA | 3077-4390 | Paula.camacho@ibama.gov.br |
| GERALDO G. MUNIZ | NESTH/UFMG | (31) 99593525 | bdammuniz@hotmail.com |
| CARLOS ROBERTO HORTA | NESTH/UFMG | 31 91280112 | atroh@uol.com.br |

[Handwritten signatures and initials]

INFORMAÇÕES DA REUNIÃO:

O EMPREENDIMENTO DEVERÁ DAR VISIBILIDADE AOS PESCADORES PARA A QUESTÃO DO levantamento Anual dos Atingidos.

• Inicialmente será feito um pré-teste com cerca de 80 pescadores em diferentes áreas com vistas a adequar a ferramenta. A equipe foi alertada quanto à prazo para apresentação de resultados e que o IBAMA pretende acompanhar as etapas de campo. Os resultados preliminares serão discutidos em uma próxima reunião, onde poderão ser realizados novos ajustes. A amostragem mais ampla será programada após essas etapas.

Ficou definido que o resultado deste trabalho ficará consolidado em 90 dias.

[Handwritten initials]